RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3353

Ampliação da Mina do Barroso

(Reformulação Projeto)

Abril de 2023

Título: Relatório de Consulta Pública
AIA 3353
Ampliação da Mina do Barroso
(Reformulação do Projeto)

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Cristina Sobrinho

Data: Abril de 2023

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 3

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA 3

3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS 4

4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS 5

5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS 6

6. CONCLUSÃO 64

ANEXO

- Exposições Recebidas

1. INTRODUÇÃO

A reformulação do Projeto "Ampliação da Mina do Barroso", conforme previsto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 151-B, de 31 de Outubro, na sua redação atual, possibilita um período de consulta pública que decorreu por um período de 10 dias úteis, de 22 de Março a 04 de Abril de 2023.

Na sequência do recurso hierárquico interposto, sobre o período de consulta pública, foi decidido pelo Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente o prolongamento desta Consulta, através do seguinte Despacho:

> *"Tal justifica-se pelos seguintes motivos:*
>
> *1. Especial complexidade e extensão de informação do projeto sujeito a reformulação nos termos da lei;*
>
> *2. Manifesto interesse por parte do público e interessados, nomeadamente o município de Boticas, em efetuarem pronúncia, e consequente compreensão sobre este aspeto por parte da APA no espírito da Convenção de Aarhus;*
>
> *3. Sem embargo o estatuído no diploma "simplex ambiente", considero ser possível, a título excecional, esta decisão, na medida em que se mantém o prazo final de decisão"*.

Assim, a Consulta Pública foi prorrogada, por mais 10 dias úteis, tendo decorrido até ao dia 19 de Abril de 2023.

O proponente do Projeto é a Empresa "Savannah Lithium, Lda.".

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública deste Projeto decorreu de 22 de Março a 04 de Abril (10 dias úteis). Foi prorrogada por mais 10 dias úteis, num total de 20 dias úteis tendo terminado a 19 de Abril de 2023.

3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios:

  - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.
  - Câmara Municipal de Boticas.
  - Câmara Municipal de Ribeira de Pena.

- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social.

Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no Portal PARTICIPA.PT.

- Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE.
- Envio de comunicação a Entidades.
- Envio da comunicação a todos os intervenientes que participaram na anterior Consulta Pública do Projeto de Ampliação da Mina do Barroso.

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

No âmbito da Consulta Pública foram recebidas na totalidade **916 exposições** com a seguinte proveniência:

Administração Central

- Turismo de Portugal, IP.
- ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações.
- DGT - Direção-Geral do Território

Administração Local/ outros

- Câmara Municipal de Boticas.
- Câmara Municipal de Ribeira de Pena.
- Junta de Freguesia de Covas do Barroso.
- Junta de Freguesia de Canedo, Ribeira de Pena.
- Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso.

Organização Partidária

- Partido Ecologista "Os Verdes".

Empresas/outras

- IBERDROLA Generación.

ONGA/Outras Associações

- ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável.
- GEOTA – Grupo de estudos de Ordenamento do Território e Ambiente.
- Associação Moving Cause.
- Fundação MONTESCOLA.

Associações de âmbito Regional:

- CAPOLIB - Cooperativa Agro Rural de Boticas.
- PNB - Associação Povo e Natureza do Barroso.
- UDCB- Unidos em Defesa do Barroso.
- Associação Montalegre com Vida.
- ANP - Associação Natureza Portugal.
- Movimento Não às Minas Montalegre.
- Movimento contra a Mineração Beira Serra.

Universidades:

- CRIA-ISCTE.

Cidadãos: 894 Exposições apresentadas por Cidadãos.

5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Administração Central

Turismo de Portugal, IP.

- Considerando um *buffer* de cerca de 5100m dos limites da área concessionada da Mina do Barroso (à semelhança do efetuado no anterior parecer destes serviços, por corresponder à distância a partir da qual as vibrações provocadas pelas detonações dos explosivos, considerando o valor limite de 100 kg de explosivo por petardo, se tornam imperceptíveis, e que engloba a distância admitida na avaliação dos impactes na paisagem do projeto da área mineira), verificou-se que se mantém não haver registo de oferta turística existente ou perspetivada potencialmente afetada pelo projeto no SIGTUR - Sistema de Informação Geográfica do Turismo (https://sigtur.turismodeportugal.pt).

- Os impactes do projeto de ampliação da Mina do Barroso não se cingem à área concessionada, prevendo-se impactes ao nível do ruído, qualidade do ar e potencial aumento de acidentes de viação relacionados com a elevada frequência diária de circulação de veículos pesados associada à exploração mineira.

- O projeto de EIA reformulado, apesar de optar por uma das anteriores alternativas de traçado (alternativa 1), contém menos informação do que o EIA inicial quanto à totalidade do percurso, nomeadamente mencionando apenas menos informação do que o EIA inicial quanto à totalidade do percurso, mencionando apenas o Ribeira de Pena.

- A área de exploração da Mina está muito próxima de aglomerados populacionais, contudo verifica-se, no *buffer* considerado, que na envolvente à mina, de acordo com a informação disponível neste Instituto, não existem ET, AL, nem estabelecimentos de agentes de animação turística.

- Nesse *buffer,* verifica-se que é abrangida área da Reserva da Biosfera Transfronteiriça de Gerês/Xurés, facto que não é valorizado no EIA por se tratar de zona de transição dessa reserva.

- O projeto insere-se em paisagem agrícola do Barroso classificado como Sítio GIAHS do Património Agrícola Mundial.

- O EIA admite que o projeto reformulado tem um agravamento do significado do impacte negativo na paisagem (no que se refere ao desmonte de rocha nas cortas e ao enchimento das escombreiras), mantendo o impacte negativo causado pela alteração do quadro ambiental sonoro e atmosférico, e pela redução da qualidade de vida e saúde da população, o que se considera negativo em termos da valência relacionada com o ativo diferenciador Natureza da ET 27 (RCM n.º 134/2017 de 27/09), na qual se sustenta a atratividade intrínseca e distintivas do território em termos turísticos.

- Contempla a introdução de algumas medidas de minimização positivas e de se manter a proposta de implementação de um Plano de Recuperação Paisagística concomitante com a exploração, considerando que a presente reformulação do projeto não vem alterar os pressupostos do anterior parecer destes serviços no que se refere ao impacte negativo do projeto na atividade turística existente (ao nível do tráfego de veículos pesados gerado, de cerca de veículos pesados por hora) e que poderá assumir grande magnitude no caso de colocar em risco a classificação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça de Gerês/Xurés (nomeadamente considerando o impacte por determinar na população do lobo e que agora o projeto prevê monitorizar).

Conclusão:

Considera que o projeto da ampliação da Mina do Barroso tem impactes que conflituam com a atividade turística, importando garantir, na ótica do setor do turismo, que este projeto não seja suscetível de colocar em risco o reconhecimento, pela UNESCO, da Reserva da Biosfera Transfronteiriça de Gerês/Xurés que integra a Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO e que tem por objetivo a conservação de paisagens, ecossistemas e espécies, e o desenvolvimento sustentável a nível social, económico, cultural e ecológico.

ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações

Na perspetiva da identificação de condicionantes que possam incidir sobre a área de estudo afeta ao projeto, decorrentes da existência de servidões radioelétricas constituídas ou em vias de constituição ao abrigo do Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de novembro.

Em resultado da análise, verificou-se a inexistência de condicionantes de natureza radioelétrica aplicáveis à área analisada. Assim, esta Autoridade não coloca objeção à implementação do projeto naquela área.

DGT – Direção-Geral do Território informa:

1 - Rede Geodésica:
Verifica que este Projeto não interfere com nenhum vértice geodésico pertencente à Rede Geodésica Nacional (RGN), nem nenhuma marca de nivelamento pertencente à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP). Este projeto não constitui impedimento para as atividades que desenvolve.
2 - Cartografia:
A cartografia topográfica, vetorial ou imagem, nas escalas entre 1:1 000 e 1:10 000, e também na escala 1:25 000, deve ser homologada ou oficial, conforme preconizado no Decreto-Lei 193/95, de 28 de julho, na sua atual redação. A utilização de cartografia topográfica sujeita a direitos de propriedade necessita de autorização de utilização pela respetiva entidade.
3 - Limites Administrativos:
A representação dos limites administrativos deve ser realizada recorrendo à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) em vigor, disponível na página de internet da DGT.
O parecer da DGT é favorável, no pressuposto do cumprimento do referido em 2. Cartografia e 3. Limites Administrativos.

Administração Local/outros

<u>Câmara Municipal de Boticas</u>

Considera que o projeto reformulado é um projeto com impacte relevante no Município, e que se vai refletir, a vários níveis, no seu território e respetivas populações.

Da análise possível (atento o período exíguo para o efeito) resulta que o Projeto Reformulado é, um "remendo" no sentido de tentar ocultar/disfarçar os impactes negativos do projeto.
Sem prejuízo, e tendo em conta que o estudo sob análise é mais completo e profundo que o (insuficiente) anteriormente apresentado, resulta do mesmo que – cfr. As respetivas conclusões quanto a impactes significativos e muito significativos – não estão reunidas as condições para que o projeto possa ser objeto de parecer favorável.

Se analisados com maior profundidade os possíveis impactes e tendo sido o projeto alterado com vista à adoção de novas medidas de mitigação, se chega a conclusões no sentido da "Significância" dos vários impactes estar no "VERMELHO" (classificação de significativos e muito significativos).
Resta concluir que, o mesmo não só não infirma as preocupações que decorriam do anterior estudo de impacte ambiental, como as confirma com carácter reforçado. O que se pode traduzir na seguinte expressão: "*A mina não pode avançar, sob pena de destruição irrecuperável de todo o ecossistema envolvente e respetiva comunidade*." Traduzindo-se nesta expressão a posição do Município de Boticas.

Contextualizando: Do Resumo Não Técnico e do Relatório Síntese, resulta que o projeto terá impactes negativos relevantes e com consequências não mensuráveis.
Sendo que, no Resumo Não Técnico (v.g. pág. 17 e 18) resulta o seguinte, que a título de exemplo (parcialmente) se transcreve:

<u>Elementos do Ambiente Significativamente Afetados</u>
No quadro seguinte sintetizam-se os principais impactes ambientais que, após a implementação de medidas, apresentam um impacte significativo a muito significativo.

Esta exposição é uma visão simplificada dos impactes identificados, não dispensando portanto a consulta das análises detalhadas apresentadas nos textos setoriais do relatório de "Avaliação do Projeto Reformulado no Âmbito do artigo 16º do RJAIA", em particular de outros impactes classificados como potencialmente significativos antes da implementação de medidas de minimização. (…) (sombreado nosso) (…).

Fatores Ambientais

Clima e Alterações Climáticas Emissões – emissões de GEE passam de (anteriormente) impacte pouco significativo, para "PS a S" (sombreado nosso)
Paisagem – Desmonte de rocha nas cortas e Enchimento das escombreiras passam de (anteriormente) impacte significativo para "S a MS" (sombreado nosso)
Recursos hídricos – Intersecção do nível da água das cortas e consequentes impactes nas captações de água subterrânea – que não havia sido avaliado no âmbito do EIA é considerado como Impacte Significativo a Muito Significativo.
"Componente Social" – mantém-se a consideração como significativo.

Nomeadamente, quanto à oposição das comunidades locais ao desenvolvimento do projeto, que não havia sido avaliado no EIA.

Refere que, devendo estes projetos ser objeto de discussão e participação das comunidades diretamente afetadas, não é despiciendo o facto da oposição das comunidades locais, em concreto, ser significativa.

Desde logo, porque como mandam as boas práticas dos Princípios Mineiros, definidos pela ICMM (*Internacional Council on Mining & Metals*) - https://www.icmm.com/engb/ *about-us/member-requirements/mining-principles* - os processos mineiros têm que envolver a participação de todos os *stakeholders*.

Apesar da reformulação do projeto, os consequentes impactes não só se mantêm como negativos, como até se verifica o agravamento dos mesmos quanto a inúmeros elementos, mesmo após a adoção das medidas de mitigação.
Por outro lado, o Projeto Reformulado não é isento de insuficiências/contradições que comprometem a viabilidade do projeto mineiro, para além de não responderem às questões que são impeditivas da aprovação do mesmo.
O que se verifica, nomeadamente, nas seguintes situações:

- Existem documentos distintos: o EIA e o estudo de Avaliação do Projeto Reformulado.
- Deveria existir um único documento, consolidado, que permita a total perceção do projeto na sua globalidade.
- A matriz síntese apresentada no Resumo Não Técnico, relativamente ao Projeto Reformulado nos sistemas ecológicos, apenas refere dois impactes: vertente lobo ibérico e outras vertentes. Sendo que, nas "outras vertentes" o único impacte mencionado é a destruição de biótopos/habitats.

Sucede no entanto que, no estudo de avaliação do Projeto Reformulado e no que respeita aos sistemas ecológicos "outras vertentes", é dado destaque aos impactes significativos sobre a toupeira de água, mexilhão-de-rio, gralha-de-bico-vermelho e populações de truta. Algumas destas espécies foram consideradas pela Comissão de Avaliação como fatores ambientais determinantes, pelo que deveriam constar desta matriz síntese.
Assim:

- Não foi realizado trabalho adicional para o mexilhão-de-rio, nem para a gralha-debico-vermelho! Não esquecer que eram espécies alvo – fatores ambientais determinantes, considerados pela Comissão de Avaliação.
- O EIA refere um impacte significativo sobre a população de mexilhão-de-rio, no Rio Beça, e de toupeira-de-água no Rio Covas.

Quanto a esta questão, o estudo do Projeto Reformulado refere como "… provável a redução populacional de mexilhão-de-rio no rio Beça (a jusante da área de intervenção no rio Covas) por efeito indireto, sendo este um impacte de magnitude moderada, uma vez que a população da espécie se encontra em declínio, e de âmbito regional dada a afetação da espécie na bacia hidrográfica do Beça e Tâmega, sendo significativo.

O mesmo se considera para a fauna aquática em geral, tal como ictiofauna e outros macroinvertebrados, sendo pouco significativo."
Considera, ainda, "… *a implementação de medidas de compensação direcionadas ao mexilhão-de-rio associadas ao SET que irão ocorrer no rio Beça, considerando-se que os impactes acima identificados poderão influenciar de forma negativa essas medidas, influenciando assim o seu sucesso*…"

Sendo que, quanto à toupeira-de-água, é reconhecida a "… *redução da disponibilidade alimentar e da disponibilidade de abrigos. Uma vez que a espécie apenas está confirmada no rio Covas considera-se provável face às ações previstas a alteração do uso do espaço pela população de toupeira-de-água, sendo este um impacte significativo*." Relembra-se que, o mexillhão-de-rio é uma espécie protegida e em vias de extinção.

E, a necessidade de garantir a sua preservação, foi um fator decisivo e importante no âmbito da decisão desfavorável que recaiu sobre o projeto da Barragem de Padroselos.
De notar que os recursos hídricos não foram devidamente acautelados, pelo que se mantêm as preocupações mencionadas na pronúncia quanto ao EIA, o que constitui impedimento para o avanço da mina.

- O EIA refere um impacte significativo sobre a população de gralha-de bicovermelho, devido à afetação de área de lameiros/atividade agro-pastorícia;
- O EIA refere um impacte significativo sobre a atividade piscícola, nomeadamente sobre as populações de truta/viabilidade das concessões de pesca existentes (afetação ecológica e económica);

Na matriz síntese do Resumo Não Técnico o Projeto Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP) não é uma ação com impacte positivo. O PARP, é uma medida de mitigação de impactes sobre a paisagem, solos, águas, biodiversidade, etc.
Da mesma forma, a criação de pargas e a revegetação prevista no Projeto Reformulado não são ações com impacte positivo no território. São sim, medidas mitigadoras dos impactes provocados pelo projeto.
Apesar das conclusões apontarem para impacte de menor significância do Projeto reformulado em relação ao EIA, o que a matriz global traduz - com exceção dos sistemas ecológicos, e mesmo neste, com reticências) - é uma manutenção e um agravamento dos impactes significativos identificados. E, isto, considerando já a implementação das medidas de mitigação.
Refira-se ainda que, o Resumo Não Técnico, constituindo o principal documento que será consultado pela população em sede de consulta pública, padece de clareza quanto ao seu conteúdo, nomeadamente:

- Na forma como apresenta os antecedentes;
- Ao não apresentar/explicar o contexto do artigo 16º do RJAIA;
- Ao não apresentar com o devido detalhe gráfico – escala adequada – as diferenças entre o projeto do EIA e o Projeto Reformulado;
- Na apresentação dos elementos do Projeto Reformulado, afirma que o "*projeto também eliminou as atividades durante o período noturno e concentrou as atividades mãos ruidosas nos dias uteis entre as 12h e as 15h*", mas, contudo, no Relatório Síntese é referido que "*A laboração da lavaria durante 24h/dia exige um cuidado extraordinário na escolha da sua localização, de modo a minimizar a perturbação nos vários fatores ambientais e sociais envolventes ao projeto, nomeadamente ao nível dos sistemas ecológicos e da componente social*". Afirmação esta que é validada pelo exposto no Quadro 10.23 – Atividades e Horários de Laboração onde se refere a laboração em 24h em 365dias/ano.

Existe, assim, falta de rigor no Resumo Não Técnico num aspeto de primordial importância no contexto da Avaliação de Impacte.
Pelo que, é um documento que podendo funcionar como suporte a uma apresentação pública dinâmica, não é esclarecedor, nem adequado para ser consultado pela população de forma acessível.

Estranha-se o facto de ter sido atribuída a conformidade ao EIA em Abril de 2021. E, em 2023, a "*avaliação do projeto reformulado*" por diversas vezes ao longo do relatório síntese, em sede de avaliação de impactes, afirmar:

- Impacte avaliado de forma mais detalhada no Projeto Reformulado;
- Impacte abordado de forma genérica no EIA;
- Este impacte não devidamente avaliado no projeto do EIA;
- Este impacte não foi avaliado com detalhe no EIA;

- -Impacte não avaliado no projeto do EIA;

(…)

- O próprio Resumo Não Técnico na matriz síntese de impacte identificar vários impactes como "Não avaliado" no projeto EIA;

Questiona-se, se nos fatores ambientais que não foram abordados no Relatório de "Avaliação do Projeto Reformulado" não existirão muitas outras situações de impactes não avaliados!!!

Por outro lado, apesar do Resumo Não Técnico nas conclusões salientar "as melhorias provocadas pela reformulação do projeto, que permitiram reduzir a significância dos impactes negativos observados face ao projeto anteriormente avaliado" essas melhorias não são claramente descritas no RNT e a matriz dos impactes apresentada não reflete essas melhorias ao nível da significância.

Atente-se que, na conclusão do Resumo Não Técnico, se refere que "…é na fase de exploração que se registam os principais impactes significativos do Projeto.

Evidenciam-se efeitos desfavoráveis significativos, ao nível da afetação paisagística, principalmente associados à instalação da Lavaria, ao desmonte de rocha nas cortas e ao enchimento das escombreiras; da afetação dos recursos hídricos, com alteração dos padrões de drenagem e condições hidromorfológicas; da componente social, devido à necessidade de aquisição de terrenos e deslocação económica.(…)"
Importa salientar que as Figuras apresentadas no EIA, incluindo o Resumo Não Técnico, que refira-se é o documento primordial para a consulta pública, frequentemente não apresentam escala e detalhe adequados para uma correta leitura da informação, quer ao nível do projeto, quer ao nível da caracterização ambiental. Pelo que, se torna extremamente difícil espacializar geograficamente os impactes decorrentes do projeto.

Conclusão:

Não obstante o Projeto Reformulado pretender colmatar as evidentes e reconhecidas lacunas/erros do EIA, a documentação que instrui o mesmo, não responde cabalmente quanto às medidas de mitigação a implementar por forma a garantir a redução/eliminação dos impactes ambientais, havendo, inclusive, muitas contradições no documento.
Não garantindo, de todo, a plena implantação do Projeto Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP).

Sem prejuízo do acima referido, igualmente se conclui que, é evidente e reconhecido o impacte negativo aos vários níveis elencados e as medidas de mitigação agora propostas não respondem às necessidades de proteger o meio ambiente e as comunidades afetadas, não otimizando o desempenho ambiental do projeto, que é condição sine qua non para aprovação do mesmo. Até no transporte do material da mina, se anteriormente não existiam impactos muito significativos para o Concelho de Boticas - já que era realizado pela parte sul, no Concelho de Ribeira de Pena -, com a nova proposta de percurso é todo pelo Concelho de Boticas (pelo nordeste de Covas do Barroso), o que vai produzir muitas mais poeiras e a consequente poluição do ar.

Resumindo, e atento os fundamentos acima (entre outros), o Projeto Reformulado da Mina do Barroso deve ser objeto de parecer desfavorável.

Esta é a única forma de defender e acautelar os direitos e interesses coletivos das populações e entidades locais, que auscultadas pelo Município se pronunciaram, de forma clara e fundamentada, contra a instalação do projeto da Mina do Barroso.

O <u>Município de Ribeira de Pena</u>

Informa:

Apesar de toda a área de concessão de exploração de depósitos minerais do projeto de "Ampliação da Mina do Barroso" (593 ha), se localizar no concelho de Boticas (freguesia de Dornelas e de Covas do Barroso), é de destacar o facto da aldeia de Alijó, situada na freguesia de Canedo, distar apenas cerca de 1300 metros (1,3 km) da atual área de concessão da "Mina do Barroso";

Dos elementos e documentação técnica disponibilizados pela APA no âmbito da consulta pública do EIA da alteração ao projeto de "Ampliação da Mina do Barroso" continua a verificar-se que, não obstante as alterações propostas, a execução do projeto terá significativos impactes ambientais, paisagísticos e sociais para o território:

i. Os impactes visuais e paisagísticos negativos com carácter duradouro sobre o território provocados pela desmatação e decapagem dos solos e pela exploração dos depósitos minerais a céu aberto, revelando-se completamente ineficaz a proposta de construção de cortinas de árvores para reduzir o impacto visual e paisagístico da mina a céu aberto, uma vez que as árvores precisam de mais anos de crescimento para atingirem um porte que permita "ocultar" a mina do que o próprio período de exploração da mina, isto é, a mina será encerrada antes das árvores atingirem uma dimensão que permita esconder os impactes visuais da exploração mineira a céu aberto;

ii. A degradação acentuada da qualidade do ar provocada pelas poeiras resultantes da atividade de exploração e transporte dos depósitos minerais, sem que a rega por aspersão dos caminhos se afigure como solução de minimização minimamente capaz de resolver ou atenuar o problema, além de que o EIA também não indica a fonte da água usada para essa rega dos caminhos: se for água não usada na exploração mineira, estar-se-á a reduzir ainda mais a água disponível para as atividades humanas e de apoio à agropecuária; se for água já anteriormente usada na mina, estar-se-á a aumentar as possibilidades de contaminação dos solos, com claro prejuízo para o ambiente e populações;

iii. A poluição sonora provocada pelo uso de explosivos, de equipamentos, de máquinas e de viaturas em trabalho na mina e nos respetivos acessos terá repercussões negativas e permanentes no descanso e na qualidade de vidas das populações locais, assim como no comportamento da fauna presente nas áreas envolventes à mina;

iv. As poeiras, as escorrências e as infiltrações de substâncias provenientes da exploração mineira afetarão a qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;

v. A redução da água disponível para o regadio tradicional dos terrenos e dos lameiros, fruto do seu uso na mina, através de captações superficiais ou subterrâneas e da retenção de águas pluviais, pode comprometer irremediavelmente a atividade agro ria das comunidades locais, uma vez que a diminuição da quantidade de água nos solos traduzir-se-á numa perda acentuada da sua produtividade e rentabilidade atuais e numa afetação duradoura dos usos costumeiros e dos modos de vida das populações locais;

vi. A afetação da qualidade da água e os impactes visuais e paisagísticos da exploração mineira refletir-se-ão negativamente na atratividade turística do concelho de Ribera de Pena, situação que representará elevados prejuízos para a economia local, designadamente para o Município de Ribeira de Pena que requalificou o Parque de Lazer do Rio Beça, situado a jusante da "Mina do Barroso";

vii. As atividades de caça e pesca também terão um impacto negativo relevante, nomeadamente ao nível das espécies piscícolas existentes nos rios Covas e Beça, como a truta fário, representando uma perda real na dinamização da atividade económica local, situação igualmente verificada pela perda de "valor de mercado" dos produtos locais;

viii. A interferência negativa da mina sobre os modos de vida e costumes das populações locais, com especial enfoque para a afetação e/ou perturbação das atividades ligadas ao setor primário, com grandes perdas potenciais de rendimentos para as famílias da freguesia de Canedo que vivem essencialmente dos rendimentos provenientes das atividades ligadas à exploração de produtos agropecuários;

ix. A exploração dos depósitos minerais envolverá grandes consumos de água e a consequente diminuição do caudal do rio Covas e das linhas de água que nele desaguam, reduzindo, consequentemente, o caudal de água do rio Beça onde se localiza a albufeira da mini-hídrica de Bragadas, situação que provocará a diminuição de produção energia elétrica produzida pela central hidroelétrica de Bragadas e a subsequente perda de receita para os Municípios do Alto Tâmega detentores dos EHATB, EIM, S.A., que detém e explora a mini-hídrica de Bragadas, situação esta completamente ignorada pelo EIA, facto particularmente grave atenta a grande importância que as receitas geradas pela produção de energia elétrica da mini-hídrica de Bargadas têm para a promoção de iniciativas de alavancagem do desenvolvimento socioeconómico dos concelhos de Boticas, de Chaves, de Montalegre, de Ribeira de Pena, de Valpaços e de Vila Pouca de Aguiar;

O EIA não se assegura mecanismos reais, independentes e participados pelas comunidades e pelas autarquias locais envolvidas na definição e controle das medidas de minimização de carácter socioeconómico a implementar durante a execução do projeto;

Ao nível das medidas compensatórias, o Acordo de Partilha de Benefícios constante do EIA não apresenta medidas verdadeiramente compensatórias para as comunidades e autarquias locais afetadas, face aos impactes negativos acumulados para o ambiente, economia e população locais em contraponto aos proveitos económicos expectáveis gerados pela execução projeto de "Ampliação da Mina do Barroso", as verbas previstas no Acordo de Partilha de Benefícios são "residuais" no contexto financeiro global do projeto, insuscetíveis de influírem duradoura e positivamente na melhoria da qualidade de vida das pessoas ou no desenvolvimento ambiental e socioeconómico dos territórios afetados, que no concelho de Ribeira de Pena abrangem as freguesias de Canedo, Santa Marinha e Salvador e Santo Aleixo de Além Tâmega;

O Acordo de Partilha de Benefícios, no caso de aprovação do EIA precisa de reforço significativo de verbas e do envolvimento ativo das autarquias e das comunidades locais do concelho de Ribeira de Pena afetadas, tendo em vista a definição de ações e projetos indutores do desenvolvimento ambiental e socioeconómico local que satisfaçam os legítimos interesses faz populações, tendo, ainda, em consideração a existência da natureza múltipla das "afetações prejudiciais" nos domínios ambientais, paisagísticos, sociais e económicos (agroflorestais e turísticos) que a execução do projeto acarreta para o concelho.

Assim, face ao exposto e aos fundamentos constantes do parecer negativo, cujo conteúdo subscrevemos, emitido pela Comissão de Avaliação ao projeto de "Ampliação da Mina do Barroso" que, mesmo perante as alterações propostas neste EIA pelo promotor do projeto ainda se mantém válidos, Propõe-se que o Município de Ribeira de Pena emita Parecer Desfavorável ao EIA de Alteração ao Projeto de "Ampliação Da Mina Do Barroso".

Junta de Freguesia de Covas do Barroso

Informa:

- Projeto de grande dimensão que vai ocupar uma parte substancial do território da freguesia – veja-se a parte ocupada dos Baldios de Covas do Barroso -, e se vai refletir diretamente no território da freguesia e na vida das respetivas populações.
  As populações da freguesia de Covas do Barroso vivem da agricultura, criação de gado e pastorícia. Ou seja, do que a terra lhes dá.

- Constituindo a preservação do ecossistema da envolvente um fator essencial à existência da mesma, e sem o qual estará a freguesia condenada à desertificação e, consequentemente, à extinção.

- Resulta dos documentos integrantes do projeto da Mina do Barroso que da instalação da mesma resultam impactes negativos, no clima; na geologia e geomorfologia; nos recursos hídricos superficiais e subterrâneos (como afetação dos afluentes do rio Covas, desvio de águas, consumo de água de origem superficial, afetação potencial do caudal ecológico do rio Covas, impermeabilização da sub-bacia hidrográfica do rio Covas); à qualidade da água existente; à qualidade do ar; à criação de ruídos e vibrações; à fauna e flora existentes; à alteração da paisagem e do território; condições de saúde humana; património cultural e Barroso Património Agrícola Mundial (entre outros).

- São apresentadas algumas medidas de mitigação dos impactes identificados. No entanto, e apesar disso, resulta sem margem para dúvidas que a qualidade de vida e meios de subsistência da população da freguesia de Covas do Barroso irá ser completamente alterada e afetada.

- Estão assim colocados em causa de forma irreversível os interesses e direitos à qualidade de vida e ao ambiente saudável da população da freguesia.

Junta em anexo o documento: **Avaliação da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados da Proposta Atualizada de Mina de Lítio do Barroso da Savannah Lithium, Norte de Portugal**

Steven H. Emerman, Ph.D., Malach Consulting, LLC, 785 N 200 W, Spanish Fork, Utah 84660, EUA

Transcreve-se parte deste documento:

O EIA anterior incluía algumas ideias interessantes e originais que não haviam sido adequadamente testadas, especialmente na escala para a qual foram propostas. O EIA atualizado é apenas temerário. São exemplos os seguintes aspetos:

1. Construção da segunda instalação de armazenamento de rejeitos filtrados mais alta já construída no planeta no terceiro local mais húmido para qualquer instalação de armazenamento de rejeitados filtrados já construída;
2. Construção de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados 97 metros acima do limite tecnológico atual para a precipitação do local;
3. Construção de qualquer instalação de armazenamento de rejeitados a 1000 metros de um rio;
4. Falta de qualquer cálculo ou modelo ou referência a dados empíricos para uma alegação de que os rejeitados derramados não poderiam atingir o rio adjacente;
5. Falta de qualquer consideração do possível caminho de fluxo para rejeitados derramados da instalação falhada de armazenamento de rejeitados para o rio adjacente;
6. Construção de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados com inclinações mais acentuadas do que os padrões da indústria, especialmente com pouco conhecimento das propriedades geotécnicas dos rejeitados;

7. Construção de uma barragem sem nenhuma consideração pelos padrões de segurança de barragens;
8. Construção de uma barragem de rejeitados usando o método de construção a montante;
9. Reconhecimento de que os rejeitados são suscetíveis à liquefação, mas sem nenhum plano de gerenciamento de rejeitados que estarão muito húmidos para compactação;
10. Análises de estabilidade com base numa única amostra de rejeitados, mas sem medições reais dos parâmetros de resistência ao cisalhamento dessa amostra;

As principais conclusões deste relatório podem ser resumidas da seguinte forma:

1) Com base na precipitação média anual no local da mina de 1.649 mm, a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso (140 metros) ultrapassaria o limite tecnológico atual em 97 metros.

2) Em comparação com a falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil em janeiro de 2022, um deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso se estenderá por 2.415 metros além do pé da instalação, ou bem no rio Covas, seguido de transporte para o rio Douro e o Oceano Atlântico.

3) Os taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seriam excecionalmente íngremes com inclinações de 1V: 2,5H (1 metro vertical por 2,5 metros horizontal) em taludes confinados por rocha estéril e 1V: 3H em taludes não confinados, ao contrário para o padrão da indústria de 1V: 3,5H.

4) Devido à topografia íngreme e à alta inclinação dos taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso, com um volume de armazenamento de rejeitados de 7,1 milhões de metros cúbicos, a instalação seria 99 metros mais alta do que seria previsto para seu volume de armazenamento de rejeitados, que é notavelmente semelhante à superação do limite tecnológico atual com base na precipitação média anual.

5) Embora os rejeitos filtrados sejam confinados por um aterro de rocha estéril, que deve ser considerado uma barragem pelos padrões da indústria, o EIA atualizado nunca usa a palavra "barragem" para descrever o aterro de rocha estéril e não há consideração de padrões de segurança de barragens.

6) A barragem seria construída usando o método a montante, no qual o aterro de rocha estéril seria colocado em cima dos rejeitados filtrados confinados, de modo que, se os rejeitados se liquefazem, o aterro deslizará ou cairá nos rejeitados liquefeitos. Por isso, o método de construção a montante é ilegal no Brasil, Chile, Equador e Peru, e foi recentemente denunciado no Manual de Mineração de Superfície da SME (Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração).

7) O perigo é particularmente agudo para a proposta Mina do Barroso, uma vez que o EIA atualizado reconhece que os rejeitados serão suscetíveis à liquefação. Além disso, não há um planeamento do que fazer com os rejeitados que ficarão muito húmidos para uma compactação adequada, seja porque saíram das prensas de filtro com teor excessivo de água ou porque foram re-humedecidos pela precipitação antes da compactação.

A recomendação deste relatório é rejeitar a proposta de Savannah Lithium para a Mina do Barroso.

Junta de Freguesia de Canedo, Ribeira de Pena

Emite parecer desfavorável, mesmo com algumas alterações propostas neste Estudo de Impacte Ambiental (EIA).

Fundamenta a sua posição, referindo:

- Revela-se completamente ineficaz a proposta de construção de cortinas de árvores para reduzir o impacto visual e paisagístico da mina a céu aberto, uma vez que as árvores precisam de mais anos de crescimento para atingirem um porte que permita "ocultar" a mina do que o próprio período de exploração da mina, isto é, a mina será encerrada antes das árvores atingirem uma dimensão que permita esconder os impactes visuais da exploração mineira a céu aberto;

- A degradação acentuada da qualidade do ar provocada pelas poeiras resultantes da atividade de exploração e transporte dos depósitos minerais, sem que a rega por aspersão dos caminhos se afigure como solução de minimização minimamente capaz de resolver ou atenuar o problema;

- Com a água usada na exploração mineira, estar-se-á a reduzir ainda mais a água disponível para as atividades humanas e de apoio a agropecuária;

- Se for água já anteriormente usada na mina, estar-se-á a aumentar as possibilidades de contaminação dos solos, com claro prejuízo para o ambiente e populações;

- A afetação da qualidade da água e os impactes visuais e paisagísticos da exploração mineira refletir-se-ão negativamente na atratividade turística da região, situação que representará elevados prejuízos para a economia local;

- O EIA não assegura mecanismos reais, independentes e participados pela população da Freguesia de Canedo na definição e controle das medidas de minimização de carácter socioeconómico a implementar durante a execução deste projeto.

Organização Partidária

Partido Ecologista "Os Verdes"- PEV

O Partido Ecologista Os Verdes PEV considera que a reformulação do "Projeto de Ampliação da Mina do Barroso" (Boticas), atualmente em Consulta Pública (CP), nunca deveria ter acontecido, e carece de legitimidade.

Não é admissível que os impactes negativos muito significativos, não minimizáveis e mesmo irreversíveis deste Projeto para o ambiente, para a vida das populações e para a região, apontados pela maioria das pessoas e entidades (incluindo o PEV) que se pronunciaram no quadro da Consulta Externa e da Consulta Pública, incluindo a própria Comissão de Avaliação (CA), não tenham determinado a emissão de uma DIA desfavorável ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso, pondo assim um ponto final à pretensão de exploração de lítio em Covas do Barroso e à instabilidade e ansiedade em que vivem, há mais de 6 anos, as populações da zona abrangida.

Acresce que a opção de avançar para a reformulação do Projeto, ao abrigo do nº2 do Artigo 16º do Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA), parte da entidade pública responsável pela Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), a Agência Portuguesa de Ambiente (APA), e não do promotor privado.

Como tal, Os Verdes reforçam que ao optar por este caminho a APA descredibiliza totalmente o processo da AIA, e o seu papel nesta avaliação, atendendo:

- Não teve em consideração a opinião da grande maioria das entidades e pessoas que se manifestaram no quadro da Consulta Externa ou da Consulta Pública que consideram os impactes do Projeto devastadores;

- Contrariou a posição da CA, que propôs a emissão de um parecer desfavorável à DIA, sublinhando os impactes de fundo do Projeto,"(...) provocará impactes negativos significativos a muito significativos, em alguns casos não minimizáveis, ao nível de fatores ambientais determinantes para a avaliação, como sejam os recursos hídricos, os sistemas ecológicos, a paisagem e a socioeconómica (...)". Parecer que só teve a oposição manifesta de duas únicas entidades, como se pode verificar pelas declarações de voto, sendo que uma delas é a entidade licenciadora do Projeto, ou seja, a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG);

- Interpretou de forma abusiva, na opinião do PEV, o nº2 do Artigo 16º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que foi pensado, e tem geralmente sido usado, para ajustes residuais ou ligeiros que permitam eliminar ou mitigar impactes pontuais dos projetos em avaliação, daí os escassos dez dias previstos de consulta pública que lhe estão associados. Talvez por isso, a cedência ao recurso hierárquico interposto pelo Município de Boticas, através do Despacho do Presidente do Conselho Diretivo da APA, que determinou o prolongamento da consulta pública por um período adicional de dez dias, pode ser um sinal claro do uso desadequado deste procedimento.

Sobre a reformulação do Projeto e as alterações de impactes que daí decorrem:

- Sobre as alterações, à primeira vista, a densidade do AIA e o número de documentos apresentados no quadro desta consulta pública dão a ideia de que a Savannah Lithium, Lda., apresentou muitas reformulações ao Projeto inicial, mas uma leitura atenta permite verificar que a profundidade das alterações é relativamente reduzida.

- No que se refere à sequência de exploração mineira das diferentes cortas estamos perante uma mudança da ordem de exploração das cortas, já existente nas alternativas apontadas no Projeto antes da reformulação, e que podendo mitigar alguns impactes, não altera na essência os impactes fundamentais, nomeadamente, os quatro fatores ambientais determinantes apontados no próprio parecer da CA.

- A localização da Lavaria, que agora se aponta como nova, também nada traz de novo. É uma das duas alternativas (Alternativa 1) de localização prevista no EIA do Projeto de Ampliação da Mina do Barroso. Tal como é referido no Relatório Síntese (p. 57) esta reformulação não passa de "uma solução otimizada da alternativa 1, solução essa encontrada através de uma ligeira rotação da unidade de concentração de espodumena". Ao mudar da Alternativa 2 para a Alternativa 1, mudam-se os impactes gerados, mas não deixam de haver impactes avolumados. Se na anterior localização, os impactos incidiam essencialmente sobre os recursos hídricos, nomeadamente sobre o rio Covas, na localização agora adotada, os impactes agravam-se para as populações de Covas do Barroso, da qual se aproxima, ameaçando ainda mais a sua qualidade de vida e a sua saúde. Entre estes impactes destacam-se os impactos sonoros.

- Sublinhe-se uma vez mais que falamos, pois, de uma unidade de processamento que se prevê vir a laborar em contínuo 24 horas por dia, setes dias por semana, durante 12 anos. Num ambiente sonoro onde reina atualmente o silêncio, é espectável que a introdução desta mudança radical venha a afetar muito a saúde das populações. É ainda provável que os impactes no ambiente sonoro e luminosos, numa área onde até agora a noite atinge uma escuridão perfeita, se reflitam também nos animais domésticos e de criação, visto que esta é uma zona agro-silvopastoril, e sobre os animais selvagens que se aproximam das aldeias de noite, procurando as suas presas.

- Num tempo em que as preocupações com o ambiente e a proteção e conservação dos ecossistemas já avançou para outras áreas, como a poluição luminosa, lamentamos que nem o anterior EIA sobre a Mina do Barroso nem esta reformulação identifiquem qualquer mitigação dos impactes que a luz artificial terá na fauna e flora local, mesmo reconhecendo que irá haver um aumento de luz artificial devido aos trabalhos e movimento de transportes noturnos.

- Em consequência da luz artificial no desenvolvimento das espécies, algumas plantas sofrem "stress" pela contínua exposição à luz e, de forma indireta, há ainda efeitos da luz artificial nos polinizadores, fundamentais para a vida na Terra, refletindo-se na flora local. Acrescem ainda os impactos diversos na saúde humana, existindo um número crescente de estudos que indicam relações entre a poluição luminosa e as perturbações no sono, risco de obesidade, depressão e diabetes.

- Acrescem os impactes sonoros e os impactes visuais sublinhados no próprio parecer da CA sobre Covas do Barroso.

- Sobre a localização da instalação de resíduos e das escombreiras, relativamente a estas últimas são afastadas as escombreiras das linhas de água de superfície, mas afirma-se que estas serão colocadas em zonas de vales. Ora os vales são, *per si*, espaços privilegiados de escorrência natural das águas.

- No que diz respeito aos acessos externos e parte dos acessos internos, otimizando o acesso Norte, foram realizados pequenos ajustes no seu traçado, concentrando todas as infraestruturas no Município de Boticas. Conclui-se, portanto, que a concentração de toda a movimentação, de camiões e de carga, fica resumida a este concelho, o que agrava a qualidade de vida desta população.
- Sobre os impactes das alterações e a avaliação que é feita dos mesmos.

- Basta analisar o quadro comparativo dos impactes do projeto inicial e do reformulado, no Resumo Não Técnico (RNT p.17 e 18), para verificar que a grande maioria se mantém e alguns até são agravados.

Impactes que considera que se agravam ou que não foram devidamente avaliados como é o caso das consequências para o Lobo-Ibérico.

- O EIA do Projeto Reformulado avalia como pouco significativos os impactes sobre o efeito de exclusão, a mortalidade e a perda de *habitat* do Lobo. Esta conclusão parte de duas premissas, a ausência de Lobo na área da conceção do projeto, por um lado, e o facto de as comunidades para se deslocarem e cruzarem terem um corredor verde, por outro. Os Verdes consideram que estas premissas mostram grandes debilidades de sustentação.

- O facto de o estado de referência atual do Lobo estar sustentado num único estudo (os planos de monitorização do Lobo-Ibérico levados a cabo pelo Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa), deixando cair os dados disponíveis de outras monotorizações referidos no parecer da CA, para períodos similares, leva-nos a considerar que existem falhas nesta análise. Referimo-nos à monitorização do Lobo nos Parques Eólicos localizados nas proximidades, e à monitorização do estudo complementar iniciado em fase de audiência prévia que precedeu a decisão de conformidade do EIA da Ampliação da Mina do Barroso, no qual foram detetados dejetos de Lobo na área concessionada (p. 206 e 207 do parecer da CA). Este último estudo de 2021 permitiu, também, detetar a possível existência de outro grupo familiar entre as povoações de Secerigo e Torneiros.

- O EIA tenta, igualmente, justificar que a atividade da Mina, com a eliminação do trabalho noturno na reformulação do Projeto, não vai ter impactes para as quatro alcateias, que assume existirem ao redor da concessão. Ora, esta afirmação não corresponde à verdade, visto que, o trabalho noturno, se bem que com menos intensidade, continuará a existir. A lavaria trabalhará 24h por dia e este trabalho acarreta sempre movimento à sua volta, mesmo com menor intensidade. O som propaga-se a uma grande distância, no silêncio total da noite, as luzes da lavaria e veículos a circular far-se-ão sentir não só sobre o Lobo, mas também nas outras espécies selvagens e nos animais de criação. Torna-se difícil compreender como se pode afirmar que o ruído das explosões, o pó, o crescente movimento de camiões, não irá perturbar durante dezassete anos o habitat desta espécie selvagem e, nomeadamente, no cruzamento entre as alcateias, quando a Mina se localiza, claramente, no epicentro destas quatro alcateias.

- Considera que a avaliação do EIA sobre o Lobo apresenta falta de rigor e de fundamentação e tem um objetivo, tentar "eliminar este obstáculo de peso", uma espécie protegida e em perigo de extinção que é o Lobo-Ibérico, com um número reduzido de indivíduos e de grupos familiares.

- Os recursos hídricos são parte fundamental na posição desfavorável dos Verdes. Com este projeto mineiro fica cada vez mais distante o direito fundamental de acesso à água, uma vez que se trata de um projeto que necessita de enormes quantidades de água nas suas práticas diárias e para além do uso intensivo deste bem essencial está em causa a possível poluição de diversas linhas de água.

- Fica claro que os recursos hídricos superficiais serão afetados na sua quantidade e na sua qualidade com a agravante que estes recursos são utilizados para o consumo humano, para a agricultura e para a pecuária.

- Não é só a utilização dos recursos hídricos do Rio Covas e do Rio Beça, mas também das ribeiras e até dos lençóis freáticos. São bem claras as consequências graves que esta mineração trará para a região, no que diz respeito, ao acesso à água e à manutenção da sua qualidade, quer com a produção de resíduos e a utilização de produtos tóxicos, que exigirão (reconhece-se no projeto) uma monitorização semanal dos recursos hídricos.

- Esta monitorização carece de ser feita também no que se refere à quantidade uma vez que se assume que poderá ser necessário suspender os trabalhos do processamento de mineralização na lavaria nos meses de verão de junho a agosto.

- Quaisquer que sejam as adaptações face ao projeto inicial é incontornável o risco de deterioração da qualidade das águas superficiais – rio Covas - com afetação dos objetivos definidos na Diretiva Quadro da Água, dada a dependência deste recurso fundamental para a laboração da exploração, assumindo a CA os impactes significativos a muito significativos decorrentes da interseção do nível de água das cortas e consequentes impactes nas captações de água subterrânea, reconhecendo que na fase de exploração se prevê a afetação dos recursos hídricos, com alteração dos padrões de drenagem e condições hidromorfológicas.

- O EIA do Projeto Reformulado que a área da Mina não se sobrepõe com nenhuma área protegida. Mesmo que assim seja, fica bem claro, aplicando a escala da Figura, que a área da Biosfera do Gerês fica a menos de 5 km da área da Mina e a ZEC Marão a cerca de 20 km. Assim sendo, é mais que provável que desta proximidade da Mina com estas áreas classificadas decorram impactes perturbadores e negativos. Nada mudou em relação ao anterior Projeto e os impactes na paisagem mantêm-se.

- No que diz respeito às consequências para a saúde da população do Barroso, que serão desastrosas devido ao elevado desconforto provocado pela exploração intensa e continuada, num curto período, e com o aumento da poluição do ar, da água, com a poluição sonora e a poluição visual, o PEV não pode deixar de lamentar que a Direção Regional de Saúde não se tenha feito representar na CA. Com este projeto está colocada em causa a saúde pública da população do Barroso, desejamos, portanto, que se faça representar na próxima CA e que seja defensora da qualidade de vida das populações.

Os Verdes têm vindo a alertar, na região do Barroso os projetos para exploração de lítio a céu aberto têm-se revestido de falta de transparência em toda a linha – com sucessivos atropelos ao Procedimento de Impacte Ambiental e pela ferida que deixam na Democracia - arredando as comunidades e ignorando as reivindicações e alertas das populações e do Partido Ecologista Os Verdes, para a enorme ameaça ambiental em curso.

Importa salientar que sobre o Direito à Informação e Participação das populações, a Transparência, o respeito da Legislação e o papel das Entidades Públicas no caso da Mina do Barroso, o relator da Organização das Nações Unidas (ONU), na sua visita a Portugal, de 19 a 27 de Setembro de 2022, com o objetivo de analisar a implementação do direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável em Portugal, conclui pela necessidade de proteção dos direitos das comunidades potencialmente afetadas pelos projetos direcionadas para a transição.

Os Verdes continuam a reafirmar o seu NÃO à exploração de Lítio na Mina do Barroso, por razões de ordem ambiental, social, económica e cultural, por respeito pelas populações que ali vivem, por considerarmos a transparência fundamental à Democracia e pelo nosso Futuro Comum.

Empresas

IBERDROLA Generación

O projeto sob consulta não responde quanto às medidas de minimização a implementar para garantir a preservação e monitorização adequada da qualidade da água a jusante dessa exploração, onde se situa o Sistema Eletroprodutor do Tâmega - SET, circunstância que pode comprometer a eficácia dos programas de monitorização na fase de exploração, diretamente relacionados com os recursos hídricos e respetivos *habitats* e da eficácia das medidas de compensação específicas previstas para vários troços do rio Beça, rib.º de Lousas / rib.º de Gondiães e rio Torno / Louredo, implementados no âmbito do SET.

Estes locais apresentam-se como críticos, pelo que se não ficarem devidamente acauteladas as medidas de minimização e de monitorização do projeto sob consulta, em particular no que concerne às descargas de efluentes e escorrência de sedimentos, poderá potenciar a ocorrência de pressões negativas na qualidade da água e consequentemente nos habitats prioritários que os locais referidos albergam.

Como consequência do regime de exploração aprovado para as barragens de Daivões e Gouvães, a ocorrência de potenciais impactes será, forçosamente, estendida à bacia do rio Torno / Louredo, na medida em que implicará a mistura das duas massas de água, pondo em causa a qualidade da água nas duas albufeiras, bem como em todo o curso dos rios a jusante da exploração mineira, a jusante destas albufeiras e as medidas de compensação implementadas e a implementar no âmbito do projeto promovido pela Iberdrola e protocoladas na documentação do projeto emitida ao abrigo do respetivo processo de AIA do projeto do SET.

Enquadramento Geográfico dos Projetos e Áreas Afetadas

O projeto de exploração mineira em consulta localiza-se a montante da área de influência da exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Daivões, sendo que os vales de escorrência que atravessam essa área de exploração afluem à margem direita do rio Tâmega na albufeira de Daivões, através do rio Beça.

Como referido, o regime de exploração dos Aproveitamentos Hidroelétricos de Daivões e Gouvães, originará a mistura das duas massas de água, pelo que a ocorrência de qualquer tipo de situação anómala que origine contaminação da água irá causar impacte eventualmente irreversível nas duas albufeiras e a jusante destas.

Apresentação dos Temas a Considerar

- A qualidade da água nas albufeiras de Daivões e Gouvães.
- A eficácia das medidas de compensação protocoladas na DIA/RECAPE do projeto do SET para as áreas onde se prevê a ocorrência de impactes.
- As medidas enquadradas no Plano da Bacia do Douro.

Qualidade da água da nas albufeiras de Daivões e Gouvães regime de proteção

A albufeira de Daivões e, consequentemente, a albufeira de Gouvães compõem grande parte do Sistema Eletroprodutor do Tâmega e apresentam, conforme definido, um regime de exploração que resulta na mistura das duas massas de água, estando as duas na lista de albufeiras classificadas como de utilização protegida, ao abrigo do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas.

. Qualidade da água

A Avaliação do Projeto Reformulado e a documentação anexa prevê que as fases constituintes do projeto de Ampliação da Mina venham a originar impactes na quantidade e qualidade da água superficial a jusante da mesma e da água subterrânea na sua envolvente. São apresentadas soluções técnicas para a gestão e abastecimento de água, para a gestão e tratamento das águas residuais geradas (construção de reservatórios de água limpa, reservatórios de controlo de sedimentos e de controlo ambiental), identificados os meios recetores dos sistemas, bem como estabelecidos programas de monitorização quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos.

São reconhecidos impactes negativos na fase de construção (com especial incidência para a construção dos reservatórios, desmatação, decapagens, movimentações de terras), resultando no incremento da carga de sólidos nas sub-bacias hidrológicas afetadas, entre outros fatores adversos. Na fase de exploração, o estudo identifica como impacte negativo a existência das massas de água associadas aos reservatórios (e conversão em regime de escoamento lêntico), ao que corresponderá uma diminuição da sedimentação no rio Covas, podendo originar um défice de sedimentos a jusante.

Identifica, ainda, como principais impactes negativos, um afluente do rio Covas intercetado pela Instalação de Resíduos (TSF), a possibilidade de rutura desta Instalação (TSF), a degradação da qualidade das massas de água associadas aos reservatórios, a degradação da qualidade da água decorrente da exploração (hidrocarbonetos, metais pesados), a interseção de níveis freáticos nas cortas, bem como impactes associados ao efeito de lixiviação da Instalação de Resíduos (TSF), escombreiras e áreas de depósito / pargas de terra vegetal e aos sistemas de tratamento associados às águas residuais industriais, entre outros.
Contudo, e não desvalorizando o aprofundamento e devido detalhe na conceção das medidas de mitigação que terão que ser desenvolvidas e aprimoradas numa fase subsequente, considerando o nível de impacte esperado para os recursos hídricos afetados, a Iberdrola considera fundamental que se assegure a devida monitorização ambiental, por forma a possibilitar a deteção atempada de impactes não previstos ou o incremento na severidade dos impactes previstos, considerando a salvaguarda dos recursos a jusante, sobre os quais impendem projetos em execução de beneficiação e melhoramento dos elementos naturais existentes.

As escorrências diretas das atividades do projeto podem provocar acumulação de metais ou outras substâncias na albufeira de Daivões, afetando a qualidade de água da mesma e consequentemente da qualidade da água da albufeira de Gouvães e percurso fluvial a jusante destas. De referir que, no contrato de concessão da Iberdrola (n.º 32/ENERGIA/APA/2014), está referenciado que a água do rio Beça está classificada como ”Razoável”, sendo que a do rio Covas está classificada como “Boa”, sendo que toda a área de exploração da mina, assim como parte do circuito utilizado para expedição dos inertes localiza-se a montante da albufeira de Daivões.
Salienta-se, ainda, que as localizações das cortas situam-se nas proximidades de duas linhas de água principais, e que considerando as suas profundidades máximas, representam uma probabilidade elevada de afetação do nível freático, podendo ser deteriorado por contaminantes resultantes da exploração.

. Necessidades hídricas da exploração do projeto

Segundo o referido no estudo, no pior cenário apresentado, estima-se que o projeto terá um impacte no escoamento natural superficial (na massa de água do Covas) de 0,8%, o que equivale a cerca de 0,6 hm3 anuais, afetando o regime de escoamento quer do rio Covas, quer do ribeiro do Couto (seu afluente). Tendo em linha de conta a ordem de grandeza do consumo estimado e a origem da água estar associada à sub-bacia hidrográfica do rio Beça, considerando os volumes/cálculos realizados para estimar a disponibilidade hídrica na albufeira de Daivões, teme-se agora uma possível redução da afluência de água nesta albufeira e concomitantemente com possíveis consequências na exploração das Barragens (incluindo a libertação de caudais ecológicos, em particular nos meses mais secos).

. Descargas de Efluentes e Controlo de Sedimentos

Apesar da avaliação ao projeto reformulado apresentar elementos adicionais no que respeita aos sistemas de tratamento de águas residuais industriais a adotar na fase de exploração, não é identificado claramente como será realizada a deposição em escombreira ou encaminhamento para operador autorizado da tipologia resíduos resultantes da limpeza das bacias de armazenamento de água, bem como da limpeza dos sistemas de tratamento de efluentes. Neste caso, conforme legislação em vigor, as lamas resultantes devem sempre ser analisadas, para caracterização prévia e definição do destino final adequado.

Outra vertente que se considera de fundamental importância é a definição de programa (s) de autocontrolo quantitativo e qualitativo a implementar, uma vez que se preveem grandes quantidades de águas residuais geradas, bem como a acumulação de águas pluviais e de infiltração e a sua contaminação durante o processo de exploração, sendo imprescindível aferir da real eficiência de tratamento antes da eventual devolução das águas ao meio hídrico, permitindo assim a melhoria e otimização dos sistemas.

Não menos importante, sendo um aspeto importante a controlar será, igualmente, a gestão das águas residuais domésticas e a gestão de águas residuais industriais provenientes das instalações normais e equipamentos habituais de uma exploração de indústria extrativa (nomeadamente as respeitantes a oficinas para manutenção de veículos e maquinaria, zonas de lavagem de rodados, zonas de lavagem de veículos e maquinaria, entre outras).

O impacte em apreço pode comprometer os resultados dos programas de monitorização dos recursos hídricos para a fase de exploração das albufeiras do SET que se encontram em curso.

. Programa de Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais Proposto

Conforme referido no estudo, ao nível da qualidade química e parâmetros físico-químicos gerais, para a fase de exploração antevê-se "possíveis alterações pronunciadas a montante e jusante (rio Covas), nomeadamente na temperatura da água, na sobressaturação vs. subsaturação de gases, em particular do oxigénio dissolvido, com potencial ocorrência de compostos tóxicos associados ao aumento de nutrientes, e em particular de azoto e fósforo. Potencial aumento de sólidos em suspensão no rio Covas." Refere ainda o provável aparecimento de poluentes específicos, decorrente da ocorrência de derrames acidentais. Relativamente à fauna piscícola, refere a possível afetação das espécies mais sensíveis devido ao aumento de sedimentos nos cursos de água afetados.

No seguimento do exposto anteriormente, a Iberdrola considera que o PM proposto apresenta lacunas que poderão (e deverão) ser corrigidas, designadamente:

• Clarificação dos critérios de avaliação de dados;

• Parâmetros a monitorizar: para uma melhor caracterização qualitativa da água, e por forma a garantir uma melhor articulação com outros Programas de Monitorização em curso (como é o caso dos PM's de fase de exploração do Sistema Electroprodutor do Tâmega), deveria ser equacionada a inclusão de parâmetros físico-químicos adicionais e parâmetros microbiológicos, tais como:

- Avaliação das condições de oxigenação: CBO5 e COT;
- Avaliação da transparência: Sólidos Dissolvidos Totais (SDT) e cor;
- Estado de acidificação: alcalinidade e dureza total;
- Condições relativas aos nutrientes: azoto total, azoto amoniacal, nitritos, fosfatos e sílica;
- Parâmetros complementares e outros poluentes: lítio e antimónio;
- Parâmetros microbiológicos: Coliformes totais, Coliformes fecais, Escherichia coli e Enterococos intestinais.

• Locais de amostragem: considera-se que os 10 locais identificados são insuficientes, uma vez que refletem uma subamostragem dos locais a montante das áreas afetadas (estações controlo), dificultando a avaliação do real impacte das intervenções construtivas / atividades de exploração nos recursos hídricos afetados. Nesse sentido, recomendar-se-ia a amostragem do rio Covas, ribeiro do Couto (afluente do rio Covas) e ribeiro de Lousas (afluente do ribeiro de Gondiães) em locais a montante da área de projeto ou de troços suscetíveis de afetação, entre outros afluentes do rio Covas que se considerem pertinentes e onde a produtividade hídrica o permita (como é exemplo o ponto proposto no Corgo dos Lamais).

• Frequência de amostragem: considera-se desadequada a periodicidade semestral definida para os parâmetros físico-químicos propostos determinados em laboratório, uma vez que inviabiliza a deteção atempada dos impactes negativos sobre os recursos hídricos. Assim, e em função da localização das áreas de intervenção / exploração e sua dinâmica de alteração espacial, considera-se que os locais diretamente afetados por intervenções construtivas / atividades de exploração (e respetivos controlos) devam ser avaliados mensalmente (parâmetros físico-químicos gerais e microbiológicos), e os locais definidos em PM não diretamente afetados sejam avaliados com uma frequência trimestral, de forma a caracterizar os recursos hídricos na envolvente, bem como avaliar os fatores sazonais que influenciam os resultados obtidos.

. Afetação das Medidas de Compensação

No que concerne à avaliação de impactes sobre os sistemas ecológicos, para a fase de construção, o estudo do projeto reformulado considera como "… provável a redução populacional de mexilhão-de-rio no rio Beça (a jusante da área de intervenção no rio Covas) por efeito indireto, sendo este um impacte de magnitude moderada, uma vez que a população da espécie se encontra em declínio, e de âmbito regional dada a afetação da espécie na bacia hidrográfica do Beça e Tâmega, sendo significativo. O mesmo se considera para a fauna aquática em geral, tal como ictiofauna e outros macroinvertebrados, sendo pouco significativo." Admite, ainda, "… a implementação de medidas de compensação direcionadas ao mexilhão-de-rio associadas ao SET que irão ocorrer no rio Beça, considerando-se que os impactes acima identificados poderão influenciar de forma negativa essas medidas, influenciando assim o seu sucesso…"

Em relação à toupeira-de-água, o estudo reconhece a "… redução da disponibilidade alimentar e da disponibilidade de abrigos. Uma vez que a espécie apenas está confirmada no rio Covas considera-se provável face às ações previstas a alteração do uso do espaço pela população de toupeira-de-água, sendo este um impacte significativo."

Indo de encontro ao referido no estudo, no que respeita aos impactes cumulativos, encontram-se em fase de execução medidas de compensação para algumas das espécies de fauna mais suscetíveis de afetação nas sub-bacias hidrográficas em questão (e.g. toupeira-de-água, mexilhão-de-rio, e associada a esta também a truta). No entanto, considera a pouca probabilidade de afetação direta do projeto em causa sobre os habitats ripícolas e sobre o leito destas linhas de água.

Importa referir que, devido à presença de uma população relevante do mexilhão-de-rio Margaritifera margaritifera no rio Beça (a jusante da confluência com o rio Covas) foi impedida em fase de Estudo de Impacte Ambiental do SET, a construção da Barragem de Padroselos. Esta espécie com estatuto de conservação elevado, requer para sobreviver condições e padrões de qualidade de água elevados, pelo que o projeto em estudo pode vir a afetar seriamente e de forma irreversível as populações a jusante da área de exploração.

Neste sentido, a Iberdrola tem o compromisso protocolado pelo "Programa de Medidas de Compensação" de melhorar o habitat da Margaritifera margaritifera neste troço do rio Beça e na sub-bacia em geral.

Esta medida foi iniciada em de maio de 2021 no rio Beça, continuando em curso a sua implementação, e estando em período de monitorização nos 15 anos após o início da fase de exploração do SET. De forma complementar, encontra-se em curso o repovoamento de trutas nos ribeiros Gondiães, Lousas e rio Beça, assim como transferência de toupeira-de-água para esta sub-bacia, conforme mapa abaixo.

Dando especial atenção ao caso particular da Margaritifera margaritifera e seu habitat, salienta-se que esta espécie tem como habitat os cursos médios a superiores de riachos e rios de águas limpas, oxigenadas, com pouco calcário e oligotróficas. No norte de Portugal vive em cursos de água com fundos rochosos, de pedra e cascalho, por vezes com substratos finos e arenosos, e com presença de truta.

A fragmentação deste habitat, criando isolamento de populações, representa um sério risco à conservação da espécie, impossibilitando a reprodução natural.

O desenvolvimento do projeto em causa pode representar um fator de perturbação, quer por ocorrência de escorrências contaminantes diretas, ou indiretas (deposição de poeiras na vegetação que será posteriormente lavada pela chuva), quer pela redução do caudal dos cursos de água, potenciando o assoreamento dos leitos. Esta situação pode afetar diretamente as populações desta espécie, assim como o desaparecimento da espécie hospedeira dos seus gloquídeos, a truta.

O aumento da deposição de sedimentos modifica o habitat da espécie, diminuindo a qualidade da água, impedindo a movimentação de peixes hospedeiros, razão pela qual se considera como um impacte adverso de elevada significância.

O alcance e informação sobre as medidas de compensação em fase de execução pode ser consultado na documentação entregue em novembro de 2018 e reportes regulares posteriores, no âmbito do processo AIA do SET.

Estas medidas estão em fase de implementação através de várias atividades, no sentido de dar cumprimento ao objetivo global acordado com a APA. O cumprimento destes objetivos constitui um princípio fundamental para a Iberdrola, indo de encontro não só aos requisitos da APA, mas reforçando igualmente o compromisso de promoção da biodiversidade.

As atividades em desenvolvimento que apresentam (ou podem apresentar) afetação direta com a área de exploração em consulta (integrada na sub-bacia do rio Beça) constam da tabela seguinte:

+

Código	Medida de Compensação	Objetivo Total	Observações
MC6	Melhoria da conetividade transversal entre florestas de ribeira e outras formações florestais	64 ha	Pretendemos conetar o rio Beça e afluentes com outras massas florestais
MC7	Recuperação das florestas de ribeira e melhoria da conetividade longitudinal dos cursos fluviais	23 km	Melhoria da galeria ripícola da sub-bacia hidrográfica do Beça
MC9	Revegetação de taludes ribeirinhos mediante técnicas de bioengenharia	1 km	Assegurar as margens e promover a recuperação das galerias
MC10	Melhoria da conetividade longitudinal dos cursos fluviais: adequação e eliminação de obstáculos	11 ud	Manter um fluxo / caudal, além de um habitat contínuo no rio
MC13	Restauração de locais de desova	33 ud	Melhoria da capacidade reprodutora das trutas (necessárias para o ciclo de vida da *Margaritifera*)
MC14	Repovoamento com Truta-de-rio (*Salmo trutta fario*): produção e libertação	21 lotes	Aumento da densidade populacional das trutas (necessárias para o ciclo de vida da *Margaritifera*)
MC22	Reprodução e divulgação científica e ambiental sobre Mexilhões-de-rio e reprodução (*Margaritifera margaritifera*)	1 ud	Reprodução *ex-situ* e libertação de juvenis de *Margaritifera* no rio Beça e afluentes
MC23	Melhoria das populações de Toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*)	31 ud	Espécie protegida e com boas possibilidades de sobrevivência na sub-bacia do rio Beça
MC25	Melhoramento dos sistemas aquáticos: adequação de zonas lentas	10 ud	Melhoria dos ecossistemas aquáticos para aumentar a qualidade da água

. Cumprimento de Medidas do Plano da Bacia Hidrográfica Do Douro (Rh3)

As medidas de compensação que a Iberdrola está a implementar, alinhadas com as medidas definidas no Plano de Gestão da Bacia do Douro, resultam de manifesta importância e carecem de ser salvaguardadas, por forma a garantir que serão atingidos os objetivos estabelecidos pela APA para esse plano.

Conclusão:

Após consulta e análise da informação que integra o procedimento de consulta pública da Avaliação do Projeto Reformulado no âmbito do Art.º 16.º do RJAIA da Ampliação da Mina do Barroso (março 2023), e não obstante o reconhecimento de se verificar considerável melhoria da informação prestada no que concerne à caracterização do projeto, processos construtivos e exploração de indústria extrativa, caracterização dos impactes e proposta de medidas de mitigação a adotar, é entendimento da Iberdrola que a documentação que instrui o projeto sob consulta não responde cabalmente quanto às medidas de minimização a implementar para garantir a preservação e monitorização adequada da qualidade da água a jusante dessa exploração, onde se situa o SET, circunstância que pode comprometer a eficácia dos programas de monitorização na fase de exploração, diretamente relacionados com os recursos hídricos e respetivos habitats e da eficácia das medidas de compensação específicas previstas para vários troços do rio Beça, rib.º de Lousas / rib.º de Gondiães e rio Torno / Louredo, implementados no âmbito do SET.

Assim, a Iberdrola solicita que sejam garantidas na Declaração de Impacte Ambiental da ampliação da Mina do Barroso, as seguintes medidas:

- Medidas de Minimização e Boas Práticas de forma a dar cumprimento nas fases do projeto (construção, exploração e desativação) à salvaguarda do património natural, nomeadamente os referentes aos Recursos Hídricos (superficiais e subterrâneos).

- Efetuar monitorizações específicas de águas superficiais nos cursos de água (e seus afluentes) intersetados pela área de projeto, a montante e a jusante da área de afetação para determinar a presença de sedimentos, metais pesados, e outros poluentes, com início antes da fase da construção da ampliação e durante a sua exploração e desativação. O Programa de Monitorização a adotar deverá permitir articulação com os Programas de Monitorização em vigor (designadamente os PM para a fase de exploração do SET). Solicita-se, ainda, que a informação referente ao PM a adotar seja facultada à Iberdrola como parte interessada.

- Realizar um estudo hidrogeológico na envolvente do projeto, antes do início das atividades, que integre dados de um Inventário Hidrogeológico (minas, nascentes, etc.), e permita elaborar uma adequada caracterização do modelo hidrogeológico (recargas, escoamentos, consumos, etc.) dos sistemas aquíferos locais intersetados pelas atividades em profundidade. Nas áreas onde exista falta de informação hidrogeológica, ou esta não seja fiável, deve ser elaborado um Plano de Prospeção Hidrogeológica Complementar, específico para este fim, que permita determinar, entre outros, os seguintes parâmetros: níveis hidrostáticos, transmissividades, permeabilidades e coeficientes de armazenamento. Estes estudos devem ser realizados antes do início das obras da ampliação e ter continuação durante a fase de exploração e desativação. Solicita-se, ainda, que esta informação seja facultada à Iberdrola como parte interessada.

- Obrigação de comunicar/ informar a Iberdrola da ocorrência de situações de descarga acidental ou emergências ambientais decorrentes do processo de exploração da mina, que possam colocar em risco as medidas de compensação ou a qualidade de água das albufeiras.

Na ocorrência de afetação das medidas de compensação do SET, por responsabilidade das atividades da exploração da Mina, o custo de reposição dessa medida devem ser imputados à entidade responsável pela sua exploração.

ONGA/ Outras Associações

ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

O projeto de ampliação da MdB, que esteve em consulta pública em 2021, tem por objetivo a ampliação da área de concessão de exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio para cerca de 593 hectares (ha), com uma área de exploração com cerca de 70,5 ha distribuídas por 4 cortas, numa área a intervencionar pela mina entre um mínimo de 384 ha e um máximo de 476 ha, sendo de referir que parte se situa a menos de 1000 metros de habitações de Covas do Barroso.

Pretende-se efetuar a instalação de um estabelecimento industrial de tratamento da mineralização, para produção de concentrados de espodumena e de quartzo e feldspato, a construção de um acesso desde o exterior à MdB, especificamente, ao estabelecimento industrial (lavaria), e a realização de um acesso entre a área este e oeste da Mina.

Acresce a criação de uma escombreira de rejeitados filtrados, sendo que os inertes irão ocupar em parte o espaço das cortas após exploração.

Está de igual forma prevista a implantação das seguintes instalações de apoio: escritórios, instalações sociais e armazéns, e oficinas.

No presente documento em consulta pública, é referido que a 23 de junho de 2022, através do ofício a autoridade Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) envia o parecer desfavorável da Comissão de Avaliação, tal como o Relatório da Consulta Pública e comunica que foram identificados potenciais impactes negativos muito significativos em fatores ambientais como recursos hídricos, sistemas ecológicos, paisagem e socioeconómica. Na mesma comunicação a Agência Portuguesa do Ambiente informa a vontade de desencadear o procedimento previsto no n.º 2 do artigo 16º do RJAIA, com vista a trabalhar no sentido da viabilização do projeto de ampliação da Mina do Barroso.

O Proponente informou a Autoridade de AIA do seu interesse em reformular o projeto avaliado no EIA e, consequentemente, da intenção de submeter um relatório síntese da reavaliação ambiental do projeto reformulado, com destaque aos aspetos mais relevantes elencados no parecer da Comissão de Avaliação.

Quanto às questões levantadas pela Comissão de Avaliação, são apresentadas no EIA as seguintes:

– Sistemas ecológicos, nomeadamente a potencial perturbação de espécies como o Mexilhão-de-água-doce, a Gralha-de-bico-vermelho e da atividade natural do Lobo-ibérico.

– **Presença de elementos do projeto sobre linhas de drenagem**, a sua proximidade ao rio Covas, possibilidade de deterioração da qualidade das águas superficiais com afetação dos objetivos definidos na Diretiva Quadro da Água.

– **Paisagem** com a compatibilidade paisagística do projeto devido à classificação da área como Património Agrícola Mundial.

– **Componente social,** devido à elevada incomodidade provocada pela exploração intensa e continuada, num curto período, influência na qualidade do ar da região, possível perda da classificação de Património Agrícola Mundial.

Após uma leitura atenta do documento, refere que o mesmo não se cinge a uma reformulação, mas sim a uma profunda alteração nomeadamente:

- À localização da lavaria;
- Acesso ao exterior da exploração;
- Instalação de alegados reservatórios de água que são barragens instaladas em linhas de água, uma das quais impermeabilizadas;
- Alteração na distribuição dos inertes que em parte vão ser colocados em parte nas cortas após a exploração, abandonando a ideia inicial de criação de dois lagos artificiais;
- Não instalação de cortinas arbóreas devido ao ruído e poeiras entre a exploração e o aglomerado.

Questões gerais

Ponto um - Nesta reformulação do projeto é apresentada a construção de uma nova via de acesso externo com cerca de 11,6 km que ligará a lavaria à rede rodoviária nacional (Estrada Nacional 311), sendo necessário que esta tenha um mínimo de 8 metros de largura, resultando do aproveitamento de parte da rede rural existente e a criação de uma nova na maioria por escavação, tendo em consideração a topografia. É positivo o abandono da proposta de acessos que exigia a instalação de uma ponte sobre o rio Beça e cujo impacte sobre a componente ecológica era muito significativa, mas na nossa opinião não existe uma efetiva avaliação de qual o impacte do alargamento da atual estrada rural, a qual terá atualmente menos de 4 metros, para uma largura mínima de 8 metros, assim como a construção de um novo troço.

Ponto dois - Constata-se que existiu uma alteração ao nível da sequência de exploração para que as escombreiras sejam depositadas nas primeiras cortas a serem exploradas permitindo a reabilitação da maioria das linhas de água, situação que não acontecia na versão anterior do projeto. Contudo, fica a interrogação sobre a verdadeira recuperação que é possível efetuar das linhas de água, considerando que as cortas ficarão preenchidas com inertes, detritos soltos que não conferem o mesmo tipo de impermeabilização do solo atualmente existente, assim como, considerando que os solos da região são muito esqueléticos e com baixa profundidade, de que forma se poderá falar de uma verdadeira recuperação paisagística.

Ponto três – É referido que existe uma redução nas áreas de escombreiras permanentes que passam dos 145,5 ha para os 82 ha, embora continue a existir uma área muito significativa de escombreiras temporárias.

É referido que será feita a integração da maior área de escombreiras permanentes na topografia natural do terreno. Contudo, sendo esta região bastante declivosa, tal como é mencionado no estudo, fica a interrogação quanto à estabilidade futura destas escombreiras, tendo em conta não só a altura das mesmas, que poderão atingir os 100 metros de altura, como se perspetiva com a escombreira 1 numa área com cerca de 19 hectares.

Mais preocupante é a instalação dos rejeitados da lavaria, cuja estrutura, com 13,9 Mt numa extensão de 28,4 ha, atingirá uma altura de 85 metros. Embora estejamos na presença de resíduos da lavaria que serão alvo de desidratação antes da sua deposição em local impermeabilizado e com canais de drenagem, em caso de acidente devido a anomalia ou qualquer outro fenómeno estocástico, devido à orografia do local e à proximidade de linhas de água, poderão existir consequências imprevisíveis sobre o comportamento destes sedimentos de granulometria fina, mesmo com a existência de um Reservatório de Controlo Ambiental a jusante. Esta é uma situação, em termos de localização, continua a suscitar-nos imensas dúvidas quando ao cumprimento das melhores práticas na exploração mineira.

Recursos hídricos

Ponto quatro – Embora e comparativamente com o estudo anterior tenham sido diminuídos em número, serão construídos 5 reservatórios, dois dos quais para controlo de sedimentos e águas de escorrências a jusante e receção de água das cortas, e 1 para receção da água contaminada utilizada na lavaria depois de passar pela estação de tratamento de águas e processamento e águas de escorrência. É referido que a redução em número implicou um aumento em volume.
Uma vez mais a menção a reservatório, deixa a dúvida no ar se não estamos perante a instalação de barragens e não de meros reservatórios. Olhando para a orografia do local, na nossa opinião vão ser instaladas barragens para retenção de água e com função de retenção de sedimentos em algumas situações sedimentos, e não um simples reservatório de água. Como tal deveria ser utilizada uma linguagem mais adequada às estruturas que vão ser instaladas e avaliar qual o impacto das mesmas ao abrigo da Diretiva Quadro da Água.

Ponto cinco – É referido no estudo a necessidade de um abastecimento anual na ordem dos 330 000 m3 de água. Contando para este número a reposição no processamento na lavaria e a água necessária para suprir as poeiras nas atividades operacionais e o que é necessário para repor parte da água que é anualmente utilizada na lavaria, na ordem dos 665 m3/dia num consumo anual total na lavaria de 406 020 m3/ano.
É referido no estudo que, durante a fase de exploração, a mão-de-obra requerida varie entre 200 a 245 trabalhadores.
Contudo, é curioso constatar que o consumo de água potável necessária anualmente é calculado para 100 trabalhadores. Será um erro de cálculo?
A preocupação com a disponibilidade hídrica nesta nova versão do projeto mantém-se. Deixa-se de efetuar uma extração direta do rio Covas, mas constroem-se várias barragens para garantir o abastecimento e necessidades da exploração mineira. No entanto, o estudo refere que é necessário garantir do escoamento do caudal ecológico e que deverá ser instalado equipamento de medição adequado em cada uma das linhas de água. Para além disso, é necessária a redução do consumo de água nos meses de junho, julho e agosto, com consequente diminuição da taxa de processamento de mineralização na lavaria, de tal modo se cumpra escrupulosamente o regime de caudais ecológicos no rio Covas. Fica a ideia de que o consumo de água é de tal forma elevado que no período de estio o mesmo poderá colocar em causa as necessidades de operação da mina.

Ainda dentro desta componente de recursos hídricos, é referido que, dada a imprevisibilidade do sistema hidrogeológico e de modo a minimizar possíveis impactes em recetores externos à atividade mineira, será implementado um plano de monitorização para acompanhar a evolução dos níveis de água na fase de exploração mineira e o eventual impacte nas captações de água subterrânea inventariadas localizadas nas imediações da concessão mineira. Também está prevista como medida compensatória a disponibilização de água proveniente dos reservatórios de água limpa à população para utilização também nas atividades agropecuárias. Esta é uma situação que localmente poderá ser problemática, e que está a ser avaliada com demasiada ligeireza, tendo em consideração o cenário de alterações climáticas que resulta em períodos de seca mais prolongadas que podem colocar em causa a disponibilidade de água para as atividades da população local. O fornecimento será realizado com recurso a cisternas ou condutas instaladas para o efeito?
Num cenário de alterações climáticas, em que a frequência de fenómenos de seca é cada vez comum e prolongada no tempo, fica a preocupação quanto ao impacte nos recursos hídricos nesta área em concreto.

Ponto seis - Ao nível dos recursos hídricos, é referido que não obstante a adoção das devidas medidas de minimização durante a fase de construção, classifica-se o impacte da construção dos reservatórios sobre as linhas de água (Corgo do Fojo e afluentes da margem esquerda do rio Covas) a represar como negativo, direto, provável, de magnitude moderada, local, permanente, significativo e irreversível.
No que concerne ao rio Covas, e apesar de este não vir a ser represado, considera-se que as atividades relacionadas com a construção de reservatórios nos seus afluentes diretos, poderá provocar impactes negativos, indiretos, prováveis, de magnitude moderada, local, permanentes, significativos e irreversíveis. (página 375 do relatório síntese)

Durante a fase de exploração do projeto, as principais alterações nos padrões de drenagem nas linhas de água da rede hidrográfica da área do projeto referem-se principalmente à existência dos reservatórios e respetivas albufeiras e estão associados à conversão de um regime lótico num regime lêntico (albufeiras).
Os principais impactes nos recursos hídricos superficiais, e em particular no rio Covas e nos seus afluentes da margem esquerda, onde serão implementados os reservatórios da Etapa 1, prende-se com o efeito barreira imposto ao sistema natural de drenagem, o que levará a alterações do regime de escoamento natural nas linhas de água a jusante e, a montante, este regime estará fortemente dependente do regime de exploração da mina.

É curioso que ao longo de todo o documento nunca é mencionada a construção de obstáculos nas linhas de água, como acontece nesta situação com a instalação de barragens para represar água na maioria das situações para utilização na exploração mineira, alterando o que inicialmente estava previsto com a utilização direta da água do rio Covas.

Ruído

Ponto sete – É referido no estudo que no âmbito do ruído, segundo "a análise elaborada conclui-se que ficam garantidas as condições de funcionamento da Mina do Barroso em relação à sua influência no ambiente exterior com ocupação humana". E ainda referido que, "tal não significa, no entanto, que o ruído emitido pelo normal funcionamento da Mina do Barroso não possa ser audível (percetível). No entanto, a grandeza das emissões sonoras na situação futura com a configuração atualmente em estudo na maioria dos locais é baixa relativamente à grandeza dos níveis sonoros registados para o ruído ambiente, demonstrando assim que a contribuição do funcionamento da Mina do Barroso no ruído ambiente pode ser considerada como pouco significativa.

Mas, mais adiante no documento é referido que, em relação à redução da qualidade de vida e saúde da população, "importa assinalar que a extensão no tempo destes efeitos de perturbação e a sua continuidade diária podem contribuir para um agravamento da qualidade de vida e saúde da população".

Face ao exposto, é notório que existe um relegar para segundo plano dos problemas relacionados com a incomodidade que irá causar na população, com o cumprimento da legislação e o amenizar dos problemas com a redução da laboração da mina com um limite máximo em algumas das cortas para as 23 horas, garantindo horas de descanso. Ainda assim, a lavaria continuará a laborar 24 horas por dia.

Quanto a medidas de minimização são referidas a criação de barreiras acústicas arbóreas de 15 a 30 metros de largura, em torno, especialmente, da zona da lavaria, mas sem mencionar qual a tipologia de espécies a instalar e se as mesmas no tempo de vida útil da exploração terão o porte adequado para cumprirem a sua funcionalidade. Acresce a estranheza de abandono da instalação de barreiras acústicas entre a exploração e o aglomerado populacional. Se no anterior EIA existia a necessidade de efetuar a sua instalação, no atual documento em consulta pública essa necessidade parece ter desaparecido.

Paisagem

Ponto oito – É referido no estudo que os impactes na paisagem são negativos e vão de significativo a muito significativo.

Ponto nove - Existe uma ligeira alteração da localização da lavaria, com a escolha da opção 1, afastando a do rio Covas, permitindo uma contenção mais eficaz do ruído noturno, além de reduzir o impacto visual.

Também otimiza a localização da instalação de resíduos, neste caso dos rejeitados da lavaria. Mas o impacte visual numa paisagem rural permanece significativo.

Ponto dez - Esta região, também designada como **"Terras do Barroso"**, foi designada como primeiro sítio GIAHS (*Globally Important Agricultural Heritage Systems*) em Portugal.

As suas caraterísticas intrínsecas valeram a esta região a **classificação de Património Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)**. Tratando-se de **uma ação da FAO que pretende promover e salvaguardar este território devido às caraterísticas ímpares ao nível do seu património agrícola e agropecuário.** No presente documento em consulta pública é referido que, estas áreas no âmbito do projeto são muito reduzidas no contexto da região do Barroso, sendo as intervenções da fase de construção maioritariamente temporárias e reversíveis. "A generalidade das infraestruturas a implementar nesta fase será removida no final da fase de exploração, sendo as suas áreas de implementação recuperadas e os seus usos repostos". Resta saber qual o impacto que este projeto terá na imagem da região.

Componente social e económica

Ponto onze – Um dos pontos que foram apontados pela ZERO no estudo anterior prendia-se com a necessidade de mão-de-obra especializada que de forma alguma poderia ser fornecida localmente ou regionalmente. A reformulação do projeto assume esta situação, mas lamentavelmente não apresentam uma estimativa de qual será a necessidade de mão-de-obra que terá de ser recrutada fora da região.
Para além disso, é referido no estudo, que da análise dos impactos socioeconómicos realizados, "no âmbito da "empregabilidade, as evidências são muito positivas, perspetivando-se, por via direta, indireta ou induzida, a criação de 4 700 postos de trabalho, na fase de investimento e 2 250 postos de trabalho, na fase de operação." "Grosso modo, é referido o potencial do projeto para fixar a população, através dos efeitos que terá na economia". Uma vez mais, fica a interrogação se a instalação de uma exploração mineira desta natureza, que alegadamente tem um tempo de vida temporal limitado e exige, como referido no mesmo, o recrutar de mão-de-obra especializada que não existe a nível regional, é promotor de uma verdadeira fixação de população. Por outro lado, e considerando os números que são apresentados de 200 a 245 trabalhadores no período de laboração, não existe uma justificação concreta e/ou explicação para a criação de 2 250 postos de trabalho. São estes postos de trabalho só ao nível local ou decorrentes de todo o ciclo de exploração da matéria prima-lítio, desde a extração até à produção de baterias? Parece-nos que existe aqui um empolar dos aspetos positivos de empregabilidade, dado que mais adiante é referido que: "estima-se ainda, para cada emprego direto criado, a criação de seis empregos indiretos, quer por via dos efeitos multiplicadores geradores noutros setores, quer por via da procura de bens e serviços necessários à operação da mina". Para uma criação média de 200 postos de trabalho estaríamos a falar de 1200, pouco mais de metade dos 2250.

Ponto doze - A presença de um projeto desta magnitude traduzir-se-á numa maior dinâmica económica, aumento da população e consequente aumento da procura por bens e serviços. Esta procura poderá resultar num aumento dos preços, gerando discrepâncias entre indivíduos com um maior poder de compra e outros que devido aos baixos rendimentos sintam dificuldades em garantir os bens e serviços necessários.

Além disso, as próprias dinâmicas relacionadas com os recursos humanos poderão sofrer alterações em consequência da competição que poderá surgir pela mão-de-obra. Esta competição poderá não favorecer as empresas locais, uma vez que as mesmas poderão não apresentar a capacidade necessária para competir com as ofertas e salários previstos para o projeto, traduzindo-se numa disrupção do tecido económico da região, não querendo isto dizer que defendemos políticas de baixos salários.

Ponto treze - No que respeita às medidas de compensação, existe um conjunto de medidas que merecem observação da nossa parte:

- É mencionado a "Construção de uma infraestrutura que inclua um núcleo museológico, instalações para investigadores que pretendam desenvolver estudos sobre o concelho de Boticas".
Não sendo claro qual a importância para o desenvolvimento local, carece de explicações adicionais.

- Outra medida, o "Apoiar o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente da Guarda Nacional Republicana, com o objetivo de combater o furtivismo", é algo que nos parece que, embora possa ser bem-vinda, aparentemente não vem fazer face a qualquer problema identificado.

- É referido que, para a componente de reflorestação das áreas intervencionadas, "devem recolher se sementes das espécies autóctones presentes na área, para posterior plantação e desenvolvimento em viveiro. Estas plantas devem ser depois utilizadas nas ações de recuperação paisagística". Esperamos que seja um lapso e não um grave desconhecimento da legislação em vigor. Existem 48 espécies florestais de certificação obrigatória, entre as quais se contam a azinheira, o sobreiro ou o carvalho-alvarinho, que só podem ser colhidas em bosquetes e povoamentos certificados.

- É mencionado um Plano de Envolvimento de Partes Interessadas o qual inclui um Plano de Partilha de Benefícios e um Plano de Boa Vizinhança. Este é um ponto positivo relativamente à versão presente no estudo anterior. Ainda assim, apontam-se um conjunto de fragilidades:

- São planos que neste momento já deveriam estar elaborados e consensualizados, uma vez que se corre o risco de os mesmos não se conseguirem implementar considerando o conflito com a população local.
- São planos que devem ser acordados com a população e não impingidos numa lógica de apoiar os mais desfavorecidos, como transparece em toda a redação.
- Apresentam-se no documento um conjunto de métricas, quando ainda não existe um Acordo de partilha de Benefícios assinado, nem um efetivo plano de intervenção. Isto limita em muito as tipologias de intervenção que poderão ser acordadas no futuro, a não que a ideia fosse entrar numa lógica de implementação das medidas preconizadas pelo promotor no procedimento de AIA anterior (n.º 3353), em que se previa um investimento de 6 milhões de euros em projetos localmente ao longo de 12 anos, assim como 100 mil euros anuais no Plano de Boa Vizinhança.

Tal como já foi referido na anterior consulta pública, é positiva a intenção de partilha de benefícios.

Porém, **dificilmente se consegue perceber qual o alcance do plano e o que de positivo ficará e perdurará após o encerramento da MdB**. Por exemplo, **a distribuição de subsídios tal como é apresentada pode ser positiva, mas certamente não resolve problemas de fundo, porque nunca existiu um processo participativo na construção de uma estratégia de desenvolvimento local que poderia ser alavancado por parte dos elevados lucros expectáveis gerados pela exploração da MdB**.

Ponto catorze – no documento não encontramos referências a um eventual e importante papel das populações afetadas, nomeadamente as assembleias de compartes que administram os baldios, numa comissão de acompanhamento da exploração mineira a criar, tendo poderes para requerer a monitorização dos impactos considerados significativos na fase de exploração, junto de quem considerarem mais competente e fiável, ficando os encargos dessa monitorização sob a responsabilidade da empresa concessionária da mina.

Componente Ecológica

Ponto quinze - No caso da componente ecológica, na nossa opinião e no que concerne a análise dos impactes sobre a fauna, uma vez mais relega-se para segundo plano eventuais impactes, que serão sempre circunscritos e limitados no tempo.
É referido que para o mexilhão-de-rio "o aumento da turbidez é também responsável pela deposição de sedimentos finos que colmatam o substrato, impedindo o desenvolvimento dos bivalves juvenis de mexilhão-de-rio. Assim, considera-se provável a redução populacional de mexilhão-de-rio no rio Beça (a jusante da área de intervenção no rio Covas) por efeito indireto, sendo este um impacte

de magnitude moderada, uma vez que que a população da espécie se encontra em declínio, e de âmbito regional dada a afetação da espécie na bacia hidrográfica do Beça e Tâmega, sendo significativo.

O mesmo se considera para a fauna aquática em geral, tal como ictiofauna e outros macroinvertebrados, sendo "pouco significativo."
"É ainda de referir a implementação de medidas de compensação direcionadas ao mexilhão-de-rio associadas ao SET que iram ocorrer no rio Beça, considerando-se que os impactes acima identificados poderão influenciar de forma negativa essas medidas, influenciando assim o seu sucesso, contudo, tendo em consideração que não haverá intervenções diretas na linha de água, a interferência com estas medidas deverá ser diminuta, sobretudo tendo em conta que o local de medida compensatória mais próximo do projeto se encontra a cerca de 2,5km."

Quanto à toupeira-de-água, o estudo refere que "a construção de infraestruturas na proximidade dos cursos de água, nomeadamente de acessos podem levar ao aterro das margens dos cursos de água e à introdução, nos sistemas aquáticos, de escombros provenientes das obras. Acarreta, por isso, a redução da disponibilidade alimentar e da disponibilidade de abrigos. Uma vez que a espécie apenas está confirmada no rio Covas considera-se provável face às ações previstas a alteração do uso do espaço pela população de toupeira-de-água, sendo este um impacte significativo".
Quanto ao lobo, da avaliação que foi feita as duas alcateias encontram-se a mais de 5 quilómetros da área de exploração pelo que só eventualmente utilizarão a área de passagem.

Ponto dezasseis – No estudo é apresentada a concretização de um conjunto de planos de monitorização nos primeiros 5 anos, nomeadamente Plano de monitorização para a truta, Plano de monitorização do lobo e Plano de monitorização da flora. Fica a questão sobre qual o real impacto destes planos de monitorização. Meros estudos académicos, ou vão resultar num real investimento responsável da empresa em conservação dos valores naturais em presença?

Ponto dezassete - É referido neste documento uma Estratégia Ambiental de Offsetting, baseada nos princípios de compensação da biodiversidade com o objetivo de desenvolver um ganho. Esta ganhará mais ímpeto através do Plano de Monitorização da Flora previsto, servindo como um instrumento base de aquisição de conhecimentos. Embora seja importante conhecer a flora, não se percebe qual o ganho real que daí possa advir, para além de uma cosmética que interessa em termos de imagem da empresa numa logica de greenwashing no mercado de valores no que concerne a responsabilidade ambiental. A compensação ambiental faz-se com investimento efetivo no terreno na conservação de valores naturais, muito para lá de meros investimentos em estudos académicos.

Medidas para evitar, minimizar e compensar

Ponto dezoito - Relativamente às medidas para evitar contempladas no projeto de execução, são apresentadas, como por exemplo o afastamento do domínio público hídrico, perímetros de proteção de captações e as zonas de proteção do património. Dado que se tratam de obrigações prevista na legislação em vigor, não se compreende o enfatizar das mesmas.

Conclusão:

A ZERO reforça uma vez mais que o projeto de alargamento da Mina do Barroso é um projeto que tem evidentes impactes ambientais, muitos deles cuja alegada reversibilidade é muito duvidosa.

A presente reformulação do projeto sofreu melhorias, nomeadamente com a redução do tempo de laboração da parte extrativa, com a deposição de parte dos inertes nas cortas exploradas, com a alegada recuperação das linhas de água após a exploração das cortas, mas na essência continua a apresentar um conjunto de problemas para a população local, suscitar um conjunto de dúvidas quanto à componente ambiental, assim como contributos para o desenvolvimento da região a longo prazo resultantes dos investimentos que são anunciados.

De forma alguma poderemos afirmar que estamos perante um suposto projeto de algo que não existe como reconhecido - o denominado "*Green Mining*" – dado que este conceito resume-se a uma verdadeira falácia que pretende na realidade mascarar o "*greenwashing*" de uma atividade que inevitavelmente tem grandes impactes e que deixará um enorme passivo ambiental para as gerações futuras.

No documento em consulta, o desenvolvimento do projeto assume um posicionamento estratégico, uma vez que permitirá alimentar os segmentos da cadeia de valor do lítio e reduzir a dependência europeia da matéria-prima, assim como potenciar o desenvolvimento de outros projetos nacionais ligados ao lítio, permitindo a criação de uma cadeia de valor acrescentado em território nacional, enfatizando que existem, em fase de estudo, projetos desse âmbito.

Todavia, o alegado interesse nacional sobrepõe-se ao conjunto de impactes negativos, sem que os mesmos possam ter o devido retorno em termos de compensação, enfatizando-se a importância de um alavancar que poderá ser desencadeado ao nível de vários sectores económicos regionais e locais que, direta e indiretamente, refletindo-se significativa e positivamente na estrutura empresarial, com consequente incremento na dinâmica associada ao mercado de trabalho e populacional. O acréscimo de postos de trabalhos diretos e indiretos nitidamente apresenta ao longo do documento valores contraditórios que carecem de verificação, os quais, a nossa opinião, poderão ser irrealistas, como vem sendo hábito na apresentação de projetos suscetíveis de gerarem impactes ambientais significativos e/ou conflitos a nível local. Por outro lado, acena-se com um conjunto de benefícios a distribuir ao longo de 12 anos junto da população local, seja com distribuição de valor monetário, seja com investimentos na ordem dos 500 mil euros anuais em projetos a nível local e regional que segundo o promotor permitem a introdução de um dinamismo socioeconómico no território para o futuro. Parece muito pouco face aos gigantescos impactes que estão identificados.

Acresce que, existindo várias outras áreas adjacentes ou relativamente próximo desta concessão, em caso de aprovação de forma agregada podem efetivamente colocar uma enorme pressão nos sistemas ecológicos, com impactes ao nível da paisagem, pressão e conflitos com a população, que pela análise do estudo, não nos parecem devidamente acautelados os impactes sociais, económicos e ambientais.

A ideia de uma compensação delineada através de um plano, que nesta fase contou com um acrescentar de distribuição de alguns milhares de euros anualmente junto da população, parece-nos ser algo desenhado apenas para conquistar a adesão, mas que não resulta de um processo participativo bem conduzido desde o início envolvendo os principais interessados — os que residem e fazem deste território o que ele é hoje.

Na componente ecológica, assistimos a um Estudo de Impacte Ambiental que se refugia na elaboração de mais estudos sobre a biodiversidade, sem apesentar um plano concreto de intervenção visando compensar de forma minimamente séria os impactes negativos sobre a biodiversidade, em especial espécies e habitats em estado de conservação desfavorável.

GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

As principais questões podem ser sumarizadas nos seguintes pontos:

1. Dada a sensibilidade do local, a reformulação do projeto e as medidas apresentadas são insuficientes para mitigar os principais impactes ambientais e sociais.

2. Esta área não foi incluída na Avaliação Ambiental Estratégica da exploração de lítio em Portugal, o que não permite a sua análise integrada no panorama nacional.

3. Impacte ambiental - são evidentes os impactes negativos, certos, permanentes e de magnitude elevada provocados pela mina do Barroso.

4. Impacte social - existe uma oposição forte e persistente das comunidades locais que temem a perda da sua qualidade de vida e das atividades económicas tradicionais.

5. Impacte económico - as caraterísticas do projeto não parecem interessantes para o desenvolvimento sustentável local a médio e longo prazo.

6. O local proposto é o único com a distinção de Património Agrícola Mundial em Portugal e encontra-se próximo de locais ecológicos sensíveis.

Tendo em consideração a análise da Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso, o GEOTA apresenta a sua DISCORDÂNCIA.

Análise do GEOTA à alteração do Projeto de Ampliação da Mina Do Barroso

1. Dada a sensibilidade do local, a reformulação do projeto e as medidas apresentadas não são suficientes para mitigar os principais impactes ambientais e sociais.

Anteriormente, em resposta à consulta pública do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do projeto (julho de 2021), o GEOTA considerou que o documento apresentava uma perspetiva enviesada, onde os impactes ambientais no curto, médio e longo prazo eram danosamente negligenciados enquanto os impactes económicos eram sobrevalorizados. Em adição, as medidas de minimização e compensação apresentadas eram insuficientes, pouco detalhadas e, em muitos casos, limitavam-se a respeitar a legislação em vigor ou práticas já usuais do setor extrativo. Este parecer emitido pelo GEOTA foi corroborado pelo parecer desfavorável emitido pela Comissão de Acompanhamento que levou à obrigatoriedade de reformulação do projeto.
As principais questões levantadas pela Comissão confirmaram as preocupações do GEOTA face aos impactes significativos do projeto nos sistemas ecológicos, recursos hídricos, paisagem e comunidades locais. Embora o projeto tenha sido reformulado e tenham sido acrescentadas medidas de minimização e monitorização relevantes, continuam a verificar-se impactes muito significativos das atividades planeadas, registando-se até um agravamento em alguns dos fatores ambientais estudados.

2. Esta área não foi incluída na Avaliação Ambiental Estratégica da exploração de lítio em Portugal, o que não permite a sua análise integrada no panorama nacional.

Na perspetiva do GEOTA, foi correta a decisão do Governo de realizar uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) à exploração de lítio em Portugal, embora tardia e apenas após pressão das associações ambientalistas e da sociedade civil. Assim, em 2021, foi promovido o procedimento de AAE do Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio, para 8 áreas potenciais para lançamento de procedimento concursal para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa. A consulta pública do Relatório de Avaliação Ambiental Preliminar foi extremamente participada com 1430 intervenções, cerca de 96% exprimindo discordância. Ainda assim, a Declaração Ambiental, publicada em janeiro de 2022, concluiu que existem condições para avançar com o concurso, eliminando duas das oito

áreas e reduzindo a área total em 49%. Embora tenha surgido, inicialmente, o objetivo de englobar as áreas já concessionadas na AAE e de suspender as concessões em áreas com contratos já existentes, como é o caso da Mina do Barroso, infelizmente tal acabou por não se verificar.
Assim o GEOTA considera que o âmbito da AAE foi curto, excluindo áreas relevantes e faltando uma ambição verdadeiramente estratégica à escala nacional como seria necessário neste dossier.

Um dos objetivos do procedimento de AAE é, justamente, conhecer as alternativas existentes antes de serem tomadas decisões definitivas, devendo preceder a Avaliação de Impacto Ambiental de projetos específicos. Concluindo, o GEOTA lamenta que o projeto de Ampliação da Mina do Barroso não tenha sido avaliado de forma integrada no panorama nacional durante a AAE, o que teria permitido analisar a sua viabilidade ambiental, económica e social face a outras alternativas.

3. Impacte ambiental - são evidentes os impactes negativos, certos, permanentes e de magnitude elevada provocados pela mina do Barroso.

O Estudo de Impacte Ambiental procura apresentar medidas para minimizar os potenciais impactes ambientais e compatibilizar o projeto com o espaço envolvente, durante as atividades de exploração e após o encerramento. Considera que as medidas apresentadas no estudo são manifestamente insuficientes para mitigar os impactes ambientais do projeto, nas várias componentes descritas nos pontos seguintes. Adicionalmente, o EIA toma uma perspetiva enviesada onde os potenciais impactes económicos positivos da exploração mineira são valorizados enquanto os certos impactes ambientais e sociais negativos são desvalorizados.

Clima e alterações climáticas:

O Estudo de Impacte Ambiental reconhece que a região enfrenta desafios particularmente relevantes, como a ocorrência de ciclos de seca mais frequentes, menor disponibilidade de água, ocorrência de cheias rápidas e fogos florestais. O GEOTA discorda, no entanto, da desvinculação do projeto relativamente a esta temática e da sua perspetiva apenas a curto prazo no que diz respeito à mitigação e adaptação às alterações climáticas. No Estudo de Impacte Ambiental as alterações climáticas são vistas como algo que apenas acontecerá no longo prazo, muito após o encerramento da mina, ignorando a evidência científica de que os efeitos climáticos já são discerníveis atualmente e a urgência de mobilizar esforços de mitigação e adaptação a várias escalas (incluindo à escala da região do projeto).

Portugal é dos países que mais vai sofrer com os efeitos das alterações climáticas. A região norte fornece a maioria da água ao país e vai também enfrentar desafios climáticos no futuro, como menor disponibilidade de água. Neste tipo de projetos, deveria ser ponderado o seu impacto futuro ao nível do agravamento dos efeitos das alterações climáticas. Em Portugal, cada projeto é avaliado isoladamente, não existindo coerência entre este tipo de projetos e os planos de Portugal para a adaptação às alterações climáticas, nem uma visão a médio e longo prazo para o país. O GEOTA considera que é necessário começar já a adaptar o país para a falta de água e a desincentivar atividades que vão gastar a água necessária para outras atividades produtivas essenciais, como a agricultura.

A mineração implica elevados consumos de energia que irão, inevitavelmente, produzir emissões de gases de efeito estufa durante a vigência do projeto. Às emissões de gases de efeito estufa, derivadas do consumo de energia, acresce o corte de árvores e de vegetação que assim perdem a sua capacidade de sequestro de carbono, não sendo possível substituí-las no curto-prazo. Os sumidouros de carbono desempenham um papel essencial na transição para a neutralidade climática e, em especial, os setores da agricultura, das florestas e do uso do solo. A recuperação dos ecossistemas, em vez da sua destruição para atividades extrativas, contribuiria para a manutenção, a gestão e o reforço dos sumidouros naturais e promoveria a biodiversidade, combatendo em simultâneo as alterações climáticas. O projeto, para além do consumo elétrico, que no futuro terá uma componente renovável maior, também inclui dois tanques de gasóleo.

Contudo, as emissões de gases de efeito estufa do projeto não aparecem devidamente estimadas no Estudo de Impacto Ambiental. Sendo verdade que o lítio irá contribuir para a descarbonização em Portugal e outros países, é também evidente que a atividade mineira irá aumentar as emissões na região. Por isso, salienta-se que todo o consumo de energia elétrica em qualquer novo projeto de mineração deve ser proveniente de fontes renováveis no local, ou sua proximidade, e deve ser evitado o uso de combustíveis fósseis. Esta deveria ser uma medida de mitigação essencial no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental, mas, estranhamente, encontra-se omissa. Nos seus planos de partilha de benefícios e de boa vizinhança, o promotor poderia incluir um apoio substancial à renovação do edificado e à aquisição de painéis fotovoltaicos, baterias e veículos elétricos para cidadãos de povoações próximas. Desta maneira, poderia apoiar a transição energética à escala local, em vez de apenas abastecer matérias-primas para a transição energética noutras regiões e países.

Geologia e geomorfologia:

O Estudo de Impacte Ambiental reconhece que o projeto terá impactes negativos, certos e permanentes, com magnitudes entre reduzida e elevada, em relação ao relevo e às formações geológicas existentes. A região tem uma morfologia complexa que torna a exploração mais difícil. A zona vai sofrer alterações geomorfológicas, porque "a superfície vai ser totalmente decapada", como diz o EIA, e o solo vai sofrer os desbastes necessários para a exploração, com impactes graves. As escavações irão provocar a destruição das formações geológicas. As medidas anunciadas para mitigar estes efeitos podem ser consideradas como básicas para este tipo de projeto, incluindo uma tentativa da redução da erosão e a reutilização dos estéreis para preenchimento. No entender do GEOTA, estas medidas não respondem satisfatoriamente aos impactes, sendo que, em projetos de mineração a céu aberto, é impossível mitigar todos estes efeitos prejudiciais. Deverá ser assumido, de forma transparente, no Estudo de Impacte Ambiental que estes impactes são substanciais e que não é possível mitigá-los na sua totalidade.

Recursos hídricos superficiais, Recursos hídricos subterrâneos e Qualidade da água:

A área de intervenção do projeto localiza-se na bacia hidrográfica do rio Covas, afluente da bacia hidrográfica do rio Tâmega, um dos principais afluentes da margem direita do rio Douro. A rede de drenagem apresenta elevada densidade, sendo os principais cursos de água de regime permanente.

O Estudo de Impacte Ambiental refere alterações substanciais nas linhas de água superficiais atuais, incluindo uma possível afetação do caudal ecológico do rio Covas. No entanto, o GEOTA considera que o estudo falha ao desvalorizar este impacte e por não o relacionar com: consequências negativas ao nível da biodiversidade, reduzida capacidade para abastecimento de água para consumo humano e outras atividades económicas e aumento de períodos de seca na região previstos em cenários de alterações climáticas. Após a desativação da mina, com as alterações geomorfológicas profundas decorrentes de 12 anos de atividade, o regime hidrológico apresentar-se-á claramente diferente do atual. O EIA diz que "na fase de construção não há impactes negativos significativos sobre os recursos hídricos superficiais", não afirmando, estrategicamente, que na fase da exploração há ou pode haver impactes negativos significativos, na quantidade de água utilizada e na afetação da qualidade da água dos recursos hídricos superficiais. O GEOTA considera que, por muito cuidado que venham a ter, e de acordo com a experiência passada nas explorações mineiras, haverá sempre impacto na qualidade das águas. As medidas de minimização, embora afirmem corretamente que a utilização de água deve seguir os padrões de pluviosidade sazonais e respeitar caudais ecológicos, são insuficientes e não vinculativas.

Relativamente a recursos hídricos subterrâneos, o Estudo de Impacte Ambiental refere que o padrão hidrodinâmico pode ser alterado, mas admite que, neste momento, não existe informação suficiente para prever os efeitos reais do projeto. Tendo em conta a incerteza, não se percebe como podem concluir que "não é expectável" existirem impactes sobre o abastecimento público ou sobre captações privadas. O GEOTA considera que estes impactes deveriam ser alvo de um estudo mais aprofundado e transparente, visto que a alteração da geomorfologia e da capacidade de infiltração da água podem de facto interferir com recursos hídricos subterrâneos. É referido no EIA que não está prevista a utilização das águas subterrâneas, mas deveria estar proibida explicitamente a utilização deste recurso. As medidas de minimização apresentadas são, na sua maioria, medidas

de remediação em que apenas serão tomadas ações corretivas após se verificar a ocorrência dos danos.

A extração de lítio implica a utilização de um elevado nível de consumo de água, previsto no EIA (0,510 hm3/ano ou 510000 m3/ano), mas também a contaminação das águas e dos solos com ácidos e químicos. Em particular, "a qualidade das águas superficiais e das águas subterrâneas poderá ser afetada pela atividade mineira pelo: arrastamento de poeiras e/ou depósitos exteriores de escombreiras (quer de estéreis quer de rejeitados); derrame acidental de óleos, lubrificantes e/ou combustíveis utilizados nas máquinas e veículos afetos à exploração e transporte; problemas na ETAR e ETAM". As medidas de minimização sugeridas para a qualidade da água limitam-se, na maioria dos casos, a responder a requisitos legais ou a manutenções periódicas sem periodicidade definida. Assim, considera-se que a monitorização da qualidade da água deverá ser mais frequente do que a apresentada no EIA e obrigatoriamente disponibilizada em formato digital para consulta pública. A taxa de reutilização de água também não se encontra referida, devendo ser estabelecido um valor base a respeitar *a priori*, de forma a garantir a aplicação das melhores práticas disponíveis relativamente a tratamento e reciclagem de água. Os planos de partilha de benefícios e de boa vizinhança apresentam medidas potencialmente interessantes, se devidamente aplicadas, acrescentando-se que o promotor pode também contribuir para limpezas de terrenos no contexto da prevenção de incêndios.

O GEOTA considera que a zona da prospeção é uma zona muito habitada para os padrões da indústria extrativa e que fornece recursos hídricos significativos no contexto nacional, sendo que este projeto pode implicar menor disponibilidade e pior qualidade de água para as populações e para as atividades agrícolas.

Qualidade do ar:

O EIA refere que foram realizadas medições de poeiras em Covas do Barroso e que os níveis de concentração não excedem o valor limite estabelecido pela legislação em vigor. A aferição de impactes do projeto é efetuada com base em simulações onde, de acordo com o EIA, os valores obtidos são inferiores aos valores limites. Tratando-se de uma área rural, estranha-se a comparação apenas com base no valor limite legal e não existir comparação entre a situação atual (ar puro) com a situação vigente durante a fase de exploração do projeto. Esta comparação, feita apenas face aos valores limite legais, permite declarar que os impactes negativos da exploração não são significativos quando, na realidade, podem provocar um decréscimo significativo da qualidade do ar local. O GEOTA considera que a comparação apenas com os valores legais é insuficiente para o caso presente e pode levar a erros na aferição dos reais impactes ao nível da qualidade do ar. Por outro lado, a única medida de minimização apresentada é insuficiente e, caso seja efetuada com regularidade e nos meses mais secos, vai aumentar o consumo de água, já de si excessivo, do projeto.

Ambiente sonoro e Vibrações:

Novamente em relação ao ambiente sonoro, consideram-se como ponto de comparação os valores limite legais em vez dos valores atuais nas localidades. Tratando-se de áreas rurais, sem poluição sonora no cenário atual, não faz sentido comparar com valores limite legais estipulados a nível nacional. Os impactes são negativos e significativos mesmo que cumpram os limites legais, para as povoações próximas, para a fauna e para atividades económicas importantes como o turismo. Os mesmos problemas metodológicos surgem em relação às vibrações, onde é desadequada a extrapolação dos valores da atividade atual da mina, que é muito inferior à atividade esperada no projeto de ampliação. As medidas de minimização traduzem-se apenas na plantação de árvores, que demoram a atingir o tamanho necessário para atingir a sua capacidade total mas limitada de barreira ao som, e em intervenções de sensibilização de caráter intangível. As propostas de envolvimento da população local são, na perspetiva do GEOTA, insuficientes, tratando-se apenas da possibilidade de emitir avisos de datas e horas de detonação de explosivos. Esta prática, que deveria ser considerada obrigatória no EIA, não dá voz ativa às populações.

Solos e geoquímica de solos:

O EIA refere que os solos são "predominantemente pobres". No entanto, tal parece não estar concordante com a **classificação da região como património agrícola da FAO nem com a existência de produtos de Denominação de Origem Protegida**. **A qualidade do solo tem, na história da região, servido o propósitos das práticas agrícolas e silvo pastoris da população.** Embora a preservação dos solos conste no EIA e seja uma medida importante, a afirmação de que a remoção do solo e seu armazenamento noutro local durante anos não causa impactes negativos importantes na sua qualidade é falaciosa. O GEOTA considera inadmissível que os impactes no solo após a desativação da mina sejam considerados positivos pelo EIA, dada a magnitude e duração da extração de minérios no local. Em adição, o EIA ignora a potencial contaminação do solo durante a construção, exploração e desativação da mina, sendo que as medidas minimizadoras refletem apenas práticas usuais no setor mineiro. Deveria ser efetuada uma monitorização rigorosa da qualidade do solo no local e o promotor deve ser obrigado à descontaminação completa de qualquer área onde forem encontrados poluentes.

O solo tem um alto valor social, económico, turístico, ambiental e paisagístico. Neste tipo de projetos têm de ser considerados, portanto, os conflitos com os outros usos do território, no presente e no futuro, desde a conservação da natureza e biodiversidade até às opções de desenvolvimento das comunidades locais. O GEOTA considera que se pode verificar uma destruição irreversível da capacidade de suporte ecológica e da capacidade agrícola destes solos. Com os problemas que já existem atualmente de **falta de solo arável, a nível mundial, mas também a nível nacional, é uma falta de visão deixarmos destruir solo fértil para explorar materiais para exportação**. Dentro do impacte terrível que é a destruição desta grande camada de solo produtiva, o armazenamento do solo parece uma medida minimizadora que faz sentido, mas não resolve a vida dos que trabalham e aproveitam a terra, porque vão ficar muitas décadas sem poder utilizar aquele lugar.

Sistemas ecológicos:

O EIA reconhece a importância dos sistemas ecológicos incluídos na área de implantação do projeto, que se caracteriza pela presença de extensas áreas de matos autóctones (73% da área cartografada) e, pontualmente, por formações arbóreas de alto valor ecológico. Refere a existência de 6 tipos de habitats naturais e 373 espécies de flora, das quais 22 com maior interesse para a conservação. Do elenco faunístico foram identificadas 142 espécies de invertebrados e 218 de vertebrados, destacando-se 10 e 31 espécies com estatuto de ameaça, respetivamente, incluindo espécies emblemáticas como o lobo-ibérico (conhecimento de um local de criação a cerca de 5 km da área de concessão) e a toupeira-de-água (as linhas de água que atravessam a área de estudo são como importantes para a conservação da espécie).

O projeto prevê a destruição direta de biótopos, devido às atividades de remoção do coberto vegetal e de decapagem da camada superficial do solo, **a alteração do uso do espaço por algumas espécies de fauna e diminuição do número de efetivos de populações**, a perda de habitat e a mortalidade de indivíduos por causas acidentais. No entanto, o EIA desvaloriza e negligencia estes impactes, considerando-os apenas locais, temporários, de baixa significância e minimizáveis através de medidas. O GEOTA considera que esta posição tomada no EIA não é transparente e está seriamente comprometida pelos interesses económicos do promotor. Qualquer atividade mineira tem impactes severos na flora e fauna na área de extração, com ramificações para as áreas circundantes e para a conservação das espécies a nível regional e nacional. Estes não se restringem também ao tempo de vida do projeto, visto que **a atividade mineira altera permanentemente os ecossistemas** e, como tal, não se percebe como o EIA pode alegar que os impactes são temporários.

A destruição completa dos habitats na área de exploração não pode ser considerada como de baixa significância, especialmente num local onde perduram matos autóctones e formações arbóreas de alto valor ecológico, onde existe elevada biodiversidade e onde se conservam espécies emblemáticas e com estatuto de ameaça. As medidas de minimização propostas limitam-se a práticas habituais (como a utilização de espécies autóctones na recuperação das áreas

intervencionadas) e, muitas vezes intangíveis e difíceis de monitorizar (redução da velocidade dos veículos), sendo que o próprio EIA admite existirem lacunas de conhecimento relativas à ecologia da zona. O GEOTA reforça que os sistemas ecológicos são um bem de valor inestimável e que o projeto terá consequências severas para os ecossistemas e biodiversidade da região, sendo que a abordagem do EIA nesta componente é marcadamente inadequada e insuficiente.

Paisagem:

Covas do Barroso tem uma paisagem única a preservar, sendo classificada pelo EIA como um espaço pouco artificializado, e com importantes recursos naturais e paisagísticos. **As populações locais têm uma grande identificação com o território e com a sua paisagem e têm sido efetuados, pelo município e pelos cidadãos, investimentos de cariz turístico que são incompatíveis com a proximidade de uma mina a céu aberto**. O EIA prevê impactes visuais negativos e, embora liste um conjunto de medidas de minimização, estas não serão suficientes para reduzir de forma eficaz os impactes. O projeto mineiro é muito invasivo e provocará cicatrizes incontornáveis na paisagem, com a alteração do uso do solo e destruição da paisagem definitivas.

Território:

O EIA identifica **várias condicionantes territoriais na área proposta para ampliação da mina, incluindo Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional, Domínio Público Hídrico e Regime Florestal**. Sobre a REN ainda especifica que o projeto mineiro afeta os seguintes ecossistemas: Leitos dos Cursos de Água, Cabeceiras das Linhas de Água, Áreas de Máxima Infiltração e Áreas com Riscos de Erosão. Por fim, o território está enquadrado no **Património Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).** Tendo em consideração esta avaliação do território, o GEOTA estranha e repudia o facto do EIA alegar posteriormente que não deteta conflitos insanáveis entre o projeto e os usos atuais e preconizados para a área. Na realidade, a mineração a céu aberto é uma atividade que não é compatível com qualquer outro uso do território e, como tal, encontra-se naturalmente em conflito com todos os usos atuais e preconizados para a área (como revela o pedido do promotor para uma revisão do PDM de Boticas). Afirmar o contrário demonstra claramente a falta de idoneidade do EIA em análise. Por outro lado, as medidas de minimização não apresentam detalhe suficiente, sendo que algumas aparentam ser apenas ideias gerais que poderão não se concretizar.

Riscos ambientais

No âmbito da análise dos riscos, o EIA identifica os seguintes: deslizamento de materiais; acidentes rodoviários, contaminação das linhas de água, solos ou aquíferos (derrames acidentais), elevada pluviosidade, incêndios florestais e sismos. A experiência e registo histórico das atividades mineiras em Portugal e na Europa demonstra que estes riscos são reais e ocorrem com uma frequência superior à desejada, provocando consequências severas no ambiente e populações, cuja remediação acaba por comportar custos elevados para os contribuintes. No entanto, o EIA limita-se a passar a responsabilidade da redução destes riscos para o promotor, confiando que este vai conceder importância à prevenção e proteção de acidentes no seu projeto mineiro, durante e após o período de atividade. O GEOTA considera que os riscos ambientais são demasiado elevados para uma abordagem tão simplista como a que consta do EIA.

4. Impacte social

Existem várias povoações na envolvente próxima do projeto, incluindo várias a menos de 1km de distância. Existem também áreas agrícolas nomeadamente de sequeiro (cereais e forrageiras) e de regadio por gravidade (lameiros). **Tem existido uma forte contestação por parte da população local ao eventual avanço de um projecto destes**, **embora seja necessário o consentimento informado das populações que residem na área e que vão ser afetadas**.

Não cessam as manifestações das populações contra esta exploração junto das suas casas, alegando que vai prejudicar diretamente a sua qualidade de vida e a sua saúde. **O GEOTA considera que é necessário preservar a qualidade de vida das pessoas que vivem no interior, e não destruir a sua base de vida**, porque isso fomenta o abandono e envelhecimento do interior, já tão fustigado por estes fenómenos. O EIA falha ao considerar que os impactes de um projeto mineiro desta envergadura serão pouco expressivos. As medidas de minimização apresentadas, sendo corretas e refletindo boas práticas, não serão suficientes para compensar os impactes negativos na população. Embora mencione nas medidas de minimização de impactes que haverá um estreitamento de relações entre o promotor e a população, através de uma comunicação transparente, não tem sido esta a abordagem tomada pelo promotor até ao momento e duvida-se que seja no futuro.

A prospeção implicaria **riscos objetivos para o modo de vida das populações, colocando em causa as suas principais atividades económicas, como a agricultura, pastorícia e turismo rural.** Isto alteraria todo o paradigma de vivência das pessoas que ali moram que têm não apenas o seu modo de vida e subsistência no local, mas também uma **identidade coletiva ligada àquela terra e às tradições**. **É uma comunidade com uma memória coletiva desde sempre ligada à terra e que, desta forma, vai ver delapidado o seu património histórico, familiar e ambiental**.

As comunidades locais têm-se manifestado de forma persistente e consistente contra a ampliação da Mina do Barroso, alegando não terem sido informadas, nem terem dado o seu consentimento a este projeto, tal como se apresenta agora, e por considerarem que alguns dos impactes ambientais podem ser mitigados, mas não todos, não a sua maioria. **Em alguns locais, a exploração de lítio, como nos parece o caso em Covas do Barroso, pode ser inaceitável face aos valores sociais e ecológicos em presença.** As populações locais e o património natural, que é um bem comum, têm de ser intransigentemente protegidos. **Qualquer opção que provoque a destruição de recursos insubstituíveis, ou a destruição de comunidades, é inaceitável, independentemente de quaisquer desígnios estratégicos**. Os fins não justificam os meios.

5. Impacte económico - as caraterísticas do projeto não parecem interessantes para o desenvolvimento sustentável local a médio e longo prazo.

O EIA peca ao considerar isoladamente os impactes económicos positivos da extração de minérios, muitos dos quais não permanecem na região, e ao desvalorizar os impactes económicos negativos nas atividade económicas produtivas atualmente presentes na região. As medidas de minimização e compensatórias, embora relevantes e potencialmente interessantes para parte da população, não são vinculativas, apresentam pouco detalhe e questiona-se se realmente vão ser implementadas após a aprovação do projeto.

As contrapartidas económicas da concessão - royalties - não são um bom negócio para o país, porque são efetivamente reduzidas, sendo repatriado a maior parte do capital investido, mas acima de tudo não são um bom negócio para aquelas populações. A única contrapartida económica é o trabalho temporário e precário, mas que não chega para justificar toda a atividade económica que se vai perder, agricultura, pastoreio, apicultura, turismo de natureza e a destruição de uma paisagem única. Há negócios turísticos na zona que serão muito afetados por esta exploração. As populações não estão dispostas a abdicar da sua terra por um projeto que trará pouco mais que trabalho temporário. O PDM de Boticas promove simultaneamente o desenvolvimento socioeconómico e o bem-estar das populações de forma sustentável, mas neste caso de uma mina a céu aberto, esta compatibilização não é possível. Existe lítio no Barroso em quantidades aceitáveis, mas será economicamente viável, se ponderarmos todas as valências desta exploração?

A região tinha vindo a defender uma estratégia de turismo sustentável que tem sido implementada e está assente em elementos genuínos de identidade, que combinam paisagem, população, preservação e que vai ser posta em causa pela atividade mineira. Como se vão ressarcir os proprietários de estabelecimentos turísticos na região, que investiram as suas poupanças naquela região preservada e classificada? E tem de se ter em consideração que a zona em questão produz produtos endógenos de qualidade, alguns com Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP). São conhecidos os riscos deste tipo de projetos para as regiões afetadas e para as populações. Os principais beneficiários são os promotores. Os riscos reais suplantam as vantagens. A percentagem que o país e a região vão ganhar não compensam a destruição causada. Não é possível a exploração com a proteção dos valores naturais, patrimoniais, sociais e culturais do território.

6. O local proposto é o único com a distinção de Património Agrícola Mundial em Portugal e encontra-se próximo de locais ecológicos sensíveis.

Ainda que a área proposta para a Mina de Barroso não seja classificada do ponto de vista ecológico, o EIA identifica as áreas classificadas mais próximas:

Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês/Xurês, localizada cerca de 2 km a Oeste; Sítio de Interesse Comunitário Alvão/Marão (PTCON0003), localizado a cerca de 9 km a Sul; Zona Importante para Aves Serras de Alvão e Marão (PT049), localizada a cerca de 9 km a Sul; Parque Nacional da Peneda-Gerês, localizado a cerca de 16 km a Noroeste; Zona Proteção Especial Serra do Gerês (PTZPE0002), localizado a cerca de 20 km a Noroeste; e a Zona Importante para Aves Serras da Peneda e Gerês (PT002), localizado a cerca de 20 km a Noroeste. Em 2023, projetos que visam a transição climática não podem contribuir para o agravamento da crise da biodiversidade. Relembramos que, em dezembro de 2022 na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP15), Portugal assinou o compromisso internacional de proteger efetivamente 30% do seu território terrestre.

Importa também referir a classificação da região do Barroso, especificamente, os concelhos de Boticas e de Montalegre, como sítio GIAHS (Globally Important Agricultural Heritage System). Isto é, classificado como património agrícola mundial, pela FAO (Food and Agriculture Organization).

Este projeto irá destruir todo este equilíbrio frágil que é conseguido há séculos em Covas do Barroso e que seria imperioso salvaguardar.

Associações de Âmbito Regional/Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso

- Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso.
- CAPOLIB - Cooperativa Agro Rural de Boticas.
- PNB - Associação Povo e Natureza do Barroso
- UDCB- Unidos em Defesa do Barroso.
- Associação Montalegre com Vida.
- ANP - Associação Natureza Portugal.
- Movimento Não às Minas Montalegre.
- Movimento contra a Mineração Beira Serra

Todas as exppsições apresentadas manifestam a sua total discordância relativamente à concessão da ampliação da Mina do Barroso, nas freguesias de Covas de Barroso, Dornelas, Vilar e Viveiro, no concelho de Boticas e nas freguesias de Canedo e Santa Marinha, no concelho de Ribeira de Pena.

Este pedido abrange uma extensa área concessão de exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio de cerca de 593 hectares.

Este pedido de exploração mineira é contestado por vários Municípios, assim como por várias associações, movimentos locais e nacionais, e, sobretudo, pela esmagadora maioria da população local que não quer minas nos seus territórios, porque são conhecedoras das graves consequências da mineração para a sua saúde e para o ambiente. A mineração, sobretudo a céu aberto, não está alinhada com os princípios do desenvolvimento sustentável preconizados por esta região.

Importa referir que, em termos de legislação ambiental, o projeto da Mina do Barroso colide com as seguintes normas legais:

- Não estará a ser cumprido o Princípio da Prevenção consagrado no art.º. 66.o da Constituição da República Portuguesa, que refere o seguinte:

"1. Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.

1. Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos:

1. Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;

2. Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento socioeconómico e a valorização da paisagem;

3. Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico;

4. Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações;

5. Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da proteção das zonas históricas;

6. Promover a integração de objetivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial;

7. Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente;

8. Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com proteção do ambiente e qualidade de vida";

- Não estará a ser acautelado, e não estará a ser cumprido, o disposto na Convenção de Aarhus, designadamente no que diz direito ao acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria do ambiente. Esta Convenção foi assinada por Portugal em 1998 e foi ratificada em 2003, através do decreto do PR n.o 9/2003, e aprovada para ratificação pela resolução da Assembleia da República n.o 11 /2003, de 25 de fevereiro;

- Não estão previstos mecanismos, tais como um referendo local ou a audição prévia das associações e movimentos locais, antes da tomada de decisão de conceder contratos de exploração mineira, daí decorrendo uma violação das atuais normas Comunitários e o princípio da participação do público no processo de tomada de decisão defendido pela Comunidade Europeia;

- Não está a ser cumprida a Diretiva 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, nomeadamente, o art. 2.º;

"Artigo 2.o Participação do público em planos e programas"

1. Para efeitos do presente artigo, entende-se por "público" uma ou mais pessoas singulares ou coletivas, bem como, de acordo com a legislação ou práticas nacionais, as suas associações, organizações ou agrupamentos.

2. Os Estados-Membros devem assegurar que seja dada ao público a oportunidade efetiva de participar suficientemente cedo na preparação e na alteração ou revisão dos planos ou dos programas cuja elaboração é exigida nos termos das disposições referidas no anexo I.

Para tal, os Estados-Membros devem assegurar:

a. O público seja informado, através de avisos públicos ou por outros meios adequados, como meios eletrónicos sempre que disponíveis, sobre quaisquer propostas de planos ou programas ou de alteração ou revisão de tais planos ou programas e que a informação relevante sobre tais propostas seja posta à sua disposição, incluindo nomeadamente informação sobre o direito de participar nas tomadas de decisão e sobre a autoridade competente a que podem ser enviadas observações ou questões;

b. O público tenha o direito de exprimir as suas observações e opiniões, quando estão abertas todas as opções, antes de serem tomadas decisões sobre os planos e programas;

c. Ao tomar decisões sobre os planos e programas, sejam devidamente tidos em consideração os resultados da participação do público;

d. Após examinar as observações e opiniões expressas pelo público, a autoridade competente se esforce razoavelmente por informar o público sobre as decisões tomadas e as razões e considerações em que se baseiam as decisões, incluindo informação sobre o processo de participação do público.

3. Os Estados-Membros devem identificar o público que tem o direito de participar para efeitos do no 2, incluindo as organizações não-governamentais relevantes que cumpram os requisitos impostos pela legislação nacional, como as que promovem a proteção do ambiente.

As regras de participação do público ao abrigo do presente artigo são estabelecidas pelos Estados-Membros por forma a permitir que o público se prepare e participe efetivamente.

Devem ser fixados prazos razoáveis a fim de permitir que se disponha de tempo suficiente para cada uma das diferentes etapas da participação do público estabelecido no presente artigo."

- Estará a ser violado o art. 191.o do TFUE (Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia), que refere o seguinte:

"1. A política da União no domínio do ambiente contribuirá para a prossecução dos seguintes objetivos: — a preservação, a proteção e a melhoria da qualidade do ambiente, — a proteção da saúde das pessoas, — a utilização prudente e racional dos recursos naturais, — a promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente, e designadamente a combater as alterações climáticas. 2. A política da União no domínio do ambiente terá por objetivo atingir um nível de proteção elevado, tendo em conta a diversidade das situações existentes nas diferentes regiões da União.

Basear-se-á nos princípios da precaução e da ação preventiva, da correção, prioritariamente na fonte, dos danos causados ao ambiente e do poluidor-pagador."

- Estará em causa a violação de várias normas da Lei da Água [(Lei n.o 58/2005, de 29 de Dezembro), da Reserva Ecológica Nacional (criada pelo Decreto-Lei n.o 321/83, de 5 de Julho) e da Reserva Agrícola Nacional (criada pelo Decreto-Lei n.o 73/2009, de 31 de Março).

- Estará em causa a violação da Lei de Bases da Política do Ambiente, nomeadamente dos artigos 5.o, 6.o, 7.o e 8.o, que referem, nomeadamente, o direito a um ambiente saudável e à qualidade de vida, o direito à sua defesa e de exigir às entidades públicas e privadas o cumprimento dos seus deveres e obrigações em matéria ambiental. Assim como o direito da participação dos cidadãos, das associações e demais interessados em matéria de ambiente e o direito de acesso à informação ambiental detida por entidades públicas, as quais têm a obrigação de a divulgar e disponibilizar ao público, entre outros.

- Estará em causa a violação de várias normas do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (Decreto-Lei n.o 142/2008, de 24 de julho).

<u>Sobre a abrangência regional da Mina do Barroso e as eventuais consequências da exploração mineira a céu aberto:</u>

- Além da destruição do património ambiental, haverá perda de biodiversidade, de qualidade de vida e uma redução acentuada dos meios de subsistência das populações.
- A região de Barroso é muito rica em património ambiental e paisagístico. Além disso, tem preservado ao longo dos tempos, usos e costumes ancestrais, em articulação com o desenvolvimento de atividades sustentáveis ligadas à agricultura e pecuária, que são a principal fonte de rendimento das populações, mas também tem apostado no desenvolvimento turístico, em equilíbrio com a gestão da paisagem e com as tradições locais.
- Do concelho de Boticas e limítrofes e, destas freguesias, em particular, provêm produtos endógenos de qualidade superior, muitos deles biológicos. Entre os vários produtos classificados com IGP (Indicação Geográfica Protegida), devido à sua elevada qualidade e reputação, destacamos os seguintes:

  - Batata de Trás-os-Montes IGP
  - Alheira de Barroso - Montalegre IGP
  - Cabrito de Barroso IGP
  - Carne de Bovino Cruzado dos Lameiros do Barroso IGP
  - Chouriça de Carne de Barroso - Montalegre IGP
  - Chouriço de Abóbora de Barroso - Montalegre IGP
  - Cordeiro de Barroso IGP (Anho de Barroso, Borrego de Leite de Barroso)
  - Presunto de Barroso IGP

- Salpicão de Barroso-Montalegre IGP
- Sangueira de Barroso - Montalegre IGP

- Destacam ainda os produtos classificados como DOP (Denominação de Origem Protegida):
  - Carne Barrosã DOP
  - Carne de Bísaro Transmontano / Carne de Porco Transmontano DOP
  - Mel de Barroso DOP
- Uma eventual exploração mineira colocaria em causa a manutenção da excelente qualidade desses produtos e poderia inviabilizar a continuidade da sua produção.

Além do perigo para a sustentabilidade do território, seria também um atentado contra o ambiente e contra as pessoas, em vários domínios, a saber:

- Ao nível da saúde das populações os efeitos poderão ser físicos, mas também psicológicos, decorrentes da deterioração das condições de vida. Os físicos poderão incluir o desenvolvimento de silicose, do cancro do pulmão ou outras doenças respiratórias, decorrentes das poeiras inaladas. Em termos psicológicos, poderão ser desenvolvidos transtornos ao nível da ansiedade ou insónias, provocadas pela laboração mineira.

- O risco de contaminação das águas é muito elevado, quer pelo uso de químicos na separação dos minerais na lavaria, quer pelas escorrências resultantes dos depósitos de rejeitos. Importa relembrar que o Rio Covas desagua no Rio Beça, no qual existe o mexilhão-de-rio, ameaçado de extinção, cuja preservação já impediu a construção de uma barragem. Além disso, poderá haver contaminação das águas subterrâneas e interferência nas nascentes. Por outro lado, a laboração da mina, exige um elevado consumo de água.

- Uma vez que o pedido de concessão é tão vasto (593 ha), haverá um risco elevado de muitos agricultores perderem terrenos para a exploração e também os subsídios agrícolas correspondentes aos baldios e até aos terrenos particulares. Caso isso aconteça, o funcionamento das explorações agrícolas ficará em risco, podendo perder-se várias dezenas de empregos no sector.

- Caso a atividade agrícola deixe de ser desenvolvida nos moldes atuais, poderá daí resultar uma perda de atratividade da região em termos turísticos e uma redução acentuada da produção agrícola como meio de subsistência da maior parte da comunidade local.

Também os produtos endógenos sofrerão uma diminuição na procura, devido à sua proveniência estar localizada numa zona contaminada pelas minas.

- Na área abrangida pela concessão, que engloba várias localidades, onde se inclui um vasto património arquitetónico e cultural, haverá uma drástica desvalorização imobiliária - casas e terrenos - pois ninguém quer morar perto de crateras mineiras e, caso os proprietários coloquem as respetivas propriedades à venda, não haverá interessados na sua compra. Além disso, os terrenos expropriados necessários ao desenvolvimento das atividades da empresa concessionária não serão pagos pelo seu justo valor. As indemnizações serão pagas por valores mínimos, legalmente estabelecidos. A degradação paisagística da região será muito significativa.

- A poluição sonora será uma constante, não só pelas explosões, mas também pelo trabalho e deslocações de maquinaria pesada, que por sua vez também irá deteriorar a qualidade das estradas localizadas nas proximidades.

- Importa ainda realçar o seguinte: a mina a céu aberto que a Savannah pretende explorar fica muito próxima de várias aldeias, distando, em alguns casos, cerca de 1 Km. Com esta proximidade, a proteção das populações não fica salvaguardada e a sua integridade física, assim como o resguardo dos seus pertences poderá estar em risco.

Proposta de Alteração do Projeto:

As alterações submetidas não prevêem uma redução da atividade de extração mineira para a qual estará prevista uma duração de 17 anos, nem uma redução da área, mantendo os 593 hectares inicialmente concessionados pela DGEG.

A reformulação do projeto agora proposta, visa responder às questões levantadas pela APA, mas não responde de forma alguma às legítimas preocupações levantadas pelas populações.

Como principais alterações, a Savannah propõe a eliminação das atividades noturnas e a concentração das atividades mais ruidosas nos dias úteis, entre as 12h00 e as 15h00, todavia, a lavaria funcionará 24 horas por dia. Além disso, o passivo ambiental previsto, resultante da localização dos rejeitos da lavaria, não sofreu qualquer medida de melhoria nesta reformulação, pelo que continua a representar um problema ambiental grave. No global, este projeto é farto em planos, sejam eles de monitorização (do ar, do lobo, das águas, etc.), recuperação ambiental ou de partilha de benefícios, mas é parco nas propostas de medidas de mitigação efetivamente implantadas no terreno. Planos esses que, tendo sido impostos e não negociados com as comunidades locais, estarão condenados ao fracasso, assim como todo este projeto.

Importa questionar:

- Como vão mitigar os impactes na saúde das populações e na sua qualidade de vida e consequente perda de rendimentos?
- Como vão mitigar a contaminação das águas superficiais e dos lençóis freáticos? Como vão mitigar a proximidade do projeto a cinco alcateias de lobos (espécie protegida)?
- Que interferência terá no habitat do mexilhão-de-rio (espécie protegida)? Importa ainda questionar os efeitos cumulativos dos impactes provocados pelo projeto de exploração mineira no seu conjunto, pois é diferente avaliar impactes individualmente ou conjugados e, estes, não estão quantificados - é mais uma lacuna grave do projeto a juntar a tantas outras.

Pelo todo exposto, solicitam, mais uma vez, que este projeto de ampliação da Mina do Barroso seja reprovado.

Universidades:

CRIA-ISCTE

Considera que os resultados demonstram que a avaliação do impacto em termos de paisagem e da componente social continua negativa ou mesmo piorada após a reformulação do projeto. Os impactos na paisagem aparecem como significativamente ou muito significativamente negativos, e na componente social como significativamente negativo.

Adicionar o impacto positivo do posicionamento estratégico de Portugal face às políticas europeias do lítio como uma componente social é no mínimo errôneo, para não dizer desonesto. Esse elemento por definição é uma componente económica e não social, e não diz minimamente respeito ao impacto causado na comunidade local.

As conclusões da avaliação corroboram a falta de progresso com relação à conservação da paisagem e à componente social. São evidenciados os "efeitos desfavoráveis significativos" nesses dois fatores ambientais determinantes. É reconhecido em especial a necessidade de apossar-se dos terrenos comunitários e deslocar economicamente os compartes. Tal política remete a tempos sombrios do confisco dos baldios para a florestação do Estado Novo que a democracia parece querer reeditar.

O projeto revisado de ampliação da Mina do Barroso não respondeu às preocupações levantadas pela comissão de avaliação relativas à conservação da paisagem e à componente social.

Além do mais, é provável que esse impacto desfavorável esteja minimizado e seja mais danoso do que o esperado. A QUADRANTE Engenharia e Consultoria S.A não parece dominar as metodologias de avaliação da paisagem e da componente social apresentada nos diferentes estudos.

A avaliação paisagística foi conduzida apenas sob o ângulo da qualidade visual da paisagem e assumindo sua sujeição a um elevado grau de subjetividade, enquanto a componente social foi avaliada sob um obscuro *Social Framework* de Smyth e Vanclay (2017). Contudo, existem diversas metodologias reconhecidas internacionalmente e utilizadas pelas agências das Nações Unidas, por exemplo, para avaliar a paisagem, seus diferentes valores e a componente social. A maioria delas desenvolve uma abordagem integrada da componente social e da paisagem, visto que é cientificamente reconhecido a relação intrincada entre essas duas dimensões no mundo rural.

Podemos citar, por exemplo:

- A metodologia de inventários comunitários reconhecida pela Convenção de 2003 da UNESCO para capturar o valor de conhecimentos e práticas dentro de suas respetivas paisagens. P
- A metodologia de avaliação participativa rural, institucionalizada pelo *Institute of Development Studies* da Universidade de Sussex (Reino Unido) e muito utilizada em projetos internacionais de desenvolvimento para o diagnóstico socio ambiental dos territórios rurais.
- A metodologia PRAGA da FAO eficaz na objetivação de valores aparentemente subjetivos de pastagens como os baldios submetidos ao projeto da Mina Barroso.
- A metodologia de cartografias sociais vale em especial ser destacada. Ela é reconhecida internacionalmente e aplicada para visibilizar as múltiplas relações entre os habitantes e a paisagem. Ela trabalha a partir das perceções locais para criar um entendimento sistêmico do valor e função da paisagem.

A lista de metodologias é longa, mas não contém nem a quimera inventada pela QUADRANTE Engenharia e Consultoria S.A para avaliar a subjetividade do valor da paisagem, nem o obscuro *Social Framework* para avaliar a componente social. Por que as metodologias reconhecidas e utilizadas internacionalmente não foram utilizadas? Questiona-se a competência interna das equipas da QUADRANTE Engenharia e Consultoria S.A para conduzir tais avaliações. Fato é que a empresa aparenta pelas suas atividades ser uma empresa de engenharia e não de avaliação, menos ainda a caráter socio ambiental e cultural.

Está patente uma necessidade de elaborar estudos sobre os impactos paisagísticos e sociais do projeto de ampliação da Mina do Barroso com base em metodologias sólidas antes de proceder com um parecer informado.

Recomenda-se a contratação de equipas especializadas em implementação e avaliação de projetos internacionais de desenvolvimento, a caráter comunitário, com expertise nas questões socioambientais e culturais a fim de garantir um entendimento melhorado sobre os impactos ambientais do projeto de ampliação da Mina do Barroso.

Cidadãos: Apresentaram 894 exposições.

- 15 Cidadãos concordam com este Projeto.
- 879 Discordam do projeto e contestam, mais uma vez, a Ampliação da Mina do Barroso.

Os cidadãos que concordam com o Projeto não apresentam fundamentação que sustente a sua concordância.

Os cidadãos que discordam e contestam este Projeto bem como a sua Reformulação apresentam algumas questões/preocupações, algumas já expostas na anterior consulta pública.

É realizada, por um cidadão, uma análise ao Projeto reformulado onde são apontadas graves omissões e fragilidades da Alteração à de Ampliação da Mina do Barroso, particularmente patente em dois documentos:

- Avaliação do projeto reformulado no âmbito do artigo 16º do RJAIA VOLUME I – Relatório Síntese – Sistemas Ecológicos.
- Estudo de Viabilidade Ambiental do Acesso Norte.

Algumas preocupações e questões apontadas pelos Cidadãos:

- Esta região é Património Agrícola Mundial. A região de Barroso é muito rica em património ambiental e paisagístico. Tem preservado ao longo dos tempos, usos e costumes ancestrais, em articulação com o desenvolvimento de atividades sustentáveis ligadas à agricultura e pecuária, que são a principal fonte de rendimento das populações, mas também tem apostado no desenvolvimento turístico, em equilíbrio com a gestão da paisagem e com as tradições locais.
  Desta região provêm produtos endógenos de qualidade superior, muitos deles biológicos, com destaque para vários com Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP), nomeadamente, a carne barrosã, o mel de Barroso, o fumeiro, o cabrito, o cordeiro e a batata, entre outros. Uma eventual exploração mineira colocaria em causa a manutenção da excelente qualidade desses produtos e poderia inviabilizar a continuidade da sua produção.

- Este projeto irá provocar alterações com impacto irreversível no uso do solo pondo em causa a classificação de Património Agrícola Mundial atribuído pela FAO.

- Enorme consumo de água pela mina (consumo de 570 milhões de litros de água no primeiro ano de exploração e de 510 milhões por ano após essa fase - equivalente ao consumo de água médio anual de mais de 7300 pessoas); A mina irá consumir grandes quantidades de água, provenientes de captações subterrâneas, reduzindo a disponibilidade para outros usos. A mina implicará a alteração dos cursos de água existentes na área.

- Contaminação das águas subterrâneas e superficiais; A mina irá gerar efluentes líquidos contaminados com metais pesados, ácidos e outros poluentes, que poderão infiltrar-se nos solos e nos aquíferos ou ser arrastados pelas chuvas para os cursos de água, afetando os ecossistemas aquáticos e a disponibilidade e qualidade da água para consumo humano e agrícola.

- O risco de contaminação das águas é muito elevado, quer pelo uso de químicos na separação dos minerais na lavaria, quer pelas escorrências resultantes dos depósitos de rejeitos. Além disso, poderá haver contaminação das águas subterrâneas e interferência nas nascentes. Por outro lado, a laboração da mina, exige um elevado consumo de água.

- A empresa proponente refere também que, rejeita a possibilidade de vir a usar água do rio Covas, ainda que este esteja na proximidade da lavaria, não sendo claro onde irá buscar a enorme quantidade de água que admitem vir a ser necessárias para a referida lavaria.

- O balanço hídrico apresentado no estudo de viabilidade da mina não está completo, facto que é assumido pelo promotor ao referir que o mesmo se encontra pendente! Só apresenta valores para as necessidades hídricas do projeto.

- Quanto à origem dos recursos hídricos diz pouco. Enquanto o balanço hídrico não estiver completo não é possível avaliar corretamente os impactes que este projeto vai causar no meio hídrico.

- É assumido que parte da água que vai ser utilizada na mina provém de furos, na ordem dos 80.000 m3/ano, facilmente se constata que este valor não é suficiente para suprir as necessidades, pois a água bruta necessária é de 460.000 m3/ano. Onde vão buscar a água que falta?

- É referido no relatório, na parte da gestão dos recursos hídricos, que é espectável que ocorram eventos extremos. Esses eventos vão provocar arrastamento dos sedimentos finos que se encontram nas bacias de retenção e vão ser descarregados no rio Covas. Que efeito terão a ocorrência destes eventos na qualidade da água do rio Covas? O EIA não dá resposta a esta questão.

- Na área a sul da mina haverá redução do fornecimento bem como da qualidade da água, que irá acima de tudo afetar Ribeira de Pena e Cabeceiras de Basto, causado pelo elevado consumo de água para "lavar" o minério extraído, que inevitavelmente irá contaminar as linhas de água e os lençóis freáticos através de escorrências.

- No projeto, podemos verificar que as escombreiras ficam a menos de 1Km do rio Covas, haverá inevitável mente escorrências e a contaminação deste mesmo rio.

- Destruição do património agrícola e florestal; irá comprometer a qualidade dos solos, das pastagens, das culturas e dos produtos locais, afetando a saúde dos animais e das pessoas.

- Afetação da paisagem e do turismo e economia local; impediria a abundante extração de mel que nesta altura é uma das fontes de sobrevivência das populações, impediria as pastagens do gado barrosão pela ocupação dos baldios, impediria as receitas que os lavradores recebem do Estado, bem como o crescente turismo que estes lugares paradisíacos oferecem. Em subsídios agroambientais, os agricultores do Concelho de Boticas recebem, nas freguesias afetadas, cerca de 1,5 milhões de euros. A área da mina afetará permanentemente esses subsídios em, pelo menos, 30%.

- Destruição da biodiversidade local e regional, que inclui espécies protegidas e endémicas, habitats prioritários e áreas da Rede Natura 2000. O EIA não avalia adequadamente os efeitos da mina sobre estas espécies e os seus habitats, nem propõe medidas eficazes para a conservação de espécies como o mexilhão-de-rio, a gralha-de-bico-vermelho e o lobo-ibérico, que habitam na zona afetada pela mina e que estão ameaçadas pela destruição do seu habitat, pela poluição sonora e atmosférica e pelo aumento do tráfego rodoviário.

- Produção de enormes quantidades de resíduos sólidos (cerca de 300 milhões de toneladas), que serão depositados em escombreiras a céu aberto, sem garantias de estabilidade ou impermeabilização. Estas escombreiras representam um risco elevado de erosão, deslizamento e lixiviação, podendo provocar acidentes graves e danos ambientais irreparáveis.

- A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura; A distância da mina às aldeias onde ela se situaria é de 700 metros a Dornelas, 1800m a Vila Pequena, 650 m ao Antigo, 750 m a Covas de Barroso, 200m a Romainho, 400m a Muro, 1300m a Alijó e 800m a Lousas. O uso de explosivos, o barulho, as poeiras, a passagem de camiões de transporte, tornariam a vida impossível a todas essas aldeias.

- Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis.

- O projeto de descarbonização é muito conservador, denota pouca profundidade nos temas abordados, a quantificação de poupanças de CO2 é insuficiente ou mesmo inexistente no tocante aos meios de mobilidade terrestre e tapetes de transporte de minério, isto é, não comprova que há vantagens explícitas na vertente abordada.

- Benefício duvidoso para o país, que não terá qualquer participação nos lucros da exploração mineira, nem qualquer garantia de abastecimento interno ou externo de lítio.

- Não existe um plano de monitorização de impactos após 15 anos de operação.

- Esta reformulação é insuficiente e insatisfatória, pois não altera vários aspetos críticos e negativos do projeto. As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto.

- O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) apresentado é insuficiente, incompleto e enviesado, pois não avalia adequadamente os impactos negativos da mina a céu aberto, nem propõe medidas de minimização ou compensação eficazes e credíveis. Trata-se de uma ameaça grave e irreversível para o ambiente, para a saúde pública e para o património cultural e natural da região e do país.

- Enorme preocupação em que os interesses das populações locais estão a ser postos em causa. As populações continuam a não ser ouvidas.

- Ao nível da saúde das populações os efeitos de uma mina a céu aberto, poderão ser físicos, mas também psicológicos, decorrentes da deterioração das condições de vida.

- Uma vez que a área solicitada é tão vasta (593 ha), haverá um risco elevado de muitos agricultores perderem terrenos para a exploração e também os subsídios agrícolas correspondentes aos baldios e até aos terrenos particulares.

- Caso isso aconteça, o funcionamento das explorações agrícolas ficará em risco, podendo perder-se várias dezenas de empregos no sector. Caso a atividade agrícola deixe de ser desenvolvida nos moldes atuais, poderá daí resultar uma perda de atratividade da região em termos turísticos e uma redução acentuada da produção agrícola como meio de subsistência da maior parte da comunidade local.

- Além do mais falta avaliar os efeitos nocivos que a atividade mineira vai causar nos animais que integram as explorações agrícolas, designadamente na proteção, saúde e bem-estar animal com todas as implicações que possam dai advir, uma vez que nesta área existem várias explorações agrícolas que são a principal atividade económica destas localidades.

- A "Mina do Barroso" causará a delapidação do património histórico, familiar e ambiental pela perda das terras e da sua aptidão natural, bem como pelos danos causados por vibrações.

- Com instalação do complexo mineiro, irá iniciar-se a destruição dos solos com o fluxo de transportes, de viaturas pesadas, resultando com esse movimento a compactação e a destruição dos solos com uso para a agricultura e pastorícia.

- A área agrícola e florestal será diminuída devido à construção de edifícios fabris, nomeadamente a lavaria, oficinas, balneários, dos edifícios administrativos, dos armazéns, assim como o início e ampliação das escombreiras e barragens de rejeitos.

- Devido às águas superficiais vindas, quer da escorrência pluvial, como fugas de águas contaminadas, quer ainda das descargas da ETAR, haverá o risco de contaminação dos solos o que tornará a poluição difusa pois não se restringe à área onde é explorada e cujos efeitos perduram por muitas décadas.

- A poluição sonora será uma constante, não só pelas explosões, mas também pelo trabalho e deslocações de maquinaria pesada, que por sua vez também irá deteriorar a qualidade das estradas localizadas nas proximidades.

- As poeiras geradas pela exploração podem ser transportadas a longas distâncias pelo vento, podendo causar riscos de exposição a materiais contaminantes, causando danos na saúde pública e afetando os habitats ou ecossistemas.

- Tendo em conta a proximidade das aldeias será inevitável que estas poeiras venham a afetar a saúde da população.

- A caraterização da qualidade do ar ambiente feita no âmbito do projeto de ampliação da Mina do Barroso, não teve em conta o período de duração previsto por lei para as campanhas de monitorização, o que implica que os resultados obtidos nessa avaliação não possam ser comparados com os valores legislados, limitando assim qualquer análise na determinação de possíveis impactes que a mina possa causar.

- O EIA foca-se apenas nos impactes na zona de exploração sem ter em consideração a zona que a rodeia e o impacte que as vibrações das explosões e da exploração podem ter.

- A menos de 1000 metros da área de exploração fica a Igreja Paroquial de Covas do Barroso, Património de Interesse público. De salientar em particular as pinturas murais do início do século 18 recentemente recuperadas e as quais serão vulneráveis às vibrações produzidas com a exploração da mina, ainda mais amplificadas pelo granito que serve de fundação a igreja. A menos de 3.500 metros fica o Castro do Lesenho também classificado como Imóvel de interesse público. Castro do Poio, um povoado do século I ou II que fica a menos de 400 metros da área de exploração.

- A exploração proposta é a céu aberto e irá alterar acentuadamente a paisagem devido não apenas as cortas visíveis no terreno mas também à formação de escombreiras e outros elementos artificiais, designadamente a lavaria e restantes edifícios industriais que são discordantes com o meio envolvente, levando à perda de qualidade paisagística em toda a área envolvente, prejudicando a atividade económica do turismo, a qual é uma das grandes apostas das comunidades residentes, particularmente durante os meses de verão.

Análise do Projeto Reformulado do Projeto:

São apontadas graves omissões e fragilidades desta Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso, particularmente patente em dois documentos:
- Avaliação do projeto reformulado no âmbito do artigo 16º do RJAIA VOLUME I – Relatório Síntese – Sistemas Ecológicos.

- Estudo de Viabilidade Ambiental do Acesso Norte.

São apontadas sobretudo as falhas metodológicas e os diagnósticos de impactes apontados neste estudo, que carecem não raras vezes de rigor e de transparência científica podendo as mesmas conduzir a reflexões e conclusões que não abonam à correta avaliação das populações de fauna e flora prevalecentes na área de estudo e que podem levar facilmente a uma subestimação da presença de determinadas espécies-chave, assim como das suas abundâncias e densidades, levando o leitor a depreender, erradamente, que esta é uma área de pouco interesse para a biodiversidade e conservação.

Fragilidades do documento Avaliação do projeto reformulado no âmbito do artigo 16º do RJAIA VOLUME I – Relatório Síntese – **Sistemas Ecológicos – vertente do lobo ibérico:**

Existem quatro impressões iniciais importantes a salientar:

1. Aquando da avaliação dos resultados de monitorização de lobo ibérico no presente documento, não se reflete adequadamente sobre as quadrículas de estudo associadas à concessão mineira, ao seu acesso externo e ao seu acesso interno (aliás, apenas é indicado o limite da concessão mineira nas diversas figuras e legendas apresentadas, como se os seus acessos não fossem potenciais geradores de impactes sobre o lobo-ibérico e também, no caso da área de concessão, existe uma ausência gritante de esforço de campo). A mina e os acessos (que incluem os caminhos de expedição para o exterior da exploração e os cerca de 15 km de caminhos internos de acesso às frentes de desmonte e lavaria) pressuporão o aumento da perturbação, nomeadamente através da afetação do habitat e dos recursos disponíveis, do aumento no fluxo de veículos (nomeadamente veículos de tipologia pesada), ruído, movimento de pessoas nas áreas onde serão implementados, e os mesmos poderão contribuir para eventos de mortalidade nesta espécie, pelo que é necessário avaliar corretamente a situação de referência. Algo que não está a ocorrer;

2. Supondo que a presença de indivíduos na zona da concessão mineira possa ser puramente dispersiva, interessa "mapear" essa situação, pois pode tratar-se de uma variante do corredor ecológico Parque Nacional Peneda-Gerês - Parque Natural do Alvão/Pardela. Com base nessa informação, infelizmente inexistente, poderiam ser recolhidos dados sobre este fenómeno e relacionar os mesmos com os corredores ecológicos conhecidos, que podem estar a sofrer mutações devido às diferentes dinâmicas que a área tem atravessado nos últimos anos. Mais concretamente, é sabido que os corredores ecológicos atuais (corredor PNPG-PNA/Pardela, corredor Parque Natural do Alvão- Parque Natural de Montesinho e corredor Parque Natural do Alvão – SIC Romeu) estão, efetivamente, assentes em modelos que não têm em conta, até ao momento, variáveis como a sucessão ecológica, as alterações climáticas, as alterações no uso e ocupação do solo e, sobretudo, a dinâmicas das áreas em mutação como é o caso da zona de estudo que conta, a sul, com a implementação do Sistema Electroprodutor do Tâmega e, a norte, com a eventual Concessão de Exploração de Depósitos Minerais de Lítio e Minerais Associados da Mina do Romano, com localização prevista na vertente norte da Serra do Barroso, a sudeste da Albufeira do Alto Rabagão, em Morgade. No caso do primeiro empreendimento, já tiveram lugar alterações drásticas das

características da área, com a imposição de grandes barreiras físicas à dispersão da espécie (entre o PNPG - PNA/Pardela), que poderão vir a modificar a realidade destes corredores no terreno. Por esta razão, é necessário acompanhar devidamente todos os movimentos de dispersão, se disso se tratarem, em busca de uma tendência. O próprio estudo admite que este corredor se situa "na zona oeste da concessão". Contudo, é evidente a utilização da área de estudo a norte e a sul desta mina pela espécie, o que pode vir a transformar as dimensões (largura e limites) previstas para este corredor, situando-se a concessão mineira na sua passagem e podendo vir a ocorreu perturbações no fluxo genético do lobo-ibérico entre áreas importantes para a sua conservação;

3. O registo de indícios de presença de um grupo familiar/alcateia em Secerigo, entre 2015 e 2019, que culminaram na confirmação de reprodução de lobo-ibérico em 2020, com a observação de uma fêmea lactante, na área de estudo e não muito longe da área de concessão mineira, estão a ser alvo de contínua subavaliação, pelo que urge reforçar o esforço de campo nesses territórios, tendo em conta a sua proximidade à concessão mineira e especialmente à via de acesso externo da mina, o que poderá resultar num aumento de mortalidade para a espécie.

Exemplos específicos no documento que conduzem subavaliação da real presença de lobo-ibérico na área e à consequente subavaliação dos impactes sobre a mesma:

- Página 255 Figura 9.24
Verifica-se uma vez mais que não são conduzidos percursos em grande parte do interior dos limites da área de concessão mineira e o método utilizado continua a ser o de transetos em veículo todo-o-terreno, apenas adequado para áreas abertas. A detetabilidade de dejetos, pegadas e outros indícios ao viajar numa viatura ou a pé não é a mesma, especialmente num habitat heterogéneo como o da área de estudo, com declives, curvas, cruzamentos entre caminhos de características diferentes, vegetação e, nalguns momentos, estreitamento da via que pode conduzir à subavaliação da real presença de indícios de lobo-ibérico na área. De acordo com a bibliografia especializada disponível, o lobo-ibérico deposita, na maioria das vezes, excrementos em ou na proximidade de interseções de caminhos, a dezenas a centenas de metros desse ponto de interseção. Na presença de um cruzamento ou de um entroncamento, o observador deve prospetar as diversas vias que divergem ou convergem nesse ponto de interceção a pé (sob a pena de anular os indícios com as rodas do veículo ou de passar desapercebido pelos mesmos). Também continua a não ser conhecida a periodicidade dos transetos, que deveria ser, pelo menos, mensal.

- Página 256 Figura 9.25
Existem 2 quadrículas (AL 15 e AL 17) para as quais não é indicado nenhum valor de Índice Quilométrico de Abundância, não sendo apontado nenhum motivo para essa ausência de informação.

- Página 257 Figura 9.26
A bibliografia recente aponta para a possível existência de uma alcateia em Secerigo, tendo-se confirmado indícios de presença entre 2015 e 2019, que culminam na confirmação de reprodução, com a observação de uma fêmea lactante, em 2020. De acordo com o supracitado, torna-se incompreensível que não tenham sido efetuadas estações de escuta pelo menos nas quadrículas AP 08 e AP 12, dada a sua proximidade à área de concessão mineira e à via de acesso externo.

- Página 259 Figura 9.27
Uma vez que é assinalada a presença de crias de lobo-ibérico do ano na quadrícula AP 05, com recurso a armadilhagem fotográfica seria importante indicar o ponto exato de recolha dessa informação e a idade estimada das crias nesse registo, para melhor determinar se, em caso de se tratarem de crias muito recentes:

a) A observação comprova efetivamente a reprodução da espécie na área, se detetadas a menos de 2 km do limite da área de concessão mineira e pelo qual se encontrariam no interior da área tampão, a ser considerada durante a reprodução;

b) A observação vem contrariar a ideia de que as zonas de criação se situam todas elas a mais de 5 km dos limites da concessão, no caso de serem detetadas a menos de 5 km do limite da área de reprodução.

- Página 261. Figura 9.28
Esta figura revela dados alarmantes: nas quadrículas AP 07 E AP 08, simultaneamente área de presença de uma suposta (provável) alcateia de Secerigo e local projetado para a futura implementação do acesso externo da concessão mineira que não se encontra a ser devidamente monitorizado por este estudo. Ocorrem aqui movimentações de diferentes indivíduos (pelo menos 3: correspondentes aos genótipos 5, 7 e 11) cujos indícios não estão a ser devidamente registados ou para os quais não está a ser dirigido um esforço de campo considerado suficiente para a sua correta avaliação (quase total ausência de, por exemplo, de estações de gravação de vocalizações e ausência de estações de escuta).

- Página 263 Figura 9.29
Verifica-se uma vez mais que não são efetuados esforços de campo em grande parte do interior da concessão mineira, constituindo a colocação de *AudioMoths* uma oportunidade para avaliar a presença de indivíduos da espécie *Canis lupus* dentro do limite desta área.

- Página 265 Figura 9.31
Não se compreende que, na figura supracitada, os dados relativos aos prejuízos no gado se encontrem representados a verde, assim como a linha que define o limite de concessão mineira. Tal não permite visualizar corretamente os dados em caso de sobreposição de um ponto associado a prejuízos atribuídos ao lobo com a linha que define a concessão da mina. Do mesmo modo também não se compreende porque não há uma conjugação de dados relativos aos prejuízos de lobo entre 2018 e 2021 com o período que se lhe segue (2022), uma vez que de fevereiro de 2021 à data atual decorreram já mais de 2 anos.

- Página 267 Figura 9.33
Existem efetivamente dados de dejetos identificados geneticamente como pertencendo a lobo-ibérico dentro da área de concessão da mina em período de reprodução pelo que o esforço em efetuar transetos dentro dessa mesma área deveria ter sido aumentado e não aparentar ser concomitantemente desprezado.
Não nos é proporcionada a data de recolha do dejeto e o seu estado, o que ajudaria a estimar se o mesmo corresponderia sensivelmente ao período de tempo em que foi recolhido e, em caso afirmativo, se nos encontrávamos em época de reprodução, momento em que os indivíduos se circunscrevem ao redor do seu centro de reprodução, não efetuando movimentos muito largados no seu território. Noutro cenário, no caso de se tratar de um indivíduo dispersante, seria interessante procurar determinar se o mesmo estava a utilizar igualmente a porção mais a este do limite de concessão da mina (área para a qual deveriam ter sido dirigidos igualmente esforços de campo).

As fragilidades do documento Avaliação do projeto reformulado no âmbito do artigo 16º do RJAIA VOLUME I – Relatório Síntese – **Sistemas Ecológicos – outras vertentes – fauna**

- Página 271
É referido que "Relativamente à componente da fauna, também não foram efetuados novos trabalhos de campo…".

Deste modo, relativamente ao Estudo de Impacte Ambiental Inicial, o atual Projeto Reformulado continua a:

a) Demonstrar um reduzido esforço de campo na descrição das comunidades de macroinvertebrados bentónicos, de fitobentos, mexilhão-de-rio (*Margaritifera margaritifera*), de fauna piscícola e mamíferos aquáticos como a Toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), com os pontos de amostragem selecionados para a monitorização dos elementos aquáticos (PAQ01 a PAQ07) muito insuficientes. Para além do referido, o próprio estudo descreve que muitos dos pontos criados para a amostragem não são adequados para a presença de uma ou outra espécie;

b) Não colmatar a ausência de pontos de amostragem para a monitorização dos elementos aquáticos dentro da área de concessão da mina. Tal não se compreende uma vez que vão ocorrer alterações na estrutura das próprias linhas de água dessa zona pelo que é imperativo monitorizar as mesmas para saber se mantêm as mesmas condições ambientais ao longo da fase de construção, laboração e encerramento da mina, há diversas linhas de água e nascentes contidas no interior da área de concessão da mina que não são avaliadas neste estudo dos elementos aquáticos, sendo que muitas delas apresentam um regime hídrico permanente e não secam durante os meses de menor pluviosidade; a acessibilidade aos mesmos é perfeitamente possível.

c) A ausência de condução de pontos de monitorização dentro da área de concessão pode levar a uma subavaliação dos recursos ecológicos aí presentes e, consequentemente, a uma estimação incorreta do verdadeiro potencial de afetação da ampliação da mina nas comunidades faunísticas e florísticas pré-existentes.

Reflexão sobre a avaliação dos impactes deste estudo na vertente do lobo ibérico e nas outras vertentes, nomeadamente na fauna:

No que concerne as populações de lobo-ibérico na área de estudo:

1. Na avaliação dos impactes sobre o lobo-ibérico nas diferentes fases (construção, exploração e encerramento da exploração) é sucessivamente referido que a mina do Barroso terá um impacte pouco significativo sobre a espécie porque " A presença de gado assim como a altitude, são os principais fatores que condicionam a presença de lobo em Portugal", condições que essa área não reúne. Esta afirmação tem pouca fundamentação científica, uma vez que depende da área geográfica em que nos encontramos sendo que a espécie é oportunista, e tirará partido da disponibilidade de presas (silvestres ou domésticas) que existirem no seu território, desde que estas sejam suficientemente abundantes. O estudo refere que as presas selvagens existem em densidades altas na área de estudo, pelo que este fator poderá ser determinante para a presença de lobo ibérico na área. O lobo é efetivamente predominante em áreas de altitude, mas pode fazer deslocações em áreas mais baixas, em busca de alimento e recursos hídricos e em fenómenos de dispersão, o que faz com que a área da concessão possa ser utilizada pela espécie.

Contudo, se pretendermos aludir à altitude como fator determinante na presença de lobo-ibérico, a área onde será instalado o acesso externo encontra-se, efetivamente em altitude (a título de exemplo, a 987 m, em medição sobre o caminho de terra onde se pretende fazer passar o acesso, ao nível da povoação de Campos) e detém presença confirmada da espécie, pelo que o seu impacte em termos de mortalidade sobre a espécie e das suas presas (por colisão e atropelamento), exclusão e perda de habitat poderá ser significativo e não pouco significativo, como sugere o estudo.

2. Na avaliação dos impactes sobre o lobo-ibérico nas diferentes fases (construção, exploração e encerramento da exploração) é sucessivamente referido que a área não é propícia para a presença de lobo dada a "ausência de registos de uivos e fotográficos". Acontece que estes registos foram medidos sem que houvesse um esforço de amostragem consistente e homogéneo no interior da concessão mineira, nos seus acessos e nas suas áreas limítrofes, pelo que a presença de lobo ibérico poderá estar subavaliada neste caso. Assim, o impacte em termos de mortalidade sobre a espécie (por colisão e atropelamento), exclusão e perda de habitat poderá ser significativo e não pouco significativo, como sugere o estudo.

3. Durante a Fase de Construção, o ruído geral das tarefas de construção, a iluminação artificial, a preparação do terreno e o aumento do tráfego vão promover a exclusão da espécie (e a redução do fluxo genético entre o PNPG e o PNA/Pardela), a sua mortalidade e a das suas presas (tendo em conta que a velocidade de circulação de 30 km/h dentro da exploração e nas vias de acesso nunca é cumprida) e a perda de habitat pelo que o impacte deve ser avaliado como significativo, ao invés de pouco significativa ou não significativo, como sugere o estudo.

4. Durante a Fase de Exploração, a transformação definitiva dos habitats por desmonte, o ruído e vibração produzidos em geral e os produzidos pela lavaria, a iluminação artificial, as explosões nas cortas e o aumento do tráfego vão promover a exclusão da espécie do seu corredor ecológico, a sua mortalidade e a das suas presas (especialmente no acesso externo da mina) e a perda de habitat pelo que o impacte deve ser avaliado como significativo, ao invés de pouco significativo ou não significativo.

5. Durante a Fase de Encerramento da exploração aborda-se o impacte positivo do Restauro ecológico referindo que os mecanismos de sucessão ecológica dar-se-ão a curto a médio prazo e o lobo poderá reocupar, lentamente a área. No caso de ocorrer a perda de conetividade entre áreas de conservação importantes para o lobo durante a fase de construção e exploração da mina (aproximadamente 17 anos), aquando do seu encerramento este impacte não será pouco significativo a significativo, como referido, mas antes pouco significativo a inexistente, uma vez que poderão já não existir populações de lobo-ibérico a utilizar esta área geográfica para dispersar.

6. Finalmente, refere-se que, em comparação com as alternativas do EIA, o Projeto reformulado conduz supostamente à alteração do horário de funcionamento da mina, que também seria um fator importante já que reduziriam alguns dos efeitos perturbadores, especialmente para o lobo, ao interditar o trabalho durante o período noturno. Assim sendo, como se explica os períodos horários constantes do Quadro II.22 do Plano de Lavra, nos quais a condição de suspensão da circulação de veículos pesados desde uma hora antes do pôr-do-sol até uma hora depois do mesmo nascer não ocorre quase nunca? Tal afirmação somente seria verdadeira se fossem tidas em conta as obras de perfuração, entre os meses de abril a julho (momento do ano em que o período noturno cumpre as regras de ocaso e o apogeu acima descritas). De resto, e tendo por base este quadro, existirá efetivamente circulação de veículos pesados de transporte para a lavaria e de transporte de estéril até às 23h (já no período noturno).

No que concerne as populações fauna, que não o lobo-ibérico, na área de estudo:

1. De modo geral, os impactes significativos negativos mais graves decorrentes da exploração mineira (referidos no Quadro 10.55 das páginas 509 e 510) mantêm-se no projeto reformulado para os grupos de fauna com um estatuto ameaçado: o mexilhão-de-rio, a toupeira-de-água e a gralha-de-bico-vermelho. Também será exercido, através da proliferação de espécies exóticas, um impacte sobre os habitats de pastagens semi-naturais como os lameiros e a floresta autóctone, que muito dificilmente recuperarão. Seria de esperar que, com a reformulação deste projeto, estas espécies vissem decrescer os seus graus de afetação. Contudo, estes mantêm-se. No caso do mexilhão-de-rio é afirmado que há um impacte global menor no projeto reformulado. Contudo, a ponte no Rio Covas vem anular os esforços das compensatórias derivadas do projeto SET no rio Beça. Apesar de se ter excluído a construção de uma ponte sobre o rio Beça, com afetação direta de uma população de mexilhão-de-rio aí existente, serão induzidas alterações no rio Covas a 2,5 km de uma população que se encontra a ser beneficiada, porque não se consegue assegurar a eliminação de impactos como a possível turbidez na água, a introdução de escombros no rio e a colmatação das suas margens por aterro.

2. Na Fase de Construção assume-se que pode ocorrer a deterioração da água e solos por derramamento acidental de substâncias potencialmente toxicas ou poluentes aquando das ações de terraplanagem, escavação, movimentação de máquinas e veículos, e libertação de gases por combustão, sendo este impacte pouco significativo. Antes de mais, o promotor da obra tem de ser ciente que os derramamentos referidos não podem ocorrer, já que se tem de assegurar o correto funcionamento de todos os equipamentos e antes de iniciar os trabalhos os riscos têm de ser previstos anteriormente e mitigados, quando se trabalha com equipamentos a gasóleo. No relatório Projeto de Descarbonização realizado para o Projeto da Mina de Lítio do Barroso pela empresa Ecoprogresso (T2012-785 Barroso Lithium_Sumário executivo Savannah Lithium, Lda Estratégia Descarbonização Sumário Executivo) é referida, em dois de quatro cenários propostos, a utilização de camiões a bateria como solução de transporte para a mina ou a utilização destes mesmos camiões a bateria a complementarem o uso de veículo ferroviário. A utilização destes recursos evitaria, a certa escala, o derramamento acidental e a libertação de gases por combustão. Uma vez que o promotor pretende que a mina seja regida por um conceito "verde" de *green-mining*, a mesma deveria aguardar até 2028 para iniciar a sua laboração, momento em que estes camiões a bateria já estarão disponíveis no mercado, evitando assim este impacte que, ao contrário do que sugere o estudo, se trata de um impacte significativo.

3. Na Fase de Construção assume-se que podem ocorrer atropelamento de anfíbios, répteis, micromamíferos, com impactes pouco significativo. A construção de acessos para veículos de tipologia pesada e o aumento de circulação rodoviária em meios não perturbados tem de ser tido como um impacte significativo, especialmente quando ocorre atravessamento de áreas húmidas, como é o caso do rio Covas, onde as populações de anfíbios ocorrem em densidades maiores.

4. Na Fase de Construção assume-se que podem ocorrer incêndios mas que o seu impacte será improvável. Este impacte nem sequer é avaliado no Quadro 10.55 das páginas 509 e 510. Uma vez que a área da concessão da mina se situa numa área de elevado risco de incêndio pelas suas características e pelo biótopo mais frequente na mesma serem matos e não, por exemplo, espécies de arvoredo de combustão lenta, é imperativo eliminar este possível impacte, através da não realização de trabalhos de risco durante o verão, ou durante os períodos de seca e de risco de incêndio elevado. No caso de ocorrer um incêndio na área, o seu impacte, nada improvável, será

muito significativo para os diversos grupos de fauna terrestres, pela perda de habitat e inclusivamente para os aquáticos, uma vez que os rios receberão a cinza decorrente do incêndio, dando-se fenómenos de turbidez e anóxia, assim como as populações de lobo-ibérico para as quais este impacte não foi avaliado na seção que lhe corresponde.

5. Na Fase de Construção assume-se que, aquando da construção da ponte metálica sobre o rio Covas (na etapa 2), pode ocorrer queda de materiais e detritos, que causarão turbidez no meio aquático e impedirão o desenvolvimento de juvenis de mexilhão-de-rio, mais a jusante, tornando provável a sua redução no rio Beça, com um impacte significativo de magnitude moderada. Este impacte não pode ser considerado como tendo uma magnitude moderada mas sim elevada uma vez que existe um local onde estão a ser implementadas medidas compensatória mexilhão do SET a apenas 2,5km deste ponto. Também aqui não são abordados derramamentos acidentais que afetarão severamente a ictiofauna e os macroinvertebrados. A título de exemplo, não são avaliados concretamente os impactes sobre a truta, espécie-chave essencial por si mesma para os ecossistemas aquáticos, mas também para a reprodução de mexilhão-de-rio e para a qual se prevê um plano de monitorização que aparentemente, não se iniciou ainda. Diz-se que os impactes sobre a ictiofauna e macroinvertebrados serão pouco significativos. Muito pelo contrário, estes poderão ser significativos.

6. Na Fase de Construção assume-se que, aquando da construção da ponte metálica sobre o rio Covas (na etapa 2), o impacte para a Toupeira-de-água pode vir a ser significativo, não havendo interceção direta na linha de água pela ponte mas podendo ocorrer aterro das margens dos cursos de água e escombros provenientes das obras. Este trata-se de um impacte direto e muito significativo sobre a espécie que apresenta populações saudáveis neste rio. O próprio enchimento dos encontros e instalação dos blocos de ancoragem, que serão construídos a partir de material de enchimento especificado selecionado, disponível no local, sendo os aterros cobertos por uma espessa camada de proteção de rochas e gabiões para reduzir a erosão durante eventos de cheia, constituem um impacto adicional para esta espécie. Tal decorre da utilização de material local na construção ir certamente perturbar a dinâmica do rio e danificar as suas margens, tão necessárias para a conservação de um habitat adequado para esta espécie.

7. Na Fase de Exploração assume-se que, nesta ponte metálica sobre o rio Covas circularão *dumpers*, a cada 14 minutos, para assegurar o fornecimento de material para a lavaria, pelo que o impacte neste rio deverá ser considerado significativo pelo seu poder de gerar uma perturbação quase contínua, durante o dia e durante a noite, em termos de ruído e vibração, neste meio aquático (com a possibilidade, não avaliada, de queda de materiais transportados nesta linha de água).

8. Na Fase de Exploração assume-se que o tráfego no acesso exterior seja superior a 3,5 camiões/hora no período diurno e no, acesso interior, "as ações de mineração e atividades da mina irão decorrer entre as 7h e as 23h, o que implica a deslocação de camiões *dumpers* no circuito interno durante esse período, com o consequente acréscimo de ruído e luz artificial" e a partir do Ano 9 "…serão necessárias em média 55 viagens por dia (entre as cortas do Reservatório/NOA e a lavaria), o que corresponde a uma frequência de passagem de um *dumper* a cada 14 minutos, para assegurar o fornecimento de material para a lavaria". Esta afirmação vem contrariar tudo o que foi dito anteriormente, nomeadamente no Relatório Não Técnico do Projeto Reformulado (Avaliação do projeto reformulado no âmbito do artigo 16º do RJAIA VOLUME IV – Resumo não Técnico (RNT) – Sistemas Ecológicos), o que poderá induzir o leitor em erro, passo a citar: "O projeto também eliminou as atividades durante o período noturno e concentrou as atividades mais ruidosas nos dias úteis entre as 12h e as 15h." e no próprio corpo deste documento, com a seguinte citação a ser transposta da página 481 do mesmo, no momento em que há uma referência ao Impacte nº2 –

Mortalidade para o Lobo-ibérico. "…suspensão de circulação de veículos pesados desde uma hora antes do pôr do Sol até uma hora após o nascer do Sol". A dar-se esta alteração de procedimento, a mesma acarreta um impacte muito significativo (para as comunidades diversas de fauna e também para o lobo-ibérico) e não um impacte pouco significativo, como referido.

Efetivamente, consultando o Quadro II.22 do Plano de Lavra, a condição de suspensão da circulação de veículos pesados desde uma hora antes do pôr-do-sol até uma hora depois do mesmo nascer não ocorre quase nunca, a não ser nas obras de perfuração, entre os meses de abril a julho.

9. Na Fase de Exploração assume-se que existirá um" acréscimo de luz artificial devido aos trabalhos e movimentos de transporte noturnos..." que terão um impacte pouco significativo, de acordo com os redatores do documento. A ocorrerem, este impacte será significativo sobre as populações de morcegos mas também de aves noturnas, algo que não foi endereçado neste estudo e pode levar a uma mortalidade acentuada nestes dois grupos de fauna.

10. Na Fase de Exploração há um impacto sobre a fauna que não foi endereçado neste estudo e que, na Etapa 1, pode contribuir para a diminuição da qualidade da água que se trata da exploração da Corta de Grandão, perigosamente situada na proximidade do Rio Covas, pelo que se prevê difícil uma correta contenção dos minérios daí extraídos, podendo os mesmos chegar ao rio. Também o acesso interno a esta Corta, através do qual circulam os veículos pesados, está numa posição sobranceira a este rio pelo que se avizinha, com esta inserção dos elementos no terreno, o deslizamento de terras e perda de material originário da Corta para o rio, com a geração de efeitos de turbidez na água com impactos significativos.

11. Na Fase de Exploração há um segundo impacto sobre a fauna que não foi endereçado neste estudo e que se prende com a otimização dos recursos hídricos, podendo vir a afetar a qualidade da água do Rio Covas, assim como a sua quantidade: a existência de 3 reservatórios de água limpa, supostamente para atenuar os caudais das linhas de água às quais as cortas se vão sobrepor. O fato de esta água ficar retida nos 3 reservatórios, que na sua totalidade detêm uma capacidade máxima de armazenamento de 181 575 m3, faz com que esta água não abasteça os caudais do rio Covas, podendo contribuindo para a ausência de um caudal mínimo ecológico neste rio de grande importância para alguns grupos-alvo de fauna. Também no caso de se dar um evento extremo de necessidade de descarregamento súbito destes reservatórios para o rio Covas, o seu efeito poderá ser devastador, por um aumento súbito e não gradual do caudal desta linha de água, arrasando algumas comunidades de espécies aquáticas como a toupeira-de-água. É igualmente referido no Plano de Lavra deste projeto, que a água existente no Reservatório de água Limpa 1 (RA1) será utilizada, nos períodos de estio, para abastecer a Lavaria, o que significa que será utilizada água limpa para abastecer esta unidade, em vez de água já processada e de algum modo contaminada, o que não abona a correta otimização dos recursos hídricos.

12. Na Fase de Exploração há um terceiro impacto sobre a fauna que não foi endereçado neste estudo e que se prende com a otimização dos recursos hídricos, podendo vir a afetar a qualidade da água do Rio Covas, assim como a sua quantidade: a existência de 2 reservatórios de Controlo de Sedimentos (com água proveniente da exploração das cortas, com sedimentos finos em suspensão). No caso de se dar um evento extremo de necessidade de descarregamento súbito destes reservatórios para o rio Covas, o seu efeito poderá ser devastador, por um aumento súbito e não gradual do caudal desta linha de água, com cerca de 525 265 m3 de água contaminada com sedimentos finos em suspensão, arrasando as comunidades de espécies aquáticas, especialmente as de mexilhão-de-rio.

13. Na Fase de Exploração há um quarto impacto sobre a fauna que não foi endereçado neste estudo e que se prende com a otimização dos recursos hídricos, podendo vir a afetar a qualidade da água do Rio Covas, assim como a sua quantidade: a existência de 1 reservatório de Controlo Ambiental, unidade que se trata da unidade primordial a receber a água de reposição no abastecimento à lavaria. No caso de se dar um evento extremo de necessidade de descarregamento súbito deste reservatório para o rio Covas, o seu efeito poderá ser devastador, por um aumento súbito e não gradual do caudal desta linha de água, com cerca de 600 000 m3 de água contaminada a arrasar as comunidades de espécies aquáticas.

14. Na Fase de Exploração há um quinto impacto sobre a fauna que não foi endereçado neste estudo e que se prende com a otimização dos recursos hídricos, podendo vir a afetar a qualidade da água do Rio Covas, o fato do abastecimento de água ao Projeto ser atingido de várias formas, nomeadamente pelo uso dos furos de drenagem das cortas que, uma vez contaminadas pela sua exploração, poderão chegar ao rio Covas perturbando a bacia hidrográfica na qual este rio se insere.

Fragilidades do documento **Estudo de Viabilidade Ambiental do Acesso Norte**:

Relativamente ao impacto gerado pela circulação de viaturas, que contribuirá para um acréscimo de mortalidade, prevê-se um impacto na fase de exploração que será negativo, de magnitude reduzida, pouco significativo, de dimensão local, permanente e irreversível, especialmente sobre a comunidade de anfíbios e répteis, apesar de afetar todos os vertebrados aí existentes. Uma vez que este acesso norte cruzará o rio Terva, os seus afluentes e outras massas de água em múltiplos pontos, e grande parte do seu troço será construído de modo paralelo a vias asfaltadas já existentes, duplicará as taxas de mortalidade, especialmente nos anfíbios e outros grupos de espécies de fraca mobilidade na proximidade de zonas húmidas, como é o caso do réptil maioritariamente aquático, *Emys orbicularis.* De nome comum Cágado-de-carapaça estriada, possui uma ampla distribuição a nível global sendo, contudo, considerado em Portugal como uma espécie "Em Perigo" (EN) pelo Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal. No norte de Portugal existem apenas algumas populações isoladas, estando a mais importante localizada no extremo norte de Boticas, num grupo de lagoas pertence ao PAVT - Parque Arqueológico do Vale do Terva. Deste modo, e uma vez que esta espécie se desloca entre as diversas massas de água que irão ser cruzadas por esta via, urge, desde logo alterar a previsão de impactos para negativo, de magnitude (pelo menos) moderada, e significativo, de dimensão local, permanentes e irreversível para a fauna.

6. CONCLUSÃO

Foram recebidas um total de 916 participações no âmbito da Consulta Pública da reformulação do "Projeto de Ampliação da Mina do Barroso".

A reformulação deste Projeto continua, pelos motivos enunciados no presente Relatório de Consulta Pública, a ser alvo de muita contestação e protesto.

Das 894 exposições apresentadas pelos cidadãos:

- 879 Discordam.
- 15 Concordam.

Os 15 Cidadãos que concordam com a reformulação do Projeto não apresentam nenhuma fundamentação que sustente a sua concordância.

Os 879 cidadãos que discordam e contestam este Projeto, bem como a presente Reformulação, apresentam algumas questões/preocupações, algumas já expostas na anterior consulta pública, e também são apontadas algumas omissões e fragilidades a esta Alteração do Projeto de Ampliação da Mina do Barroso.

Projeto, também, com manifesta oposição e parecer desfavorável apresentado pela Administração Local/Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso, ONGA e pelas Associações de âmbito Regional/outras.

A empresa IBERDROLA manifesta-se contra o projeto, referindo que não responde quanto às medidas de minimização a implementar para garantir a preservação e monitorização adequada da qualidade da água a jusante dessa exploração, onde se situa o Sistema Eletroprodutor do Tâmega (SET), circunstância que pode comprometer a eficácia dos programas de monitorização na fase de exploração, diretamente relacionados com os recursos hídricos e respetivos habitats bem como da eficácia das medidas de compensação específicas previstas para vários troços do rio Beça, ribeira de Lousas / ribeira de Gondiães e rio Torno / Louredo, implementados no âmbito do SET.

O Turismo de Portugal refere que a ampliação da Mina do Barroso tem impactes que conflituam com a atividade turística, importando garantir, na ótica do setor do turismo, que este projeto não seja suscetível de colocar em risco o reconhecimento, pela UNESCO, da Reserva da Biosfera Transfronteiriça de Gerês/Xurés que integra a Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO e que tem por objetivo a conservação de paisagens, ecossistemas e espécies, e o desenvolvimento sustentável a nível social, económico, cultural e ecológico.

A exposição apresentada pela Universidade (CRIA, ISCTE) refere a necessidade de elaborar estudos sobre os impactos paisagísticos e sociais do projeto de ampliação da Mina do Barroso com base em metodologias sólidas.

Os Verdes têm vindo a alertar, na região do Barroso os projetos para exploração de lítio a céu aberto têm-se revestido de falta de transparência em toda a linha – com sucessivos atropelos ao Procedimento de Impacte Ambiental e pela ferida que deixam na Democracia - arredando as comunidades e ignorando as reivindicações e alertas das populações e do Partido Ecologista Os Verdes, para a enorme ameaça ambiental em curso.

Conclui-se, ainda, que a posição de discordância e os argumentos apresentados pelos cidadãos vão ao encontro das razões/fundamentações apresentadas quer pela Administração Local, ONGA e, também, pelas associações de âmbito Regional/outras Associações:

Referem que o Projeto não corresponde a uma reformulação, mas sim a uma profunda alteração do mesmo, nomeadamente o referente:

- À localização da lavaria.
- Acesso ao exterior da exploração.
- Instalação de alegados reservatórios de água que são barragens instaladas em linhas de água, uma das quais impermeabilizadas.
- Alteração na distribuição dos inertes que em parte vão ser colocados em parte nas cortas após a exploração, abandonando a ideia inicial de criação de dois lagos artificiais.
- Não instalação de cortinas arbóreas devido ao ruído e poeiras entre a exploração e o aglomerado.

E ainda:

- Dada a sensibilidade do local, a reformulação do projeto e as medidas apresentadas são insuficientes para mitigar os principais impactes ambientais e sociais.

- Esta área não foi incluída na Avaliação Ambiental Estratégica da exploração de lítio em Portugal, o que não permite a sua análise integrada no panorama nacional.

Outras questões que deverão ser consideradas:

- O impacto na paisagem é muito significativo, nomeadamente na área classificada de Património Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). A classificação GIAHS baseia-se num conjunto de parâmetros, onde se destaca a biodiversidade, a paisagem, a produção agrícola e a gestão sustentável do uso da água, todos eles vão sofrer um forte impacto com a existência deste projeto.

- É importante saber se para a FAO, a classificação GIAHS, é compatível com a existência de minas a céu aberto. É indispensável para salvaguardar esta questão, que a FAO emita um parecer sobre este assunto.

- O passivo ambiental, resultante da localização dos rejeitados da lavaria, põe em causa os objetivos da Diretiva Quadro da Água. A deposição de rejeitados da lavandaria em local impermeabilizado e com canais de drenagem, em caso de acidente devido a anomalia ou qualquer outro fenómeno estocástico, devido à orografia do local e à proximidade de linhas de água

- A problemática com a disponibilidade hídrica mantém-se. Salientam que as enormes necessidades hídricas desta atividade não são passiveis de serem supridas com o recurso apenas às águas pluviais captadas na exploração, pelo que o recurso à captação subterrânea e superficial é inevitável para a manutenção dos ciclos de exploração nas épocas estivais, o que potenciará o stresse hídrico nesta área.

Reforçam, ainda, o impacto negativo gerado a nível:

- Social – Uma oposição forte e persistente das comunidades locais que temem a perda da sua qualidade de vida e das atividades económicas tradicionais.

- Económico - As caraterísticas do projeto não parecem interessantes para o desenvolvimento sustentável local a médio e longo prazo. O local proposto é o único com a distinção de Património Agrícola Mundial em Portugal.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Cristina Sobrinho

Cristina Sobrinho

ANEXO

Exposições Recebidas

Dados da consulta

Nome resumido	Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso
Nome completo	Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso
Descrição	Alteração ao projeto de ampliação da Mina do Barroso, ao abrigo do n.º 2, art.º 16, DL 151-B/2013 na sua atual redação.
Período de consulta	2023-03-22 - 2023-04-19
Data de ínicio da avaliação	2023-04-20
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	
Código de processo externo	
Entidade promotora do projeto	Savannah Lithium, Lda
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	
Técnico	Cristina Sobrinho

Eventos

Documentos da consulta

Resumo Não Técnico	Documento	RNT_6009.pdf
Estudo de Impacte Ambiental	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/ei2023321164258.7z
Anexo I - Estudo de Tráfego	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/anexo%20i%20-%20estudo%20de%20tr%C3%A1feg202332116452.7z
Anexo	Docu	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/anexo%20ii%20-

II - Estudo Preliminar e EVA – Acesso Norte	mento	%20estudo%20preliminar%20e%20eva%20%E2%80%93%20acesso%20nort20233211645 53.7z
Anexo III - Situação de Referência (EIA) – Saúde Humana, Geologia e Geomorfologia, Património	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/anexo%20iii%20-%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20refer%C3%AAncia%20(eia)%20%E2%80%93%20sa%C3%BAde%20humana,%20geologia%20e%20geomorfologia,%20patrim%C3%B3ni2023321164647.7z
Anexo IV - Recursos Hídricos	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/anexo%20iv%20-%20recursos%20h%C3%ADdrico2023321164741.7z
Anexo V - Ambiente Sonoro	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/anexo%20v%20-%20ambiente%20sonor2023321164819.7z
Anexo VI - Componente Social	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/anexo%20vi%20-%20componente%20socia2023321164854.7z
Anexo VII - Estratégia de Descarbonizaç	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/anexo%20vii%20-%20estrat%C3%A9gia%20de%20descarboniza%C3%A7%C3%A32023321164935.7z

ão		
Anexo VIII - Ofício da APA e Parecer da Comissão de Avaliação	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/anexo%20viii%20-%20of%C3%ADcio%20da%20apa%20e%20parecer%20da%20comiss%C3%A3o%20de%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20(ca2023321165034.7z
Medidas	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/medida2023321165116.7z
Shapefiles	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/sh2023321165322.7z
Peças Desenhadas - 1a 4	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%201a2023321165424.7z
Peças Desenhadas - 5	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%202023321165456.7z
Peças Desenhadas - 6	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%202023321165542.7z
Peças Desenhadas - 7 a 9	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%207a202332116576.7z
Peças Desenhadas - 10 a 13	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%2010a12023321165749.7z
Peças Desenhadas - 14 a 15	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%2014a12023321165847.7z
Peças Desenh	Document	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%201202332117010.7z

adas - 16	o	
Peças Desenhadas - 17	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%201202332117133.7z
Peças Desenhadas - 18	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%201202332117351.7z
Peças Desenhadas - 19	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%201202332117518.7z
Peças Desenhadas - 20	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%20220233211760.7z
Peças Desenhadas - 21	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%202202332117749.7z
Peças Desenhadas - 22	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%202202332117843.7z
Peças Desenhadas - 23	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%202202332117106.7z
Peças Desenhadas - 24	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%2022023321171241.7z
Peças Desenhadas - 25	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%2022023321171329.7z
Peças Desenhadas - 26	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%2022023321171448.7z

Peças Desenhadas - 27	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%2022023321171610.7z
Peças Desenhadas - 28	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%2022023321171912.7z
Peças Desenhadas - 29	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%2022023321171952.7z
Peças Desenhadas - 30	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%2032023321172130.7z
Peças Desenhadas - 31	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%203202332117224.7z
Peças Desenhadas - 32	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%2032023321172252.7z
Peças Desenhadas - 33	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%2032023321172334.7z
Peças Desenhadas - 34	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%2032023321172455.7z
Peças Desenhadas - 35	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%2032023321172552.7z
Peças Desenhadas - 36	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%2032023321172645.7z
Peças Desenh	Document	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-

adas - 37	o	%2032023321172728.7z
Peças Desenhadas - 38 a 39	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/pe%C3%A7as%20desenhadas%20-%2038a3202332117289.7z
Plano de Lavra - Documentos	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/plano%20de%20lavra%20-%20documento2023321173735.7z
Plano de Lavra - Anexos_II_1a12	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/plano%20de%20lavra%20-%20anexos_ii_1a12023321173413.7z
Plano de Lavra - Anexos_II_13a28	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/plano%20de%20lavra%20-%20anexos_ii_13a22023321173455.7z
Plano de Lavra - Anexo_II_29_fig11a13	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/plano%20de%20lavra%20-%20anexo_ii_29_fig11a12023321172931.7z
Plano de Lavra - Anexo_II_29_fig14a16	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/plano%20de%20lavra%20-%20anexo_ii_29_fig14a12023321173055.7z
Plano de Lavra - Anexo_II_29_fig17a20	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/plano%20de%20lavra%20-%20anexo_ii_29_fig17a22023321173250.7z
Plano de Lavra -	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/plano%20de%20lavra%20-%20anexos_ii_30a32023321173543.7z

Anexos _II_30a 34		
Plano de Lavra - Anexos _III	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/plano%20de%20lavra%20-%20anexos_ii2023321173630.7z
Plano de Lavra - Anexo_ V-1.7z	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3353/plano%20de%20lavra%20-%20anexo_v-2023321173339.7z

Participações

ID 64760 João Alves em 2023-04-20

Comentário:

Discordamos. Ainda há dúvidas sobre o porquê? Aguarda se o indeferimento a mais esta proposta criminosa megalómana e cleptocratica, pelos mesmos de sempre, os que se autopeoclamam donos disto tudo, ao povo e à natureza. Obrigado. Viva Portugal. O povo é quem mais ordena, diz se por aí. Anotem bem, decidam melhor. Com os melhores cumprimentos, POLÍTICAMENTE FALANDO, João Alves, Por: Portugal Unido Pela Natureza

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64759 Sara Ferreira em 2023-04-20

Comentário:

Não faz qualquer sentido uma mina de lítio

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64756 Rui Manuel Miranda da Cruz em 2023-04-20

Comentário:

Com efeito, estamos perante um Estudo de Impacte Ambiental (EIA) que apresenta grandes lacunas e imprecisões de informação, não expõe adequadamente o projeto em aspetos críticos e, em vários descritores importantes, contém uma imperfeita avaliação de impactes, medidas de mitigação e planos de monitorização, o que inviabiliza a emissão de um parecer favorável da Comissão de Avaliação (CA). Pelo acima exposto, venho manifestar a minha posição de discordância com o EIA do projeto de ampliação da Mina do Barroso. Atentamente, Rui Manuel Miranda da Cruz Anexa-se apreciação sobre o EIA do projeto.

Anexos: 64756_Com efeito_1147.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64755 Mafalda Henriques de Sousa Borges em 2023-04-19

Comentário:

Não concordo com um noviços poluente que vai acabar com centenas de hectares de natureza e consumir desnecessariamente tanta água preciosa

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64754 Lara Sobral em 2023-04-19

Comentário:

Discordo com o projeto da ampliação da Mina do Barroso. É um mega projeto e altamente poluidor para o meio ambiente. Vai estragar o ecossistema e descaracterizar o lugar. O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental. As pessoas vão perder os seus terrenos agrícolas e é um direito deles manter os seus modos de vida.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64753 Luisa em 2023-04-19

Comentário:

Os danos no território são irreversíveis.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64752 Maria Teresa Pereira Fontão em 2023-04-19

Comentário:

As alterações feitas a este projecto são inconsequentes e não respondem a nenhuma das críticas feitas em 2021. Se havia alterações a fazer nessa altura, as mesmas persistem, e há que rever o projecto e não fingir fazê-lo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64751 Inês em 2023-04-19

Comentário:

Discordo totalmente com este projecto destrutivo e poluente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64750 Maria Isabel Ramos Lopes da Silva em 2023-04-19

Comentário:

Venho comunicar a minha discordância em relação ao projeto em questão, dado este projeto de mina ser incompatível com o direito fundamental garantido pela Constituição da República (artigo 66) que prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”, indicando que incumbe ao Estado, entre outros deveres, os de a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento socioeconómico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens

---

e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da proteção das zonas históricas; f) Promover a integração de objetivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial. Ora deste projeto de mina irá resultar inevitavelmente a destruição de ecossistemas, a descaracterização permanente das paisagens e a perda da capacidade produtiva dos terrenos, numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afetivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projeto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stresse hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. Acresce que, a zona onde se projeta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projeto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. Para concluir, cito o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: “as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64749 Tiago Patatas em 2023-04-19

Comentário:

O objectivo da Savannah é o de explorar reservas de pegmatites estimadas em milhões de toneladas. Mas a concentração de Óxido de Lítio (LI2O) é extremamente baixa A Mina do Barroso terá um impacto extremamente negativo sobre os baldios, utilizados pelos habitantes locais para pastagem de animais, lenha e silvicultura. Os baldios são terras que, desde a Idade Média, têm sido geridas e cuidadas pelas comunidades locais e estão no centro da relação simbiótica da população do Barroso com o ambiente. Esta simbiose foi o que levou a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura a declarar o sistema agro-silvo-pastoral do Barroso como Património Agrícola Mundial. Este é o primeiro caso em Portugal, e um dos primeiros na Europa - uma certificação destinada a promover a agricultura sustentável e o desenvolvimento rural. A

mina proposta iria apropriar-se de uma parte muito significativa destas terras protegidas. No caso da Mina do Barroso, o projeto exige terraplanagem de terrenos, bem como a remoção em grande escala da camada superior dos solos - em áreas de pinhais, urzais e giestais. Esta destruição ambiental vai afetar uma diversidade de espécies, desde mamíferos e aves, a répteis e insectos, tais como a libélula Brilhante ou o lobo ibérico - ambas espécies ameaçadas - mas também uma imensa riqueza natural de espécies vegetais e microbianas. O Barroso é uma das regiões mais biodiversas de Portugal, e os atuais projetos de mineração prometem um impacto extremamente dramático. É desta camada superior dos solos, o húmus, que dependem a maioria das criaturas, fungos, bactérias e vida animal. Tal como tem sido notado pelas populações locais, a proximidade da mina à exploração mineira coloca problemas específicos. Em primeiro lugar há que considerar o ruído de constantes operações de máquinas pesadas e circulação de camiões - assim como o barulho constante das explosões necessárias para escavar as cortas. Inevitavelmente, o ruído das explosões circulara a grande distância através do vale, afetando a vida quotidiana de várias aldeias. Além disso, o ruído perturbará também os ecossistemas existentes, principalmente répteis, aves e animais de pequeno porte. Esta proximidade terá também consequências ao nível da saúde. Materiais particulados resultantes da britagem das rochas e circulação de camiões, vão-se depositar em zonas de cultivo e, potencialmente, entrar no sistema respiratório. Visualmente, esta proximidade será ainda mais dramática: o projeto acarreta a destruição de grande parte das paisagens ancestrais que envolvem estas aldeias. A Savannah propõe interromper múltiplos rios e riachos que atravessam a concessão, criando várias barragens a montante das cortas de exploração. Em anos secos a proposta indica a possibilidade de extrair água adicional do Rio Covas. A retenção de água proposta no estudo de impacte ambiental terá um impacto direto tanto nos baldios e nas áreas agrícolas, como nas zonas ribeirinhas, incluindo nos lameiros. Os lameiros, ou prados húmidos, são zonas de uma incrível biodiversidade, com os seus solos ricos e ervas altas, e são cruciais para as economias locais por são utilizados para pastagem. Se aos principais rios e canais permanentes, acrescentarmos uma multiplicidade de cursos de água impermanentes que compõem este território montanhoso, parece evidente que a água na região será impossível de controlar. O risco para as águas não resulta apenas da lenta contaminação devido à impossibilidade de controlar totalmente os derrames e infiltrações, mas também devido ao risco muito mais grave do colapso das escombreiras e barragens de rejeitados.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64748 Valdir Lima Silva em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e

desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU). Foi aqui que passei parte da minha infância e juventude, através da Associação de Escoteiros de Portugal, colectividade onde descobri este país maravilhoso. Esta semana faz 5 anos que este território foi classificado património da humanidade, mais de 50% da biodiversidade deste jardim à beira mar semeado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64747 Mário Francisco da Cunha Alves em 2023-04-19

Comentário:

Exmos senhores, Este projecto, como outros projectos mineiros que estão a ser fomentados para a região do Barroso [e não só], está fundamentado em diversos argumentos que não são verdadeiros e que não podem ser considerados válidos, sob a pena de se reforçar o sentimento de descrédito que recai sobre muitas instituições públicas e fragilizar o sistema democrático de direito que importa credibilizar. Por outro lado, tal como acontece com a generalidade dos novos projectos mineiros, está fundamentado na desvalorização e desrespeito de valores ecológicos, culturais, económicos e direitos fundamentais. Mesmo que esta região não tivesse sido classificada como Património Agrícola Mundial pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), os impactos que estão previstos com a concretização desta exploração justificariam que não fosse autorizado este projecto. Pois, colocariam em causa o direito fundamental consagrado no artigo 66 da Constituição da República: o direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, dado que os impactos no equilíbrio ecológico, nas paisagens, na água, na qualidade de vida das populações, além de outros, seriam muito danosos e uma grande parte irreversíveis. Mas, mais absurdo e inadmissível se torna a concretização de um projecto desta natureza sabendo-se que a região do Barroso é um território com características que motivaram a classificação como Património Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, passando a ser um "Sistema Importante do Património Agrícola Mundial", uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que apoiam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. A verdade é que a região do Barroso é a única região portuguesa com esta distinção graças: ao seu sistema silvo-agro-pastoril verdadeiramente sustentável e exemplar para mais áreas agrícolas; às paisagens em que se evidencia um enorme equilíbrio entre homem e natureza e que é necessário proteger e não permitir degradar; ao elevado nível de biodiversidade potenciado por um tipo de postura humana que favorece um exemplar equilíbrio ecológico. É uma evidência que a realização deste projecto, ou mesmo outras novas explorações, ou o aumento de área em explorações activas, mesmo pedreiras, iria colocar em causa diversas das mais relevantes características do Barroso que motivaram a classificação efectuada pela FAO. Concluindo-se que é um projecto que não se enquadra na tipologia do território que importa não descaracterizar. Relativamente aos impactos nos recursos hídricos... Sabendo-se que a quantidade gigantesca de água que este projecto iria necessitar (como é evidenciado nos documentos disponibilizados), perdendo-se uma parte, cujo volume e o efeito cumulativo não poderá ser desvalorizado; sabendo-se que o risco de poluição é elevadíssimo, não apenas em resultado das escombreiras; sabendo-se que estes recursos hídricos são fundamentais para a região, mas também a jusante para diversas populações da bacia hidrográfica do Tâmega, que acaba por desaguar no Rio Douro. E, tendo as entidades públicas a obrigação de não permitir colocar em causa a disponibilidade e qualidade deste recurso essencial, conclui-se que é inadmissível autorizar-se este ou outro projecto semelhante. Quanto a alguns

dos argumentos utilizados para justificar este projecto (e à validade, ou falta dela, desses argumentos)... 1º Ao contrário do que tem sido proferido por diversas pessoas, incluindo governantes, Portugal não tem as maiores reservas de lítio da Europa. E, sendo um país com um número excessivo de locais afectados por pedreiras e minas, cujo volume extraído é maioritariamente para responder a necessidades externas (não apenas de pedra ornamental, mas também minerais metálicos). Sabendo-se que tem um nível de extractivismo muito maior que aquele que é permitido na generalidade dos países europeus que têm um passivo ambiental muito menor que aquele que Portugal tem nesta área (e não só); facilmente se compreende que não existe qualquer justificação para impor o aumento de "áreas de sacrifício" e agravar uma injusta situação. 2º Por outro lado, é falso que o lítio é indispensável para a produção de baterias e consequentemente para a transição energética. Os dados comprovam que a grande maioria do lítio explorado já tem como destino a produção de baterias. Existindo já a possibilidade de se produzir baterias, [incluindo baterias muito mais duradouras, eficientes e ecológicas como é o exemplo das baterias sólidas] substituindo-se o lítio por sódio (um elemento muitíssimo mais abundante, mais bem distribuído no planeta e facilmente obtido através da água do mar sem os elevadíssimos custos ambientais associados à mineração), é completamente irracional e irresponsável promover novas "áreas de sacrifício" tendo como pressuposto uma falsa inevitabilidade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64746 Aurora Santos em 2023-04-19

Comentário:

Comunico a minha discordância em relação a este projeto de mineração. O novo estudo apresentado não altera a insustentabilidade do projeto de mina no Barroso, cujos impactos ambientais e sociais serão enormes, tal como foi expresso em diferentes contributos técnicos recebidos ao longo deste processo. A população local tem estado unida, informada e organizada (para além de apoiada por diferentes pessoas, coletivos, entidades e também a nível internacional), manifestando constantemente (e em diferentes âmbitos e instâncias) a sua discordância com este projeto. Deve prevalecer a sua vontade, que é a de permanecer e poder continuar a viver e usufruir deste território, que não pode ser sacrificado pela falácia de uma suposta ‘transição verde’. Estamos todos e todas com a população do Barroso. Aurora Santos, Bióloga, mestre em Agroecologia.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64744 Pedro Teixeira em 2023-04-19

Comentário:

https://wordsnwands.wordpress.com/2023/03/23/da-maior-reserva-de-litio-do-planeta/

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64743 Grzegorz Kijak em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma

sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64742 Graça Maria Mendes Rodrigues de Passos em 2023-04-19

Comentário:

A Constituição da República no nosso país estabelece os deveres e os direitos dos cidadãos e por isso é a base do nosso sistema democrático. "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender" – este é o direito fundamental expresso no artigo 66. A resistência da população local à ampliação da mina indica, de forma inequívoca, que os direitos enunciados na Constituição estão a ser desrespeitados. Estamos a falar de uma zona agrícola que é Património Agrícola Mundial e que vai ser destruída em prol de um projeto de extração que não é sustentável pois gera graves problemas a nível social, ambiental, paisagístico e de consumo e elevado risco de contaminação dos recursos hídricos locais. Acresce que os Planos de Boa Vizinhança e de Partilha de Benefícios que deveriam ter sido capazes de criar consensos estão a ser impostos aos habitantes passando por cima dos seus direitos e aspirações. Por tudo isto discordo da ampliação da Mina do Barroso

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64741 Paula Villanueva Serrano em 2023-04-19

Comentário:

Estamos en un contexto de extrema sequía, con cada vez más incendios, entre mucha más información. Las empresas privadas, lobbys y pactos de Estado con estas tienen que ir dirigidos a la redistribución de los recursos ya existentes, no de la explotación de nuevos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64739 Gracinda Ribeiro em 2023-04-20

Comentário:

Derivado as políticas europeias de descarbonização, querem implementar no Barroso e de outras regiões, minas a céu aberto, pela a impresa Savannah Resources. O Governo Português deixou-se convencer pelo o facto que Portugal dispõe de reservas de lítio e que aceitando a sua exploração, Portugal estaria a dar o seu contributo para que a Europa consiga alcançar os objetivos de descarbonização da energia em 2050. E para além dos supostos ganhos ambientais, Portugal teria benificios financeiros e desenvolvimento économico local. E sem surpresa, o governo português não perdeu tempo em promover de forma irresponsável a mineração de lítio. Numa sociedade orientada para o futuro mais resiliente e sustentavél é essencial que o bem estar da população seja à preocupação principal. E importante é um direito fundamental: O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." O governo de Portugal Governa em primeiro para lutar pelos os interesses dos Portugueses. A população manisfestou a sua discordância para com os projetos de extração de lítio em suas terras. Onde cresceram, vivem em harmonia com o ambiente envolvente e as características naturais das suas terras e conseguiram desenvolver as suas actividades económicas e se adaptaram ao potencial da sua terra. O que justifica que a zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura como um Sistema Importante do Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que apoiam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, pelo famoso queijo e pelo mel delicioso. Tendo em conta que ja existe uma actividade économica sustentavel e que esta permite a população um équilibrio e qualidade de vida social e économica, não havera nenhuma justificação aceitavel para que o Governo imponha a extração de mineira aos habitantes de Covas do Barroso. A população portuguesa e europeia que se interessa pela a situção energética no mundo mas mais especificamente na Europa tem consciência que à extração mineira de lítio não terá um impacto positivo na descarbonização da énergia. Isto deve-se ao processo de extração de lítio em si, pois trata-se de uma indústria muito poluente derivado as quantidades de águas que são utilizadas nas lanvadarias e pela quantidade de resíduos sólidos, escombro e rejeitados. Mesmo se soluções técnicas foram expostas do EIA todos nos sabemos que o risco de contaminação dos solos e das linhas de águas é muito elevado. Sabemos que a extração de lítio é necessária para alimentar uma economia à nivel Europeu e a favor do sector

dos transportes e dos aparelhos electrónicos. Mas utilizam a preocupação da descarbonização da energia para cupabilizar ainda mais o cidadão comum. Quando o mais importante séria de diminuir à consumação e a utilização dos mesmos. Repensar, educar a nossa maneira de consumir em vez de utilizar à desculpa da descarbonização da énergia. Sabemos também que os metais da transição energética são críticos e estratégicos de um ponto de vista físico e geopolítica, mas não do ponto de vista da taxonomia europeia. O sucesso da transição energética depende intimamente do fornecimento de metais críticos ou estratégicos: lítio, cobalto, cobre, para citar apenas alguns. Para alcançar os objectivos climáticos europeus, será necessário electrificar um número máximo de utilizações e, por conseguinte, utilizar grandes quantidades destes metais. Ao mesmo tempo, a fim de encorajar a transição energética, a taxonomia europeia identifica as actividades como sustentáveis, de modo a orientar os investimentos para estas actividades. Estas incluem o fabrico de baterias, painéis fotovoltaicos, instalações de turbinas eólicas, redes eléctricas, etc. No entanto, a produção primária de metais de transição energética não é em si mesma uma actividade sustentável para a taxonomia europeia. Reciclá-los é, mas a produção primária não é. O preço a pagar pela a população é muito elevado pois trata-se de uma extração mineira a céu aberto, onde vai resultar muita poluição do ar (présença de poeiras derivado as étapes da actividade da minas), poluição sonora derivado a rebentamentos necessários para extrair a rocha (dinamite), poluição das linhas de água e do solo.

Anexos: 64739_Participação em discordância com o projeto Alteração ao projeto de ampliação da Mina do Barroso.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64738 Ana em 2023-04-19

Comentário:

Não é destas intervenções que precisamos em Portugal! Precisamos de voltar a respeitar a natureza e trazer a água de volta!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64737 Deolinda Lopes em 2023-04-19

Comentário:

Olá, pessoal. Como alguns e algumas de vós devem saber, o projecto da Mina do Barroso (mega-projecto de mineração de lítio) está em consulta pública até à meia-noite de dia 19 (hoje!). Não faltam razões para se ser contra: humanistas, ecologistas, animalistas, anti-capitalistas ou anti-autoritarismos estatais, etc. Pedimo-vos em nome das pessoas que se têm batido pelo direito a manterem os seus modos de vida, se isto estiver de acordo com os vossos valores, que participem. A participação é rapidíssima, basta inscreverem-se aqui https://participa.pt/pt/consulta/alteracao-ao-projeto-de-ampliacao-da-mina-do-barroso assinalando depois a vossa discordância. É obrigatório deixar um texto justificativo. Deixamos em baixo um que podem usar na íntegra ou adaptar à vossa vontade. Divulguem se puderem pelos vossos contactos. Obrigado! ---------- Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um

futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto d

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64736 Vera marques em 2023-04-19

Comentário:

900 hectares de destruição de terra e floresta? Parem de submeter portugal a a ser um lugar subsidiario de recursos naturais para os países dominantes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64735 Rúben Sousa em 2023-04-19

Comentário:

Não existe nenhuma estratégia concretamente definida para reorganizar as cadeiras de valor, e todo o investimento (e destruição permanente de um território) está assente numa previsão de valor de mercado que, com o tempo, poderá revelar-se incorrecta. As minas a céu aberto têm um enorme impacto negativo não só nos lugares adjacentes mas também nos mais distantes, e as pessoas mais afectadas (negativamente) por este projecto são as que menos vão lucrar. Aconselho a seguinte entrevista: antenaminho.pt/multimedia/primeiro- plano-carlos-leal-gomes-professor- universitario-e-especialista-em- litio/12

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64733 Luís Nuno Anjo Esteves. em 2023-04-19

Comentário:

Venho por este meio discordar da execução deste projeto não sustentável: - A falta de sustentabilidade do projeto mineiro é contestada por várias associações, movimentos locais e nacionais, e sobretudo pela maioria da população local que teme as consequências potencialmente irreversíveis na saúde ambiental e na biodiversidade e que nem sempre são biorremediáveis. - O exemplo anterior das Minas da Borralha e outras, onde não se fez a devida salvaguarda e biorremediação, ocorrendo a contaminhação de aquiferos, por exemplo, por metais pesados que tem efeitos acumulativos nos seres vivos. - O facto de o projeto estar localizado numa zona classificada como Património Agrícola Mundial e produzir produtos locais com denominação de origem: IGP (Indicação Geográfica Protegida) e DOP (Denominação de Origem Protegida); como é que se vai proteger esta sustentabilidade? Se seguir esta linha de colisão só falta entrar com explorações mineiras dentro dos parques nacionais como o PNPG. É preciso ver se está a ser seguida uma linha europeia ou o bem maior: o interesse das populações e gerações vindouras. - Não estão previstos mecanismos, tais como um referendo local, ou a audição prévia das associações e movimentos locais, antes da tomada de decisão de conceder contratos de exploração mineira, lembrando que o "bem maior" são as populações. Cumprimentos, Luís Esteves.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64730 Lena Schürhoff em 2023-04-19

Comentário:

Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental. Tambem Portugal e um pais que tem problemas com uso de agua e nao e possivel pernitir um projecto que vai usar agua a mais e fazer desperdício em vez de guardar a agua. Também a zona do projecto perto uma reserva agrcultura protegida e nao podemos por isto atras dos interesses do dinhero. Os agricultores nao vao conseguir cultivar sua terra com aguas contaminadas e muito acidas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64727 Filipe Silva Medeiros em 2023-04-19

Comentário:

Este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extrativista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64725 Diogo em 2023-04-19

Comentário:

Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão. Temos que ter em conta, que enfrentamos uma crise de água, erosão do solo com as mais variadas razões e desiquilíbrios e este não pode ser mais um. O uso de de mais de 500 milhões de litros de água para estás minas de lítio não pode ser aceite. A destruição será massiva e as consequências avassaladoras em plena crise climatica mundial.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64724 Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso em 2023-04-19

Comentário:

RESPOSTA DE CONTESTAÇÃO À ALTERAÇÃO AO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DO PROJETO “MINA DO BARROSO” AO ABRIGO DO N.º 2, ARTIGO 16º DO, DL 151-B/2013, NA SUA ATUAL REDAÇÃO A Unidos em Defesa de Covas do Barroso (UDCB) é uma associação local pela defesa do ambiente, meios de vida e património natural e construído na freguesia de Covas do Barroso. Nasceu em dezembro de 2018 como resposta à intenção da empresa Savannah Resources de desenvolver na freguesia um projeto de extração de minerais litiníferos a céu aberto, denominado pela promotora como "Mina do Barroso". Através desta participação, a UDCB solicita que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) emita uma Declaração de Impacte Ambiental DESFAVORÁVEL às alterações ao projeto de ampliação da Mina do Barroso. Consideramos que o Relatório de Avaliação do Projeto Reformulado — elaborado pela Quadrante, Engenharia e Consultoria, S.A. — não demonstra que alterações suficientes tenham sido projetadas e elaboradas para que o Projeto responda às salvaguardas ambientais, ecológicas, sociais e económicas necessárias para que possa ser aprovado e licenciado. Mantemos que o Projeto contém sérias omissões, fragilidades e lacunas. Caso seja aprovado, este projeto acarretaria prejuízos incalculáveis, tanto para as populações que vivem nas imediações da área de concessão e para o meio-ambiente onde se inserem, como para as populações da região do Barroso. Existem ainda importantes riscos para as populações humanas e não-humanas que habitam ao longo da bacia hidrográfica do Douro. Neste documento, apresentamos um resumo das principais falhas encontradas durante a leitura da re-avaliação feita ao Estudo de Impacte Ambiental. Dividimos esta análise em 10 componentes: Salvaguarda do direito de acesso à informação e participação pública em todo o processo de avaliação ambiental; Salvaguarda de Direitos Humanos e Constitucionais; Impactos no Património Agrícola; Impactos Socioeconómicos; Impactos Ecológicos; Avaliação da Instalação de Armazenamento de Rejeitados; Impactos sobre a Paisagem; Impactos no Património Histórico, Arqueológico e Artístico; Impactos nos Recursos Hídricos; Atuação da Proponente no Terreno; Para esta leitura detalhada, contámos com a colaboração de vários especialistas. Nesse sentido, anexamos relatórios que contêm análises mais extensas das diferentes áreas e componentes do projeto, a saber: Relatório elaborado pelo Relator Especial das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Ambiente, David R. Boyd, no âmbito da sua visita a Covas do Barroso;- (Anexo A) Análise da Componente Socioeconómica por Francisco Venes (Anexo B) Impactos Ecológicos por Sara Riso (Anexo C) Avaliação da Instalação de Armazenamento de Rejeitados da Proposta de Mina de Lítio do Barroso da Savannah Lithium, Norte de Portugal elaborada por Steven H. Emerman, Ph.D., Malach Consulting, LLC; a 29 de junho de 2021(Anexo D) Avaliação da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados da Proposta Atualizada de Mina de Lítio do Barroso da Savannah Lithium, Norte de Portugal, elaborada por Steven H. Emerman, Ph.D., Malach Consulting, LLC; em 13 de abril 2023 (Anexo E) Nota Técnica sobre Paisagem e Componente Social, elaborada por Dr. Júlio Sá Rêgo, Investigador, CRIA-ISCTE; Dr. Diego Amoedo Martínez, Investigador, CRIA-Centre em rede de investigação em antropologia, Professor, Universidade Federal do Oeste Pará, Brasil; e Cristiano Pereira, Investigador, CRIA-ISCTE; (Anexo F) Artigo sobre as estratégias de contra-insurgência da companhia proponente, elaborado por Alexander Dunlap e Mariana Riquito. (Anexo G) CONCLUSÕES Considerado o exposto no presente documento assim como a informação complementar nos relatórios anexos, a Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso solicita novamente à Comissão de Avaliação do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Ampliação da Mina do Barroso a emissão de um parecer DESFAVORÁVEL. A extensão das omissões, lacunas e fragilidades que se evidenciavam largas no primeiro EIA mantêm-se graves e, em alguns casos, piores que antes, nesta nova reformulação. A seriedade destes erros perspetivam ameaças graves para a biodiversidade, para o património agrícola, arqueológico, artístico, natural, para a saúde e a qualidade de vida das populações das aldeias na área concessionada, assim como nas regiões circundantes - do Barroso ao Douro. Em meu nome e das

restantes pessoas que integram a Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso, Covas do Barroso, 19 de abril de 2023 Nelson Esteves Gomes, Presidente da Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso NIF: 515180513

Anexos: 64724_UDCB resposta final 2023.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64723 Inês Martins Dias da Mó em 2023-04-19

Comentário:

Este projeto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afetivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projeto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projeta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projeto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64721 Pereira Anabela em 2023-04-19

Comentário:

Não as minas! Não a tudo o que tenha a ver com minas no Barroso, quanto mais a ampliação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64720 Rita Martins Dias da Mó em 2023-04-19

Comentário:

A zona onde se projeta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projeto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A eletrificação da frota automóvel nos moldes atuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64718 Cristina de Sales Soares de Melo em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades,

um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64717 Nidia Gouveia em 2023-04-19

Comentário:

Como cidadã portuguesa estou contra. Minas não!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64716 Tulia em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma

sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64713 João Martins em 2023-04-19

Comentário:

elevados riscos de contaminação dos solos e das águas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64712 Cláudia Paulo Chaves em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais,

salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível c

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64710 Vânia Seixas em 2023-04-19

Comentário:

essa exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de litros de água por ano - quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Uma exploração extremamente poluidoras, que afeta todo o ecossistema e a população.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64709 Zayra Vogensen em 2023-04-19

Comentário:

Esse projeto traz poucos benefícios a zona. O lítio é uma solução temporária e é uma continuação de uma política que aposta em automóveis e transportes individuais. O governo deve investir em transportes públicos, principalmente em ampliar a rede ferroviária.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64708 Tiago em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na

descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: “as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU). Apresento os meus melhores cumprimentos, Tiago Gouveia

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64707 Danilo Brito Moreira em 2023-04-19

Comentário:

Discordo pois é bastante mau não somente para as populaçoes locais, assim como, perante as secas e a falta de água por todo o território nacional. Além do mais em termos ambientais também compromete as reduções de emissões de co2 etc... ~há outras alternativas que não o investimento em combustíveis fosséis.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64706 Maria Camila Dias em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é

famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64705 Elena em 2023-04-19

Comentário:

O projeto novo é um ataque á natureza, que pode não ser feito por existir outras alternativas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64704 Celine em 2023-04-19

Comentário:

Não concordo com esta instalação de exploração de litio.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64703 Joana Braga da Conceição em 2023-04-19

Comentário:

É fundamental zelarmos pela protecção deste sistema importante do património agrícola mundial, pela saúde humana, animal e ambiental, em particular, da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64701 Elisabete Pereira Cruz em 2023-04-19

Comentário:

É óbvio que sou contra este projeto. Uma região como a do Barroso, única no país, de importância estratégica para Portugal, pela sua biodiversidade, capacidade de concentração de águas e produção de alimentos, deve ser preservada acima de tudo. Não precisamos de minas no Barroso, porque são incompatíveis com as atividades já existentes e impediriam novas atividades ligadas à natureza e ao turismo. Além disso, o Barroso é Património Agrícola Mundial. Portanto, a única atitude lógica e responsável é impedir o avanço deste projeto e de outros similares.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64699 Susana Gonçalves em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias

políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64697 Vítor Afonso em 2023-04-19

Comentário:

Em anexo, a participação de "discordância" do Movimento Não às Minas - Montalegre, na consulta pública da "Alteração ao Projecto de Ampliação da Mina do Barroso"

Anexos: 64697_Participação MNM_Montalegre.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64696 Paulo em 2023-04-19

Comentário:

Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e

uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64695 Lavradas David em 2023-04-19

Comentário:

Este projeto vai destruir à nossa regiao.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64692 Liliana Almeida em 2023-04-19

Comentário:

Não concordo, isto é um atentado ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64691 Teresa Ariana Pólvora em 2023-04-19

Comentário:

Não concordo com a ampliação da mina visto que Portugal está extremamente sensível a nível ambiental, correndo o risco de seca. O que coloca em causa todas as outras áreas de sustentabilidade e a dinâmica social

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64686 Partido Ecologista Os Verdes em 2023-04-19

Comentário:

Exmos Senhores, Junto se envia a participação do Partido Ecologista Os Verdes na consulta pública de alteração ao projeto de ampliação da Mina do Barroso. Com os nossos melhores cumprimentos. O Partido Ecologista Os Verdes.

Anexos: 64686_PARTICIPAÇÃO PEV CONSULTA PÚBLICA MINA BARROSO 19 ABRIL 23 I.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64685 Ernesto Martins em 2023-04-19

Comentário:

Proposta A população deve ser permanentemente ouvida e informada sobre o desenvolvimento da atividade da obra de ampliação e da atividade da mina. As ONGs devem ser convidadas, como parceiras, a promover o acompanhamento a par e passo da evolução dos trabalhos da mina e os seus pareceres devem ser tidos em conta e devem ser mandatórios na correção de eventuais anomalias ou desvios ao espectável. Devem ser desenvolvidos todos os trabalhos e projetos de salvaguarda da qualidade de vida, das populações e na preservação da Natureza, na envolvente da mina, no decurso das obras de ampliação, no decurso da exploração e no pós exploração.. António Ernesto de Deus Martins

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64682 Tiago em 2023-04-19

Comentário:

Não concordo com a exploração de um espaço como o Gerês para criar algo insustentável e que vai acabar com a natureza predominante de Portugal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64681 Vanessa Bermudez Vogensen em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a

beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64680 Freguesia de Canedo em 2023-04-19

Comentário:

Parecer/Pronúncia da Junta de Freguesia de Canedo.

Anexos: 64680_Parecer - Ampliação Mina do Barroso.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64678 Patrícia Herdeiro em 2023-04-19

Comentário:

O Barroso é dos poucos lugares em Portugal em que ainda se vive duma forma sustentável, é Património Mundial da Agricultura e um lugar onde as pessoas têm gerido e cuidado das florestas que contribuem para o processo de descarborização e essencial para um ciclo hidrológico saudável e manutenção da biodiversidade. Segundo as previsões do projeto. este necessitará 12x mais água do que a população usa em 1 ano. Num momento em que a seca se está a agravar em Portugal, é essencial usar a água doce ainda disponível para o essencial

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64677 Município de Ribeira de Pena em 2023-04-19

Comentário:

Pronúncia do Município de Ribeira de Pena.

Anexos: 64677_Pronúncia - Projeto de Ampliação da Mina do Barroso.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64676 Catarina silva em 2023-04-19

Comentário:

É um atentado o que estão a fazer! Já está provado que o lítio não é o futuro para quê tanta destruição???

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64675 Alexandra Barbosa em 2023-04-19

Comentário:

Custos de impacto ambiental muito elevados.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64674 Maria Carolina de Moura Baptista em 2023-04-19

Comentário:

Apoio a alteração do projeto de ampliação da Mina do Barroso por não cumprir com o artigo 66 da Constituição da República colocando em risco um quadro de sustentabilidade ecológica e da região agrícola correspondentes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64673 Associação Povo e Natureza do Barroso em 2023-04-19

Comentário:

Estamos em presença de um projeto que tem impactes ambientais, económicos e sociais muito significativos, muitos deles cuja alegada reversibilidade é no mínimo duvidosa. Jamais se pode afirmar que estamos perante um projeto enquadrado naquilo que o governo apelida de "Green Mining", que não passa dum conceito enganoso, para tentar tranquilizar e manipular a opinião pública. A implementação deste projeto de mina e dos seus anexos (lavaria nomeadamente) é de tal forma impactante que toda a ação de minimização será residual e irá ferir a paisagem e os recursos de uma forma irreversível. Em conclusão, pelo exposto, a associação Povo e Natureza do Barroso só pode emitir um parecer DESFAVORÁVEL à proposta de alteração do projeto de ampliação da mina do Barroso. Enviamos em anexo junto a este email o nosso parecer detalhado e argumentado que sustenta a nossa posição. Devido à grande riqueza natural e cultural do Barroso, aos graves efeitos negativos no ambiente natural e na população local que vai potencialmente acarretar este projeto de mina, este projeto deve ser rejeitado. A APA dispõe aqui duma argumentação muito sólida e consistente para o poder fazer. Se a APA der luz verde a este projeto, isso significará o fim do Barroso tal como o conhecemos. Pois isso vai abrir a porta a mais projetos de mineração na região do Barroso. A própria Savannah já afirmou que pretendia desenvolver mais projetos na região. Ou seja, dando luz verde a este projeto, a APA será responsável pelo o que irá suceder: a destruição duma das regiões de Portugal com maior biodiversidade, um ECOCÍDIO. Finalmente, concluímos este parecer citando o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu num relatório oficial da ONU sobre o projeto da mina do Barroso, após a sua visita à Covas do Barroso em abril de 2022: "Portugal merece crédito por liderar o mundo no reconhecimento do direito a um meio ambiente saudável, acabando com o uso do carvão, acelerando rapidamente a produção de energia renovável e rejeitando, por lei, o desenvolvimento de petróleo e gás offshore em todo o país, incluindo perto do Algarve. Seria difícil conciliar esse histórico de liderança com a aprovação de uma mina a céu aberto numa comunidade que é globalmente reconhecida como sendo um exemplo de desenvolvimento sustentável". (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU) Esperamos que a razão prevaleça e que o Estado português, no decorrer do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto de "ampliação da mina do Barroso" proceda à Declaração de Impacto Ambiental NEGATIVA.

Anexos: 64673_Parecer PNB sobre reformulaçao EIA.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64672 Elsa Fernandes em 2023-04-19

Comentário:

Discordo com a mina

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64671 Ana Moniz em 2023-04-19

Comentário:

É absurdo insistir na destruição de espaços naturais de elevado valor paisagístico, quando ao mesmo tempo se persiste em manter a ficção de que o turismo é a resposta para a economia. É cegamente irresponsável esmagar o bem estar das populações locais, ligadas à agricultura e turismo, e ao mesmo tempo propagar a necessidade de povoar o interior. Decidam-se, senhores políticos da Administração Central.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64670 Lígia Morais em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um

ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64669 Luis Filipe Pereira Barroso em 2023-04-19

Comentário:

Eu, Luis Filipe Pereira Barroso, natural da freguesia da Venda Nova, concelho de Montalegre, venho por este meio, solicitar um parecer desfavorável pela Agência Portuguesa do Ambiente ao Estudo de Impacte Ambiental da Alteração ao projeto da Mina do Barroso. Na minha humilde opinião, a "Mina do Barroso" é um projeto com grandes impactes negativos nas freguesias envolventes, no Concelho de Boticas e na região de Barroso, e que se vai refletir, a vários níveis, na nossa população e no nosso território. Esta região agrícola e turística não é compatível com qualquer exploração mineira. A região de Barroso é muito rica em património ambiental e paisagístico. Além disso, tem preservado ao longo dos tempos, usos e costumes ancestrais, em articulação com o desenvolvimento de atividades sustentáveis ligadas à agricultura e pecuária, que são a principal fonte de rendimento das populações, mas também tem apostado no desenvolvimento turístico, em equilíbrio com a gestão da paisagem e com as tradições locais. Desta zona provêm produtos endógenos de qualidade superior, muitos deles biológicos, com destaque para vários com Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP), nomeadamente, a carne barrosã, o mel de Barroso, o fumeiro, o cabrito, o cordeiro e a batata, entre outros. Uma eventual exploração mineira colocaria em causa a manutenção da excelente qualidade desses produtos e poderia inviabilizar a continuidade da sua produção. Esta eventual exploração situa-se a poucos metros das povoações e, caso avance, terá um impacto muito significativo no ambiente e na qualidade de vida das populações envolventes, existindo um risco muito elevado de contaminação das águas do rio, das nascentes da serra, dos solos, da paisagem e do ar. Da análise do EIA, documento confuso, com muita informação, repleto de desconformidades, concluo que nem sempre apresenta alternativas e, por várias vezes, as opções indicadas, não são avaliadas, do ponto de vista dos impactes. O mesmo não contribui para esclarecer quais os impactes ambientais/sociais, apresenta deficiências, lacunas importantes a vários níveis, imprecisões de informação, não descreve adequadamente o projeto em aspetos críticos e em vários descritores relevantes, contém uma insuficiente ou incompleta avaliação de impactes, medidas de minimização e planos de monotorização. Concluo que o licenciamento deste projeto, a ocorrer, irá representar uma grande alteração ao modo de vida das populações afetadas e ao desenvolvimento da região, entre as quais: - O desmonte vai levar à descaracterização da paisagem e provocar grandes impactos visuais; - A alteração na morfologia dos terrenos; - A alteração da ocupação dos solos – que de agrícola e florestal passará a ter uso extrativo; - Alteração da atividade económica existente (agricultura, floresta, turismo.) - Contaminação dos solos; - Contaminação das águas; - Consumo excessivo de água; -O selo de Património Agrícola Mundial, que certamente será perdido. Faz precisamente hoje, 5 anos que, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura distinguiu a genuinidade do território com base na forma tradicional de trabalhar as terras, de tratar do gado e na entreajuda dos seus habitantes, reconhecendo a região do Barroso como património agrícola mundial. Este "selo", a meu ver, está seriamente ameaçado pela possível exploração de lítio. O Barroso foi o

primeiro território português a integrar o Sistema Importante do Património Agrícola Mundial (GIAHS) e um dos primeiros a ser aprovado na Europa. Na base da distinção estão as tradições que o povo do Barroso mantém na relação com o ambiente em atividades como a agricultura, a silvicultura e a pastagem. Com ocupação humana há milhares de anos, esta área do Norte de Portugal mantém uma economia de subsistência rural. A FAO destaca, ainda, o facto de a região manter áreas ambientais muito significativas e relativamente intactas. Tendo em conta todas estas lacunas e fragilidades, estou certa de que, caso este tenha um parecer favorável, prejuízos incalculáveis para o ambiente e para as populações vão surgir de imediato. A mineração apresenta riscos para a saúde pública e causa degradação da qualidade de vida das populações. A mineração tem ainda impacto nas relações sociais e nos modos de vida das comunidades locais. Todas as atividades agora existentes, a agricultura, apicultura, pastorícia, o turismo entre outras, serão inviabilizadas. Luis Barroso

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64668 Rosalina Sousa em 2023-04-19

Comentário:

Portugal e os portugueses não suportam minas a céu aberto pois os efeitos na atmosfera e na hidrosfera destruiriam a qualidade de vida do interior e do litoral. As atividades econômicas são incompatíveis com isso, nomeadamente o turismo e a agricultura. Portugal já foi um grande país, agora é um pequeno país. Com esses negócios perniciosos de minas ,Portugal poderia desaparecer. A nosssa Pátria é a nossa casa. Quem a atacar sofrerá as consequências.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64667 Ana Margarida Guerra em 2023-04-19

Comentário:

Pronuncio-me contra a exploração mineira e as suas consequências para o ambiente. Outras soluções energéticas devem ser encontradas. A vontade das populações é soberana, face ao lucro de uma empresa privada.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64665 Valeria Goncalves Fagundes em 2023-04-19

Comentário:

Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentavel.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64664 Ana Cardoso em 2023-04-19

Comentário:

Como cidadã portuguesa estou contra esta decisão. Minas não!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64663 Teresa Maria Mesquita Dias em 2023-04-19

Comentário:

Teresa Maria Mesquita Dias, natural de Morgade, concelho de Montalegre ASSUNTO: Solicitar o parecer desfavorável pela Agência Portuguesa do Ambiente ao Estudo de Impacte Ambiental da Alteração ao projeto da Mina do Barroso. Anexo ficheiro com documento argumentativo.

Anexos: 64663_Teresa Maria Mesquita Dias - consulta pública - Mina do Barroso.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64662 Ana Castro em 2023-04-19

Comentário:

Minas não Estudem melhor as opções. Não nos façam despedir da nossa terra e dos sítios que gostamos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64659 Ana Mafalda Simões Salgado em 2023-04-19

Comentário:

APA é uma VERGONHA! Defesa do Ambiente aonde?? Legalmente, vocês funcionam como o Sistema Judicial que deve ser independente do Governo. Ou só se cingem pelas regras desse??? Porque a serem INDEPENDENTES JAMAIS ESTE PEDIDO PODERIA SER ANALISADO! 1. PORQUE AS BATERIAS DE LITIO SÓ DURAM CERCA DE 10 ANOS. ENTÃO Destróiem MONTANHAS DE MILHARES de Anos para algo que dura apenas 10 anos. E depois é Total Lixo !!! 2. Porque ainda por cima HÁ ALTERNATIVA AO Lítio!! Como com o Sódio e Enxofre (4x + Capacidade que as de Lítio, basta procurar essas notícias) 3. Então... Para algo que irá ENRIQUECER APENAS UMAS MINORIAS SEM ESCRÚPULOS!!! MAS DESTRUIR MILHARES DE VIDAS DE MILHARES DE ANOS - As Montanhas. Vocês aceitaram isto?!!! Vergonhoso!!! O país Não pode ser assim DESTRUÍDO. Mais: Não faltam razões para se ser contra: humanistas, ecologistas, animalistas, anti-capitalistas ou anti-autoritarismos estatais, etc. Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância (e _ REPUGNÂNCIA _ !!!) em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor: O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida”. Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e

para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64658 Irina Maio em 2023-04-19

Comentário:

Não concordo com este projecto, não aceito que se destruam florestas e que se gaste quantidades enormíssimas de água para a exploração de lítio.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64657 Patrícia Mendonça em 2023-04-19

Comentário:

Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão pelas razões que exponho em seguida. Não obstante a prioridade que o combate às alterações climáticas que afecta milhões de pessoas deva representar nas decisões políticas, sendo que a electrificação da sociedade tem actualmente na tecnologia com base no lítio um importante aliado na transição energética, não devemos permitir que a mesma justifique uma extracção de recursos minerais a qualquer custo. Mesmo que Portugal tenha potencialmente a maior reserva de lítio em território europeu, a eventual exploração não poderá de forma alguma avançar sem que sejam devidamente acautelados os impactes sociais, económicos e ambientais e o passivo ambiental que ficará no território para as gerações futuras. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. O Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela

produção de queijo e mel. Este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. Este é mais um exemplo de um projeto que, desde o primeiro momento, descurou o diálogo com as populações e não acautelou a qualidade de vida de quem vive nas imediações da área de concessão da mina. Para além disso, existe uma grave falta de visão estratégica e planeamento sobre os investimentos, retorno positivo e a sua sustentação no pós-exploração que verdadeiramente contribua para o desenvolvimento regional e a melhoria da vida dos cidadãos deste território, que serão de certa forma sacrificados face a um desígnio nacional e europeu. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64656 Claudio de Almeida Vidal em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo

princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64655 Margarida Pena Oliveira em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64651 Tiago Gomes em 2023-04-19

Comentário:

Vimos por esta via pedir que a Assembleia da República reflicta sobre as consequências da concessão de licenças de prospeção e exploração de lítio em Covas do Barroso, na denominada "Mina do Barroso", e solicitar o seu cancelamento e demais pedidos de prospeção nas zonas circundantes, para preservar o ambiente, o património e a saúde e qualidade da população. O Governo, a imprensa Portuguesa e a opinião pública em geral têm-se regozijado com a descoberta de milhões de toneladas de lítio em Covas do Barroso e com o investimento estrangeiro na sua exploração. Sabemos que a Comissão Europeia considera o acesso ao lítio na Europa fundamental, e um imperativo estratégico para se libertar da dependência do seu fornecimento de países da América Latina e da China. Há mais de 20 anos que Covas do Barroso e outras áreas do norte e centro de Portugal estão identificadas como detentoras das maiores reservas de lítio (há atas de conferências internacionais a prová-lo). Estamos cientes dos esforços recentes do governo Português para angariar investimento estrangeiro para explorar lítio em Portugal. É evidente que as companhias mineiras há muito se têm preparado para tirar proveito das reservas que sabiam existir. Isto ocorreu muito antes do público em geral e das comunidades, que têm a perder com isso, se aperceberem do que se estava a passar. Em Julho de 2017, foi com inquietação que se constatou em Covas do Barroso que uma licença de exploração de feldspato e quartzo numa área restrita tinha sido comprada e emendada para incluir uma área muito maior, 140ha, e que agora servia para explorar lítio. A inquietação transformou-se em alarme quando se constatou que a Savannah Resources, uma companhia mineira sediada na Grã-Bretanha, afirmava ter uma licença de 30 anos e que havia já um Relatório de Impacto Ambiental (o relatório a que se referiam tinha sido feito em 2006 para a área e propósito da licença original). A população ficou aquém das decisões que foram tomadas e não foram informados das intenções, da extensão, nem das possíveis consequências do projeto. Para isso, valeram-se dos relatórios detalhados que a Savannah Resources vai fazendo aos investidores. Por eles, sabemos que a mina funcionará 360 dias por ano durante 11 anos para extrair os 7 milhões de toneladas de minério que estão licenciados e mais, pelo menos outros 13 milhões, que sabem lá existir; que tencionam processar a concentração do lítio a sul de um dos núcleos da mina com tudo o que dai advém; que as mais de 20 milhões de toneladas de rocha que vão ser exploradas irão ser desfeitas em pó às nossas portas e lavadas com 390 mil m3 de água; que vão escavar várias crateras, uma das quais tem 600 metros de largura e mais de 100 de profundidade; que o projeto decorre a um ritmo acelerado e que tem como objetivo o primeiro trimestre de 2020 para o início da exploração. E, por incrível que pareça para um empreendimento de natureza tão nefasta para o meio ambiente, querem até que o governo português classifique a mina como "Projeto de Interesse Nacional" (PIN) para que não fosse preciso fazer um novo EIA. Ao longo do último ano temos testemunhado a destruição das nossas terras pela prospeção agressiva a que têm sido sujeitas. Ao mesmo tempo ficamos a saber de planos para a expansão da mina através de aquisições de licenças detidas por outras companhias, e da descoberta de novas pegmatites que vão aumentar ainda mais a quantidade de

minério explorado e o nível de destruição que dai irá advir. Ficamos a saber também que há pedidos de licenciamento para prospeção para uma área enorme a toda a volta. A extensão do impacto que a mina irá ter em Covas do Barroso e na área que a circunda começa agora a ser desvendado na Proposta de Defenição do Âmbito feita para o EIA. Entre outros de referir: • a destruição da paisagem, da flora e da fauna com efeitos dramáticos e a longo prazo causados pela exploração a céu aberto, • as ameaças para a saúde e a degradação da qualidade de vida da população das aldeias circundantes com ruidos de explosões e máquinas e emissões atmosférica de partículas produzidas pela pulverização necessária para a concentração do lítio, • as redução do fornecimento e qualidade da água para a área a sul da mina, dado o consumo de mais de 390 mil metros cúbicos de água por ano para "lavar" o minério extraído e a inevitável contaminação dos lençóis freáticos por escorrências, • a delapidação do património histórico, familiar e ambiental pela perda das terras e da sua aptidão natural bem como pelos danos causados por vibrações. Covas do Barroso foi recentemente citada e louvada como exemplo a seguir no relatório que levou as Nações Unidas a reconhecer o Barroso, área em que Covas se insere, como Património Agrícola Mundial e por isso essa ampliação não pode acontecer.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64650 Ira Daniel em 2023-04-19

Comentário:

We have moved to Covas from London to live in this beautiful village. We decided to change our lifestyle to be farmers. I disagree with the mine because it will destroy the village. The water, the air and our lives. Covas is a wonderful and clean place. It shouldn’t be touched.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64646 População de Covas do Barroso, Romaínho e Muro em 2023-04-19

Comentário:

A primeira razão para rejeitar categoricamente este projeto é a forma como a população da região e do país foram limitadas no seu direito de ampla informação e análise da reformulação do EIA. Apesar de se tratar de um documento muito extenso, com centenas de ficheiros e milhares de páginas, foi-nos concedido um período exíguo para avaliação e reação. Esta atuação da APA e dos órgãos ambientais precipita um contexto de injustiça e imparidade com a entidade privada, a quem foram permitidos 9 meses para reformular a proposta. Seguidamente, considero que este projeto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia

noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afetivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projeto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água confirmam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projeta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projeto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A eletrificação da frota automóvel nos moldes atuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, Relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: “as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64643 Luís Camacho em 2023-04-19

Comentário:

Venho comunicar a minha discordância em relação ao projeto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento socioeconómico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade

ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da proteção das zonas históricas; f) Promover a integração de objetivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com proteção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projeto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afetivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projeto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projeta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projeto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A eletrificação da frota automóvel nos moldes atuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64638 Manuel Fernandes em 2023-04-19

Comentário:

Por ser um texto demasiado longo deixo a minha participação em anexo.

Anexos: 64638_Participação.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64637 Inês Vasquez em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma

sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64636 Ana Catarina Magalhães Fernandes em 2023-04-19

Comentário:

Por ser um texto demasiado longo deixo a minha participação em anexo.

Anexos: 64636_Participação_2798.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64635 José Jacinto em 2023-04-19

Comentário:

A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este

tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64634 Maria Ferreira em 2023-04-19

Comentário:

Sou contra a ampliação da mina pelo impacto negativo que terá a nível florestal, animal e humano. Para além do mais, trata-se de património agrícola!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64633 Fernando Alexandre Silva Gomes em 2023-04-19

Comentário:

Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a

terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: “as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64631 Renata Almeida em 2023-04-19

Comentário:

Discordo deste projecto de mineração a céu aberto, pelos impactos previstos a nível da saúde das populações, disrupção do tecido social e actividades tradicionais como agricultura, silvicultura e turismo. A realização dum projecto desta envergadura numa zona classificada como Património Agrícola Mundial pela FAO é uma aberração e coloca essa classificação em risco. Os consumos de água previstos são uma ameaça para as populações locais e para todo o meio ambiente, sobretudo num país sistematicamente em seca severa ou extrema. Em simultâneo, os riscos de disrupção dos lençóis freáticos e de contaminação dos mesmos são insustentáveis e não controláveis. A mineração a céu aberto agrava estas situações e é completamente insustentável, deixando feridas na paisagem e destruição permanente da mesma e dos solos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64630 Isaura Faria em 2023-04-19

Comentário:

A natureza vai vencer!!! Nós lutamos com ela

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64628 Nuno Miranda em 2023-04-19

Comentário:

Discordo por completo da existência desta mina. Noutros países onde existem minas deste género, elas encontram-se a centenas de KMs das populações. Portugal é um país pequeno e não existem vastas áreas de território selvagem onde se possa ter uma mina tão poluente como esta e com estas dimensões. A queima de combustíveis fosseis produz CO2 e qualquer criança da primária sabe que o CO2 é absorvido pela flora, enquanto que uma mina produz alterações irreversíveis ao nível do solo. Bem haja!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64626 Catarina em 2023-04-19

Comentário:

Como é possivel sequer este projecto estar a ser considerado ??? É um suicidio ambiental, social e cultural. Não às minas!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64624 Cecília Fonseca em 2023-04-19

Comentário:

x.mos/as Membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a

beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64623 Movimento ContraMineração Beira Serra em 2023-04-19

Comentário:

Pronunciamo-nos contra a prossecução do projecto da Mina do Barroso por: -colocar em risco a classificação de Património Agrícola Mundial atribuído pela FAO; -constituir uma ameaça grave aos recursos hídricos da região, pelo risco de poluição e de escassez, devido ao elevadíssimo consumo de água previsto na exploração; -colocar em risco grave as populações, sua saúde e o seu modo de vida, pela poluição atmosférica por partículas e por destruição da floresta e dos solos e produções agrícolas, nomeadamente a tão valorizada carne barrosã; -ter sido alargada a área de deposição de rejeitados e escombreiras, com a consequente inutilização dos solos por elas ocupados e risco de poluição das linhas de água e lençóis freáticos envolventes; -a exploração a céu aberto ter impactos indeléveis na paisagem e solos com repercussões permanentes nas actividades agrícolas, de turismo e na vida das populações; -17 anos de exploração e as quantidades a extrair nunca justificariam o irreversível impacto social e ambiental dela decorrentes. Movimento ContraMineração Beira Serra

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64622 Mariana Tengner Barros em 2023-04-19

Comentário:

Pela protecção da Natureza, parar com isto já!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64620 Artur Bujak em 2023-04-19

Comentário:

Eu discordo do projecto da Mina do Barroso pelas seguintes razões: - Os custos ambientais e sociais do projecto apresentado ultrapassam de longe os potenciais benefícios económicos e tecnológicos. Os benefícios projectados são demasiado genéricos, mal definidos e não irão compensar os impactos negativos do projecto sobre o ambiente e as comunidades locais. - O projecto terá impacto negativo significativo ou muito significativo nos recursos hídricos locais (será muito elevado o consumo dos recursos hídricos necessários para a sua extracção, haverá necessidade de processamento e armazenamento dos resíduos de lítio, assim como, é elevado o risco de contaminação das águas subterrâneas e dos rios circundantes); - O projecto terá um impacto significativo ou muito significativo nas comunidades locais (haverá expropriação de terras, o aumento da poluição atmosférica, o aumento da poluição do solo, o aumento da poluição das águas subterrâneas e aumentará o risco de contaminação do rio Covas e do Ribeiro do Couto, assim como, a destruição da área do Património Mundial Agrícola); - Também irá aumentar as emissões de gases com efeito de estufa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64619 Cátia em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. Do tanto que se fala em sustentabilidade, do tanto dinheiro que se atribui a projectos ecológicos e sustentáveis, não acredito que ponderamos entregar Portugal mais uma vez às minas! O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades,

um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema que se possa perpetuar. Os carros deste tipo são mais poluentes, não são de todo ecológicos se formos considerar o lixo que produzem e a enorme pegada não sustentável! Não podemos condenar os nossos filhos a uma vida de lixo, de contaminação, de falta de alimento pela desresponsabilizando-nos do dever de os proteger e à vida futura possível na terra. Temos direito a um ambiente saudável e ecológico!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64618 Henrique Gama em 2023-04-19

Comentário:

Dos documentos apresentados no EIA e no plano de lavra, não fica evidenciada a responsabilidade pelo acompanhamento e monitorização das medidas do PARP e desativação, ap´ós a sua implementação. É previsível que demore vários anos até à estabilização das medidas de encerramento e terá que existir "alguém/entidade" que faça esse acompanhamento / monitorização, estas atividades terão custos e devem estar também previstos valores para a implementação de medidas corretivas, no caso das preconizadas falharem ou não serem suficientes. Quanto aos custos evidenciados para o PARP e desativação, deverão os mesmos ser alvo de validação, pelo que devem ser apresentadas as origens dos valores apresentados, devem ser evidenciados e acrescentados os custos para a monitorização pós encerramento, deve ser apresentado o plano de monitorização proposto pós encerramento, bem como o quadro de pessoal afeto a estas atividades e definido um prazo realista para estas atividades de pós encerramento ainda da responsabilidade da empresa que vai explorar a mina. Os prazos para execução do plano de encerramento (PARP e desativação), devem ser justificados, 2 ou 3 anos parecem ser exíguos e deve ser apresentada calendarização destas atividades. Não fiquei esclarecido se o armazém indicado para a Maia, será propriedade da empresa e se está incluído nos custos de desativação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64615 Vitor Herdeiro em 2023-04-19

Comentário:

Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida”. Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta

inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: “as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64614 Fernanda Isabel Mota Campos em 2023-04-19

Comentário:

Lítio? Não nos chega o que vem da China que destruiu vastas e remotas áreas do seu território e toda a agricultura num grande perímetro à volta dessas prospecções? Enfim! Mas a China é grande e é longe! O que é que isto nos interessa? Portugal vai ficar mais rico destruindo lindíssimas áreas de floresta e agrícolas e acabando já com a pouca água que temos e com todos os lençóis freáticos da região do Minho e outras próximas? É claro que isto só interessa a meia dúzia de governantes ou a "ricaços", que nem parece que vivem cá e que sempre exploraram o nosso país à sua vontadinha. O povo tem que se unir para impedir este CRIME!!! Ainda é o povo que manda aqui! Por isso fizemos a revolução do 25 de Abril, que nem mais a propósito agora se comemora!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64613 Lisa em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é

famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64612 Maria Costa em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos

explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: “as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64611 Rachela Tonta em 2023-04-19

Comentário:

Eu discordo do projecto da Mina do Barroso pelas seguintes razões: -Os custos ambientais e sociais do projecto apresentado ultrapassam de longe os potenciais benefícios económicos e tecnológicos. Os benefícios projectados são demasiado genéricos, mal definidos e não irão compensar os impactos negativos do projecto sobre o ambiente e as comunidades locais. -O projecto terá impacto negativo significativo ou muito significativo nos recursos hídricos locais (será muito elevado o consumo dos recursos hídricos necessários para a sua extracção, haverá necessidade de processamento e armazenamento dos resíduos de lítio, assim como, é elevado o risco de contaminação das águas subterrâneas e dos rios circundantes); -O projecto terá um impacto significativo ou muito significativo nas comunidades locais (haverá expropriação de terras, o aumento da poluição atmosférica, o aumento da poluição do solo, o aumento da poluição das águas subterrâneas e aumentará o risco de contaminação do rio Covas e do Ribeiro do Couto, assim como, a destruição da área do Património Mundial Agrícola); -Também irá aumentar as emissões de gases com efeito de estufa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64609 Paula Alexandra Serra Rodrigues Monteiro da Rocha em 2023-04-19

Comentário:

Este projecto, ainda que com as alterações aplicadas, constituiria um grave dano ambiental e social, tal dano seria de carácter profundo e irreversível. Esta região mantém práticas agrícolas, pecuárias e florestais de grande equilíbrio ambiental e social, não recorrendo a técnicas intensivas de exploração. Tais práticas são em simultâneo um grande atractivo turístico, pela paisagem, pela qualidade da água, pela gastronomia, pelas actividades ao ar livre. Todas estas actividades económicas que sustentam o tecido social e valorizam o território, não só a nível local mas também nacional e internacional, seriam postas em causa com a exploração mineira a céu aberto e de grandes dimensões. A transição ecológica não se faz à custa da destruição dos habitats e das pessoas, tal prática só aprofundará a vulnerabilidade às mudanças climáticas, perda de biodiversidade, toxicidade ambiental, etc. Declaro a minha frontal rejeição a este projecto e outros de semelhante natureza.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64607 Leonor Valfigueira em 2023-04-19

Comentário:

Ex.mos/as Membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo

princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64605 Inês Teles em 2023-04-19

Comentário:

Não a projetos extrativista que priorizam os lucros de empresas privadas ao invés do interesse das pessoas e do planeta. Não ao capitalismo verde: precisamos de uma transição justa, independente dos interesses do capital, que se baseie nas necessidades reais das pessoas e no seu bem estar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64604 Vera Silva em 2023-04-19

Comentário:

Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos

ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64599 Carmim Cabo em 2023-04-19

Comentário:

A mineração nunca poderá afetar a Vida e a Qualidade de Vida das populações diretamente afetadas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64597 GEOTA em 2023-04-19

Comentário:

Exmos/as Senhores/as Em anexo submetemos o parecer do GEOTA ao EIA supracitado. Com os melhores cumprimentos Helder Careto Secretário Executivo

Anexos: 64597_Parecer GEOTA CP ALTERAÇÃO PROJETO AMPLIAÇÃO MINA DO BARROSO .pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64596 Ines Meneses em 2023-04-19

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64595 VAD em 2023-04-19

Comentário:

A principal preocupação em relação a esta mina é o provável Impacto sobre as águas e o risco que isto apresenta para os ecossistemas locais. A Savannah prevê interromper os rios que atravessam a zona da concessão, com barragens .A água pluvial recolhida no terreno da concessão será utilizada na exploração mineira, o que constitui uma enorme perda para o ecossistema. O estudo de impacto ambiental propõe a implantação de montes de escombreiras em topografia acidentada muito próximos dos rios com alto risco de contaminação da água de consumo da população e dos animais. A mina terá um impacto extremamente negativo sobre os baldios utilizados pelos habitantes locais para pastagem de animais. São terras que desde a idade média têm sido geridas pelas comunidades locais, e por isso estão no centro da relação simbiótica da população do Barroso com o ambiente. Esta relação foi o que levou a Organização das Nações Unidas a declarar o Barroso como patrimônio agrícola mundial. Este é o primeiro caso em Portugal e um dos primeiros na Europa, uma certificação destinada a promover a agricultura sustentável e o desenvolvimento rural. A mina irá apropriar-se de uma parte significativa destas terras protegidas - é um problema. A proximidade da exploração mineira com as aldeias, coloca problemas específicos em primeiro lugar, há que considerar o ruído constante das operações de máquinas pesadas e circulação de camiões assim como o barulho constante e vibrações causados pelas explosões afetando a vida cotidiana dos habitantes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64592 Marco Mendonça em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível c

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64591 Pedro Morais em 2023-04-19

Comentário:

Venho comunicar que não estou de acordo com o projecto de Ampliação da Mina do Barroso nos termos que passo a expor seguidamente. 1. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a. Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b. Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das actividades, um equilibrado desenvolvimento socio-económico e a valorização da paisagem; c. Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d. Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e. Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitectónico e da protecção das zonas históricas; f. Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g. Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h. Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". 2. Este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. 3. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. Se há um futuro

sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64587 Maria Paz em 2023-04-19

Comentário:

O território deve ser protegido e cuidado com o devido valor. A água é vida!. A terra é vida!! Não são capital!! Como pessoa luso-chilena, já pude testemunhar o impacto das minas no solo. Metade do meu país (o Chile) não tem água potável! Em muito pouco tempo iremos encontrar-nos na mesma situação! Em muito pouco tempo não teremos terra para cultivar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64585 João Maria Taborda em 2023-04-19

Comentário:

Minas não!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64583 Ivan Castiñeiras Gallego em 2023-04-19

Comentário:

Nao estou de acordo com a Mineraçao na aldeia de Covas do Barroso, considerado patrimonio agrícola mundial. E menos em contra da vontade da populaçao local.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64582 JP Outeiro em 2023-04-19

Comentário:

A defesa da exploração do lítio não é mais do que uma propaganda de “Greenwashing” onde estão a serem usadas táticas de marketing enganosas para dar a impressão de que a exploração deste é ecologicamente correta, quando na verdade não é! No fundo em verdade a exploração deste material tem mais inconvenientes do que vantagens e assim está na altura de acabar com o discurso retórico de que há que salvar o planeta ainda que para isso tenhamos que o destruir! A destruição de ecossistemas e do uso excessivo de água para proceder à exploração do lítio é mais do que suficiente para que não se avance com esta mina.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64580 Ana Luísa da Rocha Alves Rainha Coelho em 2023-04-19

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64578 Salvador em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um

ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64577 João Cabral em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é

famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64575 Francisco Figueiredo Forte Santos em 2023-04-19

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64572 Teresa Amorim em 2023-04-19

Comentário:

Minas não!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64569 Natalia Zanoni Andreatto em 2023-04-19

Comentário:

Participo do movimento contra a implementação da mina do Barroso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64566 susana caló Pinto em 2023-04-19

Comentário:

O projeto da mina do Barroso tal como proposto ameaça os modos de vida das populações, tem impactos ambientais gravíssimos para toda a região e desrespeita os direitos humanos em nome da transição supostamente 'verde'. O que é apresentado é contrário a um desenvolvimento sustentável. Os estudos que mostram isto são já vários. Aconselho, a consulta da investigação mais recente produzida pelo Grupo de Investigação Territorial a este respeito que reúne na equipa investigadores internacionais com vasta experiência na análise deste tipo de projetos. O sua investigação fez uma simulação do projecto da Savannah Lithiumno terreno e mostra, entre outros: - a proximidade da mina a aldeias próximas e os impactos previsíveis de tal decisão em termos de ruído e dispersão de microparticulado - o impacto previsível sobre os baldios, terras geridas pelas comunidades locais e elementos fundamentais do sistema agro-silvo-pastoril do Barroso, declarado Património Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64565 Tamera em 2023-04-19

Comentário:

Venho mostrar discordância relativo a este projeto devido a ser um lugar precioso, um tesouro escondido em Portugal, com sistemas de regadio ancestrais, em que as pessoas têm vivido durante os últimos séculos de forma sustentável, ligadas à terra. Estes espaços naturais teem sido cada vez mais sacrificados em prol da tecnologia , mas é um tiro no pé, porque sem esses espaços continuarem a existir a sobrevivência humana e das espécies vivas, vai também sendo reduzida assim como os recursos para alimentação e equilíbrio do ecossistema. Tudo pede para uma mudança de paradigma e de como nos organizamos para viver .Parar de explorar a terra com tantas extrações é uma obrigação para que possamos continuar a viver, especialmente se tivermos em consideração as gerações futuras. Grata Isabel Rego Chaves Rosa

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64562 Patrícia Azevedo em 2023-04-19

Comentário:

Não concordo com esta ampliação de exploração de lítio devido às consequências nefastas que daí irão advir para o nosso ecossistema.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64561 Luís Resende em 2023-04-19

Comentário:

Mais uma vez os interesses económicos prevalecem ao interesse da população. Uma exploração destas, num local como o Barroso, local de um património natural e cultural tão extenso, é uma vergonha e um crime.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64560 Ana Maria Pereirinha Fernandes Pires em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, (envio em anexo o texto completo da justificação. Obrigada.) Como filha de um transmontano do concelho de Montalegre, a que me ligam laços profundos, como cidadã portuguesa e como cidadã do mundo, com os olhos e a atenção abertos há várias décadas para a exploração sem limites e a delapidação humana suicidária do planeta em que vivemos, venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente: O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres

---

para garantir tal direito fundamental, indicando que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida”. Ora, este projecto de mina parece-me claramente inconstitucional, na medida em que é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Aliás, a existência de alternativas tecnológicas que estão já a ser postas em prática, até no mercado automóvel, a nível mundial, que tudo leva a indicar transformarão a curto prazo numa tecnologia obsoleta a utilização das baterias de lítio, transformam num crime ainda maior este sacrifício planeado do bem-comum em favor dos lucros de curto prazo de alguns.

Anexos: 64560_Aos membros da Comissão de Avaliação.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64559 Isabel Louçã em 2023-04-19

Comentário:

Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças

autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64557 Luis Fazendeiro em 2023-04-19

Comentário:

Exmos senhores, Venho por este meio expressar a minha profunda discordância em relação a este projecto. Junto anexo pequeno fcheiro de texto contendo as principais objeções. Agradeço desde já a atenção. Luis Fazendeiro, Fìsico, investigador em sistemas energéticos sustentáveis Lisboa, 19 de Abril de 2023.

Anexos: 64557_Participaçao-Mina-Barroso-19-4-2023-LF-2_4582.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64555 Silvestre em 2023-04-19

Comentário:

A população da cova do barroso não merece perder uma parte importantíssima da flora e fauna, importante a nível local, quer por fins recreativos, quer por razões de saúde tanto física como mental como do próprio desenvolvimento da população que lhes vai ser retirada em prol d'um suposto avanço tecnológico e mais sustentável mas que no fundo apenas ira degradar as condições humanas e de animais não humanas e da sua sobrevivência a longo prazo. Temos de deixar de pensar numa exploração de recursos para uma forma de subsistência que prioritiza uma ideia de simbiose.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64554 Madalena Eisele Cabral Vaz André em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é

famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64551 Marco Gonçalves em 2023-04-19

Comentário:

Bom dia, sou luso-francês a viver fora de Portugal, mas seguindo o que se pasa em PT em materia de projetos que envolvem energias renovaveis, nomeadamente minas de litio e sobretudo projetos de eolicas offshore, que acho prometedor. No que concerne as minas, sugiro que, se decidem abrir a mina e explorar a região, tem que ser com a condição de desenvolver toda a cadeia de fabricação de baterias e criar em Portugal um know-how que servirá para muitos anos, agora abrir uma mina só para a materia prima ir ser transformada fora, não concordo. Também as populações a viver ao lado tem que ter a garantia que os rios não serão poluidos, que a mina recicla 100% dos residuos. As populações deveriam ser isentos de pagar a energia e isentos de impostos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64549 Armando José Moreira Pinto em 2023-04-19

Comentário:

Armando José Moreira Pinto, residente em rua principal nº 7, Morgade - Montalegre ASSUNTO: Solicitar o parecer desfavorável pela Agência Portuguesa do Ambiente ao Estudo de Impacte Ambiental de ampliação da chamada "Mina do Barroso" para a exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio. Armando José Moreira Pinto, portador do cartão de Cidadão número 10611898, vem por este meio, solicitar a V. Exas. o parecer desfavorável pela Agência Portuguesa do Ambiente ao Estudo de Impacte Ambiental de ampliação da chamada "Mina do Barroso" para a exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio por considerar que o mesmo contém sérias omissões, fragilidades e lacunas e que levará a prejuízos incalculáveis para o ambiente e para as populações se o mesmo for aprovado. SEGUE EM ANEXO A MINHA PARTICIPAÇÃO

Anexos: 64549_PARTICIPAÇÃO Armando - Covas do Barroso II.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64547 Mario Fonseca em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida”. Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos

explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: “as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64545 Paula Godinho em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Comunico a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66º da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental. O referido artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do

ambiente e qualidade de vida". Este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. O Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64543 Guida marques em 2023-04-19

Comentário:

Apresento a minha forte indignação em relação a este projecto, e demais, que envolvam a constante e bruta destruição dos ecossistemas. O combate às alterações climáticas é uma mudança radical do modo de vida de todos. Enquanto isso não tiver estabelecido como prioridade, é impossível discutir projectos que envolvam a destruição da natureza a territórios locais. Não há negociação possível quando se fala de vida.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64532 Cristiana Santos em 2023-04-19

Comentário:

Discordo totalmente com esta medida. O Património natural tem que ser preservado e não pode ser usurpador a todo custo. O Barroso é património natural da humanidade!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64531 Susana Maria Rodrigues Batista Martins em 2023-04-19

Comentário:

Discordo da ampliação ou qualquer exploração de minerais na Serra do Barroso

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64526 Sara Maria Rodrigues Góis em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e

---

desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64525 Associação Montalegre Com Vida - Associação de Defesa Ambiental em 2023-04-19

Comentário:

Associação Montalegre Com Vida, Associação de defesa ambiental Rua do Forno nº1, 5470-304 Morgade ASSUNTO: Solicitar o parecer desfavorável pela Agência Portuguesa do Ambiente ao Estudo de Impacte Ambiental de ampliação da chamada "Mina do Barroso" para a exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio. A Associação Montalegre Com Vida, associação de defesa ambiental, vem por este meio, solicitar a V. Exas o parecer desfavorável pela Agência Portuguesa do Ambiente ao Estudo de Impacte Ambiental de ampliação da chamada "Mina do Barroso" para a exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio por considerar que o mesmo contém sérias omissões, fragilidades e lacunas e que levará a prejuízos incalculáveis para o ambiente e para as populações se o mesmo for aprovado. SEGUE EM ANEXO A NOSSA PARTICIPAÇÃO

Anexos: 64525_PARTICIPAÇÃO AMCV - Covas do Barroso II.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64522 Rodrigo Barroso em 2023-04-19

Comentário:

Não às minas por favor

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64516 Yael karavan em 2023-04-19

Comentário:

Concordo com tudo Tem que cuidar da nossa agua e terra e vida nesse planeta. Respeito e consciência sao básicos e mais importante de que lucros! A agua vai acabar, ja passamos para algumas secas e temos que focar alertas e não perder o pouco que ainda temos!!!.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64514 Jorge Fernandes em 2023-04-19

Comentário:

O benefício deste projecto neste local é reduzido quando comparado com o potencial custo ambiental. A região é uma área reconhecida como património agrícola mundial pelo que, dada a redução dos solos produtivos mundiais, deve ser preservada e protegida de potenciais riscos como são os da operação de uma mina.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64513 Ana Oliveira em 2023-04-19

Comentário:

Bom dia, Gostaria de apelar à proteção da zona do Barroso, às zonas verdes, que pouco restam no nosso país, à salvaguarda de toda a água que irá ser usada, e contaminada, aquando do funcionamento das minas, à proteção da população rural do Norte, que tem sido nos últimos anos posta de lado e esquecida. Existem variadas razões que poderiam ser expostas para não aceitarem o projeto das minas no Barroso, mas as pessoas e a biodiversidade que devem ser protegidas deveriam ser a prioridade de Portugal. Obrigada

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64511 Junta de Freguesia de Covas do Barroso - Boticas em 2023-04-19

Comentário:

Pronúncia Junta de Freguesia de Covas do Barroso.

Anexos: 64511_Pronuncia Junta Freguesia Covas do Barroso.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64510 Ana Faustino em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um

ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU)."

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64508 Camara Municipal de Boticas em 2023-04-19

Comentário:

Pronúncia Projeto Reformulado da Mina do Barroso - Câmara Municipal de Boticas

Anexos: 64508_Pronuncia Projeto reformulado Mina do Barroso_Câmara Municipal de Boticas.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64506 AZU, Associação Ambientalista em 2023-04-19

Comentário:

- Consulta Pública - Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso Posição da AZU — Ambiente em Zonas Uraníferas Associação Ambientalista, desde 2001 A AZU, Associação Ambientalista manifesta o seu mais vivo repúdio pelos projectos de mineração de Lítio -- Em concreto, estes projectos de mineração em curso de Lítio e de outros minerais merecem oposição, preferencialmente convergente; -- As características que estes projectos apresentam, sobretudo com grandes empresas multinacionais na “caça” ao Lítio nacional, as quais, a pretexto, não desdenharão em especular com ele e com estes processos por forma a obterem o maior e mais rápido lucro. Com esse intuito, tendem para projectar minas gigantescas a céu aberto, com intensa utilização e consequente destruição de recursos naturais mais sensíveis, com destaque para os recursos hídricos e para solos de aptidão agroflorestal. Exercendo também uma de facto incontrolável e negativa pressão sobre os aglomerados populacionais da Região onde se concentrem, sobre espécies autóctones e produções/produtos tradicionais como a Vinha e o Vinho, o Olival, a Pastorícia, os Lacticínios e toda a Pecuária de qualidade, Apicultura incluída. Ao mesmo tempo, incrustam na Paisagem rural “chagas” imensas e ramificadas. Esta preocupante experiência está feita noutros países e noutros regiões e deve ser evitada entre nós. -- É necessário esclarecer e mobilizar as Populações, as organizações populares da região e apelar para as Autarquias e os Autarcas e para outras Entidades para se procurar convergir “contra” a consumação destes projectos de minerações tendo sobretudo em conta as características e os objectivos que comportam. Por forma a também potenciar a capacidade de oposição democrática aos mesmos, inclusivé perante a obstinação em prosseguir com eles por parte de governo e principais governantes. -- De entre outros, realça-se a oposição das autarquias e população da região do Barroso, em diversas ocasiões. São aliás posicionamentos que se juntam a outros mais de idênticas Entidades. Tem havido variadas intervenções que expressam a

necessidade em travar a ameaça, tal como a temos pela frente. -- Registando com toda a atenção outros posicionamentos formulados que recomendam ponderação e equilíbrio a considerar nas posições que, no processo, se assumam publicamente, todavia prevalece a determinação em prosseguir a luta “contra” estas minerações, em concreto. Simultaneamente, é uma luta em defesa dos nossos recursos naturais mais sensíveis, desde logo e como se enfatizou, dos recursos hídricos (que já estão afectados com problemas graves…). Existem regiões que têm já uma história muito marcada por profundas instalações mineiras com destaque para as Minas da Urgeiriça (urânio e rádio) com as dramáticas e conhecidas consequências quer ao nível da saúde pública, quer quanto ao impacto ambiental. Importa, pois, prevenir e acautelar outras experiências semelhantes que provoquem feridas graves no ambiente e na vida das Populações. Assim, a AZU alerta para as tentativas que já chegaram ao terreno, para a exploração intensiva e a céu aberto de Lítio e outros minerais. Tal situação viria alterar negativamente a importância no âmbito do Turismo, onde se realça o Eco Turismo, Turismo Rural, bem como a Paisagem, destruindo ainda o que resta da nossa Floresta tão importante para a sustentabilidade ambiental, dando assim cabo desta economia sustentável. No contexto, reclama-se que o licenciamento de explorações de Lítio e outros minerais, fique sujeito a parecer prévio e favorável das Autarquias e das Populações onde incidam e não dependam apenas de eventuais "estudos de impacto ambiental" quase sempre favoráveis. A AZU apela ainda para as Autarquias e os Autarcas e demais Entidades, no sentido de não abdicarem das suas responsabilidades e competências nesta problemática das minas e minerações, mais impactantes, tendo sobretudo em conta o Ambiente, os recursos naturais e a qualidade de vida das Populações, defendendo, inclusive, a implantação, isso sim, de empresas Amigas do Ambiente. -- Tal como foi defendemos variadas vezes: ”vamos defender a vida tal como a queremos viver e não tal como no-la querem impor!”. -- A AZU assume a sua participação activa neste processo que se recusa a ouvir as populações e os especialistas sobre a matéria. Vamos continuar a dizer “NÃO!” a este processo das Minerações em presença! Nelas, 18 de Abril de 2023 Pel’AZU

Anexos: 64506_2023-04_CONSULTA PÚBLICA_Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso_AZU.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64505 Sofia Rosado em 2023-04-19

Comentário:

Discordo:

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64504 João Garrinhas em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64498 Sara Riso em 2023-04-19

Comentário:

Eu, Sara Pedro Mendes Riso, portadora do cartão do cidadão nº 12831092, detentora de Licenciatura em Biologia e Mestrado em Ecologia, Biodiversidade e Gestão de Ecossistemas pela Universidade de Aveiro, venho por este meio apresentar uma exposição relativa Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso, aberta até dia 19 de abril de 2023.

Anexos: 64498_Discordância Projeto Reformulado Mina Barroso.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64491 Carolina Lebre Branco em 2023-04-19

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64487 José Henrique Fonseca Vasconcelos em 2023-04-19

Comentário:

Este projeto só tem um parecer possível : rejeição, não pode ser aprovado. A reformulação apresentada não aporta mitigação aos impactos ambientais negativos, persiste no maior crime ambiental e prejuízo para a região, tais como perda da classificação de Património Agrícola Mundial, Reserva da Biosfera. A distancia aos limites de demarcação é mínima, chega a ser inferior a 5km e caso este projeto tenha parecer favorável constitui tambem um precedente para outros projetos na área, onde os impactos negativos terão efeitos zonais muito maiores por efeito das zonas de influencia da fauna flora qualidade da água e ar, sendo este ecossistema muito sensível e sem capacidade regenerativa. Para uma atividade que se promete de 15 anos para extrair um produto o concentrado de espodumena, verifica-se que existe excesso de oferta, a cotação é extremamente volátil e caiu recentemente para valores de 2018 no espaço de cinco meses!!!!, isto é de 600.000 para 187.500 (unidades monetárias por tonelada) significa que não é sustentável e qualquer investimento corre o risco de não ser remunerado pois com a cotação abaixo do valor considerado no estudo económico, o explorador não terá outra solução senão parar a exploração. E isso acontecerá inevitavelmente arrastando a empresa para a falência. Aliás com a cotação atual, não haverá quem invista, e a concessionária nada irá fazer, mas ficará na posse da guilhotina que pode decepar a vida e os ecossistemas na região. Na circunstancia não haverá qualquer recuperação possível e no estado em que se encontre assim ficará a paisagem. Será a conta do erário publico que eventualmente se recuperará, e todos sabemos da incapacidade do estado em o realizar. Este projeto não tem qualquer interesse económico para a região e para Portugal no curto, medio e longo prazo, condenando sim as atividades da região

que se afirmam, tais como a agricultura biológica, qualidade de ar e água e a procura pelo turismo interno e externo. Rejeitar o projeto e não conceder licenciamento

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64486 Maria João Gouveia em 2023-04-19

Comentário:

Venho comunicar a minha discordância nos termos que passo a expor. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida.» Face ao exposto, segue-se que uma mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta de que uma mina resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas e na descaracterização permanente das paisagens. Se for preciso um exemplo, podemos citar o caso da mina de São Domingos, prova de que uma vez extraído o minério, o solo não se recompõe. Tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, uma mina em Covas do Barroso seria totalmente irresponsável e uma completa violação do dever fundamental de salvaguarda dos recursos naturais e da estabilidade ecológica. O direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República tem uma vertente humana, já que se trata de preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico e de solidariedade entre gerações. A zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura como um Sistema Importante do Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que apoiam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, pelo famoso queijo e pelo mel delicioso. Assim sendo, uma mina em

Covas do Barroso é incompatível com o artigo 66 da Constituição da República. No mesmo sentido, o relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente indicou no seu relatório que "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU). Os responsáveis pelo projeto da mina tentaram justificar o projeto dizendo que o lítio europeu é necessário para a transição da Europa para a energia verde. Embora possa parecer ser esse o caso, os grandes projetos de extração de recursos que podem violar os direitos humanos em nome da transição verde são contrários ao desenvolvimento sustentável, como vários tribunais e comissões nacionais e regionais concluíram recentemente. A extração de metais a céu aberto é ilegal em algumas das principais nações verdes, como a Costa Rica, devido aos impactos no ambiente e nos direitos humanos." Ecocídio é crime! É tempo de fazer diferente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64484 Beatriz Pinho em 2023-04-19

Comentário:

A ampliação da Mina do Barroso irá acarretar imensos problemas a nível ambiental, desde o desperdício de água, - tendo em conta as secas e as altercações climáticas - a degradação dos ecossistemas e, consequentemente, a vida animal da zona em questão. Para proteção da população residente e do ambiente, avanço com a minha participação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64482 Maria Rocha Páris em 2023-04-19

Comentário:

Como estes decisores pretendem se responsabilizar perante Portugal , a Europa e o Mundo? Como todas as entidades e organismos com responsabilidade de proteção ambiental e populacional permitem, calados para a opinião pública, um avanço desta envergadura e com estas consequências para o espaço Natural e ecossistemas da região e do país? Quem será responsabilizado no futuro? Quem pagará a fatura da perda irrecuperável ambiental , turística , agrícola, natural, económica , integrada da região ? A culpa da destruição será imputada a quem? Como a justiça irá agir? Neste momento a forma como este Governo , em especial na figura do ministro Galamba, e dos anos de envolvimento e escândalos assentes em mentiras e manipulações , envolvidos em toda a temática das "green mine" , merecia uma análise concreta e séria, idónea e isenta por parte da justiça portuguesa e europeia . . Esta proposta irá agravar ainda mais a destruição de uma zona natural única em Portugal e na Europa , sendo claramente um crime ambiental. Mostro através desta reclamação e consulta , a minha total revolta ,

discordância e voto contra a este projecto das minas do Barroso e seu alargamento e atentado que trará consequências irrecuperáveis para o ecossistema da região do Barroso. Fica também a necessidade que caso este projecto megalómano, inconsequente e que irá provocar uma tragédia ambiental avance , os responsáveis políticos e respectivos técnicos que imitem os relatórios ambientais sejam Responsabilizados criminalmente e condenados pelos danos causados a região , suas populações e todo o país, que irá perder uma riqueza única e valiosa que pertence a todos os Portugueses e não só a meia dúzia de pessoas sem escrúpulos com interesses pessoais no avanço deste projecto que responde a lobbies muito fortes . Assino e espero uma análise mais cuidada , verdadeira e profunda, bem como o não alargamento da minha do Barroso. Atentamente Maria P. De Meireles da Rocha Páris de Olazabal

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64481 Rafaela Aleixo em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos

de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível c

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64479 Marta Angela de Paiva Macedo Baptista em 2023-04-19

Comentário:

Discordância Absoluta!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64477 Carolina Maria Loureiro Teixeira Carvalho Carolina Carvalho em 2023-04-19

Comentário:

Não não não não à exploração mineira !!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64475 Tiago em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64474 Diogo Sobral em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é

famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64473 Rui Pessoa Vaz de Figueiredo Vasques em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos

explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: “as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64472 Eva Morais em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias

políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64470 Paulo Jorge Meireles Pires em 2023-04-19

Comentário:

Sou habitante de Romainho e participo nesta consulta pública para pronunciar-me contra a realização do projeto denominado Mina do Barroso. De concretizar-se, a mina vai prejudicar consideravelmente o meu modo de vida, o da minha família e da minha comunidade. Em primeiro lugar, tenho vários lameiros que ficam na zona projetada para a escombreira. É neles que pastoreio o meu rebanho de quase 200 ovelhas. Também utilizo as terras baldias. É graças a estas terras que recebo apoio financeiro do IFAP para realizar o meu trabalho e garantir carne a preços que as pessoas podem pagar. O apoio financeiro que recebemos não é um favor que nos fazem, é o que garante que possamos continuar a dedicar-nos à agricultura e vender a carne aos preços atuais. Se a mina avança, vai comprometer o meu sustento económico e o da minha família. Em segundo lugar, a mina aumentará a quantidade de poeiras no ar. Poeiras que afetam a qualidade do ar que respiramos e a agricultura que praticamos. O ruído do funcionamento da mina (explosões, transporte pesado e restante maquinaria) também vai prejudicar o meu bem-estar, a tranquilidade que gozo em Romainho e até a minha saúde mental. Preocupa-me também que a mina destrua os corgos na zona do Valcabrão (Grandão) e contamine o Rio Covas. Gosto de ver as águas limpas e os peixes que por lá andam. Ainda por cima há cada vez menos água disponível para regadio. Finalmente, a mina vai afetar uma boa parte da floresta que existe nas terras baldias. O pinheiro é uma fonte de emprego a longo prazo para várias pessoas da freguesia – eu incluído – e de rendimento que será investido nas nossas aldeias por muitos e muitos anos. Espero que a comissão de avaliação dê um parecer negativo à mina do Barroso e que eu possa continuar a viver com a qualidade de vida que agora tenho e com a mesma liberdade de andar pelos montes com as minhas ovelhas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64464 Leandro Pereira em 2023-04-18

Comentário:

Minas Não!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64462 Sara Mateos em 2023-04-18

Comentário:

Nessa exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano - qdo a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Irá destruir os minerais da terra, destruindo todo o ecossistema do lugar. Do micro bio ao macro, afectando do lobo ibérico aos pássaros. Todos os agricultores e a população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Contaminando o ar que pode viajar centenas de kms e as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64461 Joana Cordeiro em 2023-04-18

Comentário:

Em defesa da vida

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64460 Almut Pohl em 2023-04-18

Comentário:

Não quero o ampliamento da mina. Vai ter consequências graves para o ambiente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64457 Isabella Rusconi em 2023-04-18

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64456 Catarina Leal em 2023-04-18

Comentário:

Discordo desta alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64453 Associacao Moving Cause em 2023-04-18

Comentário:

Em nome da Associacao Moving Cause venho demonstrar o nosso desagrado com este projeto que vai de encontro aos principios eticos mais basicos que defendemos e que como estado deveriam defender tambem: Cuidar da Terra, Cuidar das Pessoas e Partilha Justa

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64450 Rita Vairinhos em 2023-04-18

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64447 António Francisco Cantinho Cunha em 2023-04-18

Comentário:

Não passarão

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64444 Lia Antunes em 2023-04-18

Comentário:

Há momentos na História em que podemos fazer a diferença, enquanto pessoas individuais e enquanto sociedade, para que o mundo seja um lugar mais justo, mais igualitário, e mais livre, para seres humanos e não humanos. Cuidar-me, cuidar as outras pessoas e cuidar o planeta Terra é, hoje, uma obrigação, se queremos deixar às próximas gerações e aos outros animais um mundo habitável e uma vida que merece ser vivida. O projecto de mina a céu aberto ameaça destruir a Cova do Barroso, já sabemos. Mas é mais do que isso, vai para lá desse território. Porque se há algo que a natureza, como um todo, nos tem ensinado, é que está tudo ligado e há uma conexão entre os impactos positivos e negativos. Os responsáveis pelo projeto da mina tentam justificar a sua pertinência pela afirmação de que o lítio europeu é necessário para a transição da Europa para a energia verde. Há alternativas. Os projectos das minas, o extractivismo no geral, implicam directamente nos ecossistemas ao seu redor, mas afectarão globalmente todos os territórios e todas as vidas. Este é um desenvolvimento não sustentável, em nome de um progresso que devemos rejeitar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64438 rute guerreiro em 2023-04-18

Comentário:

Exmos.(as). Srs.(as), "Porque a descarbonização começa nas florestas, florestas trazem água e sem água não há vida!" Voto contra a supressão de 900 h de terra e floresta em Covas do Barroso por uma industria altamente destrutiva, num país sem dimensão para tal. "Covas do Barroso é dos poucos lugares em que ainda se faz agricultura sustentável em Portugal. Para além disso, é Património Agrícola." A água escasseia em Portugal e os 570 milhões de litros de água/ano que esta indústria iria gastar teriam um impacto desastroso na região, pois para além de tornar a água imprópria para consumo humano e animal, por a poluir, afetaria todo o ecossistema por largos quilómetros, ao longo das linhas de água e dos lençóis freáticos. Por favor enxerguem, a vida é um ciclo de trocas. As minas só extraem, e o que devolvem? - A morte! Portugal funciona muito melhor sem minas. Indústrias mineiras fora de Portugal! Cumprimentos Rute Guerreiro

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64436 João Carvalho em 2023-04-18

Comentário:

Concordo com o projeto apresentado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64435 João Esteves em 2023-04-18

Comentário:

Discordo totalmente com o projeto de ampliação da Mina do Barroso. Num local único e biodiverso como Covas do Barroso, é um projeto contra o qual se move toda a população local. É um projeto que a prejudica e cujos ganhos serão maioritariamente restritos aos acionistas do promotor Savannah Resources. Não é maneira de proceder.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64418 Célia Mendes em 2023-04-18

Comentário:

Preservação do território, da comunidade, das espécies. O litio não é energia verde! O lítio é energia fóssil, com danos ambientais in mensuráveis. Boticas é terra da água das pedras. Toda a área onde a Savannah pretende abrir minas a céu aberto é adjacente ao parque natural da Peneda, Gerês onde existem veados e até, lobos. Toda esta área geográfica é de uma beleza natural incrivel, com um potencial para o turismo na natureza, incalculável. Abaixo os carros elétricos! Abaixo o lítio e o cobalto! Não existe reciclagem, nem economia circular para os danos ambientais causados pelo litio. Os prejuízos na saúde pública são ausentes do estudo de impacte ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64417 Catarina L A em 2023-04-18

Comentário:

A minha família vive em Covas do Barroso há mais de 10 gerações. A casa onde nasci, foi habitada pelo meu avô em 7º grau e minha avó também em 7º grau, que lá nasceu em 1694. Com a casa vieram terras contíguas e outras em vários pontos de Covas do Barroso. A casa e muitas dessas terras pertencem hoje a mim, ao meu pai e aos meus sobrinhos menores. Como também pertencem outras que entretanto se lhe juntaram ao longo das gerações provenientes de outros ramos da família que também vieram de Covas. Os meus sobrinhos, eu e o meu pai somos herdeiros de um legado deixado através de várias gerações e do qual somos fiéis depositários para um dia deixarmos aos nossos filhos como nos foi um dia deixado a nós. A Mina do Barroso vai destruir esse legado pois muitas das terras que nos foram deixadas estão dentro da área de concessão ou a sul dela, às quais não se poderá ter acesso sem atravessar a zona de concessão. Não queremos ver as nossas terras e o nosso legado alienado. Mas mesmo que as terras nos sejam depois devolvidas, não queremos a responsabilidade acrescida do legado deixado nela pela exploração, quer seja pela alteração do relevo, da aptidão do solo, da irrigação ou pela existência ou ameaça de contaminação. Muitos sacrifícios pessoais foram feitos através das gerações para que hoje possamos usufruir da sua posse, incluindo os meus pais que tendo possibilidade de se mudarem para a cidade com os rendimentos da venda do que tinham herdado decidiram fixar-se em Covas do Barroso, viver da agricultura, sem acesso a fundos europeus nem a subsídios. Decidiram criar os filhos lá e viver de forma sustentável como tinham aprendido a fazer com os pais e avôs deles. Nós, por sua vez, também aprendemos a viver assim. Hoje estranhamos o desperdício da sociedade moderna e indignou-nos a injustiça do sacrifício que nos querem obrigar a fazer por ele. Indignou-nos mais ainda que depois de anos de esquecimento por parte da classe política e governativa que tiveram consequências sérias para a minha família e outras na nossa região vêm agora falar em instalar minas como sendo a solução de todos esses problemas por eles criados, pedindo-nos que renunciemos a tudo pelo qual nos sacrificamos, usando como argumento e apostando no nossa pobreza e desespero. Foi o governo de Salazar que nos infantilizou e brutalizou e nos usava para fazer o mesmo a outros nos países colonizados.Mas os colonizados também somos nós. Este governo e a Savannah no seu EIA não se cansam de nos dizer que somos pobres, ignorantes e sem cultura e ao mesmo tempo destroem tudo o que se prende à nossa própria história, cultura e identidade enquanto comunidade, e até os nomes dos

lugares querem mudar. Agem como se a atribuição do parecer positivo da comissão de avaliação fosse só uma formalidade, descredibilizando o processo de avaliação e semeando desconfiança na imparcialidade da APA e da CA. Compram terras e cortam árvores centenárias indiscriminadamente, algumas em lugares fora da área de concessão e a uma parca centena de metros do rio, e sem autorização dos co-propietários, no caso de árvores meeiras, como eu e a minha família podemos infelizmente atestar. Também não houve o cuidado de nos informar que a terra iria ser vendida ou que tinha mudado de dono. Tudo isto atesta a falta de respeito pelo ambiente e pela comunidade e deita por terra toda e qualquer afirmação feita no EIA de que os mais altos padrões ambientais serão respeitados. Consideramos inaceitável que a Savannah Resources venha fazer propostas de compensação financeira que nunca pagarão as perdas que incorrermos. E mais ainda que venham propor Fundações ou oferta de serviços à comunidade, aparentando fazer-se substituir às autoridades, que não tem outro prepósito que não seja o de antecipar e erodir a vontade da população de denunciar futuros abusos por parte da companhia de mineração. Se a mina for avante, Covas do Barroso irá desaparecer porque todos os vínculos que tínhamos desaparecerão com as terras e o sossego e o modo de vida de quem lá vive. Desaparecerá também a memória de quem somos, dos laços que nos unem entre nós e à terra. Nós que sempre vivemos de forma sustentável, recusamos pagar o preço de uma sociedade de consumismo intensivo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64415 Luis em 2023-04-18

Comentário:

O projeto da mina encontra-se numa área natural protegida, não podemos prever uma mina neste local, com os incómodos que isso implicaria, e os riscos de poluição.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64413 ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável em 2023-04-18

Comentário:

Exm@s Senhor@s, Serve a presente para remeter o Parecer da ZERO relativo à consulta pública em causa. Cumprimentos Direção da ZERO

Anexos: 64413_Parecer ZERO-Mina-Covas-Barroso.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64402 Joana Belo em 2023-04-18

Comentário:

Impacto ambiental

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64401 Antonio em 2023-04-18

Comentário:

Sou do Barroso, estive emigrado em França 10 anos e regressei há pouco tempo. Instalei-me aqui para fazer uma firma, mas, se a mina avançar, com a poluição que trará, terei de me ir embora. Sou contra este projeto porque não faz sentido fazer uma destruição tamanha só para tirar o lítio. Neste projeto, o previsto é tirarem um ingrediente para fabricar as baterias. Se cada ingrediente destruir 500 hectares para fazer as baterias, como é o caso do lítio previsto neste projeto, que é que vão ainda destruir para reproduzir eletricidade? Neste momento, o lítio nem sequer é usado para produzir eletricidade; o lítio é apenas um ingrediente para as baterias, que armazenam. Visto que para tão pouco lítio é preciso destruir tanta tonelada de rocha, sou contra este projeto. Regressei de França com a minha família – esposa e filhos – e realizámos investimentos nesta aldeia, Romainho. Comprámos uma casa a um valor elevado. Se a mina vier, as casas vão desvalorizar e nunca mais vamos conseguir vender a casa ao valor que ela tem hoje. Com este projeto, poderia até vir algum pessoal para trabalhar, mas, ao fim dos 16 anos de exloração, esta será uma aldeia vazia. Esta aldeia tem muitos imigrantes – uns na atividade, outras na reforma – e com este contraditório de ruídos, poluição e etc não havera mais imigrantes a querer acabar a sua vida aqui na aldeia. Os imigrantes não poderão regressar mais. Hoje em dia, a tendência é voltar à aldeia para gozar a reforma; com a mina, a tendência será sair da aldeia. Se quisessemos ruído e poluição, iríamos para a cidade. Temos 2 crianças que fazem 1 hora de autocarro todos os dias para irem à escola. Escolhemos a aldeia para ter ar puro, menos ruído, menos poluição. Não faz sentido termos investido dinheiro para ficar na aldeia e ficarmos com a poluição que há nas cidades, ou pior! O lítio acaba de ser constituído e refinado na China – todo esse processo é super poluente. E nós naão queremos a poluição que há na China, onde se tem de andar diariamente de máscaras. Espero que a Agência Portugeusa do Ambiente seja fiel aos seus valores de proteção ambiental e dê um parecer DESFAVORÁVEL. MINAS NÃO!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64394 Jaime Lage Valdegas em 2023-04-18

Comentário:

A água é vida. Sem lítio podemos viver, sem água não. O maior bem que a natureza nos deu é/foi a água, que é cada vez mais escassa. Não há minas limpas, não há minas verdes. As minas são de acordo com o estatuto de Património Agrícola Mundial um ameaça.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64393 Jade Lansing em 2023-04-18

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64385 Magda em 2023-04-18

Comentário:

O impacte ambiental desta mina será imenso e a ampliação devia ser reconsiderada

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64380 Marina Nobre em 2023-04-18

Comentário:

A segurança hídrica de todo o país estará colocada em causa, a saúde do meio ambiente e as pessoas são mais importantes do que o lucro fácil. Existem novos mercado no ramo da regeneração ambiental que poderão dar à população local a possibilidade de geração de emprego.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64379 Tiago Calado em 2023-04-18

Comentário:

O avanço deste projeto é injustificado principalmente (mas não só) pelo tipo de exploração que requer em relação às características da paisagem local, a opinião pública e os riscos ambientais que impõe sobre uma área classificada (de resto já apontados em momentos anteriores por especialistas). A contestação da população local e dos grupos atentos a este avanço bem como as ações criadas para "mitigar" esta contestação são também fortes indicadores da falta de escrúpulos envolvida nas partes que pretendem fazer o projeto avançar. Os danos e enormes alterações a uma paisagem classificada como património agrícola mundial vs a indiferença das instituições vigentes são motivos de preocupação e que descredibilizam estas últimas em relação á sua função de regular e fiscalizar estas situações. É ainda de notar que os motivos que tentam justificar o avanço deste projeto não obstante os problemas já mencionados (bem como outros não referidos) fazem parte de uma visão de desenvolvimento que é contestada e, portanto, não se baseia em valores aceites por todos (e certamente não pela comunidade local), o que abre o espaço para se supor que se trata então de um projeto que, usando uma bandeira de transição energética justa, não difere na sua essência de outros megaprojetos extrativistas que, como se sabe, incorrem em graves danos sociais e ambientais. Reforço que as instituições do estado português, se se querem fazer valer como defensoras das pessoas que moram nesta região e no resto do país (e portanto justificar a sua própria existência), deveriam impedir o avanço deste projeto bem como de outros deste género ou semelhantes que ameaçam as terras e gentes actualmente, ou que possam surgir no futuro.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64375 Ana Gago em 2023-04-18

Comentário:

Não concordo com o projeto de ampliação da mina

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64374 Maria Fernandes Loureiro em 2023-04-18

Comentário:

Quero fazer um pedido de respeito pela natureza, que me viu nascer e crescer, e me deu sustento e uma vida saudável. Sou agricultora e tenho vivido à custa de toda esta área que querem destruir para fazer uma mina a céu aberto, que não me vai dar nada de bom e me vai trazer tudo de mau, começando pelo ruído, pelas poeiras e por toda a terra que me querem retirar. É nesta área onde pastam os meus animais, onde faço as minhas culturas, onde tenho os meus olivais. As contra-partidas que me oferecem não são equivalentes a tudo isto que me vão retirar e à destruição que no fim de tudo aqui vão deixar. Peço para que a APA dê um parecer DESFAVORÁVEL porque o prejuízo desta mina é maior que o lucro, e é um desrespeito por quem aqui vive e sempre viveu, que nunca fui consultado neste projeto. Quem cá vive não promove a muita poluição que a mina trará e, por isso, nós não temos agora de pagar a fatura. Haja respeito pelas leis e pela população, que não são animais de terceiro mundo. MINAS NÃO!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64363 Alicia em 2023-04-18

Comentário:

Discordância total deste absurdo que irá destruir a natureza ao redor e expulsar moradoras/es. E não só…

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64361 Ricardo Petinga em 2023-04-18

Comentário:

O facto de que a população de Covas do Barroso não quer as minas é motivo mais que suficiente para não as permitir. Para além da população local não querer, também o resto do povo consciente dos problemas ambientais que resultariam da construção das minas as rejeita e aos argumentos com que as tentam justificar, que não justificam nada senão a procura do lucro por parte da multinacional Savannah Resources. Essas minas destruiriam centenas de hectares, o ecossistema, a beleza natural da região e a qualidade de vida da população, além de que o seu funcionamento necessitaria um desperdício intolerável de água. O muito pouco tempo que foi dado à população e ao povo para reagir e impedir essa destruição foi também revelador das práticas sem escrúpulos da empresa e dos que têm os interesses financeiros alinhados com a mesma, que se mostrou indigna de qualquer confiança. Esse projeto é ultrajante e o seu avanço não pode ser permitido.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64360 Raquel Schefer em 2023-04-18

Comentário:

Subscrevo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64359 Mara Sé em 2023-04-18

Comentário:

Uma exploração que necessita de 570 Milhões de litros de água por ano - quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial, que arrasa com dezenas de hectares de solo e árvores - sumidor de CO2 - não pode ser um projecto para a transição energética.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64357 Hugo Santos em 2023-04-18

Comentário:

A única medida eficaz para salvaguardar o ambiente será o encerramento compulsivo e altamente controlado da unidade mineira. O custo de efectivas medidas mitigadoras, que deveriam ser aplicadas primeiramente à situação existente, certamente não tem sido dispendido e devidamente utilizado. Qualquer eventual expansão só aumentará o prejuízo já causado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64343 Lydia Dunn Ribeiro em 2023-04-18

Comentário:

Temos que proteger o meio ambiente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64334 Catarina Boieiro em 2023-04-18

Comentário:

Total discordância tendo em conta as consequências nefastas para o ecossistema local. Espero que não seja levado a cabo! É preciso respeitar a natureza e ouvir as populações locais, directamente afectadas pelos danos que seriam causados.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64330 Maria Miguel Rodrigues em 2023-04-18

Comentário:

Conforme os estudos feitos, é evidente o impacto prejudicial ao ambiente da possível ampliação minéria nas Covas do Barroso, com destruição de cerca de 900 hectares de terra e floresta. Desta forma, demonstro aqui o meu descontentamento e discordância com tal procedimento; apelando à alteração do projeto enquanto não é tarde demais. Votando por um futuro mais sustentável, verde e próspero.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64328 Sabrina Tschiche em 2023-04-18

Comentário:

Mina não!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64327 Joaquim Manuel Barbosa Cardoso em 2023-04-18

Comentário:

O meu conselho precisa de água potável A área em apreço é classificado como reserva agrícola mundial Portugal e suas riquezas é dos portugueses, não é do governo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64324 Iuri Martins em 2023-04-18

Comentário:

De forma resumida, meu comentário foca-se simplesmente no facto de que, em 2023, já estamos em fase de conscientização avançada sobre a importância vital dos recursos naturais mais básicos como a água e a preservação dos habitats naturais, tão necessários para o a luta contra as graves mudanças climáticas que progridem de forma geométrica. É urgente encontrar formas alternativas de extrair recursos necessários para nossa economia de forma a evitar destruições da fauna e da flora do nosso país e do mundo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64322 Rodrigo Vieira em 2023-04-18

Comentário:

Na minha opinião, um projecto desta envergadura não deve ser feito com desrespeito às comunidades locais, à sua forma de vida e às características ambientais dos espaços. Está claro que a degradação ambiental só trás a perder a qualquer população. A transição energética, embora sendo da maior importância não se deve apoiar em dinâmicas falaciosas que nos levam de volta aos mesmos problemas. A mineração de Lítio não é mais importante do que as gentes e a vida da Cova do Barroso, nem do que qualquer outra população para esse efeito.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64318 Paula Oliveira em 2023-04-18

Comentário:

A necessidade de eletrificação e de recursos para viabilizá-la são um fato, assim como os impactos negativos da mineração nas comunidades, no ambiente e, neste caso, pelo que entendo, um impacto extremamente alto no consumo de água em um país que já sofre com sua escassez. Os impactos positivos para as comunidades ao redor nem sempre são claros, e muitas vezes questionáveis. Também observo que a comunidade pratica agricultura biológica e regenerativa (ao contrário de muitos plantios no país), e que esta pode ser bastante prejudicada com a ampliação da mina. Muitos documentos disponíveis são bastante longos e técnicos - ótimos para especialistas, inacessíveis para a maior parte da população interessada e que será impactada. Parece ser necessário: 1) mais diálogo entre os diversos stakeholders - juntos - e facilitado por profissionais neutros que consigam equilibrar as diversas vozes e as dinâmicas de poder que parecem bastante desequilibradas nestas tomadas de decisão; 2) resumos breves ou vídeos em linguagem acessível (i.e. não técnica) e honesta, para que as comunidades impactadas tenham uma noção geral das questões relevantes, e a quem procurar para esclarecimentos; 3) ações mais

claras de benefício à população local e nacional, e accountability sobre as promessas de minimização de impacto, a pena do direito de ampliação ser negado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64314 Joana Costa Vilhena de Bessa Campos em 2023-04-18

Comentário:

Discordo totalmente da proposta de 'Alteração ao projeto de ampliação da Mina do Barroso' devido aos sérios impactos ambientais impossíveis de mitigar e pelas razões que elenco de seguida: - destruição de ecossistemas saudáveis e de biodiversidade. A ciência alerta para a '6ª extinção em massa' que atravessamos atualmente. O foco tem de ser no restauro e na preservação dos ecossistemas e biodiversidade e não na sua destruição. Este é também um propósito advogado pela Estratégia Europeia para a Biodiversidade https://ec.europa.eu/environment/strategy/biodiversity-strategy-2030_pt que visa proteger a natureza a longo prazo e reverter o processo de degradação dos ecossistemas. - consumo desmedido de água. Com as alterações climáticas, Portugal entra em períodos de seca agravada com maior frequência e com maior duração. A água é um bem essencial seja para consumo humano direto seja para a agricultura. O consumo de água desmedido nas operações de mineração e operações afins, é incompatível com a sustentabilidade deste recurso. - poluição de aquíferos. As operações de mineração e afins para além de consumirem volumes desmedidos de água, poluem os aquíferos e linhas de água, tornando-a inviável para outros usos imprescindíveis. As Nações Unidas reconhecem como um direito humano, o direito à água, mas não água poluída. - impacto ao nível da agricultura. A área de intervenção é parte integrante do Barroso, classificado como Património Agrícola Mundial pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Envolve as comunidades humanas numa relação intrincada com o território, com a paisagem cultural e agrícola, bem como com o ambiente biofísico e social, rico em biodiversidade agrícola e em vida selvagem; é uma importante fonte de conhecimento autóctone e de culturas ancestrais. Importa valorizar e não destruir. Não são passíveis de mitigação, os impactos do projeto e respetiva ampliação ao nível da Reserva Ecológica Nacional (REN). - impactos irrecuperáveis sobre a paisagem. - enorme abrangência dos impactes de uma mina a céu aberto sobre o Património, numa área onde o Património Histórico e Cultural detém incalculável importância e valor, quer pela sua qualidade e quer pela sua extensão e permanência no tempo. - impactos na qualidade do ar que uma mera barreira de árvores plantada para o efeito (e como tal jovem demais) não terá capacidade de evitar e minorar; o uso de água não é menos preocupante pelos motivos apontados acima relacionados com a seca agravada que o país atravessa e que se agravará futuramente. - impactos a nível sonoro A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 66º relativo ao ambiente e qualidade de vida consagra o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável. O projeto da Mina do Barroso e sua ampliação atenta contra o enunciado neste artigo em todos os seus pontos e contra a qualidade de vida e bem-estar das populações locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64312 Melro em 2023-04-18

Comentário:

O Barroso é dos povos serranos! O interior é dos povos do interior! As nossas vidas, as vidas da Natureza e a nossa água não estão à venda! Não temos medo de Lisboa, nem de Bruxelas, nem daqueles que se acham grandes por terem dinheiro. Nós sabemos o porque de estarmos lutando e sabemos que estamos juntos nesta luta e isto significa apenas uma coisa: Vamos vencer! Tragam as máquinas, ponham os pés nas nossas montanhas se se atreverem. Vamos fazer o que sempre fizemos, vamos dar uso às nossas enchadas, aos nossos tratores, à nossa forca de gente do interior do pais! Tragam as máquinas, atrevam-se a minerar nas nossas terras e veremos se conseguem aguentar a luta! Minas não! Vida Sim! Morte ao Capitalismo!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64307 João em 2023-04-18

Comentário:

Sim á agua, sim á vida, NÃO á mina!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64306 João Ferreira em 2023-04-18

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64303 Vânia Nunes em 2023-04-18

Comentário:

Esta reformulação é insuficiente e insatisfatória, pois não altera vários aspetos críticos e negativos do projeto. O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) apresentado é insuficiente, incompleto e enviesado, pois não avalia adequadamente os impactos negativos da mina a céu aberto, nem propõe medidas de minimização ou compensação eficazes e credíveis. Trata-se de uma ameaça grave e irreversível para o ambiente, para a saúde pública e para o património cultural e natural da região e do país. A destruição da biodiversidade local e regional, que inclui espécies protegidas e endémicas, habitats prioritários e áreas da Rede Natura 2000. O EIA não avalia adequadamente os efeitos da mina sobre estas espécies e os seus habitats, nem propõe medidas eficazes para a conservação de espécies como o mexilhão-de-rio, a gralha-de-bico-vermelho e o lobo-ibérico, que habitam na zona afetada pela mina e que estão ameaçadas pela destruição do seu habitat, pela poluição sonora e atmosférica e pelo aumento do tráfego rodoviário. A mina irá afetar diretamente 593 hectares de terreno, mas os seus efeitos indiretos serão muito maiores, pela fragmentação e alteração dos ecossistemas, pela poluição atmosférica, sonora e luminosa, pela introdução de espécies invasoras e pelo aumento do risco de incêndios. A contaminação e escassez dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, que são essenciais para a vida humana, animal e vegetal. A mina irá consumir grandes quantidades de água, provenientes de captações subterrâneas, reduzindo a disponibilidade para outros usos. Além disso, irá gerar efluentes líquidos contaminados com metais pesados, ácidos e outros poluentes, que poderão infiltrar-se nos solos e nos aquíferos ou ser arrastados pelas chuvas para os cursos de água, afetando os ecossistemas aquáticos e a disponibilidade e qualidade da água para consumo humano e agrícola. A mina implicará a alteração dos cursos de água existentes na área, bem como a produção de grandes quantidades de resíduos (estéreis e rejeitados) que serão depositados em escombreiras junto ao rio Covas. O EIA não apresenta uma caracterização adequada dos resíduos nem um plano de gestão dos mesmos que garanta a sua segurança e monitorização. Os prejuízos à população da região e do país, que verá o seu território devastado por uma atividade altamente poluente e invasiva, que compromete a sua saúde, o seu bem-estar e as suas atividades económicas tradicionais, como a agricultura e o turismo. A mina prevê uma exploração a céu aberto de lítio e outros minerais numa área de 593 hectares, que afetará diretamente quatro freguesias (Covas do Barroso, Dornelas, Vilar e Viveiro e Canedo) e indiretamente todo o território circundante. As aldeias de Covas do Barroso, Romainho e Muro são reconhecidas como Património Agrícola Mundial pela FAO, pela sua paisagem cultural e pelo seu sistema agroflorestal milenar. O prejuízo estende-se à população regional, que depende da agricultura, da pecuária e da apicultura para a sua subsistência e identidade. A mina irá comprometer a qualidade dos solos, das pastagens, das culturas e dos produtos locais, afetando a saúde dos animais e das pessoas. A mina irá também afetar negativamente o turismo rural e o património histórico-cultural da região. A produção de enormes quantidades de resíduos sólidos (cerca de 300 milhões de toneladas), que serão

depositados em escombreiras a céu aberto, sem garantias de estabilidade ou impermeabilização. Estas escombreiras representam um risco elevado de erosão, deslizamento e lixiviação, podendo provocar acidentes graves e danos ambientais irreparáveis. O EIA não apresenta soluções para a gestão dos resíduos sólidos e líquidos gerados pela mina, nem para a recuperação paisagística e ambiental credíveis da área afetada após o encerramento da mina. O EIA não garante a segurança e a estabilidade das escombreiras de rejeitos, que representam um elevado risco ambiental e humano em caso de rutura ou infiltração. A mina terá um elevado consumo energético e contribuição para as alterações climáticas. Tanto a fase de construção como a de laboração usam máquinas, camiões e outros equipamentos dependentes de fontes fósseis de energia, contribuindo para as emissões de gases com efeito de estufa e para o aquecimento global. Além disso, a mina provocará a perda de coberto vegetal e solo orgânico, reduzindo a capacidade de sequestro de carbono da região. O EIA não quantifica as emissões associadas à mina nem propõe medidas para reduzi-las ou compensá-las. O benefício duvidoso para o país, que não terá qualquer participação nos lucros da exploração mineira, nem qualquer garantia de abastecimento interno ou externo de lítio. A mina irá contribuir para o aumento das emissões de gases com efeito de estufa e para o incumprimento dos compromissos nacionais e internacionais em matéria de clima e biodiversidade. Face ao exposto, solicitamos que seja emitida uma Declaração de Impacte Ambiental desfavorável ao projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64283 Catarina Alonso em 2023-04-18

Comentário:

Há 1 Multinacional prestes a destruir cerca de 900 hectares de terra e floresta em Covas do Barroso, Património Mundial da Agricultura, Trás os Montes. Nessa exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano - qdo a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Uma exploração extremamente poluidoras, que afeta todo o ecossistema e a populaçao.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64280 Cooperativa Agro Rural de Boticas em 2023-04-18

Comentário:

Remete-se em anexo a pronuncia da Cooperativa Agro Rural de Boticas, CRL relativamente ao EIA do projeto Mina do Barroso.

Anexos: 64280_Pronuncia_EIA_Cooperativa Agro Rural de Boticas.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64274 Rebecca em 2023-04-18

Comentário:

A transição energética é uma fachada para a continuidade de um estilo de vida que é perfeitamente insustentável. Quem estuda biologia, como eu estudei, sabe que o crescimento exponencial de populações em sistemas fechados é uma impossibilidade. O mesmo se pode aplicar à economia. O atual sistema extrativista está a perpetuar a vivência desta fantasia e vai conduzir à auto destruição da espécie humana (e entretanto de muitas outras, como já está a acontecer). Toda a gente sabe mas ninguém o menciona, é o elefante no meio da sala. As minas, em particular no Barroso, vão destruir modos de vida verdadeiramente sustentáveis. Vão acabar com aldeias, com histórias, com a possibilidade de ar puro em tudo o que as rodeia. Esta zona do país podia ainda ser um refúgio para os tempos secos e quentes que se avizinham. A gestão comunitária das terras, um exemplo para aplicar noutros lugares. A ampliação da mina vai trazer consumos de água que não são de todo possíveis no cenário de seca em que nos encontramos. Nem todo o lítio do mundo vale a água que é um dos primeiros elementos básicos da sobrevivência. E mais que isso, a extração de lítio é muito pouco eficiente no território português... trata-se de uma tentativa europeia de ter autonomia neste metal, à custa de exploração de um país que dentro da europa pode-se dizer que é mais pobre do que aqueles que tomam as decisões. Tal como ainda existe um colonialismo do Norte global no Sul global, existe um colonialismo do Norte da europa perante o sul da europa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64270 Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso em 2023-04-18

Comentário:

A Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso remete em anexo a sua pronuncia relativamente ao EIA da Mina do Barroso.

Anexos: 64270_Pronuncia_EIA_CLB_Covas do Barroso.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64265 ANA PEREIRA em 2023-04-18

Comentário:

Após análise dos impactos ambientais e sociais nefastos de um projecto desta envergadura; mas também face ao fato de que a exploração seria feita por uma entidade estrangeira e os benefícios de extração da matéria seriam muito diminutos para a economia do país, estou em discordância quanto à ampliação da Mina.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64264 Naiara prado em 2023-04-18

Comentário:

Não estou de acordo com a ampliação da mina pelo impacto ambiental que representa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64255 Sérgio Manuel Dias em 2023-04-18

Comentário:

A utilização dos recursos e o impacto são nitidamente prejudiciais

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64244 Renato Lainho em 2023-04-18

Comentário:

This would destroy what we've been fighting for years. The water ways will be polluted, biodiversity lost and all that is against what the UE aims. Stop this nonsense or we will

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64242 Cheila Rodrigues em 2023-04-18

Comentário:

Não aceito a aprovação do projecto e resistirei junto com outros até às últimas consequências. A presente página web não submeteu o texto que escrevi extensivamente, por duas vezes, sendo que a página actualizou automaticamente, perdendo assim todo o texto. Pergunto-me se também é isto parte da "Social License to Operate", como a presente Consulta Pública.
Poderiam.encontrar infra e em anexo o texto anterior em capturas de ecrã caso o website aceitasse imagens j.peg e não apenas ficheiros PDF, tiradas para salvaguarda uma vez que este website é péssimo e parece ser feito mesmo para dificultar o acesso à participação pública, como consta no texto em imagens. Reitero no entanto que apelo ao bom-senso, ou seja a uma não aprovação, pois existem colectivos e pessoas individuais prontas a resistir à tragédia ambiental e humana projectada, até às últimas consequências, sendo que APA e Estado Português serão responsabilidados quanto a qualquer violência empregue contra a população, seja ela física, emocional ou psicológica, aquando do acto de resistência caso ele seja necessário devido à vossa deliberação ser favorável, acto consagrado na Constituição da República Portuguesa, sendo que a violência empregue contra cidadãos que fazem uso do seu direito cívico ao protesto e à resistência civil é punível por lei em tribunais nacionais e internacionais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64233 António Ovídio Baptista Vaz Pato em 2023-04-18

Comentário:

As condições únicas do local impactado por este projecto mineiro serão irrevogavelmente postas em causa pelo mesmo. Atendendo ao facto de o local ser Património Mundial de Agricultura e albergar nos seus limites biodiversidade de cariz vulnerável no país (como é o caso do lobo-ibérico), a sua concessão deveria ser revogada. Ademais, os benefícios a nível soci-económico para a região estão sobrevalorizados, atendendo aos inúmeros exemplos neste país que demonstram que as populações locais raramente beneficiam destes projectos, até perdem.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64216 André Alves em 2023-04-18

Comentário:

Contra a destruição da fauna,flora e paisagem portuguesas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64214 Maria em 2023-04-18

Comentário:

Minas Não

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64209 Beatriz Barbosa de Noronha em 2023-04-18

Comentário:

Diante das alterações climáticas é preciso entender que precisamos cuidar de nossos territórios a partir de uma lógica regenerativa de cuidado e conservação, tanto do meio ambiente quanto das relações sociais que existem. Este projecto vai totalmente no sentido oposto!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64206 Carolina em 2023-04-18

Comentário:

Destruição de 900 hectares de terra arável aonde ainda se pratica agricultura de forma sustentável. Iria ser necessário gastar milhões de litros de água para a exploração mineira, um recurso tão escasso nos dias de hoje.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64201 Vasco Cândido Ferreira Lopes em 2023-04-18

Comentário:

Considero inaceitável que se destrua 900 hectares de terra e se desperdice tanta água nesta exploração

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64200 Joana Galvão em 2023-04-18

Comentário:

Bom dia Não concordo com nenhuma exploração ou indústria que continue a promover o consumo exacerbado de recursos, na nossa sociedade. Temos uma agenda globalista que está a ser implementada com base em argumentos como a redução do consumo de água, redução da utilização de combustíveis fósseis, transição para o elétrico, redução das comutações, etc etc, mas tudo isso são propostas que tem como alvo apenas o cidadão o que por si só não faz sentido porque são as grandes indústrias que destroem os recursos naturais do planeta. Para não me alongar muito, discordo totalmente da implementação ou aumento destas explorações. Grata

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64199 Nayara siler em 2023-04-18

Comentário:

Absurdo isso estar a ser cogitado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64194 Marta em 2023-04-18

Comentário:

Na

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64186 Diana Ramalho em 2023-04-18

Comentário:

Com a actual e futura seca nacional, não faz sentido abrir uma mina que gasta milhões de litros por dia. Para além disso esta exploração seria extremamente poluidora, o que iria afectar toda a população e ecossistema.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64148 Mariana Galvão em 2023-04-18

Comentário:

Numa altura em que as secas são cada vez mais predominantes, apostar nesta ampliação é uma ação absolutamente descabida, inconsciente e, acima de tudo, egoísta.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64096 Manuel José Magalhaes em 2023-04-17

Comentário:

O documento “avaliação de impactes da mina do Barroso” não integra uma análise pertinente e aprofundada relativamente aos impactos negativos sobre as atividades económicas existentes no território afetado pelo projeto, principalmente no que se refere à atividade agrícola e o impacte em termos de perdas substanciais de subsídios para os agricultores presentes nesse território. Sobre os produtos de origem protegida, endógenos e tradicionais. A área do turismo também vai ser profundamente afetada pela atividade. Vai alterar significativamente e pela negativa a “imagem” do concelho de Boticas, que tem apostado imenso no desenvolvimento dum turismo sustentável e de natureza. O projeto vai pôr pura e simplesmente em causa a viabilidade económica de muitas pessoas, que vivem duma atividade económica sustentável e duradoura, ao contrário das minas. A definição de medidas minimizadoras para os Sistemas Ecológicos, no que se refere ao lobo, são demasiado vagas e algo contraditórias, possivelmente em resultado de uma ainda incipiente caracterização da situação populacional desta espécie. Relativamente à contaminação das águas, as medidas propostas não podem garantir minimamente a conservação da qualidade das águas do rio Covas e dos lençóis freáticos, este ponto é suficientemente grave para tornar este projeto inaceitável. Devido à grande riqueza natural e cultural do Barroso, aos graves efeitos negativos no ambiente natural e na população local que vai potencialmente acarretar este projeto de mina, este projeto deve ser rejeitado. A APA dispõe aqui duma argumentação muito sólida e consistente para o poder fazer. Se a APA der luz verde a este projeto, isso significará o fim do Barroso tal como o conhecemos. Pois isso vai abrir a porta a mais projetos de mineração na região do Barroso. A própria Savannah já afirmou que pretendia desenvolver mais projetos na região. Ou seja, dando luz verde a este projeto, a APA será responsável pelo o que irá suceder: a destruição duma das regiões de Portugal com maior biodiversidade, um ECOCÍDIO. Finalmente, espero que a razão prevaleça e que o Estado português, no decorrer do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto de “ampliação da mina do Barroso“ proceda à Declaração de Impacto Ambiental NEGATIVA. Julgo este projeto INACEITÁVEL tanto do ponto de vista ambiental, como do ponto de vista da saúde pública. Em conclusão, na qualidade de CIDADÃO DO BARROSO COM 89 anos de idade oponho-me determinantemente á concretização deste projeto pois o mesmo representa a destruição de uma região onde existe uma riqueza impar em termos ecológicos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64086 Carla Gamboa em 2023-04-17

Comentário:

A Multinacional, SAVANAH, está prestes a destruir cerca de 900 hectares de terra e floresta no nosso interior em Covas do Barroso, Património Mundial da Agricultura, Trás os Montes. Não concordo com a ampliação de exploração de Lítio ali, Num local ande ainda se vive de agricultura sustentável. Nesta exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano (1Milhão e 580Lts/ Dia!!)* - Quando a Água é cada vez mais escassa no mundo (*2020 foi um dos anos em q houve momentos em q Portugal teve 75% do território Continental em seca Extrema!* A extração dos minerais da terra irá ali (como em qualquer local do mundo) destruir todo o ecossistema do lugar. Do micro ao macro, afecta desde o Lobo ibérico, aos pássaros, micro-organismos indispensáveis à biodiversidade do ecosistema e a todos os agricultores e população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Irá contaminar o ar que pode viajar centenas de km! Bem como as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas. □□□

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64074 Beatriz Sousa em 2023-04-17

Comentário:

Tendo em conta a vontade da população do Barroso, e a história das minas abertas neste país, que sempre deixaram um rastro de destruição para os ecossistemas e populações locais, venho apelar para que não se avance com um projecto que só beneficiará uma empresa estrangeira por um determinado tempo, mas em contra partida roubará muita muita muita muita da riqueza natural e cultural que existe nesta região, gastará imensos recursos valiosos como a água, aumentará a poluição... A perda ecológica que este projecto envolve prova que não é no lítio que está o nosso futuro verde. E quem fala sobre o benefício de se criarem postos de trabalho, com certeza nunca trabalhou nem conhece ninguém que tenha trabalhado numa mina. Este projecto é um retrocesso inimigo da vida

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64032 Marta Vasconcelos em 2023-04-17

Comentário:

Não precisamos de mais minas. Precisamos de água para beber

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64012 João Santana em 2023-04-17

Comentário:

Priviligio, a cima de tudo, a preservação do ambiente e dos seus recursos. E, infelizmente, não vejo um impacto positivo, a longo prazo, neste projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 64009 Nuno Da Silva em 2023-04-17

Comentário:

Tendo em consideração a necessidades urgente de mudarmos para economias sustentáveis e regeneradoras dos ecossistemas que suportam a vida é atendendo à importância da água para o futuro da vida no nosso país, este projecto não deve avançar pois vai significar consumos de água demasiado elevados e degradação dos ecossistemas locais que suportam a vida. Em última instância, este projecto irá contribuir para maior desertificação do interior norte do país e o valor acrescentado da extração do lítio irá parar as mãos de poucos que serão os investidores.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63973 Fernando Sousa em 2023-04-17

Comentário:

Caros/as, A área considerada na proposta de ampliação é inaceitável devido a vários pontos: - A região do Barroso está classificado como sítio GIAHS (Globally Important Agricultural Heritage System), tratando-se de património agrícola mundial (designação das nações Unidas - FAO). - A proposta vai afectar irreversivalmente paisagens de valor cultural e natural elevados, perdendo-se um património que é de todos. - A proposta de ampliação não vai beneficiar nem as populações locais nem o país de forma signifcativa, pelo que o enorme sacrifício cultural e natural não justifica a aprovação da mesma. - O consumo de água previsto para as operações resultantes da ampliação proposta excedem o limite do razoável para uma região que enfrenta secas com uma frequência crescente num cenário de alterações climáticas. - A proposta de ampliação vai ficar demasiado perto de áreas povoadas, o que tem sido um ponto fulcral para a discordância da mesma pelas populações afectadas. - A proposta de ampliação implicará a destruição irreversível de matos e florestas autóctones, com uma perda insustentável de biodiversidade da região. - Por último, a ampliação não deve acontecer em respeito às populações locais, que estão maioritariamente contra a enorme destruição que o projecto trará para a sua região, de uma forma que nunca mais seria a mesma. Neste ponto não podemos excluir a importância do património cultural, social e espiritual que se perde de uma forma irreversível, em prole de uma extracção cujo benefício será residual.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63954 Pedro Dias em 2023-04-17

Comentário:

Minerar deve ser sempre ao mínimo possível, pois a maior parte das vezes depois da extração fica buraco e nada mais. Seria interessante planear & reduzir quantidade(s) a extrair, combinando uma Sinergia com outras formas de obter os minérios necessários (fitomineração, por exemplo), bem como complementando/alternando soluções já hoje viáveis para várias das aplicações a que se apontam o uso do lítio e outros minérios. Exemplos: Painés Solares usando Algas/ Micro-Algas (que além da produção de Energia ainda purificam o ar e criam Bio-massa); Bio-baterias (usando iões de sódio, enzimas, micróbios, fluidos orgânicos, celulose, quitina, etc.). Rumo a uma Sociedade & Planeta mais Sustentáveis e Livres. Bem- Hajam

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63936 ines noronha em 2023-04-17

Comentário:

Não à destruição de florestas e de ecossistemas!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63934 Gilson Barreto em 2023-04-17

Comentário:

É inaceitável a destruição do nosso ecossistema é a contaminação dos nossos solos para a exploração de um recurso não renovável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63910 Maria Fernanda Viegas Teodósio Wessling em 2023-04-17

Comentário:

Estamos em Portugal, um País que ano após ano se vem debatendo com escassez de água, e planeia-se um empreendimento destes com um consumo de água HORRENDO? Como podemos em boa consciência concordar com uma tal destruição de Património rural, ambiental, ecológico, e aceitar as consequências de uma atividade predatória, que tem por objetivo único a maximização do lucro, com uma fachada enganadora de "progresso ecológico"?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63907 Raquel Cohen em 2023-04-17

Comentário:

Gasto de água totalmente desnecessário.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63900 Luis Miguel do Carmo Barbosa em 2023-04-17

Comentário:

Manifesto a minha total discordância com a destruição do património natural nacional de forma irreversível para favorecer a exploração de recursos que servem tecnologias e indústrias com um enorme potencial de obsolescência. A iniciativa demonstra o total desprezo pelo equilíbrio da economia local e nacional.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63894 Aida Alves Fernandes em 2023-04-17

Comentário:

Exmos senhores, da comissão de avaliação. Venho por este meio comunicar a minha discordância com este projeto. Vivo num país que foi dos primeiros a reconhecer o direito a um ambiente saudável e o dever de o defender. Eu como residente de covas do Barroso cumpro esse dever e não aceito que queiram destruir a nossa comunidade e ambiente. Não aceito que sejamos sacrificados em nome de uma transição verde, que para nós de verde não terá nada. Apelo a vossas excelências que mais uma vez dêem parecer desfavorável a este projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63881 Lisa em 2023-04-17

Comentário:

O sector público deve procurar soluções para resolver a escassez de água e como lidar com as secas, em vez de favorecer projectos de minas de empresas privadas que poluem as águas e baixam o lençol de água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63876 Joana Cabral em 2023-04-17

Comentário:

É importante prioritizar projectos que permitam água a medio e longo prazo para populações e agricultura (vs mover essa mesma água para projectos que prejudicam as populações e o ambiente)

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63874 João Manuel Araújo Ferreira em 2023-04-17

Comentário:

Os proveitos económicos provenientes desta empreitada não justificam a destruição de património rural, ambiental, agrícola e social que projecto implica. Aliás, a área envolvente tem classificação de património agrícola protegido.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63873 Nuno Braz em 2023-04-17

Comentário:

Minas não

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63869 rute chaves em 2023-04-17

Comentário:

Os impactos que esta mina pode causar são inimagináveis e comprovados, não percebo como em 2023 ainda pomos em causa questões como estas que comprometem de uma forma tao seria as nossas gerações futuras assim como os nossos ecossistemas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63867 Miguel Oliveira do Vale em 2023-04-17

Comentário:

Discordo totalmente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63865 Carlos Castro em 2023-04-17

Comentário:

-Usurpação do património hídrico provocadora de insustentabilidade danosa para o Humano, a Flora e a Fauna;

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63863 Maribel Ribeiro em 2023-04-17

Comentário:

O projeto coloca em risco o sistema ecológico da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63862 José Pedro Mota em 2023-04-17

Comentário:

Projeto com incalculável impacto ambiental. Mais uma vez o lucro sobrepõe-se a tudo, às pessoas, ao ambiente, ao planeta.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63861 Helena Santos em 2023-04-17

Comentário:

A ampliação do projecto da mina do Barroso, no meu parecer, não é do interesse público.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63860 Susana Esteves em 2023-04-17

Comentário:

Entre os principais impactos conhecidos, incluem-se a depleção de recursos não renováveis, a produção de resíduos de extração, poeiras e ruído, erosão, aquecimento global / elevado consumo energético (transformação termoquímica a temperaturas próximas de 1000°C) e toxicidade ecológica, com elevados riscos de contaminação do ar, solo e recursos hídricos superficiais e subterrâneos, devido à utilização de um grande volume de água (lavagens) à qual é adicionada um grande número de agentes de limpeza e produtos químicos. Isto não é "limpo" , muito menos verde. Isto NÃO é o que queremos. Vivemos uma crise ECOLÓGICA, a preservação de ECOSSISTEMAS é fundamental! Não podem justificar-se usando a lengalenga reducionista do carbono - mudança sistémica é o necessário e NÃO "novas oportunidades de negócio" em "energias verdes". Não aceitamos esta destruição!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63856 Mariana Pereira em 2023-04-17

Comentário:

Entre os principais impactos conhecidos, incluem-se a depleção de recursos não renováveis, a produção de resíduos de extração, poeiras e ruído, erosão, aquecimento global / elevado consumo energético (transformação termoquímica a temperaturas próximas de 1000°C) e toxicidade ecológica, com elevados riscos de contaminação do ar, solo e recursos hídricos superficiais e subterrâneos, devido à utilização de um grande volume de água (lavagens) à qual é adicionada um grande número de agentes de limpeza e produtos químicos. Isto não é "limpo" , muito menos verde. Isto NÃO é o que queremos. Vivemos uma crise ECOLÓGICA, a preservação de ECOSSISTEMAS é fundamental! Não aceitamos esta destruição!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63855 Jose Veiga em 2023-04-17

Comentário:

Parar de vez com estás minas pf, este tipo de energia já está obsoleta, é hora de pensar realmente no futuro, bem verde!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63854 Andreia Carrinho em 2023-04-17

Comentário:

Queremos o nosso ecossistema preservado! Queremos manter-nos neste mundo, humanos, animais e plantas de forma sustentável e saudável!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63850 Eduarda em 2023-04-17

Comentário:

O interior de Portugal tem de ser protegido e não destruído.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63849 Catalina em 2023-04-17

Comentário:

Não concordo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63845 Rita em 2023-04-17

Comentário:

Já chega de deixar que explorem o nosso país sem regras, devastando e usando até à exaustão as terras que depois abandonam quando não mais houver o que extrair, Portugal tem de acordar e começar a defender o que de melhor têm a natureza e as pessoas, que querem viver num sítio saudável a praticar a sua agricultura de forma sustentável, sem minas a poluir as águas, ar e terra. É para ouvir a população, são eles que lá vivem.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63841 Licinia Alves em 2023-04-17

Comentário:

Este projecto não é viável a nível ambiental e local. Pode trazer muitos problemas a longo prazo. Sou totalmente contra.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63839 Noa Mendes em 2023-04-17

Comentário:

As consequências positivas deste projeto em nada justificam os impactes ambientais projetados, numa fase especialmente crítica para a preservação do ambiente, e dos seus recursos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63831 Cristina Canotilho em 2023-04-17

Comentário:

Total discordância

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63829 Julia Tucker Vasques em 2023-04-17

Comentário:

Concordo com o pedido de Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso, fundamental ao desenvolvimento do setor primário da economia portuguesa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63821 Fernando Martins em 2023-04-17

Comentário:

Não à exploração mineira

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63815 Rita morais em 2023-04-17

Comentário:

16 milhões de água gastos por dia para mineração numa das poucas regiões do país o de ainda se pratica agricultura sustentável é inaceitável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63814 Sara em 2023-04-17

Comentário:

É um crime ao tesouro natural que Portugal contém. É preciso uma falta de temor às consequências que isso poderá trazer à nossa realidade tendo em conta a falta de água e recursos já destacados na nossa atualidade. Enquanto portuguesa requiro justiça e peço que levem este assunto ao público maior e que exponham este atentado à natureza e as nossas reservas naturais. Este projecto não pode avançar sem dar justicações aos portugueses, pois há quem anda a votar em autarcas com projectos de sustentabilidade ambiental para que este tipo de crime não passe imune. Enquanto cidadã do mundo exijo que a Humanidade comece no lugar onde eu nasci. Aceitar este projecto de lítio sem olhar para as consequências disto a longo prazo é ser cúmplice de um terror. Sara da Silva Rey, 29 Anos Lisboa 17 - Abril 2023

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63804 Lorenzo em 2023-04-17

Comentário:

Precisamos da terra não do lítio

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63802 Alexandra Paulino em 2023-04-17

Comentário:

Por motivos ambientais, de poluição, de gestão do território, da floresta e da água. Discordo deste projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63783 Miguel Oliveira em 2023-04-17

Comentário:

Neste lugar que é dos poucos lugares em que ainda se faz agricultura sustentável em Portugal nessa exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano - qdo a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Uma exploração extremamente poluidoras, que afeta todo o ecossistema e a população

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63774 Celina Bermudez Vogensen em 2023-04-17

Comentário:

Minas Não!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63763 Alda do Carmo Barroso em 2023-04-16

Comentário:

O documento “avaliação de impactes da mina do Barroso” não integra uma análise pertinente e aprofundada relativamente aos impactos negativos sobre as atividades económicas existentes no território afetado pelo projeto, principalmente no que se refere à atividade agrícola e o impacte em termos de perdas substanciais de subsídios para os agricultores presentes nesse território. Os agricultores do Concelho de Boticas recebem, nas freguesias afetadas pela projetada mina, cerca de 1,5 milhões de euros. A área da mina afetará a atribuição desses subsídios e o impacto negativo sobre os produtos de origem protegida, endógenos e tradicionais. A área do turismo também vai ser profundamente afetada pela atividade. Vai alterar significativamente e pela negativa a “imagem” do concelho de Boticas, que tem apostado imenso no desenvolvimento dum turismo sustentável e de natureza. O projeto vai pôr pura e simplesmente em causa a viabilidade económica de muitas pessoas, que vivem duma atividade económica sustentável e duradoura, ao contrário das minas. Em conclusão desta parte, afirmamos que este projeto é tudo menos SUSTENTÁVEL. Devido à grande riqueza natural e cultural do Barroso, aos graves efeitos negativos no ambiente natural e na população local que vai potencialmente acarretar este projeto de mina, este projeto deve ser rejeitado. A APA dispõe aqui duma argumentação muito sólida e consistente para o poder fazer. Se a APA der luz verde a este projeto, isso significará o fim do Barroso tal como o conhecemos. Pois isso vai abrir a porta a mais projetos de mineração na região do Barroso. A própria Savannah já afirmou que pretendia desenvolver mais projetos na região. Ou seja, dando luz verde a este projeto, a APA será responsável pelo o que irá suceder: a destruição duma das regiões de Portugal com maior biodiversidade, um ECOCÍDIO. Finalmente, esperamos que a razão prevaleça e que o Estado português, no decorrer do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto de “ampliação da mina do Barroso“ proceda à Declaração de Impacto Ambiental NEGATIVA. Uma decisão que não essa, abrirá portas a outros mecanismos (entre eles, os judiciais) para impugnar tal decisão.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63760 Nelson Esteves Gomes em 2023-04-16

Comentário:

Venho por este meio expressar a minha total oposição ao projeto "Mina do Barroso". Moro em Covas do Barroso e a minha casa fica a menos de 800 metros daquela que seria a maior corta do projeto, o Vale Cabrão (ao qual a empresa mudou o nome, apelidando-o de "Grandão"). Da minha casa para lá, conseguimos ver tudo, portanto o impacto visual e sonoro do projeto seria tremendo. Considero que ter de conviver com um projeto destes todos os dias não é aceitável nem justo. Sou agricultor e pastor, tenho animais e vivo da terra. Tenho terrenos muito próximos da área de exploração, inclusive uma vacaria a menos de 300 metros da Corta do Noa, portanto a mina teria um impacto total no nosso modo de vida. Uma das principais razões para me opor a este projeto é o seu impacto sobre as águas. Este projeto terá um impacto brutal quer na qualidade da água quer na quantidade de recursos hídricos. O projeto irá afetar tanto os caudais ecológicos dos rios como os dos corgos. Aqui, na região do Barroso, nós temos um sistema de regadio que tem mais anos de existência que a própria Junta de Freguesia. Há nesta região sistemas de rega ancestrais com boas práticas de gestão da água que ainda hoje são preservados e mantidos comunalmente. Este património está em causa porque, a partir do momento em que eles fazem desvios de cursos de água, este sistema deixa de existir. Este sistema foi uma das razões pelas quais a região do Barroso foi classificada como "Património Mundial Agrícola" pela ONU. As boas tradições que vimos preservando ao longo de anos são assim postas em causa por este projeto mineiro. Ademais, atualmente, podemos beber em qualquer fonte, em qualquer nascente, quer dentro da área de concessão, quer fora. A partir do momento em que o projeto avance, não teremos a certeza se poderemos continuar a ter acesso a água com esta qualidade. Uma outra razão prende-se com a ameaça que o projeto constitui para o lobo ibérico, que é uma espécie protegida. Nós, os agricultores, apesar de sermos vítimas de ataques de lobos, continuamos a preservar esta espécie. Um projeto desta natureza teria um impacto brutal na preservação desta espécie porque o projeto compreende uma lavaria a lavar 24 horas por dia, com explosões, com camiões a circular... Isto tudo teria um impacto brutal nos percursos destes animais. Ademais, a área de exploração prevista para o projeto ocuparia cerca de 25% de área de terrenos baldios. Os baldios têm contribuído - e muito - para o desenvolvimento da aldeia e para a sustentabilidade económica das pessoas, provendo-lhes pastagem, lenha para aquecimento das casas, matos para a cama para os animais, etc. O projeto, ao destruir grande parte dessa área, coloca também em causa a segurança socioeconómica das pessoas que cá moram. Para além disso, os baldios - sendo grandes sumidouros de carbono - contribuem muito para a descarbonização do planeta. O projeto, pelo contrário, necessita de milhares de litros diários de combustíveis fósseis para a sua operação. Numa altura em que tanto se fala na necessidade de transição energética e de mitigação climática, este projeto faz exatamente o contrário: ao decapar florestas, destruir ecossistemas e consumir combustíveis fósseis, é difícil compreender como pode este projeto contribuir para um futuro descarbonizado. Um outro aspeto importante prende-se com a própria natureza e dimensão do projeto. O projeto prevê 4 minas a céu aberto, com dimensões gigantes, em que a maior teria 38 hectares, algo impensável na nossa região. Para abrir esta corta, a empresa prevê o desvio de uma linha de água (um corgo), o que teria um impacto brutal na fauna, na flora, e em toda a biodiversidade circundante. Neste método de exploração, teria de ser processada 1 tonelada de rocha para extrair apenas 6% de espodumena. Visto que a concentração de lítio nestas rochas é muito ligeira, teria de se destruir muito para se obter uma quantidade muito reduzida. Isto porque, para além da rocha que contém lítio, é preciso extrair a rocha encaixante que serão escombros que ficarão espalhados pelos terrenos baldios. A escombreira de rejeitados prevista no projeto fica muito próxima do rio: a menos de mil metros do rio Covas. Em caso da barragem romper, rapidamente chegaria ao Rio Covas, por sua vez ao Rio Beça, ao Tâmega, e ao Douro. Os impactos estender-se-iam até 200km. Devido à forte precipitação durante o inverno, é difícil conter toda aquela lama porque estamos a falar de

terrenos com muita inclinação. Neste sentido, o projeto comporta impactos muito difíceis de mitigar. As próprias barragens que querem fazer para aproveitar água terão impactos grandes. Uma delas, o Reservatório do Pinheiro, fica em cima de linhas de água. Caso este projeto venha a ser aprovado, será o maior crime ambiental até ao momento no Barroso, e quiçá em Portugal. Por todas estas razões, sou veemente contra este projeto de extração mineira, e farei de tudo o que estiver ao meu alcance para travar o seu avanço. NÃO PASSARÃO!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63750 Margarida em 2023-04-16

Comentário:

Este ato não é sustentável

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63739 carlos gomes goncalves em 2023-04-16

Comentário:

Sou Carlos Gomes Gonçalves, apicultor número 22622, natural e morador em Covas do Barroso, com efetivo de 500 colmeias distribuídas por 12 apiários nos baldios da freguesia de Covas do Barroso. Sou um dos produtores de mel do Barroso e não aceito uma mina a umas poucas centenas de metros dos meus apiários. Esta mina que irá destruir uma área enorme de serra e contaminar as águas e as flores indispensáveis para as abelhas e para a minha sobrevivência económica. Sou contra este projeto mineiro porque só vai trazer mal para toda a região do Barroso, e acabar com o nosso modo de vida, que é um modo de vida sustentável e feito em harmonia com a natureza, e herdado dos nossos pais e avós. MINAS NÃO!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63734 Joana GM em 2023-04-16

Comentário:

A não ampliação da mina.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63724 Helena Pinto Alves em 2023-04-16

Comentário:

O Barroso é Património Mundial Agrícola. Não queremos a maior mina a céu aberto da Europa em solo português. Os carros elétricos não existem para salvar o ambiente, existem para salvar a indústria automóvel.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63722 Pedro Mossâmedes em 2023-04-16

Comentário:

Boa tarde, Tendo conhecimento que esta consulta ainda se encontra aberta e sabendo que a possibilidade de expansão da exploração de lítio pode ser anulada, venho por este meio comunicar como cidadão português que não concordo nem apoio esse projecto. Chamo-me Pedro, e sou vegano, por isso o meu ponto de vista em relação às situações chega a ser bem diferente da maior parte das pessoas no geral. Com isto quero dizer que, todos nós sabemos e é de conhecimento geral, que Portugal tem a maior reserva de lítio da Europa, e todos nós sabemos as vantagens apenas monetárias que essa exploração trás. Contudo, compreendo isso mas não consigo compreender que queres destruir 900 hectares , onde todos sabemos o quão mão é a exploração deste mineral, e vou deixar em anexo um estudo feito por estudantes do secundário em 2019, que fala especificamente deste mineral. Isto porque a zona é considerada património mundial da agricultura, e dos poucos que Portugal ainda tem com agricultura sustentável, e penso que regenerativa também, se não estou em erro. E nós portugueses, precisamos de comida nos nossos pratos, e não de baterias, e passar de uma agricultura sustentável e regenerativa para uma destruição de 900 hectares e poluição dos lençóis freáticos, é matar um pouco do pulmão, do coração do nosso país, mas sei que também não vos estou a dar nenhuma novidade. Com essa eminente destruição possível de cancelamento, falamos dos animais e ecossistemas que vivem nessa zona, por mais que na página do projecto diga que os lobos ibéricos não sofrem danos, todos nós sabemos que isso não é verdades, fora muitas outras espécies que têm direito à vida no seu habitat e irão perder caso o projecto não seja negado. Não me irei alongar mais, pois todos sabemos que aqui nesta situação que a decisão que for tomada de onde virá, caso seja cancelado o projecto, sabemos que é uma decisão sábia e em prol à vida, à natureza. Se for aprovado, é

meramente o dinheiro que está à frente, e não há estudos que consigam encobrir os factos e não só, como a nossa saúde como cidadãos em causa. Sendo de conhecimento geral, que Portugal é a maior reserva de lítio, e que há entidades que querem ser exportadores de baterias, e tendo consciência dos malefícios deste tipo de mineração. Eu Pedro digo Sim à Vida, e à Floresta que é ela que nós dá sustento e oxigénio, e NÃO à Morte que é o projecto em da exploração de lítio que está em causa, morte dos animais da floresta, morte à floresta, morte à saúde da população.

Anexos: 63722_RelatorioFinal.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63695 Guilherme Rodrigues em 2023-04-16

Comentário:

Discordo da ampliação pelo efeito nocivo ao meio ambiente e consumo excessivo de água em Portugal que é alvo de seca crônica.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63694 Carolina em 2023-04-16

Comentário:

nessa exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano - qdo a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Uma exploração extremamente poluidoras, que afeta todo o ecossistema e a população.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63693 Joao Filipe da silva Malta em 2023-04-16

Comentário:

Não percebo a contínua destruição activa do nosso património natural em regiões do interior do país! Além de estas populações já estarem marginalizadas no que toca à presença de serviços essenciais de um estado de direito, como saúde , educação e justiça querem também desprover as mesmas de um ecossistema saudável, que faz parte de um património intergeracional de vários portugueses! Construir estas minas é arrancar de uma forma bruta e desumana um legado de uma região, sem considerar o futuro. Que os executivos se esforçem para encontrar soluções de longo prazo em linha com o interesse dos habitantes locais e sua qualidade de vida e com padrões de sustentabilidade! Existem outras formas de tornar estes ecossistemas dinâmicos também a nível económico que não destrua de forma permanente e que hipoteque de forma irremediável o futuro destas populações! Procurem, copiem o que já existe feito noutros países e involvam a população! Não é preciso serem foras de série! Sejam só competentes!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63691 Ma em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de

que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Maria Freixo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63689 Elisabete Pires em 2023-04-16

Comentário:

Vivo em Romainho desde sempre – fui nascida, criada, casei, constituí família, tive a minha filha. E vivo na casa que seria a mais próxima da área da mina, junto com o meu marido. Caso ande para a frente, a Mina seria uma destruição muito grande, iríamos perder a qualidade de vida - tanto Nós como todas as aldeias vizinhas. A mina vai-me estragar a vida. Tenho a minha vida estabilizada aqui e vou ter de construir vida noutro lugar se a mina avançar. Mas não só não tenho vontade de ir para lado nenhum como não é justo eu e a minha aldeia tenhamos de mudar e ser sacrificados. Uma outra razão para ser contra a mina é a questão dos recursos hídricos e da água. A água, a pouca que vai restar, vai ficar toda contaminada. Vai ficar tudo contaminado e nós sem nenhuma água. Espero que consigamos continuar por cá. MINAS NÃO!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63686 João Loureiro em 2023-04-16

Comentário:

Sou contra a mina por várias razões. Primeiro, porque ela é aqui tão perto. Sou de Romainho e vivo na casa mais próxima de todas da área de concessão: viveria a 500 metros da mina e a 60 metros da área de segurança. Segundo, porque tenho terrenos na zona da mina. Os terrenos ficariam inutlizados ou então seriam só poeiras. Terceiro, as águas vão todas desaparecer da zona. A razão principal é água, que vai desaparecer toda.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63676 Gonçalo em 2023-04-16

Comentário:

De que servirá a tecnologia e o dinheiro num planeta sem vida!? A floresta é a água são os nosso maiores bens e a razão pela qual ainda vale a pena viver no nosso país... se destruírem isso Portugal tornar-se-á em mais um deserto. Não à exploração de lítio em Portugal!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63666 Leonor Dias em 2023-04-16

Comentário:

Esta proposta terá um impacto negativo colossal a nivel ambiental e ecológico.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63661 Joana Reinhardt em 2023-04-16

Comentário:

Sou contra porque para além de destruir centenas de hectares de terra e floresta, nessa exploração a empresa irá precisar de usar Milhões de Lts de água por ano - qdo a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Uma exploração extremamente poluidoras, que afeta todo o ecossistema e a população. Porque a descarborização começa nas florestas e sem água não há vida

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63655 Noémia Maria Simões em 2023-04-16

Comentário:

A ampliação da mina do Barroso iria ter prejuizos incalculaveis . Urgente acabar com a cegueira do imediatismo e do lucro predador . Há que recinhecer e valorizar muito mais a Vida que nos vrm da agua e da agricultura sustentável praticada na região

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63654 Matilde em 2023-04-16

Comentário:

Uma vergonha ! Não concordo ! A mina não pode ser ampliada !

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63650 Mónica em 2023-04-16

Comentário:

Em anos de caminho para a Agenda do Roteiro Carbónico fazer uma ampliação de Mina com recurso a abate de área florestal e o consequente impacto ambiental negativo que este irá traduzir é sinal de incoerência na gestão e estratégia anunciada. É tempo de parar com a destruição informada do Ecosistema que nos suporta a vida no planeta terra

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63648 Tiago em 2023-04-16

Comentário:

Este projeto não deve ser feito! Impacto social-ambiental e animal soberbo. Escolher a vida começa hoje !

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63646 Manuela em 2023-04-16

Comentário:

Projecto que vai afetar não só a biodiversidade do país como consumirá inúmeros litros de água para se manter Áctivo. Incompatível com o mundo atual que precisa ser regenerado e não destruído ainda mais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63635 Joao guerreiro em 2023-04-16

Comentário:

Jajabsvj

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63629 Catarina Pinheiro em 2023-04-16

Comentário:

Gasto excessivo de agua para um fim que não justifica os meios

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63628 Rita Ruivo em 2023-04-16

Comentário:

É necessário fomentar práticas regenerativas, não exploração de recursos naturais com impacto irreversível e destruídor do meio ambiente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63627 Cristiane Marcondes em 2023-04-16

Comentário:

Será a destruição de 900 hectares de terra e floresta. Precisamos das arvores e de preservar a agua já escassa em Portugal!!! Uma exploração como esta afetará todo o ecossistema e familias que vivem da agricultura sustentável. Agua é nossa vida!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63625 António Teixeira em 2023-04-16

Comentário:

Os portugueses não aceitam a exploração no território português e planeta Terra... Procurem uma alternativa verde

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63624 Mário Marques em 2023-04-16

Comentário:

Discordo completamente uso excessivo de água destruição ambiental física e social

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63623 Mafalda Vaz em 2023-04-16

Comentário:

Pelas nossas florestas, não há exploração de lítio em Portugal

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63621 Alexandra Lichtenberg em 2023-04-16

Comentário:

Um absurdo, nao se consegue nem abrir os documentos zipados! De qualquer maneira, ha que se deixar EXTREMAMENTE claro o consumo de agua, de onde vem, como sera o efluente da mina, e como as outras atividades economica terão garantido o uso da água para suas atividades, assim como para consumo humano.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63618 Marta em 2023-04-16

Comentário:

isto é escandaloso!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63617 Helena Leonardo em 2023-04-16

Comentário:

Discordo por ser uma aberração destruir 900 hectares de terra para um projecto que usará milhões de litros por água por ano para sustentar, num país em que este recurso é já tão escasso. É um projecto com uma visão a muito curto tempo que beneficiará só alguns, à custa de muitos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63615 Sofia em 2023-04-16

Comentário:

Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63547 Estefânia Surreira em 2023-04-16

Comentário:

Discordância!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63535 Nuno Costa em 2023-04-16

Comentário:

A execução de uma mina de grandes dimensões a céu aberto numa zona classificada como está vai prejudicar de forma irremediável todo o ecossistema natural é humano existente que é único no país. Vai aínda afectar irremediavelmente os grandes e importantes recursos hídricos adjacentes que esses sim são vitais para mais de 500.000 pessoas (contamina cão de aquíferos), além do enorme consumo de água que estes processos trazem (onde ir buscar e consequências / como tratar). Término com a falta de actualidade desta mina de lítio dado existirem outros processos alternativos muito menos poluentes para a criação de baterias (eg: iões sodio) e para a indústria automóvel (hidrogénio).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63364 SL em 2023-04-15

Comentário:

Catástrofe para o ecossistema, incoerente, destrutor.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63269 Madalena Sangalho em 2023-04-15

Comentário:

Precisamos de agua

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63258 Angelina Correia em 2023-04-15

Comentário:

As grandes empresas não podem sobrepor-se à Agência Portuguesa do Ambiente, e o Concelho de Montalegre deve ser protegido contra os interesses financeiros daquelas empresas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63215 Judith Schneider em 2023-04-15

Comentário:

Estou totalmente contra o projeto de ampliacao da mina do Baroso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63194 Violeta em 2023-04-15

Comentário:

Esta reformulação é insuficiente e insatisfatória, pois não altera vários aspetos críticos e negativos do projeto. O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) apresentado é insuficiente, incompleto e enviesado, pois não avalia adequadamente os impactos negativos da mina a céu aberto, nem propõe medidas de minimização ou compensação eficazes e credíveis. Trata-se de uma ameaça grave e irreversível para o ambiente, para a saúde pública e para o património cultural e natural da região e do país. A destruição da biodiversidade local e regional, que inclui espécies protegidas e endémicas, habitats prioritários e áreas da Rede Natura 2000. O EIA não avalia adequadamente os efeitos da mina sobre estas espécies e os seus habitats, nem propõe medidas eficazes para a conservação de espécies como o mexilhão-de-rio, a gralha-de-bico-vermelho e o lobo-ibérico, que habitam na zona afetada pela mina e que estão ameaçadas pela destruição do seu habitat, pela poluição sonora e atmosférica e pelo aumento do tráfego rodoviário. A mina irá afetar diretamente 593 hectares de terreno, mas os seus efeitos indiretos serão muito maiores, pela fragmentação e alteração dos ecossistemas, pela poluição atmosférica, sonora e luminosa, pela introdução de espécies invasoras e pelo aumento do risco de incêndios. A contaminação e escassez dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, que são essenciais para a vida humana, animal e vegetal. A mina irá consumir grandes quantidades de água, provenientes de captações subterrâneas, reduzindo a disponibilidade para outros usos. Além disso, irá gerar efluentes líquidos contaminados com metais pesados, ácidos e outros poluentes, que poderão infiltrar-se nos solos e nos aquíferos ou ser arrastados pelas chuvas para os cursos de água, afetando os ecossistemas aquáticos e a disponibilidade e qualidade da água para consumo humano e agrícola. A mina implicará a alteração dos cursos de água existentes na área, bem como a produção de grandes quantidades de resíduos (estéreis e rejeitados) que serão depositados em escombreiras junto ao rio Covas. O EIA não apresenta uma caracterização adequada dos resíduos nem um plano de gestão dos mesmos que garanta a sua segurança e monitorização. Os prejuízos à população da região e do país, que verá o seu território devastado por uma atividade altamente poluente e invasiva, que compromete a sua saúde, o seu bem-estar e as suas atividades económicas tradicionais, como a agricultura e o turismo. A mina prevê uma exploração a céu aberto de lítio e outros minerais numa área de 593 hectares, que afetará diretamente quatro freguesias (Covas do Barroso, Dornelas, Vilar e Viveiro e Canedo) e indiretamente todo o território circundante. As aldeias de Covas do Barroso, Romainho e Muro são reconhecidas como Património Agrícola Mundial pela FAO, pela sua paisagem cultural e pelo seu sistema agroflorestal milenar. O prejuízo estende-se à população regional, que depende da agricultura, da pecuária e da apicultura para a sua subsistência e identidade. A mina irá comprometer a qualidade dos solos, das pastagens, das culturas e dos produtos locais, afetando a saúde dos animais e das pessoas. A mina irá também afetar negativamente o turismo rural e o património histórico-cultural da região. A produção de enormes quantidades de resíduos sólidos (cerca de 300 milhões de toneladas), que serão depositados em escombreiras a céu aberto, sem garantias de estabilidade ou impermeabilização. Estas escombreiras representam um risco elevado de erosão, deslizamento e lixiviação, podendo provocar acidentes graves e danos ambientais irreparáveis. O EIA não apresenta soluções para a gestão dos resíduos sólidos e líquidos gerados pela mina, nem para a recuperação paisagística e ambiental credíveis da área afetada após o encerramento da mina. O EIA não garante a segurança e a estabilidade das escombreiras de rejeitos, que representam um elevado risco ambiental e humano em caso de rutura ou infiltração. A mina terá um elevado consumo energético e contribuição para as alterações climáticas. Tanto a fase de construção como a de laboração usam máquinas, camiões e outros equipamentos dependentes de fontes fósseis de energia, contribuindo para as emissões de gases com efeito de estufa e para o aquecimento global. Além disso, a mina provocará a perda de coberto vegetal e solo orgânico, reduzindo a capacidade de sequestro de carbono da região. O EIA não quantifica as emissões associadas à mina nem propõe

medidas para reduzi-las ou compensá-las. O benefício duvidoso para o país, que não terá qualquer participação nos lucros da exploração mineira, nem qualquer garantia de abastecimento interno ou externo de lítio. A mina irá contribuir para o aumento das emissões de gases com efeito de estufa e para o incumprimento dos compromissos nacionais e internacionais em matéria de clima e biodiversidade. Face ao exposto, solicitamos que seja emitida uma Declaração de Impacte Ambiental desfavorável ao projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63063 Manuel Joaqim Botelho Lopes dos Santos em 2023-04-15

Comentário:

Considero que o projecto tem um impacto ambiental muito nefasto. Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63059 António Dias em 2023-04-15

Comentário:

Este projeto de exploração consome demasiada vida e tem demasiado impacto na Natureza para o benefício que traz. Existem locais com muito menor probabilidade de impacto natural no mundo que continuarão a ser explorados por isso só consigo ver uma ambição desmedida por lucro. Todas as vantagens económicas referidas não compensam nem sequer podem ser levadas a sério.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63005 Leonardo Viana em 2023-04-14

Comentário:

Como cidadão português expresso a minha discordância na ampliação de uma mina de exploração de lítio, um metal alcalino altamente poluente e reativo que pode comprometer o equilíbrio dos ecossistemas envolventes e a qualidade de vida dos demais habitantes. Com o aumento da produção de carros eléctricos e não só este interesse económico tem vindo a aumentar, mas é muito mais grave as consequências ambientais que tal acontecimento poderá provocar a longo prazo. Não estamos a resolver uma problemática, mas sim a criar outra de patamar mais elevado. Como tal, proponho o investimento em produção de hidrogénio verde que é até agora a alternativa mais sustentável e que de igual modo pode enriquecer o nosso país de uma forma limpa. A mudança deve ser feita para melhorar as condições atuais e não para as agravar. Atenciosamente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 63003 antonio colaço em 2023-04-14

Comentário:

Este projeto vai por em risco o modo de vida e sustentabilidade das aldeias que se encontram nos limites da area de exploracao. A accao da savannah ate ao momento junto das populacoes assim como junto das entidades reguladoras competentes tem revelado a completa falta de preocupacao para com os danos ambientais que serao causados se a exploracao avançar. So quem nunca visitou as aldeias que vao ser afetadas e o modo vida baseado na agricultura familiar da qual a maioria das pessoas sao dependentes pode defender este tipo de projeto de extração que vai causar uma enorme destruicao ambiental na area da mina e na sua envolvente, incluindo os cursos de agua e que terá influência em populacoes distantes como a da regiao metropolitana do Porto. Existem muitas mais razoes para nao aprovar e me por do lado de quem luta para parar este projeto e melhores informadas vozes que a minha para as enunciar. Estou e estarei do lado das populacoes para parar o projeto mesmo que este seja aprovado. Esta mina nao vai avancar sem o concentimento das populacoes afetadas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62914 Maria Fernandes Loureiro em 2023-04-14

Comentário:

Somos contra a mina. No dia em que eles vierem, teremos de sair daqui. Não queremos sair daqui. Queremos continuar a ter qualidade de vida para viver. Temos aqui os nossos empregos, trabalhamos cá. Com esta idade, onde haveremos de arranjar emprego? A qualidade de vida é a primeira razão para sermos contra a mina. Nós temos água boa, temos nascentes. Se eles vierem para aí, ficamos sem água – nem boa nem má. Vamos ficar sem a água toda. A nossa opção de vida foi ficarmos cá. No EIA, a companhia diz que têm lá os poços onde vão fazer as limpezas das lamas. Mas quando chover muito, quando vierem cheias, como é que eles podem garantir que seguram a água? Para além disso, aquilo não é lama natural. O meu marido trabalhou numa pedreira e sabe como funciona a tecnologia. A água sai para um poço, onde se deposita a maior parte da lama, e, para isso, leva cal viva. A cal é um produto quimico, que faz separar a água da lama. Ou seja, as águas ficariam com certeza poluídas. Uma outra razão para sermos contra são os explosivos e a poluição sonora. Nós chegámos a estar aqui, em Romainho, e, quando fizeram explosões na Mizarela, ouvimos e sentimos aqui. Abanou tudo, pareceu um tremor de terra. Quando explodem na Mina de Lousas, é igual. Como será quando as explosões acontecerem a escassos metros das nossas casas? Para além disso, temos uma vinha na área de concessão do projeto. Temos batatas, cebolas, pimentos, morangos, figos, amêndoas, ameixoas, peras, pavieiras, pêssegos – tudo isto na área de concessão de mina. Temos ainda uma carvalha centenária na área de concessão. Mesmo que não fosse na área de concessão, nós não poderíamos produzir porque os alimentos iam todos ficar contaminados. Eles prometem tudo, mas nós vemos pelo comportamento deles que eles não irão cumprir. Eles mentiram muito quando chegaram. Entretanto, nos últimos tempos, eles já andam a passar com camiões e nós vemos que eles não cumprem com aquilo que dizem prometer. Eles dizem que vão pôr chuveiros a regar os furos, mas isso é simplesmente absurdo. Entre Covas e Dornelas, a companhia já anda a tirar feldespato. Do lado de Canedo, também andam a tirar. Eles passaram aqui por Romainho com camiões e rebentaram-nos com a estrada toda. Para os tirar daqui, vimo-nos atrapalhados, tivemos de chamar a GNR e tudo. Nós já vemos que este comportamento deles não cumpre com regras ambientais e de segurança. Por isso, somos contra a mina e pedimos que a APA dê PARECER DESFAVORÁVEL.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62888 Benjamim Barroso em 2023-04-14

Comentário:

Somos a 100% contra a mina. Somos contra porque, quando eles movimentarem centenas de camiões por dia, haverá ruído e poluição. A mina vai-nos dar prejuízo, pois os agricultores vão perder subsídios. Mesmo o preço que a companhia está a pagar pelos terrenos é uma insignificância. O pior é se eles se instalam, pois poderá acontecer como aconteceu em Ribeira de Pena, com a Iberdrola, em que as pessoas tinham boas casas e tiveram de ir viver para contentores. A forma como a companhia chegou diz muito sobre eles e sobre as suas más intenções. Quando vieram fazer as plataformas, eu fui dos primeiros a ser levado... Nós, na boa fé, fomos deixando furar. Na boa fé, deixei-os furar num lameiro de feno, e fui enganado. Agora, ninguém confia neles. Se eles quiserem mexer em alguma coisa não podem que nós não

deixamos. Peço à APA que dê um parecer DESFAVORÁVEL.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62868 Ana Maria Sanches em 2023-04-14

Comentário:

Sou contra a mina porque temos a vida toda aqui, temos tudo aqui, fomos criados cá. Por isso, não queremos sair daqui. Aqui, temos ar puro e um ambiente sossegado. Depois deste sossego, não se encontra outro igual... É por este sossego e ar puro que eu e a minha família não saímos daqui. Organizámos toda a nossa vida aqui, temos os nossos animais. Se a mina vier, vamos com eles para onde? Para Boticas, para o meio da vila? Toda a minha família está cá: a minha mãe, irmão, cunhada, toda a gente mais chegada está cá. O meu tio que esteve em França muitos anos regressou agora também. Mesmo as pessoas que se reformaram passam cá muito tempo. Vamos sair daqui? Não queremos. Vamos fazer tudo para travar esta mina.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62861 Grim em 2023-04-14

Comentário:

Nao as minas, sim à vida

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62860 Anneleen em 2023-04-14

Comentário:

Criminal! Nao as minas! A destruccao da terra para um pouco de dinheiro nao é aceptavel.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62824 Bertília da Cruz em 2023-04-14

Comentário:

Tenho 88 anos e sempre morei em Romainho. A mina só trará mal para a população e para todos. Estavamos cá tão bem e vêm mexer connosco. Sempre trabalhei no campo, nunca tive outro emprego. Nós aqui colhemos de tudo um pouco. E se for assim, se a mina vier, o que é que vamos colher? Sem água, como podemos trabalhar a terra? E a hortaliça com aquele pó da mina, como é que fica? Fica toda contaminada. Com a mina, a intenção é mesmo acabar com as pessoas de idade mais depressa... Esse pó mata as pessoas mais velhas. Eles falam de barreiras que protegem do pó, mas isso é ridiculo. Os meus bisnetos vieram morar para cá para ao pé de nós. Saíram da cidade para procurar melhor qualidade de vida. Agora podem andar pelas ruas à vontade... Se a mina vier, como será? Esperemos que a mina não venha. E espero que a APA diga que NÃO a este projeto mineiro.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62820 Lucília Loureiro em 2023-04-14

Comentário:

Eu moro em Romianho e sou contra mina. Eles não têm de vir destruir o que é nosso. Temos uma boa qualdiade de vida, nós vivemos da agricultura, comemos os alimentos que são bons, somos nós que os criamos aqui. Se eles nos vêm aqui tirar a água, elas ficam todas poluídas, e nós ficamos sem nada. Já tenho 73 anos e ainda hoje não tenho a minha casa acabada, tenho-a feito pouco a pouco, para não ter de sair daqui para fora. E agora vêm eles tomar conta disto?! Acho que é uma falta de respeito. Como vamos viver com esse pó, com esse barulho todo? A gente vive no nosso cantinho, e vive bem. Eles só vêm para nos fazer mal, não vêm fazer bem nenhum à aldeia. Nós bebemos água das torneiras, que ainda é melhor que a engarrafada. Se a mina for contruída, eles vão-nos tirar as nascentes todas... Como é que uma pessoa vai viver? Vai comprar a água? Para além disso, o projeto diz que eles podem necessitar de tirar as águas dos rios. Se eles tirarem as águas do rio, nós cá em cima, nas aldeias, ficamos sem nada. Quando precisarmos de regar os campos, vamos pedir à empresa que regue os nossos campos? Como podemos confiar nesta empresa? Nós, em Romainho, não estamos de acordo que eles aqui entrem. Eu não trabalho porque não posso, mas a maior parte da aldeia trabalha da agricultura. Como é que vão

sobreviver se a mina vier? Eu sou doente oncológica. Se a mina é construída, trará muito pó. Nesse caso, ou eu duro pouco tempo, ou terei de sair daqui. Para onde vou? Para a rua? Para debaixo de um ponte? Vou para outra casa? Não tenho dinheiro para comprar outra casa, mas, mesmo que tivesse, é nesta que eu vivo, é nesta que criei as minhas filhas, e agora os meus netos. Para onde vou se a mina abrir? Para o forno? Aqui há uns anos, um senhor da minha idade, que na altura tinha uns 45 anos, morreu a trabalhar numa pedreira. Apanhou com o pó nos pulmões e morreu. Imagina eu, se a mina vier, que moro mesmo em frente a ela... Não acho justo. Nem acho justo nem aceitamos que a mina venha. Eu não tenho salário nem reforma. Sou doente oncológica; tive de cortar o peito, parte do braço, não tenho força na mão e por isso não posso traalhar.oAo fim de ano e meio de baixa, cortaram-me a baixa; pedi reforma e não ma deram. Isso os governantes e os representantes da companhia não vêem! Só vêem para o lado deles... Eles haviam de cá viver, a 500 metros de uma mina... E iriam perceber o que isto significa. Romainho, onde eu vivo, é a aldeia que está mais em perigo. Caso a mina venha, esses barulhos, esses estrondos vão rachar as casas... e depois? Não é justo. Nao queremos que ela venha, e estamos na luta.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62782 Susana Loureiro Gomes em 2023-04-14

Comentário:

Sou contra este projeto mineiro porque não será bom para a saúde. Vivi em França 10 anos mudei-me de novo para a região do Barroso para viver na tranquilidade, com ar puro, e junto dos meus familiares. A mina iria perturbar isso. Se o projeto da mina for para frente, esta tornar-se-á numa zona de poluição, de muitos ruídos, com águas sujas. Ou seja, não haverá a mesma tranquilidade que havia nestas aldeias. Com os ruídos que vamos ter, de noite e de dia, com as águas poluídas, as crianças não vão poder andar na estrada com a mesma tranquilidade pelas ruas porque haverá camiões a passar com muita frequência, o que colocará em causa a segurança das crianças e pessoas mais idosas. Grande parte dos meus rendimentos são rendimentos agrícolas e, se a mina andar para a frente, se nos tiram estes terrenos agrícolas, ficarei sem trabalho. Regressei da França para me reinstalar, comprei uma casa, investi dinheiro e, se a mina andar para a frente, nunca irei recuperar este investimento, pois a casa vai desvalorizar... Sou veemente contra a mina e espero que a Agência Portugeusa do Ambiente seja fiel aos seus valores de proteção ambiental e dê um parecer DESFAVORÁVEL.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62686 Daniel Costa em 2023-04-14

Comentário:

Esta reformulação é insuficiente e insatisfatória, pois não altera vários aspetos críticos e negativos do projeto. O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) apresentado é insuficiente, incompleto e enviesado, pois não avalia adequadamente os impactos negativos da mina a céu aberto, nem propõe medidas de minimização ou compensação eficazes e credíveis. Trata-se de uma ameaça grave e irreversível para o ambiente, para a saúde pública e para o património cultural e natural da região e do país. A destruição da biodiversidade local e regional, que inclui espécies protegidas e endémicas, habitats prioritários e áreas da Rede Natura 2000. O EIA não avalia adequadamente os efeitos da mina sobre estas espécies e os seus habitats, nem propõe medidas eficazes para a conservação de espécies como o mexilhão-de-rio, a gralha-de-bico-vermelho e o lobo-ibérico, que habitam na zona afetada pela mina e que estão ameaçadas pela destruição do seu habitat, pela poluição sonora e atmosférica e pelo aumento do tráfego rodoviário. A mina irá afetar diretamente 593 hectares de terreno, mas os seus efeitos indiretos serão muito maiores, pela fragmentação e alteração dos ecossistemas, pela poluição atmosférica, sonora e luminosa, pela introdução de espécies invasoras e pelo aumento do risco de incêndios. A contaminação e escassez dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, que são essenciais para a vida humana, animal e vegetal. A mina irá consumir grandes quantidades de água, provenientes de captações subterrâneas, reduzindo a disponibilidade para outros usos. Além disso, irá gerar efluentes líquidos contaminados com metais pesados, ácidos e outros poluentes, que poderão infiltrar-se nos solos e nos aquíferos ou ser arrastados pelas chuvas para os cursos de água, afetando os ecossistemas aquáticos e a disponibilidade e qualidade da água para consumo humano e agrícola. A mina implicará a alteração dos cursos de água existentes na área, bem como a produção de grandes quantidades de resíduos (estéreis e rejeitados) que serão depositados em escombreiras junto ao rio Covas. O EIA não apresenta uma caracterização adequada dos resíduos nem um plano de gestão dos mesmos que garanta a sua segurança e monitorização. Os prejuízos à população da região e do país, que verá o seu território devastado por uma atividade altamente poluente e invasiva, que compromete a sua saúde, o seu bem-estar e as suas atividades económicas tradicionais, como a agricultura e o turismo. A mina prevê uma exploração a céu aberto de lítio e outros minerais numa área de 593 hectares, que afetará diretamente quatro freguesias (Covas do Barroso, Dornelas, Vilar e Viveiro e Canedo) e indiretamente todo o território circundante. As aldeias de Covas do Barroso, Romainho e Muro são reconhecidas como Património Agrícola Mundial pela FAO, pela sua paisagem cultural e pelo seu sistema agroflorestal milenar. O prejuízo estende-se à população regional, que depende da agricultura, da pecuária e da apicultura para a sua subsistência e identidade. A mina irá comprometer a qualidade dos solos, das pastagens, das culturas e dos produtos locais, afetando a saúde dos animais e das pessoas. A mina irá também afetar negativamente o turismo rural e o património histórico-cultural da região. A produção de enormes quantidades de resíduos sólidos (cerca de 300 milhões de toneladas), que serão depositados em escombreiras a céu aberto, sem garantias de estabilidade ou impermeabilização. Estas escombreiras representam um risco elevado de erosão, deslizamento e lixiviação, podendo provocar acidentes graves e danos ambientais irreparáveis. O EIA não apresenta soluções para a gestão dos resíduos sólidos e líquidos gerados pela mina, nem para a recuperação paisagística e ambiental credíveis da área afetada após o encerramento da mina. O EIA não garante a segurança e a estabilidade das escombreiras de rejeitos, que representam um elevado risco ambiental e humano em caso de rutura ou infiltração. A mina terá um elevado consumo energético e contribuição para as alterações climáticas. Tanto a fase de construção como a de laboração usam máquinas, camiões e outros equipamentos dependentes de fontes fósseis de energia, contribuindo para as emissões de gases com efeito de estufa e para o aquecimento global. Além disso, a mina provocará a perda de coberto vegetal e solo orgânico, reduzindo a capacidade de sequestro de carbono da região. O EIA não quantifica as emissões associadas à mina nem propõe

medidas para reduzi-las ou compensá-las. O benefício duvidoso para o país, que não terá qualquer participação nos lucros da exploração mineira, nem qualquer garantia de abastecimento interno ou externo de lítio. A mina irá contribuir para o aumento das emissões de gases com efeito de estufa e para o incumprimento dos compromissos nacionais e internacionais em matéria de clima e biodiversidade. Face ao exposto, solicitamos que seja emitida uma Declaração de Impacte Ambiental desfavorável ao projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62682 Manuel Gaitas em 2023-04-14

Comentário:

Não às minas em Barroso!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62598 Cristina Persoli em 2023-04-13

Comentário:

Discordo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62552 Antonio Gomes Da Cruz em 2023-04-13

Comentário:

Discordância com o projeta da mina do Barroso Projeto destruidor da nossa terra

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62540 Alexia Dreau em 2023-04-13

Comentário:

Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62532 Maria Antunes em 2023-04-13

Comentário:

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Eget aliquet nibh praesent tristique magna sit amet. Purus sit amet volutpat consequat mauris nunc congue nisi vitae. Eget nulla facilisi etiam dignissim. Accumsan in nisl nisi scelerisque eu. Sed risus ultricies tristique nulla aliquet enim. Et pharetra pharetra massa massa ultricies. At ultrices mi tempus imperdiet. Erat imperdiet sed euismod nisi porta lorem mollis aliquam ut. Eu sem integer vitae justo eget magna. In massa tempor nec feugiat nisl pretium fusce id velit. Nunc aliquet bibendum enim facilisis gravida neque convallis a. Diam phasellus vestibulum lorem sed. Arcu vitae elementum curabitur vitae nunc sed velit dignissim. At elementum eu facilisis sed. Massa placerat duis ultricies lacus sed turpis. Sit amet mauris commodo quis imperdiet massa tincidunt nunc pulvinar. Aliquam faucibus purus in massa tempor nec feugiat nisl. Eget magna fermentum iaculis eu non diam phasellus vestibulum. Eget lorem dolor sed viverra ipsum nunc aliquet bibendum enim. Tincidunt arcu non sodales neque sodales ut. Tellus at urna condimentum mattis pellentesque id. Eget mi proin sed libero enim. Et netus et malesuada fames. Odio aenean sed adipiscing diam donec adipiscing tristique risus nec. Vulputate sapien nec sagittis aliquam malesuada. Ultricies lacus sed turpis tincidunt id aliquet. At quis risus sed vulputate odio ut enim. Tellus id interdum velit laoreet id donec ultrices tincidunt arcu. Tristique et egestas quis ipsum suspendisse. Eu mi bibendum neque egestas. Auctor neque vitae tempus quam pellentesque nec nam. Et ultrices neque ornare aenean euismod elementum nisi. Interdum velit euismod in pellentesque massa placerat. Morbi tempus iaculis urna id volutpat. Cras fermentum odio eu feugiat pretium nibh. Sit amet commodo nulla facilisi nullam vehicula ipsum. Aliquam purus sit amet luctus venenatis. Morbi tincidunt ornare massa eget egestas purus viverra accumsan in. Maecenas accumsan lacus vel facilisis. Interdum posuere lorem ipsum dolor sit amet consectetur. Tellus rutrum tellus pellentesque eu tincidunt tortor aliquam nulla facilisi.

Orci porta non pulvinar neque laoreet suspendisse interdum consectetur. Congue mauris rhoncus aenean vel elit scelerisque mauris pellentesque. Sem integer vitae justo eget. Quam lacus suspendisse faucibus interdum posuere. Feugiat in fermentum posuere urna nec tincidunt praesent. Laoreet suspendisse interdum consectetur libero id faucibus nisl tincidunt eget. Metus aliquam eleifend mi in nulla posuere sollicitudin aliquam. Non nisi est sit amet facilisis. Augue eget arcu dictum varius duis. Eget mi proin sed libero. Dignissim sodales ut eu sem. Vel eros donec ac odio tempor orci dapibus ultrices. In est ante in nibh mauris cursus mattis. Eget nulla facilisi etiam dignissim diam quis. Sit amet dictum sit amet justo donec enim diam vulputate. Nibh venenatis cras sed felis eget. Eu ultrices vitae auctor eu augue ut. Vel turpis nunc eget lorem dolor sed. Mattis enim ut tellus elementum sagittis. Et tortor at risus viverra adipiscing at. Et ligula ullamcorper malesuada proin libero nunc. Egestas pretium aenean pharetra magna. Sem viverra aliquet eget sit amet tellus cras adipiscing enim. Sem nulla pharetra diam sit amet nisl suscipit. Sapien faucibus et molestie ac feugiat. Vestibulum lectus mauris ultrices eros in cursus turpis. Augue mauris augue neque gravida in fermentum et. Mauris commodo quis imperdiet massa. Integer feugiat scelerisque varius morbi enim nunc faucibus a pellentesque.Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Eget aliquet nibh praesent tristique magna sit amet. Purus sit amet volutpat consequat mauris nunc congue nisi vitae. Eget nulla facilisi etiam dignissim. Accumsan in nisl nisi scelerisque eu. Sed risus ultricies tristique nulla aliquet enim. Et pharetra pharetra massa massa ultricies. At ultrices mi tempus imperdiet. Erat imperdiet sed euismod nisi porta lorem mollis aliquam ut. Eu sem integer vitae justo eget magna. In massa tempor nec feugiat nisl pretium fusce id velit. Nunc aliquet bibendum enim facilisis gravida neque convallis a. Diam phasellus vestibulum lorem sed. Arcu vitae elementum curabitur vitae nunc sed velit dignissim. At elementum eu facilisis sed. Massa placerat duis ultricies lacus sed turpis. Sit amet mauris commodo quis imperdiet massa tincidunt nunc pulvinar. Aliquam faucibus purus in massa tempor nec feugiat nisl. Eget magna fermentum iaculis eu non diam phasellus vestibulum. Eget lorem dolor sed viverra ipsum nunc aliquet bibendum enim. Tincidunt arcu non sodales neque sodales ut. Tellus at urna condimentum mattis pellentesque id. Eget mi proin sed libero enim. Et netus et malesuada fames. Odio aenean sed adipiscing diam donec adipiscing tristique risus nec. Vulputate sapien nec sagittis aliquam malesuada. Ultricies lacus sed

Anexos: 62532_output_2310.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62502 Rui em 2023-04-13

Comentário:

Se quiseres podes usar este texto... Podem usar este texto: “As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura."

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62495 Mario Paulo Nunes Inacio em 2023-04-13

Comentário:

Impacte ambiental será irreversível. Este projeto de mineração causará danos irreversíveis em toda a regiao

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62486 Ana Azevedo em 2023-04-13

Comentário:

Sou contra a destruição dos ecossistemas desta região de agricultura sustentável no interior norte de Portugal, onde as montanhas serão transformadas em crateras para a minagem do lítio. Para além da questão ética (que é o mais importante), será um escândalo nas redes sociais, e perante a União Europeia. Impensável nos dias de hoje.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62382 Inês Lima de Paiva Dias Rosas em 2023-04-13

Comentário:

O projecto não deve ser viabilizado sem um diálogo intensivo e sessões de informação esclarecedores à população e que tenham em conta as necessidades locais, afim de se encontrar um compromisso. Além disso não é uma questão de impacto local, mas sim nacional, europeu e global. Portanto é de relembrar aos decisores políticos que não é possível avançar com um projecto desta escala, impacto sem uma discussão aprofundada a nível nacional. É o mínimo que os cidadãos portugueses esperam de um procedimento dito legítimo e democrático.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62362 Inês Costa em 2023-04-13

Comentário:

A paisagem e a gente do Barroso não precisam disto; serão prejudicados por este projecto, na água e na vida, na saúde e nas práticas culturais, no sustento. À beira das suas casas será ruído incessante, poeira e água suja. Parem com este ultraje

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62316 Joana Rodrigues em 2023-04-13

Comentário:

Manifesto a minha discórdia face ao avanço das explorações mineiras de lítio em Covas do Barroso, por considerar um atentado aos recursos de valor inigualável daquela região. Não estamos mais em posição de ceder cegamente a interesses económicos ignorando o impacto colossal que uma exploração como está terá, numa Europa que diz querer tornar-se “mais verde”, “mais inclusiva”, “mais justa”.Não há nada neste projecto que justifique o dispêndio de água que este requer num país em plena seca.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62284 Joaquim Paulo Rodrigues em 2023-04-12

Comentário:

Discordo com esta utilização dos recursos naturais que não proteje as consequências ambientais que a extralção provoca.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62223 Xavier Marques Almeida d'Andrade Paes Xavier Paes em 2023-04-12

Comentário:

Não às Minas!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62140 Dídio Pestana em 2023-04-12

Comentário:

Discordo completamente no alargamento e na existência/criação da Mina do Barroso. 1. Será uma catástrofe ecológica que destruirá uma paisagem única com uma das maiores biodiversidades do país. 2. Não leva em conta o bem estar e a saúde das populações locais. 3. O lítio para uso em baterias é uma tecnologia que acabará em breve, como vários estudos apontam. (https://observador.pt/2023/04/01/1000-mais-energia-em-baterias-aquosas-sem-metais/?utm_term=Autofeed&utm_medium=Social&utm_source=Facebook#Echobox=1680391218) 4. Num mundo que se quer a caminhar para a sustentabilidade, produtos como baterias de lítio não fazem e não podem fazer parte pelo rasto de destruição que deixam. Não há minagem verde. 5. Quero um país que se digne a ser ecológico, que valorize o património natural e veja nele, não um entrave mas uma solução para a economia. 6. Não podemos andar a roubar o futuro às gerações vindouras.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62112 Joana Sá Couto em 2023-04-12

Comentário:

Boa tarde, como apresentado em anexo, existe um conjunto de questões metodologicas que me inquietam sobretudo relativo aos impactos sociais. Acredito que estes impactos sociais, mais o estatuto da FAO deveria ser motivo para impedir que este projecto vá em frente. Cumprimentos, Joana Sá Couto

Anexos: 62112_Parecer Sá Couto Mina do Barroso.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62090 Ana Cristina Gonçalves Rodrigues em 2023-04-12

Comentário:

Depois de ler os documentos aqui apresentados, não posso concordar com a ampliação de um projeto que só por si já é destruidor do habitat e causador de muita destruição ambiental. Na ampliação há vários parâmetros que ainda por cima se vêm agravados.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62076 Júlia Zuccon em 2023-04-12

Comentário:

Sou contra destruir este habitat natural

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62073 Tatiana Almeida em 2023-04-12

Comentário:

Sou completamente contra a destruição deste património.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62055 Cristina Rosa em 2023-04-12

Comentário:

Esta reformulação é insuficiente e insatisfatória, pois não altera vários aspetos críticos e negativos do projeto. O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) apresentado é insuficiente, incompleto e enviesado, pois não avalia adequadamente os impactos negativos da mina a céu aberto, nem propõe medidas de minimização ou compensação eficazes e credíveis. Trata-se de uma ameaça grave e irreversível para o ambiente, para a saúde pública e para o património cultural e natural da região e do país. A destruição da biodiversidade local e regional, que inclui espécies protegidas e endémicas, habitats prioritários e áreas da Rede Natura 2000. O EIA não avalia adequadamente os efeitos da mina sobre estas espécies e os seus habitats, nem propõe medidas eficazes para a conservação de espécies como o mexilhão-de-rio, a gralha-de-bico-vermelho e o lobo-ibérico, que habitam na zona afetada pela mina e que estão ameaçadas pela destruição do seu habitat, pela poluição sonora e atmosférica e pelo aumento do tráfego rodoviário. A mina irá afetar diretamente 593 hectares de terreno, mas os seus efeitos indiretos serão muito maiores, pela fragmentação e alteração dos ecossistemas, pela poluição atmosférica, sonora e luminosa, pela introdução de espécies invasoras e pelo aumento do risco de incêndios. A contaminação e escassez dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, que são essenciais para a vida humana, animal e vegetal. A mina irá consumir grandes quantidades de água, provenientes de captações subterrâneas, reduzindo a disponibilidade para outros usos. Além disso, irá gerar efluentes líquidos contaminados com metais pesados, ácidos e outros poluentes, que poderão infiltrar-se nos solos e nos aquíferos ou ser arrastados pelas chuvas para os cursos de água, afetando os ecossistemas aquáticos e a disponibilidade e qualidade da água para consumo humano e agrícola. A mina implicará a alteração dos cursos de água existentes na área, bem como a produção de grandes quantidades de resíduos (estéreis e rejeitados) que serão depositados em escombreiras junto ao rio Covas. O EIA não apresenta uma caracterização adequada dos resíduos nem um plano de gestão dos mesmos que garanta a sua segurança e monitorização. Os prejuízos à população da região e do país, que verá o seu território devastado por uma atividade altamente poluente e invasiva, que compromete a sua saúde, o seu bem-estar e as suas atividades económicas tradicionais, como a agricultura e o turismo. A mina prevê uma exploração a céu aberto de lítio e outros minerais numa área de 593 hectares, que afetará diretamente quatro freguesias (Covas do Barroso, Dornelas, Vilar e Viveiro e Canedo) e indiretamente todo o território circundante. As aldeias de Covas do Barroso, Romainho e Muro são reconhecidas como Património Agrícola Mundial pela FAO, pela sua paisagem cultural e pelo seu sistema agroflorestal milenar. O prejuízo estende-se à população regional, que depende da agricultura, da pecuária e da apicultura para a sua subsistência e identidade. A mina irá comprometer a qualidade dos solos, das pastagens, das culturas e dos produtos locais, afetando a saúde dos animais e das pessoas. A mina irá também afetar negativamente o turismo rural e o património histórico-cultural da região. A produção de enormes quantidades de resíduos sólidos (cerca de 300 milhões de toneladas), que serão

depositados em escombreiras a céu aberto, sem garantias de estabilidade ou impermeabilização. Estas escombreiras representam um risco elevado de erosão, deslizamento e lixiviação, podendo provocar acidentes graves e danos ambientais irreparáveis. O EIA não apresenta soluções para a gestão dos resíduos sólidos e líquidos gerados pela mina, nem para a recuperação paisagística e ambiental credíveis da área afetada após o encerramento da mina. O EIA não garante a segurança e a estabilidade das escombreiras de rejeitos, que representam um elevado risco ambiental e humano em caso de rutura ou infiltração. A mina terá um elevado consumo energético e contribuição para as alterações climáticas. Tanto a fase de construção como a de laboração usam máquinas, camiões e outros equipamentos dependentes de fontes fósseis de energia, contribuindo para as emissões de gases com efeito de estufa e para o aquecimento global. Além disso, a mina provocará a perda de coberto vegetal e solo orgânico, reduzindo a capacidade de sequestro de carbono da região. O EIA não quantifica as emissões associadas à mina nem propõe medidas para reduzi-las ou compensá-las. O benefício duvidoso para o país, que não terá qualquer participação nos lucros da exploração mineira, nem qualquer garantia de abastecimento interno ou externo de lítio. A mina irá contribuir para o aumento das emissões de gases com efeito de estufa e para o incumprimento dos compromissos nacionais e internacionais em matéria de clima e biodiversidade. Face ao exposto, solicitamos que seja emitida uma Declaração de Impacte Ambiental desfavorável ao projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 62001 Paulo Duarte Mourão em 2023-04-12

Comentário:

Rafael Carreira Esta reformulação é insuficiente e insatisfatória, pois não altera vários aspetos críticos e negativos do projeto. O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) apresentado é insuficiente, incompleto e enviesado, pois não avalia adequadamente os impactos negativos da mina a céu aberto, nem propõe medidas de minimização ou compensação eficazes e credíveis. Trata-se de uma ameaça grave e irreversível para o ambiente, para a saúde pública e para o património cultural e natural da região e do país. A destruição da biodiversidade local e regional, que inclui espécies protegidas e endémicas, habitats prioritários e áreas da Rede Natura 2000. O EIA não avalia adequadamente os efeitos da mina sobre estas espécies e os seus habitats, nem propõe medidas eficazes para a conservação de espécies como o mexilhão-de-rio, a gralha-de-bico-vermelho e o lobo-ibérico, que habitam na zona afetada pela mina e que estão ameaçadas pela destruição do seu habitat, pela poluição sonora e atmosférica e pelo aumento do tráfego rodoviário. A mina irá afetar diretamente 593 hectares de terreno, mas os seus efeitos indiretos serão muito maiores, pela fragmentação e alteração dos ecossistemas, pela poluição atmosférica, sonora e luminosa, pela introdução de espécies invasoras e pelo aumento do risco de incêndios. A contaminação e escassez dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, que são essenciais para a vida humana, animal e vegetal. A mina irá consumir grandes quantidades de água, provenientes de captações subterrâneas, reduzindo a disponibilidade para outros usos. Além disso, irá gerar efluentes líquidos contaminados com metais pesados, ácidos e outros poluentes, que poderão infiltrar-se nos solos e nos aquíferos ou ser arrastados pelas chuvas para os cursos de água, afetando os ecossistemas aquáticos e a disponibilidade e qualidade da água para consumo humano e agrícola. A mina implicará a alteração dos cursos de água existentes na área, bem como a produção de grandes quantidades de resíduos (estéreis e rejeitados) que serão depositados em

escombreiras junto ao rio Covas. O EIA não apresenta uma caracterização adequada dos resíduos nem um plano de gestão dos mesmos que garanta a sua segurança e monitorização. Os prejuízos à população da região e do país, que verá o seu território devastado por uma atividade altamente poluente e invasiva, que compromete a sua saúde, o seu bem-estar e as suas atividades económicas tradicionais, como a agricultura e o turismo. A mina prevê uma exploração a céu aberto de lítio e outros minerais numa área de 593 hectares, que afetará diretamente quatro freguesias (Covas do Barroso, Dornelas, Vilar e Viveiro e Canedo) e indiretamente todo o território circundante. As aldeias de Covas do Barroso, Romainho e Muro são reconhecidas como Património Agrícola Mundial pela FAO, pela sua paisagem cultural e pelo seu sistema agroflorestal milenar. O prejuízo estende-se à população regional, que depende da agricultura, da pecuária e da apicultura para a sua subsistência e identidade. A mina irá comprometer a qualidade dos solos, das pastagens, das culturas e dos produtos locais, afetando a saúde dos animais e das pessoas. A mina irá também afetar negativamente o turismo rural e o património histórico-cultural da região. A produção de enormes quantidades de resíduos sólidos (cerca de 300 milhões de toneladas), que serão depositados em escombreiras a céu aberto, sem garantias de estabilidade ou impermeabilização. Estas escombreiras representam um risco elevado de erosão, deslizamento e lixiviação, podendo provocar acidentes graves e danos ambientais irreparáveis. O EIA não apresenta soluções para a gestão dos resíduos sólidos e líquidos gerados pela mina, nem para a recuperação paisagística e ambiental credíveis da área afetada após o encerramento da mina. O EIA não garante a segurança e a estabilidade das escombreiras de rejeitos, que representam um elevado risco ambiental e humano em caso de rutura ou infiltração. A mina terá um elevado consumo energético e contribuição para as alterações climáticas. Tanto a fase de construção como a de laboração usam máquinas, camiões e outros equipamentos dependentes de fontes fósseis de energia, contribuindo para as emissões de gases com efeito de estufa e para o aquecimento global. Além disso, a mina provocará a perda de coberto vegetal e solo orgânico, reduzindo a capacidade de sequestro de carbono da região. O EIA não quantifica as emissões associadas à mina nem propõe medidas para reduzi-las ou compensá-las. O benefício duvidoso para o país, que não terá qualquer participação nos lucros da exploração mineira, nem qualquer garantia de abastecimento interno ou externo de lítio. A mina irá contribuir para o aumento das emissões de gases com efeito de estufa e para o incumprimento dos compromissos nacionais e internacionais em matéria de clima e biodiversidade. Face ao exposto, solicitamos que seja emitida uma Declaração de Impacte Ambiental desfavorável ao projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61943 Rafael em 2023-04-12

Comentário:

Esta reformulação é insuficiente e insatisfatória, pois não altera vários aspetos críticos e negativos do projeto. O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) apresentado é insuficiente, incompleto e enviesado, pois não avalia adequadamente os impactos negativos da mina a céu aberto, nem propõe medidas de minimização ou compensação eficazes e credíveis. Trata-se de uma ameaça grave e irreversível para o ambiente, para a saúde pública e para o património cultural e natural da região e do país. A destruição da biodiversidade local e regional, que inclui espécies protegidas e endémicas, habitats prioritários e áreas da Rede Natura 2000. O EIA não avalia adequadamente os efeitos da mina sobre estas espécies e os seus habitats, nem propõe medidas eficazes para a

conservação de espécies como o mexilhão-de-rio, a gralha-de-bico-vermelho e o lobo-ibérico, que habitam na zona afetada pela mina e que estão ameaçadas pela destruição do seu habitat, pela poluição sonora e atmosférica e pelo aumento do tráfego rodoviário. A mina irá afetar diretamente 593 hectares de terreno, mas os seus efeitos indiretos serão muito maiores, pela fragmentação e alteração dos ecossistemas, pela poluição atmosférica, sonora e luminosa, pela introdução de espécies invasoras e pelo aumento do risco de incêndios. A contaminação e escassez dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, que são essenciais para a vida humana, animal e vegetal. A mina irá consumir grandes quantidades de água, provenientes de captações subterrâneas, reduzindo a disponibilidade para outros usos. Além disso, irá gerar efluentes líquidos contaminados com metais pesados, ácidos e outros poluentes, que poderão infiltrar-se nos solos e nos aquíferos ou ser arrastados pelas chuvas para os cursos de água, afetando os ecossistemas aquáticos e a disponibilidade e qualidade da água para consumo humano e agrícola. A mina implicará a alteração dos cursos de água existentes na área, bem como a produção de grandes quantidades de resíduos (estéreis e rejeitados) que serão depositados em escombreiras junto ao rio Covas. O EIA não apresenta uma caracterização adequada dos resíduos nem um plano de gestão dos mesmos que garanta a sua segurança e monitorização. Os prejuízos à população da região e do país, que verá o seu território devastado por uma atividade altamente poluente e invasiva, que compromete a sua saúde, o seu bem-estar e as suas atividades económicas tradicionais, como a agricultura e o turismo. A mina prevê uma exploração a céu aberto de lítio e outros minerais numa área de 593 hectares, que afetará diretamente quatro freguesias (Covas do Barroso, Dornelas, Vilar e Viveiro e Canedo) e indiretamente todo o território circundante. As aldeias de Covas do Barroso, Romainho e Muro são reconhecidas como Património Agrícola Mundial pela FAO, pela sua paisagem cultural e pelo seu sistema agroflorestal milenar. O prejuízo estende-se à população regional, que depende da agricultura, da pecuária e da apicultura para a sua subsistência e identidade. A mina irá comprometer a qualidade dos solos, das pastagens, das culturas e dos produtos locais, afetando a saúde dos animais e das pessoas. A mina irá também afetar negativamente o turismo rural e o património histórico-cultural da região. A produção de enormes quantidades de resíduos sólidos (cerca de 300 milhões de toneladas), que serão depositados em escombreiras a céu aberto, sem garantias de estabilidade ou impermeabilização. Estas escombreiras representam um risco elevado de erosão, deslizamento e lixiviação, podendo provocar acidentes graves e danos ambientais irreparáveis. O EIA não apresenta soluções para a gestão dos resíduos sólidos e líquidos gerados pela mina, nem para a recuperação paisagística e ambiental credíveis da área afetada após o encerramento da mina. O EIA não garante a segurança e a estabilidade das escombreiras de rejeitos, que representam um elevado risco ambiental e humano em caso de rutura ou infiltração. A mina terá um elevado consumo energético e contribuição para as alterações climáticas. Tanto a fase de construção como a de laboração usam máquinas, camiões e outros equipamentos dependentes de fontes fósseis de energia, contribuindo para as emissões de gases com efeito de estufa e para o aquecimento global. Além disso, a mina provocará a perda de coberto vegetal e solo orgânico, reduzindo a capacidade de sequestro de carbono da região. O EIA não quantifica as emissões associadas à mina nem propõe medidas para reduzi-las ou compensá-las. O benefício duvidoso para o país, que não terá qualquer participação nos lucros da exploração mineira, nem qualquer garantia de abastecimento interno ou externo de lítio. A mina irá contribuir para o aumento das emissões de gases com efeito de estufa e para o incumprimento dos compromissos nacionais e internacionais em matéria de clima e biodiversidade. Face ao exposto, solicitamos que seja emitida uma Declaração de Impacte Ambiental desfavorável ao projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61755 Tiago Veloso em 2023-04-12

Comentário:

Sou a favor da não implantação da mina dado o enorme e brutal impacto ambiental que acarreta a sua implantação e funcionamento. A região e o país não precisam disto e na minha opinião as entidades decisoras correspondentes deverão opor-se ao projecto e a outros de cariz semelhantes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61746 Benoît Mégevand em 2023-04-12

Comentário:

Discordo deste projeto que é mais um ataque ao meio ambiente com a desculpa falaciosa de favorecer as energias renovaveis, que de renováveis só o nome têm, pois o lítio não é nem renovável nem sustentável. Além disso, a exploração do lítio faz-se em detrimento da utilização de solos florestais e agrícolas, provocando a contaminação dos solos por derrames de combustíveis e deposição de resíduos, alterando o normal escoamento das linhas de água e interferindo nos circuitos hidráulicos subsuperficiais, levando à acumulação de resíduos industriais nas águas freáticas. Por fim, as populações do Barroso e os seus descendentes serão, a prazo, as vítimas desta visão a curto prazo e que só serve os interesses das empresas extractoras.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61732 Debra Delglyn em 2023-04-12

Comentário:

Penso que esta proposta não tem em conta 4 assuntos muito importantes: 1) A extracção de lítio exige uma utilização muito elevada de água, enquanto muitas áreas de Portugal já estão a passar por condições de seca contínua. 2) O processo de extracção não só exige um elevado nível de entrada de água, como também gera elevados níveis de poluição que têm impacto no ambiente, mesmo depois da limpeza. 3) Este sítio encontra-se numa área de grande beleza natural e biodiversidade natural que será maciçamente afectada por extensas operações mineiras. 4) Esta é uma das muito poucas áreas em Portugal onde ainda se encontram lobos selvagens e as suas áreas devem ser protegidas. Acho que esta proposta deve ser recusada.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61719 inês em 2023-04-12

Comentário:

ide explorar o vosso olho do cu, chupistas do caralho.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61694 Mónica Baptista em 2023-04-11

Comentário:

Sim à vida Não ás minas!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61686 BrunoLavos Marques em 2023-04-11

Comentário:

Defesa das águas, das serras e da biodiversidade é totalmente prioritário e de interesse público. Qualquer exploração extrativista não SUSTENTÁVEL, Usada para fins económicos e de lucros privilegiados é um crime

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61675 João Alberto Ribeiro Pinto da Costa em 2023-04-11

Comentário:

Faltam alguns dias para manifestar a nossa discordancia com o projeto de mina do Barroso, e não só com likes mas de maneira mais concreta. Depois será tarde de mais. Aqui deixo o meu modesto contributo a consulta. E para quem quiser, apareçam em Tomar ! Um abraço solidário • Aos excelentíssimos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar à Vossa Excelências a minha discordância nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem;) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico;) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações;) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial;) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente;) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida.» Ora segue-se que o princípio mesmo de uma mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta de que uma mina resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas e na descaracterização permanente das paisagens. Se for preciso um exemplo, podemos citar o caso da mina de São Domingos, prova de que uma vez extraído o minério, o solo não se recompõe. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, uma mina em Covas do Barroso seria totalmente irresponsável e uma completa violação do dever fundamental de salvaguarda dos recursos naturais e da estabilidade ecológica. O direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República tem uma vertente humana, já que se trata de preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico e de solidariedade entre gerações. A zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-

se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura como um Sistema Importante do Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que apoiam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, pelo famoso queijo e pelo mel delicioso. Assim sendo, uma mina em Covas do Barroso é incompatível com o artigo 66 da Constituição da República. No mesmo sentido, o relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente indicou no seu relatório que "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61661 Teresa Gonçalves em 2023-04-11

Comentário:

Tenho uma posição desfavorável sobre a exploração de lítio no Concelho de Boticas, uma vez que contribuirá para a destruição de uma parte significativa do vasto património natural e paisagístico da região, acarretando também danos para as populações.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61645 Bárbara Proença em 2023-04-11

Comentário:

As pessoas que habitam e se dedicam a cuidar destes lugares merecem ter qualidade de vida, ser ouvidas. O impacto do extrativismo é geral, todos acabamos afetados.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61613 Maria do Carmo Pereira da Silveira em 2023-04-11

Comentário:

Aos excelentíssimos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar à Vossa Excelências a minha discordância nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da proteção das zonas históricas; f) Promover a integração de objetivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com proteção do ambiente e qualidade de vida.» Ora segue-se que o princípio mesmo de uma mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta de que uma mina resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas e na descaracterização permanente das paisagens. Se for preciso um exemplo, podemos citar o caso da mina de São Domingos, prova de que uma vez extraído o minério, o solo não se recompõe. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, uma mina em Covas do Barroso seria totalmente irresponsável e uma completa violação do dever fundamental de salvaguarda dos recursos naturais e da estabilidade ecológica. O direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República tem uma vertente humana, já que se trata de preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico e de solidariedade entre gerações. A zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura como um Sistema Importante do Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que apoiam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, pelo famoso queijo e pelo mel delicioso. Assim sendo, uma mina em Covas do Barroso é incompatível com o artigo 66 da Constituição da República. No mesmo sentido, o relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente indicou no seu relatório que "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU). Os responsáveis pelo projeto da mina tentaram justificar o projeto dizendo que o lítio europeu é necessário para a transição da Europa para a energia verde. Embora possa parecer ser esse o caso, os grandes projetos de extração de recursos que podem violar os direitos humanos em nome da transição verde são contrários ao desenvolvimento sustentável, como vários tribunais e comissões nacionais e

regionais concluíram recentemente. A extração de metais a céu aberto é ilegal em algumas das principais nações verdes, como a Costa Rica, devido aos impactos no ambiente e nos direitos humanos.” Para concluir, como indicado pelo relator Especial das Nações Unidas David R. Boyd, o quadro legislativo atual não permite garantir a proteção de zonas únicas como a do Barroso e seria difícil conciliar um histórico de liderança na área ambiental com a aprovação de uma enorme mina a céu aberto numa comunidade que é um exemplo globalmente reconhecido de desenvolvimento sustentável

Anexos: 61613_texto-participação-consulta-pública-barroso.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61446 Carlos Goncalves em 2023-04-11

Comentário:

Exmos. Senhores, Venho por este meio manifestar o meu total desagrado e consequente repúdio à alteração ao projeto de ampliação da Mina do Barroso, pelo facto de este projeto estar inserido na região de Barroso, uma das raras regiões da Europa com classificação Património Agrícola Mundial (apenas há 7), uma das mais ricas em biodiversidade do nosso país, com paisagens deslumbrantes, com um potencial turístico enorme e em que vive uma comunidade que se dedica à agricultura e fabrico de produtos alimentares tradicionais de reputação única em Portugal. Uma região onde se inserem das maiores reservas de água do Norte do país e que abastecem de água os concelhos de Braga, Barcelos, Esposende e ainda algumas zonas do distrito do Porto. Por estas e outras razões não enumeradas, não tenho interesse em ver a paisagem do meu país destruída por minas a céu aberto, que veem destruir o que temos de melhor, consumindo e contaminando águas em grande escala, contaminando e poluindo os solos, tornando-os inférteis e poluindo o ar com partículas contaminantes extremamente prejudiciais para a saúde. Não tenho interesse que destruam o que de melhor temos no nosso país! Respeitosos cumprimentos Jorge Barroso

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61430 Lurdes Barroso em 2023-04-11

Comentário:

Exmos. Senhores, Venho por este meio manifestar o meu total desagrado e consequente repúdio à alteração ao projeto de ampliação da Mina do Barroso, pelo facto de este projeto estar inserido na região de Barroso, uma das raras regiões da Europa com classificação Património Agrícola Mundial (apenas há 7), uma das mais ricas em biodiversidade do nosso país, com paisagens deslumbrantes, com um potencial turístico enorme e em que vive uma comunidade que se dedica à agricultura e fabrico de produtos alimentares tradicionais de reputação única em Portugal. Uma região onde se inserem das maiores reservas de água do Norte do país e que abastecem de água os concelhos de Braga, Barcelos, Esposende e ainda algumas zonas do distrito do Porto. Por estas

---

e outras razões não enumeradas, não tenho interesse em ver a paisagem do meu país destruída por minas a céu aberto, que veem destruir o que temos de melhor, consumindo e contaminando águas em grande escala, contaminando e poluindo os solos, tornando-os inférteis e poluindo o ar com partículas contaminantes extremamente prejudiciais para a saúde. Não tenho interesse que destruam o que de melhor temos no nosso país! Melhores cumprimentos, Lurdes Barroso

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61293 Mafalda gomes em 2023-04-11

Comentário:

O BARROSO É NOSSO

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61273 Mariana Rosa em 2023-04-11

Comentário:

Discordância.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61247 Tiago em 2023-04-11

Comentário:

A transição energética é uma preocupação global e uma emergência social. No entanto, o "sacrifício pelo bem maior" não pode ser acarretado com tão pouca noção dos limites ambientais e sociais deste projecto. Há que acentuar a diferença entre fazer uma transição com um mundo melhor e fazer a transição para um mundo melhor para 10% de nós.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61199 Jorge Oliveira e Sousa em 2023-04-11

Comentário:

Não era esta a decisão e comprovativo inicial

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61141 Tiago Dias em 2023-04-11

Comentário:

Face ao investimento do País no Hidrogénio Verde, não se justifica a degradação da paisagem Natural do País com o alargamento de Minas, que tragam consequências para a fauna e flora, bem como para os cursos de água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 61101 Joel em 2023-04-11

Comentário:

A nossa opiniao pouco interessa. A vossa unica preocupação chama-se dinheiro. Podiam, pelo menos, ter a corajem de nao perguntar. Nao precisam de ter vergonha na cara. Nunca tiveram, portanto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 60863 Rita Cruz em 2023-04-11

Comentário:

Nesta exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lt água/ano = 1 Milhão 580L/ Dia!!! Quando a Água é cada vez mais escassa, 2020 foi um dos anos em que houve momentos em que Portugal teve 75% do território Continental em seca Extrema. E as previsões não são de melhorias. Pois com a agricultura, pecuária e pesca intensiva, as previsões são de ainda mais secas no mundo. A extração dos minerais irá ali destruir todo o Ecossistema do lugar: do micro ao macro, desde o Lobo ibérico, aos pássaros, micro-organismos indispensáveis à biodiversidade do ecosistema e a todos os agricultores e população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 60706 Pedro Trevidic em 2023-04-11

Comentário:

Discordo totalmente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 60697 João Viegas em 2023-04-11

Comentário:

Discordo porque a AVALIAÇÃO DO PROJETO REFORMULADO NO ÂMBITO DO ARTIGO 16º DO RJAIA, é clara na identificação dos impactos negativos para a região, quando um dos aspetos positivos do projeto é o posicionamento estratégico de Portugal face às políticas europeias do lítio e o dinamismo do quadro socioeconómico, baseando-se unicamente no cumprimento das normas em Planos de Monitorização previstos, abrangentes e focando praticamente todos os fatores ambientais em análise, e ainda as Medidas Compensatórias propostas, focadas essencialmente na dimensão Social e de Recursos Hídricos do Projeto, num País deficitário em fiscalização e cumprimento de normas por parte de diferentes setores da sociedade Portuguesa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 60267 agnes canario em 2023-04-10

Comentário:

discordo completamente! o espaço é necessário para a biodiversidade da zona. Discordo completamente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 60184 João Caetano Ramalhosa Guerreiro em 2023-04-10

Comentário:

Discordância

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 60084 João Carvalho em 2023-04-10

Comentário:

Discordo devido ao impacto ambiental ser contraditório a toda a retórica que diariamente assistimos em torno de reduzir emissões, alterações climáticas, proteção ambiental, preservação da água potável. Não compreensível nem tão pouco aceitável que uma medida de proteção ambiental possa provocar um impacto negativo tão profundo no meio ambiente de onde se pretende retirar um minério. Não é aceitável que se lesem uns em detrimento de outros. o Meio ambiente é um bem comum a toda a sociedade e tem de ser protegido em toda a vertente. Há ainda muito a estudar e avaliar antes de se decidir sobre o que é um mal menor. Está ainda por comprovar que as baterias construidas com recurso ao Lítio sejam a resposta eficaz do futuro. Futuro esse que não pode ser comprometido sem garantias de vir a ser um beneficio para a Humanidade. É execrável a forma dissimulada como está a ser conduzida esta consulta publica.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 60003 João Marques Fernandes em 2023-04-10

Comentário:

Em total desacordo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 59607 Conceiçao Boavida em 2023-04-10

Comentário:

Discordo. É um crime ambiental. Os custos ambientais deste projecto são pesadíssimos para o presente e futuro das populações. Quanto a benefícios, vão todos para a empresa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 59600 alvarobareajulve@gmail.com em 2023-04-10

Comentário:

900 hectáres e mias de 570 milhões de litros de água por ano é destruir uma terra completamente, ainda mais num ecossistema de grande valor como é o Barroso, reserva agrícola que devia estar protegida contra a mineração há muito tempo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 59554 Elizabete Sousa em 2023-04-10

Comentário:

Não é difícil perceber o que uma mina de lítio a céu aberto pode fazer à paisagem e à saúde dos que vivem em seu entorno. Se dúvidas houvesse, o chumbo das organizações ambientais Zero e Geota bastava para nos colocar em alerta.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 59462 Pedro Vasconcelos em 2023-04-10

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 59375 MARIA CLARA DA CUNHA CALHEIROS DE CARVALHO em 2023-04-10

Comentário:

A mineração em causa representa um dano irreparável ao património natural, cultural, social e histórico desta região. Os benefícios serão recebidos essencialmente pelos promotores privados e pelo Estado central.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 59225 Fernando Silva em 2023-04-10

Comentário:

Não tenho dúvidas sobre o pedido! No entanto deve ser garantido o mínimo impacto no processo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 59166 David Félix em 2023-04-10

Comentário:

Por muitas que sejam as vantagens económicas, o impacto deste projecto trará enormes e pesadas consequências ambientais que serão irreversíveis. Num período em que tanto se fala de alterações climáticas e escassez de água, não faz qualquer sentido que sejam tomadas decisões contraditórias Estamos a falar de cerca de 900 hectares, predominantemente de floresta que serão destruídos. Áreas de presença do Lobo Ibérico e locais considerados "Património Mundial da Agricultura". Além de que foi estimado um consumo de 570 milhões de litros de água por ano. Algo preocupante numa fase em que a água potável começa a ser um bem cada vez mais escasso. Observando o exemplo de outras extrações de lítio em larga escala pelo mundo fora, o impacto no ar e contaminação das águas subterrâneas é algo igualmente preocupante.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58977 Helena Carneiroh em 2023-04-10

Comentário:

Morte a curto, médio e longo prazo. NÃO ÀS MINAS

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58960 Felisbela Magalhaes em 2023-04-10

Comentário:

As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura." "Aos excelentíssimos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar à Vossa Excelências a minha discordância nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento socioeconómico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da proteção das zonas históricas; f) Promover a integração de objetivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com proteção do ambiente e qualidade de vida.» Ora segue-se que o princípio mesmo de uma mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta de que uma mina resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas e na descaracterização permanente das paisagens. Se for preciso um exemplo, podemos citar o caso da mina de São Domingos, prova de que uma vez extraído o minério, o solo não se recompõe. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, uma mina em Covas do Barroso e Dornelas, seria totalmente irresponsável e uma completa violação do dever fundamental de salvaguarda dos recursos naturais e da estabilidade ecológica. O direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da

República tem uma vertente humana, já que se trata de preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico e de solidariedade entre gerações. A zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura A zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura como um Sistema Importante do Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que apoiam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, pelo famoso queijo e pelo mel delicioso. Assim sendo, uma mina em Covas do Barroso é incompatível com o artigo 66 da Constituição da República. No mesmo sentido, o relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente indicou no seu relatório que "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58947 Fernando antunes Amaral em 2023-04-09

Comentário:

Como mestre em Antropologia, como cidadão preocupado com a defesa da vida, como pessoa que visitou o lugar aonde se quer fazer esta mina, tenho a dizer que não se entende como é possivel. não é viavel, nem economicamente nem socialmente, muito menos ecologicamente. o legado da mineração em portugal é a prova de que não existem condições para haver mais minas. o extrativismo numa perspectiva economicista de eterno crescmento económico é uma falácia que está a levar ao fim da vida na terra. o lítio é uma tecnologia interessante, mas necessitamos de transportes publicos electricos sem baterias, em vez de alimentar uma industria privada de carros privados. são modelos do seculo passado. esta mina terá um enorme impacto a muito longo prazo numa altura em que já se espera enormes problemas com as águas. por isso não concordo com as aterações ao projecto pois não minimizam em nada os graves impactos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58912 Isabel Costa em 2023-04-09

Comentário:

Discordo. As soluções relacionadas com o impacto ambiental não convencem.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58838 Cláudia Teixeira Martinho em 2023-04-09

Comentário:

NÃO concordo! Em defesa e proteção da VIDA, acima de tudo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58819 Isabel Serôdio em 2023-04-09

Comentário:

Discordo totalmente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58793 Custódio montes em 2023-04-09

Comentário:

Oposição à mina do Barroso Além do que acrescento a final, mantenho o que já disse sobre anteriormente por se continuar a ser pertinente. A mina a céu aberto designada Barroso, a ser licenciada, representaria um prejuízo incalculável para a região. No estudo de impacto ambiental efectuado pela APA não se alude ao custo/benefício da referida mina e isso é indispensável. Os funcionários dessa instituição pública não conhecem o terreno nem avaliaram, como deviam, o malefício que adviria para a zona com uma mina das dimensões da projectada e, ainda para mais, a céu aberto. Como os recursos minerais são limitados, esta forma de alegadamente "defender o ambiente", é insustentável e não preserva o direito das gerações futuras ao uso do solo e da economia ecologicamente sustentada, como, aliás, nos foi deixada de geração em geração. De facto, como diz Carlos Leal Gomes, professor universitário da Universidade do Minho, Geólogo, "a

---

maior parte das nossas jazidas têm 0,5% de óxido de lítio", sendo necessárias grandes áreas de extracção para retirar algum valor económico. Além disso, esta acção representa uma enorme contaminação dos aquíferos pois "os sulfuretos contaminantes saídos das rochas encaixantes são prejudiciais às águas". E, no caso em análise, as lavarias seriam lançadas para o rio Bessa, que se junta ao rio Tâmega e depois ao rio Douro, cuja água é, também, para consumo humano. E isso, na denominada mina de Barroso, iria destruir toda a base da economia dessa região, bem como determinar a anulação da sua classificação como PATRIMÓIO AGRÍCOLA MUNDIAL, o que acabaria com o turismo, cada vez com mais ascensão. A distância da mina às aldeias onde ela se situaria é de 700 metros a Dornelas, 1800m a Vila Pequena, 650 m ao Antigo, 750 m a Covas de Barroso, 200m a Romainho, 400m a Muro, 1300m a Alijó e 800m a Lousas. Ora, o uso de explosivos, o barulho, as poeiras, a passagem de camiões de transporte, tornariam a vida impossível a todas essas aldeias, degradariam a paisagem, impediriam a abundante extracção de mel que nesta altura é uma das fontes de sobrevivência das populações, impediria as pastagens do gado barrosão pela ocupação dos baldios, impediria as receitas que os lavradores recebem do Estado, bem como, com se disse, o crescente turismo que estes lugares paradisíacos oferecem às gentes que cada vez mais os procuram, como, por exemplo, as camionetes de gente que no dia 20 de Janeiro de todos os anos se desloca a Covas de Barroso para degustar as carnes puras que são servidas na longa mesa da rua da aldeia. . Em subsídios agroambientais, os agricultores do Concelho de Boticas recebem, nas freguesias afectadas pela projectada mina, cerca de 1,5 milhões de euros. A área da mina afetará permanentemente esses subsídios em, pelo menos, 30%, ou seja, cerca de 450.000€. Se a empresa que se propõe explorar o lítio – a Savannah - concretizar a associação com a Galp ou com outra empresa para a produção de espodumena, passará a pagar à boca da mina, não os 3% previstos mas apenas 2%, entregando ao Estado cerca de 1,75 milhões de euros/ano. Esse montante será repartido, não com as populações afectadas mas com o respectivo município – Boticas. Mesmo que o município fique com metade desse valor – 875.000€ - dando metade aos agricultores afectados, estes recebem menos do que agora (apenas 437.500) e apenas durante a existência da mina, perdendo após isso, com a destruição, todo aquele montante de 450.000€. Por outro lado, muitos lavradores não terão possibilidade de continuar com as suas actividades, pelo que o que a mina paga não dá para se manter a economia como hoje existe nem jamais poderá voltar a ser o que hoje é. Além disso, as poeiras e detritos resultantes da mineração e da lavaria, afectarão os alimentos do gado, deteriorando a qualidade da carne barrosã, tão afamada a nível nacional e internacional. Acresce que a substituição dos carros movidos a gasolina e gasóleo por carros electricos não é sustentável pela limitação na natureza quer do lítio quer dos demais componentes das baterias. A poluição atmosférica dos carros eléctricos começa logo com as minas: Barroso que tanto tem feito pelo equilíbrio do planeta – Barragens, eólicas, sem nunca ter recebido nada em troca – vê-se agora ameaçado pela poluição da mineração e ainda para mais sabendo-se que a sua água é bebida por milhares e milhares de pessoas. Por outro lado, a maior poluição nem deriva dos carros de combustão, mas dos barcos (porta-contentores) e aviões que se manterão: só os 40 maiores Cargueiros do mundo poluem tanto como 760 milhões de automóveis do planeta, pois queimam, cada um deles, numa viagem de ida e volta da Ásia à Europa mais de 10.000 toneladas de combustível. E, dessa frota de cargueiros fazem parte mais 3.500 navios, havendo também 17.500 petroleiros, sendo 100.000 os navios que percorrem os mares. Sobre o mencionado, seguimos o pensamento de Carlos Tavares. E os plásticos que contaminam o mar? Além disso, ao que se consta, a m

Anexos: 58793_Mina do Barroso.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58707 José Luís Sousa Teixeira em 2023-04-09

Comentário:

Pouco esclarecimento às populações, Pouco tempo para consulta, Principalmente, os projectos vão mais prejudicar do que beneficiar as terras e as pessoas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58699 Zé Castro em 2023-04-09

Comentário:

Discordo com a ampliação da mina do Barroso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58691 Sónia Salgado em 2023-04-09

Comentário:

“As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura."

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58689 Joana Vieira em 2023-04-09

Comentário:

Não concordo com a ampliação da mina de Barroso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58638 Ricardo Nuno Pita Freitas em 2023-04-09

Comentário:

Exmos Senhores, É óbvia a razão da minha discordância relativamente a qualquer mina de lítio! É uma hipocrisia total por parte de toda a UE e do Governo português falar em reduções de CO2 e do consumo de combustíveis fósseis quando se destrói todos os anos florestas para explorar lítio e quando não é feito um verdadeiro combate aos incêndios.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58573 Maria Helena Farracho Florenço Sérgio em 2023-04-09

Comentário:

Porque água é vida e promordial à nossa existência, porque quero continuar a ver os campos cheios de flores, animais e vida e porque a nossa existencia depende da agua e da natureza e nao de economias extrativas que destroem tudo e nos deixam sem nada.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58493 Assunção em 2023-04-09

Comentário:

Concordo que se altere o projeto de ampliação das minas do barroso

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58484 India Mello em 2023-04-09

Comentário:

É surpreendente, dado às circunstâncias ambientais globais, que ainda haja iniciativas destas. Desalojamento de muitos para o lucro de muito poucos! Destruição da paisagem natural de Portugal para encher umas quantas carteiras. É nojento! Espanta-me o interesse não ser preservar estes lugares tão importantes EM TODOS OS NÍVEIS. Espero que está iniciativa medonha não vá para a frente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58478 Andreia Rodrigues em 2023-04-09

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58375 Francesca Esposito em 2023-04-09

Comentário:

Descordo com o projeto apresentado pelos impatos que vai ter na vida das comunidades e ecosistemas locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58367 Paulo Torres em 2023-04-09

Comentário:

Zona classificada não é para ser intervencionada por empresas mineiras

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58175 Maria Mota em 2023-04-08

Comentário:

Pretendo protestar o avanço do projecto "Mina do Barroso", sendo inconcebível a sua realização quando esta representa danos irremediáveis para o ambiente e irá prejudicar as populações que habitam nesta área, incluindo eu própria. Desde a falta de transparência da empresa Savannah na comunicação do plano do projecto e minimização do risco que representam as escombreiras e possível situação catastrófica caso a falha delas contamine as águas dos rios locais; à poluição do ar, sonora, da água, dos solos, destruição do pátrimonio cultural e agricola, são apenas algumas das razões pelas quais este projecto não deverá nunca realizar-se. O extrativismo não é solução para a crise climática e apenas beneficia as indústrias oportunistas às quais a vida humana está abaixo do lucro. Vida sim, minas não!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 58124 Ana Ribeiro em 2023-04-08

Comentário:

Não aceito que sabendo o impacto futuro destas atividades no ambiente e ecossistemas. Não devem avançar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 57928 Manuel Cruz em 2023-04-08

Comentário:

Não vale tudo em nome da economia, ainda para mais quando o valor acrescentado fica no estrangeiro (a produção de baterias não será em Portugal). Uns ficam com os problemas ambientais e os outro com o lucro. É preciso também ter em conta que a forma de exploração do Lítio na forma de precipitado, como acontece no Chile é muito mais rentável e acarrente menos custos de exploração. Numa altura em que as baterias de Sódio se apresentam como uma alternativa viável às baterias de lítio seria util começar a pensar em tirar partido da nossa costa e apostar na dessalinização da água do mar para consumo humano aproveitando o sódio para as baterias.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 57919 Alexandre Lima em 2023-04-08

Comentário:

O ser humano sempre aproveitou recursos que estavam ao seu alcance para melhorar as suas condições de vida. Na altura em que era coletor e por isso nómada, foi alterando a paisagem de uma forma muito leve e até impercetível. Mas já nessa altura começou a utilizar ferramentas produzidas a partir de recursos geológicos, sendo a mais famosa a utilização do sílex. Nessa altura, o homem começa a alterar o seu meio-ambiente. Na evolução da humanidade há um salto tecnológico quando percebe que pode utilizar os metais em seu benefício. A utilização do cobre, a partir da metalurgia de vários minerais, quer em adornos, quer em ferramentas, passa a ser generalizado, por exemplo, na Europa. Em Portugal, certamente começou no sul do País, há mais de 5000 anos. E ainda nos dias de hoje, as minas de Neves-Corvo e Aljustrel são um forte alicerce do desenvolvimento do Alentejo, mas também de todo o país. As minas de Aljustrel (que tiveram exploração a céu aberto e agora é subterrânea há muitos anos) tiveram um forte desenvolvimento durante a Época Romana, e desde essa altura até ao século XX, a sua exploração não seguia regras ambientais, pois não havia legislação nem preocupações ambientais que a isso a obrigassem. Já o exemplo das Minas de Neves-Corvo, que abriu no final da década de 80 do século passado, quando Portugal já pertencia à União Europeia (e por isso sujeita às suas regras ambientais) é um exemplo mundial de respeito pela Natureza. Já no século passado foram fonte de desenvolvimento das zonas interiores de Portugal, da qual se destaca a zona do Barroso. Até aos anos 60 do século passado, principalmente durante a primeira e segunda guerras mundiais, foram fonte de sustento nesta região e conviveram com as outras atividades humanas, como a agricultura e a pecuária de uma forma complementar, ajudando a que esta região fosse sustentável do ponto de vista territorial e humano. Nos trabalhos de campo, que faço na região há mais de um quarto de século, são inúmeras as histórias de homens e mulheres que viveram nesta terra graças ao sustento complementar dado pelas minas. Quando o minério deixou de ter valor, tiveram que emigrar, e alguns ficaram pelo estrangeiro e não mais voltaram, por não haver condições boas na região para pessoas idosas viverem, com as condições que usufruem nos países estrangeiros de acolhimento. Atualmente em Portugal já existem explorações de pegmatitos com lítio para a indústria cerâmica e vidreira, em filões onde minerais de lítio estão presentes como a espodumena. Mas a sua utilização pode vir a ser mais nobre, com maior valor acrescentado. A utilização das reservas certas de teor superior a 1% de Li_2O nos filões ricos em espodumena na região do Barroso, deveria ser aproveitada como proximamente entrará em laboração na Finlândia a primeira mina de lítio para a obtenção de compostos para baterias a partir da espodumena. Refira-se que os teores de lítio e as reservas são equivalentes às já identificadas em Portugal na região do Barroso-Alvão, pelo que no nosso país se deve também estudar e fomentar a utilização das suas melhores reservas na obtenção deste componente para as baterias. Esta indústria mineira, para além de ser praticamente não poluente quando comparada com a indústria mineira do passado em Portugal, terá a característica de ser limitada no espaço físico e temporal, sendo associada a uma indústria transformadora do lítio a desenvolver nas mesmas regiões do interior (das mais pobres do país e da Europa). Poderá até ser considerada como uma das soluções para ajudar a diminuir a desertificação populacional e o empobrecimento económico nestas regiões. O que consegui ler deste projeto, tem as condições mínimas para ser aceite do ponto de vista ambiental, falta agora ver se tem aceitação social, mas sem dúvida pode ser um motor de desenvolvimento num local que continuamente tem perdido população nas últimas 6 décadas. Vamos acreditar que se pode construir uma uma mina moderna numa região com tradição mineira ancestral.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 57912 Tiago Dias em 2023-04-08

Comentário:

O projeto para a mina de Barroso, viola as leis da União Europeia, da ONU danificando uma terra que é património agrícola, irá poluir rios como o de covas e o Beça que são usados para agricultura causando graves prejuízos aos agricultores e á saúde humana e animal, não avancem com este projeto irão arruinar uma região inteira e as populações e o país não irão ganhar nada com este projeto!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 57885 Sofia Chiquilho em 2023-04-08

Comentário:

!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 57834 Dylan Lebecki em 2023-04-08

Comentário:

Nao concordo com a ampliacao da Mina do Barroso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 57818 Joaquim Guimarães em 2023-04-08

Comentário:

Mentirosos e hipócritas. Não cumprem o "rigor ambiental".

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 57803 Luís Nuno Sousa Martinho Soares Barbosa em 2023-04-08

Comentário:

Os interesses particulares não se podem sobrepor aos direitos populares

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 57786 Juliana Costa em 2023-04-08

Comentário:

O projeto não deve ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 57676 Inês Sofia Rodrigues Luzio em 2023-04-08

Comentário:

Participo a minha discordância sobre o projeto em questão. Cumprimentos,

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 57625 Francisca Rodrigues em 2023-04-08

Comentário:

A Mina do Barroso, um projeto de mina de lítio a céu aberto que já recebeu "não conformidade" pela Agência Portuguesa do Ambiente 2 vezes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 57554 Miguel em 2023-04-08

Comentário:

Não se arrasa com um ecossistema, uma cultura e património agrícola classificado por uma tecnologia temporária para transportes de uso singular!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 57543 Pedro Nuno Monteiro Oliveira em 2023-04-08

Comentário:

A ampliação da mina vai criar um problema de falta de água na região, que aparentemente já se verifica desde que a mina iniciou a sua actividade . Na proposta de ampliar a mina, a empresa deveria ser responsável por criar a sua própria independência no que diz respeito às suas necessidades de água para o desempenho da sua actividade, sendo que em nenhum momento as reservas de águas públicas fossem utilizadas, nem contaminadas pela sua acrividade.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 57528 Luís Gaifém em 2023-04-08

Comentário:

É um atentado ambiental

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 57309 Hugo Maioto em 2023-04-07

Comentário:

Discordo desta forma de exploração e mineração que, disfarçada de ecológica, é muito nociva para o ambiente, reservas aquíferos e para a população em geral Digo NÃO às minas de lítio, seja em que parte for, dado que já se desenvolveu tecnologia para o uso de hidrogénio, que é, até ao momento, o tipo de energia mais limpo. Apostem sim, no desenvolvimento de tecnologias para o uso do hidrogénio, pois encontra-se facilmente no ar e na água!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 57270 Fernanda em 2023-04-07

Comentário:

Discordo da exploração mineira na região e consequebte destruição da natureza e meio rural.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 57129 Jorge Castanheira em 2023-04-07

Comentário:

Este programa não contempla qualquer benefício nas zonas intervencionadas. Pelo contrário, estas zonas serão afectados pela ampliação das minas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 56946 Rodrigo Gonçalo Figueira Silva em 2023-04-07

Comentário:

Não à extração insustentavel!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 56935 José Santana em 2023-04-07

Comentário:

Não se pode destruir um valioso património natural nem afetar de forma irremediável o bem-estar das populações em nome de um suposto benefício ambiental global. As populações rurais, apesar de pouco numerosas, têm direito à sua vida, são portugueses de pleno direito. As reservas de lítio em Portugal não têm qualquer relevância à escala mundial e todo o processo de extração terá um custo muito elevado face ao que é extraído América do Sul, retirando-nos competitividade nos mercados mundiais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 56706 Pedro Silva em 2023-04-07

Comentário:

Não às minas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 56565 Filipa Nunes em 2023-04-07

Comentário:

Discordância

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 56243 Rita Leite em 2023-04-07

Comentário:

Concordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 55878 Sofia Silva em 2023-04-06

Comentário:

Para alem da destruicao do patrimonio natural, a sobreexploracao sem ter em conta o ambiente , é tambem uma afronta aos cidadaos de tras os montes e dessa regiao

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 55759 Sofia Peixoto em 2023-04-06

Comentário:

é desumano que aceitem matar a vida, o tecido social, a água por interesses económicos! Vergonha! Totalmente contra a exploração de minas de litio no barroso pela destruição e impacto ambiental que irá ter não só na zona de boticas como para todas as pessoas de portugal!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 55565 Mafalda Pinto em 2023-04-06

Comentário:

Minas não!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 55562 Esther Garrido Gago em 2023-04-06

Comentário:

O Barroso é uma Área de Patrimonio Agricola Mundial. Milhares de pessoas dependem da produção agrícola da região. Existem imensas espécies de insectos autóctonas únicas no mundo nessa região. E é onde se encontram os principais aquíferos da região de Trás os Montes. A qual é conhecida pelas suas águas termais o que acontecerá a todos os negócios que dependem do turismo que vem pela paisagem da região e as águas termais uma vez que a mina destrua tudo. E ainda por cima uma companhia estrangeira que daqui a uns anos quando não for rentável vai embora e deixá-los a nós uma terra morta da qual já não se pode viver. Por isso sou contra a Mina

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 55523 Inês em 2023-04-06

Comentário:

discordo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 55451 Ana Beatriz Rodrigues em 2023-04-06

Comentário:

Como em seguida transcrevo a partir do Rela´torio do Estudo de Impacto Ambiental será amplamente afectado pela exploração mineira, e levará à transformação de rios em lagoas ou lagos, o que implica um grande impacto ao nível do ecossistema. Uma vez que, sistemas lagunares têm tendÊncia a deteriorar-se, ambientalmente, eutrofizar, levando à degradação de ecossistemas que, de outro modo, seriam saudáveis: "Apesar destas medidas contribuírem de certa forma para minimizar os impactes sobre os recursos hídricos, há situações em que os impactes não poderão ser minimizados. Exemplo disso é a destruição dos cursos de água afluentes do rio Covas que vão ser diretamente afetados, cujo impacte vai fazer-se sentir para lá do período de exploração previsto, pois apesar das medidas propostas não será possível repor o leito original e respetiva galeria ripícola, ficando o território onerado com uma rede drenagem artificializada, com eventuais necessidades de manutenção mesmo após a fase de exploração e potenciais implicações no estado da massa de água." "A criação das lagoas nas cortas do Grandão e Reservatório na fase de desativação, poderá mesmo contribuir para uma deterioração da qualidade das águas superficiais, dado que o regime de escoamento será alterado de um regime lótico para um regime lêntico." Espécies aut´cctones e classificadas de "em perigo" segundo a lista vermelha das espécies, também serão afectadas pelas actividades de minaração, uma vez

---

que a mina localizar-se-ia na área vital das alcateias da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 55212 Cláudia em 2023-04-06

Comentário:

As minas a que nos referimos são a de Montalegre e a de Covas do Barroso. 16 milhões de litros é 12 vezes mais do que que é consumido pelas populações locais. Portanto, em apenas um ano, as minas irão gastar aquilo que a população demoraria 12 anos a consumir.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 55191 Maria Amélia Houart em 2023-04-06

Comentário:

Há uma multinacional prestes a destruir cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Patrimó nio Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, Trás-os-Montes. Este é um dos poucos lugares na Europa onde ainda se pratica uma agricultura sustentável. Nesse exploração, a empresa rira precisar de 570 milhões de litros de água por ano, quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal particularmente. Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar. Como tal, é absolutamente inaceitável que este projecto avance. A minha posição é de total oposição ao projecto!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 55093 Miguel Duque Couto em 2023-04-06

Comentário:

Ativar uma mina numa região classificada como Património Agrícola Mundial pela FAO?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 55042 Lina Oliveira em 2023-04-06

Comentário:

A exploração de minas de lítio no Barroso cobstitui um atentado ambiental e também civilizacional, pois, além do prejuízo sabido para a flora, a fauna e todos os ecossistemas numa extensão significativa do território, irá destruir as formas de vida tradicionais das populações locais. O lítio não é uma firma de energia ecológica e sustentável, nem no Barroso, nem em nenhuma outra parte do mundo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 54826 Rute Luís em 2023-04-06

Comentário:

discordancia

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 54154 Sandra Vilas Boas em 2023-04-06

Comentário:

Não é difícil perceber o que uma mina de lítio a céu aberto pode fazer à paisagem e à saúde dos que vivem em seu entorno. Se dúvidas houvesse, o chumbo das organizações ambientais Zero e Geota bastava para nos colocar em alerta.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 54119 Rúben Mauro Brandão Machado Gonçalves em 2023-04-06

Comentário:

O valor dos recursos naturais e sociais associados à região é incomensurável quando comparado ao valor do minério que será extraído. É totalmente obliterada a voz e a posição da comunidade que está há gerações arreigada ao território, o impacto de uma obra deste impacto é avassaladoramente destrutivo, poluente e irreversível.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53972 MARIA VAN ZELLER DE AZEREDO em 2023-04-06

Comentário:

concordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53785 Ana Brito em 2023-04-06

Comentário:

Discordo!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53686 Sofia Marques em 2023-04-06

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53615 Marta Moreira em 2023-04-06

Comentário:

Não é difícil perceber o que uma mina de lítio a céu aberto pode fazer à paisagem e à saúde dos que vivem em seu entorno. Se dúvidas houvesse, o chumbo das organizações ambientais Zero e Geota basta para nos colocar em alerta.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53395 Rita Patrícia da Cunha Maia em 2023-04-06

Comentário:

Não concordo com a exploração das minas.é prejudicial para o ambiente e para a saúde pública dos locais

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53169 Ana Inês Miguel Alves em 2023-04-06

Comentário:

Em completa discordância com este projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53155 Carlota Houart em 2023-04-06

Comentário:

Caríssimos membros da Comissão de Avaliação, Venho por este meio comunicar a minha total oposição à Mina do Barroso. Em plena crise climática, num cenário de crescente perda de biodiversidade e de destruição de ecossistemas; e numa época em que múltiplas comunidades humanas se vêem confrontadas com os vários desafios socio-económicos impostos por esta crise, é impensável levar a cabo um projeto de mineração que destruiria cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, e que requereria o uso de 570 milhões de litros de água por ano. A 28 de Julho de 2022, a Organização das Nações Unidas votou (com uma larga maioria em apoio) para declarar o direito humano universal a "viver num ambiente limpo, saudável e sustentável". Este direito não pertence, aliás, apenas às comunidades humanas mas a todos os seres vivos que habitam o Planeta Terra. A Constituição da República Portuguesa também prevê, no artigo 66, que "Todos têm direito a um ambiente de vida [humano], sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este é um direito fundamental. Em relação a este artigo existe uma lista de deveres que permitem garantir tal direito, de acordo com a qual: "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana,

designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida." Uma mina é absolutamente incompatível com o direito fundamental a um ambiente saudável, sustentável, e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República. Pela destruição de ecossistemas e uso excessivo de água já referido acima, é indefensável querer construir uma mina (ainda por cima uma da dimensão e magnitude previstas para a do Barroso) em pleno ano de 2023. O caso da mina de São Domingos é um exemplo claro de que, uma vez extraído o minério, o solo não se recompõe. A nível internacional existem múltiplos outros casos ilustrativos dos danos de longo prazo, muitas vezes permanentes, causados por minas (por exemplo, a mina de Chuquicamata no Chile, que é a maior mina de cobre a céu aberto do Mundo; a mina de Garzweiler, na Alemanha; ou a mina de Bingham Canyon, no Utah, EUA, que é a maior mina do Planeta). Para além do mais, o atual estado de profundo stress hídrico que enfrenta Portugal, e que só irá agravar-se cada vez mais com a crise climática e o aquecimento global, também torna a criação de uma mina absolutamente injustificável. A zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura como um Sistema Importante do Património Agrícola Mundial, designação esta que está reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que apoiam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Esta é a única região de Portugal a ter esta designação, e uma das únicas sete na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, pelo famoso queijo e pelo mel delicioso. Como tal, Portugal devia investir em preservar aquilo que tem de melhor. Os responsáveis pelo projeto da Mina do Barroso tentaram justificá-lo afirmando que o lítio europeu é necessário para a "transição energética verde" da Europa. No entanto, os grandes projectos de extracção de recursos, que levam a uma inegável destruição de ecossistemas, perda de biodiversidade, e vulnerabilização do modo de vida de populações locais, não podem fazer parte desta transição energética. É favor consultar o documento anexado para ler todos os argumentos apresentados.

Anexos: 53155_Consulta pública - Mina de Covas do Barroso.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53139 Joana Neves em 2023-04-06

Comentário:

Não existe "Mineração verde". A mineração é um processo extrativista danoso para a paisagem, seres humanos e não-humanos. O local proposto é património da UNESCO e próximo de locais ecológicos sensíveis. As populações locais estão fortemente contra o impacto da mina nas suas vidas e saúde.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53116 João Almeida em 2023-04-05

Comentário:

Discordo derivado do impacto ambiental negativo que estás minas têm.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53115 Daniela em 2023-04-05

Comentário:

Por favor impeçam este projecto de ver a luz do dia. Os danos ecológicos serão irreversíveis e nenhum deste dinheiro vai chegar à comunidade, que na verdade perderá qualidade de vida devido à poluição e contaminação das águas. A que destino se está a destinar as populações locais? Elas não importam? Vão deixar esta colonização aberrante acontecer? Bem sei que o dinheiro fala mais alto, mas apelo ao bom senso e ao que serão dados irreparáveis a longo prazo. Numa época em que devemos apostar MAIS em medidas sustentáveis e na agricultura sustentável de modo a fazer face às alterações climáticas, lítio e minas não são bem o que se inclui nesse cardápio. Se calhar quando as pessoas não tiverem o que comer e for tarde demais, se entenda o que se deixou fazer. Que futuro querem deixar?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53113 Guilherme em 2023-04-05

Comentário:

O projeto tem consequências nefastas para habitats classificados ao abrigo da Deretiva Habitats.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53112 Francisco Oliveira em 2023-04-05

Comentário:

Num tempo em que a água começa a ser escassa e quando, previsivelmente, vai tornar-se cada vez mais escassa, projetos deste género deixam de fazer sentido.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53111 RITA BRAS em 2023-04-05

Comentário:

O plano de mitigação para o impacto direto das consequências ambientais da operação de mineração, não pode assumir como base técnica a constatação de um território sacrificial. Este território (não só o imediato como também o não imediato), é património coletivo e incorpora um conjunto de garantias universais que ultrapassa o léxico legal e comercial utilizado para a construção do raciocínio extrativo. A inovação tecnológica pela Investigação em meios técnicos da atividade mineradora tem de considerar a ética da produção de recursos coletivos e o seu impacto direto na construção do nosso habitat. Precisamos olhar para estes territórios como exemplos do futuro e não como memórias de um passado. Consideremos o legado que carregamos para as gerações futuras.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53110 Joao Monteiro em 2023-04-05

Comentário:

Necessário uma decisão realmente positiva, que não comprometa para lucro de uma minoria a necessidade da maioria

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53109 Lídia Diogo em 2023-04-05

Comentário:

Pela sustentabilidade dos ecossistemas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53108 Bárbara Pereira em 2023-04-05

Comentário:

Um impacto demasiado elevado das comunidades em volta

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53107 Inês Aidos em 2023-04-05

Comentário:

É necessário preservar os nossos ecossistemas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53106 António Fatela em 2023-04-05

Comentário:

Não posso concordar com a distruição de cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53105 Henrique Filipe Oliveira Leonardo em 2023-04-05

Comentário:

não aos profit sim à conservação da natureza

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53104 Daniel em 2023-04-05

Comentário:

Acho que as minas de lítio vão destruir os ecossistemas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53103 Catarina Rodrigues em 2023-04-05

Comentário:

ULTRAJANTE!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53101 Beatriz Ladeira de Faria em 2023-04-05

Comentário:

É INADMISSIVEL Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar. Não vamos ficar calados

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53100 Sara Morais em 2023-04-05

Comentário:

Nessa exploração, a empresa iria precisar de usar 570 milhões de litros de água por ano, quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53097 Frederico em 2023-04-05

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53096 Bárbara Celina Jesus Magalhães em 2023-04-05

Comentário:

Nessa exploração, a empresa iria precisar de usar 570 milhões de litros de água por ano, quando a água é cada vez mais escassa no mundo. Dizem que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53094 Guerda em 2023-04-05

Comentário:

não à minas nem aqui nem em qualquer outro lugar !

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53093 Maria em 2023-04-05

Comentário:

Viola os objetivos do Despacho 9727/2017, de 8 de novembro de 2017, que aprova o Plano de Ação para a Conservação do Lobo-ibérico;

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53092 Ana Rufino em 2023-04-05

Comentário:

Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar. Não se pode destruir cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, Trás os Montes. Este é um dos poucos lugares na Europa onde ainda se faz agricultura sustentável, reconhecida pela ONU.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53091 Mariana Riquito Pereira em 2023-04-05

Comentário:

Esta reformulação é insuficiente e insatisfatória, pois não altera vários aspetos críticos e negativos do projeto. O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) apresentado é insuficiente, incompleto e enviesado, pois não avalia adequadamente os impactos negativos da mina a céu aberto, nem propõe medidas de minimização ou compensação eficazes e credíveis. Trata-se de uma ameaça grave e irreversível para o ambiente, para a saúde pública e para o património cultural e natural da região e do país. A destruição da biodiversidade local e regional, que inclui espécies protegidas e endémicas, habitats prioritários e áreas da Rede Natura 2000. O EIA não avalia adequadamente os efeitos da mina sobre estas espécies e os seus habitats, nem propõe medidas eficazes para a conservação de espécies como o mexilhão-de-rio, a gralha-de-bico-vermelho e o lobo-ibérico, que habitam na zona afetada pela mina e que estão ameaçadas pela destruição do seu habitat, pela poluição sonora e atmosférica e pelo aumento do tráfego rodoviário. A mina irá afetar diretamente 593 hectares de terreno, mas os seus efeitos indiretos serão muito maiores, pela fragmentação e alteração dos ecossistemas, pela poluição atmosférica, sonora e luminosa, pela introdução de espécies invasoras e pelo aumento do risco de incêndios. A contaminação e escassez dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, que são essenciais para a vida humana, animal e vegetal. A mina irá consumir grandes quantidades de água, provenientes de captações subterrâneas, reduzindo a disponibilidade para outros usos. Além disso, irá gerar efluentes líquidos contaminados com metais pesados, ácidos e outros poluentes, que poderão infiltrar-se nos solos e nos aquíferos ou ser arrastados pelas chuvas para os cursos de água, afetando os ecossistemas aquáticos e a disponibilidade e qualidade da água para consumo humano e agrícola. A mina implicará a alteração dos cursos de água existentes na área, bem como a produção de grandes quantidades de resíduos (estéreis e rejeitados) que serão depositados em escombreiras junto ao rio Covas. O EIA não apresenta uma caracterização adequada dos resíduos nem um plano de gestão dos mesmos que garanta a sua segurança e monitorização. Os prejuízos à população da região e do país, que verá o seu território devastado por uma atividade altamente poluente e invasiva, que compromete a sua saúde, o seu bem-estar e as suas atividades económicas tradicionais, como a agricultura e o turismo. A mina prevê uma exploração a céu aberto de lítio e outros minerais numa área de 593 hectares, que afetará diretamente quatro freguesias (Covas do Barroso, Dornelas, Vilar e Viveiro e Canedo) e indiretamente todo o território circundante. As aldeias de Covas do Barroso, Romainho e Muro são reconhecidas como Património Agrícola Mundial pela FAO, pela sua paisagem cultural e pelo seu sistema agroflorestal milenar. O prejuízo estende-se à população regional, que depende da agricultura, da pecuária e da apicultura para a

sua subsistência e identidade. A mina irá comprometer a qualidade dos solos, das pastagens, das culturas e dos produtos locais, afetando a saúde dos animais e das pessoas. A mina irá também afetar negativamente o turismo rural e o património histórico-cultural da região. A produção de enormes quantidades de resíduos sólidos (cerca de 300 milhões de toneladas), que serão depositados em escombreiras a céu aberto, sem garantias de estabilidade ou impermeabilização. Estas escombreiras representam um risco elevado de erosão, deslizamento e lixiviação, podendo provocar acidentes graves e danos ambientais irreparáveis. O EIA não apresenta soluções para a gestão dos resíduos sólidos e líquidos gerados pela mina, nem para a recuperação paisagística e ambiental credíveis da área afetada após o encerramento da mina. O EIA não garante a segurança e a estabilidade das escombreiras de rejeitos, que representam um elevado risco ambiental e humano em caso de rutura ou infiltração. A mina terá um elevado consumo energético e contribuição para as alterações climáticas. Tanto a fase de construção como a de laboração usam máquinas, camiões e outros equipamentos dependentes de fontes fósseis de energia, contribuindo para as emissões de gases com efeito de estufa e para o aquecimento global. Além disso, a mina provocará a perda de coberto vegetal e solo orgânico, reduzindo a capacidade de sequestro de carbono da região. O EIA não quantifica as emissões associadas à mina nem propõe medidas para reduzi-las ou compensá-las. O benefício duvidoso para o país, que não terá qualquer participação nos lucros da exploração mineira, nem qualquer garantia de abastecimento interno ou externo de lítio. A mina irá contribuir para o aumento das emissões de gases com efeito de estufa e para o incumprimento dos compromissos nacionais e internacionais em matéria de clima e biodiversidade. Face ao exposto, solicitamos que seja emitida uma Declaração de Impacte Ambiental desfavorável ao projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53088 Hara em 2023-04-05

Comentário:

É preciso preservar o nosso território e o Lítio não é um bem essencial à nossa sobrevivência (como é a água, a fauna e a flora), por isso Discordar desta opção da ampliação da Mina.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53087 Sandra Montenegro em 2023-04-05

Comentário:

Não ás minas!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53085 Lídia Gonçalves em 2023-04-05

Comentário:

Preservar o ambiente, a água é o mais importante.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53083 Gabriela Castro em 2023-04-05

Comentário:

Este projeto já recebeu "não conformidade" pela agencia portuguesa do ambiente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53082 Sofia Bermudez em 2023-04-05

Comentário:

Isto é mais do que a questão de se uma mina pode ou não ser sustentável. Se os carros elétricos são ou não a solução. Isto é a desertificação do interior, através de uma empresa estrangeira que não pretende manter o modo sustentável agrícola que tanto preza a região, que não pretende valorizar as pessoas o gado as florestas que são únicas a Portugal na sua biodiversidade que de outra forma é só um eucaliptal. É uma desertificação, é uma perca de valor territorial, é uma morte anunciada a todas as aldeias que nunca voltarão a ser na sua forma sustentável de viver, contra a corrente de centralismo e globalismo que nos mata lentamente e do dia para a noite, muito rapidamente. É a falta de oportunidade, é a falta de representação, é a falta de voz das pessoas do interior. É a exploração do lítio em Covas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53081 João Sousa em 2023-04-05

Comentário:

O modo de vida de uma população e o ecosistema existente não pode ser posto em causa por um novo extrativismo que de sustentável pouco tem. A alimentação do individualismo como base para o consumismo nunca irá resultar numa mudança de rumo. Além de toda uma propaganda mentirosa de "alternativas salvadoras", há que acrescentar a vontade do povo que irá ser prejudicado por tamanho crime e de quem ninguém quer saber. Democracia? Onde? O interesse privado e do lucro vence sempre os mais fracos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53080 João Miguel Lobato Miranda Seia Mineiro em 2023-04-05

Comentário:

Ouçam as pessoas locais e não lhes estraguem a vida, Portugal já tem um problema de desertificação do interior, ao destruírem o que pode mais atrair alguém a iniciar um projeto nesta zona ainda mais deserto vai ficar, esta mina não vai trazer nada de bom para os locais nem para Portugal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53079 sabrina Marques em 2023-04-04

Comentário:

DISCORDO COM ''um projeto de mina de lítio a céu aberto que já recebeu "não conformidade" pela Agência Portuguesa do Ambiente 2 vezes!! Este é um projecto multinacional prestes a *destruir cerca de 700 hectares* de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, Trás os Montes, num dos poucos lugares na Europa onde ainda se faz agricultura sustentável''

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53078 Carlos Eduardo Ferreira Godinho em 2023-04-04

Comentário:

As consequências negativas para os ecossistemas, desde contaminação da água até a várias poluições, que outras intervenções deste tipo provocaram são por si só, e contra a vontade popular um sinal vermelho para este projecto. Mas como se isso não bastasse é resultado de uma falta grave de visão de futuro - embora se procure argumentar o contrário - pois irá contribuir para que vias de resolução para muitas das questões levantadas pela crise climática, como segurança alimentar, preservação de ecosistemas pela habitação rural, preservação de culturas protegidas tradicionais de agricultura, e preservação de água, hoje procuradas implementar por todo o mundo, sejam destruídas. Perante consequentes políticas falhadas de coesão territorial e regionalização, este projeto atinge umas das já escassas culturas, populações e ecosistemas que se mantém - protegidas como património mundial - que se preservam apesar do atraso sistemático de atenção política ao rural e descentralização.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53077 ana seara em 2023-04-04

Comentário:

Contra este atentado ambiental e a instrumentalização da vida em detrimento de interesses económicos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53076 Godofredo Nobre Enes Pereira em 2023-04-04

Comentário:

Estou profundamente em desacordo com o avanco da Mina do Barroso, pelas seguintes que a revisão do projeto não parece conseguir mitigar: Impactos económicos negativos: . apropriação de 504ha terrenos baldios . perda de valor imobiliário dos prédios urbanos na vizinhança da mina . prejudica o desenvolvimento turístico . prejudica o desenvolvimento agrícola . perda de capacidade de atrair pessoas para a cultura e tradições . perda de qualidade dos produtos alimentares . impacto sobre as zonas de recreio no rio Covas . perda de produtividade dos baldios circundantes . risco de perda do estatuto de área agrícola protegida Impactos sociais negativos: . corta Grandão localizada a poucas centenas de metros de Romainho (sem alterações em relacão ao projecto original). . stress e ansiedade derivados da incerteza sobre o futuro . conflitos internos nas comunidades atravessando amigos e famílias . desespero por perda da relação com terras e culturas ancestrais . perda da alegria e orgulho de habitar em Romainho, Dornelas, Antigo e Covas . perda de população . ruido das explosões e circulação de veículos pesados arrisca causar stress e perturbações mentais Impactos ambientais negativos: . risco de contaminação de águas (curta e longa distância) . apropriação de águas pluviais que beneficiariam os solos e baldios . projeto apenas toma em consideração as principais linhas de agua (Rio Covas, Corgo dos Lamais, corgo do Fojo, por exemplo) mas não as linhas de agua impermanentes que atravessam a concessão, e assim sendo não precave todos os movimentos de agua superficial e no subsolo. . destruição de lameiros . perímetro da mina afeta a livre circulação de animais . barragens de sedimentação vão afetar a biodiversidade aquática . qualidade dos solos vai deteriorar-se (devido a terraplanagem e decapagem) . ruido das explosões vai afetar aves e animais terrestres . risco de desabamento de escombreiras com potenciais impactos catastróficos . poluição devido a emissão de materiais particulados . emissões de CO_2 em grande quantidade, prejudicando a qualidade do ar . risco de contaminação de solos e terrenos agrícolas em alturas de grande pluviosidade . perda de peixe no rio . impactos sobre espécies em vias de extinção e vulneráveis, como o lobo-ibérico, o mexilhão-de-rio ou a toupeira-de-água . presença permanente de resíduos na região; . plano de monitorizacao de impactos apos 15 anos de operacao não existente! .

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53075 Renato em 2023-04-04

Comentário:

Discordo deste projecto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53074 Carole Dias em 2023-04-04

Comentário:

Alto impacto ambiental

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53073 kat em 2023-04-04

Comentário:

Discordancia

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53072 Filipe Lopes em 2023-04-04

Comentário:

DISCORDÂNCIA

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53070 pedro bernardino em 2023-04-04

Comentário:

Não concordo com esta mina de lítio, que já recebeu "não conformidade" por duas vezes pela agência portuguesa do ambiente. Por alguma razão continua a ser reprovada, sendo essa razão a poluição e a desflorestação proveniente da mina de lítio.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53068 Catarina Vieira em 2023-04-04

Comentário:

O Como cidadã portuguesa entendo que a oneração da paisagem Cultural das Terras do Barroso em troca da exploração de um recurso, que apenas remotamente pode ter algum papel na descarbonização da economia (não é certo que no período de plena exploração da Mina do Barroso o lítio seja de facto essencial nesse processo, para bem de todos nós, esperemos que não), parece-me um "mau negócio" para os portugueses. A raridade dos valores naturais e culturais ali existentes, parece-me não vendável, seja a que preço for. Portugal encontra na sua diversidade concentrada numa pequena porção de território a sua maior riqueza. Todo o nosso território (ao contrário do que, por aqui se diz) é, por comparação com outras geografias, densamente povoado, por pessoas, mas também por espécies naturais ao nível de fauna e flora, frequentemente só por aqui encontradas. Ora, numa época em que, finalmente, se começa a perceber a importância da biodiversidade, fará sentido colocar em causa esses valores nos territórios onde a biodiversidade é mais rica? Fará sentido retirar condições de vida àqueles aos guardiões desses territórios e dessa biodiversidade (as pessoas que por ali habitam)? Por outro lado, atendendo à plena consciência da futura escassez do recurso água, fará sentido, colocar em perigo este recurso tão precioso, em troca do que se perspetiva ser um mero "greenwashing"? Parece-me claro que não! Afinal, quem é que beneficia de tal negócio, serão os portugueses? Certamente que não! E todos vamos querer saber quem lucrou se um tal processo for para a frente!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53067 Raquel Feliciano em 2023-04-04

Comentário:

Discordo profundamente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53064 Maria em 2023-04-04

Comentário:

Discordância total com o projeto, que irá ter impactos ambientais gravosos em toda a região, em particular pela contaminação de lençóis freáticos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53062 Maria Cristina O'Donnell Coelho Teixeira em 2023-04-04

Comentário:

Deixo estas afirmações de David Boyd, relator da ONU para os direitos humanos e do ambiente, publicadas no jornal Público em 26 de março de 2023: "Os grandes projetos de extração de recursos que violam os direitos humanos em nome da transição verde são antiéticos para o desenvolvimento sustentável". "A extração de metais a céu aberto é ilegal em algumas das principais nações verdes, tais como a Costa Rica, devido aos impactos ambientais e dos direitos humanos". É preciso "identificar e restaurar quaisquer zonas de sacrifício" - áreas de poluição intensa ou degradação ambiental - "onde os lucros e interesses privados tenham tido prioridade em detrimento dos direitos humanos e do ambiente, prevenindo também a criação de futuras zonas de sacrifício". Esta chamada de atenção tem em conta um caso específico: a futura exploração de lítio da empresa Savannah Lithium numa mina a céu aberto na aldeia de Covas do Barroso (Boticas). "Estas zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado" consagrado no artigo 66º da Constituição Portuguesa e com o "direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável, de acordo com a resolução 76/300 da Assembleia das Nações Unidas. É vital preservar as práticas agrícolas e pastoris do Barroso, região consagrada Património Agrícola Mundial, incompatíveis com esta exploração mineira a céu aberto que irá consumir segundo o EIA da Savannah Resources 60 milhões de litros de água para o seu arranque e 45 milhões de litros por mês, durante o tempo que estiver em operação que, rondará uns 12 anos. Isto num país com secas hidrológicas cada vez mais frequentes tendo estado grande parte do território em seca extrema em 2021! Esta alteração ao projeto tem muitas lacunas, omissões e conclusões infundadas da empresa. Refere inclusivamente uma escombreira com 193 metros de altura à mercê das precauções de segurança da empresa que segundo alguns especialistas conta com tecnologia experimental e cenários

ideais. A consulta pública deve respeitar a opinião da população afetada pelo projeto e o direito à participação efetiva e não o propósito de aquisição de licença ambiental para um projeto catastrófico para a região, feito à revelia da vontade da população.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53061 Miguel Sanches em 2023-04-04

Comentário:

Discordo deste projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53060 Lucília Arribada em 2023-04-04

Comentário:

Discordo do projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53058 Priscila Cunha em 2023-04-04

Comentário:

Sou contra devido a todos os impactos ambientais negativos inerentes às minas (destruição de ecossistemas, contaminação de cursos de água e poluição do ar); serão necessários 570 milhões de litros de água quando a água é um bem cada vez mais escasso no nosso país e porque não faz sentido instalar uma mina numa zona considerada Património Agrícola Mundial pela ONU.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53057 Andre Guerreiro Pinto em 2023-04-04

Comentário:

Um gasto de água que vai prejudicar todos. A destruição de ecossistemas. Esta mina não é benéfica.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53056 Clara De Castro Tehrani em 2023-04-04

Comentário:

Há 1 multinacional prestes a destruir cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, Trás os Montes. Este é um dos poucos lugares na Europa onde ainda se faz agricultura sustentável Nessa exploração, a empresa iria precisar de usar 570 milhões de litros de água por ano, quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53052 Paula Cristina Nicolau Costa em 2023-04-04

Comentário:

Coloca em perigo uma zona que deveria ser protegida!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53051 Margarida Ventura em 2023-04-04

Comentário:

Bom dia, Se há alguém ligado a este projecto para quem o dinheiro e o poder não são o mais importante e que se sente, por muito frágil que seja, responsável por preservar a natureza e a qualidade da vida, eu gostaria de dizer: acredita que há muitas maneiras possíveis de evoluirmos, a destruição é só uma delas; se quiseres pôr a tua energia em contribuir para maneiras melhores e que te fazem vibrar por dentro, eu, Maria Margarida Ventura Santos Silva, digo-te de coração, Obrigada.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53050 Maria Baptista em 2023-04-04

Comentário:

Discordo com este projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53049 Melita Vukovic em 2023-04-03

Comentário:

A nossa água e a nossa terra são mais importantes do que o lucro.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53048 Rui Macário Sebastian em 2023-04-03

Comentário:

Sou a discordar da realização deste e qualquer projeto com tamanho impacto ambiental. Ao negar a sua execução, será reforçada a importância da eficiência energética em vez de se promover a utilização de litio nas baterias.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53047 Sérgio Pereira em 2023-04-03

Comentário:

Portugal tornar-se-á um país com progressivamente mais escassez de água e seca prolongada devido às alterações climáticas. A indústria de extração do lítio, como verificado noutros locais, como no Chile, requer grandes quantidades de água. A exploração de lítio nesta região irá afetar o modo de vida e bem estar das populações locais ao nível da agricultura local devido à forma como será utilizada a água disponível. Num cenário de alterações climáticas, deve-se favorecer o consumo agrícola local, reduzindo o impacto dos transportes a longa distância. A extração do lítio não irá beneficiar estas populações diretamente. O interesse no lítio deve-se à necessidade deste material para baterias a armazenamento de energia elétrica. Embora benéfico num cenário de promoção das energias 'limpas' (sem carbono), o consumo energético, em carros individuais e em equipamentos eletrónicos de entretenimento, deve ser melhor gerido e prioritizado, e não ser colocado acima do bem comum local, que irá perturbar negativamente, ou mesmo destruir.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53046 Marta Rema em 2023-04-03

Comentário:

Nessa exploração, a empresa iria precisar de usar 570 milhões de litros de água por ano, quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53045 Angela Rita Battista em 2023-04-03

Comentário:

É inqualificável pretender de fazer uma mineração em um território classificado como património agricola mundial

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53044 Paula em 2023-04-03

Comentário:

O património natural tem de ser protegido!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53043 sara rita correia ferreira da luz em 2023-04-03

Comentário:

Abaixo a exploração da terra!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53042 Raul Sousa em 2023-04-03

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53041 Maria João de Caires Jorge Mendonça Gonçalves em 2023-04-03

Comentário:

O ambiente já está suficientemente precário para se permitir a realização de tal projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53040 Eduarda Sá-Andresen em 2023-04-03

Comentário:

A nossa terra é para ela e para nós que cá vivemos. A Savannah que vá sugar e poluir lá onde consiga dar algo a ganhar que compense a quem lá vive para além de um enorme buraco no chão e tudo seco a sua volta.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53039 Jaume Valentines Alvarez em 2023-04-03

Comentário:

Depois de ler a avultada documentação anexa neste site governamental (em parte produzida e paga pela empresa interessada) e de ler os documentos e relatórios produzidos por organizações independentes e por associações locais (infelizmente não anexos neste mesmo site, "participa", se bem contêm dados essenciais para a avaliação técnica e global), discordo de novo do projeto de ampliação da Mina do Barroso. A credibilidade da APA e a imparcialidade dos seus peritos, entre tantas irregularidades e pressões externas, parece estar cada vez mais em causa. Cumprimentos, Jaume Valentines-Álvarez, professor associado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53038 Carlos Salgado em 2023-04-03

Comentário:

Não a este projeto inimigo da natureza e dos seus habitantes

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53037 Rodrigo em 2023-04-03

Comentário:

Alteração

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53036 Teresa Maria Morais Fernandes de Oliveira em 2023-04-03

Comentário:

Não faz sentido alterar e retirar esta região da Rede Natura 2000, para destruir o nosso património biológico e geológico, para favorecer uma empresa que nem sequer é portuguesa. Os interesses e a corrupção instalada deverão ser punidas. Acredito que virão a ser. As populações que aí vivem, são completamente ignoradas, o que é escandaloso. Vergonha da governação do nosso país.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53035 joana bértholo em 2023-04-03

Comentário:

Oponho-me à exploração do lítio em mais território português e à destruição de 700 hectares de floresta. Este projecto já foi duas vezes considerado "não conforme" pela Agência Portuguesa do Ambiente e não tem condições para avançar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53034 Henrique Mira Godinho em 2023-04-03

Comentário:

Para esta decisão não está a ser tomada em consideração os problemas e soluções de quem lá vive pode ajudar, melhor que ninguém, que qualquer estado ou gabinete académico, a atingir ainda melhores resultados a todos os níveis: económico, ambiental, social, cultural. Aposto que as pessoas que tomaram esta decisão ou que fizeram os estudos, poucos foram ao local confrontar as pessoas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53033 Simão Costa em 2023-04-03

Comentário:

A ser concretizada, esta mina irá precisar de 570 milhões de litros de água por ano, irá contaminar rios, lençóis freáticos, solos e ar, numa região classificada como Património Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). O Sistema Agro-silvo-pastoril do Barroso é um exemplo raro de comunitarismo agrário – baldios, regadio coletivo, lameiro, moinhos, Entreajuda, Vezeira etc – e importa salvaguardar com todos os dentes que temos para que sobre alguma coisa para as gerações futuras!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53032 Dunas Livres em 2023-04-03

Comentário:

A Associação Dunas Livres discorda por completo deste projecto de sobre-exploração de recursos hídricos escassos e essenciais a par de um nível demasiado grave de destruição de ecossistemas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53031 Maria Teresa Santos em 2023-04-03

Comentário:

Tamanho gasto de água e destruição ambiental não pode ser permitido assim. Princípio da precaução, no harm e solidariedade intergeracional!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53030 Tiago Pereira em 2023-04-03

Comentário:

Não há "minas verdes" com industrialização. A Mina do Barroso, um projeto de mina de lítio a céu aberto que já recebeu "não conformidade" pela Agência Portuguesa do Ambiente, por duas vezes consecutivas. É imperioso parar todo este processo pela preservação do ambiente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53029 Júlio Gomes em 2023-04-03

Comentário:

Aos excelentíssimos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar à Vossa Excelências a minha discordância, nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem;) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico;) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações;) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial;) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente;) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida.» Ora segue-se que o princípio

mesmo de uma mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta de que uma mina resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas e na descaracterização permanente das paisagens. Se for preciso um exemplo, podemos citar o caso da mina de São Domingos, prova de que uma vez extraído o minério, o solo não se recompõe. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, uma mina em Covas do Barroso seria totalmente irresponsável e uma completa violação do dever fundamental de salvaguarda dos recursos naturais e da estabilidade ecológica. O direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República tem uma vertente humana, já que se trata de preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico e de solidariedade entre gerações. A zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura como um Sistema Importante do Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que apoiam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, pelo famoso queijo e pelo mel delicioso. Assim sendo, uma mina em Covas do Barroso é incompatível com o artigo 66 da Constituição da República. No mesmo sentido, o relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente indicou no seu relatório que “as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU). Para concluir, como indicado pelo relator Especial das Nações Unidas David R. Boyd, o quadro legislativo atual não permite garantir a proteção de zonas únicas como a do Barroso e a seria difícil conciliar um histórico de liderança na área ambiental com a aprovação de uma enorme mina a céu aberto numa comunidade que é um exemplo globalmente reconhecido de desenvolvimento sustentável. Qualquer autoridade neste processo que esteja com as Minas no Barroso, que anua em trocar a vida das pessoas e o modo de vida das gentes barrosãs para incubar unicórnios, deve ser cevado com o melhor Bocage para inteligir o lugar que merece!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53027 Beatriz Coias em 2023-04-03

Comentário:

Este projeto de mina de lítio a céu aberto que já recebeu "não conformidade" pela Agência Portuguesa do Ambiente 2 vezes. NˆAO a destruir cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, Trás os Montes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53026 Edgar oliveira em 2023-04-03

Comentário:

Primeiro que tudo não faz sentido, destruir 700 hectares de floresta. Segundo, Portugal é um país com uma certa escases de água, a exploraração de Lítio exige um enorme uso de água. Terceiro a minas de exploração de Lítio são conhecidas por destruir o ecossistema e contaminar os cursos de água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53025 André Pinto Casimiro Martins Leitão em 2023-04-03

Comentário:

É um erro colossal destruir irreversivelmente zonas de património agrícola, com grande valor ambiental, para uma actividade extractora com grande potencial poluidor, e um enorme consumo de água associado. É destruir as últimas zonas ambientalmente poupadas, com a desculpa de que o lítio é "verde". Areia para os olhos, enquanto continua o saque ambiental de um país cada vez mais pobre nível. Desrespeitando totalmente as comunidades que nelas vivem, para fazer lucrar quem está longe, mas bem perto do poder de influência. Haja coragem e integridade, para quem (se alguém) leia estas linhas, e possa decidir em consciência.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53024 Sara Harriett da Assunção de Sá Jones em 2023-04-03

Comentário:

Há uma multinacional prestes a destruir cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, Trás os Montes. Este é um dos poucos lugares na Europa onde ainda se faz agricultura sustentável. Nessa exploração, a empresa iria precisar de usar 570 milhões de litros de água por ano, quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53023 Tiago Redondo em 2023-04-03

Comentário:

A mineração de lítio é um atentado ambiental injustificável que não serve o país nem o mundo. Parem já!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53022 Marisa Caetano Martins em 2023-04-03

Comentário:

- Gastos de água absurdos, num momento em que se vive uma situação preocupante em Portugal no que diz respeito à disponibilidade de recursos hídricos; - Destruição de ecossistemas (lobo ibérico, aves, micro-organismos indispensáveis à biodiversidade do ecossistema): - Não-solução aos combustíveis fósseis num momento em que empresas como a SAVANAH nos tentam convencer do contrário.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53021 Guilherme em 2023-04-03

Comentário:

Discordância

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53020 sandra araújo em 2023-04-03

Comentário:

não à alteração deste projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53019 Elsa Florêncio em 2023-04-03

Comentário:

“As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura."

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53018 Ines pires em 2023-04-03

Comentário:

Concordo em aumentar o prazo para consulta publica

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53017 Rita Castel Branco em 2023-04-03

Comentário:

A exploração de lítio visa primeiramente dar resposta a interesses privados, não se antevendo uma significativa mais valia, sequer económica, para região. Nem mesmo para o país já que, como se sabe, é frequente as empresas operarem em Portugal com sede fiscal noutros países. No que às questões ambientais e climáticas diz respeito, não será certamente destruindo de um lado para salvaguardar no outro que conseguiremos preservar o planeta em que vivemos. Dos 15 elementos do ambiente significativamente afectados, sistematizados na Reavaliação de Impactes do projecto reformulado (Março 2023) a maioria (8/15) tem impacte entre significativo a muito significativo. De facto, não existem métodos de extracção e processamento de lítio ambientalmente responsáveis. E os impactos ecológicos e em saúde pública negativos destes métodos convencionais de extracção e processamento para produção de lítio são sobejamente conhecidos, não yendo porém sido exaustivamente sistematizados no relatório de Avaliação do impacto Ambiental (AIA). Acresce que os impactos na degradação dos solos, na qualidade do ar e na contaminação das águas se encontram subestimados na AIA. Importa que os cidadãos tenham confiança de que as AIA são realizadas com intenção, e não para atender a programas económicos e, em última análise, políticos. Lamentavelmente, tal insenção nem sempre parece estar garantida.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53016 Luis Almeida em 2023-04-03

Comentário:

Sou contra qualquer tipo de projecto que possa destruir a biodiversidade e a ampliação da mina do Barroso entra diretMente no absurdo!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53014 Adelino José Fonseca Monteiro em 2023-04-03

Comentário:

As desvantagens ultrapassam as vantagens para as populações diretamente envolvidas assim como para o País. O território não voltará a ser igual, assim como as garantias de mitigação dos danos que serão causados não inspiram confiança. A riqueza gerada não será para o povo português nem para Portugal que será no final chamado a resolver os problemas causados por este tipo de exploração. De realçar ainda que o facto do primeiro EIA ter sido chumbado já não augura nada de bom.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53013 Leonor em 2023-04-03

Comentário:

Não concordo com a extração de lítio e a destruição de montanha

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53012 Daniela Margarida dos Santos Martins em 2023-04-03

Comentário:

As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53011 Filipe Sousa em 2023-04-03

Comentário:

A sociedade deve aprender a utilizar menos e deixar de explorar os recursos naturais à exaustão, saltando de um para o outro, motivados por uma procura incessante de consumir mais e sem considerar os impactos a longo prazo e a sustentabilidade dos sistema naturais que nos permitem viver de forma saudável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53010 Nuno Brás em 2023-04-03

Comentário:

Discordo totalmente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53009 Kaya em 2023-04-03

Comentário:

Não concordo com este projeto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53008 Manuel Ramos em 2023-04-03

Comentário:

Nesta exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano - qdo a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Irá destruir os minerais da terra, destruindo todo o ecossistema do lugar, que é dos poucos lugares em que ainda se faz agricultura sustentável em Portugal. Do micro bio ao macro, afectando do lobo ibérico aos pássaros. Todos os agricultores e a população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Contaminando o ar que pode viajar centenas de kms e as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53007 Carolina de Camargo Abreu em 2023-04-03

Comentário:

Seerá um desastre para os recursos hídricos, patrimônio coletivo e da humanidade que não deve servir a fins privados e extinto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53006 Mariana Moreira Rebelo da Costa em 2023-04-03

Comentário:

Em discordância. Nessa exploração, a empresa iria precisar de usar 570 milhões de litros de água por ano, quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53005 Sara Sousa em 2023-04-03

Comentário:

Turismo de Portugal, I.P.

Anexos: 53005_TdP_Parecer_AIA_Ampliacao_Mina_Barroso_03abr2023.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53004 Alex em 2023-04-03

Comentário:

Respeito para a população local e o ambiente natural!!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53003 Pedro Faria em 2023-04-03

Comentário:

Discordo da destruição do território, do elevado consumo de água e da lógica abusiva deste projecto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53002 Gina Mareen Prasuhn em 2023-04-03

Comentário:

Água e vida. Não a mina

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53001 Maria João Marques Paixão em 2023-04-03

Comentário:

O projeto sob consulta pública irá impactar os solos, as pastagens, as culturas e os produtos locais, afetando a saúde dos animais e das pessoas. A mina irá também afetar negativamente o turismo rural e o património histórico-cultural da região. A produção de enormes quantidades de resíduos sólidos (cerca de 300 milhões de toneladas), que serão depositados em escombreiras a céu aberto, sem garantias de estabilidade ou impermeabilização. Estas escombreiras representam um risco elevado de erosão, deslizamento e lixiviação, podendo provocar acidentes graves e danos ambientais irreparáveis. O EIA não apresenta soluções para a gestão dos resíduos sólidos e líquidos gerados pela mina, nem para a recuperação paisagística e ambiental credíveis da área afetada após o encerramento da mina. O EIA não garante a segurança e a estabilidade das escombreiras de rejeitos, que representam um elevado risco ambiental e humano em caso de rutura ou infiltração. A mina terá um elevado consumo energético e contribuição para as alterações climáticas. Tanto a fase de construção como a de laboração usam máquinas, camiões e outros equipamentos dependentes de fontes fósseis de energia, contribuindo para as emissões de gases com efeito de estufa e para o aquecimento global. Além disso, a mina provocará a perda de coberto vegetal e solo orgânico, reduzindo a capacidade de sequestro de carbono da região. O EIA não quantifica as emissões associadas à mina nem propõe medidas para reduzi-las ou compensá-las. O benefício duvidoso para o país, que não terá qualquer participação nos lucros da exploração mineira, nem qualquer garantia de abastecimento interno ou externo de lítio. A mina irá contribuir para o aumento das emissões de gases com efeito de estufa e para o incumprimento dos compromissos nacionais e internacionais em matéria de clima e biodiversidade. Os próprios moldes desta consulta pública devem ser alvo de contestação. Consideramos que o prazo de 10 dias úteis para a consulta pública é injusto e irrazoável, pois não permite uma participação efetiva

e informada dos interessados. É absurdo supor que os cidadãos possam analisar e participar efetivamente num EIA com milhares de páginas e centenas de ficheiros. Este prazo viola a diretiva europeia que estabelece um mínimo de 30 dias para a consulta pública e a Convenção Aarhus da ONU, que garante o direito à informação e à participação em matéria ambiental. Este prazo anula a legitimidade do processo de avaliação ambiental e é inconstitucional. Face ao exposto, solicitamos que seja emitida uma Declaração de Impacte Ambiental desfavorável ao projeto da Mina do Barroso, tendo em conta os princípios da precaução, da prevenção e da participação pública em matéria ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 53000 Ana Rita em 2023-04-03

Comentário:

Discordo! E reclamo e repudio, a nao conservação do nosso patrimonio natural em Portugal e exploração por multinacionais estrangeiras que deixarão marcas permanentes na nossa paisagem que é já o unico meio de subessistencia do nosso pais (turismo/agroturismo/servicos). Ainda para mais num patrimonio com riqueza cultural inestimavel, apenas para encher os bolsos de algumas familias durante algumas geracoes. Portugal tem de proteger o seu patrimonio em vez de se vender e cair à pressao de lucros momentaneos de multinacionais que nem sequer sao nacionais. Que trazem pouco ou nada beneficio para o nosso pais. Pelo contrario causam prejuizo. E que vai nao so destruir 700hectares como gastar mais agua e eletricidade do qualquer beneficio que esta energia verde possa trazer. Estamos a assistir ao "mito do capitalismo verde" e a conceitos como "greenwashing" Deixo-vos aqui um link do ISCTE para se elucidarem sobre o que estas empresas estão a fazer: https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/24737

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52999 Ana Miguel Regedor em 2023-04-03

Comentário:

A produção de enormes quantidades de resíduos sólidos (cerca de 300 milhões de toneladas), que serão depositados em escombreiras a céu aberto, sem garantias de estabilidade ou impermeabilização. Estas escombreiras representam um risco elevado de erosão, deslizamento e lixiviação, podendo provocar acidentes graves e danos ambientais irreparáveis. O EIA não apresenta soluções para a gestão dos resíduos sólidos e líquidos gerados pela mina, nem para a recuperação paisagística e ambiental credíveis da área afetada após o encerramento da mina. O EIA não garante a segurança e a estabilidade das escombreiras de rejeitos, que representam um elevado risco ambiental e humano em caso de rutura ou infiltração. A mina terá um elevado consumo energético e contribuição para as alterações climáticas. Tanto a fase de construção

como a de laboração usam máquinas, camiões e outros equipamentos dependentes de fontes fósseis de energia, contribuindo para as emissões de gases com efeito de estufa e para o aquecimento global. Além disso, a mina provocará a perda de coberto vegetal e solo orgânico, reduzindo a capacidade de sequestro de carbono da região. O EIA não quantifica as emissões associadas à mina nem propõe medidas para reduzi-las ou compensá-las. O benefício duvidoso para o país, que não terá qualquer participação nos lucros da exploração mineira, nem qualquer garantia de abastecimento interno ou externo de lítio. A mina irá contribuir para o aumento das emissões de gases com efeito de estufa e para o incumprimento dos compromissos nacionais e internacionais em matéria de clima e biodiversidade. Os próprios moldes desta consulta pública devem ser alvo de contestação. Consideramos que o prazo de 10 dias úteis para a consulta pública é injusto e irrazoável, pois não permite uma participação efetiva e informada dos interessados. É absurdo supor que os cidadãos possam analisar e participar efetivamente num EIA com milhares de páginas e centenas de ficheiros. Este prazo viola a diretiva europeia que estabelece um mínimo de 30 dias para a consulta pública e a Convenção Aarhus da ONU, que garante o direito à informação e à participação em matéria ambiental. Este prazo anula a legitimidade do processo de avaliação ambiental e é inconstitucional. Face ao exposto, solicitamos que seja emitida uma Declaração de Impacte Ambiental desfavorável ao projeto da Mina do Barroso, tendo em conta os princípios da precaução, da prevenção e da participação pública em matéria ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52998 Francisco Pinheiro em 2023-04-03

Comentário:

A extração de lítio é uma actividade altamente poluente e contaminadora de todos os recursos naturais, em particular a água, o solo e o ar. Ora se o projeto de extração afecta uma região que é um exemplo mundial de Comunitarismo Agrário – baldios, regadio coletivo, lameiro, fornos comunitários , moinhos, Entreajuda, a Vezeira etc.. - um sistema agrícola vivo (e por isso mesmo de salvaguardar), que envolve as comunidades humanas numa relação intrincada com o território, com o ambiente biofísico e social, não me deixa qualquer dúvida que é um “Não há mina” pois “Verde é o Barroso!”.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52997 Dora em 2023-04-03

Comentário:

Como habitante local, discordo da construção da mina devido: - ao gasto de água, quando as próprias barragens da zona este ano estiveram em níveis muito baixos de armazenamento - à poluição sonora - à destruição do ecossistema, flora e fauna - à poluição visual e destruição de uma paisagem natural de grande beleza - à destruição de uma zona de património mundial agrícola - à escolha da economia destrutiva e consequente afastamento da economia sustentável - à destruição da qualidade de vida, principalmente dos habitantes A palavra daqueles que habitam os lugares importa.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52996 Laura Marques em 2023-04-03

Comentário:

As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52995 Julio Sa Rego em 2023-04-02

Comentário:

Os impactos sobre a paisagem e a componente social não foram devidamente avaliados de acordo com metodologias internacionalmente reconhecidas. Há então uma patente necessidade de elaborar estudos sobre os impactos paisagísticos e sociais do projeto de ampliação da Mina do Barroso, com base em metodologias sólidas, antes de proceder com um parecer informado. Segue nota técnica elaborada pelos investigadores Dr. Júlio Sá Rêgo, Dr. Diego Amoedo e Cristiano Pereira.

Anexos: 52995_Sa Rego Amoedo Pereira - Nota Técnica sobre Paisagem e Componente Social.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52994 Gilberto França em 2023-04-02

Comentário:

Eu considero completamente inaceitável que se estimule a destruição de uma região em prol da suposta transição energética, todos estamos cientes que o futuro não vai ser o Lítio. Outra condicionante que põe em causa a credibilidade de todo este processo é o valor social da empresa, como podemos acreditar que o projeto chegará a bom porto se o capital que eles apresentam é uma "migalha " para todo o processo. Quem pagará a fatura final.... O povo português novamente? Não podemos aceitar essa possibilidade, já chega de casos mal resolvidos em que os contribuintes têm de ser chamados a remediar as situações. Não aceito este projeto de maneira nenhuma, na minha opinião , os carros elétricos serão a fraude do século. Gilberto França

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52993 Lélia Agostinho em 2023-04-02

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52992 Katia Ladeira em 2023-04-02

Comentário:

Discordância em completo do projeto da mina de lítio do Barroso,pela questão de afetação ambiental e social da população, fauna e flora, e toda a dinâmica dos ecossistemas em questão.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52991 jorge Andrés Pineda Bruges em 2023-04-02

Comentário:

Simplesmente acredito que não devemos ceder nossa região a nenhuma multinacional que venha explorar a terra e deixar grandes danos colaterais. Não existe mineração responsável, nem nunca existirá.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52990 Maria Georgete Lamelas em 2023-04-02

Comentário:

Concordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52989 Sílvia Lima Dias em 2023-04-02

Comentário:

Não posso deixar de referir que a população de Covas do Barroso, na sua grande maioria, não concorda com a "imposição" da mina, digo "imposição", uma vez que, em momento nenhum foi tida em consideração a opinião de que vai sofrer mais os impactos da exploração. Num estado de direito, como se diz o nosso português, não se pode passar ao lado da vontade dos habitantes locais, não tentem fazer crer que irá gerar riqueza, nada paga a paz a que as pessoas estão habituadas no seu dia- a -dia. Esta situação está a gerar stress em muitas delas e compete a APA, acima de qualquer interesse privado, zelar pelo interesse do ambiente e das populações que são exemplo inequívoco de como viver em simbiose perfeita com o ambiente que as rodeia, daí o título de Património Agrícola Mundial. Queremos continuar a viver em paz com a natureza, temos esse direito!!! Sílvia Dias

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52988 Heather em 2023-04-02

Comentário:

É um crime deixar 1 Multinacional destruir cerca de 900 hectares de terra e floresta no nosso interior em Covas do Barroso, Património da Humanidade, um dos poucos locais onde ainda se pratica agricultura sustentável em Portugal. Nesta exploração a empresa necessitaria de consumir 570 milhões de litros de água por ano – numa altura em que a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em particular. Ele destruirá os minerais da terra, destruindo todo o ecossistema do lugar. Do micro bio ao macro, do lobo ibérico às aves. Todos os agricultores e pessoas que vivem e ganham a vida nesta terra e florestas. Contaminando o ar que pode percorrer centenas de kms e as águas subterrâneas e rios adjacentes com partículas tóxicas. A descarbonização começa nas florestas e sem água não há vida.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52987 Aurora Maria Agostinho Ribeiro em 2023-04-02

Comentário:

Não concordo com a ampliação desta mina, por implicar a destruição de floresta e representar uma ameaça às práticas de agricultura sustentável locais. A utilização de água exigida pela operacionalidade da mina e a contaminação atmosférica e dos cursos de água tamb´ém representam seriíssimas ameaças ao bem-estar das gerações da habitantes locais presentes e futuras. A população local já demonstrou o seu repúdio por este projeto. Discordo em absoluto com este projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52986 Pires MAGALHAES Carla em 2023-04-02

Comentário:

L'impact de l'environnement est irréversible. Malgré les changements, ce projet ne doit pas voir le jour! Tout l'écosystème ainsi que la population en subira les conséquences!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52985 CYNTHIA ADINA KIRKWOOD em 2023-04-02

Comentário:

https://www.cynthiaadinakirkwood.com/post/have-your-say-on-savannah-lithium-plan-by-april-4 A Savannah Lithium é honesta ao dizer que os impactos negativos de seu projeto de 16 anos, embora negativos, são de pouca importância em comparação com a duração, natureza e intensidade do trabalho. No entanto, a consequência da mineração de lítio no Sistema Agrícola Globalmente Importante da FAO, apesar das medidas de mitigação, destruiria o ecossistema. Existem 35 espécies de fauna e 22 de flora, que estão criticamente ameaçadas, em perigo ou vulneráveis. Por exemplo, a águia caçadora (Circus pygargus), uma ave ameaçada de extinção, vive em terras cultivadas entre a primavera e o final do verão. Se o projeto for aprovado, seu habitat, o solo arável, seria armazenado e, anos depois, devolvido à terra. A águia caçadora nao podia esperar que a vida voltasse ao passado. Também sem poder esperar, estariam os agricultores, pastores, pescadores, apicultores e outros que sustentam o Sistema Agro-Silvo-Pastoral de Barroso. A terra nunca mais voltaria ao que era.

Anexos: 52985_Lithium, Savannah Revised Proposal, March 2023.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52984 Pedro Daniel Silva Filipe em 2023-04-02

Comentário:

Não queremos minas em Barroso!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52983 Mário Jerónimo Negrão Fernandes da Silva em 2023-04-02

Comentário:

A mina consome mais água que o próprio concelho durante o ano inteiro numa altura em que a seca assola a região. Este tipo de atividade, defendem, implica um uso excessivo de água. A região está classificada como Património Agrícola Mundial e não é este tipo de desenvolvimento que se quer para este território.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52982 Anca Usurelu em 2023-04-02

Comentário:

O projeto causa danos irrecuperáveis ao meio ambiente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52981 Fernando Afonso em 2023-04-02

Comentário:

Haverá algum interesse superior às vantagens económicas recebidas por Portugal e por meia dúzia de portugueses, tal como, talvez, o de todos aqueles que nasceram, vivem e morrerão naquela Terra, e que não quiseram a mina, nem aceitam o seu aumento?... Acredito que tentem alegar que o buraco na serra é de todo o interesse para a população local... Afinal de contas, toda a gente terá, um dia, que ser sepultada em algum lado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52980 Domingos Salgado em 2023-04-02

Comentário:

Nao tem absolutamente sentido nenhum: 1. Irem destruir 1000 Hectares de terra, montanhas, árvores e floresta quando ainda por cima há alternativas + amigas do ambiente e que QUADRIPLICAM a eficiência energética das baterias elétricas como o sódio e enxofre: https://www.google.com/amp/s/observador.pt/2022/12/20/sodio-e-enxofre-quadruplicam-a-capacidade-da-bateria/amp/ Porque razao essa Savanah nao investe nessa tecnologia?????? 2. Irem roubar terra aos agricultores e populações de Portugal (qualquer região) quando há esta alternativas, como é possível a própria Apa aceitar estas propostas de venda da destruição total da nossa Natureza? 3. Peçam a essas empresas para mudarem para essas novas tecnologias!! Obrigada.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52979 Edviges Pereira em 2023-04-02

Comentário:

Zona de importância agrícola e ambiental. Vai lesar paisagem e ecossistemas. Contaminar as águas. Minas NÃO!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52978 Francisco Queimadela em 2023-04-02

Comentário:

Este projecto é um atentado ambiental e cultural.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52977 Miguel Dias em 2023-04-02

Comentário:

Este projecto vai destruir por completo toda a área protegida e áreas adjacentes. Pois não respeita ecologicamente e os ecossistemas daí provenientes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52976 João Baptista em 2023-04-02

Comentário:

Não concordo com este atentado ambiental, que para além dos impactos conhecidos de minas a céu aberto vai requerer milhões de litros de água para esta exploração, um bem cada vez mais escasso e que temos a responsabilidade de defender. E tudo isto em prol do enriquecimento de multinacionais, do lucro a curto prazo, sem pensar nas consequências e no legado catastrófico que deixamos para as próximas gerações.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52975 Joana Brito em 2023-04-02

Comentário:

Nesta exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano - qdo a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Irá destruir os minerais da terra, destruindo todo o ecossistema do lugar. Do micro bio ao macro, afectando do lobo ibérico aos pássaros. Todos os agricultores e a população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Contaminando o ar que pode viajar centenas de kms e as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52974 Luisa Alvares em 2023-04-01

Comentário:

Caros responsáveis da Agência Portuguesa do Ambiente, Caros concidadãos, Solidarizo-me com as cerca de 5 000 pessoas residentes no Concelho de Boticas, do distrito de Vila Real, ecorregião de Trás-os-Montes, e com quaisquer potenciais residentes futuros, para rejeitar, tão veementemente quanto a água que vai faltando na região, qualquer tentativa de minimizar, edulcorar, e mesmo falsear, o impacto ecológico, em saúde pública, e económico, para a região e consequentemente para o país, do projecto de apropriação, e exploração, de lítio no Concelho de Boticas pela Savannah Resources Plc, através da sua subsidiária em Portugal, a Savannah Lithium, Lda. Envio em anexo, tão sucintamente quanto possível, alguns dos argumentos democráticos, ecológicos, e económicos desta posição, na esperança que os possam usar, directa ou indirectamente, para rejeitar o projecto. Agradeço ainda que tenham em consideração a voz das gerações que sofrerão as consequências desta decisão. Crianças e adolescentes não votam. Além da população de Boticas, serão eles também quem irão sofrer as consequências da destruição deste habitat. Grata desde já pela atenção, Luísa Álvares CC: 11869070

Anexos: 52974_Participa_Lítio_Barroso_2.Abril.2023.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52973 Nilton Olinto Cordeiro Junior em 2023-04-01

Comentário:

Sou contra a ampliação bem como a própria exploração. Questões ambientais: poluição das águas, poluição do ar, gasto imenso de água. Questões saúde pública: poeiras no ar devido ao rebentamento de rochas com consequências respiratórias para os habitantes da região, contaminação de águas que servem para agricultura e consumo das pessoas e animais. Questão económicas e de tradição: pessoas vivem da agricultura e pastorícia daquelas terras sendo uma região classificada de património agrícola da humanidade logo devia ser proibido qualquer outra atividade de exploração das terras que não somente para o fim acima referido. O lítio não é justificativa, é caro e já vão surgindo alternativa bem mais baratas e mais amigas do ambiente, não cria empregos locais e não trará riqueza alguma para Portugal e sobretudo para a população afetada. Temos que preservar o que temos e além disso as pessoas são contra pelo que não se devia fazer exploração quanto mais uma ampliação que ainda criará um problema maior.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52972 MARIA TERESA ROSENDO RITO em 2023-04-01

Comentário:

Começo por dizer que faço minhas as palavras e o sentir de muitos Movimentos Cívicos que crescem no nosso país e manifestam-se porque os nossos governantes não cuidam das necessidades reais das Comunidades e ainda querem destruir o que está bem. E o que está bem? É a actual, mas com história, inter-suficiência e eficência de um sistema agro-silvo-pastoril e em harmonia com a Natureza, fruto do trabalho das populações em Terras do Barroso. Quem o confirmou em 2018 foi a ONU-FAO ao classificar os concelhos de Boticas e Montalegre como Património Agrícola Mundial e portanto fonte de Alimentos, vários comercializados, certificados, conhecidos e apreciados também além-fronteiras e que constituem um dos alicerces económicos da região. O "sangue do Barroso" é a Água e a Biodiversidade e as Paisagens que além dos prados semi-naturais (lameiros) combinam carvalhos, freixos, amieiros, vidoeiros, espécies arbustivas e herbáceas espontâneas em verdadeiros mosaicos embelezadores para quem vive e passeia em Trás-os-Montes. Destas serras e terras brotam dos mais valiosos tesouros a preservar e a deixar às gerações vindouras. É esta a legítima vontade das Comunidades. O conflito advém de saberem quais são as consequências de minas a céu aberto, das explosões que destroem o território, das

poeiras que não querem respirar continuamente, da enorme quantidade de água a gastar, cerca de 570 milhões de litros de água por ano e da poluição hídrica, dos solos destruídos, dos empregos anunciados que dispensam, de como as suas diversas actividades serão negativamente afectadas e terão de findar, não estando de modo algum a sua qualidade de Vida salvaguardada com prospecção e pesquisa, extracção, lavaria e escombreiras para se obter lítio e outros minerais. Não é assim que se mitigam as alterações climáticas. São irremediáveis os impactos, ambientais, sociais, culturais e económicos resultantes do extrativismo mineiro massivo que não deveria sequer ter sido equacionado para as Terras do Barroso. Entende-se bem que o Sacrifício "não é Verde" como querem fazer crer a União Europeia, as empresas europeias e lamentavelmente o subserviente governo português lançando o plano de fomento mineiro nacional, embora não o admitam. Não é sério, não é justo, não é sustentável e não rima com direitos humanos fundamentais. Os mega-negócios que se subentendem, não valorizam e nem defendem o Interior, os mega-negócios acabam com a Vida no Interior. Não é o que queremos no nosso País. Cada cidadão irá conduzir o seu carro eléctrico com bateria de lítio e ficará muito contente porque não tem emissões de CO2?! A Alemanha e a França terão exportado todo o respectivo manancial de carros eléctricos de que já dispõem?! Daqui a 4 ou menos anos serão comercializadas baterias com sódio, este é mais abundante que o lítio, sem impactos danosos e as baterias mais baratas, duradouras e eficientes, é o que nos demonstra por exemplo a investigadora portuguesa Maria Helena Braga. É de uma ampla e criteriosa rede de transportes colectivos acessíveis, principalmente ferroviários, que precisamos para podermos prescindir do automóvel particular. Mais ferrovia e menos aviões/rotas, prevenção de incêndios/ordenamento do território que privilegie a floresta autóctone e não o eucaliptal a crescer há décadas sem controlo, para as celuloses, cujas emissões não são fiscalizadas, é não permitir que troncos, ao invés de resíduos florestais, sejam queimados nas centrais de biomassa entre muitas outras medidas para reduzir as emissões de CO2. Sabe-se que 80% da biomassa de uma Árvore é carbono (C) que absorve na forma de CO2 durante a actividade fotossintética que realiza para crescer - o modo mais barato de captar o CO2 da atmosfera para mitigar as alterações climáticas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52971 Cristóvão Lopes em 2023-04-01

Comentário:

Para danificar a flora, os animais na região e consequente o turismo não é viável de forma alguma este tipo de exploração, mais grave ainda seria nas gerações futuras. As baterias para automóveis não passa de uma moda, o futuro é o hidrogénio.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52970 Núcleo Feminista de Évora [NFE] em 2023-04-01

Comentário:

Núcleo Feminista de Évora [NFE]

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52969 Ana Luisa em 2023-04-01

Comentário:

Plano não tem base em sustentabilidade ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52968 Joana Rafael em 2023-04-01

Comentário:

pelo direito da população a um ambiente saudável e a poder sobre o futuro do território que habita - e do qual esta dependente. - discordo com o projeto da mina e da sua ampliação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52967 Cherry Gonzalez em 2023-04-01

Comentário:

How is it possible to allow this when this is a World Heritage Agriculture Site with so many species and wild life that will be destroyed? The human and animal suffering from toxic waste water filtering the aquifers is totally intolerable. YOU CANNOT RISK THIS JUST FOR MONEY AND AN IDEOLOGY! Electric cars and the mining of Lithium is already "OUTDATED". There are already safer and cleaner systems of energy here and coming 'on board'. PLEASE PLEASE DO NOT ALLOW such a SELFISH DEVASTATING PROJECT TO BE ALLOWED and prove that the Portuguese Government is behind the times in it;s understanding of what Lithium can offer, when we need our 'Natural places " to remain pristine for our future too.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52966 Gabriela em 2023-04-01

Comentário:

I am against the expansion of the lithium exploration in Barroso!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52965 Luis Manuel Mateus em 2023-04-01

Comentário:

Um gravíssimo disparate ambiental que vai afectar toda a bacia hidrográfica do Rio Cávado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52964 Sofia em 2023-04-01

Comentário:

A necessidade de modificação do projeto para evitar ou reduzir efeitos significativos no ambiente é de extrema importância, assim como a necessidade de prever medidas adicionais de minimização ou compensação ambiental. A maior prioridade é restabelecer o equilíbrio da nossa terra, esse é o nosso maior e mais importante recurso. Usufruir das suas potencialidades mas sempre cuidando para que a nossa pegada e uso sejam discretos e até invisíveis. Grata pelo movimento e atenção dos cidadãos e associações que estamos no campo em salvaguarda do nosso país, são um exemplo para todos nós, relembrando prioridades e necessidades para voltar a ser guardioes da nossa terra. Atenciosamente, Sofia

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52963 Millo Magnocavallo em 2023-04-01

Comentário:

Nesta exploração a empresa precisaria de utilizar 570 milhões de litros de água por ano – numa altura em que a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em particular. Ele destruirá os minerais da terra, destruindo todo o ecossistema do lugar. Do micro bio ao macro, do lobo ibérico às aves. Todos os agricultores e pessoas que vivem e ganham a vida nesta terra e florestas. Contaminando o ar que pode percorrer centenas de kms e as águas subterrâneas e rios adjacentes com partículas tóxicas. Aqui fica um artigo sobre a mineração de água e lítio, com informação para perceber a perspetiva global sobre a mineração de lítio, e creio que contribui para o debate sobre a salvaguarda das águas e montanhas em Portugal. Convido você a ler https://wordsnwands.wordpress.com/2023/03/23/da-maior-reserva-de-litio-do-planeta/

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52962 Marta Castro em 2023-04-01

Comentário:

Em prol da preservação do património ageosílvico do Barroso

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52961 Alessandro Braga em 2023-04-01

Comentário:

Sou contra a ampliação da Mina do Barroso

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52960 Rachel James em 2023-04-01

Comentário:

Estou contra este destruição do ambiente. Já é frágil. Precisamos viver diferentes para os próximos gerações. Lítio para bactérias não é sustentável. Eu espero para um mundo com equilíbrio.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52959 Murielle Scoazec em 2023-04-01

Comentário:

Concordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52958 Ricardo Santos em 2023-04-01

Comentário:

Dado a carência de água neste momento não acho correto o gasto abusivo da mesmo para a extração de minério nem a destruição de montanhas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52957 Maria Catarina Luís em 2023-04-01

Comentário:

D I S C O R D A N C I A

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52955 Mariana em 2023-04-01

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52954 Carlos Gonzalez em 2023-04-01

Comentário:

Discordo veementemente de uma extensão desta exploração que a empresa precisaria de utilizar 570 milhões de litros de água por ano - quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em particular. Destruirá os minerais da terra, destruindo todo o ecossistema do lugar. Do micro bio ao macro, do lobo ibérico às aves. Todos os agricultores e pessoas que vivem e ganham a vida nesta terra e florestas. Contaminando o ar que pode viajar centenas de kms e as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52953 Maria Jaime Ramos de Abreu em 2023-04-01

Comentário:

Água é vida e o mundo na precisa de mais lítio

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52952 Tiago Raimundo em 2023-04-01

Comentário:

Nessa exploração, a empresa iria precisar de usar 570 milhões de litros de água por ano, quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52951 José Manuel Viegas de Oliveira Neto Azevedo em 2023-04-01

Comentário:

Destruição do habitat, usurpação da água

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52950 Maria Madalena Pires de Lima da Silva Coelho em 2023-04-01

Comentário:

Sou contra a ampliação desta mina, como igualmente contra as prospeção e exploração de Lítio em qualquer zona de Portugal. O que norteia a minha opinião é o facto da mineração a céu aberto ser monstruosa e lesiva dos vários ecossistemas e da biodiversidade. Acresce que esta zona tem má memória dos escombros desta mina, no passado. O presente não se compadece com o paradoxo de « salvar o planeta» e a simultânea destruição do meio ambiente. A par dessas razões, este tipo de exploração mineira compromete os lençóis freáticos, várias espécies da fauna e da flora locais; desincentiva o repovoamento de zonas já fustigadas pela emigração em massa no interior do país e condena à morte atividades económicas especificas destas regiões, como o ecoturismo, a pastorícia e outras, onde o tempo, a autenticidade e o silêncio fixam emigrantes da diáspora portuguesa, que anseiam voltar ao seu país de origem, num mundo e numa europa cada vez mais ameaçada pelos conflitos armados. Esta zona, assim como outras na região Norte ladeiam zonas protegidas por diretrizes europeias e mundiais com classificações mundiais de zonas agrícolas protegidas (Património Agrícola Mundial e Reserva Mundial da Natureza). A mineração de Lítio pelo tamanho das crateras não faz qualquer sentido em Portugal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52949 Diana Pereira em 2023-03-31

Comentário:

Concordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52948 Jorge Quadros em 2023-03-31

Comentário:

Discordo deste projecto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52947 Mariya Nesvyetaylo em 2023-03-31

Comentário:

Nessa exploração, a empresa iria precisar de usar 570 milhões de litros de água por ano, quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar. Não posso permitir que destruam o meu lar! Esta mina irá trazer só morte e desgraça para o Barroso, um dos últimos paraísos deste país. eu digo NÃO ´À MINA!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52946 Marta Leal em 2023-03-31

Comentário:

Concordo que não se amlie absolutamente nada se tal implicar um impacto ambiental e social.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52945 Graça Gonçalves em 2023-03-31

Comentário:

C

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52944 João Sedas Nunes em 2023-03-31

Comentário:

As minas de lítio são altamente poluentes, acrescendo que as baterias de lítio são já hoje uma tecnologia ultrapassada.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52943 Helena Almeida em 2023-03-31

Comentário:

Destruidor e ecologicamente insustentável

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52942 Ricardo Miguel da Silva Duarte em 2023-03-31

Comentário:

Discordo com a implementação da mina de lítio a céu aberto nesta zona tão sensível do país, onde a poluição das águas, dos terrenos, atmosférica e sonora não faz sentido nenhum para a fauna, flora e cidadãos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52941 Flávio Fernandes Moura em 2023-03-31

Comentário:

Minas não.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52940 Patrícia Isabel Serra Gil em 2023-03-31

Comentário:

Envio a minha nota de discordância em relação à ampliação da Mina do Barroso. A ampliação da mina do Barroso resultaria num impacte imensurável e incompensável, não só para as populações locais, como para a fauna selvagem da região, a qual inclui o lobo-ibérico, classificado como espécie em perigo, em Portugal. O lobo-ibérico encontra-se estritamente protegido pela legislação nacional desde 1988, através da lei n.º 90/88 de 13 de agosto, Decreto-Lei n.º 54/2016, de 25 de agosto e é proibido o seu abate ou captura, a destruição ou deterioração do seu habitat e a sua perturbação, em especial durante os períodos de reprodução e dependência (Art. 3º, alínea d do mesmo Dec-Lei). Além disso, a espécie é protegida no espaço europeu pela Diretiva Habitats (artigo 2.3 da Diretiva 92/43/CEE), estando classificada como Espécie Prioritária nos Anexos II e IV da Diretiva. Os habitats do lobo estão parcialmente listados no Anexo I da Diretiva, o que inclui habitats presentes na área a intervencionar, nomeadamente carvalhais. A área de intervenção interseta ou está em proximidade de cinco alcateias de lobo-ibérico, e, de acordo com o EIA, é passível de prejudicar o seu habitat, criando um efeito de exclusão que é irreversível. Além disso, todos os trabalhos necessários durante a fase de construção e de exploração do projeto, nomeadamente o aumento significativo do tráfego na área de intervenção e de todos os acessos, a utilização de maquinaria pesada e a poluição sonora, têm um grande potencial de causar impacto no lobo, não só a nível de utilização de espaço, como também de sucesso de reprodução, tal como foi verificado para outros empreendimentos que requerem a mobilização de maquinaria pesada e alterações significativas da paisagem (Álvares et al. 2016; Ferrão da Costa et al. 2018). Posto isto, considero que a ampliação da mina do Barroso não é compatível com a preservação do habitat do lobo-ibérico e entraria em conflito com os termos legais postulados para a sua conservação, nomeadamente, a lei n.º 90/88 de 13 de agosto, artigo 1ª, alínea a), que estipula que "(...) ao Estado incumbe adoptar uma política de ordenamento que não desfigure os habitats da espécie (...)". Patrícia Gil Bibliografia: ÁLVARES, F., H. RIO-MAIOR, S. ROQUE, M.

NAKAMURA & F. PETRUCCI-FONSECA (2016). Ecological response of breeding wolves to wind farms: insights from two case studies in Portugal. Pp.225-227 In: MR Perrow (Ed.). Wildlife and Wind Farms: Conflicts and Solutions. Volume 1: Onshore, Pelagic Publishing. FERRÃO DA COSTA, G., J. PAULA, F. PETRUCCI-FONSECA & F. ÁLVARES (2018). The Indirect Impacts of Wind Farms on Terrestrial Mammals: Insights from the Disturbance and Exclusion Effects on Wolves (Canis lupus). In: Biodiversity and Wind Farms in Portugal. Springer, Cham, 2018. p. 111-134.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52939 João Silva em 2023-03-31

Comentário:

Esta mina não é rende o suficiente para justificar o impacto que terá no Barroso

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52938 Nuno em 2023-03-31

Comentário:

Esta proposta é extremamente drástica para as localidades envolventes da zona de exploração. As minas de lítio levam à formação de óxidos devido à exposição de diversas rochas envolventes a céu aberto tal como poeiras. Uma mina desta não pode existir nestas proporções e ainda menos tão perto de um parque nacional.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52937 sara hoya white em 2023-03-31

Comentário:

A IBERDROLA GENERACIÓN S.A.U. , empresa adjudicatária do projeto para a construção e exploração em regime de concessão do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (SET), composto pelos Aproveitamentos Hidroelétricos de Gouvães, Alto Tâmega e Daivões, na sequência da pronúncia ao Estudo de Impacte Ambiental do projeto (realizada em julho de 2021), vem agora exercer o seu direito de pronúncia previsto no procedimento de consulta pública da Avaliação do Projeto Reformulado no âmbito do Art.º 16.º do RJAIA da Ampliação da Mina do Barroso (março 2023). Muito obrigada.

Anexos: 52937_IBERDROLA. EIA Mina Barroso_Art.16_março2023.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52936 Maria em 2023-03-31

Comentário:

Discordância.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52935 goncalo manuel planas leitao bernardino pinto em 2023-03-31

Comentário:

A actividade mineira de litio não deve ser um motor da economia em Portugal. Rasgar montanhas e abrir buracos deveria ser algo de último recurso. O que se destrua jamais se repõe. A natureza e o modo de vida devem desacelerar-se o mais possivel, telemoveis, carros electricos. Desaceleração para haver espaço para todos na sociedade. Deixem que o litio debaixo da terra, use-se o vento o sol e as ondas. Obrigado por esta ferramenta democrática.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52934 Sandro Silva em 2023-03-31

Comentário:

As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura. É completamente despropositado que a retórica de luta contra as alterações climatéricas passe por desbravar e destruir regiões inteiras. Portugal já muito oferece à União Europeia e o mundo no que respeita a minerais extraídos de diferentes pontos do país, por isso a mais não estamos obrigados. É inadmissível que o capitalismo desenfreado de alguns seja considerado necessário em detrimento de regiões saudáveis e singulares.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52933 Maria Pedrosa em 2023-03-31

Comentário:

AS SERRAS E AS ÁGUAS PRECISAM DA NOSSA AJUDA Querem destruir cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, Trás os Montes. Este é um dos poucos lugares na Europa onde ainda se faz agricultura sustentável. Nessa exploração, a empresa iria precisar de usar 570 milhões de litros de água por ano, quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52932 Raquel Filipa Marta de Lima em 2023-03-31

Comentário:

Não concordo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52930 Beatriz Bartilotti Matos em 2023-03-31

Comentário:

Minas não é verde!!! Contra a exploração das montanhas!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52929 Luís S. em 2023-03-31

Comentário:

É um projecto que prevê um gasto de água absurdo e a destruição de património rural relevante, para uma indústria que não beneficia assim tanta gente. É uma absoluta e enorme estupidez.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52928 Pedro Santos em 2023-03-31

Comentário:

Discordância

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52927 Teresa Cristina Lopes Antunes Alho em 2023-03-31

Comentário:

"As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura." Para além disso, como pode este projeto ser viável, tendo em conta a quantidade de água necessária para o funcionamento da mina e toda a destruição, tanto humana como ambiental, que toda esta mineração trará? No presente momento de seca em que vivemos, como pode ser algo viável? O progresso que destrói, não é progresso, é retrocesso e todos pagaremos bem caro por ele!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52926 Maria de La Salete Dourado Fernandes em 2023-03-31

Comentário:

Um projeto desta natureza, de caráter destrutivo da própria natureza, paisagem, fauna e flora numa região considerada Património Agricola Mundial, além de ser trágico é lamentável. A natureza é para preservar, não é sobre isso que se fala constantemente, que ensinam às crianças desde tenra idade?! Todos nós sabemos que, sim! E sendo assim, como podem autorizar estas barbaridades num concelho destes, numa região destas? Como podem passar por cima da opinião das pessoas, que cá vivem, que cá moram com as suas famílias, tirando o seu sustento a partir do trabalho da terra! Esses sim, sabem viver em harmonia com a natureza. E esses são os verdadeiros sábios! Este é mais um projeto de caráter duvidoso, onde se visa únicamente o lucro, à custa do território e das suas gentes! Haja bom senso por parte de que avalia.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52925 Oscar Conde em 2023-03-31

Comentário:

O desgoverno português, sempre de mão dada com o grande capital, ignora a vontade das populações do Barroso e a opinião de especialistas ambientais. Nesta cleptocracia mascarada de democracia em que vivemos, o desgoverno da nação dá 3 anos à empresa britânica para reformular e reformular o projecto, e apenas `10 dias aos cidadãos para rever um documento com mais de 7 mil páginas. Ao mesmo tempo que tentamos reduzir a "pegada de carbono" damos também passos no sentido de reduzir a pegada democrática, com a imposição de modelos de "desenvolvimento" que excluem os cidadãos e que tem como objectivo salvar a indústria automóvel. Esta doença mental que afecta os desgovernantes deste país que se detêm a reflectir sobre a realidade de regiões como a do Barroso sem a conseguiram compreender, empurra-nos para mais uma catástrofe ambiental. A falência da democracia representativa encabeçada por politicos possidónios que sabem o preço de um tesla mas não o valor de uma árvore, põe em perigo outras formas de vida que são estranhas ao modo de vida capitalista. Viva aqueles que lutam! Viva o povo do Barroso! Não à mina, sim à vida!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52924 Felicienne em 2023-03-31

Comentário:

Não concordo com a mineração nessa área porque vai destruir a natureza e já temos muita escassez de água!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52923 Maria Fera em 2023-03-31

Comentário:

Há 1 multinacional prestes a destruir cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, Trás os Montes. Este é um dos poucos lugares na Europa onde ainda se faz agricultura sustentável Nessa exploração, a empresa iria precisar de usar 570 milhões de litros de água por ano, quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar. NÃO ÀS MINAS SIM À VIDA!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52922 Radha Ma em 2023-03-31

Comentário:

Não concordo com o projeto de ampliação da mina por razões ambientais. Temos de fazer tudo para poupar recursos hídricos e para conservar o ambiente dos impactos negativos e tóxicos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52921 Myriam Kohn Silva em 2023-03-31

Comentário:

Portugal. précisa de assumir seu destino de Jardim biológico e Humano da Europa . Única maneira de fazer o sucesso de Portugal . Assim , toda gente investirá em viver aqui mas se vai destruir a Terre da Luz para ganhar dinheiro volátil e corrupto . mau karma e nada de bom para Portugal . Segue os sinais porque Fernando Pessoa e Augustinho da Silva explicaram muito bem tudo . Sou de origem não portuguesa e mesmo assim entendo qual é o destino sagrado desta terra .

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52920 Viriato Leal Afonso em 2023-03-31

Comentário:

É tempo de focar em expandir e electrificar toda a rede de transportes públicos e não de explorar mais minérios e soluções inviáveis.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52919 Artur Santiago em 2023-03-31

Comentário:

Impacto ambiental negativos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52918 Tiana harilela em 2023-04-04

Comentário:

Não!!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52916 Paulina Maria de Araújo Esteves em 2023-03-31

Comentário:

A utilização esperada de grandes quantidades de água, em período de previsível aumento de seca; assim como a alteração do equilíbrio biodiverso e da paisagem de zonas tão importantes ecologicamente; não justificam esta exploração de lítio e menos ainda da sua expansão. Tendo em conta que a percentagem a extrair de litium é tão pequena. Portanto discordo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52915 Luis Miguel da Silva de Almeida Chaves em 2023-03-31

Comentário:

A mineração terá um impacto extramente negativo numa zona de agricultura protegida e invalida a continuidade e sustentabilidade da vida das populações que permaneceram e que criaram um conjunto de atividades económicas ao longo dos últimos anos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52914 Vítor Manuel Neves Pereira em 2023-03-31

Comentário:

Discordo que se destruam cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, Trás-os-Montes, e que se afecte irreversivelmente um dos poucos lugares na Europa onde ainda se faz agricultura sustentável Discordo do uso super-intensivo da água, bem escasso, que as alterações climáticas e períodos de secas extremas como tem sido verificado em Portugal, nos alertam sobre o cuidado a ter com este recurso vital, não compreendendo que se autorize uma exploração mineira em se prevê utilizar cerca de 570 milhões de litros de água por ano. Não existe "mineração verde", todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar. Face ao exposto, per si, mais do que suficiente, para inviabilizar a pretensão em consulta pública.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52913 Pedro Santos Sousa em 2023-03-31

Comentário:

Não sejam escravos... Acham mesmo que é o lítio que vai salvar o interior? Mina verde?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52912 Marta em 2023-03-31

Comentário:

O princípio da precaução em matéria de ambiente obsta a que sejam implementadas ações, como a presente, que ponham em risco a preservação e a proteção da qualidade do ambiente, a proteção da saúde das pessoas, etc. A "Alteração ao projeto de ampliação da Mina do Barroso" nos termos propostos, e com todos os documentos em anexo, identifica claramente os efeitos potencialmente negativos; faz uma avaliação com os dados científicos disponíveis; e, considerando a extensão da incerteza científica, deverá ser travada, porque ilegal e contrária à proteção do ambiente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52911 Nuno Henriques em 2023-03-31

Comentário:

Acho que este projecto não se alinha com as prioridades que o país necessita de ter em matéria de exploração de recursos naturais. Uma vez que os impactos negativos que trará à comunidade não se traduzirão em beneficios directos para a mesma.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52910 Flávia Sanches em 2023-03-31

Comentário:

Não concordo com a exploração da mina a céu aberto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52909 Lourenco em 2023-03-31

Comentário:

A Água vale mais do que o lítio, não queremos que Portugal se transforme em Savana!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52908 Madalena Nunes em 2023-03-31

Comentário:

Multinacional prestes a destruir cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, Trás os Montes. Este é um dos poucos lugares na Europa onde ainda se faz agricultura sustentável. Nessa exploração, a empresa iria precisar de usar 570 milhões de litros de água por ano, quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Dizem que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52907 Ana Cláudia Proença Fernandes em 2023-03-31

Comentário:

Discordo com este projecto pela destruição e contaminação do ecossistema e utilização exagerada de recursos naturais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52906 Sergio Riotinto em 2023-03-31

Comentário:

O custo/impacto para as populações locais, assim como a destruição de uma reserva natural de biodiversidade e agricultura tradicional, de uma mina destas características é injustificável. Não só é uma área com baixa concentração de lítio, em que a rentabilidade vai ser escassa, como a queda dos preços do lítio fará com que este empreendimento seja ruinoso. Por outro lado é tardio, as alternativas ao lítio estão a entrar no mercado. Esta mina apenas interessa a alguns lobistas que beneficiarão dos fundos europeus para a transição ás energias ditas verdes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52905 Margarida Ralha em 2023-03-31

Comentário:

Os recursos naturais do território não devem ser leiloados a multinacionais estrangeiras com interesses exclusivamente financeiras e de valorização do seu investimento

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52904 André Filipe Sousa Ribeiro em 2023-03-31

Comentário:

Apesar de o lítio ser necessário em alguns campos da tecnologia, a sua prospeção é extremamente prejudicial.O facto de existirem povoamentos bastante perto torna para mim este projeto inviável. O plano de recuperação do local e restabelecimento do relevo da montanha é como todos sabemos uma promessa que nunca é cumprida devido às empresas mineiras falirem nesse momento dos projetos. Pesquisei sobre a empresa Savannah litium e de momento tem um capital social de 1333€. Como é que com este dinheiro vão "tapar" o buraco?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52903 Francisco em 2023-03-31

Comentário:

Não concordo pois de um ponto de vista ambiental penso que seja prejudicial para a saúde humana tal como para a agricultura local num raio de vários quilómetros.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52902 Antonio Moreira em 2023-03-31

Comentário:

A exploração de lítio é extremamente prejudicial em locais perto de habitações devido à emissão de poeiras e sintse de oxidos devido à exposição anormal de certos tipos de rochas ao meio ambiente

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52901 João Ferreira em 2023-03-31

Comentário:

Os carros que utilizam baterias de lítio poluem mais do que os que utilizam motores de combustão. A prospecção do lítio provoca a formação de óxidos e poeiras prejudiciais a saúde humana e afeta negativamente a agricultura local.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52900 MUNDUS em 2023-03-31

Comentário:

Este é um dos poucos lugares na Europa onde ainda se faz agricultura sustentável Nessa exploração, a empresa iria precisar de usar *570 milhões de litros de água por ano*, quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52899 Joana Vieira em 2023-03-31

Comentário:

Um projecto absurdo com o qual a própria população discorda.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52898 Maria Do Carmo Bello em 2023-03-31

Comentário:

Não posso concordar com uma projecto que apenas serve os interesses de alguns, que vai destruir fauna e flora locais e contribuir para para o abandono da população local. É criminoso a leviandade com que usam e abusam do poder que têm sem pensarem no futuro do país e das gerações vindouras.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52897 Kristen Connor em 2023-03-31

Comentário:

Savannah Lithium argues that this is a green mine, a critical piece towards Europe's "green" energy transition. There is no such thing as a "green mine" and the expansion of this mining project will harm the communities who live in this area, many of whom practice sustainable agriculture and have historically had little contribution to greenhouse gas emissions. Why should the air and water quality of such a community be sacrificed for elite consumption? Open-pit Lithium mines pose an environmental hazard to the communities near them, both through the contamination of water and dust particles. Despite what Savannah Lithium argues, this is not a "safe" mine.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52896 João Taborda em 2023-03-31

Comentário:

Quero deixar a minha discordância por mais um projeto de exploração da natureza e do ambiente. Estamos a caminho do colapso climático e o que nos levou a tal foi está ideia que tudo são recursos a ser explorados. Decrescimento Já!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52895 Eva Ribeiro em 2023-03-31

Comentário:

É um atentado ambiental! Protecção ao nosso planeta ja!!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52894 Erez Zamir em 2023-03-31

Comentário:

We will not let this mining project happen here on our lands.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52893 Rafaela Gomes Leal em 2023-03-31

Comentário:

Claramente a explicação de minerais não é o futuro que nossa paisagem necessita.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52892 Kathrin em 2023-03-31

Comentário:

É imperativo proteger a terra de mais exploração.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52890 João Gomes em 2023-03-31

Comentário:

Apenas temos um planeta. A riqueza ecológica da região não deve ser ameaçada

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52888 António Manuel Figueiredo Marques em 2023-03-31

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52887 Núcleo Antifascista de Bragança em 2023-03-31

Comentário:

16 milhões de litros de água diários previstos de serem abusados com esta exploração, estamos a falar de 12 vezes mais do que o que a população local usa. Nenhuma exploração deve ser feita se os únicos resultados que os habitantes da região apenas vão receber destruição ambiental e pioramento das suas condições de vida.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52886 Claudia Jorge em 2023-03-31

Comentário:

Contraria o interesse das populações, destroi ecossistemas unicos, destroi mais valias turisticas. Serve um interesse de poucos e sacrifica o futuro de todos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52885 Beatriz Amado em 2023-03-31

Comentário:

Juntes nesta luta

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52884 Mário Camões em 2023-03-31

Comentário:

Não dá para entender o que significa concordar ou discordar. Discordo que o projeto avance, muito menos que seja ampliado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52883 Hugo Charbonnier em 2023-03-31

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52882 Marisa Ramos Gonçalves em 2023-03-30

Comentário:

É claro que este projeto não beneficia a comunidade de Covas do Barroso e, por extensão, a nossa comunidade nacional. Deveria ser suficiente saber que existe uma população que vive da agricultura nesta área, que a água e florestas são recursos escassos. E que já recebeu por duas vezes um parecer de "não conformidade" pela Agência Portuguesa do Ambiente. Nenhum outro benefício poderá compensar este tremendo custo para todas e todos os portugueses e residentes no nosso território. Não à Mina do Barroso!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52881 Maria João Ferreira Antunes em 2023-03-30

Comentário:

Tem elevados custos ambientais

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52880 MAriana Themudo de Abreu Ferrand em 2023-03-30

Comentário:

Neste momento, a prioridade da humanidade, é o ambiente. De Portugal também!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52879 Alexandra Coelho em 2023-03-30

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52878 Joana Lirio em 2023-03-30

Comentário:

Não concordo com o desperdício de água

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52877 Nádia Bento em 2023-03-30

Comentário:

O ecosistema do Gerês está em risco de ser destruído! Com 16 Milhões de Lts água/Dia! a serem necessários para obter esse mineral É 1 abominação desperdiçar essa água p baterias que durarão apenas 10 anos e dp é Lixo . Numa altura em q vêm os fogos, a □□ □ aumenta e a água escasseia cada X +.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52875 Eurico Tomoya Dias Pereira em 2023-03-30

Comentário:

Discordo severamente com a ampliação da mina do barroso. A destruição de cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, Trás os Montes, .que é um dos poucos lugares na Europa onde ainda se faz agricultura sustentável é lamentável. É nosso dever proteger e preservar o ambiente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52874 Paulo Arantes Barbosa em 2023-03-30

Comentário:

Todos nós bebemos a água do Barroso. Todos temos que impedir a sua contaminação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52873 Astrid Mathilde Wehmeyer em 2023-04-12

Comentário:

Optimo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52872 Andreia Matos Henriques em 2023-03-30

Comentário:

Concordo com modificação do projeto para evitar ou reduzir efeitos significativos no ambiente, assim como a necessidade de prever medidas adicionais de minimização ou compensação ambiental, situação prevista no Decreto -Lei n.º 151 -B/2013, de 31 de outubro na sua atual redação..

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52871 Wolfgang Frank em 2023-03-30

Comentário:

Optimo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52870 António Pedro Ferreira Fidalgo em 2023-03-30

Comentário:

Na qualidade de natural do concelho de Boticas e de sociólogo venho expressar a minha total discordância e repúdio com a aprovação do projeto de mineração em Boticas. O projeto destroi recursos naturais e ambientais significativos na região. Tem um impacto significativo a nível social, nomeadamente produzindo violência e trauma nas populações afetadas, que já expressaram ao longo do processo o seu descontentamento e angústia. Tem um impacto económico relevante ao ameaçar a atratividade turística do território bem como a agricultura e pecuária das quais depende. Não há planos de contingência possíveis para um projeto que vai contra os interesses daquelas pessoas a quem o território pertence, por questões de cidadania,

mas também de ligação á terra e ancestralidade. Atenciosamente, António Pedro Fidalgo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52869 Mariana Antunes Garrido em 2023-03-30

Comentário:

Recorrer a fontes de energia que implicam a destruição de ecossistemas, o extrativismo desmesurado, o recurso a minerais finitos e gastos de água brutais nunca será uma opção verde.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52868 Ana Isabel Pais de Pádua em 2023-03-30

Comentário:

Caros Senhores/as Venho, por este meio, fazer saber a minha discordância ao presente projeto. Ciente do impacto ambiental que tal projeto terá, bem como a interferência na vida dos habitantes da região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52867 Ana Rita Ribeiro pimenta em 2023-03-30

Comentário:

Esta multinacional está prestes a destruir cerca de 900 hectares de terra e floresta no nosso interior em Covas do Barroso, Património Mundial da Agricultura, Trás os Montes. Faltam 9 dias para 1 consulta pública terminar para a ampliação de uma exploração de Lítio neste lugar que é dos poucos lugares em que ainda se faz agricultura sustentável em Portugal. Nesta exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano - qdo a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Irá destruir os minerais da terra, destruindo todo o ecossistema do lugar. Do micro bio ao macro, afectando do lobo ibérico aos pássaros. Todos os agricultores e a população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Contaminando

---

o ar que pode viajar centenas de kms e as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52866 Catarina em 2023-03-30

Comentário:

Sou contra este projecto, em defesa do ambiente e da sustentabilidade da vida em Portugal

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52865 João Losada em 2023-03-30

Comentário:

Está na altura de deixar de estar de braços cruzados quando há projectos que em nada zelam pelo futuro e o bem estar das nossas comunidades e da nossa natureza.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52864 João Almeida em 2023-03-30

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52863 pedro sousa em 2023-03-30

Comentário:

Um atentado ao ecossistema local, com danos permanentes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52862 Kai Taylor em 2023-03-30

Comentário:

Discordo TOTALMENTE

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52861 Cândida Silva em 2023-03-30

Comentário:

Queremos Portugal um país sustentável que respeita a natureza. Este projeto teria consequências ambientais e de gestão de recursos devastadoras e não deve por isso ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52860 Ana Gomes em 2023-03-30

Comentário:

Concordo que se altere o projecto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52859 Ana em 2023-03-30

Comentário:

Não faz sentido implementar este projeto tendo em conta o impacto ambiental que provocará a jusante (derrames), bem como no próprio local (poeiras, vento, mão de obra). O produto final ficará sempre aquém do valor que será perdido para a sua obtenção. Impressiona-me a forma como uma empresa com o histórico que esta proponente tem, consegue fazer as instituições e cidadãos deste país perder tempo nestas consultas públicas. Deveria de haver um crivo mais rígido relativo a questão. Por extenso: é importante que as empresas proponentes de projetos desta magnitude tenham, no mínimo, um histórico são. Não considero que seja um projeto politicamente viável para o país. Deseja-se investimento no interior rural que, de facto, valorize os seus recursos sem prejudicar os demais: Floresta, Pecuária, Mel e frutos secos; património cultural: Sistema de Aviação, Função dos Baldios, etc.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52858 Florence Jacob em 2023-03-30

Comentário:

Boa tarde, Os trabalhos geram conflitos relativos à conservação de valores naturais e culturais bem como com a população. As consequências e impactes sociais, económicos e ambientais desta atividade na região seram muito negativos. Há de colocar o interesse ambiental e das comunidades à frente de interesses de empresas privadas. Obrigada

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52857 Ana Cristina Marques em 2023-03-30

Comentário:

A informação adquirida e que é da esfera pública, leva-me a crer que este não é o melhor caminho para "salvar o planeta"

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52856 Tiago Correia em 2023-03-30

Comentário:

O fundamento de que a exploração da mina irá trazer inúmeras oportunidades para a região, serve como desculpa lamentável para encobrir o surgimento de vários problemas ambientais. Entre elas a desflorestação, o uso de quantidades brutais de água e a perda de algumas espécies animais. Torna-se urgente defender os nossos direitos bem como a população que lá reside!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52855 António Pedro Andrade Dores em 2023-03-30

Comentário:

não de deve destruir o meio cultural ali criado para dar dinheiro a ganhar a multinacionais que até aos impostos escapam

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52854 Inês em 2023-03-30

Comentário:

Por favor!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52853 Beatriz em 2023-03-30

Comentário:

Discordância

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52852 Rosa Maria Antunes Lopes Pereira em 2023-03-30

Comentário:

Sou pela preservação da natureza, das florestas. Sustentabilidade é essencial. Não sou a favor das minas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52851 Bruno Gomes em 2023-03-30

Comentário:

Mais poluiçao, mais gastos de recursos essenciais como a agua e os beneficios sempre para os mesmos a custos das populaçoes locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52850 Ana Doria em 2023-03-30

Comentário:

Discordância!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52849 José Alberto Pereira Mota da Costa em 2023-03-30

Comentário:

Discordo, em tese, com qualquer tipo de mineração deste gênero, sobretudo tendo em linha de conta aspetos tais como a erosão e envenenamento dos solos, a destruição de aquíferos e de florestas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52848 Joana Pereira em 2023-03-30

Comentário:

900 hectares de património colectivo não podem ser destruídos para serviço de empresas privadas. Não queremos a mina, não queremos a destruição do ecossistema, não queremos o desperdício de milhões de litros de água, não queremos a degradação da imagem da região do Barroso e a desclassificação do estatuto como Património Agrícola Mundial. Minas, não!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52847 Paulo Carreira em 2023-03-30

Comentário:

Considero mais um atentado ao ambiente, principalmente à gestão da água. O equilíbrio entre o desenvolvimento de projectos económicos e a boa gestão ambiental tão mal tratada é extremamente importante. Sou contra esta alteração para ampliação deste projecto. Equilíbrio é necessário.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52846 Ana silva em 2023-03-30

Comentário:

Não há destruição natural em prol do capitalismo!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52845 Marta Santos Silva em 2023-03-30

Comentário:

Discordo da criação das minas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52844 Andre Sobral em 2023-03-30

Comentário:

Por uma altura em que precisamos de forçar o ambientalismo, a preservação das espécies e a recuperação dos espaços perdidos. Pela proteção da água, da fauna e do respeito pelos locais onde viveram gerações, que ajudaram a determinar o espaço geo político português. Pelo sagrado efectivamente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52843 Ana em 2023-03-30

Comentário:

É incompreensível, ao ler esta documentação, como é que este projecto ainda não foi sumariamente recusado, face aos impactos ambientais inevitáveis. Vergonhoso. Criminoso mesmo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52842 Maria da Assunção Santos em 2023-03-30

Comentário:

Por todos os motivos e mais algum sou contra. O arrasar da nossa floresta é o abuso de consumo de água, cada vez mais escassa, que este tipo de minas implica, bem como o veneno que é o lítio quando sacado à natureza para uso industrial, são alguns dos pontos que me fazem estar contra.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52841 Dafne Vaz em 2023-03-30

Comentário:

Venho manifestar a minha discordância para com a exploração minéria do Barroso, devido ao grande impacto que poderia ter nos ecossistemas locais e na gestão das águas não sustentável. Obrigada

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52840 Renata em 2023-03-30

Comentário:

Não é a atividade mineira que sustenta a nossa economia, nem queremos que seja.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52839 Francisco Fonseca em 2023-03-30

Comentário:

Este processo está inquinado de irregularidades. É preciso valorizar a população, sobretudo a 1a atingida. Governos de serviço ao povo nao tem medo da verdade nem são omnipotentes. Esclareca-se, ouça-se e decida-se.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52838 José de Bettencourt em 2023-03-30

Comentário:

Este processo tem que ser adequadamente avaliado! O Simplex Ambiental não pode impedir que legislação europeia e acordos multilateriais de ambiente firmados por Portugal não sejam aplicados

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52837 juliana martins em 2023-03-30

Comentário:

discordo com a destruição de floresta e natureza. discordo com o desvio e consumo de água que implica este projecto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52836 José Manuel Santos da Silva Mirra em 2023-03-30

Comentário:

Sendo a Região afetada uma Zona protegida de agricultura sustentável, e uma área de preservação e proteção do Lobo Ibérico, tal projeto deve simplesmente não avançar pois irá destruir todo o ecossistema envolvido. Além de que em tempos de seca que o país vive irão destruir milhões de litros de água, poluindo ainda os lençóis freáticos da área e em vários quilómetros de distância.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52835 Sofia P. Vieira Paredes em 2023-03-30

Comentário:

Sou absolutamente contra a destruição de cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, Trás os Montes. Este é um dos poucos lugares na Europa onde ainda se faz agricultura sustentável. Com a escassez de água no mundo, como é que acham que gastar 570 milhões de litros de água por ano pode ser uma solução? Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar. Voto contra e espero que travem a Mina do Barroso, um projeto de mina de lítio a céu aberto que já recebeu "não conformidade" pela Agência Portuguesa do Ambiente duas vezes. Porque é que insistem?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52834 Teresa Castro em 2023-03-30

Comentário:

A mina do Barroso não deve ser ampliada.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52833 Margarida em 2023-03-30

Comentário:

Abaixo a exploração de minas de.litio

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52832 Nuno Miguel Carmo Pereira da Luz em 2023-03-30

Comentário:

Não poderei nunca concordar com tal projeto face ao desastre ecológico que atravessamos. A mineração de lítio não é uma solução, apenas um desvio no caminho de mudanças de paradigma energético que irão acontecer, por mais que as instituições e poderes financeiros recusem a reconhecê-lo atempadamente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52831 Luis em 2023-03-30

Comentário:

Grande impacto nk ambiente, sobretudo na água e ar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52830 Paula Fortuna em 2023-03-30

Comentário:

Discordo pelo impacto ambiental nefasto na região. Para além disso, deteriora o potêncial de desenvolvimento da mesma.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52829 Isa Raquel Fernandes Lopes em 2023-03-30

Comentário:

Este projeto irá danificar ecossistemas de extrema importância, não é um projeto sustentável.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52828 Vânia em 2023-04-18

Comentário:

Considero a aprovação deste projecto como agredir o meio ambiente e as suas gentes, sabendo que estás actos irão afetar as gerações vindadouras. Emprestamos a terra das gerações futuras, não obrigada às minas de lítio. Cuidamos o que é nosso e das nossas crianças.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52827 Iris Scheree em 2023-03-30

Comentário:

Discordancia

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52826 Bruno Caracol em 2023-03-30

Comentário:

A Serra do Barroso é demasiado importante para ser sujeita a um projeto deste tipo, contaminante.e destruidor l

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52825 Tiago Rolino em 2023-03-30

Comentário:

Há 1 multinacional prestes a destruir cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, Trás os Montes. Este é um dos poucos lugares na Europa onde ainda se faz agricultura sustentável Nessa exploração, a empresa iria precisar de usar 570 milhões de litros de água por ano, quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52824 Adil H em 2023-03-30

Comentário:

impacte ambiental negativo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52823 Silvy Crespo em 2023-03-30

Comentário:

Aos excelentíssimos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar à Vossa Excelências a minha discordância nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. Ora segue-se que o princípio mesmo de uma mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta de que uma mina resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas e na descaracterização permanente das paisagens. Se for preciso um exemplo, podemos citar o caso da mina de São Domingos, prova de que uma vez extraído o minério, o solo não se recompõe. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, uma mina em Covas do Barroso seria totalmente irresponsável e uma completa violação do dever fundamental de salvaguarda dos recursos naturais e da estabilidade ecológica. O direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República tem uma vertente humana, já que se trata de preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico e de solidariedade entre gerações. A zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura como um Sistema Importante do Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que apoiam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, pelo famoso queijo e pelo mel delicioso. Assim sendo, uma mina em Covas do Barroso é incompatível com o artigo 66 da Constituição da República. No mesmo sentido, o relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente indicou no seu relatório que "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU). Os responsáveis pelo projeto da mina tentaram justificar o projeto dizendo que o lítio europeu é necessário para a transição da Europa para a energia verde. Embora possa parecer ser esse o caso, os grandes projetos de extração de recursos que podem violar os direitos humanos em nome da transição verde são contrários ao desenvolvimento sustentável, como vários tribunais e comissões nacionais e regionais concluíram recentemente. A extração de metais a céu aberto é ilegal em algumas das principais nações verdes, como a Costa Rica, devido aos impactos no ambiente e nos direitos humanos." O Governo português e a Agência Portuguesa do Ambiente aderiram à Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU) sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente – conhecida habitualmente como Convenção de Aarhus. Esta convenção garante ao público um direito de participação que só pode ser efetivo se a consulta é autêntica e o direito de acesso a informação garantido. Ora, um exame do calendário da presente consulta permite concluir que a presente consulta não é autêntica. A Savannah Resources, empresa mineira que supostamente tem os fundos e a experiência técnica relativa a exploração de minas, dispôs durante mais de seis meses da ajuda da APA para estabelecer um novo plano que poderia vir a obter uma luz verde. Enquanto o publico, que não é técnico, apenas dispõe de dez dias para aceder e analisar novos documentos técnicos e voluminosos e assim dar a sua opinião. Tal desigualdade revela uma falta de autenticidade da presente consulta, a qual não respeita a Convenção de Aarhus. Para concluir, como indicado pelo relator Especial das Nações Unidas David R. Boyd, o quadro legislativo atual não permite garantir a

proteção de zonas únicas como a do Barroso e a seria difícil conciliar um histórico de liderança na área ambiental com a aprovação de uma enorme mina a céu aberto numa comunidade que é um exemplo globalmente reconhecido de desenvolvimento sustentável.

Anexos: 52823_Discordancia.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52822 Catherine Savage em 2023-03-30

Comentário:

Nestes dias em que estamos tão conscientes dos efeitos nocivos da destruição do nosso planeta, fico perplexo com o facto de mais uma área de Portugal estar destinada à exploração. Indústria que terá efeitos irreversíveis no abastecimento de água, no ecossistema e no modo de vida de uma população que não quer nada com as minas de lítio. As pessoas não têm voz sobre seus próprios bairros? Os chefes de Savannah aprovariam tais projetos à sua porta? Eu duvido muito. Alternativas mais baratas, limpas e eficazes ao lítio estão sendo pesquisadas... Parece-me que apenas o pre$ente parece relevante para alguns gananciosos. A maioria de nós gostaria de um futuro...

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52821 Antonio em 2023-03-30

Comentário:

Sou contra o avanço deste projecto, visto ser algo contra o património do Barroso e um atentado contra a natureza, que está cada vez mais fustigada.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52820 Movimento Contra Mineração Massueime em 2023-03-30

Comentário:

Discordo da destruição de cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura. Discordo do uso de 570 milhões de litros de água por ano, quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52819 Isabel correia em 2023-03-30

Comentário:

A mineração de Lítio não pode ser a solução para as alterações climáticas, por múltiplas razões: 1. O gasto exacerbado de água, num país com seca até este Inverno, mas tendencialmente sofremos de seca. 2. Perigos para a saúde pública devido à exposição dos metais tóxicos 3. Abaste de árvores para a abertura das minas. Este são alguns dos motivos que não concordo com esta operação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52818 Amanda Shakti de Oliveira Mujol em 2023-03-30

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52817 Isabel Lemos em 2023-03-30

Comentário:

Contra a destruição de 700ha de floresta numa actividade reconhecidamente destruidora dos ecosistemas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52816 Margarida Farinha em 2023-03-30

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52815 Ana Reis em 2023-03-30

Comentário:

Não concordo, espero que seja chumbado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52814 Ana Margarida da Esperança Bernardo Salgueiro Rodrigues em 2023-03-30

Comentário:

Totalmente em desacordo!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52813 André em 2023-03-30

Comentário:

Força para que a População local vença este desafio de proteger seu território

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52812 Ricardo Palma em 2023-03-30

Comentário:

Totalmente contra este tipo de mineração.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52811 Rebeca Csalog em 2023-03-30

Comentário:

Vão ser destruídos cerca de 700 hectares* de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, Trás os Montes. Este é um dos poucos lugares na Europa onde ainda se faz agricultura sustentável Nesta exploração, a empresa iria precisar de usar *570 milhões de litros de água por ano*, quando a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Dizem-nos que esta será uma "mina verde", mas todos os estudos demonstram que as minas de lítio são conhecidas por destruir os ecossistemas, contaminar os cursos de água e poluir o ar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52810 Jorge Rosa em 2023-03-30

Comentário:

Trata-se de um projecto irresponsável do ponto de vista social e ambiental, pelo que, como cidadão português, me oponho peremptoriamente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52809 Irene Raverta em 2023-03-30

Comentário:

Contra as minas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52808 Cátia Bacalhau em 2023-03-30

Comentário:

Não há água nem terra para isto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52807 Diogo Ferraz em 2023-03-30

Comentário:

Sou contra a ampliação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52806 Hans Eickhoff em 2023-03-30

Comentário:

Venho por este meio declarar a minha oposição ao projeto: Com a crise climática em curso e a perda de biodiversidade não é admissível destruir cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, Trás os Montes, onde ainda se faz agricultura sustentável. Nessa exploração, a empresa iria precisar de usar 570 milhões de litros de água por ano, quando a água é cada vez mais escassa em Portugal em especial. Todos os estudos demonstram que a mineração a céu aberto de lítio destrói os ecossistemas, contamina os cursos de água, e polui o ar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52805 Gonçalo Matos em 2023-03-30

Comentário:

Pela proteção dos recursos fluviais hídricos e do ambiente ecológico da região este projeto deve ser cancelado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52804 Alice Martins em 2023-03-30

Comentário:

Dada a reduzida quantidade de minério, este projeto tem uma relação muito baixa de benefício/custo para o planeta e para a sociedade. Este projeto servirá essencialmente apenas para gerar lucro para algumas empresas privadas. Enquanto isso, estará a retirar da sociedade uma quantidade de riqueza muito maior, sob a forma de disponibilidade de água (um tema que será ainda mais premente nos próximos anos), terrenos agrícolas férteis e património natural. Para além disto, este projeto terá um impacto gigante a nível de poluição e redução de biodiversidade, o que dificultará muito a que Portugal atinja as metas de desenvolvimento sustentável a que se comprometeu.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52803 Lara Ximenes em 2023-03-30

Comentário:

Se até a Agência Portuguesa do Ambiente chumba este projeto 2x, não poderá passar!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52802 Gabriela Gomes em 2023-03-30

Comentário:

Discordo totalmente e isto representa um risco para todos nós e para as gerações futuras

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52801 Guilherme CastelBranc de Guimarães Serôdio em 2023-03-30

Comentário:

Sou absolutamente contra a abertura de (mais) uma mina em territorios onde a Natureza ainda se encontra ao abrigo das atividades humanas, sendo por isso reconhecido pela UNESCO. Portugal deve ser um exemplo de sustentatabilidade e sobriedade, não de crescimento verde a todo o custo, arrasando serras, populações e linhas de água. O aquecimento global não é o unico problema desta loucura extrativista industrial. Se tivessemos energia infindável e de graça ainda estariamos a destruir o mundo: a abrir minas, a sobrepescar os oceanos, a arrasar florestas inteiras, a plantar monoculturas de tudo, a encher os oceanos de plástico, etc. O problema em que nos encontramos não é apenas climático - isso é apenas um entre muitos snitomas, como os descritos acima. Uma mina destas, a tentar amainar um sintoma, vai agravar muitos outros, de forma inaceitavel e irreversivel. Sou contra porque esta nunca será apenas uma mina: será apenas MAIS uma mina, nas enormes e insaciáveis cadeias de extração, produção, distribuição e consumo de todo o globo. Ou seja, depois desta mina aberta, precisaremos de muitas outras para construir todas as componentes de todos os produtos eletricos que esta visão distópica e insustentável da economia, da natureza e do futuro continuam a tentar forçar sobre populações inteiras, a nivel local, nacional e continental. Precisamos de preservar o máximo de água que consigamos, bem como ecossistemas. Sou contra porque não quero ver mais serras, rios ou populações sacrificadas ou postas em perigo em nome de mais lucros e crescimento económico a todo o custo. Sou contra também por causa do absolutamente inacreditável prazo de 10 dias dados à cidadania para rever os milhares de documentos que constitutem esta reformulação do projeto. A justificação de que o mesmo nao pode ser extendido por questões burocráticas é uma clara violação dos artigos 12º e 13º da Constituição da República Portuguesa, bem como da convenção Aarhus. É um atentado à possibilidade de pronunciamento da população, e apenas permite este tipo de comentários/participação: com base no fundo da questão, e não nas

questões especificas ao projeto - porque tenho de trabalhar, não posso deixar tudo em suspenso para me dedicar 10 dias a fio a ler milhares de documentos, e ainda ter de construir repostas e comentários aos mesmos. Respeitem-nos. Respeitem a Natureza. Tenham a coragem de a proteger, e procurar caminhos que não impliquem a sua destruição sistemática e produtivista, blindada atrás de leis, regulamentos e "imperativos estratégicos europeus" que a permitem e facilitem.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52800 Lourenço Corte-Real Guedes de Carvalho em 2023-03-30

Comentário:

Deixo aqui um apoio à necessidade de diminuir / parar / reformular as minas. A sua exploração vai desencadear em muito mau-estar ambiental e humane, A longo prazo. Peço a gentileza e decência de abandonarem a ideia / reduzirem o seu impacto. Sabemos que os números sao procurados pra lucres e não para bem-estar populacional.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52799 Gilberto Manuel Faustino Pires em 2023-03-30

Comentário:

Não é do ponto de vista ambiental uma boa opção.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52798 Luís Fonseca em 2023-03-30

Comentário:

A curta extensão temporal típica da exploração em questão torna efémeros os benefícios para a economia local e permanentes os danos para a organização e valorização do território.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52797 antonio adao da fonseca em 2023-03-30

Comentário:

Não concordo em estragar a paisagem natural do barroso

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52795 Bruno em 2023-03-30

Comentário:

Catástrofe ambiental e humana

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52794 Rute Figueiredo em 2023-03-30

Comentário:

nessa exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano - qdo a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Irá destruir os minerais da terra, destruindo todo o ecossistema do lugar. Do micro bio ao macro, afectando do lobo ibérico aos pássaros. Todos os agricultores e a população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Contaminando o ar que pode viajar centenas de kms e as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52793 Kenza Soares em 2023-03-30

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52792 Eva em 2023-03-30

Comentário:

Estas minas gastarão em apenas 1 ano uma quantidade de água que a população demoraria 12 anos a consumir. Já sofremos o bastante com as secas e os incêndios. Não quero que Portugal se converta num deserto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52791 Maria Lemos Gomes em 2023-03-30

Comentário:

Um projecto que dura 17 anos NÃO pode ser autorizado perante o impacto negativo imediato na natureza, que demora mais de 100 anos a reequilibrar, e que as consequencias no contexto sócioeconomico e saúde das as pessoas e as indústrias que utilizam a água dos rios e dos lençóis subterrâneos para agricultura individual e colectiva, bem como fonte de água para beber. Além disso, a referência ao Património de paisagem agrícola mundial e a proteção das espécies protegidas flora e fauna da regional estão acima do capitalismo momentâneo da directrizes europeias ou das agendas promovidas por interesses de lobbies. A natureza está acima destes interesses e favorecimento pontuais a indústrias pontuais. O Lítio é uma extração que não deve ser feita no território de paisagem natural tão valiosos como o nosso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52790 Ana Raquel Carvalho Coelho de Abreu em 2023-03-30

Comentário:

Este projeto irá destruir cerca de 900 hectares de terra e floresta em Covas do Barroso, Património Mundial da Agricultura em Trás os Montes. Discordo completamente completamente deste projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52789 Susana Isabel Carvalho Pinto em 2023-03-30

Comentário:

A paisagem natural, a vida das populações e de todos os que poderão ser afetados por esta exploração valem mais que todo o lítio. O carro individual não pode ser um direito acima de todos os outros.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52786 Adriana Neves em 2023-03-30

Comentário:

Não às minas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52785 Cláudia Dias Rodrigues em 2023-03-30

Comentário:

Discordo. Discordo. Discordo. Por violar os direitos da população local Por violar os direitos culturais e etnográficos. Por violar os direitos colectivos e da terra (livre e limpa) Por violar os direitos da Água (livre e limpa) Por violar os direitos da fauna e flora local e da sua vida selvagem. Porque precisamos de povoações nas serras, para cuidarem das nossas florestas, águas, e animais. Porque precisamos de cuidar e proteger os ciclos Naturais da Vida, através de uma gestão consciente dos nossos recursos naturais (hidrícos, minerais, florestais). Por ser uma acção extrativista, colonialista, abusiva em termos ambientais e culturais, e que contempla apenas interesses económicos imediatos, sem qualquer base de sustentabilidade válida. Porque existem alternativas ao consumo de lítio e outros. E porque mesmo que não existissem alternativas, um caminho abusivo nunca seria um bom caminho.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52784 Ana Beatriz Matias Barbosa em 2023-03-30

Comentário:

O avanço desta acção traduz-se numa atitude criminosa contra a sustentabilidade do meio ambiente e equilíbrio dos ecossistemas, contra a população do Barroso e de Montalegre e arredores, tornando-se assim um crime contra a Humanidade. É uma metida incentivadora da escassez de água na região do Barroso e em torno, irá criar um conjunto e desencadeamento de alterações estruturais e centrais dos sistemas ambientais, como a mencionada anteriormente, a poluição do solo, poluição sonora, o habitat de seres e ecossistemas vivos, retirará à população água de subsistência, direito à água potável, um dos ODS da Agenda 2030 (como todos os mencionados antes). As evidências e argumentos contra o avanço desta medida têm sido apresentados e defendidos por moradores do Barroso, coletivos activistas, coletivos juvenis, ONGS.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52783 Filipe Mestre em 2023-03-30

Comentário:

Não estou de acordo com o projeto que vai destruir não só natureza mas sim também vidas. Não podemos aceitar isso. A natureza é de todos nós.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52782 Margarida Costa em 2023-03-30

Comentário:

Não às minas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52779 Teresa Henriques em 2023-03-30

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52776 Marta Figueiredo da Silva em 2023-03-29

Comentário:

Abaixo as minas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52774 Edmea em 2023-03-29

Comentário:

Discordo! onde fica a tão apregoada "sustentabilidade"?? A preservação da natureza? Da água, dos recursos naturais?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52773 Sara Henriques em 2023-03-29

Comentário:

"Covas do Barroso, Património Mundial da Agricultura, Trás os Montes" Minas de lítio não.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52766 Lito Mendonça em 2023-03-29

Comentário:

Não há exploração do lítio pelo menos não onde se registra um impacto ambiental negativo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52765 Marta em 2023-03-29

Comentário:

Eu discordo com esta calamidade ambiental!! Por favor parem e protejam a natureza e os seres vivos!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52753 Cinthia Domingues de Matos em 2023-03-29

Comentário:

Sem água não há vida. Não há dinheiro que page a vida.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52752 Luzia Peixoto em 2023-03-29

Comentário:

Para além de insustentável do ponto de vista da deplecção de recursos hidricos cada vez mais escassos no nosso país, a extração dos minerais da terra irá destruir todo o ecossistema do lugar. Do micro bio ao macro, afectando: o lobo ibérico, os pássaros e todos os agricultores e população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Mais, irá contaminar o ar, que pode viajar centenas de kms, bem como as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas. Não é viável a nível económico uma tão grande deplecção de recursos de forma generalizada para ganho e sustento de interesses privados. Portugal não pode continuar a virar as costas à sustentabilidade, alegando transições "verdes" em que o verde apenas se conota com a cor do dinheiro. Sejamos honestos, e de olhos postos no futuro de Portugal enquanto ecossistema do qual fazemos parte e do qual dependemos por completo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52750 Ligia Neves em 2023-03-29

Comentário:

nesta exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano (1Milhão e 580Lts/ Dia!!!)* - quando a água é cada vez mais escassa no mundo (*2020 foi um dos anos em q houve momentos em q Portugal teve 75% do território Continental em seca Extrema!*). Para além disto, com a agricultura e a pecuária intensivas, as previsões são de ainda mais secas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52743 João em 2023-03-29

Comentário:

Atentado ambiental as populações locais de agora e do futuro.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52739 Isabel Maria Moreira Sampaio em 2023-03-29

Comentário:

discordo

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52736 Lia Carvalho em 2023-03-29

Comentário:

Um projeto que a longo prazo trará imensos prejuízos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52735 Ana em 2023-03-29

Comentário:

Bom dia a todes! Este Em causa estão territórios onde se praticam modos de vida e práticas agropecuárias ancestrais e de facto sustentáveis - reconhecidos até pela ONU, que declarou esta zona o primeiro exemplo de "Património Agrosílvico Mundial". Porém a destruição que se planeia é precisamente justificada em nome da "sustentabilidade", como passo necessário a uma suposta "transição energética" que se coíbe de questionar os paradigmas do transporte individual, do capitalismo de consumo, e do crescimento assente sobre a extração de recursos. Mas o crescimento verde não existe...

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52730 Luís Borges em 2023-03-29

Comentário:

A mina irá poluir os lenções freáticos!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52723 Vanessa em 2023-03-29

Comentário:

A natureza e a população não têm de sofrer, por causa desta exploração mineira que, na realidade, irá beneficiar umas poucas pessoas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52719 Guilherme Garcia em 2023-03-29

Comentário:

Chega de destruir florestas, há cada vez mais alternativas a esta solução. Por favor respeitem a natureza!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52718 Sandra coelho em 2023-03-29

Comentário:

A actividade mineira realizada por mega-empresas multinacionais beneficia o capital, sem benefícios para a população local nem para as gerações vindouras.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52712 Ana Catarina Veiga Monteiro em 2023-03-29

Comentário:

Portugal enfrenta um grave problema de seca nos ultimo anos (em 2020, 75% do terriot´rio em Potugal chegou a estar em situação de seca extrema). Esta situação tende a agravar-se no futuro e por isso devem ser tomadas medidas para reverter este problema, não para agravar, como é este caso. A ampliação desta mina representa um atentado ambiental para todos o país, com a finalidade de extrair um mineral que se diz "verde", mas que todos sabemos que a sua utilização tem um limite de vida. Deveriamos estar a investir em tercnologia com recursos renováveis e não apostar desta forma nos esgotáveis. Este projeto representa a destruição de 900 hectares de terra e floresta numa região que é Património Mundial da Agricultura. Nesta exploração a emprsa iria precisar de 570 milhões de litros de água por ano. 12 vezes mais do que a população local (que já atravessa períodos de saca difíeis) consome. Se isto já não fosse motivo suficiente para os nossos políticos impidirem projetos destes, nota-se que este projeto não é suficientemete claro quando às condições de segurança e ambientais. Pelo que discordo completamente com o avanço deste projeto. Ana Catarina Veiga Monteiro contribuinte nr 251266982

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52708 Elisabete Rodrigues em 2023-03-29

Comentário:

Para haver progresso não é preciso seguir o caminho da destruição!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52704 Miguel Ledro Henriques em 2023-03-29

Comentário:

Expresso veementemente a discordância relativamente à expansão da mina do Barroso, tendo em conta o grave e estrondoso desequilíbrio entre benefício e malefício. Pela quantidade irrisória de matéria prima a ser extraída em comparação com outros locais de extracção do mundo, e para benefício económico de apenas alguns grupos multinacionais já monetariamente muito poderosos, a validação deste projecto levaria à destruição de seres sentientes (alguns dos quais em perigo de extinção), à destruição de paisagem naturalmente considerada património mundial, à destruição do curso natural de recursos hídricos cuja preciosidade não necessita de qualquer argumento, e a um impacto manifestamente negativo em toda a população circundante. Parece ser claro que não há qualquer motivo racional, emocional, existencial, ou mesmo economicamente viável no panorama geral das coisas, que valide este projecto. Com os melhores cumprimentos,

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52703 André Ferreiro em 2023-03-29

Comentário:

Devido às secas que Portugal tem vindo a sofrer nas últimas decadas, o volume de água necessário para o projeto das minas é excessivo e será destrutivo para as populações locais e terrenos envolventes.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52698 Susana Pinto em 2023-03-29

Comentário:

Discordo!!! Em primeiro lugar pela defesa das pessoas e todos os seres vivos locais que têm direito a continuar a viver em harmonia com o ambiente e o seu contexto de trabalho e modo de vida. Pelas comunidades que auto organizam-se e que, em vez de terem emigrado quando com dificuldades, ficaram! Sem esta ruralidade (património agrícola mundial) não há vida nas cidades. Depois, pela prepotência da tecnocracia prometeica do ocidente, que se assume como verde e salvadora. Como se pode "sacrificar" (usurpar, destruir, desertificação, matar, contaminar, intoxicar,…) esta zona em benefício de uma indústria automóvel de obsolescência programada? Haverá mais alguma coisa a extrair desta mina que não sabemos!? A maior riqueza que existe no planeta está debaixo dos nossos pés. Respeitem o que nos dá o pão e defendam os direitos da natureza em vez de os explorarem até à exaustão. A mina de Chuquicamata, no deserto do Atacama, é um bom exemplo de como uma mina pode destruir a vida de todos. Fica aqui a sua história: "Advertencia: inmueble en proceso de desmantelamiento. No ingresar", dicen los carteles pegados en las viviendas clausuradas. De capital minera a ciudad fantasma. En poco tiempo, las tres mil quinientas familias que vivían aquí se habrán marchado y el pueblo quedará sepultado bajo toneladas de desechos de la mina. Traslado El crecimiento de los vertederos de la mina Chuquicamata, las emisiones de material particulado y de sustancias tóxicas, y la necesidad de ampliar el recinto industrial llevaron a Codelco, la empresa estatal que administra la mina, a implementar un proyecto de traslado de los habitantes del pueblo de Chuquicamata a la ciudad de Calama. http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/business/newsid_6937000/6937534.stm

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52697 Miguel em 2023-03-29

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52694 Vítor Santos em 2023-03-29

Comentário:

Seria uma enorme destruição ambiental num território tão sensível, nomeadamente a escassez de água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52693 Fab em 2023-03-29

Comentário:

Não falta água não???

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52692 Mirelle zanotto em 2023-03-29

Comentário:

Um absurdo com tamanha falta d’agua e destruição de uma região única

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52689 Rafael Serpa Teixeira de Sousa em 2023-03-29

Comentário:

Não às minas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52687 João Filipe dos Santos Matos em 2023-03-29

Comentário:

Do ponto de vista ambiental, a pensar na nossa geração e nas gerações vindouras, não posso concordar que se continue a explorar os recursos minerais do nosso país e planeta. Num país pequeno como o nosso onde se fala do interior e dos problemas demográficos que se tem vindo a agravar, não faz sentido agravar-se ainda mais as condições dos que aí ainda resistem e permitir a degradação dos ecossistemas destes lugares.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52686 Maria Armanda Pessoa de Amorim Mas de Saint-Maurice em 2023-03-29

Comentário:

Há 1 Multinacional prestes a destruir cerca de 900 hectares de terra e floresta no nosso interior em Covas do Barroso, Património Mundial da Agricultura, Trás os Montes. Faltam 9 dias para 1 consulta pública terminar para a ampliação de uma exploração de Lítio neste lugar que é dos poucos lugares em que ainda se faz agricultura sustentável em Portugal. **Nota: nessa exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano - qdo a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Irá destruir os minerais da terra, destruindo todo o ecossistema do lugar. Do micro bio ao macro, afectando do lobo ibérico aos pássaros. Todos os agricultores e a população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Contaminando o ar que pode viajar centenas de kms e as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52684 Jose Maria Teixeira Bastos Cardoso Moniz em 2023-03-29

Comentário:

Pelo impacto ambiental..

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52680 Mário Martins Fonseca em 2023-03-29

Comentário:

Não concordo pois vai afetar diretamente as populações locais, flora e fauna dos locais naturais. Portugal já é pequeno e ainda vão diminuir mais a nossa área assim como os espaços naturais que deveriam e poderiam ser protegidos como bem insubstituível.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52678 Filipa Neves em 2023-03-29

Comentário:

Contra a ampliação

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52677 Joana Oliveira em 2023-03-29

Comentário:

Um erro crasso a exploração de lítio. A população está todo contra e não é por acaso. Há também não residentes que se juntam ao protesto, e são milhões. Impactos negativos na população, na natureza, na agricultura, na água e nos animais. Numa altura em que sabemos que o planeta tem limites de vida e que se não mudarmos o nosso estilo de vida estamos a condenar o planeta à morte, ao invés de tratarmos do nosso solo e da nossa água, estamos preocupados com lítio e com lucros de privados em detrimento das coisas mais essenciais à vida humana, água!!! Não dá para entender.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52676 Teresa Carvalho Costa em 2023-03-29

Comentário:

Não queremos mais minas, queremos que o património natural pertença às pessoas, às pessoas autoctones e descendentes e a toda a humanidade. Minas Não!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52666 Arlete e Silva em 2023-03-29

Comentário:

Pelas Águas e Serras. Pela Terra. Pela verdadeira Sustentabilidade do Planeta e dos Humanos! ...

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52665 Rodrigo Silva em 2023-03-29

Comentário:

Salvaguardar as águas, florestas e agricultura responsável, para nós que vivemos no presente e para o futuro sustentável das novas gerações (nossos filhos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52664 Beatriz Santos em 2023-03-29

Comentário:

As minas deviam ser encerradas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52663 matteo em 2023-03-29

Comentário:

Discordo com este projeto destruidor

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52662 Jose Luis Goncalves Pereira em 2023-03-29

Comentário:

Em completa discórdia. Uma mina desta envergadura não traz nada benidicial para a região antes pelo contrário vai destruir todo o ar puro que temos e destruir toda a natureza.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52661 João Morais em 2023-03-29

Comentário:

Inqualificável o que querem fazer, num país que constantemente fala do quão importante o meio ambiente é. A solução nunca será destruir a natureza para a salvar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52660 Pedro Ribeiro em 2023-03-29

Comentário:

Discordo com o projecto

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52658 Teo Furtado em 2023-03-29

Comentário:

Nao às minas do Barroso

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52657 Sérgio Miguel Magalhães em 2023-03-29

Comentário:

O plano de mitigação para o impacto direto das consequências ambientais da operação de mineração, não pode assumir como base técnica a constatação de um território sacrificial. Este território (não só o imediato como também o não imediato), é património colectivo e incorpora um conjunto de garantias universais que ultrapassa o léxico legal e comercial utilizado para a construção do raciocínio extrativo. Mais do que beneficiar as práticas insustentáveis da maioria desinformada e ignorante, qualquer ação individual considerada no âmbito do efeito coletivo, (seja esta pública ou privada), deve implicar uma reação de impacto superior à ação precedente na proteção de um claro interesse comum. Nada pode ser feito sem considerar o impacto social, cultural e etnológico de uma política transcontinental, de raízes políticas globais, e altamente comparativa. Tudo deve ser englobado pela mesma política extrativa, considerando a humanidade e o seu ambiente multimodal como o centro da sua intervenção. A inovação tecnológica pela Investigação em meios técnicos da actividade mineradora pode ser uma forma de alterar o paradigma, mas, não sem antes, reposicionar toda uma prática de campo que reflita uma Pedagogia extrativa e que assuma o poder de alteração que carrega; não sem antes considerar a ética da produção de recursos coletivos e o seu impacto direto na construção do nosso habitat. Precisamos olhar para estes territórios como exemplos do futuro e não como memórias de um passado. Consideremos o legado que carregamos para as gerações futuras. Obrigado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52656 Mariana em 2023-03-29

Comentário:

Aumentar a mineração em Portugal, sendo uma indústria que tem impactos ambientais drásticos e que consome quantidades absurdas de água e sendo um país que está praticamente em todoco território permanentemente a braços com a seca, é de tal forma absurdo, que nem deveria ser permitido chegar a esta fase de consulta. Percebo que o lítio é altamente cobiçado, mas também sei que as baterias dos carros elétricos são precisamente dos elementos que aumentam exponencialmente a sua pegada ecológica e por isso, em vez de se continuar a alimentar uma solução não sustentável, deveriam pensar antes em proteger os delicados ecossistemas e recursos naturais renováveis que o nosso país tem e investir na pesquisa de soluções realmente

sustentáveis. Não cedam à ganância e à cobiça que só traz lucros a alguns, durante algum tempo, e traz prejuízos vitalícios a dezenas de milhares de pessoas e à sua descendência, para não falar da restante natureza que tem sido ignorada em decisões deste tipo há décadas (séculos?). Estratégias de mitigação dos impactos ambientais não são sinónimo de não haver impactos ambientais. Por tudo isto, não posso concordar e não sei como é que alguém consegue justificar a sua concordância de consciência tranquila.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52655 José Sizenando Candal Ribeiro da Cunha em 2023-03-29

Comentário:

Pf valorizem mais a biodiversidade que o lítio

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52652 Pedro Barreiros em 2023-03-29

Comentário:

Não a mina

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52650 Mariana Portela em 2023-03-29

Comentário:

DISCORDÂNCIA!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52649 Matheus Hemerly Risso em 2023-03-29

Comentário:

Ampliar as minas vai trazer um prejuízo enorme a Portugal

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52648 Beatriz Guerreiro em 2023-03-29

Comentário:

As minas do Barroso, ou em qualquer outro sítio são uma calamidade ambiental que deve ser travada a todo o custo. Obrigada

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52645 Lara Álmeida em 2023-03-29

Comentário:

Discordo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52644 Filipa Dias em 2023-03-29

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52643 Selma Rosa Ferreira Nunes em 2023-03-28

Comentário:

Portugal está viver um momento de crise climatica, em alguns anos será impossivel aqui morar, eu por ser habitante portuguesa, de nacionalidade e familia portuguesa quero que seja possivel eu bem como os meus filhos aqui morarem e por isso é urgente travar todo o tipo de situações e decisões que afectam a agua, nature, fauna e flora. Quero poder continuar a berber agua e nao ter medo de tomar banho do rio, de poder comida que é plantada em portugal e terra sem quimicos onde eu possa morar. Como eu há muitos. Acho urgente a reavaliação do impacto desta mina.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52640 Joana Gonçalves em 2023-03-28

Comentário:

Precisa de ser revisto!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52638 Catarina Lopes Pires em 2023-03-28

Comentário:

“As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura." #nãoàsminassimàvida

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52636 Filipe Pedreira dos Santos em 2023-03-28

Comentário:

Contra a ampliação da Mina do Barroso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52634 Marta Francisco em 2023-03-28

Comentário:

Concordo com a alteração do projeto, de forma a que sejam minimizados os riscos ambientais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52633 João Faria de Morais em 2023-03-28

Comentário:

É um projecto altamente poluente que vai implicar a contaminação dos lençóis freáticos da região por muitas centenas de anos segundo dados oficiais referentes a projectos semelhantes. Um desastre ambiental de promoções catastróficas. Só o facto de se levar este projecto a discussão já é insultuoso para a inteligência dos cidadãos. Parem de defender interesses económicos obscuros e passem a defender os interesses dos vossos representados. De rejeitar liminarmente.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52630 Margarida Morais em 2023-03-28

Comentário:

É um atentado contra a natureza e o ambiente permitir este nível de devastação e desperdício de água

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52629 António Macedo em 2023-03-28

Comentário:

A existência da prospeção actual, de dimensão muito inferior à pretendida, já prejudica, em demasia, as localidades envolvidas na mesma. Deve ser imediatamente terminada, na perspectiva de não se continuar a desenvolver, nem se reactivar, seja pela razão que for. A continuação da exploração mineira na apelidada “Mina do Barroso” vai dizimar o ecossistema daquela região, muito próxima do Parque Nacional Peneda-Gerês; trazer mal-estar físico, psicológico e social à população (doença); prejudicar enormemente a principal actividade, a agrícola, sendo uma região considerada como Património Agricola Mundial pela ONU e; reduzir drasticamente o potencial de desenvolvimento futuro do turismo naquela região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52627 Regina Almeida em 2023-03-28

Comentário:

Manifesto a minha discordância relativamente a este projeto por ser mais uma atrocidade contra o planeta e contra as comunidades locais. Cumprimentos Regina Almeida

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52626 Paula em 2023-03-28

Comentário:

Não concordo com a destruição de 900 hectares de terra e floresta no nosso interior em Covas do Barroso, Património Mundial da Agricultura, Trás os Montes., neste lugar que é dos poucos lugares em que ainda se faz agricultura sustentável em Portugal., além que nessa exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano - qdo a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Irá destruir os minerais da terra, destruindo todo o ecossistema do lugar. Do micro bio ao macro, afectando do lobo ibérico aos pássaros. Todos os agricultores e a população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Contaminando o ar que pode viajar centenas de kms e as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52625 Xavier Barreto em 2023-03-28

Comentário:

Participei numa ÚNICA apresentação pública do projecto. Não sou de forma alguma contra o Lítio, até porque, uso computadores e telemóveis. Sou sim, contra um buraco enorme que querem abrir no nosso espaço. É um espaço verde, rico em vida e muito sensível. Sou da ideia que devem fazer buracos num deserto qualquer, com o devido respeito que tenho pelo deserto. Fiquei com a ideia de que estão a OFERECER-NOS UM CANCRO como se fosse uma coisa muito boa e como contrapartida, pagam-nos a QUIMIOTERAPIA, como se, igualmente fosse uma coisa muito boa. De notar, que no local da mina são assegurados apenas 4 postos de trabalho; o técnico dos explosivos, o operador da giratória e 2 condutores de camião, atendendo que todos estes têm que ser pessoas altamente especializadas, não no garantem qualquer posto de trabalho para os residentes. Há duas aldeias, Antigo e Espertina da freguesia de Dornelas, que ficarão com as nascentes naturais que abastecem as aldeias comprometidas e não são contempladas soluções. Prometem-nos que não vão mexer no RIO COVAS mas não nos prometem que não mexerão no RIO LOUSAS, o qual, se encontra na mesma ordem de importância. No estudo não são apresentados dados no que respeita às necessidades de água, nem à obtenção da mesma. Ao

remexer a terra e a rocha, os horizontes do solo serão todos destruídos e a reposição das linhas de água nunca mais serão as mesmas. Os lençóis freáticos serão completamente poluídos logo que as telas se desgastem e rompam. A Empresa Savannah Lithium, Unipessoal Lda com capital social de apenas 1333€, não nos oferece segurança alguma, na área da responsabilidade civil e criminal. Diz ser uma subsidiária da Savannah Resources conhecida a nível mundial. No plano de boa vizinhança, promete mundos e fundos e todos sabemos o que vai acontecer... Não há sequer garantia da recuperação do solo, economicamente não é rentável tapar novamente o buraco com inertes e, em caso de insolvência quem garante fazê-lo com 1333€. Além de não vermos soluções à vista para as espécies em vias de extinção, esquecem-se por completo da espécie mais rara que sobrevive no local, o Homem. O RELATÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS diz textualmente que, por aqui, não estão a ser respeitados os direitos humanos. "Onde os lucros e interesses privados têm tido prioridade em detrimento dos direitos humanos e do ambiente...referindo-se à futura exploração de lítio da empresa Savannah Lithium... uma mina a céu aberto numa região classificada como Património Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)." As áreas intervencionadas rendem em subsídios agrícolas uma média de 1110€ (850RPA+260€MZDS) por hectare, para os pequenos agricultores que tenham animais em Regime da Pequena Agricultura. A empresa oferece apenas 335€ por cada hectare ocupado e parece-lhe muito. Destruímos a marca " Barroso" que ficará eternamente ligada a mineração. Não temos acesso a dados necessários da prospecção que nos possam garantir que tipo de reacção terão outras rochas não mencionadas quando em contacto com ar ou água. Tudo indica que produzam problemas maiores no que respeita à criação de compostos químicos altamente tóxicos. O balanço de carbono é muito prejudicial. A maquinaria funciona toda a combustão fóssil, o transporte em camiões e distância percorrida, faz do projecto um foco de poluição maior que todas as baterias “ditas verdes” produzidas. A área agro-florestal será degradada, haverá abandono das atividades agrícolas, haverá prejuízos de imagem para turismo e produtos endógenos. Não apresentam dados nem soluções quanto à emissão de poeiras. A existência da prospeção actual, de dimensão muito inferior à exploração pretendida, já prejudica, em demasia as localidades envolvidas na mesma. Deve ser imediatamente terminada, na perspectiva de não se continuar a desenvolver, nem se reactivar, seja pela razão que for. A exploração mineira vai dizimar o ecossistema, muito próximo do Parque Nacional Peneda-Gerês; traz mal-estar físico, psicológico e social à população; prejudica enormemente a agricultura, principal actividade no local, e reduz drasticamente o desenvolvimento futuro do turismo na região. A Assembleia de Compartes de Dornelas é contra a instalação de qualquer tipo de exploração mineira, pode ler-se nas actas em anexo. Neste contexto, o órgão executivo não pode, nem deve fazer, qualquer tipo de contrato de exploração. A Comissão de Avaliação deve manter o parecer desfavorável. Solicitamos encarecidamente à APA para emitir Declaração de Impacte Ambiental DESFAVORÁVEL. Não podemos prejudicar um milhar de residentes para beneficiarmos 4 ou 5 capitalistas.

Anexos: 52625_Actas Assembleia Dornelas 2022 3, 4 e 5.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52618 Francisco Macedo em 2023-03-28

Comentário:

A existência da prospeção actual, de dimensão muito inferior à pretendida, já prejudica, em demasia, as localidades envolvidas na mesma. Deve ser imediatamente terminada, na perspectiva de não se continuar a desenvolver, nem se reactivar, seja pela razão que for. A continuação da exploração mineira na apelidada “Mina do Barroso” vai dizimar o ecossistema daquela região, muito próxima do Parque Nacional Peneda-Gerês; trazer mal-estar físico, psicológico e social à população (doença); prejudicar enormemente a principal actividade, a agrícola, sendo uma região considerada como Património Agricola Mundial pela ONU e; reduzir drasticamente o potencial de desenvolvimento futuro do turismo naquela região.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52617 luis athayde em 2023-03-28

Comentário:

Unidos Em Defesa de Covas do Barroso presente! As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52616 Ilda Maria Milhazes Carvalho Ferreira em 2023-03-28

Comentário:

Não queremos a nossa água envenenada. Já temos cancros suficientes, obrigada! Queremos a paisagem tranquila, e não essa GANÂNCIA QUE TUDO MATA E DESTRÓI! Fora com as minas, viva a vida. Viva a natureza, que é linda, ainda!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52610 Mariana Barbosa Camacho em 2023-03-28

Comentário:

O projeto de expansão mineira no Barroso é condenável pelas seguintes razões: 1. UTILIZAÇÃO DE 570 MILHÕES DE LITROS DE ÁGUA POR ANO (1Milhão e 580Lts/ Dia*), 12 Vezes mais do que a população locar utiliza, num período de plena crise climática em que a Água é cada vez mais escassa no mundo, quando a seca extrema se torna cada vez mais grave e frequente no território português. *2020 foi um dos anos em que houve momentos em que Portugal teve 75% do território Continental em seca Extrema!* . Para além disto, com a agricultura, pecuária e pescas intensivas, as previsões são de ainda mais secas no mundo. 2. DESTRUIÇÃO DE TODO O ECOSSISTEMA. Do micro ao macro, desde o Lobo ibérico, aos pássaros, micro-organismos indispensáveis à biodiversidade do ecossistema e a todos os agricultores e população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. 3. CONTAMINAÇÃO DO AR que pode viajar centenas de kms. Bem como as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas. 4. ALIMENTAÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMÓVEL E AUMENTO DO LIXO TÓXICO NÃO RECICLÁVEL. As baterias apenas irão durar cerca de 10 anos. E depois é lixo total com elas. Ou seja, esta não é de todo uma solução sustentável. Deviam-se sim, aumentar os transportes públicos. Apostar e desenvolver nas baterias de sódio, e outras opções em estudo. Mas esta não é, sem dúvidas, a solução!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52609 Ana Catarina Silva em 2023-03-28

Comentário:

Um património agrícola mundial não pode ser considerado a exploração mineira. As questões ambientais em Portugal não são levadas a sério !

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52606 Ana Mendes em 2023-03-28

Comentário:

Continua vigente o parecer negativo para o projeto em causa. Relembrando e parafraseando: A ZERO (Associação Sistema Terrestre Sustentável) deu parecer negativo ao documento, considerando que o projeto tem "evidentes impactes ambientais", muitos deles cuja "alegada reversibilidade é muito duvidosa". "Jamais se pode afirmar que estamos perante um suposto projeto daquilo que o governo anunciou como de "Mineração Verde" (Green Mining), um conceito falacioso e tecnicamente errado que apenas poderá ser suportado por uma narrativa de "greenwashing" numa atividade que a própria indústria reconhece que inevitavelmente gerará um considerável passivo ambiental para as gerações futuras", lê-se num comunicado divulgado pela ZERO. Apesar da associação ambiental reconhecer que no combate às alterações climáticas, "a eletrificação da sociedade tem na tecnologia com base no lítio um importante aliado" na transição energética, "não deixa de ser verdade que a mesma não pode justificar uma extração de recursos minerais a qualquer custo, sem que sejam devidamente acautelados os impactes sociais, económicos e ambientais". Da análise que a ZERO efetuou, e com base na qual elaborou um parecer negativo ao Estudo de Impacte Ambiental, a associação dá conta de uma "questão pertinente" que se prende com convivência da população em permanência com uma mina em laboração 24 horas por dia: "não nos podemos esquecer que se trata de uma mina a céu aberto que em muitas questões é similar a pedreiras a céu aberto que existem em algumas regiões do nosso país, e onde, como se pode constatar a convivência com as populações, é tudo menos pacífico". Ao nível da paisagem, a ZERO destaca que "os riscos e os impactes paisagísticos associados à exploração mineira são passíveis de minimizar", designadamente, se se cumprir escrupulosamente o Plano de Recuperação Paisagística (PRP): "quando se constata que a exploração poderá ser visível até 30 km de distância, denota bem a intrusão na paisagem e consequências negativas que a degradação provocará termos de atratividade turística da região". Também ao nível da biodiversidade "não é feita a devida ponderação quanto ao real impacte da mina", refere a ZERO, dando especial relevância a "espécies da fauna com estatuto de conservação, algumas cuja abundância e área de distribuição tem regredido nos últimos anos, como a toupeira-de-água (Galemys pyrenaicus), o mexilhão-de-rio (Margaritífera margaritífera) e o lobo-ibérico (Canis lupus), para o qual é referida a falta de dados que permita fazer uma análise mais profunda".

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52602 Dayana Lucas em 2023-03-28

Comentário:

Sou 100% CONTRA este projecto de mineração, tendo em consideração o impacto ambiental a micro e macro escala que criaria, nomeadamente a contaminação do ar, solos e águas, que se prolongam ao longo do território, de norte a sul. Este é um projecto CONTRA OS SERES VIVOS, que não pode avançar para benefício de uns poucos. Não é uma opção sustentável nem a curto, nem a médio, muito menos a longo prazo. "DESGRAÇA DE MUITOS, CONSOLO DE POUCOS" Dayana Lucas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52600 Nuno Marques em 2023-03-28

Comentário:

As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura." Discordo em absoluto com a Alteração ao projeto de ampliação da Mina do Barroso, ao abrigo do n.º 2, art.º 16, DL 151-B/2013 na sua atual redação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52597 Rui Lacerda em 2023-03-29

Comentário:

Vamos preservar a natureza

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52596 Hernâni Baptista em 2023-03-28

Comentário:

A extração dos minerais irá ali destruir todo o Ecossistema do lugar. Do micro ao macro, desde o Lobo ibérico, aos pássaros, micro-organismos indispensáveis à biodiversidade do ecosistema e a todos os agricultores e população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Irá contaminar o ar por centenas de kms, bem como as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52595 Manuel Bento em 2023-03-28

Comentário:

A extração dos minerais irá ali (como em qualquer local) destruir Todo o Ecossistema do lugar. Do micro ao macro, desde o Lobo ibérico, aos pássaros, micro-organismos indispensáveis à biodiversidade do ecosistema e a todos os agricultores e população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Irá contaminar o ar que pode viajar centenas de kms. Bem como as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas. nesta exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano (1Milhão e 580Lts/ Dia!!)* - Quando a Água é cada vez mais escassa no mundo (*2020 foi um dos anos em q houve momentos em q Portugal teve 75% do território Continental em seca Extrema!*). Para além disto, com a agricultura, pecuária e pescas intensivas, as previsões são de ainda mais secas no mundo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52594 Chaves Comunitária em 2023-03-28

Comentário:

Não às minas! Chega de multinacionais e grandes empresas que exploram o ambiente e o povo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52592 ANA Luísa Sousa em 2023-03-28

Comentário:

Não à destruição ambiental desnecessária.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52590 Pedro em 2023-03-28

Comentário:

Óbvio Procurem lucrar com o natural que temos em vez de o destruir.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52589 José em 2023-03-28

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52587 Claudio Alexandre Guerra Silva Gomes da Piedade em 2023-03-28

Comentário:

A quem de direito, Como cidadão português com raízes no Norte e Centro de Portugal, escrevo para partilhar a minha discordância total com a Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso. A mina destruirá irreversivelmente a paisagem e irá afectar imensas espécies locais, algumas endémicas, não só no imediato mas a longo termo, ao se degradar e destruir os seus habitats e zonas de alimentação e de refúgio, contribuindo-se assim para a redução da sua distribuição no território nacional. Podemos destacar o lobo-ibérico (Canis lupus signatus), o corço (Capreolus capreolus), a águia-caçadeira (Circus pygargus), o falcão-abelheiro (Pernis apivorus), o bufo-real (Bubo bubo), a salamandra-lusitânica (Chioglossalusitanica), o tritão-de-ventre-laranja (Lissotriton boscai), o lagarto-de-água (Lacerta schreiberi) e o cágado-de-carapaça-estriada (Emys orbicularis), entre muitas outras. A paisagem será igualmente degradada pela construção de infraestruturas industriais que não têm lugar num local como o Barroso. A população é ameaçada com a possibilidade de expropriação e, à medida que a exploração avançar, maior será a probabilidade de êxodo, pois viver junto a uma exploração mineira reduz drasticamente a qualidade de vida de qualquer pessoa. A população local, incluindo crianças e idosos, será afectada severamente ao nível da saúde física (por exemplo, doenças respiratórias devido às poeiras e ao aumento de gases de escape libertados por veículos pesados) e psicológica (destruição do seu sentido de pertença e identidade à terra, perda de bens, bem como migração forçada). A verdade é que as gentes do Barroso têm ainda uma ligação forte à terra, mantendo ainda viva a arte da agricultura tradicional de subsistência. Por isso mesmo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) reconheceu a região do Barroso (Boticas e Montalegre) como Património Agrícola Mundial em 2018, pelo seu sistemas de agricultura tradicional com características notáveis do ponto de vista da biodiversidade, saber tradicional, paisagem, modelo socioeconómico e resiliência face às alterações humanas, climáticas e ambientais. Com o avanço da mina, é retirada a soberania às populações e o poder de decisão sobre as suas próprias vidas e a dos seus descendentes. Os recursos minerais podem pertencer a todos, mas isso não torna legítimo avançar com uma exploração deste tipo e desta magnitude, sem o consentimento das pessoas que serão directamente e indirectamente afectadas por ela. É preciso relembrar que a paisagem intacta do Barroso, as suas águas limpas e a sua Natureza como um todo constituem um património imaterial pertencente também ele a todos nós, e em especial às futuras gerações. Assim, podemos perceber que há um forte conflito de interesses entre: aqueles que querem monetizar o Barroso a qualquer custo através da exploração de lítio altamente invasiva, com impactos sociais e ambientais graves; e aqueles que pretendem preservar a paisagem e as aldeias ao encontrar soluções que possam não só proteger as pessoas, a água e a paisagem única, como também trazer riqueza ao país através do foco na conservação, a longo termo, daquilo que de melhor temos, como por exemplo através do turismo ecológico de excelência, já praticado em países como a Noruega, Eslovénia, Suécia e Croácia, entre outros. Por último, existem alternativas para a descarbonização e transição energética que passam, por exemplo, pela aposta na reflorestação do território com espécies autóctones que actuem como sumidoros de CO2, pela aposta numa rede de transportes públicos eficiente e acessível que sirva o país, em especial nos grandes centros urbanos, e pelo financiamento de investigação focada em alternativas às bateria de lítio (e.x.: baterias de iões de sódio; baterias de hidrogénio) que sejam mais eficientes e não recorram a indústrias extractivas. Em resumo, estou em forte discordância com o projecto de ampliação da mina do Barroso, e espero sinceramente que a Agência Portuguesa do Ambiente tenha os melhores interesses da população portuguesa, em particular da população local do Barroso, e das futuras gerações em consideração. Agradeço a vossa atenção, Claudio Alexandre Piedade (PhD)

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52585 Sara Moura em 2023-03-28

Comentário:

Não há destruição de ecossistemas, não uso abusivo de água num país que sofre ano após ano com secas extremas, não há contaminação e poluição.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52582 Carlos em 2023-03-28

Comentário:

Trata-se de um atentado ambiental e toda a exploração devia ser suspensa

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52580 Jose Antonio Dias em 2023-03-28

Comentário:

Esta quarta alteração ao projecto, da empresa australiana "SAVANNAH" , que não tem qualquer experiência em minas de lítio, apresenta um Estudo de Impacte Ambiental (EIA) reformulado, que em NADA MODIFICA as questões levantadas pela comissão de avaliação , nas anteriores versões que foram chumbadas: SISTEMAS ECOLÓGICOS : Potencial perturbação de espécies como o Mexilhão-de-rio, Gralha-de-bico-vermelho e da atividade natural do lobo-ibérico. RECURSOS HÍDRICOS : Presença de elementos do projeto sobre linhas de drenagem, a sua proximidade ao rio Covas, possibilidade de deterioração da qualidade das águas superficiais (que desaguam todas no rio Beça) com afetação dos objetivos definidos na Diretiva Quadro da Água. PAISAGEM : Não existia, à data, compatibilidade paisagística do projeto devido à classificação da área como Património Agrícola Mundial. COMPONENTE SOCIAL : Elevada incomodidade provocada pela

exploração intensa e continuada, num curto período, influência na qualidade do ar da região, possível perda de classificação de Património Agrícola Mundial. A Savannah Resources apresentou na semana passada o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) reformulado da mina do Barroso, estando o mesmo em consulta pública desde o dia 22 de março e até ao dia 4 de abril, sendo o prazo de 10 dias úteis “injusto e totalmente irrazoável”, nas palavras do presidente da Câmara de Boticas, já que se trata “de um projeto completamente novo e é humanamente impossível analisar todos os documentos, fazendo uma análise criteriosa, não só pelo seu volume [a APA disponibilizou no portal Participa 1.776 ficheiros para a consulta pública], mas também por se tratar de aspetos técnicos que requerem a contratação de serviços externos, já que a Câmara de Boticas e todos os munícipes não dispõem de meios próprios e, tendo em conta a complexidade técnica do documento sob consulta, assim como o facto de só agora ter tido acesso à documentação, necessitam de se socorrer dos serviços de entidades terceiras habilitadas a poder analisar o EIA, e documentos que o integram, e proceder às diligências indispensáveis para o efeito”. “Estando em causa a defesa e salvaguarda dos mais elementares direitos das populações constitucionalmente consagrados – como o direito à saúde e ao ambiente e qualidade de vida, é obrigação do Município de Boticas atuar de forma adequada à salvaguarda dos mesmos, e não sendo possível, até à data estipulada [04 de Abril de 2023] ter concluída a recolha transversal dos contributos técnicos indispensáveis à elaboração de uma posição fundamentada pelo Município, tal representará a preclusão do efetivo direito de participação e pronúncia pelo Município, em circunstâncias de igualdade perante uma entidade privada, com o beneplácito do Estado”, o que constitui, como sublinha, uma “clara violação da Constituição da República Portuguesa”. "Se a intenção do Governo é passar por cima de tudo e de todos, sob o pretexto de um apelidado ‘desígnio nacional’, em clara violação dos princípios elementares da Constituição da República Portuguesa, então não vale a pena abrir quaisquer consultas públicas, muito menos com prazos completamente irrealistas e inexequíveis, apenas para ‘tapar os olhos dos portugueses’ e para enganar a população de Covas do Barroso e de todos os Concelhos adjacentes, já que as decisões parecem estar tomadas à partida”. “À mulher de César não basta ser séria. Tem que o parecer. E em todo este processo aquilo que nunca houve foi seriedade. Todos este imbróglios só aumentam a nossa desconfiança, o nosso sentimento de injustiça e a nossa indignaçao, pelo que lutaremos até à exaustão contra a exploração de lítio no Concelho de Boticas”. Eng.º José António Dias Estrada Municipal 312, N.33 4870-253 Santo Aleixo de Além Tâmega Email: jad1965@engenheiros.pt Tlm.: 966 733 521

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52579 Lurdes Barreto em 2023-03-28

Comentário:

Este projecto é um atentado à fauna e a flora. e aos habitantes Vai prejudicar os habitantes locais! Estão a por em risco o fornecimento de água potável a algumas povoações. Podemos considerar que minas desta envergadura neste tipo de região é um crime. (Querem provocar um "cancro" e em troca dão algum dinheiro para fazer os tratamentos...) Dizem que os moradores são velhos e analfabetos e por isso estão a usar a boa vontade destas populações. As pessoas mais esclarecidas acerca deste projeto não concordam com ele. Sei que o progresso por vezes trás destruição mas que vão fazer isto onde incumode o mínimo possível. (Não quero isto para mim nem para ninguém) Como sabem a poluição não vai ficar "acondicionada" no Barroso mais cedo

ou mais tarde vai chegar à pessoa que virá a analisar isto. Tentamos defender o selo de patrimônio agrícola mundial...vem a empresa savanannh dizer que o impacto é mínimo e que a área afectada é reduzida e que por isso não há problema....pois não há problema para eles mas há problemas para a população destas freguesias pois a área em causa é enorme e a % calculada devia ser em relação a área ocupada pelas minas nestas freguesias e não em relação à área do Barroso. Além da minha formação acadêmica também tenho o curso integrado de qualidade, ambiente e segurancao e sou técnica superior de higiene e segurança no trabalho. Inflizmente gosto muito da área mas cheguei à conclusão que as pessoas por vezes têm de fechar os olhos e por isso nao exerço. Embora não esteja no activo consigo ver que este projeto é prejudicial para esta populacao. Enquanto comparte nao concordo com a exploração desta mina. Convertam este projecto num empreendimento turístico...casinhas de madeira etc etc (sem impacte ambiental) Não deixem estragar o modo de vida destes locais! (e refiro -me às pessoas, às plantas e aos animais) Deus e grande e sabe o que faz..por isso termino a dizer "seja o que Deus quiser"!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52577 Ana Matos em 2023-03-28

Comentário:

A mina não pode seguir em frente, trará danos irreversíveis numa zona de alto valor em termos de biodiversidade e cultura local. É totalmente contra uma via de desenvolvimento sustentável, agravará os problemas já existentes no interior e abrirá portas à replicação de mais minas pelo resto do país. As baterias de lítio têm uma vida útil limitada, tem de se apostar noutras soluções com menor impacto. Dentro de alguns anos vamos ter o mesmo problema de falta de recursos e a necessidade de mais mineração, por esta via vamos acabar com um Interior destruído e desertificado para termos um solução temporária para as alterações climáticas e um pequeno benefício a curto prazo para a economia nacional, quem ganha é a empresa que nem sequer é nacional, o lucro vai todo para fora.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52575 Daniel Dias em 2023-03-28

Comentário:

Nesta exploração a empresa irá utilizar Milhões de Lts de água por ano - qdo a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Irá destruir os minerais da terra, destruindo todo o ecossistema do lugar. Do micro bio ao macro, afectando do lobo ibérico aos pássaros. Todos os agricultores e a população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Contaminando o ar que pode viajar centenas de kms e as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52572 Joana em 2023-03-28

Comentário:

Sou contra a conceção de novas explorações mineiras devido ao enorme impacto social e ambiental.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52568 Oriana Brás em 2023-03-28

Comentário:

Caras senhoras, Caros senhores, Carxs senhorxs, manifesto por este meio a minha expressa discordância e repúdio do projeto de mineração de lítio a céu aberto nas terras do Barroso, Portugal. O modelo de descarbonização que Portugal e a União Europeia estão seguir muda apenas o tipo de energia mantendo intactas relações sociais e económicas extremamente desiguais, o sobre-consumo de energia, a centralização e monocultura de extração e produção, e o desrespeito pelas populações, continuando a lógica capitalista neoliberal que está na origem dos problemas socioambientais que precisamos resolver. Neste contexto, Portugal tem diversas regiões a ser transformadas em 'zonas de sacrifício' (facto ressaltado há poucos dias pelo relator da ONU), arcando com elevados danos ambientais, sociais, económicos e políticos em nome do cumprimento das metas de descarbonização. As mudanças socioecológicas de que precisamos são muito mais profundas e não podem dispensar, além do mais, o absoluto respeito pela complexa rede da vida, pelos ecossistemas e populações, pelos processos políticos democráticos e pelos princípios éticos de justiça e solidariedade. O projeto de mineração do lítio nas terras do Barroso, a ser aprovado, incorreria em sérios danos ambientais com consequências inaceitáveis para humanos e não humanos: a) afetaria seriamente espécies já ameaçadas como o mexillhão do rio, o lobo ibérico, a libelinha Macromia splendens, bem como afetando todas as outras da região. b) usaria uma quantidade insustentável de água por dia. c) implicaria enorme risco de

contaminação de cursos de água, perigo reconhecido até na AIA. d) implicaria contaminação do ar. e) implicaria poluição sonora. f) a barragem de rejeitos da exploração seria a maior do mundo e peritos ouvidos no Parlamento Europeu consideraram-na experimental e perigosa. g) o projeto descaracterizaria uma região considerada património mundial agrícola pela ONU-FAO. Os promotores do projeto e o Estado português fizeram diversos atropelos processuais que mostram uma atuação desrespeitosa e danosa e devem ser revertidos imediatamente. Apelo por isso: a) ao cancelamento imediato do projecto de mineração de lítio a céu aberto. e) à recuperação dos espaços danificados pelas atividades de prospeção. f) ao respeito pelos territórios baldios e pelos compartes dos baldios e populações locais. g) à implementação, em Portugal, de um amplo processo político, verdadeiramente participativo, conducente a mudanças socioecológicas capazes de reverter as alterações climáticas e proteger e regenerar os ecossistemas, incluindo o bem-estar humano. Para isso, não basta mudar o tipo de energia, é necessário criar outros sistemas e seguir, em todos os passos, princípios de justiça, solidariedade e cuidado da Terra e das Pessoas. Agradeço muito a atenção e solicito que integrem este apelo, como o de muitxs que receberão, no processo de decisão sobre este projeto e outros. Precisamos de criar modelos diferentes, de facto, tanto em termos energéticos, quanto de relações sociais, económicas e ecológicas. E o momento é agora.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52566 Victor Coelho em 2023-03-28

Comentário:

Discordo da ampliação da mina de exploração de lítio em terrenos agrícolas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52565 Ana Filipa Piedade em 2023-03-28

Comentário:

Como cidadã portuguesa com raízes no Norte e Centro de Portugal, escrevo para partilhar a minha discordância total com a Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso. A mina destruirá irreversivelmente a paisagem e irá afectar imensas espécies locais, algumas endémicas, não só no imediato mas a longo termo, ao se degradar e destruir os seus habitats e zonas de alimentação e de refúgio, contribuindo-se assim para a redução da sua distribuição no território nacional. Podemos destacar o lobo-ibérico (Canis lupus signatus), o corço (Capreolus capreolus), a águia-caçadeira (Circus pygargus), o falcão-abelheiro (Pernis apivorus), o bufo-real (Bubo bubo), a salamandra-lusitânica (Chioglossalusitanica), o tritão-de-ventre-laranja (Lissotriton boscai), o lagarto-de-água (Lacerta schreiberi) e o cágado-de-carapaça-estriada (Emys orbicularis), entre muitas outras. A paisagem será igualmente degradada pela construção de infraestruturas

industriais que não têm lugar num local como o Barroso. A população é ameaçada com a possibilidade de expropriação e, à medida que a exploração avançar, maior será a probabilidade de êxodo, pois viver junto a uma exploração mineira reduz drasticamente a qualidade de vida de qualquer pessoa. A população local, incluindo crianças e idosos, será afectada severamente ao nível da saúde física (por exemplo, doenças respiratórias devido às poeiras e ao aumento de gases de escape libertados por veículos pesados) e psicológica (destruição do seu sentido de pertença e identidade à terra, perda de bens, bem como migração forçada). A verdade é que as gentes do Barroso têm ainda uma ligação forte à terra, mantendo ainda viva a arte da agricultura tradicional de subsistência. Por isso mesmo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) reconheceu a região do Barroso (Boticas e Montalegre) como Património Agrícola Mundial em 2018, pelo seu sistemas de agricultura tradicional com características notáveis do ponto de vista da biodiversidade, saber tradicional, paisagem, modelo socioeconómico e resiliência face às alterações humanas, climáticas e ambientais. Com o avanço da mina, é retirada a soberania às populações e o poder de decisão sobre as suas próprias vidas e a dos seus descendentes. Os recursos minerais podem pertencer a todos, mas isso não torna legítimo avançar com uma exploração deste tipo e desta magnitude, sem o consentimento das pessoas que serão directamente e indirectamente afectadas por ela. É preciso relembrar que a paisagem intacta do Barroso, as suas águas limpas e a sua Natureza como um todo constituem um património imaterial pertencente também ele a todos nós, e em especial às futuras gerações. Assim, podemos perceber que há um forte conflito de interesses entre: aqueles que querem monetizar o Barroso a qualquer custo através da exploração de lítio altamente invasiva, com impactos sociais e ambientais graves; e aqueles que pretendem preservar a paisagem e as aldeias ao encontrar soluções que possam não só proteger as pessoas, a água e a paisagem única, como também trazer riqueza ao país através do foco na conservação, a longo termo, daquilo que de melhor temos, como por exemplo através do turismo ecológico de excelência, já praticado em países como a Noruega, Eslovénia, Suécia e Croácia, entre outros. Por último, existem alternativas para a descarbonização e transição energética que passam, por exemplo, pela aposta na reflorestação do território com espécies autóctones que actuem como sumidoros de CO2, pela aposta numa rede de transportes públicos eficiente e acessível que sirva o país, em especial nos grandes centros urbanos, e pelo financiamento de investigação focada em alternativas às bateria de lítio (e.x.: baterias de iões de sódio; baterias de hidrogénio) que sejam mais eficientes e não recorram a indústrias extractivas. Em resumo, estou em forte discordância com o projecto de ampliação da mina do Barroso, e espero sinceramente que a Agência Portuguesa do Ambiente tenha os melhores interesses da população portuguesa, em particular da população local do Barroso, e das futuras gerações em consideração. Agradeço a vossa atenção, Ana Filipa Piedade

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52564 Laura Sordini em 2023-03-28

Comentário:

Não as minas, sim à vida! #minasnao

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52558 Ricardo Caria Carvalho em 2023-03-28

Comentário:

São maiores os impactos de destruição da Natureza e seus recursos que o proveito. Chega de colocarmos os recursos naturais em segundo plano, contabilizando só os fatores extrativos e de crescimento económico infinito. Não concordo com este pedido e com este projeto de exploração mineira.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52551 Diana Almeida em 2023-03-28

Comentário:

Como é possível não se pensar noutro tipo de solução além baterias de lítio; resolver a problemática da sustentabilidade com não-sustentabilidade? Estamos a falar de 900hectares onde existe vida, ecossistema, biodiversidade. E a água?! A extensão de consequências desta mineração é absurda e preocupante! Leiam os Documentos! Como é possível só se ver dinheiro à frente e interesses capitalistas? NÃO PASSARAM! SÓ POR CIMA DE MIM E DE TODOS NÓS! MINAS NÃO!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52550 Lúcia Martins Dias Mó em 2023-03-28

Comentário:

Discordância total porque não quero assistir á destruição de cerca de 900 hectares de terra e floresta no nosso interior em Covas do Barroso, Património Mundial da Agricultura, Trás os Montes. Um local onde ainda se vive de agricultura sustentável. *Nota: nesta exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano (1Milhão e 580Lts/ Dia!!)* - Quando a Água é cada vez mais escassa no mundo (*2020 foi um dos anos em que houve momentos que Portugal teve 75% do território Continental em seca Extrema!*). A extração dos minerais da terra irá ali (como em qualquer local do mundo) destruir todo o ecossistema do lugar. Do micro ao macro, afecta desde o Lobo ibérico, aos pássaros, micro-organismos indispensáveis à biodiversidade do ecossistema e a todos os agricultores e população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Irá contaminar o ar que pode viajar centenas de km! Bem como as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas. Não tirem a tranquilidade e a vontade a uma população que quer viver sem poluição neste que foi sempre o seu paraíso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52549 João Almeida em 2023-03-28

Comentário:

Não às minas, sim à vida!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52540 Rute Coelho em 2023-03-28

Comentário:

Não se percebe como é que se quer ter a maior mina a céu aberto em terra consagradas como Património Agrícola Mundial. Mais é de lamentar que para projeto com este tamanho seja dado um prazo de dez dias o qual é obviamente diminuto para que as pessoas se pronunciem devidamente com todos os aspetos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52539 Catarina Santos Silva em 2023-03-28

Comentário:

Nesta exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano (1Milhão e 580Lts/ Dia!!)* - Quando a Água é cada vez mais escassa no mundo (*2020 foi um dos anos em q houve momentos em q Portugal teve 75% do território Continental em seca Extrema!*). Para além disto, com a agricultura, pecuária e pescas intensivas, as previsões são de ainda mais secas no mundo. A extração dos minerais da terra irá ali (como em qualquer local do mundo) destruir todo o ecossistema do lugar. Do micro ao macro, afecta desde o Lobo ibérico, aos pássaros, micro-organismos indispensáveis à biodiversidade do ecosistema e a todos os agricultores e população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Irá contaminar o ar que pode viajar centenas de km! Bem como as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52538 Mariana Tomé Falcato Simões em 2023-03-28

Comentário:

Absolutamente contra a destruição destes ecossistemas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52534 Renata Cambra em 2023-03-28

Comentário:

A mineração não é verde, verde é o Barroso. Tirem as mãos das nossas terras, das nossas águas, das nossas vidas. As vossas toneladas de explosivos, os vossos rios de contaminantes, as vossas máquinas destruidoras não têm lugar aqui. Vocês são o contrário do progresso ambientalmente sustentável, o contrário da justiça climática e social, o contrário do futuro que precisamos de construir urgentemente. São vocês obsoletos como o é o lítio, a vossa fachada para colocarem o país a saque, em nome de uma falsa transição energética. Os culpados têm nomes: João Galamba, Matos Fernandes, António Costa, Costa e Silva, GALP, Savannah, Northvolt, Rio Tinto, APA, ... Os vossos negócios só vos servem a vocês. A vossa máscara não chega para cobrir os vossos atentados. Saibam que resistiremos e venceremos. Vocês não passarão

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52529 Ana Amorim em 2023-03-28

Comentário:

É indecente querem desumanizar a terra e as pessoas que cuidam dela, para além de negar as consequências que também terá para as cidades do litoral com mais população.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52527 Vanda Cristina Bastos Trindade em 2023-03-28

Comentário:

Discordo.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52518 Sara Rodrigues em 2023-03-28

Comentário:

É incrível que se continue a usar a capa do "ecológico" para promover suposto desenvolvimento que nada tem de regenerador ou potenciador da Natureza e das práticas e modos de vida sustentáveis - ou seja, que não é sequer Desenvolvimento... muito menos sustentável... e que, assim, pensa a "Transição energética" como algo que surge para "manter tudo na mesma", em vez de assumir a protecção de valores ecológicos e humanos que lhe são essenciais. Com todo o conhecimento que a humanidade já adquiriu, com o desenvolvimento de campos inovadores como a Biomimica e tantos outros, que nos trazem formas alternativas de conseguir resultados trabalhando com a Natureza (e não contra) através de processos criativos (e não destrutivos), continuamos afinal a insistir em chamar "desenvolvimento" a práticas que delapidam recursos e inviabilizam a Vida, sem a regenerar. Sem acção regenerativa não há sustentabilidade, sem esta

---

não há "transição". Este projecto pretende consumir 570 milhões de litros de água no primeiro ano e 510 milhões em cada ano subsequente. Isto num país em vias de desertificação, e sem que o referido projecto se proponha (o que seria difícil de conseguir, mas poderiam pelo menos tentar...) repôr parte desta usurpação de património público e vital (criando, por exemplo, formas de captação e sequestro de água na envolvente, estudo e protecção dos aquíferos da região, etc..). Estamos a falar do consumo médio anual de água de mais de 3700 pessoas! Como é que se pode considerar sustentável, ou sequer admissível, esta pretensão? O seu impacto na envolvente natural, nos aquíferos, nas comunidades humanas da região e em todos os seus ecossistemas, seria claramente devastador. Isto já para não mencionar o riquíssimo património cultural que aqui existe, práticas agropecuárias reconhecidas pela FAO das Nações Unidas pela sua sustentabilidade - estas sim, regeneradoras e promotoras de Vida... sendo esta zona a primeira no mundo a receber a classificação de "Património Agrosilvico Mundial". E vamos destruir tudo isto, causar desertificação - alimentar e, consequentemente, humana - numa zona tão rica, em tantos aspectos... em nome de quê? Os habitats devem ser considerados no seu todo - águas, solos, microorganismos que lhes dão vida, diversidade e equilíbrio dos ecossistemas, comunidades humanas, práticas culturais e organizações sociais.... Não há uma destas facetas que não sofra com a implementação deste projecto. E o que ele "traz" em troca não potencia nem regenera qualquer um deles. Logo, na minha opinião, não deve ser autorizado.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52516 Frederico Lourenço em 2023-03-28

Comentário:

Destruição de cerca de 900 hectares de terra e floresta de Património Mundial da Agricultura, Trás os Montes. Dos poucos lugares em que ainda se faz agricultura sustentável em Portugal. Necessidade de 570 Milhões de litros de água por ano. Irá destruir todo o ecossistema do lugar. Apenas terá valor para alguns em cargos políticos, piorando a situação da população em redor.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52511 Maria Cristina da Silva Sousa em 2023-03-28

Comentário:

O Barroso ja é verde, não precisa de mais iniciativas de suposta sustentabilidade verde. Em causa estão territórios onde se praticam modos de vida e práticas agropecuárias ancestrais e de facto sustentáveis - reconhecidos até pela ONU, que declarou esta zona o primeiro exemplo de "Património Agrosílvico Mundial". Porém a destruição que se planeia é precisamente justificada em nome da "sustentabilidade", como passo necessário a uma suposta "transição energética" que se coíbe de questionar os paradigmas do transporte individual, do capitalismo de consumo, e do crescimento assente sobre a extração de recursos. Discordo com esta proposta

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52510 João Almeida em 2023-03-28

Comentário:

Devido à pressão existente em Portugal por falta de condições hídricas, este tipo de projectos deverão ser evitados com urgência social. Tais projectos poderiam avançar se os mesmos apresentassem um método de extração inovador que reduz significativamente as necessidades hídricas. Existe uma avaliação aprofundada do impacto hídrico? E o impacto sobre a agricultura local? Sobre a pastorícia? Os habitantes das localidades envolventes foram consultados?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52508 Pedro Gonçalves em 2023-03-28

Comentário:

Discordo em completo com o projecto de ampliação. Este projecto irá ter efeitos nefastos nos habitats naturais e humanos. Apesar do querem passar existem como em qualquer mina, ricos de contaminação da agua.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52503 Ana Caeiro em 2023-03-28

Comentário:

É um projeto abominável que vai trazer menos riqueza do que a que destruiu. É ainda mais preocupante a forma como as vontades das populações locais estão a ser negadas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52493 Pedro Bettencourt em 2023-03-27

Comentário:

Criminoso

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52487 Cassandra Bongard em 2023-03-27

Comentário:

Preservar a água, a flora e a fauna portuguesa é prioridade vital

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52484 Mr A Hall em 2023-03-27

Comentário:

**Nota: nessa exploração a empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano - qdo a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Irá destruir os minerais da terra, destruindo todo o ecossistema do lugar. Do micro bio ao macro, afectando do lobo ibérico aos pássaros. Todos os agricultores e a população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Contaminando o ar que pode viajar centenas de kms e as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52480 Diogo Quaresma em 2023-03-27

Comentário:

Não há expansão de minas de lithium em Portugal!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52475 Lígia Isabel Branco de Figueiredo em 2023-03-27

Comentário:

É uma calamidade aprovar algo que vai contaminar o ar e a água e todo o ambiente com partículas tóxicas, a longas distâncias.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52462 EcoAtivo em 2023-04-19

Comentário:

Aos membros da Comissão de Avaliação, Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e

desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52459 Neusa M B M Barbosa em 2023-03-27

Comentário:

Baterias não salvarão nem o planeta, nem a economia. Simplesmente porque dependem de um material escasso e finito e porque sua exploração não deixará riqueza no país, como já aconteceu com o ouro trazido do Brasil. Defendam um pouco nosso povo e deixem de se submeter a Bruxelas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52456 Ana Infante em 2023-03-27

Comentário:

Dado o panorama nacional dos últimos anos, em que se tem observado um agravamento da crise hídrica, incêndios florestais e eventos meteorológicos extremos, é importante reconsiderar as extrações planeadas no nosso território. Atualmente temos uma legislação que não salvaguarda de forma eficaz a proteção dos recursos hídricos, florestas e biodiversidade e está muito aquém das melhores práticas instituídas a nível europeu. Acrescenta-se a falta de competência por parte das autoridades de fiscalização: A Agência Portuguesa do Ambiente disponibiliza-nos resultados e indicadores insuficientes para verdadeiras avaliações de impacto ambiental, fazendo-nos mais uma vez questionar as motivações para projetos impensáveis irem avante. Estamos claramente face a uma legislação e práticas governamentais que ainda fazem prevalecer o modelo predominante em que os interesses financeiros, ainda se colocam como prioridade, face aos impactos ambientais e sociais. Por outro lado, temos projetos implementados em Portugal e no mundo que nos mostram que mesmo em territórios de escassez hídrica, é possível restituir e até mesmo exponenciar a retenção da água, através da regeneração dos ecossistemas. Assim, sentimos a necessidade de questionar as entidades governamentais do porquê de não estarem a ser exigidas práticas empresariais mais responsáveis, porque não estão a ser tomada de decisões devidas para prevenir a seca em Portugal, e a haver aposta devida em projetos regenerativos. Quais os problemas que observamos? Crescimento exponencial de projetos de agricultura intensiva em territórios de escassez de água, e a falta de legislação para estes projetos; Falta de investimento e gestão eficiente das florestas, com a soberania de monoculturas, em especial eucaliptos, que contribuem para a seca, falta de biodiversidade e fácil propagação de fogos florestais; Poluição dos rios com descargas ilegais, muitas vezes por empresas ou indústrias, sem as devidas sanções atribuidas. Autorização para projetos de minas a céu aberto para a extração de lítio, junto de populações e lugares de importância ecológica: estes projetos despendem de uma enorme quantidade de água secando os recursos hídricos da região, com um grande impacto ambiental – poluição do ar, solo, águas subterrâneas e rios próximos, destruição de florestas e ecossistemas e poluição sonora. Má gestão hídrica, em empreendimentos turísticos, como o caso dos campos de golf, sem controlo dos gastos de água, para a manutenção dos campos. Reinvindicações Legislar sobre os projetos de agricultura intensiva e turismo, para que tenham em conta os recursos hídricos disponíveis, não autorizando projetos que despendem de uma grande quantidade de água em lugares de escassez hídrica. Investimento em projetos regenerativos, que mostram o aumento de biodiversidade, da retenção da água, matéria orgânica e da fertilidade nos solos. Novos planos de gestão florestal que assegurem uma floresta mais biodiversa e a proteção da mesma contra os incêncios florestais Promoção de educação ambiental

adequada às problemáticas da atualidade Revogação dos contratos assinados pelo governo para a prospeção e exploração de lítio em Portugal.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52455 Nuno Passos em 2023-03-27

Comentário:

Minas nao

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52452 Alice Abreu em 2023-03-27

Comentário:

Acho uma vergonha este projeto avançar numa altura em que tudo o que precisamos é de regeneração em vez de constante destruição. É um desrespeito para com as populações locais que se manifestaram o projeto avançar. Em geral , falta de bom-senso e ganância em peso para encher o bolso de x determinades. Uma atitude portuguesa, com certeza.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52446 Rita em 2023-03-27

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52442 Camila Costa em 2023-03-27

Comentário:

Precisamos de mais consciência

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52438 Violeta Mandillo Barradas em 2023-03-27

Comentário:

Discordo da ampliação da mina do barroso.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52436 Sara Baptista em 2023-03-27

Comentário:

Precisamos das florestas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52434 sara a f s pereira em 2023-03-27

Comentário:

Este projeto teria impactos devastadores, destruindo os habitats de populações humanas e de outras espécies e apresentando graves riscos de contaminação de água, tanto localmente como, a longo prazo, a nível nacional. Está previsto que TODA a água pluvial da concessão seja usada na mina, requerendo ainda reservas adicionais dos cursos de água da região para satisfazer um consumo de 570 milhões de litros de água no primeiro ano de exploração e de 510 milhões por ano após essa fase - equivalente ao consumo de água médio anual de mais de 7300 pessoas. A competição pela água virá destruir práticas agropecuárias locais, destacadas precisamente pela sua sustentabilidade pela Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas. Trata-se de territórios que preservam justamente as práticas agropecuárias e saberes ancestrais de que precisamos para uma transição climática real e verdadeiramente sustentável. A luta continuará.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52430 Francisca Passos em 2023-03-27

Comentário:

Completamente errado para os dias de hoje. Nem se devia estar a ponderar este tipo de evasão.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52422 Joana Calhau em 2023-03-27

Comentário:

Defendo a preservação da floresta, da agricultura sustentável, dos recursos hídricos, da qualidade do ar, do lobo ibérico e das aves,, e das condições de vida das populações locais.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52419 Leonor CAMACHO em 2023-03-26

Comentário:

Projecto com elevado prejuízo ambiental e consequentemente social. Grande desperdício de água.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52410 Marta em 2023-03-26

Comentário:

A sequer proposta desta projeto e ecocidio, um acto criminosos que as grandes empresas deviam ser as primeiros a dar o exemplo de não fazer. Com cidadã portuguesa e simpatetica com as populacoes que vao ser afetadas rejeito e condeno o vosso projeto.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52409 Cristina carvalho em 2023-03-26

Comentário:

“As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura." Os Portugueses não querem minas a Céu aberto em Portugal. Nem no Barroso, nem no Seixoso, nem nas Beiras.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52408 Albina Gonçalves Eira em 2023-03-26

Comentário:

As mudanças ao projeto continuam a desrespeitar a população local, começando pela opacidade de todo o processo desde o início, até ao prazo demasiado curto para esta consulta pública. Os habitantes de Covas do Barroso não vêem qualquer vantagem da instalação de uma indústria extrativista na região. Entendemos que temos tudo a perder e nada a ganhar ao comprometer o nosso modo de vida em troca de manter os níveis de consumo excessivo das populações urbanas. Recusamos ser o cordeiro do sacrifício do capitalismo neo-colonial. NÃO À MINA, SIM À VIDA!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52403 Renato Rodrigues em 2023-03-26

Comentário:

Poluir e destruir recursos naturais em prol de interesses capitalistas, não!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52401 Margarida Ferreira Dias em 2023-03-25

Comentário:

Venho por este meio manifestas a minha total discordância com este projecto. Está empresa iria precisar de usar 570 Milhões de litros de água por ano - quando a água é cada vez mais escassa no nosso país. Estamos a ter dos piores anos de seca e este tipo de projecto ser considerado sem pensar nos gastos absurdos de água é algo que transcende qualquer cidadão consciente. Vai também ter um impacto enorme no solo, destruindo todo o ecossistema do lugar. Do micro bio ao macro, afectando do lobo ibérico aos pássaros. Todos os agricultores e a população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Contaminando o ar que pode viajar centenas de kms e as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas. Não faz sentido. A exploração da Natureza tem limites.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52399 Alexandra Esteves em 2023-03-25

Comentário:

Discordo da implementação da mina.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52398 Nicolau Fernandes em 2023-03-25

Comentário:

Desastre para todos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52394 Eduarda Silva em 2023-03-25

Comentário:

Discordo com o projeto de exploração mineira proposta pela empresa britânica Savannah Resources que está, desde 2016, investida em abrir a maior mina a céu aberto de lítio da Europa. Discordo com a imposição do projeto à população, que infringe o seu direito a um ambiente limpo e saudável, deteriorará a sua qualidade de vida e põe em risco a sustentabilidade ambiental das gerações futuras. Em contraponto, revejo-me na luta por justiça ambiental; na luta por futuro comum, solidário, anti-extrativista; na luta pela vida.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52392 Carolina Pinto em 2023-03-25

Comentário:

As minas do Barroso são um atentado aos ecossistemas que existem no local. Não trazem qualquer benefício ao local, apenas irá desvalorizar uma região que neste momento já fica à margem de qualquer tipo de investimento. Para não referir que as zonas do interior serão as mais afetadas no que toca aos recursos de água e com a sua contaminação e gasto nas minas, poderá faltar o maior bem essencial à vida a estas populações! A ampliação das minas do Barroso parece-me apenas mais uma vez ignorar todas a pessoas, plantas, animais, seres vivos que vivem nesta região é que certamente irá afetar outras zonas adjacentes. Apela-se por isso ao travamento desta ação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52391 Alexandra Bordalo em 2023-03-25

Comentário:

Não são as baterias de lítio q vão mudar a catástrofe climatica devastadora q se aproxima. Isso é apenas substituir um problema por outro. Destruir o que resta dos ecosistemas, contaminando tudo e toda a vida não parece de forma neguma uma solução inteligente. O LÍTIO É GREENWASHING E permite a continuação de um sistema decadente e doente q nos está a levar num caminho sem volta rumo ao abismo (António Guterres) TEMOS DE MUDAR DE PARADIGMA. (OU MORREMOS JUNTO COM A VIDA NA TERRA)

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52390 Ana Caldas em 2023-03-25

Comentário:

Nao as minas! sim a vida!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52389 Leonor em 2023-03-25

Comentário:

Não acredito que ao distrir do pouco que nos resta de floresta nos fará bem ou um mundo melhor! Necessitamos do que a natureza ainda é capaz dd oderecer nos para o bem de todos nós e nossos filhos.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52388 Camille Labasse em 2023-03-25

Comentário:

900ha de terra que pertence ao patrimônio mundial da agricultura, ainda por cima sustentável, é um dos bens mais preciosos e valiosos que temos para o presente e o nosso futuro coletivo. Temos que conservar e preservar o que permite a vida a qualquer custo, e não podemos mais deixar multinacionais destruir o nosso ambiente. O lucro há de ser feito de outras maneiras, com empresas e projetos que apostam na vida e no planeta.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52387 Patrícia Serrano em 2023-03-25

Comentário:

Pela preservação de 570 Milhões de Lts de água anuais, do ecossistema e do modo de vida dos agricultores e da população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Pela não contaminação do ar, das águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas. Porque a descarborização começa nas florestas e sem água não há vida. Pela salvaguarda das águas e serras em Portugal. Não à ampliação da Mina do Barroso!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52386 Letícia Santos em 2023-03-25

Comentário:

Nesta exploração a empresa irá precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano - qdo a água é cada vez mais escassa no mundo, e em Portugal em especial. Irá destruir os minerais da terra, destruindo todo o ecossistema do lugar. Do micro bio ao macro, afectando do lobo ibérico aos pássaros. Todos os agricultores e a população que desta terra e florestas vivem e tiram o seu sustento. Contaminando o ar que pode viajar centenas de kms e as águas subterrâneas e rio adjacente com partículas tóxicas. Porque a descarborização começa nas florestas e sem água não há vida

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52385 Paulo Fernandes em 2023-03-25

Comentário:

Completamente contra. Basta de destruir os nossos recursos para aproveitamento apenas de alguns.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52384 Cristina Coutinho em 2023-03-25

Comentário:

A riqueza estratégica de Portugal está na sua paisagem, nas suas montanhas, na água doce e nas comunidades locais. De que forma destruir tudo isso é estratégico para Portugal?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52380 Iuri em 2023-03-25

Comentário:

Esta moda do lítio por causa dos carros eléctricos vai passar rápido e apenas deixar estragos...

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52379 sara correia em 2023-03-25

Comentário:

Portugal está unicamente a ser propagandeado como a maior reserva da Europa de modo a valorizar a cotação do lítio das empresas que extraem na Argentina para os accionistas na bolsa de valores internacional. Após entender um pouco acerca as extrações de lítio dos salares da América do Sul, ficou ainda mais claro que os desafios e problemas criados pelo que é anunciado como uma corrida urgente ao lítio é mera consequência do processo de especulação capitalista. No salar do Uyuni, de onde é extraído 65% do lítio do mundo, a concessão exclusiva foi dada ao governo chinês, sendo que ao governo boliviano não é permitido extrair lítio. É ponto chave para tomar posição sobre questões de mineração e outros níveis de extrativismo insustentável, entender que hoje, numa economia capitalista global, não há soberania local dos habitantes sobre território que habitam. O controlo não é nem governamental, é corporativo. E este factor deve ser tido em consideração, uma vez que a nível local a coerção ideológica das corporações sobre as pessoas para que aceitem a mineração é de que lhes será vantajoso economicamente. Mas não, não restam dividendos em território de montanha minerado para os locais, apenas devastação social e ecológica. Não falta lítio para ser extraído, não é uma corrida real por escassez. A criação da ilusão de escassez é uma velha técnica de marketing. Não é necessário destruir os princípais berçários de água doce da península ibérica, entre os quais a fundamental região do Barroso, que impacta toda a produção de água doce e o ciclo hidrológico de Portugal na sua base, tendo em conta a sua composição cristalina. A largo prazo, e tendo em conta a crise de água que se avizinha deixar estas explorações mineiras avançar é o maior erro para o futuro que o país poderia fazer. E mais tarde seria criminalizado por isto. Das extrações em salmoura é possível extrair extrair todo o lítio necessário para os padrões de consumo actuais, e mesmo crescentes esperados pela sociedade consumista até 2040 de um salar apenas, e sem devastador impacto ambiental serrano pelo planeta. Lugares com pouco lítio em comparação a estas salmouras, e onde o processo extrativo implica um dispêndio processual de energia alucinante, tendo ainda por consequência uma imensa devastação ecológica e social das comunidades locais, tal como é o caso do Barroso não deveriam ser considerados sequer. Esses lugares são não raras vezes biomas delicadamente preservados - santuário naturais - que correspondem aos berçários cristalinos de água doce.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52377 Miguel Cardoso em 2023-03-25

Comentário:

Os povos do Norte são contra este projecto. Milhares de pessoas já se manifestaram nas ruas ao longo dos últimos anos contra a realização desta mina. Milhares de pessoas já assinaram petições. Milhares de notícias foram feitas nos jornais. Uma série de batalhas em tribunal. O Estado, como habitual só pensa nos 1.400 milhões, que a mina promete. A empresa mente com todos os dentes em todos os aspetos, e planeia o maior saque de recursos de que há memória no norte... 1.400M em duas décadas, é roubar a riqueza natural de um povo. A APA engana a população reunindo secretamente com as empresas extrativistas. O Estado Português decidiu colonizar o seu território interno, buscando noutros países imperialistas, como o canadá, o apoio necessário ao saque de recursos. Não apoiamos o colonialismo nem o imperialismo energético nem da Savannah, nem da Galp. Não queremos falsas "soluções" que promovem a destruição ainda mais acelerada dos ambientes naturais. As unicas energias verdadeiramente verdes são a solar e éolica, quando instaladas de forma consciente, descentralizada. Não queremos mais carros em circulação, sejam fósseis ou elétricos. Os carros e as estradas são o cancro de Portugal, 6.5 milhões de carros em circulação tornam a vida de todas e de todos, sobretudo dos mais novos e dos mais velhos uma miséria. O ruído, a ocupação de espaço pelas estradas e o perigo em que consistem bastam para entender que fomentar o negócio dos carros é fomentar o negócio da morte, dos acidentes e dos atropelamentos. É esse o negócio dos carros. Precisamos é de comboios , de autocarros, de bicicletas e de transportes púvlicos inovadores. Os carros elëtricos sao uma falsa solução que não serve os interesses dos povos do Norte. Considerando por um segundo que os Povos do Barroso quereriam explorar o seu lítio, ao menos usá-lo iam na eletrificação dos carros, autocarros ou comboios da região, certo? Mas este projecto nao nasceu no Barroso nem do seu povo mas sim de uma corja de chacais em Lisboa, Braga, Londres e Canadá que se uniram para saquear o Barroso. O POVO É CONTRA. A empresa iria precisar de usar 570 Milhões de Lts de água por ano. Isso é tempo de vida que estão a tirar às gerações futuras, com a água a ficar mais escassa a cada ano que passa. Por todas as razões a mais alguma, este projecto não pode avançar, tem de ser chumbado. Avançar com este projecto é seguir a ditadura em Portugal, onde o dinheiro fala sempre mais alto do que o Povo, os interesses pesam sempre mais na balança para o lado dos poderosos. Isto apenas aumenta o nosso descontentamento e a nossa resistência.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52374 Catarina Pires de Almeida Rosa em 2023-04-19

Comentário:

Venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente. O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e

a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida". Ora, este projecto de mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos. Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável, que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52358 António José Monteiro Martins em 2023-03-24

Comentário:

Tudo isto é um absurdo! A concretizar-se, irreparável e com graves consequências.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52202 Sandra Cláudia salgado em 2023-04-07

Comentário:

COMPLETAMENTE CONTRA A NEFASTA MINERAÇÃO!!!! O projeto extractivista é sócio economicamente irracional, pelo simples facto de desvalorizar o verdadeiramente essencial à vida, a água, a natureza com toda sua biodiversidade extremamente necessária à existência. Barroso é região com selo de Património Agrícola Mundial, é Reserva da Biosfera e tem uma economia ligada à agricultura sustentável, à pastorícia, ao turismo rural e de montanha. É gravíssimo e inaceitável destruir, aniquilar, devastar e desamparar uma comunidade VIVA, bem como o património natural e nacional ímpar onde habita, em prol de uma maquiavélica expropriação, seguida de extração, para posterior exportação de matéria-prima direcionada para uma solução que não é solução. Trata-se de crime ambiental e populacional. É inconcebível que os recursos hídricos sejam drenados e sujeitos à cáustica contaminação duradoura, sendo imprópria para consumo humano e animal, regadio, higiene... Toda esta calamitosa situação fará com que toda uma RICA REGIÃO REPLETA DE ÁGUA (fonte de vida) AINDA SÃ, com biodiversidade ímpar em todo o meio natural envolvente; cultura rica e diversa; agricultura sustentável e ancestral; pastorícia fundamental; turismo de montanha e rural…. perca sua atratividade única, SUA VIDA, para sempre. JAMAIS SERÁ COM DESTRUIÇÃO, CONTAMINAÇÃO que se valoriza um património como BARROSO, nem qualquer outro local do planeta!!!! É com RESPEITO, reconhecimento, bom senso, valorização dos modos de vida, cultura... NÃO HÁ CONSCIÊNCIA NA HUMANIDADE! HÁ MUITO MAU EGO, DEMASIADO EGOCENTRISMO, FALSIDADE.... FATORES QUE DESENCADEIAM A DESTRUIÇÃO DA VIDA NA TERRA. NÃO PASSARÃO!!! É NOSSO MAIOR DESEJO. PORQUE NÃO QUEREMOS VER NOSSO MODO DE VIDA ALTERADO, DÓI!!! NÃO HÁ DIREITO! QUEREMOS CONTINUAR A VIVER A NOSSA SIMPLES ATAREFADA VIDA; RESPIRAR AR PURO; TRATAR DOS NOSSOS CAMPOS, DOS NOSSOS ANIMAIS; ALIMENTARMO-NOS COM ALIMENTOS SADIOS; BEBER ÁGUA NÃO CONTAMINADA. QUEREMOS CONTINUAR A BEBER SABOROSA E PURA ÁGUA; BANHAR- NOS NOS RIOS, SORRIR. QUEREMOS CONTINUAR A DESCONTRAIR, PENSAR, REFLETIR POR ENTRE FLORESTAS PERFUMADAS E BIODIVERSAS. QUEREMOS CONTINUAR A VER ANIMAIS SELVAGENS DIARIAMENTE E TER FELIZES SENSAÇÕES QUEREMOS CONTINUAR A VIVER! NÃO QUEREMOS OUVIR NEM SENTIR BOMBARDEAMENTOS DINAMITADOS DIARIOS!!!TEMOS MEDO, ASSIM COMO NOSSAS CRIANÇAS E ANIMAIS TAMBÉM!!! NÃO QUEREMOS RESPIRAR PARTÍCULAS CONTAMINADAS PROVINDAS DO ESVENTRAMENTO PELAS CONSTANTES DIÁRIAS EXPLOSÕES. QUEREMOS RESPIRAR AR PURO. NÃO QUEREMOS ADOECER! NÃO QUEREMOS QUE AS NOSSAS ÁGUAS SEJAM CONTAMINADAS! NÓS BEBEMOS DELAS, VOCÊS TAMBÉM!!!! NÃO QUEREMOS QUE AS NOSSAS ÁGUAS SEJAM CONTAMINADAS, OS NOSSOS ANIMAIS E TODOS OS DEMAIS SELVAGENS TAMBÉM AS BEBEM!!! TÊM DIREITO À VIDA!!!! NAO QUEREMOS QUE AS NOSSAS ÁGUAS SEJAM CONTAMINADAS, SÃO USADAS PARA REGADIO! LOGO CONTAMINAM AS NOSSAS PASTAGENS, AS NOSSAS HORTAS, ANIMAIS DOMÉSTICOS E A VOCÊS TAMBÉM, PORQUE INGEREM ALIMENTOS PROVINDOS DO BARROSO!!! NÃO QUEREMOS MINAS NAS NOSSAS

ALDEIAS. QUEREMOS VIVER, NÃO QUEREMOS MORRER!!! OS EXTRATIVISTAS E SEUS CÚMPLICES GOVERNANTES JULGAM-SE DONOS DOS DEMAIS, PORQUE NÃO MEDEM A MEIOS FALCATRUOSOS PARA ATINGIR FINS EM PROL DE POUCOS PARA A DESTRUIÇÃO DE DEMASIADAS VIDAS (HUMANOS, FAUNA, FLORA). Futuro Minado? NÃO, OBRIGADO! Sandra Salgado

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52158 Bárbara Matos em 2023-03-23

Comentário:

Está mina vai ser localizada numa zona classifica pela UNESCO de património mundial da UNESCO por isso não faz sentido uma mina neste local!!!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52142 Denise Maria Moraes Barbosa Cavaggioni em 2023-03-23

Comentário:

As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52130 Henrique Apolinário em 2023-03-23

Comentário:

A directiva 2011/92/UE do Conselho Europeu relativa à avaliação ambiental estabelece o prazo mínimo de 30 dias para a consulta ao público. A Convenção Aarhus da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU), que garante o direito à informação ambiental e à participação em matéria do ambiente, da qual Portugal é signatário, estipula que esta deve ter um "prazo razoável…para que o público se possa preparar e participar efectivamente ao longo do processo de tomada de decisão". Este prazo de 10 dias úteis para rever a quantidade de documentos apresentados viola claramente qualquer ideia de soberania popular sobre esta questão. Está mais do que claro que este projecto apresenta graves falhas e lacunas, as quais parecem estar a ser ignoradas pelas autoridades competentes em nome do lucro destrutivo. Se o projecto avançar são as populações, ecossistemas e sistemas aquáticos que vão sofrer, assim como a reputação já denegrida da APA. Têm aqui uma oportunidade de remediar o estatuto desta Agência, e provar que são realmente uma instituição que pretende defender padrões de qualidade ambiental e de democracia. Faço esta reclamação sem fé que terá algum impacto, porque infelizmente a opinião popular não conta para nada neste país, mas não me abstenho. Este prazo de 10 dias úteis para consulta pública é ILEGAL e deve ser alargado, não é assim que se fazem estas coisas, e não deveria ser um cidadão comum a ter que explicar isto. Tenham respeito pelas populações afectadas!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52127 Sérgio Manuel Martins de Carvalho em 2023-03-23

Comentário:

Discordo da ampliação da mina do Barroso por não considerar existirem vantagens para a população. Pelo contrário, vão ser prejudicadas pela poluição resultante da exploração do lítio. Todo o projeto de licenciamento está envolvido questões políticas envolvendo o atual ministro das infraestruturas que não pode "minar" a confiança nas instituições. As pessoas da região têm o direto de viver tranquilamente sem estarem assombradas por empresas que pretendem apenas o lucro e deixar o local esventrado. O estado tem que garantir o bem-estar das pessoas e da natureza.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52104 Carolina Costa em 2023-03-23

Comentário:

NÃO às minas

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52084 Conny Kadia em 2023-03-23

Comentário:

Sou CONTRA QUALQUER MINA DO BARROSO, e contra o projeto de ampliação da Mina do Barroso, ao abrigo do n.º 2, art.º 16, DL 151-B/2013! Portugal tem uma alta densidade em população em essa região, as aldeias são património para uma vida sustentável e ficariam destruidas. Quem quer salvaguardar o planeta, tem que procurar soluções mais ambientalistas, - em poupança de energia, - produção de menos lixo, - tem o dever de salaguardar todas as zonas agrícolas, e zonas protegidas, e não ao contrário, querer destruir-las! Isto não faz sentido! Sou contra qualquer Exploração Minera de Lítio e outros metais - em Portugal! Nem na região do Barroso, nem nas outras zonas em Portugal! C. Eckert (Conny Kadia) Membro do Movimento Contramineração Beira Serra (MCMBS)

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52069 natasha bund em 2023-03-23

Comentário:

Claro que não há tempo para ler todos os documentos, mas a pensar na 'realidade' (que as reservas nesse área não são assim 'tão grandes que inicialmente pensada', penso que não vale a pena destruir uma moda de vida/ uma região rica em agricultura/ turismo para ter uma mina ao ceu aberto que ninguém quer. É triste que as autoridades em Portugal não valorizam as opiniões das populações...

Anexos: 52069_20221123-Reuniao-AURORA-GALP-Redacted[1].pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52054 João Castro em 2023-03-23

Comentário:

Projecto importante e inovador para a economia nacional.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52037 Bruno Gomes em 2023-03-23

Comentário:

As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52024 JOAO EVANGELISTA RODRIGUES VERDE em 2023-03-23

Comentário:

E uma tristeza o que essa gente anda a fazer, destruir o ambiente sem razao nehuma, que se possa ouvir

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 52015 Ana Teresa Santos em 2023-03-23

Comentário:

As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 51999 Maria Jose azevedo em 2023-03-22

Comentário:

A região de Barroso reúne condições inigualáveis para práticas de vida sustentável, sejam elas o turismo de natureza ou exploração dos recursos agrícolas e produção de gado, mel, águas, etc. Não se compreende a necessidade de se destruir e sacrificar a natureza em prol de uma indústria extractiva poluidoras, destrutiva é que não traz mais valias para a região. Também não se compreende que as empresas exploradoras não sejam idóneas e mesmo assim sejam aceites a concurso. Há políticos em prisão preventiva ou liberdade condicional que pactuaram com estes empresários e estão dispostos a vender o nosso chão e a alma de Barroso. Isso é criminoso. Há toda uma ocultação de factos e disseminação de informações que carecem de fontes que confundem as pessoas. Há informações tendenciosas e falsas sobre as energias verdes, que de verdes, do têm o nome. Não há clareza, nem verdade nas alternativas ao lítio, nem sequer da real utilização do lítio. Toda esta maquinação à volta da destruição do património natural de Barroso, obedece a propósitos pouco claros e que não favorecem os habitantes, os visitantes, os vizinhos galegos nem as cidades às quais chegam recursos importantes como a água. Por estas e muitas mais razões, enquanto barrosã, repúdio em absoluto qualquer tipo de mineração em Barroso. Não às minas!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 51992 Alfredo em 2023-03-22

Comentário:

PÁREM JÁ VÃO DESTRUIR TUDO

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 51973 Da Cruz em 2023-03-22

Comentário:

Discordância total com este projeto que destruirá o ambiante desta aldeia

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 51959 Eva Pereira em 2023-03-22

Comentário:

Como cidadã não concordo que se faça mineração em zonas protegidas.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 51957 Joaquim Esequiel Canelas em 2023-03-22

Comentário:

Não se percebe como é que uma mina, que ainda não existe, já é submetida a um EIA para a sua ampliação. Assim, e dada toda a contestação das populações locais ao projecto, assim como as incertezas existentes quanto aos reais impactos negativos na saúde das populações e de toda a biodiversidade, assim como as inevitáveis alterações no património paisagístico, assim como, também, as dúvidas quanto ao futuro da indústria automóvel movida a baterias de lítio, já que, como se sabe, este não abunda no planeta e porque já existem planos e projectos credíveis e mais amigos do ambiente, para a motorização da indústria automóvel e, também, como se sabe, a dificuldade que existe em implementar e fiscalizar todas as condicionantes impostas pelas DIA(s), penso que tal projecto não deve ter avaliação positiva por parte das entidades envolvidas na sua avaliação.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 51947 Shandra Menendez em 2023-03-22

Comentário:

A povoação não querem a mina, á que respeitar.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 51932 Gil Fonseca Lage em 2023-03-22

Comentário:

Este projeto é vergonhoso. Se qualquer civil quiser fazer uma casa e que o terreno incorpore que seja 1m2 de zona verde, não pode construir, se for uma empresa que queira destruir vários hectares de terreno PATRIMÓNIO MUNDIAL DA AGRICULTURA e sendo o povo Barrosão contra, esses sim já podem, CORRUPÇÃO é o que é

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 51912 José Eduardo Castro Freitas em 2023-03-22

Comentário:

De uma 1ª e breve leitura aos documentos consultados, uma vez que só hoje foram colocados à disposição, registo o seguinte: - O projecto de descarbonização é muito conservador, denota pouca profundidade nos temas abordados, a quantificação de poupanças de CO2 é insuficiente ou mesmo inexistente no tocante aos meios de mobilidade terrestre e tapetes de transporte de mínerio, isto é, não comprova que há vantagens explicitas na vertente abordada. O documento é de uma at´roz singeleza que não permite qualquer leitura circunstancial nem outra de profundidade que o tema deveria merecer, quando a descarbonização é um tópico mandatório nestes projectos e muito mais, desde o Plano Fit55 apresentado em Maio 2022 pela Comissão

---

Europeia. - A listagem da minimização dos impactes ambientais é extensa, e nas vertentes transversais é escassa na contabilização de efeitos a montante, durante e após o período de 17 para o cut-off da exploração.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 51876 Alcides Barbosa em 2023-03-22

Comentário:

As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 51854 Andreia Moreira em 2023-03-22

Comentário:

Continuo a discordar de uma mina na zona do Barroso. Já existem provas mais do que suficientes que, a actividade mineira, e principalmente a da exploração do lítio, destrói paisagens e recursos hídricos sendo que, a zona é de património mundial da agricultura. Está em risco e continua a estar, os recursos hídricos da região que, no ano passado estiverem em níveis baixíssimos pelo que, usa-los para exploração mineira é absurdo mais ainda quando há infiltração no solo das águas não tratadas. Também não há qualquer plano para a questão do lobo ibérico e das suas 5 alcateias. O que indicam é só e apenas amador e de quem não faz ideia do que anda a fazer o que, até é explicável pelo facto da empresa em questão nunca ter explorado nenhuma mina. O quadro da página 17, sobre os elementos ambientais afectados fala por si. Quase tudo a vermelho, com muitos "não avaliados" e "S - Impacte significativo; MS – Impacte Muito Significativo". E já agora, os verdes nem sequer são fidedignos. "Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística " tirar uma paisagem selvagem e colocar postes de electricidade e afins não é uma pano de recuperação paisagística. "Recarga da massa de água subterrânea devido à implementação das albufeiras dos reservatórios " a mina vai usar água e não carregar massas de água subterrâneas. "Posicionamento estratégico de Portugal face às políticas europeias do lítio" não existem provas de que seja possível extrair seja o que for e nem sequer nas quantidades que supõem. É um risco muito grande destruir o património mundial da agricultura à caça de

gambuzinos, mais ainda, com uma empresa que nada diz ao país ou ao mundo. Para além disso, não prevejo futuro no lítio a médio/longo prazo. Com a demanda actual, ate 2035 os recursos estão gastos e terão de encontrar outro "greenwashing" para enganar os tolos. Sobre a componente social, continuo sem perceber o impacto. Não há dados concretos e os que já indicaram, vai de encontro ao que todos dizem, não vai trazer rigorosamente nada à população pois não há técnicos qualificados na área e as contratações seriam de fora. Acrescento que a empresa em apreço, foi criada com o único propósito de poder concorrer ao concurso de exploração sendo que de portuguesa tem apenas o nif e morada fiscal porque o nosso país se vende a estrangeiros. Posto tudo isto e porque continuam sem ter respostas ao que foi colocado no parecer negativo, a minha opinião não muda uma vírgula. Mais ainda quando já se colocam 5 alcateias em risco.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 51848 Cidália Fernandes em 2023-03-22

Comentário:

Concordo com o avançar da exploração mineira, o barroso esta a ficar deserto, que adianta ser património mundial da agricultura se já não há gente que queira trabalhar na agricultura, os mais velhos deixam de poder trabalhar e os novos saem porque não é sustentável. Pensem se querem o interior ainda mais deserto, comércios a fechar por não existir poder de compra. Deixem investir nesta terra, que daqui a uns anos isto vira mato.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 51843 Arlindo Caniço em 2023-03-22

Comentário:

Falta idoneidade à APA para conduzir estes processos, ver texto anexo.

Anexos: 51843_Participação em consulta APA 4.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho Diretivo da
APA
Rua da Murgeira, 9/9A - Zambujal
Ap. 7585
2610-124 Amadora

Nossa refª/Our ref.: DSGCIG-DGeod **Of. Nº:** S-DGT/2023/2565 28-03-2023	**Sua refª/Your ref.:** E-mail de 21/03/2023 Ofício Circular S021283-202303-DCOM.DCA de 21/03/2023

Assunto: AIA 3353 - Reformulação do Projeto "Ampliação da Mina do Barroso".

Relativamente ao assunto em epígrafe, e após apreciação efetuada sobre documentação disponibilizada no Portal Participa, temos a informar o seguinte:

1 - Rede Geodésica

Após análise da nova localização do projeto de ampliação da Mina do Barroso, verificou-se que este não interfere com nenhum vértice geodésico pertencente à Rede Geodésica Nacional (RGN), nem nenhuma marca de nivelamento pertencente à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP).

Sendo assim, este projeto não constitui impedimento para as atividades geodésicas desenvolvidas pela Direção-Geral do Território (DGT).

2 - Cartografia

A cartografia topográfica, vetorial ou imagem, nas escalas entre 1:1 000 e 1:10 000, e também na escala 1:25 000, deve ser homologada ou oficial, cf. preconizado no Decreto-Lei 193/95, de 28 de julho, na sua atual redação.

A utilização de cartografia topográfica sujeita a direitos de propriedade carece de autorização de utilização pela respetiva entidade.

3 - Limites Administrativos

A representação dos limites administrativos deve ser realizada recorrendo à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) em vigor, disponível na página de internet da DGT.

MINISTÉRIO DA COESÃO TERRITORIAL
Direção-Geral do Território
Rua Artilharia Um, n.º 107, 1099-052 Lisboa, Portugal
Telefone (+351) 21 381 96 00 • Fax (+351) 21 381 96 99 • www.dgterritorio.gov.pt

4 - Conclusão

O parecer da DGT é favorável, no pressuposto do cumprimento do referido em 2. Cartografia e 3. Limites Administrativos.

Com os melhores cumprimentos,

O Subdiretor-Geral, por delegação
conforme Despacho nº 5512/2019, de 20 de maio,
publicado no DR, II série nº 109, em 06/06/2019

Mário Sílvio Rochinha de Andrade Caetano

Assinado de forma digital por Mário Sílvio Rochinha de Andrade Caetano
Dados: 2023.04.05 10:54:22 +01'00'

(Mário Caetano)

MINISTÉRIO DA COESÃO TERRITORIAL
Direção-Geral do Território
Rua Artilharia Um, n.º 107, 1099-052 Lisboa, Portugal
Telefone (+351) 21 381 96 00 • Fax (+351) 21 381 96 99 • www.dgterritorio.gov.pt

Ref. Ares(2023)1821046 - 13/03/2023

EUROPEAN COMMISSION

Cabinet of Commissioner Elisa Ferreira
Member of Cabinet

Brussels
CA.17.CAB STAFF/[redacted]

Reunião com AURORA/GALP
Bruxelas, 23 de novembro 2022, Berlaymont
Sumário da reunião

Participantes:
Comissão Europeia:
Comissária Elisa Ferreira
[redacted]

Visitantes:
[redacted] AURORA
[redacted] AURORA
[redacted], GALP
[redacted], GALP
[redacted] EUpportunity

[redacted] Aurora sumariou o projeto de refinação de lítio para a interação em baterias ecologicamente sustentáveis em fábrica a construir na península de Setúbal – projeto apresentado esta mesma semana aos Gabinetes Breton e Sefcovic e à REPER Portugal.

Aurora é uma joint-venture entre a Galp e a Northvolt criada há cerca de um ano. Northvolt foi criada por empresários suecos com carreira na Tesla apoiados pela VW, BMW e Goldman Sachs, tendo fábricas de baterias na Suécia e estando a negociar novas fábricas nos EUA e na Alemanha. Aurora pretende focar-se na eletrificação do setor automóvel, que terá que produzir 35 milhões de carros elétricos até 2035, assim como em baterias para armazenamento de energia (Energy Storage Systems).

O mercado de hidróxido de lítio apresenta enorme escassez do produto; disponibilidades atuais correspondem a apenas 20% das necessidades estimadas. As principais jazidas de lítio estão na Austrália (muitas em mãos Chinesas), Canadá, EUA, Argentina, Chile, Bolívia, Mali, Gana, Senegal, Zimbabué. Na Europa, Portugal e Espanha têm as melhores jazidas. Face à escassez de oferta, potenciais compradores de hidróxido de lítio têm sondado a empresa. Produção será pré-vendida mesmo antes do início da produção, devido à elevada procura.

Aurora pretende posicionar-se como ator pioneiro no continente europeu com o primeiro passo para desenvolver a cadeia de valor em Portugal, construindo a primeira refinaria na UE pelo valor total de 700 milhões de euros. Enfrenta alguns desafios:

- Pretende comprar minério em minas portuguesas. Montalegre ou Beiras; mas Beiras ainda sem projeto concreto e Montalegre só tem reservas para cerca de 10 anos e demorará a iniciar produção; Aurora está ativamente à procura de outros fornecedores em todo o mundo que assegurem fornecimento para projeto de 30 a 40 anos;

- Procura de novos talentos: deverá crescer dos 20 colaboradores atuais para 50 no final de 2023 e 200 empregos diretos e 2000 indiretos em ano cruzeiro;

- Engenharia de precisão: processo industrial complexo, mas têm parceiros com experiência;

- Forte preocupação ESG (Environmental, Social and Governance) com toda a cadeia de valor. O objetivo é produzir de maneira sustentável ao longo de toda a cadeia.

Comissária apontou importância do projeto face ao contexto atual de crise energética e necessidade de reduzir dependência de países terceiros e acelerar transição energética justa e sustentável. Sublinhou necessidade de sustentabilidade ecológica e componente social do projeto mineiro face a experiência negativa que setor tem historicamente.

Aurora destacou preocupações ambientais que exigirá aos seus fornecedores – incluindo a quem explorar a mina em Montalegre. Destacou também ecossistema que encontrou e pretende desenvolver na península de Setúbal, onde se encontram potenciais clientes para os sub-produtos da refinação do lítio (94% do volume de rocha extraído), nomeadamente indústrias de cimento e papel. Proximidade com Autoeuropa pode ser incentivo para alargamento da cadeia de valor em Portugal.

[redacted]

c.c.: [redacted]

ASSEMBLEIA DE COMPARTES DOS BALDIOS DE COUTO DE DORNELAS
Rua do Pelourinho n.º 5 - Vila Grande
5460-417 DORNELAS BTC

2022

Acta número três

Aos **vinte e seis** dias do mês de **Junho** de **dois mil e vinte e dois**, pelas **dez horas**, reuniu extraordinariamente, em primeira convocatória no Centro Comunitário de Dornelas, a Assembleia de Compartes dos Baldios do Couto de Dornelas, no sentido de dar cumprimento à convocatória publicada em 11 de Junho de 2022 ao abrigo da Lei n.º 75/2017 de 17 de agosto, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Actualização do caderno de compartes**
2. **Análise de contas relativas ao último exercício**
3. **Exploração de Lítio/ Contratos de Cedência de Terrenos Baldios**
4. **Estracção de materiais de Lousas pela Empresa FELMICA/CONTRATOS**
5. **Deliberar sobre a desagregação de parcelas em regime florestal na Unidade de Baldio**

Passados 30 minutos da hora marcada, verificou-se a presença de 57 compartes, número acima dos 10% dos compartes necessários para reunir validamente.

No contexto do ponto um, procedeu-se à actualização do caderno de compartes o qual mereceu a aprovação por maioria dos presentes, havendo 9(nove) compartes que não votaram. Negaram-se a fazê-lo fundamentados no facto de que a assembleia foi indevidamente convocada. Como sabemos, a assembleia de compartes é legitimamente convocada pelo presidente da assembleia de compartes e foi por ele próprio convocada, não obstando que o que o motivo dessa marcação tivesse tido por base um requerimento apresentado por mais de 5% dos compartes da freguesia. Atendendo que não foram esses 5% a convocar, mas sim, o próprio presidente, a reunião foi legítima em todos os sentidos.

No âmbito do ponto 2, **análise de contas relativas ao último exercício,** o presidente do conselho Directivo, César Augusto Afonso Magalhães, aproveitou a palavra para denegrir a imagem da prima Maria Felisbela Pereira Magalhães por motivos que nada tinham a ver com o ponto de trabalho, chamou-lhe diversos nomes desadequados e no entender desta assembleia desrespeitosos, caluniosos, injuriosos e não prestou quaisquer contas referentes aos anos 2020 e 2021 alegando que a convocatória da assembleia não podia ser aceite porque estava fundamentada num pedido que não correspondia aos 5% dos compartes. Voltámos a explicar que caberia ao presidente da Assembleia aceitar ou não fazer a convocatória. Se fez a convocatória, cumpriu com os 15 dias necessários de publicação, não podia ser anulada a reunião apenas porque o presidente do conselho Directivo não preparou as contas ou não quis prestar contas, as quais devia ter apresentado até 30 de Março do ano corrente. Acresce o facto de ter referido que não estava presente na reunião como presidente, mas como comparte, mesmo assim, negou-se a assinar a folha de presenças.

No que respeita ao ponto 3 e 4, não apresentou quaisquer contratos, alegou que não devia satisfações a ninguém e que só faria a devida explicação quando a assembleia fosse devidamente convocada. Tudo nos leva a crer que fez contratos sem a devida autorização desta assembleia, ficando mandatado o presidente da Assembleia Francisco Xavier Barreto Pires para pedir ao Ministério Público que averigue esta situação.

No que concerne ao ponto 5, à cerca da **deliberação sobre a desagregação de parcelas em regime florestal na Unidade de Baldio** a assembleia entendeu deixar para a reunião ordinária de Dezembro de 2022 a deliberação deste ponto.

Nada mais havendo a tratar, deu-se a reunião por encerrada, da qual se lavrou a presente acta, a qual foi aprovada por maioria com **NOVE** votos contra e **ZERO** abstenções, a qual será subscrita pelo presidente da Mesa da Assembleia de Compartes.

O Presidente

(Francisco Xavier Barreto Pires)

ASSEMBLEIA DE COMPARTES DOS BALDIOS DE COUTO DE DORNELAS

Rua do Pelourinho n.º 5 - Vila Grande
5460-417 DORNELAS BTC

2022

Acta número quatro

Aos **vinte e seis** dias de **Dezembro** de **dois mil e vinte e dois**, pelas **nove horas e trinta minutos**, reuniu ordinariamente, em primeira convocatória no Centro Comunitário de Dornelas, a Assembleia de Compartes dos Baldios do Couto de Dornelas, no sentido de dar cumprimento à convocatória publicada em 09 de Dezembro de 2022 ao abrigo da Lei n.º 75/2017 de 17 de agosto, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

1- Actualização e aprovação do caderno de compartes; ----------

2-Leitura e aprovação da acta da reunião anterior; ----------

3- Análise e deliberação sobre as contas relativas aos anos 2020 e 2021; ----------

4- Aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2023; ----------

5- Deliberar sobre a Prospeção e Exploração de lítio por parte da SAVANNAH LITHIUM, Lda. ----------

/Explicação por parte do Conselho Directivo dos Baldios de Dornelas sobre os contratos existentes relativos aos terrenos comunitários; ----------

6- Deliberar sobre a extracção de materiais de Lousas pela Empresa FELMICA e verificação dos respectivos CONTRATOS /Explicação por parte do Conselho Directivo dos Baldios de Dornelas sobre os contratos existentes relativos a terrenos comunitários; ----------

7- Deliberar sobre a remoção de parcelas particulares inseridas na Unidade de Baldio e indevidamente submetidas ao regime florestal; ----------

8- Deliberação sobre o método de atribuição/distribuição do baldio para fins de subsídios agrícolas segundo as regras do próximo Quadro Comunitário. ----------

9- Aprovação do Regulamento de uso e fruição do Baldio; ----------

10- Aprovação do Plano de Gestão Florestal proposto pelo Agrupamento de Baldios do Vale do Tâmega; --

11- Deliberação sobre o processo 615/20.0T9CHV e relacionados; ----------

12- Aprovação do projecto apresentado ao abrigo da medida REACT-EU -FEDER; ----------

13- Apresentação e aprovação dos limites da área do Baldio de Dornelas; ----------

Passados 30 minutos da hora marcada, verificou-se a presença de 52 compartes, faltando 4 compartes para perfazer os 10% dos compartes necessários para reunir validamente. ----------

De notar que o Vice-Presidente da mesa da assembleia, António Paulo Pereira Sanches, interveio e referiu que a convocatória deveria ter sido agendada com a concordância da mesa e não por iniciativa própria do presidente da mesa. Acontece que, entretanto, acabou por confirmar diante de toda a assembleia que dia 08 de Dezembro de 2022 foi abordado presencialmente pelo presidente da mesa da assembleia e ficou acordado pelos dois que a Assembleia de compartes seria marcada para dia 26 de dezembro de 2022 e no caso de não haver quórum, ficaria para dia 31 de Dezembro de 2022. Querendo ou não querendo, esta reunião foi na verdade convocada por 5% de compartes que reuniram dia 26 de Junho e não deram prosseguimento à reunião porque o presidente do Conselho Directivo, César Augusto Afonso Magalhães se negou a cumprir com a ordem de trabalhos. Assim sendo, foi adiada a ordem de trabalhos para esta data, à qual, foram adicionados outros pontos inerentes à reunião ordinária de Dezembro, exigidos na lei dos baldios.

Nada mais havendo a tratar, deu-se a reunião por encerrada, da qual se lavrou a presente acta, a qual depois de lida e aprovada por maioria com 6 votos contra e 0 abstenções será subscrita pelo presidente da Mesa da Assembleia de Compartes.

O Presidente

(Francisco Xavier Barreto Pires)

ASSEMBLEIA DE COMPARTES DOS BALDIOS DE COUTO DE DORNELAS

Rua do Pelourinho n.º 5 - Vila Grande
5460-417 DORNELAS BTC

2022

Acta número cinco

Aos **trinta e um** dias do mês de **Dezembro** de **dois mil e vinte e dois**, pelas **nove horas e trinta minutos**, reuniu ordinariamente, em **segunda convocatória,** no Centro Comunitário de Dornelas, a Assembleia de Compartes da Comunidade Local dos Baldios do Couto de Dornelas, no sentido de dar cumprimento à convocatória publicada em 09 de Dezembro de 2022 ao abrigo da Lei n.º 75/2017 de 17 de agosto, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

1- Actualização e aprovação do caderno de compartes; ----------

2-Leitura e aprovação da acta da reunião anterior; ----------

3- Análise e deliberação sobre as contas relativas aos anos 2020 e 2021; ----------

4- Aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2023; ----------

5- Deliberar sobre a Prospeção e Exploração de lítio por parte da SAVANNAH LITHIUM, Lda. ----------

/Explicação por parte do Conselho Directivo dos Baldios de Dornelas sobre os contratos existentes relativos aos terrenos comunitários; ----------

6- Deliberar sobre a extracção de materiais de Lousas pela Empresa FELMICA e verificação dos respectivos CONTRATOS /Explicação por parte do Conselho Directivo dos Baldios de Dornelas sobre os contratos existentes relativos a terrenos comunitários; ----------

7- Deliberar sobre a remoção de parcelas particulares inseridas na Unidade de Baldio e indevidamente submetidas ao regime florestal; ----------

8- Deliberação sobre o método de atribuição/distribuição do baldio para fins de subsídios agrícolas segundo as regras do próximo Quadro Comunitário. ----------

9- Aprovação do Regulamento de uso e fruição do Baldio; ----------

10- Aprovação do Plano de Gestão Florestal proposto pelo Agrupamento de Baldios do Vale do Tâmega; ----------

11- Deliberação sobre o processo 615/20.0T9CHV e relacionados; ----------

12- Aprovação do projecto apresentado ao abrigo da medida REACT-EU -FEDER; ----------

13- Apresentação e aprovação dos limites da área do Baldio de Dornelas; ----------

À hora marcada, verificou-se a presença de **83 compartes**, havendo quorum para reunir validamente em segunda convocatória. De notar que **33 compartes estiveram presentes mas não quiseram assinar o livro de registo de presenças**, ficando assinalados com a menção "Não assinou mas esteve". O Vice-presidente da mesa **António Paulo Pereira Sanches** e o Secretário da mesa **Pedro Miguel Carneiro Pereira** entregaram uma declaração onde alicerçam o facto de não poderem continuar na reunião. Atendendo a estas duas desistências, foram chamadas para sua substituição as compartes **Alda do Carmo Barroso Pires** e **Clara Gonçalves da Silva Pereira** para que a mesa funcionasse em conformidade com o artigo 22.º da Lei dos Baldios. ----------

No contexto do ponto um, procedeu-se à actualização do caderno de compartes o qual mereceu a **aprovação por maioria com 61 (sessenta e um) votos a favor**, **vinte e dois votos contra** e **zero abstenções**. Torna-se importante referir que os **22** que reprovaram o recenseamento de compartes, faziam parte do grupo de **33** não quis assinar o caderno de presenças. No final deste ponto, **os mesmos 22 que votaram contra o caderno de compartes**, entenderam abandonar a sala a partir do momento que se aperceberam que representavam apenas **um quarto (1/4)** dos presentes. ----------

No âmbito do ponto 2, procedeu-se à leitura das duas actas das reuniões anteriores as quais foram aprovadas por **maioria com 54 (cinquenta e quatro) votos a favor**, **7 (sete) votos contra** e **0 (zero) abstenções**. ----------

No que respeita ponto 3, o presidente do conselho Directivo, César Augusto Afonso Magalhães, **não apresentou as contas do biénio 2020 e 2021**, e foi apresentada uma declaração da **comissão de fiscalização** a dizer que nem as contas nem os documentos que alicerçam a prestação contas, foram enviadas àquele órgão para a devida apreciação e mesmo que fossem apresentadas deveriam ser reprovadas por esse facto. ----------

No que respeita ponto 4, não foi apresentado o plano de actividades e o respectivo orçamento, ficando para a próxima reunião. ----------

No que toca ao ponto 5 e 6, o presidente do conselho Directivo não apresentou os respectivos contratos e os compartes REJEITARAM por **maioria com 55 (cinquenta e quatro) votos a favor**, **6 (seis) votos contra** e **0 (zero) abstenções**, **todas as actividades de Prospeção e Exploração mineira na área do nosso baldio**, alicerçados na destruição que todos podem observar nas proximidades de Lousas numa área de 16ha. Ficando assim, o órgão executivo, determinantemente proibido de renovar quaisquer contratos no âmbito da exploração mineira. ----------

Foi ainda explicado que a mesma área (16ha) povoada de medronheiros e explorados em modo biológico renderiam aproximadamente 12800€/ano (doze mil e oitocentos euros por ano) em subsídios de agricultura biológica. ----------

No âmbito do ponto 7, **reprovou-se** por **maioria com 60 (sessenta) votos contra**, **1 (um) voto a favor do presidente da mesa** e **0 (zero) abstenções** a remoção das parcelas particulares inseridas na Unidade de Baldio submetidas ao regime florestal mesmo que os proprietários tenham em sua mão qualquer documento de posse que comprove a titularidade daquelas parcelas onde tenham intenção de construção ou uso para fins agrícolas. Entenda-se como documento de posse a Caderneta Predial, Escritura, Decreto Legislativo, Ata, Contrato De Arrendamento, Contrato De Comodato, Certidão Matricial, Certidão do Registo, Sentença Judicial, Testamento, Declaração de cedência ou usufruto do Conselho Directivo, da Mesa da Assembleia ou da Junta de Freguesia. **Esta reprovação deveu-se ao facto de nenhum dos compartes interessados nessa correção estar presente na reunião na hora da discussão deste ponto.** ----------

No que respeita ao ponto 8, **aprovou-se** por **maioria com 57 (cinquenta e sete) votos a favor**, **4 (quatro) votos contra** e **0(zero) abstenções** que a atribuição de baldio será baseada em 3 factores: **ser comparte (10ha)**, **ser (10ha) ou não residente(0ha) na freguesia** e no **número de Cabeças Normais** detidas à data da candidatura, à partida todos os compartes terão direito a 5ha de pastoreio por Cabeça Normal, à qual terá que ser subtraída a área própria para poderem cumprir com o encabeçamento 0,2CN/ha. Contudo, **nenhum comparte poderá ser diferenciado em função da espécie que produzir** e **nenhum comparte poderá ultrapassar 30 hectares** em virtude da redução proveniente da elaboração de projectos e correcções de ocupação cultural por parte do IFAP. Contudo, os **jovens agricultores, poderão ir até aos 40ha no ano da primeira candidatura**, para poderem auferir de melhor histórico em baldio. Mas, apenas, se residirem e fizerem vida económica dentro da freguesia. É dada a possibilidade de **troca virtual** a nível de ISIP(Parcelário) de toiças particulares com o baldio. ----------

Atendendo aos prejuízos causados pela forma errónea como foi distribuído o baldio nos últimos dois anos, decidiu-se que o Sr. César Augusto Afonso Magalhães deve responsabilizar-se pelo pagamento dos prejuízos causados a MARIA ADELAIDE LOPES VIEIRA DOMINGUES no valor de **4626€**, a LUÍS PAULO PIRES GONÇALVES no valor de **2955€**, MARIA DO CÉU ALVES PEREIRA **2955€**, MÁRIO GONÇALVES **2955€,** Olímpio Fernandes **800€** e MARIA PIRES LOPES **800€** e, todos aqueles que foram vítimas da redução das áreas depois da candidatura já elaborada. ----------

A partir desta data, o responsável pela atribuição do baldio para fins de agrícolas, assim como, emitir autorizações, declarações, contratos de usufruto e ou comodato de parcelas de baldio para fins de utilização agrícolas e agro-pastoris e para representar esta comunidade junto de quaisquer entidades ligadas aos apoios/subsídios agrícolas, entre as quais o IFAP, DRAP, DGAV, **passará a ser novamente o Presidente da Assembleia de Compartes, Francisco Xavier Barreto Pires portador do Cartão de Cidadão n.º 10751556**, à semelhança da deliberação tomada em 26 de Abril de 2015, como consta na acta número quarto da assembleia de compartes desse ano, em virtude do Sr. Presidente do Conselho Directivo, César Augusto Afonso Magalhães, não ter a disponibilidade necessária, residir na cidade de Chaves a 40km de distância, e ter provado nos últimos dois anos não estar devidamente preparado para fazer este serviço. ----------

No que respeita ao ponto 9 não foi proposto o Regulamento de uso e fruição do Baldio. ----------

No respeitante ao ponto número 10 não foi apresentado o Plano de Gestão Florestal proposto pelo Agrupamento de Baldios do Vale do Tâmega ficando para a próxima reunião. ----------

No contexto do ponto 11, foi explicado como surgiu o processo 615/20.0T9CHV, o qual teve origem numa acusação descabida, despropositada e infundada da parte do Sr. César Augusto Afonso Magalhães contra vários compartes desta freguesia, o qual, não consultou nenhum dos órgãos do baldio para avançar com essa queixa. Como tal, **aprovou-se** por **maioria com 56 (cinquenta e seis) votos a favor**, **5 (quatro) votos contra** e **0 (zero) abstenções** que todas as despesas com esse processo ou processos que advenham desse, devem ser suportadas por ele próprio, ficando a partir desta data totalmente proibido de levantar quaisquer montantes em numerário da conta ou contas do Conselho Directivo dos Baldios de Couto de Dornelas, tendo que fazer todos os pagamentos por cheque ou transferência bancária, ficando o Presidente da Assembleia de Compartes, **Francisco Xavier Barreto Pires portador do Cartão de Cidadão n.º 10751556** com a obrigação de comunicar esta deliberação à Caixa Geral de Depósitos e a quaisquer outros bancos que tenham contas do CONSELHO DIRECTIVO DOS BALDIOS DE COUTO DE DORNELAS, NIF 900512474. ----------

No que concerne ao ponto 12, não foi apresentado e explicado o projecto elaborado ao abrigo da medida REACT-EU -FEDER o qual fica adiado para próxima reunião; ----------

No que respeita ao ponto 13, não foram apresentados quaisquer limites da área do Baldio de Dornelas. ----------

Nada mais havendo a tratar, deu-se a reunião por encerrada, da qual se lavrou a presente acta em **minuta,** a qual foi aprovada por **maioria com 57 (cinquenta e sete) votos a favor**, **4 (quatro) votos contra** e **0 (zero) abstenções** a qual será subscrita pelo presidente, vice-presidente e secretária da Mesa da Assembleia de Compartes. ----------

O Presidente

(Francisco Xavier Barreto Pires)

Vice – Presidente (n.º2, artigo 22.º)

(Alda do Carmo Barroso Pires)

Secretária (n.º2, artigo 22.º)

(Clara Gonçalves da Silva Pereira)

Aos excelentíssimos membros da Comissão de Avaliação,

Venho comunicar à Vossa Excelências a minha discordância nos termos que passo a expor seguidamente.

O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental.

O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos:

a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;
b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem;
c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico;
d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações;
e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas;
f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial;
g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente;
h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida.»

Ora segue-se que o princípio mesmo de uma mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta de que uma mina resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas e na descaracterização permanente das paisagens. Se for preciso um exemplo, podemos citar o caso da mina de São Domingos, prova de que uma vez extraído o minério, o solo não se recompõe.

Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, uma mina em Covas do Barroso seria totalmente irresponsável e uma completa violação do dever fundamental de salvaguarda dos recursos naturais e da estabilidade ecológica.

O direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República tem uma vertente humana, já que se trata de preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico e de solidariedade entre gerações.

A zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura como um Sistema Importante do Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que apoiam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas.

Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, pelo famoso queijo e pelo mel delicioso.

Assim sendo, uma mina em Covas do Barroso é incompatível com o artigo 66 da Constituição da República.

No mesmo sentido, o relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente indicou no seu relatório que "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Os responsáveis pelo projeto da mina tentaram justificar o projeto dizendo que o lítio europeu é necessário para a transição da Europa para a energia verde. Embora possa parecer ser esse o caso, os grandes projetos de extração de recursos que podem violar os direitos humanos em nome da transição verde são contrários ao desenvolvimento sustentável, como vários tribunais e comissões nacionais e regionais concluíram recentemente. A extração de metais a céu aberto é ilegal em algumas das principais nações verdes, como a Costa Rica, devido aos impactos no ambiente e nos direitos humanos."

O Governo português e a Agência Portuguesa do Ambiente aderiram à Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU) sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente – conhecida habitualmente como Convenção de Aarhus. Esta convenção garante ao público um direito de participação que só pode ser efetivo se a consulta é autêntica e o direito de acesso a informação garantido.

Ora, um exame do calendário da presente consulta permite concluir que a presente consulta não é autêntica.

A Savannah Resources, empresa mineira que supostamente tem os fundos e a experiência técnica relativa a exploração de minas, dispôs durante mais de seis meses da ajuda da APA para estabelecer um novo plano que poderia vir a obter uma luz verde. Enquanto o publico, que não é técnico, apenas dispõe de dez dias para aceder e analisar novos documentos técnicos e voluminosos e assim dar a sua opinião. Tal desigualdade revela uma falta de autenticidade da presente consulta, a qual não respeita a Convenção de Aarhus.

Para concluir, como indicado pelo relator Especial das Nações Unidas David R. Boyd, o quadro legislativo atual não permite garantir a proteção de zonas únicas como a do Barroso e a seria difícil conciliar um histórico de liderança na área ambiental com a aprovação de uma enorme mina a céu aberto numa comunidade que é um exemplo globalmente reconhecido de desenvolvimento sustentável.

IBERDROLA

SISTEMA ELETROPRODUTOR DO TÂMEGA

Pronúncia à Avaliação do Projeto Reformulado no âmbito do Art.º 16.º do RJAIA

Ampliação da Mina do Barroso

Março de 2023

ÍNDICE

1 Nota Introdutória 1

2 Enquadramento Geográfico dos Projetos e Áreas Afetadas 2

3 Apresentação dos Temas a Considerar 3

3.1 Qualidade da água da albufeira de Daivões e Gouvães 3

3.2 Afetação das Medidas de Compensação 7

3.3 Cumprimento de medidas do Plano da Bacia hidrográfica do Douro (RH3) 10

4 Nota Conclusiva 10

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERDROLA GENERACIÓN S.A.U. (doravante Iberdrola), empresa adjudicatária do projeto para a construção e exploração em regime de concessão do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (SET), composto pelos Aproveitamentos Hidroelétricos de Gouvães, Alto Tâmega e Daivões, na sequência da pronúncia ao Estudo de Impacte Ambiental do projeto (realizada em julho de 2021), vem agora exercer o seu direito de pronúncia previsto no procedimento de consulta pública da Avaliação do Projeto Reformulado no âmbito do Art.º 16.º do RJAIA da Ampliação da Mina do Barroso (março 2023).

Com efeito, após consulta e análise da informação que integra o respetivo procedimento, não obstante o reconhecimento de se verificar considerável melhoria da informação prestada no que concerne à caracterização do projeto, processos construtivos e exploração de indústria extrativa, caracterização dos impactes e proposta de medidas de mitigação a adotar, é entendimento da Iberdrola que a documentação que instrui o projeto sob consulta não responde cabalmente quanto às medidas de minimização a implementar para garantir a preservação e monitorização adequada da qualidade da água a jusante dessa exploração, onde se situa o SET, circunstância que pode comprometer a eficácia dos programas de monitorização na fase de exploração, diretamente relacionados com os recursos hídricos e respetivos habitats e da eficácia das medidas de compensação específicas previstas para vários troços do rio Beça, rib.º de Lousas / rib.º de Gondiães e rio Torno / Louredo, implementados no âmbito do SET.

Estes locais apresentam-se como críticos, pelo que se não ficarem devidamente acauteladas as medidas de minimização e de monitorização do projeto sob consulta, em particular no que concerne às descargas de efluentes e escorrência de sedimentos, poderá potenciar a ocorrência de pressões negativas na qualidade da água e consequentemente nos habitats prioritários que os locais referidos albergam.

Como consequência do regime de exploração aprovado para as barragens de Daivões e Gouvães, a ocorrência de potenciais impactes será, forçosamente, estendida à bacia do rio Torno / Louredo, na medida em que implicará a mistura das duas massas de água, pondo em causa a qualidade da água nas duas albufeiras, bem como em todo o curso dos rios a jusante da exploração mineira, a jusante destas albufeiras e as medidas de compensação implementadas e a implementar no âmbito do projeto promovido pela Iberdrola e protocoladas na documentação do projeto emitida ao abrigo do respetivo processo de AIA do projeto do SET.

2 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DOS PROJETOS E ÁREAS AFETADAS

O projeto de exploração mineira em consulta localiza-se a montante da área de influência da exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Daivões, sendo que os vales de escorrência que atravessam essa área de exploração afluem à margem direita do rio Tâmega na albufeira de Daivões, através do rio Beça. Como referido, o regime de exploração dos Aproveitamentos Hidroelétricos de Daivões e Gouvães, originará a mistura das duas massas de água, pelo que a ocorrência de qualquer tipo de situação anómala que origine contaminação da água irá causar impacte eventualmente irreversível nas duas albufeiras e a jusante destas, como demonstrado na **figura 1**.

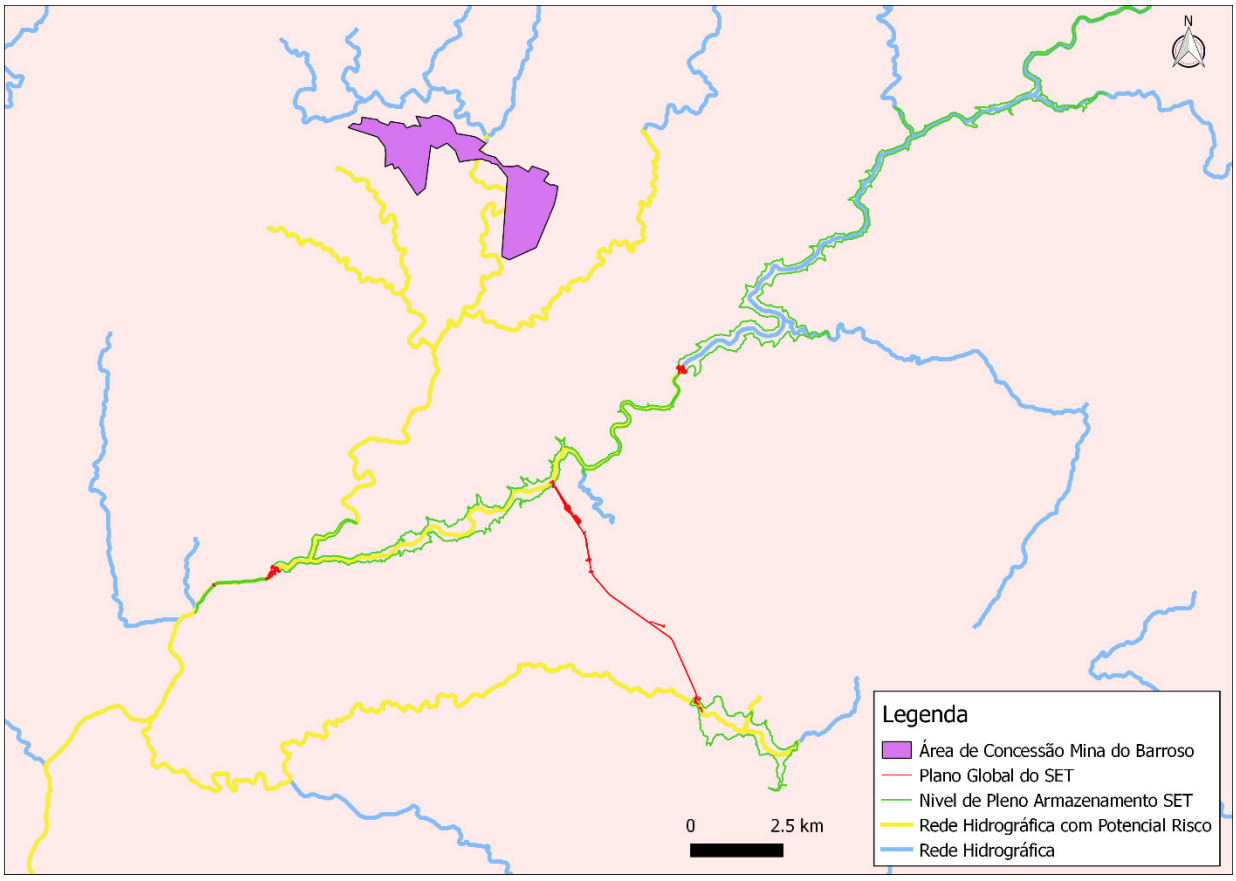


Figura 1 – Localização geral dos projetos e afetações possíveis dos recursos hídricos.

3 APRESENTAÇÃO DOS TEMAS A CONSIDERAR

No seguimento do contextualizado acima, expomos no presente capítulo, de forma mais pormenorizada, as questões que nesta fase pretendemos ver salvaguardadas.

No sentido de simplificar a análise, serão apresentados os temas em apreço, em três áreas com abrangências distintas:

- A qualidade da água nas albufeiras de Daivões e Gouvães;
- A eficácia das medidas de compensação protocoladas na DIA/RECAPE do projeto do SET, para as áreas onde se prevê a ocorrência de impactes;
- As medidas enquadradas no Plano da Bacia do Douro.

3.1 QUALIDADE DA ÁGUA DA ALBUFEIRA DE DAIVÕES E GOUVÃES

REGIME DE PROTEÇÃO

A albufeira de Daivões e, consequentemente, a albufeira de Gouvães compõem grande parte do Sistema Eletroprodutor do Tâmega e apresentam, conforme definido, um regime de exploração que resulta na mistura das duas massas de água, estando as duas na lista de albufeiras classificadas como de utilização protegida, ao abrigo do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas.

https://apambiente.pt/agua/lista-de-albufeiras-lagos-e-lagoas-classificados#ARH%20N

QUALIDADE DA ÁGUA

A Avaliação do Projeto Reformulado e a documentação anexa, prevê que as fases constituintes do projeto de Ampliação da Mina venham a originar impactes na quantidade e qualidade da água superficial a jusante da mesma e da água subterrânea na sua envolvente. São apresentadas soluções técnicas para a gestão e abastecimento de água, para a gestão e tratamento das águas residuais geradas (construção de reservatórios de água limpa, reservatórios de controlo de sedimentos e de controlo ambiental), identificados os meios recetores dos sistemas, bem como estabelecidos programas de monitorização quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos.

São reconhecidos impactes negativos na fase de construção (com especial incidência para a construção dos reservatórios, desmatação, decapagens, movimentações de terras), resultando no incremento da carga de sólidos nas sub-bacias hidrológicas afetadas, entre outros fatores adversos.

Na fase de exploração, o estudo identifica como impacte negativo a existência das massas de água associadas aos reservatórios (e conversão em regime de escoamento lêntico), ao que corresponderá uma diminuição da sedimentação no rio Covas, podendo originar um défice de sedimentos a jusante.

Identifica, ainda, como principais impactes negativos, um afluente do rio Covas intercetado pela Instalação de Resíduos (TSF), a possibilidade de rutura desta Instalação (TSF), a degradação da qualidade das massas de água associadas aos reservatórios, a degradação da qualidade da água decorrente da exploração (hidrocarbonetos, metais pesados), a interseção de níveis freáticos nas cortas, bem como impactes associados ao efeito de lixiviação da Instalação de Resíduos (TSF), escombreiras e áreas de depósito / pargas de terra vegetal e aos sistemas de tratamento associados às águas residuais industriais, entre outros.

Contudo, e não desvalorizando o aprofundamento e devido detalhe na conceção das medidas de mitigação que terão que ser desenvolvidas e aprimoradas numa fase subsequente, considerando o nível de impacte esperado para os recursos hídricos afetados, a Iberdrola considera fundamental que se assegure a devida monitorização ambiental, por forma a possibilitar a deteção atempada de impactes não previstos ou o incremento na severidade dos impactes previstos, considerando a salvaguarda dos recursos a jusante, sobre os quais impendem projetos em execução de beneficiação e melhoramento dos elementos naturais existentes.

As escorrências diretas das atividades do projeto podem provocar acumulação de metais ou outras substâncias na albufeira de Daivões, afetando a qualidade de água da mesma e consequentemente da qualidade da água da albufeira de Gouvães e percurso fluvial a jusante destas. De referir que, no contrato de concessão da Iberdrola (n.º 32/ENERGIA/APA/2014), está referenciado que a água do rio Beça está classificada como ”Razoável”, sendo que a do rio Covas está classificada como “Boa”, sendo que toda a área de exploração da mina, assim como parte do circuito utilizado para expedição dos inertes localiza-se a montante da albufeira de Daivões.

Salienta-se, ainda, que as localizações das cortas situam-se nas proximidades de duas linhas de água principais, e que considerando as suas profundidades máximas, representam uma probabilidade elevada de afetação do nível freático, podendo ser deteriorado por contaminantes resultantes da exploração.

NECESSIDADES HÍDRICAS DA EXPLORAÇÃO DO PROJETO

Segundo o referido no estudo, no pior cenário apresentado, estima-se que o projeto terá um impacte no escoamento natural superficial (na massa de água do Covas) de 0,8%, o que equivale a cerca de 0,6 hm^3 anuais, afetando o regime de escoamento quer do rio Covas, quer do ribeiro do Couto (seu afluente). Tendo em linha de conta a ordem de grandeza do consumo estimado e a origem da água estar associada à sub-bacia hidrográfica do rio Beça, considerando os volumes/cálculos realizados para estimar a disponibilidade hídrica na albufeira de Daivões, teme-se agora uma possível redução da afluência de água

nesta albufeira e concomitantemente com possíveis consequências na exploração das Barragens (incluindo a libertação de caudais ecológicos, em particular nos meses mais secos).

DESCARGAS DE EFLUENTES E CONTROLO DE SEDIMENTOS

Apesar da avaliação ao projeto reformulado apresentar elementos adicionais no que respeita aos sistemas de tratamento de águas residuais industriais a adotar na fase de exploração, não é identificado claramente como será realizada a deposição em escombreira ou encaminhamento para operador autorizado da tipologia resíduos resultantes da limpeza das bacias de armazenamento de água, bem como da limpeza dos sistemas de tratamento de efluentes. Neste caso, conforme legislação em vigor, as lamas resultantes devem sempre ser analisadas, para caracterização prévia e definição do destino final adequado.

Outra vertente que se considera de fundamental importância é a definição de programa(s) de autocontrolo quantitativo e qualitativo a implementar, uma vez que se preveem grandes quantidades de águas residuais geradas, bem como a acumulação de águas pluviais e de infiltração e a sua contaminação durante o processo de exploração, sendo imprescindível aferir da real eficiência de tratamento antes da eventual devolução das águas ao meio hídrico, permitindo assim a melhoria e otimização dos sistemas.

Não menos importante, sendo um aspeto importante a controlar será, igualmente, a gestão das águas residuais domésticas e a gestão de águas residuais industriais provenientes das instalações normais e equipamentos habituais de uma exploração de indústria extrativa (nomeadamente as respeitantes a oficinas para manutenção de veículos e maquinaria, zonas de lavagem de rodados, zonas de lavagem de veículos e maquinaria, entre outras).

O impacte em apreço pode comprometer os resultados dos programas de monitorização dos recursos hídricos para a fase de exploração das albufeiras do SET que se encontram em curso.

PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS PROPOSTO

Conforme referido no estudo, ao nível da qualidade química e parâmetros físico-químicos gerais, para a fase de exploração antevê-se "*possíveis alterações pronunciadas a montante e jusante (rio Covas), nomeadamente na temperatura da água, na sobressaturação vs. subsaturação de gases, em particular do oxigénio dissolvido, com potencial ocorrência de compostos tóxicos associados ao aumento de nutrientes, e em particular de azoto e fósforo. Potencial aumento de sólidos em suspensão no rio Covas.*"

Refere ainda o provável aparecimento de poluentes específicos, decorrente da ocorrência de derrames

acidentais. Relativamente à fauna piscícola, refere a possível afetação das espécies mais sensíveis devido ao aumento de sedimentos nos cursos de água afetados.

No seguimento do exposto anteriormente, a Iberdrola considera que o PM proposto apresenta lacunas que poderão (e deverão) ser corrigidas, designadamente:

- Clarificação dos critérios de avaliação de dados;
- Parâmetros a monitorizar: para uma melhor caracterização qualitativa da água, e por forma a garantir uma melhor articulação com outros Programas de Monitorização em curso (como é o caso dos PM's de fase de exploração do Sistema Eletroprodutor do Tâmega), deveria ser equacionada a inclusão de parâmetros físico-químicos adicionais e parâmetros microbiológicos, tais como:
    - Avaliação das condições de oxigenação: CBO_5 e COT;
    - Avaliação da transparência: Sólidos Dissolvidos Totais (SDT) e cor;
    - Estado de acidificação: alcalinidade e dureza total;
    - Condições relativas aos nutrientes: azoto total, azoto amoniacal, nitritos, fosfatos e sílica;
    - Parâmetros complementares e outros poluentes: lítio e antimónio;
    - Parâmetros microbiológicos: Coliformes totais, Coliformes fecais, *Escherichia coli* e Enterococos intestinais.
- Locais de amostragem: considera-se que os 10 locais identificados são insuficientes, uma vez que refletem uma subamostragem dos locais a montante das áreas afetadas (estações controlo), dificultando a avaliação do real impacte das intervenções construtivas / atividades de exploração nos recursos hídricos afetados. Nesse sentido, recomendar-se-ia a amostragem do rio Covas, ribeiro do Couto (afluente do rio Covas) e ribeiro de Lousas (afluente do ribeiro de Gondiães) em locais a montante da área de projeto ou de troços suscetíveis de afetação, entre outros afluentes do rio Covas que se considerem pertinentes e onde a produtividade hídrica o permita (como é exemplo o ponto proposto no Corgo dos Lamais).
- Frequência de amostragem: considera-se desadequada a periodicidade semestral definida para os parâmetros físico-químicos propostos determinados em laboratório, uma vez que inviabiliza a deteção atempada dos impactes negativos sobre os recursos hídricos. Assim, e em função da localização das áreas de intervenção / exploração e sua dinâmica de alteração espacial, considera-se que os locais diretamente afetados por intervenções construtivas / atividades de exploração (e respetivos controlos) devam ser avaliados mensalmente (parâmetros físico-químicos gerais e microbiológicos), e os locais definidos em PM não diretamente afetados sejam avaliados com uma frequência trimestral, de forma a caracterizar os recursos hídricos na envolvente, bem como avaliar os fatores sazonais que influenciam os resultados obtidos.

3.2 AFETAÇÃO DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO

No que concerne à avaliação de impactes sobre os sistemas ecológicos, para a fase de construção, o estudo do projeto reformulado considera como "*… provável a redução populacional de mexilhão-de-rio no rio Beça (a jusante da área de intervenção no rio Covas) por efeito indireto, sendo este um impacte de magnitude moderada, uma vez que a população da espécie se encontra em declínio, e de âmbito regional dada a afetação da espécie na bacia hidrográfica do Beça e Tâmega, sendo significativo. O mesmo se considera para a fauna aquática em geral, tal como ictiofauna e outros macroinvertebrados, sendo pouco significativo.*" Admite, ainda, "*… a implementação de medidas de compensação direcionadas ao mexilhão-de-rio associadas ao SET que irão ocorrer no rio Beça, considerando-se que os impactes acima identificados poderão influenciar de forma negativa essas medidas, influenciando assim o seu sucesso…*"

Em relação à toupeira-de-água, o estudo reconhece a "*… redução da disponibilidade alimentar e da disponibilidade de abrigos. Uma vez que a espécie apenas está confirmada no rio Covas considera-se provável face às ações previstas a alteração do uso do espaço pela população de toupeira-de-água, sendo este um impacte significativo.*"

Indo de encontro ao referido no estudo, no que respeita aos impactes cumulativos, encontram-se em fase de execução medidas de compensação para algumas das espécies de fauna mais suscetíveis de afetação nas sub-bacias hidrográficas em questão (*e.g.* toupeira-de-água, mexilhão-de-rio, e associada a esta também a truta). No entanto, considera a pouca probabilidade de afetação direta do projeto em causa sobre os habitats ripícolas e sobre o leito destas linhas de água.

Importa referir que, devido à presença de uma população relevante do mexilhão-de-rio *Margaritifera margaritifera* no rio Beça (a jusante da confluência com o rio Covas) foi impedida em fase de Estudo de Impacte Ambiental do SET, a construção da Barragem de Padroselos. Esta espécie com estatuto de conservação elevado, requer para sobreviver condições e padrões de qualidade de água elevados, pelo que o projeto em estudo pode vir a afetar seriamente e de forma irreversível as populações a jusante da área de exploração.

Neste sentido, a Iberdrola tem o compromisso protocolado pelo "Programa de Medidas de Compensação" de melhorar o habitat da *Margaritifera margaritifera* neste troço do rio Beça e na sub-bacia em geral.

Esta medida foi iniciada em de maio de 2021 no rio Beça, continuando em curso a sua implementação, e estando em período de monitorização nos 15 anos após o início da fase de exploração do SET. De forma

complementar, encontra-se em curso o repovoamento de trutas nos ribeiros Gondiães, Lousas e rio Beça, assim como transferência de toupeira-de-água para esta sub-bacia, conforme mapa abaixo.

Dando especial atenção ao caso particular da *Margaritifera margaritifera* e seu habitat, salienta-se que esta espécie tem como habitat os cursos médios a superiores de riachos e rios de águas limpas, oxigenadas, com pouco calcário e oligotróficas. No norte de Portugal vive em cursos de água com fundos rochosos, de pedra e cascalho, por vezes com substratos finos e arenosos, e com presença de truta.

A fragmentação deste habitat, criando isolamento de populações, representa um sério risco à conservação da espécie, impossibilitando a reprodução natural.

O desenvolvimento do projeto em causa pode representar um fator de perturbação, quer por ocorrência de escorrências contaminantes diretas, ou indiretas (deposição de poeiras na vegetação que será posteriormente lavada pela chuva), quer pela redução do caudal dos cursos de água, potenciando o assoreamento dos leitos. Esta situação pode afetar diretamente as populações desta espécie, assim como o desaparecimento da espécie hospedeira dos seus gloquídeos, a truta.

O aumento da deposição de sedimentos modifica o habitat da espécie, diminuindo a qualidade da água, impedindo a movimentação de peixes hospedeiros, razão pela qual se considera como um impacte adverso de elevada significância.

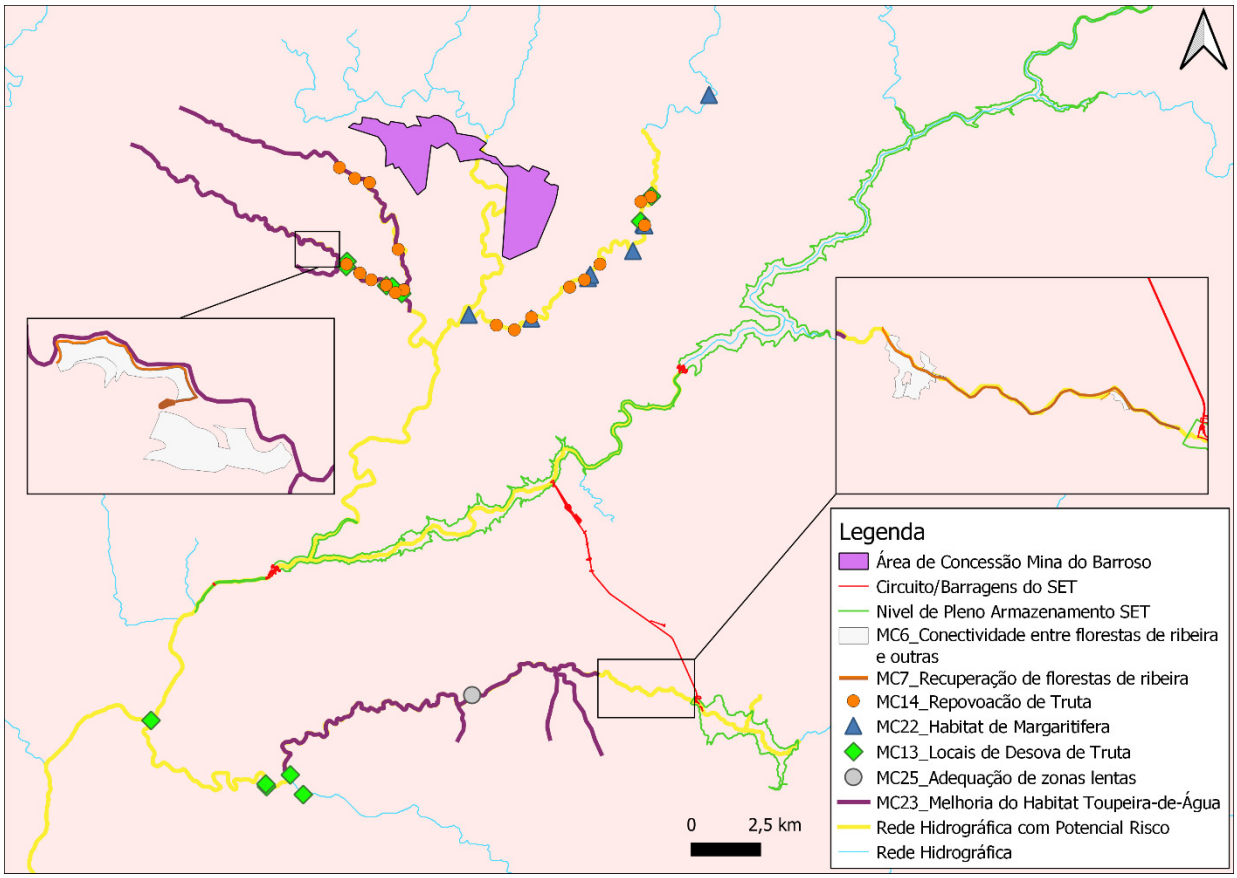


Figura 2 - Localização das medidas de compensação específicas, nas áreas de possível afetação direta.

O alcance e informação sobre as medidas de compensação em fase de execução pode ser consultado na documentação entregue em novembro de 2018 e reportes regulares posteriores, no âmbito do processo AIA do SET.

Estas medidas estão em fase de implementação através de várias atividades, no sentido de dar cumprimento ao objetivo global acordado com a APA. O cumprimento destes objetivos costitui um princípio fundamental para a Iberdrola, indo de encontro não só aos requisitos da APA, mas reforçando igualmente o compromisso de promoção da biodiversidade.

As atividades em desenvolvimento que apresentam (ou podem apresentar) afetação direta com a área de exploração em consulta (integrada na sub-bacia do rio Beça) constam da tabela seguinte:

Código	Medida de Compensação	Objetivo Total	Observações
MC6	Melhoria da conetividade transversal entre florestas de ribeira e outras formações florestais	64 ha	Pretendemos conetar o rio Beça e afluentes com outras massas florestais
MC7	Recuperação das florestas de ribeira e melhoria da conetividade longitudinal dos cursos fluviais	23 km	Melhoria da galeria ripícola da sub-bacia hidrográfica do Beça
MC9	Revegetação de taludes ribeirinhos mediante técnicas de bioengenharia	1 km	Assegurar as margens e promover a recuperação das galerias
MC10	Melhoria da conetividade longitudinal dos cursos fluviais: adequação e eliminação de obstáculos	11 ud	Manter um fluxo / caudal, além de um habitat contínuo no rio
MC13	Restauração de locais de desova	33 ud	Melhoria da capacidade reprodutora das trutas (necessárias para o ciclo de vida da *Margaritifera*)
MC14	Repovoamento com Truta-de-rio (*Salmo trutta fario*): produção e libertação	21 lotes	Aumento da densidade populacional das trutas (necessárias para o ciclo de vida da *Margaritifera*)
MC22	Reprodução e divulgação científica e ambiental sobre Mexilhões-de-rio e reprodução (*Margaritifera margaritifera*)	1 ud	Reprodução *ex-situ* e libertação de juvenis de *Margaritifera* no rio Beça e afluentes
MC23	Melhoria das populações de Toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*)	31 ud	Espécie protegida e com boas possibilidades de sobrevivência na sub-bacia do rio Beça
MC25	Melhoramento dos sistemas aquáticos: adequação de zonas lentas	10 ud	Melhoria dos ecossistemas aquáticos para aumentar a qualidade da água

3.3 *Cumprimento de medidas do Plano da Bacia hidrográfica do Douro (RH3)*

As medidas de compensação que a Iberdrola está a implementar, alinhadas com as medidas definidas no Plano de Gestão da Bacia do Douro, resultam de manifesta importância e carecem de ser salvaguardadas, por forma a garantir que serão atingidos os objetivos estabelecidos pela APA para esse plano.

4 Nota Conclusiva

Após consulta e análise da informação que integra o procedimento de consulta pública da Avaliação do Projeto Reformulado no âmbito do Art.º 16.º do RJAIA da Ampliação da Mina do Barroso (março 2023), e não obstante o reconhecimento de se verificar considerável melhoria da informação prestada no que concerne à caracterização do projeto, processos construtivos e exploração de indústria extrativa, caracterização dos impactes e proposta de medidas de mitigação a adotar, é entendimento da Iberdrola que a documentação que instrui o projeto sob consulta não responde cabalmente quanto às medidas de minimização a implementar para garantir a preservação e monitorização adequada da qualidade da água a jusante dessa exploração, onde se situa o SET, circunstância que pode comprometer a eficácia dos programas de monitorização na fase de exploração, diretamente relacionados com os recursos hídricos e respetivos habitats e da eficácia das medidas de compensação específicas previstas para vários troços do rio Beça, rib.º de Lousas / rib.º de Gondiães e rio Torno / Louredo, implementados no âmbito do SET.

Assim, a Iberdrola solicita que sejam garantidas na Declaração de Impacte Ambiental da ampliação da Mina do Barroso, as seguintes medidas:

- Medidas de Minimização e Boas Práticas de forma a dar cumprimento nas fases do projeto (construção, exploração e desativação) à salvaguarda do património natural, nomeadamente os referentes aos Recursos Hídricos (superficiais e subterrâneos).
- A realização de monitorizações específicas de águas superficiais nos cursos de água (e seus afluentes) intersetados pela área de projeto, a montante e a jusante da área de afetação para determinar a presença de sedimentos, metais pesados, e outros poluentes, com início antes da fase da construção da ampliação e durante a sua exploração e desativação. O Programa de Monitorização a adotar deverá permitir articulação com os Programas de Monitorização em vigor (designadamente os PM para a fase de exploração do SET). Solicita-se, ainda, que a informação referente ao PM a adotar seja facultada à Iberdrola como parte interessada.
- Realização de um estudo hidrogeológico na envolvente do projeto, antes do início das atividades, que integre dados de um Inventário Hidrogeológico (minas, nascentes, etc.), e permita elaborar uma adequada caracterização do modelo hidrogeológico (recargas, escoamentos, consumos, etc.) dos sistemas aquíferos locais intersetados pelas atividades em profundidade. Nas áreas onde exista falta de informação hidrogeológica, ou esta não seja fiável, deve ser elaborado um Plano de Prospeção Hidrogeológica Complementar, específico para este fim, que permita determinar, entre outros, os seguintes parâmetros: níveis hidrostáticos, transmissividades, permeabilidades e coeficientes de armazenamento. Estes estudos devem ser realizados antes do início das obras da ampliação e ter continuação durante a fase de exploração e desativação. Solicita-se, ainda, que esta informação seja facultada à Iberdrola como parte interessada.
- Obrigação de comunicar/ informar a Iberdrola da ocorrência de situações de descarga acidental ou emergências ambientais decorrentes do processo de exploração da mina, que possam colocar em risco as medidas de compensação ou a qualidade de água das albufeiras.
- Na ocorrência de afetação das medidas de compensação do SET, por responsabilidade das atividades da exploração da Mina, os custo de reposição dessa medida devem ser imputados à entidade responsável pela sua exploração.

Caros responsáveis da Agência Portuguesa do Ambiente,
Caros concidadãos,

Solidarizo-me com as cerca de 5 000 pessoas residentes no Concelho de Boticas, do distrito de Vila Real, ecorregião de Trás-os-Montes, e com quaisquer potenciais residentes futuros, para *rejeitar,* tão veementemente quanto a água que vai faltando na região[1]*,* qualquer tentativa de minimizar, edulcorar, e mesmo falsear, o impacto ecológico, em saúde pública, e económico, para a região e consequentemente para o país, do projecto de apropriação, e exploração, de lítio no Concelho de Boticas pela Savannah Resources Plc, através da sua subsidiária em Portugal, a Savannah Lithium, Lda.

Envio em anexo, tão sucintamente quanto possível, alguns dos *argumentos democráticos*, *ecológicos*, e *económicos* desta posição, na esperança que os possam usar, directa ou indirectamente, para *rejeitar* o projecto.

Agradeço ainda que tenham em consideração a voz das gerações que sofrerão as consequências desta decisão. Crianças e adolescentes não votam. Além da população de Boticas, serão eles também quem irão sofrer as consequências da destruição deste habitat.

Grata desde já pela atenção,

Luísa Álvares
CC: 11869070

[1] A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) disse que a situação das barragens no Nordeste Transmontano é "*muito preocupante*" (Agência Lusa, 23.Março.2023)

Argumentos democráticos

1. A Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso (UDCB) disse *não* ao projecto.

   O representante local, Fernando Queiroga, reiteradamente, disse não.

   A *expressão da vontade popular* é, portanto, não.

   Apesar disto, a expressão da vontade popular não está a ser respeitada.

   A Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso viu-se obrigada a interpor uma acção judicial por usurpação de parcelas de baldios na área do projecto.

   Esta expressão da vondade da população reiteradamente, e a necessidade de interpor uma acção judicial, revelam que o Estado Português não está a garantir o direito das populações indígenas ao *consentimento livre, prévio e informado* (Artigo 10, Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas) em projectos nos seus territórios.
   Há inclusive indicações que as empresas de exploração de lítio controlam o acesso à informação das comunidades, e definem os termos da discussão[2].
   Um exemplo neste caso, é o oxímoro encontrado na página de internet da Savannah Lithium, Lda. dedicada ao projecto no Barroso: "*Lithium produced responsibly with conventional techniques*"[3].

   Ainda, o relator especial da ONU para direitos humanos e ambiente, David R. Lloyd, chamou a atenção, no passado dia 9 de Março, durante a 52ª sessão do Conselho dos Direitos Humanos, e referindo-se especificamente a este projecto no Barroso que "*grandes projectos de extracção de recursos que possam violar os direitos humanos em nome da transição verde são contrários ao desenvolvimento sustentável, tal como têm concluído vários tribunais e comissões nacionais e regionais*".

2. Um Projecto de Interesse Nacional (PIN) atentatório da vida de concidadãos não é de interesse nacional. É do interesse de uns poucos interesses privados, uma minoria, que não sofrerá as consequências ecológicas, e na sua saúde, da extracção de lítio pelos métodos físico-químicos previstos.

   Nas aldeias da ecoregião do Barroso subsiste ainda um modo de vida auto-suficiente.

[2] Pia Marchegiani, Elisa Morgera & Louisa Parks (2019): Indigenous peoples' rights to natural resources in Argentina: the challenges of impact assessment, consent and fair and equitable benefit-sharing in cases of lithium mining, The International Journal of Human Rights, DOI: 10.1080/13642987.2019.1677617
[3] https://www.savannahresources.com/project/barroso-lithium-project-portugal/

A preservação destes modos de vida são condição *sine qua non* para a "resiliência", a verdadeira sustentabilidade, no século XXI.

Foi também com base neste entendimento que o ecossistema agro-silvo-pastoril do Barroso foi classificado como Património Agrícola Mundial em 2018 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Um "Projecto de Interesse Nacional" não pode ser considerado de interesse nacional, se destrói o modo de vida, a cultura, se atenta contra a saúde da ecologia local, e das pessoas residentes na região.

Argumentos ecológicos

1. Dos 15 elementos do ambiente significativamente afectados, sistematizados na Reavaliação de Impactes do projecto reformulado (Março 2023) a maioria (8/15) tem impacte entre *significativo* a *muito significativo*. Destaca-se o impacto da lavaria, da captação de água subterrânea, e, novamente, a oposição das comunidades locais.
2. Não existem métodos de extracção e processamento de lítio ambientalmente responsáveis.

   O melhor exemplo oferecido de práticas mineiras relativamente mais responsáveis é o projecto, também da responsabilidade da Savannah Resources Plc., a empresa mãe da Savannah Lithium, Lda., nas planícies de sal de Salinas Grandes, na Argentina.

   Nesta região, o lítio é extraído usando o processo de *evaporação selectiva*, que usa energia solar para evaporar água de piscinas de salmoura concentrando lítio.

   Segundo o ChatGPT, que admite a sua limitação a informação publicamente disponível, e é, por desenho, incapaz de mentir sobre essa mesma informação publicamente disponível, apesar das alegações que este processo usa menos 90% de água que os métodos convencionais, não existem quaisquer estudos comparativos, deixando um alerta[4]. Mais importante, não é este o método previsto para o Barroso, geograficamente impossível, mas os métodos convencionais.
3. Os impactos ecológicos e em saúde pública negativos destes métodos convencionais de extracção e processamento para produção de lítio são sobejamente conhecidos, no entanto não foram exaustivamente sistematizados, particularmente o impacto na saúde humana, no relatório de Avaliação do impacto Ambiental (AIA).
   Ainda, desconhece-se, empiricamente, medidas mitigadoras capazes de compensar estes impactos.

[4] Embora a empresa tenha afirmado que a evaporação selectiva é menos intensiva em água, é sempre importante avaliar tais alegações com um olhar crítico e procurar verificação independente (...) por fontes credíveis. A quantidade exata de água usada no processo de extração pode variar dependendo de vários fatores, e é importante avaliar o uso da água e o impacto ambiental geral do projeto de forma compreensiva.

Impactes ecológicos subestimados no relatório de AIA:

a. **Deplecção e contaminação dos recursos hídricos**: a mineração de lítio requer enormes quantidades de água (1,9 milhão de litros por tonelada de lítio[5]), contamina águas de superfície e recursos aquíferos pela libertação de químicos, usados no processo de extracção e processamento. Especificamente, os métodos físico-químicos convencionais de extracção a partir de rocha dura, usam ácido sulfúrico e carbonato de sódio.

    i. Como relata o Instituto de Investigação para a Energia, em Maio de 2016, foram encontrados peixes mortos nas águas do Rio Liqi, causado por perdas de químicos tóxicos da mina de lítio de Ganzizhou Rongda, China. Carcaças de vacas e iaques foram também encontradas flutuando, animais mortos pela ingestão de água contaminada. Este foi o terceiro (3º) incidente em 7 anos devido a um crescimento acentuado da actividade mineira. Após o segundo incidente em 2013, as autoridades fecharam a mina, mas novos peixes mortos foram encontrados quando a mina reabriu em Abril de 2016.

    ii. Em 2021, nesta mesma mina, uma parte colapsou, aprisionando 21 trabalhadores no subsolo. Foi organizada uma operação de resgate, mas esta foi prejudicada pelas difíceis condições da mina, incluindo poços estreitos e elevados níveis de gases tóxicos. Após vários dias de esforços de resgate, 11 dos trabalhadores presos foram resgatados, mas outros 10 foram confirmados mortos.

b. **Degradação dos solos**: como aponta o relatório de impacto ambiental, a mineração a céu aberto resulta na erosão dos solos, perda de vegetação, e fragmentação de habitats, afetando a biodiversidade. Foram identificadas 5 alcateias de lobo ibérico. A fragmentação do habitat terá previsivelmente um impacto negativo nesta população animal, que pelo seu papel ecológico, poderá reforçar negativamente a perda de biodiversidade. Este efeito cumulativo não linear não parece ter sido considerado no relatório.
c. **Poluição do ar:** a mineração e processamento para produção de lítio resulta na libertação de poeiras, partículas, e outros poluentes com consequências negativas para a saúde humana e animal, como doenças respiratórias, irritações cutâneas e doenças oculares. A Savannah Lithium, Lda. pagará a factura dos tratamentos médicos?

[5] Amui, Rachid (February 2020). "Commodities At a Glance: Special issue on strategic battery raw materials" (PDF). *United Nations Conference on Trade and Development*. **13** (UNCTAD/DITC/COM/2019/5)

Argumentos económicos

1. *"O conselho de administração e o executivo da Savannah estão focados em gerar valor para o acionista e trazer benefícios de longo prazo para as partes interessadas por meio do desenvolvimento responsável de recursos minerais"*, lê-se na página de internet da Savannah Resources Plc[6], a empresa sediada em Londres, Reino-Unido, detentora da subsidiária portuguesa, Savannah Lithium, Lda.

   O enfoque em gerar valor para o acionista significa que o principal objetivo desta empresa, envolvida na mineração de lítio, é criar valor financeiro para os seus acionistas. Isto normalmente envolve a maximização dos lucros e retornos sobre o investimento por meio da produção e venda eficiente de produtos de lítio.

   Atendendo à governação e estrutura legal da Savannah Resources Plc, e devido à opacidade dos contratos, acordos e outros documentos legais, entre o Estado Português e a Savannah Lithium, Lda., não são claros os benefícios financeiros para Portugal, nomeadamente os directos, em impostos.

2. É hoje em dia comum a expatriação de capital financeiro por empresas com sede fiscal noutra jurisdição que aquela em que operam. Daqui resulta que embora o projecto tenha previsivelmente impacto positivo no Produto Interno Bruto, poderá ter muito pouco impacto na tesouraria local e nacional.

3. Não foi feito qualquer estudo de avaliação económica que sistematize e quantifique as perdas e ganhos pela perspectiva societal. Na sua ausência, desconhece-se o impacto económico líquido do projecto. Designadamente, se os proveitos imaginados para o país compensam os custos associados aos impactos certos, na ecologia e na saúde humana.

[6] https://www.savannahresources.com/

The Portuguese Environment Agency (APA) extended the public consultation deadline an additional 10 days to April 19 on Savannah Lithium's revision of its Barroso lithium mining proposal for Vila Real District, Portugal, after an appeal to a 10 working-day period.

The extension is justified due to the complexity and extent of project information, interest on the part of the public and interested parties, namely the municipality of Boticas, in making a pronouncement, and consequent understanding of this aspect by the APA in the spirit of the Aarhus Convention (United Nations Economic Commission's Convention on Access to information, Public Participation in Decision-making and Access to Justice in Environmental Matters)," said Nuno Lacasta, President of the Board of Directors of the Portuguese Environment Agency, on the proposed project's entry on Participa.

He added that the decision was possible, insofar, as the final decision deadline remains intact.

Please see the end of the story for instructions on how to participate online.

Boticas City Council requested an extension of the deadline for public consultation, reported *Sapo* (March 23).

"It is humanly impossible (to read and evaluate all the documents)," President Fernando Queiroga of Boticas Municipality, who has opposed the mining project, told *Lusa* news agency. "It is a new project. I asked the APA to give us more time to analyze the documents because we want to do a careful analysis."

Savannah Lithium called a *sessao de esclarecimento*, a meeting of clarification, at a local community center, Centro de Convicio de Couto de Dornelas, for March 26.

The community group, United in Defense of Covas do Barroso, told *Visao* (March 23): "It is unacceptable that the population is kept at the margins of the process," which has been the constant criticism of the local populace throughout the process.

The Portuguese Environment Agency (APA) will evaluate Savannah's Environment Impact Assessment, *Alteration of the Project Expansion of the Barroso Mine*, which was submitted on March 22. The next step is the decision on the Environmental Impact Statement (DIA), which relates to the environmental viability of a project, according to the Republic of Portugal. The DIA can be favorable; conditionally favorable, or unfavorable. The legislation imposes deadlines, based on several variables, for its issuance.

The Barroso mine would be located in Boticas Municipality in the parishes of Covas do Barroso, Dornelas, and Vilar e Viveiro , but it also would cross the parishes of Canedo and Santa Marinha in Ribeira de Pena Municipality, according to Participa, the portal for the populace to voice its opinions.

The increased demand for electric cars has propelled lithium into the category of "white gold" as mining companies compete for extraction contracts around the world. The light metal is used in batteries for phones, laptops as well as electric cars.

Nickel, cobalt, manganese and graphite are other minerals crucial to battery performance, longevity and energy density, reported the intergovernmental International Energy Agency in *The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions*.

Due to its lithium deposits, Portugal is being touted as a key player in the European Union's transition to green energy. Currently, the EU is wholly dependent on imported battery-grade lithium in an increasingly competitive global market.

I live in the foothills of the Serra da Estrella, which, until February 2022, had been considered for lithium exploration. I oppose lithium mining in Portugal.

Portugal is not the only country in the world, or Europe for that matter, fighting to protect its land, way of life and cultural heritage. Serbia, which tore up contracts in 2021 with one of the world's largest mining companies, Rio Tinto, and France are in the same struggle. *The New York Times* has reported stories behind the global transition from oil and the scramble for clean-energy resources in the series, Race to the Future.

U.N. Envoy on Barroso Mine

United Nations Special Rapporteur on Human Rights and the Environment, David R. Boyd, visited Portugal in September 2022. The document on his findings was presented on March 9 during the 52nd session of the Human Rights Council, reported *Publico* (March 26). It called for the proposed lithium mine in Barroso not to become "a sacrifice zone".

"It is necessary 'to identify and restore any sacrifice zones' – areas of intense pollution or environmental degradation – "where private profits and interests have taken priority over human rights and the environment, also preventing the creation of future sacrifice zones.

"This is a general call for attention, but takes into account a specific case: the (proposed) future exploitation of lithium by the company, Savannah Lithium, in an open-pit mine in the village of Covas do Barroso (Boticas), a region classified as World Agricultural Heritage by the United Nations Food and Agriculture Organization (FAO), (of which there are only 60).

"Despite the great need for this mineral to carry out the ongoing ecological transition in Europe and the world, "large resource extraction projects that may violate human rights in the name of green transition are contrary to sustainable development, as several national and regional courts and commissions have concluded.

"These 'sacrifice zones', reads the report, "are completely incompatible with the human right to a healthy and ecologically balanced environment", enshrined in article 66 of the Portuguese Constitution, and with the right to a clean, healthy and sustainable environment, in accordance with Resolution 76/300 of the United Nations Assembly.

"Portugal deserves credit for leading the world in recognizing the right to a healthy environment, ending the use of coal and accelerating renewable energy production, and rejecting in law offshore oil and gas development. . .

"It would be difficult to reconcile that history of leadership with the approval of a huge open pit mine in a community that is a globally recognized example of sustainable development."

Savannah Lithium

Savannah Lithium is a subsidiary of Savannah Resources, which is listed on the Alternate Investment Market (AIM) in the London Stock Exchange's international market for smaller firms, reported *Mining.com* (May 13, 2021). In its Expansion of the Barroso Mine Environmental Impact Assessment of 2021, it described itself as "focused on prospecting and developing mineral assets operating projects in several jurisdictions around the world". Since then, it has focused on the Barroso Mine.

In Savannah's Environmental Impact Assessment of 2020, which was revised in 2021, the firm proposed an expansion of the concession of 542 to 593 hectares. The project would last an estimated 16 years, including construction and decommissioning.

Savannah's website said that the directors have invested almost £10 million in cash and hold a total of 19 percent of stakes.

After completing consideration of the company's Environmental Impact Assessment in July 2022, the environmental agency gave Savannah six months of working days, or until March 2023, to re-submit a proposal "to further optimize certain aspects of the project and associated environmental, ecological and socio-economic considerations, reported *Observador* (July 6, 2022).

"Aspects under consideration include adjustments to infrastructure, such as access roads and waste storage areas but also better assessing the impact of the mine on local businesses, the availability of resources and Savannah's technical expertise, as well as the intention to deepen the project with local communities and the municipality."

Revised Project Summary

The *Barroso Mine Expansion Project: Evaluation of the Revised Project in the Scope of Article 16 of the RJAIA* (Regime Juridico de Avaliaçao de Impacte Ambiental)*, Volume IV – Non-Technical Summary (NTR)*, said:

The project corresponds to the proposed expansion of the concession area of Mina do Barroso, for the mining of aplite-pegmatite, with the objective of producing spudomene concentrate and value-added co-products of feldspar and quartz.

(Aplite-pegmatite is a granite that consists mainly of feldspar with embedded quartz. Pegmatites are important sources of metals such as lithium, niobium and tantalum in addition to deposits of tin, beryllium and gems, according to *Igneus Petrology* (1984). Spodumene is the hard rock lithium-bearing mineral, according to Savannah's website.)

The elements that make up the redesigned project are similar to those of the previous project, according to the revised non-technical summary.

According to Savannah's April 2021 Environmental Impact Assessment non-technical summary:

A *lavaria,* or separating facility*,* would receive rock with an average content of about 1% of Li2O, or lithium oxide, concentrating it up to approximately 5.5 to 6.0% lithium oxide. During this process, the mass will be reduced from around 1,500,000 tons/year (input) to approximately 180,000 t/year (output).

Lithium oxide is a white solid, according to *Lithium and Lithium Compounds*, *Ullmann's Encyclopedia of Industrial Chemistry*.

The Mina do Barroso *lavaria* would contain the following primary processing areas: crushing; primary crusher and secondary and tertiary crushers; mica removal; reflux classifier; milling; ball mill; magnetic separation; WHIMS (Wet High Intensity Magnetic Separation); fluctuation; filtration, removal of excess water and storage of the concentrate, and filtration and removal of excess water and storage of tailings.

The average amount of mined mineralization would be about 1,446,000 t/year, according to Savannah's April 2021 non-technical summary. Over the 12 years, the extraction would vary between 1,023,000 t/year and 1,604,000 t/year. In terms of waste, the average amount to be extracted annually would be about 6,851,000 t/year, with a minimum of 2,119,000 t/year and a maximum of 11,528,000 t/year.

The dismantling of the material would be carried out in the open, using explosives. The dissembled material would be loaded by wheel loaders or rotary excavators to dumpers and transported to their different destinations. A gross mineralization would be transported to the *lavaria*, where it would be treated for the obtaining of two products: spudomene concentrate (export), and quartz and feldspar (ceramic industry and glass).

According to the revised non-technical summary:

Mining exploration would encompass 4 cuts (Pinheiro, Grandao, NOA, Reservatorio).

In addition, there would be mining annexes comprising a processing unit; waste facilities (sterile and rejected material); water management structures, external and internal accesses, and an electrical line, which would be relocated elsewhere.

Overall Conclusion

The conclusion of the revised non-technical summary said:

“It is concluded that in the construction and closing phase the impacts, although negative, are of little significance due to the duration of the work, its nature and intensity.

“However, it is in the exploration phase that the main significant impacts of the project are registered. Significant unfavorable effects are evident in terms of landscape allocation, mainly associated with the installation of the *lavaria* separating facility, rock-breaking in the cuts and filling the heaps; the allocation of water resources, with changes in drainage patterns and hydromorphological conditions, and of the social component, due to the need for land acquisition and economic displacement.

“Despite this, the improvements caused by the revising of the project made it possible to reduce the significance of the negative impacts compared to those of the previous project.

“On the other hand, the positive impacts of the project are highlighted, such as the strategic positioning of Portugal in the face of European lithium policies and the dynamism of the socio-economic framework.

“The creation of a topsoil storage facility, the revegetation of the affected areas and the implementation of the Environmental and Landscape Recovery Project (PARP) , with transversal effects to the environment factors analyzed, were aspects also considered as significant, in the reassessment of project impacts.

“Another positive aspect is the economic growth driven by investment in the lithium industry, such as the stimulus to technological development caused by the exploitation of a key component of electric vehicle batteries, a central factor in national energy transition policies and European.

“The adoption of the recommended minimization measures and their correct environmental monitoring will guarantee the reduced significance of impacts.

“Also noteworthy are the planned Monitoring Plans, comprehensive and focusing on virtually all factors environmental issues under analysis, as well as the proposed Compensatory Measures, focused essentially on the dimension.”

Proposed Changes

The revised proposal documents cited the following changes:

- Sequencing mining exploration: Pinheiro – Grandao – NOA- Reservatorio;
- Optimizing location of the *lavaria*, where the spudomene would be separated from the rock, would be located northeast of Pinheiro. Waste structures would include 3 permanent and 1 temporary one along with 1 tailings storage facility for processing rejects. Water-management structures would include 3 clean-water reservoirs, 2 sediment-control reservoirs, 1 environmental control and various channels and water pipes;

- Locating infrastructures farther away from water courses;
- Reducing the number of water reservoirs by increasing their capacity;
- Re-using water in the industrial process;
- Optimizing layout of external access with a link to the A2,4 composed of existing and new road, and a new corridor, and part of the internal accesses;
- Reducing administrative allocation and costs of ecological systems;
- Diverting electrical line to allow the exploitation of the Grandao cutting. The existing line is a 60 kV overhead line that connects the Covas de Barroso mini-hydrica to the substation from E-Redes located in Fonte de Mouro;
- Minimizing land acquisition;
- Planning progressive rehabilitation;
- Limiting emission of suspended air particles through sprinkler systems;
- Scheduling detonations at less disruptive times;
- Mapping the demand and supply of skills;
- Supporting local business projects;
- Contributing to the development of skills in the local community;
- Seeking community input.

The revised proposal eliminated activities during the night as compared with the previous plan's 24-hour mining operation. The revised proposal concentrated noisier activities on weekdays between 12:00 and 15:00 compared with the previous plan to restrict noisier operations to daytime and weekdays.

The elements that make up the redesigned project, similar to those of the previous project, can be divided into four groups: mining exploration of cuts; mining accesses; accesses, and power line. The only elements not aforementioned are support buildings (workshop, administration and support offices) as well as storage areas for topsoil resulting from soil stripping for the area's rehabilitation.

Savannah's website states a project investment of U.S. $15 million and 238 individual measures designed to eliminate or mitigate impacts.

Raised Issues

Savannah's revised Environmental Impact Assessment on *Ecological Systems* stated the issues raised by the environmental agency's evaluation committee as follows:

Ecological Systems: Potential disturbance of species, such as river mussel, red-billed crow and the Iberian wolf;

Water Resources: the presence of mining elements on drainage lines and the possible deterioration in the quality of surface water;

Landscape: the lack of landscape compatibility due to the area's classification as a United Nations Globally Important Agricultural Heritage System;

Social Component: high degree of discomfort caused by intense and continued exploration, the effect on air quality and the possible loss of United Nations Globally Important Agricultural Heritage System status.

Ecological Systems

In a separate document, *Ecological Systems*, the company studied the proposed concession area, the accesses (to which it added a 20-meter buffer, and the water lines (Couto stream, Covas River and specific areas of the Beça River in the municipalities of Boticas and Ribeira de Pena.

The species are categorized on a scale that consists of Extinct; Extinct in the wild; Critically endangered; Endangered; Vulnerable; Near threatened; Least concern; Data deficient, and Not evaluated.

Mammals: The study inventoried 50 species of mammals, 20 with possible occurrence and 30 with confirmed occurrence.

During the fieldwork, evidence of the presence of 7 species was found, 1 with conservation status: stuffed bat (*Miniopterus schreibersii*), and 6 without conservation status: weasel (*Mustela nivalis*); wild boar (*Sus crofa*); badger (*Meles meles*) and dwarf bat (*Pipistrellus pipistrellus*).

The research allowed identifying the presence of 9 species with status in the area, of which 6 have confirmed presence. Of the 9 species, 7 are classified as vulnerable, 1 as endangered and 1 as critically endangered, according to the *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal* (*Red Book of Vertebrates in Portugal)*.

The endangered species is the gray wolf (*Canis lupus*).

(The footprint of a large canid was observed in the study area, next to Alto da Misarela. It was not possible to unequivocally identify as being that of a wolf. It appears that data are scarce for the concession area and for the Covas River area, with no records developed specifically in this area. Even so, it is considered very likely that the species uses it regularly.

(The study area does not intersect the known territory of any pack, but it is possible to notice that there are several packs in the surroundings, according to Pimenta et al. There are also several records of evidence of its presence near the proposed concession area of 20143 and 20154 (numbered UTM (Universal Transverse Mercator) squares of 10 X10 km.), there are records of damage caused by the wolf along the northeast access in 20175, and near the other two accesses that follow north in 20176. Studies carried out within the scope of monitoring the wolf at the Montalegre Wind Farm, whose monitoring area did not cover the proposed area for the extension of the Barroso Mine, also made it possible to identify an area of wolf breeding, about 5 kilometers to the west of the area.)

The critically endangered species is the Mediterranean horseshoe bat (*Rhinolophus euryale*).

Vulnerable species are the wild cat (*Felis silvestris*); water mole (*Galemys pyrenaicus*); greater horseshoe bat (*Rhinolophus ferrumequinum*); lesser bat (*Rhinolophus hipposideros*); greater mouse-eared bat (*Myotis myotis*); southern fringe bat (*Myotis escalerai*), and teddy bear bat (*Miniopterus schreibersii*).

Birds: It was possible to inventory 131 bird species with confirmed occurrence. From this list, 15 species have an unfavorable conservation status.

Three species are endangered: Montagu's harrier (Circus pygargus); common rock thrush (Monticola saxatilis), and red-billed crow (Pyrrhocorax pyrrhocorax).

During the fieldwork, 52 species of birds were identified, including 1 that has endangered status: Montagu's harrier (Circus pygargus).

Despite the overlapping of the study area with the critical area related to the shelter of the red-billed crow, this species was not observed during the fieldwork, with no records to attest to its occurrence in place: It nests about 3 km. from the proposed concession area boundary (a very critical area). Effectively, according to the available bibliography and considering the studied UTM squares, only in the UTM square NG91 is the presence of the species referred to as nesting. It was also in this square, about 7.5 km. north of the study area that, according to data sent by the Institute for the Conservation of Nature and Forests (ICNF), birds of the species were observed in 20154 and 20165. In a work dedicated to the species in Serra do Barroso, the red-billed crow was absent from the study area for nesting, roosting or feeding areas.

Fauna of Major Relevance: The application of the criteria defined in the methodology chapter allowed us to define 35 endemic species as being more relevant in terms of biodiversity conservation, 25 of them confirmed in the study area. They are:

Birds:

Black stork (*Ciconia nigra*), Vulnerable status;
Horned buzzard (*Pernis apivorus*), Vulnerable;
Red kite (*Milvus milvus*), Vulnerable;
Gray harrier (*Circus cyaneus*), Vulnerable;
Montagu's harrier (*Circus pygargus*), Endangered;
Goshawk (*Accipiter gentilis*), Vulnerable:
Merlin (*Falco columbarius*), Vulnerable:
Ogea, Eurasian eagle (*Falco subbuteo*), Vulnerable:
Peregrine falcon (*Falco peregrinus*), Vulnerable;
Nighthawk (*Caprimulgus europaeus*), Vulnerable;
Northern stonechat (*Saxicola rubetra*), Vulnerable;
Common rock thrush (*Monticola saxatilis*), Endangered;
Fig warbler (*Sylvia borin*), Vulnerable;
Red-billed crow (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*), Endangered;
Yellowhammer (*Emberiza citronella*), Vulnerable.

Mammals:

Mediterranean horseshoe bat (*Rhinolophus euryale*), Critically endangered;
Water mole (*Galemys pyrenaicus*), Vulnerable;
Greater horseshoe bat (*Rhinolophus ferrumequinum*), Vulnerable;
Lesser bat (*Rhinolophus hipposideros*), Vulnerable;
Greater mouse-eared bat (*Myotis myotis*), Vulnerable;
Southern fringe bat (*Myotis escalerai*), Vulnerable,
Teddy bear bat (*Miniopterus schreibersii*); Vulnerable;
Gray wolf (*Canis lupus*), Endangered;
Wildcat (*Felis silvestris*), Vulnerable.

Fish:

Bordalo (*Squalius alburnoides*), Vulnerable;
Verdema do Norte (*Cobitis calderni*), Endangered.

Bivalve:

River Mussel (*Margaritifera margaritifera*), Endangered;
River mussel (*Potomida littoralis*), Endangered.

Amphibian:

Lusitanian salamander (*Chioglossa lusitanica*), Vulnerable;
Webbed Newt (*Triturus helveticus*), Vulnerable.

Reptile:

European smooth snake (*Coronella austriaca*), Vulnerable;
Horned viper (*Vipera latastei*), Vulnerable,
Seoane's viper (*Vipera seoanei*), Endangered.

Insect:

Great capricorn beetle (*Cerambyx cerdo*), Vulnerable;
Dragonfly species (*Macromia splendens*), Vulnerable.

Flora

The previous Environmental Impact Assessment identified 22 species of flora of greatest interest for conservation, according to the *Community Profile and Social Identification Issues* document of the revised proposal.

The 2021 summary of the non-technical Environmental Impact Assessment also said that there were 373 species of flora were inventoried, distributed over 74 botanical families.

During the fieldwork, 211 of these species were recorded, of which 5 are of high value for conservation: *Veronica micrantha*, Endangered and native only to Portugal; cork oak (*Quercus suber*), Protected; Common holly, azevinho (*Ilex aquifolium*), Protected; heath-spotted orchid, (*Dactylorhiza maculate*), and tongue-orchid (*Serapias lingua*.)

Water Resources

Surface Water

The *Water Resources* document of the revised Environmental Impact Assessment said:

"The revision of the Mina do Barroso project undoubtedly implies the modification of the physical characteristics of the surface water masses identified in the (proposed) concession area.

"However, the physical changes to be carried out with the implementation of the project will not directly affect the main watercourse of the water bodies of the Covas River and the Beça River, but rather on permanent water lines, with strong seasonal variation."

Four tributary sub-basins of the Covas River (Fojo, Pinheiro, Miserela and Cortiços) would be affected directly.

The total affected area corresponds to 6 percent of the water mass of the Covas River and 2 percent of the Beça. The length of the Covas River, the main water course, that would be affected indirectly would be about 6 kilometers out of a total of 23 kilometers.

The water quality of the Covas River is classified as "less than good" by the Water Framework Directive of the European Environment Agency, noted the revised *Water Resources* document.

Groundwater

During the exploration phase, it is expected that there would be impacts on the amount of groundwater in the cuttings below the exploration.

"The project foresees a set of mitigation measures so that the impacts of the amount of groundwater are minimized, restoring the water table levels to the situation before the exploration phase."

North Access – New Road and Motorway Link

According to the *Preliminary Study of the North Access* document of the revised proposal:

The north access would divert heavy traffic from the interior of Boticas and the surrounding areas associated with operation of the Barroso mine.

The study begins in Carreira da Lebre and ends with a connection to the A24 motorway at Boticas/Carvalheiros junction.

There were two proposed corridors. Corridor 1 (11,417 km) would start west of Carreira da Lebre. It would be a new route, including one or, possibly, two new roundabouts, avoiding the existing winding road and urban areas. Although composed of several curves and counter-curves, the corridor would have a radius suitable for at least a speed of 60 km/hr.

The connection to the A24 (6,000 km) would mostly be a new road as it would incorporate 1,260 meters of the existing N (National)103, including the crossing a gorge between two mountains. It would start on the N103 road at a proposed roundabout at the end of Corridor 1 and include two new roundabouts.

The existing roads would undergo widening.

In later phases of the preliminary study, the changes would include drainage.

The estimated cost of the work only would be €30,697,936.

The cost estimate only refers to the cost of the work, so no expropriation or temporary occupation costs were estimated, which must be assessed separately, according to the document.

The estimated expenditure is five times that of the €6 million that David Archer, Savannah's previous Chief Executive Officer, had said the company would invest in a bypass road, reported *Euronews* (April 24, 2021).

Traffic

According to *The Study of Traffic*:

From the quantitative (traffic volumes) and qualitative (service levels) analysis of the current situation, it appears that:

The number of vehicles sighted at 6 different posts at 7 time slots from 17:00 to 19:30 peaked at 1, 293 between 5:15 p.m. to 6:15 p.m. in the workday afternoon rush-hour.

It is estimated that Mina do Barroso would generate/attract traffic in the afternoon rush hour on a working day of 53 vehicles (21 entries and 32 exits), according to *The Study of Traffic*.

The road network performed well in the current situation.

The analyzes carried out refer to the years 2025 and 2035 (respectively, the year in which all the new valences associated with the undertaking under study are considered to come into operation and 10 years after this base year), at the peak hour of the afternoon of the working day, as these are the most critical periods for commuting.

Social Issues

According to the document, *Community Profile and Social Identification Issues*, of the revised Environmental Assessment Impact:

"The potential loss of environmental quality due to project activities (e.g., through changes in landscape and water flows, and increased nuisances, such as dust, noise and truck traffic, is a concern among community members and stakeholders. Those who live near the open-pit mines are seen as particularly exposed to potential negative impacts."

The culture, tradition and sense of identity of the Barroso region, including the proposed project area, are centered in a strong connection to the land and natural resources, according to the revised *Community Profile* community.

The FAO designated the traditional Barroso Agro-Silvo-Pastoral system area as a Globally Important Agricultural Heritage System in 2018, stated the revised document.

The U.N. organization defined these systems as "agroecosystems inhabited by communities that live in an intricate relationship with their territory. These evolving sites are resilient systems characterized by remarkable agrobiodiversity, traditional knowledge, invaluable cultures and landscapes, sustainably managed by farmers, herders, fisherfolk, and forest people in ways that contribute to their livelihoods and food security."

The revised *Community Profile* document said:

"The acquisition of some of these lands by the (proposed) project is a potential source of tension with local communities and organizations, and places that defend the interests of the (*baldios*) common land."

The document said that Savannah would minimize land acquisition.

"Land acquisition began in 2021, aided by Landfound, a company that specialized in mapping subcontracted by Savannah Resources, targeting 80 hectares of land on private farms.

"Revised estimates are that 280 hectares of private agricultural land will be acquired by the project. So far, 89 private properties of interested sellers were acquired by the proposed project, with around 300 still to be acquired. The procurement process has been suspended in accordance with Article 16 of the APA and (would) only be resumed after the EIA(Environmental Impact Assessment) approval. . . .

"Where there is a possibility of expropriation under a mining lease agreement, and where interested buyers and willing sellers do not apply, the conditions exist for involuntary resettlement. . . .

Difficulties in estimating the amounts of private land to be acquired are because sometimes private lands are not properly registered and measured, and some properties are not claimed.

For this, the process needs to rely on old documentation and the help of community members. This has been a source of tension between associations of *baldios*, or common land, and private owners, with complaints from both interested parties that one is trying to claim another's property as its own. Interviews with community members pointed to ongoing lawsuits.

Disputes over land ownership suggest that existing tensions from the project are having a deleterious effect on the procurement process. There is a need for more information on land tenure.

Some community members are worried that the proposed project would harm Denomination of Origin (PDO) products, such as meats and honey, which have cultural and economic value to the communities.

The study used data from 21 interviews with community members and stakeholders in September and October 2022, media analysis and review of literature such as official statistics, public reports and documents related to the proposed project.

The study recommended "participatory workshops" organized with the local communities and stakeholders to select the factors valuable for their well-being. It also recommended considering more alternatives for land use after the proposed project completion through community feedback on ways to leave a positive legacy and share ownership.

The decline of the area's population was a concern for some community respondents. From 2011-2021, the population dropped 12.8 percent in Boticas Municipality; 27 percent in the parish of Covas do Barroso, and 18.9 percent in the parish of Dornelas from 5,731 to 5,000.

Also, the proposed project area has an aging population, higher illiteracy (9.7 percent compared to 3.1 percent nationally) and lower levels of education compared to the rest of the country.

"Finding a local workforce with the necessary skills and qualifications to support (proposed) project operations will be a challenge. It (would) be fundamental to work with the municipality."

The study recommended issues to explore, including the potential impact of return migration of the working-age population motivated by employment opportunities, population vulnerabilities and gender equalities.

Economic Update, Good Neighborhood Plan (2021 EIA)

The revised *Economic and Social impacts Update* said there would be "a correction of the values of royalties to be enjoyed locally."

According to the revised *Economic and Social impacts Update:*

The revised project foresees a significant increase in investment (and expenditure), as well as transfers to residents (communities and *baldios*, or common land), direct or via the Fund. It is

estimated that the expenditure associated with the project (investment, renovation, operation and closure) would lead to an increase in the gross value of national production of €420 million in the investment phase and €210 million per year in the development phase.

The contribution to the formation of the GDP (gross domestic product) is about €173 million in the investment phase and more than €95 million per year in the operation phase.

(According to the World Bank, Portugal's GDP in 2020 was U.S. $231.23 billion.)

The impact on employment, directly, indirectly and induced, would be more than 4,700 jobs (annual equivalent) in the investment phase, and 2,250 in the operation phase.

During this phase, the public revenue, nationwide, generated by the project would exceed €75 million annually.

Savannah's 2021 Environmental Impact Assessment proposed a Good Neighborhood Plan, which would include a transport fleet for mine workers that also would serve the local population in the absence of workers.

Also considered was the acquisition of a van for the Santa Casa da Misericordia, facilitating the displacement of the population and supporting health services.

Savannah would commit an annual allocation of €500,000 to carry out the Benefit Sharing Plan. It estimated an operating value of €100,000 per year for compliance with the Good Neighbor Plan.

The Benefit Sharing Plan and the Good Neighbor Plan are cited on the company website without any elaboration.

Savannah's History

When the environmental agency instructed Savannah in July 2022 to revise its Environment Impact Assessment, its share price immediately plunged 30 percent to 2.33 pence in London, reported the investment firm, *Morningstar* (July 6, 2022).

At the same time, the Chief Executive Officer, David Archer, stepped down after nine years at the helm. Dale Ferguson, the company's technical director, assumed the role on an interim basis, reported *Proactive Investors* (July 6, 2022). Ferguson is still named on the firm's website as the technical director and interim chief executive officer.

The company statement said, according to *Observador (*July 6, 2022*)*:

"Assuming a positive decision is received (by March 2023) or earlier, we believe that project development will still be on track to be able to supply concentrate for Europe's first-generation lithium conversion plants when they come on stream in the middle of the year" adding that it has

“a healthy cash-flow situation, which will comfortably help us in this licensing process and in the next phase of the definitive feasibility study.”

Mining.com (July 6, 2022) wrote: “While technical issues are usually easy to address, analysts note that opening the project’s EIA (Environmental Impact Assessment) to comment from local stakeholders will be a problem.”

Savannah was incorporated in 2010. Having assumed an initial 75% interest in the Barroso Mine in May 2017, it subsequently became the mine’s sole owner and expanded the project by adding the proposed concession license for the adjacent deposit “Aldeia” (3 blocks totaling 2.94 square kilometers) to the original C-100 Concession License granted (5.42 square kilometers, valid until 2036, extendable for 20 years”.

The company’s previous Environment Impact Assessment in 2012 said that Savannah had three projects in development: heavy sands project in partnership with the United Kingdom-based multinational company, Rio Tinto, in Mozambique, where an exploration contract was recently awarded; a copper project in Oman, which is in its final licensing phase for the mine; and the project from the Barroso Mine in Portugal.

Since then, Savannah pulled out of Mozambique and ilmenite exploration to focus on lithium exploration in Portugal, it said in a statement, according to *Lusa* news agency (December 1, 2021).

Ilmenite is the most important ore of titanium, which can be alloyed with other elements to produce strong, lightweight alloys for aerospace among other uses.

“The consortium agreement concluded with Rio Tinto – originally announced on October 11, 2016 – will be amicably terminated with immediate effect”.

Rio Tinto paid U.S.$9.5 million (€8.37 million) in cash to Savannah’s British subsidiary “for termination of the consortium agreement and the transfer of the team” to the partner company, which now assumes “entirely the responsibility for the Mutamba project.”

As for its copper projects in Oman, according to the Savannah Resources (September 1, 2020), the company agreed to divest its interests to Force Commodities, an Australian company:

“With the Company’s focus moving to the development and subsequent commercialization of the Mina do Barroso Lithium project in Portugal, which continues to increase in significance from a European battery value chain perspective, an opportunity to divest our Omani Copper Projects to Australian-listed company, Force Commodities, said David Archer, Savannah’s Chief Executive Officer at the time.

“The divestment allows us to retain exposure to the upside of the Projects through the shareholding in Force, together with a loan and royalty payable when the projects go into production.”

History of Lawsuit

The parish council of Covas do Barroso filed a lawsuit against the Portuguese State and the Ministry of the Economy over the exploitation of lithium in the Barroso mine, reported *Lusa* news agency in *Jornal de Negocios* (February 11, 2022). Savannah Resources said that it constituted itself as a counter-interest in the legal process through its subsidiary in Portugal, Savannah Lithium.

The lawsuit claimed that the Barroso mine never had the right to exploit lithium, only the right to mine feldspar and quartz.

In February, Savannah said that the Republic of Portugal, the Portuguese Ministry of Economy, alongside Savannah Resources as a counter-interested party, had been acquitted as defendants, reported *Alliance News* for the investment firm, Morningstar (February 23).

As a result, the lawsuit will be extinguished, unless Covas do Barroso files an appeal within 30 days, according to Savannah, which said that the lawsuit neither impacts the Barroso mine's activities nor the current environmental impact assessment process.

The parish council explained the background to the lawsuit to *Jornal de Negocios* (February 11, 2022):

In 2006, the State and Saibrais – Aerias e Caulinos, S.A. signed a concession contract for the exploration of mineral deposits of feldspar and quartz for 120 hectares under the name, Mina do Barroso, having been approved by the Environmental Impact Assessment only for those two minerals.

In 2016, an amendment to the 2006 concession contract was signed by the company and the State "maintaining the legal obligation inherent to the concessionaire and the obligation to carry out the exploration works in accordance with the Environmental Impact Assessment" issued previously.

"Since prospecting and exploitation of the lithium mineral had not been approved in the contract dated May 12, 2006, the amendment to the contract could not include the allocation of any minerals other than feldspar and quartz," explained the parish council, stressing that it "could never have been awarded the concession of lithium mining exploration."

Furthermore, the parish council said that "there could not have been any change in the cadastre registration CC-DM.032 to C-100, nor has the planned area of 120 hectares been changed to an area that exceeds 50 hectares."

How to Participate Until April 4

First, you must register if you have not already done so. If you have, go to #8:

1, Click on *Registo* in the upper right-hand corner;
2. Click on *Individual*;

3. Fill in your name, email, password, confirmation of password and, from a drop-down menu, your concelho (municipality);
4. Tick the Agreement with Conditions on the bottom left-hand corner;
5. Click *Submeter* (Submit) in the bottom right-hand corner;
6. You will receive an email:
7. Choose the issue, *Alteraçao ao Projeto de Ampliaçao da Mina do Barroso*;
8. There are three mustard yellow boxes: *Participar (Participate), Seguir (Follow) and Partilhar (Share);*
9. Click on the first and choose from a drop-down menu. Click on DISCORDANCIA if you object, for example, and CONCORDANCIA if you support it.
10. Add text;
11.Click on *Submeter*;
12. Done.

ALTERAÇÃO AO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA MINA DO BARROSO

Nota Técnica sobre Paisagem e Componente Social

Dr. Júlio Sá Rêgo
Investigador, CRIA-ISCTE

Dr. Diego Amoedo Martínez
Investigador, CRIA-Centre em rede de investigação em antropologia
Professor, Universidade Federal do Oeste Pará, Brasil

Cristiano Pereira
Investigador, CRIA-ISCTE

Abril de 2023

A Savannah Lithium Lda apresentou o estudo de impacte ambiental da alteração ao projeto de ampliação da Mina do Barroso. O projeto corresponde à expansão da área de concessão da Mina do Barroso e engloba quatro cortas, uma unidade de processamento, estruturas de gestão de água, acessos e uma linha elétrica a deslocar.

A avaliação produzida pela QUADRANTE Engenharia e Consultoria S.A, por conta da Savannah Lithium Lda, afirma que o projeto reformulado considerou as recomendações levantadas pela comissão de avaliação em seu parecer desfavorável relativo a fatores ambientais determinantes. A comissão de avaliação relevou em especial insuficiências relacionadas com a conservação da paisagem e os impactos sociais. O projeto não era compatível com a classificação da área como Património Agrícola Mundial, podendo ocasionar a perda desta classificação, e suscitava resistência por parte da comunidade local.

Contudo, os resultados demonstram que a avaliação do impacto em termos de paisagem e da componente social continua negativa ou mesmo piorada após a reformulação do projeto. Os impactos na paisagem aparecem como significativamente ou muito significativamente negativos, e na componente social como significativamente negativo. Adicionar o impacto positivo do posicionamento estratégico de Portugal face às políticas europeias do lítio como uma componente social é no mínimo errôneo, para não dizer desonesto. Esse elemento por definição é uma componente económica e não social, e não diz minimamente respeito ao impacto causado na comunidade local.

As conclusões da avaliação corroboram a falta de progresso com relação à conservação da paisagem e à componente social. São evidenciados os "efeitos desfavoráveis significativos" nesses dois fatores ambientais determinantes. É reconhecido em especial a necessidade de apossar-se dos terrenos comunitários e deslocar economicamente os compartes. Tal política remete a tempos sombrios do confisco dos baldios para a florestação do Estado Novo que a democracia parece querer reeditar.

A avaliação da QUADRANTE Engenharia e Consultoria S.A é por consequência negativa. O projeto revisado de ampliação da Mina do Barroso não respondeu às preocupações levantadas pela comissão

de avaliação relativas à conservação da paisagem e à componente social. Além do mais, é provável que esse impacto desfavorável esteja minimizado e seja mais danoso do que o esperado. A QUADRANTE Engenharia e Consultoria S.A não parece dominar as metodologias de avaliação da paisagem e da componente social apresentadas nos diferentes estudos.

A avaliação paisagística foi conduzida apenas sob o ângulo da qualidade visual da paisagem e assumindo sua sujeição a um elevado grau de subjetividade, enquanto a componente social foi avaliada sob um obscuro *Social Framework* de Smyth e Vanclay (2017). Contudo, existem diversas metodologias reconhecidas internacionalmente e utilizadas pelas agências das Nações Unidas, por exemplo, para avaliar a paisagem, seus diferentes valores e a componente social. A maioria delas desenvolve uma abordagem integrada da componente social e da paisagem, visto que é cientificamente reconhecido a relação intrincada entre essas duas dimensões no mundo rural.

Podemos citar, por exemplo, a metodologia de inventários comunitários reconhecida pela Convenção de 2003 da UNESCO para capturar o valor de conhecimentos e práticas dentro de suas respetivas paisagens. Podemos citar a metodologia de avaliação participativa rural, institucionalizada pelo *Institute of Development Studies* da Universidade de Sussex (Reino Unido) e muito utilizada em projetos internacionais de desenvolvimento para o diagnóstico socioambiental dos territórios rurais. Podemos citar a metodologia PRAGA da FAO eficaz na objetivação de valores aparentemente subjetivos de pastagens como os baldios submetidos ao projeto da Mina Barroso.

A metodologia de cartografias sociais vale em especial ser destacada. Ela é reconhecida internacionalmente e aplicada para visibilizar as múltiplas relações entre os habitantes e a paisagem. Ela trabalha a partir das perceções locais para criar um entendimento sistêmico do valor e função da paisagem.

A lista de metodologias é longa, mas não contém nem a quimera inventada pela QUADRANTE Engenharia e Consultoria S.A para avaliar a subjetividade do valor da paisagem, nem o obscuro *Social Framework* para avaliar a componente social. Por que as metodologias reconhecidas e utilizadas internacionalmente não foram utilizadas? Questiona-se a competência interna das equipas da QUADRANTE Engenharia e Consultoria S.A para conduzir tais avaliações. Fato é que a empresa aparenta pelas suas atividades ser uma empresa de engenharia e não de avaliação, menos ainda a caráter socioambiental e cultural.

Há então uma patente necessidade de elaborar estudos sobre os impactos paisagísticos e sociais do projeto de ampliação da Mina do Barroso com base em metodologias sólidas antes de proceder com um parecer informado. Recomenda-se a contratação de equipas especializadas em implementação e avaliação de projetos internacionais de desenvolvimento, a caráter comunitário, com expertise nas questões socioambientais e culturais a fim de garantir um entendimento melhorado sobre os impactos ambientais do projeto de ampliação da Mina do Barroso.

TURISMO DE PORTUGAL

Exmo.(a) Sr.(a)
Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Murgueira, n.º 9
Zambujal – Alfragide
2610-124 Amadora

N/Refª.: SAI/2023/4666/DVO/DEOT/SS
Procº.: 14.01.14/774
Data: 03.04.2023

ASSUNTO: Reformulação do Projeto "Ampliação da Mina do Barroso" - AIA 3353 - Consulta Pública, Boticas

Proponente: Savannah Lithium, Lda.

Reportando-nos ao assunto mencionado em epígrafe, junto se envia cópia da Informação de Serviço deste Instituto, com o n.º INT/2023/4009[DVO/DEOT/ML], bem como dos despachos que sobre a mesma recaíram.

Com os melhores cumprimentos,



Leonor Picão
Diretora Coordenadora
(por subdelegação de competência)

Em anexo: O mencionado

Informação de Serviço Nº 2023.I.4009 [DVO/DEOT/ML]

Assunto: Reformulação do Projeto "Ampliação da Mina do Barroso" - AIA 3353 - Consulta Pública, Boticas (14.01.14/774)
Proponente: Savannah Lithium, Lda

Em face do exposto e considerando a informação disponível neste Instituto, verifica-se que o projeto da ampliação da Mina do Barroso tem impactes que conflituam com a atividade turística, importando garantir, na ótica do setor do turismo, que este projeto não seja suscetível de colocar em risco o reconhecimento, pela UNESCO, da Reserva da Biosfera Transfronteiriça de Gerês/Xurés que integra a Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO e que tem por objetivo a conservação de paisagens, ecossistemas e espécies, e o desenvolvimento sustentável a nível social, económico, cultural e ecológico, devendo, assim, o presente parecer, ser submetido no Portal PARTICIPA.

Leonor Picão
Diretora Coordenadora
(por subdelegação de competência)

02.04.2023



Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal **T**. +351 211 140 200 **F**. +351 211 140 830 **NIF**: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.**turismodeportugal**.pt
www.**visitportugal**.com

REPÚBLICA PORTUGUESA
ECONOMIA

Informação de Serviço Nº INT/2023/4009 [DVO/DEOT/ML]
31/03/2023

Assunto: Reformulação do Projeto "Ampliação da Mina do Barroso" - AIA 3353 - Consulta Pública, Boticas (14.01.14/774)
Proponente: Savannah Lithium, Lda

I – ENQUADRAMENTO

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA), no âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do processo de Licenciamento Único de Ambiente da Ampliação da Mina do Barroso (AIA 3353) em fase de estudo prévio, em epígrafe, divulga, que decorre até ao próximo dia 4 de abril novo período de Consulta Pública, nos termos do n.º 5 do art.º 16.º do DL nº 151-B/2013, de 31 de outubro (RJAIA), com a redação dada pelo DL n.º 152- B/2017, de 11 de dezembro (registo n.º ENT/2023/8250 de 2023.03.23).

O Turismo de Portugal, IP (TdP) pronunciou-se no âmbito da consulta pública da presente AIA nos termos da informação de serviço n.º INT/2021/4362 [DVO/DEOT/ML], de 9 de maio, na qual foi exarado o despacho:

> '*Entende-se que o projeto tem impactes negativos que conflituam com a atividade turística existente e prevista nos concelhos de Boticas e de Ribeira de Pena, sublinhando-se, ainda, a importância do mesmo não colocar em risco o reconhecimento, pela UNESCO, da Reserva da Biosfera Transfronteiriça de Gerês/Xurés*.'

A autoridade de AIA decidiu, em articulação com o proponente, face ao parecer prévio desfavorável da Comissão de Avaliação, nos termos do n.º 2 do art.º 16.º do RJAIA, a necessidade de modificação do projeto para evitar ou reduzir efeitos significativos no ambiente, assim como a necessidade de prever medidas adicionais de minimização ou compensação ambiental.

A presente análise teve por base os elementos do processo de AIA disponíveis na plataforma eletrónica Participa.pt.

II – DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto objeto de AIA pretende obter a Concessão de Exploração da ampliação da Mina do Barroso para minerais de quartzo, feldspato e lítio numa área com 593 ha, localizada na freguesia de Dornelas e na freguesia de Covas do Barroso do concelho de Boticas.

A área de concessão da Mina do Barroso possui na sua envolvente cerca de 10 aglomerados populacionais, o mais perto dos quais a 200m (Romaínho)

O projeto de ampliação da Mina do Barroso mantem a localização e a área anteriormente analisadas por estes serviços (ampliação a norte da área de concessão de exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio) e mantem a previsão de 4 cortas.

Na atual reformulação do projeto é considerada uma nova alternativa resultante da solução otimizada com base nas 3 alternativas iniciais do EIA e nas questões levantadas no parecer da Comissão de Avaliação prevendo a sequência de exploração mineira de nascente para poente, da anterior alternativa 2, a relocalização de estruturas (lavaria, instalação de resíduos, escombreiras e estruturas de gestão da água) e a redução da afetação dos sistemas ecológicos nos acessos externos, da anterior alternativa 1 (a estrada para o exterior da Mina tem um percurso com 11,6 km para Norte a partir da Lavaria, ligando à EN 311, prevendo-se

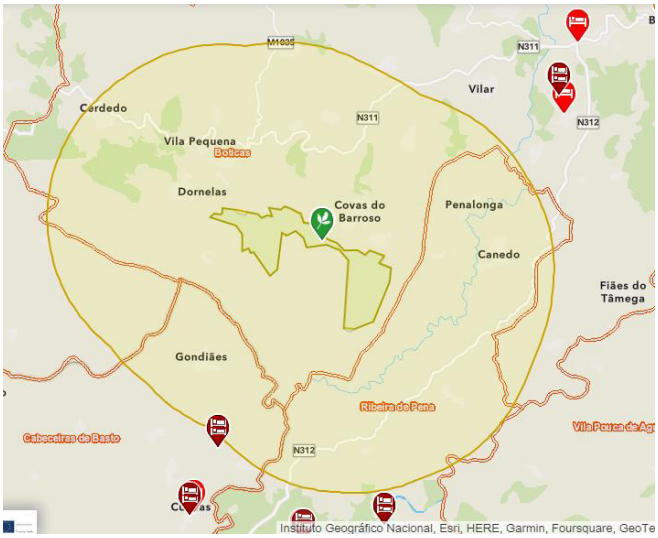
a circulação externa de cerca de 26 camiões diariamente entre as 7 e as 20h todos os dias do ano).

Entre as novas Medidas de Minimização salienta-se o desenvolvimento de um Plano de Acessos, o asfaltamento total do acesso externo, reduzindo a possibilidade de suspensão de partículas associadas ao tráfego rodoviário de veículos pesados, e a promoção da reflorestação de áreas na envolvente do projeto.

A Mina integra área classificada como Barroso Património Agrícola Mundial e localiza-se a cerca de 2 km a oeste da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês/Xurês.

III – APRECIAÇÃO

Localização georreferenciada da oferta de alojamento turístico na proximidade do projeto



Legenda:

- Empreendimentos Turísticos (ET) Existentes
- Estabelecimentos de Alojamento Local (AL)
- EIA em apreciação

Fonte: SIGTUR – Sistema de Informação Geográfica do Turismo – 31.03.2023

Considerando um buffer de cerca de 5100m dos limites da área concessionada da Mina do Barroso (à semelhança do efetuado no anterior parecer destes serviços, por corresponder à distância a partir da qual as vibrações provocadas pelas detonações dos explosivos, considerando o valor limite de 100 kg de explosivo por retardo[1], se tornam impercetíveis, e que engloba a distância admitida na avaliação dos impacte na paisagem do projeto da área mineira) verificou-se que se mantém não haver registo de oferta turística existente ou perspetivada potencialmente afetada pelo projeto no SIGTUR [2] - Sistema de Informação Geográfica do Turismo (https://sigtur.turismodeportugal.pt).

Os impactes do projeto de ampliação da Mina do Barroso não se cingem à área concessionada, prevendo-se impactes ao nível do ruído, qualidade do ar e potencial aumento de acidentes de viação relacionados com a elevada frequência diária de circulação de veículos pesados associada à exploração mineira. O projeto de EIA reformulado apesar de optar por uma das anteriores alternativas de traçado (alternativa 1) contém menos informação do que o EIA inicial quanto à totalidade do percurso, nomeadamente mencionando apenas o

[1] Uma das medidas de minimização é 'Não utilizar mais de 100 kg de carga instantânea a detonar na Mina, de forma a garantir o cumprimento do limite interno admissível de 3 mm/s'

[2] Alerta-se que a georreferenciação dos estabelecimentos de AL e dos estabelecimentos de agentes de animação turística foi obtida de forma automática a partir do endereço, sendo a respetiva localização meramente indicativa

trajeto dos veículos pesados da Mina do Barroso até à EN311 e não mencionando se a partir daí se mantém o anterior trajeto previsto até à autoestrada A7.

No caso de se manter o acesso à A7, o elevado tráfego de veículos pesados, afetará 1 hotel (19 camas), no concelho de Boticas, e 5 AL (44 utentes), 1 CC (10 camas) e 1 Hotel (186 camas) existentes (total de 240 camas/utentes em estabelecimentos de alojamento turístico do concelho de Ribeira de Pena representando 71% das camas/utentes existentes neste concelho) e o projeto apreciado favoravelmente de 1 aldeamento turístico de 4* (58 camas) associado ao estabelecimento de animação Pena Aventura Park (concelho de Ribeira de Pena).

Síntese da apreciação técnica:

A Mina do Barroso com a presente ampliação constituirá uma das maiores minas de lítio a céu aberto da Europa. Reconhece-se a importância do lítio na produção de baterias, que estão associadas, nomeadamente, ao aumento da sustentabilidade nas deslocações automóveis.

A área de exploração da Mina está muito próxima de aglomerados populacionais, contudo verificou-se, no buffer considerado, que na envolvente à mina, de acordo com a informação disponível neste Instituto, não existem ET, AL, nem estabelecimentos de agentes de animação turística. Nesse buffer verificou-se que é abrangida área da Reserva da Biosfera Transfronteiriça de Gerês/Xurés, facto que não é valorizado no EIA por se tratar de zona de transição dessa reserva. O projeto insere-se em paisagem agrícola do Barroso classificado como Sítio GIAHS do Património Agrícola Mundial.

O EIA admite que o projeto reformulado tem um agravamento do significado do impacte negativo na paisagem (no que se refere ao desmonte de rocha nas cortas e ao enchimento das escombreiras) mantendo o impacte negativo causado pela alteração do quadro ambiental sonoro e atmosférico, e pela redução da qualidade de vida e saúde da população, o que se considera negativo em termos da valência relacionada com o ativo diferenciador Natureza da ET 27 (RCM n.º 134/2017 de 27/09), na qual se sustenta a atratividade intrínseca e distintivas do território em termos turísticos.
Assim, não obstante a introdução de algumas medidas de minimização positivas e de se manter a proposta de implementação de um Plano de Recuperação Paisagística concomitante com a exploração, considera-se que a presente reformulação do projeto não vem alterar os pressupostos do anterior parecer destes serviços no que se refere ao impacte negativo do projeto na atividade turística existente (ao nível do tráfego de veículos pesados gerado, de cerca de 2 veículos pesados por hora) e que poderá assumir grande magnitude no caso de colocar em risco a classificação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça de Gerês/Xurés (nomeadamente considerando o impacte por determinar na população do lobo e que agora o projeto prevê monitorizar).

IV – CONCLUSÃO

Em face do exposto e considerando a informação disponível neste Instituto, verifica-se que o projeto da ampliação da Mina do Barroso tem impactes que conflituam com a atividade turística, importando garantir, na ótica do setor do turismo, que este projeto não seja suscetível de colocar em risco o reconhecimento, pela UNESCO, da Reserva da Biosfera Transfronteiriça de Gerês/Xurés que integra a Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO e que tem por objetivo a conservação de paisagens, ecossistemas e espécies, e o desenvolvimento sustentável a nível social, económico, cultural e ecológico.

À consideração superior,

Marta Lazana (Arq.ª)

31/03/2023

X

Marta Lazana

Assinado por: MARTA RODRIGUES LAZANA

Tomada de Posição quanto ao Projeto da Mina do Barroso:

Caríssimos membros da Comissão de Avaliação,

Venho por este meio comunicar a minha total oposição à Mina do Barroso.

Em plena crise climática, num cenário de crescente perda de biodiversidade e de destruição de ecossistemas; e numa época em que múltiplas comunidades humanas se vêem confrontadas com os vários desafios socio-económicos impostos por esta crise, é impensável levar a cabo um projeto de mineração que destruiria cerca de 700 hectares de floresta, em pleno Património Mundial da Agricultura, Covas do Barroso, e que requereria o uso de 570 milhões de litros de água *por ano*.

A 28 de Julho de 2022, a Organização das Nações Unidas votou (com uma larga maioria em apoio) para declarar o direito humano universal a "viver num ambiente limpo, saudável e sustentável". Este direito não pertence, aliás, apenas às comunidades humanas mas a todos os seres vivos que habitam o Planeta Terra. A Constituição da República Portuguesa também prevê, no artigo 66, que "Todos têm direito a um ambiente de vida [humano], sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este é um direito fundamental.

Em relação a este artigo existe uma lista de deveres que permitem garantir tal direito, de acordo com a qual: "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos:

a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o

respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida."

Uma mina é absolutamente incompatível com o direito fundamental a um ambiente saudável, sustentável, e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República. Pela destruição de ecossistemas e uso excessivo de água já referido acima, é indefensável querer construir uma mina (ainda por cima uma da dimensão e magnitude previstas para a do Barroso) em pleno ano de 2023. O caso da mina de São Domingos é um exemplo claro de que, uma vez extraído o minério, o solo não se recompõe. A nível internacional existem múltiplos outros casos ilustrativos dos danos de longo prazo, muitas vezes permanentes, causados por minas (por exemplo, a mina de Chuquicamata no Chile, que é a maior mina de cobre a céu aberto do Mundo; a mina de Garzweiler, na Alemanha; ou a mina de Bingham Canyon, no Utah, EUA, que é a maior mina do Planeta).

Para além do mais, o atual estado de profundo stress hídrico que enfrenta Portugal, e que só irá agravar-se cada vez mais com a crise climática e o aquecimento global, também torna a criação de uma mina absolutamente injustificável.

A zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura como um Sistema Importante do Património Agrícola Mundial, designação esta que está reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que apoiam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Esta é a única região de Portugal a ter esta designação, e uma das únicas sete na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, pelo famoso queijo e pelo mel delicioso. Como tal, Portugal devia investir em preservar aquilo que tem de melhor.

Os responsáveis pelo projeto da Mina do Barroso tentaram justificá-lo afirmando que o lítio europeu é necessário para a "transição energética verde" da Europa. No entanto, os grandes projectos de extracção de recursos, que levam a uma inegável destruição de ecossistemas, perda de biodiversidade, e vulnerabilização do modo de vida de populações locais, não podem fazer parte desta transição energética. São, aliás, contrários ao desenvolvimento sustentável, como vários tribunais e comissões nacionais e regionais concluíram recentemente. A extração de metais a céu aberto é ilgal em algumas das principais nações verdes, como a Costa Rica, devido aos impactos no ambiente, em animais, plantas, e nos direitos humanos.

O Governo português e a Agência Portuguesa do Ambiente aderiram à Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU) sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente – conhecida habitualmente como Convenção de Aarhus. Esta convenção garante ao público um direito de participação que só pode ser efetivo se a consulta é autêntica e o direito de acesso a informação garantido.

Ora, um exame do calendário da presente consulta permite concluir que a presente consulta não é autêntica.

A Savannah Resources, empresa mineira que supostamente tem os fundos e a experiência técnica relativa a exploração de minas, dispôs durante mais de seis meses da ajuda da APA para estabelecer um novo plano que poderia vir a obter uma luz verde. Enquanto o publico, que não é técnico, apenas dispõe de dez dias para aceder e analisar novos documentos técnicos e voluminosos e assim dar a sua opinião. Tal desigualdade revela uma falta de autenticidade da presente consulta, a qual não respeita a Convenção de Aarhus.

Para concluir, como indicado pelo relator Especial das Nações Unidas David R. Boyd, o quadro legislativo atual não permite garantir a proteção de zonas únicas como a do Barroso e a seria difícil conciliar um histórico de liderança na área ambiental com a aprovação de uma enorme mina a céu aberto numa comunidade que é um exemplo globalmente reconhecido de desenvolvimento sustentável.

Por todas estas razões, considero que o projeto da Mina do Barroso é absolutamente inaceitável.

Com os melhores cumprimentos,

Carlota Houart

Coimbra, 6 de Abril de 2023

Oposição à mina do Barroso

Além do que acrescento a final, mantenho o que já disse sobre anteriormente por se continuar a ser pertinente.

A mina a céu aberto designada Barroso, a ser licenciada, representaria um prejuízo incalculável para a região.

No estudo de impacto ambiental efectuado pela APA não se alude ao custo/benefício da referida mina e isso é indispensável.

Os funcionários dessa instituição pública não conhecem o terreno nem avaliaram, como deviam, o malefício que adviria para a zona com uma mina das dimensões da projectada e, ainda para mais, a céu aberto.

Como os recursos minerais são limitados, esta forma de alegadamente "defender o ambiente", é insustentável e não preserva o direito das gerações futuras ao uso do solo e da economia ecologicamente sustentada, como, aliás, nos foi deixada de geração em geração.

De facto, como diz Carlos Leal Gomes, professor universitário da Universidade do Minho, Geólogo, "a maior parte das nossas jazidas têm 0,5% de óxido de lítio", sendo necessárias grandes áreas de extracção para retirar algum valor económico.

Além disso, esta acção representa uma enorme contaminação dos aquíferos pois "*os sulfuretos contaminantes saídos das rochas encaixantes são prejudiciais às águas*".

E, no caso em análise, as lavarias seriam lançadas para o rio Bessa, que se junta ao rio Tâmega e depois ao rio Douro, cuja água é, também, para consumo humano.

E isso, na denominada mina de Barroso, iria destruir toda a base da economia dessa região, bem como determinar a anulação da sua classificação como PATRIMÓIO AGRÍCOLA MUNDIAL, o que acabaria com o turismo, cada vez com mais ascensão.

A distância da mina às aldeias onde ela se situaria é de 700 metros a Dornelas, 1800m a Vila Pequena, 650 m ao Antigo, 750 m a Covas de Barroso, 200m a Romainho, 400m a Muro, 1300m a Alijó e 800m a Lousas.

Ora, o uso de explosivos, o barulho, as poeiras, a passagem de camiões de transporte, tornariam a vida impossível a todas essas aldeias, degradariam a paisagem, impediriam a abundante extracção de mel que nesta altura é uma das fontes de sobrevivência das populações, impediria as pastagens do gado barrosão pela ocupação dos baldios, impediria as receitas que os lavradores recebem do Estado, bem como, com se disse, o crescente turismo que estes lugares paradisíacos oferecem às gentes que cada vez mais os procuram, como, por exemplo, as camionetes de gente que no dia 20 de Janeiro de todos os anos se desloca a Covas de Barroso para degustar as carnes puras que são servidas na longa mesa da rua da aldeia.

.

Em subsídios agroambientais, os agricultores do Concelho de Boticas recebem, nas freguesias afectadas pela projectada mina, cerca de 1,5 milhões de euros.

A área da mina afetará permanentemente esses subsídios em, pelo menos, 30%, ou seja, cerca de 450.000€.

Se a empresa que se propõe explorar o lítio – a Savannah - concretizar a associação com a Galp ou com outra empresa para a produção de espodumena, passará a pagar à boca da mina, não os 3% previstos mas apenas 2%, entregando ao Estado cerca de 1,75 milhões de euros/ano.

Esse montante será repartido, não com as populações afectadas mas com o respectivo município – Boticas.

Mesmo que o município fique com metade desse valor – 875.000€ - dando metade aos agricultores afectados, estes recebem menos do que agora (apenas 437.500) e apenas durante a existência da mina, perdendo após isso, com a destruição, todo aquele montante de 450.000€.

Por outro lado, muitos lavradores não terão possibilidade de continuar com as suas actividades, pelo que o que a mina paga não dá para se manter a economia como hoje existe nem jamais poderá voltar a ser o que hoje é.

Além disso, as poeiras e detritos resultantes da mineração e da lavaria, afectarão os alimentos do gado, deteriorando a qualidade da carne barrosã, tão afamada a nível nacional e internacional.

Acresce que a substituição dos carros movidos a gasolina e gasóleo por carros electricos não é sustentável pela limitação na natureza quer do lítio quer dos demais componentes das baterias. A poluição atmosférica dos carros eléctricos começa logo com as minas: Barroso que tanto tem feito pelo equilíbrio do planeta – Barragens, eólicas, sem nunca ter recebido nada em troca – vê-se agora ameaçado pela poluição da mineração e ainda para mais sabendo-se que a sua água é bebida por milhares e milhares de pessoas.

Por outro lado, a maior poluição nem deriva dos carros de combustão, mas dos barcos (porta-contentores) e aviões que se manterão: só os 40 maiores Cargueiros do mundo poluem tanto como 760 milhões de automóveis do planeta, pois queimam, cada um deles, numa viagem de ida e volta da Ásia à Europa mais de 10.000 toneladas de combustível. E, dessa frota de cargueiros fazem parte mais 3.500 navios, havendo também 17.500 petroleiros, sendo 100.000 os navios que percorrem os mares.

Sobre o mencionado, seguimos o pensamento de Carlos Tavares.

E os plásticos que contaminam o mar?

Além disso, ao que se consta, a maior jazida de lítio da Europa é sob o rio Reno na Alemanha que, pela proximidade das populações, não a deixam explorar.

E a França, para além de inúmeros iates, consome fuelóleo no aquecimento dos seus lares e 101 litros de combustível por hectare na agricultura; e os seus postos de carregamento de veículos electricos, são alimentados a energia nuclear, sendo certo que na fase do enriquecimento do urânio é utilizada electricidade gerada também por combustíveis fosseis.

Ora, são a Alemanha e a França os principais donos de fábricas dos tão falados carros electricos "não poluentes", mas querem continuar a utilizar o nosso território para a sua "economia verde", tratando-nos como país subdesenvolvido, arregimentando os nossos Miguéis de Vasconcelos.

Concluindo, como ensina, Viriato Soromenho Marques, esta política de extração mineira é "*claramente uma política de terceiro mundo…abrir o sector primário do país às forma mais extractivas do capitalismo*".

Os ganhos económicos duma empresa não podem, de forma alguma, ser mais importantes que a saúde e o viver tradicional das pessoas.

Sendo a água essencial à vida, o interesse da nossa população tem que se sobrepor à dos interesses privados e económicos que, como a história documenta, nenhuma mais valia trazem à região.

Então, no Algarve vai-se dessalinizar a água do mar e no nosso Património Agrícola Mundial querem poluir a água que é bebida por milhares de pessoas, numa altura em que se tem já a certeza de secas prolongadas, como se viu já o ano passado, em que a albufeira do Alto Rabagão desceu para menos de um terço da água?

Não será melhor canalizar a nossa água para onde ela falta, como no Algarve, tirando ao mar a água pura que nele se deposita em vez de retirar dele a água salgada para se poder beber?

A APA devia seguir a ciência e colocar totalmente de lado os políticos corruptos que enxameiam Portugal, que são eles que, em vez de servirem Portugal, servem interesses de multinacionais que nada de bom deixam no país.

Já se fabricam carros movidos a hidrogênio e irão fabricar-se carros movidos a baterias em estado sólido, a curto prazo.

O lítio é um produto limitado e, esventrando o nosso Património Agrícola Mundial, único no país, durante 10 anos, nada restará a não ser um final de vida horroroso para a população idosa da zona, barulho e poeiras doentias para toda a população, bem como a destruição da sua economia sustentável.

Como refere o relator especial das Nacões unidas, David R. Boyd, o quadro legislativo actual não permite garantir a proteção de zonas únicas como a do Barroso Património Agrícola Mundial.

Se os grandes centros populacionais poluem o ambiente, não pode ser através do esventramento desta zona que esse ambiente deixa de ser poluído.

Por isso, **a mina do Barroso não deve ser aceite.**

8.4.2023

Custódio Pinto Montes

(Natural de Parafita, Montalegre e Juiz Conselheiro do STJ Jubilado)

Aos excelentíssimos membros da Comissão de Avaliação,

Venho comunicar a Vossas Excelências a minha discordância nos termos que passo a expor seguidamente.

O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental.

O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos:

a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;

b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento socioeconómico e a valorização da paisagem;

c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico;

d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações;

e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da proteção das zonas históricas;

f) Promover a integração de objetivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial;

g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente;

h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com proteção do ambiente e qualidade de vida."

Ora segue-se que o princípio mesmo de uma mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta que uma mina resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas e na descaracterização permanente das paisagens. Se for preciso um exemplo, podemos citar o caso da mina de São Domingos, prova de que uma vez extraído o minério, o solo não se recompõe.

Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, uma mina em Covas do Barroso seria totalmente irresponsável e uma completa violação do dever fundamental de salvaguarda dos recursos naturais e da estabilidade ecológica.

O direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República tem uma vertente humana, já que se trata de preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico e de solidariedade entre gerações.

A zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura como um Sistema Importante do Património Agrícola Mundial, uma designação reservada

aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que apoiam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas.

Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, pelo famoso queijo e pelo mel delicioso.

Assim sendo, uma mina em Covas do Barroso é incompatível com o artigo 66 da Constituição da República.

No mesmo sentido, o relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente indicou no seu relatório que "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Os responsáveis pelo projeto da mina tentaram justificar o projeto dizendo que o lítio europeu é necessário para a transição da Europa para a energia verde. Embora possa parecer ser esse o caso, os grandes projetos de extração de recursos que podem violar os direitos humanos em nome da transição verde são contrários ao desenvolvimento sustentável, como vários tribunais e comissões nacionais e regionais concluíram recentemente. A extração de metais a céu aberto é ilegal em algumas das principais nações verdes, como a Costa Rica, devido aos impactos no ambiente e nos direitos humanos."

O Governo português e a Agência Portuguesa do Ambiente aderiram à Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU) sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente – conhecida habitualmente como Convenção de Aarhus. Esta convenção garante ao público um direito de participação que só pode ser efetivo se a consulta é autêntica e o direito de acesso a informação garantido.

Ora, um exame do calendário da presente consulta permite concluir que a presente consulta não é autêntica.

A Savannah Resources, empresa mineira que supostamente tem os fundos e a experiência técnica relativa a exploração de minas, dispôs durante mais de seis meses da ajuda da APA para estabelecer um novo plano que poderia vir a obter uma luz verde. Enquanto o publico, que não é técnico, apenas dispõe de dez dias para aceder e analisar novos documentos técnicos e volumosos e assim dar a sua opinião. Tal desigualdade revela uma falta de autenticidade da presente consulta, a qual não respeita a Convenção de Aarhus.

Para concluir, como indicado pelo relator Especial das Nações Unidas David R. Boyd, o quadro legislativo atual não permite garantir a proteção de zonas únicas como a do Barroso e seria difícil conciliar um histórico de liderança na área ambiental com a aprovação de uma enorme mina a céu aberto numa comunidade que é um exemplo globalmente reconhecido de desenvolvimento sustentável.

Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso

Parecer técnico

Abril de 2023

Joana Sá Couto, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

No âmbito do projeto de Ampliação da Mina do Barroso, que corresponde à expansão da área de concessão, a Savannah Lithium Lda apresentou uma reformulação do projeto da responsabilidade da Quadrante, Engenharia e Consultoria, S.A., à qual foi dado 10 dias úteis de consulta pública. Esta avaliação tem como objetivo colmatar as recomendações levantadas anteriormente pela comissão de avaliação, tendo em conta insuficiências relacionadas com a conservação da paisagem e impactos sociais, de salientar ainda a elevada resistência por parte da comunidade local.

Após análise dos documentos apresentados, torna-se claro que essas insuficiências permanecem. De acordo com o próprio relatório, haverá impactos significativos sobre a população local, porém, o posicionamento estratégico de Portugal face às políticas europeias de lítio parece sobrepor-se. Mais uma vez a lógica economicista impera, colocando em risco o modo de vida local. Este parecer apresenta uma série de contradições legais, metodológicas e científicas que demonstra que o projeto apresentado carece maturidade e deve ter um parecer desfavorável por parte da Comissão de Avaliação.

A nível ambiental é importante referir a incompatibilidade do projeto com uma série de questões relativas aos recursos hídricos. É importante ter em conta que a Lei da Água (Lei nº. 58/2005, de 29 de Dezembro tem como objetivo a gestão sustentável das águas e da sua proteção, pelo que a solicitação de licenciamento à entidade licenciadora para um Título de Utilização de Recursos Hídricos não é compatível com uma atividade extrativa que irá colocar em risco a qualidade da água do rio Covas, com impactos nos serviços de ecossistema do mesmo. Existe ainda impactos significativos e muito significativos nas captações de água subterrânea num país assolado pela seca, colocando em sério risco humanos e não-humanos. Como resposta à preocupação da Comissão do incumprimento da Diretiva Quadro da Água, a resposta de criar um plano de monitorização não pode ser aceite, uma vez que implica o incumprimento da Lei e impactos graves nos sistemas hídricos vulneráveis.

A grande afetação das galerias ripícolas também mereceu atenção, afastada da questão da paisagem. Porém, as galerias ripícolas e os recursos hídricos devem ser tidas em consideração na questão da paisagem por contribuírem com serviços de ecossistema, incluindo, serviços socioculturais. Existe ainda incompatibilidade com zonas da Reserva Ecológica Nacional. Ainda de referir que não foi tido em conta em momento nenhum a alteração dos padrões de comportamento não-humano com o impacto das alterações climáticas, nomeadamente com as consequências advindas de um aumento de temperatura nos ecossistemas, como migração para norte de algumas espécies.

Em relação ao lobo ibérico, *Canis lupus signatus*, existe uma perda de habitat que afetará as alcateias do Barroso, Nariz do Mundo, Leiranco e Minheu com efeitos de exclusão e mortalidade numa espécie que apresenta estatuto de conservação Em Perigo em Portugal e se encontra protegida sobre a Lei de Proteção do Lobo Ibérico (Lei n.º 90/88 de 13 de Agosto e Decreto-Lei 54/2016 de 2 de Agosto) e é considerada pela Diretiva Habitats como espécie prioritária. Isto implica uma falha grave de proteção da espécie, mas também um impacto negativo em todo o

ecossistema pelo seu papel de predador crucial para o equilíbrio do mesmo. A implementação de um Plano de Monitorização do Lobo não mitiga aquilo que é um incumprimento legal e os impactos do mesmo. Os vários planos de Monitorização são apresentados como forma de mitigação de danos, porém, não são mais do que formas de greenwashing deste processo, assim como o desenvolvimento do Projeto Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP). O projeto reformulado apresenta ainda que haverá mais impactos significativos no mexilhão-de-rio de âmbito regional e não apenas local – sendo que o mexilhão de rio é uma espécie ameaçada não existe forma de justificar a necessidade de colocar em risco várias espécies.

Em termos dos seus impactos na comunidade local, é referido um "*Acordo de Partilha de Benefícios que procura estabelecer uma equidade de decisão sobre como o projecto deve responder às comunidades locais, ao permitir que as mesmas participem no processo de decisão.*" (Volume V – Documento Orientador, p 52). Não é claro como é que as mesmas participam no processo de decisão, nem como se iria proceder no decorrer do projeto.

O resumo apresentado por Francisco Carballo-Cruz e João Cerejeira e equipa (Universidade do Minho, Braga) de 10-03-2023, sobre a atualização do estudo da Mina do Barroso apresenta uma análise economicista e simplista de uma metodologia insuficiente para a complexidade do estudo de caso. Não foi utilizada nenhuma metodologia participativa ou feito algum contacto directo com alguma amostra da população, assumindo esta como agentes económicos racionais que devem ser compensados financeiramente a troco de importantes alterações ao seu modo de vida.

O Relatório final da Community Insights Group, liderado por Ana Maria Esteves e Sérgio Moreira, ambos sem qualquer experiência de terreno nesta área, relata que foram feitas entrevistas a participantes selecionados por uma lista de stakeholders elaborada pela Savannah em método bola de neve. Esta seleção pode desde já implicar uma amostra que carece de imparcialidade. As entrevistas foram feitas à distância que impede uma verdadeira observação da pessoa, colocando outros entraves. A metodologia é insuficiente para apurar verdadeiramente um perfil da comunidade, que desmonta todo o relatório feito pela Savannah, e vai contra a "metodologia participa rigorosa" que referem. É impossível compreender as comunidades locais, os seus problemas e como os mitigar se não existir uma metodologia séria. Qualquer investigador em ciências sociais considerará insuficiente a metodologia apresentada, e fraca a análise apresentada pelo projeto a nível sociocultural. Isto poderia ter sido evitado se existisse algum membro da equipa formado em ciências sociais, e com experiência em metodologias participativas, como a etnografia, workshops, focus groups, mas não só. A própria FAO tem uma série de metodologias possíveis, como a PRAGA, ou através de inventários comunitários. A falha metodológica é grave e coloca em risco todo o trabalho de reformulação do projeto. De referir ainda que, apesar de terem existido reuniões com entidades como a APA (ARH Norte), ICNF e CCDR Norte, tanto a Savannah como Quadrante continuam a pecar pela falta de comunicação com os locais, colocando em cheque o próprio levantamento de stakeholders.

Também a VISA Consultores procedeu a um estudo das questões de Património a pedido da Savannah. Novamente as metodologias levantam questões: só foi analisado alguns tipos de património, deixando de parte o património cultural imaterial existente e altamente dinâmico nesta zona de Portugal, nomeadamente, a questão dos conhecimentos tradicionais e usos da paisagem. Estas seriam facilmente consideradas se tivesse havido um cuidado com metodologias participativas, como cartografias sociais, ou até mesmo, levantamento dos serviços de ecossistema socioculturais. Preocupante ainda que o projeto proposto integra ainda áreas classificadas como Património Agrícola Mundial pela FAO, e não está mencionado. Declara-se de

forma explicita que o projeto terá impactes negativos significativos e muito significativos no "Sistema Agro-Silvo-Pastoril do Barroso" que é classificado como como "Sistema de Património Agrícola de Importância Global" (Globally Important Agricultural Heritage Systems – GIAHS). O parecer assinala a degradação da paisagem do Barroso e a possível desclassificação do estatuto como Património Agrícola Mundial que continua a existir se o projeto da concessão da mina for em frente.

Por estes motivos acima referidos, o projeto Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso não poderá ser aprovado sem antes existir um verdadeiro estudo sobre os impactos socioculturais na paisagem, com base em metodologias sérias e reconhecidas nacional e internacionalmente, por cientistas sociais, numa equipa que deve ser multidisciplinar. As comunidades locais devem ser tidas em conta ao longo de todo o processo, auscultadas devidamente e em conjunto com outras entidades. De referir ainda, que no processo de consulta pública, existem vários documentos em Inglês, alienando parte da população do processo de tomada de decisão, ilustrando perfeitamente a cisão entre interesses económicos e o respeito pela população presente neste processo.

Ao argumento de que o projeto da Savannah Lithium Lda vai de acordo aos objetivos de transição energética da União Europeia, pode ser respondido que este projeto desrespeita limites legais nacionais e internacionais de conservação, estatutos relativos ao Património protegidos pela UNESCO e vários do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como "Reduzir as desigualdades (10)"; "salvaguardar água e saneamento (6)" e "Justiça social (16)".

2019

LITHIUM

EXPLORAÇÃO / IMPACTOS AMBIENTAIS

RECICLAGEM / MOTORES ELÉTRICOS



Escola Secundária com 3º ciclo Henrique Medina

Alunos das Turmas: 11º B, 11º C, 12º C, 12º D e 3º TGEI

O lítio é o metal mais leve e menos denso entre os elementos sólidos. O lítio e seus compostos têm diversas aplicações industriais, com ligas com alta força específica, resistência-peso, resistência ao calor, são incluídas em vidros e cerâmicas e utilizadas em aeronaves e baterias de lítio e bateria de ião lítio - mais da metade da produção de lítio é consumida para este fim. Este trabalho visa o desenvolvimento de competências dos alunos para o Ensino Superior, no âmbito da realização de trabalhos cooperativos científicos com recurso às tecnologias digitais.

Índice

Introdução 4
Capítulo 1 – Exploração do lítio 5
Capítulo 1.1 - Técnica de extração do lítio 5
Capítulo 1.2. - Onde se encontra lítio em Portugal 7
Capítulo 1.3 - Extração de lítio a nível mundial 8
Capítulo 1.3.1 - Produção de lítio 8
Capítulo 1.3.2 - Reservas de lítio 9
Capítulo 1.3.3 - "Triângulo do Lítio" 9
Capítulo 1.4 – Aplicações do lítio 10
Capítulo 1.4.1 - Aplicações na indústria 11
Capítulo 1.4.2 - Aplicações militares 11
Capítulo 1.4.3 - Aplicações médicas 12
Capítulo 1.4.4 - Uso em baterias 12
Capítulo 1.4.5 - Outros 12
Capítulo 1.5 – Vantagens e desvantagens da exploração do lítio 13
Capítulo 1.5.1 – Vantagens 13
Capítulo 1.5.2 – Desvantagens 13
Capítulo 1.6 – O mercado do lítio 14
Capitulo 1.6.1 – Preço do lítio 14
Capítulo 2 – Impactos ambientais 15
Capítulo 2.1 – Principais impactos ambientais 16
Capítulo 2.1.1 – Biológicos 16
Capítulo 2.1.2 – Geomorfológicos 16
Capítulo 2.1.3 – Hídricos 17
Capítulo 2.1.4 – Atmosféricos 18
Capítulo 2.1.5 – Saúde 18
Capítulo 2.1.6 – Turismo 18
Capítulo 2.2 – No Mundo 19
Capítulo 2.3 – Na Europa 20
Capítulo 2.4 – Em Portugal 21
Capítulo 3 - Reciclagem de baterias 23
Capítulo 4 - Carros elétricos 25
Capítulo 4.1 Vantagens e Desvantagens de um carro elétrico 26

Capítulo 4.2 – Autonomia do Carro eléctrico 26
Capítulo 4.3 Carregar carros elétricos: como, onde e quanto custa 27
Capítulo 4.4 - Produção do lítio para carros elétricos 28
Capítulo 4.4.1 - Ritmo de produção de lítio supera procura por veículos eléctricos 28
Capítulo 4.4.2 - Produção barata de lítio na China assusta EUA e Europa 29
Capítulo 4.5 – Baterias para carros elétricos 30
Capítulo 4.5.1 - Nova geração de baterias de estado sólido fornecerá 100 milhões de carros eléctricos 30
Capítulo 4.5.2 – Novas baterias de lítio e enxofre aumentam autonomia de carros elétricos 30
Capítulo 4.6 - Carros elétricos mais vendidos em Portugal no primeiro semestre de 2019 31
Hyundai Ioniq (10º) 32
Tesla Model X (9º) 33
Smart EV (Eletric Drive) (8º) 33
Tesla Model S (7º) 34
Hyundai Kauai EV (6º) 35
Jaguar I-Pace (5º) 35
BMW i3 (4º) 36
Renault Zoe (3º) 36
Tesla Model 3 (2º) 37
Nissan Leaf (1º) 38
Conclusão 39
Webgrafia 40

Introdução

Este relatório sobre o lítio foi desenvolvido pelos alunos no âmbito das disciplinas de Biologia e Geologia, Química, Aplicações Informáticas B e Eletrónica Fundamental, do décimo primeiro ano de escolaridade das turmas B e C, décimo segundo ano turmas C e D e 3º TGEI, da Escola Secundária com 3º Ciclo Henrique Medina, Esposende, no ano letivo de 2019-2020.

Na realização deste relatório abordamos diversas vertentes sobre a temática de Lítio. No "capítulo 1 – Exploração do lítio", começamos por fazer uma breve introdução ao conceito - Lítio, uma vez que todo o trabalho se desenrola à volta deste tema. De seguida, destacamos a técnica, que atualmente, é utilizada para que se extraia lítio, assim como os principais locais, no nosso país, onde é possível explorá-lo. A produção de minério de lítio e, por conseguinte, a relação de reservas nas minas, a nível mundial, é outro dos aspetos referidos e fundamentados neste relatório. Abordamos também as diversas aplicações, as vantagens e desvantagens do lítio e o mercado do lítio. No "Capítulo 2 – Impactos ambientais", abordamos em cada um dos seus subcapítulos, os diferentes impactos gerados pela exploração do lítio e analisamos mais pormenorizadamente, a nível mundial, europeu e nacional. No "capítulo 3 – Reciclagem", são apresentadas os procedimentos de reciclagem de baterias, alguns perigos específicos associados aos processos de reciclagem e as razões pelas quais a reciclagem de baterias de lítio ainda não é uma prática bem estabelecida universalmente. No "capítulo 4 – Motores eléctricos", em diversos subcapítulos são abordados as vantagens e desvantagens de um carro eléctrico, a produção de lítio e as baterias para veículos elétricos e carros elétricos mais vendidos em Portugal, no primeiro semestre de 2019.

Com a leitura deste relatório pretende-se a amplificação do conhecimento no âmbito da problemática e importância do lítio no contexto de sociedade presente e futura.

Capítulo 1 – Exploração do lítio

O lítio é um metal alcalino macio, de coloração prata esbranquiçada e altamente reativo na presença de água e oxigénio, não sendo encontrado no seu estado nativo, por causa da sua elevada reatividade.

Este encontra-se em numerosos minerais pegmatitos devido à sua solubilidade iónica, estando presente na água marinha, sendo, geralmente, obtida na forma de salmoura e nas argilas.

Estima-se que a crosta terrestre varie a sua concentração de lítio entre os 20 a 70 ppm, com a sua maior concentração no granito.



Figura 1- Mineral de Lítio

Embora o lítio seja, geralmente, encontrado disperso na Terra, ele é encontrado nas rochas magmáticas mas não no seu estado nativo por causa da sua alta reatividade. A quantidade total de lítio na hidrografia marinha é muito grande e está estimada em cerca de 230 bilhões de toneladas, onde o elemento está em uma concentração relativamente constante de 0,14 a 0,25 partes por milhão (ppm). No entanto, as maiores concentrações de lítio estão nas fontes hidrotermais devido à sua solubilidade iónica sendo obtido na forma de salmoura e argilas com concentração aproximada de 7 ppm.

De acordo com o *Manual do Lítio e Cálcio na Natureza*, " O lítio é um elemento relativamente raro, embora ele seja encontrado em muitas rochas e algumas salmouras, porém sempre em escassas concentrações, do qual apenas alguns têm potencial valor comercial. Muitos escasseiam em quantidade, e outros em qualidade.”

Capítulo 1.1 - Técnica de extração do lítio

Atualmente, a principal técnica de extração de carbonato e do cloreto de lítio é a evaporação de salinas.

Este método consiste em colocar a salmoura, extraída de grandes profundidades, em recipientes grandes e rasos, onde seca ao sol. Depois, vão sendo adicionados vários elementos químicos que desencadeiam reações que precipitam sais, como cloreto de sódio ou de potássio, para, finalmente, ser obtido o carbonato ou cloreto de lítio.



Figura 2- Extração do lítio em salmoura, Lago Uyuni (Bolívia)

O lítio também é extraído em minas em céu aberto, através de equipamento que extrai a rocha do solo. O lítio não existe na natureza em estado puro, pelo que se trata de explorar jazigos minerais de petalite, espodumena, lepidolite e fosfato de lítio, para citar alguma mineração que já é feita em Portugal. É a partir destes compostos que, mediante tratamento químico se chega ao carbonato de lítio ou hidróxido de lítio.



Figura 3- Técnica de extração do lítio, em minas

As pegmatites de granito também fornecem uma grande abundância em minerais que contém lítio, com a espodumena - $LiAl(SiO_3)_2$, a petalite - $LiAlSi_4O_{10}$, a ambligonite - $(Li,Na)Al(PO_4)(F,OH)$ e a lepidolite - $(KLi_2Al(Al,Si)_3O_{10}(F,OH)_2)$, sendo o meio de extração comercial mais utilizado. Outro significativo mineral de lítio é a lepidolita. Um novo meio de

extração de lítio está nas rochas de hectorita, que é extraído exclusivamente pela Western Lithium Corporation nos Estados Unidos.



Fig.4- Espodumena



Fig.5- Petalite



Fig.6- Ambligonite



Fig.7- Lepidolite

Capítulo 1.2. - Onde se encontra lítio em Portugal

No retângulo nacional são onze as zonas identificadas pela Direção-geral de Energia e Geologia com ocorrência de mineralizações de lítio, concentradas no centro e norte do país.

1. Serra de Arga
2. Barroso – Alvão
3. Barroso – Alvão
4. Barroso – Alvão
5. Almendra
6. Mangualde
7. Seixoso – Vieiro
8. Massueime
9. Barca de Alva – Escalhão
10. Segura
11. Portalegre



Figura 8- Onze zonas identificadas, em Portugal, com mineralizações de lítio

Capítulo 1.3 - Extração de lítio a nível mundial

Os grandes líderes mundiais de extração e produção de lítio estão no continente americano, mais concretamente na América do Sul.

Capítulo 1.3.1 - Produção de lítio

Austrália
- Apresenta-se como sendo o maior país produtor de lítio.
- Neste momento, já corresponde a 30% da produção mundial e pretende dobrar a sua capacidade anual de produção.

Chile
- Em 2016, produziu cerca de 12000 toneladas, sendo portanto, o segundo país que produz mais lítio a nível mundial.

Argentina
- Pretende tornar-se numa potência mundial na produção de lítio, aumentando cerca de 45% da oferta mundial.
- Porém, ainda assim, encontra-se em terceiro lugar .

Portugal
- Segundo os dados relativos ao ano de 2016, Portugal é o sexto país a produzir mais toneladas de lítio, aproximadamente 200 toneladas.

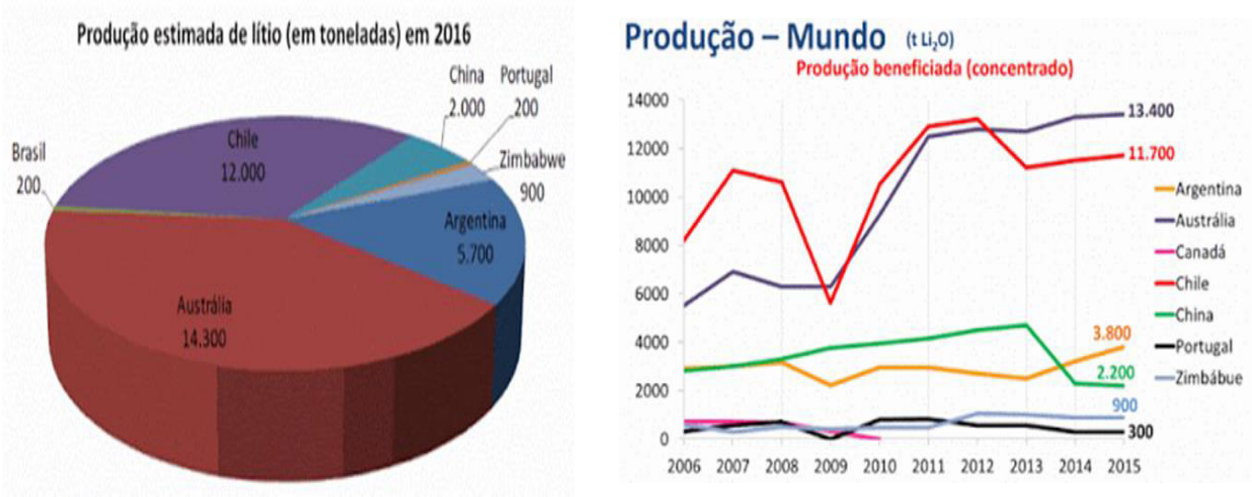


Figura 9- Gráfico da produção estimada de lítio em 2016, sem considerar os EUA, cuja produção não é informada

Capítulo 1.3.2 - Reservas de lítio

Chile
- Tem a maior reserva conhecida de lítio do mundo, Atacama, que constitui aproximadamente 37% da base mundial de reservas.
- Contém reservas de lítio calculadas em 7.5 milhões de toneladas.

China
- A China é o segundo país do mundo com a maior reserva de lítio.
- Em 2016, esta continha cerca de 3.2 milhões de toneladas de reservas de lítio.

Argentina
- Esta nação sul americana ocupa o terceiro lugar em reservas de lítio, com 2 milhões de toneladas.

Portugal
- Portugal tem a maior reserva de lítio da Europa, contudo encontra-se em quinto lugar a nível mundial, com 60000 toneladas.

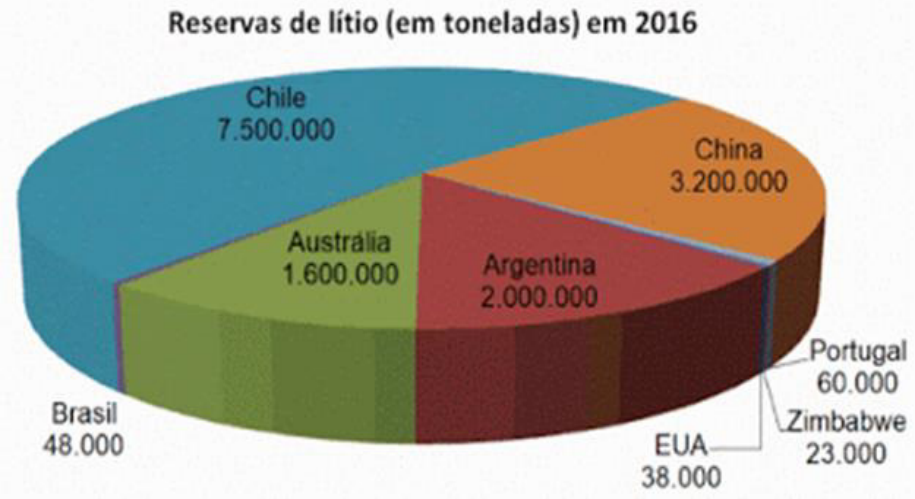


Figura 10- Gráfico das reservas de lítio em 2016, sem considerar a Bolívia, cujas reservas não são informadas

Capítulo 1.3.3 - "Triângulo do Lítio"

Apesar da divisão geográfica de lítio no mundo abarcar todos os continentes, a sua concentração em termos absolutos é predominantemente localizada na América do Sul. A interseção do Chile, Bolívia e o noroeste da Argentina compõe a região conhecida como "Triângulo do Lítio", este é conhecido pelas suas salinas de alta qualidade incluindo o Salar de Atacama (Chile), o Salar de Uyuni (Bolívia) e o Salar de Arizaro (Argentina). O "Triângulo do Lítio" contém mais de 75% das reservas de lítio conhecidas.



Fig.11- Salar de Atacama (Chile)



Fig.12- Salar de Uyuni (Bolívia)



Fig.13- Salar de Arizaro



Fig.14- Localização do "Triângulo do Lítio"

Capítulo 1.4 – Aplicações do lítio

As aplicações do Lítio e dos seus compostos abrangem um amplo e diversificado espectro de indústrias, incluindo a cerâmica e o vidro, os lubrificantes industriais, aplicações médicas, baterias, siderurgia de alumínio, entre muito outros, contribuindo para a produção de uma ampla gama de bens transacionáveis., para além de poder ser utilizado para fins militares, na medicina, entre outras possíveis utilizações.

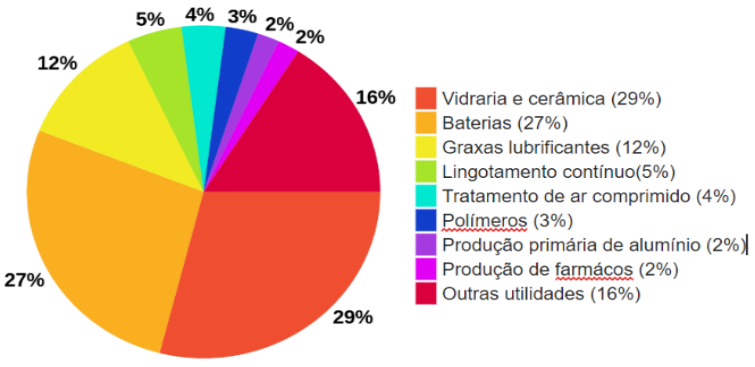


Figura 15- Gráfico relativo às percentagens das aplicações do lítio

Capítulo 1.4.1 - Aplicações na indústria

O hidróxido e o carbonato de lítio são as principais formas em que este metal é usado industrialmente. Eles são derivados a partir da carbonatação e descarbonatação, respetivamente.

O hidróxido é aplicado no fabrico de um sabão que tem capacidade de engrossar óleos e, por isso, é muito utilizado como lubrificante nas indústrias. Pode ser também aproveitado para remover o dióxido de carbono e purificar o ar em ambientes fechados, como em naves espaciais e submarinos.

Um uso muito formidável do lítio na forma de carbono é na indústria farmacêutica. No Brasil e nos Estados Unidos, os sais de lítio têm aprovação para o tratamento de transtorno bipolar. Eles são utilizados por seus efeitos reguladores de humor e, secundariamente, antidepressivo.

Outras podem ser as aplicações:

- No fabrico de cerâmicas resistentes ao calor e ao choque térmico; inclusive com uso na cozinha e na secagem de ambientes húmidos pois o LiCl é bastante higroscópico;
- Ligas de alumínio que contém uma pequena quantidade do elemento são mais leves, e são utilizadas na fabricação das asas de aviões e componentes estruturais. Nestes casos a quantidade de lítio adicionado costuma não ser maior do que 2,5%;
- Em baterias, sendo bastante comuns as que usam iões de lítio em sua composição e em pilhas (não recarregáveis);
- Adicionado em vidros para reduzir o coeficiente de expansão térmica e baixar o ponto de fusão;
- No fabrico de graxas e lubrificantes;
- Compostos com lítio são usados na produção de plásticos, borrachas sintéticas.

Capítulo 1.4.2 - Aplicações militares

O lítio metálico e as estruturas complexas moleculares de hidretos, como o $Li[AlH]_4$ são utilizados como aditivos energéticos nos propelentes dos foguetes. O hidreto de alumínio pode ser utilizado também como um combustível sólido.

O hidreto de lítio contém lítio-6 que é utilizado nas bombas de hidrogênio. Na bomba, ele é utilizado em volta do centro de uma bomba atómica.

E a nível nuclear este elemento pode ser usado em reatores de geração de energia e em bombas termonucleares

Capítulo 1.4.3 - Aplicações médicas

O lítio é utilizado no tratamento do transtorno bipolar. Os sais de lítio auxiliam em diagnósticos relacionados com transtorno esquia afetivo ou depressão nervosa. E na forma de carbonato de lítio é usado como medicamento psiquiátrico. A parte ativa destes sais é o ião do lítio Li^+, como consequência pode aumentar o risco de desenvolvimento da anomalia de Ebstein em recém-nascidos cujas progenitoras utilizaram o medicamento durante o primeiro trimestre de gravidez. O lítio, também, tem sido pesquisado como uma possibilidade de tratamento de cefaleias.

Capítulo 1.4.4 - Uso em baterias

Devido ao seu elevado calor específico, o maior de todos os sólidos, o lítio é usado em aplicações de transferência de calor e, por causa do seu elevado potencial eletroquímico, é usado como um ânodo adequado para as baterias elétricas.

As baterias de lítio são um tipo de bateria recarregável muito utilizadas em equipamentos eletrónicos portáteis. A diferença da bateria de iões de lítio é a ausência do efeito memória (não vicia), ou seja, não é preciso carregar a bateria até o total da capacidade e descarregar até o total mínimo, ao contrário da bateria de níquel cádmio.



Figura 16- Pilha de Lítio



Figura 17- Bateria de Lítio



Figura 18- Bateria de carro de Lítio

- Em química orgânica o Li_3AlH_6 (hidreto de alumínio e lítio) é usado como agente redutor;
- O fluoreto de lítio tem aplicações óticas interessantes por ser um cristal transparente à radiação ultravioleta de onda curta;
- LiH tem sido pesquisado como uma possibilidade no armazenamento de hidrogénio; com a dificuldade de ser um composto instável

Capítulo 1.5 – Vantagens e desvantagens da exploração do lítio

Capítulo 1.5.1 – Vantagens

A comunidade científica está focada em quatro áreas de investigação: aceleração da descoberta de novos materiais e interfaces; capacidade de autorregeneração; capacidade de fabrico e capacidade de reciclagem.

Portugal tem o potencial para percorrer o ciclo todo, porque é o único país que tem minas de lítio.

Pode trazer investimento, visibilidade e postos de trabalho.

Capítulo 1.5.2 – Desvantagens

A exploração de minérios a céu aberto é extremamente danosa para o ambiente e para as populações, desvalorizando de forma grosseira padrões e valores naturais, e de bem-estar humano. Ou seja, a exploração em causa não vai respeitar os princípios do desenvolvimento sustentável, de modo integrado, nas vertentes económicas, social, urbanísticas, culturais, …

Outro grande problema é precisamente a pouca autonomia, o baixo nível de armazenamento de energia das baterias dos automóveis.

Em determinados locais, a exploração pode se sobrepor aos recursos naturais, agrícolas, agro-florestais e hídricos considerados importantes para esses mesmos locais.

Para destacar a questão da poluição devido à emissão de dióxido de carbono.

Capítulo 1.6 – O mercado do lítio

A unidade de medida mais comum, quando se refere ao mercado de lítio, é o "Carbonato de Lítio Equivalente" ou "LCE" (“Lithium Carbonate Equivalent”). O carbonato de lítio (Li_2CO_3) é o produto mais comum nas transações do mercado deste metal do lítio, tendo atingido em 2015 aproximadamente 90 kt de LCE, que corresponde a cerca de 50% do volume do mercado global. O segundo produto de lítio mais comercializado é o hidróxido de lítio (LiOH), com uma cota de 20%, seguido dos concentrados de minerais de lítio normalmente usados na indústria cerâmica e do vidro, com volumes de vendas que representam os 14%. Os restantes produtos representam mais ou menos 13% do mercado (Deutsche Bank, 2016).

Um Quadro Legal e Regulamentar que seja justo, transparente, claro e previsível é um fator determinante para as decisões de investimento e respetivo contributo para o desenvolvimento económico, situação com importância acrescida no caso das atividades de revelação e aproveitamento de recursos geológico.

Capitulo 1.6.1 – Preço do lítio



Figura 19- Gráfico da variação do preço do lítio até 2017.

Até 2017, o preço do lítio teve tendência para aumentar, isto aconteceu devido a uma enorme procura por veículos eléctricos.

Desde 2017, o preço do mineral tem vindo a diminuir. O excesso de oferta é uma das principais causas desta diminuição. A chilena SQM (Sociedade Química e Mineral do Chile) reportou uma quebra de 30% no resultado líquido referente ao terceiro trimestre do ano e

alertou os investidores de que os preços baixos irão manter-se em 2020. Citada pelo 'Financial Times', a segunda maior produtora deste metal referiu que o lucro desceu para 60,5 milhões de dólares – impactado pela fraca procura, principalmente dos clientes chineses, e pelo preço – enquanto as receitas recuaram quase 13% para 473,1 milhões de dólares. A rápida expansão das minas na Austrália, consequente aumento da produção, e o corte dos subsídios para aquisição de veículos eléctricos na China enfraqueceu a procura nesse mercado asiático.

Nos próximos 5 a 10 anos, a produção de lítio poderá crescer cerca de 70%, no entanto com o aumento da oferta e o equilíbrio da procura, a tendência será estabilizar o preço.

Capítulo 2 – Impactos ambientais

O Lítio é um metal alcalino que se encontra atualmente na mira do progresso e da inovação em termos energéticos e tecnológicos. A sua elevada procura deve-se ao facto de este mineral ser uma excelente fonte de produção e armazenamento de energia, permitindo assim a criação, e respetivo armazenamento, de energias limpas e renováveis.

Porém este mineral, o chamado petróleo branco, aquando da sua extração, acarreta significativos custos em termos ambientais, sociais e económicos.



Figura 20 – "Petróleo Branco"



Figura 21 – Impacto ambiental da exploração do lítio

A exploração mineira do lítio origina impactos ambientais que se caracterizam pelas alterações no ambiente.

Tudo tem um custo, isto é, uma exploração mineira mesmo que minimizada nos seus impactos, provoca sempre alterações ambientais.

Os impactos ambientais da exploração do lítio são diversos e a várias escalas, desde problemas locais específicos até **alterações biológicas, geomorfológicas, hídricas e**

atmosféricas. Assim sendo, o conhecimento destes problemas e a minimização dos seus efeitos são indispensáveis para garantir a preservação dos ambientes naturais. É também importante pensar na utilização sustentável do lítio assim como dos outros recursos minerais a fim de garantir a sua existência para as gerações futuras.

Capítulo 2.1 – Principais impactos ambientais

Capítulo 2.1.1 – Biológicos

A exploração deste minério provoca profundos impactos a nível biológico. Uma vez que é necessário desflorestar um grande área para criar as minas e esta atividade liberta uma grande quantidade de partículas que acabam por se depositar nas áreas em torno da mina, os ecossistemas locais sofrem uma grande degradação. Não podemos esquecer também que contaminação dos solos por elementos tóxicos provoca graves impactos na qualidade de vida das populações que dependem em grande parte dos produtos cultivados na região para a sua alimentação diária.



Figura 22 – Desflorestação causada pela procura do minério.

Capítulo 2.1.2 – Geomorfológicos

Para além dos impactos supracitados que provocam enormes mudanças nos ecossistemas e no modo de vida das populações locais, temos de ter em conta os impactos que esta exploração tem em termos geomorfológicos. O facto de as populações terem de conviver com uma mina a céu aberto, enormes áreas desflorestadas e haver uma forte e grave

destruição da paisagem natural, com impactos diretos na memória coletiva das populações sobre a paisagem natural, torna este impacto seguramente o mais significativo de todos.



Figura 23 – Alterações do terreno

Capítulo 2.1.3 – Hídricos

A exploração do lítio influencia também os sistemas aquíferos e linhas de água superficiais, que muitas populações utilizam para realizar as suas atividades como a agricultura e a agropecuária. Esta poluição deve-se à enorme quantidade de produtos químicos necessários para a extração do carbonato de lítio, bem como o seu tratamento e ainda a manutenção de todos os materiais necessários para a atividade. Quando um reservatório de água se encontra contaminado a água adquire uma cor azulada pouco natural. Esta situação é já visível em locais onde a extração é muito intensa (países da América Latina).



Figura 24 – Reservatório natural de água contaminada

Capítulo 2.1.4 – Atmosféricos

Antes, durante e após a exploração deste chamado "petróleo branco" é inevitável a produção de ruídos de elevada intensidade com fortes impactos na população, quer em termos de saúde, quer em termos de qualidade de vida, uma vez que a poluição sonora terá também impactos na biodiversidade, nomeadamente ao nível das aves.

Não podemos ignorar ainda o facto de que o ar fica contaminado pelas poeiras e partículas de pequena dimensão resultantes da exploração. Estes poluentes terão efeitos devastadores ao nível da saúde humana uma vez que poderão "infiltrar-se" através das vias respiratórias no organismo humano, provocando doenças respiratórias graves.

Capítulo 2.1.5 – Saúde

O lítio é um elemento bastante prejudicial à saúde humana. A mínima presença deste composto pode fazer a diferença na nossa saúde.

A quantidade de lítio no corpo humano é de aproximadamente 7 mg. Este não tem uso biológico conhecido e não é facilmente absorvido pelo organismo. A maior parte do lítio é excretada logo após a absorção. Embora o lítio não seja um elemento essencial, ele pode influenciar o metabolismo. Mas na ingestão oral, o lítio é levemente tóxico. A tolerância física difere de pessoa para pessoa. A respiração do pó do lítio ou dos seus compostos alcalinos pode irritar as vias respiratórias, assim como, se estivermos muito expostos ao lítio, esta exposição poderá causar a acumulação de líquido nos pulmões, que pode dar origem ao edema pulmonar (insuficiência ventricular). A exposição prolongada ao lítio pode causar distúrbios no sistema nervoso e, o próprio metal é um risco devido ao hidróxido cáustico, que ao entrar em contacto com a água pode causar uma explosão

Capítulo 2.1.6 – Turismo

As populações que pensam no ambiente e no futuro e, não só no comércio, devido a todos estes impactos, também ficam reticentes em relação a esta exploração e aos níveis a que a exploração do lítio irá chegar.

A população pensa em si e na sua saúde, no melhor para o seu quotidiano e para o futuro dos seus descendentes. No entanto, estas mesmas pessoas não descartam os telemóveis, o automóvel ou qualquer outra energia elétrica.

Claramente que se uma área ou zona de um certo país estiver com impactos ao nível da saúde e do ambiente como foram explicados anteriormente, e sejam prejudiciais para a vida humana a longo prazo, o turismo irá certamente diminuir drasticamente e tornar-se-á uma zona sem procura.



Figura 25- Manifestações da população contra a exploração de lítio

Capítulo 2.2 – No Mundo

Os maiores depósitos de lítio, encontrados até à data, encontram-se em países pertencentes à América do Sul, em particular países próximos da cordilheira dos Andes, como o Chile (que é atualmente o maior produtor de lítio do mundo), a Argentina e a Bolívia. Nestes casos a extração de lítio é feita com recurso a "piscinas de água salgada", uma vez que neste caso o lítio não é encontrado na natureza em estado puro, mas sim dissolvido em água salgada.



Figura 26 - Piscinas de água salgada (Chile)

Nestes países a exploração de salinas afeta o *habitat* natural de espécies como o Flamingo-dos-Andes, uma vez que a principal técnica de extração do carbonato e do cloreto de lítio é a evaporação em salinas. O método consiste em colocar a salmoura, extraída de grandes profundidades, em recipientes grandes e rasos, onde seca ao sol. Depois, vão sendo adicionados vários elementos químicos que desencadeiam reações que precipitam sais, como cloreto de sódio ou de potássio, para, finalmente, ser obtido o carbonato ou cloreto de lítio. A mineração é igualmente agressiva para o meio ambiente, em particular para os **recursos hídricos** uma vez que são poluídos pelos químicos adicionados à salmoura ou pelos resíduos gerados pela limpeza dos tanques.

Seguindo para a Bolívia, os impactos ambientais são mais evidentes a **nível paisagístico**. A exploração em larga escala na província de Uyuni ocupam uma área de 4000 milhas quadradas (aproximadamente 10360 km^2) já devastou uma enorme quantidade de paisagens verdes. As populações que habitam próximo do local de exploração confessam que temem que *"se passassem por ali, poderiam se perder e morrer de sede, ou que os seus lamas danificariam os cascos com o sal".* Contudo o governo boliviano continua a exploração sendo este um projeto pioneiro que emprega cerca de 250 pessoas de um dos países membros do "Triângulo do Lítio".



Figura 27 – Triângulo do lítio

Capítulo 2.3 – Na Europa

No chamado "velho continente" a exploração do lítio é ainda um processo em desenvolvimento. Contudo especialistas afirmam que *"as quantidades que [os especialistas] acreditam existir na Sérvia seriam mais do que suficiente para ajudar todo o continente a competir com a Ásia".*

Na europa as reservas de lítio encontram-se presentes na sua grande maioria em países como a Sérvia, a República Checa, Áustria e Roménia onde as populações se encontram

significativamente interessadas na possibilidade de uma futura exploração uma vez que um projeto desta magnitude ajudaria a acabar com o desemprego. No entanto é em Portugal que se encontram as maiores reservas de lítio da Europa ocidental.

Capítulo 2.4 – Em Portugal

Em Portugal encontram-se as maiores reservas de lítio da Europa Ocidental, encontrando-se cerca de 14 milhões de toneladas apenas na região de Vila Real. As enormes reservas portuguesas, já confirmadas pelos especialistas, fazem dividir opiniões. Num dos extremos da linha encontra-se o atual governo focado na exploração como forma de promover o desenvolvimento do país em termos económicos e industriais; no oposto as populações, preocupadas com as consequências ambientais para as suas povoações, **em termos hídricos, geomorfológicos, da fauna e flora e até económico-sociais.**

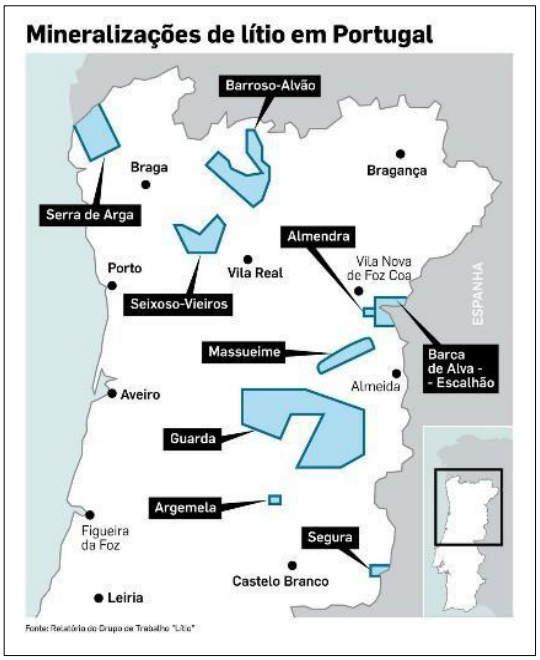


Figura 28 - Mineralização de lítio

Focando a nossa atenção nos impactos ambientais começamos pelo mais evidente: **a desflorestação e alteração geomorfológica do terreno.** Em populações onde a principal fonte de rendimento passa pela agricultura, a desflorestação terá um impacto enorme no modo de vida destas populações. A impossibilidade de praticar a agricultura e a pastorícia irão impedir

um desenvolvimento harmonioso das populações, obrigando assim à migração das mesmas para centros urbanos.

-



Figura 29- Desflorestação do terreno

Por outro lado, de um modo mais passivo, mas possivelmente mais letal, a exploração deste minério irá contaminar os **recursos hídricos**, quer rios quer lençóis freáticos. *"Não queremos a mina, vamos lá ver o que acontece. Com 300 metros de fundura, fica tudo sem água. Temos medo, claro que temos medo. Como vão ficar as nossas hortas?"* afirmam os populares. Temem a poluição dos aquíferos, mas também lamentam que o governo apenas veja estes locais como fonte de rendimento; *"Agora é que têm interesse, é que se lembram de nós, e isto vai afetar a natureza, o oxigénio, o futuro."*



Figura 30- Manifestação contra a exploração

Estes não são, porém, os únicos efeitos colaterais que as populações querem evitar. A exploração do lítio acarreta também efeitos nefastos na população, nomeadamente em termos da poluição "indireta" para o ambiente, nomeadamente através da poluição sonora ou do desgaste inevitável das estradas e rodovias que se encontram localizadas próximo das

populações, que são desgastadas pelos meios de transporte, nomeadamente camiões de grandes dimensões, que levam os produtos, de e para, a zona de extração.



Figura 31- Poluição indireta.

Não podemos ignorar ainda os irreparáveis danos provocados no modo de vida destas populações. Estas são populações que se encontram atualmente, na sua maioria, envelhecidas. São constituídas por pessoas que se encontram habituadas a um determinado tipo de vida, marcado pela serra e pela agropastorícia. Um projeto desta magnitude irá, portanto, ter um grande impacto uma vez que impossibilitará essas atividades pois diminuirá a quantidade de terreno que será possível de utilizar por parte das populações, para não mencionar o impacto que o som, proveniente do local de exploração, terá nas populações, por exemplo ao nível dos animais e até do turismo destas regiões.

Capítulo 3 - Reciclagem de baterias

Os componentes químicos e minerais de uma bateria formam uma "massa" que, normalmente, consiste numa mistura de lítio, manganésio, cobalto e níquel, em diferentes proporções. De todos estes, os mais valiosos e mais difíceis de recuperar são o níquel e o cobalto.

As baterias de lítio são baterias que têm o metal lítio como ânodo e este metal é muito útil visto que lítio puro vai reagir instantaneamente com a água ou até com a humidade do ar, permitindo que os seus iões se movam entre o ânodo e o cátodo da célula. Contudo, o lítio nestas baterias é menos reativo.

Atualmente, os processos de reciclagem recuperam desde 25% até 96% dos materiais das baterias de lítio e esta percentagem depende da técnica de separação. Para atingir este objetivo, vários processos complexos são organizados em cadeia, considerando que se pretende obter uma percentagem máxima de materiais valiosos recuperados, tendo sempre em conta os procedimentos de segurança.

Os passos são os seguintes:

- Desativação das baterias, especialmente nos casos das baterias dos carros eléctricos;
- Desmontagem das baterias, principalmente nas baterias dos carros eléctricos;
- Processos mecânicos;
- Recuperação dos electrólitos;
- Processos hidrometalúrgicos;
- Processos pirometalúrgicos.

Alguns perigos específicos associados aos processos de reciclagem de baterias são: perigos elétricos, perigos químicos, reações de combustão e as suas possíveis interações.

A partir de 2019, a reciclagem de baterias de lítio, na maioria dos casos não extrai lítio pois a tecnologia das baterias de lítio muda continuamente e estes processos de reciclagem podem posteriormente ser ultrapassados em alguns anos. Outra razão pela qual não é feito em grande escala é porque a extração do lítio de baterias antigas é cinco vezes mais cara do que lítio retirado diretamente das minas.

Há várias razões pelas quais a reciclagem de baterias de lítio ainda não é uma prática bem estabelecida universalmente. Entre as quais: restrições técnicas, barreiras económicas, problemas de logística e lacunas no que diz respeito aos regulamentos.

Como as baterias de lítio não possuem um caminho viável para a reciclagem, a grande escala de forma rentável, os fabricantes das mesmas não se têm focado em melhorar a sua reciclagem, mas em diminuir os seus custos e aumentar a sua longevidade e capacidade de carga.

A Crisolteq, uma empresa finlandesa em crescimento, desenvolveu uma tecnologia que permitia alcançar uma taxa de reciclagem dos materiais de baterias de 80% através de um processo hidrometalúrgico. Este processo envolve um método de precipitação química que

possibilita que estes materiais sejam recuperados e entregues aos fabricantes para os reutilizarem na produção de novas baterias.

A Tesla está a desenvolver um sistema de reciclagem de baterias inovador que irá ser responsável pela produção de baterias, bem como reciclagem de baterias em fim de vida útil.

O CEO da Tesla acredita que com este inovador sistema de reciclagem de baterias de lítio irá conseguir grandes poupanças. Pois será uma solução interessante que irá permitir a redução de extração de combustíveis fósseis.

Capítulo 4 - Carros elétricos

O lítio é até agora o mineral que melhor se adapta a ser matéria-prima para a fabricação das baterias que são usadas em carros elétricos, por ser um mineral com grande capacidade de carga elétrica, o que permite uma autonomia razoável de uma carga para que o carro possa percorrer grandes distâncias, sem que para isso precise de algo muito escasso, um posto de recarga elétrica.

Estão sendo feitos vários estudos para encontrar meios de produzir baterias com maior autonomia, fazendo com que o proprietário não precise fazer mais de uma recarga diária ou possa até viajar com seu carro elétrico sem carregar. O mais essencial nos carros elétricos é a autonomia do veículo, os atuais clientes dos veículos elétricos questionam a evolução das baterias de lítio conforme a autonomia das mesmas. A nova geração de baterias fornecera potências de carga acima de 500 kW.

Com a necessidade de melhoramento das baterias a lítio, pesquisadores procuram outros elementos sólidos que reagem com o lítio como por exemplo o ion-litio para melhor autonomia, qualidade e rapidez de carregamento.

Capítulo 4.1 Vantagens e Desvantagens de um carro elétrico

Vantagens	Desvantagens
• O ambiente agradece com menos emissões de carbono • Condução mais silenciosa • Bom poder de arranque na maior parte dos casos	• Poucos locais de carregamento • Demora no carregamento • Pouca autonomia (na maior parte dos casos) • Condução silenciosa pode ser uma desvantagem • Troca de bateria (pode ser necessário entre 3 a 10 anos) • Preço geralmente mais alto

Vale a pena comprar carros elétricos?

A resposta é sim, vale a pena apesar da tecnologia para estes carros estar ainda numa fase muito embrionária, caso faça muitos quilómetros por ano, e se a maior parte desses forem em deslocações "curtas", então também compensará a diferença que paga entre um carro elétrico para um carro a combustão.

Capítulo 4.2 – Autonomia do Carro eléctrico

A Marca americana Tesla é uma das líderes em relação aos carros elétricos e baterias recarregáveis, o seu carro mais autónomo chegando a atingir entre 400 a 613 kms num único carregamento, juntando autonomia com velocidade o Tesla Model S atinge os 250 km/h como velocidade máxima.

Com a tomada Supercharger V3 da Tesla o carregamento completo da bateria até 100% em apenas 30 minutos.



Figura 1- Carro Tesla Model S

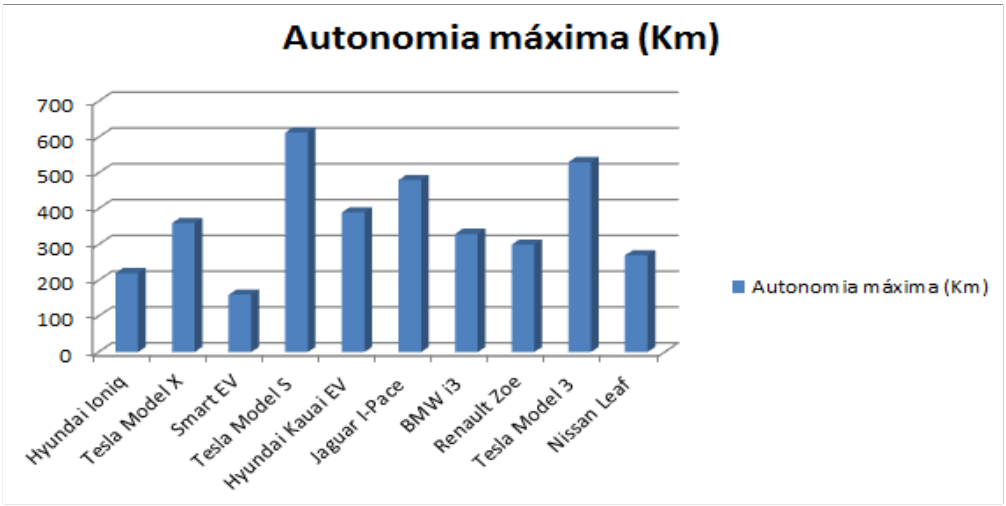


Figura 33- Gráfico da autonomia em diversos carros elétricos

A empresa suíça Innolith revelou que se encontra a desenvolver baterias para veículos elétricos capazes de fornecer 1.000 km de autonomia. Num Salão de elétricos realizado no Brasil, o vice-presidente de marketing da Innolith, Julian Tanner, afirmou que as novas baterias, além da alta densidade energética, não têm problemas de sobreaquecimento ou risco de incêndio como as atuais de iões de lítio.

Segundo explicou ainda Tanner, as baterias testadas chegaram aos 50 mil ciclos (de carga e descarga) e contam com uma capacidade de 1.000 watts/hora por quilo – a média atual, recorde-se, anda à volta dos 400 watts/hora por quilo. Tanner não revelou mais detalhes sobre os elementos utilizados na fabricação das baterias, mas garante que a empresa não utiliza cobalto ou outros "recursos naturais limitados".



Figura 2- Carro elétrico a carregar

Capítulo 4.3 Carregar carros elétricos: como, onde e quanto custa

Com um motor muito silencioso, os elétricos têm vindo a conquistar adeptos pelo seu potencial redutor de poluição urbana e sonora. Contudo, os consumidores que ponderam adquirir um destes automóveis, questionam-se sobre o método, o custo e os locais existentes para carregar carros elétricos.

Com estas novidades e alterações, carregar carros elétricos começou a ser taxado, tendo sido a Galp Power a primeira a divulgar os seus tarifários. Na Cepsa, carregar um elétrico pode custar um máximo de 8,97€, num carregamento de apenas 30 minutos.



Figura 35- Carregar carros elétricos

Capítulo 4.4 - Produção do lítio para carros elétricos

As empresas de prospeção de lítio estão a preparar-se para um futuro mercado em expansão, no qual os veículos elétricos serão usados pela maioria dos motoristas. Mas há pedras no caminho: os preços estão a cair com o forte ritmo de produção e a diminuição da procura chinesa.

Capítulo 4.4.1 - Ritmo de produção de lítio supera procura por veículos eléctricos

Entre meados de 2015 e meados de 2018, os preços do lítio, componente fundamental para as baterias recarregáveis, quase triplicaram com a frota mundial de veículos elétricos a atingir a marca de 5 milhões, o que levou a indústria automóvel a preocupar se com o fornecimento de matérias-primas.

A tendência levou à abertura de seis minas de lítio na Austrália desde 2017, já que as empresas acorreram para lucrar com uma tecnologia em evolução.

Enquanto isso, a produção de lítio na Austrália, o maior produtor mundial, deverá crescer cerca de 23% nos próximos dois anos. E, no mês passado, Baldo Prokurica, ministro da Mineração do Chile, que é o segundo maior produtor global, disse que o atual governo pretendia dobrar a produção chilena num prazo de quatro anos.



Figura 36- Extração de Lítio

Capítulo 4.4.2 - Produção barata de lítio na China assusta EUA e Europa

O governo chinês informou recentemente que descobriu um método fácil e mais barato de produzir lítio, um ingrediente essencial em baterias para carros elétricos. A Europa e os Estados Unidos estão preocupados com o crescente domínio da China na cadeia de fornecimento de baterias.

De acordo com o relatório do governo chinês, o custo de extração foi reduzido para um recorde de 15.000 yuan por tonelada pelo novo processo. A estimativa global do preço de extração do mineral está entre 10 mil euros e os 18 mil euros, O contrato de longo prazo para mineração de lítio é de cerca de 15 mil euros.

A China mais uma vez vai conseguir dominar uma indústria, desta vez a das baterias de lítio utilizando para isso práticas comerciais desleais que não são permitidas nem praticadas nos países desenvolvidos, ou seja, nenhum outro país conseguirá competir com a China no setor de produção de lítio.



Figura 37- Minas de extração de lítio na China

Capítulo 4.5 – Baterias para carros elétricos

O mercado dos carros elétricos sofre ainda da "ansiedade da autonomia". Conforme percebemos pelas opiniões dos possíveis e atuais clientes dos veículos elétricos, a questão da autonomia continua a ser a maior barreira à adoção em larga escala de veículos elétricos (VE). No entanto, melhorias contínuas e significativas na tecnologia de baterias irão pavimentar o caminho para uma base instalada de VEs de 100 milhões até 2028, de acordo com a empresa de consultoria do mercado global de tecnologia, a ABI Research.

Capítulo 4.5.1 - Nova geração de baterias de estado sólido fornecerá 100 milhões de carros eléctricos

A nova geração de baterias de estado sólido fornecerá também potências de carga superiores a 500 kW.

De acordo com o relatório, entre 2023 e 2025, espera-se um aumento contínuo do silício nas baterias. Nesse sentido, será atingido o ponto em que os desenvolvimentos permitam a utilização de ânodos dominantes de silício. Dada a pesquisa que está a acontecer nas baterias de lítio-silício e a crescente percentagem de silício em baterias EV, a ABI Research acredita que este é o próximo passo lógico.

As baterias de silício dominante provavelmente permitiriam densidades de energia de até 400 Wh/kg até 2025. Como resultado, a maioria dos veículos que utilizem esta tecnologia provavelmente terá potências de carga de 300 kW+.

O lítio-silício em estado sólido são as futuras tecnologias EVB que irão melhorar o desempenho, armazenar mais energia e durar mais tempo a um custo menor. A adição de silício sozinho ao longo dos próximos 7 anos fará crescer a base instalada de EV de 8 milhões em 2019 para 40 milhões em 2025, à medida que a 'ansiedade de alcance' dos consumidores diminui lentamente.

Capítulo 4.5.2 – Novas baterias de lítio e enxofre aumentam autonomia de carros elétricos

Para resolver isso, estão sendo feitos vários estudos para encontrar meios de produzir baterias com maior autonomia, fazendo com que o proprietário não precise fazer mais de uma

recarga diária ou possa até viajar com seu carro elétrico sem carregar. Para isso se usam outros materiais, ou se combina algum material com o lítio.

Investigadores da Western University do Canadá, a Academia da Ciências da China e do Canadian Light Source, propuseram um mecanismo inovador que permite a compatibilidade de baterias de lítio convencionais com cátodos de enxofre, e um eletrólito sólido de carbono.

De acordo com especialistas, essa é uma ótima forma de aumentar a autonomia de carros elétricos, para que eles tenham possibilidade de competir em autonomia com os carros a combustão. O eletrólito fica entre os elétrodos e transporta a eletricidade entre eles. As pesquisas indicam que os eletrólitos de carbono têm bom rendimento eletroquímico em baterias de lítio e enxofre. O mecanismo consiste em que o enxofre se torne um polissulfeto líquido, para depois se tornar sulfeto de lítio sólido.

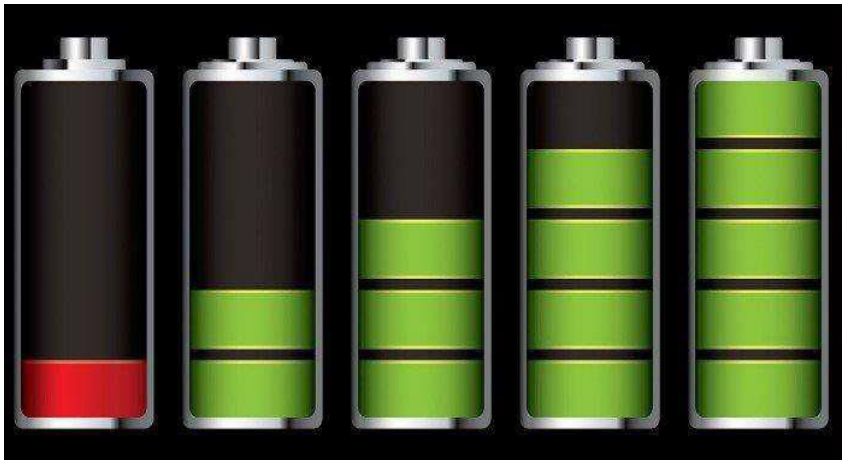


Figura 38- Carga de baterias

Capítulo 4.6 - Carros elétricos mais vendidos em Portugal no primeiro semestre de 2019

Os carros elétricos são cada vez mais procurados e em Portugal, esta é a lista do Top 10. Os números avançados referem-se aos carros vendidos durante o primeiro semestre de 2019, um total de 3712 carros elétricos em Portugal. Embora seja um número relativamente baixo, importa frisar que em 2018 foram vendidos apenas 4073.

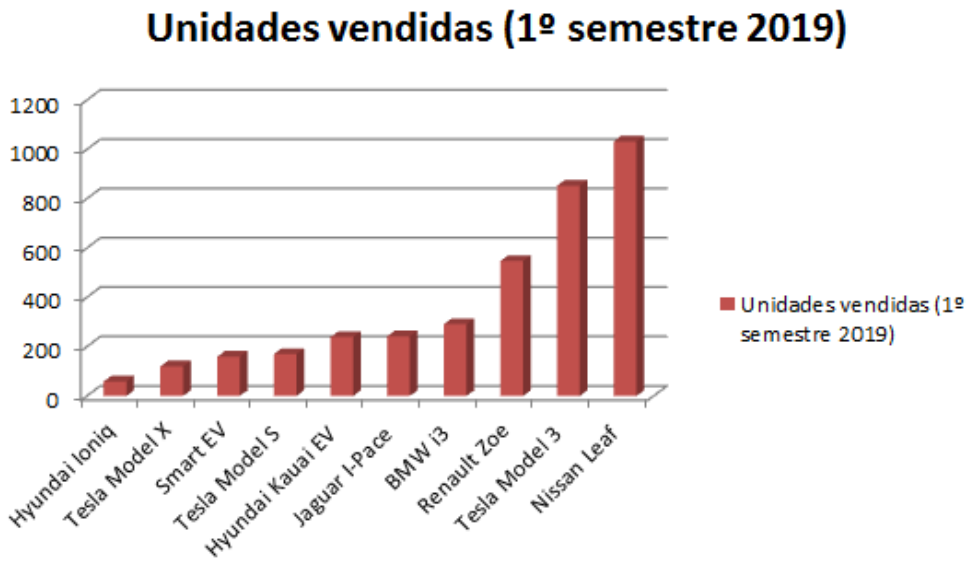


Figura 39 - Gráfico das unidades vendidas

Modelo	Autonomia máxima (Km)	Unidades vendidas (1º semestre 2019)	Preço (€)
Hyundai Ioniq	220	59	29.900
Tesla Model X	360	120	95.400
Smart EV	160	159	26.050
Tesla Model S	613	170	89.800
Hyundai Kauai EV	390	239	45.561
Jaguar I-Pace	480	242	80.924
BMW i3	330	291	38.250
Renault Zoe	300	547	34.292
Tesla Model 3	530	853	54.400
Nissan Leaf	270	1032	32.400

Figura 40- Tabela comparativa

Hyundai Ioniq (10º)

O IONIQ tem uma autonomia superior aos 220 km, o tempo de carregamento, numa tomada convencional, é de aproximadamente 12 horas. A tomada Wall Box da Hyundai, permite que carregues a bateria até aos 100%, em 4 horas e 25 minutos.

Todos os IONIQ Elétricos estão equipados com um Sistema de Navegação Avançado que inclui Estações de Carregamento, para que possas conhecer as estações de carregamento públicas mais próximas de ti. Têm mais de 59 de unidades vendidas.

A Hyundai disponibiliza o IONIQ a partir dos 29.900€.



Figura 41- Hyundai Ioniq

Tesla Model X (9º)

O Model X tem uma autonomia superior a 360 km, o tempo de carregamento, numa tomada convencional, é de aproximadamente 40 horas. A tomada Supercharger V3 da Tesla, permite que carregues a bateria até aos 100%, em 30 minutos. Já têm mais de 120 unidades vendidas.

A produção do SUV elétrico começou em 2015, estando disponível em 2 versões: Long

Range e Performance. Os Tesla estão equipados com um Sistema de Navegação Avançado que inclui Estações de Carregamento (Supercharger), para que possas conhecer as estações de carregamento públicas mais próximas de ti.

A Tesla disponibiliza o Model X a partir dos 95.400€.



Figura 41- Tesla Model X

Smart EV (Eletric Drive) (8º)

Os Smart Eletrick Drive são 100% elétricos e trazem a comodidade de conduzir um Smart ao novo paradigma elétrico. Perfeitos para a cidade, para o público jovem e para deslocações dentro da urbe com uma autonomia de até 160 Km. São já mais de 159 unidades vendidas.

O tempo de carga numa tomada convencional é de 6 a 8 horas, se usares o Wallbox, o tempo de espera é de 3 horas e 30 minutos.

Não se destaca pela velocidade máxima, consegue atingir 130 km/h o que é suficiente para uma auto-estrada, contudo estamos limitados pela sua capacidade da bateria. É sem dúvida um citadino, que permite uma autonomia quase diária.

Podemos encontrar este citadino com um preço base de 22.500€ e vai até aos 26.050€.



Figura 43- Smart EV

Tesla Model S (7º)

O Model S tem uma autonomia entre os 400 km e os 613 km, o tempo de carregamento, numa tomada convencional, é de aproximadamente 40 horas.

O veículo está já preparado para uma futura condução autónoma, estando disponível em 2 versões: Long Range e Ludicrous Performance.

O veículo está já preparado para uma futura condução autónoma, estando disponível em 2 versões: Long Range e Ludicrous Performance. Atinge uma velocidade máxima de 250 km /h na versão 100D. Já têm mais de 170 unidades vendidas.

A Tesla disponibiliza o Model X a partir dos 89.800€.



Figura 44- Tesla Model S

Hyundai Kauai EV (6º)

O Hyundai Kauai EV é um SUV que traz o conforto deste segmento de automóveis, juntando-lhe o novo paradigma elétrico e um sistema de travagem regenerativo. Traz também várias opções de carregamento flexível para as suas baterias de polímeros de iões de lítio, com uma menor sensibilidade de memória.

Tem uma autonomia de 390 km (cidade), ou 280 km (auto-estrada). A sua velocidade máxima é de 167 km/h, com uma capacidade útil de 64 kWh. São já mais de 239 unidades vendidas.

A Hyundai comercializa o Kauai em Portugal a partir de 45.561 €



Figura 45- Hyundai Kauai EV

Jaguar I-Pace (5º)

O I-Pace usa dois motores elétricos, um em cada eixo para tração permanente nas quatro rodas, conseguindo uns impressionantes 394 cv. A bateria tem uma capacidade de 90kWh, e tem uma autonomia de 480 km. São já mais de 242 unidades vendidas.

Com uma aceleração dos 0 aos 100 km/h em 4,8 segundos e uma velocidade máxima de 200 km/h, este carro destaca-se pela velocidade. O carregamento, em 10 horas conseguimos ir dos 0 a 80% com um carregador doméstico de 7kW, ou 45 minutos utilizares um carregador de 100kW.

O modelo desportivo da Jaguar tem um preço base de 80.924.59€.



Figura 46- Jaguar I-Pace

BMW i3 (4º)

O motor elétrico do BMW i3 oferece uma potência de 170 cv, isento de emissões até aos 200 km. O Extensor de Autonomia opcional entra em funcionamento quando a carga da bateria é baixa, prolongando a autonomia até aos 330 km. São já mais de 291 unidades vendidas.

Com o carregador i Wallbox da BMW, conseguimos carregar a bateria do carro em apenas 7h e 40 minutos. Se utilizares um posto de abastecimento rápido, em 39 minutos a carga está nos 80% e pronto a andar! O que é extremamente rápido.

O citadino elétrico da BMW está à venda a partir dos 38.250€.



Figura 47- BMW i3

Renault Zoe (3º)

Com uma potência de 41kWh, a bateria da ZOE permite fazer 300 km em condições reais de utilização. Existe ainda a possibilidade de alugares baterias e obteres assistência 24 horas. São já mais de 547 unidades vendidas.

A carga doméstica, numa tomada Wallbox, demora até 6 horas. Enquanto que um posto público leva 1 hora e os mais recentes postos equipados com equipamentos de carregamento rápido, conseguem uns impressionantes 30 minutos, para obter 80% da carga total.

A versão base do Zoe está disponível a partir dos 34.292€.



Figura 48- Renault Zoe

Tesla Model 3 (2º)

O Tesla Model 3 é um dos veículos mais recentes desta lista e um dos mais populares, já com disponibilidade imediata. Apresenta uma autonomia em torno dos 450 km (máxima de 530 km), e um consumo de 164 Wh/km. A autonomia em auto-estrada é de 330 km, com a autonomia combinada a ser de 385 km. São já mais de 853 unidades vendidas.

Em média, o tempo de carga do Tesla Model 3 é de 8 horas, dos 0 aos 485 km de autonomia. Temos também opções de carregamento rápido que conseguem encurtar drasticamente este tempo para cerca de 34 minutos. Por norma, a velocidade de carregamento, em casa, será de 61 km /h.

A Tesla disponibiliza o Model 3 em Portugal por 54.400 €



Figura 49- Tesla Model 3

Nissan Leaf (1º)

Este é o carro favorito dos portugueses, com uma autonomia de 270 km e 150 cv de potência, este modelo ainda inclui funcionalidades como o ProPilot, que permite uma condução quase autónoma em autoestrada e ainda o ProPark que tal como o nome indica, é um modo de estacionamento automático. São já mais de 1032 unidades vendidas.

O carregamento, se feito em casa numa tomada convencional, tem uma duração de 21 horas, este longo período de tempo pode ser melhorado se utilizares o Wallbox da Nissan, passando assim para 7 horas e 30 minutos. Em postos de carregamento rápido o carro consegue atingir os 80% em apenas 60 minutos!

O modelo mais vendido em Portugal da Nissan, pode ser encontrado a partir dos 32.400€.



Figura 50- Nissan Leaf

Conclusão

Através das diversas pesquisas efetuadas sobre esta temática, chegamos à conclusão que o lítio é, uma das fontes de energia do futuro. Cada vez mais é aplicado em diversos setores, não só a nível industrial e até mesmo em baterias, como também em cerâmicas e vidrarias. Contudo, apercebemo-nos que, apesar desta exploração acarretar diversas desvantagens, os pontos a favor aparecem em maior número. O lítio no planeta Terra encontra-se tanto na hidrografia marinha como em ambientes terrestes; em Portugal o lítio está disperso pela zona norte do país em pegmatitos; a nível mundial o Chile detém cerca de 54% das reservas mundiais de lítio; este elemento é extraído em minas em céu aberto, através de equipamento que extrai a rocha do solo; "Triângulo do Lítio" que é constituído pelo Salar de Atacama (Chile),o Salar de Uyuni (Bolívia) e o Salar de Arizaro (Argentina), que contêm mais de 75% de reservas de lítio; e a sua utilização é feita e nível militar, médico e industrial. O mercado do Lítio tem vindo a ser muito procurado, mas o preço do mineral tem vindo a diminuir devido à fraca procura no mercado asiático.

Através das diversas pesquisas efetuadas na área dos efeitos ambientais provocados pela exploração do lítio, concluímos que apesar da exploração de lítio se encontrar atualmente na mira do progresso e da exploração internacional, esta abrange diversas consequências que poderão ter um forte impacto, não apenas a nível ambiental, mas também a nível económico e social. A nível mundial, a exploração de lítio ocorre na sua grande maioria no chamado "Triângulo do Lítio", porém é em Portugal que se têm levantado mais polémicas acerca da exploração deste minério. No nosso país a exploração do "Petróleo Branco" dá-se sobretudo na região norte e centro do país; porém as populações são quem mais se opõem à exploração. Estas temem consequências a nível ambiental, económico e social. Estes impactos afetam a nossa sociedade e irá afetar todas as gerações futuras se nada fizermos. Abordar este tema é extremamente necessário para chamar a atenção das pessoas para as consequências desta ação, uma vez que chega a afetar todo o nosso quotidiano e a nossa vida.

O lítio está a tornar-se um fator muito importante nos carros elétricos, tendo muita importância nas gerações futuras.

Em consequência da euforia pela exploração do lítio, o nosso planeta acaba por ser um pouco afetado. Se pudermos fazer ou mudar algo para que os impactos ambientais diminuam, esse é o nosso dever, preservar o que é nosso para que as gerações futuras e o futuro do nosso planeta estejam assegurados.

Webgrafia

Obtido em 24 de novembro de 2019, de google.com/search?q=vantagens+e+desvantagens+exploração+do+litio&rlz=1C1CHBD_pt-PTPT793PT793&oq=vantagens+&aqs=chrome.0.69i59l2j69i57j69i60.2351j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8

Obtido em 24 de novembro de 2019, de https://ionline.sapo.pt/artigo/669144/exploracao-de-litio-o-petroleo-branco-que-divide-o-pais-?seccao=Portugal

Obtido em 04 de novembro de 2019, de https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADtio

Obtido em 04 de novembro de 2019, de https://expresso.pt/dossies/diario/2019-10-09-Portugal-tem-litio-para-dar-e-vender-mas-a-que-custo-

Obtido em 04 de novembro de 2019, de http://www.encontrociencia.pt/files/sB_51530_s6_4_Mario%20Machado%20Leite_Co_@.pdf

Obtido em 11 de novembro de 2019, de https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADtio

Obtido em 11 de novembro de 2019, de https://www.lneg.pt/download/13166/i015115.pdf

Obtido em 22 de novembro de 2019, de https://nationalgeographic.sapo.pt/ciencia/grandes-reportagens/1221-o-litio-pode-ser-a-energia-do-futuro-e-ha-abundancia-em-portugal

Obtido em 22 de novembro de 2019, de https://revistarisco.sapo.pt/excesso-de-oferta-leva-preco-do-litio-a-afundar-para-metade/

Obtido em 18 de novembro de 2019, de https://nationalgeographic.sapo.pt/ciencia/grandes-reportagens/1221-o-litio-pode-ser-a-energia-do-futuro-e-ha-abundancia-em-portugal

Obtido em 18 de novembro de 2019, de https://www.esquerda.net/artigo/novas-suspeitas-sobre-concessao-da-exploracao-de-litio-em-montalegre/63816

Obtido em 18 de novembro de 2019, de https://www.metso.com/blog-hub/mining-minds/global-lithium-exploration/

Obtido em 18 de novembro de 2019, de https://www.reuters.com/article/us-portugal-lithium-exclusive/exclusive-portugal-to-launch-tender-of-lithium-exploration-licenses-this-year-idUSKCN1M5199

Obtido em 12 de novembro de 2019, de https://www.britannica.com/science/lithium-chemical-element

Obtido em 12 de novembro de 2019, de https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/mina-de-litio-em-montalegre-vai-ser-a-ceu-aberto-e-em-tunel

Obtido em 12 de novembro de 2019, de https://www.mining-technology.com/features/top-ten-biggest-lithium-mines/

Obtido em 12 de novembro de 2019, de https://www.solar.com/learn/how-green-are-home-batteries-the-environmental-impact-of-lithium-ion/

Obtido em 12 de novembro de 2019, de https://rr.sapo.pt/2019/06/19/pais/quercus-defende-que-exploracao-de-litio-e-extremamente-danosa-para-ambiente/noticia/155289/

Obtido em 12 de novembro de 2019, de https://www.dn.pt/sociedade/ambientalistas-dizem-que-litio-e-importante-mas-avisam-para-impactos-da-exploracao-8801239.html

Obtido em 12 de novembro de 2019, de https://www.publico.pt/2019/05/02/economia/noticia/pev-pan-criticam-exploracao-litio-costa-assegura-avaliacao-impacto-ambiental-1871277

Obtido em 12 de novembro de 2019, de https://www.nationalgeographic.com/magazine/2019/02/lithium-is-fueling-technology-today-at-what-cost/

Obtido em 12 de novembro de 2019, de https://www.noticiasmagazine.pt/2019/litio-o-medo-mora-em-tras-os-montes/historias/240281/

Obtido em 05 de novembro de 2019, de http://www.lithiummine.com/lithium-mining-and-environmental-impact

Obtido em 05 de novembro de 2019, de https://www.abrilabril.pt/local/o-negocio-do-litio-e-defesa-do-interior

Obtido em 05 de novembro de 2019, de https://royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rspb.2018.1926

Obtido em 05 de novembro de 2019, de https://shifter.sapo.pt/2018/08/febre-do-litio-em-portugal/

Obtido em 11 de novembro de 2019, de https://ionline.sapo.pt/artigo/669144/exploracao-de-litio-o-petroleo-branco-que-divide-o-pais-?seccao=Portugal

Obtido em 11 de novembro de 2019, de https://www.wired.co.uk/article/lithium-batteries-environment-impact

Obtido em 14 de novembro de 2019, de https://www.solar.com/learn/how-green-are-home-batteries-the-environmental-impact-of-lithium-ion/

Obtido em 14 de novembro de 2019, de https://conbio.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1755-263X.2011.00166.x

Obtido em 19 de novembro de 2019, de https://www.foeeurope.org/sites/default/files/publications/13_factsheet-lithium-gb.pdf

https://www.fortum.com/products-and-services/fortum-battery-solutions/recycling/lithium-ion-battery-recycling-solution (04/11)

https://en.wikipedia.org/wiki/Battery_recycling (04/11)

https://www.portal-energia.com/tesla-sistema-reciclagem-baterias-revolucionario-47845/ , (04/11)

Barcelar, R. (2019). Os 10 carros elétricos mais vendidos em Portugal em 2019. *4gnews*, 6.

Lombrana, L. M. (2019). Ritmo de produção de lítio supera. *Bloomberg*, 2.

pplware. (2018). Baterias de sódio para carros elétricos, uma alternativa económica ao lítio. *pplware*, 3.

Reis, P. (2018). Novas baterias de lítio e enxofre aumentam autonomia de carros elétricos. *Portal Energia*, 3.

Reis, P. (2019). China pode dominar carros elétricos com lítio nove vezes mais barato. *Portal Energia*, 2.

Research, A. (2019). Nova geração de baterias de estado sólido fornecerá 100 milhões de carros elétricos. *pplware*, 4.

Estudo de Impacte Ambiental

Avaliação de Impacte Ambiental

Mina do Barroso

Pronuncia ao Relatório Síntese

abril de 2023

COMUNIDADE LOCAL DOS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO

EQUIPA TÉCNICA

TÉCNICO	FORMAÇÃO
Ângelo Teixeira	Eng.º Florestal

Índice:

Caracterização do Baldio de Covas do Barroso

Introdução

Ocupação atual do solo

Importancia do Baldio ao nível da economia local, regional e nacional

- Investimento no Baldio pela Comunidade Local
- Criação de emprego
- Receitas geradas pelo Baldio para a Comunidade Local
- Contribuição do Baldio para a descarbonização e economia verde

Servidões e Restrições de Utilidade Pública aplicáveis ao Baldio

Introdução

A Unidade de Baldio de Covas do Barroso com uma área total de 1871,88 ha, está localizada na freguesia de Covas do Barroso, território do concelho de Boticas, integrado na região do Barroso, espaço reconhecido pela sua excecional contribuição para a segurança alimentar, a agro-biodiversidade, o conhecimento tradicional, a diversidade cultural e o desenvolvimento sustentável e equitativo, legados pertença das gerações presentes e futuras, reconhecimento assumido pela Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) no dia 19 de abril de 2018 como Sistema Importante do Património Agrícola Mundial - o **Sistema Agro-Silvo-Pastoril da Região do Barroso.**

A importância do **Sistema Agro-Silvo-Pastoril da Região do Barroso** é também reconhecida pelo Governo Português ao definir no **PEPAC para o período 2023-2027** uma intervenção especifica para o **SIPAM do Barroso através do Eixo D – Abordagem Territorial Integrada, Domínio D.2 – Pogramas de Ação em Áreas Sensíveis, Intervenção D.2.3. – Gestão Integrada em Zonas Críticas**, realçando que "Esta intervenção tem enquadramento no Art.º 70.º do Regulamento (UE) 2021/2115. Esta intervenção destina-se apoiar os agricultores que assegurem a manutenção sistema agro-silvopastoril do Barroso em todas as suas vertentes, permitindo preservar os benefícios ambientais e em termos de biodiversidade associados a este sistema classificada pela FAO como património agrícola mundial, em abril de 2018, no âmbito do Programa: Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial (SIPAM) [1]. Os SIPAM são agroecossistemas resilientes caracterizados por notável agrobiodiversidade (Biodiversidade relacionada com a agricultura), habitados por comunidades que vivem numa relação intrínseca com seu território e praticam uma gestão sustentável, baseada em conhecimentos e práticas tradicionais, mesmo que em evolução, protegendo valores culturais, identidades e paisagens inestimáveis, e contribuindo para a subsistência e segurança alimentar, através da agricultura, pecuária, floresta, turismo, etc.

Esta intervenção contribui para a meta do indicador R33 do PEPAC: **Melhorar a gestão da rede Natura 2000**." ***Fonte: GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração geral***

Ocupação Atual do Solo

O Baldio de Covas do Barroso é aderente ao Agrupamento de Baldios do Concelho de Boticas cuja constituição e dinamização é da responsabilidade da Cooperativa Agro Rural de Boticas – CAPOLIB.

No âmbito do contrato-programa n.º 02/FFP/2019 estabelecido entre a Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P. (ICNF,I.P.) e a FORESTIS e posterior Protocolo estabelecido entre a FORESTIS e a CAPOLIB surge como meta estabelecida a realização do Inventário florestal.

Este indicador, Inventário florestal compreende a identificação de:

- Usos e ocupações do solo, incluindo a composição dos povoamentos florestais (puros/mistos);
- Idade dos povoamentos florestais (por classes);
- Densidades dos povoamentos florestais (quantidade média de árvores por ha).

Em janeiro de 2021, os técnicos da CAPOLIB juntamento com técnicos da UTAD realizaram o respetivo Inventário florestal do Baldio de Covas do Barroso onde foi possível efetuar um levantamento da ocupação atual do solo para o Baldio de Covas do Barroso.

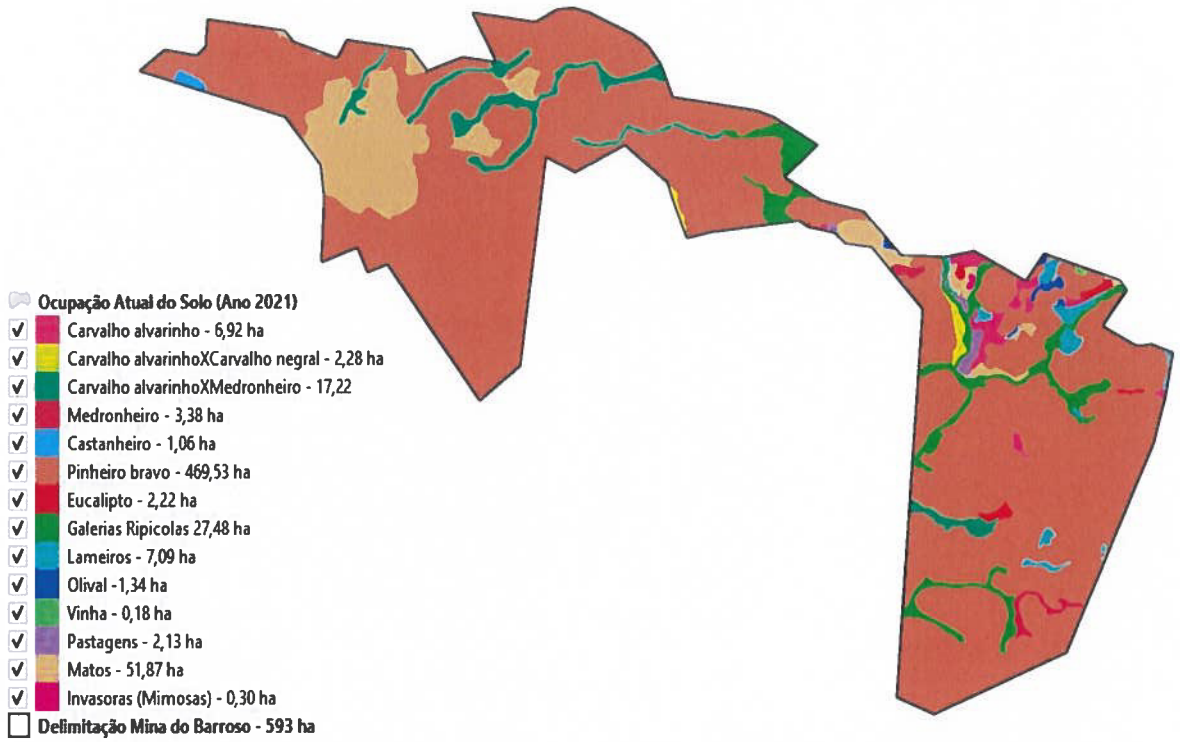
Fotografia 1 – Realização do Inventário florestal do Baldio de Covas do Barroso – janeiro 2021





Do trabalho de campo realizado pelas equipas foi possível efetuar-se a carta de ocupação atual do solo para a área de concessão/ampliação prevista para a Mina do Barroso (Mapa 1).

Mapa 1 – Carta de Ocupação atual do Solo - 2021



Fonte: COS 2018 – atualização através de trabalho de campo realizado em janeiro de 2021

Da análise efetuada ao Mapa 1 verificamos que a área de concessão/ampliação da Mina do Barroso é constituída maioritariamente por povoamentos e Pinheiro-bravo (469,53 ha) (Fotografias 2, 6 e 7) trata-se de uma ocupação espectável dado estarmos em pleno vale do Tâmega área de excelência para a produção de Pinheiro-bravo. Neste Mapa sobressai também as áreas que constituem as galerias ripícolas (27,48 ha) localizadas ao longo dos cursos de água principais, (Rio Covas, Corgo dos Lamais e Corgo do Fojo) constituídas maioritariamente por Amieiros, Salgueiros e Freixos (Fotografias 3 e 4). Trata-se de áreas de elevado valor paisagístico e muito sensíveis devido aos ecossistemas aqui presentes.

É também de referir, dada a sua importância uma vez que se trata de espécies autóctones as áreas constituídas por povoamentos puros e mistos de Carvalho alvarinho e Carvalho negral (26,42 ha) (Fotografia 5).

Foi ainda verificada junto ao Corgo dos Lamais a presença de exemplares de Azevinho (Fotografia 9), trata-se de uma espécie florestal protegida sendo proibido em todo o território de Portugal continental, o arranque, o corte total ou parcial, o transporte e a sua venda – Decreto-Lei n.º 423/89 de 4 de dezembro.

Fotografia 2 – Vista da área de concessão "Mina do Barroso" – a partir da corta NOA



Fotografia 3 – Observação de lameiros e galerias ripícolas – Corgo dos Lamais







Fotografia 4 – Observação de lameiros e galerias ripícolas – Corgo do Fojo





Fotografia 5 – Observação da Linha de Alta Tensão





Fotografia 6 – Vista da corta Grandão



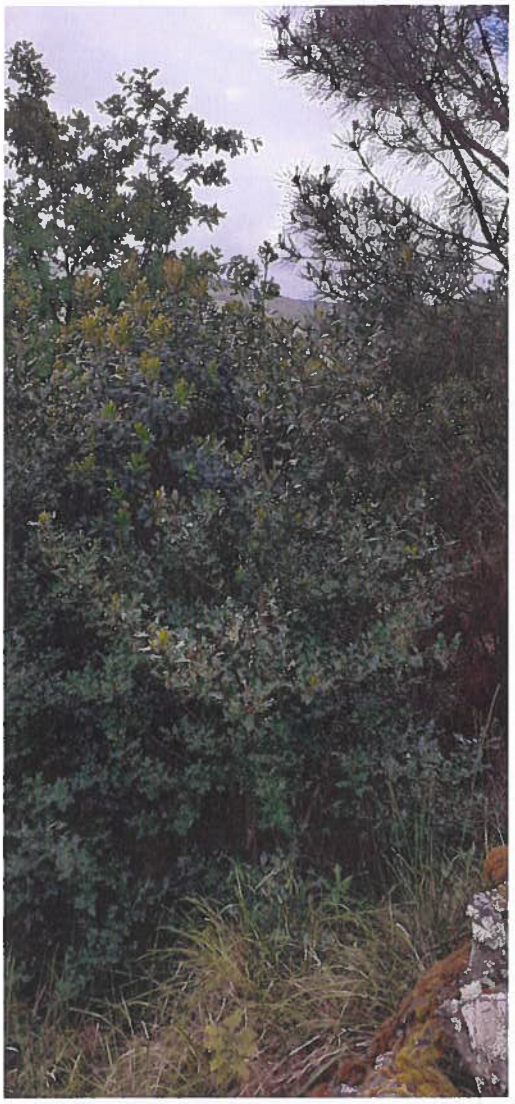
Fotografia 7 – Vista da corta Pinheiro



Fotografia 8 – Proliferação de infestantes (Mimosa) após instalação de plataforma para realização de amostragem



Fotografia 9 – Presença de exemplares de azevinho dispersos junto ao Corgo dos Lamais



Importância do Baldio ao nível da economia local, regional e nacional

Investimentos em curso no Baldio realizados pela Comunidade Local

O Baldio de Covas do Barroso com aproximadamente 1872 ha, é composto maioritariamente por povoamentos jovens de regeneração natural de Pinheiro-bravo, Carvalho alvarinho, Carvalho negral e Medronheiro resultado do grande incendio ocorrido no ano de 2010 que praticamente devastou a totalidade da freguesia de Covas do Barroso.

Atualmente, 1.918 ha, (este número 1.918 ha é devido dado que algumas áreas de regeneração natural estão a ser alvo de uma segunda intervenção ao nível da gestão e ordenamento justificando-se assim a área de intervenção ser superior à área total do Baldio – 1.871,88 ha) desta regeneração natural que compõem o mosaico florestal do Baldio de Covas do Barroso, a rede viária florestal e a rede divisional (Mapa 2) estão a

ser alvo de intervenção ao abrigo de candidaturas submetidas ao PDR2020 e Fundo Ambiental e REACT-EU através do COMPETE 2020 num investimento que ascende a mais de 2.000.000,00 € (Tabela 1), e cujo financiamento é garantido pelos compartes de Covas do Barroso.

Mapa 2 – Carta de Localização de Investimentos em Curso

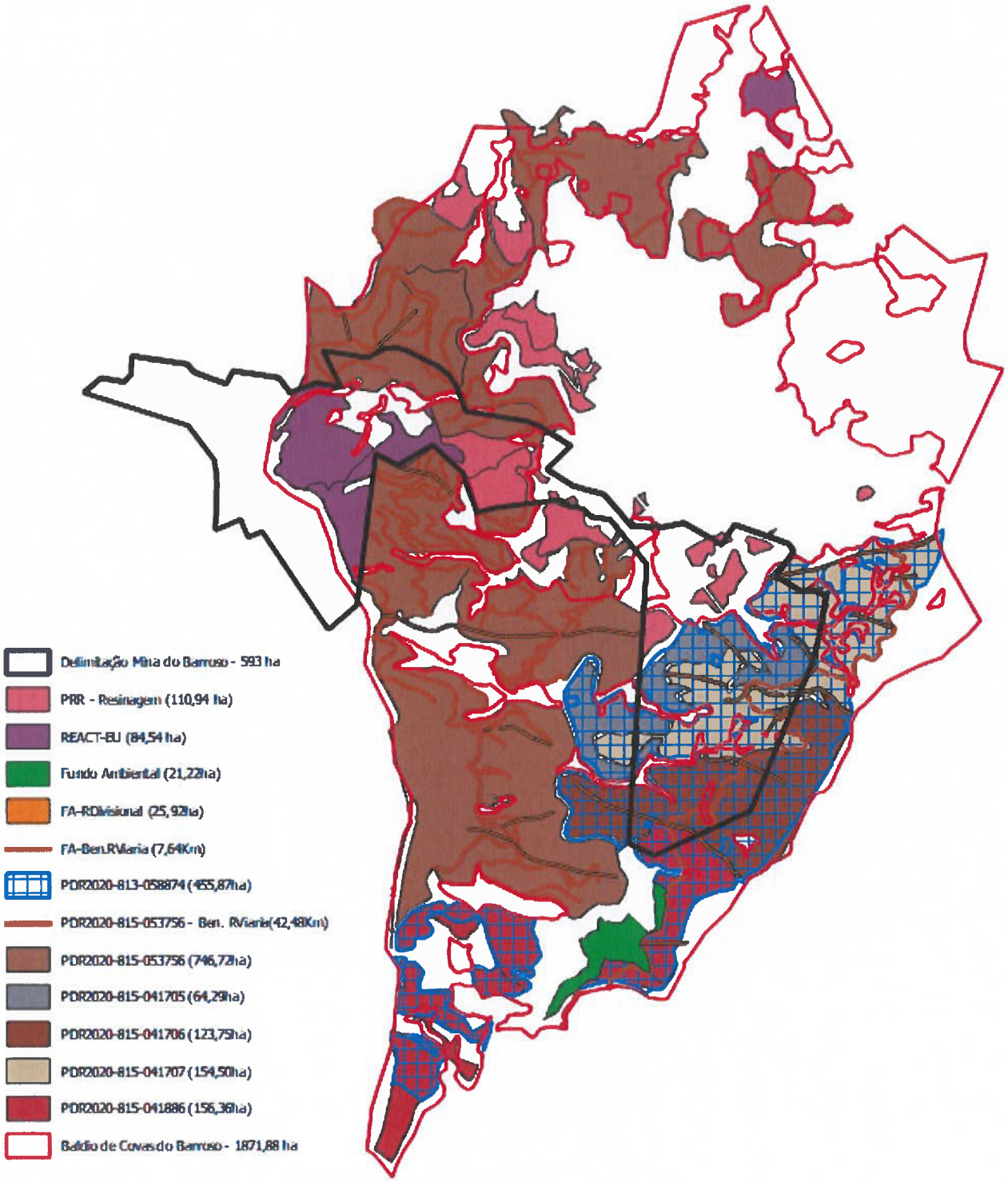


Tabela 1 – Total dos Valores dos Investimentos em Curso

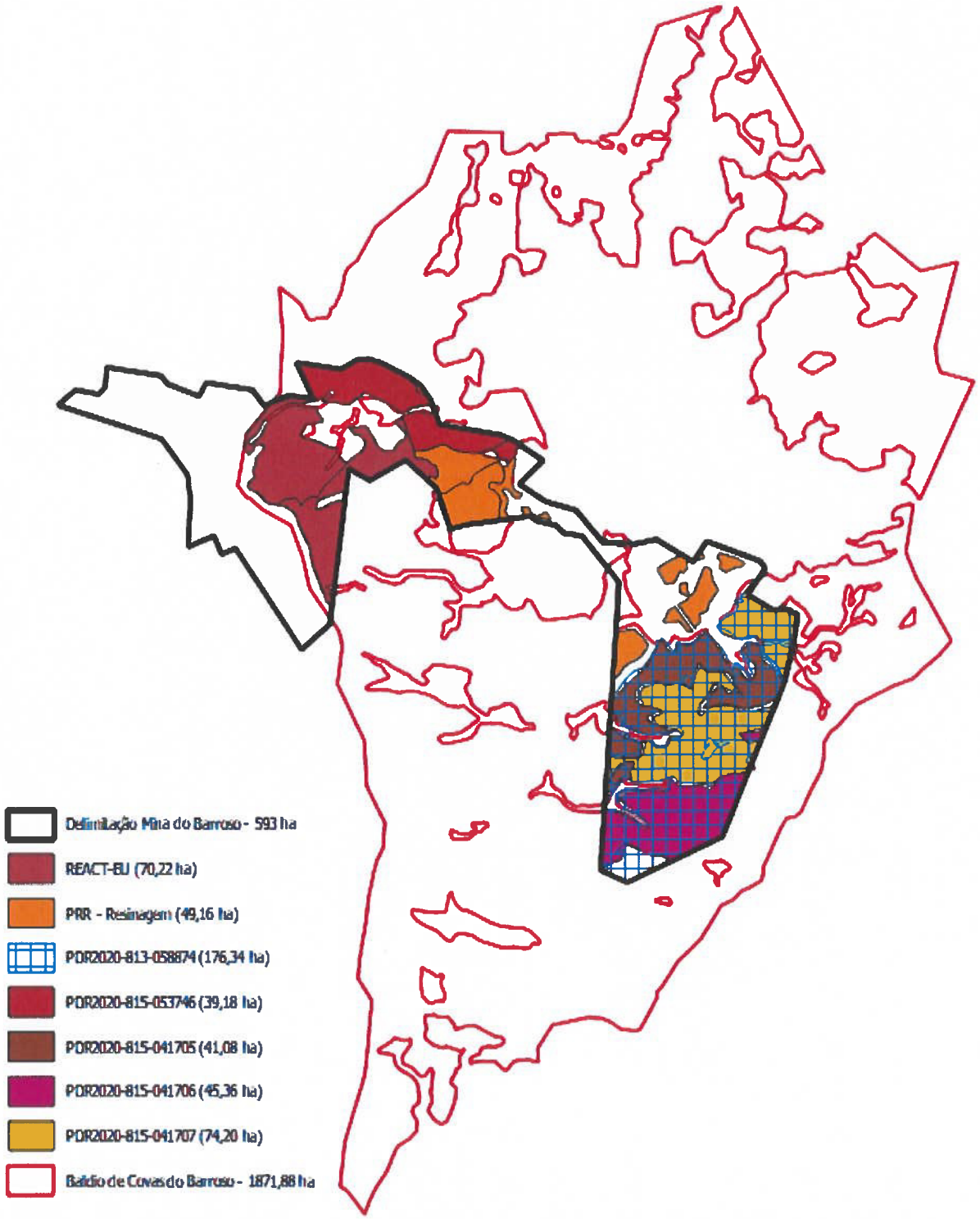
IDENTIFICAÇÃO	ÁREA	TOTAL

DA MEDIDA	INTERVENCIONADA	DO INVESTIMENTO (€)
Fundo Ambiental (PRR)	110,94	147.468,15
REACT-EU (COMPETE2020)	84,85	170.857,03
Fundo Ambiental	21,22	69.071,25
PDR2020-813-058874	455,87	470.694,51
PDR2020-815-053756	746,72	732.025,14
PDR2020-815-041705	64,29	66.679,26
PDR2020-815-041706	123,75	117.076,40
PDR2020-815-041707	154,50	139.265,37
PDR2020-815-041886	156,36	101.161,19
TOTAL	**1.918,50**	**2.014.298,30**

Fonte: Informação disponibilizada pela Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso, PDR2020, Fundo Ambiental e Compete2020

Uma parte significativa dos investimentos em curso (495,54 ha) (Mapa 3 e Fotografia 9), localizam-se na área de concessão/ampliação da Mina do Barroso, **a decisão favorável ou favorável condicionada quanto à Declaração de Impacto Ambiental relativamente à fase de exploração da Mina do Barroso**, colocará em causa a viabilidade dos projetos em execução e trará consequências financeiras graves para a Comunidade de Covas do Barroso nomeadamente o incumprimento dos contratos celebrados com as várias entidades de financiamento com a possibilidade da devolução integral dos apoios recebidos por parte do Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas (IFAP,I.P.), Fundo Ambiental e COMPETE2020.

Mapa 3 – Carta de interceção dos Investimentos com a área de concessão/ampliação da Mina do Barroso



Fotografia 9 – Exemplo de investimentos em curso no Baldio de Covas do Barroso – Ordenamento e gestão da Regeneração Natural de Pinheiro-bravo



Criação de emprego

A dinâmica criada pela Comunidade de Covas do Barroso, nomeadamente através da gestão ativa e sustentável do seu património florestal, na salvaguarda dos ecossistemas e da biodiversidade existente no seu Baldio, têm permitido criar emprego ao nível local, regional e nacional, sendo exemplo disso a constituição da Equipa de Sapadores Florestais (SF 45-118) em 2020 detida por esta Comunidade e através da adjudicação dos serviços inerentes à realização das diversas operações afetas aos vários projetos a empresas sedeadas na Comunidade de Covas do Barroso (ex: Cassote Atividades Agrícolas, Savana Notavel, Lda, Pladur Sanches, Lda e Veredas Indomáveis, Lda, no Concelho de Boticas (Armindo Reis Martins – Conservação – Unipessoal, Lda e Cooperativa Agro Rural de Boticas, CRL), na Região do Alto Tâmega e Barroso e a nível nacional (ex: Floponor S.A.).

Na Tabela 2 identifica-se as entidades e respetivos colaboradores que atualmente desenvolvem a sua atividade do Baldio de Covas do Barroso.

Tabela 2 – Total dos Postos de Trabalho com Investimentos em Curso

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	N.º DE POSTOS DE TRABALHO
Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso – Equipa de Sapadores Florestais (SF45-118)	5

Floponor S.A.	20
Consturções Pedro Pinto – Sociedade Unipessoal, Lda	6
Manuel e Manuela – Florestas, Lda	5
V. Bastos – Prestação de Serviços – Unipessoal, Lda	4
Resposta Campestre Serviços Florestais Unipessoal, Lda	5
Bosques e Recados – Unipessoal, Lda	10
Elegante Paisagem, Lda	5
Florestas D'El Rei – Exploração, Lda	5
Floresta D'Ouro – Limpezas Florestais – Unipessoal, Lda	7
Turma Rustica, Lda	6
RuiBarros – Sociedade Unipessoal, Lda	1
Apostas Sublimes, Lda	5
Armindo Reis Martins – Conservação – Unipessoal, Lda	6
Surribicate – Unipessoal, Lda	3
Trilhos Fidalgos – Unipessoal, Lda	5
Cooperativa Agro Rural de Boticas, CRL	5
Pladur Sanches, Lda	3
Veredas Indomáveis, Lda	5
Cassote Atividades Agrícolas, Lda	3
Savana Notavel, Lda	1
TOTAL	**115**

Fonte: Informação disponibilizada pela Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso, Floponor S.A. e Cooperativa Agro Rural de Boticas, CRL

Receitas geradas pelo Baldio para a Comunidade Local

A comunidade de Covas do Barroso é uma comunidade onde predomina a agricultura e a pecuária extensiva, trata-se de atividades de subsistência e complemento ao nível dos rendimentos com forte enraizamento na Freguesia de Covas do Barroso contribuído de uma forma decisiva para a manutenção da população residente.

O Baldio de Covas do Barroso desde tempos imemoriais foi e é utilizado pela sua comunidade para apascentamento dos seus animais, recolha de lenhas e matos para a cama dos animais para além da exploração florestal, nomeadamente através da produção de Pinheiro-bravo de excelente qualidade.

Sendo o pastoreio em extensivo uma das atividades mais vincadas nesta comunidade, e no Barroso em geral, o Baldio desempenha um papel fundamental para o apascentamento dos animais por um lado, e é, fonte de acréscimos de rendimentos para os proprietários dos pequenos e grandes ruminantes através do Eixo C, Domínio C.1 – Gestão Ambiental

e Climática, Intervenção C.1.2 - Manutenção da atividade agrícola em zonas com condicionantes, Ação C.1.2.1 - Apoio às zonas com condicionantes naturais neste novo ciclo de financiamento através do PEPAContinente 2023-2027, mantendo-se os valores de apoio atribuídos no anterior ciclo de financiamento (PAC 2014-2020).

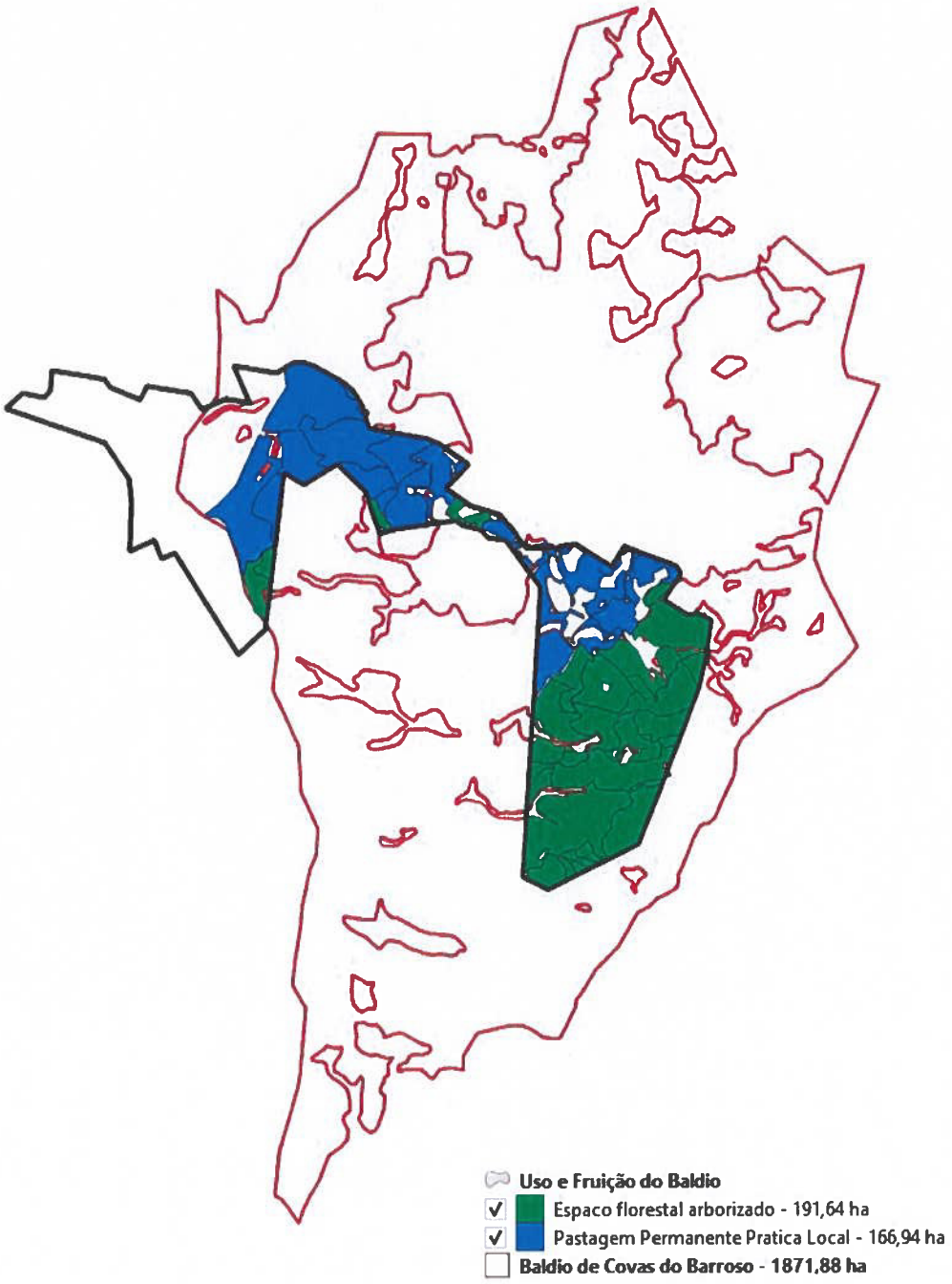
A instalação do projeto da Mina do Barroso terá influência direta em 45 utilizadores do Baldio de Covas do Barroso, nomeadamente com a perda de 166,94 ha (Mapa 4) elegíveis para pastoreio e consequentemente com uma perda potencial anual ao nível dos seus rendimentos de 130.213,20€, ascendendo esse valor para 2.083.411,20€ (Tabela 3) no período de vida útil da mina (16 anos).

Neste ciclo de financiamento (PEPAContinente 2023-2027) a região do Barroso (concelho de Boticas e Montalegre) viu aprovada uma medida de apoio especifica para esta região de modo a **assegurarem a manutenção do sistema agro-silvopastoril do Barroso em todas as suas vertentes**.

Esta iniciativa por parte do PEPAContinente irá permitir às Entidades Gestoras de Baldio através da Ação - Gestão do pastoreio em áreas de baldio do Barroso candidatar para obtenção de apoios as áreas de prados e pastagens de baldio com o objetivo de garantirem a manutenção destas áreas sendo o compromisso por 5 anos e o financiamento através de escalões sendo que até 100 hectares de pastagens as Entidades Gestoras de Baldio receberão 92€, entre 100 hectares e 500 hectares receberão 58€ e áreas superiores a 500 hectares receberão 29€.

Tal como referido atrás, a instalação da Mina do Barroso terá influência em 166,94 hectares (Mapa 4), os quais deixarão de ser elegíveis para pastoreio tendo como consequência a perda por parte da Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso de 13.082,52€ anuais e 209.320,32€ para o período previsto para o projeto Mina do Barroso (16 anos).

Mapa 4 – Carta de utilização e fruição do Baldio por parte dos compartes na área de concessão/ampliação da Mina do Barroso



Fonte: Informação retirada do iSIP – Sistema de Identificação Parcelar

Tabela 3 – Total da Perda de Apoios Diretos aos Agricultores devido à Mina do Barroso

TOTAL DE ÁREA ELEGIVEL (ha)	VALOR ELEGIVEL (€)/ha	ÁREA MINIMA ATRIBUIDA A CADA AGRICULTOR (ha)	VALOR DO APOIO ANUAL (€)	VALOR DO APOIO – PERIODO DE VIDA UTIL DA MINA (€)
166,94	260	3	130.213,20	2.083.411,20

Fonte: https://www.gpp.pt/index.php/pepac/pepac-portugal-saiba-mais

Para além da perda direta ao nível dos rendimentos por parte dos agricultores é necessário e obrigatório proceder-se a uma análise económica relativa às perdas associadas ao corte dos povoamentos de Pinheiro-bravo **(árvores sacrificadas)** que inevitavelmente acontecerá caso se verifique o avanço do projeto – Mina do Barroso.

Hoje em dia os mercados são cada vez mais globais e a madeira e a resina não são exceções. A procura de madeira no mundo tem vindo a aumentar e preconiza-se que aumente acentuadamente – por exemplo, em 2060, o uso de madeira como material de construção mais do que duplica face ao utilizado em 2011 (OCDE, 2018).

Os principais factos que justificam a tendência crescente de utilização de produtos de base florestal são os seguintes:

- Crescimento da população mundial, da urbanização e da incorporação de produtos de madeira como materiais de construção;
- Políticas públicas que incentivam a economia circular, a redução do uso de plásticos e de materiais não-renováveis e a produção de energia a partir de fontes renováveis;
- Aumento do comércio eletrónico, que depende das embalagens de cartão produzidas com espécies de fibra longa (como o Pinheiro-bravo);
- Desenvolvimento de novos produtos a partir de madeira e resina.

A informação disponível indica que a madeira será um recurso escasso no mundo no horizonte temporal do ciclo produtivo do Pinheiro-bravo.

Portugal não será exceção à tendência global em que a madeira será um recurso escasso. Existe um défice estrutural de madeira de pinho em Portugal que se estimava, em 2018, representar 57% do consumo industrial nacional.

Infelizmente, a informação existente sugere que este défice se irá agravar.

O consumo industrial de madeira de pinho em Portugal em 2018 foi de 4,2 Milhões de m3 sem casca. Este valor é representativo da tendência dos últimos 8 anos, em que o valor

de referência anual é de cerca de 4 Milhões de m3 sem casca. É previsível que este valor se mantenha ou mesmo aumente no futuro. Além de elevada, a procura de madeira em Portugal é muito diversificada.

Em Portugal existem mais de 300 consumidores de madeira de Pinheiro-bravo, divididos por diferentes subsetores.

Face ao aumento do consumo de madeira por parte do setor industrial ligado ao pinho verifica-se uma feroz competição pela madeira disponível no mercado sendo espectável que os preços de venda continuarão a sua tendência de aumento valorizando-se assim, os recursos existentes.

Para além do material lenhoso é possível ainda obter receitas anuais através da resinagem. Para a designada resinagem à vida as árvores deverão ter um diâmetro mínimo de 20 cm. Para a resinagem à morte (nos 4 anos que antecedem um corte intermédio ou final) não existe atualmente diâmetro mínimo estabelecido por lei.

O contexto atual e futuro é favorável a um aumento da procura de resina, devido a este facto o Governo através do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), Despacho n.º 2702-B/2021, identificou a Bioeconomia como um fator-chave para o desenvolvimento de Portugal reservando 17.000.000,00 euros para a formalização de consórcios para o desenvolvimento do setor da resina, nomeadamente as resinas naturais estando este concurso atualmente a decorrer através do Fundo Ambiental.

A tendência passada atenuou-se nos últimos anos e a utilização de resina nacional tem aumentado. É relevante notar que a resina nacional tem propriedades únicas e uma elevada qualidade, que são valorizadas por vários mercados.

Geralmente o preço à produção é negociado por bica/ano, sendo atualmente pago no concelho de Boticas 90 cêntimos/bica.

Por sua vez, a certificação da gestão florestal surge num contexto mundial em que os consumidores se tornam mais informados, exigentes e preocupados com a pegada ecológica dos produtos que adquirem. Trata-se, na sua essência, de uma dinâmica de mercado e tem caráter voluntário, ou seja, não é uma exigência legal, mas antes uma opção do consumidor final que se repercute em toda a cadeia de valor até ao produtor florestal.

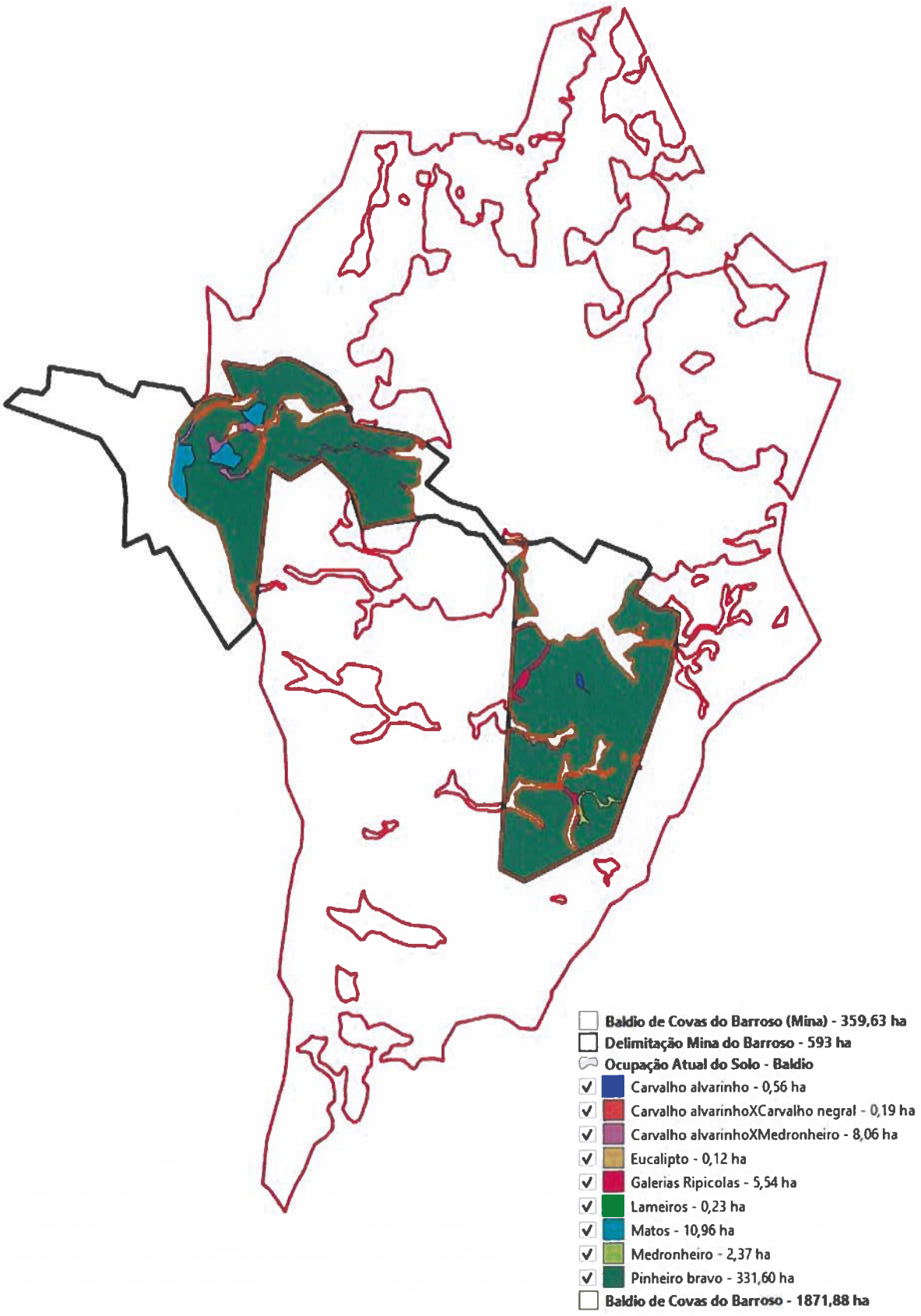
Na fileira do pinho existe, cada vez mais, procura de madeira certificada, variável para diferentes subsetores. Generalizando, as indústrias de maior dimensão, que exportam para mercados em que muitos clientes exigem a certificação, como certos países europeus, têm maior necessidade de adquirir madeira certificada.

Estas dinâmicas justificam a procura de madeira certificada de pinho, o que se traduz em pagamento de bónus, que pode chegar a 4 euros por tonelada.

O Baldio de Covas do Barroso está certificado pelo sistema FSC (Forest Stewardship Council) sendo aderente do Grupo de Gestão Florestal (Cerna Portugal).

De acordo com o Mapa 5 da área de Baldio (359,63 ha) que ficará afeto à concessão/ampliação da Mina do Barroso existem 331,60 ha de povoamentos de Pinheiro-bravo.

Mapa 5 – Carta de Ocupação do Solo do Baldio afetado pela concessão/ampliação da Mina do Barroso



Dada a existência deste recurso, povoamentos de Pinheiro-bravo, e de acordo com o atrás descrito torna-se necessário e obrigatório proceder ao levantamento/estimativas das potenciais receitas geradas pela valorização desta espécie florestal para a comunidade de Covas do Barroso, uma vez que, o Baldio é gerido de forma autónoma desde o passado dia 21 de novembro de 2022 pelos compartes desta comunidade.

Tabela 4 – Total do Valor da Perda de Receitas para a Comunidade de Covas do Barroso – Material Lenhoso

TOTAL DA ÁREA DE POVOAMENTOS DE PINHEIRO-BRAVO (ha)	TIPO DE UTILIZAÇÃO	QUANTIDADE POTENCIAL PARA EXPLORAÇÃO (Mton)	VALOR UNITÁRIO (€) + BONUS CERTIFICAÇÃO	VALOR DA RECEITA (€)
331,60	Folha de madeira	82.900,00	154	12.766.600,00
	Serração/Produção Tabuado	165.800,00	49	8.124.200,00
	Serração/Produção de Paletes e caixotaria	248.700,00	84	20.890.800,00
	Trituração e Tratamento/Produção, Painéis e Papel	331.600,00	39	12.932.400,00
	Produção de energia e calor (Biomassa Florestal)	497.400,00	19	9.450.600,00
	SUBTOTAL	1.326.400,00		64.164.600,00

Tabela 5 – Total do Valor da Perda de Receitas para a Comunidade de Covas do Barroso – Resina

TOTAL DA ÁREA DE POVOAMENTOS DE PINHEIRO-BRAVO (ha)	TIPO DE UTILIZAÇÃO	QUANTIDADE POTENCIAL PARA EXPLORAÇÃO (N.º de árvores com diâmetros >20 cm)	VALOR UNITÁRIO (€)	VALOR DA RECEITA (€)
331,60	Resinagem	215.540	0,90	4.849.650,00
	SUBTOTAL	215.540		4.849.650,00
	TOTAL			**69.014.250,00**

Assim de acordo com o apresentado na Tabela 4 e na Tabela 5, no ciclo produtivo para o pinhal (50 anos) existente na área projetada para a Mina do Barroso (331,60 ha) a rentabilidade ascende a **69.014.250,00 €, trata-se, portanto, desta grandeza de valor que a Comunidade de Covas do Barroso se veria desprovida caso se venha a efetivar a fase de exploração da Mina do Barroso**.

(Não foi contabilizado o valor referente ao potencial relativo à venda de créditos de carbono, uma vez que, encontra-se atualmente em fase de regulamentação o Mercado Voluntário de Carbono, no entanto trata-se de uma potencial fonte de rendimento que não poderá ser descurada dados os povoamentos existentes na área prevista para a Mina do Barroso)

Contribuição do Baldio para a descarbonização e economia verde

O Governo Português assumiu, em 2016, no âmbito do Acordo de Paris, o compromisso de atingir até 2050 a neutralidade carbónica da economia portuguesa.

Os dados históricos de emissões líquidas de Gases de Efeito Estufa (GEE) disponibilizados pela APA, no âmbito da publicação do Inventário Nacional de Emissões (National Inventory Report – NIR – 2019), mostram que, considerando **os últimos 10 anos** e excluindo o trágico ano de 2017, o **subsetor florestal** (solos com floresta e outros usos do solo) apresentaram valores médios **-11,4 Mt CO_2e/ano**, correspondendo assim a setores normalmente sequestradores líquidos de GEE.

Recentemente (janeiro de 2023) o Estado Português reconheceu a importância das florestas quando à sua contribuição para a fixação de dióxido de carbono e gases de efeito de estufa ao apresentar um projeto de lei para a regulamentação do Mercado Voluntário de Carbono português o qual esteve em processo de consulta pública.

Assim e tendo por base este prossuposto – **a importância e o contributo que as florestas podem dar para a fixação de dióxido de carbono e gases de efeito de estufa** - foi efetuado o cálculo para a parcela de povoamentos de Pinheiro-bravo relativamente ao "Sumidouros de Carbono" que irão ser afetados com a Mina do Barroso através da ferramenta disponibilizada pelo projeto TROCO 2.

Da análise efetuada à Tabela 6, verifica-se que durante o seu ciclo vegetativo (50 anos) o pinhal existente na área projetada para a Mina do Barroso irá conseguir fixar 120.455,18 Ton de CO_2e.

Para além da importância dos povoamentos florestais existentes na área afeta à Mina do Barroso quanto à sua capacidade de sequestro de carbono é de realçar ainda o papel fundamental que desempenham estes povoamentos quanto à regularização do regime hidrológico, a diversidade de ecossistemas e a biodiversidade neles existentes.

Tabela 6 – Total da capacidade de sequestro de carbono por parte do pinhal onde está prevista a instalação da Mina do Barroso

Pais	Região	Município
Portugal	Alto Tâmega	Boticas

	Identificador de parcela	Superfície parcela (ha)	Nome da espécie	Superfície de plantação (ha)
Parcela 1	Povoamento	331,60	*Pinus pinaster Ait. subsp. atlantica*	331,60
		TOTAL		**331,60**

CO2 POR ESPÉCIE

	OPÇÃO A: REPOVOAMENTO SEM APROVEITAMENTO DE MADEIRA OU APROVEITAMENTO NÃO INTENSIVO			OPÇÃO B: REPOVOAMENTO COM APROVEITAMENTO INTENSIVO. CORTE FINAL (SILVICULTURA DE CICLOS DE ROTAÇAO)		
Nome da espécie	Superfície de plantação (ha)	Fixação CO2 (t)	Fixação CO2 (t/ha)	Superfície de plantação (ha)	Fixação CO2 (t)	Fixação CO2 (t/ha)
Pinus pinaster Ait. subsp. atlantica	331,60	120.455,18	363,25	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**331,60**	**120.455,18**	**363,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

TOTAL PROJETO					
	Nome científico	Nome comum	Superfície de plantação (ha)	Fixação CO2 (t)	Fixação CO2 (t/ha)
Espécie 1	*Pinus pinaster Ait. subsp. atlantica*	Pinheiro bravo	331,60	120.455,18	363,25

Fonte: https://troco2.eu/ferramenta-de-calculo-para-sumidouros-de-carbono?lang=pt-pt

Por outro lado, e como já foi atrás referido a exploração efetuada de uma forma sustentável do pinhal existente e outros recursos naturais associados (ex: cogumelos silvestres) garantirá a continuidade da criação de dinâmicas económicas ao nível local e concelhio que proporcionarão o aumento da criação de postos de trabalho e consequentemente a fixação e atração de novos atores económicos para o território.

Servidões e Restrições de Utilidade Pública aplicáveis ao Baldio

Sobre a área de concessão/ampliação da Mina do Barroso recaem servidões e restrições de utilidade pública incompatíveis com a exploração mineira nomeadamente ao nível do Domínio Público Hídrico, Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional, Perigosidade Alta e Muito Alta de Ocorrência de Incêndio Florestal, Adutores Hidráulicos e Áreas submetidas a Regime Florestal Parcial (entre outros).

A maioria das servidões/restrições atrás identificadas carecem de parecer favorável das respetivas entidades publicas, uma vez que detêm sob sua competência a respetiva implementação e fiscalização.

O Regime Florestal compreende o conjunto de disposições destinadas a assegurar não só a criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista de economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para valorização das planícies áridas e beneficio do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias, no litoral marítimo (art. 25.º do Decreto de 24 de dezembro de 1901).

O Baldio de Covas do Barroso integra o Perímetro Florestal do Barroso, o qual foi constituído pelo Decreto de 12 de maio de 1944, posteriormente corrigido pelo Decreto de 17 de outubro de 1951, o qual está submetido ao Regime Florestal Parcial.

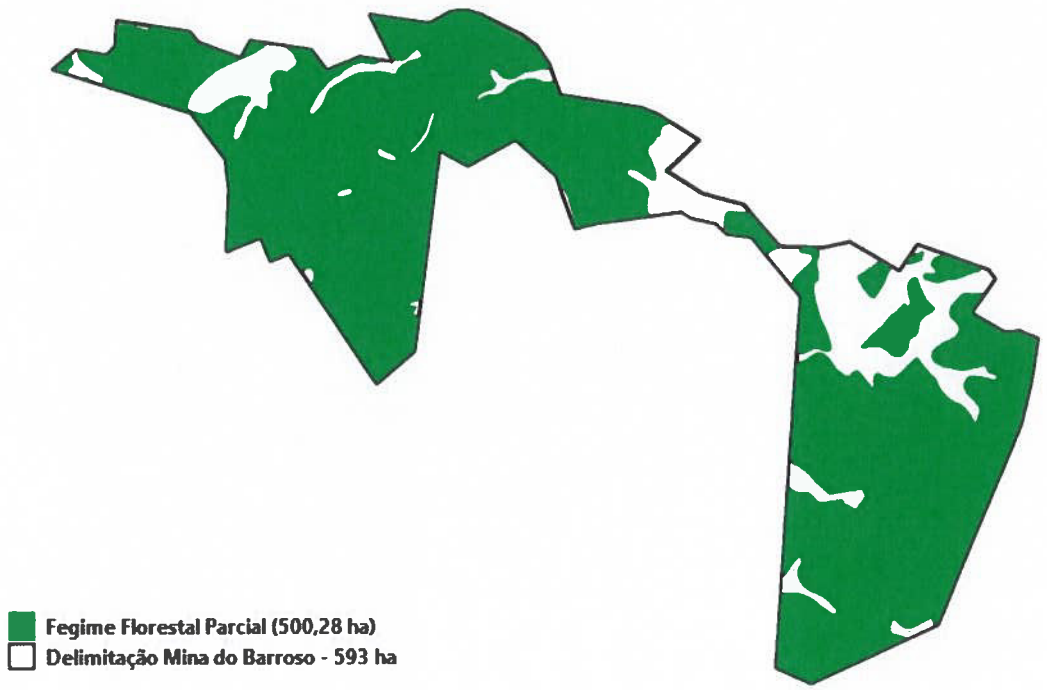
O Regime Florestal Parcial permite que na sua exploração sejam atendidos os interesses imediatos do seu possuidor (parte IV, art. 26.º a 27.º, do Decreto de 24 de dezembro de 1901).

O ponto 1 do art. 8.º da Lei n.º 75/2017 de 17 de agosto define que cada Baldio é inscrito na matriz predial e cadastral respetiva em nome da comunidade local que esteja na sua posse e gestão, devendo constar da sua descrição a menção «imóvel comunitário».

Por outro lado, o ponto 2 do art. 27.º da Lei n.º 54/215 de 22 de junho refere "A atribuição de direitos de exploração implica a compatibilidade desta atividade com o disposto nos instrumentos de gestão territorial, servidões administrativas e restrições de utilidade publica e com o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental, quando aplicável", ora face ao que consta da legislação em vigor o Regime Florestal Parcial é uma restrição de utilidade publica cujos objetivos passam (tal como atrás descrito) por **assegurar não só a criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista de economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou**

necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para valorização das planícies áridas e beneficio do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias, no litoral marítimo, os quais não se coadunam com a exploração mineira por muito que num Estudo de Impacto Ambiental nos digam que é compatível, bastando para isso, assegurar a aplicação dos modelos de silvicultura de cada espécie, no entanto, as árvores existentes irão ser objeto de corte raso (desflorestação) para a instalação das cortas e restantes complexos e infraestruturas afetas à Mina do Barroso.

No Mapa 6 é possível verificar que dos 593 ha previstos para a concessão/ampliação da Mina do Barroso 500,28 ha estão submetidos ao Regime Florestal Parcial.



Mapa 6 - Carta do Regime Florestal Parcial na área de concessão/ampliação da Mina do Barroso

Covas do Barroso, 18 de abril de 2023

A Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de Covas do Barroso

Comunidade Local dos
Baldios de Covas do Barroso
NIF: 901744122

(Aida Alves Fernandes)

ANEXOS

Investimentos em curso no Baldio realizados pela Comunidade Local

Largo do Cruzeiro n.º 6, 5460-381 Covas do Barroso, 5460-381 Covas do Barroso
NIPC – 901 744 122 E-mail: cdbcovasdobarroso@gmail.com

TERMO DE ACEITAÇÃO

1 - Identificação do Beneficiário

CONSELHO DIRECTIVO DOS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO

NIF: 901744123 **NIFAP:** 7423146

Morada/Sede: LARGO DO CRUZEIRO N.º 6
5460-381 COVAS DO BARROSO

Neste ato representado por:
- JOSE MIGUEL AFONSO FERNANDES

2 - Identificação da Operação

Código da Operação: PDR2020-8.1.5-FEADER-041705

ID da Parceria: Não Aplicável **Beneficiário lider da parceira:** Não Aplicável **N.º Parceiros:** Não Aplicável

Programa: PDR 2020

Medida: Proteção e reabilitação de povoamentos florestais

Submedida/Ação: Silvicultura sustentável

Intervenção: Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas

Data de Aprovação/Homologação: 14-06-2018

Data de Apresentação do Último Pedido Pagamento : 28-12-2021

Regulamentação Nacional:

Geral:	Decreto-lei n.º 159/2014	**Data:** 27-10-2014
Específica:	PORT 274/2015	**Data:** 08-09-2015
Aviso de Abertura:	002/2017	**Data:** 09-06-2017

Conta Bancária Específica:

Todos os movimentos financeiros relativos à operação serão efetuados através de conta titulada por esta entidade:

NIB: 0035 0168 0001 4335 530 40

3 - Síntese dos Elementos Referentes à Decisão de Aprovação

Execução material e financeira da operação:

Data de Início: 29-02-2016 **Data de fim:** 28-09-2021 **Data de termo da operação:** 28-03-2027

Condicionantes:

Descrição da Condicionante	Ativa	Valor	Fase de Implementação
Certificado de Gestão Florestal	Sim		Pagamento

Indicador de Realização Aprovado :

Descrição da Meta	Meta Aprovada		Fase de Implementação
	Valor	Unidade	
Área intervencionada	70.86	Hectares	No último pedido de pagamento
Nº de produtores florestais abrangidos pela intervenção	200	Número de unidades	No último pedido de pagamento

Objetivo da Candidatura :

Intervenção manual e motomanual em áreas de regeneração natural de pinheiro bravo - 2

4 - Quadros Financeiros

Quadro Financeiro Resumo :

Incentivos	Despesa Pública (euros)	Comparticipação Comunitária		Comparticipação Nacional	
		Valor (euros)	%	Valor (euros)	%
Subsídio Não Reembolsável	66,679.26	56,677.38	85	10,001.88	15
Subsídio Reembolsável	.00	.00	0	.00	0
Prémios					
Outros Incentivos (ajudas forfetárias ou custos simplificados ou custos forfetários)					

Fontes de Financiamento :

Despesa Pública (euros):	66,679.26	**Despesa Pública (%):**	100.00
Outras Fontes de Financiamento (euros):	0.00	**Outras Fontes de Financiamento (%):**	0.00
Participação do Beneficiário (euros):	0.00	**Participação do Beneficiário (%):**	0.00

Plano Financeiro/Investimento :

Rubrica	Sub-rubrica	Investimento Total (euros)	Investimento Elegível (euros)	Nivel Ajuda (%)	Incentivos (euros)	Reembolsável (euros)	Não Reembolsável (euros)	Comp. Comu. (%)
(2) (B12227) Aproveitamento da regeneração natural ou adensamentos (CUN)		**59,238.96**	**59,238.96**	**100**	**59,238.96**	**0.00**	**59,238.96**	**85**
	(C2169) Aproveitamento da regeneração natural - Adensamento 1 (CUN)	59,238.96	59,238.96					
(3) (B12229) Desramações e podas (CUN)		**7,440.30**	**7,440.30**	**100**	**7,440.30**	**0.00**	**7,440.30**	**85**
	(C2175) Desramações (CUN)	7,440.30	7,440.30					
	TOTAL:	**66,679.26**	**66,679.26**		**66,679.26**	**0.00**	**66,679.26**	

5 - Termo de Aceitação

Nas condições previstas, e para o fim visado no artigo 21.º do decreto-lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, o beneficiário acima identificado declara:

a) Aceitar a decisão de aprovação notificada, que aqui se dá por reproduzida;

b) Obrigar-se a executar a operação, em conformidade com as disposições aplicáveis ao regime legal e regulamentar referente ao apoio financeiro, que são do seu conhecimento, cumprindo as obrigações e os compromissos previstos, nomeadamente, no artigo 24.º do decreto-lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, sempre de acordo com as decisões que a respeito da operação sejam comunicadas pelo Organismo Pagador e pela Autoridade de Gestão, ou através dos seus organismos delegados, assim como com as orientações emanadas por qualquer dessas entidades, disponibilizadas, designadamente, nos respetivos sítios da internet;

c) Garantir o princípio da boa gestão financeira na utilização dos fundos comunitários e nacionais disponibilizados, em obediência aos princípios de economia, eficiência e eficácia e da relação custo/benefício e garantindo que as despesas apresentadas se encontram dentro dos valores normais do mercado e a sua razoabilidade perante os resultados esperados, bem como prevenir situações passíveis de configurar conflitos de interesses, nas relações estabelecidas com os fornecedores e prestadores de serviços;

d) Ter conhecimento de que o IFAP e as demais autoridades competentes podem, a todo o tempo e pela forma que considerarem conveniente, realizar ações de controlo da operação, verificando a aplicação efetiva do apoio aprovado e pago, a manutenção dos requisitos do apoio e o cumprimento das obrigações e compromissos assumidos;

e) Ter conhecimento que o incumprimento de qualquer obrigação ou compromisso, legal ou regulamentar, pode dar origem a reduções e exclusões dos apoios aprovados, as quais são objeto de liquidação e de cobrança, que pode ser coerciva por falta de pagamento voluntário, nos termos e nas condições previstas na respetiva notificação.

CONSELHO DIRECTIVO DOS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO

2018-10-19

TERMO DE ACEITAÇÃO

1 - Identificação do Beneficiário

CONSELHO DIRECTIVO DOS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO

NIF: 901744123 **NIFAP:** 7423146

Morada/Sede: LARGO DO CRUZEIRO N.º 6
5460-381 COVAS DO BARROSO

Neste ato representado por:
- JOSE MIGUEL AFONSO FERNANDES

2 - Identificação da Operação

Código da Operação: PDR2020-8.1.5-FEADER-041706

ID da Parceria: Não Aplicável **Beneficiário lider da parceira:** Não Aplicável **N.º Parceiros:** Não Aplicável

Programa: PDR 2020

Medida: Proteção e reabilitação de povoamentos florestais

Submedida/Ação: Silvicultura sustentável

Intervenção: Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas

Data de Aprovação/Homologação: 14-06-2018

Data de Apresentação do Último Pedido Pagamento : 28-12-2021

Regulamentação Nacional:

Geral:	Decreto-lei n.º 159/2014	**Data:** 27-10-2014
Específica:	PORT 274/2015	**Data:** 08-09-2015
Aviso de Abertura:	002/2017	**Data:** 09-06-2017

Conta Bancária Específica:

Todos os movimentos financeiros relativos à operação serão efetuados através de conta titulada por esta entidade:

NIB: 0035 0168 0001 4335 530 40

3 - Síntese dos Elementos Referentes à Decisão de Aprovação

Execução material e financeira da operação:

Data de Início: 29-02-2016 **Data de fim:** 28-09-2021 **Data de termo da operação:** 28-03-2027

Condicionantes:

Descrição da Condicionante	Ativa	Valor	Fase de Implementação
Certificado de Gestão Florestal	Sim		Pagamento

Indicador de Realização Aprovado :

Descrição da Meta	Meta Aprovada		Fase de Implementação
	Valor	Unidade	
Área intervencionada	124.42	Hectares	No último pedido de pagamento
Nº de produtores florestais abrangidos pela intervenção	200	Número de unidades	No último pedido de pagamento

Objetivo da Candidatura :

Intervenção manual e motomanual em áreas de regeneração natural de pinheiro bravo - 1

4 - Quadros Financeiros

Quadro Financeiro Resumo :

Incentivos	Despesa Pública (euros)	Comparticipação Comunitária		Comparticipação Nacional	
		Valor (euros)	%	Valor (euros)	%
Subsídio Não Reembolsável	117,076.40	99,514.94	85	17,561.46	15
Subsídio Reembolsável	.00	.00	0	.00	0
Prémios					
Outros Incentivos (ajudas forfetárias ou custos simplificados ou custos forfetários)					

Fontes de Financiamento :

Despesa Pública (euros):	117,076.40	**Despesa Pública (%):**	100.00
Outras Fontes de Financiamento (euros):	0.00	**Outras Fontes de Financiamento (%):**	0.00
Participação do Beneficiário (euros):	0.00	**Participação do Beneficiário (%):**	0.00

Plano Financeiro/Investimento :

Rubrica	Sub-rubrica	Investimento Total (euros)	Investimento Elegível (euros)	Nivel Ajuda (%)	Incentivos (euros)	Reembolsável (euros)	Não Reembolsável (euros)	Comp. Comu. (%)
(2) (B12227) Aproveitamento da regeneração natural ou adensamentos (CUN)		**104,012.61**	**104,012.61**	**100**	**104,012.61**	**0.00**	**104,012.61**	**85**
	(C2169) Aproveitamento da regeneração natural - Adensamento 1 (CUN)	104,012.61	104,012.61					
(3) (B12229) Desramações e podas (CUN)		**13,063.79**	**13,063.79**	**100**	**13,063.79**	**0.00**	**13,063.79**	**85**
	(C2175) Desramações (CUN)	13,063.79	13,063.79					
	TOTAL:	**117,076.40**	**117,076.40**		**117,076.40**	**0.00**	**117,076.40**	

5 - Termo de Aceitação

Nas condições previstas, e para o fim visado no artigo 21.º do decreto-lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, o beneficiário acima identificado declara:

a) Aceitar a decisão de aprovação notificada, que aqui se dá por reproduzida;

b) Obrigar-se a executar a operação, em conformidade com as disposições aplicáveis ao regime legal e regulamentar referente ao apoio financeiro, que são do seu conhecimento, cumprindo as obrigações e os compromissos previstos, nomeadamente, no artigo 24.º do decreto-lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, sempre de acordo com as decisões que a respeito da operação sejam comunicadas pelo Organismo Pagador e pela Autoridade de Gestão, ou através dos seus organismos delegados, assim como com as orientações emanadas por qualquer dessas entidades, disponibilizadas, designadamente, nos respetivos sítios da internet;

c) Garantir o princípio da boa gestão financeira na utilização dos fundos comunitários e nacionais disponibilizados, em obediência aos princípios de economia, eficiência e eficácia e da relação custo/benefício e garantindo que as despesas apresentadas se encontram dentro dos valores normais do mercado e a sua razoabilidade perante os resultados esperados, bem como prevenir situações passíveis de configurar conflitos de interesses, nas relações estabelecidas com os fornecedores e prestadores de serviços;

d) Ter conhecimento de que o IFAP e as demais autoridades competentes podem, a todo o tempo e pela forma que considerarem conveniente, realizar ações de controlo da operação, verificando a aplicação efetiva do apoio aprovado e pago, a manutenção dos requisitos do apoio e o cumprimento das obrigações e compromissos assumidos;

e) Ter conhecimento que o incumprimento de qualquer obrigação ou compromisso, legal ou regulamentar, pode dar origem a reduções e exclusões dos apoios aprovados, as quais são objeto de liquidação e de cobrança, que pode ser coerciva por falta de pagamento voluntário, nos termos e nas condições previstas na respetiva notificação.

CONSELHO DIRECTIVO DOS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO

2018-10-19

TERMO DE ACEITAÇÃO

1 - Identificação do Beneficiário

CONSELHO DIRECTIVO DOS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO

NIF: 901744123 **NIFAP:** 7423146

Morada/Sede: LARGO DO CRUZEIRO N.º 6
5460-381 COVAS DO BARROSO

Neste ato representado por:
- JOSE MIGUEL AFONSO FERNANDES

2 - Identificação da Operação

Código da Operação: PDR2020-8.1.5-FEADER-041707

ID da Parceria: Não Aplicável **Beneficiário lider da parceira:** Não Aplicável **N.º Parceiros:** Não Aplicável

Programa: PDR 2020

Medida: Proteção e reabilitação de povoamentos florestais

Submedida/Ação: Silvicultura sustentável

Intervenção: Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas

Data de Aprovação/Homologação: 14-06-2018

Data de Apresentação do Último Pedido Pagamento : 28-12-2021

Regulamentação Nacional:

Geral:	Decreto-lei n.º 159/2014	**Data:** 27-10-2014
Específica:	PORT 274/2015	**Data:** 08-09-2015
Aviso de Abertura:	002/2017	**Data:** 09-06-2017

Conta Bancária Específica:

Todos os movimentos financeiros relativos à operação serão efetuados através de conta titulada por esta entidade:

NIB: 0035 0168 0001 4335 530 40

3 - Síntese dos Elementos Referentes à Decisão de Aprovação

Execução material e financeira da operação:

Data de Início: 29-02-2016 **Data de fim:** 28-09-2021 **Data de termo da operação:** 28-03-2027

Condicionantes:

Descrição da Condicionante	Ativa	Valor	Fase de Implementação
Certificado de Gestão Florestal	Sim		Pagamento

Indicador de Realização Aprovado :

Descrição da Meta	Meta Aprovada		Fase de Implementação
	Valor	Unidade	
Área intervencionada	141.62	Hectares	No último pedido de pagamento
Nº de produtores florestais abrangidos pela intervenção	200	Número de unidades	No último pedido de pagamento

Objetivo da Candidatura :

Intervenção mecânica e manual e motomanual em áreas de regeneração natural de pinheiro bravo

4 - Quadros Financeiros

Quadro Financeiro Resumo :

Incentivos	Despesa Pública (euros)	Comparticipação Comunitária		Comparticipação Nacional	
		Valor (euros)	%	Valor (euros)	%
Subsídio Não Reembolsável	139,265.37	118,375.57	85	20,889.80	15
Subsídio Reembolsável	.00	.00	0	.00	0
Prémios					
Outros Incentivos (ajudas forfetárias ou custos simplificados ou custos forfetários)					

Fontes de Financiamento :

Despesa Pública (euros):	139,265.37	**Despesa Pública (%):**	99.02
Outras Fontes de Financiamento (euros):	0.00	**Outras Fontes de Financiamento (%):**	0.00
Participação do Beneficiário (euros):	1,380.00	**Participação do Beneficiário (%):**	0.98

Plano Financeiro/Investimento :

Rubrica	Sub-rubrica	Investimento Total (euros)	Investimento Elegível (euros)	Nivel Ajuda (%)	Incentivos (euros)	Reembolsável (euros)	Não Reembolsável (euros)	Comp. Comu. (%)
(1) (B10483) Elaboração e acompanhamento da candidatura		**7,380.00**	**6,000.00**	**100**	**6,000.00**	**0.00**	**6,000.00**	**85**
(2) (B12227) Aproveitamento da regeneração natural ou adensamentos (CUN)		**118,395.16**	**118,395.16**	**100**	**118,395.16**	**0.00**	**118,395.16**	**85**
	(C2169) Aproveitamento da regeneração natural - Adensamento 1 (CUN)	118,395.16	118,395.16					
(3) (B12229) Desramações e podas (CUN)		**14,870.21**	**14,870.21**	**100**	**14,870.21**	**0.00**	**14,870.21**	**85**
	(C2175) Desramações (CUN)	14,870.21	14,870.21					
	TOTAL:	**140,645.37**	**139,265.37**		**139,265.37**	**0.00**	**139,265.37**	

5 - Termo de Aceitação

Nas condições previstas, e para o fim visado no artigo 21.º do decreto-lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, o beneficiário acima identificado declara:

a) Aceitar a decisão de aprovação notificada, que aqui se dá por reproduzida;

b) Obrigar-se a executar a operação, em conformidade com as disposições aplicáveis ao regime legal e regulamentar referente ao apoio financeiro, que são do seu conhecimento, cumprindo as obrigações e os compromissos previstos, nomeadamente, no artigo 24.º do decreto-lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, sempre de acordo com as decisões que a respeito da operação sejam comunicadas pelo Organismo Pagador e pela Autoridade de Gestão, ou através dos seus organismos delegados, assim como com as orientações emanadas por qualquer dessas entidades, disponibilizadas, designadamente, nos respetivos sítios da internet;

c) Garantir o princípio da boa gestão financeira na utilização dos fundos comunitários e nacionais disponibilizados, em obediência aos princípios de economia, eficiência e eficácia e da relação custo/benefício e garantindo que as despesas apresentadas se encontram dentro dos valores normais do mercado e a sua razoabilidade perante os resultados esperados, bem como prevenir situações passíveis de configurar conflitos de interesses, nas relações estabelecidas com os fornecedores e prestadores de serviços;

d) Ter conhecimento de que o IFAP e as demais autoridades competentes podem, a todo o tempo e pela forma que considerarem conveniente, realizar ações de controlo da operação, verificando a aplicação efetiva do apoio aprovado e pago, a manutenção dos requisitos do apoio e o cumprimento das obrigações e compromissos assumidos;

e) Ter conhecimento que o incumprimento de qualquer obrigação ou compromisso, legal ou regulamentar, pode dar origem a reduções e exclusões dos apoios aprovados, as quais são objeto de liquidação e de cobrança, que pode ser coerciva por falta de pagamento voluntário, nos termos e nas condições previstas na respetiva notificação.

CONSELHO DIRECTIVO DOS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO

2018-10-19

TERMO DE ACEITAÇÃO

1 - Identificação do Beneficiário

CONSELHO DIRECTIVO DOS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO

NIF: 901744123 **NIFAP:** 7423146

Morada/Sede: LARGO DO CRUZEIRO N.º 6
5460-381 COVAS DO BARROSO

Neste ato representado por:
- JOSE MIGUEL AFONSO FERNANDES

2 - Identificação da Operação

Código da Operação: PDR2020-8.1.5-FEADER-041886

ID da Parceria: Não Aplicável **Beneficiário lider da parceira:** Não Aplicável **N.º Parceiros:** Não Aplicável

Programa: PDR 2020

Medida: Proteção e reabilitação de povoamentos florestais

Submedida/Ação: Silvicultura sustentável

Intervenção: Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas

Data de Aprovação/Homologação: 14-06-2018

Data de Apresentação do Último Pedido Pagamento : 28-12-2021

Regulamentação Nacional:

Geral:	Decreto-lei n.º 159/2014	**Data:** 27-10-2014
Específica:	PORT 274/2015	**Data:** 08-09-2015
Aviso de Abertura:	002/2017	**Data:** 09-06-2017

Conta Bancária Específica:

Todos os movimentos financeiros relativos à operação serão efetuados através de conta titulada por esta entidade:

NIB: 0035 0168 0001 4335 530 40

3 - Síntese dos Elementos Referentes à Decisão de Aprovação

Execução material e financeira da operação:

Data de Início: 29-09-2017 **Data de fim:** 28-09-2021 **Data de termo da operação:** 28-03-2027

Condicionantes:

Descrição da Condicionante	Ativa	Valor	Fase de Implementação
Licença da ARH, em caso de utilização privativa de recursos hídricos do domínio público	Sim		Pagamento
Certificado de Gestão Florestal	Sim		Pagamento
Parecer da Comissão Regional da Reserva Agrícola para realização de investimentos em RAN	Sim		Pagamento
Parecer da CCDR para investimentos em REN	Sim		Pagamento

Indicador de Realização Aprovado :

Descrição da Meta	Meta Aprovada		Fase de Implementação
	Valor	Unidade	
Área intervencionada	115.24	Hectares	No último pedido de pagamento
Nº de produtores florestais abrangidos pela intervenção	1	Número de unidades	No último pedido de pagamento

Objetivo da Candidatura :

Aproveitamento da Regeneração Natural de Pinheiro bravo no Baldio de Covas do Barroso

4 - Quadros Financeiros

Quadro Financeiro Resumo :

Incentivos	Despesa Pública (euros)	Comparticipação Comunitária		Comparticipação Nacional	
		Valor (euros)	%	Valor (euros)	%
Subsídio Não Reembolsável	101,161.19	85,987.01	85	15,174.18	15
Subsídio Reembolsável	.00	.00	0	.00	0
Prémios					
Outros Incentivos (ajudas forfetárias ou custos simplificados ou custos forfetários)					

Fontes de Financiamento :

Despesa Pública (euros):	101,161.19	**Despesa Pública (%):**	98.28
Outras Fontes de Financiamento (euros):	0.00	**Outras Fontes de Financiamento (%):**	0.00
Participação do Beneficiário (euros):	1,772.54	**Participação do Beneficiário (%):**	1.72

Plano Financeiro/Investimento :

Rubrica	Sub-rubrica	Investimento Total (euros)	Investimento Elegível (euros)	Nivel Ajuda (%)	Incentivos (euros)	Reembolsável (euros)	Não Reembolsável (euros)	Comp. Comu. (%)
(1) (B10483) Elaboração e acompanhamento da candidatura		**6,589.74**	**4,817.20**	**100**	**4,817.20**	**0.00**	**4,817.20**	**85**
(2) (B12227) Aproveitamento da regeneração natural ou adensamentos (CUN)		**41,687.98**	**41,687.98**	**100**	**41,687.98**	**0.00**	**41,687.98**	**85**
	(C2169) Aproveitamento da regeneração natural - Adensamento 1 (CUN)	41,687.98	41,687.98					
(3) (B12227) Aproveitamento da regeneração natural ou adensamentos (CUN)		**24,901.10**	**24,901.10**	**100**	**24,901.10**	**0.00**	**24,901.10**	**85**
	(C2169) Aproveitamento da regeneração natural - Adensamento 1 (CUN)	24,901.10	24,901.10					
(4) (B12227) Aproveitamento da regeneração natural ou adensamentos (CUN)		**29,754.91**	**29,754.91**	**100**	**29,754.91**	**0.00**	**29,754.91**	**85**
	(C2169) Aproveitamento da regeneração natural - Adensamento 1 (CUN)	29,754.91	29,754.91					
	TOTAL:	**102,933.73**	**101,161.19**		**101,161.19**	**0.00**	**101,161.19**	

5 - Termo de Aceitação

Nas condições previstas, e para o fim visado no artigo 21.º do decreto-lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, o beneficiário acima identificado declara:

a) Aceitar a decisão de aprovação notificada, que aqui se dá por reproduzida;

b) Obrigar-se a executar a operação, em conformidade com as disposições aplicáveis ao regime legal e regulamentar referente ao apoio financeiro, que são do seu conhecimento, cumprindo as obrigações e os compromissos previstos, nomeadamente, no artigo 24.º do decreto-lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, sempre de acordo com as decisões que a respeito da operação sejam comunicadas pelo Organismo Pagador e pela Autoridade de Gestão, ou através dos seus organismos delegados, assim como com as orientações emanadas por qualquer dessas entidades, disponibilizadas, designadamente, nos respetivos sítios da internet;

c) Garantir o princípio da boa gestão financeira na utilização dos fundos comunitários e nacionais disponibilizados, em obediência aos princípios de economia, eficiência e eficácia e da relação custo/benefício e garantindo que as despesas apresentadas se encontram dentro dos valores normais do mercado e a sua razoabilidade perante os resultados esperados, bem como prevenir situações passíveis de configurar conflitos de interesses, nas relações estabelecidas com os fornecedores e prestadores de serviços;

d) Ter conhecimento de que o IFAP e as demais autoridades competentes podem, a todo o tempo e pela forma que considerarem conveniente, realizar ações de controlo da operação, verificando a aplicação efetiva do apoio aprovado e pago, a manutenção dos requisitos do apoio e o cumprimento das obrigações e compromissos assumidos;

e) Ter conhecimento que o incumprimento de qualquer obrigação ou compromisso, legal ou regulamentar, pode dar origem a reduções e exclusões dos apoios aprovados, as quais são objeto de liquidação e de cobrança, que pode ser coerciva por falta de pagamento voluntário, nos termos e nas condições previstas na respetiva notificação.

CONSELHO DIRECTIVO DOS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO

2018-10-19

TERMO DE ACEITAÇÃO

1 - Identificação do Beneficiário

COMUNIDADE LOCAL DOS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO

NIF: 901744123 **NIFAP:** 7423146

Morada/Sede: LARGO DO CRUZEIRO N.º 6
5460-381 COVAS DO BARROSO

Neste ato representado por:
- AIDA ALVES FERNANDES

2 - Identificação da Operação

Código da Operação: PDR2020-8.1.5-FEADER-053756

ID da Parceria: Não Aplicável **Beneficiário lider da parceira:** Não Aplicável **N.º Parceiros:** Não Aplicável

Programa: PDR 2020

Medida: Proteção e reabilitação de povoamentos florestais

Submedida/Ação: Silvicultura sustentável

Intervenção: Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas

Data de Aprovação/Homologação: 11-12-2019

Data de Apresentação do Último Pedido Pagamento : 30-06-2022

Regulamentação Nacional:

Geral:	Decreto-lei n.º 159/2014	**Data:** 27-10-2014
Específica:	PORT 274/2015	**Data:** 08-09-2015
Aviso de Abertura:	004/2018	**Data:** 30-07-2018

Conta Bancária Específica:

Todos os movimentos financeiros relativos à operação serão efetuados através de conta titulada por esta entidade:

NIB: 0035 0168 0001 4335 530 40

3 - Síntese dos Elementos Referentes à Decisão de Aprovação

Execução material e financeira da operação:

Data de Início: 07-01-2019 **Data de fim:** 03-04-2022 **Data de termo da operação:** 03-10-2027

Condicionantes:

Descrição da Condicionante	Ativa	Valor	Fase de Implementação
Apresentação de cartografia com a localização das áreas intervencionadas	Sim		Pagamento
Validação de incompatibilidades entre compromissos MZD, RPB e RPA e a despesa de controlo da vegetação espontânea	Sim		Pagamento
Cumprimento das regras em matéria de contratação pública	Sim		Pagamento
Parecer da CCDR para investimentos em REN	Sim		Pagamento
Autorização do ICNF para a execução de podas de sobreiro e azinheira	Sim		Pagamento

Indicador de Realização Aprovado :

Descrição da Meta	Meta Aprovada		Fase de Implementação
	Valor	Unidade	
Área intervencionada	656,73	Hectares	No último pedido de pagamento
Nº de produtores florestais abrangidos pela intervenção	200	Número de unidades	No último pedido de pagamento

Objetivo da Candidatura :

Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas - Baldio Covas do Barroso (2018)

4 - Quadros Financeiros

Quadro Financeiro Resumo :

Incentivos	Despesa Pública (euros)	Comparticipação Comunitária		Comparticipação Nacional	
		Valor (euros)	%	Valor (euros)	%
Subsídio Não Reembolsável	658.822,62	527.058,09	80	131.764,53	20
Subsídio Reembolsável	,00	,00	0	,00	0
Prémios					
Outros Incentivos (ajudas forfetárias ou custos simplificados ou custos forfetários)					

Fontes de Financiamento :

Despesa Pública (euros):	658.822,62	**Despesa Pública (%):**	65,93
Outras Fontes de Financiamento (euros):	0,00	**Outras Fontes de Financiamento (%):**	0,00
Participação do Beneficiário (euros):	340.478,66	**Participação do Beneficiário (%):**	34,07

Plano Financeiro/Investimento :

Rubrica	Sub-rubrica	Investimento Total (euros)	Investimento Elegível (euros)	Nivel Ajuda (%)	Incentivos (euros)	Reembolsável (euros)	Não Reembolsável (euros)	Comp. Comu. (%)
(1) (B10483) Elaboração e acompanhamento da candidatura		**7.380,00**	**6.000,00**	**90**	**5.400,00**	**0,00**	**5.400,00**	**80**
(2) (B12491) Manutenção de rede viária florestal		**22.718,25**	**22.718,25**	**90**	**20.446,43**	**0,00**	**20.446,43**	**80**
	(C2741) L5- Manutenção de rede viária-Caminho degradado	22.718,25	22.718,25					
(3) (B12519) Aproveitamento da regeneração natural		**108.757,58**	**108.757,58**	**90**	**97.881,82**	**0,00**	**97.881,82**	**80**
	(C2830) J2 - Resinosas - Sem adensamento complementar	108.757,58	108.757,58					
(4) (B12488) Controlo da vegetação espontânea - Manual		**68.939,26**	**0,00**	**90**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80**
(5) (B12526) Desramações		**32.848,43**	**32.848,43**	**90**	**29.563,59**	**0,00**	**29.563,59**	**80**
(6) (B12524) Podas de formação		**36.425,98**	**36.425,98**	**90**	**32.783,38**	**0,00**	**32.783,38**	**80**
(7) (B12534) Redução de densidades		**32.138,26**	**20.343,26**	**90**	**18.308,93**	**0,00**	**18.308,93**	**80**
(8) (B12491) Manutenção de rede viária florestal		**19.077,35**	**19.077,35**	**90**	**17.169,62**	**0,00**	**17.169,62**	**80**
	(C2741) L5- Manutenção de rede viária-Caminho degradado	19.077,35	19.077,35					
(9) (B12519) Aproveitamento da regeneração natural		**183.980,86**	**183.980,86**	**90**	**165.582,77**	**0,00**	**165.582,77**	**80**
	(C2830) J2 - Resinosas - Sem adensamento complementar	183.980,86	183.980,86					
(10) (B12488) Controlo da vegetação espontânea - Manual		**91.511,87**	**0,00**	**90**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80**
(11) (B12526) Desramações		**55.568,38**	**55.568,38**	**90**	**50.011,54**	**0,00**	**50.011,54**	**80**
(12) (B12524) Podas de formação		**61.620,38**	**61.620,38**	**90**	**55.458,34**	**0,00**	**55.458,34**	**80**
(13) (B12534) Redução de densidades		**51.193,45**	**41.296,66**	**90**	**37.166,99**	**0,00**	**37.166,99**	**80**
(14) (B12491) Manutenção de rede viária florestal		**4.601,15**	**4.601,15**	**90**	**4.141,04**	**0,00**	**4.141,04**	**80**
	(C2741) L5- Manutenção de rede viária-Caminho degradado	4.601,15	4.601,15					
(15) (B12519) Aproveitamento da regeneração natural		**18.289,00**	**18.289,00**	**90**	**16.460,10**	**0,00**	**16.460,10**	**80**
	(C2829) J2 - Folhosas madeireiras - Sem adensamento complementar	18.289,00	18.289,00					
(16) (B12488) Controlo da vegetação espontânea - Manual		**11.769,16**	**0,00**	**90**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80**

Rubrica	Sub-rubrica	Investimento Total (euros)	Investimento Elegível (euros)	Nivel Ajuda (%)	Incentivos (euros)	Reembolsável (euros)	Não Reembolsável (euros)	Comp. Comu. (%)
(17) (B12526) Desramações		**8.285,84**	**8.285,84**	**90**	**7.457,26**	**0,00**	**7.457,26**	**80**
(18) (B12524) Podas de formação		**9.188,26**	**9.188,26**	**90**	**8.269,43**	**0,00**	**8.269,43**	**80**
(19) (B12534) Redução de densidades		**6.583,89**	**0,00**	**90**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80**
(20) (B12491) Manutenção de rede viária florestal		**2.451,80**	**2.451,80**	**90**	**2.206,62**	**0,00**	**2.206,62**	**80**
	(C2741) L5- Manutenção de rede viária-Caminho degradado	2.451,80	2.451,80					
(21) (B12488) Controlo da vegetação espontânea - Manual		**53.657,73**	**10.717,26**	**90**	**9.645,53**	**0,00**	**9.645,53**	**80**
(22) (B12526) Desramações		**34.063,61**	**34.063,61**	**90**	**30.657,25**	**0,00**	**30.657,25**	**80**
(23) (B12524) Podas de formação		**37.773,51**	**37.773,51**	**90**	**33.996,16**	**0,00**	**33.996,16**	**80**
(24) (B12523) Instalação de culturas melhoradoras do solo		**18.017,58**	**18.017,58**	**90**	**16.215,82**	**0,00**	**16.215,82**	**80**
(25) (B12534) Redução de densidades		**22.459,70**	**0,00**	**90**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**80**
	TOTAL:	**999.301,28**	**732.025,14**		**658.822,62**	**0,00**	**658.822,62**	

5 - Termo de Aceitação

Nas condições previstas, e para o fim visado no artigo 21.º do decreto-lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, o beneficiário acima identificado declara:

a) Aceitar a decisão de aprovação notificada, que aqui se dá por reproduzida;

b) Obrigar-se a executar a operação, em conformidade com as disposições aplicáveis ao regime legal e regulamentar referente ao apoio financeiro, que são do seu conhecimento, cumprindo as obrigações e os compromissos previstos, nomeadamente, no artigo 24.º do decreto-lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, sempre de acordo com as decisões que a respeito da operação sejam comunicadas pelo Organismo Pagador e pela Autoridade de Gestão, ou através dos seus organismos delegados, assim como com as orientações emanadas por qualquer dessas entidades, disponibilizadas, designadamente, nos respetivos sítios da internet;

c) Garantir o princípio da boa gestão financeira na utilização dos fundos comunitários e nacionais disponibilizados, em obediência aos princípios de economia, eficiência e eficácia e da relação custo/benefício e garantindo que as despesas apresentadas se encontram dentro dos valores normais do mercado e a sua razoabilidade perante os resultados esperados, bem como prevenir situações passíveis de configurar conflitos de interesses, nas relações estabelecidas com os fornecedores e prestadores de serviços;

d) Ter conhecimento de que o IFAP e as demais autoridades competentes podem, a todo o tempo e pela forma que considerarem conveniente, realizar ações de controlo da operação, verificando a aplicação efetiva do apoio aprovado e pago, a manutenção dos requisitos do apoio e o cumprimento das obrigações e compromissos assumidos;

e) Ter conhecimento que o incumprimento de qualquer obrigação ou compromisso, legal ou regulamentar, pode dar origem a reduções e exclusões dos apoios aprovados, as quais são objeto de liquidação e de cobrança, que pode ser coerciva por falta de pagamento voluntário, nos termos e nas condições previstas na respetiva notificação.

COMUNIDADE LOCAL DOS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO

2020-04-03

TERMO DE ACEITAÇÃO

1 - Identificação do Beneficiário

COMUNIDADE LOCAL DOS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO

NIF: 901744123 **NIFAP:** 7423146

Morada/Sede: LARGO DO CRUZEIRO N.º 6
5460-381 COVAS DO BARROSO

Neste ato representado por:
- AIDA ALVES FERNANDES

2 - Identificação da Operação

Código da Operação: PDR2020-8.1.3-FEADER-058874

ID da Parceria: Não Aplicável **Beneficiário lider da parceira:** Não Aplicável **N.º Parceiros:** Não Aplicável

Programa: PDR 2020

Medida: Proteção e reabilitação de povoamentos florestais

Submedida/Ação: Silvicultura sustentável

Intervenção: Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos

Data de Aprovação/Homologação: 12-05-2021

Data de Apresentação do Último Pedido Pagamento : 31-03-2025

Regulamentação Nacional:

Geral:	Decreto-lei n.º 159/2014	**Data:** 27-10-2014
Específica:	PORT 134/2015	**Data:** 18-05-2015
Aviso de Abertura:	004/2019	**Data:** 09-04-2019

Conta Bancária Específica:

Todos os movimentos financeiros relativos à operação serão efetuados através de conta titulada por esta entidade:

NIB: 0035 0168 0001 4335 530 40

3 - Síntese dos Elementos Referentes à Decisão de Aprovação

Execução material e financeira da operação:

Data de Início: 25-09-2019 **Data de fim:** 31-03-2025 **Data de termo da operação:** 24-06-2028

Condicionantes:

Descrição da Condicionante	Ativa	Valor	Fase de Implementação
Apresentação de cartografia com a localização das áreas intervencionadas	Sim		Pagamento
Baldios em cogestão - Parecer do ICNF e respetivo documento do PGF aprovado	Sim		Até ao último pedido de pagamento
Comunicação à DRAP, com 3 dias úteis de antecedência, da data da execução dos investimentos (Port.394/2015, de 3/11)	Sim		Pagamento
Comprovativo do INIAV em como ocorre a população de verão (inversão de ciclo) - Processionária do pinheiro	Sim		Pagamento
Validação da inform. da exec. das interv. elegíveis e seus resultados, em sist. próprio disponibilizado pelo ICNF	Sim		Pagamento

Indicador de Realização Aprovado :

Descrição da Meta	Meta Aprovada		Fase de Implementação
	Valor	Unidade	
Área intervencionada	446,99	Hectares	No último pedido de pagamento

Objetivo da Candidatura :

Prevenção e Controlo da Processionária (Thaumetopoea pityocampa Schiff.) na Unidade de Baldio de Covas do Barroso

4 - Quadros Financeiros

Quadro Financeiro Resumo :

Incentivos	Despesa Pública (euros)	Comparticipação Comunitária		Comparticipação Nacional	
		Valor (euros)	%	Valor (euros)	%
Subsídio Não Reembolsável	423.625,06	330.427,54	78	93.197,52	22
Subsídio Reembolsável	,00	,00	0	,00	0
Prémios					
Outros Incentivos (ajudas forfetárias ou custos simplificados ou custos forfetários)					

Fontes de Financiamento :

Despesa Pública (euros):	423.625,06	**Despesa Pública (%):**	90,00
Outras Fontes de Financiamento (euros):	0,00	**Outras Fontes de Financiamento (%):**	0,00
Participação do Beneficiário (euros):	47.069,45	**Participação do Beneficiário (%):**	10,00

Plano Financeiro/Investimento :

Rubrica	Sub-rubrica	Investimento Total (euros)	Investimento Elegível (euros)	Nivel Ajuda (%)	Incentivos (euros)	Reembolsável (euros)	Não Reembolsável (euros)	Comp. Comu. (%)
(1) (B12786) Identificação de árvores com sintomas - Processionária do pinheiro (Ano 1)		35.535,63	35.535,63	90	31.982,07	0,00	31.982,07	78
(2) (B12787) Identificação de árvores com sintomas - Processionária do pinheiro (Ano 2)		35.535,63	35.535,63	90	31.982,07	0,00	31.982,07	78
(3) (B12788) Identificação de árvores com sintomas - Processionária do pinheiro (Ano 3)		35.535,63	35.535,63	90	31.982,07	0,00	31.982,07	78
(7) (B12739) Tratamentos fitossanitários - Silvicultura preventiva - Processionária do pinheiro (Ano 1)		102.655,32	102.655,32	90	92.389,79	0,00	92.389,79	78
(8) (B12740) Tratamentos fitossanitários - Silvicultura preventiva - Processionária do pinheiro (Ano 2)		102.655,32	102.655,32	90	92.389,79	0,00	92.389,79	78
(9) (B12741) Tratamentos fitossanitários - Silvicultura preventiva - Processionária do pinheiro (Ano 3)		102.655,32	102.655,32	90	92.389,79	0,00	92.389,79	78
(10) (B10483) Elaboração e acompanhamento da candidatura		6.000,00	6.000,00	90	5.400,00	0,00	5.400,00	78
(11) (B12846) Instalação e monitorização de armadilhas - Processionária do pinheiro - Armadilhas (Ano 1)		1.645,74	1.645,74	90	1.481,17	0,00	1.481,17	78
(12) (B12863) Instalação e monitorização de armadilhas - Instalação da armadilha e colocação de feromona - Processionária do pinheiro (Ano 1)		2.836,56	2.836,56	90	2.552,90	0,00	2.552,90	78
(13) (B12883) Instalação e monitorização de armadilhas - Troca de feromona e recolha de insetos - Processionária do pinheiro (Ano 1)		6.618,64	6.618,64	90	5.956,78	0,00	5.956,78	78
(14) (B12903) Instalação e monitorização de armadilhas - Feromona - Processionária do pinheiro (Ano 1)		3.866,88	3.866,88	90	3.480,19	0,00	3.480,19	78
(15) (B12923) Instalação e monitorização de armadilhas - Recolha da armadilha e de insetos - Processionária do pinheiro (Ano 1)		2.836,56	2.836,56	90	2.552,90	0,00	2.552,90	78

Rubrica	Sub-rubrica	Investimento Total (euros)	Investimento Elegível (euros)	Nivel Ajuda (%)	Incentivos (euros)	Reembolsável (euros)	Não Reembolsável (euros)	Comp. Comu. (%)
(16) (B12864) Instalação e monitorização de armadilhas - Instalação da armadilha e colocação de feromona - Processionária do pinheiro (Ano 2)		2.836,56	2.836,56	90	2.552,90	0,00	2.552,90	78
(17) (B12884) Instalação e monitorização de armadilhas - Troca de feromona e recolha de insetos - Processionária do pinheiro (Ano 2)		6.618,64	6.618,64	90	5.956,78	0,00	5.956,78	78
(18) (B12904) Instalação e monitorização de armadilhas - Feromona - Processionária do pinheiro (Ano 2)		3.866,88	3.866,88	90	3.480,19	0,00	3.480,19	78
(19) (B12924) Instalação e monitorização de armadilhas - Recolha da armadilha e de insetos - Processionária do pinheiro (Ano 2)		2.836,56	2.836,56	90	2.552,90	0,00	2.552,90	78
(20) (B12865) Instalação e monitorização de armadilhas - Instalação da armadilha e colocação de feromona - Processionária do pinheiro (Ano 3)		2.836,56	2.836,56	90	2.552,90	0,00	2.552,90	78
(21) (B12885) Instalação e monitorização de armadilhas - Troca de feromona e recolha de insetos - Processionária do pinheiro (Ano 3)		6.618,64	6.618,64	90	5.956,78	0,00	5.956,78	78
(22) (B12905) Instalação e monitorização de armadilhas - Feromona - Processionária do pinheiro (Ano 3)		3.866,88	3.866,88	90	3.480,19	0,00	3.480,19	78
(23) (B12925) Instalação e monitorização de armadilhas - Recolha da armadilha e de insetos - Processionária do pinheiro (Ano 3)		2.836,56	2.836,56	90	2.552,90	0,00	2.552,90	78
	TOTAL:	470.694,51	470.694,51		423.625,06	0,00	423.625,06	

5 - Termo de Aceitação

Nas condições previstas, e para o fim visado no artigo 21.º do decreto-lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, o beneficiário acima identificado declara:

a) Aceitar a decisão de aprovação notificada, que aqui se dá por reproduzida;

b) Obrigar-se a executar a operação, em conformidade com as disposições aplicáveis ao regime legal e regulamentar referente ao apoio financeiro, que são do seu conhecimento, cumprindo as obrigações e os compromissos previstos, nomeadamente, no artigo 24.º do decreto-lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, sempre de acordo com as decisões que a respeito da operação sejam comunicadas pelo Organismo Pagador e pela Autoridade de Gestão, ou através dos seus organismos delegados, assim como com as orientações emanadas por qualquer dessas entidades, disponibilizadas, designadamente, nos respetivos sítios da internet;

c) Garantir o princípio da boa gestão financeira na utilização dos fundos comunitários e nacionais disponibilizados, em obediência aos princípios de economia, eficiência e eficácia e da relação custo/benefício e garantindo que as despesas apresentadas se encontram dentro dos valores normais do mercado e a sua razoabilidade perante os resultados esperados, bem como prevenir situações passíveis de configurar conflitos de interesses, nas relações estabelecidas com os fornecedores e prestadores de serviços;

d) Ter conhecimento de que o IFAP e as demais autoridades competentes podem, a todo o tempo e pela forma que considerarem conveniente, realizar ações de controlo da operação, verificando a aplicação efetiva do apoio aprovado e pago, a manutenção dos requisitos do apoio e o cumprimento das obrigações e compromissos assumidos;

e) Ter conhecimento que o incumprimento de qualquer obrigação ou compromisso, legal ou regulamentar, pode dar origem a reduções e exclusões dos apoios aprovados, as quais são objeto de liquidação e de cobrança, que pode ser coerciva por falta de pagamento voluntário, nos termos e nas condições previstas na respetiva notificação.

COMUNIDADE LOCAL DOS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO

2021-07-07

FUNDO AMBIENTAL

TERMO DE ACEITAÇÃO

INVESTIMENTO TC-C12-I01.01
BIOECONOMIA – SUBINVESTIMENTO PROJETOS INTEGRADOS
(TÊXTIL E VESTUÁRIO, CALÇADO E RESINA NATURAL)
E
BENEFICIAÇÃO DE POVOAMENTOS DE PINHEIRO-BRAVO COM POTENCIAL PARA A RESINAGEM DA SUBMEDIDA GESTÃO FLORESTAL E APOIO À RESINAGEM

AAC N.º 03/C12-I01.01/2022

BENEFICIAÇÃO DE ÁREAS DE PINHEIRO-BRAVO COM POTENCIAL PARA RESINAGEM

03 de março de 2023

PRR Plano de Recuperação e Resiliência | REPÚBLICA PORTUGUESA | Financiado pela União Europeia NextGenerationEU

FUNDO AMBIENTAL

ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA 4
CLÁUSULA SEGUNDA 4
CLÁUSULA TERCEIRA 4
CLÁUSULA QUARTA 5
CLÁUSULA QUINTA 6
CLÁUSULA SÉTIMA 9
CLÁUSULA OITAVA 9
CLÁUSULA NONA 9

FUNDO AMBIENTAL

AAC N.º 03/C12-I01.01/2022 - BENEFICIAÇÃO DE ÁREAS DE PINHEIRO-BRAVO COM POTENCIAL PARA RESINAGEM

TERMO DE ACEITAÇÃO

Considerando que:

O Fundo Ambiental é o Beneficiário Intermediário do Investimento TC-C12-i01.01, designado por "Bioeconomia – Subinvestimento Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro-bravo com Potencial para a Resinagem da Submedida Gestão Florestal e Apoio à Resinagem", enquadrado na Componente C12 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O Fundo Ambiental procedeu à abertura do Aviso de Abertura de Concurso (AAC) n.º 03/C12-i01.01/2022 Investimento TC-C12-i01.01– "Bioeconomia – Subinvestimento Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro-bravo com Potencial para a Resinagem da Submedida Gestão Florestal e Apoio à Resinagem" em 11 de abril de 2022, para apoiar a beneficiação de povoamentos de pinheiro-bravo em áreas prioritárias para a resinagem, através da gestão e desbaste dos povoamentos e aproveitamento da regeneração natural, com vista a revitalizar o setor da resina natural, revertendo a tendência dos últimos anos, em que Portugal, e a União Europeia (UE), se tornaram altamente dependentes das importações de resina e seus derivados. Deverá, igualmente, contribuir para a diminuição da perigosidade de incêndio rural das áreas intervencionadas.

Na sequência da candidatura apresentada ao Investimento TC-C12-i01.01– "Bioeconomia – Subinvestimento Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro-bravo com Potencial para a Resinagem da Submedida Gestão Florestal e Apoio à Resinagem", nos termos do AAC n.º 03/C12-i01.01/2022, é celebrado o presente Termo de Aceitação, com Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso, pessoa coletiva N.º 901744123, com sede em Largo do Cruzeiro n.º 6, 5460-381 Covas do Barroso, adiante designado por Beneficiário Final, representado por Aida Alves Fernandes, que outorga na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo com poderes para o ato, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

FUNDO AMBIENTAL

CLÁUSULA PRIMEIRA
(OBJETO)

1. O presente Termo de Aceitação tem por objeto a concessão de um apoio financeiro para aplicação na execução, pelo Beneficiário Final, do Projeto de Investimento candidatura N.º 16 com um montante de investimento elegível global de 138.662,50€, (cento e trinta e oito mil, seiscentos e sessenta e dois euros, e cinquenta cêntimos), nos termos em que foi aprovado e cuja Ficha de Investimento se considera parte integrante do presente Termo de Aceitação.

2. O prazo máximo para conclusão da implementação no terreno das tipologias de intervenção aprovadas é de 18 meses, contado a partir da data de assinatura do presente Termo de Aceitação, de acordo com o disposto no ponto 8. Prazo para conclusão das tipologias de intervenção do AAC N.º 03/C12-i01.01.

3. O presente Projeto terá a duração de 17 meses e decorrerá entre 2022 e 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA
(CONCESSÃO DO APOIO)

O apoio financeiro a atribuir, conforme definido nos termos da decisão de aprovação da respetiva concessão, reveste a forma de incentivo não reembolsável no montante de 138.662,50€, (cento e trinta e oito mil, seiscentos e sessenta e dois euros, e cinquenta cêntimos), que corresponde à aplicação da taxa de 100% sobre o montante das despesas elegíveis, de acordo com o estabelecido no AAC N.º 03/C12-i01.01.

CLÁUSULA TERCEIRA
(INDICADORES E RESULTADOS A ALCANÇAR)

Os resultados a alcançar no âmbito do Projeto, objeto do presente Termo de Aceitação, são os seguintes:

a) Aproveitamento da regeneração natural: 81,19 ha;

b) Beneficiação e condução de povoamentos: 29,74 ha.

FUNDO AMBIENTAL

CLÁUSULA QUARTA
(PAGAMENTOS)

1. Os pagamentos ao Beneficiário Final são realizados pelo Fundo Ambiental, nas seguintes modalidades:

a) Pagamento a título de adiantamento contra fatura, a regularizar no prazo máximo de 30 dias úteis após o recebimento do apoio, doravante designado por PTACF, na sequência de pedido de pagamento apresentado pelo Beneficiário Final na plataforma a designar;

b) Pagamentos a título de reembolso, doravante designados por PTR, na sequência de pedidos de pagamento apresentados pelo Beneficiário Final na plataforma a designar;

c) Em cada Pedido de Pagamento é necessária a apresentação da(s) fatura(s) e respetivo(s) comprovativos dos respetivos pagamentos efetuados pelo beneficiário, com data posterior à assinatura do Termo de Aceitação, com identificação do seu NIF/NIPC e com as despesas e trabalhos discriminados, em conjunto com os documentos comprovativos da implementação das intervenções.

2. O Fundo Ambiental comunica ao Beneficiário Final as orientações técnicas para a submissão de pedidos de PTACF e de PTR, após assinatura do presente Termo de Aceitação.

3. O Beneficiário Final submete pedidos de pagamento na plataforma a designar apresentando os comprovativos de realização de despesa associada à operação e todos os demais documentos necessários para demonstrar a elegibilidade da operação no âmbito do AAC e da decisão de financiamento descrita na ficha de investimento anexa a este Termo de Aceitação.

4. A entidade gestora do Fundo Ambiental realiza verificações administrativas e verificações no local das operações para atestar a realização efetiva da operação e o pagamento da despesa declarada pelo Beneficiário Final, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o programa operacional e o cumprimento das condições de apoio da operação.

5. No âmbito da análise de cada pedido de pagamento é avaliada a elegibilidade material e financeira da despesa, tendo em conta a regularidade dos procedimentos de contratação pública e dos documentos que comprovem a realização da despesa e o pagamento efetivo aos fornecedores.

6. Os pagamentos do apoio serão efetuados pelo Fundo Ambiental, enquanto Beneficiário Intermediário, em conformidade com o estabelecido no AAC, por transferência bancária para a conta de depósitos à ordem do Beneficiário Final com o seguinte IBAN:

PT50 0035 0168 0001433553040.

7. Todos os recebimentos e pagamentos respeitantes à execução do projeto comparticipado devem ser efetuados através de conta bancária do Beneficiário Final.

8. O beneficiário pode solicitar o pagamento da comparticipação relativa às despesas elegíveis no âmbito da intervenção, ao longo da sua execução, apresentando os respetivos Pedidos de Pagamento, acompanhado com o comprovativo de implementação das ações elegíveis ao abrigo do AAC n.º 03/C12-i01.01/2022 e da candidatura aprovada, demonstrando o cumprimento da legislação nacional e comunitária em matéria de contratação pública, com as evidências necessárias, quando aplicável.

CLÁUSULA QUINTA
(OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO FINAL)

1. O Beneficiário compromete-se a:

a) Executar o Projeto nos termos e condições, aprovados e previstos no respetivo AAC Nº 03/C12-i01.01/2022 e contratualizadas com o Fundo Ambiental, nomeadamente:

i) Dar início à execução dos projetos obrigatoriamente até 30 dias úteis após a data da assinatura do Termo de Aceitação, salvo por motivo devidamente justificado, não imputável ao Beneficiário.

b) Permitir o acesso aos locais de realização do Projeto e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo do Projeto aprovado;

c) Conservar a totalidade dos dados e documentos relativos à realização do Projeto, em suporte digital, durante prazo fixado na legislação nacional e comunitária aplicáveis;

d) Proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia e nacional aplicável, e com a Orientação Técnica N.º 05/2021 «Guia de Comunicação e Informação para os beneficiários do PRR», disponível para consulta no site da EMRP;

e) Manter as condições legais necessárias ao exercício da atividade;

f) Declarar não ter salários em atraso e assume o compromisso de assegurar o pagamento tempestivo de remunerações a todos os trabalhadores e colaboradores ao longo do projeto cofinanciado (quando aplicável);

g) Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas, designadamente no caso de não cumprimento dos indicadores contratados, no prazo máximo de 30 dias após notificação da entidade contratante, para o efeito, tendo por limite a data de 30 de junho de 2024;

h) Manter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a Administração Fiscal, a Segurança Social, a entidade pagadora de incentivo, bem como em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI;

i) Dispor de sistema de contabilidade organizada ou regime simplificado em sede de IRS ou IRC, nos termos da legislação aplicável;

j) Dispor de um processo relativo ao Projeto, em suporte digital, com toda a documentação relacionada com o mesmo devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes ao Projeto;

k) Respeitar os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre os Beneficiários e os seus fornecedores ou prestadores de serviços;

l) Assegurar a não existência de duplo financiamento, incluindo por outro programa público ou privado de apoio, para qualquer das ações previstas na candidatura, pelo preenchimento do "Questionário do Duplo Financiamento";

m) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados, controlo e auditoria e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;

n) Comunicar as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à aprovação do Projeto;

o) Não afetar a outras finalidades, locar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, os bens e serviços adquiridos no âmbito do Projeto apoiado, sem prévia validação do Fundo Ambiental (Beneficiário Intermediário), durante o período de vigência deste Termo;

p) Quando aplicável, cumprir os normativos em matéria de contratação pública relativamente à execução do Projeto;

q) Possuir, ou poder assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;

r) Não estar abrangido por quaisquer disposições de exclusão da candidatura resultantes de incumprimento de obrigações decorrentes de quaisquer outros Projetos financiados;

s) Não ser uma empresa em dificuldade, de acordo com a definição prevista na regulamentação europeia aplicável (quando aplicável);

t) Declarar que não se trata de uma empresa sujeita a uma injunção de recuperação, ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão Europeia que declara um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno, conforme previsto (quando aplicável);

u) Não deter nem ter detido capital numa percentagem superior a 50%, por si ou pelo seu cônjuge, não separado de pessoas e bens, ou pelos seus ascendentes e descendentes até ao 1.º grau, bem como por aquele que consigo viva em condições análogas às dos cônjuges, em

empresa que não tenha cumprido notificação para devolução de apoios no âmbito de uma operação apoiada por fundos europeus (quando aplicável);

v) Respeitar todas as normas e prioridades em matéria de clima e ambiente da União Europeia e o Princípio de "*Do No Significant Harm*" (DNSH), de acordo com o artigo 17.º, do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho, relativo ao 8 estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável, e que altera o Regulamento (UE) 2019/2088;

x) Compromete-se ainda a cumprir as seguintes obrigações específicas definidas no respetivo Aviso n.º 03/C12-i01.01/2022.

2. Com a assinatura do presente Termo de Aceitação, os titulares dos órgãos de direção, de administração ou de gestão e outras pessoas que exerçam funções de administração ou de gestão, ficam subsidiariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações referidas na presente Cláusula.

CLÁUSULA SEXTA
(ACOMPANHAMENTO E CONTROLO)

1. Os apoios financeiros concedidos às operações aprovadas ficam sujeitos ao acompanhamento e controlo da sua utilização, em conformidade com a operação aprovada, nas suas componentes material, financeira e contabilística.

2. Deve ser assegurado o reporte semestral da informação qualitativa e quantitativa relevante para a monitorização do projeto, permitindo a obtenção de pontos de situação regulares e garantindo sempre a colaboração e disponibilização de toda a informação que vier a ser solicitada.

3. Sem prejuízo de outros mecanismos de acompanhamento e controlo que venham a ser adotados, o Beneficiário Final aceita o acompanhamento e controlo para verificação da boa execução do Projeto e cumprimento dos objetivos e das obrigações resultantes deste Termo de Aceitação a efetuar pelas entidades com competência para o efeito no âmbito do PRR, nomeadamente pela entidade gestora do Fundo Ambiental e pelas autoridades nacionais e comunitárias com competência em matéria de certificação, auditoria e controlo dos fundos comunitários atribuídos.

FUNDO AMBIENTAL

CLÁUSULA SÉTIMA
(RECUPERAÇÃO DO INCENTIVO)

1. Os montantes indevidamente recebidos pelo Beneficiário Final, nomeadamente por incumprimento das obrigações legais ou contratuais, pela ocorrência de qualquer irregularidade, bem como pela inexistência ou perda de qualquer requisito de concessão do apoio, constituem-se como dívida, sendo recuperados pelo Fundo Ambiental (Beneficiário Intermediário).

2. A responsabilidade subsidiária pela reposição dos montantes por parte do Beneficiário Final, cabe aos titulares dos órgãos de direção, de administração ou de gestão e outras pessoas que exerçam funções de administração ou de gestão, em exercício de funções à data da prática dos factos que a determinem.

CLÁUSULA OITAVA
(DIREITO APLICÁVEL)

Em tudo o que não esteja expressamente regulado no presente Termo de Aceitação, são aplicadas as disposições legais europeias e nacionais vigentes.

CLÁUSULA NONA
(VIGÊNCIA)

O presente Termo de Aceitação entra em vigor na data da sua submissão e desde que devidamente assinado.

Todos os anexos fazem parte integrante do presente Termo de Aceitação.

Covas do Barroso, 03 de março de 2023,

O Beneficiário Final

(assinatura reconhecida na qualidade e com poderes para o ato ou através do Cartão do Cidadão (CC) ou Chave Móvel Digital (CDM), com recurso ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP))

FUNDO AMBIENTAL

ANEXO I

FICHA DE INVESTIMENTO

ANEXO II

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PROJETO

ANEXO III

QUESTIONÁRIO DE DUPLO FINANCIAMENTO

Notas:

- **Para o preenchimento da candidatura, recomendamos o uso de desktop bem como de browsers mais recentes (p.e. Microsoft Edge, Google Chrome, Safari ou Firefox)**
- Tamanho máximo de cada ficheiro: 6 MB (6144 KB)
- Os campos do portal só permitem a inserção de um único ficheiro, pelo que quando haja necessidade de apresentar diversos documentos deverá compilá-los num único ficheiro
- Tipo de ficheiro permitido: PDF; RAR; 7z; ZIP; DOC; DOCX; JPEG; JPG; PNG; XLSX
- Todos os campos marcados a * são campos de preenchimento obrigatório
- Se pretender substituir um documento que inseriu num campo deve previamente eliminá-lo, clicando no ícone "lixo"
- Recomenda-se que o preenchimento dos campos seja efetuado manualmente sem selecção de dados previamente guardados em browser. A utilização de dados guardados em browser pode inviabilizar a gravação e submissão da candidatura
- Recomenda-se que o preenchimento da candidatura seja feita de forma faseada

CANDIDATURA

Número Candidatura 000016 Data/hora 2022-06-07 16:03

AÇÃO AVALIAÇÃO CONCLUÍDA

☐ Avaliação da candidatura concluída, aprovar candidatura?

☐ Não aprovar candidatura?

FICHA DE AVALIAÇÃO

Ficha de Avaliação

Data da Decisão 2022-10-07

Número Candidatura 16

Identificação do Beneficiário Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso

NIF 901744123

Programa Operacional Plano de Recuperação e Resiliência

Fundo NextGeneration EU

Componente C12 – Bioeconomia Sustentável na dimensão transição climática

Investimento

TC-C12-i01.01: Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro-bravo com Potencial para a Resinagem da Submedida Gestão Florestal e Apoio à Resinagem

Aviso N.º 03/C12-i01.01/2022

1. Designação da operação

Acrescentar valor ao pinhal através da Resinagem -Baldio e Prédios da Freguesia de Covas do Barroso

2. Descrição da Operação e Objetivos

As áreas propostas para intervenção estão localizadas na Unidade de Baldio de Covas do Barroso, para além da intervenção que contempla áreas comunitárias (Baldios) da comunidade de Covas do Barroso irão também ser intervencionados prédios rústicos do património privado da Freguesia de Covas do Barroso através de acordo formalizado entre a Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso e a Freguesia de Covas do Barroso.

Trata-se de áreas resultantes da recorrência de incêndios rurais que urge salvaguarda através de operações de ordenamento e gestão florestal com o propósito de valorizar este recurso – Pinheiro-bravo.

Neste âmbito pretende-se efetuar intervenções para o aproveitamento da regeneração natural de Pinheiro-bravo em 81,19 ha e operações para a condução de povoamentos de Pinheiro-bravo em 29,74 ha, sendo a área total proposta para intervenção de 110,93 ha.

Devido à ocorrência de incêndios em diferentes anos, bem como a qualidade da estação, verifica-se que o pinhal se encontra em estádios de desenvolvimento diferentes, por outro lado, o grau de pedregosidade e as classes de declive existentes determinam o tipo de operações a realizar e os meios (manuais ou mecânicos) a utilizar para a execução das intervenções propostas.

Os objetivos com as operações a realizar passam por aumentar a capacidade destes povoamentos ao nível da produção de resina, diminuir a perda associada à ocorrência de incêndios rurais através da redução da carga de combustível existente, aumentar o valor ambiental dos povoamentos de Pinheiro-bravo, contribuindo para a descarbonização através do sequestro de carbono e impulsionar a economia local da comunidade de Covas do Barroso através da criação de emprego contribuindo para

a fixação e atração de população.
Seguidamente efetua-se uma caracterização ao nível das operações a realizar em cada área de intervenção.

Local 1 (Área de Intervenção – 64,06 ha)
Pretende-se efetuar o aproveitamento da regeneração natural nestas superfícies florestais de Pinheiro-bravo (Pinus pinaster), as quais até ao momento não sofreram qualquer intervenção.
Assim, pretende-se efetuar o aproveitamento da regeneração natural de Pinheiro-bravo através da limpeza de matos (controle de vegetação) em faixas de 4-5 metros, através de uma remoção total da vegetação arbustiva (matos) e arvoredo (regeneração de Pinheiro-bravo) existente dentro destas faixas, esta operação será efetuada com recurso a um destroçador mecânico de correntes acoplado a uma máquina pesada de lagartas de 140Hp.
Entre cada duas faixas de limpeza total de matos e remoção total da regeneração natural de Pinheiro-bravo manter-se-á uma faixa de 8-10 metros de regeneração natural de Pinheiro-bravo e assim sucessivamente em toda a extensão do local de intervenção.
Posteriormente proceder-se-á à redução de densidades (corte do Pinheiro-bravo) nesta faixa de forma que as árvores fiquem a um compasso de 2x2metros, com intenção de evitar a intensa competição entre as plantas e diminuir a continuidade vertical. Com esta operação pretende-se reduzir a densidade para 2.500 árvores/ha.
Na execução desta operação, redução de densidades na faixa, será dada prioridade à retirada dos indivíduos malconformados, partidos e com crescimentos menores.

Posteriormente, na bordadura de cada faixa (limite de ambos os lados da faixa) proceder-se-á à seleção das árvores (450 árvores/ha) que irão ser objeto de desramação até uma altura de 1/3 da altura total com objetivo de melhorar o desenvolvimento das árvores e a resistência do povoamento à passagem do fogo devido ao aumento da descontinuidade vertical.

Local 2 (Área de Intervenção – 17,13 ha)
Pretende-se efetuar o aproveitamento da regeneração natural nestas superfícies florestais de Pinheiro-bravo (Pinus pinaster), as quais até ao momento não sofreram qualquer intervenção.
Assim, pretende-se efetuar o aproveitamento da regeneração natural de Pinheiro-bravo nomeadamente ao nível da correção de densidades na totalidade da área (pé a pé) propondo um compasso de 2x2metros com intenção de evitar a intensa competição entre as plantas, e diminuir a continuidade vertical. Com esta operação pretende-se reduzir a densidade para 2.500 árvores/ha.
Na execução desta operação, redução de densidades, será dada prioridade à retirada dos indivíduos malconformados, partidos e com crescimentos menores.
Além desta operação propõem-se ainda o controle de vegetação espontânea do local de intervenção de modo a reduzir a carga de combustível existente, bem como a competição do estrato herbáceo/arbustivo com o estrato arbóreo.
Dada a pedrogosidade, as classes de declives, os diâmetros e a altura das árvores existentes estas operações serão realizadas com recurso a ferramentas moto-manuais (Motosserras e Motorroçadoras).
De modo a garantirmos no futuro uma melhor qualidade das árvores e a resistência do povoamento à passagem do fogo através do aumento da descontinuidade vertical, serão selecionadas 450 árvores/ha que serão objeto de desramação até uma altura de 1/3 da altura total.

Local 3 (Área de Intervenção – 12,53 ha)
Pretende-se efetuar a gestão e condução de povoamentos de Pinheiro-bravo (Pinus pinaster), os quais até ao momento não sofreram qualquer intervenção.
Assim, pretende-se efetuar a gestão e ordenamento dos povoamentos através da limpeza de matos (controle de vegetação) em faixas de 4-5 metros, através de uma remoção total da vegetação arbustiva (matos) e arvores existentes dentro destas faixas, esta operação será efetuada com recurso a um destroçador mecânico de correntes acoplado a uma máquina pesada de lagartas de 140Hp.
Entre cada duas faixas de limpeza total de matos e remoção total das árvores (Pinheiro-bravo) manter-se-á uma faixa de 6-8 metros de pinhal e assim sucessivamente em toda a extensão do local de intervenção.
Posteriormente proceder-se-á à realização do 1º desbaste nesta faixa de forma que as árvores fiquem a um compasso de 2x2metros, com intenção de evitar a intensa competição entre as plantas e diminuir a continuidade vertical. Com esta operação pretende-se reduzir a densidade para 2.500 árvores/ha.
Prevê-se ainda que alguns destes indivíduos resultantes do 1º desbaste possam ser aproveitados para a produção de produtos secundários ligados à floresta, nomeadamente, postes e varas de madeira.
Posteriormente, na bordadura de cada faixa (limite de ambos os lados da faixa) proceder-se-á à seleção das árvores (450 árvores/ha) que irão ser objeto de desramação até uma altura de 1/3 da altura total com objetivo de melhorar o desenvolvimento das árvores e a resistência do povoamento à passagem do fogo devido ao aumento da descontinuidade vertical.

Local 4 (Área de Intervenção – 17,21 ha)
Pretende-se efetuar a gestão e condução de povoamentos de Pinheiro-bravo (Pinus pinaster), os quais até ao momento não sofreram qualquer intervenção.
Assim, pretende-se efetuar a gestão e ordenamento dos povoamentos, nomeadamente ao nível da correção de densidades na totalidade da área (pé a pé) propondo um compasso de 2x2metros com intenção de evitar a intensa competição entre as plantas, e diminuir a continuidade vertical. Com esta operação pretende-se reduzir a densidade para 2.500 árvores/ha.
Além desta operação propõem-se ainda o controle de vegetação espontânea do local de intervenção de modo a reduzir a carga de combustível existente, bem como a competição do estrato herbáceo/arbustivo com o estrato arbóreo.
Dadas as classes de declives, a pedrogosidade, os diâmetros e a altura das árvores existentes estas operações serão realizadas com recurso a ferramentas moto-manuais (Motosserras e Motorroçadoras).
De modo a garantirmos no futuro uma melhor qualidade das árvores e a resistência do povoamento à passagem do fogo através

do aumento da descontinuidade vertical, serão selecionadas 450 árvores/ha que serão objeto de desramação até uma altura de 1/3 da altura total.

A estimativa orçamental apresentada foi obtida com base nos valores de referência do Anexo III da Portaria n.º 111-A/2018 de 27 de abril e com os custos unitários presentes nas tabelas CAOF 2015-2016.

Local 1 e Local 3
Para a redução de densidades excessivas considerou-se um custo de 518€/hectare.
Para o controle de vegetação com recurso a um destroçador de correntes acoplado a um trator de rastos considerou-se um custo de 65,19€/hora sendo necessário 4horas/hectare.
Para a desramação das 450 arv/ha, considerou-se um custo de 455€/hectare.

Local 2 e Local 4
Para a redução de densidades excessivas considerou-se um custo de 518€/hectare.
Para o controle de vegetação considerou-se um custo por jorna de 95,84€ sendo necessário 2,8 jorna/hectare de acordo com as tabelas CAOF para este tipo de operações.
Para a desramação das 450 arv/ha, considerou-se um custo de 455€/hectare.

3. Região de Implementação do Projeto

Região *	Sub-Região *	Concelho *	Freguesia(s), se aplicável

Distrito *	Concelho *	Freguesia *	Prioridade *	Dicofre *	Área de intervenção (ha) *
Vila Real	Boticas	Covas do Barroso	3	170208	111.00

4. Montantes da Decisão de Financiamento

1 - Investimento total	143976.75
2 - Investimento não Elegível	5314.25
3 - Investimento Elegível	138662.50
4 - Contribuição PRR	138662.50
5 - Taxa de Cofinanciamento (%)	100.00

Análise da elegibilidade da despesa

As despesas apresentadas e consideradas elegíveis são as necessárias à realização das atividades previstas nas tipologias às quais o beneficiário se candidata, nomeadamente 7.1 e 7.2, encontrando-se estas de acordo com o estabelecido no ponto 16.1 do Aviso de Abertura de Concurso n.º 03/C12-i01.01/2022 – "Beneficiação de áreas de pinheiro-bravo com potencial para resinagem".

A determinação do valor do investimento elegível resulta do seguinte:
• Não foi considerado o montante de 5.314,25 €, na medida em que, de acordo com o ponto 9.2 do Aviso, o financiamento público global não poderá ultrapassar, por candidatura, um custo médio por hectare de 1.250,00 €, sendo que, na presente situação, este se cifra nos 1.297,91 €.

5. Calendarização prevista da Operação

Data de início	Data de Conclusão
2022-10-03	2024-02-29

6. Critérios de Seleção/Mérito

CA	3.00
CB	3.00
CC	1.00
CD	3.00
CF	2.50 *(Formato: 0.00)*

Análise

Conforme descrito no ponto 13 do Aviso de Abertura de Concurso n.º 03/C12-i01.01/2022 – "Beneficiação de áreas de pinheiro-bravo com potencial para resinagem", o processo de decisão das candidaturas é efetuado em duas fases.

Numa primeira (1.ª) fase procede-se à verificação do enquadramento da candidatura nas condições do Aviso, nomeadamente nas dimensões:
- Enquadramento nas tipologias de intervenção previstas no Aviso;
- Enquadramento do proponente nas tipologias de beneficiário previstos no Aviso;
- Enquadramento no âmbito geográfico previsto no Aviso;
- Verificação das condições de elegibilidade do beneficiário;
- Verificação dos critérios de elegibilidade das candidaturas e das intervenções;
- Verificação da situação de impedimentos e condicionamentos do beneficiário;
- Verificação da existência dos documentos de apresentação da candidatura.

Numa segunda (2.ª) fase, e apenas após a verificação do cumprimento do enquadramento da candidatura nas condições do Aviso, nas dimensões referidas, se procede ao apuramento do mérito da candidatura conforme definido no ponto 14 do Aviso, nomeadamente através do apuramento da Classificação Final (CF) da candidatura, tendo por base a soma ponderada das pontuações atribuídas a cada um dos critérios atrás apresentados, CF = CA*0,40+CB*0,20+CC*0,25+CD*0,15.

Assim sendo, e como resultado da avaliação efetuada nas duas fases, verifica-se que a presente candidatura obteve uma CF de 2,50, pelo que poderá ser selecionada para financiamento , na medida em que cumpre a pontuação mínima de 2,50.

7. Conclusões

Da análise efetuada ao cumprimento das condições do Aviso de Abertura de Concurso n.º 03/C12-i01.01/2022 – "Beneficiação de áreas de pinheiro-bravo com potencial para resinagem" e considerando a classificação final obtida, verifica-se que a presente candidatura cumpre com pressupostos do Aviso pelo que se propõe a aprovação da candidatura em apreço, obtendo esta parecer FAVORÁVEL.

8. Condicionantes / Recomendações

Não se verifica a existência de condicionantes/recomendações, no entanto o proponente deverá dispor dos licenciamentos necessários à realização dos investimentos, quando aplicável.

FUNDO AMBIENTAL

C12 - Bioeconomia Sustentável

TC-C12-i01.01 - Bioeconomia – Subinvestimento Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro-bravo com Potencial para a Resinagem da Submedida Gestão Florestal e Apoio à Resinagem

Aviso N.º 03/C12-i01.01/2022

Beneficiação de Áreas de Pinheiro-Bravo com Potencial para Resinagem

Nº da candidatura	16
Identificação do Beneficiário	Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso
NIF	901744123
Tipo de Beneficiário Final	Entidade Gestora de Baldio

Nome do Projeto	Localização do Projeto (Freguesia)	2023				2024				Total (sem IVA)
		Investimento Total	Investimento não Elegível	Investimento Elegível	Contribuição PRR	Investimento Total	Investimento não Elegível	Investimento Elegível	Contribuição PRR	
Aproveitamento da Regeneração Natural de Pinheiro Bravo	Covas do Barroso	83 776,14 €	4 742,05 €	79 034,09 €	79 034,09 €	21 843,97 €	1 236,46 €	20 607,52 €	20 607,52 €	99 641,61 €
Condução de Povoamentos de Pinheiro Bravo	Covas do Barroso					38 332,41 €	2 169,76 €	36 162,65 €	36 162,65 €	36 162,65 €
Estudos, planos, projetos, atividades preparatorias e acessorias diretamente ligadas a candidatura	Covas do Barroso	1 757,82 €	328,70 €	1 429,12 €	1 429,12 €					1 429,12 €
Fiscalização, coordenação de segurança e assistência técnica	Covas do Barroso					1 757,82 €	328,70 €	1 429,12 €	1 429,12 €	1 429,12 €
Total (sem IVA)		**85 533,96 €**	**5 070,75 €**	**80 463,21 €**	**80 463,21 €**	**61 934,20 €**	**3 734,92 €**	**58 199,29 €**	**58 199,29 €**	**138 662,50 €**
Reporte semestral da informação qualitativa e quantitativa		Data referência: 30 de junho		Data referência: 31 dezembro		Data referência: 30 de junho				

Assinatura Representante legal da Entidade Parceira:

(Aida Alves Fernandes - Presidente do Conselho Diretivo)

PRR Plano de Recuperação e Resiliência | REPÚBLICA PORTUGUESA | Funded by the European Union NextGenerationEU

FUNDO AMBIENTAL

C12 - Bioeconomia Sustentável

TC-C12-i01.01 - Bioeconomia – Subinvestimento Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro-bravo com Potencial para a Resinagem da Submedida Gestão Florestal e Apoio à Resinagem

Aviso N.º 03/C12-i01.01/2022

Beneficiação de Áreas de Pinheiro-Bravo com Potencial para Resinagem

Nº da candidatura	16
Identificação do Beneficiário	Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso
NIF	501746123
Tipo de Beneficiário Final	Associações sem fins lucrativos

1. Relativamente ao(s) investimento(s) contratualizado(s) com o Fundo Ambiental no âmbito do Aviso N.º 03/C12-i01.01/2022, preencha o quadro abaixo:

Tipologia de Intervenção	Localização do Projeto (Freguesia)	Descritivo	Outras Fontes de Financiamento	Em caso afirmativo, indicar quais	Como é reportado o financiamento	São investimentos complementares a outros?	Em caso afirmativo, indicar quais	Como é operacionalizada a complementaridade	São investimentos sobrepostos a outros igualmente financiados pelo PRR?	Em caso afirmativo, indicar quais	Como é operacionalizado o financiamento de forma a evitar o duplo financiamento
Aproveitamento da Regeneração Natural	Covas do Barroso	Operações tendentes à renovação de um povoamento a partir da germinação de sementes existentes no solo	Não								
Beneficiação e condução de Povoamentos	Covas do Barroso	O conjunto de operações de cariz florestal, quer ao nível do povoamento, quer ao nível da árvore, que tem por objetivo a criação de condições para o seu correto desenvolvimento e aumento da sua rentabilidade	Não								

2. Tem financiamento de fundos comunitários para investimentos da entidade, além dos montantes previstos no PRR?

Não

3. Em caso afirmativo, identifique os financiamentos complementares ou conexos nas áreas aprovadas no(s) investimento(s) contratualizado(s) com o Fundo Ambiental, nomeadamente no âmbito do Aviso N.º 03/C12-i01.01/2022, que em fevereiro de 2020, ainda estivessem a decorrer e/ou estejam a decorrer à data (que tenham tido início em 2015 ou em ano posterior). Deverão ainda, indicar quais os fundos, os respetivos investimentos financiados, o respetivo montante e o seu período de execução

Assinatura Representante legal da Entidade Parceira

(Aida Alves Fernandes - Presidente do Conselho Diretivo)

ORDEM dos ADVOGADOS

REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03
Portaria n.º657-B/2006, de 29-06

Dr.(a) Rita Campos
CÉDULA PROFISSIONAL: 10377P

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Reconhecimento com menções especiais por semelhança

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso
Cartão de Cidadão nº. 901744123

OBSERVAÇÕES

Termo de Aceitação - Fundo Ambiental

EXECUTADO A: 2023-03-10 15:18

REGISTADO A: 2023-03-10 15:28
COM O Nº: 10377P/2512

Poderá consultar este registo em https://oa.pt/validar.php?id=42145901+741201.

RITA CAMPOS

ADVOGADA

RESPONSABILIDADE LIMITADA

RECONHECIMENTO DE ASSINATURAS POR SEMELHANÇA

__ Reconheço a assinatura aposta no documento anexo, de **Aida Alves Fernandes**, titular do cartão de cidadão n.º 11256330 9 ZX5, válido até 20/05/2031, na qualidade de Presidente do Conselho Directivo da **Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso**, NIPC 901 744 123, com sede em Covas do Barroso, e em sua representação, identificação, qualidade e poderes que verifiquei por exibição do supra referido documento de identificação e das actas da Assembleia de Compartes n.º 22 e n.º 23 datadas, respectivamente de 27/01/2019 e de 10/02/2019. Verifiquei, através da consulta com inserção do NIPC, que o RCBE se encontra efectuado.__

Boticas, 10 de Março de 2023

RITA CAMPOS
ADVOGADA
RESPONSABILIDADE LIMITADA
C.P. 10377P • NIF 215009193
Av. do Eiró, 11, 5460-311 Boticas

Registo OA n.º 10377P/2512#

Av. do Eiró n.º 11 • 5460-311 Boticas • ☎ +351 276 413 487 • 🖷 +351 276 009 149
ritacampos-10377p@adv.oa.pt

RESPONSABILIDADE LIMITADA
C.P. 10377P • NIF 215009193
Av. do Eiró, 11, 5460-311 Boticas

Termo de Aceitação

1) Nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, declara-se que se tomou conhecimento, e é aceite nos seus precisos termos, a decisão de aprovação da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização de 2022-09-16 sobre a Informação n.º 041/UCF/2022/CD e respetivos anexos, referentes aos compromissos físicos e financeiros e à concessão de um apoio financeiro de natureza não reembolsável de 159.964,22 Euros, correspondente à aplicação de uma taxa de cofinanciamento FEDER de 100,00%, sobre o total investimento elegível no valor de 159.964,22 Euros, relativos à operação n.º 181698 com o código universal POCI-07-62G4-FEDER-181698, designada por "Intervenções para a Valorização e Rentabilização da Unidade de Baldio de Covas do Barroso", a realizar no período de 2022-10-01 a 2023-12-31, apresentada por COMUNIDADE LOCAL DOS BALDIOS DE COVAS DO BARROSO, NIF 901744123 nos termos do Aviso para Apresentação de Candidatura nº 12/REACT-EU/2021 - Gestão do combustível dos territórios submetidos ao Regime Florestal o qual é parte integrante do presente Termo de Aceitação, obrigando-se o beneficiário ao seu integral cumprimento e à manutenção dos requisitos de concessão do financiamento, sob pena de redução ou revogação do financiamento da operação, nos termos previstos no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação;

2) Declara-se que se assume o compromisso de respeitar todas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, as condições de concessão do financiamento, em especial as que decorrem do Aviso para Apresentação de Candidatura n.º 12/REACT-EU/2021, ao abrigo do qual a operação foi apresentada;

3) Mais se declara que:

   a) tem perfeito conhecimento da obrigação de executar a operação nos termos e condições constantes da referida decisão de aprovação da operação e concessão do financiamento da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização e dos respetivos anexos relativos aos compromissos e resultados físicos e financeiros;

   b) tem perfeito conhecimento da obrigação de possuir um sistema de contabilidade organizada de acordo com o legalmente exigido, assegurando a utilização de um sistema de contabilidade separado ou uma codificação contabilística adequada de todas as transações relacionadas com a operação;

c) tem perfeito conhecimento da obrigação de adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas com os fornecedores ou prestadores de serviços;

d) assegura o fornecimento dos elementos necessários às atividades de monitorização e avaliação das operações, no quadro da implementação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e respetivo reporte à Comissão Europeia, obrigando-se designadamente à recolha de indicadores de realização e de resultado comuns e dos fixados nos termos da decisão de aprovação, bem como a participação em processos de inquirição relacionados com a operação, em cumprimento da alínea j) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação;

e) aceita os montantes de financiamento atribuídos à presente operação nos termos da decisão de aprovação e anexos, comprometendo-se à consecução dos objetivos através da realização da operação apoiada, observando para o efeito o cumprimento dos valores fixados a título de indicadores de realização e/ou de resultados de operação, constantes dos referidos termos;

f) tem perfeito conhecimento da obrigação de reposição, decorrente do recebimento indevido de verbas, por incumprimento de obrigações legais, pela ocorrência de irregularidades bem como a inexistência ou a perda de requisito de concessão do financiamento, conforme se indica no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, na sua atual redação;

g) tem perfeito conhecimento da necessidade de conservar e manter à disposição das autoridades comunitárias e nacionais, preferencialmente em suporte digital, todos os documentos que integram os processos contabilístico e técnico da operação durante o prazo de três anos, a contar da data do encerramento ou da aceitação da Comissão Europeia sobre a declaração de encerramento do PO;

h) tem perfeito conhecimento da obrigação de proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia, designadamente o Regulamento de Execução (UE) n.º 821/2014 da Comissão, de 28 de julho, Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro, Regulamento (UE) n.º 2020/2021 do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de dezembro, e nacional, em conformidade com a alínea d) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação;

i) tem perfeito conhecimento da obrigação de permitir o acesso aos locais de realização da operação e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo da operação, ainda que em operações cujo encerramento tenha sido aprovado, e de que a recusa, por parte das entidades beneficiárias, de submissão ao controlo e auditoria a que estão legalmente sujeitas constitui fundamento de revogação da decisão de aprovação do financiamento, em conformidade com a alínea h) do n.º 3 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação;

j) tem perfeito conhecimento de que o desrespeito dos normativos aplicáveis, em matéria de contratação pública, constitui fundamento de uma redução proporcional do financiamento, em função da gravidade do incumprimento, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação;

k) tem perfeito conhecimento de que os pagamentos estão condicionados aos fluxos financeiros comunitários e que nenhum pagamento será efetuado sem prévia comprovação da situação regularizada perante a Administração Fiscal, a Segurança Social e no âmbito dos FEEI;

l) tem perfeito conhecimento de que a condenação em processo crime, por factos que envolvam disponibilidades financeiras dos FEEI ou a condenação em processo crime ou contraordenacional por violação da legislação sobre o trabalho de menores e discriminação no trabalho e emprego, nomeadamente em função do sexo, da deficiência e da existência de risco agravado de saúde, é inibidora do acesso a financiamento dos FEEI pelo prazo de 3 anos a contar da data do trânsito em julgado da decisão condenatória, salvo se da sanção aplicada no âmbito desse processo resultar período superior, caso em que se aplica este último, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação;

m) tem perfeito conhecimento de que a dedução de acusação em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras dos FEEI, ou a participação criminal por factos apurados em processo de controlo ou auditoria, condiciona o acesso aos apoios à apresentação de garantia idónea por cada pagamento a efetuar independentemente da operação a que se reporta, nos termos fixados artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação;

n) tem perfeito conhecimento de que a execução da operação deverá ter início no prazo máximo de 90 dias após a assinatura do termo de aceitação;

o) tem perfeito conhecimento de que qualquer alteração ou ocorrência que ponha em causa os pressupostos relativos à aprovação da operação deverá ser obrigatoriamente comunicada à Autoridade de Gestão;

p) tem perfeito conhecimento da necessidade de realização de todas as ações previstas em plano de comunicação da operação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral;

q) tem perfeito conhecimento que os pedidos de pagamento respeitam o estabelecido no Aviso para Apresentação de Candidatura n.º 12/REACT-EU/2021;

r) autoriza a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, a proceder à divulgação dos apoios concedidos à operação, nos termos dos regulamentos aplicáveis.

É titular da conta com o IBAN nº PT50.003501680001433553040, para a qual deverão ser transferidos os pagamentos dos apoios financeiros concedidos no âmbito da presente operação.

Todos os anexos fazem parte integrante do presente termo de aceitação.

Aceite em:

Covas do Barroso, 31 de Outubro de 2022

O beneficiário

Aida Alves Fernandes

Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de Covas do Barroso em representação da Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso

(assinatura eletrónica qualificada com certificação da qualidade e/ou poderes para o ato através do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais)

ANEXO I

INDICADORES FÍSICOS

Indicador de Resultado

Nº	Indicador proposto	Referencial de Partida	Meta a Atingir
1	Área intervencionada para controlo de espécies invasoras lenhosas (% ha)	0,00%	0,00%
2	Área intervencionada classificada com perigosidade de incêndio "muito alta" e "alta" (%)	25,62%	25,62%
3	Área intervencionada localizada em territórios vulneráveis ou áreas classificadas (% ha)	100,00%	100,00%
4	Área intervencionada que contribui para a diversificação e multifuncionalidade dos territórios florestais (%)	0,00%	15,59%

Indicador de Realização

Nº	Indicador proposto	Referencial de Partida	Meta a Atingir
1	Superfície intervencionada (ha)	0,00	84,54

ANEXO II

MAPA DE INVESTIMENTO ELEGÍVEL

Nº	Designação	Tipologia de Investimentos	Elegível Apresentado	Investimento não Elegível	Elegível não Comparticipado	Elegível Apurado	Incentivo
1	Controlo de Vegetação (Local 1 de Investimento)	Trabalhos de silvicultura e outros trabalhos no âmbito da engenharia florestal: a) controlo de vegetação espontânea	11.831,14			11.831,14	11.831,14
2	Correção de Densidades (Local 1 de Investimento)	Trabalhos de silvicultura e outros trabalhos no âmbito da engenharia florestal: o) redução de densidade excessiva (povoamentos jovens)	30.272,02			30.272,02	30.272,02
3	Desramação (Local 1 de Investimento)	Trabalhos de silvicultura e outros trabalhos no âmbito da engenharia florestal: n) desramações e podas de formação	16.515,14			16.515,14	16.515,14
4	Controlo de Vegetação (Local 2 de Investimento)	Trabalhos de silvicultura e outros trabalhos no âmbito da engenharia florestal: a) controlo de vegetação espontânea	30.901,69			30.901,69	30.901,69
5	Correção de Densidades (Local 2 de Investimento)	Trabalhos de silvicultura e outros trabalhos no âmbito da engenharia florestal: o) redução de densidade excessiva (povoamentos jovens)	26.890,65			26.890,65	26.890,65
6	Desramação (Local 2 de Investimento)	Trabalhos de silvicultura e outros trabalhos no âmbito da engenharia florestal: n) desramações e podas de formação	14.670,40			14.670,40	14.670,40
7	Controlo de Vegetação (Local 3 de Investimento)	Trabalhos de silvicultura e outros trabalhos no âmbito da engenharia florestal: a) controlo de vegetação espontânea	12.252,76			12.252,76	12.252,76
8	Correção de Densidades (Local 3 de Investimento)	Trabalhos de silvicultura e outros trabalhos no âmbito da engenharia florestal: o) redução de densidade excessiva (povoamentos jovens)	2.569,65			2.569,65	2.569,65
9	Podas (Local 3 de Investimento)	Trabalhos de silvicultura e outros trabalhos no âmbito da engenharia florestal: n) desramações e podas de formação	6.443,44			6.443,44	6.443,44
10	Elaboração e atividades preparatórias-Projeto	Estudos, planos, projetos, atividades preparatórias e assessorias diretamente ligados à operação, incluindo a elaboração da análise custo-benefício, quando aplicável	3.198,91			3.198,91	3.198,91
11	Fiscalização, assistência técnica-Projeto	Fiscalização, coordenação de segurança e assistência técnica	3.198,91			3.198,91	3.198,91
12	Divulgação	Ações de informação, de divulgação, de sensibilização e de publicidade que se revelem necessárias para a prossecução dos objetivos da operação	1.219,51			1.219,51	1.219,51

Nº	Designação	Tipologia de Investimentos	Elegível Apresentado	Investimento não Elegível	Elegível não Comparticipado	Elegível Apurado	Incentivo
TOTAL			159.964,22	0,00	0,00	159.964,22	159.964,22

RITA CAMPOS

ADVOGADA

RESPONSABILIDADE LIMITADA

RECONHECIMENTO DE ASSINATURAS POR SEMELHANÇA

__ Reconheço a assinatura aposta no documento anexo, de **Aida Alves Fernandes**, titular do cartão de cidadão n.º 11256330 9 ZX5, válido até 20/05/2031, na qualidade de Presidente do Conselho Directivo da Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso, NIPC 901 744 123, com sede em Covas do Barroso, e em sua representação, identificação, qualidade e poderes que verifiquei por exibição do supra referido documento de identificação e das actas da Assembleia de Compartes n.º 22 e n.º 23 datadas, respectivamente de 27/01/2019 e de 10/02/2019. Verifiquei, através da consulta com inserção do NIPC, que o RCBE se encontra efectuado.__

Boticas, 31 de Outubro de 2022

RITA CAMPOS
ADVOGADA
RESPONSABILIDADE LIMITADA
C.P. 10377P • NIF 215009193
Av. do Eiró, 11, 5460-311 Botic[illegible]

Registo OA n.º 10377P/2361#

Av. do Eiró n.º 11 • 5460-311 Boticas • ☎ +351 276 413 487 • 🖷 +351 276 009 149
ritacampos-10377p@adv.oa.pt

ORDEM dos ADVOGADOS

REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03
Portaria n.º657-B/2006, de 29-06

Dr.(a) Rita Campos
CÉDULA PROFISSIONAL: 10377P

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Reconhecimento com menções especiais por semelhança

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso
NIPC nº. 901744123

OBSERVAÇÕES

Compete 2020 - Termo de Aceitação

EXECUTADO A: 2022-10-31 16:02

REGISTADO A: 2022-10-31 16:02
COM O Nº: 10377P/2361

Poderá consultar este registo em https://oa.pt/validar.php?id=40926337+815863.

Estudo de Impacte Ambiental

Avaliação de Impacte Ambiental

Mina do Barroso

Pronuncia ao Relatório Síntese

abril de 2023

COOPERATIVA AGRO RURAL DE BOTICAS, CRL

Índice:

O Território – Concelho de Boticas

A Instituição - Cooperativa Agro Rural de Boticas - CAPOLIB

Mel do Barroso DOP
Enquadramento

Carne Barrosã DOP
Enquadramento

Outros produtos promovidos e comercializados pela Cooperativa Agro Rural de Boticas
Enquadramento

Impactes Negativos Estimados

Agrupamento de Baldios do Concelho de Boticas
Enquadramento
Impactes sobre a dinamização do AdBaldios do Concelho de Boticas com a concessão/ampliação da Mina do Barroso

EQUIPA TÉCNICA

TÉCNICO	FORMAÇÃO
Carla Teixeira	Eng.ª Agrónoma – Ramo Zootécnica
João Paulo D'além	Eng.º Agrónomo
Carlos Cadime	Técnico Superior em Produção Agrícola
Miguel Alves	Eng.º Agrónomo – Ramo Agronomia
Ângelo Teixeira	Eng.º Florestal
João Paulo Costa	Médico Veterinário

O Território – Concelho de Boticas

Ainda há territórios assim, o concelho de Boticas, onde as marcas do tempo e da história estão impressas em cada aldeia, em cada serra, nos hábitos, nas tradições, nas crenças, nas festas religiosas e pagãs, nas chegas de bois e outras singularidades que nos distinguem de forma peculiar.

História rica, que nos pode ser contada pelos inúmeros povoados castrejos, pelo vinho dos mortos, pelo mel único, pelo saboroso fumeiro, pelo presunto, pelo pão centeio, pela batata, pelo cabrito e cordeiro, pela raça bovina barrosã, dona de lameiros e serras que produz seguramente uma das melhores carnes do mundo.

A ligação entre culturas, sociedade e produção é ainda muito forte, ancorada num passado carregado de identidade.

Com facilidade encontraremos em cada povoado uma particularidade, um sabor único, só possível de usufruir através da rica e singular gastronomia de montanha, encontraremos paisagens e até animais e culturas insuspeitáveis, impossíveis de achar em qualquer outro lugar.

É o triunfo da biodiversidade e da natureza paisagística e humana, Património Agrícola Mundial, herdada das riquezas do passado que continuaremos a guardar no **"teto do mundo português"** como Torga lhe chamou.

A Instituição - Cooperativa Agro Rural de Boticas - CAPOLIB

A Cooperativa Agro Rural de Boticas foi fundada em 1952 no município de Boticas em Trás-os-Montes com a missão de auxiliar os produtores agrícolas da região, com o propósito de aumentar e melhorar a sua produção, centralizar as compras e comercializar os seus produtos.

Mel do Barroso DOP

Enquadramento

O "Mel de Barroso" - DOP é produzido pela Organização de Produtores de mel da Cooperativa Agro Rural de Boticas, a qual tem a seu cargo a gestão da comercialização.
Em 1994 foi publicada em Diário da República a atribuição da gestão da Denominação de Origem Protegida ao Agrupamento de Produtores "Mel de Barroso" – DOP.
Atualmente, temos associados cerca de 250 apicultores em todo o país, com cerca de 22000 colmeias.

A Organização de Produtores de Mel da Cooperativa Agro Rural de Boticas, presta serviços de assistência técnica, rastreio sanitário dos apiários, formação e apoio logístico aos apicultores associados.
Está ainda dotada de uma central meleira que permite todo o processamento do mel, desde a extração até à comercialização.
Na área geográfica e subjacente, isto é, freguesias de Covas do Barroso, Dornelas e Vilar e Viveiro, prevista para a conceção da exploração mineira e nas áreas geográficas subjacentes estão permanentemente instaladas 1718 colmeias, com a produção anual estimada em cerca de 20 toneladas de mel.

Carne Barrosã DOP

Enquadramento

A Carne Barrosã – DOP, reconhecida pelo Despacho 18/1994 de 31 de janeiro, é proveniente de bovinos da Raça Barrosã, raça autóctone portuguesa, referência emblemática da bovinicultura nacional.

A conjugação das características genéticas associadas às pastagens naturais e aos rituais de tratamento, bem como a dedicação dos pastores transferem para a carne o melhor que as terras altas do norte de Portugal têm.

O Agrupamento de Produtores de Carne, sedeado na Cooperativa Agro Rural de Boticas tem a seu cargo as seguintes tarefas:

- Prestação de todo o apoio junto dos produtores para que obtenham o máximo benefício dos quadros regulatórios da atividade;
- Recolha de vitelas junto dos produtores, numa área geográfica de 21 municípios no noroeste de Portugal e concentração da oferta disponível;
- Processamento, transformação, embalagem, armazenamento e expedição da Carne Barrosã;
- Suporte documental, logístico e legal com vista à certificação da Carne Barrosã por organismo privado de certificação;
- Desenvolvimento de ações de marketing e estabelecimento de contactos comerciais;
- Comercialização junto dos mercados de grande consumo nacionais e internacionais;
- Valorização dos produtos junto dos empresários agrícolas de modo a estimular e melhorar a sua produção;

Na área geográfica e subjacente, isto é, freguesias de Covas do Barroso, Dornelas e Vilar e Viveiro, prevista para a concessão da exploração mineira, existem 580 cabeças de gado bovino, com uma produção anual de cerca de 500 vitelos.

Outros produtos promovidos e comercializados pela Cooperativa Agro Rural de Boticas

Enquadramento

Para além dos produtos DOP – Mel do Barroso e Carne Barrosã a Cooperativa Agro Rural de Boticas comercializa também o Cordeiro e o Cabrito, que são produtos de excelência, provenientes de animais nascidos e criados nas terras do Barroso, onde adquirem qualidades únicas muito apreciadas.

O número de pequenos ruminantes existentes na área geográfica e subjacente, isto é, freguesias de Covas do Barroso, Dornelas e Vilar e Viveiro, prevista para a concessão da exploração mineira é de 872 animais.

Os cogumelos silvestres serão também inevitavelmente um dos recursos endógenos mais afetados na área prevista para a instalação da Mina do Barroso. A recolha de cogumelos silvestres trata-se de uma atividade sazonal mas com grande importância na região do Barroso uma vez que se trata de um complemento aos rendimentos parcos dos compartes destas comunidades.

Ciente da importância deste recurso a Cooperativa Agro Rural de Boticas, CRL apresentou em fevereiro último uma candidatura ao programa PROMOVE financiado pelo BPI/Fundação La Caixa tendo como principais objetivos a regulamentação da recolha, a concentração da recolha, transformação, comercialização e desenvolvimento de novos produtos.

Impactes Negativos Estimados

Além dos previsíveis danos de imagem pela utilização do nome Barroso atribuído à mina, e as DOP – Mel do Barroso e Carne Barrosã, estamos em querer que os consumidores destes produtos irão associar negativamente estas duas denominações.

O prejuízo dai resultante traduz-se em perdas económicas efetivas para os produtores pecuários e produtores de mel em cerca de:

- Produção estimada de Mel: 20 ton x 5€ = 100.000€;
- Produção de carme bovina estimada: 400 vitelos x 800€/cabeça = 320.000€;
- Produção estimada de carne de Pequenos ruminantes: 1200 cabeças x 50€ = 60.000€;
- Subsídios às explorações agrícolas diretamente afetadas num valor estimado de 1.150.000€;

Todos os valores atrás mencionados dizem respeito a valores anuais que irão ser diretamente afetados.

Agrupamento de Baldios do Concelho de Boticas

Enquadramento

A secção florestal da Cooperativa Agro Rural de Boticas foi constituída em 1998, com o objetivo de apoiar e organizar os proprietários florestais existentes no concelho de Boticas através de elaboração de projetos a fundos comunitários para o planeamento, ordenamento e gestão sustentável das explorações florestais.

A sua crescente dinâmica atribui-lhe, novas responsabilidades, no apoio á gestão das áreas comunitárias através da constituição e dinamização do agrupamento de baldios do concelho de Boticas, através de um contrato-programa celebrado entre o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, I.P.) e a FORESTIS - Associação Florestal de Portugal.

Este contrato-programa foi posteriormente protocolado em 15 de julho de 2019 entre a FORESTIS- Associação Florestal de Portugal e a Cooperativa Agro Rural de Boticas para a constituição e dinamização do agrupamento de baldios do concelho de Boticas tendo uma duração inicial de 3 anos estando já garantido pelo Governo a continuidade dos agrupamentos de baldios sendo o seu financiamento através do orçamento do Fundo Ambiental.

O agrupamento de baldios do concelho de Boticas é constituído por 22 unidades de baldio com uma área total de 14 273 ha, sendo a unidade de baldio de Covas do Barroso parte integrante deste agrupamento com aproximadamente 1872 hectares.

Com a dinamização do agrupamento de baldios do concelho de Boticas pretende-se atingir os seguintes objetivos:

- Aumento de escala de intervenção de modo a garantirmos uma maior equidade da repartição dos custos pelas várias comunidades detentoras das áreas comunitárias, numa ótica de transformação e resiliência da paisagem adaptada ao território;

- A rentabilidade dos espaços comunitários ao nível florestal através da certificação da gestão florestal responsável como garantia de uma gestão sustentável ao nível ambiental, económico e social;
- A valorização das práticas milenares e comunitárias com a identidade deste território, a silvo pastorícia e os complexos sistemas agroflorestais, os quais, representam um papel preponderante na preservação do sistema Agro-silvo-pastoril do Barroso reconhecido pela FAO como Património Agrícola Mundial;
- Assegurar a simbiose existente entre floresta e agricultura através da valorização das pastagens biodiversas em modo de produção biológico que permite garantir o pastoreio animal de forma extensiva nestes espaços comunitários originando produtos de elevada qualidade os quais são reconhecidos e premiados a nível nacional;

Impactes sobre a dinamização do AdBaldios do Concelho de Boticas com a concessão/ampliação da Mina do Barroso

A concessão/ampliação da Mina do Barroso terá impactes ao nível da dinamização do agrupamento de baldios do concelho de Boticas nas seguintes áreas:

- Cumprimento dos indicadores estabelecidos no protocolo formalizado entre a FORESTIS - Associação Florestal de Portugal e a Cooperativa Agro Rural de Boticas uma vez que, ser necessário proceder à alteração do Plano de Gestão Florestal tendo também implicação este instrumento de gestão territorial na conclusão dos projetos em curso no baldio de Covas do Barroso, dado que para a finalização/submissão dos pedidos de pagamento é necessário este instrumento estar aprovado pelo ICNF,I.P., o cadastro simplificado e registo predial ao nível da Autoridade Tributária e Conservatória Predial da unidade de baldio de Covas do Barroso devido ao fator "Mina do Barroso" ser um elemento perturbador da estabilização dos limites da propriedade comunitária (unidade de baldio) colocando em risco o estipulado no referido protocolo;
- Na rentabilidade económica dos espaços comunitários, tal como previsto nos objetivos referidos no protocolo, com implicações diretas sobre a Comunidade de Covas do Barroso dado que, o certificado que foi atribuído ao baldio de Covas do

Barroso pelo sistema FSC (Forest Stewardship Council) para a gestão florestal sustentável e para as pastagens biodiversas em modo de produção biológica poderá ser alvo de retirada por parte das entidades certificados dado não serem cumpridas as boas práticas na gestão do território.

Boticas, 14 de abril de 2023

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa Agro Rural de Boticas

COOPERATIVA AGRO RURAL DE BOTICAS CAPOLIB-CRL 500 074 631 5460-320 BOTICAS

(Eng.º Albano Álvares)

zero.

parecer

Parecer relativo ao Estudo de Impacte Ambiental da ampliação da Mina do Barroso – projeto reformulado

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, com base na consulta dos documentos disponibilizados no Portal Participa, vem por este meio apresentar o seu parecer relativo ao Estudo de Impacte Ambiental da ampliação da Mina do Barroso (MdB), na sua versão do projeto reformulado apresentado no âmbito do Artigo 16.º do Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA).

Introdução

Este é um projeto reformulado, cuja entidade promotora é a empresa *Savannah Lithium*, Lda.

O projeto de ampliação da MdB, que esteve em consulta pública em 2021, tem por objetivo a ampliação da área de concessão de exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio para cerca de 593 hectares (ha), com uma área de exploração com cerca de 70,5 ha distribuídas por 4 cortas, numa área a intervencionar pela mina entre um mínimo de 384 ha e um máximo de 476 ha, sendo de referir que parte se situa a menos de 1000 metros de habitações de Covas do Barroso.

Pretende-se efetuar a instalação de um estabelecimento industrial de tratamento da mineralização, para produção de concentrados de espodumena e de quartzo e feldspato, a construção de um acesso desde o exterior à MdB, especificamente, ao estabelecimento industrial (lavaria), e a realização de um acesso entre a área este e oeste da Mina.

Acresce a criação de uma escombreira de rejeitados filtrados, sendo que os inertes irão ocupar em parte o espaço das cortas após exploração.

Está de igual forma prevista a implantação das seguintes instalações de apoio: escritórios, instalações sociais e armazéns, e oficinas.

No presente documento em consulta pública, é referido que a 23 de junho de 2022, através do ofício a autoridade Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) envia o parecer desfavorável da Comissão de Avaliação, tal como o Relatório da Consulta Pública e comunica que foram identificados potenciais impactes negativos muito significativos em fatores ambientais como recursos hídricos, sistemas ecológicos, paisagem e sócio-economia. Na mesma comunicação a Agência Portuguesa do Ambiente informa a vontade de desencadear o procedimento previsto no n.º 2 do artigo 16º do RJAIA, com vista a trabalhar no sentido da viabilização do projeto de ampliação da Mina do Barroso.

O Proponente informou a Autoridade de AIA do seu interesse em reformular o projeto avaliado no EIA e, consequentemente, da intenção de submeter um relatório síntese da reavaliação ambiental do projeto reformulado, com destaque aos aspetos mais relevantes elencados no parecer da Comissão de Avaliação.

Quanto às questões levantadas pela Comissão de Avaliação, são apresentadas no EIA as seguintes:

– Sistemas ecológicos, nomeadamente a potencial perturbação de espécies como o Mexilhão-de-água-doce, a Gralha-de-bico-vermelho e da atividade natural do Lobo-ibérico.

– Presença de elementos do projeto sobre linhas de drenagem, a sua proximidade ao rio Covas, possibilidade de deterioração da qualidade das águas superficiais com afetação dos objetivos definidos na Diretiva Quadro da Água.

– Paisagem com a compatibilidade paisagística do projeto devido à classificação da área como Património Agrícola Mundial.

– Componente social, devido à elevada incomodidade provocada pela exploração intensa e continuada, num curto período, influência na qualidade do ar da região, possível perda da classificação de Património Agrícola Mundial.

Após uma leitura atenta do documento, somos da opinião que o mesmo não se cinge a uma reformulação, mas sim a uma profunda alteração, nomeadamente à localização da lavaria; acesso ao exterior da exploração; instalação de alegados reservatórios de água que são barragens instaladas em linhas de água, uma das quais impermeabilizada; alteração na distribuição dos inertes que em parte vão ser colocados em parte nas cortas após as exploração, abandonando a ideia inicial de criação de dois lagos artificiais; não instalação de cortinas arbóreas devido ao ruído e poeiras entre a exploração e o aglomerado.

Questões gerais

Ponto um - Nesta reformulação do projeto é apresentada a construção de uma nova via de acesso externo com cerca de 11,6 km que ligará a lavaria à rede rodoviária nacional (Estrada Nacional 311), sendo necessário que esta tenha um mínimo de 8 metros de largura, resultando do aproveitamento de parte da rede rural existente e a criação de uma nova na maioria por escavação, tendo em consideração a topografia. É positivo o abandono da proposta de acessos que exigia a instalação de uma ponte sobre o rio Beça e cujo impacte sobre a componente ecológica era muito significativa, mas na nossa opinião não existe uma efetiva avaliação de qual o impacte do alargamento da atual estrada rural, a qual terá atualmente menos de 4 metros, para uma largura mínima de 8 metros, assim como a construção de um novo troço.

Ponto dois - Constata-se que existiu uma alteração ao nível da sequência de exploração de forma a que as escombreiras sejam depositadas nas primeiras cortas a serem exploradas permitindo a reabilitação da maioria das linhas de água, situação que não acontecia na versão anterior do projeto. Contudo, fica a interrogação sobre a verdadeira recuperação que é possível efetuar das linhas de água, considerando que as cortas ficarão preenchidas com inertes, detritos soltos que não conferem o mesmo tipo de impermeabilização do solo atualmente existente, assim como, considerando que os solos da região são muito esqueléticos e com baixa profundidade, de que forma se poderá falar de uma verdadeira recuperação paisagística.

Ponto três – É referido que existe uma redução nas áreas de escombreiras permanentes que passam dos 145,5 ha para os 82 ha, embora continue a existir uma área muito significativa de escombreiras temporárias. É referido que será feita a integração da maior área de escombreiras permanentes na topografia natural do terreno. Contudo, sendo esta região bastante declivosa, tal como é mencionado no estudo, fica a interrogação quanto à estabilidade futura destas escombreiras, tendo em conta não só a

altura das mesmas, que poderão atingir os 100 metros de altura, como se perspetiva com a escombreira 1 numa área com cerca de 19 hectares.

Mais preocupante é a instalação dos rejeitados da lavaria, cuja estrutura, com 13,9 Mt numa extensão de 28,4 ha, atingirá uma altura de 85 metros. Embora estejamos na presença de resíduos da lavaria que serão alvo de desidratação antes da sua deposição em local impermeabilizado e com canais de drenagem, em caso de acidente devido a anomalia ou qualquer outro fenómeno estocástico, devido à orografia do local e à proximidade de linhas de água, poderão existir consequências imprevisíveis sobre o comportamento destes sedimentos de granulometria fina, mesmo com a existência de um Reservatório de Controlo Ambiental a jusante. Esta é uma situação, em termos de localização, continua a suscitar-nos imensas dúvidas quando ao cumprimento das melhores práticas na exploração mineira.

Recursos hídricos

Ponto quatro – Embora e comparativamente com o estudo anterior tenham sido diminuídos em número, serão construídos 5 reservatórios, dois dos quais para controlo de sedimentos e águas de escorrências a jusante e receção de água das cortas, e 1 para receção da água contaminada utilizada na lavaria depois de passar pela estação de tratamento de águas e processamento e águas de escorrência. É referido que a redução em número implicou um aumento em volume.

Uma vez mais a menção a reservatório, deixa a dúvida no ar se não estamos perante a instalação de barragens e não de meros reservatórios. Olhando para a orografia do local, na nossa opinião vão ser instaladas barragens para retenção de água e com função de retenção de sedimentos em algumas situações sedimentos, e não um simples reservatório de água. Como tal deveria ser utilizada uma linguagem mais adequada às estruturas que vão ser instaladas e avaliar qual o impacto das mesmas ao abrigo da Diretiva Quadro da Água.

Ponto cinco – É referido no estudo a necessidade de um abastecimento anual na ordem dos 330 000 m^3 de água. Contando para este número a reposição no processamento na lavaria e a água necessária para suprir as poeiras nas atividades operacionais e o que é necessário para repor parte da água que é anualmente utilizada na lavaria, na ordem dos 665 m^3/dia num consumo anual total na lavaria de 406 020 m^3/ano.

É referido no estudo que, durante a fase de exploração, a mão-de-obra requerida varie entre 200 a 245 trabalhadores. Contudo, é curioso constatar que o consumo de água potável necessária anualmente é calculado para 100 trabalhadores. Será um erro de cálculo?

A preocupação com a disponibilidade hídrica nesta nova versão do projeto mantém-se. Deixa-se de efetuar uma extração direta do rio Covas, mas constroem-se várias barragens para garantir o abastecimento e necessidades da exploração mineira. No entanto, o estudo refere que é necessário garantir do escoamento do caudal ecológico e que deverá ser instalado equipamento de medição adequado em cada uma das linhas de água. Para além disso, é necessária a redução do consumo de água nos meses de junho, julho e agosto, com consequente diminuição da taxa de processamento de mineralização na lavaria, de tal modo se cumpra escrupulosamente o regime de caudais ecológicos no rio Covas. Fica a ideia de que o consumo de água é de tal forma elevado que no período de estio o mesmo poderá colocar em causa as necessidades de operação da mina.

Ainda dentro desta componente de recursos hídricos, é referido que, dada a imprevisibilidade do sistema hidrogeológico e de modo a minimizar possíveis impactes em recetores externos à atividade mineira, será implementado um plano de monitorização para acompanhar a evolução dos níveis de água na fase de exploração mineira e o eventual impacte nas captações de água subterrânea inventariadas localizadas nas imediações da concessão mineira. Também está prevista como medida compensatória a disponibilização de água proveniente dos reservatórios de água limpa à população para utilização também nas atividades agropecuárias. Esta é uma situação que localmente poderá ser problemática, e que está a ser avaliada com demasiada ligeireza, tendo em consideração o cenário de alterações climáticas que resulta em períodos de seca mais prolongadas que podem colocar em causa a disponibilidade de água para as atividades da população local. O fornecimento será realizado com recurso a cisternas ou condutas instaladas para o efeito?

Num cenário de alterações climáticas, em que a frequência de fenómenos de seca é cada vez comum e prolongada no tempo, fica a preocupação quanto ao impacte nos recursos hídricos nesta área em concreto.

Ponto seis - Ao nível dos recursos hídricos, é referido que não obstante a adoção das devidas medidas de minimização durante a fase de construção, classifica-se o impacte da construção dos reservatórios sobre as linhas de água (Corgo do Fojo e afluentes da margem esquerda do rio Covas) a represar como negativo, direto, provável, de magnitude moderada, local, permanente, significativo e irreversível.

No que concerne ao rio Covas, e apesar de este não vir a ser represado, considera-se que as atividades relacionadas com a construção de reservatórios nos seus afluentes diretos, poderá provocar impactes negativos, indiretos, prováveis, de magnitude moderada, local, permanentes, significativos e irreversíveis. (página 375 do relatório síntese)

Durante a fase de exploração do projeto, as principais alterações nos padrões de drenagem nas linhas de água da rede hidrográfica da área do projeto referem-se principalmente à existência dos reservatórios e respetivas albufeiras e estão associados à conversão de um regime lótico num regime lêntico (albufeiras).

Os principais impactes nos recursos hídricos superficiais, e em particular no rio Covas e nos seus afluentes da margem esquerda, onde serão implementados os reservatórios da Etapa 1, prende-se com o efeito barreira imposto ao sistema natural de drenagem, o que levará a alterações do regime de escoamento natural nas linhas de água a jusante e, a montante, este regime estará fortemente dependente do regime de exploração da mina.

É curioso que ao longo de todo o documento nunca é mencionada a construção de obstáculos nas linhas de água, como acontece nesta situação com a instalação de barragens para represar água na maioria das situações para utilização na exploração mineira, alterando o que inicialmente estava previsto com a utilização direta da água do rio Covas.

Ruído

Ponto sete – É referido no estudo que no âmbito do ruído, segundo “a análise elaborada conclui-se que ficam garantidas as condições de funcionamento da Mina do Barroso em relação à sua influência no ambiente exterior com ocupação humana”. E ainda referido que, “tal não significa, no entanto, que o ruído emitido pelo normal funcionamento da Mina do Barroso não possa ser audível (percetível). No

entanto, a grandeza das emissões sonoras na situação futura com a configuração atualmente em estudo na maioria dos locais é baixa relativamente à grandeza dos níveis sonoros registados para o ruído ambiente, demonstrando assim que a contribuição do funcionamento da Mina do Barroso no ruído ambiente pode ser considerada como pouco significativa.

Mas, mais adiante no documento é referido que, em relação à redução da qualidade de vida e saúde da população, "importa assinalar que a extensão no tempo destes efeitos de perturbação e a sua continuidade diária podem contribuir para um agravamento da qualidade de vida e saúde da população". Face ao exposto, é notório que existe um relegar para segundo plano dos problemas relacionados com a incomodidade que irá causar na população, com o cumprimento da legislação e o amenizar dos problemas com a redução da laboração da mina com um limite máximo em algumas das cortas para as 23 horas, garantindo horas de descanso. Ainda assim, a lavaria continuará a laborar 24 horas por dia.

Quanto a medidas de minimização são referidas a criação de barreiras acústicas arbóreas de 15 a 30 metros de largura, em torno, especialmente, da zona da lavaria, mas sem mencionar qual a tipologia de espécies a instalar e se as mesmas no tempo de vida útil da exploração terão o porte adequado para cumprirem a sua funcionalidade. Acresce a estranheza de abandono da instalação de barreiras acústicas entre a exploração e o aglomerado populacional. Se no anterior EIA existia a necessidade de efetuar a sua instalação, no atual documento em consulta pública essa necessidade parece ter desaparecido.

Paisagem

Ponto oito – É referido no estudo que os impactes na paisagem são negativos e vão de significativo a muito significativo.

Ponto nove - Existe uma ligeira alteração da localização da lavaria, com a escolha da opção 1, afastando-a do rio Covas, permitindo uma contenção mais eficaz do ruído noturno, além de reduzir o impacto visual. Também otimiza a localização da instalação de resíduos, neste caso dos rejeitados da lavaria. Mas o impacte visual numa paisagem rural permanece significativo.

Ponto dez - Esta região, também designada como **"Terras do Barroso"**, foi designada como primeiro sítio GIAHS (*Globally Important Agricultural Heritage Systems*) em Portugal. As suas caraterísticas intrínsecas valeram a esta região a **classificação de Património Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)**. Tratando-se de **uma ação da FAO que pretende promover e salvaguardar este território devido às caraterísticas ímpares ao nível do seu património agrícola e agropecuário.** No presente documento em consulta pública é referido que, estas áreas no âmbito do projeto são muito reduzidas no contexto da região do Barroso, sendo as intervenções da fase de construção maioritariamente temporárias e reversíveis. "A generalidade das infraestruturas a implementar nesta fase será removida no final da fase de exploração, sendo as suas áreas de implementação recuperadas e os seus usos repostos". Resta saber qual o impacto que este projeto terá na imagem da região.

Componente social e económica

Ponto onze – Um dos pontos que foram apontados pela ZERO no estudo anterior prendia-se com a necessidade de mão de obra especializada que de forma alguma poderia ser fornecida localmente ou

regionalmente. A reformulação do projeto assume esta situação, mas lamentavelmente não apresentam uma estimativa de qual será a necessidade de mão de obra que terá de ser recrutada fora da região.

Para além disso, é referido no estudo, que da análise dos impactos socioeconómicos realizados, "no âmbito da "empregabilidade, as evidências são muito positivas, perspetivando-se, por via direta, indireta ou induzida, a criação de 4 700 postos de trabalho, na fase de investimento e 2 250 postos de trabalho, na fase de operação." "Grosso modo, é referido o potencial do projeto para fixar a população, através dos efeitos que terá na economia". Uma vez mais, fica a interrogação se a instalação de uma exploração mineira desta natureza, que alegadamente tem um tempo de vida temporal limitado e exige, como referido no mesmo, o recrutar de mão de obra especializada que não existe a nível regional, é promotor de uma verdadeira fixação de população. Por outro lado, e considerando os números que são apresentados de 200 a 245 trabalhadores no período de laboração, não existe uma justificação concreta e/ou explicação para a criação de 2 250 postos de trabalho. São estes postos de trabalho só ao nível local ou decorrentes de todo o ciclo de exploração da matéria prima-lítio, desde a extração até à produção de baterias? Parece-nos que existe aqui um empolar dos aspetos positivos de empregabilidade, dado que mais adiante é referido que: "estima-se ainda, para cada emprego direto criado, a criação de seis empregos indiretos, quer por via dos efeitos multiplicadores geradores noutros setores, quer por via da procura de bens e serviços necessários à operação da mina". Para uma criação média de 200 postos de trabalho estaríamos a falar de 1200, pouco mais de metade dos 2250.

Ponto doze - A presença de um projeto desta magnitude traduzir-se-á numa maior dinâmica económica, aumento da população e consequente aumento da procura por bens e serviços. Esta procura poderá resultar num aumento dos preços, gerando discrepâncias entre indivíduos com um maior poder de compra e outros que devido aos baixos rendimentos sintam dificuldades em garantir os bens e serviços necessários.

Além disso, as próprias dinâmicas relacionadas com os recursos humanos poderão sofrer alterações em consequência da competição que poderá surgir pela mão de obra. Esta competição poderá não favorecer as empresas locais, uma vez que as mesmas poderão não apresentar a capacidade necessária para competir com as ofertas e salários previstos para o projeto, traduzindo-se numa disrupção do tecido económico da região, não querendo isto dizer que defendemos políticas de baixos salários.

Ponto treze - No que respeita às medidas de compensação, existe um conjunto de medidas que merecem observação da nossa parte:

- É mencionado a "Construção de uma infraestrutura que inclua um núcleo museológico, instalações para investigadores que pretendam desenvolver estudos sobre o concelho de Boticas". Não sendo claro qual a importância para o desenvolvimento local, carece de explicações adicionais.
- Quanto à "Cedência de cães guardadores de gado aos criadores de gado. Acompanhamento do desenvolvimento dos cães, apoio nos cuidados veterinários e na alimentação dos cães durantes dois anos.", é curioso na medida em que é mencionado no estudo e no que respeita aos sistemas ecológicos que, certamente os lobos passarão ocasionalmente na área de estudo. A ser verdade, qual a necessidade de distribuição de cães de guarda. Não se compreende esta medida, ainda para mais sabendo-se que grande parte do pastoreiro que é feito localmente, ou é acompanhando os ovinos e caprinos, ou no caso dos bovinos são recolhidos no final do dia, reduzindo muito a eventual predação por parte dos lobos, que segundo o estudo estão frequentemente a mais de 5

quilómetros de Covas do Barroso. Esta é uma medida com uma mera componente cosmética e pouco funcional tendo em consideração a realidade.

- Outra medida, o "Apoiar o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente da Guarda Nacional Republicana, com o objetivo de combater o furtivismo", é algo que nos parece que, embora possa ser bem-vinda, aparentemente não vem fazer face a qualquer problema identificado.
- É referido que, para a componente de reflorestação das áreas intervencionadas, "devem recolher-se sementes das espécies autóctones presentes na área, para posterior plantação e desenvolvimento em viveiro. Estas plantas devem ser depois utilizadas nas ações de recuperação paisagística". Esperamos que seja um lapso e não um grave desconhecimento da legislação em vigor. Existem 48 espécies florestais de certificação obrigatória, entre as quais se contam a azinheira, o sobreiro ou o carvalho-alvarinho, que só podem ser colhidas em bosquetes e povoamentos certificados.
- É mencionado um Plano de Envolvimento de Partes Interessadas o qual inclui um Plano de Partilha de Benefícios e um Plano de Boa Vizinhança. Este é um ponto positivo relativamente à versão presente no estudo anterior. Ainda assim, apontam-se um conjunto de fragilidades:

  - São planos que neste momento já deveriam estar elaborados e consensualizados, uma vez que se corre o risco de os mesmos não se conseguirem implementar considerando o conflito com a população local.

  - São planos que devem ser acordados com a população e não impingidos numa lógica de apoiar os mais desfavorecidos, como transparece em toda a redação.

  - Apresentam-se no documento um conjunto de métricas, quando ainda não existe um Acordo de partilha de Benefícios assinado, nem um efetivo plano de intervenção. Isto limita em muito as tipologias de intervenção que poderão ser acordadas no futuro, a não que a ideia fosse entrar numa lógica de implementação das medidas preconizadas pelo promotor no procedimento de AIA anterior (n.º 3353), em que se previa um investimento de 6 milhões de euros em projetos localmente ao longo de 12 anos, assim como 100 mil euros anuais no Plano de Boa Vizinhança.
- Finaliza-se esta componente de compensação apresentando algo que não tinha sido mencionado na consulta anterior, que se refere ao que está contratualizado com o baldio, num contrato de 2006. Os valores apresentados, que no global até podem parecer elevados, mas tendo em consideração a área em questão, com mais de 600 ha não serão assim tão significativos, considerando a hipoteca que sobre o território permanecerá no pós-exploração, sem qualquer garante de rendimento no futuro. Fica a ideia de pressão sobre as comunidades locais.

Tal como já referimos na consulta pública anterior, é positiva a intenção de partilha de benefícios. Porém, **dificilmente se consegue perceber qual o alcance do plano e o que de positivo ficará e perdurará após o encerramento da MdB**. Por exemplo, **a distribuição de subsídios tal como é apresentada pode ser positiva, mas certamente não resolve problemas de fundo, porque nunca existiu um processo participativo na construção de uma estratégia de desenvolvimento local que poderia ser alavancado por parte dos elevados lucros expectáveis gerados pela exploração da MdB**.

Ponto catorze – no documento não encontramos referências a um eventual e importante papel das populações afetadas, nomeadamente as assembleias de compartes que administram os baldios, numa comissão de acompanhamento da exploração mineira a criar, tendo poderes para requerer a monitorização dos impactos considerados significativos na fase de exploração, junto de quem considerarem mais competente e fiável, ficando os encargos dessa monitorização sob a responsabilidade da empresa concessionária da mina.

Componente ecológica

Ponto quinze - No caso da componente ecológica, na nossa opinião e no que concerne a análise dos impactes sobre a fauna, uma vez mais relega-se para segundo plano eventuais impactes, que serão sempre circunscritos e limitados no tempo.

É referido que para o mexilhão-de-rio "o aumento da turbidez é também responsável pela deposição de sedimentos finos que colmatam o substrato, impedindo o desenvolvimento dos bivalves juvenis de mexilhão-de-rio. Assim, considera-se provável a redução populacional de mexilhão-de-rio no rio Beça (a jusante da área de intervenção no rio Covas) por efeito indireto, sendo este um impacte de magnitude moderada, uma vez que que a população da espécie se encontra em declínio, e de âmbito regional dada a afetação da espécie na bacia hidrográfica do Beça e Tâmega, sendo significativo. O mesmo se considera para a fauna aquática em geral, tal como ictiofauna e outros macroinvertebrados, sendo pouco significativo."

"É ainda de referir a implementação de medidas de compensação direcionadas ao mexilhão-de-rio associadas ao SET que iram ocorrer no rio Beça, considerando-se que os impactes acima identificados poderão influenciar de forma negativa essas medidas, influenciando assim o seu sucesso, contudo, tendo em consideração que não haverá intervenções diretas na linha de água, a interferência com estas medidas deverá ser diminuta, sobretudo tendo em conta que o local de medida compensatória mais próximo do projeto se encontra a cerca de 2,5km."

Quanto à toupeira-de-água, o estudo refere que "a construção de infraestruturas na proximidade dos cursos de água, nomeadamente de acessos podem levar ao aterro das margens dos cursos de água e à introdução, nos sistemas aquáticos, de escombros provenientes das obras. Acarreta, por isso, a redução da disponibilidade alimentar e da disponibilidade de abrigos. Uma vez que a espécie apenas está confirmada no rio Covas considera-se provável face às ações previstas a alteração do uso do espaço pela população de toupeira-de-água, sendo este um impacte significativo".

Quanto ao lobo, da avaliação que foi feita as duas alcateias encontram-se a mais de 5 quilómetros da área de exploração pelo que só eventualmente utilizarão a área de passagem.

Ponto dezasseis – No estudo é apresentada a concretização de um conjunto de planos de monitorização nos primeiros 5 anos, nomeadamente Plano de monitorização para a truta, Plano de monitorização do lobo e Plano de monitorização da flora. Fica a questão sobre qual o real impacto destes planos de monitorização. Meros estudos académicos, ou vão resultar num real investimento responsável da empresa em conservação dos valores naturais em presença?

Ponto dezassete - É referido neste documento uma Estratégia Ambiental de Offsetting, baseada nos princípios de compensação da biodiversidade com o objetivo de desenvolver um ganho. Esta ganhará mais ímpeto através do Plano de Monitorização da Flora previsto, servindo como um instrumento base de aquisição de conhecimentos. Embora seja importante conhecer a flora, não se percebe qual o ganho

real que daí possa advir, para além de uma cosmética que interessa em termos de imagem da empresa numa logica de greenwashing no mercado de valores no que concerne a responsabilidade ambiental. A compensação ambiental faz-se com investimento efetivo no terreno na conservação de valores naturais, muito para lá de meros investimentos em estudos académicos.

Medidas para evitar, minimizar e compensar

Ponto dezoito - Relativamente às medidas para evitar contempladas no projeto de execução, são apresentadas, como por exemplo o afastamento do domínio público hídrico, perímetros de proteção de captações e as zonas de proteção do património. Dado que se tratam de obrigações prevista na legislação em vigor, não se compreende o enfatizar das mesmas.

Conclusões

A ZERO reforça uma vez mais que o projeto de alargamento da Mina do Barroso é um projeto que tem evidentes impactes ambientais, muitos deles cuja alegada reversibilidade é muito duvidosa. É verdade, que a presente reformulação do projeto sofreu melhorias, nomeadamente com a redução do tempo de laboração da parte extrativa, com a deposição de parte dos inertes nas cortas exploradas, com a alegada recuperação das linhas de água após a exploração das cortas, mas na essência continua a apresentar um conjunto de problemas para a população local, suscitar um conjunto de dúvidas quanto à componente ambiental, assim como contributos para o desenvolvimento da região a longo prazo resultantes dos investimentos que são anunciados. De forma alguma poderemos afirmar que estamos perante um suposto projeto de algo que não existe como reconhecido - o denominado "*Green Mining*" – dado que este conceito resume-se a uma verdadeira falácia que pretende na realidade mascarar o "*greenwashing*" de uma atividade que inevitavelmente tem grandes impactes e que deixará um enorme passivo ambiental para as gerações futuras.

No documento em consulta, o desenvolvimento do projeto assume um posicionamento estratégico, uma vez que permitirá alimentar os segmentos da cadeia de valor do lítio e reduzir a dependência europeia da matéria-prima, assim como potenciar o desenvolvimento de outros projetos nacionais ligados ao lítio, permitindo a criação de uma cadeia de valor acrescentado em território nacional, enfatizando que existem, em fase de estudo, projetos desse âmbito.

Todavia, o alegado interesse nacional sobrepõe-se ao conjunto de impactes negativos, sem que os mesmos possam ter o devido retorno em termos de compensação, enfatizando-se a importância de um alavancar que poderá ser desencadeado ao nível de vários sectores económicos regionais e locais que, direta e indiretamente, refletindo-se significativa e positivamente na estrutura empresarial, com consequente incremento na dinâmica associada ao mercado de trabalho e populacional. O acréscimo de postos de trabalhos diretos e indiretos nitidamente apresenta ao longo do documento valores contraditórios que carecem de verificação, os quais, a nossa opinião, poderão ser irrealistas, como vem sendo hábito na apresentação de projetos suscetíveis de gerarem impactes ambientais significativos e/ou conflitos a nível local. Por outro lado, acena-se com um conjunto de benefícios a distribuir ao longo de 12 anos junto da população local, seja com distribuição de valor monetário, seja com investimentos na ordem dos 500 mil euros anuais em projetos a nível local e regional que segundo o promotor permitem a

introdução de um dinamismo socioeconómico no território para o futuro. Parece muito pouco face aos gigantescos impactes que estão identificados.

Acresce que, existindo várias outras áreas adjacentes ou relativamente próximo desta concessão, em caso de aprovação de forma agregada podem efetivamente colocar uma enorme pressão nos sistemas ecológicos, com impactes ao nível da paisagem, pressão e conflitos com a população, que dificilmente serão mitigáveis e/ou compensáveis.

Pela análise do estudo, não nos parecem devidamente acautelados os impactes sociais, económicos e ambientais. A ideia de uma compensação delineada através de um plano, que nesta fase contou com um acrescentar de distribuição de alguns milhares de euros anualmente junto da população, parece-nos ser algo desenhado apenas para conquistar a adesão, mas que não resulta de um processo participativo bem conduzido desde o início envolvendo os principais interessados — os que residem e fazem deste território o que ele é hoje.

Na componente ecológica, assistimos a um Estudo de Impacte Ambiental que se refugia na elaboração de mais estudos sobre a biodiversidade, sem apesentar um plano concreto de intervenção visando compensar de forma minimamente séria os impactes negativos sobre a biodiversidade, em especial espécies e habitats em estado de conservação desfavorável. É que os estudos de monitorização, como infelizmente temos verificado em situações semelhantes, não têm a concretização inicialmente prevista e são, por norma, votados ao esquecimento. São bons para a academia e para empresas da área, mas de soma zero para a natureza.

Como conclusão, não podemos ser mais discordantes da ideia de que todos os impactes parecem ser ultrapassáveis, dado que, tal como já referimos em diversas ocasiões, não se pode efetuar uma exploração mineira a qualquer custo, colocando em acusa os valores naturais e paisagísticos ou a qualidade de vida de populações que deveriam ser auscultadas e ter um papel de decisão da aceitação ou não da instalação de uma atividade desta natureza nas suas proximidades face às contrapartidas que lhes são ou não oferecidas.

Face ao exposto, **o sentido da apreciação da ZERO é desfavorável**.

18 de abril de 2023

A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

Exposição a consulta pública à Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso

Eu, Sara Pedro Mendes Riso, portadora do cartão do cidadão nº 12831092, detentora de Licenciatura em Biologia e Mestrado em Ecologia, Biodiversidade e Gestão de Ecossistemas pela Universidade de Aveiro, venho por este meio apresentar uma exposição relativa Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso, aberta até dia 19 de abril de 2023.

Seguidamente passo a descrever as graves omissões e fragilidades desta Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso, particularmente patente em dois documentos:

- Avaliação do projeto reformulado no âmbito do artigo 16º do RJAIA VOLUME I – Relatório Síntese – Sistemas Ecológicos, o qual tenho plenas competências e formação para avaliar;
- Estudo de Viabilidade Ambiental do Acesso Norte, o qual tenho plenas competências e formação para avaliar.

Apontarei sobretudo as falhas metodológicas e os diagnósticos de impactes apontados neste estudo, que carecem não raras vezes de rigor e de transparência científica podendo as mesmas conduzir a reflexões e conclusões que não abonam à correta avaliação das populações de fauna e flora prevalecentes na área de estudo e que podem levar facilmente a uma subestimação da presença de determinadas espécies-chave, assim como das suas abundâncias e densidades, levando o leitor a depreender, erradamente, que esta é uma área de pouco interesse para a biodiversidade e conservação.

Exposição a consulta pública à Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso

Enumero seguidamente as fragilidades do documento Avaliação do projeto reformulado no âmbito do artigo 16º do RJAIA VOLUME I – Relatório Síntese – **Sistemas Ecológicos – vertente do lobo ibérico:**

Existem quatro impressões iniciais importantes a salientar no corpo deste documento:

1. Aquando da avaliação dos resultados de monitorização de lobo ibérico no presente documento, não se reflete adequadamente sobre as quadrículas de estudo associadas à concessão mineira, ao seu acesso externo e ao seu acesso interno (aliás, apenas é indicado o limite da concessão mineira nas diversas figuras e legendas apresentadas, como se os seus acessos não fossem potenciais geradores de impactes sobre o lobo-ibérico e também, no caso da área de concessão, existe uma ausência gritante de esforço de campo). A mina e os acessos (que incluem os caminhos de expedição para o exterior da exploração e os cerca de 15 km de caminhos internos de acesso às frentes de desmonte e lavaria) pressuporão o aumento da perturbação, nomeadamente através da afetação do habitat e dos recursos disponíveis, do aumento no fluxo de veículos (nomeadamente veículos de tipologia pesada), ruído, movimento de pessoas nas áreas onde serão implementados, e os mesmos poderão contribuir para eventos de mortalidade nesta espécie, pelo que é necessário avaliar corretamente a situação de referência. Algo que não está a ocorrer;

2. Supondo que a presença de indivíduos na zona da concessão mineira possa ser puramente dispersiva, interessa "mapear" essa situação, pois pode tratar-se de uma variante do corredor ecológico Parque Nacional Peneda-Gerês - Parque Natural do Alvão/Pardela. Com base nessa informação, infelizmente inexistente, poderiam ser recolhidos dados sobre este fenómeno e relacionar os mesmos com os corredores ecológicos conhecidos, que podem estar a sofrer mutações devido às diferentes dinâmicas que a área tem atravessado nos últimos anos. Mais concretamente, é sabido que os corredores ecológicos atuais (corredor PNPG-PNA/Pardela, corredor Parque Natural do Alvão- Parque Natural de Montesinho e corredor Parque Natural do Alvão – SIC Romeu) estão, efetivamente, assentes em modelos que não têm em conta, até ao momento, variáveis como a sucessão ecológica, as alterações climáticas, as alterações no uso e ocupação do solo e, sobretudo, a dinâmicas das áreas em mutação como é o caso da zona de estudo que conta, a sul, com a implementação do Sistema Eletroprodutor do Tâmega e, a norte, com a eventual Concessão de Exploração de Depósitos Minerais de Lítio e Minerais Associados da Mina do Romano, com localização prevista na vertente norte da Serra do Barroso, a sudeste da Albufeira do Alto Rabagão, em Morgade. No caso do primeiro empreendimento, já tiveram lugar alterações drásticas das características da área, com a imposição de grandes barreiras físicas à dispersão da espécie (entre o PNPG - PNA/Pardela), que poderão vir a modificar a realidade destes corredores no terreno. Por esta razão, é necessário acompanhar devidamente todos os movimentos de dispersão, se disso se tratarem, em busca de uma tendência. O próprio estudo admite que este corredor se situa "na zona oeste da concessão". Contudo, é evidente a utilização da área de estudo a norte e a sul desta mina pela espécie, o que pode vir a transformar as dimensões (largura e limites)

previstas para este corredor, situando-se a concessão mineira na sua passagem e podendo vir a ocorreu perturbações no fluxo genético do lobo-ibérico entre áreas importantes para a sua conservação;

3. O registo de indícios de presença de um grupo familiar/alcateia em Secerigo, entre 2015 e 2019, que culminaram na confirmação de reprodução de lobo-ibérico em 2020, com a observação de uma fêmea lactante, na área de estudo e não muito longe da área de concessão mineira, estão a ser alvo de contínua subavaliação, pelo que urge reforçar o esforço de campo nesses territórios, tendo em conta a sua proximidade à concessão mineira e especialmente à via de acesso externo da mina, o que poderá resultar num aumento de mortalidade para a espécie.

Enumero seguidamente exemplos específicos no documento que conduzem subavaliação da real presença de lobo-ibérico na área e à consequente subavaliação dos impactes sobre a mesma:

- PÁGINA 255. FIGURA 9.24
  Verifica-se uma vez mais que não são conduzidos percursos em grande parte do interior dos limites da área de concessão mineira e o método utilizado continua a ser o de transetos em veículo todo-o-terreno, apenas adequado para áreas abertas. A detetabilidade de dejetos, pegadas e outros indícios ao viajar numa viatura ou a pé não é a mesma, especialmente num habitat heterogéneo como o da área de estudo, com declives, curvas, cruzamentos entre caminhos de características diferentes, vegetação e, nalguns momentos, estreitamento da via que pode conduzir à subavaliação da real presença de indícios de lobo-ibérico na área. De acordo com a bibliografia especializada disponível, o lobo-ibérico deposita, na maioria das vezes, excrementos em ou na proximidade de interseções de caminhos, a dezenas a centenas de metros desse ponto de interseção. Na presença de um cruzamento ou de um entroncamento, o observador deve prospetar as diversas vias que divergem ou convergem nesse ponto de interceção a pé (sob a pena de anular os indícios com as rodas do veículo ou de passar desapercebido pelos mesmos). Também continua a não ser conhecida a periodicidade dos transetos, que deveria ser, pelo menos, mensal.

- PÁGINA 256. FIGURA 9.25
  Existem 2 quadrículas (AL 15 e AL 17) para as quais não é indicado nenhum valor de Índice Quilométrico de Abundância, não sendo apontado nenhum motivo para essa ausência de informação.

- PÁGINA 257. FIGURA 9.26
  A bibliografia recente aponta para a possível existência de uma alcateia em Secerigo, tendo-se confirmado indícios de presença entre 2015 e 2019, que culminam na confirmação de reprodução, com a observação de uma fêmea lactante, em 2020. De acordo com o supracitado, torna-se incompreensível que não tenham sido efetuadas

estações de escuta pelo menos nas quadrículas AP 08 e AP 12, dada a sua proximidade à área de concessão mineira e à via de acesso externo.

- PÁGINA 259. FIGURA 9.27
  Uma vez que é assinalada a presença de crias de lobo-ibérico do ano na quadrícula AP 05, com recurso a armadilhagem fotográfica, seria importante indicar o ponto exato de recolha dessa informação e a idade estimada das crias nesse registo, para melhor determinar se, em caso de se tratarem de crias muito recentes:
  a) A observação comprova efetivamente a reprodução da espécie na área, se detetadas a menos de 2 km do limite da área de concessão mineira e pelo qual se encontrariam no interior da área tampão, a ser considerada durante a reprodução;
  b) A observação vem contrariar a ideia de que as zonas de criação se situam todas elas a mais de 5 km dos limites da concessão, no caso de serem detetadas a menos de 5 km do limite da área de reprodução.

- PÁGINA 261. FIGURA 9.28
  Esta figura revela dados alarmantes: nas quadrículas AP 07 E AP 08, simultaneamente área de presença de uma suposta (provável) alcateia de Secerigo e local projetado para a futura implementação do acesso externo da concessão mineira que não se encontra a ser devidamente monitorizado por este estudo. Ocorrem aqui movimentações de diferentes indivíduos (pelo menos 3: correspondentes aos genótipos 5, 7 e 11) cujos indícios não estão a ser devidamente registados ou para os quais não está a ser dirigido um esforço de campo considerado suficiente para a sua correta avaliação (quase total ausência de, por exemplo, de estações de gravação de vocalizações e ausência de estações de escuta).

- PÁGINA 263. FIGURA 9.29
  Verifica-se uma vez mais que não são efetuados esforços de campo em grande parte do interior da concessão mineira, constituindo a colocação de *AudioMoths* uma oportunidade para avaliar a presença de indivíduos da espécie *Canis lupus* dentro do limite desta área.

- PÁGINA 265 FIGURA 9.31
  Não se compreende que, na figura supracitada, os dados relativos aos prejuízos no gado se encontrem representados a verde, assim como a linha que define o limite de concessão mineira. Tal não permite visualizar corretamente os dados em caso de sobreposição de um ponto associado a prejuízos atribuídos ao lobo com a linha que define a concessão da mina. Do mesmo modo também não se compreende porque não há uma conjugação de dados relativos aos prejuízos de lobo entre 2018 e 2021 com o período que se lhe segue (2022), uma vez que de fevereiro de 2021 à data atual decorreram já mais de 2 anos.

- PÁGINA 267 FIGURA 9.33

  Existem efetivamente dados de dejetos identificados geneticamente como pertencendo a lobo-ibérico dentro da área de concessão da mina em período de reprodução pelo que o esforço em efetuar transetos dentro dessa mesma área deveria ter sido aumentado e não aparentar ser concomitantemente desprezado.

  Não nos é proporcionada a data de recolha do dejeto e o seu estado, o que ajudaria a estimar se o mesmo corresponderia sensivelmente ao período de tempo em que foi recolhido e, em caso afirmativo, se nos encontrávamos em época de reprodução, momento em que os indivíduos se circunscrevem ao redor do seu centro de reprodução, não efetuando movimentos muito largados no seu território. Noutro cenário, no caso de se tratar de um indivíduo dispersante, seria interessante procurar determinar se o mesmo estava a utilizar igualmente a porção mais a este do limite de concessão da mina (área para a qual deveriam ter sido dirigidos igualmente esforços de campo).

Enumero seguidamente as fragilidades do documento Avaliação do projeto reformulado no âmbito do artigo 16º do RJAIA VOLUME I – Relatório Síntese – **Sistemas Ecológicos – outras vertentes - fauna**

- PAGINA 271
  É referido que "Relativamente à componente da fauna, também não foram efetuados novos trabalhos de campo…".
  Deste modo, relativamente ao Estudo de Impacte Ambiental Inicial, o atual Projeto Reformulado continua a:

  a) demonstrar um reduzido esforço de campo na descrição das comunidades de macroinvertebrados bentónicos, de fitobentos, mexilhão-de-rio (*Margaritifera margaritifera*), de fauna piscícola e mamíferos aquáticos como a Toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), com os pontos de amostragem selecionados para a monitorização dos elementos aquáticos (PAQ01 a PAQ07) muito insuficientes. Para além do referido, o próprio estudo descreve que muitos dos pontos criados para a amostragem não são adequados para a presença de uma ou outra espécie;
  b) não colmatar a ausência de pontos de amostragem para a monitorização dos elementos aquáticos dentro da área de concessão da mina. Tal não se compreende uma vez que vão ocorrer alterações na estrutura das próprias linhas de água dessa zona pelo que é imperativo monitorizar as mesmas para saber se mantêm as mesmas condições ambientais ao longo da fase de construção, laboração e encerramento da mina, há diversas linhas de água e nascentes contidas no interior da área de concessão da mina que não são avaliadas neste estudo dos elementos aquáticos, sendo que muitas delas apresentam um regime hídrico permanente e não secam durante os meses de menor pluviosidade; a acessibilidade aos mesmos é perfeitamente possível.
  c) a ausência de condução de pontos de monitorização dentro da área de concessão pode levar a uma subavaliação dos recursos ecológicos aí presentes e, consequentemente, a uma estimação incorreta do verdadeiro potencial de afetação da ampliação da mina nas comunidades faunísticas e florísticas pré-existentes.

Exposição a consulta pública à Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso

Procedo seguidamente à reflexão sobre a avaliação dos impactes deste estudo na vertente do lobo ibérico e nas outras vertentes, nomeadamente na fauna:

No que concerne as populações de lobo-ibérico na área de estudo:

1. Na avaliação dos impactes sobre o lobo-ibérico nas diferentes fases (construção, exploração e encerramento da exploração) é sucessivamente referido que a mina do Barroso terá um impacte pouco significativo sobre a espécie porque " A presença de gado assim como a altitude, são os principais fatores que condicionam a presença de lobo em Portugal", condições que essa área não reúne. Esta afirmação tem pouca fundamentação científica, uma vez que depende da área geográfica em que nos encontramos sendo que a espécie é oportunista, e tirará partido da disponibilidade de presas (silvestres ou domésticas) que existirem no seu território, desde que estas sejam suficientemente abundantes. O estudo refere que as presas selvagens existem em densidades altas na área de estudo, pelo que este fator poderá ser determinante para a presença de lobo ibérico na área. O lobo é efetivamente predominante em áreas de altitude, mas pode fazer deslocações em áreas mais baixas, em busca de alimento e recursos hídricos e em fenómenos de dispersão, o que faz com que a área da concessão possa ser utilizada pela espécie.
   Contudo, se pretendermos aludir à altitude como fator determinante na presença de lobo-ibérico, a área onde será instalado o acesso externo encontra-se, efetivamente em altitude (a título de exemplo, a 987 m, em medição sobre o caminho de terra onde se pretende fazer passar o acesso, ao nível da povoação de Campos) e detém presença confirmada da espécie, pelo que o seu impacte em termos de mortalidade sobre a espécie e das suas presas (por colisão e atropelamento), exclusão e perda de habitat poderá ser significativo e não pouco significativo, como sugere o estudo.

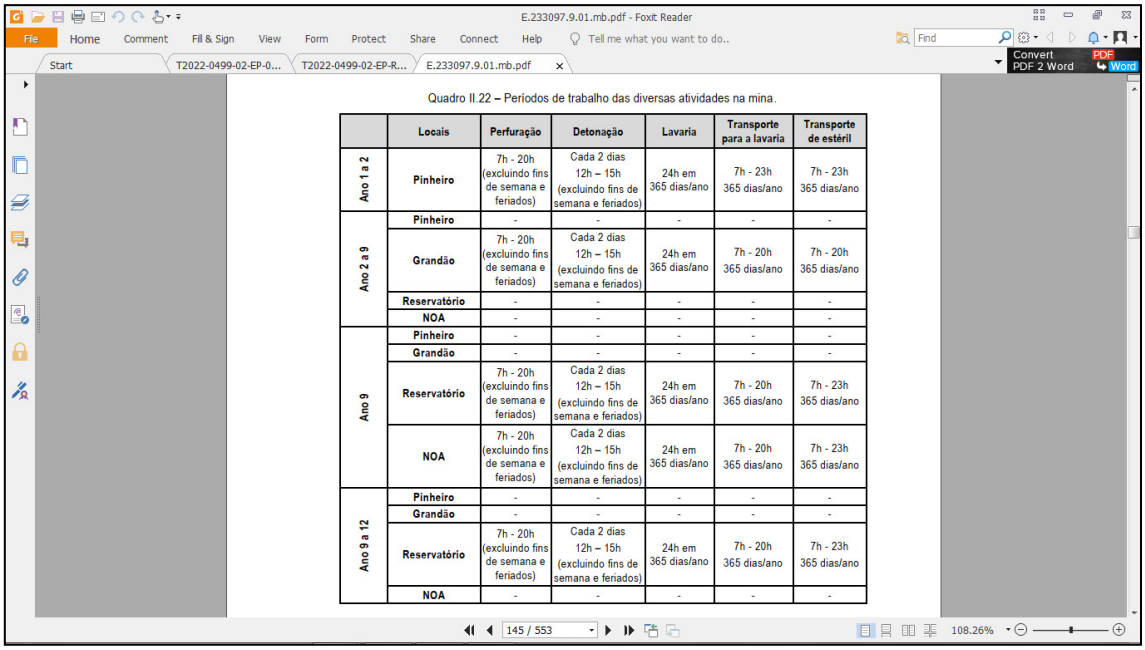
2. Na avaliação dos impactes sobre o lobo-ibérico nas diferentes fases (construção, exploração e encerramento da exploração) é sucessivamente referido que a área não é propícia para a presença de lobo dada a "ausência de registos de uivos e fotográficos". Acontece que estes registos foram medidos sem que houvesse um esforço de amostragem consistente e homogéneo no interior da concessão mineira, nos seus acessos e nas suas áreas limítrofes, pelo que a presença de lobo ibérico poderá estar subavaliada neste caso. Assim, o impacte em termos de mortalidade sobre a espécie (por colisão e atropelamento), exclusão e perda de habitat poderá ser significativo e não pouco significativo, como sugere o estudo.

3. Durante a Fase de Construção, o ruído geral das tarefas de construção, a iluminação artificial, a preparação do terreno e o aumento do tráfego vão promover a exclusão da espécie (e a redução do fluxo genético entre o PNPG e o PNA/Pardela), a sua mortalidade e a das suas presas (tendo em conta que a velocidade de circulação de 30 km/h dentro da exploração e nas vias de acesso nunca é cumprida) e a perda de habitat pelo que o impacte deve ser avaliado como significativo, ao invés de pouco significativa ou não significativo, como sugere o estudo.

4. Durante a Fase de Exploração, a transformação definitiva dos habitats por desmonte, o ruído e vibração produzidos em geral e os produzidos pela lavaria, a iluminação artificial, as explosões nas cortas e o aumento do tráfego vão promover a exclusão da espécie do seu corredor ecológico, a sua mortalidade e a das suas presas (especialmente no acesso externo da mina) e a perda de habitat pelo que o impacte deve ser avaliado como significativo, ao invés de pouco significativo ou não significativo.

5. Durante a Fase de Encerramento da exploração aborda-se o impacte positivo do Restauro ecológico referindo que os mecanismos de sucessão ecológica dar-se-ão a curto a médio prazo e o lobo poderá reocupar, lentamente a área. No caso de ocorrer a perda de conetividade entre áreas de conservação importantes para o lobo durante a fase de construção e exploração da mina (aproximadamente 17 anos), aquando do seu encerramento este impacte não será pouco significativo a significativo, como referido, mas antes pouco significativo a inexistente, uma vez que poderão já não existir populações de lobo-ibérico a utilizar esta área geográfica para dispersar.

6. Finalmente, refere-se que, em comparação com as alternativas do EIA, o Projeto reformulado conduz supostamente à alteração do horário de funcionamento da mina, que também seria um fator importante já que reduziriam alguns dos efeitos perturbadores, especialmente para o lobo, ao interditar o trabalho durante o período noturno. Assim sendo, como se explica os períodos horários constantes do Quadro II.22 do Plano de Lavra, nos quais a condição de suspensão da circulação de veículos pesados desde uma hora antes do pôr-do-sol até uma hora depois do mesmo nascer não ocorre quase nunca? Tal afirmação somente seria verdadeira se fossem tidas em conta as obras de perfuração, entre os meses de abril a julho (momento do ano em que o período noturno cumpre as regras de ocaso e o apogeu acima descritas). De resto, e tendo por base este quadro, existirá efetivamente circulação de veículos pesados de transporte para a lavaria e de transporte de estéril até às 23h (já no período noturno). Veja-se a seguinte figura:



Quadro II.22 – Períodos de trabalho das diversas atividades na mina.

	Locais	Perfuração	Detonação	Lavaria	Transporte para a lavaria	Transporte de estéril
Ano 1 a 2	Pinheiro	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano
Ano 2 a 9	Pinheiro	-	-	-	-	-
	Grandão	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano
	Reservatório	-	-	-	-	-
	NOA	-	-	-	-	-
Ano 9	Pinheiro	-	-	-	-	-
	Grandão	-	-	-	-	-
	Reservatório	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano
	NOA	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano
Ano 9 a 12	Pinheiro	-	-	-	-	-
	Grandão	-	-	-	-	-
	Reservatório	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano
	NOA	-	-	-	-	-

Fotografia 1 *Print screen* retirado do Quadro II.22 do Plano de Lavra

No que concerne as populações fauna, que não o lobo-ibérico, na área de estudo:

1. De modo geral, os impactes significativos negativos mais graves decorrentes da exploração mineira (referidos no Quadro 10.55 das páginas 509 e 510) mantêm-se no projeto reformulado para os grupos de fauna com um estatuto ameaçado: o mexilhão-de-rio, a toupeira-de-água e a gralha-de-bico-vermelho. Também será exercido, através da proliferação de espécies exóticas, um impacte sobre os habitats de pastagens semi-naturais como os lameiros e a floresta autóctone, que muito dificilmente recuperarão. Seria de esperar que, com a reformulação deste projeto, estas espécies vissem decrescer os seus graus de afetação. Contudo, estes mantêm-se. No caso do mexilhão-de-rio é afirmado que há um impacte global menor no projeto reformulado. Contudo, a ponte no Rio Covas vem anular os esforços das compensatórias derivadas do projeto SET no rio Beça. Apesar de se ter excluído a construção de uma ponte sobre o rio Beça, com afetação direta de uma população de mexilhão-de-rio aí existente, serão induzidas alterações no rio Covas a 2,5 km de uma população que se encontra a ser beneficiada, porque não se consegue assegurar a eliminação de impactos como a possível turbidez na água, a introdução de escombros no rio e a colmatação das suas margens por aterro.

2. Na Fase de Construção assume-se que pode ocorrer a deterioração da água e solos por derramamento acidental de substâncias potencialmente toxicas ou poluentes aquando das ações de terraplanagem, escavação, movimentação de máquinas e veículos, e libertação de gases por combustão, sendo este impacte pouco significativo. Antes de mais, o promotor da obra tem de ser ciente que os derramamentos referidos não podem ocorrer, já que se tem de assegurar o correto funcionamento de todos os equipamentos e antes de iniciar os trabalhos os riscos têm de ser previstos anteriormente e mitigados, quando se trabalha com equipamentos a gasóleo. No relatório Projeto de Descarbonização realizado para o Projeto da Mina de Lítio do Barroso pela empresa Ecoprogresso (T2012-785 Barroso Lithium_Sumário executivo Savannah Lithium, Lda Estratégia Descarbonização Sumário Executivo) é referida, em dois de quatro cenários propostos, a utilização de camiões a bateria como solução de transporte para a mina ou a utilização destes mesmos camiões a bateria a complementarem o uso de veículo ferroviário. A utilização destes recursos evitaria, a certa escala, o derramamento acidental e a libertação de gases por combustão. Uma vez que o promotor pretende que a mina seja regida por um conceito “verde” de *green-mining*, a mesma deveria aguardar até 2028 para iniciar a sua laboração, momento em que estes camiões a bateria já estarão disponíveis no mercado, evitando assim este impacte que, ao contrário do que sugere o estudo, se trata de um impacte significativo.

3. Na Fase de Construção assume-se que podem ocorrer atropelamento de anfíbios, répteis, micromamíferos, com impactes pouco significativo. A construção de acessos para veículos de tipologia pesada e o aumento de circulação rodoviária em meios não perturbados tem de ser tido como um impacte significativo, especialmente quando ocorre atravessamento de áreas húmidas, como é o caso do rio Covas, onde as populações de anfíbios ocorrem em densidades maiores.

4. Na Fase de Construção assume-se que podem ocorrer incêndios mas que o seu impacte será improvável. Este impacte nem sequer é avaliado no Quadro 10.55 das páginas 509 e 510. Uma vez que a área da concessão da mina se situa numa área de elevado risco de incêndio pelas suas características e pelo biótopo mais frequente na mesma serem matos e não, por exemplo, espécies de arvoredo de combustão lenta, é imperativo eliminar este possível impacte, através da não realização de trabalhos de risco durante o verão, ou durante os períodos de seca e de risco de incêndio elevado. No caso de ocorrer um incêndio na área, o seu impacte, nada improvável, será muito significativo para os diversos grupos de fauna terrestres, pela perda de habitat e inclusivamente para os aquáticos, uma vez que os rios receberão a cinza decorrente do incêndio, dando-se fenómenos de turbidez e anóxia, assim como as populações de lobo-ibérico para as quais este impacte não foi avaliado na seção que lhe corresponde.

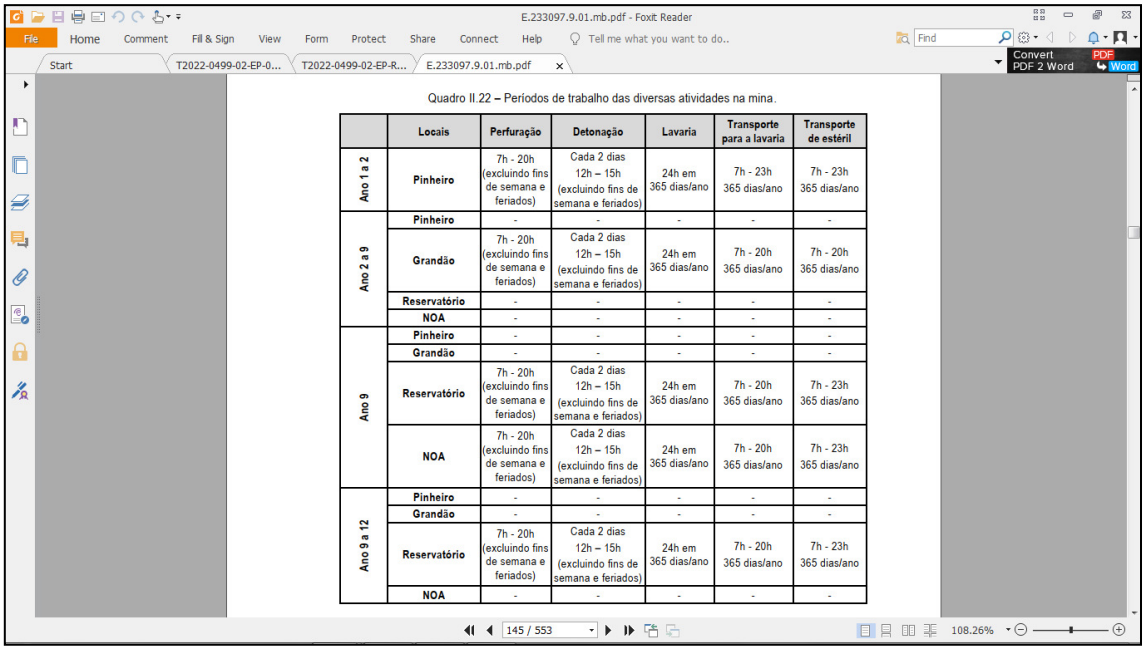
5. Na Fase de Construção assume-se que, aquando da construção da ponte metálica sobre o rio Covas (na etapa 2), pode ocorrer queda de materiais e detritos, que causarão turbidez no meio aquático e impedirão o desenvolvimento de juvenis de mexilhão-de-rio, mais a jusante, tornando provável a sua redução no rio Beça, com um impacte significativo de magnitude moderada. Este impacte não pode ser considerado como tendo uma magnitude moderada mas sim elevada uma vez que existe um local onde estão a ser implementadas medidas compensatória mexilhão do SET a apenas 2,5km deste ponto. Também aqui não são abordados derramamentos acidentais que afetarão severamente a ictiofauna e os macroinvertebrados. A título de exemplo, não são avaliados concretamente os impactes sobre a truta, espécie-chave essencial por si mesma para os ecossistemas aquáticos, mas também para a reprodução de mexilhão-de-rio e para a qual se prevê um plano de monitorização que aparentemente, não se iniciou ainda. Diz-se que os impactes sobre a ictiofauna e macroinvertebrados serão pouco significativos. Muito pelo contrário, estes poderão ser significativos.

6. Na Fase de Construção assume-se que, aquando da construção da ponte metálica sobre o rio Covas (na etapa 2), o impacte para a Toupeira-de-água pode vir a ser significativo, não havendo interceção direta na linha de água pela ponte mas podendo ocorrer aterro das margens dos cursos de água e escombros provenientes das obras. Este trata-se de um impacte direto e muito significativo sobre a espécie que apresenta populações saudáveis neste rio. O próprio enchimento dos encontros e instalação dos blocos de ancoragem, que serão construídos a partir de material de enchimento especificado selecionado, disponível no local, sendo os aterros cobertos por uma espessa camada de proteção de rochas e gabiões para reduzir a erosão durante eventos de cheia, constituem um impacto adicional para esta espécie. Tal decorre da utilização de material local na construção ir certamente perturbar a dinâmica do rio e danificar as suas margens, tão necessárias para a conservação de um habitat adequado para esta espécie.

7. Na Fase de Exploração assume-se que, nesta ponte metálica sobre o rio Covas circularão *dumpers*, a cada 14 minutos, para assegurar o fornecimento de material para a lavaria, pelo que o impacte neste rio deverá ser considerado significativo pelo seu poder de gerar

uma perturbação quase contínua, durante o dia e durante a noite, em termos de ruído e vibração, neste meio aquático (com a possibilidade, não avaliada, de queda de materiais transportados nesta linha de água).

8. Na Fase de Exploração assume-se que o tráfego no acesso exterior seja superior a 3,5 camiões/hora no período diurno e no, acesso interior, "as ações de mineração e atividades da mina irão decorrer entre as 7h e as 23h, o que implica a deslocação de camiões *dumpers* no circuito interno durante esse período, com o consequente acréscimo de ruído e luz artificial" e a partir do Ano 9 "…serão necessárias em média 55 viagens por dia (entre as cortas do Reservatório/NOA e a lavaria), o que corresponde a uma frequência de passagem de um *dumper* a cada 14 minutos, para assegurar o fornecimento de material para a lavaria". Esta afirmação vem contrariar tudo o que foi dito anteriormente, nomeadamente no Relatório Não Técnico do Projeto Reformulado (Avaliação do projeto reformulado no âmbito do artigo 16º do RJAIA VOLUME IV – Resumo não Técnico (RNT) – Sistemas Ecológicos), o que poderá induzir o leitor em erro, passo a citar: "O projeto também eliminou as atividades durante o período noturno e concentrou as atividades mais ruidosas nos dias úteis entre as 12h e as 15h." e no próprio corpo deste documento, com a seguinte citação a ser transposta da página 481 do mesmo, no momento em que há uma referência ao Impacte nº2 – Mortalidade para o Lobo-ibérico. "…suspensão de circulação de veículos pesados desde uma hora antes do pôr do Sol até uma hora após o nascer do Sol". A dar-se esta alteração de procedimento, a mesma acarreta um impacte muito significativo (para as comunidades diversas de fauna e também para o lobo-ibérico) e não um impacte pouco significativo, como referido.
   Efetivamente, consultando o Quadro II.22 do Plano de Lavra, a condição de suspensão da circulação de veículos pesados desde uma hora antes do pôr-do-sol até uma hora depois do mesmo nascer não ocorre quase nunca, a não ser nas obras de perfuração, entre os meses de abril a julho. Se não vejamos:



Quadro II.22 – Períodos de trabalho das diversas atividades na mina.

	Locais	Perfuração	Detonação	Lavaria	Transporte para a lavaria	Transporte de estéril
Ano 1 a 2	Pinheiro	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano
Ano 2 a 9	Pinheiro	-	-	-	-	-
	Grandão	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano
	Reservatório	-	-	-	-	-
	NOA	-	-	-	-	-
Ano 9	Pinheiro	-	-	-	-	-
	Grandão	-	-	-	-	-
	Reservatório	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano
	NOA	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano
Ano 9 a 12	Pinheiro	-	-	-	-	-
	Grandão	-	-	-	-	-
	Reservatório	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano
	NOA	-	-	-	-	-

Fotografia 2- *Print screen* retirado do Quadro II.22 do Plano de Lavra

9. Na Fase de Exploração assume-se que existirá um" acréscimo de luz artificial devido aos trabalhos e movimentos de transporte noturnos..." que terão um impacte pouco significativo, de acordo com os redatores do documento. A ocorrerem, este impacte será significativo sobre as populações de morcegos mas também de aves noturnas, algo que não foi endereçado neste estudo e pode levar a uma mortalidade acentuada nestes dois grupos de fauna.

10. Na Fase de Exploração há um impacto sobre a fauna que não foi endereçado neste estudo e que, na Etapa 1, pode contribuir para a diminuição da qualidade da água que se trata da exploração da Corta de Grandão, perigosamente situada na proximidade do Rio Covas, pelo que se prevê difícil uma correta contenção dos minérios daí extraídos, podendo os mesmos chegar ao rio. Também o acesso interno a esta Corta, através do qual circulam os veículos pesados, está numa posição sobranceira a este rio pelo que se avizinha, com esta inserção dos elementos no terreno, o deslizamento de terras e perda de material originário da Corta para o rio, com a geração de efeitos de turbidez na água com impactos significativos.

11. Na Fase de Exploração há um segundo impacto sobre a fauna que não foi endereçado neste estudo e que se prende com a otimização dos recursos hídricos, podendo vir a afetar a qualidade da água do Rio Covas, assim como a sua quantidade: a existência de 3 reservatórios de água limpa, supostamente para atenuar os caudais das linhas de água às quais as cortas se vão sobrepor. O fato de esta água ficar retida nos 3 reservatórios, que na sua totalidade detêm uma capacidade máxima de armazenamento de 181 575 m^3, faz com que esta água não abasteça os caudais do rio Covas, podendo contribuindo para a

ausência de um caudal mínimo ecológico neste rio de grande importância para alguns grupos-alvo de fauna. Também no caso de se dar um evento extremo de necessidade de descarregamento súbito destes reservatórios para o rio Covas, o seu efeito poderá ser devastador, por um aumento súbito e não gradual do caudal desta linha de água, arrasando algumas comunidades de espécies aquáticas como a toupeira-de-água. É igualmente referido no Plano de Lavra deste projeto, que a água existente no Reservatório de água Limpa 1 (RA1) será utilizada, nos períodos de estio, para abastecer a Lavaria, o que significa que será utilizada água limpa para abastecer esta unidade, em vez de água já processada e de algum modo contaminada, o que não abona a correta otimização dos recursos hídricos.

12. Na Fase de Exploração há um terceiro impacto sobre a fauna que não foi endereçado neste estudo e que se prende com a otimização dos recursos hídricos, podendo vir a afetar a qualidade da água do Rio Covas, assim como a sua quantidade: a existência de 2 reservatórios de Controlo de Sedimentos (com água proveniente da exploração das cortas, com sedimentos finos em suspensão). No caso de se dar um evento extremo de necessidade de descarregamento súbito destes reservatórios para o rio Covas, o seu efeito poderá ser devastador, por um aumento súbito e não gradual do caudal desta linha de água, com cerca de 525 265 m^3 de água contaminada com sedimentos finos em suspensão, arrasando as comunidades de espécies aquáticas, especialmente as de mexilhão-de-rio.

13. Na Fase de Exploração há um quarto impacto sobre a fauna que não foi endereçado neste estudo e que se prende com a otimização dos recursos hídricos, podendo vir a afetar a qualidade da água do Rio Covas, assim como a sua quantidade: a existência de 1 reservatório de Controlo Ambiental, unidade que se trata da unidade primordial a receber a água de reposição no abastecimento à lavaria. No caso de se dar um evento extremo de necessidade de descarregamento súbito deste reservatório para o rio Covas, o seu efeito poderá ser devastador, por um aumento súbito e não gradual do caudal desta linha de água, com cerca de 600 000 m^3 de água contaminada a arrasar as comunidades de espécies aquáticas.

14. Na Fase de Exploração há um quinto impacto sobre a fauna que não foi endereçado neste estudo e que se prende com a otimização dos recursos hídricos, podendo vir a afetar a qualidade da água do Rio Covas, o fato do abastecimento de água ao Projeto ser atingido de várias formas, nomeadamente pelo uso dos furos de drenagem das cortas que, uma vez contaminadas pela sua exploração, poderão chegar ao rio Covas perturbando a bacia hidrográfica na qual este rio se insere.

Enumero seguidamente as fragilidades do documento **Estudo de Viabilidade Ambiental do Acesso Norte**:

Relativamente ao impacto gerado pela circulação de viaturas, que contribuirá para um acréscimo de mortalidade, prevê-se um impacto na fase de exploração que será negativo, de magnitude reduzida, pouco significativo, de dimensão local, permanente e irreversível, especialmente sobre a comunidade de anfíbios e répteis, apesar de afetar todos os vertebrados aí existentes. Uma vez que este acesso norte cruzará o rio Terva, os seus afluentes e outras massas de água em múltiplos pontos, e grande parte do seu troço será construído de modo paralelo a vias asfaltadas já existentes, duplicará as taxas de mortalidade, especialmente nos anfíbios e outros grupos de espécies de fraca mobilidade na proximidade de zonas húmidas, como é o caso do réptil maioritariamente aquático, *Emys orbicularis.* De nome comum Cágado-de-carapaça estriada, possui uma ampla distribuição a nível global sendo, contudo, considerado em Portugal como uma espécie "Em Perigo" (EN) pelo Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal. No norte de Portugal existem apenas algumas populações isoladas, estando a mais importante localizada no extremo norte de Boticas, num grupo de lagoas pertence ao PAVT - Parque Arqueológico do Vale do Terva. Deste modo, e uma vez que esta espécie se desloca entre as diversas massas de água que irão ser cruzadas por esta via, urge, desde logo alterar a previsão de impactos para negativo, de magnitude (pelo menos) moderada, e significativo, de dimensão local, permanentes e irreversível para a fauna.

AZU - Ambiente nas Zonas Uraníferas,
Associação Ambientalista

20 ANOS DE LUTA PELO AMBIENTE

- Consulta Pública -

Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso

Posição da AZU — Ambiente em Zonas Uraníferas
Associação Ambientalista, desde 2001

A AZU, Associação Ambientalista manifesta o seu mais vivo repúdio pelos projectos de mineração de Lítio

-- Em concreto, estes projectos de mineração em curso de Lítio e de outros minerais merecem oposição, preferencialmente convergente;

-- As características que estes projectos apresentam, sobretudo com grandes empresas multinacionais na "caça" ao Lítio nacional, as quais, a pretexto, não desdenharão em especular com ele e com estes processos por forma a obterem o maior e mais rápido lucro. Com esse intuito, tendem para projectar minas gigantescas a céu aberto, com intensa utilização e consequente destruição de recursos naturais mais sensíveis, com destaque para os recursos hídricos e para solos de aptidão agroflorestal. Exercendo também uma de facto incontrolável e negativa pressão sobre os aglomerados populacionais da Região onde se concentrem, sobre espécies autóctones e produções/produtos tradicionais como a Vinha e o Vinho, o Olival, a Pastorícia, os Lacticínios e toda a Pecuária de qualidade, Apicultura incluída. Ao mesmo tempo, incrustam na Paisagem rural "chagas" imensas e ramificadas.

Esta preocupante experiência está feita noutros países e noutros regiões e deve ser evitada entre nós.

-- É necessário esclarecer e mobilizar as Populações, as organizações populares da região e apelar para as Autarquias e os Autarcas e para outras Entidades para se procurar convergir "contra" a consumação destes projectos de minerações tendo sobretudo em conta as características e os objectivos que comportam. Por forma a também potenciar a capacidade de oposição democrática aos mesmos, inclusivé perante a obstinação em prosseguir com eles por parte de governo e principais governantes.

-- De entre outros, realça-se a oposição das autarquias e população da região do Barroso, em diversas ocasiões. São aliás posicionamentos que se juntam a outros mais de idênticas Entidades. Tem havido variadas intervenções que expressam a necessidade em travar a ameaça, tal como a temos pela frente.

-- Registando com toda a atenção outros posicionamentos formulados que recomendam ponderação e equilíbrio a considerar nas posições que, no processo, se assumam publicamente, todavia prevalece a determinação em prosseguir a luta “contra” estas minerações, em concreto. Simultaneamente, é uma luta em defesa dos nossos recursos naturais mais sensíveis, desde logo e como se enfatizou, dos recursos hídricos (que já estão afectados com problemas graves…).

Existem regiões que têm já uma história muito marcada por profundas instalações mineiras com destaque para as Minas da Urgeiriça (urânio e rádio) com as dramáticas e conhecidas consequências quer ao nível da saúde pública, quer quanto ao impacto ambiental.

Importa, pois, prevenir e acautelar outras experiências semelhantes que provoquem feridas graves no ambiente e na vida das Populações.

Assim, a AZU alerta para as tentativas que já chegaram ao terreno, para a exploração intensiva e a céu aberto de Lítio e outros minerais. Tal situação viria alterar negativamente a importância no âmbito do Turismo, onde se realça o Eco Turismo, Turismo Rural, bem como a Paisagem, destruindo ainda o que resta da nossa Floresta tão importante para a sustentabilidade ambiental, dando assim cabo desta economia sustentável.

No contexto, reclama-se que o licenciamento de explorações de Lítio e outros minerais, fique sujeito a parecer prévio e favorável das Autarquias e das Populações onde incidam e não dependam apenas de eventuais "estudos de impacto ambiental" quase sempre favoráveis.

A AZU apela ainda para as Autarquias e os Autarcas e demais Entidades, no sentido de não abdicarem das suas responsabilidades e competências nesta problemática das minas e minerações, mais impactantes, tendo sobretudo em conta o Ambiente, os recursos naturais e a qualidade de vida das Populações, defendendo, inclusive, a implantação, isso sim, de empresas Amigas do Ambiente.

-- Tal como foi defendemos variadas vezes: **”vamos defender a vida tal como a queremos viver e não tal como no-la querem impor!”**.

-- A AZU assume a sua participação activa neste processo que se recusa a ouvir as populações e os especialistas sobre a matéria.

Vamos continuar a dizer “**NÃO!**” a este processo das Minerações em presença!

Nelas, 18 de Abril de 2023

Pel’AZU

20 ANOS DE LUTA
PELO AMBIENTE

PRONÚNCIA PROJETO REFORMULADO DA MINA DO BARROSO

Reafirma-se, e tal resulta do projecto reformulado e sob consulta, que a "Mina do Barroso" é um projeto com impacte relevante no Município de Boticas, e que se vai refletir, a vários níveis, no seu território e respetivas populações.

Da análise possível (atento o período exíguo para o efeito) resulta que o Projeto Reformulado é, e permita-se a expressão, um "remendo" no sentido de tentar ocultar/disfarçar os impactes negativos do projecto.

Sem prejuízo, e tendo em conta que o estudo sob análise é mais completo e profundo que o (insuficiente) anteriormente apresentado, resulta do mesmo que – cfr. as respetivas conclusões quanto a impactes significativos e muito significativos - não estão reunidas as condições para que o projeto possa ser objeto de parecer favorável.

Senão vejamos:

Se analisados com maior profundidade os possíveis impactes e tendo sido o projeto alterado com vista à adoção de novas medidas de mitigação, se chega a conclusões no sentido da "Significância" dos vários impactes estar no "VERMELHO" (classificação de significativos e muito significativos).

Resta concluir que, o mesmo não só não infirma as preocupações que decorriam do anterior estudo de impacte ambiental, como as confirma com carácter reforçado. O que se pode traduzir na seguinte expressão: "A mina não pode avançar, sob pena de destruição irrecuperável de todo o ecossistema envolvente e respectiva comunidade." Traduzindo-se nesta expressão a posição do Município de Boticas.

Contextualizando: Do Resumo Não Técnico e do Relatório Síntese, resulta que o projeto terá impactes negativos relevantes e com consequências não mensuráveis. Sendo que, no Resumo Não Técnico (*v.g.* pág. 17 e 18) resulta o seguinte, que a título de exemplo (parcialmente) se transcreve:

"ELEMENTOS DO AMBIENTE SIGNIFICATIVAMENTE AFETADOS

No quadro seguinte sintetizam-se os principais impactes ambientais ***que, após a implementação de medidas****, apresentam um impacte significativo a muito significativo.*

Esta exposição é uma visão simplificada dos impactes identificados, não dispensando portanto a consulta das análises detalhadas apresentadas nos textos setoriais do relatório de "Avaliação do Projeto Reformulado no Âmbito do artigo 16º do RJAIA", em particular de outros impactes classificados como potencialmente significativos antes da implementação de medidas de minimização. (…) (sombreado nosso) (…).

FATORES AMBIENTAIS
IMPACTE
EIA
PROJETO REFORMULADO

Clima e Alterações Climáticas Emissões – emissões de GEE passam de (anteriormente) impacte pouco significativo, para ***"PS a S"*** (sombreado nosso)
Paisagem – Desmonte de rocha nas cortas e Enchimento das escombreiras passam de (anteriormente) impacte significativo para ***"S a MS"*** (sombreado nosso)
Recursos hídricos – Intersecção do nível da água das cortas e consequentes impactes nas captações de água subterrânea – que não havia sido avaliado no âmbito do EIA é considerado como **Impacte Significativo a Muito Significativo**.
"Componente Social" – mantém-se a consideração como significativo. Nomeadamente, quanto à oposição das comunidades locais ao desenvolvimento do projecto, que não havia sido avaliado no EIA.
Refira-se que, devendo estes projetos ser objeto de discussão e participação das comunidades diretamente afetadas, não é despiciendo o facto da oposição das comunidades locais, em concreto, ser significativa.
Desde logo, porque como mandam as boas práticas dos Princípios Mineiros, definidos pela ICMM (Internacional Council on Mining & Metals) - https://www.icmm.com/en-gb/about-us/member-requirements/mining-principles - os processos mineiros têm que envolver a participação de todos os stakeholders.
Apesar da reformulação do projeto, os consequentes impactes não só se mantêm como negativos, como até se verifica o agravamento dos mesmos quanto a inúmeros elementos, mesmo após a adoção das medidas de mitigação.
Por outro lado, o Projeto Reformulado não é isento de insuficiências/contradições que comprometem a viabilidade do projeto mineiro, para além de não responderem às questões que são impeditivas da aprovação do mesmo.
O que se verifica, nomeadamente, nas seguintes situações:
- Existem documentos distintos: o EIA e o estudo de Avaliação do Projeto Reformulado.
- Deveria existir um único documento, consolidado, que permita a total perceção do projeto na sua globalidade.
- A matriz síntese apresentada no Resumo Não Técnico, relativamente ao Projeto Reformulado nos sistemas ecológicos, apenas refere dois impactes: vertente lobo

ibérico e outras vertentes. Sendo que, nas "outras vertentes" o único impacte mencionado é a destruição de biótopos/habitats.

Sucede no entanto que, no estudo de avaliação do Projeto Reformulado e no que respeita aos sistemas ecológicos "outras vertentes", é dado destaque aos impactes significativos sobre a toupeira de água, mexilhão-de-rio, gralha-de-bico-vermelho e populações de truta. **Algumas destas espécies foram consideradas pela <u>Comissão de Avaliação</u> como fatores ambientais determinantes, pelo que deveriam constar desta matriz síntese.**

Assim:

- Não foi realizado trabalho adicional para o mexilhão-de-rio, nem para a gralha-de-bico-vermelho! **Não esquecer que eram espécies alvo – fatores ambientais determinantes, considerados pela Comissão de Avaliação!!!**

- O EIA refere um impacte significativo sobre a população de mexilhão-de-rio, no Rio Beça, e de toupeira-de-água no Rio Covas.

Quanto a esta questão, o estudo do Projeto Reformulado refere como "… *provável a redução populacional de mexilhão-de-rio no rio Beça (a jusante da área de intervenção no rio Covas) por efeito indireto, sendo este um impacte de magnitude moderada, uma vez que a população da espécie se encontra em declínio, e de âmbito regional dada a afetação da espécie na bacia hidrográfica do Beça e Tâmega, sendo significativo. O mesmo se considera para a fauna aquática em geral, tal como ictiofauna e outros macroinvertebrados, sendo pouco significativo*."

Considera, ainda, "… *a implementação de medidas de compensação direcionadas ao mexilhão-de-rio associadas ao SET que irão ocorrer no rio Beça, considerando-se que os impactes acima identificados poderão influenciar de forma negativa essas medidas, influenciando assim o seu sucesso*…"

Sendo que, quanto à toupeira-de-água, é reconhecida a "… *redução da disponibilidade alimentar e da disponibilidade de abrigos. Uma vez que a espécie apenas está confirmada no rio Covas considera-se provável face às ações previstas a alteração do uso do espaço pela população de toupeira-de-água, sendo este um impacte significativo*."

Relembra-se que, o mexillhão-de-rio é uma espécie protegida e em vias de extinção. E, a necessidade de garantir a sua preservação, foi um fator decisivo e importante no âmbito da decisão desfavorável que recaiu sobre o projeto da Barragem de Padroselos.

De notar que os recursos hídricos não foram devidamente acautelados, pelo que se mantêm as preocupações mencionadas na pronúncia quanto ao EIA, o que constitui impedimento para o avanço da mina.

- O EIA refere um impacte significativo sobre a população de gralha-de bico-vermelho, devido à afetação de área de lameiros/atividade agro-pastorícia;
- O EIA refere um impacte significativo sobre a atividade piscícola, nomeadamente sobre as populações de truta/viabilidade das concessões de pesca existentes (afetação ecológica e económica);

Na matriz síntese do Resumo Não Técnico o Projeto Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP) não é uma ação com impacte positivo**. O PARP, é uma medida de mitigação de impactes sobre a paisagem, solos, águas, biodiversidade, etc.**

Da mesma forma, a criação de pargas e a revegetação prevista no Projeto Reformulado não são ações com impacte positivo no território**. São sim, medidas mitigadoras dos impactes provocados pelo projeto.**

Apesar das conclusões apontarem para impacte de menor significância do Projeto Reformulado em relação ao EIA, o que a matriz global traduz - com exceção dos sistemas ecológicos, e mesmo neste, com reticências) - é uma manutenção e um agravamento dos impactes significativos identificados. E, isto, considerando já a implementação das medidas de mitigação.

Refira-se ainda que, o Resumo Não Técnico, constituindo o principal documento que será consultado pela população em sede de consulta pública, padece de clareza quanto ao seu conteúdo, nomeadamente:

- Na forma como apresenta os antecedentes;
- Ao não apresentar/explicar o contexto do artigo 16º do RJAIA;
- Ao não apresentar com o devido detalhe gráfico – escala adequada – as diferenças entre o projeto do EIA e o Projeto Reformulado;
- Na apresentação dos elementos do Projeto Reformulado, afirma que o "*projecto também eliminou as actividades durante o período nocturno e concentrou as atividades mãos ruidosas nos dias uteis entre as 12h e as 15h*", mas, contudo, no Relatório Síntese é referido que "*A laboração da lavaria durante 24h/dia exige um cuidado extraordinário na escolha da sua localização, de modo a minimizar a perturbação nos vários factores ambientais e sociais envolventes ao projecto, nomeadamente ao nível dos sistemas ecológicos e da componente social".* Afirmação

esta que é validada pelo exposto no Quadro 10.23 – Atividades e Horários de Laboração onde se refere a laboração em 24h em 365dias/ano!
Existe, assim, falta de rigor no Resumo Não Técnico num aspeto de primordial importância no contexto da Avaliação de Impacte.

Pelo que, é um documento que podendo funcionar como suporte a uma apresentação pública dinâmica, não é esclarecedor, nem adequado para ser consultado pela população de forma acessível.
Estranha-se o facto de ter sido atribuída a conformidade ao EIA em Abril de 2021. E, em 2023, a "avaliação do projeto reformulado" por diversas vezes ao longo do relatório síntese, em sede de avaliação de impactes, afirmar:
- Impacte avaliado de forma mais detalhada no Projeto Reformulado;
- Impacte abordado de forma genérica no EIA;
- Este impacte não devidamente avaliado no projeto do EIA;
- Este impacte não foi avaliado com detalhe no EIA;
- Impacte não avaliado no projeto do EIA;
(…)
- O próprio Resumo Não Técnico na matriz síntese de impacte identificar vários impactes como "Não avaliado" no projeto EIA;
Questiona-se, se nos fatores ambientais que não foram abordados no Relatório de "Avaliação do Projeto Reformulado" não existirão muitas outras situações de impactes não avaliados!!!
Por outro lado, apesar do Resumo Não Técnico nas conclusões salientar "as melhorias provocadas pela reformulação do projeto, que permitiram reduzir a significância dos impactes negativos observados face ao projeto anteriormente avaliado" essas melhorias não são claramente descritas no RNT e a matriz dos impactes apresentada não reflete essas melhorias ao nível da significância.
Atente-se que, na conclusão do Resumo Não Técnico, se refere que ***"…é na fase de exploração que se registam os principais impactes significativos do Projeto. Evidenciam-se efeitos desfavoráveis significativos, ao nível da afetação paisagística, principalmente associados à instalação da Lavaria, ao desmonte de rocha nas cortas e ao enchimento das escombreiras; da afetação dos recursos hídricos, com alteração dos padrões de drenagem e condições hidromorfológicas; da componente social, devido à necessidade de aquisição de terrenos e deslocação económica.(…)"***

Importa salientar que as Figuras apresentadas no EIA, incluindo o Resumo Não Técnico, que refira-se é o documento primordial para a consulta pública, frequentemente não apresentam escala e detalhe adequados para uma correta leitura da informação, quer ao nível do projeto, quer ao nível da caracterização ambiental. Pelo que, se torna extremamente difícil espacializar geograficamente os impactes decorrentes do projeto.

CONCLUSÃO

Não obstante o Projeto Reformulado pretender colmatar as evidentes e reconhecidas lacunas/erros do EIA, a documentação que instrui o mesmo, não responde cabalmente quanto às medidas de mitigação a implementar por forma a garantir a redução/eliminação dos impactes ambientais, havendo, inclusive, muitas contradições no documento.

Não garantindo, de TODO, a plena implantação do Projeto Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP).

Sem prejuízo do acima referido, igualmente se conclui que, é evidente e reconhecido o impacte negativo aos vários níveis elencados e as medidas de mitigação agora propostas não respondem às necessidades de proteger o meio ambiente e as comunidades afetadas, não otimizando o desempenho ambiental do projeto, que é condição *sine qua non* para aprovação do mesmo. Até no transporte do material da mina, se anteriormente não existiam impactos muito significativos para o Concelho de Boticas - já que era realizado pela parte sul, no Concelho de Ribeira de Pena -, com a nova proposta de percurso é todo pelo Concelho de Boticas (pelo nordeste de Covas do Barroso), o que vai produzir muitas mais poeiras e a consequente poluição do ar.

Resumindo, e atento os fundamentos acima (entre outros), o Projeto Reformulado da Mina do Barroso deve ser objeto de parecer desfavorável.

Esta - tal como vem sendo preconizado por esta autarquia - é a única forma de defender e acautelar os direitos e interesses coletivos das populações e entidades locais, que auscultadas pelo Município se pronunciaram, de forma clara e fundamentada, contra a instalação do projeto da Mina do Barroso.

Boticas, 18 de Abril de 2023

JUNTA DE FREGUESIA DE COVAS DO BARROSO

PRONÚNCIA PROJETO REFORMULADO DA MINA DO BARROSO

Em sede de consulta pública quanto à Avaliação do Projeto Reformulado da Mina do Barroso, vem a Junta de Freguesia de Covas do Barroso, submeter a seguinte pronúncia:

Estamos perante um projecto de grande dimensão que vai ocupar uma parte substancial do território da freguesia – veja-se a parte ocupada dos Baldios de Covas do Barroso -, e se vai reflectir directamente no território da freguesia e na vida das respectivas populações.

As populações da freguesia de Covas do Barroso, vivem da agricultura, criação de gado e pastorícia. Ou seja, do que a terra lhes dá.

Constituindo a preservação do ecossistema da envolvente um factor essencial à existência da mesma, e sem o qual estará a freguesia condenada à desertificação e, consequentemente, à extinção.

Resulta dos documentos integrantes do projeto da Mina do Barroso que da instalação da mesma resultam impactes negativos, e que se identificam como ocorrendo quanto:

- Ao clima; à geologia e geomorfologia; aos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, como afetação dos afluentes do rio Covas, desvio de águas, consumo de água de origem superficial, afetação potencial do caudal ecológico do rio Covas, impermeabilização da sub-bacia hidrográfica do rio Covas; à qualidade da água existente; à qualidade do ar; à criação de ruidos e vibrações; à fauna e flora existentes; à alteração da paisagem e do território; condições de saude humana; património cultural e Barroso Património Agrícola Mundial (entre outros);

Sendo apresentadas algumas medidas de mitigação dos impactes identificados. No entanto, e apesar disso, resulta sem margem para dúvidas que a qualidade de vida e meios de subsistência da população da freguesia de Covas do Barroso, vão ser completamente alterados, para pior.

Estão assim colocados em causa de forma irreversível os interesses e direitos à qualidade de vida e ao ambiente saudável da população da freguesia.

Sendo que, a população se encontra fixada e tem a sua vida organizada na freguesia, não podendo ser prejuidicada em favor de uma mina, por muito que isso possa ser rentável para quem quer que seja.

Estamos perante uma actividade altamente nociva para a saúde humana, a vários níveis, qualidade do ar, qualidade das águas, aumento exponencial do ruído e segurança das populações. Assim como, da inviabilização da exploração dos baldios afectados e demais território, que como referido, é a base da subsistência local.

Por muito que se tente dizer o contrário, as condições de habitação na freguesia, a criação de gado, a produção de mel, e a actividade agrícola e florestal, serão negativamente afectadas e mesmo inviabilizadas.

Assim, com a instalação da mina, deixa de estar garantida a vida em Covas do Barroso, tal como se faz actualmente. Sendo certo que, as consequências da instalação da mesma terão impactes negativos no ecossistema envolvente e para a população, que não são possíveis de evitar ou minimizar.

Pelo que, e tal como já anteriormente afirmado e corresponde ao sentimento das Gentes de Covas, a Mina do Barroso significará a morte da região e da freguesia de Covas do Barroso, devendo o projeto ser reprovado.

Junta de Freguesia de Covas do Barroso, 19 de abril de 2023

Avaliação da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados da Proposta Atualizada de Mina de Lítio do Barroso da Savannah Lithium, Norte de Portugal

Steven H. Emerman, Ph.D., Malach Consulting, LLC, 785 N 200 W, Spanish Fork, Utah 84660, EUA, Tel: 1-801-921-1228, E-mail: SHEmerman@gmail.com

Relatório elaborado a pedido das Associações Unidos em Defesa de Covas do Barroso e Povo e Natureza do Barroso
Apresentado em 12 de abril de 2023, revisado em 13 de abril de 2023

RESUMO BREVE

A instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta mina de lítio do Barroso, no norte de Portugal, teria uma altura de 140 metros, que é 97 metros mais alta que o limite tecnológico atual para a precipitação do local. O pé da instalação estaria a 1.000 metros do rio Covas, embora, por analogia com a falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil em janeiro de 2022, um deslizamento dos rejeitados filtrados percorrerá 2.415 metros. A instalação de armazenamento de rejeitados filtrados seria excessivamente íngreme para os padrões da indústria e não há consideração dos padrões de segurança de barragens, incluindo métodos seguros de construção.

RESUMO EXECUTIVO

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) divulgou em 22/03/2023 um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) atualizado para a proposta mina de lítio do Barroso, no norte de Portugal, realizado pela empresa britânica Savannah Lithium. A principal diferença é que o EIA atualizado substitui a anterior instalação de armazenamento de resíduos de mina que teria armazenado uma mistura homogênea de rocha estéril e rejeitados por uma instalação que armazenaria apenas rejeitados filtrados com represamento por um aterro de rocha estéril. A instalação de armazenamento de rejeitados filtrados teria 140 metros de altura e o pé da instalação estaria a 1.000 metros do rio Covas. O objetivo deste relatório é avaliar se as preocupações listadas na avaliação do EIA anterior foram adequadamente abordadas.

Uma vez que os rejeitados filtrados podem ser re-saturados pela precipitação, a precipitação média anual é a principal restrição no limite tecnológico atual na altura de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados. A instalação na mina do Barroso seria a segunda mais alta já construída e, com uma precipitação média anual de 1.649 mm, seria o terceiro local mais húmido para qualquer instalação de armazenamento de rejeitados filtrados já construída no planeta. O limite tecnológico atual é aproximadamente restringido por uma linha que conecta a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de La Coipa no Chile com uma altura de 200 metros e precipitação média anual de 42,9 mm e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de COMILOG no Gabão com uma altura de 30 metros e média precipitação anual de 1.779,1 mm. Com base nisso, a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina do Barroso ultrapassaria o limite tecnológico atual em 97 metros.

A colocação de uma instalação de armazenamento de rejeitados tão perto de um rio não é considerada uma boa prática e é ilegal em algumas jurisdições, como a China. O EIA atualizado

afirma que um deslizamento dos rejeitados viajaria menos de 1.000 metros, mas essa afirmação não é suportada por nenhum modelo, cálculo ou dados empíricos. A falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil em janeiro de 2022 foi considerada neste relatório como uma comparação. Aquela instalação de armazenamento de rejeitados filtrados tinha 48 metros de altura e o deslizamento de materiais percorreu 828 metros além do pé da instalação, resultando no soterramento de uma importante rodovia. Com base numa distância de viagem de 17,25 vezes a altura, um deslizamento de materiais desde a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina do Barroso se estenderá por 2.415 metros além do pé da instalação, ou bem no rio Covas, seguido de transporte para o rio Douro e o Oceano Atlântico.

Os taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina do Barroso seriam excepcionalmente íngremes com inclinações de 1V: 2,5H (1 metro vertical por 2,5 metros horizontal) em taludes confinados por rocha estéril e 1V: 3H em taludes não confinados, em oposição ao padrão da indústria de 1V: 3,5H. Como esperado, numa base global, o volume de armazenamento de rejeitados de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados é um forte indicador da altura. Devido à topografia íngreme e à inclinação dos taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta mina do Barroso, com um volume de armazenamento de rejeitados de 7,1 milhões de metros cúbicos, a instalação seria 99 metros mais alta do que seria previsto para o volume de armazenamento de rejeitados, o que é notavelmente semelhante à superação do limite tecnológico atual com base na precipitação média anual.

Embora os rejeitados filtrados sejam confinados por um aterro de rocha estéril, que deve ser considerado uma barragem pelos padrões da indústria, o EIA atualizado nunca usa a palavra "barragem" para descrever o aterro de rocha estéril e não há consideração dos padrões de segurança de barragens. A barragem seria construída usando o método a montante, no qual o aterro de estéril seria colocado em cima dos rejeitados filtrados confinados, de modo que, se os rejeitados se liquefazerem, o aterro deslizará ou cairá nos rejeitados liquefeitos. Por isso, o método de construção a montante é ilegal no Brasil, Chile, Equador e Peru, e foi recentemente denunciado no Manual de Mineração de Superfície da SME (Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração). O perigo é particularmente agudo para a proposta Mina do Barroso, uma vez que o EIA atualizado reconhece que os rejeitados serão suscetíveis à liquefação. Além disso, não há um planeamento do que fazer com os rejeitados que ficarão muito húmidos para uma compactação adequada, seja porque saíram dos filtros-prensa com teor excessivo de água ou porque foram re-humedecidos pela precipitação antes da compactação.

O EIA anterior incluía algumas ideias interessantes e originais que não haviam sido adequadamente testadas, especialmente na escala para a qual foram propostas. Com base nisso, o autor identificou o EIA original como um exemplo de "Criatividade Temerária". No entanto, neste ponto, não há nada de criativo na proposta de uma instalação excessivamente alta num clima húmido com taludes excessivamente íngremes que seria construída usando um método de construção inseguro próximo a um rio, com base na afirmação injustificada de que um deslizamento de rejeitados não chegará ao rio. Portanto, o EIA atualizado deve ser identificado simplesmente como "temerária". A recomendação deste relatório é que o EIA atualizado para a proposta mina de lítio do Barroso seja rejeitado sem maiores considerações.

ÍNDICE

RESUMO BREVE 1
RESUMO 1
VISÃO GERAL 3
METODOLOGIA 7
RESULTADOS 8
Limite Tecnológico Atual para Altura das Instalações de Armazenamento de Rejeitados Filtrados 8
Consequências da Falha da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados 11
Inclinação Excessiva da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados 13
Falta de Aderência aos Padrões de Segurança de Barragens 15
REFLEXÃO 16
CONCLUSÕES 17
RECOMENDAÇÕES 18
SOBRE O AUTOR 19
REFERÊNCIAS 19

VISÃO GERAL

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) divulgou em 22/03/2023 um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) atualizado para a proposta mina de lítio do Barroso, no norte de Portugal, realizado pela empresa britânica Savannah Lithium (Savannah Lithium LDA, 2023a-b). O EIA atualizado foi disponibilizado para consulta pública em 22 de março de 2023, com prazo até 4 de abril para comentários públicos. Em 3 de abril o prazo foi prorrogado até 19 de abril, quando as Associações Unidos em Defesa de Covas do Barroso e Povo e Natureza do Barroso contratam o autor para avaliar o EIA atualizado. O objetivo deste relatório é avaliar se as preocupações listadas na avaliação do EIA anterior (Emerman, 2021) foram adequadamente abordadas. Devido ao curto prazo, apenas os aspectos mais importantes do EIA atualizado são abordados neste relatório. O relatório anterior (Emerman, 2021) inclui informações detalhadas sobre liquefação, tecnologia de rejeitados filtrados e cheias de projeto que não são repetidas neste relatório.

A principal diferença é que o EIA atualizado substitui a anterior instalação de armazenamento de resíduos de mina que teria armazenado uma mistura homogênea de rocha estéril e rejeitados por uma instalação que armazenaria apenas rejeitados filtrados com represamento por um aterro de rocha estéril. Embora a Savannah Lithium LDA (2023b) declare a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados como 70, 85 ou 103 metros, uma tabela da Savannah Lithium (2023a) esclarece que a altura correta seria de 140 metros (ver Fig. 1). O pé da instalação estaria a cerca de 1000 metros do rio Covas, embora a distância exata nunca seja indicada. A taxa de produção de rejeitados seria de 1,5 milhão de toneladas por ano para um volume total de rejeitados de 7,1 milhões de metros cúbicos.

Quadro 3.1 - Comparação das características das instalações de resíduos (EIA e Projeto Reformulado)

Designação da Instalação	Capacidade de Armazenamento	Origem e quantidade de resíduos		Dimensão da infraestrutura				Afetação
				Área (ha)	Cota mínima (m)	Cota Máxima (m)	Diferença entre cotas (m)	Temporária ou Permanente
	Mt	Origem	Mt					
Projeto EIA								
Escombreira Sul	40,8	Pinheiro	11,2	44,6	499	648	148	Permanente
		Grandão	15,6					
		Lavaria (Rejeitados)	14,0					
Escombreira Oeste	25	Reservatório	22,2	54,4	650	735	60	Permanente
		Noa	2,8					
Escombreira Norte	6,3	Grandão	6,3	16,7	427	653	226	Permanente
Escombreira Lóbulo Este	25,7	Grandão	25,7	29,8	427	653	226	Permanente
Área total de escombreiras permanentes (ha)	Projeto EIA	145,5 ha						
Projeto reformulado								
Instalação de Resíduos (TSF)	20,1	Lavaria	13,8	28,5	560	700	140	Permanente
Escombreira 1	9,4	Pinheiro	7,6	19,1	570	700	130	Permanente
		Grandão	5,1					
Escombreira 2	4,9	Grandão	5,8	18,7	530	630	100	Permanente
Escombreira 3	28,6	Noa	19,3	15,7	665	710	45	Permanente
		Reservatório	2,7	19,0	665	745	80	Temporária
Escombreira T	21,0	Grandão	21,3	37,0	560	665	105	Temporária
Área total de escombreiras permanentes (ha)	Projeto reformulado	53,5 (Escombreiras) + 28,5 (TSF) = 82 ha						

Figura 1. A altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados (TSF) na proposta Mina do Barroso seria de 140 metros, o que seria a segunda instalação de armazenamento de rejeitados filtrados mais alta do mundo. Embora a Savannah Lithium LDA (2023b) indique a altura como 70, 85 ou 103 metros, a tabela acima da Savannah Lithium LDA (2023a) esclarece a altura correta. Tabela da Savannah Lithium LDA (2023

Embora o EIA se refira a "empilhamento a seco de rejeitados" (Savannah Lithium LDA, 2023a), os rejeitados não estão literalmente secos, mas têm um teor de água declarado inferior a 15% (Savannah Lithium LDA, 2023a-b) ou inferior a 20% (Savannah Lithium LDA, 2023b). A terminologia padrão é "rejeitados filtrados". O Manual de Gerenciamento de Rejeitados da SME (Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração] confirma que "*The term dry stacking ... is somewhat of a misnomer. Stacked tailings must be sufficiently dry to allow placement in stable and trafficable piles, but not so dry as to result in dust generation from prevailing wind*" [O termo empilhamento a seco... é um tanto impróprio. Os rejeitados empilhados devem estar secos o suficiente para permitir a colocação em pilhas estáveis e caminháveis, mas não tão secos que gerem poeira devido aos ventos predominantes] (Reemeyer, 2022). No seu site, a consultoria Knight-Piésold, que prestou consultoria para a Savannah Lithium em relação à Mina do Barroso, inclui uma publicação de funcionários da Knight-Piésold que afirma "*Regarding terminology, the rather misleading term dry stack is generally not a good engineering term since the target moisture content coming from the filter plant is typically desired to be somewhere around the optimum moisture content based on the Proctor compaction procedure ... Geotechnical engineers associate the optimum moisture content with moisture levels just below full saturation after compaction, thus terming such a facility as a dry stack is a misnomer. The present authors would encourage practitioners to abandon the use of the term dry stacking in favor of the more straightforward term, 'filtered tailings.' It is not desirable to unintentionally mislead the public at large with an industry term that is noticeably misused*" [Em relação à terminologia, o termo muito enganador pilha seca de forma geral não é um bom termo de engenharia, uma vez que o teor de humidade alvo proveniente da planta de filtro é normalmente desejado para estar próximo ao teor de humidade ótimo com base no método de compactação Proctor … Os engenheiros geotécnicos associam o teor de humidade ótimo com os níveis de humidade logo abaixo da saturação total após a compactação, portanto, denominar essa instalação como uma pilha seca é um equívoco. Os presentes autores encorajam os profissionais a abandonar o uso do termo empilhamento seco em favor do termo mais direto, 'rejeitados filtrados' … Não é desejável enganar o público em geral sem querer com um termo do setor que é visivelmente mal utilizado] (Ulrich e Coffin, 2017).

O objetivo da tecnologia de rejeitados filtrados é dessaturar os rejeitados, para que possam ser compactados na instalação de armazenamento de rejeitados, reduzindo assim a probabilidade de liquefação e falha catastrófica da instalação. Neste ponto, a maioria das instalações de armazenamento de rejeitados filtrados estão em climas áridos. O desafio com a construção de instalações de armazenamento de rejeitados filtrados em climas húmidos é que os rejeitados podem ser re-humedecidos pela precipitação antes da compactação, o que pode tornar os rejeitados muito húmidos para uma compactação adequada. Além disso, a precipitação na instalação de armazenamento de rejeitados filtrados pode resultar na re-saturação dos rejeitados, aumentando assim a probabilidade de liquefação. Em qualquer clima, com base na tecnologia atual, uma parte significativa dos rejeitados deixará as prensas de filtro com muita água para uma compactação ideal e esses rejeitados húmidos não podem ser usados como suporte estrutural e devem ser manejados de alguma forma para não comprometer a estabilidade da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados.

Com 140 metros de altura, a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados da Mina do Barroso será a segunda mais alto já construída. A única instalação de armazenamento de rejeitados filtrados mais alta seria a instalação na mina La Coipa, no Chile, num local com precipitação média anual de 42,9 mm (Franks et al., 2021; GRID-Arendal, 2023). O problema é

que, com uma precipitação média anual de 1.649 mm (Savannah Lithium LDA, 2023b), o local da Mina do Barroso seria o local terceiro mais húmido para qualquer instalação de armazenamento de rejeitados filtrados já construída em todo o planeta. Os únicos locais mais húmidos com instalações de armazenamento de rejeitados filtrados seriam a mina de Greens Creek no Alasca (EUA) com precipitação média anual de 1.760,2 mm e a mina COMILOG no Gabão com precipitação média anual de 1.779,1 mm (Franks et al., 2021; GRID- Arendal, 2023).

A colocação de uma instalação de armazenamento de rejeitados perto de um rio geralmente não é considerada uma boa prática. De acordo com A Segurança em Primeiro Lugar: Diretrizes para Gestão Responsável de Rejeitos de Mineração, "Estruturas de rejeitos não devem ser construídas em locais onde uma falha possa ter um impacto significativo em reservatórios de águas, habitats críticos e na proximidade de recursos ecológicos" (Morrill et al., 2022). Algumas jurisdições, como a China, proíbem a construção de instalações de armazenamento de rejeitados perto de rios. De acordo com o Departamento de Noções Básicas de Segurança da Produção (China), "严禁在距离长江和黄河干流岸线 3 公里、重要支流岸线 1 公里范围内新（改、扩）建尾矿库" [É estritamente proibido construir novas (ou modificadas ou ampliadas) lagoas de rejeitados a menos de 3 quilômetros das margens dos principais córregos do rio Yangtze e do rio Amarelo e a 1 quilômetro das margens dos seus importantes afluentes].

De acordo com o EIA atualizado, "Considerando que a instalação de resíduos se localiza a mais de 1 km do rio Covas, considera-se que a eventual rotura desta infraestrutura, dificilmente atingirá o rio Covas, e consequentemente a sua qualidade" (Savannah Lithium LDA, 2023a-b). O EIA atualizado não indica uma distância exata da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados até o rio Covas. O EIA atualizado também não mostra o caminho que os rejeitados derramados seguirão para chegar ao rio Covas, nem indica a distância prevista que os rejeitados derramados percorrerão. A alegação de que um deslizamento de rejeitados percorrerá menos de 1.000 metros não é suportada por nenhum modelo, cálculo ou banco de dados empíricos.

O plano no EIA atualizado é confinar os rejeitados filtrados usando um aterro de rocha estéril. Além disso, o plano permite inclinações mais acentuadas de 1V: 2,5H (1 metro vertical por 2,5 metros horizontal) nas porções da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados que são confinadas por rocha estéril e inclinações de 1V:3H nas porções não confinadas. De acordo com o EIA atualizado, "O talude da TSF [Instalação de Armazenamento de Rejeitados] será coberto por Estéril … Os taludes de rejeitados suportados por estéril não excederão 1V: 2,5H, enquanto os taludes de rejeitados não suportados não excederão 1V: 3H" (Savannah Lithium LDA, 2023b).

O EIA atualizado nunca se refere ao aterro de rocha estéril como uma "barragem" e não há consideração de padrões de segurança de barragens, exceto para as barragens que confinariam as várias lagoas de mineração e sedimentação. No entanto, o aterro de rocha estéril é repetidamente descrito como tendo exatamente a mesma função de uma barragem. De acordo com Savannah Lithium LDA (2023a), "O suporte da TSF será efetuado por resíduos estéreis, provenientes das cortas, que integrarão a escombreira ESC1, com o objetivo de melhorar a sua estabilidade à medida que o volume da instalação de rejeitados for aumentando". De forma semelhante, Savannah Lithium LDA (2023b) afirma, "Os rejeitados da lavaria serão depositados criando um declive de 3H:1V, estando circundado exteriormente por uma escombreira (Esc. 1) para estabilidade e controle de erosão … A Figura III.20 mostra a Esc.1 colocada no talude da TSF para melhorar a estabilidade, atuando como um contraforte".

METODOLOGIA

Com base na seção anterior, o objetivo deste relatório pode ser subdividido nas seguintes questões:

1) A altura proposta para a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados é consistente com o limite tecnológico atual para a precipitação de um local determinado?
2) Os rejeitados derramados atingirão o rio Covas em caso de falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados?
3) A inclinação dos taludes da instalação proposta de armazenamento de rejeitados filtrados é consistente com os padrões da indústria?
4) O método proposto de construção da barragem é consistente com os padrões de segurança de barragens, mesmo que o EIA não se refira ao aterro de rocha estéril como uma "barragem"?

A primeira questão foi abordada traçando as alturas das instalações existentes de armazenamento de rejeitados filtrados em função da precipitação média anual. O limite tecnológico atual foi restringido por uma linha reta conectando os parâmetros nas extremidades inferior e superior da precipitação média anual. Alturas e precipitação média anual foram obtidas para 74 instalações de armazenamento de rejeitados filtrados no Projeto Global do Portal das Barragens de Rejeitados (Franks et al., 2021; GRID-Arendal, 2023).

A segunda questão foi abordada comparando a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso com a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil, que falhou em 8 de janeiro de 2022 (Angelo, 2022; Morrill, 2022; Petley, 2022 ; ver Fig. 2). O deslizamento de materiais não provocou fatalidades, mas soterrou a rodovia BR-40. A extensão do deslizamento de materiais foi medida com base em vídeos de drones (Observatório da Mineração, 2022) e uma largura de rodovia de 27 metros medida pelo Google Earth. A altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de 48 metros (ANM, 2022) foi então usada para prever a extensão correspondente de um deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso. A precipitação média anual de 1.597 mm no local da mina de Pau Branco foi determinada a partir de Fick e Hijmans (2017). A falha da instalação da mina de Pau Branco é particularmente relevante, uma vez que a falha foi causada por fortes chuvas (Petley, 2022). De acordo com Petley (2022), a falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco *"was probably a rotational landslide that fluidised into a flow*" [foi provavelmente um deslizamento de materiais rotacional que se fluidificou num fluxo].

A terceira questão foi abordada por comparação com os padrões da indústria para a inclinação dos taludes das instalações de armazenamento de rejeitados filtrados (Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes, 2022). A questão foi ainda abordada ao traçar o volume de armazenamento de rejeitados em relação à altura para as 74 instalações de armazenamento de rejeitados filtrados no Projeto Global do Portal das Barragens de Rejeitados (Franks et al., 2021; GRID-Arendal, 2023). Assim, questionou-se se a altura projetada da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria típica para o volume projetado de armazenamento de rejeitados. A quarta questão foi abordada em comparação com os padrões da indústria e com a legislação de mineração dos países latino-americanos.



Figura 2. Uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de 48 metros de altura colapsou na mina de minério de ferro de Pau Branco, no Brasil, em 8 de janeiro de 2022. Foto de Angelo (2022).

RESULTADOS

Limite Tecnológico Atual para Altura das Instalações de Armazenamento de Rejeitados Filtrados

O limite tecnológico atual foi restringido por uma linha que conecta a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de La Coipa no Chile com uma altura de 200 metros e precipitação média anual de 42,9 mm e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de Greens Creek no Alasca (EUA) com uma altura de 109 metros e precipitação média anual de 1.760,2 mm (ver Fig. 3a). Com base nisso, com uma precipitação média anual de 1.649 mm e uma altura prevista de 140 metros (ver Fig. 1), a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 25 metros mais alta do que o limite tecnológico atual. A construção dentro do limite tecnológico não é garantia de sucesso, uma vez que a falha na instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco, com altura de 48 metros e precipitação média anual de 1.597 mm, estava bem dentro do limite tecnológico atual (ver Fig. 3a).

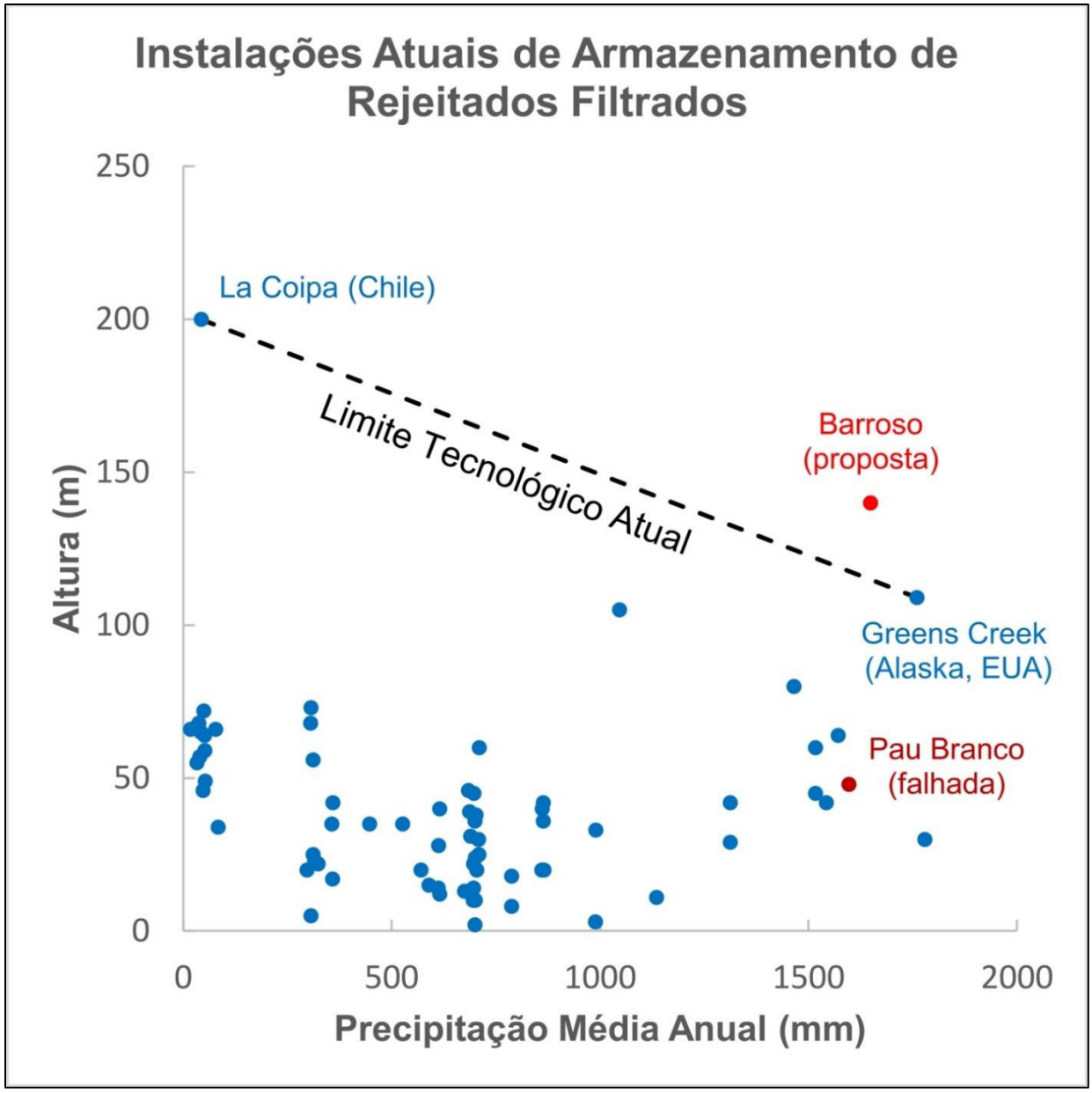


Figura 3a. Atualmente, a principal limitação no tamanho das instalações de armazenamento de rejeitados filtrados é o impacto da precipitação. Assim, o limite tecnológico atual é aproximadamente restringido por uma linha que conecta a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de La Coipa no Chile com uma altura de 200 metros e precipitação média anual de 42,9 mm e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de Greens Creek no Alasca (EUA) com uma altura de 109 metros e precipitação média anual de 1.760,2 mm. Com base nisso, com uma precipitação média anual de 1.649 mm e uma altura prevista de 140 metros (ver Fig. 1), a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 25 metros mais alta do que o limite tecnológico atual. A construção dentro do limite tecnológico não é garantia de sucesso, uma vez que a falha na instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco (ver Fig. 2), com altura de 48 metros e precipitação média anual de 1.597 mm, estava bem dentro do limite tecnológico atual. De outra perspetiva, a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Greens Creek não é relevante, pois a sua taxa de produção de rejeitados era de apenas 750 toneladas por dia, que aumentou para 1.500 toneladas por dia até 2022, ao contrário da planejada taxa de produção de rejeitados de 4.110 toneladas por dia na Mina do Barroso (ver Fig. 3b). Dados sobre instalações existentes de armazenamento de rejeitados filtrados de Klohn Crippen Berger (2017), Franks et al. (2021), ANM (2022) e Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes (2022). Precipitação média anual de Fick e Hijmans (2017).

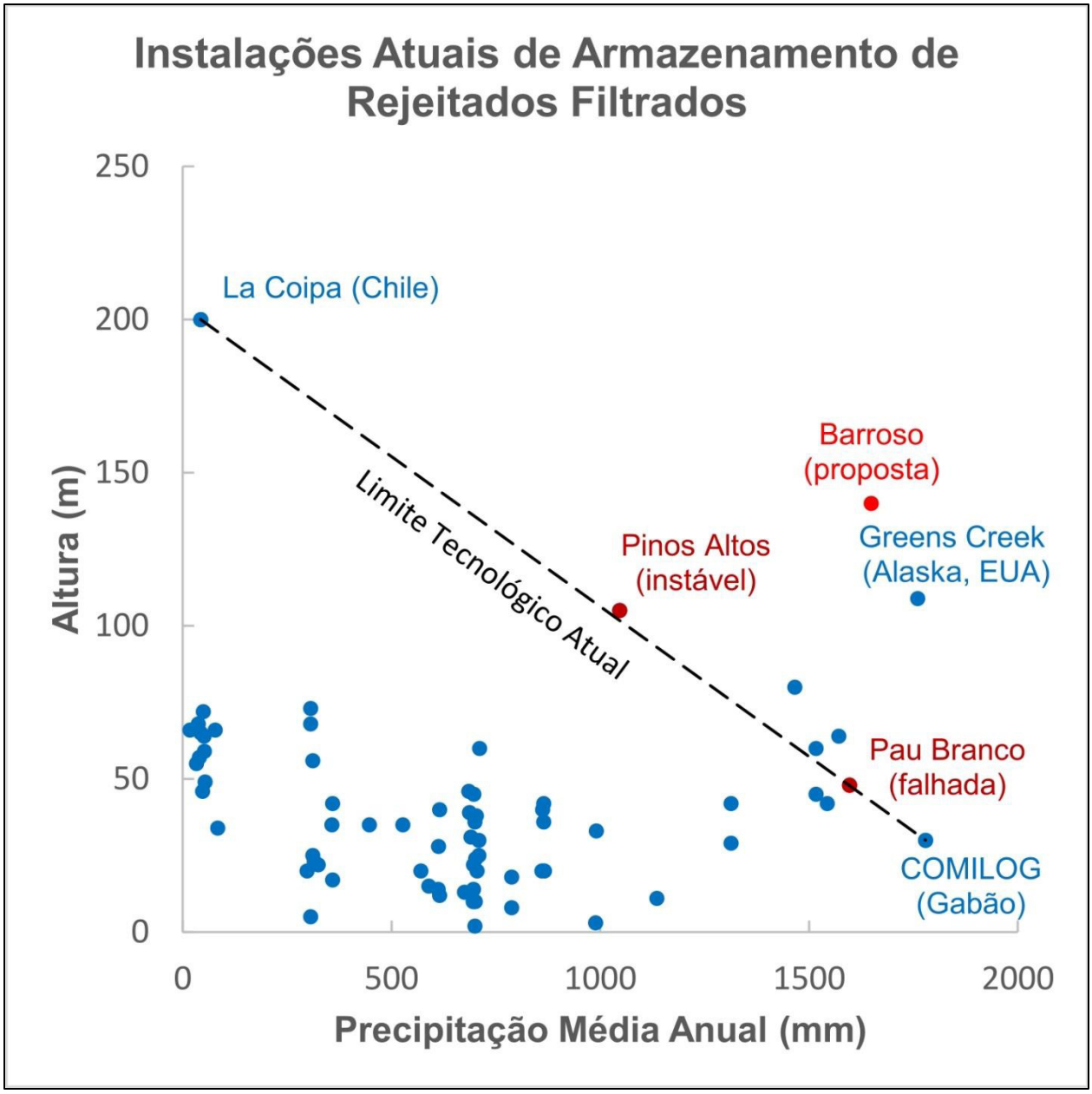


Figura 3b. Atualmente, a principal limitação no tamanho das instalações de armazenamento de rejeitados filtrados é o impacto da precipitação. Assim, o limite tecnológico atual é aproximadamente restringido por uma linha que conecta a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de La Coipa no Chile com uma altura de 200 metros e precipitação média anual de 42,9 mm e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados COMILOG no Gabão com uma altura de 30 metros e precipitação média anual de 1.779,1 mm. A altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Greens Creek não é relevante, pois a sua taxa de produção de rejeitados era de apenas 750 toneladas por dia, que aumentou para 1.500 toneladas por dia até 2022, ao contrário da planejada taxa de produção de rejeitados de 4.110 toneladas por dia na Mina do Barroso. Com base nisso, com uma precipitação média anual de 1.649 mm e uma altura prevista de 140 metros (ver Fig. 1), a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 97 metros mais alta do que o limite tecnológico atual. Observar que a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados com falha na mina de Pau Branco (ver Fig. 2) e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pinos Altos com histórico de problemas de estabilidade estão exatamente no limite tecnológico atual. Dados sobre instalações existentes de armazenamento de rejeitados filtrados de Klohn Crippen Berger (2017), Franks et al. (2021), ANM (2023) e Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes (2022). Precipitação média anual de Fick e Hijmans (2017).

De outra perspectiva, a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Greens Creek não é relevante, pois a sua taxa de produção de rejeitados era de apenas 750 toneladas por dia (Klohn Crippen Berger, 2017), que aumentou para 1500 toneladas por dia até 2022 (Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes, 2022), em oposição à taxa planejada de produção de rejeitados de 4.110 toneladas por dia na Mina do Barroso. Com base nisso, o limite tecnológico atual foi reconstruído como uma linha conectando a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de La Coipa no Chile com uma altura de 200 metros e precipitação média anual de 42,9 mm com a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados COMILOG no Gabão com uma altura de 30 metros e precipitação média anual de 1.779,1 mm (ver Fig. 3b). Com base no limite tecnológico reconstruído, a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 97 metros mais alta que o limite tecnológico atual (ver Fig. 3b). Vale ressaltar que, com a extinção da mina de Greens Creek com base na sua baixa taxa de produção de rejeitados, a falha na instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pinos Altos (México), com histórico das preocupações com a estabilidade (Franks et al., 2021; GRID-Arendal, 2023), estão exatamente no limite tecnológico atual (ver Fig. 3b).



Figura 4a. Com base na largura da rodovia de 27 metros, o deslizamento de materiais na instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil em 8 de janeiro de 2022 (ver Fig. 3), estendeu-se por 104 metros após a rodovia BR-40. A largura da rodovia foi medida a partir da imagem do Google Earth de 29 de junho de 2022 (ver Fig. 4b). Imagem fixa em 0:38 do vídeo de drone (Observatório da Mineração, 2022).

Consequências da Falha da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados

Com base na largura da rodovia de 27 metros, o deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco estendeu-se por 104 metros além da rodovia BR-40 (ver Fig. 4a). Assim, usando a imagem do Google Earth de 29 de junho de 2022, o deslizamento de materiais se estendeu por 828 metros além do pé da instalação ou 17,25 vezes a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de 48 metros (ver Fig. 4b). Considerando a altura de 140 metros da instalação de armazenamento de rejeitados

filtrados na mina de Barroso proposta, a experiência na mina de Pau Branco prevê que o deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Barroso se estenderá por 2.415 metros além do pé da instalação. Assim, não é necessário saber o caminho exato dos rejeitados derramados ou a distância exata até o rio Covas para chegar à conclusão de que o deslizamento de materiais da falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados se estenderá bem no rio Covas.

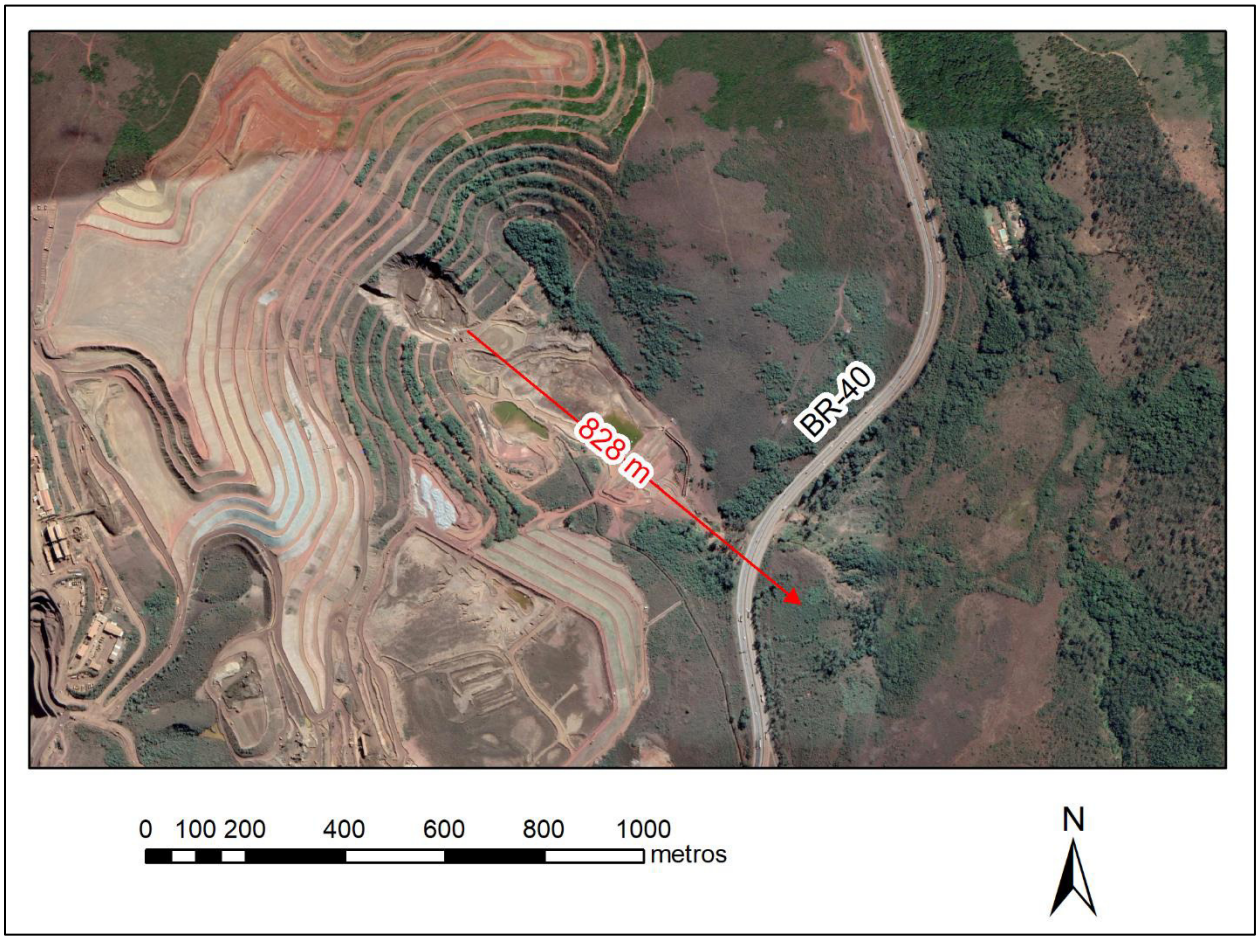


Figura 4b. O deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil em 8 de janeiro de 2022 (ver Fig. 3) estendeu-se por 828 metros além do pé da instalação ou 17,25 vezes a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de 48 metros (ANM, 2022). A observação anterior é consistente com a afirmação em Klohn Crippen Berger (2017) de que, para instalações de armazenamento de rejeitados filtrados, "a falha, se ocorrer, provavelmente seria um deslizamento local e as consequências seriam restritas à área local (ou a distância equivalente a cerca de 10 vezes a altura [da barragem de rejeitados]". Com base na altura de 140 metros da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso (ver Fig. 1), a experiência na mina de Pau Branco prevê que o deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso se estenderá por 2415 metros além do pé da instalação, ou bem no rio Covas. O plano de fundo é uma imagem do Google Earth de 29 de junho de 2022.

Para comparação, de acordo com um documento de orientação da indústria, para instalações de armazenamento de rejeitados filtrados, "*Failure, if it occurs, would likely be local slumping and consequences would be restricted to the local area (or the distance equivalent to roughly 10 times the height) unless the material slumps into a water body* [A falha, se ocorrer, provavelmente seria um deslizamento local e as consequências seriam restritas à área local (ou a

distância equivalente a cerca de 10 vezes a altura) a menos que o material caia num corpo de água] (Klohn Crippen Berger, 2017). Assim, Klohn Crippen Berger (2017) prevê uma distância de deslizamento de materiais de 1.400 metros, que ainda deve carregar os rejeitados derramados para o rio Covas. A citação acima de Klohn Crippen Berger (2017) inclui uma nota de rodapé que afirma "*Estimate of runout distance included for comparison purposes only*" [Estimativa da distância de viagem incluída apenas para fins de comparação]. Assim, a estimativa da falha na mina de Pau Branco deve ser considerada como um preditor mais confiável das consequências da falha na Mina do Barroso proposta.

É importante considerar a última parte da citação de Klohn Crippen Berger (2017), que termina com "*unless the material slumps into a water body*" [a menos que o material caia num corpo de água]. Uma vez que os rejeitados se misturem com a água do rio Covas ou qualquer outro curso de água, eles irão constituir uma massa fluidizada que continuará fluindo a jusante, mesmo que a falha inicial da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados não envolvesse liquefação. A extensão do fluxo a jusante dependerá do volume de rejeitados derramados. Emerman (2021) mostra os caminhos a jusante para rejeitados derramados para um cenário mais provável com base num banco de dados de falhas anteriores de instalações de armazenamento de rejeitados e para um cenário de pior caso que envolveria a liberação de todos os rejeitados armazenados. No cenário de pior caso, que presumivelmente ocorreria em resposta a um evento extremo de precipitação, os rejeitados fluiriam até o rio Douro e o Oceano Atlântico (Emerman, 2021).

Inclinação Excessiva da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados

Como esperado, com base no conjunto de dados global, o volume de armazenamento de rejeitados de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrada é um forte preditor da sua altura ($R^2 = 0,44$, $P = 5 \times 10^{-10}$; ver Fig. 5). Devido à topografia íngreme e à alta inclinação dos taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso, com uma altura de 140 metros e volume de armazenamento de 7,1 milhões de metros cúbicos, a instalação seria excecionalmente alta para o volume de rejeitados que seria armazenado (ver Fig. 5). A relação entre a altura e o volume de armazenamento da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria de 19,7 metros por milhão de metros cúbicos, o que seria a segunda maior relação para qualquer instalação de armazenamento de rejeitados filtrados com um volume de rejeitados superior a 5,0 milhões de metros cúbicos (ver Fig. 5). A maior relação de 20,4 corresponde à instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pinos Altos com altura de 105 metros e volume de armazenamento de 5,152 milhões de metros cúbicos (ver Fig. 5), que, como já mencionado, tem um histórico de problemas de estabilidade (Franks et al., 2021; GRID-Arendal, 2023). Com base na linha de melhor ajuste para as atuais instalações de armazenamento de rejeitados filtrados (ver Fig. 5), a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 99 metros mais alta do que seria previsto para seu volume de armazenamento de rejeitados, que é notavelmente semelhante ao excedência do limite tecnológico atual em 97 metros com base na precipitação média anual (ver Fig. 3b).

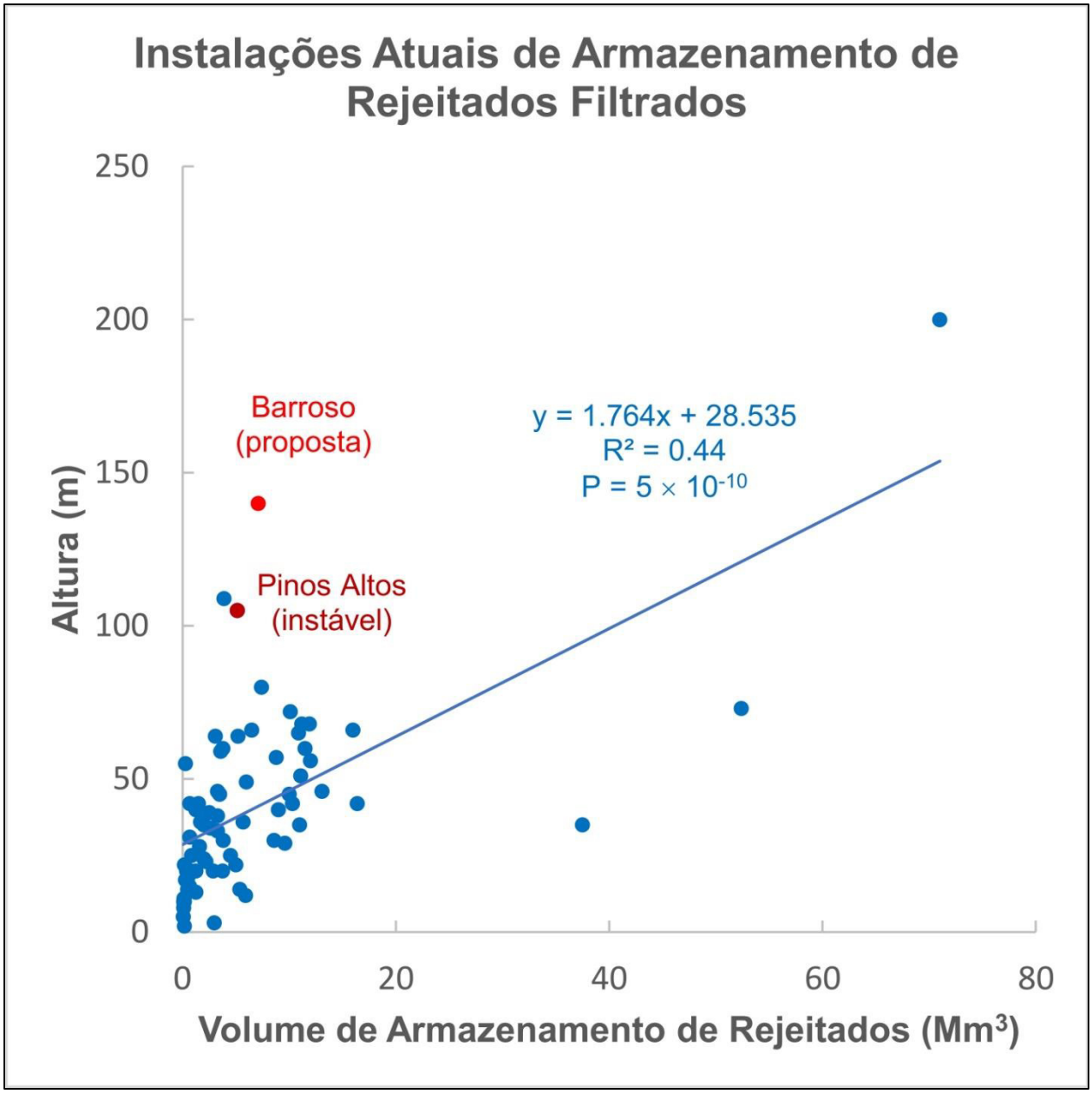


Figura 5. Como esperado, o volume de armazenamento de rejeitados de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados é um forte preditor da altura (R^2 = 0,44, P = 5×10^{-10}). Devido à topografia íngreme e à inclinação dos taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso, com uma altura de 140 metros e volume de armazenamento de 7,1 milhões de metros cúbicos, a instalação seria anormalmente alta para o volume de rejeitados que seriam armazenados. Com base na linha de melhor ajuste para as atuais instalações de armazenamento de rejeitados filtrados, a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 99 metros mais alta do que seria previsto para seu volume de armazenamento de rejeitados. A relação entre a altura e o volume de armazenamento da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria de 19,7 metros por milhão de metros cúbicos, o que seria a segunda maior relação para qualquer instalação de armazenamento de rejeitados filtrados com um volume de rejeitados superior a 5,0 milhões de metros cúbicos. A maior relação de 20,4 corresponde à instalação de armazenamento de rejeitados filtrados da mina de Pinos Altos com altura de 105 metros e volume de armazenamento de 5,152 milhões de metros cúbicos, que possui um histórico de problemas de estabilidade.Dados sobre instalações globais de armazenamento de rejeitados filtrados de Franks et al. (2021).

A alta relação de altura para volume de armazenamento de rejeitados está relacionada tanto com a topografia íngreme quanto com a alta inclinação proposta dos taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados. Embora a proposta para a Mina do Barroso exija taludes de 1V: 2,5H onde os rejeitados são confinados por rocha estéril e 1V: 3H em taludes não confinados, o padrão da indústria é para inclinações não superiores a 1V: 3,5H (Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes, 2022). De acordo com Cacciuttolo Vargas and Pérez Campomanes (2022), "*Steeper side slopes need a review of the filtered tailings geotechnical parameters to assure the stack stability*" [Taludes laterais mais íngremes precisam de uma revisão dos parâmetros geotécnicos dos rejeitados filtrados para garantir a estabilidade da pilha].

Falta de Aderência aos Padrões de Segurança de Barragens

Embora o aterro de rocha estéril constitua uma barragem (ver Fig. 6), o EIA não inclui nenhuma consideração dos padrões de segurança de barragens, seja em termos de regulamentos portugueses de barragens ou documentos de orientação da indústria. Em particular, não há consideração do evento de precipitação que a barragem de rocha estéril deveria ser capaz de suportar. Embora a barragem de rocha estéril seja algumas vezes chamada "escombreiro" (ver Fig. 6), essa terminologia não garante estabilidade. De fato, existem muitas falhas de escombreiros descritas em Hawley e Cunning (2017), um documento de orientação da indústria que está incluído no EIA.

Uma falta significativa de *aderência* aos padrões de segurança de barragens é o uso do método de construção a montante, o que significa que a rocha estéril seria colocado no topo dos rejeitados filtrados que estão sendo confinados (ver Fig. 6). A consequência é que, se os rejeitados se liquefazem, a barragem de rocha estéril pode falhar deslizando ou caindo nos rejeitados liquefeitos. Por esse motivo, e devido ao histórico de rompimentos de barragens de mineração construídas pelo método a montante, o método a montante é proibido no Brasil (ANM, 2019), Chile (Ministerio de Minería (Chile) [Ministério de Mineração (Chile)], 2007), Equador (Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables [Ministério de Energia e Recursos Naturais Não Renováveis] (Equador), 2020) e Peru (Sistema Nacional de Información Ambiental (Perú) [Sistema Nacional de Informação Ambiental (Peru)], 2014). A denúncia mais forte da indústria sobre o método de construção a montante vem no Manual de Mineração de Superfície da SME. De acordo com Turek (2023), "*Not mentioned in Table 4 [Tailings storage facility failures by decade from 1950 to December 16, 2020] is the fact that the upstream method of raising the level of the dams has been utilized in many of the most serious failures. This is in spite of the fact that the dangers of failure inherent with the upstream method have been recognized for many decades - see for example, Klohn (1972), who states that the 'history of this method of dam construction is plagued with failures, some of them catastrophic''* [Não mencionado na Tabela 4 [Falhas nas instalações de armazenamento de rejeitados por década de 1950 a 16 de dezembro de 2020] é o fato de que o método a montante para elevar o nível das barragens tem sido utilizado em muitas das instalações que sofreram as falhas mais graves. Isso ocorre apesar do fato de que os perigos de falha inerentes ao método a montante foram reconhecidos por muitas décadas - ver, por exemplo, Klohn (1972), que afirma que a 'história deste método de construção de barragens está atormentada de falhas, algumas delas catastróficas'].

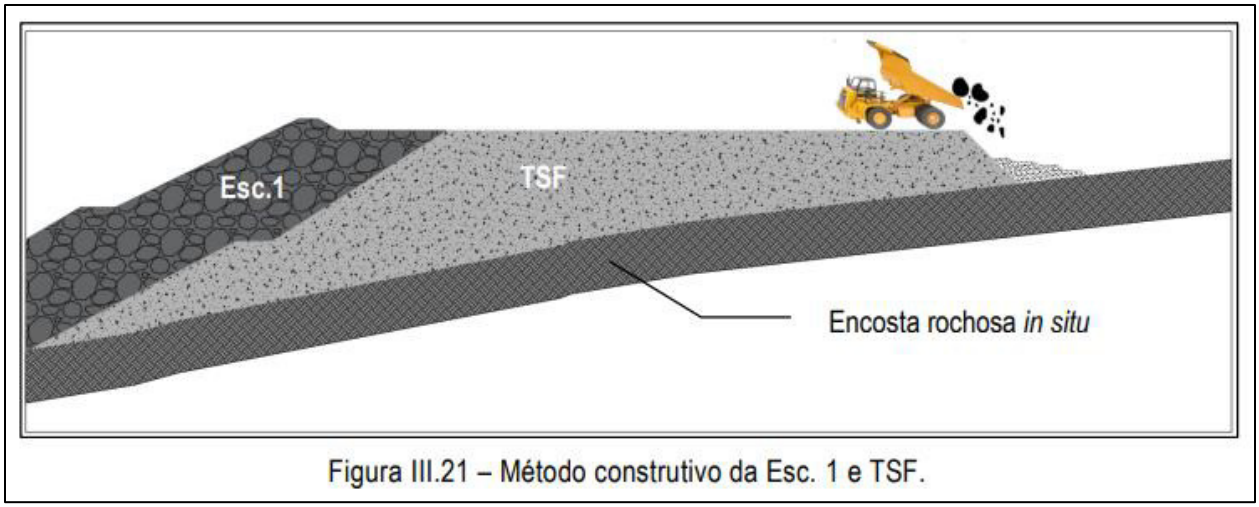


Figura 6. Os rejeitados filtrados (chamado TSF na figura) da Mina do Barroso seriam confinados por uma barragem de rocha estéril que ficaria sobre os rejeitados, o que é conhecido como método de construção a montante. Se os rejeitados se liquefazem, a barragem pode falhar deslizando ou caindo nos rejeitados liquefeitos. Como consequência, o método de construção a montante é proibido no Brasil, Chile, Equador e Peru, e é fortemente denunciado no Manual de Mineração de Superfície da SME (Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração). O problema é particularmente grave para a Mina do Barroso, uma vez que o EIA identifica os rejeitados como suscetíveis à liquefação. O aterro de rocha estéril (chamado Esc. 1 na figura) nunca é referido como uma "barragem" e não há nenhuma consideração dos padrões de segurança de barragens. Figure da Savannah Lithium LDS (2023b).

O problema da falta de confinamento após a liquefação é particularmente agudo no caso da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Barroso porque o EIA identifica os rejeitados como suscetíveis à liquefação. De acordo com Savannah Lithium (2023b), "A curva de classificação indica que a amostra ensaiada cai dentro do limite de solos potencialmente liquefeitos e, portanto, a liquefação da massa de rejeitados precisa ser considerada no projeto". No entanto, o projeto não oferece maior consideração ao potencial de liquefação. Em particular, não há um plano sobre o que fazer com os rejeitados que ficarão muito húmidos para uma compactação adequada, seja porque saíram das prensas de filtro com teor excessivo de água ou porque foram re-humedecidos pela precipitação antes da compactação.

Deve-se notar que apenas uma única amostra de rejeitados foi testada, que é a mesma única amostra que foi discutida no EIA anterior. Savannah Lithium LDA (2023c) confirma, por escrito, que as propriedades dos rejeitados foram medidas para apenas uma única amostra, "Uma amostra de rejeitados foi … enviada ao laboratório da KP [Knight-Piésold] em Perth em novembro de 2019". Savannah Lithium LDA (2023c) também confirma que os parâmetros de resistência ao cisalhamento não foram realmente medidos, mas apenas estimados a partir da distribuição do tamanho de partículas. De acordo com Savannah Lithium LDA (2023c), "O ângulo de atrito e coesão efetivos foram estimados com base nos testes limitados de classificação concluídos até o momento e nas relações empíricas". Com base no exposto, deve-se presumir que as propriedades geotécnicas dos rejeitados são mal conhecidas. A esse respeito, cabe lembrar o alerta de Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes (2022) de que taludes excessivamente íngremes requerem uma revisão cuidadosa das propriedades geotécnicas dos rejeitados filtrados.

REFLEXÃO

O EIA anterior incluía algumas ideias interessantes e originais que não haviam sido adequadamente testadas, especialmente na escala para a qual foram propostas. Com base nisso, o

autor identificou o EIA original como um exemplo de "Criatividade Temerária" (Emerman, 2021). Um conceito relacionado é chamado de "Euforia de Projeto", que foi aplicado inclusive ao colapso da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco (Riskope, 2022). Com relação ao plano de armazenamento de residuos de mina na mina de Pau Branco, Riskope (2022) escreveu, "*Technological innovation provoked generalized blindness. The mine even won the Brazilian Environmental Award in 2017. However, any slope, anywhere and in any material has potential stability and drainage issues that one should carefully consider*" [A inovação tecnológica provocou cegueira generalizada. A mina ganhou, inclusive, o Prêmio Brasileiro do Meio Ambiente em 2017. No entanto, qualquer talude, em qualquer lugar e em qualquer material, tem problemas potenciais de estabilidade e drenagem que devem ser considerados cuidadosamente].

O conceito de Criatividade Temerária não será analisado mais aqui porque não há nada de criativo no EIA atualizado. O EIA atualizado é apenas temerário. A seguir, exemplos de comportamento temerário que não envolvem criatividade:

1) construção da segunda instalação de armazenamento de rejeitos filtrados mais alta já construída no planeta no terceiro local mais húmido para qualquer instalação de armazenamento de rejeitados filtrados já construída no planeta
2) construção de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados 97 metros acima do limite tecnológico atual para a precipitação do local
3) construção de qualquer instalação de armazenamento de rejeitados a 1000 metros de um rio
4) falta de qualquer cálculo ou modelo ou referência a dados empíricos para uma alegação de que os rejeitados derramados não poderiam atingir o rio adjacente
5) falta de qualquer consideração do possível caminho de fluxo para rejeitados derramados da instalação falhada de armazenamento de rejeitados para o rio adjacente
6) construção de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados com inclinações mais acentuadas do que os padrões da indústria, especialmente com pouco conhecimento das propriedades geotécnicas dos rejeitados
7) construção de uma barragem sem nenhuma consideração pelos padrões de segurança de barragens
8) construção de uma barragem de rejeitados usando o método de construção a montante
9) reconhecimento de que os rejeitados são suscetíveis à liquefação, mas sem nenhum plano de gerenciamento de rejeitados que estarão muito húmidos para compactação
10) análises de estabilidade com base numa única amostra de rejeitados, mas sem medições reais dos parâmetros de resistência ao cisalhamento dessa amostra

CONCLUSÕES

As principais conclusões deste relatório podem ser resumidas da seguinte forma:

1) Com base na precipitação média anual no local da mina de 1.649 mm, a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso (140 metros) ultrapassaria o limite tecnológico atual em 97 metros.
2) Em comparação com a falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil em janeiro de 2022, um deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso se estenderá por

2.415 metros além do pé da instalação, ou bem no rio Covas, seguido de transporte para o rio Douro e o Oceano Atlântico.

3) Os taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seriam excecionalmente íngremes com inclinações de 1V: 2,5H (1 metro vertical por 2,5 metros horizontal) em taludes confinados por rocha estéril e 1V: 3H em taludes não confinados, ao contrário para o padrão da indústria de 1V: 3,5H.
4) Devido à topografia íngreme e à alta inclinação dos taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso, com um volume de armazenamento de rejeitados de 7,1 milhões de metros cúbicos, a instalação seria 99 metros mais alta do que seria previsto para seu volume de armazenamento de rejeitados, que é notavelmente semelhante à superação do limite tecnológico atual com base na precipitação média anual.
5) Embora os rejeitos filtrados sejam confinados por um aterro de rocha estéril, que deve ser considerado uma barragem pelos padrões da indústria, o EIA atualizado nunca usa a palavra "barragem" para descrever o aterro de rocha estéril e não há consideração de padrões de segurança de barragens.
6) A barragem seria construída usando o método a montante, no qual o aterro de rocha estéril seria colocado em cima dos rejeitados filtrados confinados, de modo que, se os rejeitados se liquefazem, o aterro deslizará ou cairá nos rejeitados liquefeitos. Por isso, o método de construção a montante é ilegal no Brasil, Chile, Equador e Peru, e foi recentemente denunciado no Manual de Mineração de Superfície da SME (Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração).
7) O perigo é particularmente agudo para a proposta Mina do Barroso, uma vez que o EIA atualizado reconhece que os rejeitados serão suscetíveis à liquefação. Além disso, não há um planeamento do que fazer com os rejeitados que ficarão muito húmidos para uma compactação adequada, seja porque saíram das prensas de filtro com teor excessivo de água ou porque foram re-humedecidos pela precipitação antes da compactação.

RECOMENDAÇÕES

A recomendação deste relatório é rejeitar a proposta de Savannah Lithium para a Mina do Barroso sem maiores considerações.

SOBRE O AUTOR

O Dr. Steven H. Emerman tem um B.S. em Matemática pela Universidade Ohio State, M.A. em Geofísica pela Universidade Princeton, e Ph.D. em Geofísica da Universidade Cornell. O Dr. Emerman tem 31 anos de experiência no ensino de hidrologia e geofísica, incluindo o ensino como professor Fulbright no Equador e no Nepal, e tem 70 publicações avaliadas por pares nessas áreas. O Dr. Emerman é o proprietário da Malach Consulting, especializada em avaliar os impactos ambientais da mineração para empresas de mineração, bem como organizações governamentais e não-governamentais. O Dr. Emerman avaliou instalações de armazenamento de rejeitados propostas e existentes na América do Norte, América do Sul, Europa, África, Ásia e Oceania, e testemunhou sobre instalações de armazenamento de rejeitados perante o Subcomitê de Povos Indígenas dos Estados Unidos da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, o Parlamento Europeu, o Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas, e a Assembléia das Nações Unidas para o Meio Ambiente. O Dr. Emerman é o Presidente do Subcomitê do Corpo de Conhecimento da Sociedade de Barragens dos EUA e um dos autores de A Segurança em Primeiro Lugar: Diretrizes para Gestão Responsável de Rejeitos de Mineração.



REFERÊNCIAS

Angelo, M., 2022. Exclusivo: Estrutura da Vallourec que cedeu em MG teve reunião extraordinária, licenciamento expresso e alertas de ambientalistas em sua ampliação: Observatório da Mineração, 10 de janeiro de 2022. Disponível online em: https://observatoriodamineracao.com.br/exclusivo-estrutura-da-vallourec-que-cedeu-em-mg-teve-reuniao-extraordinaria-licenciamento-expresso-e-alertas-de-ambientalistas-em-sua-ampliacao/

ANM (Agência Nacional de Mineração, 2019. Resolução nº 13, de 8 de agosto de 2019. Disponível online em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-13-de-8-de-agosto-de-2019-210037027

ANM (Agência Nacional de Mineração), 2022. SIGBM (Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração [Integrated Management System for Mining Dams]). Disponível online em: https://app.anm.gov.br/sigbm/publico

Cacciuttolo Vargas, C. e G. Pérez Campomanes, 2022. Practical experience of filtered tailings technology in Chile and Peru—An environmentally friendly solution [Experiência prática da tecnologia de rejeitados filtrados no Chile e no Peru—Uma solução ambientalmente correta: Minerals [Minerais], vol. 12, 64 p. Disponível online em: https://doi.org/10.3390/min12070889

Department of Basics for Production Safety (安全生产基础司) (China) [Departamento de Noções Básicas de Segurança da Produção (China)], 2020. 防范化解尾矿库安全风险工作方案[Plano de trabalho para prevenir e neutralizar os riscos de segurança da bacia de rejeitados]: 工作方案的通知应急〔2020〕15号[Notificação do Programa de Trabalho Emergência (2020) Nº 15], 2 de março de

2020, 12 p. Disponível online em: http://www.gov.cn/zhengce/zhengceku/2020-03/24/content_5494834.htm

Emerman, S.H., 2021. Avaliação da instalação de armazenamento de rejeitados da proposta de mina de lítio do Barroso da Savannah Lithium, norte de Portugal: Report prepared for Povo e Natureza do Barroso, 46 p. Disponível online em: https://unece.org/sites/default/files/2021-10/frCommC186_15.10.2021_annex2.pdf

Fick, S.E. e R.J. Hijmans, 2017. WorldClim 2—New 1km spatial resolution climate surfaces for global land areas [WorldClim 2—Novas superfícies climáticas com resolução espacial de 1 km para áreas terrestres globais]: International Journal of Climatology [Revista Internacional de Climatologia], vol. 37, pp. 4302-4315. Disponível online em: https://rmets.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/joc.5086

Franks, D.M., M. Stringer, L.A. Torres-Cruz, E. Baker, R. Valenta, K. Thygesen, A. Matthews, J. Howchin e S. Barrie, 2021. Tailings facility disclosures reveal stability risks [Divulgações de instalações de rejeitados revelam riscos de estabilidade]: Nature Scientific Reports [Relatórios Científicos da Natureza], vol. 11, 7 p. Disponível online em: https://www.nature.com/articles/s41598-021-91384-z

GRID-Arendal, 2020. Global Tailings Dam Portal Project [Projeto Global do Portal das Barragens de Rejeitados]. Disponível online em: https://www.grida.no/activities/461

Hawley, M. e Cunning, J., 2017. Guidelines for mine waste dump and stockpile design [Diretrizes para projeto de escombreiras e estoques de mina]: CSIRO Publishing, 385 p. Disponível online em: : https://participa.pt/pt/consulta/alteracao-ao-projeto-de-ampliacao-da-mina-do-barroso

Klohn, E.J., 1972. Design and construction of tailings dams [Projeto e construção de barragens de rejeitados]: CIM (Canadian Institute of Mining, Metallurgy and Petroleum) Transactions [Transações do CIM (Instituto Canadense de Mineração, Metalurgia e Petróleo)], vol. 75, pp. 50-66.

Klohn Crippen Berger, 2017. Study of tailings management technologies [Estudo das tecnologias de gerenciamento de rejeitados]: Relatório à Mining Association of Canada e Mine 43 Environment Neutral Drainage (MEND) Program [Associação Canadense de Mineração e Programa de Drenagem Neutra para o Ambiente de Mineração, Relatório MEND 2.50.1, 164 p. Disponível online em: http://mend-nedem.org/wpcontent/uploads/2.50.1Tailings_Management_TechnologiesL.pdf

Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables (Ecuador) [Ministério de Energia e Recursos Naturais Não Renováveis (Equador)], 2020b. Instructivo para la aprobación de proyectos de diseño, construcción, operación y mantenimiento de depósitos de relaves para la mediana y gran minería [Instruções para aprovação de projetos de desenho, construção, operação e manutenção de depósitos de rejeitados para mineração de médio e grande porte], 27 p. Disponível online em: https://www.mingaservice.com/web/index.php/documento/categoria/legislacion-minera

Ministerio de Minería (Chile) [Ministério de Mineração (Chile)], 2007. Decreto Supremo nº 248— Reglamento para la aprobación de proyectos de diseño, construcción, operación y cierre de los depósitos de relaves—publicado en el Diario Oficial el 11 de abril de 2007 [Decreto Supremo nº 248 - Regulamento para aprovação de projetos de desenho, construção, operação e fechamento de depósitos de rejeitados—publicado no Diário Oficial em 11 de abril de 2007], 24 p. Disponível online em: https://www.sernageomin.cl/wpcontent/uploads/2018/01/DS248_Reglamento_DepositosRelave.pdf

Morrill, J., 2022. The unfolding disaster in Brazil—A warning of what's to come [O desastre que se desenrola no Brasil - um aviso do que está por vir]: EARTHBlog, 25 de janeiro de 2022. Disponível online em: https://earthworks.org/blog/the-unfolding-disaster-in-brazil-a-warning-of-whats-to-come/

Morrill, J., D. Chambers, S. Emerman, R. Harkinson, J. Kneen. U. Lapointe, A. Maest, B. Milanez, P. Personius, P. Sampat, e R. Turgeon, 2022. Safety first—Guidelines for responsible mine tailings management [A segurança em primeiro lugar—Diretrizes para gestão responsável de rejeitos de mineração]: Earthworks, MiningWatch Canada, e London Mining Network: Versão 2.0, maio de 2022, 55 p. Disponível online em: https://41p14t2a856b1gs8ii2wv4k4-wpengine.netdna-ssl.com/assets/uploads/2020/06/Safety-First-Safe-Tailings-Management-V2.0-final.pdf

Observatório da Mineração, 2022. Exclusivo: Imagens aéreas do deslizamento na Mina Pau Branco da Vallourec em MG. Disponível online em: https://www.youtube.com/watch?v=BT6FqaT18vo

Petley, D., 2022. Pau Branco—Another significant mining-related landslide in Brazil [Pau Branco—Outro deslizamento de materiais significativo relacionado à mineração no Brasil]: The Landslide Blog [O Blog do Deslizamento de Materiais], 11 de janeiro de 2022. Disponível online em: https://blogs.agu.org/landslideblog/2022/01/11/pau-branco-1/

Reemeyer, H.C.L., 2022. Chapter 3—Mineral and tailings processing [Capítulo 3 - Processamento de minerais e rejeitados]: Em K.F. Morrison (Ed.), SME Tailings management handbook—A life-cycle approach [Manual de gerenciamento de rejeitados da SME - Uma abordagem de ciclo de vida] (pp. 21-39), Society for Mining, Metallurgy and Exploration [Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração], Englewood, Colorado, 1004 p.

Riskope, 2022. Recent Failure at Pau Branco Mine, MG, Brazil [Falha Recente na mina de Pau Branco, MG, Brasil]. Disponível online em: https://www.riskope.com/2022/01/13/recent-failure-at-pau-branco-mine-mg-brazil/

Savannah Lithium LDA, 2023a. Projeto de expansão da Mina do Barroso—Estudo de Impacte Ambiental— Avaliação do projeto reformulado no âmbito do Artigo 16º do RJAIA — Volume I—Relatório síntese: Revision 0, Lisbon, March 15, 2023, 716 p. Disponível online em: https://participa.pt/pt/consulta/alteracao-ao-projeto-de-ampliacao-da-mina-do-barroso

Savannah Lithium LDA, 2023b. Plano de Lavra da Mina do Barroso: March 2023, 553 p. Disponível online em: https://participa.pt/pt/consulta/alteracao-ao-projeto-de-ampliacao-da-mina-do-barroso

Savannah Lithium LDA, 2023c. Plano de Lavra da Mina do Barroso—Anexo III-3—Projeto de Lítio Mina do Barroso – Testes Físicos dos Rejeitados: março de 2023, 11 p. Disponível

online em: https://participa.pt/pt/consulta/alteracao-ao-projeto-de-ampliacao-da-mina-do-barroso

Sistema Nacional de Información Ambiental (Perú) [Sistema Nacional de Informação Ambiental (Peru)], 2014. Decreto Supremo N° 040-2014-EM .- Reglamento de protección y gestión ambiental para las actividades de explotación, beneficio, labor general, transporte y almacenamiento minero [Decreto Supremo No. 040-2014-EM .- Regulamento de proteção e gerenciamento ambiental para atividades de exploração, benefício, trabalho geral, transporte e armazenamento de minas], 30 p. Disponível online em: https://sinia.minam.gob.pe/normas/reglamento-proteccion-gestion-ambiental-lasactividades-explotacion

Turek, C., 2023. Chapter 2—Open pit mining in a changing world [Capítulo 2—Mineração a céu aberto num mundo em mudança]: Em P. Darling (Ed.), SME Surface Mining Handbook [Manual de Mineração de Superfície da SME] (pp. 13-28), Society for Mining, Metallurgy and Exploration [Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração], Englewood, Colorado, 652 p.

Ulrich, B.F. e J.G. Coffin, 2017. Characterization of unsaturated tailings & its effects on liquefaction [Caracterização de rejeitados não saturados e seus efeitos na liquefação]: Tailings and Mine Waste 2017 [Rejeitados e Estériles de Minas de 2017], 10 p. Disponível online em: https://www.knightpiesold.com/sites/en/assets/File/TMW%202017%20-%20Characterization%20of%20Unsaturated%20Tailings%20%26%20its%20Effects%20on%20Liquefaction.pdf

Associação Montalegre Com Vida, Associação de defesa ambiental

Rua do Forno nº1, 5470-304 Morgade

ASSUNTO: Solicitar o parecer desfavorável pela Agência Portuguesa do Ambiente ao Estudo de Impacte Ambiental de ampliação da chamada "Mina do Barroso" para a exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio.

A Associação Montalegre Com Vida, associação de defesa ambiental, vem por este meio, solicitar a V. Exas o parecer desfavorável pela Agência Portuguesa do Ambiente ao Estudo de Impacte Ambiental de ampliação da chamada "Mina do Barroso" para a exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio por considerar que o mesmo contém sérias omissões, fragilidades e lacunas e que levará a prejuízos incalculáveis para o ambiente e para as populações se o mesmo for aprovado.

É com enorme preocupação, que constatamos que os interesses das populações locais estão a ser postos em causa. As populações continuam a não ser ouvidas.

A região de Barroso é muito rica em património ambiental e paisagístico. Além disso, tem preservado ao longo dos tempos, usos e costumes ancestrais, em articulação com o desenvolvimento de atividades sustentáveis ligadas à agricultura e pecuária, que são a principal fonte de rendimento das populações, mas também tem apostado no desenvolvimento turístico, em equilíbrio com a gestão da paisagem e com as tradições locais.

Esta região é Património Agrícola Mundial.

Desta região provêm produtos endógenos de qualidade superior, muitos deles biológicos, com destaque para vários com Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP), nomeadamente, a carne barrosã, o mel de Barroso, o fumeiro, o cabrito, o cordeiro e a batata, entre outros. Uma eventual exploração mineira colocaria em causa a manutenção da excelente qualidade desses produtos e poderia inviabilizar a continuidade da sua produção.

Além do perigo para a sustentabilidade do território, seria também um atentado contra o ambiente e contra as pessoas, em vários domínios, a saber:

Impactes sobre a saúde das populações

Ao nível da saúde das populações os efeitos de uma mina a céu aberto, poderão ser físicos, mas também psicológicos, decorrentes da deterioração das condições de vida.

Este projeto constitui uma ameaça para a saúde bem como a degradação da qualidade de vida da população das aldeias circundantes, com o ruído, explosões e maquinaria. As vibrações e emissões atmosféricas de partículas produzidas pela pulverização necessária para a concentração do lítio, assim como da contaminação dos solos e das águas superficiais e subterrâneas que impedem a prática da agricultura e da rega, além das águas para consumo humano ficarem contaminadas.

Impactes sobre as águas e alterações no escoamento superficial e subterrâneo

O risco de contaminação das águas é muito elevado, quer pelo uso de químicos na separação dos minerais na lavaria, quer pelas escorrências resultantes dos depósitos de rejeitos.

Além disso, poderá haver contaminação das águas subterrâneas e interferência nas nascentes. Por outro lado, a laboração da mina, exige um elevado consumo de água.

No referido estudo, foram omitidas as linhas de água da área de estudo.

A empresa proponente refere também que, rejeita a possibilidade de vir a usar água do rio Covas, ainda que este esteja na proximidade da lavaria, não sendo claro onde irá buscar a enorme quantidade de água que admitem vir a ser necessárias para a referida lavaria.

No entanto, é importante salientar que as enormes necessidades hídricas desta atividade não são passiveis de serem supridas com o recurso apenas às águas pluviais captadas na exploração, pelo que o recurso à captação subterrânea e

superficial é inevitável para a manutenção dos ciclos de exploração nas épocas estivais, o que potenciará o stresse hídrico nesta área.

A falta de água vai afetar a produção hídrica da EHTB como também vai provocar impactes muito significativos, quer a nível da vegetação ripícola quer nas populações ripícolas do próprio rio Covas. O EIA não avalia estes impactes.

Na gestão das águas subterrâneas é afirmado que vão ser efetuados furos verticais na área evolvente da exploração para rebaixar o nível freático e assim impedir que as águas subterrâneas entrem para as cortas. O EIA não analisa as consequências desta medida.

O balanço hídrico apresentado no estudo de viabilidade da mina não está completo, facto que é assumido pelo promotor ao referir que o mesmo se encontra pendente! Só apresenta valores para as necessidades hídricas do projeto. Quanto à origem dos recursos hídricos diz pouco. Enquanto o balanço hídrico não estiver completo não é possível avaliar corretamente os impactes que este projeto vai causar no meio hídrico.

É assumido que parte da água que vai ser utilizada na mina provém de furos, na ordem dos 80.000 m3/ano, facilmente se constata que este valor não é suficiente para suprir as necessidades, pois a água bruta necessária é de 460.000 m3/ano. Onde vão buscar a água que falta?

É referido no relatório, na parte da gestão dos recursos hídricos, que é espectável que ocorram eventos extremos. Esses eventos vão provocar arrastamento dos sedimentos finos que se encontram nas bacias de retenção e vão ser descarregados no rio Covas. Que efeito terão a ocorrência destes eventos na qualidade da água do rio Covas? O EIA não dá resposta a esta questão.

Na área a sul da mina haverá redução do fornecimento bem como da qualidade da água, que irá acima de tudo afetar Ribeira de Pena e Cabeceiras de Basto, causado pelo elevado consumo de água para "lavar" o minério extraído, que inevitavelmente irá contaminar as linhas de água e os lençóis freáticos através de escorrências.

Este projeto irá provocar alterações com impacto irreversível no uso do solo pondo em causa a classificação de Património Agrícola Mundial atribuído pela FAO.

No projeto, podemos verificar que as escombreiras ficam a menos de 1Km do rio Covas, haverá inevitável mente escorrências e a contaminação deste mesmo rio.

Impactes sobre o solo, o ser humano e as comunidades locais

Uma vez que a área solicitada é tão vasta (593 ha), haverá um risco elevado de muitos agricultores perderem terrenos para a exploração e também os subsídios agrícolas correspondentes aos baldios e até aos terrenos particulares. Caso isso aconteça, o funcionamento das explorações agrícolas ficará em risco, podendo perder-se várias dezenas de empregos no sector. Caso a atividade agrícola deixe de ser desenvolvida nos moldes atuais, poderá daí resultar uma perda de atratividade da região em termos turísticos e uma redução acentuada da produção agrícola como meio de subsistência da maior parte da comunidade local.

Além do mais falta avaliar os efeitos nocivos que a atividade mineira vai causar nos animais que integram as explorações agrícolas, designadamente na proteção, saúde e bem-estar animal com todas as implicações que possam dai advir, uma vez que nesta área existem várias explorações agrícolas que são a principal atividade económica destas localidades.

A “Mina do Barroso” causará a delapidação do património histórico, familiar e ambiental pela perda das terras e da sua aptidão natural, bem como pelos danos causados por vibrações. Com instalação do complexo mineiro, irá iniciar-se a destruição dos solos com o fluxo de transportes, de viaturas pesadas, resultando com esse movimento a compactação e a destruição dos solos com uso para a agricultura e pastorícia. A área agrícola e florestal será diminuída devido à construção de edifícios fabris, nomeadamente a lavaria, oficinas, balneários, etc, e dos edifícios administrativos e dos armazéns, assim como o início e ampliação das escombreiras e barragens de rejeitos. Devido às águas superficiais vindas, quer da escorrência pluvial, como fugas de águas contaminadas, quer ainda das descargas da ETAR, haverá o risco de contaminação dos solos o que tornará a

poluição difusa pois não se restringe à área onde é explorada e cujos efeitos perduram por muitas décadas.

Haverá uma drástica desvalorização imobiliária - casas e terrenos - pois ninguém quer morar perto de crateras mineiras e, caso os proprietários coloquem as respetivas propriedades à venda, não haverá interessados na sua compra. Além disso, os terrenos expropriados necessários ao desenvolvimento das atividades da empresa concessionária não serão pagos pelo seu justo valor. As indemnizações serão pagas por valores mínimos, legalmente estabelecidos.

Perda do selo Património Agrícola Mundial

Em termos de ocupação atual do solo, é importante lembrar acima de tudo que é na região de Barroso que pretendem instalar a referida mina, região esta que está classificada como **Património Agrícola Mundial pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Os sítios GIAHS, (Globally Important Agricultural Heritage Sites)** são sistemas agrícolas vivos, envolvendo as comunidades humanas numa relação intrincada com o território, com a paisagem cultural e agrícola, bem como com o ambiente biofísico e social. O sistema agrícola que existe no Barroso e na área onde está inserido o projeto é rico em biodiversidade agrícola e em vida selvagem e é uma importante fonte de conhecimento autóctone e de culturas ancestrais. A sua diversidade cultural, ecológica e agrícola é bem evidente. O sistema agrícola presente contribui para a base da inovação agrícola e tecnológica do futuro. O projeto da “Mina do Barroso” desestabilizará esse sistema. Durante o período de laboração da mina, grande parte do solo e da água usados nas práticas agrícolas não estará disponível. Após o fim da vida da mina, uso e aptidão dos solos serão irremediavelmente afetados pelas alterações do relevo, ocupação com escombreiras e barragens de rejeitos e pelos desvios de linhas de água, entre outras coisas. Isto para já não falar nos riscos de contaminação do solo e da água. Haverá uma inevitável rutura das práticas ancestrais que não se voltarão a restabelecer uma vez que as presentes gerações de agricultores serão obrigadas a alterar o seu modo de vida e não as poderem transmitir às gerações seguintes.

A ligeireza como este assunto foi abordado no EIA revela a ignorância em relação ao privilégio que a região do Barroso detém em ter conseguido esta classificação.

A classificação GIAHS baseia-se num conjunto de parâmetros, onde se destaca a biodiversidade, a paisagem, a produção agrícola e a gestão sustentável do uso da água, todos eles vão sofrer um forte impacto com a existência deste projeto.

É importante saber se para a FAO a classificação GIAHS é compatível com a existência de minas a céu aberto. O EIA não esclarece sobre este ponto.

É indispensável que a FAO emita um parecer sobre este assunto e que o mesmo faça parte integrante do EIA.

Esta classificação, além do privilégio do reconhecimento da especificidade de todo a riqueza patrimonial de Barroso, é também uma mais-valia em termos do que as comunidades ganham com esta classificação. Por isso, para se avaliar os impactes que a mina vai provocar neste descritor é importante que o EIA identifique todos os projetos que estão a ser apoiados por causa de existir esta classificação, assim como os projetos que estão a ser desenhados, graças ao facto do Barroso ser património agrícola mundial.

Impactes sonoros e sobre o ar

A poluição sonora será uma constante, não só pelas explosões, mas também pelo trabalho e deslocações de maquinaria pesada, que por sua vez também irá deteriorar a qualidade das estradas localizadas nas proximidades.

Covas do Barroso situa-se num vale que proporciona a difusão do som produzido nas zonas envolventes e os impactes da mina que ainda não existe foram determinados por analogia a outras minas e a quase inexistente exploração de feldspato e quartzo num dos núcleos da licença de 2006.

As poeiras geradas pela exploração, podem ser transportadas a longas distâncias pelo vento, podendo causar riscos de exposição a materiais contaminantes, causando danos na saúde pública e afetando os habitats ou ecossistemas. Tendo em conta a proximidade das aldeias será inevitável que estas venham a afetar a saúde da população. Diga-se que as reivindicações do

EIA de que as poeiras serão reduzidas através da instalação de barreiras arbóreas ou borrifando água levanta preocupações acrescidas. A primeira diz respeito à audácia de sugerir que uma barreira arbórea com altura adequada poderá ser instalada antes da mina abrir, mais ainda carvalhos. A segunda porque, para além de ser inconcebível que toda e qualquer fonte de poeira na mina seja constantemente borrifada com água, implica um aumento do uso de água, aumenta o risco de escorrências e infiltrações e por fim contribui também para um aumento de humidade nos rejeitos que a proponente insiste em dizer que serão secos. De não esquecer que a dispersão atmosférica de poeiras e sua deposição nas folhas da vegetação vai impedir a penetração dos raios solares, diminuindo assim a capacidade produtiva das plantas, afetando quer a vegetação espontânea como as culturas agrícolas.

As populações não ficaram salvaguardadas e a sua integridade física, assim como o resguardo dos seus pertences poderá estar em risco.

Convém salientar que a caraterização da qualidade do ar ambiente feita no âmbito do projeto de ampliação da Mina do Barroso, não teve em conta o período de duração previsto por lei para as campanhas de monitorização, o que implica que os resultados obtidos nessa avaliação não possam ser comparados com os valores legislados, limitando assim qualquer análise na determinação de possíveis impactes que a mina possa causar.

Impactes sobre o património histórico e cultural

O EIA foca-se apenas nos impactes na zona de exploração sem ter em consideração a zona que a rodeia e o impacte que as vibrações das explosões e da exploração podem ter.

A menos de 1000 metros da área de exploração fica a Igreja Paroquial de Covas do Barroso, Património de Interesse público. De salientar em particular as pinturas murais do início do século 18 recentemente recuperadas e as quais serão vulneráveis às vibrações produzidas com a exploração da mina, ainda mais amplificadas pelo granito que serve de fundação a igreja. A menos de 3.500 metros fica o Castro do Lesenho também classificado como Imóvel de interesse

público. Castro do Poio, um povoado do século I ou II que fica a menos de 400 metros da área de exploração.

Impactes sobre a paisagem

A exploração proposta é a céu aberto e irá alterar acentuadamente a paisagem devido não apenas as cortas visíveis no terreno mas também à formação de escombreiras e outros elementos artificiais, designadamente a lavaria e restantes edifícios industriais que são discordantes com o meio envolvente, levando à perda de qualidade paisagística em toda a área envolvente, prejudicando a atividade económica do turismo, a qual é uma das grandes apostas das comunidades residentes, particularmente durante os meses de verão.

Por último, consideramos extremamente grave a postura da empresa Savannah. Agindo como se a atribuição da DIA favorável seja uma mera formalidade, descredibilizando todo o processo de avaliação.

Pelo acima exposto, vimos solicitar a V. Exas o parecer desfavorável pela Agência Portuguesa do Ambiente ao Estudo de Impacte Ambiental de ampliação da chamada "Mina do Barroso" para a exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio.

Com os melhores cumprimentos,

Associação Montalegre Com Vida

Data: Montalegre, 18 de abril de 2023

Nome: Associação Montalegre Com Vida

Nif n.º: 515545112

Armando José Moreira Pinto, residente em rua principal nº 7, Morgade - Montalegre

ASSUNTO: Solicitar o parecer desfavorável pela Agência Portuguesa do Ambiente ao Estudo de Impacte Ambiental de ampliação da chamada "Mina do Barroso" para a exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio.

Armando José Moreira Pinto, portador do cartão de Cidadão número 10611898, vem por este meio, solicitar a V. Exas o parecer desfavorável pela Agência Portuguesa do Ambiente ao Estudo de Impacte Ambiental de ampliação da chamada "Mina do Barroso" para a exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio por considerar que o mesmo contém sérias omissões, fragilidades e lacunas e que levará a prejuízos incalculáveis para o ambiente e para as populações se o mesmo for aprovado.

É com enorme preocupação, que constatei que os interesses das populações locais estão a ser postos em causa. As populações continuam a não ser ouvidas.

A região de Barroso é muito rica em património ambiental e paisagístico. Além disso, tem preservado ao longo dos tempos, usos e costumes ancestrais, em articulação com o desenvolvimento de atividades sustentáveis ligadas à agricultura e pecuária, que são a principal fonte de rendimento das populações, mas também tem apostado no desenvolvimento turístico, em equilíbrio com a gestão da paisagem e com as tradições locais.

Esta região é Património Agrícola Mundial.

Desta região provêm produtos endógenos de qualidade superior, muitos deles biológicos, com destaque para vários com Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP), nomeadamente, a carne barrosã, o mel de Barroso, o fumeiro, o cabrito, o cordeiro e a batata, entre outros. Uma eventual exploração mineira colocaria em causa a manutenção da excelente qualidade desses produtos e poderia inviabilizar a continuidade da sua produção.

Além do perigo para a sustentabilidade do território, seria também um atentado contra o ambiente e contra as pessoas, em vários domínios, a saber:

Impactes sobre a saúde das populações

Ao nível da saúde das populações os efeitos de uma mina a céu aberto, poderão ser físicos, mas também psicológicos, decorrentes da deterioração das condições de vida.

Este projeto constitui uma ameaça para a saúde bem como a degradação da qualidade de vida da população das aldeias circundantes, com o ruído, explosões e maquinaria. As vibrações e emissões atmosféricas de partículas produzidas pela pulverização necessária para a concentração do lítio, assim como da contaminação dos solos e das águas superficiais e subterrâneas que impedem a prática da agricultura e da rega, além das águas para consumo humano ficarem contaminadas.

Impactes sobre as águas e alterações no escoamento superficial e subterrâneo

O risco de contaminação das águas é muito elevado, quer pelo uso de químicos na separação dos minerais na lavaria, quer pelas escorrências resultantes dos depósitos de rejeitos.

Além disso, poderá haver contaminação das águas subterrâneas e interferência nas nascentes. Por outro lado, a laboração da mina, exige um elevado consumo de água.

No referido estudo, foram omitidas as linhas de água da área de estudo.

A empresa proponente refere também que, rejeita a possibilidade de vir a usar água do rio Covas, ainda que este esteja na proximidade da lavaria, não sendo claro onde irá buscar a enorme quantidade de água que admitem vir a ser necessárias para a referida lavaria.

No entanto, é importante salientar que as enormes necessidades hídricas desta atividade não são passiveis de serem supridas com o recurso apenas às águas pluviais captadas na exploração, pelo que o recurso à captação subterrânea e superficial é inevitável para a manutenção dos ciclos de exploração nas épocas estivais, o que potenciará o stresse hídrico nesta área.

A falta de água vai afetar a produção hídrica da EHTB como também vai provocar impactes muito significativos, quer a nível da vegetação ripícola quer nas populações ripícolas do próprio rio Covas. O EIA não avalia estes impactes.

Na gestão das águas subterrâneas é afirmado que vão ser efetuados furos verticais na área evolvente da exploração para rebaixar o nível freático e assim impedir que as águas subterrâneas entrem para as cortas. O EIA não analisa as consequências desta medida.

O balanço hídrico apresentado no estudo de viabilidade da mina não está completo, facto que é assumido pelo promotor ao referir que o mesmo se encontra pendente! Só apresenta valores para as necessidades hídricas do projeto. Quanto à origem dos recursos hídricos diz pouco. Enquanto o balanço hídrico não estiver completo não é possível avaliar corretamente os impactes que este projeto vai causar no meio hídrico.

É assumido que parte da água que vai ser utilizada na mina provém de furos, na ordem dos 80.000 m3/ano, facilmente se constata que este valor não é suficiente para suprir as necessidades, pois a água bruta necessária é de 460.000 m3/ano. Onde vão buscar a água que falta?

É referido no relatório, na parte da gestão dos recursos hídricos, que é espectável que ocorram eventos extremos. Esses eventos vão provocar arrastamento dos sedimentos finos que se encontram nas bacias de retenção e vão ser descarregados no rio Covas. Que efeito terão a ocorrência destes eventos na qualidade da água do rio Covas? O EIA não dá resposta a esta questão.

Na área a sul da mina haverá redução do fornecimento bem como da qualidade da água, que irá acima de tudo afetar Ribeira de Pena e Cabeceiras de Basto, causado pelo elevado consumo de água para "lavar" o minério extraído, que inevitavelmente irá contaminar as linhas de água e os lençóis freáticos através de escorrências.

Este projeto irá provocar alterações com impacto irreversível no uso do solo pondo em causa a classificação de Património Agrícola Mundial atribuído pela FAO.

No projeto, podemos verificar que as escombreiras ficam a menos de 1Km do rio Covas, haverá inevitável mente escorrências e a contaminação deste mesmo rio.

Impactes sobre o solo, o ser humano e as comunidades locais

Uma vez que a área solicitada é tão vasta (593 ha), haverá um risco elevado de muitos agricultores perderem terrenos para a exploração e também os subsídios agrícolas correspondentes aos baldios e até aos terrenos particulares. Caso isso aconteça, o funcionamento das explorações agrícolas ficará em risco, podendo perder-se várias dezenas de empregos no sector. Caso a atividade agrícola deixe de ser desenvolvida nos moldes atuais, poderá daí resultar uma perda de atratividade da região em termos turísticos e uma redução acentuada da produção agrícola como meio de subsistência da maior parte da comunidade local.

Além do mais falta avaliar os efeitos nocivos que a atividade mineira vai causar nos animais que integram as explorações agrícolas, designadamente na proteção, saúde e bem-estar animal com todas as implicações que possam dai advir, uma vez que nesta área existem várias explorações agrícolas que são a principal atividade económica destas localidades.

A “Mina do Barroso” causará a delapidação do património histórico, familiar e ambiental pela perda das terras e da sua aptidão natural, bem como pelos danos causados por vibrações. Com instalação do complexo mineiro, irá iniciar-se a destruição dos solos com o fluxo de transportes, de viaturas pesadas, resultando com esse movimento a compactação e a destruição dos solos com uso para a agricultura e pastorícia. A área agrícola e florestal será diminuída devido à construção de edifícios fabris, nomeadamente a lavaria, oficinas, balneários, etc, e dos edifícios administrativos e dos armazéns, assim como o início e ampliação das escombreiras e barragens de rejeitos. Devido às águas superficiais vindas, quer da escorrência pluvial, como fugas de águas contaminadas, quer ainda das descargas da ETAR, haverá o risco de contaminação dos solos o que tornará a poluição difusa pois não se restringe à área onde é explorada e cujos efeitos perduram por muitas décadas.

Haverá uma drástica desvalorização imobiliária - casas e terrenos - pois ninguém quer morar perto de crateras mineiras e, caso os proprietários coloquem as respetivas propriedades à venda, não haverá interessados na sua compra. Além disso, os terrenos expropriados necessários ao desenvolvimento das atividades da empresa concessionária não serão pagos pelo seu justo valor. As indemnizações serão pagas por valores mínimos, legalmente estabelecidos.

Perda do selo Património Agrícola Mundial

Em termos de ocupação atual do solo, é importante lembrar acima de tudo que é na região de Barroso que pretendem instalar a referida mina, região esta que está classificada como **Património Agrícola Mundial pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Os sítios GIAHS, (Globally Important Agricultural Heritage Sites)** são sistemas agrícolas vivos, envolvendo as comunidades humanas numa relação intrincada com o território, com a paisagem cultural e agrícola, bem como com o ambiente biofísico e social. O sistema agrícola que existe no Barroso e na área onde está inserido o projeto é rico em biodiversidade agrícola e em vida selvagem e é uma importante fonte de conhecimento autóctone e de culturas ancestrais. A sua diversidade cultural, ecológica e agrícola é bem evidente. O sistema agrícola presente contribui para a base da inovação agrícola e tecnológica do futuro. O projeto da “Mina do Barroso” desestabilizará esse sistema. Durante o período de laboração da mina, grande parte do solo e da água usados nas práticas agrícolas não estará disponível. Após o fim da vida da mina, uso e aptidão dos solos serão irremediavelmente afetados pelas alterações do relevo, ocupação com escombreiras e barragens de rejeitos e pelos desvios de linhas de água, entre outras coisas. Isto para já não falar nos riscos de contaminação do solo e da água. Haverá uma inevitável rutura das práticas ancestrais que não se voltarão a restabelecer uma vez que as presentes gerações de agricultores serão obrigadas a alterar o seu modo de vida e não as poderem transmitir às gerações seguintes.

A ligeireza como este assunto foi abordado no EIA revela a ignorância em relação ao privilégio que a região do Barroso detém em ter conseguido esta classificação.

A classificação GIAHS baseia-se num conjunto de parâmetros, onde se destaca a biodiversidade, a paisagem, a produção agrícola e a gestão sustentável do uso da água, todos eles vão sofrer um forte impacto com a existência deste projeto.

É importante saber se para a FAO a classificação GIAHS é compatível com a existência de minas a céu aberto. O EIA não esclarece sobre este ponto.

É indispensável que a FAO emita um parecer sobre este assunto e que o mesmo faça parte integrante do EIA.

Esta classificação, além do privilégio do reconhecimento da especificidade de todo a riqueza patrimonial de Barroso, é também uma mais-valia em termos do que as comunidades ganham com esta classificação. Por isso, para se avaliar os impactes que a mina vai provocar neste descritor é importante que o EIA identifique todos os projetos que estão a ser apoiados por causa de existir esta classificação, assim como os projetos que estão a ser desenhados, graças ao facto do Barroso ser património agrícola mundial.

Impactes sonoros e sobre o ar

A poluição sonora será uma constante, não só pelas explosões, mas também pelo trabalho e deslocações de maquinaria pesada, que por sua vez também irá deteriorar a qualidade das estradas localizadas nas proximidades.

Covas do Barroso situa-se num vale que proporciona a difusão do som produzido nas zonas envolventes e os impactes da mina que ainda não existe foram determinados por analogia a outras minas e a quase inexistente exploração de feldspato e quartzo num dos núcleos da licença de 2006.

As poeiras geradas pela exploração, podem ser transportadas a longas distâncias pelo vento, podendo causar riscos de exposição a materiais contaminantes, causando danos na saúde pública e afetando os habitats ou ecossistemas. Tendo em conta a proximidade das aldeias será inevitável que estas venham a afetar a saúde da população. Diga-se que as reivindicações do EIA de que as poeiras serão reduzidas através da instalação de barreiras arbóreas ou borrifando água levanta preocupações acrescidas. A primeira diz respeito à audácia de sugerir que uma barreira arbórea com altura adequada poderá ser instalada antes da mina abrir, mais ainda carvalhos. A segunda

porque, para além de ser inconcebível que toda e qualquer fonte de poeira na mina seja constantemente borrifada com água, implica um aumento do uso de água, aumenta o risco de escorrências e infiltrações e por fim contribui também para um aumento de humidade nos rejeitos que a proponente insiste em dizer que serão secos. De não esquecer que a dispersão atmosférica de poeiras e sua deposição nas folhas da vegetação vai impedir a penetração dos raios solares, diminuindo assim a capacidade produtiva das plantas, afetando quer a vegetação espontânea como as culturas agrícolas.

As populações não ficaram salvaguardadas e a sua integridade física, assim como o resguardo dos seus pertences poderá estar em risco.

Convém salientar que a caraterização da qualidade do ar ambiente feita no âmbito do projeto de ampliação da Mina do Barroso, não teve em conta o período de duração previsto por lei para as campanhas de monitorização, o que implica que os resultados obtidos nessa avaliação não possam ser comparados com os valores legislados, limitando assim qualquer análise na determinação de possíveis impactes que a mina possa causar.

Impactes sobre o património histórico e cultural

O EIA foca-se apenas nos impactes na zona de exploração sem ter em consideração a zona que a rodeia e o impacte que as vibrações das explosões e da exploração podem ter.

A menos de 1000 metros da área de exploração fica a Igreja Paroquial de Covas do Barroso, Património de Interesse público. De salientar em particular as pinturas murais do início do século 18 recentemente recuperadas e as quais serão vulneráveis às vibrações produzidas com a exploração da mina, ainda mais amplificadas pelo granito que serve de fundação a igreja. A menos de 3.500 metros fica o Castro do Lesenho também classificado como Imóvel de interesse público. Castro do Poio, um povoado do século I ou II que fica a menos de 400 metros da área de exploração.

Impactes sobre a paisagem

A exploração proposta é a céu aberto e irá alterar acentuadamente a paisagem devido não apenas as cortas visíveis no terreno mas também à formação de

escombreiras e outros elementos artificiais, designadamente a lavaria e restantes edifícios industriais que são discordantes com o meio envolvente, levando à perda de qualidade paisagística em toda a área envolvente, prejudicando a atividade económica do turismo, a qual é uma das grandes apostas das comunidades residentes, particularmente durante os meses de verão.

Por último, consideramos extremamente grave a postura da empresa Savannah. Agindo como se a atribuição da DIA favorável seja uma mera formalidade, descredibilizando todo o processo de avaliação.

Pelo acima exposto, venho por este meio solicitar a V. Exas o parecer desfavorável pela Agência Portuguesa do Ambiente ao Estudo de Impacte Ambiental de ampliação da chamada "Mina do Barroso" para a exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio.

Com os melhores cumprimentos,

Armando José Moreira Pinto

Data: Montalegre, 19 de abril de 2023

Nif n.º: 214437264

Exmos senhores,

Venho por este meio expressar a minha **profunda discordância em relação a este projecto.**

De modo a justificar essa posição, cito em baixo um largo excerto de **David R. Boyd, Relator especial das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Ambiente, datado de 27 de setembro de 2022** e no contexto da sua visita ao nosso país, num relatório que recebeu ampla cobertura mediática, cujo texto original em inglês tomei a liberdade de traduzir e enfatizar.

Para além das razões por ele advogadas, e com as quais estou inteiramente de acordo, gostaria ainda de citar:

i) o facto de a mina se encontrar numa **região de enorme riqueza em termos de biodiversidade**, incluindo alcateias de lobos ibéricos, o Mexilhão-de-rio ou a Gralha-de-bico-vermelho;

ii) os impactos que **a mineração irá ter sobre os recursos hídricos da região**; isto numa era em que sabemos que **Portugal irá ser sujeito a cada vez maiores stresses hídricos**, devido ao acelerar dos impactos das alterações climáticas;

iii) e, finalmente, notar que o aumento da **procura de lítio a nível mundial está a ser alavancado pela explosão na procura de baterias para a indústria automóvel**, como aliás o próprio Grupo de Trabalho para o Lítio admitiu[1]. Ora, a principal alternativa para a descarbonização dos transportes, a nível mundial, mas com relevância para o caso específico de Portugal, terá de ser **um investimento alargado e sustentado numa rede de transportes colectivos**, acessíveis e eficientes. Quanto mais rapidamente isto for reconhecido e admitido, **menor será a necessidade de criar novas "zonas de sacrifício"** (para citar a expressão utilizada por David R. Boyd), seja em Portugal, seja noutras partes do mundo.

Com os melhores cumprimentos,
Cumprimentos,
Luis Fazendeiro,
Fìsico, investigador em sistemas energéticos sustentáveis
Lisboa, 19 de Abril de 2023.

[1] "Relatório do Grupo de Trabalho "Lítio"", 27/3/2017, criado por despacho nº15040/2016, do Secretário de Estado da Energia. URL: http://litio.ipg.pt/wp-content/uploads/2018/07/Resumo-Relatorio-Grupo-Trabalho_Litio2016.pdf.

/**/

Texto original pode ser encontrado em URL:
https://unece.org/sites/default/files/2022-10/frCommC186_10.10.2022_annex1.pdf (págs. 9-10 de 12),
Statement at the conclusion of country visit to Portugal
David R. Boyd
United Nations Special Rapporteur on human rights and the environment
September 27, 2022

"A Economia Verde

Não há dúvida de que **o mundo precisa urgentemente de uma transformação econômica de uma economia linear desigual, insustentável e baseada em combustíveis fósseis** para uma economia circular justa e sustentável alimentada por energias renováveis. No entanto, é de suma importância garantir que **a transição ocorra de maneira que respeite os direitos humanos**, impondo o mais alto nível possível de padrões ambientais, maximizando os benefícios públicos e **protegendo os direitos das comunidades potencialmente impactadas**.

Fiz uma **viagem de campo a Covas do Barroso** para explorar estas questões no contexto de uma controvérsia relacionada com uma proposta de mina de lítio. A Savannah Resources, constituída em 2010 com sede em Londres (Reino Unido), busca aprovação para desenvolver uma mina de lítio a céu aberto em uma concessão de 542 hectares com planos de expansão para 593 hectares, a maioria dos quais em terras comunitárias. O enorme projeto **produziria anualmente 1,5 milhão de toneladas de rocha contendo lítio, bem como 6,85 milhões de toneladas de resíduos**.

A área do Barroso é designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura como um **Sistema de Património Agrícola Globalmente Importante**, designação reservada a exemplos líderes mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que apoiam o património cultural, Biodiversidade e Resiliência Ecossistêmica. É a **única região de Portugal a usufruir desta designação e uma das sete existentes na Europa**. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a pecuária, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa por suas raças únicas de bovinos, ovinos e cabras, queijos renomados e mel delicioso.

Encontrei-me com funcionários municipais e regionais, agricultores, residentes antigos, crianças e recém-chegados. Cada pessoa com quem falei expressou **clara oposição ao projeto, relacionada a preocupações como a perda de florestas, poluição da água, escassez de água, possíveis desastres e a perda de meios de subsistência tradicionais**. Os moradores também levantaram preocupações sobre a falta de acesso a informações precisas e oportunas, consultas públicas inadequadas e o uso de táticas de intimidação para silenciar a oposição ao projeto. **As autoridades locais esclareceram que não se opõem à mineração *per se*** e apoiariam um projeto se ele prometesse ser bom para seus constituintes. Está em curso um **processo contra Portugal na Comissão de Compliance de Aarhus**, relacionado com alegado desrespeito ao direito de acesso a informação ambiental sobre a mina proposta.

No meu relatório mais recente ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, documentei o **crescente problema global das zonas de sacrifício, definidas como áreas de**

intensa poluição ou degradação ambiental onde os lucros e interesses privados são colocados à frente da saúde humana, dos direitos humanos e o ambiente. As zonas de sacrifício são **totalmente incompatíveis com o direito humano a um ambiente são e ecologicamente equilibrado** (Art. 66 da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (resolução 76/300 da Assembleia Geral das Nações Unidas).

Os proponentes da mina proposta tentaram justificar o projeto argumentando que o lítio europeu é necessário para a transição de energia verde da Europa. Embora esse possa ser o caso, **grandes projetos de extração de recursos que podem violar os direitos humanos em nome da transição verde são antitéticos para o desenvolvimento sustentável**, como vários tribunais nacionais e regionais e comissões concluiram recentemente. **A mineração de metal a céu aberto é ilegal em algumas das nações com políticas mais ecológicas, como a Costa Rica**, devido aos impactos ambientais e aos direitos humanos.

Portugal merece crédito por liderar o mundo no reconhecimento do direito a um ambiente saudável, acabar com o uso de carvão, acelerar rapidamente a produção de energia renovável e rejeitar o desenvolvimento offshore de petróleo e gás perto do Algarve. **Seria difícil conciliar esse histórico de liderança com a aprovação de uma enorme mina a céu aberto numa comunidade que é globalmente reconhecida como um exemplo de desenvolvimento sustentável**."

/**********/

Aos membros da Comissão de Avaliação,

Como filha de um transmontano do concelho de Montalegre, a que me ligam laços profundos, como cidadã portuguesa e como cidadã do mundo, com os olhos e a atenção abertos há várias décadas para a exploração sem limites e a delapidação humana suicidária do planeta em que vivemos, venho comunicar a minha discordância em relação ao projecto em questão nos termos que passo a expor seguidamente:

O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender." Este direito é um direito fundamental. O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que "Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da protecção das zonas históricas; f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial; g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida".

Ora, **este projecto de mina parece-me claramente inconstitucional, na medida em que é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República,** tendo em conta que resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas, na descaracterização permanente das paisagens e na perda da capacidade produtiva dos terrenos.

Numa região agrícola em que a relação com a terra norteia noções de cultura, identidade, valor, sustentabilidade e autonomia, transformar contra a vontade popular o que são paisagens afectivas e campos de memória familiar em desolação é uma violência e um atentado à ideia de que em Portugal a democracia se faz com e para as pessoas. As poeiras, o ruído decorrente dos explosivos, o risco de contaminação e a convivência forçada com um projecto extractivista monumental são incompatíveis com a dignidade inalienável destas populações. Ademais, **tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, os altíssimos níveis previstos de gasto de água conformam um cenário inaceitável,** que faz adivinhar constantes instabilidades no acesso local a este bem comum. **A zona onde se projecta a mina é reconhecida como Património**

Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que suportam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas. Importa sublinhar que é **a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa.** Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, tal como pela produção de queijo e mel. Se há um futuro sustentável, ele faz-se apoiando estas comunidades e fazendo delas exemplos. Pelo contrário**, este projecto de mineração sacrifica-as para benefício de indústrias e padrões de consumo movidos por lógicas de curto prazo e funciona em última análise como materialização de um sistema extractivista que não pode com sinceridade intelectual ser associado a uma transição energética justa ou sustentável**. A electrificação da frota automóvel nos moldes actuais, por exemplo, representa uma total distopia extractivista e contribui para obstruir o facto de que este tipo de consumo individualizado não é compatível com um sistema económico que se possa perpetuar na Terra. **Aliás, a existência de alternativas tecnológicas que estão já a ser postas em prática, até no mercado automóvel, a nível mundial, que tudo leva a indicar transformarão a curto prazo numa tecnologia obsoleta a utilização das baterias de lítio, transformam num crime ainda maior este sacrifício planeado do bem-comum em favor dos lucros de curto prazo de alguns.** Não tenho filhos, mas tenho consciência, e quero aos filhos das riquíssimas Terras de Barroso, tal como elas são, aos filhos dos portugueses e aos filhos dos habitantes deste mundo, cujo futuro me preocupa seriamente, como se fossem meus.
Para concluir, cita-se aqui o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu sobre o caso de Covas do Barroso: "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Ana Maria Pereirinha Fernandes Pires
Editora, tradutora e dinamizadora cultural
CC 07349707

PARECER DO GEOTA NO ÂMBITO DA

CONSULTA PÚBLICA DA ALTERAÇÃO AO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA MINA DO BARROSO

Lisboa, 19 de abril de 2023

O GEOTA- Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente, Organização Não-Governamental de Ambiente, com sede na Travessa do Moinho de Vento nº 17 Cv dt, em Lisboa, vem exercer o seu direito de participação na consulta pública da Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso.

Enquadramento

O lítio tem uma importância estratégica na transição energética para mitigar os piores efeitos das alterações climáticas e a sua procura vai crescer nas próximas décadas. A segurança energética e de recursos é um imperativo geoestratégico da União Europeia, que pressiona os seus Estados Membros para a produção de matérias-primas essenciais dentro do seu território. Portugal tem reservas significativas de lítio ao nível da União Europeia, ainda que tal não garanta a sua competitividade no mercado internacional, já que existem países com maiores reservas de lítio e com menor custo de extração.

Portugal apresenta ainda um bom índice de preservação do solo e dos habitats, o que representa um elevado valor ecológico, cultural, económico e turístico. Com um território de reduzida dimensão, as zonas com projetos são muito habitadas para os critérios da indústria mineira. Os projetos têm sofrido contestações acesas da população, por isso deve ser ponderado se é económica, social e ambientalmente equilibrado avançar com as minas em alguns locais, como em Covas do Barroso.

Levantamento das principais questões críticas:

Este parecer, submetido no âmbito do procedimento de consulta pública, faz uma análise e tece comentários à Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso, proposto pela Savannah Lithium Lda, para a localização de Boticas, Ribeira da Pena.

As principais questões podem ser sumarizadas nos seguintes pontos:

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

ONGA com estatuto de utilidade pública
Associado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental.
Membro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C6 para o Ambiente e Conservação da Natureza; Plataforma Participar no PEPAC; #MovRioDouro; Red4Nature; ProTejo; Mediterranean Alliance for Wetlands.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



1. Dada a sensibilidade do local, a reformulação do projeto e as medidas apresentadas são insuficientes para mitigar os principais impactes ambientais e sociais.

2. Esta área não foi incluída na Avaliação Ambiental Estratégica da exploração de lítio em Portugal, o que não permite a sua análise integrada no panorama nacional.

3. Impacte ambiental - são evidentes os impactes negativos, certos, permanentes e de magnitude elevada provocados pela mina do Barroso.

4. Impacte social - existe uma oposição forte e persistente das comunidades locais que temem a perda da sua qualidade de vida e das atividades económicas tradicionais.

5. Impacte económico - as caraterísticas do projeto não parecem interessantes para o desenvolvimento sustentável local a médio e longo prazo.

6. O local proposto é o único com a distinção de Património Agrícola Mundial em Portugal e encontra-se próximo de locais ecológicos sensíveis.

Tendo em consideração a análise da Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso, o GEOTA apresenta a sua DISCORDÂNCIA.

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

ONGA com estatuto de utilidade pública
Associado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental.
Membro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C6 para o Ambiente e Conservação da Natureza; Plataforma Participar no PEPAC; #MovRioDouro; Red4Nature; ProTejo; Mediterranean Alliance for Wetlands.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



ANÁLISE DO GEOTA À ALTERAÇÃO AO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA MINA DO BARROSO

1. **Dada a sensibilidade do local, a reformulação do projeto e as medidas apresentadas não são suficientes para mitigar os principais impactes ambientais e sociais.**

Anteriormente, em resposta à consulta pública do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do projeto (julho de 2021), o GEOTA considerou que o documento apresentava uma perspetiva enviesada, onde os impactes ambientais no curto, médio e longo prazo eram danosamente negligenciados enquanto os impactes económicos eram sobrevalorizados. Em adição, as medidas de minimização e compensação apresentadas eram insuficientes, pouco detalhadas e, em muitos casos, limitavam-se a respeitar a legislação em vigor ou práticas já usuais do setor extrativo. Este parecer emitido pelo GEOTA foi corroborado pelo parecer desfavorável emitido pela Comissão de Acompanhamento que levou à obrigatoriedade de reformulação do projeto.

As principais questões levantadas pela Comissão confirmaram as preocupações do GEOTA face aos impactes significativos do projeto nos sistemas ecológicos, recursos hídricos, paisagem e comunidades locais. Embora o projeto tenha sido reformulado e tenham sido acrescentadas medidas de minimização e monitorização relevantes, continuam a verificar-se impactes muito significativos das atividades planeadas, registando-se até um agravamento em alguns dos fatores ambientais estudados.

2. **Esta área não foi incluída na Avaliação Ambiental Estratégica da exploração de lítio em Portugal, o que não permite a sua análise integrada no panorama nacional.**

Na perspetiva do GEOTA, foi correta a decisão do Governo de realizar uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) à exploração de lítio em Portugal, embora tardia e apenas após pressão das associações ambientalistas e da sociedade civil. Assim, em 2021, foi promovido o procedimento de AAE do Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio, para 8 áreas potenciais para lançamento de procedimento concursal para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa. A consulta pública do Relatório de Avaliação Ambiental Preliminar foi extremamente participada com 1430 intervenções, cerca de 96% exprimindo discordância. Ainda assim, a Declaração Ambiental, publicada em janeiro de 2022, concluiu que existem condições para avançar com o concurso, eliminando duas das oito áreas e reduzindo a área total em 49%. Embora tenha surgido, inicialmente, o objetivo de englobar as áreas já concessionadas na AAE e de suspender as concessões em áreas com contratos já existentes, como é o caso da Mina do Barroso, infelizmente tal acabou por não se verificar.

Assim o GEOTA considera que o âmbito da AAE foi curto, excluindo áreas relevantes e faltando uma ambição verdadeiramente estratégica à escala nacional como seria necessário neste dossier. Um dos objetivos do procedimento de AAE é, justamente, conhecer as alternativas existentes antes de serem tomadas decisões definitivas, devendo preceder a Avaliação de Impacto Ambiental de projetos específicos. Concluindo, o **GEOTA lamenta que o projeto de Ampliação da Mina do Barroso não tenha sido avaliado de forma integrada no panorama nacional durante a AAE, o que teria permitido analisar a sua viabilidade ambiental, económica e social face a outras alternativas**.

3. Impacte ambiental - são evidentes os impactes negativos, certos, permanentes e de magnitude elevada provocados pela mina do Barroso.

Atualmente, a mina do Barroso contempla uma área global a intervencionar de cerca de 88 ha, em pequena corta e apenas para o aproveitamento do aplite pegmatite. No projeto em Estudo de Impacte Ambiental, o promotor pretende ampliar a área de concessão de exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio para cerca de 593 ha. Acresce ainda a instalação de um estabelecimento industrial, construção de acessos, armazenamento dos resíduos produzidos e implantação de instalações de apoio. Este projeto prevê um aumento da extração de pegmatito litinífero para cerca de 1 500 000 t/ano e a inclusão de duas a quatro instalações de resíduos mineiros para acolher o rejeitado e cerca de 6 850 000 t/ano de estéril. O Estudo de Impacte Ambiental procura apresentar medidas para minimizar os potenciais impactes ambientais e compatibilizar o projeto com o espaço envolvente, durante as atividades de exploração e após o encerramento. No entanto, o GEOTA considera que as medidas apresentadas no estudo são manifestamente insuficientes para mitigar os impactes ambientais do projeto, nas várias componentes descritas nos pontos seguintes. Adicionalmente, **o EIA toma uma perspetiva enviesada onde os potenciais impactes económicos positivos da exploração mineira são valorizados enquanto os certos impactes ambientais e sociais negativos são desvalorizados**.

Clima e alterações climáticas

O Estudo de Impacte Ambiental reconhece que a região enfrenta desafios particularmente relevantes, como a ocorrência de ciclos de seca mais frequentes, menor disponibilidade de água, ocorrência de cheias rápidas e fogos florestais. O GEOTA discorda, no entanto, da desvinculação do projeto relativamente a esta temática e da sua perspetiva apenas a curto prazo no que diz respeito à mitigação e adaptação às alterações climáticas. No Estudo de Impacte Ambiental as alterações climáticas são vistas como algo que apenas acontecerá no longo prazo, muito após o encerramento da mina, ignorando a evidência científica de que os efeitos climáticos já são discerníveis atualmente e a urgência de mobilizar esforços de mitigação e adaptação a várias escalas (incluindo à escala da região do projeto).

Portugal é dos países que mais vai sofrer com os efeitos das alterações climáticas. A região norte fornece a maioria da água ao país e vai também enfrentar desafios climáticos no futuro, como menor disponibilidade de água. Neste tipo de projetos, deveria ser ponderado o seu impacto futuro ao nível do agravamento dos efeitos das alterações climáticas. Em Portugal, cada projeto é avaliado isoladamente, não existindo coerência entre este tipo de projetos e os planos de Portugal para a adaptação às alterações climáticas, nem uma visão a médio e longo prazo para o país. O GEOTA

considera que é necessário começar já a adaptar o país para a falta de água e a **desincentivar atividades que vão gastar a água necessária para outras atividades produtivas essenciais, como a agricultura.**

A mineração implica elevados consumos de energia que irão, inevitavelmente, produzir emissões de gases de efeito estufa durante a vigência do projeto. Às emissões de gases de efeito estufa, derivadas do consumo de energia, acresce **o corte de árvores e de vegetação que assim perdem a sua capacidade de sequestro de carbono**, não sendo possível substituí-las no curto-prazo. Os sumidouros de carbono desempenham um papel essencial na transição para a neutralidade climática e, em especial, os setores da agricultura, das florestas e do uso do solo. A recuperação dos ecossistemas, em vez da sua destruição para atividades extrativas, contribuiria para a manutenção, a gestão e o reforço dos sumidouros naturais e promoveria a biodiversidade, combatendo em simultâneo as alterações climáticas. O projeto, para além do consumo elétrico, que no futuro terá uma componente renovável maior, também inclui dois tanques de gasóleo. Contudo, as emissões de gases de efeito estufa do projeto não aparecem devidamente estimadas no Estudo de Impacto Ambiental. Sendo verdade que o lítio irá contribuir para a descarbonização em Portugal e outros países, é também evidente que a atividade mineira irá aumentar as emissões na região. Por isso, salienta-se que todo o consumo de energia elétrica em qualquer novo projeto de mineração deve ser proveniente de fontes renováveis no local, ou sua proximidade, e deve ser evitado o uso de combustíveis fósseis. Esta deveria ser uma medida de mitigação essencial no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental, mas, estranhamente, encontra-se omissa. Nos seus planos de partilha de benefícios e de boa vizinhança, o promotor poderia incluir um apoio substancial à renovação do edificado e à aquisição de painéis fotovoltaicos, baterias e veículos elétricos para cidadãos de povoações próximas. Desta maneira, poderia apoiar a transição energética à escala local, em vez de apenas abastecer matérias-primas para a transição energética noutras regiões e países.

Geologia e geomorfologia

O Estudo de Impacte Ambiental reconhece que o projeto terá impactes negativos, certos e permanentes, com magnitudes entre reduzida e elevada, em relação ao relevo e às formações geológicas existentes. A região tem uma morfologia complexa que torna a exploração mais difícil. A zona vai sofrer alterações geomorfológicas, porque "a superfície vai ser totalmente decapada", como diz o EIA, e o solo vai sofrer os desbastes necessários para a exploração, com impactes graves. As escavações irão provocar a destruição das formações geológicas. As medidas anunciadas para mitigar estes efeitos podem ser consideradas como básicas para este tipo de projeto, incluindo uma tentativa da redução da erosão e a reutilização dos estéreis para preenchimento. No entender do GEOTA, estas medidas não respondem satisfatoriamente aos impactes, sendo que, em projetos de mineração a céu aberto, é impossível mitigar todos estes efeitos prejudiciais. Deverá ser assumido, de forma transparente, no Estudo de Impacte Ambiental que estes impactes são substanciais e que não é possível mitigá-los na sua totalidade.

Recursos hídricos superficiais, Recursos hídricos subterrâneos e Qualidade da água

A área de intervenção do projeto localiza-se na bacia hidrográfica do rio Covas, afluente da bacia hidrográfica do rio Tâmega, um dos principais afluentes da margem direita do rio Douro. A rede de drenagem apresenta elevada densidade, sendo os principais cursos de água de regime permanente.

O Estudo de Impacte Ambiental refere alterações substanciais nas linhas de água superficiais atuais, incluindo uma possível afetação do caudal ecológico do rio Covas. No entanto, o GEOTA considera que o estudo falha ao desvalorizar este impacte e por não o relacionar com: consequências negativas ao nível da biodiversidade, reduzida capacidade para abastecimento de água para consumo humano e outras atividades económicas e aumento de períodos de seca na região previstos em cenários de alterações climáticas. Após a desativação da mina, com as alterações geomorfológicas profundas decorrentes de 12 anos de atividade, o regime hidrológico apresentar-se-á claramente diferente do atual. O EIA diz que "na fase de construção não há impactes negativos significativos sobre os recursos hídricos superficiais", não afirmando, estrategicamente, que na fase da exploração há ou pode haver impactes negativos significativos, na quantidade de água utilizada e na afetação da qualidade da água dos recursos hídricos superficiais. O GEOTA considera que, por muito cuidado que venham a ter, e **de acordo com a experiência passada nas explorações mineiras, haverá sempre impacto na qualidade das águas**. As medidas de minimização, embora afirmem corretamente que a utilização de água deve seguir os padrões de pluviosidade sazonais e respeitar caudais ecológicos, são insuficientes e não vinculativas.

Relativamente a recursos hídricos subterrâneos, o Estudo de Impacte Ambiental refere que o padrão hidrodinâmico pode ser alterado, mas admite que, neste momento, não existe informação suficiente para prever os efeitos reais do projeto. Tendo em conta a incerteza, **não se percebe como podem concluir que "não é expectável" existirem impactes sobre o abastecimento público ou sobre captações privadas**. **O GEOTA considera que estes impactes deveriam ser alvo de um estudo mais aprofundado e transparente**, **visto que a alteração da geomorfologia e da capacidade de infiltração da água podem de facto interferir com recursos hídricos subterrâneos.** É referido no EIA que não está prevista a utilização das águas subterrâneas, mas deveria estar proibida explicitamente a utilização deste recurso. As medidas de minimização apresentadas são, na sua maioria, medidas de remediação em que apenas serão tomadas ações corretivas após se verificar a ocorrência dos danos.

A extração de lítio implica a utilização de um elevado nível de consumo de água, previsto no EIA (0,510 hm3/ano ou 510000 m3/ano), mas também a contaminação das águas e dos solos com ácidos e químicos. Em particular, "a qualidade das águas superficiais e das águas subterrâneas poderá ser afetada pela atividade mineira pelo: arrastamento de poeiras e/ou depósitos exteriores de escombreiras (quer de estéreis quer de rejeitados); derrame acidental de óleos, lubrificantes e/ou combustíveis utilizados nas máquinas e veículos afetos à exploração e transporte; problemas na ETAR e ETAM". As medidas de minimização sugeridas para a qualidade da água limitam-se, na maioria dos casos, a responder a requisitos legais ou a manutenções periódicas sem periodicidade definida. Assim, considera-se que a monitorização da qualidade da água deverá ser mais frequente do que a apresentada no EIA e obrigatoriamente disponibilizada em formato digital para consulta pública. A taxa de reutilização de água também não se encontra referida, devendo ser estabelecido um valor base a respeitar *a priori*, de forma a garantir a aplicação das melhores práticas disponíveis relativamente a tratamento e reciclagem de água. Os planos de partilha de benefícios e de boa vizinhança apresentam medidas potencialmente interessantes, se devidamente aplicadas, acrescentando-se que o promotor pode também contribuir para limpezas de terrenos no contexto da prevenção de incêndios.

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

ONGA com estatuto de utilidade pública
Associado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental.
Membro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C6 para o Ambiente e Conservação da Natureza; Plataforma Participar no PEPAC; #MovRioDouro; Red4Nature; ProTejo; Mediterranean Alliance for Wetlands.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



O GEOTA considera que a zona da prospeção é uma zona muito habitada para os padrões da indústria extrativa e que fornece recursos hídricos significativos no contexto nacional, sendo que este projeto pode implicar menor disponibilidade e pior qualidade de água para as populações e para as atividades agrícolas.

Qualidade do ar

O EIA refere que foram realizadas medições de poeiras em Covas do Barroso e que os níveis de concentração não excedem o valor limite estabelecido pela legislação em vigor. A aferição de impactes do projeto é efetuada com base em simulações onde, de acordo com o EIA, os valores obtidos são inferiores aos valores limites. Tratando-se de uma área rural, estranha-se a comparação apenas com base no valor limite legal e não existir comparação entre a situação atual (ar puro) com a situação vigente durante a fase de exploração do projeto. Esta comparação, feita apenas face aos valores limite legais, permite declarar que os impactes negativos da exploração não são significativos quando, na realidade, podem provocar um decréscimo significativo da qualidade do ar local. O GEOTA considera que a comparação apenas com os valores legais é insuficiente para o caso presente e pode levar a erros na aferição dos reais impactes ao nível da qualidade do ar. Por outro lado, a única medida de minimização apresentada é insuficiente e, caso seja efetuada com regularidade e nos meses mais secos, vai aumentar o consumo de água, já de si excessivo, do projeto.

Ambiente sonoro e Vibrações

Novamente em relação ao ambiente sonoro, consideram-se como ponto de comparação os valores limite legais em vez dos valores atuais nas localidades. Tratando-se de áreas rurais, sem poluição sonora no cenário atual, não faz sentido comparar com valores limite legais estipulados a nível nacional. Os impactes são negativos e significativos mesmo que cumpram os limites legais, para as povoações próximas, para a fauna e para atividades económicas importantes como o turismo. Os mesmos problemas metodológicos surgem em relação às vibrações, onde é desadequada a extrapolação dos valores da atividade atual da mina, que é muito inferior à atividade esperada no projeto de ampliação. As medidas de minimização traduzem-se apenas na plantação de árvores, que demoram a atingir o tamanho necessário para atingir a sua capacidade total mas limitada de barreira ao som, e em intervenções de sensibilização de caráter intangível. As propostas de envolvimento da população local são, na perspetiva do GEOTA, insuficientes, tratando-se apenas da possibilidade de emitir avisos de datas e horas de detonação de explosivos. Esta prática, que deveria ser considerada obrigatória no EIA, não dá voz ativa às populações.

Solos e geoquímica de solos

O EIA refere que os solos são "predominantemente pobres". No entanto, tal parece não estar concordante com a **classificação da região como património agrícola da FAO nem com a existência de produtos de Denominação de Origem Protegida**. **A qualidade do solo tem, na história da região, servido os propósitos das práticas agrícolas e silvopastoris da população.** Embora a preservação dos solos conste no EIA e seja uma medida importante, a afirmação de que a remoção do solo e seu armazenamento noutro local durante anos não causa impactes negativos importantes

na sua qualidade é falaciosa. O GEOTA considera inadmissível que os impactes no solo após a desativação da mina sejam considerados positivos pelo EIA, dada a magnitude e duração da extração de minérios no local. Em adição, o EIA ignora a potencial contaminação do solo durante a construção, exploração e desativação da mina, sendo que as medidas minimizadoras refletem apenas práticas usuais no setor mineiro. Deveria ser efetuada uma monitorização rigorosa da qualidade do solo no local e o promotor deve ser obrigado à descontaminação completa de qualquer área onde forem encontrados poluentes.

O solo tem um alto valor social, económico, turístico, ambiental e paisagístico. Neste tipo de projetos têm de ser considerados, portanto, os conflitos com os outros usos do território, no presente e no futuro, desde a conservação da natureza e biodiversidade até às opções de desenvolvimento das comunidades locais. O GEOTA considera que se pode verificar uma destruição irreversível da capacidade de suporte ecológica e da capacidade agrícola destes solos. Com os problemas que já existem atualmente de **falta de solo arável, a nível mundial, mas também a nível nacional, é uma falta de visão deixarmos destruir solo fértil para explorar materiais para exportação**. Dentro do impacte terrível que é a destruição desta grande camada de solo produtiva, o armazenamento do solo parece uma medida minimizadora que faz sentido, mas não resolve a vida dos que trabalham e aproveitam a terra, porque vão ficar muitas décadas sem poder utilizar aquele lugar.

Sistemas ecológicos

O EIA reconhece a importância dos sistemas ecológicos incluídos na área de implantação do projeto, que se caracteriza pela presença de extensas áreas de matos autóctones (73% da área cartografada) e, pontualmente, por formações arbóreas de alto valor ecológico. Refere a existência de 6 tipos de habitats naturais e 373 espécies de flora, das quais 22 com maior interesse para a conservação. Do elenco faunístico foram identificadas 142 espécies de invertebrados e 218 de vertebrados, destacando-se 10 e 31 espécies com estatuto de ameaça, respetivamente, incluindo espécies emblemáticas como o lobo-ibérico (conhecimento de um local de criação a cerca de 5 km da área de concessão) e a toupeira-de-água (as linhas de água que atravessam a área de estudo são como importantes para a conservação da espécie).

O projeto prevê a destruição direta de biótopos, devido às atividades de remoção do coberto vegetal e de decapagem da camada superficial do solo, **a alteração do uso do espaço por algumas espécies de fauna e diminuição do número de efetivos de populações**, a perda de habitat e a mortalidade de indivíduos por causas acidentais. No entanto, o EIA desvaloriza e negligencia estes impactes, considerando-os apenas locais, temporários, de baixa significância e minimizáveis através de medidas. O GEOTA considera que esta posição tomada no EIA não é transparente e está seriamente comprometida pelos interesses económicos do promotor. Qualquer atividade mineira tem impactes severos na flora e fauna na área de extração, com ramificações para as áreas circundantes e para a conservação das espécies a nível regional e nacional. Estes não se restringem também ao tempo de vida do projeto, visto que **a atividade mineira altera permanentemente os ecossistemas** e, como tal, não se percebe como o EIA pode alegar que os impactes são temporários. A destruição completa dos habitats na área de exploração não pode ser considerada como de baixa significância, especialmente num local onde perduram matos autóctones e formações arbóreas de alto valor ecológico, onde existe elevada biodiversidade e onde se conservam espécies emblemáticas e

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

ONGA com estatuto de utilidade pública
Associado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental.
Membro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C6 para o Ambiente e Conservação da Natureza; Plataforma Participar no PEPAC; #MovRioDouro; Red4Nature; ProTejo; Mediterranean Alliance for Wetlands.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



com estatuto de ameaça. As medidas de minimização propostas limitam-se a práticas habituais (como a utilização de espécies autóctones na recuperação das áreas intervencionadas) e, muitas vezes intangíveis e difíceis de monitorizar (redução da velocidade dos veículos), sendo que o próprio EIA admite existirem lacunas de conhecimento relativas à ecologia da zona. O GEOTA reforça que os sistemas ecológicos são um bem de valor inestimável e que o projeto terá consequências severas para os ecossistemas e biodiversidade da região, sendo que a abordagem do EIA nesta componente é marcadamente inadequada e insuficiente.

Paisagem

Covas do Barroso tem uma paisagem única a preservar, sendo classificada pelo EIA como um espaço pouco artificializado, e com importantes recursos naturais e paisagísticos. **As populações locais têm uma grande identificação com o território e com a sua paisagem e têm sido efetuados, pelo município e pelos cidadãos, investimentos de cariz turístico que são incompatíveis com a proximidade de uma mina a céu aberto**. O EIA prevê impactes visuais negativos e, embora liste um conjunto de medidas de minimização, estas não serão suficientes para reduzir de forma eficaz os impactes. O projeto mineiro é muito invasivo e provocará cicatrizes incontornáveis na paisagem, com a alteração do uso do solo e destruição da paisagem definitivas.

Território

O EIA identifica **várias condicionantes territoriais na área proposta para ampliação da mina, incluindo Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional, Domínio Público Hídrico e Regime Florestal**. Sobre a REN ainda especifica que o projeto mineiro afeta os seguintes ecossistemas: Leitos dos Cursos de Água, Cabeceiras das Linhas de Água, Áreas de Máxima Infiltração e Áreas com Riscos de Erosão. Por fim, o território está enquadrado no **Património Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).** Tendo em consideração esta avaliação do território, o GEOTA estranha e repudia o facto do EIA alegar posteriormente que não deteta conflitos insanáveis entre o projeto e os usos atuais e preconizados para a área. Na realidade, a mineração a céu aberto é uma atividade que não é compatível com qualquer outro uso do território e, como tal, encontra-se naturalmente em conflito com todos os usos atuais e preconizados para a área (como revela o pedido do promotor para uma revisão do PDM de Boticas). Afirmar o contrário demonstra claramente a falta de idoneidade do EIA em análise. Por outro lado, as medidas de minimização não apresentam detalhe suficiente, sendo que algumas aparentam ser apenas ideias gerais que poderão não se concretizar.

Riscos ambientais

No âmbito da análise dos riscos, o EIA identifica os seguintes: deslizamento de materiais; acidentes rodoviários, contaminação das linhas de água, solos ou aquíferos (derrames acidentais), elevada pluviosidade, incêndios florestais e sismos. A experiência e registo histórico das atividades mineiras em Portugal e na Europa demonstra que estes riscos são reais e ocorrem com uma frequência superior à desejada, provocando consequências severas no ambiente e

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

ONGA com estatuto de utilidade pública
Associado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental.
Membro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C6 para o Ambiente e Conservação da Natureza; Plataforma Participar no PEPAC; #MovRioDouro; Red4Nature; ProTejo; Mediterranean Alliance for Wetlands.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

negócios éticos
sociedade justa
Agenda 2030 ONU
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
combater a corrupção em todas as suas formas

populações, cuja remediação acaba por comportar custos elevados para os contribuintes. No entanto, o EIA limita-se a passar a responsabilidade da redução destes riscos para o promotor, confiando que este vai conceder importância à prevenção e proteção de acidentes no seu projeto mineiro, durante e após o período de atividade. O GEOTA considera que os riscos ambientais são demasiado elevados para uma abordagem tão simplista como a que consta do EIA.

4. Impacte social - existe uma oposição forte e persistente das comunidades locais que temem a perda da sua qualidade de vida e das atividades económicas tradicionais.

Existem várias povoações na envolvente próxima do projeto, incluindo várias a menos de 1km de distância. Existem também áreas agrícolas nomeadamente de sequeiro (cereais e forrageiras) e de regadio por gravidade (lameiros). **Tem existido uma forte contestação por parte da população local ao eventual avanço de um projecto destes**, **embora seja necessário o consentimento informado das populações que residem na área e que vão ser afetadas**. Não cessam as manifestações das populações contra esta exploração junto das suas casas, alegando que vai prejudicar diretamente a sua qualidade de vida e a sua saúde. **O GEOTA considera que é necessário preservar a qualidade de vida das pessoas que vivem no interior, e não destruir a sua base de vida**, porque isso fomenta o abandono e envelhecimento do interior, já tão fustigado por estes fenómenos. O EIA falha ao considerar que os impactes de um projeto mineiro desta envergadura serão pouco expressivos. As medidas de minimização apresentadas, sendo corretas e refletindo boas práticas, não serão suficientes para compensar os impactes negativos na população. Embora mencione nas medidas de minimização de impactes que haverá um estreitamento de relações entre o promotor e a população, através de uma comunicação transparente, não tem sido esta a abordagem tomada pelo promotor até ao momento e duvida-se que seja no futuro.

A prospeção implicaria **riscos objetivos para o modo de vida das populações, colocando em causa as suas principais actividades económicas, como a agricultura, pastorícia e turismo rural.** Isto alteraria todo o paradigma de vivência das pessoas que ali moram que têm não apenas o seu modo de vida e subsistência no local, mas também uma **identidade coletiva ligada àquela terra e às tradições**. **É uma comunidade com uma memória coletiva desde sempre ligada à terra e que, desta forma, vai ver delapidado o seu património histórico, familiar e ambiental**. As pessoas que ali vivem têm orgulho no seu modo de vida, da sua terra e do reconhecimento daquela terra como Património Mundial. Como diz o EIA, são "formas de organização social'', sendo o comunitarismo um dos valores característico do Barroso, intimamente associado às práticas rurais da vida coletiva. É um **"Sistema agro-silvo-pastorial que ali se mantém há milhares de anos**, assente no comunitarismo, na agricultura sustentável e na proteção da natureza". As pessoas que se dedicam às atividades de pastoreio, agricultura, apicultura naquelas terras teriam de abandonar as suas atividades naquele local para sempre, a maioria provavelmente acabando por abandonar mesmo a atividade de vez. Neste contexto, o GEOTA considera que este projeto vai contra a Comunicação de 20 de maio de 2020 da Comissão Europeia, intitulada «Estratégia do Prado ao Prato para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente».

As comunidades locais têm-se manifestado de forma persistente e consistente contra a ampliação da Mina do Barroso, alegando não terem sido informadas, nem terem dado o seu consentimento a este projecto, tal como se apresenta agora, e por considerarem que. alguns dos impactes ambientais podem ser mitigados, mas não todos, não a

sua maioria. **Em alguns locais, a exploração de lítio, como nos parece o caso em Covas do Barroso, pode ser inaceitável face aos valores sociais e ecológicos em presença.** As populações locais e o património natural, que é um bem comum, têm de ser intransigentemente protegidos. **Qualquer opção que provoque a destruição de recursos insubstituíveis, ou a destruição de comunidades, é inaceitável, independentemente de quaisquer desígnios estratégicos**. Os fins não justificam os meios.

5. Impacte económico - as caraterísticas do projeto não parecem interessantes para o desenvolvimento sustentável local a médio e longo prazo.

O modelo de negócio da exploração mineira, em que os minérios serão exportados numa fase muito inicial da cadeia de valor, não parece interessante na perspetiva do desenvolvimento local e regional. A duração do projeto mineiro é curta, tendo em conta os seus impactos negativos a longo prazo. **A paisagem e o solo são recursos escassos e não renováveis e a sua exportação com baixo valor acrescentado é um grave dano ambiental e representam um uso de recursos com uma péssima relação custo/benefício**. Vão se perder áreas de pastoreio, que têm valor paisagístico e de sobrevivência para as populações. O EIA peca ao considerar isoladamente os impactes económicos positivos da extração de minérios, muitos dos quais não permanecem na região, e ao desvalorizar os impactes económicos negativos nas atividade económicas produtivas atualmente presentes na região. As medidas de minimização e compensatórias, embora relevantes e potencialmente interessantes para parte da população, não são vinculativas, apresentam pouco detalhe e questiona-se se realmente vão ser implementadas após a aprovação do projeto.

As contrapartidas económicas da concessão - royalties - não são um bom negócio para o país, porque são efetivamente reduzidas, sendo repatriado a maior parte do capital investido, mas acima de tudo não são um bom negócio para aquelas populações. A única contrapartida económica é o trabalho temporário e precário, mas que não chega para justificar toda a atividade económica que se vai perder, agricultura, pastoreio, apicultura, turismo de natureza e a destruição de uma paisagem única. Há negócios turísticos na zona que serão muito afetados por esta exploração. As populações não estão dispostas a abdicar da sua terra por um projeto que trará pouco mais que trabalho temporário. O PDM de Boticas promove simultaneamente o desenvolvimento socioeconómico e o bem-estar das populações de forma sustentável, mas neste caso de uma mina a céu aberto, esta compatibilização não é possível. Existe lítio no Barroso em quantidades aceitáveis, mas será economicamente viável, se ponderarmos todas as valências desta exploração?

A região tinha vindo a defender uma estratégia de turismo sustentável que tem sido implementada e está assente em elementos genuínos de identidade, que combinam paisagem, população, preservação e que vai ser posta em causa pela atividade mineira. Como se vão ressarcir os proprietários de estabelecimentos turísticos na região, que investiram as suas poupanças naquela região preservada e classificada? E tem de se ter em consideração que a zona em questão produz produtos endógenos de qualidade, alguns com Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP). São conhecidos os riscos deste tipo de projetos para as regiões afetadas e para as populações. Os principais beneficiários são os promotores. Os riscos reais suplantam as vantagens. A percentagem que o país e a região

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | http://www.geota.pt

ONGA com estatuto de utilidade pública
Associado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental.
Membro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C6 para o Ambiente e Conservação da Natureza; Plataforma Participar no PEPAC; #MovRioDouro; Red4Nature; ProTejo; Mediterranean Alliance for Wetlands.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.



vão ganhar não compensam a destruição causada. Não é possível a exploração com a proteção dos valores naturais, patrimoniais, sociais e culturais do território.

6. O local proposto é o único com a distinção de Património Agrícola Mundial em Portugal e encontra-se próximo de locais ecológicos sensíveis.

Ainda que a área proposta para a Mina de Barroso não seja classificada do ponto de vista ecológico, o EIA identifica as áreas classificadas mais próximas: Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês/Xurês, localizada cerca de 2 km a Oeste; Sítio de Interesse Comunitário Alvão/Marão (PTCON0003), localizado a cerca de 9 km a Sul; Zona Importante para Aves Serras de Alvão e Marão (PT049), localizada a cerca de 9 km a Sul; Parque Nacional da Peneda-Gerês, localizado a cerca de 16 km a Noroeste; Zona Proteção Especial Serra do Gerês (PTZPE0002), localizado a cerca de 20 km a Noroeste; e a Zona Importante para Aves Serras da Peneda e Gerês (PT002), localizado a cerca de 20 km a Noroeste. Em 2023, projetos que visam a transição climática não podem contribuir para o agravamento da crise da biodiversidade. Relembramos que, em dezembro de 2022 na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP15), Portugal assinou o compromisso internacional de proteger efetivamente 30% do seu território terrestre.

Importa também referir a classificação da região do Barroso, especificamente, os concelhos de Boticas e de Montalegre, como sítio GIAHS (Globally Important Agricultural Heritage System). Isto é, classificado como património agrícola mundial, pela FAO (Food and Agriculture Organization), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Trata-se da única região com esta distinção em Portugal, uma de apenas oito na Europa e Ásia Central, e uma de 72 em todo o planeta. Covas do Barroso tem um tipo de agricultura reconhecido internacionalmente. A FAO quando atribuiu a classificação de Património Mundial da Agricultura a Covas do Barroso, tinha a intenção de promover a preservação deste património agrícola, nomeadamente os sistemas agrícolas tradicionais.

O Barroso tem uma "paisagem montanhosa que está historicamente relacionada com os sistemas agrícolas tradicionais - criação de gado e produção de cereais - dando origem a um mosaico da paisagem - áreas de cultivo, bosques e florestas estão interdependentes, e onde os animais constituem um elemento chave" (EIA pag 26). Este projeto vai destruir todo este equilíbrio frágil que é conseguido há séculos em Covas do Barroso e que seria imperioso salvaguardar. A zona em questão é uma zona sensível do ponto de vista ambiental, com uma proximidade de zonas ecológicas protegidas importantes no contexto regional, nacional e ibérico. **O GEOTA considera que esta zona deveria fazer parte de uma zona tampão de proteção dos parques vizinhos**.

As medidas minimizadoras são pensos rápidos que pouco vão fazer para a preservação destas atividades centenárias de grande valor intrinsecamente ligadas à terra e que vão ser destruídas, assim como o modo de vida com elas relacionadas. Desaparecendo esta riqueza natural e diversificada, são ligações ancestrais à terra que vão ser destruídas e que vão desaparecer. Deveria ser uma prioridade do país a defesa deste mosaico da paisagem, natural e criado pelo homem, e de um modo de vida que está rapidamente a desaparecer.

As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura."

“Aos excelentíssimos membros da Comissão de Avaliação,

Venho comunicar à Vossa Excelências a minha discordância nos termos que passo a expor seguidamente.

O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental.

O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos:

a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento socioeconómico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da proteção das zonas históricas;

f) Promover a integração de objetivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial;

g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com proteção do ambiente e qualidade de vida.»

Ora segue-se que o princípio mesmo de uma mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta de que uma mina resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas e na descaracterização permanente das paisagens. Se for preciso um exemplo, podemos citar o caso da mina de São Domingos, prova de que uma vez extraído o minério, o solo não se recompõe.

Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, uma mina em Covas do Barroso e Dornelas, seria totalmente irresponsável e uma completa violação do dever fundamental de salvaguarda dos recursos naturais e da estabilidade ecológica.

O direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República tem uma vertente humana, já que se trata de preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico e de solidariedade entre gerações.

A zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura A zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura como um Sistema Importante do Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que apoiam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas.

Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, pelo famoso queijo e pelo mel delicioso.

Assim sendo, uma mina em Covas do Barroso é incompatível com o artigo 66 da Constituição da República.

No mesmo sentido, o relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente indicou no seu relatório que "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Os responsáveis pelo projeto da mina tentaram justificar o projeto dizendo que o lítio europeu é necessário para a transição da Europa para a energia verde. Embora possa parecer ser esse o caso, os grandes projetos de extração de recursos que podem violar os direitos humanos em nome da transição verde são contrários ao desenvolvimento sustentável, como vários tribunais e comissões nacionais e regionais concluíram recentemente. A extração de metais a céu aberto é ilegal em algumas das principais nações verdes, como a Costa Rica, devido aos impactos no ambiente e nos direitos humanos."

O Governo português e a Agência Portuguesa do Ambiente aderiram à Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU) sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente – conhecida habitualmente como Convenção de Aarhus. Esta convenção garante ao público um direito de participação que só pode ser efetivo se a consulta é autêntica e o direito de acesso a informação garantido.

Ora, um exame do calendário da presente consulta permite concluir que a presente consulta não é autêntica.

A Savannah Resources, empresa mineira que supostamente tem os fundos e a experiência técnica relativa a exploração de minas, dispôs durante mais de seis meses da ajuda da APA para estabelecer um novo plano que poderia vir a obter uma luz verde. Enquanto o publico, que não é técnico, apenas dispõe de dez dias para aceder e analisar novos documentos técnicos e voluminosos e assim dar a sua opinião. Tal desigualdade revela uma falta de autenticidade da presente consulta, a qual não respeita a Convenção de Aarhus.

Para concluir, como indicado pelo relator Especial das Nações Unidas David R. Boyd, o quadro legislativo atual não permite garantir a proteção de zonas únicas como a do Barroso e a seria difícil conciliar um histórico de liderança na área ambiental com a aprovação de uma enorme mina a céu aberto numa comunidade que é um exemplo globalmente reconhecido de desenvolvimento sustentável."

As mudanças técnicas não alteram a racionalidade socioeconómica do projeto extrativista. A região é património agrícola mundial e tem uma economia ligada à agricultura sustentável e ao turismo rural. Não há mitigações que tornem aceitável destruir um património nacional e uma comunidade viva para a exportação de matéria-prima para bens não-duráveis. Também os recursos hídricos serão drenados das populações e sujeitos a contaminação duradoura. Após pouco mais de uma década, toda uma região terá perdido sua atratividade única para sempre. A valorização do interior não se faz com a sua destruição, mas com o reconhecimento de seus valores e o respeito por suas gentes e sua cultura."

“Aos excelentíssimos membros da Comissão de Avaliação,

Venho comunicar à Vossa Excelências a minha discordância nos termos que passo a expor seguidamente.

O artigo 66 da Constituição da República prevê que “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” Este direito é um direito fundamental.

O dito artigo enumera uma lista de deveres para garantir tal direito fundamental, indicando que “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos:

a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento socioeconómico e a valorização da paisagem; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações; e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da proteção das zonas históricas;

f) Promover a integração de objetivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial;

g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente; h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com proteção do ambiente e qualidade de vida.»

Ora segue-se que o princípio mesmo de uma mina é incompatível com o direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República, tendo em conta de que uma mina resulta inevitavelmente na destruição de ecossistemas e na descaracterização permanente das paisagens. Se for preciso um exemplo, podemos citar o caso da mina de São Domingos, prova de que uma vez extraído o minério, o solo não se recompõe.

Ademais, tendo em consideração a situação de stress hídrico que ameaça Portugal, uma mina em Covas do Barroso e Dornelas, seria totalmente irresponsável e uma completa violação do dever fundamental de salvaguarda dos recursos naturais e da estabilidade ecológica.

O direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado garantido pela Constituição da República tem uma vertente humana, já que se trata de preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico e de solidariedade entre gerações.

A zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura A zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura como um Sistema Importante do Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que apoiam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas.

Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, pelo famoso queijo e pelo mel delicioso.

Assim sendo, uma mina em Covas do Barroso é incompatível com o artigo 66 da Constituição da República.

No mesmo sentido, o relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente indicou no seu relatório que "as zonas de sacrifício são completamente incompatíveis com o direito humano a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º da Constituição Portuguesa) ou a um ambiente limpo, saudável e sustentável (Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU).

Os responsáveis pelo projeto da mina tentaram justificar o projeto dizendo que o lítio europeu é necessário para a transição da Europa para a energia verde. Embora possa parecer ser esse o caso, os grandes projetos de extração de recursos que podem violar os direitos humanos em nome da transição verde são contrários ao desenvolvimento sustentável, como vários tribunais e comissões nacionais e regionais concluíram recentemente. A extração de metais a céu aberto é ilegal em algumas das principais nações verdes, como a Costa Rica, devido aos impactos no ambiente e nos direitos humanos."

O Governo português e a Agência Portuguesa do Ambiente aderiram à Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU) sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente – conhecida habitualmente como Convenção de Aarhus. Esta convenção garante ao público um direito de participação que só pode ser efetivo se a consulta é autêntica e o direito de acesso a informação garantido.

Ora, um exame do calendário da presente consulta permite concluir que a presente consulta não é autêntica.

A Savannah Resources, empresa mineira que supostamente tem os fundos e a experiência técnica relativa a exploração de minas, dispôs durante mais de seis meses da ajuda da APA para estabelecer um novo plano que poderia vir a obter uma luz verde. Enquanto o publico, que não é técnico, apenas dispõe de dez dias para aceder e analisar novos documentos técnicos e voluminosos e assim dar a sua opinião. Tal desigualdade revela uma falta de autenticidade da presente consulta, a qual não respeita a Convenção de Aarhus.

Para concluir, como indicado pelo relator Especial das Nações Unidas David R. Boyd, o quadro legislativo atual não permite garantir a proteção de zonas únicas como a do Barroso e a seria difícil conciliar um histórico de liderança na área ambiental com a aprovação de uma enorme mina a céu aberto numa comunidade que é um exemplo globalmente reconhecido de desenvolvimento sustentável."

Teresa Maria Mesquita Dias, natural de Morgade, concelho de Montalegre

ASSUNTO: Solicitar o parecer desfavorável pela Agência Portuguesa do Ambiente ao Estudo de Impacte Ambiental da Alteração ao projeto da Mina do Barroso.

Eu, Teresa Maria Mesquita Dias, natural de Morgade, concelho de Montalegre, venho por este meio, solicitar um parecer desfavorável pela Agência Portuguesa do Ambiente ao Estudo de Impacte Ambiental **da Alteração ao projeto da Mina do Barroso.**

Sendo natural de um dos Concelhos do Barroso sinto-me muito preocupada e indignada, pelo que venho, através desta exposição, demonstrar o meu sentimento de tristeza, discórdia, perante esta concessão da exploração mineira.

A meu ver, a "Mina do Barroso" é um projeto com grandes impactes negativos nas freguesias envolventes, no Concelho de Boticas e na região de Barroso, e que se vai refletir, a vários níveis, na nossa população e no nosso território. Esta região agrícola e turística não é compatível com qualquer exploração mineira.

A região de Barroso é muito rica em património ambiental e paisagístico. Além disso, tem preservado ao longo dos tempos, usos e costumes ancestrais, em articulação com o desenvolvimento de atividades sustentáveis ligadas à agricultura e pecuária, que são a principal fonte de rendimento das populações, mas também tem apostado no desenvolvimento turístico, em equilíbrio com a gestão da paisagem e com as tradições locais.

Desta zona provêm produtos endógenos de qualidade superior, muitos deles biológicos, com destaque para vários com Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP), nomeadamente, a carne barrosã, o mel de Barroso, o fumeiro, o cabrito, o cordeiro e a batata, entre outros. Uma eventual exploração mineira colocaria em causa a manutenção da excelente qualidade desses produtos e poderia inviabilizar a continuidade da sua produção.

Esta eventual exploração situa-se a poucos metros das povoações e, caso avance, terá um impacto muito significativo no ambiente e na qualidade de vida das populações envolventes, existindo um risco muito elevado de contaminação das águas do rio, das nascentes da serra, dos solos, da paisagem e do ar.

Da análise do EIA, documento confuso, com muita informação, repleto de desconformidades, concluo que nem sempre apresenta alternativas e, por várias vezes, as opções indicadas, não são avaliadas, do ponto de vista dos impactes.

O mesmo não contribui para esclarecer quais os impactes ambientais/sociais, apresenta deficiências, lacunas importantes a vários níveis, imprecisões de informação, não descreve adequadamente o projeto em aspetos críticos e em vários descritores relevantes, contém uma insuficiente ou incompleta avaliação de impactes, medidas de minimização e planos de monotorização.

Concluo que o licenciamento deste projeto, a ocorrer, irá representar uma grande alteração ao modo de vida das populações afetadas e ao desenvolvimento da região, entre as quais:

- O desmonte vai levar à descaracterização da paisagem e provocar grandes impactos visuais;
- A alteração na morfologia dos terrenos;
- A alteração da ocupação dos solos – que de agrícola e florestal passará a ter uso extrativo;
- Alteração da atividade económica existente (agricultura, floresta, turismo.)
- Contaminação dos solos;
- Contaminação das águas;
- Consumo excessivo de água;
- O selo de Património Agrícola Mundial, que certamente será perdido.

Faz precisamente hoje, 5 anos que, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura distinguiu a genuinidade do território com base na forma tradicional de trabalhar as terras, de tratar do gado e na entreajuda dos seus habitantes, reconhecendo a região do Barroso como património agrícola mundial. Este “selo”, a meu ver, está seriamente ameaçado pela possível exploração de lítio.

O Barroso foi o primeiro território português a integrar o Sistema Importante do Património Agrícola Mundial (GIAHS) e um dos primeiros a ser aprovado na Europa.

Na base da distinção estão as tradições que o povo do Barroso mantém na relação com o ambiente em atividades como a agricultura, a silvicultura e a pastagem. Com ocupação humana há milhares de anos, esta área do Norte de Portugal mantém

uma economia de subsistência rural. A FAO destaca, ainda, o facto de a região manter áreas ambientais muito significativas e relativamente intactas.

Tendo em conta todas estas lacunas e fragilidades, estou certa de que, caso este tenha um parecer favorável, prejuízos incalculáveis para o ambiente e para as populações vão surgir de imediato. A mineração apresenta riscos para a saúde pública e causa degradação da qualidade de vida das populações.

A mineração tem ainda impacto nas relações sociais e nos modos de vida das comunidades locais. Todas as atividades agora existentes, a agricultura, apicultura, pastorícia, o turismo entre outras, serão inviabilizadas.

Em suma, esta mina vai destruir habitats e o meio-ambiente. A região do Barroso começa, com esta mina, a ser palco de uma destruição feroz. Vai perder a sua maior riqueza e nunca mais se irá conseguir recompor, já que em poucos anos será destruído o que levou séculos a construir.

Aguardo deferimento,
Cumprimentos.

Teresa Maria Mesquita Dias

PARECER CONSULTA PÚBLICA DA

Alteração ao projeto de ampliação da Mina do Barroso

19/04/2023

PNB
Povo e Natureza do Barroso

Dum modo geral, as críticas que referimos no parecer anterior, referentes ao EIA da mina do Barroso, continuam a aplicar-se a esta "alteração" do projeto. Este estudo de mais umas milhares de páginas sugere apenas "alterações" que vão, limitar pouco ou só à margem, os impactes que nós e outras associações viemos a denunciar durante a consulta pública do EIA anterior.

Este novo estudo não resolve em nada as críticas anteriores relativamente ao impacte nomeadamente a nível ecológico e ambiental. Basicamente, incrementa a monitorização em várias vertentes, sem diminuir os impactes potenciais de modo significativo. Ademais, muitas das propostas referidas neste novo documento, são muito vagas, fazendo com que nada seja feito ao final.

Dito isto, iremos abordar de maneira mais específica alguns pontos que julgamos serem cruciais:

A-IMPACTES A NÍVEL DAS ÁGUAS:

Este ponto é sem dúvida, um dos pontos mais críticos do projeto da mina do Barroso, em termos de impacte ambiental. O que merece novamente uma análise aprofundada.

O documento anterior teve a frontalidade de admitir ponto 9.1.3.2. Dimensionamento pagina II.179 que:

"*A capacidade de gerir a água no projeto e garantir que* ***seja descarregada no rio Covas com uma qualidade aceitável está atualmente significativamente restrita****. As duas restrições mais importantes são a topografia íngreme e a área limitada disponível para a localização das estruturas de controlo de sedimentos de tamanho adequado".*

"Devido a estas restrições, ***não será possível conter todo o escoamento superficial de eventos de tempestade, por um período longo o suficiente para garantir que todos os sedimentos são contidos no projeto****. Note-se que os testes determinaram que a rocha estéril e os rejeitados são inertes e a infiltração e o escoamento das chuvas dessas áreas (e das paredes e fundo das cortas) não irão contaminar a água do escoamento com elementos ambientalmente significativos*".

Este ponto é crucial: basicamente é-nos dito que qualquer seja a opção escolhida, nunca vai ser possível evitar escoamentos e decarregadas de sedimentos oriundos da mina para o rio Covas.
Considerando que as medidas propostas não podem garantir minimamente a conservação da qualidade das águas do rio Covas, este ponto é suficiente grave para tornar este projeto inaceitável.

Relembramos que em termos de impacto sobre a qualidade da AGUA, (DQA, Lei n.º 54/2008) numa questão poluição de águas subterrâneas em decorrência de projeto de construção de autoestrada (cujo conteúdo poderá ser aplicado ao caso da exploração de minério, mutantis mutandis), cfr. Acórdão TJUE C 535/18. Refere-se que "O artigo 4.º da Diretiva 2000/60 não

contém apenas obrigações de planeamento a mais longo prazo previstas por planos de gestão e programas de medidas, mas diz também respeito a projetos concretos aos quais se aplica igualmente a proibição de deterioração do estado das massas de água. **Um Estado Membro está, por conseguinte, obrigado a recusar a aprovação de um projeto quando este último for suscetível de deteriorar o estado da massa de água em causa ou de comprometer a obtenção de um «bom estado» das massas de água de superfície ou subterrâneas**, sem prejuízo das derrogações igualmente previstas neste artigo 4.o (v., neste sentido, Acórdão de 1 de julho de 2015, Bund für Umwelt und Naturschutz Deutschland, C 461/13, EU:C:2015:433, n.ºs 47, 48 e 50)." – negrito nosso.

Ademais, é importante salientar que as linhas de água da região a explorar não estão acauteladas de forma consistente, isto no que toca em relação ao abaixamento do nível hídrico, bem como a contaminação dos aquíferos. Não se percebe onde é que a empresa pode captar a água de que precisam para a lavaria. A referência a bacias de retenção poderá funcionar durante os períodos mais pluviosos, mas seguramente que se esgota em breve espaço de tempo em épocas de baixa pluviosidade.

AVALIAÇÃO DA INSTALAÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE REJEITADOS

Esta análise mais específica foi realizada mais uma vez por um perito reconhecido nesta matéria a nível internacional: o Dr. Steven H. Emerman que tem 31 anos de experiência no ensino de hidrologia e geofísica e 70 publicações avaliadas por pares nessas áreas. O Dr. Emerman é o proprietário da Malach Consulting, especializada em avaliar os impactos ambientais da mineração para empresas de mineração, bem como organizações governamentais e não-governamentais.

A principal diferença *(com o relatório anterior)* é que o EIA atualizado substitui a anterior instalação de armazenamento de resíduos de mina que teria armazenado uma mistura homogénea de rocha estéril e rejeitados por uma instalação que armazenaria apenas rejeitados filtrados com represamento por um aterro de rocha estéril. Embora a Savannah Lithium LDA (2023b) declare a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados como 70, 85 ou 103 metros, uma tabela da Savannah Lithium (2023a) esclarece que a altura correta seria de 140 metros (ver Fig. 1).

O pé da instalação estaria a cerca de 1000 metros do rio Covas, embora a distância exata nunca seja indicada. A taxa de produção de rejeitados seria de 1,5 milhão de toneladas por ano para um volume total de rejeitados de 7,1 milhões de metros cúbicos.

Quadro 3.1 - Comparação das características das instalações de resíduos (EIA e Projeto Reformulado)

Designação da Instalação	Capacidade de Armazenamento	Origem e quantidade de resíduos		Dimensão da infraestrutura				Afetação
				Área (ha)	Cota mínima (m)	Cota Máxima (m)	Diferença entre cotas (m)	Temporária ou Permanente
	Mt	Origem	Mt					
Projeto EIA								
Escombreira Sul	40,8	Pinheiro	11,2	44,6	499	648	148	Permanente
		Grandão	15,6					
		Lavaria (Rejeitados)	14,0					
Escombreira Oeste	25	Reservatório	22,2	54,4	650	735	60	Permanente
		Noa	2,8					
Escombreira Norte	6,3	Grandão	6,3	16,7	427	653	226	Permanente
Escombreira Lóbulo Este	25,7	Grandão	25,7	29,8	427	653	226	Permanente
Área total de escombreiras permanentes (ha)	Projeto EIA	145,5 ha						
Projeto reformulado								
Instalação de Resíduos (TSF)	20,1	Lavaria	13,8	28,5	560	700	140	Permanente
Escombreira 1	9,4	Pinheiro	7,6	19,1	570	700	130	Permanente
		Grandão	5,1					
Escombreira 2	4,9	Grandão	5,8	18,7	530	630	100	Permanente
Escombreira 3	28,6	Noa	19,3	15,7	665	710	45	Permanente
		Reservatório	2,7	19,0	665	745	80	Temporária
Escombreira T	21,0	Grandão	21,3	37,0	560	665	105	Temporária
Área total de escombreiras permanentes (ha)	Projeto reformulado	53,5 (Escombreiras) + 28,5 (TSF) = 82 ha						

Figura 1. A altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados (TSF) na proposta Mina do Barroso seria de 140 metros, o que seria a segunda instalação de armazenamento de rejeitados filtrados mais alta do mundo. Embora a Savannah Lithium LDA (2023b) indique a altura como 70, 85 ou 103 metros, a tabela acima da Savannah Lithium LDA (2023a) esclarece a altura correta. Tabela da Savannah Lithium LDA (2023

Embora o EIA se refira a "empilhamento a seco de rejeitados" (Savannah Lithium LDA, 2023a), os rejeitados não estão literalmente secos, mas têm um teor de água declarado inferior a 15% (Savannah Lithium LDA, 2023a-b) ou inferior a 20% (Savannah Lithium LDA, 2023b). A terminologia padrão é "rejeitados filtrados". O Manual de Gerenciamento de Rejeitados da SME (Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração] confirma que "*The term dry stacking … is somewhat of a misnomer. Stacked tailings must be sufficiently dry to allow placement in stable and trafficable piles, but not so dry as to result in dust generation from prevailing wind*" [O termo empilhamento a seco... é um tanto impróprio. Os rejeitados empilhados devem estar secos o suficiente para permitir a colocação em pilhas estáveis e transitáveis, mas não tão secos que gerem poeira devido aos ventos predominantes] (Reemeyer, 2022). No seu site, a consultora Knight-Piésold, que prestou consultoria à Savannah Lithium para a Mina do Barroso, inclui uma publicação de funcionários da Knight-Piésold que afirma "*Regarding terminology, the rather misleading term dry stack is generally not a good engineering term since the target moisture content coming from the filter plant is typically desired to be somewhere around the optimum moisture content based on the Proctor compaction procedure … Geotechnical engineers associate the optimum moisture content with moisture levels just below full saturation after compaction, thus terming such a facility as a dry stack is a misnomer. The present authors would encourage practitioners to abandon the use of the term dry stacking in favor of the more straightforward term, 'filtered tailings.' It is not desirable to unintentionally mislead the public at large with an industry term that is noticeably misused*" [Em relação à terminologia, o termo muito enganador pilha seca de forma geral não é um bom termo de engenharia, uma vez que o teor de humidade alvo proveniente da planta de filtro é normalmente desejado para estar próximo ao teor de humidade ideal com base no método de compactação Proctor … Os engenheiros geotécnicos associam o teor de humidade ideal com os níveis de humidade ligeiramente inferior aos da saturação total após a compactação, portanto, denominar essa instalação como uma pilha seca é um equívoco. Os presentes autores encorajam os profissionais a abandonar o uso do termo empilhamento seco em favor do termo mais direto, 'rejeitados filtrados' … Não é desejável enganar o público em geral sem querer com um termo do setor que é visivelmente mal utilizado] (Ulrich e Coffin, 2017).

O objetivo da tecnologia de rejeitados filtrados é dessaturar os rejeitados, para que possam ser compactados na instalação de armazenamento de rejeitados, reduzindo assim a probabilidade de liquefação e falha catastrófica da instalação. Neste ponto, a maioria das instalações de armazenamento de rejeitados filtrados estão em climas áridos. O desafio com a construção de instalações de armazenamento de rejeitados filtrados em climas húmidos é que os rejeitados podem ser re-humedecidos pela precipitação antes da compactação, o que pode tornar os rejeitados muito húmidos para uma compactação adequada. Além disso, a precipitação na instalação de armazenamento de rejeitados filtrados pode resultar na re-saturação dos rejeitados, aumentando assim a probabilidade de liquefação. Em qualquer clima, com base na tecnologia atual, uma parte significativa dos rejeitados deixará as prensas de filtro com muita água para uma compactação ideal e esses rejeitados húmidos não podem ser usados como suporte estrutural e devem ser manejados de alguma forma para não comprometer a estabilidade da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados.

Com 140 metros de altura, a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados da Mina do Barroso será a segunda mais alto já construída. A única instalação de armazenamento de

rejeitados filtrados mais alta seria a instalação na mina La Coipa, no Chile, num local com precipitação média anual de 42,9 mm (Franks et al., 2021; GRID-Arendal, 2023). O problema é que, com uma precipitação média anual de 1.649 mm (Savannah Lithium LDA, 2023b), o local da Mina do Barroso seria o terceiro lugar mais húmido para qualquer instalação de armazenamento de rejeitados filtrados já construída em todo o planeta. Os únicos locais mais húmidos com instalações de armazenamento de rejeitados filtrados seriam a mina de Greens Creek no Alasca (EUA) com precipitação média anual de 1.760,2 mm e a mina COMILOG no Gabão com precipitação média anual de 1.779,1 mm (Franks et al., 2021; GRID- Arendal, 2023).

A colocação de uma instalação de armazenamento de rejeitados perto de um rio geralmente não é considerada uma boa prática. De acordo com A Segurança em Primeiro Lugar: Diretrizes para Gestão Responsável de Rejeitos de Mineração, "Estruturas de rejeitos não devem ser construídas em locais onde uma falha possa ter um impacto significativo em reservatórios de águas, habitats críticos e na proximidade de recursos ecológicos" (Morrill et al., 2022). Algumas jurisdições, como a China, proíbem a construção de instalações de armazenamento de rejeitados perto de rios. De acordo com o Departamento de Noções Básicas de Segurança da Produção (China), "严禁在距离长江和黄河干流岸线 3 公里、重要支流岸线 1 公里范围内新（改、扩）建尾矿库" [É estritamente proibido construir novas (ou modificadas ou ampliadas) lagoas de rejeitados a menos de 3 quilômetros das margens dos principais córregos do rio Yangtze e do rio Amarelo e a 1 quilômetro das margens dos seus importantes afluentes].

De acordo com o EIA atualizado, "Considerando que a instalação de resíduos se localiza a mais de 1 km do rio Covas, considera-se que a eventual rotura desta infraestrutura, dificilmente atingirá o rio Covas, e consequentemente a sua qualidade" (Savannah Lithium LDA, 2023a-b). O EIA atualizado não indica uma distância exata da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados até o rio Covas. O EIA atualizado também não mostra o caminho que os rejeitados derramados seguirão para chegar ao rio Covas, nem indica a distância prevista que os rejeitados derramados percorrerão. A afirmação de que um deslizamento de rejeitados percorrerá menos de 1.000 metros não é suportada por nenhum modelo, cálculo ou banco de dados empíricos.

O plano do EIA atualizado é confinar os rejeitados filtrados usando um aterro de rocha estéril. Além disso, o plano permite inclinações mais acentuadas de 1V: 2,5H (1 metro vertical por 2,5 metros horizontal) nas porções da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados que são confinadas por rocha estéril e inclinações de 1V:3H nas porções não confinadas. De acordo com o EIA atualizado, "O talude da TSF [Instalação de Armazenamento de Rejeitados] será coberto por Estéril … Os taludes de rejeitados suportados por estéril não excederão 1V: 2,5H, enquanto os taludes de rejeitados não suportados não excederão 1V: 3H" (Savannah Lithium LDA, 2023b).

O EIA atualizado nunca se refere ao aterro de rocha estéril como uma "barragem" e não há consideração de padrões de segurança de barragens, exceto para as barragens que confinariam as várias lagoas de mineração e sedimentação. No entanto, o aterro de rocha estéril é repetidamente descrito como tendo exatamente a mesma função de uma barragem. De acordo com Savannah Lithium LDA (2023a), "O suporte da TSF será efetuado por resíduos estéreis, provenientes das cortas, que integrarão a escombreira ESC1, com o objetivo de melhorar a sua estabilidade à medida que o volume da instalação de rejeitados for aumentando". De forma semelhante, Savannah Lithium LDA (2023b) afirma, "Os rejeitados da lavaria serão depositados criando um

declive de 3H:1V, estando circundado exteriormente por uma escombreira (Esc. 1) para estabilidade e controle de erosão … A Figura III.20 mostra a Esc.1 colocada no talude da TSF para melhorar a estabilidade, atuando como um contraforte".

METODOLOGIA

Com base na seção anterior, o objetivo deste relatório pode ser subdividido nas seguintes questões:

1) A altura proposta para a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados é consistente com o limite tecnológico atual para a precipitação de um local determinado?
2) Os rejeitados derramados atingirão o rio Covas em caso de falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados?
3) A inclinação dos taludes da instalação proposta de armazenamento de rejeitados filtrados é consistente com os padrões da indústria?
4) O método proposto de construção da barragem é consistente com os padrões de segurança de barragens, mesmo que o EIA não se refira ao aterro de rocha estéril como uma "barragem"?

A primeira questão foi abordada traçando as alturas das instalações existentes de armazenamento de rejeitados filtrados em função da precipitação média anual. O limite tecnológico atual foi restringido por uma linha reta conectando os parâmetros nas extremidades inferior e superior da precipitação média anual. Alturas e precipitação média anual foram obtidas para 74 instalações de armazenamento de rejeitados filtrados no Projeto Global do Portal das Barragens de Rejeitados (Franks et al., 2021; GRID-Arendal, 2023).

A segunda questão foi abordada comparando a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso com a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil, que falhou em 8 de janeiro de 2022 (Angelo, 2022; Morrill, 2022; Petley, 2022 ; ver Fig. 2). O deslizamento de materiais não provocou fatalidades, mas soterrou a rodovia BR-40. A extensão do deslizamento de materiais foi medida com base em vídeos de drones (Observatório da Mineração, 2022) e uma largura de rodovia de 27 metros medida pelo Google Earth. A altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de 48 metros (ANM, 2022) foi então usada para prever a extensão correspondente de um deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso. A precipitação média anual de 1.597 mm no local da mina de Pau Branco foi determinada a partir de Fick e Hijmans (2017). A falha da instalação da mina de Pau Branco é particularmente relevante, uma vez que a falha foi causada por fortes chuvas (Petley, 2022). De acordo com Petley (2022), a falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco *"was probably a rotational landslide that fluidised into a flow*" [foi provavelmente um deslizamento de materiais rotacional que se fluidificou num fluxo].

A terceira questão foi abordada por comparação com os padrões da indústria para a inclinação dos taludes das instalações de armazenamento de rejeitados filtrados (Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes, 2022). A questão foi ainda abordada ao traçar o volume de armazenamento de rejeitados em relação à altura para as 74 instalações de armazenamento de rejeitados filtrados no Projeto Global do Portal das Barragens de Rejeitados (Franks et al., 2021; GRID-Arendal, 2023).

Assim, questionou-se se a altura projetada da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria típica para o volume projetado de armazenamento de rejeitados. A quarta questão foi abordada em comparação com os padrões da indústria e com a legislação de mineração dos países latino-americanos.



Figura 2. Uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de 48 metros de altura colapsou na mina de minério de ferro de Pau Branco, no Brasil, em 8 de janeiro de 2022. Foto de Angelo (2022).

RESULTADOS

Limite Tecnológico Atual para Altura das Instalações de Armazenamento de Rejeitados Filtrados

O limite tecnológico atual foi restringido por uma linha que conecta a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de La Coipa no Chile com uma altura de 200 metros e precipitação média anual de 42,9 mm e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de Greens Creek no Alasca (EUA) com uma altura de 109 metros e precipitação média anual de 1.760,2 mm (ver Fig. 3a). Com base nisso, com uma precipitação média anual de 1.649 mm e uma altura prevista de 140 metros (ver Fig. 1), a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 25 metros mais alta do que o limite tecnológico atual. A construção dentro do limite tecnológico não é garantia de sucesso, uma vez que a falha na instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco, com altura de 48 metros e precipitação média anual de 1.597 mm, estava bem dentro do limite tecnológico atual (ver Fig. 3a).

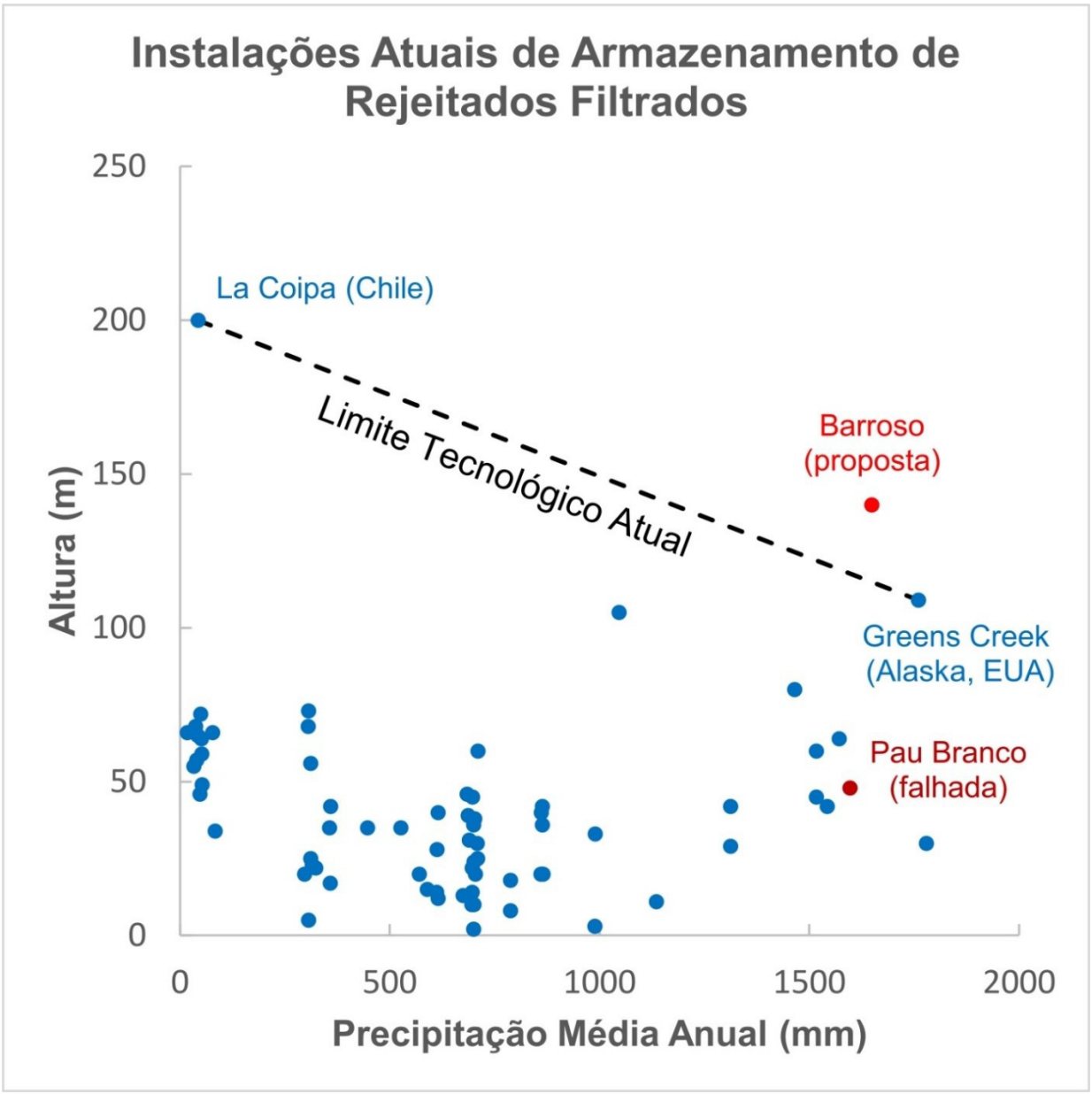


Figura 3a. Atualmente, a principal limitação no tamanho das instalações de armazenamento de rejeitados filtrados é o impacto da precipitação. Assim, o limite tecnológico atual é aproximadamente restringido por uma linha que conecta a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de La Coipa no Chile com uma altura de 200 metros e precipitação média anual de 42,9 mm e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de Greens Creek no Alasca (EUA) com uma altura de 109 metros e precipitação média anual de 1.760,2 mm. Com base nisso, com uma precipitação média anual de 1.649 mm e uma altura prevista de 140 metros (ver Fig. 1), a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 25 metros mais alta do que o limite tecnológico atual. A construção dentro do limite tecnológico não é garantia de sucesso, uma vez que a falha na instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco (ver Fig. 2), com altura de 48 metros e precipitação média anual de 1.597 mm, estava bem dentro do limite tecnológico atual. De outra perspetiva, a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Greens Creek não é relevante, pois a sua taxa de produção de rejeitados era de apenas 750 toneladas por dia, que aumentou para 1.500 toneladas por dia até 2022, ao contrário da planejada taxa de produção de rejeitados de 4.110 toneladas por dia na Mina do Barroso (ver Fig. 3b). Dados sobre instalações existentes de armazenamento de rejeitados filtrados de Klohn Crippen Berger (2017), Franks et al. (2021), ANM (2022) e Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes (2022). Precipitação média anual de Fick e Hijmans (2017).

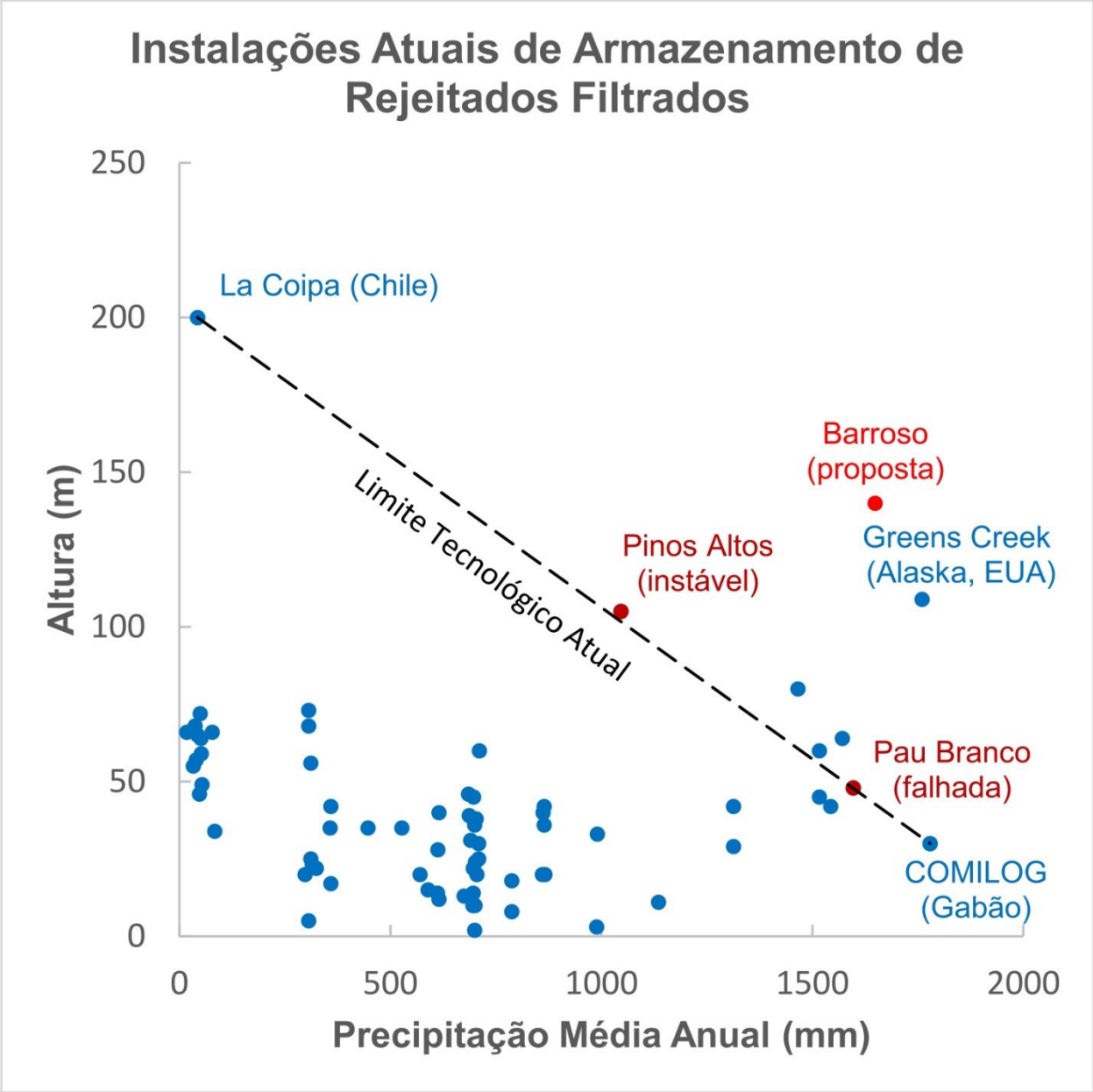


Figura 3b. Atualmente, a principal limitação no tamanho das instalações de armazenamento de rejeitados filtrados é o impacto da precipitação. Assim, o limite tecnológico atual é aproximadamente restringido por uma linha que conecta a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de La Coipa no Chile com uma altura de 200 metros e precipitação média anual de 42,9 mm e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados COMILOG no Gabão com uma altura de 30 metros e precipitação média anual de 1.779,1 mm. A altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Greens Creek não é relevante, pois a sua taxa de produção de rejeitados era de apenas 750 toneladas por dia, que aumentou para 1.500 toneladas por dia até 2022, ao contrário da planejada taxa de produção de rejeitados de 4.110 toneladas por dia na Mina do Barroso. Com base nisso, com uma precipitação média anual de 1.649 mm e uma altura prevista de 140 metros (ver Fig. 1), a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 97 metros mais alta do que o limite tecnológico atual. Observar que a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados com falha na mina de Pau Branco (ver Fig. 2) e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pinos Altos com histórico de problemas de estabilidade estão exatamente no limite tecnológico atual. Dados sobre instalações existentes de armazenamento de rejeitados filtrados de Klohn Crippen Berger (2017), Franks et al. (2021), ANM (2023) e Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes (2022). Precipitação média anual de Fick e Hijmans (2017).

De outra perspectiva, a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Greens Creek não é relevante, pois a sua taxa de produção de rejeitados era de apenas 750 toneladas por dia (Klohn Crippen Berger, 2017), que aumentou para 1500 toneladas por dia até 2022 (Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes, 2022), em oposição à taxa planejada de produção de rejeitados de 4.110 toneladas por dia na Mina do Barroso. Com base nisso, o limite tecnológico atual foi reconstruído como uma linha conectando a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de La Coipa no Chile com uma altura de 200 metros e precipitação média anual de 42,9 mm com a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados COMILOG no Gabão com uma altura de 30 metros e precipitação média anual de 1.779,1 mm (ver Fig. 3b). Com base no limite tecnológico reconstruído, a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 97 metros mais alta que o limite tecnológico atual (ver Fig. 3b). Vale ressaltar que, com a extinção da mina de Greens Creek com base na sua baixa taxa de produção de rejeitados, a falha na instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pinos Altos (México), com histórico das preocupações com a estabilidade (Franks et al., 2021; GRID-Arendal, 2023), estão exatamente no limite tecnológico atual (ver Fig. 3b).



Figura 4a. Com base na largura da rodovia de 27 metros, o deslizamento de materiais na instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil em 8 de janeiro de 2022 (ver Fig. 3), estendeu-se por 104 metros após a rodovia BR-40. A largura da rodovia foi medida a partir da imagem do Google Earth de 29 de junho de 2022 (ver Fig. 4b). Imagem fixa em 0:38 do vídeo de drone (Observatório da Mineração, 2022).

Consequências da Falha da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados

Com base na largura da rodovia de 27 metros, o deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco estendeu-se por 104 metros além da rodovia BR-40 (ver Fig. 4a). Assim, usando a imagem do Google Earth de 29 de junho de 2022, o deslizamento de materiais se estendeu por 828 metros além do pé da instalação ou 17,25 vezes a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de 48 metros (ver Fig. 4b). Considerando a altura de 140 metros da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na

mina de Barroso proposta, a experiência na mina de Pau Branco prevê que o deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Barroso se estenderá por 2.415 metros além do pé da instalação. Assim, não é necessário saber o caminho exato dos rejeitados derramados ou a distância exata até o rio Covas para chegar à conclusão de que o deslizamento de materiais da falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados se estenderá bem para além do rio Covas.



Figura 4b. O deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil em 8 de janeiro de 2022 (ver Fig. 3) estendeu-se por 828 metros além do pé da instalação ou 17,25 vezes a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de 48 metros (ANM, 2022). A observação anterior é consistente com a afirmação em Klohn Crippen Berger (2017) de que, para instalações de armazenamento de rejeitados filtrados, "a falha, se ocorrer, provavelmente seria um deslizamento local e as consequências seriam restritas à área local (ou a distância equivalente a cerca de 10 vezes a altura [da barragem de rejeitados]". Com base na altura de 140 metros da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso (ver Fig. 1), a experiência na mina de Pau Branco prevê que o deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso se estenderá por 2415 metros além do pé da instalação, ou bem no rio Covas. O plano de fundo é uma imagem do Google Earth de 29 de junho de 2022.

Para comparação, de acordo com um documento de orientação da indústria, para instalações de armazenamento de rejeitados filtrados, "*Failure, if it occurs, would likely be local slumping and consequences would be restricted to the local area (or the distance equivalent to roughly 10 times the height) unless the material slumps into a water body* [A falha, se ocorrer, provavelmente seria um deslizamento local e as consequências seriam restritas à área local (ou a

distância equivalente a cerca de 10 vezes a altura) a menos que o material caia num corpo de água] (Klohn Crippen Berger, 2017). Assim, Klohn Crippen Berger (2017) prevê uma distância de deslizamento de materiais de 1.400 metros, que ainda deve carregar os rejeitados derramados para o rio Covas. A citação acima de Klohn Crippen Berger (2017) inclui uma nota de rodapé que afirma "*Estimate of runout distance included for comparison purposes only*" [Estimativa da distância de viagem incluída apenas para fins de comparação]. Assim, a estimativa da falha na mina de Pau Branco deve ser considerada como um preditor mais confiável das consequências da falha na Mina do Barroso proposta.

É importante considerar a última parte da citação de Klohn Crippen Berger (2017), que termina com "*unless the material slumps into a water body*" [a menos que o material caia num corpo de água]. Uma vez que os rejeitados se misturem com a água do rio Covas ou qualquer outro curso de água, eles irão constituir uma massa fluidizada que continuará fluindo a jusante, mesmo que a falha inicial da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados não envolvesse liquefação. A extensão do fluxo a jusante dependerá do volume de rejeitados derramados. Emerman (2021) mostra os caminhos a jusante para rejeitados derramados para um cenário mais provável com base num banco de dados de falhas anteriores de instalações de armazenamento de rejeitados e para um cenário de pior caso que envolveria a liberação de todos os rejeitados armazenados. No cenário de pior caso, que presumivelmente ocorreria em resposta a um evento extremo de precipitação, os rejeitados fluiriam até o rio Douro e o Oceano Atlântico (Emerman, 2021).

Inclinação Excessiva da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados

Como esperado, com base no conjunto de dados global, o volume de armazenamento de rejeitados de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrada é um forte preditor da sua altura ($R^2 = 0,44$, $P = 5 \times 10^{-10}$; ver Fig. 5). Devido à topografia íngreme e à alta inclinação dos taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso, com uma altura de 140 metros e volume de armazenamento de 7,1 milhões de metros cúbicos, a instalação seria excecionalmente alta para o volume de rejeitados que seria armazenado (ver Fig. 5). A razão entre a altura e o volume de armazenamento da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria de 19,7 metros por milhão de metros cúbicos, o que seria a segunda maior para qualquer instalação de armazenamento de rejeitados filtrados com um volume de rejeitados superior a 5,0 milhões de metros cúbicos (ver Fig. 5). A maior proporção de 20,4 corresponde à instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pinos Altos com altura de 105 metros e volume de armazenamento de 5,152 milhões de metros cúbicos (ver Fig. 5), que, como já mencionado, tem um histórico de problemas de estabilidade (Franks et al., 2021; GRID-Arendal, 2023). Com base na linha de melhor ajuste para as atuais instalações de armazenamento de rejeitados filtrados (ver Fig. 5), a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 99 metros mais alta do que seria previsto para seu volume de armazenamento de rejeitados, que é notavelmente semelhante ao excedência do limite tecnológico atual em 97 metros com base na precipitação média anual (ver Fig. 3b).

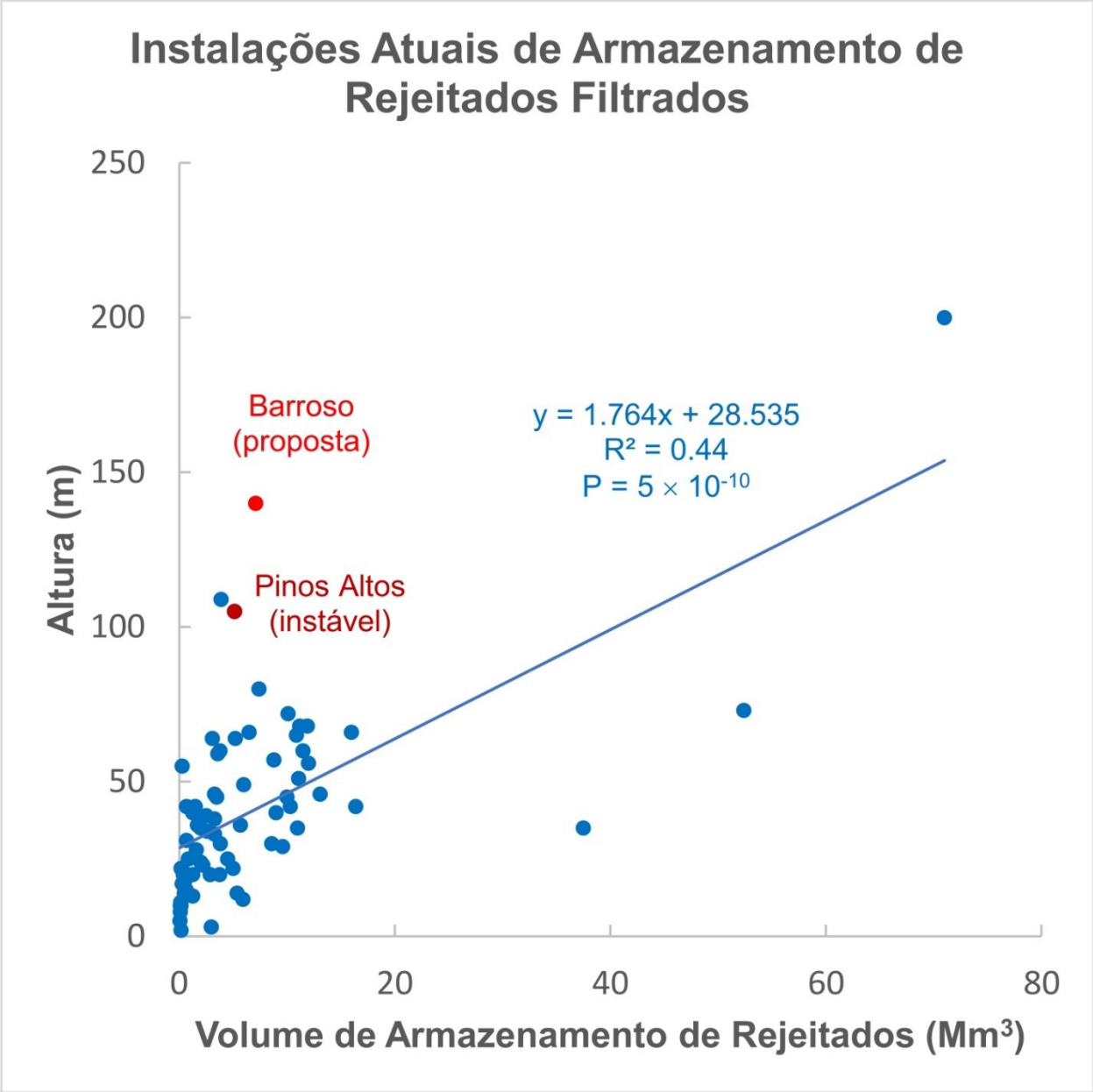


Figura 5. Como esperado, o volume de armazenamento de rejeitados de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados é um forte preditor da altura (R^2 = 0,44, P = 5×10^{-10}). Devido à topografia íngreme e à inclinação dos taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso, com uma altura de 140 metros e volume de armazenamento de 7,1 milhões de metros cúbicos, a instalação seria anormalmente alta para o volume de rejeitados que seriam armazenados. Com base na linha de melhor ajuste para as atuais instalações de armazenamento de rejeitados filtrados, a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 99 metros mais alta do que seria previsto para seu volume de armazenamento de rejeitados. A relação entre a altura e o volume de armazenamento da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria de 19,7 metros por milhão de metros cúbicos, o que seria a segunda maior relação para qualquer instalação de armazenamento de rejeitados filtrados com um volume de rejeitados superior a 5,0 milhões de metros cúbicos. A maior relação de 20,4 corresponde à instalação de armazenamento de rejeitados filtrados da mina de Pinos Altos com altura de 105 metros e volume de armazenamento de 5,152 milhões de metros cúbicos, que possui um histórico de problemas de estabilidade.Dados sobre instalações globais de armazenamento de rejeitados filtrados de Franks et al. (2021).

O alto coeficiente de altura para volume de armazenamento de rejeitados está relacionada tanto com a topografia íngreme quanto com a alta inclinação proposta dos taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados. Embora a proposta para a Mina do Barroso exija taludes de 1V: 2,5H onde os rejeitados são confinados por rocha estéril e 1V: 3H em taludes não confinados, o padrão da indústria é para inclinações não superiores a 1V: 3,5H (Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes, 2022). De acordo com Cacciuttolo Vargas and Pérez Campomanes (2022), "*Steeper side slopes need a review of the filtered tailings geotechnical parameters to assure the stack stability*" [Taludes laterais mais íngremes precisam de uma revisão dos parâmetros geotécnicos dos rejeitados filtrados para garantir a estabilidade da pilha].

Falta de Aderência aos Padrões de Segurança de Barragens

Embora o aterro de rocha estéril constitua uma barragem (ver Fig. 6), o EIA não inclui nenhuma consideração dos padrões de segurança de barragens, seja em termos de regulamentos portugueses de barragens ou documentos de orientação da indústria. Em particular, não há consideração do evento de precipitação que a barragem de rocha estéril deveria ser capaz de suportar. Embora a barragem de rocha estéril seja algumas vezes chamada "escombreira" (ver Fig. 6), essa terminologia não garante estabilidade. De fato, existem muitas falhas de escombreiras descritas em Hawley e Cunning (2017), um documento de orientação da indústria que está incluído no EIA.

Uma falta significativa de *aderência* aos padrões de segurança de barragens é o uso do método de construção a montante, o que significa que a rocha estéril seria colocado no topo dos rejeitados filtrados que estão sendo confinados (ver Fig. 6). A consequência é que, se os rejeitados se liquefazem, a barragem de rocha estéril pode falhar deslizando ou caindo nos rejeitados liquefeitos. Por esse motivo, e devido ao histórico de rompimentos de barragens de mineração construídas pelo método a montante, o método a montante é proibido no Brasil (ANM, 2019), Chile (Ministerio de Minería (Chile) [Ministério de Mineração (Chile)], 2007), Equador (Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables [Ministério de Energia e Recursos Naturais Não Renováveis] (Equador), 2020) e Peru (Sistema Nacional de Información Ambiental (Perú) [Sistema Nacional de Informação Ambiental (Peru)], 2014). A denúncia mais forte da indústria sobre o método de construção a montante vem no Manual de Mineração de Superfície da SME. De acordo com Turek (2023), "*Not mentioned in Table 4 [Tailings storage facility failures by decade from 1950 to December 16, 2020] is the fact that the upstream method of raising the level of the dams has been utilized in many of the most serious failures. This is in spite of the fact that the dangers of failure inherent with the upstream method have been recognized for many decades - see for example, Klohn (1972), who states that the 'history of this method of dam construction is plagued with failures, some of them catastrophic"* [Não mencionado na Tabela 4 [Falhas nas instalações de armazenamento de rejeitados por década de 1950 a 16 de dezembro de 2020] é o fato de que o método a montante para elevar o nível das barragens tem sido utilizado em muitas das instalações que sofreram as falhas mais graves. Isso ocorre apesar do fato de que os perigos de falha inerentes ao método a montante foram reconhecidos por muitas décadas - ver, por exemplo, Klohn (1972), que afirma que a 'história deste método de construção de barragens está assolado de falhas, algumas delas catastróficas'].

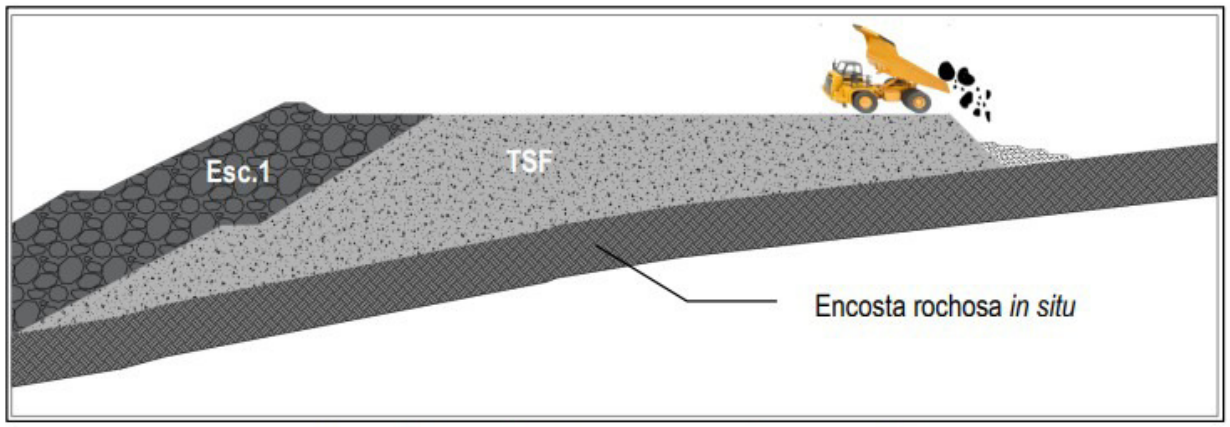


Figura III.21 – Método construtivo da Esc. 1 e TSF.

Figura 6. Os rejeitados filtrados (chamado TSF na figura) da Mina do Barroso seriam confinados por uma barragem de rocha estéril que ficaria sobre os rejeitados, o que é conhecido como método de construção a montante. Se os rejeitados se liquefazem, a barragem pode falhar deslizando ou caindo nos rejeitados liquefeitos. Como consequência, o método de construção a montante é proibido no Brasil, Chile, Equador e Peru, e é fortemente denunciado no Manual de Mineração de Superfície da SME (Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração). O problema é particularmente grave para a Mina do Barroso, uma vez que o EIA identifica os rejeitados como suscetíveis à liquefação. O aterro de rocha estéril (chamado Esc. 1 na figura) nunca é referido como uma "barragem" e não há nenhuma consideração dos padrões de segurança de barragens. Figure da Savannah Lithium LDS (2023b).

O problema da falta de confinamento após a liquefação é particularmente agudo no caso da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Barroso porque o EIA identifica os rejeitados como suscetíveis à liquefação. De acordo com Savannah Lithium (2023b), "A curva de classificação indica que a amostra ensaiada cai dentro do limite de solos potencialmente liquefeitos e, portanto, a liquefação da massa de rejeitados precisa ser considerada no projeto". No entanto, o projeto não oferece maior consideração ao potencial de liquefação. Em particular, não há um plano sobre o que fazer com os rejeitados que ficarão muito húmidos para uma compactação adequada, seja porque saíram das prensas de filtro com teor excessivo de água ou porque foram re-humedecidos pela precipitação antes da compactação.

Deve-se notar que apenas uma única amostra de rejeitados foi testada, que é a mesma única amostra que foi discutida no EIA anterior. Savannah Lithium LDA (2023c) confirma, por escrito, que as propriedades dos rejeitados foram medidas para apenas uma única amostra, "Uma amostra de rejeitados foi … enviada ao laboratório da KP [Knight-Piésold] em Perth em novembro de 2019". Savannah Lithium LDA (2023c) também confirma que os parâmetros de resistência ao cisalhamento não foram realmente medidos, mas apenas estimados a partir da distribuição do tamanho de partículas. De acordo com Savannah Lithium LDA (2023c), "O ângulo de atrito e coesão efetivos foram estimados com base nos testes limitados de classificação concluídos até o momento e nas relações empíricas". Com base no exposto, deve-se presumir que as propriedades geotécnicas dos rejeitados são mal conhecidas. A esse respeito, cabe lembrar o alerta de Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes (2022) de que taludes excessivamente íngremes requerem uma revisão cuidadosa das propriedades geotécnicas dos rejeitados filtrados.

REFLEXÃO

O EIA anterior incluía algumas ideias interessantes e originais que não haviam sido adequadamente testadas, especialmente na escala para a qual foram propostas. Com base nisso, o autor identificou o EIA original como um exemplo de *"Reckless Creativity", ou "*Criatividade Temerária" (Emerman, 2021). Um conceito relacionado a este é chamado "Euforia de Projeto", que foi aplicado inclusive ao colapso da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco (Riskope, 2022). Com relação ao plano de armazenamento de residuos de mina na mina de Pau Branco, Riskope (2022) escreveu, "*Technological innovation provoked generalized blindness. The mine even won the Brazilian Environmental Award in 2017. However, any slope, anywhere and in any material has potential stability and drainage issues that one should carefully consider*" [A inovação tecnológica provocou cegueira generalizada. A mina ganhou, inclusive, o Prêmio Brasileiro do Meio Ambiente em 2017. No entanto, qualquer talude, em qualquer lugar e em qualquer material, tem problemas potenciais de estabilidade e drenagem que devem ser considerados cuidadosamente].

O conceito de *"Reckless Creativity", ou* Criatividade Temerária não será analisado mais aqui porque não há nada de criativo no EIA atualizado. O EIA atualizado é apenas *"reckless"* ou temerário. A seguir, exemplos de comportamento temerário que não envolvem criatividade:

1) construção da segunda instalação de armazenamento de rejeitos filtrados mais alta já construída no planeta no terceiro local mais húmido para qualquer instalação de armazenamento de rejeitados filtrados já construída no planeta
2) construção de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados 97 metros acima do limite tecnológico atual para a precipitação do local
3) construção de qualquer instalação de armazenamento de rejeitados a 1000 metros de um rio
4) falta de qualquer cálculo ou modelo ou referência a dados empíricos para a afirmação de que os rejeitados derramados não poderiam atingir o rio adjacente
5) falta de qualquer consideração do possível caminho de fluxo para rejeitados derramados da instalação falhada de armazenamento de rejeitados para o rio adjacente
6) construção de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados com inclinações mais acentuadas do que os padrões da indústria, especialmente com pouco conhecimento das propriedades geotécnicas dos rejeitados
7) construção de uma barragem sem nenhuma consideração pelos padrões de segurança de barragens
8) construção de uma barragem de rejeitados usando o método de construção a montante
9) reconhecimento de que os rejeitados são suscetíveis à liquefação, mas sem nenhum plano de gerenciamento de rejeitados que estarão muito húmidos para compactação
10) análises de estabilidade com base numa única amostra de rejeitados, mas sem medições reais dos parâmetros de resistência ao cisalhamento dessa amostra

CONCLUSÕES

As principais conclusões deste relatório podem ser resumidas da seguinte forma:

1) Com base na precipitação média anual no local da mina de 1.649 mm, a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso (140 metros) ultrapassaria o limite tecnológico atual em 97 metros.
2) Em comparação com a falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil em janeiro de 2022, um deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso se estenderá por 2.415 metros além do pé da instalação, ou bem para além do rio Covas, seguido de transporte para o rio Douro e o Oceano Atlântico.
3) Os taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seriam excecionalmente íngremes com inclinações de 1V: 2,5H (1 metro vertical por 2,5 metros horizontal) em taludes confinados por rocha estéril e 1V: 3H em taludes não confinados, ao contrário para o padrão da indústria de 1V: 3,5H.
4) Devido à topografia íngreme e à alta inclinação dos taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso, com um volume de armazenamento de rejeitados de 7,1 milhões de metros cúbicos, a instalação seria 99 metros mais alta do que seria previsto para seu volume de armazenamento de rejeitados, que é notavelmente semelhante à superação do limite tecnológico atual com base na precipitação média anual.
5) Embora os rejeitos filtrados sejam confinados por um aterro de rocha estéril, que deve ser considerado uma barragem pelos padrões da indústria, o EIA atualizado nunca usa a palavra "barragem" para descrever o aterro de rocha estéril e não há consideração de padrões de segurança de barragens.
6) A barragem seria construída usando o método a montante, no qual o aterro de rocha estéril seria colocado em cima dos rejeitados filtrados confinados, de modo que, se os rejeitados se liquefazem, o aterro deslizará ou cairá nos rejeitados liquefeitos. Por isso, o método de construção a montante é ilegal no Brasil, Chile, Equador e Peru, e foi recentemente denunciado no Manual de Mineração de Superfície da SME (Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração).
7) O perigo é particularmente sério para a proposta Mina do Barroso, uma vez que o EIA atualizado reconhece que os rejeitados serão suscetíveis à liquefação. Além disso, não há um planeamento do que fazer com os rejeitados que ficarão muito húmidos para uma compactação adequada, seja porque saíram das prensas de filtro com teor excessivo de água ou porque foram re-humedecidos pela precipitação antes da compactação.

RECOMENDAÇÕES

A recomendação deste relatório é rejeitar a proposta de Savannah Lithium para a Mina do Barroso sem maiores considerações.

REFERÊNCIAS

Angelo, M., 2022. Exclusivo: Estrutura da Vallourec que cedeu em MG teve reunião extraordinária, licenciamento expresso e alertas de ambientalistas em sua ampliação: Observatório da Mineração, 10 de janeiro de 2022. Disponível online em: https://observatoriodamineracao.com.br/exclusivo-estrutura-da-vallourec-que-cedeu-em-mg-teve-reuniao-extraordinaria-licenciamento-expresso-e-alertas-de-ambientalistas-em-sua-ampliacao/

ANM (Agência Nacional de Mineração, 2019. Resolução nº 13, de 8 de agosto de 2019. Disponível online em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-13-de-8-de-agosto-de-2019-210037027

ANM (Agência Nacional de Mineração), 2022. SIGBM (Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração [Integrated Management System for Mining Dams]). Disponível online em: https://app.anm.gov.br/sigbm/publico

Cacciuttolo Vargas, C. e G. Pérez Campomanes, 2022. Practical experience of filtered tailings technology in Chile and Peru—An environmentally friendly solution [Experiência prática da tecnologia de rejeitados filtrados no Chile e no Peru—Uma solução ambientalmente correta: Minerals [Minerais], vol. 12, 64 p. Disponível online em: https://doi.org/10.3390/min12070889

Department of Basics for Production Safety (安全生产基础司) (China) [Departamento de Noções Básicas de Segurança da Produção (China)], 2020. 防范化解尾矿库安全风险工作方案[Plano de trabalho para prevenir e neutralizar os riscos de segurança da bacia de rejeitados]: 工作方案的通知应急〔2020〕15 号[Notificação do Programa de Trabalho Emergência (2020) Nº 15], 2 de março de 2020, 12 p. Disponível online em: http://www.gov.cn/zhengce/zhengceku/2020-03/24/content_5494834.htm

Emerman, S.H., 2021. Avaliação da instalação de armazenamento de rejeitados da proposta de mina de lítio do Barroso da Savannah Lithium, norte de Portugal: Report prepared for Povo e Natureza do Barroso, 46 p. Disponível online em: https://unece.org/sites/default/files/2021-10/frCommC186_15.10.2021_annex2.pdf

Fick, S.E. e R.J. Hijmans, 2017. WorldClim 2—New 1km spatial resolution climate surfaces for global land areas [WorldClim 2—Novas superfícies climáticas com resolução espacial de 1 km para áreas terrestres globais]: International Journal of Climatology [Revista Internacional de Climatologia], vol. 37, pp. 4302-4315. Disponível online em: https://rmets.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/joc.5086

Franks, D.M., M. Stringer, L.A. Torres-Cruz, E. Baker, R. Valenta, K. Thygesen, A. Matthews, J. Howchin e S. Barrie, 2021. Tailings facility disclosures reveal stability risks [Divulgações de instalações de rejeitados revelam riscos de estabilidade]: Nature Scientific Reports [Relatórios Científicos da Natureza], vol. 11, 7 p. Disponível online em: https://www.nature.com/articles/s41598-021-91384-z

GRID-Arendal, 2020. Global Tailings Dam Portal Project [Projeto Global do Portal das Barragens de Rejeitados]. Disponível online em: https://www.grida.no/activities/461

Hawley, M. e Cunning, J., 2017. Guidelines for mine waste dump and stockpile design [Diretrizes para projeto de escombreiras e estoques de mina]: CSIRO Publishing, 385 p. Disponível online em: : https://participa.pt/pt/consulta/alteracao-ao-projeto-de-ampliacao-da-mina-do-barroso

Klohn, E.J., 1972. Design and construction of tailings dams [Projeto e construção de barragens de rejeitados]: CIM (Canadian Institute of Mining, Metallurgy and Petroleum) Transactions [Transações do CIM (Instituto Canadense de Mineração, Metalurgia e Petróleo)], vol. 75, pp. 50-66.

Klohn Crippen Berger, 2017. Study of tailings management technologies [Estudo das tecnologias de gerenciamento de rejeitados]: Relatório à Mining Association of Canada e Mine 43 Environment Neutral Drainage (MEND) Program [Associação Canadense de Mineração e Programa de Drenagem Neutra para o Ambiente de Mineração, Relatório MEND 2.50.1, 164 p. Disponível online em: http://mend-nedem.org/wpcontent/uploads/2.50.1Tailings_Management_TechnologiesL.pdf

Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables (Ecuador) [Ministério de Energia e Recursos Naturais Não Renováveis (Equador)], 2020b. Instructivo para la aprobación de proyectos de diseño, construcción, operación y mantenimiento de depósitos de relaves para la mediana y gran minería [Instruções para aprovação de projetos de desenho, construção, operação e manutenção de depósitos de rejeitados para mineração de médio e grande porte], 27 p. Disponível online em: https://www.mingaservice.com/web/index.php/documento/categoria/legislacion-minera

Ministerio de Minería (Chile) [Ministério de Mineração (Chile)], 2007. Decreto Supremo nº 248 — Reglamento para la aprobación de proyectos de diseño, construcción, operación y cierre de los depósitos de relaves—publicado en el Diario Oficial el 11 de abril de 2007 [Decreto Supremo nº 248 - Regulamento para aprovação de projetos de desenho, construção, operação e fechamento de depósitos de rejeitados—publicado no Diário Oficial em 11 de abril de 2007], 24 p. Disponível online em: **https://www.sernageomin.cl/wpcontent/uploads/2018/01/DS248_Reglamento_DepositosRelave.pdf**

Morrill, J., 2022. The unfolding disaster in Brazil—A warning of what's to come [O desastre que se desenrola no Brasil - um aviso do que está por vir]: EARTHBlog, 25 de janeiro de 2022. Disponível online em: **https://earthworks.org/blog/the-unfolding-disaster-in-brazil-a-warning-of-whats-to-come/**

Morrill, J., D. Chambers, S. Emerman, R. Harkinson, J. Kneen. U. Lapointe, A. Maest, B. Milanez, P. Personius, P. Sampat, e R. Turgeon, 2022. Safety first—Guidelines for responsible mine tailings management [A segurança em primeiro lugar—Diretrizes para gestão responsável de rejeitos de mineração]: Earthworks, MiningWatch Canada, e London Mining Network: Versão 2.0, maio de 2022, 55 p. Disponível online em: https://41p14t2a856b1gs8ii2wv4k4-wpengine.netdna-ssl.com/assets/uploads/2020/06/Safety-First-Safe-Tailings-Management-V2.0-final.pdf

Observatório da Mineração, 2022. Exclusivo: Imagens aéreas do deslizamento na Mina Pau Branco da Vallourec em MG. Disponível online em: https://www.youtube.com/watch?v=BT6FqaT18vo

Petley, D., 2022. Pau Branco—Another significant mining-related landslide in Brazil [Pau Branco—Outro deslizamento de materiais significativo relacionado à mineração no Brasil]: The Landslide Blog [O Blog do Deslizamento de Materiais], 11 de janeiro de 2022. Disponível online em: **https://blogs.agu.org/landslideblog/2022/01/11/pau-branco-1/**

Reemeyer, H.C.L., 2022. Chapter 3—Mineral and tailings processing [Capítulo 3 - Processamento de minerais e rejeitados]: Em K.F. Morrison (Ed.), SME Tailings management handbook—A life-cycle approach [Manual de gerenciamento de rejeitados da SME - Uma abordagem de ciclo de vida] (pp. 21-39), Society for Mining, Metallurgy and Exploration [Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração], Englewood, Colorado, 1004 p.

Riskope, 2022. Recent Failure at Pau Branco Mine, MG, Brazil [Falha Recente na mina de Pau Branco, MG, Brasil]. Disponível online em: https://www.riskope.com/2022/01/13/recent-failure-at-pau-branco-mine-mg-brazil/

Savannah Lithium LDA, 2023a. Projeto de expansão da Mina do Barroso—Estudo de Impacte Ambiental— Avaliação do projeto reformulado no âmbito do Artigo 16º do RJAIA — Volume I—Relatório síntese: Revision 0, Lisbon, March 15, 2023, 716 p. Disponível online em: https://participa.pt/pt/consulta/alteracao-ao-projeto-de-ampliacao-da-mina-do-barroso

Savannah Lithium LDA, 2023b. Plano de Lavra da Mina do Barroso: March 2023, 553 p. Disponível online em: https://participa.pt/pt/consulta/alteracao-ao-projeto-de-ampliacao-da-mina-do-barroso

Savannah Lithium LDA, 2023c. Plano de Lavra da Mina do Barroso—Anexo III-3—Projeto de Lítio Mina do Barroso – Testes Físicos dos Rejeitados: março de 2023, 11 p. Disponível online em: https://participa.pt/pt/consulta/alteracao-ao-projeto-de-ampliacao-da-mina-do-barroso

Sistema Nacional de Información Ambiental (Perú) [Sistema Nacional de Informação Ambiental (Peru)], 2014. Decreto Supremo N° 040-2014-EM .- Reglamento de protección y gestión ambiental para las actividades de explotación, beneficio, labor general, transporte y almacenamiento minero [Decreto Supremo No. 040-2014-EM .- Regulamento de proteção e gerenciamento ambiental para atividades de exploração, benefício, trabalho geral, transporte e armazenamento de minas], 30 p. Disponível online em: https://sinia.minam.gob.pe/normas/reglamento-proteccion-gestion-ambiental-lasactividades-explotacion

Turek, C., 2023. Chapter 2—Open pit mining in a changing world [Capítulo 2—Mineração a céu aberto num mundo em mudança]: Em P. Darling (Ed.), SME Surface Mining Handbook [Manual de Mineração de Superfície da SME] (pp. 13-28), Society for Mining, Metallurgy and Exploration [Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração], Englewood, Colorado, 652 p.

Ulrich, B.F. e J.G. Coffin, 2017. Characterization of unsaturated tailings & its effects on liquefaction [Caracterização de rejeitados não saturados e seus efeitos na liquefação]: Tailings and Mine Waste 2017 [Rejeitados e Estériles de Minas de 2017], 10 p. Disponível online em: https://www.knightpiesold.com/sites/en/assets/File/TMW

%202017%20-%20Characterization%20of%20Unsaturated%20Tailings%20%26%20its%20Effects%20on%20Liquefaction.pdf

Em conclusão desta parte, julgamos este projecto **INACEITÁVEL** tanto do ponto de vista ambiental, como do ponto de vista da saúde pública.

B- CLASSIFICAÇÃO COMO PATRIMÓNIO AGRÍCOLA MUNDIAL PELA FAO

Como é reconhecido no próprio Estudo de Impacte Ambiental, "*importa referir a classificação da região do Barroso, especificamente, os concelhos de Boticas e de Montalegre, como sítio GIAHS (Globally Important Agricultural Heritage System). Isto é, classificado como património agrícola mundial, pela FAO (Food and Agriculture Organization), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura*."

No VOLUME V - DOCUMENTO ORIENTADOR
É referido no paragrafo 3.4.2 ANÁLISE DOS ASPETOS CRÍTICOS IDENTIFICADOS
ponto 5:
"Continua **a não ser possível especular sobre a perda do estatuto como Património Agrícola**, uma vez que não existe um posicionamento formal da FAO sobre o prejuízo que o projeto poderá ter na classificação".

Mais uma vez, consta que a consultora Quadrante que realizou o dito relatório não consultou a FAO sobre este assunto, ou pelo menos isso não é referido no documento. É fácil de entender porquê não o faz: pois teme a resposta que lhes vai dar a FAO. Torna-se assim muito mais "fácil" descredibilizar quem acena com o risco de perder o tão querido selo da FAO.

Portanto, num Webinar organizado pela nossa associação a 19 de abril de 2021, intitulado " Que futuro para a região do Barroso", o Secretário geral da associação ADRAT (Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega) -que liderou o processo de classificação do Barroso como GIAHS-, o Sr. António Machado, fez uma apresentação muito clara do processo de classificação como Património Agrícola Mundial do Barroso. No final da sua apresentação, foi-lhe colocada uma pergunta relativamente ao impacte que poderia ter o desenvolvimento da mineração no Barroso e se poderia de qualquer forma, pôr em causa a dita classificação. Eis o que Sr António Machado respondeu:

"Para a classificação da FAO, isso (referindo-se à mineração) é um problema. Dizer que não é problema, é deitar areia para os olhos. **A FAO está preocupada com a questão**".

"**A perca da classificação é uma situação que pode acontecer efetivamente**. Perder a classificação, isso seria muito mau, seria um desastre".

"**Com toda a frontalidade, é um problema que está em cima da mesa, e portanto era muito melhor que não existisse**".

Isto não é especulação como refere o estudo em análise.

Aliás, a lógica seria a própria empresa que realiza o estudo ter contactado o serviço da FAO que gere estes dossiers. O contacto desta entidade é uma informação que qualquer pessoa consegue na internet. Contudo na dúvida, disponibilizamos aqui a página oficial do programa GIAHS da FAO e o e-mail do coordenador deste programa, o Sr. Yoshihide Endo:

site oficial do programa GIAHS: https://www.fao.org/giahs/en/
Emails:
Giahs-Secretariat@fao.org
Yoshihide.Endo@fao.org

Por outro lado, o presidente da Câmara de Boticas, Fernando Queiroga, reiterou esta segunda-feira dia 17 de abril 2023 numa entrevista à Porto Canal, que a mina de lítio prevista para o concelho ameaça a classificação do Barroso como Património Agrícola Mundial, distinção que celebra cinco anos na quarta-feira.
O autarca de Boticas considera que, se a exploração avançar, "irá pôr em causa esta classificação, já que afetará uma área muito significativa" do território classificado, "destruindo habitats e o meio ambiente".

"O que fará com que esta região perca a sua maior riqueza e nunca mais se consiga recompor, já que em poucos anos se irá destruir o que levou séculos a construir, levando o Barroso a perder a sua identidade e o caráter diferenciador da sua paisagem e das suas práticas comunitárias", sublinhou.

Fernando Queiroga reforçou "a importância da classificação atribuída a este território há cinco anos", apontando "as mais-valias" que a mesma veio trazer à região do Barroso, designadamente a nível da promoção e reconhecimento do território que, acrescentou, "atrai cada vez mais visitantes".

AVALIAÇÃO DE IMPACTES CUMULATIVOS

Os impactos cumulativos são subestimados. Segundo a empresa Quadrante, responsável pela elaboração do relatório, "as infraestruturas atualmente em avaliação e que são do conhecimento público", são apenas a mina do Romano e a da Borralha.

Neste momento, são do "conhecimento público" (para quem se der ao trabalho de pesquisar no site da DGEG) 15 projetos de mineração/minas na região do Barroso:

- 7 pedidos em curso de avaliação pela DGEG
- 8 contratos assinados

Estes 15 projetos/minas representam aproximadamente 8500 hectares, ou seja 7,5% da área total do Barroso.
Situam-se bem perto do projeto da mina do Barroso, vários projetos/minas que não são minimamente integrados na análise do EIA (além dos referidos projetos da Borralha e do Romano):

Contratos de concessão mineira em vigor:

Mina de Gondiães: Felmica Minerais Industriais, 2007
Mina de Lousas: Felmica Minerais Industriais, 2008
Mina de Alijó: José Aldeia Lagoa & Filhos, 2008
Mina Capelo: Felmica Minerais Industriais, 2020

Pedidos de atribuição de direitos em curso de análise na DGEG:

Pedido Exploração Canedo-Covas: Aldeia SA 2016
Pedido Exploração Mina do Veral: José Aldeia Lagoa & Filhos, 2011
Pedido Exploração Marouco: Felmica, 2015
Pedido Exploração Mina de Adagoi: Felmica Minerais Industriais 2018
Pedido Prospecção Vaqueiro: Lusidakota Minerals 2016
Pedido Prospecção Vilar: Slipstream Resources 2016
Pedido Prospecção Viso: Portugal Fortescue, 2019

Isto é de facto assustador. Se todos os projetos forem avante, isso irá transformar e desfigurar de maneira irremediável e definitiva, uma das regiões mais bem conservadas em termos culturais, paisagísticos e naturais do país, classificada pela FAO como Património agrícola mundial, como já foi referido. Será uma "devassa" como referiu o próprio ex-presidente da câmara de Montalegre, o Prof. Orlando Alves.

Se a APA autorizar este primeiro projeto de mina de grandes dimensões, já não terá como recusar o desenvolvimento desenfreado da mineração na região do Barroso. Relembramos que o Barroso é uma das regiões do nosso país com maior biodiversidade.

Em conclusão desta parte, consideramos que transformar o Barroso numa região mineira terá como consequência inevitável a perda do selo como património agrícola mundial. Não subsiste qualquer dúvida relativamente a isso.

C-SUSTENTABILIDADE DO PROJETO

Num projeto muito similar desenvolvido pela Lusorecursos, a mina do Romano em Montalegre, a Comissão de Avaliação da Mina do Romano chegou à conclusão que uma mina cuja duração visa uma exploração de apenas 13 anos, não tem justificação considerando os seus impactes (extrato do artigo publicado na revista Visão a 1/02/2023):

"É exigido à empresa novas sondagens que demonstrem uma quantidade maior de lítio do que aquela que foi apresentada, que daria para uma exploração que se esgotaria ao fim de apenas 13 anos, o que a Comissão considera ser insuficiente para justificar a mina".

Se isso é verdade para o projeto de mina vizinho em Montalegre, porquê razão a mesma crítica não se aplicaria ao projeto da mina do Barroso, cuja exploração é prevista para 12 anos apenas, e 3 dos 4 depósitos têm uma duração de exploração prevista de menos de 3 ANOS?

Quadro II.28- Extração da Mineralização.

Depósito	Toneladas (t)	Tempo de exploração (anos)
Grandão	11 003 000	7,61
Pinheiro	1 275 000	0,88
Reservatório	4 543 000	3,14
NOA	523 000	0,36
Total do Inventário	**17 346 000**	**11,99**

O EIA anterior refere que o *"projeto da Mina do Barroso trará prosperidade e crescimento para a região"*: esse ponto é muito discutível e ilustra a falta de parcialidade de quem o realizou. Trata-se duma visão a muito curto prazo: como referimos a exploração irá durar no melhor dos casos 12 anos. A experiência mostra que as regiões onde foram implementaram minas, ficam ainda mais empobrecidas e desvitalizadas após encerramento da mina, devido principalmente à poluição que ali fica e a falta de alternativas económicas. Pois os terrenos explorados já não podem suportar qualquer atividade seja ela agrícola ou turística, bases da economia da nossa região no Barroso.

O projeto vai pôr pura e simplesmente em causa a viabilidade económica de muitas empresas e pessoas, que vivem duma atividade económica sustentável e duradoura, ao contrário das minas.

Este projeto, ao contrário do que é anunciado pela empresa Savannah Resources, **é tudo menos SUSTENTÁVEL**.

D- IMPACTES SOBRE A BIODIVERSIDADE DO BARROSO

Muito brevemente realçamos o seguinte:

As escombreiras irão ocupar uma área muito significativa e, aquando das fortes chuvas, seguramente que irão ser libertados elementos para o solo e, consequentemente, para as massas de água, com toda a implicação para a fauna e flora ribeirinhas que podemos imaginar.

Uma das espécies potencialmente mais afetada é a libélula *Macromia splendens*, que se encontra restrita a áreas de França, a certas zonas de Espanha e a Portugal. Uma das populações com melhor viabilidade (face às alterações climáticas) é a dos rios Tâmega e Beça.

No relatório de síntese, nada foi dito em relação ao impacto sobre a *Macromia splendens*, alegadamente protegida por diretivas comunitárias e leis nacionais. Esta é uma espécie de distribuição mundial restrita, cuja população se encontra em partes do sul de França, em Espanha e em Portugal.

Com a construção do sistema eletropropulsor do Tâmega, a população da bacia hidrográfica deste rio (que inclui o Terva, Beça e Covas) já foi significativamente reduzida, devido à extirpação do habitat, entre Sobradelo do Tâmega e Ribeira de Pena, onde ocorreu desmatação e enchimento de uma das duas albufeiras. Em bom rigor, toda e qualquer intervenção sobre as massas de água na área da concessão da mina, irá produzir um impacte significativo, por força da destruição já operada pela barragem das águas do Tâmega.

Quanto ao mexilhão de água-doce (Mollusca, Bivalvia, Unionoida) cuja única população estável atualmente é a do rio Beça, são um dos grupos mais ameaçados e com maior perigo de extinção. **Esta espécie é extremamente intolerante a qualquer tipo de poluição**. Trata-se uma espécie **muito sensível a alterações das propriedades físicas e químicas da água**.

Durante os trabalhos de exploração da mina, haverá inevitavelmente períodos de aumento significativo da turbidez da água num troço considerável a jusante, o que pode ser responsável pela deposição de sedimentos finos que colmatam o substrato, impedindo o desenvolvimento dos bivalves juvenis. Portanto, a implementação deste projecto vai ter impactes inevitáveis negativos e significativos sobre esta população.

Página 510 do relatório de síntese:
"Uma vez que a ponte sobre o rio Beça, onde foi identificada a população de mexilhão, já não está considerada no projeto reformulado, considera-se que existe que o projeto reformulado apresenta um menor impacte global".

É esta a única alteração proposta no quadro do projeto reformulado relativamente a esta espécie emblemática! O facto dos inventários de campo realizados no quadro deste projeto, só terem revelado a presença do mexilhão de rio à nível da dita ponte, isso não quer dizer que a presença do mexilhão se limite à dita ponte.

Estudos de terreno do hidrobiologista Joaquim Reis da FCUL revelam que o mexilhão do rio está presente em grande parte do rio Beça a jusante do projeto da mina do Barroso, com densidades variáveis (REIS 2021). Portanto o impacte global do projeto reformulado não pode ser considerado significativamente menor. A ameaça relativamente à população de mexilhão do rio Beça continua sendo muito significativa.



É de realçar também a detecção durante o trabalho de campo da **presença de Toupeira-de-água no interior da área de intervenção da Mina do Barroso, que face ao elevado estatuto de**

ameaça e sensibilidade ambiental desta espécie, poderá sofrer importantes impactes negativos.

Como é referido no relatório de síntese página 499:
"Uma vez que a espécie apenas está confirmada no rio Covas considera-se provável face às ações previstas a alteração do uso do espaço pela população de toupeira-de-água, sendo este um impacte significativo". O próprio relatório refere p 509 que o "impacte mantém-se considerando a reformulação do projeto".

Por outro lado, página 575 do relatório de síntese:

"Assinala-se, no entanto, que estão a ser executadas medidas de compensação para estas duas espécies (mexilhão-de-rio e a toupeira de-água), sendo que algumas dessas medidas (em particular a MC1 e MC639) **parecem estar a ser implementadas** nas proximidades e/ou em coexistência nas linhas de água da área da ampliação da Mina do Barroso, nomeadamente nos troços do rio Beça imediatamente a jusante e montante da interseção com o rio Covas, e no próprio rio Covas. Assim, e uma vez que no presente projeto é pouco provável que exista afetação direta do habitat ripícola e/ou do leito das linhas de água, considera-se que o presente projeto vai potenciar de forma muito ligeira os impactes já verificados sobre estas espécies".

É de salientar a utilização dos termos " **parecem estar a ser implementadas":** isso sim é que é especular. Nem sequer têm a certeza de que essas medidas estão a ser implementadas.

Quanto ao lobo ibérico, referimos novamente que o **esforço de prospecção e resultados obtidos** até Fev 2021 (data do último relatório disponivel no EIA) **são limitados para assegurar uma correcta avaliação da situação populacional do lobo e de eventuais impactes decorrentes da Mina do Barroso,** ao contrário do referido no EIA (Cap. 6; pag. II.407 do Relatório de Sintese do EIA). Em particular, face à localização das alcateias já conhecidas na envolvente da área do projecto (Alcateias de Barroso, Nariz do Mundo, Minhéu e Leiranco), **considera-se que poderá haver habitat favorável e disponível para a presença de uma alcateia adicional (Alcateia de Secerigo) na região de intervenção da Mina do Barroso, a qual não se encontra devidamente mencionada no relatório do PML (p.e. Fig 2) nem identificada durante o trabalho de campo, devido a um limitado esforço de prospecção** (p.e. deficiente de aplicação de métodos de deteção directa, como estações de escuta, espera e armadilhagem fotográfica; percursos de prospecção sem cobertura espacial sistemática e uniforme; ausência de confirmação genética de dejetos).

As únicas medidas de minimização contempladas para a época de reprodução do lobo são a interdição noturna de trabalhos de construção e circulação de veículos/detonações durante a fase de exploração, o que poderá ser insuficiente para mitigar efeitos negativos no caso da proximidade de alcateias reprodutoras.

Relativamente às medidas de mitigação/compensação para o lobo no Capitulo "11.3.2.7 SISTEMAS ECOLÓGICOS – COMPONENTE LOBO IBÉRICO", deveria ser incluído explicitamente, como medida compensatória a executar para além da área concessionada e durante todas as fases do projeto, o fomento das presas naturais do lobo, i.e. ungulados silvestres,

através de restauro do habitat, reforço populacional e mitigação de causas de mortalidade não natural.

No "Quadro 10.48 Análise comparativa do Projeto EIA e do Projeto Reformulado" (pag. 487), o efeito de exclusão e perda de habitat deveria ser considerado significativo (em vez de Pouco Significativo), devido à presença (confirmada ou provável) de espécies aquáticas com estatuto de ameaça, tal como a toupeira-de-água, bivalves de água doce e peixes dulçaquicolas, as quais sofrerão um impacto negativo significativo na área concessionada (tal como reconhecido no Quadro 10.55), assim como a perda de habitat de alimentação para a gralha-de-bico-vermelho (o qual é também reconhecido como impacte significativo no Quadro 10.55, mas é referido no texto como impacte pouco significativo na página 576; secção "10.13 AVALIAÇÃO DE IMPACTES CUMULATIVOS / SISTEMAS ECOLÓGICOS – OUTRAS VERTENTES").

Dum modo geral, e em forma de conclusão desta parte, podemos afirmar que as alterações sugeridas no novo relatório **não resolvem minimamente as ameaças que pesam sobre estas espécies emblemáticas**. A riqueza ímpar em termos ecológicos da área de concessão e do Barroso dum modo geral, devem ser salvaguardadas. Tendo isso em consideração, julgamos este projeto **INACEITÁVEL**.

E-MONITORIZAÇÃO

Os planos de monitorização devem ser realizados por entidades independentes, idealmente alguma universidade. Os resultados devem ser partilhados e divulgados rapidamente, nomeadamente às populações afetadas. Se qualquer dos resultados forem prejudiciais, a exploração deve ser parada de imediato, até ao problema que está na origem do distúrbio estar resolvido.

CONCLUSÃO GERAL

Na verdade, estamos em presença de um projeto que tem impactes ambientais, económicos e sociais muito significativos, muitos deles cuja alegada reversibilidade é no mínimo duvidosa. Jamais se pode afirmar que estamos perante um projeto enquadrado naquilo que o governo apelida de "*Green Mining*", que não passa dum conceito enganoso, para tentar tranquilizar e manipular a opinião pública.

A implementação deste projeto de mina e dos seus anexos (lavaria nomeadamente) é de tal forma impactante que toda a ação de minimização será residual e irá ferir a paisagem e os recursos de uma forma irreversível.

Em conclusão, pelo exposto, a associação Povo e Natureza do Barroso só pode emitir um parecer **DESFAVORÁVEL** à proposta de alteração do projeto de ampliação da mina do Barroso.

Devido à grande riqueza natural e cultural do Barroso, aos graves efeitos negativos no ambiente natural e na população local que vai potencialmente acarretar este projeto de mina, este projeto

deve ser rejeitado. A APA dispõe aqui duma argumentação muito sólida e consistente para o poder fazer. Se a APA der luz verde a este projeto, isso significará **o fim do Barroso** tal como o conhecemos. Pois isso **vai abrir a porta a mais projetos de mineração na região do Barroso**. A própria Savannah já afirmou que pretendia desenvolver mais projetos na região. Ou seja, dando luz verde a este projeto, a APA será responsável pelo o que irá suceder: a destruição duma das regiões de Portugal com maior biodiversidade, um **ECOCÍDIO**.

Finalmente, concluímos este parecer citando o que David R. Boyd, relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente, escreveu num relatório oficial da ONU sobre o projeto da mina do Barroso, após a sua visita à Covas do Barroso em abril de 2022:

"Portugal merece crédito por liderar o mundo no reconhecimento do direito a um meio ambiente saudável, acabando com o uso do carvão, acelerando rapidamente a produção de energia renovável e rejeitando, por lei, o desenvolvimento de petróleo e gás offshore em todo o país, incluindo perto do Algarve.
Seria difícil conciliar esse histórico de liderança com a aprovação de uma mina a céu aberto numa comunidade que é globalmente reconhecida como sendo um exemplo de desenvolvimento sustentável".

(Resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU)

Esperamos que a razão prevaleça e que o Estado português, no decorrer do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto de "ampliação da mina do Barroso"
proceda à Declaração de Impacto Ambiental NEGATIVA.

Uma decisão que não essa, abrirá portas a outros mecanismos (entre eles, os judiciais) para impugnar tal decisão.

Fiães do Rio, 19/04/2023
A Direção da associação Povo e Natureza do Barroso
Informações: associacao.pnbarroso@gmail.com

DESPACHO

Concordo.
Remeta-se à A.P.A. nos prazos legais.
Dê-se conhecimento à Câmara Municipal e Assembleia.
2023-04-18

ASSUNTO	***PRONÚNCIA EM SEDE DE CONSULTA PÚBLICA - ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL DA ALTERAÇÃO AO PROJETO DE "AMPLIAÇÃO DA MINA DO BARROSO".***

A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) submeteu a consulta pública o estudo de impacte ambiental (EIA) da alteração ao projeto de "Ampliação da Mina do Barroso", que tem influência relevante sobre o território e populações do concelho de Ribeira de Pena;

Num breve enquadramento histórico do projeto da "Mina do Barroso", salienta-se o seguinte:

Em 2006, o Estado outorgou à empresa Saibrais – Areias e Caulinos, S.A. o contrato de concessão de exploração da "Mina do Barroso" relativamente aos depósitos minerais de feldspato, quarto, lítio, estanho, tungsténio, nióbio e tântulo, numa de aproximadamente 120 hectares nas freguesias de Dornelas e de Covas do Barroso, no concelho de Boticas;

Em 2010, iniciou-se o processo de atualização do Plano de Lavra que culminou com a alteração ao contrato de concessão de exploração da "Mina do Barroso", ocorrida **em 2016**, e da qual resultou a ampliação da área de concessão para cerca de 542 hectares situados no concelho de Boticas;

Em 2017, a empresa Savannah (que à data se denominava Slipstream Resources Portugal Unipessoal, Lda) obteve a transmissão da posição contratual que era detida pela empresa Imerys Ceramics Portugal, S.A. (novo nome da empresa Saibrais) para a "Mina do Barroso";

Em 2021 (julho), o Município de Ribeira de Pena emitiu parecer desfavorável ao EIA do projeto de "Ampliação da Mina do Barroso";

Em 2022 (junho), a Comissão de Avaliação emitiu parecer desfavorável ao EIA apresentado pela empresa Svannah Lithium Unipessoal, Lda;

Presentemente, a empresa Svannah Lithium Unipessoal, Lda apresentou à APA o EIA da alteração ao projeto de Ampliação da Mina do Barroso.

O EIA do projeto de "Ampliação da Mina do Barroso", prevê a ampliação da atual área de concessão (542 ha) da exploração de depósitos minerais da "Mina do Barroso" para 593 ha, isto é, um aumento de 51 ha relativamente à atual área concessionada de exploração da "Mina do Barroso", sendo que a área correspondente aos 51 ha de ampliação da "Mina do Barroso" localiza-se entre as aldeias de Covas do Barroso e de Dornelas, no concelho de Boticas;

Apesar de toda a área de concessão de exploração de depósitos minerais do projeto de "Ampliação da Mina do Barroso" (593 ha), se localizar no concelho de Boticas (freguesias de Dornelas e de Covas do Barroso), é de destacar o facto da aldeia de Alijó, situada na freguesia de Canedo, distar apenas cerca de 1300 metros (1,3 km) da atual área de concessão da "Mina do Barroso";

Dos elementos e documentação técnica disponibilizados pela APA no âmbito da consulta pública do EIA da alteração ao projeto de "Ampliação da Mina do Barroso" continua a verificar-se que, não obstante as alterações propostas, a execução do projeto terá significativos impactes ambientais, paisagísticos e sociais para o território,

Senão vejamos,

I. Os impactes visuais e paisagísticos negativos com carácter duradouro sobre o território provocados pela desmatação e decapagem dos solos e pela exploração dos depósitos minerais a céu aberto, revelando-se completamente ineficaz a proposta de construção de cortinas de árvores para reduzir o impacto visual e paisagístico da mina a céu aberto, uma vez que as árvores precisam de mais anos de crescimento para atingirem um porte que permita "ocultar" a mina do que o próprio período de exploração da mina, isto é, a mina será encerrada antes das árvores atingirem uma dimensão que permita esconder os impactes visuais da exploração mineira a céu aberto;

II. A degradação acentuada da qualidade do ar provocada pelas poeiras resultantes da atividade de exploração e transporte dos depósitos minerais, sem que a rega por aspersão dos caminhos se afigure como solução de minimização minimamente capaz de resolver ou atenuar o problema, além de que o EIA também não indica a fonte da água usada para essa rega dos caminhos: se for água não usada na exploração mineira, estar-se-á a reduzir ainda mais a água disponível para as atividades humanas e de apoio à agropecuária; se for água já anteriormente usada na mina, estar-se-á a aumentar as possibilidades de contaminação dos solos, com claro prejuízo para o ambiente e populações;

III. A poluição sonora provocada pelo uso de explosivos, de equipamentos, de máquinas e de viaturas em trabalho na mina e nos respetivos acessos terá repercussões negativas e permanentes no descanso e na qualidade de vidas das populações locais, assim como no comportamento da fauna presente nas áreas envolventes à mina;

IV. As poeiras, as escorrências e as infiltrações de substâncias provenientes da exploração mineira afetarão a qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;

V. A redução da água disponível para o regadio tradicional dos terrenos e dos lameiros, fruto do seu uso na mina, através de captações superficiais ou subterrâneas e da retenção de águas pluviais, pode comprometer irremediavelmente a atividade agropecuária das

comunidades locais, uma vez que a diminuição da quantidade de água nos solos traduzir-se-á numa perda acentuada da sua produtividade e rentabilidade atuais e numa afetação duradoura dos usos costumeiros e dos modos de vida das populações locais;

VI. A afetação da qualidade da água e os impactes visuais e paisagísticos da exploração mineira refletir-se-ão negativamente na atratividade turística do concelho de Ribera de Pena, situação que representará elevados prejuízos para a economia local, designadamente para o Município de Ribeira de Pena que requalificou o Parque de Lazer do Rio Beça, situado a jusante da "Mina do Barroso";

VII. As atividades de caça e pesca também terão um impacto negativo relevante, nomeadamente ao nível das espécies piscícolas existentes nos rios Covas e Beça, como a truta fário, representando uma perda real na dinamização da atividade económica local, situação igualmente verificada pela perda de "valor de mercado" dos produtos locais;

VIII. A interferência negativa da mina sobre os modos de vida e costumes das populações locais, com especial enfoque para a afetação e/ou perturbação das atividades ligadas ao setor primário, com grandes perdas potenciais de rendimentos para as famílias da freguesia de Canedo que vivem essencialmente dos rendimentos provenientes das atividades ligadas à exploração de produtos agropecuários;

IX. A exploração dos depósitos minerais envolverá grandes consumos de água e a consequente diminuição do caudal do rio Covas e das linhas de água que nele desaguam, reduzindo, consequentemente, o caudal de água do rio Beça onde se localiza a albufeira da mini-hídrica de Bragadas, situação que provocará a diminuição de produção energia elétrica produzida pela central hidroelétrica de Bragadas e a subsequente perda de receita para os Municípios do Alto Tâmega detentores dos EHATB, EIM, S.A., que detém e explora a mini-hídrica de Bragadas, situação esta completamente ignorada pelo EIA, facto particularmente grave atenta a grande importância que as receitas geradas pela produção de energia elétrica da mini-hídrica de Bargadas têm para a promoção de iniciativas de alavancagem do

desenvolvimento socioeconómico dos concelhos de Boticas, de Chaves, de Montalegre, de Ribeira de Pena, de Valpaços e de Vila Pouca de Aguiar;

As medidas de minimização dos principais impactes associados à implementação do projeto identificadas no EIA possuem um tom mais principialista e proclamatório do que de medidas efetivamente capazes de minimizar e/ou mitigar os impactes negativos resultantes da execução do projeto;

O EIA não se assegura mecanismos reais, independentes e participados pelas comunidades e pelas autarquias locais envolvidas na definição e controle das medidas de minimização de carácter socioeconómico a implementar durante a execução do projeto;

Ao nível das medidas compensatórias, o Acordo de Partilha de Benefícios constante do EIA não apresenta medidas verdadeiramente compensatórias para as comunidades e autarquias locais afetadas, face aos impactes negativos acumulados para o ambiente, economia e população locais em contraponto aos proveitos económicos expectáveis gerados pela execução projeto de "Ampliação da Mina do Barroso", as verbas previstas no Acordo de Partilha de Benefícios são "*residuais*" no contexto financeiro global do projeto, insuscetíveis de influírem duradoura e positivamente na melhoria da qualidade de vida das pessoas ou no desenvolvimento ambiental e socioeconómico dos territórios afetados, que no concelho de Ribeira de Pena abrangem as freguesias de Canedo, Santa Marinha e Salvador e Santo Aleixo de Além Tâmega; O Acordo de Partilha de Benefícios, no caso de aprovação do EIA precisa de reforço significativo de verbas e do envolvimento ativo das autarquias e das comunidades locais do concelho de Ribeira de Pena afetadas, tendo em vista a definição de ações e projetos indutores do desenvolvimento ambiental e socioeconómico local que satisfaçam os legítimos interesses faz populações, tendo, ainda, em consideração a existência da natureza múltipla das "afetações prejudiciais" nos domínios ambientais, paisagísticos, sociais e económicos (agroflorestais e turísticos) que a execução do projeto acarreta para o concelho.

Assim, face ao exposto e aos fundamentos constantes do parecer negativo, cujo conteúdo subscrevemos, emitido pela Comissão de Avaliação ao projeto de "Ampliação da Mina do

Barroso" que, mesmo perante as alterações propostas neste EIA pelo promotor do projeto ainda se mantém válidos, ***PROPÕE-SE QUE O MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA EMITA PARECER DESFAVORÁVEL AO EIA DE ALTERAÇÃO AO PROJETO DE "AMPLIAÇÃO DA MINA DO BARROSO".***

À consideração superior.

Paços do Concelho, em 18 de abril de 2023.

O Diretor de Departamento

Carlos Rosa

PARECER DESFAVORÁVEL

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL DA ALTERAÇÃO AO PROJETO DE "AMPLIAÇÃO DA MINA DO BARROSO"

A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) submeteu a consulta pública o estudo de impacte ambiental (EIA) da alteração ao projeto de "Ampliação da Mina do Barroso", que tem influência relevante sobre o território e populações do concelho de Ribeira de Pena;

O EIA do projeto de "Ampliação da Mina do Barroso", prevê a ampliação da atual área de concessão (542 ha) da exploração de depósitos minerais da "Mina do Barroso" para 593 ha, isto é, um aumento de 51 ha relativamente à atual área concessionada de exploração da "Mina do Barroso", sendo que a área correspondente aos 51 ha de ampliação da "Mina do Barroso" localiza-se entre as aldeias de Covas do Barroso e de Dornelas, no concelho de Boticas;

Apesar de toda a área de concessão de exploração de depósitos minerais do projeto de "Ampliação da Mina do Barroso" (593 ha), se localizar no concelho de Boticas (freguesias de Dornelas e de Covas do Barroso), é de destacar o facto da aldeia de Alijó, situada na freguesia de Canedo, distar apenas cerca de 1300 metros (1,3 km) da atual área de concessão da "Mina do Barroso";

Dos elementos e documentação técnica disponibilizados pela APA no âmbito da consulta pública do EIA da alteração ao projeto de "Ampliação da Mina do Barroso" continua a verificar-se que, não obstante as alterações propostas, a execução do projeto terá significativos impactes ambientais, paisagísticos e sociais para o território e populações da Freguesia de Canedo,

Senão vejamos,

I. Os impactes visuais e paisagísticos negativos com carácter duradouro sobre o território provocados pela desmatação e decapagem dos solos e pela exploração dos

depósitos minerais a céu aberto, revelando-se completamente ineficaz a proposta de construção de cortinas de árvores para reduzir o impacto visual e paisagístico da mina a céu aberto, uma vez que as árvores precisam de mais anos de crescimento para atingirem um porte que permita "ocultar" a mina do que o próprio período de exploração da mina, isto é, a mina será encerrada antes das árvores atingirem uma dimensão que permita esconder os impactes visuais da exploração mineira a céu aberto;

II. A degradação acentuada da qualidade do ar provocada pelas poeiras resultantes da atividade de exploração e transporte dos depósitos minerais, sem que a rega por aspersão dos caminhos se afigure como solução de minimização minimamente capaz de resolver ou atenuar o problema, além de que o EIA também não indica a fonte da água usada para essa rega dos caminhos: se for água não usada na exploração mineira, estar-se-á a reduzir ainda mais a água disponível para as atividades humanas e de apoio à agropecuária; se for água já anteriormente usada na mina, estar-se-á a aumentar as possibilidades de contaminação dos solos, com claro prejuízo para o ambiente e populações;

III. A poluição sonora provocada pelo uso de explosivos, de equipamentos, de máquinas e de viaturas em trabalho na mina e nos respetivos acessos terá repercussões negativas e permanentes no descanso e na qualidade de vidas das populações locais, assim como no comportamento da fauna presente nas áreas envolventes à mina;

IV. As poeiras, as escorrências e as infiltrações de substâncias provenientes da exploração mineira afetarão a qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;

V. A redução da água disponível para o regadio tradicional dos terrenos e dos lameiros, fruto do seu uso na mina, através de captações superficiais ou subterrâneas e da retenção de águas pluviais, pode comprometer irremediavelmente a atividade agropecuária das comunidades locais, uma vez que a diminuição da quantidade de água nos solos traduzir-se-á numa perda acentuada da sua produtividade e rentabilidade atuais e numa afetação duradoura dos usos costumeiros e dos modos de vida das populações locais;

VI. A afetação da qualidade da água e os impactes visuais e paisagísticos da exploração mineira refletir-se-ão negativamente na atratividade turística do Freguesia de Canedo, situação que representará elevados prejuízos para a economia local;

VII. As atividades de caça e pesca também terão um impacto negativo relevante, nomeadamente ao nível das espécies piscícolas existentes no rio Beça, como a truta fário, representando uma perda real na dinamização da atividade económica local, situação igualmente verificada pela perda de "valor de mercado" dos produtos locais;

VIII. A interferência negativa da mina sobre os modos de vida e costumes das populações locais, com especial enfoque para a afetação e/ou perturbação das atividades ligadas ao setor primário, com grandes perdas potenciais de rendimentos para as famílias da Freguesia de Canedo que vivem essencialmente dos rendimentos provenientes das atividades ligadas à exploração de produtos agropecuários;

O EIA não se assegura mecanismos reais, independentes e participados pela população da Freguesia de Canedo na definição e controle das medidas de minimização de carácter socioeconómico a implementar durante a execução do projeto;

Ao nível das medidas compensatórias, o Acordo de Partilha de Benefícios constante do EIA não apresenta medidas verdadeiramente compensatórias para a população local e para a Freguesia de Canedo, face aos impactes negativos acumulados para o ambiente, economia e população locais em contraponto aos proveitos económicos expectáveis gerados pela execução projeto de "Ampliação da Mina do Barroso", as verbas previstas no Acordo de Partilha de Benefícios são "*residuais*" no contexto financeiro global do projeto, insuscetíveis de influírem duradoura e positivamente na melhoria da qualidade de vida das pessoas ou no desenvolvimento ambiental e socioeconómico do território da Freguesia de Canedo; O Acordo de Partilha de Benefícios, no caso de aprovação do EIA precisa de reforço significativo de verbas e do envolvimento ativo da população local e da Junta de Freguesia de Canedo, tendo em vista a definição de ações e projetos indutores do desenvolvimento ambiental e socioeconómico local que satisfaçam os legítimos interesses faz populações,

tendo, ainda, em consideração a existência da natureza múltipla das "afetações prejudiciais" nos domínios ambientais, paisagísticos, sociais e económicos (agroflorestais e turísticos) que a execução do projeto acarreta para o a Freguesia de Canedo.

Assim, face ao exposto e aos fundamentos constantes do parecer negativo, a cujo conteúdo aderimos, emitido pela Comissão de Avaliação ao projeto de "Ampliação da Mina do Barroso" que, mesmo perante as alterações propostas neste EIA pelo promotor do projeto ainda se mantém válidos, ***A JUNTA DE FREGUESIA DE CANEDO EMITE PARECER DESFAVORÁVEL AO EIA DE ALTERAÇÃO AO PROJETO DE "AMPLIAÇÃO DA MINA DO BARROSO".***

Canedo, em 18 de abril de 2023.

O Presidente da Junta de Freguesia

Márcio Marcelino

POSIÇÃO DO PARTIDO ECOLOGISTA OS VERDES SOBRE A MINA DO BARROSO

NO QUADRO DA CONSULTA PÚBLICA DO PROJETO DE REFORMULAÇÃO

OS VERDES REAFIRMAM O SEU NÃO À EXPLORAÇÃO DE LÍTIO EM COVAS DO BARROSO

O Partido Ecologista Os Verdes (PEV) logo que soube da "Reformulação do Projeto da Mina do Barroso" através de declarações do Ministro do Ambiente, reagiu de imediato através de um comunicado, de 21 de julho de 2022, questionando a legitimidade da decisão de ser dada mais uma oportunidade para a sua reformulação. Referimos sempre que esta reformulação não passava de uma manobra de diversão, para iludir incrédulos, fazendo de conta que se preparavam medidas para eliminar ou mitigar os impactes negativos mais significativos da exploração e processamento de lítio em Covas do Barroso, nomeadamente os que foram indicados pela Comissão de Acompanhamento (CA) no seu parecer.

No quadro da consulta pública à alteração ao projeto de ampliação da Mina do Barroso, ao abrigo do n.º 2, art.º 16, DL 151-B/2013, depois do parecer desfavorável da CA, que em Junho de 2022 apontava condicionantes ao nível dos sistemas ecológicos, dos recursos hídricos, da paisagem e pelos impactos sociais previstos, o PEV analisou atentamente o EIA do Projeto Reformulado, nomeadamente as alterações introduzidas e lamenta chegar à conclusão, mais uma vez, de que tinha razão!

Os Verdes são firmes na exigência de que este projeto não avance, tal como já tinham anunciado no quadro da Consulta Pública do EIA da Mina do Barroso, em julho de 2021, e voltam a reafirmar que tais projectos não correspondem eficazmente à descarbonização que o Governo PS proclama querer atingir, sendo absolutamente contraditórios quer face à legislação existente em matéria de proteção ambiental de âmbito nacional, quer pelos compromissos firmados no quadro de acordos e tratados internacionais em matéria de emissões e conservação da natureza. Por outro lado, a exploração de lítio, num momento em que se consolidam alternativas menos poluentes para dar resposta ao mercado das baterias, sobretudo para responder à indústria automóvel, não terá grande repercussão nos interesses económicos nacionais e consideramos ser um atentado ao direito constitucional das populações a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado.

Não nos cansamos de afirmar que este projeto mineiro contribui em muito para a perda de biodiversidade e sobretudo dos ecossistemas florestais, pondo em risco a

salvaguarda do sistema agrícola, de renome mundial, que levaram à classificação da região do Barroso como Património Agrícola Mundial. Como tal, Os Verdes só podem reafirmar aqui o seu NÃO à exploração de lítio na Mina do Barroso, por razões de ordem ambiental, social, económica e cultural, por respeito pelas populações que ali vivem e pelo nosso Futuro Comum.

Sobre a decisão de reformular o Projeto de Ampliação da Mina do Barroso.

O Partido Ecologista Os Verdes considera que a reformulação do "Projeto de Ampliação da Mina do Barroso" (Boticas), atualmente em Consulta Pública (CP), nunca deveria ter acontecido, e carece de legitimidade.

Não é admissível que os impactes negativos muito significativos, não minimizáveis e mesmo irreversíveis deste Projeto para o ambiente, para a vida das populações e para a região, apontados pela maioria das pessoas e entidades (incluindo o PEV) que se pronunciaram no quadro da Consulta Externa e da Consulta Pública, incluindo a própria CA, não tenham determinado a emissão de uma DIA desfavorável ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso, pondo assim um ponto final à pretensão de exploração de lítio em Covas do Barroso e à instabilidade e ansiedade em que vivem, há mais de 6 anos, as populações da zona abrangida.

Acresce que a opção de avançar para a reformulação do Projeto, ao abrigo do nº2 do Artigo 16º do Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA), parte da entidade pública responsável pela Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), a Agência Portuguesa de Ambiente (APA), e não do promotor privado. Como tal, Os Verdes reforçam que ao optar por este caminho a APA descredibiliza totalmente o processo da AIA, e o seu papel nesta avaliação, atendendo que:

- não teve em consideração a opinião da grande maioria das entidades e pessoas que se manifestaram no quadro da Consulta Externa ou da Consulta Pública que consideram os impactes do Projeto devastadores;

- contrariou a posição da CA, que propôs a emissão de um parecer desfavorável à DIA, sublinhando os impactes de fundo do Projeto,*"(...) provocará impactes negativos significativos a muito significativos, em alguns casos não minimizáveis, ao nível de fatores ambientais determinantes para a avaliação, como sejam os recursos hídricos, os sistemas ecológicos, a paisagem e a socioeconómica (...)*". Parecer que só teve a oposição manifesta de duas únicas entidades, como se pode verificar pelas declarações de voto, sendo que uma delas é a entidade licenciadora do Projeto, ou seja, a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG);

- interpretou de forma abusiva, na opinião do PEV, o nº2 do Artigo 16º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro que foi pensado, e tem geralmente sido usado, para ajustes residuais ou ligeiros que permitam eliminar ou mitigar impactes pontuais dos projetos em avaliação, daí os escassos dez dias previstos de consulta pública que lhe estão associados. Talvez por isso, a cedência ao recurso hierárquico interposto pelo Município de Boticas, através do Despacho do Presidente do Conselho Diretivo da APA, que determinou o prolongamento da consulta pública por um período adicional de dez dias, pode ser um sinal claro do uso desadequado deste procedimento.

Perante estes factos, o PEV considera legítimo pensar que a decisão de optar pela "Reformulação do Projeto", em vez de defender a DIA desfavorável, indicia uma subjugação da entidade responsável pela Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) à pressão das entidades interessadas por esta exploração de lítio, o que compromete a avaliação isenta que estas matérias exigem, para bem da salvaguarda do interesse comum.

Nas entidades interessadas pela exploração de lítio incluímos não só o promotor, a empresa Savannah Lithium, Lda, mas também a entidade licenciadora, a DGEG que, desde o início deste processo, tem demonstrado uma postura que não se compadece com as boas práticas públicas, tal como o denunciámos na participação pública do EIA da Ampliação da Mina do Barroso, e ainda o Governo, que tudo tem feito para impor à força a exploração de lítio em Portugal. E com a emissão da DIA desfavorável compete ao membro do Governo responsável pelo Ambiente, sob parecer da entidade AIA (alínea K do nº3 do Artigo 8º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro), visto que este é um membro que assume também o papel de promotor das intenções do Governo, no que diz respeito, à exploração de lítio em Portugal, sendo legítimo equacionar a possibilidade de interferências sobre a decisão tomada.

Sobre a reformulação do Projeto e as alterações de impactes que daí decorrem:

Sobre as alterações, à primeira vista, a densidade do AIE e o número de documentos apresentados no quadro desta consulta pública dão a ideia de que a Savannah Lithium, Lda apresentou muitas reformulações ao Projeto inicial, mas uma leitura atenta permite verificar que a profundidade das alterações é relativamente reduzida.

No que se refere à sequência de exploração mineira das diferentes cortas estamos perante uma mudança da ordem de exploração das cortas, já existente nas alternativas apontadas no Projeto antes da reformulação, e que podendo mitigar alguns impactes, não altera na essência os impactes fundamentais, nomeadamente, os quatro fatores ambientais determinantes apontados no próprio parecer da CA.

A localização da Lavaria, que agora se aponta como nova, também nada traz de novo. É uma das duas alternativas (Alternativa 1) de localização prevista no EIA do Projeto de Ampliação da Mina do Barroso. Tal como é referido no Relatório Síntese (p. 57) esta reformulação não passa de *"uma solução otimizada da alternativa 1, solução essa encontrada através de uma ligeira rotação da unidade de concentração de espodumena"*. Ao mudar da Alternativa 2 para a Alternativa 1, mudam-se os impactes gerados, mas não deixam de haver impactes avolumados. Se na anterior localização, os impactos incidiam essencialmente sobre os recursos hídricos, nomeadamente sobre o rio Covas, na localização agora adotada, os impactes agravam-se para as populações de Covas do Barroso, da qual se aproxima, ameaçando ainda mais a sua qualidade de vida e a sua saúde. Entre estes impactes destacam-se os impactos sonoros.

Sublinhe-se uma vez mais que falamos, pois, de uma unidade de processamento que se prevê vir a laborar em contínuo 24 horas por dia, setes dias por semana, durante 12 anos. Num ambiente sonoro onde reina atualmente o silêncio, é espectável que a introdução desta mudança radical venha a afetar muito a saúde das populações. É ainda provável que os impactes no ambiente sonoro e luminosos, numa área onde até agora a noite atinge uma escuridão perfeita, se reflitam também nos animais domésticos e de criação, visto que, esta é uma zona agro-silvopastoril, e sobre os animais selvagens que se aproximam das aldeias de noite, procurando as suas presas.

Num tempo em que as preocupações com o ambiente e a proteção e conservação dos ecossistemas já avançou para outras áreas, como a poluição luminosa, lamentamos que nem o anterior EIA sobre a Mina do Barroso nem esta reformulação identifiquem qualquer mitigação dos impactes que a luz artificial terá na fauna e flora local, mesmo reconhecendo que irá haver um aumento de luz artificial devido aos trabalhos e movimento de transportes noturnos.

Em consequência da luz artificial no desenvolvimento das espécies, algumas plantas sofrem “stress” pela contínua exposição à luz e, de forma indireta, há ainda efeitos da luz artificial nos polinizadores, fundamentais para a vida na Terra, refletindo-se na flora local. Acrescem ainda os impactos diversos na saúde humana, existindo um número crescente de estudos que indicam relações entre a poluição luminosa e as perturbações no sono, risco de obesidade, depressão e diabetes.

Acrescem os impactes sonoros e os impactes visuais sublinhados no próprio parecer da CA sobre Covas do Barroso.

Sobre a localização da instalação de resíduos e das escombreiras, relativamente a estas últimas são afastadas as escombreiras das linhas de água de superfície, mas afirma-se

que estas serão colocadas em zonas de vales. Ora os vales são, per si, espaços privilegiados de escorrência natural das águas.

No que diz respeito aos acessos externos e parte dos acessos internos, otimizando o acesso Norte, foram realizados pequenos ajustes no seu traçado, concentrando todas as infraestruturas no Município de Boticas. Conclui-se, portanto, que a concentração de toda a movimentação, de camiões e de carga, fica resumida a este concelho, o que agrava a qualidade de vida desta população.

Sobre os impactes das alterações e a avaliação que é feita dos mesmos.

Basta analisar o quadro comparativo dos impactes do projeto inicial e do reformulado, no Resumo Não Técnico (RNT p.17 e 18), para verificar que a grande maioria se mantém e alguns até são agravados.

Os Verdes não se vão pronunciar novamente sobre todos os impactes, porque, tal como o confirma o quadro acima referido, continuam os mesmos, e como tal juntamos em adenda a participação que fizemos na Consulta Pública do Projeto de Ampliação da Mina do Barroso.

Pronunciar-nos-emos sobre alguns dos impactes que consideramos que se agravam ou que não foram devidamente avaliados como é o caso das consequências para o Lobo-Ibérico.

Afirma-se no EIA que o projeto reformulado "apresenta uma redução significativa da perturbação" (p.487 RS), afirmação que Os Verdes consideram surpreendente tendo em conta a informação e a profundidade da abordagem sobre o Lobo no parecer da CA e a pouca significância das alterações introduzidas na reformulação do projeto, com a excepção do trabalho noturno.

O EIA do Projeto Reformulado avalia como pouco significativos os impactes sobre o efeito de exclusão, a mortalidade e a perda de habitat do Lobo. Esta conclusão parte de duas premissas, a ausência de Lobo na área da conceção do projeto por um lado, e o facto de as comunidades para se deslocarem e cruzarem terem um corredor verde, por outro. Os Verdes consideram que estas premissas mostram grandes debilidades de sustentação.

O facto de o estado de referência atual do Lobo estar sustentado num único estudo (os planos de monitorização do Lobo-Ibérico levados a cabo pelo Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa), deixando cair os dados disponíveis de outras monotorizações referidos no parecer da CA, para períodos similares, leva-nos a considerar que existem falhas nesta análise. Referimo-nos à monitorização do Lobo nos Parques Eólicos localizados nas

proximidades, e à monitorização do estudo complementar iniciado em fase de audiência prévia que precedeu a decisão de conformidade do EIA da Ampliação da Mina do Barroso, no qual foram detetados dejetos de Lobo na área concessionada (p. 206 e 207 do parecer da CA). Este último estudo de 2021 permitiu, também, detetar a possível existência de outro grupo familiar entre as povoações de Secerigo e Torneiros.

O EIA tenta, igualmente, justificar que a atividade da Mina, com a eliminação do trabalho noturno na reformulação do Projeto, não vai ter impactes para as quatro alcateias, que assume existirem ao redor da concessão. Ora, esta afirmação não corresponde à verdade, visto que, o trabalho noturno, se bem que com menos intensidade, continuará a existir. A lavaria trabalhará 24h por dia e este trabalho acarreta sempre movimento à sua volta, mesmo com menor intensidade. O som propaga-se a uma grande distância, no silêncio total da noite, as luzes da lavaria e veículos a circular far-se-ão sentir não só sobre o Lobo, mas também nas outras espécies selvagens e nos animais de criação. Torna-se difícil compreender como se pode afirmar que o ruído das explosões, o pó, o crescente movimento de camiões, não irá perturbar durante dezassete anos o habitat desta espécie selvagem e, nomeadamente, no cruzamento entre as alcateias, quando a Mina se localiza, claramente, no epicentro destas quatro alcateias.

Os Verdes consideram que a avaliação do EIA sobre o Lobo apresenta falta de rigor e de fundamentação e tem um objetivo, tentar "eliminar este obstáculo de peso", uma espécie protegida e em perigo de extinção que é o Lobo-Ibérico, com um número reduzido de indivíduos e de grupos familiares.

A situação é tão caricata que o estudo sobre o estado de referência do Lobo no EIA afirma, a propósito da Evolução da Situação Atual na Ausência do Projeto (p.168) que "as alcateias do núcleo populacional lupino Peneda/Gerês, apresentam desde 1994, uma grande estabilidade embora a paisagem nesta região do país tenha vindo a ser alterada com a construção de várias infraestruturas". Devemos por certo tirar a conclusão que quanto mais infraestruturas, mais o Lobo se reproduz!!!!!

Pelo contrário, Os Verdes subscrevem a preocupação do parecer da CA, pois a reformulação nada muda nesta matéria, sobre os efeitos cumulativos negativos sobre a população lupina, *"ainda no quadro da biodiversidade, a Mina do Barroso introduzirá um efeito cumulativo negativo sobre a população do Lobo-Ibérico, constituindo um fator adicional de perturbação, redução/fragmentação de habitat e de efeito barreira, impedindo ou reduzindo o fluxo genético entre as diversas alcateias da região (IDAD 2021) – também objeto de medidas de compensação específicas no âmbito de outros projetos sujeitos a procedimento de AIA nesta região"*. (CA p.120)

Os recursos hídricos são parte fundamental na posição desfavorável dos Verdes. Com este projeto mineiro fica cada vez mais distante o direito fundamental de acesso à água, uma vez que se trata de um projeto que necessita de enormes quantidades de água nas suas práticas diárias e para além do uso intensivo deste bem essencial está em causa a possível poluição de diversas linhas de água.

Fica claro que os recursos hídricos superficiais serão afetados na sua quantidade e na sua qualidade com a agravante que estes recursos são utilizados para o consumo humano, para a agricultura e para a pecuária.

Não podemos ignorar que Portugal está em seca desde 2016, sendo cada vez mais frequente a apresentação pelo Governo de medidas para uma gestão eficiente da água, que neste investimento parecem não se aplicar, admitindo-se gastos excessivos de água nesta indústria e consequências graves para toda a região.

Não é só a utilização dos recursos hídricos do Rio Covas e do Rio Beça, mas também das ribeiras e até dos lençóis freáticos. São bem claras as consequências graves que esta mineração trará para a região, no que diz respeito, ao acesso à água e à manutenção da sua qualidade, quer com a produção de resíduos e a utilização de produtos tóxicos, que exigirão (reconhece-se no projecto) uma monitorização semanal dos recursos hídricos. Esta monitorização carece de ser feita também no que se refere à quantidade uma vez que se assume que poderá ser necessário suspender os trabalhos do processamento de mineralização na lavaria nos meses de verão de junho a agosto.

Não será coincidência que a palavra “água” seja a mais referida no EIA, e não podemos ignorar que em 2022 mais de 90% território continental em Portugal enfrentou seca extrema e severa ao longo de seis meses, uma situação sobre a qual se perspetiva agravamento, considerando que a comunidade científica prevê que a precipitação deverá diminuir entre 10% a 20% até o fim deste século.

Como tal, Os Verdes consideram que quaisquer que sejam as adaptações face ao projeto inicial é incontornável o risco de deterioração da qualidade das águas superficiais – rio Covas - com afetação dos objetivos definidos na Diretiva Quadro da Água, dada a dependência deste recurso fundamental para a laboração da exploração, assumindo a CA os impactes significativos a muito significativos decorrentes da interseção do nível de água das cortas e consequentes impactes nas captações de água subterrânea, reconhecendo que na fase de exploração se prevê a afetação dos recursos hídricos, com alteração dos padrões de drenagem e condições hidromorfológicas.

A obstinação e a febre do Governo PS com as escassas reservas de lítio nacionais, a avançar, poderá bem ser a sentença de morte do território classificado pela FAO, cuja

água – elemento vital à vida, à agricultura, aos solos férteis, à biodiversidade - pode ser irremediavelmente afetada por um projeto destrutivo.

Assume-se no EIA do Projeto Reformulado que a área da Mina não se sobrepõe com nenhuma área protegida (p.9 RNT). Mesmo que assim seja, fica bem claro, aplicando a escala da Figura, que a área da Biosfera do Gerês fica a menos de 5 km da área da Mina e a ZEC Marão a cerca de 20 km. Ora os seres vivos e os organismos vivos não têm fronteiras, deslocam-se. Assim sendo, é mais que provável que desta proximidade da Mina com estas áreas classificadas decorram impactes perturbadores e negativos. Nada mudou em relação ao anterior Projeto e os impactes na paisagem mantêm-se.

Sobre o direito à informação e à participação das populações

No que diz respeito às consequências para a saúde da população do Barroso que serão desastrosas devido ao elevado desconforto provocado pela exploração intensa e continuada, num curto período, e com o aumento da poluição do ar, da água, com a poluição sonora e a poluição visual, o PEV não pode deixar de lamentar que a Direção Regional de Saúde não se tenha feito representar na CA. Com este projeto está colocada em causa a saúde pública da população do Barroso, desejamos, portanto, que se faça representar na próxima CA e que seja defensora da qualidade de vida das populações.

Na verdade, tal como Os Verdes têm vindo a alertar, na região do Barroso os projetos para exploração de lítio a céu aberto têm-se revestido de falta de transparência em toda a linha – com sucessivos atropelos ao Procedimento de Impacte Ambiental e pela ferida que deixam na Democracia - arredando as comunidades e ignorando as reivindicações e alertas das populações e do Partido Ecologista Os Verdes, para a enorme ameaça ambiental em curso.

Importa salientar que sobre o Direito à Informação e Participação das populações, a Transparência, o respeito da Legislação e o papel das Entidades Públicas no caso da Mina do Barroso, o relator da Organização das Nações Unidas (ONU), na sua visita a Portugal, de 19 a 27 de Setembro de 2022, com o objetivo de analisar a implementação do direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável em Portugal, conclui pela necessidade de protecção dos direitos das comunidades potencialmente afectadas pelos projetos direcionadas para a transição.

O relator da ONU, em visita a Covas do Barroso, tendo reunido com a população, aponta a clara oposição da população ao projeto relativamente à perda de florestas, poluição da água, escassez de água, potenciais catástrofes e a perda dos meios de subsistência tradicionais. De acordo com o relatório divulgado, "*os residentes também levantaram preocupações sobre a falta de acesso a informações oportunas e precisas, consulta pública inadequada e utilização de tácticas de intimidação para silenciar a oposição ao*

projecto" destacando *"benefícios mínimos para as comunidades locais que suportariam um fardo desproporcionado dos impactos ambientais, de segurança alimentar e sociais adversos".*

Consideramos ser inadmissível que o Governo PS, o mesmo que integra na sua composição um Ministério da Coesão Territorial que lidera um Programa para a Valorização do Interior, e que entre outras medidas se propõe criar mecanismos e investimentos para corrigir assimetrias regionais, sobretudo em áreas menos desenvolvidas, ignore que tal projeto não resultará num aumento da oferta de emprego dirigido à comunidade local e às suas habilitações, nem em retorno económico credível face aos impactos negativos com o comprometimento das atividades socioeconómicas da região particularmente assentes em sistemas agrícolas tradicionais, liderados por comunidades locais, que apoiam o património cultural, biodiversidade, conservação da paisagem e resistência às mudanças humanas, climáticas e ambientais.

Os Verdes consideram, quer a partir do conhecimento teórico, quer das visitas ao local, de reuniões com a população e com diversas entidades públicas do local, que não há qualquer possibilidade de compatibilização de qualquer projeto mineiro de lítio com a salvaguarda da biodiversidade local, de excelência em termos ambientais. Numa área montanhosa de característica rural e pouco artificializada, composta por aldeias e um mosaico de paisagens naturais, seminaturais e agrícolas, onde persistem os lameiros com a silvo pastorícia, numa área em que as práticas agrícolas foram reconhecidas pelo prestigiado organismo da ONU, a FAO, como Património Agrícola Mundial.

Por isso, Os Verdes continuam a reafirmar o seu NÃO à exploração de Lítio na Mina do Barroso, por razões de ordem ambiental, social, económica e cultural, por respeito pelas populações que ali vivem, por considerarmos a transparência fundamental à Democracia e pelo nosso Futuro Comum.

As populações mereciam uma maior transparência, num processo que se arrasta há anos, mas o Governo decidiu dar ainda mais uma oportunidade à empresa, quando tudo indica que "não há milagres" que a exploração de recursos minerais tem impactes irreversíveis e atrozes na qualidade de vida da população e da região.

Em conclusão, Os Verdes reproduzem de seguida a posição tomada na primeira consulta pública, submetida a 16 de julho de 2021, considerando que esta se mantém válida apesar dos retoques introduzidos no projeto.

Lisboa, 19 de abril de 2023

ADENDA

PARTICIPAÇÃO DO PEV NO QUADRO DA CONSULTA PÚBLICA

DO EIA DA MINA DO BARROSO

(Lisboa, 16 de Julho de 2021)

OS VERDES DIZEM NÃO À EXPLORAÇÃO DE LÍTIO EM COVAS DO BARROSO

Introdução

Antes de se pronunciar sobre a exploração de lítio na Mina do Barroso, antes de abordar aspetos concretos do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), antes de apontar alguns dos inúmeros impactos negativos irreversíveis que consideramos previsíveis/expectáveis da exploração de lítio, a céu aberto, na Mina do Barroso, antes de nos pronunciar sobre o "Interesse Nacional" e sobre a "imprescindibilidade" que a exploração de lítio é suposta ter, segundo o Governo, para o país e para o ambiente, o Partido Ecologista Os Verdes não pode deixar de denunciar aqui, alguns dos muitos, atropelos que têm ocorrido ao Procedimento de Impacte Ambiental e de manifestar a sua preocupação pelo descrédito que eles representam para este instrumento e mais grave ainda, pela ferida que deixam na Democracia.

Os caminhos tortuosos que o Procedimento de Avaliação tem seguido e os atropelos às boas práticas da Democracia, tanto na relação com as populações e com os eleitos locais, como com os deputados da Assembleia da República, entre elas a falta de transparência e até o desrespeito da Lei, são tanto mais graves quanto não são só da autoria da empresa do Projeto, a Savannah Lithium, Lda., mas também de responsáveis de entidades da Administração Central, com foco na entidade licenciadora Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e da própria Tutela Política. Pessoas e Entidades que deveriam, antes de mais, garantir o bom funcionamento e isenção das instituições públicas, o cumprimento da Lei, informando e ouvindo desde a primeira hora as populações que vão ser afetadas, e estarem na primeira linha na defesa dos Bens que a todos pertencem e que são fundamentais para o nosso Futuro Comum.

1º – Antecedentes

1.1 – Sobre os antecedentes deste EIA.

O Partido Ecologista Os Verdes fez uma leitura cruzada do EIA da Ampliação da Mina do Barroso, atualmente em processo de avaliação (nº 3353 SIAIA), com os documentos disponíveis da Avaliação de Impacte decorrida em 2005 (nº 1258 SIAIA), com as respostas do Governo prestada aos deputados na Assembleia da República, e com o Contrato firmado em 2006 e posteriormente alterado em 2016 que está na origem da exploração de Lítio na Mina do Barroso pela empresa SAVANNAH e chegou à conclusão que este processo está, desde o início, repleto de anomalias e que tudo foi encaminhado para que a concessão de exploração de lítio na Mina do Barroso avançasse sem ser sujeita a nenhum processo de Avaliação de Impacte.

Seguem os factos que levam Os Verdes a fazer esta afirmação:

1.1.1 - A 12 de maio de 2006 foi assinado um contrato de concessão para exploração de quartzo e 2 feldspato, entre a empresa Saibrais-Areias e Caulinos e o Estado Português, para uma área de 120,3871 ha e por um período inicial de 30 anos. No entanto, o EIA incide apenas sobre a exploração de Feldspato para a indústria cerâmica, em três núcleos distintos e em todos os documentos disponíveis no Procedimento de Avaliação a área referida, a intervencionar, é apenas de 70 ha, dos quais "propõe-se apenas explorar 14,8 ha" (p. 3 relatório da CA)! Os Verdes não entendem, nem encontram explicação para o facto de ter sido contratualizada uma área superior (mais 50 ha) à área sujeita a Avaliação Ambiental. Registamos ainda que a DIA (Favorável Condicionada) assinada, a 24 de março 2005, pelo então Secretário de Estado do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Francisco Nunes Correia da Silva, é omissa em relação à área de Concessão.

No entanto, Os Verdes valorizam o facto de, na altura, o EIA ter precedido à assinatura do Contrato, tal como defendemos e ao contrário do que acontece na situação presente, na qual a alteração ao Contrato de Concessão foi aprovada muito antes da elaboração do EIA;

1.1.2 - Em 2010 a Saibrais altera a sua denominação para Imerys Ceramics Portugal, S.A., e altera o Plano de Lavra com o objetivo de alargar a atribuição dos direitos de exploração obtida em 2006 para o Quartzo e o Feldspato a outro mineral, o lítio. Também a área de concessão sofre uma alteração para 542 ha, mais 422 ha em relação ao contrato inicial de 2006;

1.1.3 – Em 2016, seis anos depois de aprovado o novo Plano de Lavra pela DGEG (2010) é aprovada a alteração ao Contrato original entre a Imerys Ceramics Portugal, S.A., e o Estado Português, na qual consta o aumento da área de concessão para 542 ha e a inclusão da exploração do lítio. Os Verdes consideram inacreditável que esta alteração contratual, com novos impactos e de escala bem superior, não tenha sido precedida de

um novo EIA, nem tenham merecido uma única nova exigência ambiental! As obrigações da Concessionária relativas aos novos impactos foram remetidas para a Cláusula Sexta (obrigações da Concessionária) e resumem-se unicamente ao cumprimento da DIA de 2005!

1.1.4 - Em 2017 a empresa SAVANNAH, obtém a transmissão da posição contratual da Mina do Barroso que era detida pela empresa Imerys e só posteriormente, a pretexto de um novo pedido de alargamento da área de exploração de 542 ha para 593 ha (mais 51 ha face ao que já tinha sido contratualizado) é exigido um novo EIA!

Conclusão: Dos factos acima mencionados o PEV só pode, lamentavelmente, concluir que em 2016 foram criadas condições para que a exploração de lítio na Mina de Covas do Barroso avançasse ao abrigo da DIA de 2005, sem que fosse reaberto um novo Processo de Avaliação Ambiental!

O PEV está convicto que o atual Processo de Avaliação, do qual este EIA faz parte, não teria sido aberto, não fosse toda a polémica que se levantou sobre o lítio e concretamente a contestação que esta Mina (e as de Montalegre e Argemela) suscitaram nas populações diretamente afetadas, na opinião pública em geral, nas entidades locais (nomeadamente nos Baldios), nos eleitos locais e no confronto com o Governo decorrido na Assembleia da República, nos quais se destacam as preocupações colocadas e os esclarecimentos suscitados pelos deputados do PEV.

1.2 – Sobre o Direito à Informação e Participação das populações, a Transparência, o respeito da Legislação e o papel das Entidades Públicas no caso da Mina do Barroso.

Não podemos expor, de forma exaustiva, todos os casos que justificam a incorporação de um capítulo sobre estas matérias nesta participação do PEV no quadro desta Consulta Pública. Abordaremos só algumas situações que exemplificam quanto o desrespeito destas questões ferem profundamente a Democracia.

1.1.2 – Sobre o Direito à Informação e Participação das Populações.

É sabido que Projetos com estas características têm impactos ambientais, sociais, paisagísticos, culturais, económicos, etc..., de tal profundidade que podem mudar radicalmente a vida das populações locais ao destruírem totalmente o que foram as referências e os pilares de uma vida, as bases identitárias de uma comunidade e as suas perspetivas de futuro. Assim será com a Freguesia de Covas do Barroso, caso a Mina se venha a concretizar!

É impossível negar que esta exploração mineira cuja área de concessão representa cerca de 1/5 da área da freguesia, cria uma barreira quase de lés a lés que separa a freguesia ao meio, não mudará profundamente a vida destas populações e as características ambientais deste local. Sabemos ainda, que os impactos sociais, ambientais, culturais, não ficarão contidos à área da concessão mineira, que ocupa também uma ponta da freguesia de Dornelas, e se estenderão ao Concelho de Boticas e irradiarão para as áreas envolventes, nomeadamente às áreas classificadas, uma delas a 2km de distância.

Perante estes factos, Os Verdes consideram inadmissível este atentado à Democracia, escondendo ou omitindo grande parte desta informação às populações e aos seus legítimos representantes. Que razões levam estas Entidades a recusar ou a dificultar o acesso aos documentos, a "desfocar" a realidade, tal como aconteceu, tanto por parte de certas entidades públicas, com destaque para a DGEG, entidade licenciadora, ou com a própria tutela política no quadro do elenco Governativo? Se o Projeto traz assim tantos benefícios para o país, como o Governo pretende, e vai beneficiar assim tanto a região, porque não foram as populações e os seus legítimos representantes (entidades gestoras dos baldios, associações, eleitos locais, etc…) envolvidos desde a primeira hora, antes da assinatura de qualquer contrato com esta magnitude (neste caso antes de 2016)? Numa reunião, com a Comissão Parlamentar em março de 2019, em Boticas, a Presidente do Conselho de Baldios de Covas confirmou que nunca tinham sido ouvidos nem informados aquando da alteração do contrato, em 2016, que veio aumentar substancialmente a área e autorizar a exploração de lítio.

Ora, parte dos terrenos afetados são propriedade dos Baldios!

Porque será que a população não teve o direito de saber e a sua opção não foi determinante para o processo parar ou avançar, antes de se assinarem contratos? Se o Projeto traz assim tantos benefícios para a zona, por certo que as populações e as entidades locais seriam as primeiras a contribuir, com o seu conhecimento, na busca de soluções para minimizar os seus impactos!

Mas não foi isso que aconteceu, o poder de pronuncia das populações diretamente afetadas pela Mina fica unicamente remetido para a fase de Consulta Pública do EIA e já depois de firmado o Contrato! Os Verdes consideram que esta prática é inaceitável, e sabem por experiência própria que ela visa esconder um futuro que nada de risonho trará, para quem ali vive!

1.2.2 – Sobre a Transparência, o cumprimento da Lei, a defesa do Bem-Comum por parte das Entidades Públicas.

Nunca será demais relembrar que os recursos geológicos são propriedade do Estado e por isso mesmo devem ser geridos em função do Bem-Comum e de precauções que têm de atender a salvaguarda do ambiente, das populações que podem vir a ser afetadas no presente e das necessidades das gerações vindouras. Ora estando atualmente, tanto a pesquisa e a prospeção, como a exploração, entregues a empresas privadas que visam o lucro dos seus proprietários ou acionistas, isso exige das entidades públicas um papel cauteloso na ponderação de interesses conflituantes e uma grande transparência e isenção. O que esta situação demonstra, assim como a das outras minas de lítio, é que há um desequilíbrio na ponderação dos benefícios/impactes negativos destes projetos, na atuação de algumas entidades públicas, pendendo abusivamente para o lado do interesse dos promotores em detrimento da proteção dos interesses das populações e do Bem-Comum. E nem o escondem, exemplo disso foi a intervenção do Diretor de Serviços de Minas e Pedreiras da DGEG, na reunião com a Comissão Parlamentar ocorrida em Boticas em março de 2019, que levou o Deputado de Os Verdes, José Luís Ferreira, a pedir esclarecimentos, pensando que estava perante um representante da concecionária!

Por outro lado, as entidades públicas, têm demonstrado uma total incapacidade, por falta de meios humanos, de acompanhar e fiscalizar no terreno as intervenções, como se verifica com os inúmeros passivos mineiros existentes, nomeadamente nesta zona, ou com a verificação do cumprimento e execução das Condicionantes ou Medidas Minimizadoras decorrentes das DIA. Por isso mesmo, quanto maior for a transparência, a disponibilização de dados e informações a todos os que as solicitarem, tal como a Lei prevê, mais fácil será o acompanhamento dos Projetos, pois, para além das entidades oficiais, poderão contar com a vigilância ativa de outras entidades públicas, do poder local, de entidades associativas e dos cidadãos em geral. Prepotência, violação da Lei e mentira, são práticas recorrentes da empresa concessionária, perante a qual a entidade licenciadora fica de braços cruzados, mesmo quando alertada pelas populações ou pelos seus representantes. Podemos citar vários exemplos: a não recuperação ambiental dos locais de sondagens e pesquisa, como Os Verdes puderam verificar in loco; a entrada em terrenos privados ou dos Baldios, sem qualquer pedido de autorização prévia aos seus proprietários, como a Lei prevê. Aconteceu, por exemplo, com o caso de uma da saída de campo para avaliar da presença de Lobo na área da Mina, onde a SAVANNAH recorreu a várias mentiras junto do Conselho de Baldios, dizendo que a técnica era enviada pela Associação Lobo, depois pelo INCF, mas nunca assumindo que a deslocação da técnica decorria de uma saída de campo para o EIA.

Conclusão:

Se estas são as práticas da concessionária e da entidade licenciadora verificadas numa fase ainda de pesquisa, de prospeção e de estudo; se a tutela governativa tem dado cobertura a todos estes procedimentos e tem ela própria fugido à verdade e à transparência, tendo sido sempre necessário tirar à força os esclarecimentos e os documentos, quem pode acreditar que haverá mudança para melhor na fase de implementação do Projeto, de laboração da mina e na fase de encerramento? As dúvidas de Os Verdes e das populações são mais que legítimas. Aliás, não nos faltam exemplos no país. Veja-se a Barragem do Tua, já vendida pela EDP com o aval da APA sobre o pressuposto que todas as Condicionantes e medidas minimizadoras tinham sido cumpridas, o que não corresponde minimamente à verdade - relembramos o exemplo do célebre Plano de Mobilidade!

2º – O BARROSO ANTES DA MINA – O BARROSO COM A MINA – O BARROSO DEPOIS DA MINA

2.1 – Covas do Barroso e a restante área de concessão antes da Mina

Por muito que o Partido Ecologista Os Verdes, considere que a avaliação feita na "Situação de Referência" no Relatório Síntese do EIA, deveria ter sido mais aprofundada, sobretudo em certos indicadores e que esta padece de lacunas de conhecimento em várias áreas, algumas das quais referidas no Ponto 6 do próprio Relatório;

Por muito que a abordagem dos "sistemas ecológicos" na "Situação de Referência", seja muito sustentada em dados biográficos e careça de confirmação em saídas de campo, não só pelo seu número restrito (em média 10 dias em cada área de estudo, nem um ano seguido), mas sobretudo porque se concentraram, em geral, nos meses de abril/maio e julho/agosto, num período de dois anos, 2018/19, não abrangendo assim todas as estações. Este procedimento pode gerar imensas lacunas de conhecimento sobretudo no que diz respeito à fauna, nomeadamente no Lobo-Ibérico ou em outras espécies como certos peixes e certas aves, particularmente aves migratórias, que não são visíveis nesses meses/estações do ano, mas podem sê-lo noutros. Aliás, tal como é referido no Ponto 6 do Relatório Síntese do EIA (lacunas de conhecimento), não foi apresentado nenhum estudo que "permita perceber qual a situação do Lobo-Ibérico na área do Projeto, qual a utilização que faz da área e se existem áreas de reprodução na zona ou nas proximidades". Esta lacuna é tanto mais grave quanto o Lobo é uma espécie protegida, e tendo conhecimento, como já foi referido dos métodos 5 pouco éticos que foram usados para entrar nos terrenos, consideramos que houve aqui uma vontade

clara de não fazer este estudo, para que o Lobo não fosse nenhum grão de areia na engrenagem do Projeto.

Também não compreendemos que o estudo tenha incidido sobre a área da concessão à qual foram apenas acrescidos 20 m de "buffer"! Considerando que estamos perante seres vivos que se deslocam, a área de "buffer" parece-nos não só redutora como até ridícula, se atendermos a certas espécies, nomeadamente aquelas cujo habitat é o meio aquático e também ao facto de termos áreas classificadas numa proximidade de 2 km, 7 km, 13,8 km e 18 km. Acontece que é importantíssimo averiguar se estas podem, mesmo que indiretamente, vir a ser afetadas.

Por muito que o ambiente sonoro tenha sido só medido nas zonas povoadas, não sendo descrito e valorizado nos campos e matos dominantes neste espaço, este registo teria sido de grande importância para enriquecer o conhecimento da biodiversidade existente na área, mas também como fator de avaliação do potencial desta região em termos do turismo de natureza.

Por muito que a qualidade dos solos tenha sido avaliada a partir do padrão que tem por base o modelo de agricultura produtivista e redutoramente trancada nesse quadro, esquecendo a valorização que é hoje em dia feita, à luz do conhecimento científico da agricultura de montanha, pelo papel que assume no quadro da mitigação das alterações climáticas e que levou a Assembleia da República a aprovar uma proposta do PEV sobre esta matéria.

As práticas agro-silvo-pastoris sustentáveis que o Homem muito inteligentemente desenvolveu nestas regiões de montanha, utilizando as áreas de matos rasteiros e pastagens arbustivas para alimentação do gado caprino, ovino, bovino e equídeo são hoje apoiadas e valorizadas, porque para além de proporcionarem um sabor especial aos produtos destas regiões, possuem vantagens ao nível da captura de carbono, preservação da biodiversidade, resiliência às alterações climáticas, mas essencialmente ao nível da prevenção contra incêndios por via da diminuição da carga combustível que não foram aqui minimamente valorizadas.

Neste descritor, a classificação dos solos de xisto como pobres, traduz também uma visão redutora da agricultura e do potencial de cada característica de solos, associado a questões climáticas, a exposição solar de encostas, etc... Basta observar, ali mesmo ao lado, o Alto Douro Vinhateiro e toda a riqueza vitícola, onde o desenvolvimento foi conseguido a partir de solos de xisto.

Por muito que o Partido Ecologista Os Verdes pudesse apontar ainda um conjunto de outras lacunas, divergências de metodologia ou de avaliação na descrição da "Situação de Referência", parece-nos que o mais importante concluir, e que está claro neste Relatório Síntese do EIA, que estamos numa região, num concelho (Boticas) e numa freguesia com uma grande qualidade e equilíbrio ambiental, do qual daremos aqui só alguns exemplos:

- Uma biodiversidade de uma riqueza incontestável! Fica claro que o próprio local, onde se pretende instalar a mina de lítio e a sua zona envolvente são riquíssimos em biodiversidade! Não nos cabe aqui, reproduzir o EIA, mas só realçar, o que não pode ser escondido. Por exemplo, a nível da flora foram verificadas, nas saídas de campo, a presença muito significativa de várias espécies raras, de espécies protegidas, de espécies em vias de extinção, de espécies com características das zonas de montanha ou de galerias ripícolas de grande riqueza. Foram assim referenciados, carvalho-alvarinho e carvalhais diversos, gestas, urzes, medronhal, zimbral, amial, etc... Foram ainda confirmados, in loco, vários endemismos como por exemplo a Veronica micrantha.

- Uma valiosíssima riqueza em águas de superfície! Este elevado valor na região e, muito especificamente, na área do projeto atravessada pelos dois rios, o Beça e o Covas e várias ribeiras, não advém só da quantidade, mas também da qualidade do seu estado. Uma situação invejável, num país onde a degradação das massas de água é cada vez mais preocupante. A qualidade das águas foi confirmada por via das análises efetuadas a partir de amostras recolhidas em diversos pontos, mas também pela presença de 13 briófitos atestados em trabalho de campo. A diversidade de biótopos e habitats e espécies encontradas, também comprovam a riqueza destas águas de superfície onde foi confirmada a presença duma espécie rara e ameaçada o mexilhão-de-rio (Margaritífera margaritífera).

- Uma riqueza paisagística classificada, pela FAO, organismo da ONU, como Património Agrícola da Humanidade! A área de implantação da Mina insere-se numa área montanhosa de característica rural e pouco artificializada, composta por aldeias e um mosaico de paisagens naturais, seminaturais e agrícolas, onde persistem os lameiros com a silvo pastorícia. Estas formas tradicionais de produção alimentar e de bens lenhosos, muito localizadas no nosso país e características das zonas de montanha são práticas de grande sustentabilidade ambiental e de grande qualidade a nível dos seus produtos. No momento atual, onde crise climática e crise sanitária nos questionam sobre os modelos de produção, estas formas que mostraram eficácia e resiliência aos tempos, sem agredir o ambiente, devem servir de exemplo e serem mais que nunca preservadas e valorizadas, daí a classificação atribuída por este prestigiado organismo

da ONU, a FAO. Mas infelizmente os governantes deste país continuam a ter sobre elas uma visão museológica!

É ainda importante acrescentar que esta adaptação do homem a estes locais de montanha e a forma de produção alimentar que desenvolveram são formas de vivência comunitária e tradições ancestrais se bem que com adaptações aos novos tempos, vão resistindo. Os Baldios são um dos exemplos mais conhecidos.

2.2 – Covas do Barroso e a restante área de concessão depois da Mina:

Características do Projeto:

- A mina do Barroso, é uma mina a céu aberto, com 4 cortas (áreas de escavação) com uma área intervencionada entre 384 ha e 476 ha, dos 593 ha que foram concessionados à SAVANNAH (é importante relembrar que destes 593 ha a SAVANNAH já tem contrato de concessão assinado para 542 ha!);

- A SAVANNAH pretende ainda efetuar a instalação de um estabelecimento industrial de tratamento da mineralização, para produção de concentrados de espodumena, de quartzo e de feldspato, a construção de um acesso desde o exterior à Mina, especificamente ao Estabelecimento Industrial (lavaria), e a realização de um acesso entre a área Este e Oeste da mesma;

- Está ainda prevista uma área de escombreira de rejeitados filtrados;

- Acresce a tudo isto, instalações de apoio à laboração da Mina: escritórios, instalações sociais, armazéns e oficinas.

"O Lítio Primeiro!"... as pessoas que se adaptem ou emigrem - Há partidos, nomeadamente o partido que está atualmente no Governo, que em campanhas eleitorais gostam muito de utilizar o slogan "As Pessoas Primeiro". Neste caso podemos dizer que o slogan que se adapta a este caso é "O Lítio Primeiro!".

Diz o Ministro do Ambiente que o Lítio tem de ser explorado onde se encontra. Face a esta verdade de “Monsieur de La Pallice”, Os Verdes relembram que as populações também ali estão já há muitos séculos, a provar pelas suas tradições ancestrais e capacidade de adaptação!!! A área de concessão da mina encontra-se junto a 10 povoados com as seguintes distâncias:

- Romaínho (200 m da área de concessão e 500 m de uma das áreas de escavação!);
- Muro (400 m); - Antigo (650 m);

- Covas do Barroso (750 m);
- Dornela (720 m);
- Lousa (800 m);
- Espertina (1200 m);
- Vila Grande (1200 m);
- Alijó (1300 m);
- Vila Pequena (1800 m)!

O EIA admite que as 4 cortas (áreas de escavação) encontram-se muito próximas de vários povoados, Romaínho, Muros e Covas do Barroso. A corta do Grandão ficará a cerca de 500 m de Romaínho. Quem acredita que uma barreira arbórea vai resolver o problema do ruído, gerado pelos rebentamentos? Acresce que a mina estará a trabalhar 24 h por dia e levará à constante circulação de camiões e máquinas.

O ambiente vai mudar radicalmente nesta zona! Esta é a certeza que Os Verdes têm!

Os Verdes consideram que mesmo que o EIA tenha tentado escamotear a gravidade e a dimensão dos impactos, como já vimos no ponto anterior relativamente ao ruído, estes são mais que expectáveis, nomeadamente sobre os recursos hídricos, com toda a implicação que isso tem para a agricultura local (lameiros) e os impactos em cadeia sobre a biodiversidade, habitats, biótopos e especificamente para todas as espécies (fauna, flora) mais dependentes do meio hídrico e das galerias ripícolas, por exemplo, a toupeira de água ou uma espécie em via de extinção como Margaritífera margaritífera, etc.

O Projeto prevê uma necessidade hídrica de 0,570 hm3 de água para o seu primeiro ano de funcionamento, 0,510 hm3 para os restantes e apresenta 3 alternativas. De qualquer forma, o PEV considera que é impossível que qualquer que seja a solução adotada não haja, de uma forma ou de outra, interferência nos caudais e na qualidade dos dois rios e ribeiras intercetados pela área de exploração e nas águas subterrâneas.

Como preocupação acrescida temos o facto da corta do Grandão estar pertíssimo de um lameiro e as outras cortas terem lameiros em cotas inferiores.

Acresce, que todo este sistema faz parte da Bacia Hidrográfica do Tâmega cuja qualidade das águas só terá tendência a agravar. É até expectável, tal como o afirmou a então Chefe de Divisão do ICNF, na reunião ocorrida em Boticas com a Comissão Parlamentar em março de 2019, que a exploração mineira produza impactos na área que atualmente já está a ser compensada dos impactos negativos gerados pelas barragens na sub-bacia do Tâmega, anulando assim o efeito dessas medidas compensatórias. A responsável do ICNF abordou ainda a pressão sobre os recursos naturais da região e relembrou que a

construção da barragem de Padroselos tinha sido inviabilizada na sequência da descoberta de uma espécie rara de mexilhão-de-rio (Margaritífera margaritífera).

E aqui, os critérios são diferentes?

Em termos de biodiversidade, outras das grandes preocupações do PEV prendem-se com duas outras questões que não foram aqui estudadas ou abordadas - o Lobo, que se ocupa este espaço e o usa em termos reprodutivos, nunca mais o fará, visto que a mina vai levar a toda uma alteração do solo e a movimento, incluindo noturno, incompatível com a vida do animal. Ora estamos a falar de uma espécie que é protegida (graças aliás a um Projeto de Lei do PEV) por ter estado muito perto da extinção, mas que tendo recuperado, ainda está longe de ser considerada uma espécie estável no seu desenvolvimento.

A outra questão que Os Verdes consideram inadmissível não ter sido estudada são as implicações possíveis deste Projeto com as áreas protegidas que se localizam nas mediações, uma das quais como já referimos a 2 km.

Não há medidas Compensatórias ou Minimizadoras que evitem uma alteração radical do ambiente natural e humano na área da Mina do Barroso!

Mesmo depois de uma longa análise sobre cada uma destas medidas, Os Verdes consideram que estar a pronunciar-nos sobre elas, no quadro desta participação, seria somente alimentar um logro. Uma Mina a céu aberto com esta dimensão, com as alterações que vai introduzir no uso do solo e na morfologia do território, com as necessidades em água que implica para a mineralização, irá ter impactos tão profundos e provavelmente irreversíveis nas funções ecológicas que esta área desempenha, que não há medidas minimizadoras ou compensatórias que possam remediar o 8 desequilíbrio que será gerado. A mesma situação coloca-se para as populações que ali vivem. A perturbação e alteração radical que a mina vai introduzir no seu ambiente de vida não permitirá qualquer adaptação.

A empresa SAVANNAH comporta-se como o "Pai Natal" e distribui o que para ela, são migalhas. Mas será que o fator identitário de uma população é negociável e compensado com a oferta de uma ambulância, de feiras (para promover o que já não se irá produzir) ou outras "prendas" do género? Será que o modo de vida sustentável e comunitário destas populações tem valor monetário?

Para Os Verdes não!

Por isso o PEV considera que há uma incompatibilidade total entre o Barroso Património da Humanidade e a exploração de lítio nesta Mina.

3º Sobre a "imprescindibilidade" do Lítio para o nosso futuro.

Este discurso constante, dos responsáveis da Tutela lembra a "imprescindibilidade" da barragem do Tua, hoje já vendida, depois de feitos os estragos irremediáveis.

Mas neste caso, mostra também a incompreensão do valor que esta área do país desempenha em termos ecológicos e de sustentabilidade, nomeadamente as funções sumidouras destes solos.

O que o Barroso precisa é de apoios à agricultura de montanha, a fixação de mais e melhores serviços públicos, nomeadamente ao nível da mobilidade, como forma de fixar pessoas e atrair investimento compatível com as características da região.

Os Verdes, consideram ainda que há aqui outro grande logro - o período de funcionamento da Mina, previsto para 12 anos. Alguma empresa Mineira faz um investimento desta ordem por 12 anos? Não! Então existem duas possibilidades: ou a empresa não tomará as medidas, nem cumprirá com as obrigações que apresenta neste EIA (aliás não era a primeira) e o Estado poucas condições tem de fiscalizar; ou a empresa tenciona prolongar por muitos mais anos e talvez para uma área bem superior a exploração, caso o Mercado do Lítio venha a apresentar condições de rentabilidade nos próximos anos. As duas possibilidades são muito más.

CONCLUSÃO

Como ficou claro ao longo de toda esta exposição, por razões de ordem ambiental, social, económica e cultural, por respeito pelas populações que ali vivem, e por considerarmos a Transparência fundamental à Democracia, pelo nosso Futuro Comum, a posição do Partido Ecologista Os Verdes é Não à Mina de Lítio de Covas do Barroso!

Lisboa, 16 de Julho de 2021

Participação de "discordância" do Movimento Não às Minas Montalegre na consulta pública da "Alteração ao Projecto de Ampliação da Mina do Barroso"

O Movimento Não às Minas – Montalegre vem através da presente exposição manifestar a sua total discordância relativamente à concessão da ampliação da Mina do Barroso, nas freguesias de Covas de Barroso, Dornelas, Vilar e Viveiro, no concelho de Boticas e nas freguesias de Canedo e Santa Marinha, no concelho de Ribeira de Pena.

Este pedido abrange uma extensa área concessão de exploração de depósitos minerais de quartzo, feldspato e lítio de cerca de 593 hectares.

Importa dizer que este pedido de exploração mineira é contestado por vários Municípios, assim como por várias associações, movimentos locais e nacionais, e, sobretudo, pela esmagadora maioria da população local que não quer minas nos seus territórios, porque são conhecedoras das graves consequências da mineração para a sua saúde e para o ambiente. A mineração, sobretudo a céu aberto, não está alinhada com os princípios do desenvolvimento sustentável preconizados por esta região.

Além do acima exposto, importa referir que, em termos de legislação ambiental, o projecto da Mina do Barroso colide com as seguintes normas legais:

- Não estará a ser cumprido o Princípio da Prevenção consagrado no art. 66.o da Constituição da República Portuguesa, que refere o seguinte:

“1. Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.

1. Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos:

1. Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;

2. Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das actividades, um equilibrado desenvolvimento socioeconómico e a valorização da paisagem;

3. Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico;

4. Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações;

5. Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitectónico e da protecção das zonas históricas;

6. Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial;

7. Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente;

8. Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida”

- Não estará a ser acautelado, e não estará a ser cumprido, o disposto na Convenção de Aarhus, designadamente no que diz direito ao acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria do ambiente. Esta Convenção foi assinada por Portugal em 1998 e foi ratificada em 2003, através do decreto do PR n.o 9/2003, e aprovada para ratificação pela resolução da Assembleia da República n.o 11 /2003, de 25 de fevereiro;

- Não estão previstos mecanismos, tais como um referendo local ou a audição prévia das associações e movimentos locais, antes da tomada de decisão de conceder contratos de exploração mineira, daí decorrendo uma violação das atuais normas Comunitários e o princípio da participação do público no processo de tomada de decisão defendido pela Comunidade Europeia;

- Não está a ser cumprida a Diretiva 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, nomeadamente, o art. 2.o;

“Artigo 2.o

Participação do público em planos e programas

1. Para efeitos do presente artigo, entende-se por "público" uma ou mais pessoas singulares ou colectivas, bem como, de acordo com a legislação ou práticas nacionais, as suas associações, organizações ou agrupamentos.

2. Os Estados-Membros devem assegurar que seja dada ao público a oportunidade efectiva de participar suficientemente cedo na preparação e na alteração ou revisão dos planos ou dos programas cuja elaboração é exigida nos termos das disposições referidas no anexo I.

Para tal, os Estados-Membros devem assegurar que:

a. O público seja informado, através de avisos públicos ou por outros meios adequados, como meios electrónicos sempre que disponíveis, sobre quaisquer propostas de planos ou programas ou de alteração ou revisão de tais planos ou programas e que a informação relevante sobre tais propostas seja posta à sua disposição, incluindo nomeadamente informação sobre o direito de participar nas tomadas de decisão e sobre a autoridade competente a que podem ser enviadas observações ou questões;

b. O público tenha o direito de exprimir as suas observações e opiniões, quando estão abertas todas as opções, antes de serem tomadas decisões sobre os planos e programas;

c. Ao tomar decisões sobre os planos e programas, sejam devidamente tidos em consideração os resultados da participação do público;

d. Após examinar as observações e opiniões expressas pelo público, a autoridade competente se esforce razoavelmente por informar o público sobre as decisões tomadas e as razões e considerações em que se baseiam as decisões, incluindo informação sobre o processo de participação do público.

3. Os Estados-Membros devem identificar o público que tem o direito de participar para efeitos do no 2, incluindo as organizações não-governamentais

relevantes que cumpram os requisitos impostos pela legislação nacional, como as que promovem a protecção do ambiente.

As regras de participação do público ao abrigo do presente artigo são estabelecidas pelos Estados-Membros por forma a permitir que o público se prepare e participe efectivamente.

Devem ser fixados prazos razoáveis a fim de permitir que se disponha de tempo suficiente para cada uma das diferentes etapas da participação do público estabelecidas no presente artigo."

- Estará a ser violado o art. 191.o do TFUE (Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia), que refere o seguinte:

"1. A política da União no domínio do ambiente contribuirá para a prossecução dos seguintes objetivos: — a preservação, a proteção e a melhoria da qualidade do ambiente, — a proteção da saúde das pessoas, — a utilização prudente e racional dos recursos naturais, — a promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente, e designadamente a combater as alterações climáticas. 2. A política da União no domínio do ambiente terá por objetivo atingir um nível de proteção elevado, tendo em conta a diversidade das situações existentes nas diferentes regiões da União.

Basear-se-á nos princípios da precaução e da ação preventiva, da correção, prioritariamente na fonte, dos danos causados ao ambiente e do poluidor-pagador."

- Estará em causa a violação de várias normas da Lei da Água [(Lei n.o 58/2005, de 29 de Dezembro), da Reserva Ecológica Nacional (criada pelo Decreto-Lei n.o 321/83, de 5 de Julho) e da Reserva Agrícola Nacional (criada pelo Decreto-Lei n.o 73/2009, de 31 de Março).

- Estará em causa a violação da Lei de Bases da Política do Ambiente, nomeadamente dos artigos 5.o, 6.o, 7.o e 8.o, que referem, nomeadamente, o direito a um ambiente saudável e à qualidade de vida, o direito à sua defesa e de exigir às entidades públicas e privadas o cumprimento dos seus deveres e obrigações em matéria ambiental. Assim como o direito da participação dos cidadãos, das associações e demais interessados em matéria de ambiente e o direito de acesso à informação ambiental detida por entidades públicas, as quais têm a obrigação de a divulgar e disponibilizar ao público, entre outros.

- Estará em causa a violação de várias normas do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (Decreto-Lei n.o 142/2008, de 24 de julho).

Sobre a abrangência regional da Mina do Barroso e as eventuais consequências da exploração mineira a céu aberto:

Começamos por referir que a riqueza resultante da laboração mineira não fica na terra, nem para as pessoas da terra. Na terra ficarão as pessoas sem emprego e sem direito a indemnização e o ambiente com altos níveis de contaminação, provocada por agentes contaminantes e metais pesados. Além da destruição do património ambiental, haverá perda de biodiversidade, de qualidade de vida e uma redução acentuada dos meios de subsistência das populações.

A região de Barroso é muito rica em património ambiental e paisagístico. Além disso, tem preservado ao longo dos tempos, usos e costumes ancestrais, em articulação com o desenvolvimento de actividades sustentáveis ligadas à agricultura e pecuária, que são a principal fonte de rendimento das populações, mas também tem apostado no desenvolvimento turístico, em equilíbrio com a gestão da paisagem e com as tradições locais.

Do concelho de Boticas e limítrofes e, destas freguesias, em particular, provêm produtos endógenos de qualidade superior, muitos deles biológicos. Entre os vários produtos classificados com IGP (Indicação Geográfica Protegida), devido à sua elevada qualidade e reputação, destacamos os seguintes:

- Batata de Trás-os-Montes IGP
- Alheira de Barroso - Montalegre IGP
- Cabrito de Barroso IGP
- Carne de Bovino Cruzado dos Lameiros do Barroso IGP
- Chouriça de Carne de Barroso - Montalegre IGP
- Chouriço de Abóbora de Barroso - Montalegre IGP
- Cordeiro de Barroso IGP (Anho de Barroso, Borrego de Leite de Barroso)
- Presunto de Barroso IGP
- Salpicão de Barroso-Montalegre IGP
- Sangueira de Barroso - Montalegre IGP

Destacamos ainda os produtos classificados como DOP (Denominação de Origem Protegida):

- Carne Barrosã DOP
- Carne de Bísaro Transmontano / Carne de Porco Transmontano DOP
- Mel de Barroso DOP

Uma eventual exploração mineira colocaria em causa a manutenção da excelente qualidade desses produtos e poderia inviabilizar a continuidade da sua produção.

Acresce ainda a usurpação do nome Barroso (Mina do Barroso), nome esse associado aos produtos de elevada qualidade acima referenciados e outros mais. O nome “Barroso” associado a uma mina poluidora deitará por terra a reconhecida fama e qualidade destes produtos, que tantos anos levaram a construir e consolidar.

Além do perigo para a sustentabilidade do território, seria também um atentado contra o ambiente e contra as pessoas, em vários domínios, a saber:

- Ao nível da saúde das populações os efeitos poderão ser físicos, mas também psicológicos, decorrentes da deterioração das condições de vida. Os físicos poderão incluir o desenvolvimento de silicose, do cancro do pulmão ou outras doenças respiratórias, decorrentes das poeiras inaladas. Em termos psicológicos, poderão ser desenvolvidos transtornos ao nível da ansiedade ou insónias, provocadas pela laboração mineira.

- O risco de contaminação das águas é muito elevado, quer pelo uso de químicos na separação dos minerais na lavaria, quer pelas escorrências resultantes dos depósitos de rejeitos. Importa relembrar que o Rio Covas desagua no Rio Beça, no qual existe o mexilhão-de-rio, ameaçado de extinção, cuja preservação já impediu a construção de uma barragem. Além disso, poderá haver contaminação das águas subterrâneas e interferência nas nascentes. Por outro lado, a laboração da mina, exige um elevado consumo de água.

- Uma vez que o pedido de concessão é tão vasto (593 ha), haverá um risco elevado de muitos agricultores perderem terrenos para a exploração e também os subsídios agrícolas correspondentes aos baldios e até aos terrenos particulares. Caso isso aconteça, o funcionamento das explorações agrícolas ficará em risco, podendo perder-se várias dezenas de empregos no sector. Caso a actividade agrícola deixe de ser desenvolvida nos moldes atuais, poderá daí resultar uma perda de atractividade da região em termos turísticos e uma redução acentuada da produção agrícola como meio de subsistência da maior parte da comunidade local.

Também os produtos endógenos sofrerão uma diminuição na procura, devido à sua proveniência estar localizada numa zona contaminada pelas minas.

- Na área abrangida pela concessão, que engloba várias localidades, onde se inclui um vasto património arquitectónico e cultural, haverá uma drástica desvalorização imobiliária - casas e terrenos - pois ninguém quer morar perto de crateras mineiras e, caso os proprietários coloquem as respectivas propriedades à venda, não haverá interessados na sua compra. Além disso, os terrenos expropriados necessários ao desenvolvimento das actividades da empresa concessionária não serão pagos pelo seu justo valor. As indemnizações serão pagas por valores mínimos, legalmente estabelecidos. A degradação paisagística da região será muito significativa.

- A poluição sonora será uma constante, não só pelas explosões, mas também pelo trabalho e deslocações de maquinaria pesada, que por sua vez também irá deteriorar a qualidade das estradas localizadas nas proximidades.

- Importa ainda realçar o seguinte: a mina a céu aberto que a Savannah pretende explorar fica muito próxima de várias aldeias, distando, em alguns casos, cerca de 1 Km. Com esta proximidade, a protecção das populações não fica salvaguardada e a sua integridade física, assim como o resguardo dos seus pertences poderá estar em risco.

Urge referir que uma anterior versão deste projecto foi reprovada pela Comissão de Avaliação, tendo obtido um parecer negativo em Julho de 2022. Todavia, ao abrigo do artigo 16.º do regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) foi reformulado pela Savannah e ressubmetido a uma nova apreciação.

As alterações submetidas não prevêem uma redução da actividade de extração mineira para a qual estará prevista uma duração de 17 anos, nem uma redução da área, mantendo os 593 hectares inicialmente concessionados pela DGEG.

A reformulação do projecto agora proposta, visa responder às questões levantadas pela APA, mas não responde de forma alguma às legítimas preocupações levantadas pelas populações. Como principais alterações, a

Savannah propõe a eliminação das actividades nocturnas e a concentração das actividades mais ruidosas nos dias úteis, entre as 12h00 e as 15h00, todavia, a lavaria funcionará 24 horas por dia. Além disso, o passivo ambiental previsto, resultante da localização dos rejeitos da lavaria, não sofreu qualquer medida de melhoria nesta reformulação, pelo que continua a representar um problema ambiental grave. No global, este projecto é farto em planos, sejam eles de monitorização (do ar, do lobo, das águas, etc.), recuperação ambiental ou de partilha de benefícios, mas é parco nas propostas de medidas de mitigação efectivamente implantadas no terreno. Planos esses que, tendo sido impostos e não negociados com as comunidades locais, estarão condenados ao fracasso, assim como todo este projecto.

Importa questionar como vão mitigar os impactes na saúde das populações e na sua qualidade de vida e consequente perda de rendimentos? Como vão mitigar a contaminação das águas superficiais e dos lençóis freáticos? Como vão mitigar a proximidade do projecto a cinco alcateias de lobos (espécie protegida)? Que interferência terá no habitat do mexilhão-de-rio (espécie protegida)? Importa ainda questionar os efeitos cumulativos dos impactes provocados pelo projecto de exploração mineira no seu conjunto, pois é diferente avaliar impactes individualmente ou conjugados e, estes, não estão quantificados - é mais uma lacuna grave do projecto a juntar a tantas outras.

Preocupam-nos muito todos os impactes negativos do projecto, que diga-se, são amplos e graves, mas também nos preocupam os impactes positivos, que se resumem, como diz o povo, a “uma mão vazia e outra cheia de nada” para as populações sacrificadas. Senão vejamos - os benefícios apontados são os seguintes, e passamos a citar: o "posicionamento estratégico de Portugal face às políticas europeias do lítio e o dinamismo do quadro socioeconómico" e a "revegetação das áreas afetadas e a implementação do Projeto Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP)”.

Resumindo o atrás exposto pela Savannah, por um lado, Portugal, ou melhor, o Governo português, fica bem visto aos olhos da União Europeia, qual aluno bem comportado, porque implementou o plano de fomento mineiro proposto, ainda que contra a vontade e sacrifício das suas populações; por outro, a empresa, através da dita “revegetação das áreas afectadas” compromete-se a fazer a recuperação ambiental. Ou seja, esventram os montes, contaminam o ambiente, estragam a vida e a saúde das pessoas e ainda querem que entendamos a obrigação de recuperação ambiental a que estão obrigados por lei, como um benefício. Isto anda muito próximo dos limites do surreal.

Concluindo, a mineração é uma forma de colonialismo imposto, não aceitável nos dias de hoje. Não podemos aceitar a narrativa de “green mining” quando o que está em causa é apenas destruição e contaminação! A exploração de lítio não é a solução para a mobilidade sustentável.

Caso as minas avancem no concelho de Boticas, Montalegre e limítrofes, poderá estar em cima da mesa a eventual desclassificação da região como Património Agrícola Mundial, que hoje, 19 de Abril, está de parabéns, celebrando 5 anos de existência, tendo sido classificada pela FAO em 2018.

Pelo acima exposto, solicitamos a V. Exas que este projecto de ampliação da Mina do Barroso, apresentado pela empresa Savannah, seja rejeitado.

Montalegre, 19 de Abril de 2023

Com os melhores cumprimentos,

P'lo Movimento Não às Minas – Montalegre

Cristiana Maria Pereira Barroso - CC nº 11302040
Vítor Manuel Machado Afonso - CC n.º 10272563

Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso
Antiga Casa do Povo
Largo do Cruzeiro
Covas do Barroso
54600-381
Portugal
udcovasdobarroso@gmail.com
NIF: 515180513

RESPOSTA DE CONTESTAÇÃO À ALTERAÇÃO AO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DO PROJETO "MINA DO BARROSO" AO ABRIGO DO N.º 2, ARTIGO 16º DO, DL 151-B/2013, NA SUA ATUAL REDAÇÃO

A Unidos em Defesa de Covas do Barroso (UDCB) é uma associação local pela defesa do ambiente, meios de vida e património natural e construído na freguesia de Covas do Barroso. Nasceu em dezembro de 2018 como resposta à intenção da empresa Savannah Resources de desenvolver na freguesia um projeto de extração de minerais litiníferos a céu aberto, denominado pela promotora como "Mina do Barroso".

Através desta participação, a UDCB solicita que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) emita uma Declaração de Impacte Ambiental **DESFAVORÁVEL** às alterações ao projeto de ampliação da Mina do Barroso.

Consideramos que o Relatório de Avaliação do Projeto Reformulado — elaborado pela Quadrante, Engenharia e Consultoria, S.A. — não demonstra que alterações suficientes tenham sido projetadas e elaboradas para que o Projeto responda às salvaguardas ambientais, ecológicas, sociais e económicas necessárias para que possa ser aprovado e licenciado. Mantemos que o Projeto contém sérias omissões, fragilidades e lacunas. Caso seja aprovado, este projeto acarretaria prejuízos incalculáveis, tanto para as populações que vivem nas imediações da área de concessão e para o meio-ambiente onde se inserem, como para as populações da região do Barroso. Existem ainda importantes riscos para as populações humanas e não-humanas que habitam ao longo da bacia hidrográfica do Douro.

Neste documento, apresentamos um resumo das principais falhas encontradas durante a leitura da re-avaliação feita ao Estudo de Impacte Ambiental. Dividimos esta análise em 10 componentes:

A. Salvaguarda do direito de acesso à informação e participação pública em todo o processo de avaliação ambiental;
B. Salvaguarda de Direitos Humanos e Constitucionais;
C. Impactos no Património Agrícola;
D. Impactos Socioeconómicos;
E. Impactos Ecológicos;
F. Avaliação da Instalação de Armazenamento de Rejeitados;
G. Impactos sobre a Paisagem;
H. Impactos no Património Histórico, Arqueológico e Artístico;
I. Impactos nos Recursos Hídricos;
J. Atuação da Proponente no Terreno;

Para esta leitura detalhada, contámos com a colaboração de vários especialistas. Nesse sentido, anexamos relatórios que contêm análises mais extensas das diferentes áreas e componentes do projeto, a saber:

A. Relatório elaborado pelo Relator Especial das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Ambiente, David R. Boyd, no âmbito da sua visita a Covas do Barroso;- ***(Anexo A)***
B. Análise da Componente Socioeconómica por Francisco Vene***s (Anexo B)***
C. Impactos Ecológicos por Sara Riso ***(Anexo C)***
D. Avaliação da Instalação de Armazenamento de Rejeitados da Proposta de Mina de Lítio do Barroso da Savannah Lithium, Norte de Portugal elaborada por Steven H. Emerman, Ph.D., Malach Consulting, LLC; a 29 de junho de 2021***(Anexo D)***
E. Avaliação da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados da Proposta Atualizada de Mina de Lítio do Barroso da Savannah Lithium, Norte de Portugal, elaborada por Steven H. Emerman, Ph.D., Malach Consulting, LLC; em 13 de abril 2023 ***(Anexo E)***
F. Nota Técnica sobre Paisagem e Componente Social, elaborada por Dr. Júlio Sá Rêgo, Investigador, CRIA-ISCTE; Dr. Diego Amoedo Martínez, Investigador, CRIA-Centre em

rede de investigação em antropologia, Professor, Universidade Federal do Oeste Pará, Brasil; e Cristiano Pereira, Investigador, CRIA-ISCTE; ***(Anexo F)***

G. Artigo sobre as estratégias de contra-insurgência da companhia proponente, elaborado por Alexander Dunlap e Mariana Riquito. ***(Anexo G)***

A. Salvaguarda do direito de acesso à informação e participação pública em todo o processo de avaliação ambiental.

Durante todo o processo de avaliação do EIA, às populações locais têm-lhes sido negadas o livre acesso à informação, documentação e participação de forma atempada e justa.
Lembramos que o direito à informação administrativa é considerado um direito fundamental, de natureza análoga aos direitos, liberdades e garantias, nos termos do artigo 17.º da Constituição da Republica Portuguesa. Lembramos igualmente que Portugal é signatário da Convenção de Aarhus, Convenção sobre Acesso à Informação, Participação Pública na Tomada de Decisões e Acesso à Justiça em Questões Ambientais da UNECE.

As populações locais têm sido mantidas às escuras durante todo o processo. Recusamos aceitar como fidedigna e livre a informação fornecida pelo proponente do projecto em sessões de esclarecimento por eles dirigidas e mais ainda quando nos é negado o acesso a TODA a documentação. Consideramos que a APA, como entidade responsável pelas políticas do ambiente e pelo licenciamento ambiental de projectos em Portugal, um estado de direito democrático, tem responsabilidade de assegurar que todos cidadãos têm acesso livre e justo a toda a informação e podem participar no processo de tomada de decisão, e que esta não se limite apenas a uma formalidade.

No entanto, durante todo o processo, desde que fomos informados da entrega do EIA em Junho de 2020, há quase 3 anos, ficamos num limbo, sem saber se as nossas vidas e a nossa comunidade vão ser destroçadas por este projecto. Compreendemos que a Comissão de Avaliação tivesse

necessidade de procurar pareceres de todas as entidades e que por sua vez precisasse de analisar cabalmente todos os impactos. O que não se entende é que, vezes sem conta, se tenha dado oportunidades ao promotor para melhorar o projecto que claramente nunca poderia ser levado a cabo sem impactos significativos e, mesmo depois de todas essas oportunidades, se permitisse que reformulasse o projecto sem que as populações fossem sequer informadas dos trâmites do processo.

Portanto, a primeira razão para rejeitar categoricamente este projeto é a forma como a população da região e do país foram limitadas no seu direito de ampla informação e análise da reformulação do EIA. Apesar de se tratar de um documento muito extenso, com centenas de ficheiros e milhares de páginas, foi-nos concedido um período exíguo para avaliação e reação. Esta atuação da APA e dos órgãos ambientais precipita um contexto de injustiça e imparidade com a entidade privada a quem foram permitidos 9 meses para reformular a proposta.

B. Impactos nos Direitos Humanos

(cf.Anexo A)

A população de todo o Barroso e norte de Portugal também tem direito a um ambiente seguro, limpo e sustentável como foi consagrado pela Constituição Portuguesa e pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

No Barroso, nós que sempre vivemos de forma sustentável, recusamos ser sacrificados para que outros possam manter o seu consumismo intensivo. As nossas vidas e os nossos direitos não tem menos valor do que a de outras pessoas.

Isto foi confirmado pela visita e pelo relatório do Relator Especial da Organização das Nações Unidas, David R. Boyd, que visitou Portugal em setembro de 2022, a convite do Governo Português. O relatório que elaborou (Anexo A), sobre a questão das obrigações dos direitos humanos relacionados com o direito a um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável, inclui diversas passagens que confluem com o objeto desta consulta pública.

1. Portugal ainda não tem um plano de ação sobre empresas e direitos humanos, apesar de terem passado dez anos desde a publicação dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos. A Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho obriga as grandes empresas a divulgar informações não financeiras, incluindo avaliar os impactos climáticos de atividade e investimentos. A população de Covas do Barroso não pode confiar

a proteção do ambiente às autoridades portuguesas, nomeadamente a APA, uma vez que a legislação que forçaria a empresa proponente a divulgar os impactos climáticos da atividade ainda não existe. Também fica assente que a criação de legislação adequada para garantir que empresas invistam em atividades económicas que mitiguem em vez de agravar os riscos climáticos não tem sido prioridade do governo português.

2. Não há dúvida de que o mundo precisa urgentemente de uma transformação económica de uma economia linear baseada em combustíveis fósseis, desigual e insustentável, para uma economia circular justa e sustentável alimentada por fontes de energia renováveis. No entanto, é de suma importância garantir que a transição ocorra de forma a respeitar os direitos humanos, impondo os mais elevados padrões ambientais, maximizando os benefícios públicos do desenvolvimento dos recursos naturais de propriedade pública e protegendo os direitos das comunidades potencialmente afetadas. Os direitos da população de Covas do Barroso, antes de mais, o direito à informação, foram cerceados desde o início do processo. Não houve comunicação de que existia o interesse na criação da "maior mina de lítio da Europa", não fomos devidamente esclarecidos pelas agências ambientais quanto ao escopo e dimensão do projeto, nem nos foi concedido um período razoável de tempo para analisar e reagir a esta mesma consulta pública. Além do tratamento depreciativo a que fomos votados pelos nossos representantes, enquanto cidadãos, fomos ainda tornados presas dos métodos antiéticos e agressivos da empresa proponente.
3. O Relator Especial, em visita a Covas do Barroso, constatou que há uma forte resistência da população local ao projeto, por causa dos riscos ambientais e sociais que ele acarreta. Os moradores também reclamaram da falta de transparência e participação no processo decisório. Mencionou ainda o processo contra Portugal, na Convenção de Aarhus, por violação do direito à informação ambiental. A companhia não tem, nem conseguirá, uma "licença social" para operar no Barroso. A comunidade local não tem qualquer interesse em permitir que uma mina destrua o ambiente, o tecido social, a paisagem e a água da nossa região
4. O relatório aborda a criação de zonas de sacrifício, onde o ambiente e os direitos humanos são negligenciados em favor dos interesses económicos. O projeto em avaliação nesta consulta pública ilustra o tipo de indústria que viola claramente o direito a um ambiente saudável e sustentável consagrado no art. 66 da Constituição Portuguesa e na resolução 76/300 da Assembleia Geral da ONU. O texto questiona ainda a validade do argumento de que a mina é necessária para a transição energética verde e aponta para a ilegalidade da mineração a céu aberto em alguns países.

5. O texto elogia Portugal por ser um líder mundial em reconhecer o direito a um ambiente saudável, acabar com o uso do carvão, aumentar a produção de energia renovável e proibir, por lei, o desenvolvimento de petróleo e gás offshore em todo o país, inclusive perto do Algarve. É incompreensível que os nossos governantes tentem reconciliar tal posição com a aprovação de uma mina a céu aberto, em uma comunidade que é um exemplo global de desenvolvimento sustentável, traindo o histórico do país em matéria ambiental.
6. Por último, o Relator Especial deixou recomendações quanto ao caminho a traçar por Portugal, que incluem:

Número 90, c): "Identificar e restaurar quaisquer zonas de sacrifício existentes em que os lucros e os interesses privados tenham sido priorizados em detrimento dos direitos humanos e do meio ambiente, ao mesmo tempo que se evita que quaisquer futuras zonas de sacrifício sejam estabelecidas."

Número 92: "O Governo deve tomar medidas para melhorar o acesso à informação ambiental, fortalecer a participação pública e facilitar o acesso à justiça, incluindo:

(a) Estabelecendo uma estratégia nacional para proteger os defensores dos direitos humanos ambientais;

(b) Considerando o estabelecimento de tribunais ambientais especializados."

Assim sendo, concluímos que Portugal é aconselhado a empenhar-se em seguir e copiar as melhores práticas internacionais em matéria ambiental. A proteção de associações como a nossa, que nascem da vontade comum de populações e em representação destas para proteger o ambiente, deveria ser prioridade do governo. Desenvolver o direito ambiental, e o estabelecimento de órgãos judiciais dedicados a esta temática, deveria ser o segundo passo. Esta posição não se coaduna com a operação de grandes empreendimentos extrativos que prejudicam o ambiente e as populações e violam direitos consagrados nacional e internacionalmente.

Falta referir que, as contrapartidas oferecidas pela proponente como forma de mitigar os impactos negativos do projecto, para a população de Covas do Barroso não são sérias nem válidas, e não nos cansaremos de procurar justiça a nível nacionais e internacionais, para lutar contra a extinção de toda uma região.

C. Impactos no Património Agrícola

O projeto localiza-se numa área classificada como Património Agrícola Mundial e como um sítio GIAHS (*Globally Important Agricultural Heritage System*) pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO (*Food and Agriculture Organization*). Os sítios GIAHS, como o Barroso, são sistemas agrícolas vivos, envolvendo as comunidades humanas numa relação intrincada com o território, com a paisagem cultural e agrícola, bem como com o ambiente biofísico e social.

O sistema agrícola que existe no Barroso e na área onde está inserido o projecto é rico em biodiversidade agrícola e em vida selvagem e é uma importante fonte de conhecimento autóctone e de culturas ancestrais. A sua diversidade cultural, ecológica e agrícola é bem evidente. O sistema agrícola presente nesta região contribui para a base da inovação agrícola e tecnológica do futuro.

O projeto da "Mina do Barroso" virá desestabilizar esse sistema. Deve ser vincado que um projeto com esta dimensão, implementado numa área que, sendo uma área maioritariamente florestal, alberga ainda grandes porções de mosaico agro-silvo-pastoril (mais de 18 ha de agricultura com espaços naturais e seminaturais e cerca de 75 ha de matos), terá efeitos diretos sobre a paisagem e sobre os modelos de organização dos sistemas produtivos agrícolas locais e, necessariamente, efeitos indiretos sobre o posicionamento estratégico e a visibilidade turística da região do Barroso enquanto Património Agrícola Mundial.

Durante o período de laboração da mina, grande parte do solo e da água usados nas práticas agrícolas não estará disponível. Após o fim da vida da mina, o uso e aptidão dos solos serão irremediavelmente afetados pelas alterações do relevo, ocupação com escombreiras e barragens de rejeitos e pelos desvios de linhas de água, entre outras coisas. Haverá uma inevitável ruptura das práticas ancestrais que não se voltarão a restabelecer, uma vez que a presente geração de agricultores será obrigada a alterar o seu modo de vida, não o podendo transmitir à geração seguinte.

Para além de que o interior, o Norte de Portugal e mais concretamente o Barroso está a ser apontado como uma zona de sacrifício para a mineração. Aliciados por ideias enganadoras sobre as reservas portuguesas de lítio, por supostos ganhos ambientais e financeiros, e pela promessa de uma cadeia de valor, o governo português não perdeu tempo em promover de forma irresponsável a mineração de lítio.

em Portugal. De salientar que no Barroso existem agora 8 contratos de exploração mineira já assinados, e 7 pedidos que estão a ser analisados pela Direção Geral de Energia e Geologia. Nos últimos 5 anos, 39% do Barroso foi alvo de pedidos de licenças de prospecção e mineração. Para além das 15 licenças já existentes, o governo identificou no Barroso uma área de 550 km2, que tencionava oferecer para o concurso. Veio dizer depois que iria entregar esta área para prospecção a qualquer uma das empresas que já cá tivessem licenças. Fazer do Barroso uma zona sacrificial, com a desculpa de uma ideia de descarbonização que mais não faz do que deslocar a poluição dos centros urbanos para as zonas rurais é absurdo. O Barroso ficou excluído dos processos de Avaliação Ambiental Estratégica e da Consulta Pública, dos quais beneficiaram outras áreas do País. Sendo assim, há que considerar os impactos cumulativos de todos estes projectos, não esquecendo que, na nossa experiência, os impactos ambientais e económico-sociais começam bem antes do processo de avaliação ambiental.

D. Impactos Socioeconómicos

(cf.Anexo B)

A componente socioeconómica do Estudo de Impacte Ambiental reformulado para a Mina do Barroso apresenta uma melhor caracterização da situação de referência face à versão anterior. No entanto, pretende passar por avaliação de impactes sociais informação que é reconhecida, tanto pela equipa que realizou o estudo de perfil de comunidade (CIG) como pela equipa do EIA (Quadrante), como insuficiente para determinar impactos sociais de forma realista.

A estratégia de remeter os estudos necessários para uma fase posterior à Avaliação de Impacte Ambiental contradiz o propósito do processo: poder avaliar adequadamente os impactes. Portanto, os impactes e significâncias identificados no relatório síntese são incapazes de determinar adequadamente as consequências do projeto para a socioeconomia. A comissão de avaliação emitirá um parecer sobre um Estudo de Impacto Ambiental que não conta com uma avaliação satisfatória de impactos sociais.

Resumem-se aqui algumas das propostas feitas no estudo de perfil de comunidade para levar a cabo uma avaliação de impacte ambiental adequada. Propostas que o estudo reformulado remete para uma fase posterior (Relatórios de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução - RECAPE)

1. Explorar melhor aspetos emocionais e de apego aos lugares, ainda que numa perspetiva de mitigar, corrigir e valorizar percepções negativas.

2. Oficinas participativas com as comunidades locais e outros stakeholders para elaborar indicadores de linha de base e de avaliação de impactes (123).

3. Abordar os impactes sobre os meios de subsistência de maneira multidimensional: recursos, estratégias e interdependências. É necessário ir além do emprego e considerar tanto aspectos tangíveis como intangíveis que não foram investigados adequadamente.

4. Elaborar um Plano de envolvimento dos stakeholders para a avaliação do impacto social. O plano deve aprofundar o conhecimento sobre as comunidades emigrantes, o que permitiria fazer afirmações mais sustentadas sobre os impactos do projeto no retorno.

5. Maior transparência na partilha de informação, em particular dos incómodos que o projeto vai trazer para a sua qualidade de vida. É preciso um maior envolvimento da comunidade para determinar a significância dos impactos.

6. Considerar os impactos indiretos aos utilizadores a jusante das hidrovias.

D. Impactos Ecológicos

(cf Anexo C)

A análise da bióloga Sara Riso concluiu que o EIA apresenta problemas metodológicos e diagnósticos de impactes que não são rigorosos nem transparentes cientificamente. Esses problemas podem afetar a análise das populações de fauna e flora existentes na área de estudo e ignorar a presença de espécies-chave, assim como as suas quantidades e distribuições. Isso pode induzir o leitor a pensar, equivocadamente, que essa é uma área de baixo valor para a biodiversidade e a conservação, o que não poderia estar mais longe da verdade.

O texto aponta diversos exemplos específicos de subavaliação ou ausência de avaliação de impactos nas populações de fauna e flora, sobretudo lobos-ibéricos, mexilhão-do-rio e outras populações animais ameaçadas, tanto na fase de construção quanto na fase de exploração da Mina. Estes dizem respeito às áreas propostas para a exploração, mas também aos estudos de viabilidade de acessos.

De acordo com o próprio parecer da Comissão de Avaliação da APA, o projeto "também carece de informação relativa às emissões de gases com efeito de estufa resultantes da utilização de gases fluorados utilizados nos sistemas de refrigeração existentes na instalação."

A proposta de descarbonização é aviltante para o ambiente e a população de Covas do Barroso. Duas das quatro propostas apresentadas apoiam-se na eventual capacidade de substituir camiões de combustíveis fósseis por camiões elétricos. Tais veículos, segundo o próprio relatório, estariam disponíveis, hipoteticamente, a partir de 2028, daqui a cinco anos. Todas as propostas, além disso, encaram a descarbonização como um mero negócio de compra de créditos de carbono, sem atender à urgência de reduzir globalmente as emissões. O carbono, enquanto gás, não fica onde é produzido e prejudica a todos por igual.

E. Avaliação da Instalação de Armazenamento de Rejeitados

(cf Anexo D e E)

Segundo o relatório "Avaliação da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados da Proposta Atualizada de Mina de Lítio do Barroso da Savannah Lithium, Norte de Portugal" da autoria do Dr. Steven Emerman (Anexo B), a pedido das Associações em Defesa de Covas do Barroso e Povo e Natureza do Barroso, e no que diz respeito ao armazenamento de rejeitados filtrados:

1. Insiste em chamar secos a rejeitos filtrados e sem considerar a possibilidade que estes possam vir a ser humedecidos por precipitação.
2. O EIA não usa a palavra barragem para nomear o aterro de rocha estéril, embora descreva todas as funções de uma barragem. Assim, não inclui considerações sobre a segurança de barragens. *"Embora os rejeitados filtrados sejam confinados por um aterro de rocha estéril, que deve ser considerado uma barragem pelos padrões da indústria,* ***o EIA atualizado nunca usa a palavra "barragem" para descrever o aterro de rocha estéril e não há consideração dos padrões de segurança de barragens****."*

3. A instalação de armazenamento de rejeitados filtrados da Mina de Barroso seria, simultaneamente, a segunda mais alta do mundo e o terceiro local mais húmido onde já foi instalada uma barragem de rejeitos. O EIA falha em reconhecer os riscos acrescidos da combinação dos fatores de altura, volume e humidade. *"Com 140 metros de altura, a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados da mina do Barroso será o segundo mais alto já construído. A única instalação de armazenamento de rejeitados filtrados mais alta seria a instalação na mina La Coipa, no Chile, num local com precipitação média anual de 42,9 mm (Franks et al., 2021; GRID-Arendal, 2023).* ***O problema é que, com uma precipitação média anual de 1.649 mm (Savannah Lithium LDA, 2023b), o local da mina do Barroso seria o local terceiro mais húmido para qualquer instalação de armazenamento de rejeitados filtrados já construída."***
4. A construção de barragens de rejeitados próximas a rios já foi proibida em diversos países do mundo, tendencialmente após tragédias que demonstraram a temeridade dos projetos. No caso da Mina de Barroso, o próprio EIA reconhece o risco de liquefação dos rejeitados. *"**A colocação de uma instalação de armazenamento de rejeitados perto de um rio geralmente não é considerada uma boa prática**. De acordo com A Segurança em Primeiro Lugar: Diretrizes para Gestão Responsável de Rejeitos de Mineração, "**Estruturas de rejeitos não devem ser construídas em locais onde uma falha possa ter um impacto significativo em reservatórios de águas, habitats críticos e na proximidade de recursos ecológicos**" (Morrill et al., 2022). Algumas jurisdições, como a China, proíbem a construção de instalações de armazenamento de rejeitados perto de rios. De acordo com o Departamento de Noções Básicas de Segurança da Produção (China), "严禁在距离长江和黄河干流岸线 3 公里、重要支流岸线 1 公里范围内新（改、扩）建尾矿库" **[É estritamente proibido construir novas (ou modificadas ou ampliadas) lagoas de rejeitados a menos de 3 quilômetros das margens dos principais córregos do rio** Yangtze e do rio Amarelo e a 1 quilômetro das margens dos seus importantes afluentes]."; "(...)**o método de construção a montante é ilegal no Brasil, Chile, Equador e Peru, e foi recentemente denunciado no Manual de Mineração de Superfície da SME (Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração)**. O perigo é particularmente agudo para a proposta mina do Barroso, uma vez que o EIA atualizado reconhece que os rejeitados serão suscetíveis à liquefação."*
5. A altura proposta de 140 m para a instalação de armazenamento de rejeitados **excede**, **em 97 metros**, o limite tecnológico estabelecido para estruturas deste tipo. *"O limite tecnológico atual é aproximadamente restringido por uma linha que conecta a instalação*

de armazenamento de rejeitados filtrados de La Coipa no Chile com uma altura de 200 metros e precipitação média anual de 42,9 mm e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de COMILOG no Gabão com uma altura de 30 metros e média precipitação anual de 1.779,1 mm. Com base nisso, ***a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina do Barroso ultrapassaria o limite tecnológico atual em 97 metros****. A colocação de uma instalação de armazenamento de rejeitados tão perto de um rio não é considerada uma boa prática e é ilegal em algumas jurisdições, como a China."*

6. O EIA afirma que uma possível ruptura da barragem de rejeitos "dificilmente atingirá o rio Covas", mas não apresenta dados ou modelos que o comprovem. *"De acordo com o EIA atualizado, "Considerando que a instalação de resíduos se localiza a mais de 1 km do rio Covas, considera-se que a eventual rotura desta infraestrutura, dificilmente atingirá o rio Covas, e consequentemente a sua qualidade" (Savannah Lithium LDA, 2023a-b). O EIA atualizado não indica uma distância exata da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados até o rio Covas. O EIA atualizado também não mostra o caminho que os rejeitados derramados seguirão para chegar ao rio Covas, nem indica a distância prevista que os rejeitados derramados percorrerão.* ***A alegação de que um deslizamento de terra de rejeitados percorrerá menos de 1.000 metros não é suportada por nenhum modelo, cálculo ou banco de dados empíricos."***

Em suma, o que antes se tratava de uma obra da "criatividade temerária", na primeira versão do projeto, é avaliado agora como simplesmente imprudente. A recomendação é de que seja sumariamente rejeitado. *"Portanto, o EIA atualizado deve ser identificado simplesmente como "temerária". A recomendação deste relatório é que o EIA atualizado para a proposta mina de lítio do Barroso* ***seja rejeitado sem maiores considerações****."*

F. Impactos sobre a Paisagem

(cf Anexo F)

O projeto re-avaliado de ampliação da Mina do Barroso não respondeu às preocupações levantadas pela Comissão de Avaliação relativas à conservação da paisagem e à componente

social. De acordo com especialistas, a empresa QUADRANTE não parece dominar as metodologias de avaliação da paisagem. Do ponto de vista metodológico, a análise das visibilidades apresenta graves erros metodológicos de abordagem, que tornam largamente subestimados os impactos visuais futuros do projeto mineiro. Os impactos na paisagem aparecem como significativamente ou muito significativamente negativos.

G. Impactos no Património Histórico, Arqueológico e Artístico

O facto de terem sido listadas mais de uma centena de ocorrências de interesse patrimonial demonstra claramente a importância da área; contudo, a pesquisa documental limita-se à apresentação de descrições de inventário, sustentadas maioritariamente por cópias de textos de fontes disponíveis na Internet. O trabalho de campo foi notoriamente negligente em termos de abrangência patrimonial, da sua fundamentação teórica e limitou-se essencialmente a Património considerado de baixo/nulo valor como directamente afectado pelo projecto mineiro, não contemplando os impactes que, a médio e longo prazo, se desenvolverão no Património assinalado em ZE (inclusive classificado), e muito menos é avançada qualquer medida de salvaguarda *a priori*.

De realçar, que a menos de 1km da mina situa-se a Igreja de Santa Maria de Covas do Barroso, classificado Imóvel de Interesse Público com inestimável valor artístico e arquitetónico. Os afrescos datados de 1721 são sensíveis às vibrações do solo e as argamassas poderão desprender-se da superfície, causando danos irreparáveis.

Além disso, o acesso planeado entre a mina e a Estrada Nacional 311, segundo o projeto, passaria ao lado do Castro de Lesenho, um local de reconhecida importância histórica e arqueológica.

H. Impactos nos Recursos Hídricos

De acordo com o próprio parecer da CA da APA, "O projeto pode por em causa os objetivos da Diretiva Quadro da Água (DQA), transposta para direito interno pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, dado que as modificações físicas permanentes dos cursos de água, os consumos

significativos de água e o risco potencial de contaminação, poderão ser responsáveis (individualmente ou em conjunto) por deteriorar o estado das massas de água afetadas (alterando a qualidade dos elementos que suportaram a sua classificação) ou impedir que se atinja o bom estado. De facto, existe um potencial de afetação do rio Covas e do rio Beça, quer em termos qualitativos como quantitativos, que trará um efeito negativo sobre o estado das respetivas massas de água em que se inserem."

Como referido anteriormente, atualmente a massa de água Rio Covas (PT03DOU0204) e Rio Tâmega (PT03DOU0300), que serão as afetadas de uma forma mais direta, têm uma classificação de Excelente e Razoável, respectivamente, não tendo ficado demonstrado, através da informação apresentada, de que forma um projeto desta magnitude e com interferência direta nos recursos hídricos será executado sem pôr esse estado em causa e/ou sem impedir que se atinja o bom estado ecológico. A informação apresentada não contém matéria de facto que permita concluir que ao projeto, em especial a parte que se refere à Corta do Grandão, que é aquela que terá um maior impacte negativo e irreversível sobre os recursos hídricos, está associado um superior interesse público e/ou que os benefícios para o ambiente e para a sociedade decorrentes da realização dos objetivos ambientais definidos são superados pelos benefícios das novas modificações/alterações para a saúde humana, segurança ou desenvolvimento sustentável. O EIA desvaloriza, de uma forma geral, os impactes sobre os recursos hídricos, referindo simplesmente, sem qualquer tipo de sustentabilidade técnica, que a exploração da Mina do Barroso não vai colocar em causa o estado das massas de água"

"Apesar das medidas de minimização propostas contribuírem para a mitigação dos impactes negativos sobre os recursos hídricos, foram identificadas situações em que ainda assim os impactes serão difíceis de minimizar e situações para as quais deveriam ter sido consideradas outras alternativas de projeto.

J. Atuação da Proponente No Terreno

(cf Anexo G)

A indústria mineira é conhecida por ser uma das mais poluidoras do mundo. Em Portugal, segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), em 2019, os processos industriais de extração e processamento foram responsáveis por 12,1% das emissões. Esta é também das indústrias mais destrutivas para os ecossistemas e a biodiversidade. Apesar disso, a empresa proponente, membros relevantes do poder público e a comunicação social procuraram, desde o início do processo, retratar a comunidade local e seus aliados como ignorantes, egoístas e desinformados. A ideia de "green mining" permeou a discussão pública, como se fosse algo real, e não apenas um bordão inventado. A Savannah procurou através de pressão, promessas vazias, aliciamento e ameaças veladas calar a população de Covas do Barroso, e obter a "Licença Social para Operar". Usaram estratégias de contra'insurgência para pacificar, manipular e exercer controlo coercivo sobre a comunidade. Compraram terras com recurso a táticas espúrias, que misturaram ameaças de miséria à exploração dos medos e desconhecimento de pessoas simples e ingénuas para aliciar a venda de terrenos e com eles usurpar área de terrenos baldios. Causaram fraturas que já são visíveis no tecido social, com famílias e amigos desavindos. Querem expropriar, explorar e abandonar uma vasta área de território que deveria ser tomado como exemplo para a verdadeira transição energética. Abateram árvores centenárias indiscriminadamente, algumas das quais não lhes pertenciam para desvalorizar o território e facilitar o lucro. Estes impactos começaram ainda antes de receber qualquer sinalização de parecer positivo, descredibilizando o processo de avaliação e qualquer esperança de que a Savannah irá procurar mitigar e restringir os impactos ambientais da mina. E nunca, em tempo algum fomos abordados pela APA. É um sinal do que nos espera se o projecto for avante- impunidade e controlo coercivo sobre a comunidade para desencorajar denúncias de abusos futuros.

Conclusões

Considerado o exposto no presente documento assim como a informação complementar nos relatórios anexos, a Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso solicita novamente à Comissão de Avaliação do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Ampliação da Mina do Barroso a emissão de um parecer **DESFAVORÁVEL**.

A extensão das omissões, lacunas e fragilidades que se evidenciavam largas no primeiro EIA mantêm-se graves e, em alguns casos, piores que antes, nesta nova reformulação. A seriedade destes erros perspetivam ameaças graves para a biodiversidade, para o património agrícola, arqueológico, artístico, natural, para a saúde e a qualidade de vida das populações das aldeias na área concessionada, assim como nas regiões circundantes - do Barroso ao Douro.

Em meu nome e das restantes pessoas que integram a Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso,

Covas do Barroso, 19 de abril de 2023

Nelson Esteves Gomes,

Presidente da Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso

NIF: 515180513

Anexo A

Relatório elaborado pelo Relator Especial das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Ambiente, David R. Boyd, no âmbito da sua visita a Covas do Barroso

United Nations A/HRC/52/33/Add.1

General Assembly

Distr.: General
4 January 2023

Original: English

Human Rights Council
Fifty-second session
27 February–31 March 2023
Agenda item 3
Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development

Visit to Portugal

Report of the Special Rapporteur on the issue of human rights obligations relating to the enjoyment of a safe, clean, healthy and sustainable environment, David R. Boyd*

Summary

The Special Rapporteur on the issue of human rights obligations relating to the enjoyment of a safe, clean, healthy and sustainable environment, David R. Boyd, visited Portugal from 19 to 27 September 2022, at the invitation of the Government. The purpose of the visit was to examine how Portugal has been implementing the right to a clean, healthy and sustainable environment, to identify good practices and to investigate the environmental challenges that the country faces. Portugal has a very strong legal framework for protecting human rights and the environment and deserves credit for leadership related to closing coal-fired power plants and ensuring access to safe drinking water. Ongoing challenges include air pollution, waste management, adapting to the climate crisis and effectively implementing environmental laws and policies. Among his recommendations, the Special Rapporteur encourages Portugal to reduce emissions from motor vehicles, invest in energy efficiency, accelerate renewable energy generation, strengthen air quality standards and shift towards a circular economy.

* The summary of the report is being circulated in all official languages. The report itself, which is annexed to the summary, is being circulated in the language of submission only.

Please recycle

Annex

Report of the Special Rapporteur on the issue of human rights obligations relating to the enjoyment of a safe, clean, healthy and sustainable environment, David R. Boyd, on his visit to Portugal

I. Introduction

1. The Special Rapporteur on the issue of human rights obligations relating to the enjoyment of a safe, clean, healthy and sustainable environment, David R. Boyd, visited Portugal from 19 to 27 September 2022, at the invitation of the Government. The purpose of the visit was to examine the implementation of the right to a clean, healthy and sustainable environment in Portugal, to identify good practices and to investigate the environmental challenges that the country faces.

2. Portugal has played a leadership role in the recognition of the right to a healthy environment in law. The country was one of the first United Nations Member States to recognize this right in its constitution, back in 1976. Portugal has also consistently championed the human right to a clean, healthy and sustainable environment at the international level, actively supporting historic resolutions at the Human Rights Council, in 2021, and the General Assembly, in 2022.[1] The visit of the Special Rapporteur was focused on the steps that Portugal has taken to respect, protect and fulfil this right, and the challenges it faces in doing so.

3. Portugal has experienced incredible development since 1970, when there were low rates of access to safe drinking water, sanitation and electricity. The peaceful democratic Revolution of the Carnations in 1974, the progressive Constitution of 1976 and the entry into the European Union in 1986 catalysed a new era of progress. One inspiring example is the availability of safe drinking water, which increased from 50 per cent to 99 per cent of households between 1993 and 2015.

4. Nonetheless, the population of Portugal and the country's diverse ecosystems are being deeply affected by heatwaves, wildfire and drought, which are exacerbated by the climate crisis. In 2022, more than 1,000 deaths were related to the heatwave during the hottest July in 92 years, and close to 110,000 ha of forest were lost to fires.[2] These are powerful reminders of the close relationship between the health of the planet and the health and well-being of people. The urgent need to address the world's triple environmental crisis requires all States not only to recognize the human right to a clean, healthy and sustainable environment, but also to rigorously respect, protect and fulfil that right.

5. Over the course of his visit, the Special Rapporteur met with the Minister for Environment and Climate Action, the Secretary of State for Internationalization, the Secretary of State of Agriculture, representatives of the Portuguese Environmental Agency, the Portuguese Ombudsperson, the Constitutional Court and the Deputy Attorney General's Office and members of the National Council of the Environment and Sustainable Development. The Special Rapporteur had a productive conversation with the Working Group of the National Human Rights Committee, which covers the following government areas: presidency of the Council of Ministers; foreign affairs; home affairs; justice; finance; citizenship and gender equality; economy and maritime affairs; education; labour, solidarity and social security; health; environment and climate action; infrastructure and housing; territorial cohesion; and agriculture and food. He also met with Members of Parliament (from the Committee on Constitutional Affairs, Rights, Liberties and Guarantees and the Committee on Environment and Energy), the Deputy Mayor of Porto, the Mayors of Boticas

[1] Council resolution 48/13 and Assembly resolution 76/300.

[2] Catarina Demony, Miguel Pereira and Pedro Nunes, "Portugal reports more than 1,000 heat-related deaths", Reuters, 20 July 2022.

and Covilhã, other local officials, young people, academics and representatives of civil society, United Nations entities, local communities and the private sector.

6. The Special Rapporteur travelled to numerous places, including Lisbon, Porto, Covilhã and Serra da Estrela, where he witnessed the devastating damage inflicted by wildfires and met with numerous stakeholders, including local authorities and the National Guard and Civil Protection, whose courageous efforts prevented any deaths in the large fire in 2022. The Special Rapporteur also visited the communities of Boticas and Covas do Barroso to learn about the potential environmental and human rights impacts of a proposed lithium mine. Finally, he visited the Dunas de São Jacinto nature reserve.

II. Legal and policy framework

A. International law and policy

7. Portugal is a party to all major global human rights treaties, except for the International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families, which the State should consider joining. Environmental protection is essential to fulfilling many of the rights recognized in these agreements, including the rights to life, health, food, water and sanitation and cultural rights. Of critical importance is protecting the rights of those who may be most vulnerable to environmental harms and climate change, including women, children, older persons and persons with disabilities.

8. Portugal has joined all major global environmental treaties and is a party to the Convention on Access to Information, Public Participation in Decision-Making and Access to Justice in Environmental Matters. Fulfilling these procedural rights is often a prerequisite to environmental protection and sustainable development.

9. In 2021, the Parliamentary Assembly of the Council of Europe recommended the development of a new additional protocol to the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms (European Convention on Human Rights), recognizing the right to a clean, healthy and sustainable environment. Given the leadership of Portugal in advancing recognition of this right at the Human Rights Council and the General Assembly, it would be well placed to serve as a vocal champion for the proposed protocol.

10. Portugal is also a party to many international trade and investment treaties, including the European Energy Charter, most or all of which contain problematic provisions on investor-State dispute settlement mechanisms. These mechanisms enable foreign businesses to bypass national court systems and make claims for huge amounts of damages against States before international arbitration panels for allegedly enacting and implementing laws and policies that reduce profits. Given the rising tide of lawsuits being brought by fossil fuel corporations and other businesses in resource-extraction industries, the Special Rapporteur recommends that Portugal negotiate the removal of investor-State dispute settlement mechanisms or withdraw from the relevant treaties.

B. National legal context

11. In 1976, Portugal became one of the first nations in the world to recognize the human right to a healthy and ecologically balanced environment (art. 66 of the Constitution). The Constitution also includes references to preventing pollution, respecting the principle of intergenerational solidarity and guaranteeing the conservation of nature. Portugal has a strong legal framework and a multitude of environmental policies, plans and strategies. The Framework Law on the Environment contains strong provisions on the right to a healthy and ecologically balanced environment. The Framework Law on Climate includes innovative provisions that identify a safe climate as a human right and recognize a stable climate as the

common heritage of humanity. A pilot project to assess the impact of legal acts on climate action began in 2021.[3]

12. Portugal carried out a green tax reform, which amended the environmental tax rules in the energy and emissions, transport, water, waste, land use planning, forests and biodiversity sectors. It also introduced a tax regime for plastic bags and a planned incentive regime for scrapping end-of-life vehicles.[4] In 2015, Portugal established a carbon tax to cover sectors not included in the European Union Emissions Trading System. The result is that virtually all carbon emissions in Portugal are subject to a pricing instrument, creating a powerful incentive to shift towards a low-carbon society. Portugal was also an early adopter of modifying motor vehicle taxes on the basis of their carbon dioxide emission rate. This policy is influencing changes in the Portuguese car fleet and has resulted in an increase in the number of electric and other low-emission vehicles being sold.

13. Portuguese climate and environmental laws can be divided into three categories: (a) laws that transpose European Union directives into domestic law; (b) laws that are stronger than European Union requirements; and (c) additional laws that are not required by the European Union. For example, the country's 2017 environmental impact assessment decree goes beyond directive 2014/52 of the European Parliament and of the Council in stipulating that if an environmental impact assessment concludes that a proposed project will have substantial adverse effects, it cannot be approved. However, the Special Rapporteur is concerned that, in practice, projects identified as being in the national interest (under resolution 49/2005 of the Council of Ministers) are not subjected to the same standard. In fact, it appears that for projects identified as being in the national interest, administrative organs are under pressure to accept significant environmental impacts as a result of economic and political factors related to development.[5]

14. Implementation of the many strong laws and policies is where Portugal faces major challenges. Perhaps the most compelling evidence of this problem is the fact that, because of its failure to comply with European Union directives related to air quality, wastewater treatment, energy efficiency, the energy performance of buildings, the Natura 2000 network and others, the European Commission has commenced many infringement proceedings against Portugal.[6] These infringements illustrate numerous negative impacts on human rights, in particular in relation to the substantive elements of the right to a healthy environment.

15. For example, in 2021, the European Commission decided that Portugal had continually and persistently exceeded the annual nitrogen dioxide limit value in three air-quality zones (Lisboa Norte, Porto Litoral and Entre Douro e Minho), thus failing to comply with limits on air pollution established in directive 2008/50/EC. Portugal had no exceedances of the European Union air quality limit for nitrogen dioxide in 2020, but this could be an anomalous result caused by reduced traffic during the coronavirus disease (COVID-19) pandemic. As a second example, the European Commission is calling upon Portugal to comply with the requirements established in directive 91/271/EEC on urban waste water treatment.[7] According to the Commission, 1 community in Portugal has no system to collect urban waste water and 62 communities fail to meet the standards required under the directive.

16. An impediment to implementation is the inadequate level of government investment in environmental protection. According to Eurostat, average government environmental

[3] See Council of Ministers resolution No. 5/2021 of 19 January 2021.

[4] Law No. 82-D/2014.

[5] Alexandra Aragão, "Environmental standards in the Portuguese Constitution", in *Environmental Rights: The Development of Standards*, Stephen J. Turner, ed. (Cambridge, Cambridge University Press, 2019).

[6] See https://ec.europa.eu/atwork/applying-eu-law/infringements-proceedings/infringement_decisions/index.cfm?lang_code=EN&typeOfSearch=false&active_only=1&noncom=0&r_dossier=&decision_date_from=&decision_date_to=&EM=PT&DG=AGRI&DG=CLIMA&DG=ENER&DG=ENV&title=&submit=Search.

[7] INFR(2022)2028. Available from https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/EN/inf_22_3768.

protection spending in 2019 was 0.5 per cent of gross domestic product in the European Union as a whole, but only 0.3 per cent in Portugal.[8]

17. In terms of good practices, the Fundo Ambiental (Environmental Fund) – for climate change, the circular economy, nature conservation and environmental awareness – is of specific relevance because of its contribution to improving implementation.[9] Created by consolidating several other funds in 2016, the Fund's annual budget, financed in part by taxes on carbon, pollution and waste, grew from €41 million in 2017 to more than €1.1 billion in 2022.

C. Political structure and economy

18. Portugal is a semi-presidential republic, and the administrative division of the country includes 308 municipalities, subdivided into 3,092 civil parishes. The country has a population of more than 10 million people and a territory of 92,225.20 km2, spread over its continental territory and the two autonomous regions of Azores and Madeira.[10] While agriculture, fishing and forestry accounted for only 2.2 per cent of Portugal's gross domestic product in 2021, it should be highlighted that part of the population relies on such activities for their livelihood.[11] In fact, traditional practices in those sectors are of key importance for the realization of cultural rights and represent good practices in terms of climate- and biodiversity-friendly land use and management.

III. Fulfilling the right to a clean, healthy and sustainable environment

19. The right to a clean, healthy and sustainable environment has both procedural and substantive elements. The procedural elements include the rights of access to environmental information, public participation in environmental assessments and decision-making, and access to justice and adequate remedies in cases where the right to a clean and healthy environment is threatened or violated. The substantive elements include a safe climate, clean air, safe drinking water and adequate sanitation, healthy and sustainably produced food, non-toxic environments in which to live, work, study and play, and healthy biodiversity and ecosystems.

A. A safe climate

20. The world is embroiled in a climate emergency, which is already violating human rights across the planet and threatening to do so on an almost unimaginably vast scale in the coming years. The need for rapid decarbonization is clear: humans' dependence on fossil fuels must be eliminated as quickly as possible, while the human rights of all persons affected must be safeguarded. In the words of the Secretary-General: "We have a choice. Collective action or collective suicide. It is in our hands."[12]

21. Among the nations of the global North, Portugal is one of the most acutely vulnerable to the adverse impacts of climate change, including devastating wildfires, deadly heatwaves, worsening droughts, desertification, coastal erosion and the increasing intensity of extreme weather events. Between 2001 and 2016, more than 2 million ha were burned by wildfires in Portugal, contributing to air pollution and climate change and resulting in numerous deaths and injuries, in addition to a series of negative human rights impacts and damage to housing, livelihoods, infrastructure, farms and communities, ecosystems and forest health.

[8] See https://ec.europa.eu/eurostat/cache/egd-statistics/.
[9] Created by Decree-Law No. 42A/2016, amended by Decree-Law No. 114/2021.
[10] See https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0008350&selTab=tab0.
[11] See https://data.worldbank.org/indicator/NV.AGR.TOTL.ZS?locations=PT.
[12] See https://press.un.org/en/2022/sgsm21376.doc.htm.

22. The terrible wildfires of 2017 claimed more than 100 lives and burned almost 500,000 ha of forests, creating a legacy of pain, loss and anxiety that continues to this day. In July 2022, the Directorate-General for Health reported more than 1,000 deaths related to punishing heatwaves. Children, persons who are chronically ill and older persons are particularly vulnerable to the negative health effects of exposure to intense heat. The Ministry of Health is actively attempting to reduce risks through public education and outreach programmes, including warnings, recommendations and guidelines.

23. As of August 2022, 60.4 per cent of Portugal was suffering from severe drought, and 39.6 per cent from extreme drought.[13] Droughts affect agricultural productivity, posing risks to the olive-growing, wine and fishing sectors and jeopardizing the right to food. Large areas of Portugal, in particular in the interior of the southern regions of Algarve and Alentejo, are prone to desertification due to climate change and decades of unsustainable agricultural practices.

24. The Special Rapporteur visited the blackened landscape near Serra de Estrela and Covilhã and met with local residents. He spoke to the Ombudsperson, Maria Lúcia Amaral, who had carried out a year-long extrajudicial process regarding the Pedrógão Grande wildfires in 2017, including a programme for the compensation of victims and their families.[14] Between December 2017 and February 2018, 309 requests from relatives linked to 115 fatalities had been received, involving 65 deaths in the fires of June 2017 and 50 deaths in the fires of October 2017. High temperatures and droughts, exacerbated by climate change, are lengthening the fire season and increasing the risk of severe and intense wildfires.[15] Portugal experienced wildfires that burned an average of 75,000 ha per year in the 1980s, 100,000 ha per year in the 1990s, 150,000 ha per year since 2000, and 475,000 ha in 2017.

25. The Special Rapporteur commends the Government of Portugal for taking the climate emergency seriously. The Government closed down the last two coal-fired power plants, Pego (628 megawatts) and Sines (1,250 megawatts), in 2021, becoming the fourth European nation to stop burning coal and the first with no nuclear facilities to have done so. Large investments in wind and solar energy have enabled a major increase in renewable electricity, from 40 per cent in 2017 to 60 per cent in 2021.[16] There are plans for two large solar photovoltaic power plants (1 gigawatt each), which, if built, would result in Portugal quadrupling its solar capacity between 2022 and 2024. In addition, 10 gigawatts of offshore wind energy are expected to be added by 2030. Unfortunately, the severe and repeated droughts, exacerbated by climate change, are sabotaging hydroelectric power production, forcing an increased reliance on natural gas. In September 2022, Portugal approved a package of measures to save energy, cutting natural gas use by up to 17 per cent by the end of 2023 as part of the European response to the crisis in Ukraine.[17]

26. As the Special Rapporteur travelled around Portugal, he was surprised at the lack of solar panels on rooftops or mounted on the ground. Portugal currently ranks a disappointing thirteenth in the European Union in terms of installed solar electricity panels.[18] However, 100 megawatts per year in local solar installations have been added since 2020, totalling a deployment of close to 1,000 megawatts in 2022. Portugal fares better on wind power (eighth place in the European Union), but generating capacity from wind has increased by less than 20 per cent since 2012.

27. Greenhouse gas emissions in Portugal declined 32.3 per cent between 2005 and 2020, and reportedly fell another 4.8 per cent in 2021. Per capita greenhouse gas emissions, at 5.7 tons per capita, are among the lowest in Europe.[19] Porto reduced emissions by 52 per cent between 2004 and 2020 with a range of innovative initiatives that incorporate both climate

[13] See https://www.ipma.pt/en/oclima/observatorio.secas/.

[14] Established by Council of Ministers resolution No. 157-C/2017.

[15] Patricia Tarrin-Carrasco and others, “Impact of large wildfires on PM10 levels and human mortality in Portugal”, *Natural Hazards and Earth Systems Sciences*, vol. 21, No. 9 (September 2021).

[16] See https://www.dgeg.gov.pt/pt/.

[17] Sergio Goncalves, “Portugal approves energy-saving plan, may beat EU target”, Reuters, 8 September 2022.

[18] See https://www.irena.org/publications/2022/Apr/Renewable-Capacity-Statistics-2022.

[19] See https://ec.europa.eu/eurostat/cache/egd-statistics/.

action and human rights, such as placing solar panels on the roofs of social housing (also done in Covilhã).

28. With a vision of protecting the nation from severe rural fires, Portugal recently approved a new law and a national plan for integrated rural fire management, as well as a preventive strategy and a national action programme. The Government is making substantial investments, raising public awareness and improving data on land ownership, but needs to accelerate the pace of fire prevention through the implementation of climate-smart and fire-smart land management. The former includes afforestation and reforestation; the latter involves farmland recovery and agroforestry and using fuel reduction and fuel-conversion techniques that promote less flammable and more resilient types of land cover.[20] The Special Rapporteur saw extensive monocultures of eucalyptus trees during his visit and recommends taking steps to reduce the area of land covered by this non-native species. Experts recommend planting native species that are more fire-resistant, such as oak, cork and chestnut, and creating more diverse landscape mosaics. The Special Rapporteur was concerned to learn that almost one in four municipalities does not have an up-to-date forest fire defence plan.[21] Because of the large proportion of older persons in rural communities in Portugal, targeted steps should be taken to ensure that evacuation procedures and emergency plans fulfil their needs.[22] Persons with disabilities and children also merit special consideration in disaster risk-reduction planning.

29. In response to the commitment assumed by Portugal in 2016 to achieve net-zero emissions by 2050, the Carbon Neutrality Roadmap 2050 was approved, identifying the main decarbonization policies and actions needed in all sectors of the economy (energy and industry, mobility and transport, waste and wastewater and agriculture and forestry). Under the roadmap, Portugal strengthened its previous 2030 target (30–40 per cent below 2005 levels) to 45–55 per cent below 2005 levels. Additionally, a long-term trajectory was established, comprising emission reductions of 65–75 per cent by 2040 and 85–90 per cent by 2050 compared with 2005. The National Energy and Climate Plan is the main policy instrument for achieving the 2030 targets.

30. The goal of Portugal is to produce 80 per cent of its electricity from renewable sources by 2030. The Special Rapporteur encourages the Government to accelerate the shift to renewables, in particular solar and wind, in order to meet this goal ahead of schedule and reach 100 per cent by 2030. These ambitious goals may also require upgrades to the electricity grid and increased interconnections with other States. Other priority climate actions include investments in energy efficiency (e.g. heat pumps for heating and cooling, better insulation for buildings); increased investment in public transport and active transport instead of roads; and increasing support for climate-smart, precision, regenerative, local and organic agriculture. Support for decentralized solar energy should be made easily accessible to households and businesses and rapidly scaled up.

31. A rights-based approach to climate action will ensure that policies and programmes are focused on those who are most vulnerable or marginalized, such as people facing poverty who live in buildings that are not energy-efficient. The Vale Eficiência, which provides vouchers of €1,300 plus value-added tax to economically vulnerable households to improve the thermal comfort of their homes, is an example of a good practice in this area that should be streamlined and rapidly scaled up. It was estimated that, in 2021, more than 16 per cent of the population in Portugal lived in energy poverty, the situation being among the worst in Europe.[23] Programmes that require homeowners to co-finance energy efficiency upgrades may not be suitable for the poorest households that cannot afford to pay their share.

[20] João C. Campos and others, “Climate regulation ecosystem services and biodiversity conservation are enhanced differently by climate- and fire-smart landscape management”, *Environmental Research Letters*, vol. 17, No. 5 (May 2022).

[21] Nuno Miguel Ropio, “Fogos: um quarto do país sem defesa da floresta”, Visão, 8 September 2022.

[22] A/HRC/42/43.

[23] Eurostat, “Population unable to keep home adequately warm by poverty status”, Tables on EU Policy database. Available at https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/sdg_07_60/default/table?lang=en (accessed on 3 January 2023).

32. Young people are among the most likely to suffer adverse impacts from climate change, including negative impacts on physical and mental health, which may constitute human rights violations. A recent survey of 10,000 young people (aged 16–25) from 10 countries, including 1,000 from Portugal, found profoundly worrisome results.[24] Among those from Portugal: (a) 81 per cent said that they thought that the future was frightening; (b) 62 per cent said that they believed that humanity was doomed; and (c) 37 per cent were hesitant about having children.

33. Two thirds of young people in Portugal were very worried (35 per cent) or extremely worried (30 per cent) about the climate crisis, the highest level of worry in the global North. A study from the University of Coimbra showed that, in municipalities affected by the 2017 fires (which caused the death of more than 100 people, injured more than 250 people and destroyed over 500 houses), 25.4 per cent of children had some kind of psychological disorder and 8.1 per cent had symptoms of post-traumatic stress disorder.[25]

34. Despite these challenges, young people in Portugal are vigorously defending their right to a safe and liveable climate. Six young people from Portugal filed a case against 33 European Governments (including Portugal) before the European Court of Human Rights, arguing that their rights to life, respect for private and family life and not to be discriminated against were being violated by Governments' inadequate climate action.[26] The case is currently pending before the Grand Chamber of the European Court of Human Rights. The latest global climate strike by students was held on 23 September 2022. Teresa Nuncio, spokesperson for the student climate strike in Lisbon, said "What we are facing is the possibility of a collapse of civilization if we do nothing and do not change drastically."[27]

B. Clean air

35. Clean air is one of the basic elements of the right to live in a clean, healthy and sustainable environment.[28] Globally, air pollution causes 7 million premature deaths annually and harms billions of people. For example, exposure to fine particulate matter causes respiratory illness, cardiovascular disease, stroke and lung cancer, as well as other adverse health effects.[29] Nitrogen oxides, sulphur dioxide, ozone, benzene and other air toxics also raise concerns.

36. In some areas and in terms of some pollutants, air quality in Portugal has improved. For example, average annual concentrations of fine particulate matter have declined, from 11.3 micrograms per cubic metre in 1990 to 8.2 micrograms per cubic metre in 2019.[30] However, air quality remains unsatisfactory, as there are pollution hotspots in urban areas, including Lisbon, with significantly higher levels of fine particulate matter concentrations. The World Health Organization (WHO) recently reduced its annual guideline for fine particulate matter, from 10 micrograms per cubic metre to 5 micrograms per cubic metre, reflecting new scientific evidence about the risks to health even at lower concentrations.

37. According to the State of Global Air Quality, 2,410 premature deaths in Portugal were caused by air pollution in 2020 (including fine particulate matter and ozone).[31] However, the European Environmental Agency provides a higher estimate (3,958 premature deaths), a figure that also includes nitrogen dioxide.[32] Recent Portuguese studies confirm that air

[24] Caroline Hickman and others, "Climate anxiety in children and young people and their beliefs about government responses to climate change: a global survey," *The Lancet Planetary Health*, vol. 5, No. 12 (December 2021).

[25] José Rocha and others, "Livro de resumos do 1o congresso de psicologia do trauma e do luto" (Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, 2018).

[26] See https://youth4climatejustice.org.

[27] See https://observador.pt/2022/09/23/jovens-ativistas-voltaram-a-greve-global-para-exigir-medidas-climaticas-dos-governos/.

[28] See A/HRC/40/55.

[29] See https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ambient-(outdoor)-air-quality-and-health.

[30] See https://stats.oecd.org/viewhtml.aspx?datasetcode=EXP_PM2_5&lang=en.

[31] See https://www.stateofglobalair.org/data/#/health/plot.

[32] See https://www.eea.europa.eu/themes/air/country-fact-sheets/2021-country-fact-sheets/portugal.

pollution has a significant impact on mortality caused by respiratory illnesses, diseases of the circulatory system and cancer.[33] A study of air quality in Lisbon estimated that meeting the previous WHO guideline for fine particulate matter would prevent 423 premature deaths annually, extend average life expectancy by 18.7 months and provide nearly €46 million in annual benefits.[34] Meeting the current, more stringent WHO guideline for fine particulate matter would produce even greater benefits. Portugal could demonstrate global leadership by adopting the new WHO guideline as a national standard.

38. The Government acknowledged that women living in one of the country's pollution hotspots (within 500 meters of Avenida da Liberdade in Lisbon) were more likely to have babies with a low birth weight, resulting in increased health risks and jeopardizing their human rights to health and a healthy environment.

39. Reducing emissions from road traffic is key. Porto has ambitious plans for new subway lines, rapid bus lines and electric buses, as well as smart traffic lights. Porto makes public transit free for everyone aged under 18, offers discounted transit passes for students and residents, and has an innovative programme to subsidize taxi use for older persons. In Lisbon, public transit is free for those aged under 23 or over 65. A recent study indicated that placing greater emphasis on active transport (walking and cycling) in Porto, which would require substantial infrastructure changes, would produce major health and economic benefits.[35] The findings are applicable throughout urban areas in Portugal.

40. Other important initiatives under way or needed to improve urban air quality include low-emission zones (where more polluting vehicles are not permitted), electrification of public transport vehicles, tax incentives for bicycles and 100 per cent electric vehicles (including e-bikes), strong tax disincentives for diesel vehicles and temporary incentives, including free parking for electric vehicles. Portuguese cities would benefit from the creation of large car-free zones in central areas, which have been highly successful in other European cities. A good practice pioneered by Portugal in 2010 is a legal framework for electric mobility that defines the rules of the sector and creates an interoperable model, in which all users have access from a single means (card or mobile application) to all public charging points in the country.[36]

41. It is vital to note that the country's most important strategy for both climate change and air pollution involves electrifying energy end uses (transport, heating, etc.) and powering those end uses with electricity generated by renewable sources.[37] This will produce climate and air quality co-benefits, with the caveat that biomass burning can produce substantial volumes of air pollution and carbon emissions, making it less attractive as a renewable energy option. Additional actions are needed to substantially reduce fine particulate matter and nitrogen dioxide by 2030.[38]

[33] José Brito and others, "Quantitative analysis of air pollution and mortality in Portugal: current trends and links following proposed biological pathways", *Science of the Total Environment*, vol. 755, No. 1 (February 2021); and Pedro Torres and others, "Air pollution: a public health approach for Portugal", *Science of the Total Environment*, vol. 643 (December 2018).

[34] Karina Camasmie Abe, Matilde Alexandra Rodrigues and Simone Georges El Khouri Miraglia, "Health impact assessment of air pollution in Lisbon, Portugal", *Journal of the Air and Waste Management Association*, vol. 72, No. 11 (November 2022).

[35] P.F. Rodrigues and others, "Health economic assessment of a shift to active transport", *Environmental Pollution*, vol. 258 (March 2020).

[36] Decree-Law No. 39/2010.

[37] Joana Monjardino and others, "Carbon neutrality pathways effects on air pollution: the Portuguese case", *Atmosphere*¸ vol. 12, No. 3.

[38] Directive 2016/2284 of the European Parliament and of the Council on the reduction of national emissions of certain atmospheric pollutants. See also https://www.eea.europa.eu//publications/measures-to-reduce-emissions-of.

42. Indoor air pollution is also a potential threat to the right to a healthy environment. Ventilation issues and/or indoor pollutant levels that exceeded recommended limits have been found in a substantial number of classrooms surveyed in Portugal.[39]

C. Safe and sufficient water and adequate sanitation

43. The Special Rapporteur wishes to commend Portugal for its progress in the area of the rights to water and sanitation, with 96 per cent of dwellings currently served by a public water supply and a safe water index of 99 per cent: a jump from 50 per cent to 99 per cent in 20 years.[40] However, Portugal is unfortunately among the most unequal countries in Europe in terms of income distribution.[41] In 2019, 16.2 per cent of the population was living below the poverty line, and the COVID-19 pandemic has caused an increase in that percentage in the past three years.[42] During his visit to Portugal in 2016, the Special Rapporteur on the human rights to safe drinking water and sanitation expressed concerns about members of specific communities, including the Roma population, who faced difficulties regarding access to water, highlighting that the National Roma Communities Integration Strategy (2013–2020) did not mention access to water and sanitation.[43]

44. Portugal was fined €3 million for failing to comply with directive 91/271/EEC on urban waste water treatment. Non-compliance continues, and the European Commission is calling upon Portugal to comply with the requirements established in that directive.[44] According to the Commission, 1 community in Portugal has no system to collect urban waste water and 62 communities fail to meet the water treatment standards required under the directive.

45. In 2021, the European Environment Agency published data on pesticide contamination in surface and groundwater in Portugal. The concentration of pesticides exceeded the acceptable rate in 12 per cent of the 100 monitoring sites in surface water, with the most worrying situation involving larger rivers, where pesticide concentrations exceeded limits in one third of sites monitored.[45] Portugal exceeded the concentration limits for pesticides in 5 per cent of the 203 monitoring sites in groundwater.

D. Healthy and sustainably produced food

46. Through the implementation of its National Strategy for Organic Agriculture for the period 2017–2027, Portugal has been making good progress in the proportion of agricultural land dedicated to organic production, from 8 per cent in 2020 to 18 per cent in 2022. Portugal promotes family farming and supports family farms in the use of sustainable practices, including through a praiseworthy programme to subsidize the use of solar-generated electricity. Portugal is also engaged in experiments to test innovative regenerative agricultural techniques.

47. However, researchers found that 85 per cent of pears and 58 per cent of apples grown in Portugal contained residues of pesticides defined as “more hazardous” by the European Commission in the context of the European Union Farm to Fork Strategy.[46] These are the

[39] M. Fonseca Gabriel and others, “Environmental quality in primary schools and related health effects in children. An overview of assessments conducted in the Northern Portugal”, *Energy and Buildings*, vol. 250 (November 2021).

[40] Information shared by the Government on 24 September 2022.

[41] A/HRC/34/51/Add.2, para. 7.

[42] Statistics Portugal, “The at-risk-of-poverty rate increased to 18.4% in 2020–2021”, 17 December 2021.

[43] A/HRC/36/45/Add.1, paras. 74–77. See also A/HRC/42/47/Add.3.

[44] INFR(2022)2028.

[45] See https://www.eea.europa.eu/ims/pesticides-in-rivers-lakes-and.

[46] Pesticide Action Network Europe, *Forbidden Fruit: The Dramatic Rise in Dangerous Pesticides Found on Fruits and Vegetables Sold in Europe and Evidence that Governments are Failing their Legal Obligations* (Brussels, 2022).

most dangerous and most heavily regulated category of pesticides. They are linked to a range of chronic diseases and are highly toxic to the environment and farmworkers.

48. Intensive agriculture raises extensive concerns related to the right to a clean, healthy and sustainable environment. For example, intensive agriculture based on non-native crops and production in greenhouses in the south (Algarve and Alentejo) adds strain to already stressed water resources. Three quarters of total water use in Portugal is for agriculture and livestock. Portugal has been implementing modernization measures to increase the efficiency of irrigation, which can significantly reduce water use. Intensive agriculture also raises concerns about the rights of workers, in particular the exploitation of migrant farmworkers from Africa and Asia, some of whom work in the informal sector. Action is under way to improve housing conditions for seasonal workers as well as to improve health and safety conditions, but allegations of trafficking in persons continue to be made.[47]

49. The National Strategy for Food and Nutrition Security was created in 2021, with the objective of ensuring the human right to adequate food at the national level, including a focus on vulnerable populations. Portugal also led the development of a food and nutrition security strategy at the Community of Portuguese-speaking Countries, an initiative that will benefit nations in the global South, including Angola, Cabo Verde and Mozambique. Another good practice is the promotion by the Government of the Mediterranean diet, a healthy and nutritious diet that supports the adoption of more sustainable production systems, local agriculture, short supply chains, quality products and reduced meat consumption. Portugal has both a National Commission and a National Strategy to Combat Food Waste.

50. With 2,500 km of coastline and two autonomous regions located on islands (Azores and Madeira), the ocean is an important element of the culture and environment of Portugal. Portugal prioritizes ocean health, not only to protect it and contribute to the full realization of the right to a healthy environment, but also to reach targets related to Sustainable Development Goal 14, on life below water. Adopted in May 2021, the 2021–2030 National Ocean Strategy is aimed at promoting a healthy ocean to enhance sustainable blue development, the welfare of the Portuguese people and affirm Portugal as a leader in ocean governance, supported by scientific knowledge. Paying attention to life below water is key to ensuring a healthy biosphere for all and to avoiding potential negative human rights impacts. In this regard, it should be noted that some species of fish in Portugal are part of the 10.23 per cent of species for which the conservation status has been assessed as “bad” under the Habitats Directive of the Biodiversity Information System for Europe.[48] The Special Rapporteur expresses concern about the sardine population, which has decreased in recent years due to overfishing, poor management of resources and the fragility of remaining stocks, caused by the warming and acidification of ocean waters.[49] Sardine fishing is an important economic activity that employs about 20,000 workers in Portugal. While the health of sardine populations has improved, this sector should be closely monitored.

E. Non-toxic environments

51. Inadequate solid waste management can have negative effects on human and ecosystem health, jeopardizing the right to a clean, healthy and sustainable environment. Directive 2008/98/EC of the European Parliament and of the Council, on waste, clarified the waste management hierarchy as follows: (a) reduce the amount of waste generated; (b) maximize recycling and re-use; (c) limit incineration to non-recyclable materials; and (d) phase out landfilling, except for non-recyclable and non-recoverable waste.

[47] See https://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/glo-act/nepalese-migration-and-labour-exploitation-in-portugal.html.

[48] See https://biodiversity.europa.eu/countries/portugal.

[49] Daniela Chiaretti, “Portugal faces the collapse of its sardine fishing industry”, Earth Journalism Network, 11 July 2022.

52. Given that the first priority of waste management is to reduce, the growing volume of municipal waste in Portugal is a concern, at 513 kg per capita, which is the eleventh highest in the European Union, and above the European Union average.[50]

53. According to the Intermunicipal Waste Management Service of Greater Porto, in 2019, Portugal recycled or composted 29 per cent of municipal waste, used 19 per cent of waste to generate energy (by incineration) and sent 47 per cent to landfill, with data missing for the remaining 5 per cent. The most recent Eurostat data indicated 26.5 per cent recycling for 2020.[51] It is clear that Portugal failed, by a wide margin, to meet the European Union target of recycling 50 per cent of its waste by 2020. Major improvements are needed to meet the more ambitious European Union recycling targets of the future (55 per cent by 2025, 60 per cent by 2030 and 65 per cent by 2035).

54. As the European Commission has observed, managing waste efficiently remains a challenge for Portugal. Member States must take measures to ensure that only waste that has been subject to treatment is landfilled. In 2015, the Commission launched a study to investigate the landfilling of untreated municipal waste in member States. In Portugal, the study revealed shortcomings in four of the five landfills visited. At least 59 per cent of municipal waste is landfilled without any treatment. According to the Commission, Portugal has not established an integrated and adequate network of waste management installations for mixed municipal waste.[52]

55. However, the Special Rapporteur's visit to the headquarters of the Intermunicipal Waste Management Service of Greater Porto revealed that a group of municipalities in one of Portugal's largest metropolitan areas is making substantial progress. The Service is rolling out a city-wide programme to collect organic waste, which is turned into valuable fertilizer and in the future may be used to generate biogas using an anaerobic digester. It has also developed a waste-prevention strategy.[53] Less than 2 per cent of waste managed by the Service is now sent to landfill. Waste that cannot be recycled or composted is sent to an incinerator that generates energy. Incineration may be an interim solution but is not consistent with the long-term goal of a circular economy. Incineration produces not only heat, electricity and valuable metals, but also air pollution and greenhouse gas emissions, thus potentially jeopardizing the right to a clean, healthy and sustainable environment.[54]

56. Portugal should accelerate the implementation of its circular economy strategy, with an immediate emphasis on increasing the recycling rate. A comprehensive system of extended producer responsibility that shifts the burden of operating and paying for recycling systems from Government to the industries that produce or import recyclable products and packaging, as employed in the Canadian province of British Columbia, warrants consideration.[55]

57. Plastic pollution is a growing environmental and health concern. Scientists recently discovered a new form of plastic pollution, termed "plasticrusts", which is plastic debris encrusting the surface of rocks, in the intertidal zone along the shore of Madeira, in growing quantities over the study period 2016–2019.[56] There are concerns that potential ingestion by marine organisms could provide a new pathway for plastics to enter the food web. Microplastics have been found in the wastewater effluent of industrial facilities in Portugal, with high levels in the paint and pharmaceutical sectors.

[50] See https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Waste_statistics.

[51] See https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/cei_wm011/default/table?lang=en.

[52] INFR(2021)2258.

[53] See https://www.lipor.pt/fotos/gca/gp_2022_en_compressed_140968723162470328c4269.pdf.

[54] Yolanda Fernandez-Nava and others, "Life cycle assessment of different municipal solid waste management options: a case study of Asturias (Spain)", *Journal of Cleaner Production*, vol. 81 (October 2014); and Ana Ramos and Abel Rouboa, "Renewable energy from solid waste: life cycle analysis and social welfare", *Environmental Impact Assessment Review*, vol. 85 (November 2020).

[55] See https://www2.gov.bc.ca/assets/gov/environment/waste-management/recycling/recycle/extended_producer_five_year_action_plan.pdf; and https://www.bclaws.gov.bc.ca/civix/document/id/complete/statreg/449_2004.

[56] Ignacio Gestoso and others, "Plasticrusts: a new potential threat in the Anthropocene's rocky shores", *Science of The Total Environment*, vol. 687 (October 2019).

58. No group is more vulnerable to the planetary environmental crisis than children. More than 15 per cent of the population of Portugal are aged under 19. Environmental degradation has especially severe effects on children under the age of 5. Children are more susceptible to air pollution and toxic substances than adults, for physiological, behavioural and environmental reasons, including that their immune systems are still developing and that they breathe more quickly and take in more air per unit of body weight.[57] Their developing brains and bodies are highly sensitive to toxic substances such as lead, and they can suffer lifelong health consequences as a result of exposure to such substances.[58]

59. International law recognizes that environmental degradation interferes with the full enjoyment of the rights of children. The Convention on the Rights of the Child, adopted by the General Assembly in 1989, requires its parties to pursue full implementation of the rights of children to health and a healthy environment by taking measures to, inter alia, combat disease and malnutrition through the provision of adequate nutritious foods and clean drinking water, taking into consideration the dangers and risks of environmental pollution (art. 24 (2) (c)). According to the Committee on the Rights of the Child, States should take measures to address the dangers and risks that local environmental pollution poses to children's health in all settings.[59] WHO has concluded that children have a basic human right to breathe clean air in their homes, schools and communities.[60]

60. A recent study by the United Nations Children's Fund (UNICEF) found that: (a) 5.3 per cent of children in Portugal had elevated levels of lead in their blood; (b) 7.6 per cent of children in Portugal lived in areas where the risk of pesticide pollution was high; and (c) 25 per cent of families with children in Portugal were affected by noise pollution.[61]

61. Portugal should prioritize the health of children when addressing toxic substances and all forms of pollution.

F. Biodiversity and healthy ecosystems

62. Portugal is close to the European Union average in terms of terrestrial protected areas, at 22 per cent (compared with the European Union average of 26 per cent), but the area of protected marine territory is the subject of contradictory figures, ranging from less than 3 per cent to almost 17 per cent.[62] Although there are 401 protected areas in Portugal, concerns were raised following a recent civil society assessment that some activities being permitted in protected areas were incompatible with their primary purpose of nature conservation, and that inadequate resources were being dedicated to the management of those areas. It was stressed that further steps should be taken in order to fully implement the directives of the European Parliament and of the Council on the protection of birds and habitats and ensure effective conservation of threatened species and habitats through site designation, stakeholder engagement and public participation.[63] The European Commission opened an infringement proceeding against Portugal concerning the ecological degradation of dry grassland protected areas, and the case is ongoing.

63. The European Commission proposed a new nature restoration law in 2022, which, if enacted, would include binding targets for the protection and restoration of pollinators, wetlands, forests, rivers, marine ecosystems, peatlands and urban areas. The European Union,

[57] United Nations Children's Fund (UNICEF), *Clear the Air for Children* (New York, 2016), pp. 8 and 40.

[58] WHO, "Don't pollute my future! The impact of the environment on children's health" (Geneva, 2017).

[59] General comment No. 15 (2013), para. 49.

[60] WHO, "Air pollution and children's health: a global health emergency", Background document prepared for the first World Health Organization Global Conference on Air Pollution and Health (Geneva, 2018).

[61] UNICEF Office of Research, Innocenti, *Places and Spaces: Environments and Children's Well-being*, Innocenti Report Card 17 (Florence, Italy, 2022).

[62] See https://biodiversity.europa.eu/countries/portugal; and https://data.worldbank.org/indicator/ER.MRN.PTMR.ZS.

[63] See https://wwfeu.awsassets.panda.org/downloads/Nature_Scorecards_Report_March2018.pdf.

including Portugal, is investing hundreds of millions of euros in reforestation, afforestation (planting trees on scrubland) and soil restoration. The National Strategy for Nature Conservation and Biodiversity 2030 was approved by Portugal in 2018 and an ecosystem services payment programme in rural spaces was launched in 2019.[64]

64. Access to green spaces for play is vital to the health and well-being of children. Neighbourhoods characterized by low income, low levels of educational attainment and high unemployment rates tend to have fewer and smaller areas of green space than those with high income, educational attainment and employment rates. This type of spatial segregation reflects and reinforces discrimination. [65] In socioeconomically disadvantaged neighbourhoods of Lisbon, urban parks have less diverse facilities and vegetation than those in wealthier city areas.[66]

65. A study in Porto found that green space in communities with a lower socioeconomic level was smaller in size and further away, indicating a deficit of both individual and community resources. Green spaces in those communities also had inferior facilities and presented safety concerns.[67] However, the Deputy Mayor of Porto indicated that focused efforts were being made to make green spaces safer and more accessible in low-income communities, with a goal of increasing public access to green areas by 2030.

G. Information, public participation and access to justice in environmental matters

66. The Special Rapporteur received conflicting information about the extent to which the public was given timely information and meaningful opportunities to participate in environmental decision-making. On the one hand, the Government described extensive efforts to engage the public through various processes. On the other hand, many interlocutors, including representatives of civil society and academia, expressed concerns about their inability to gain easy, timely and affordable access to important information, to participate meaningfully and to have their concerns addressed. In this connection, the Government should empower everyone by increasing access to information, creating more open consultative processes, and ensuring that the Government responds to people's concerns and contributions.

67. Article 29 (1) of the Convention on the Rights of the Child defines development of respect for the natural environment as one of the goals of education. Portugal recently adopted a national strategy for environment education. Now, the key is to focus on implementing the strategy. The Ombudsperson offers a special phone line for children, which could be used to express environmental concerns.

68. In 2021, the UNICEF National Committee for Portugal organized a national consultation of children before the municipal elections. It was called "Tenho voto na matéria", which means "I have a say in the matter". The vast majority (80 per cent) of the approximately 10,000 children and young people consulted, from the north to the south of the country, said that they did not feel involved in decisions about where they lived or, when consulted, felt that their opinions or suggestions had no consequence or impact on the decisions taken.[68]

69. Courts play an important role in holding Governments accountable for complying with both their human rights obligations and their environmental commitments. The Constitution of Portugal provides for an *actio popularis*, or public action (art. 52). Portuguese courts, including the Supreme Court of Justice and the Constitutional Court, have issued

[64] Resolution of the Council of Ministers No. 121/2019.

[65] See A/HRC/49/48.

[66] See https://www.eea.europa.eu/publications/who-benefits-from-nature-in/who-benefits-from-nature-in.

[67] Elaine Hoffimann, Henrique Barros and Ana Isabel Ribeiro, "Socioeconomic inequalities in green space quality and accessibility: evidence from a southern European city", *International Journal of Environmental Research and Public Health*, vol. 14, No. 8 (August 2017).

[68] See https://www.unicef.pt/media/3390/unicef_tenho-voto-na-materia-resultados.pdf.

some important decisions in environmental cases involving issues such as pollution, landfill and endangered species. A search of the jurisprudence of the Supreme Court of Justice revealed 109 cases between 1995 and 2020 dealing with a wide range of environmental harms, with many referring to the right to a healthy environment.[69] A recent decision of the Constitutional Court confirmed that the right to a healthy environment included the conservation of biodiversity.[70]

70. However, there are still some barriers related to access to justice. Civil society organizations raised concerns about challenges facing the most vulnerable individuals and groups, including costs, lengthy delays (e.g. cases involving dams, such as Baixo Sabor and Pisão, took many years to resolve), excessive judicial deference (related to the separation of powers) and judges lacking specialized training to address environmental cases. A programme to provide judicial training for environmental cases is under way, while a recent court decision confirmed that the right to a healthy and ecologically balanced environment should be considered a fundamental human right.[71] Portugal should consider creating a specialized environmental court, as many other nations have done.

71. Information was also received about harassment and strategic lawsuits against public participation targeting environmental activists and human rights defenders. For example, in 2018, a company operating a large pulp mill sued an environmental activist for €250,000 after he expressed concerns about the potential role of the business in the toxic pollution of the Tagus River.[72] Pursuant to the framework principles on human rights and the environment, the Government should have zero tolerance for these types of intimidation tactics, which are intended to suppress the right to freedom of speech and freedom of association.

IV. Businesses and human rights

72. Somewhat surprisingly, Portugal does not have a business and human rights action plan, although a decade has passed since the publication of the Guiding Principles on Business and Human Rights. A 2018 survey found that fewer than one in five businesses in Portugal had human rights and environmental due diligence plans, while fewer than half were aware of the Guiding Principles on Business and Human Rights.[73]

73. Directive 2014/95/EU of the European Parliament and of the Council requires large businesses to disclose non-financial information, including climate-related information, meaning that entities such as banks and other large financial institutions are required to assess the climate impacts of their investments. The goal is to stimulate investment in economic activities that mitigate rather than exacerbate climate risks. However, evidence indicates that Portuguese financial institutions are falling short of meeting the new requirements.[74] Their focus in the period 2016–2019 was on the direct impacts of bank operations rather than on the impacts of their financing activities.

74. There is no doubt that the world urgently needs an economic transformation from an inequitable, unsustainable, fossil fuel-based linear economy to a just and sustainable circular economy powered by renewable energy sources. However, it is of paramount importance to ensure that the transition takes place in a way that respects human rights by imposing the highest possible environmental standards, maximizing public benefits from the development

[69] See https://jurisprudencia.csm.org.pt/?queries[freesearch]=Defesa%20do%20ambiente%20ecologicamente%20equilibrado&sorts[dataAcordao]=-1&page=22&offset=105.

[70] Ruling No. 83/2022, on the protection of the Iberian wolf.

[71] Case No. 1491/06.1TBLSB.P2.S1, Judgment, 3 December 2015.

[72] See https://monitor.civicus.org/updates/2018/03/07/company-targets-activist-SLAPP-lawsuit/.

[73] Claire Bright, “Some concluding remarks on business and human rights in Portugal”, Nova Center on Business, Human Rights and the Environment, 3 October 2021.

[74] Aldina Lopes Santos and Lúcia Lima Rodrigues, “Banks and climate-related information: the case of Portugal”, *Sustainability*, vol. 13, No. 21 (2021).

of publicly owned natural resources and protecting the rights of potentially affected communities.[75]

75. The Special Rapporteur visited Covas do Barroso to explore those issues in the context of a controversy related to a proposed lithium mine. Savannah Resources, incorporated in 2010 with headquarters in London, is seeking approval to develop an open-pit lithium mine on a concession of 542 ha with plans to expand to 593 ha, the majority of which is community-owned land. The huge project would produce 1.5 million tons of rock containing lithium annually, as well as 6.85 million tons of waste material.[76]

76. The area of Barroso is designated by the Food and Agriculture Organization of the United Nations as a Globally Important Agricultural Heritage System. This designation is reserved for world-renowned examples of traditional agricultural systems, led by local communities, that support cultural heritage, biodiversity, landscape conservation and resilience to human, climate and environmental changes.[77] It is the only region in Portugal to enjoy this designation and one of only seven in Europe. Barroso sustainably integrates farming, livestock raising, forestry and nature conservation. The region is famous for its cheese, honey and unique breeds of cattle, sheep and goats.

77. The Special Rapporteur met with municipal and regional officials, farmers, lifelong residents, children and recent arrivals. Every single person expressed clear opposition to the project, related to concerns about loss of forests, water pollution, water shortages, potential disasters and the loss of traditional livelihoods. Residents also raised concerns about lack of access to timely and accurate information, inadequate public consultation and the use of intimidation tactics to silence opposition to the project. Local officials clarified that they did not oppose mining per se, and would support a project if it promised to be good for their constituents. However, it appears that the lion's share of the benefits from the proposed mine would go to a foreign corporation, with minimal benefits for the local communities who would bear a disproportionate burden of the adverse environmental, food security and social impacts. There is a case against Portugal under way with the Aarhus Compliance Committee, related to the alleged failure to respect the right of access to environmental information about the proposed mine.[78]

78. In his most recent report to the Human Rights Council, the Special Rapporteur documented the growing global problem of sacrifice zones, defined as areas of intense pollution or environmental degradation where profits and private interests are placed ahead of human health, human rights and the environment.[79] Sacrifice zones are completely incompatible with the human right to a healthy and ecologically balanced environment (art. 66 of the Constitution of Portugal) or to a clean, healthy and sustainable environment (General Assembly resolution 76/300).

79. Proponents of the proposed mine have attempted to justify the project by arguing that European lithium is needed for the green energy transition in Europe.[80] While that may be the case, large resource extraction projects that may violate human rights in the name of the green transition are antithetical to sustainable development, as a number of national and regional courts and commissions have recently concluded.[81] Open pit metal mining is illegal in some leading green nations, such as Costa Rica, because of its environmental and human rights impacts. Although Portugal has strengthened its standards for the mining industry in recent years, the current framework may not be adequate to safeguard unique areas such as Barroso.

[75] In this regard, the early management by Norway of its oil and gas industry offers a useful model. Norway established high environmental standards and imposed policies to ensure that public benefits exceeded private benefits, for example through a 75 per cent tax on petroleum industry profits.

[76] See https://www.savannahresources.com/media/crvda0eo/ntr-of-mdb-april-2021.pdf.

[77] See https://www.fao.org/giahs/giahsaroundtheworld/designated-sites/europe-and-central-asia/barroso-agro-slyvo-pastoral-system/detailed-information/en/.

[78] See https://unece.org/env/pp/cc/accc.c.2021.186_portugal.

[79] A/HRC/49/53.

[80] See, for example, https://www.savannahresources.com/.

[81] A/HRC/49/53, paras. 67–77.

80. Portugal deserves credit for leading the world in recognizing the right to a healthy environment, ending the use of coal, rapidly accelerating renewable energy production and rejecting, by law, offshore oil and gas development nationwide, including near the Algarve. It would be difficult to reconcile this track record of leadership with approval of a massive open-pit mine in a community that is a globally recognized example of sustainable development.

V. Conclusion and recommendations

81. **It is encouraging that the United Nations recently recognized that everyone has the right to a clean, healthy and sustainable environment. However, it is essential that all States, in particular those that championed the relevant resolutions, breathe life into these lofty and inspiring words by enacting and implementing strong, rights-based environmental laws, policies and programmes. As emphasized in the 2030 Agenda for Sustainable Development, the top priority is to leave no one behind. For Portugal, this means continuing to showcase good practices in the fields of climate action, environmental taxation and safe drinking water, but also tackling some of the urgent challenges identified in the present report related to clean air, pollution hotspots and biodiversity conservation.**

82. **The Special Rapporteur urges the Government of Portugal to employ a rights-based approach to all climate and environmental action, ensuring the protection of vulnerable and marginalized individuals and communities.**

83. **The Special Rapporteur would like to reiterate his heartfelt appreciation to all the people who took the time to share their views with him during his visit. It was an honour and a privilege for him to learn about this progressive European nation, its environmental challenges, its good practices and its ongoing efforts to fulfil everyone's right to live in a clean, healthy and sustainable environment.**

84. **The Special Rapporteur encourages the Government of Portugal to implement the recommendations set out below in order to enhance the fulfilment of its environmental and human rights commitments and to accelerate progress towards achieving the Sustainable Development Goals.**

85. **The Government should continue its admirable record of championing the right to a clean, healthy and sustainable environment, including by:**

(a) **Advocating for the immediate development and adoption of an additional protocol to the European Convention on Human Rights that recognizes this right;**

(b) **Supporting efforts to mainstream the right to a clean, healthy and sustainable environment in the post-2020 global biodiversity framework, the proposed plastic pollution treaty, the proposed pandemic prevention, preparedness and response treaty and the proposed treaty on businesses and human rights.**

86. **The Government should continue taking an effective, rights-based approach to domestic and international climate action, including by:**[82]

(a) **Moving forward the timeline for generating 100 per cent of electricity from renewable sources to 2030 and commencing the production of green hydrogen by 2030;**

(b) **Electrifying end uses of energy, including heating, cooling and transportation;**

(c) **Accelerating measures to reduce the risk of wildfires and to protect vulnerable populations, including older persons, children and persons with disabilities;**

[82] See A/74/161.

(d) **Contributing its fair share to funds for mitigation, adaptation and compensation (loss and damage) for climate change-vulnerable and low-income nations;**

(e) **Increasing investments and incentives for energy-efficiency, energy storage, public transport, active transport and climate-smart, precision, regenerative, local and organic agriculture;**

(f) **Renegotiating trade and investment treaties, including the European Energy Charter, to eliminate investor-State dispute settlement provisions, or withdraw from those treaties.**

87. **The Government should improve air quality, including by:**

(a) **Following the seven steps set out in the report of the Special Rapporteur's report on the right to breathe clean air;**[83]

(b) **Using the most recent guidance from WHO to strengthen air quality standards;**

(c) **Reducing emissions from motor vehicles, in particular in pollution hotspots such as Avenida da Liberdade in Lisbon;**

(d) **Subsidizing the replacement of heating sources using wood, coal or other fuels with electric heat pumps, prioritizing the poorest segments of the population.**

88. **The Government should ensure safe, sufficient water and adequate sanitation, including by:**[84]

(a) **Taking immediate steps to provide safe drinking water to the few communities still lacking this vital service;**

(b) **Investing the funds in infrastructure and for ongoing maintenance necessary to comply with directive 91/271/EEC, on urban waste water treatment.**

89. **The Government should advance healthy and sustainably produced food, including by:**[85]

(a) **Safeguarding world-renowned agricultural heritage systems;**

(b) **Promoting the transition away from industrial monocultures towards agroecology, organic, regenerative and other ecologically and culturally superior food systems;**

(c) **Safeguarding the rights of peasants and other rural workers.**

90. **The Government should further improve solid waste management and safely manage toxic substances, including by:**[86]

(a) **Systematically applying extended producer responsibility in the context of solid waste management so that producers of paper, plastic, packaging, batteries, tyres and other materials become responsible for financing and operating an effective recycling programme, thus reducing government costs and moving towards a circular economy;**

(b) **Accelerating the separation of food waste and organic materials for use in composting and anaerobic digesters, which could reduce emissions of methane, increase the amount of compost for sale as fertilizer and provide a valuable source of biogas;**

(c) **Identifying and restoring any existing sacrifice zones where profits and private interests have been prioritized over human rights and the environment, while preventing any future sacrifice zones from being established.**

[83] A/HRC/40/55.
[84] See A/HRC/46/28.
[85] See A/76/179.
[86] See A/HRC/49/53.

91. **The Government should protect and restore healthy ecosystems and biodiversity, including by:**[87]

(a) **Expediting actions to formally designate additional marine protected areas, in line with commitments made under the Convention on Biological Diversity and in consultation with local communities, to ensure that their rights are respected;**

(b) **Ensuring that there are sufficient resources, strong rules and management plans for effectively and equitably managing human activities in protected areas;**

(c) **Expediting actions to comply with European Union nature conservation directives, including directives 2009/147/EC (Birds Directive) and 92/43/EEC (Habitats Directive).**

92. **The Government should take steps to improve access to environmental information, strengthen public participation and facilitate access to justice, including by:**[88]

(a) **Establishing a national strategy to protect environmental human rights defenders;**

(b) **Considering the establishment of specialized environmental courts.**

93. **The Government should also, in order to advance the right of children to a clean, healthy and sustainable environment:**

(a) **Consistently appoint child and youth representatives to national advisory bodies and national delegations to international environmental meetings, such as conferences of the parties to climate, biodiversity, desertification and toxics conventions;**

(b) **Consider establishing a national children's parliament, as Scotland and other nations have done;**

(c) **Consider establishing a special ombudsperson for the rights of children, either as an independent officer or under the existing ombudsperson, as many other nations in Europe and elsewhere have done.**

[87] See A/75/161.
[88] See A/HRC/43/53.

Anexo B

Análise da Componente Socioeconómica por Francisco Venes

Estudo de Impacte Ambiental reformulado para ampliação da Mina do Barroso (AIA 3353) - Análise da componente socioeconómica

Covas do Barroso, 18 de abril de 2023

Análise realizada por Francisco Venes, MSc em Economia do Desenvolvimento e PhD(c) em Sociologia.

A revisão crítica que se apresenta em seguida resulta de uma leitura do documento "Projeto Lítio do Barroso: perfil da comunidade e identificação das questões sociais" (Anexo VI) e dos capítulos sobre o componente socioeconómico no relatório síntese do Estudo de Impacte Ambiental reformulado ao abrigo do artigo 16 do RJAIA. Mais especificamente, versa sobre a descrição da situação de referência (9.10), a reavaliação de impactes (10.11) e a apresentação de medidas de mitigação (11.4)

Cabe destacar que o relatório síntese refere uma versão atualizada do estudo realizado em 2020 pela Universidade do Minho sobre os impactos socioeconómicos do projeto. No entanto, esta versão atualizada no está disponível na pasta de anexos disponibilizada no âmbito da consulta pública (apenas um resumo de 4 páginas que é insuficiente para uma análise adequada da atualização de um estudo que era muito pouco robusto do ponto de vista metodológico e argumentativo).

Situação de referência

A caracterização da situação de referência apresenta melhorias consideráveis relativamente à versão anterior do Estudo de Impacte Ambiental. Houve um esforço para consultar alguns *stakeholders* e incluir as suas perspetivas na descrição da situação atual do território. No entanto, a equipa consultora (CIG) é bastante explícita sobre o alcance (limitado) da caracterização realizada (CIG 2023, 2).

A atualização do EIA continua a não fazer uma descrição adequada da oposição local ao projeto. Este aspeto é fundamental para a situação de referência uma vez que constitui uma realidade existente no território. Não identifica adequadamente os stakeholders, as ações que têm levado a cabo e as suas motivações. O estudo dá a entender que a oposição resulta quase exclusivamente de uma má comunicação entre população local e empresa promotora do projeto, interpretação que deixa de lado vários elementos importantes sobre os diferentes vínculos materiais e afetivos com o território.

Também desconsidera a existência de outras perspetivas de desenvolvimento para a região que são incompatíveis com um Projeto desta natureza. O estudo da consultora CIG (2023) refere o direito à autodeterminação como direito humano fundamental (23), mas explora muito pouco o que significaria respeitar este direito.

Sobre o potencial do projeto para repovoar a região, através da criação de postos de trabalho e dinamização económica, trata-se de uma afirmação que carece de dados que a comprovem. Nas fases de promoção de projetos extrativos exacerba-se o potencial para gerar um dinamismo económico que depois, na prática, não se materializa. Ignora-se a natureza de enclave deste tipo de projetos (poucos vínculos com outras atividades económicas e dependência muito alta da continuidade das atividades extrativas). O documento da CIG (2023) afirma-o: “o desenvolvimento de estruturas de pequenos negócios, em função do Projeto, só poderá ser viável durante o período de operação da mina (4).

Um caso ilustrativo é a afirmação que o projeto poderia propiciar o retorno de emigrantes (sobretudo os que emigraram dentro de Portugal) sem aprofundar a questão. É plausível que as pessoas regressem para realizar uma atividade que apenas lhes garantiria trabalho durante pouco mais de uma década? O estudo da CIG (2023) menciona que algumas pessoas a nível local defendem esta tese do retorno. No entanto, esta é contrariada pela maior parte da população residente em Covas do Barroso, que argumenta que as pessoas não vão deixar uma vida estável que construíram lá fora para vir trabalhar uma dúzia de anos na mina (um estudo mais aprofundado permitiria precisamente perceber isto. Não foi feito).

Afirma-se também que a população emigrante poderia cortar relações com a região como resultado do projeto, algo que tem sido afirmado por várias pessoas da comunidade emigrante (não só aquelas próximas à associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso) (CIG 2023, 47). É preciso considerar que o regresso sazonal a Portugal é um motor importante da economia da região, não apenas pelo aumento da atividade turística e do consumo, mas também porque dinamiza o sector da construção durante todo o ano. Também é preciso considerar o retorno a Portugal de emigrantes aposentados que procuram precisamente uma qualidade de vida ameaçada pelo projeto.

Para além de ser pouco provável que o projeto resulte numa fixação de população a longo prazo, corre o risco de contribuir precisamente no sentido oposto. O estudo da CIG (2023) refere o risco de o projeto competir por trabalhadores com outras atividades económicas, mas não refere que a presença de uma mina pode comprometer outras atividades económicas com potencial para fixar população no longo prazo (turismo associado ao património agrícola mundial). Estes impactos não são aprofundados de maneira satisfatória.

Falta também aprofundar alguns factos sobre a situação atual na região, que são identificados no documento da CIG (2023), mas não são devidamente aprofundados: não existe uma mão-de-obra local qualificada para trabalhar no projeto; a atividade mineira é limitada no tempo (38). Refere-se a necessidade de desenvolver habilidades transferíveis para outros setores, mas não se especifica quais nem como. É necessário considerar que a especialização em atividades de mineração de parte da mão de obra local faça com que esta abandone o território com o fim do projeto à procura de novas oportunidades no setor da mineração.

Sobre o potencial para criação de emprego, é preciso recalcar que as cifras de empregos

apresentados pelo estudo da Universidade do Minho no estudo de 2020 careciam de credibilidade. O estudo utilizava um fator multiplicador de 5,9 empregos indiretos por cada emprego direto gerado pelo projeto, apesar de outros estudos indicarem multiplicadores que variam entre 1 e 2 (como o mesmo estudo reconhece). A escolha de um fator multiplicador 3 a 6 vezes superior à evidência empírica baseia-se única e exclusivamente nas cifras apresentadas pela promotora do projeto. De acordo como relatório síntese, existe uma atualização do estudo referido que aponta para dados de empregabilidade muito superiores aos estimados anteriormente (337). No entanto, não se apresentam os fundamentos para esse aumento. Como a atualização do estudo não se encontra disponível nos anexos do EIA, não é possível discernir os critérios utilizados ou se a metodologia sofreu alterações em relação à versão anterior. A utilização do estudo da Universidade do Minho é ainda inconsistente ao longo do relatório síntese. Se numa parte se utilizam as cifras atualizadas (Quadrante 2023, 337), noutro lado fala-se nas cifras do estudo de 2020 (Quadrante 2023, 542)

O documento da CIG (2023) refere um aspeto importante sobre o processo de aquisição de terras: cumpre com as leis locais, mas não está em conformidade com os estândares da Corporação Financeira Internacional (50). O processo que tem sido levado a cabo pela promotora do projeto não cumpre com estos estândares porque não tem existido transparência nem consistência na negociação com os proprietários nem uma preocupação sobre as afetações aos meios de subsistência. Também não se apresentam medidas de mitigação que abordem esta questão em particular.

O EIA reformulado persiste em não abordar de forma relevante os impactos negativos do projeto para o sustento económico e rendimentos da população da freguesia de Covas do Barroso. A situação de referência, apesar de ser mais completa que a anterior, continua a não descrever de maneira pormenorizada o número de produtores agrícolas na área de estudo, o tipo de exploração que desenvolvem, a dimensão das explorações e os rendimentos e apoios à produção que recebem dessas atividades.

Não é feita uma discussão/quantificação dos impactes negativos da perda de apoios à produção para os agricultores da região. Perdas agravadas ainda por quebras de produção que resultarão de uma necessária diminuição do número de cabeças de gado, fruto da menor disponibilidade de área. A situação tornou-se ainda mais complexa porque o IFAP reduziu recentemente a área de terras baldias em Covas do Barroso passível de utilizar-se para efeitos de apoio financeiro à produção. Com a realização do projeto os cortes serão ainda maiores.

Insiste-se também em não fazer uma caracterização socioeconómica dos baldios de Covas do Barroso e de Couto de Dornelas, nomeadamente dos projetos de gestão florestal a decorrer, da produção florestal existente ou do número de pessoas que empregam. Esta descrição é indispensável na medida em que estas áreas baldias são diretamente afetadas pelo projeto da Mina do Barroso, e que alguns dos principais impactes negativos do ponto de

vista socioeconómico são consequência dessa afetação. O estudo reformulado continua a omitir uma descrição e quantificação dos impactos sobre a produção florestal na área pertencente à comunidade de baldios apesar de que o número de postos de trabalho gerados por esta atividade e os rendimentos futuros que poderá trazer foram revistos em alta (face ao relatório anterior) na participação atual da Comunidade de Baldios de Covas do Barroso [1]. O documento da CIG (2023) menciona possíveis impactos sem os quantificar. Para além disso, afirma que "não está claro para as comunidades quantos dos baldios serão afectados" (93). Esta afirmação é incorreta uma vez que o assunto já foi tratado por mais de uma vez em Assembleia Geral de Compartes. Para além disso, as pessoas que se dedicam à agricultura e pecuária na região têm bastante claros os efeitos da diminuição da área atribuída pelo IFAP para fins de pastoreio nos seus rendimentos.

Propostas da CIG e considerações sobre capacidade do EIA para avaliar impactes sociais

Há várias propostas que são relevantes no documento da CIG (2023):

1. Explorar melhor aspetos emocionais e de apego aos lugares, ainda que numa perspetiva de mitigar, corrigir e valorizar perceções negativas. É preciso considerar que estes aspetos também podem informar perspetivas sobre o território que não podem ser compatibilizadas com o projeto.

2. Oficinas participativas com as comunidades locais e outros stakeholders para elaborar indicadores de linha de base e de avaliação de impactes (123).

3. Abordar os impactes sobre os meios de subsistência de maneira multidimensional: recursos, estratégias e interdependências. É necessário ir para além do emprego e considerar tanto aspetos tangíveis como intangíveis que não foram investigados adequadamente. É necessário recolher dados a nível comunitário, familiar e individual a partir de diferentes ferramentas (124).

4. Elaborar um Plano de envolvimento dos stakeholders para a avaliação do impacto social (8). O plano deve aprofundar o conhecimento sobre as comunidades emigrantes (126), o que permitiria fazer afirmações mais sustentadas sobre os impactos do projeto no retorno.

5. Maior transparência na partilha de informação, em particular dos incómodos que o projeto vai trazer para a sua qualidade de vida. É preciso um maior envolvimento da comunidade para determinar a significância dos impactos. Os limites legais para

[1] Consultar a pronúncia da Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso no âmbito deste mesmo processo de avaliação.

determinados impactos podem não corresponder às expetativas da comunidade sobre a que constitui uma qualidade de vida adequada (78). Em suma, é preciso estar mais atentos a questões subjetivas.

6. Realizar grupos de discussão temática para as questões identificadas pelas comunidades, incorporando o feedback e sugestões das comunidades (127).

7. Considerar os impactos indiretos aos utilizadores a jusante das hidrovias (19). Acrescento que se deveriam considerar os impactos diretos potenciais, ampliando a discussão e o envolvimento na avaliação de impactes às populações ribeirinhas dos rios Beça, Tâmega e Douro que poderiam ver-se afetadas por uma rutura na instalação de armazenamento de rejeitados (ver relatório do Dr. Steven Emerman).

A consultora afirma no documento que as recomendações realizadas servem de orientação para os próximos passos de elaboração da avaliação de impacto ambiental (CIG 2023, 122). Os resultados das entrevistas realizadas com stakeholders locais não são exaustivos no que diz respeito às questões que podem ser de interesse na avaliação de impacte social. São um ponto de entrada para identificar questões que devem ser investigadas para compreender o impacto do Projeto. É necessário um envolvimento maior, mais inclusivo e significativo das pessoas para cumprir com os requisitos da (IFC) (CIG 2023, 29).

O aspeto mais relevante da avaliação de impacte social apresentada no EIA reformulado é que este reconhece as limitações apontadas pela consultora (CIG) e a necessidade de informação adicional e dados mais abrangentes resultantes de uma maior aproximação às partes interessadas para entender a expressividade dos impactos e elaborar medidas de mitigação.

Reconhece-se, portanto, que o documento atual constitui uma avaliação de impacte social insatisfatória, que requer ainda de muito trabalho para alcançar uma avaliação da dimensão real dos impactes (Quadrante 2023, 524). Pelo exposto anteriormente, a identificação e quantificação de impactes que consta do relatório síntese não deve ser considerada e a promotora do projeto deve, primeiro, cumprir com as recomendações realizadas no documento da consultora (CIG 2023).

Finalmente, é muito grave que se pretenda remeter o cumprimento de todas as recomendações para um período posterior à finalização da Avaliação de Impacte Ambiental em curso. No EIA reformulado fala-se que estas questões seriam abordadas em Relatórios de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) (Quadrante 2023, 524). Em suma, teríamos uma Declaração de Impacte Ambiental a ser emitida a partir de uma avaliação de impacte social reconhecida como manifestamente insuficiente por todas as partes envolvidas na sua elaboração.

Conclusões

A componente socioeconómica do Estudo de Impacte Ambiental reformulado para a Mina do

Barroso apresenta uma melhor caracterização da situação de referência face à versão anterior. No entanto, pretende passar por avaliação de impactes sociais informação que é reconhecida, tanto pela equipa que realizou o estudo de perfil de comunidade (CIG) como pela equipa do EIA (Quadrante), como insuficiente para determinar impactos sociais de forma realista.

A estratégia de remeter os estudos necessários para uma fase posterior à Avaliação de Impacte Ambiental contradiz o propósito do processo: poder avaliar adequadamente os impactes. Portanto, os impactes e significâncias identificados no relatório síntese são incapazes de determinar adequadamente as consequências do projeto para a socioeconomia. A comissão de avaliação emitirá um parecer sobre um Estudo de Impacto Ambiental que não conta com uma avaliação satisfatória de impactos sociais.

Referências

CIG. 2023. «Projeto Lítio do Barroso: perfil da comunidade e identificação das questões sociais».

Quadrante. 2023. «Estudo de impacte ambiental (EP). Avaliação do projeto reformulado no âmbito do artigo 16º do RJAIA. Volume I - Relatório síntese.»

Anexo C

Impactos Ecológicos por Sara Riso

Exposição a consulta pública à Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso

Eu, Sara Pedro Mendes Riso, portadora do cartão do cidadão nº 12831092, detentora de Licenciatura em Biologia e Mestrado em Ecologia, Biodiversidade e Gestão de Ecossistemas pela Universidade de Aveiro, venho por este meio apresentar uma exposição relativa Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso, aberta até dia 19 de abril de 2023.

Seguidamente passo a descrever as graves omissões e fragilidades desta Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso, particularmente patente em dois documentos:

- Avaliação do projeto reformulado no âmbito do artigo 16º do RJAIA VOLUME I – Relatório Síntese – Sistemas Ecológicos, o qual tenho plenas competências e formação para avaliar;
- Estudo de Viabilidade Ambiental do Acesso Norte, o qual tenho plenas competências e formação para avaliar.

Apontarei sobretudo as falhas metodológicas e os diagnósticos de impactes apontados neste estudo, que carecem não raras vezes de rigor e de transparência científica podendo as mesmas conduzir a reflexões e conclusões que não abonam à correta avaliação das populações de fauna e flora prevalecentes na área de estudo e que podem levar facilmente a uma subestimação da presença de determinadas espécies-chave, assim como das suas abundâncias e densidades, levando o leitor a depreender, erradamente, que esta é uma área de pouco interesse para a biodiversidade e conservação.

Exposição a consulta pública à Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso

Enumero seguidamente as fragilidades do documento Avaliação do projeto reformulado no âmbito do artigo 16º do RJAIA VOLUME I – Relatório Síntese – **Sistemas Ecológicos – vertente do lobo ibérico:**

Existem quatro impressões iniciais importantes a salientar no corpo deste documento:

1. Aquando da avaliação dos resultados de monitorização de lobo ibérico no presente documento, não se reflete adequadamente sobre as quadrículas de estudo associadas à concessão mineira, ao seu acesso externo e ao seu acesso interno (aliás, apenas é indicado o limite da concessão mineira nas diversas figuras e legendas apresentadas, como se os seus acessos não fossem potenciais geradores de impactes sobre o lobo-ibérico e também, no caso da área de concessão, existe uma ausência gritante de esforço de campo). A mina e os acessos (que incluem os caminhos de expedição para o exterior da exploração e os cerca de 15 km de caminhos internos de acesso às frentes de desmonte e lavaria) pressuporão o aumento da perturbação, nomeadamente através da afetação do habitat e dos recursos disponíveis, do aumento no fluxo de veículos (nomeadamente veículos de tipologia pesada), ruído, movimento de pessoas nas áreas onde serão implementados, e os mesmos poderão contribuir para eventos de mortalidade nesta espécie, pelo que é necessário avaliar corretamente a situação de referência. Algo que não está a ocorrer;

2. Supondo que a presença de indivíduos na zona da concessão mineira possa ser puramente dispersiva, interessa "mapear" essa situação, pois pode tratar-se de uma variante do corredor ecológico Parque Nacional Peneda-Gerês - Parque Natural do Alvão/Pardela. Com base nessa informação, infelizmente inexistente, poderiam ser recolhidos dados sobre este fenómeno e relacionar os mesmos com os corredores ecológicos conhecidos, que podem estar a sofrer mutações devido às diferentes dinâmicas que a área tem atravessado nos últimos anos. Mais concretamente, é sabido que os corredores ecológicos atuais (corredor PNPG-PNA/Pardela, corredor Parque Natural do Alvão- Parque Natural de Montesinho e corredor Parque Natural do Alvão – SIC Romeu) estão, efetivamente, assentes em modelos que não têm em conta, até ao momento, variáveis como a sucessão ecológica, as alterações climáticas, as alterações no uso e ocupação do solo e, sobretudo, a dinâmicas das áreas em mutação como é o caso da zona de estudo que conta, a sul, com a implementação do Sistema Eletroprodutor do Tâmega e, a norte, com a eventual Concessão de Exploração de Depósitos Minerais de Lítio e Minerais Associados da Mina do Romano, com localização prevista na vertente norte da Serra do Barroso, a sudeste da Albufeira do Alto Rabagão, em Morgade. No caso do primeiro empreendimento, já tiveram lugar alterações drásticas das características da área, com a imposição de grandes barreiras físicas à dispersão da espécie (entre o PNPG - PNA/Pardela), que poderão vir a modificar a realidade destes corredores no terreno. Por esta razão, é necessário acompanhar devidamente todos os movimentos de dispersão, se disso se tratarem, em busca de uma tendência. O próprio estudo admite que este corredor se situa "na zona oeste da concessão". Contudo, é evidente a utilização da área de estudo a norte e a sul desta mina pela espécie, o que pode vir a transformar as dimensões (largura e limites)

previstas para este corredor, situando-se a concessão mineira na sua passagem e podendo vir a ocorreu perturbações no fluxo genético do lobo-ibérico entre áreas importantes para a sua conservação;

3. O registo de indícios de presença de um grupo familiar/alcateia em Secerigo, entre 2015 e 2019, que culminaram na confirmação de reprodução de lobo-ibérico em 2020, com a observação de uma fêmea lactante, na área de estudo e não muito longe da área de concessão mineira, estão a ser alvo de contínua subavaliação, pelo que urge reforçar o esforço de campo nesses territórios, tendo em conta a sua proximidade à concessão mineira e especialmente à via de acesso externo da mina, o que poderá resultar num aumento de mortalidade para a espécie.

Enumero seguidamente exemplos específicos no documento que conduzem subavaliação da real presença de lobo-ibérico na área e à consequente subavaliação dos impactes sobre a mesma:

- PÁGINA 255. FIGURA 9.24
  Verifica-se uma vez mais que não são conduzidos percursos em grande parte do interior dos limites da área de concessão mineira e o método utilizado continua a ser o de transetos em veículo todo-o-terreno, apenas adequado para áreas abertas. A detetabilidade de dejetos, pegadas e outros indícios ao viajar numa viatura ou a pé não é a mesma, especialmente num habitat heterogéneo como o da área de estudo, com declives, curvas, cruzamentos entre caminhos de características diferentes, vegetação e, nalguns momentos, estreitamento da via que pode conduzir à subavaliação da real presença de indícios de lobo-ibérico na área. De acordo com a bibliografia especializada disponível, o lobo-ibérico deposita, na maioria das vezes, excrementos em ou na proximidade de interseções de caminhos, a dezenas a centenas de metros desse ponto de interseção. Na presença de um cruzamento ou de um entroncamento, o observador deve prospetar as diversas vias que divergem ou convergem nesse ponto de interceção a pé (sob a pena de anular os indícios com as rodas do veículo ou de passar desapercebido pelos mesmos). Também continua a não ser conhecida a periodicidade dos transetos, que deveria ser, pelo menos, mensal.

- PÁGINA 256. FIGURA 9.25
  Existem 2 quadrículas (AL 15 e AL 17) para as quais não é indicado nenhum valor de Índice Quilométrico de Abundância, não sendo apontado nenhum motivo para essa ausência de informação.

- PÁGINA 257. FIGURA 9.26
  A bibliografia recente aponta para a possível existência de uma alcateia em Secerigo, tendo-se confirmado indícios de presença entre 2015 e 2019, que culminam na confirmação de reprodução, com a observação de uma fêmea lactante, em 2020. De acordo com o supracitado, torna-se incompreensível que não tenham sido efetuadas

estações de escuta pelo menos nas quadrículas AP 08 e AP 12, dada a sua proximidade à área de concessão mineira e à via de acesso externo.

- PÁGINA 259. FIGURA 9.27
  Uma vez que é assinalada a presença de crias de lobo-ibérico do ano na quadrícula AP 05, com recurso a armadilhagem fotográfica, seria importante indicar o ponto exato de recolha dessa informação e a idade estimada das crias nesse registo, para melhor determinar se, em caso de se tratarem de crias muito recentes:
  a) A observação comprova efetivamente a reprodução da espécie na área, se detetadas a menos de 2 km do limite da área de concessão mineira e pelo qual se encontrariam no interior da área tampão, a ser considerada durante a reprodução;
  b) A observação vem contrariar a ideia de que as zonas de criação se situam todas elas a mais de 5 km dos limites da concessão, no caso de serem detetadas a menos de 5 km do limite da área de reprodução.

- PÁGINA 261. FIGURA 9.28
  Esta figura revela dados alarmantes: nas quadrículas AP 07 E AP 08, simultaneamente área de presença de uma suposta (provável) alcateia de Secerigo e local projetado para a futura implementação do acesso externo da concessão mineira que não se encontra a ser devidamente monitorizado por este estudo. Ocorrem aqui movimentações de diferentes indivíduos (pelo menos 3: correspondentes aos genótipos 5, 7 e 11) cujos indícios não estão a ser devidamente registados ou para os quais não está a ser dirigido um esforço de campo considerado suficiente para a sua correta avaliação (quase total ausência de, por exemplo, de estações de gravação de vocalizações e ausência de estações de escuta).

- PÁGINA 263. FIGURA 9.29
  Verifica-se uma vez mais que não são efetuados esforços de campo em grande parte do interior da concessão mineira, constituindo a colocação de *AudioMoths* uma oportunidade para avaliar a presença de indivíduos da espécie *Canis lupus* dentro do limite desta área.

- PÁGINA 265 FIGURA 9.31
  Não se compreende que, na figura supracitada, os dados relativos aos prejuízos no gado se encontrem representados a verde, assim como a linha que define o limite de concessão mineira. Tal não permite visualizar corretamente os dados em caso de sobreposição de um ponto associado a prejuízos atribuídos ao lobo com a linha que define a concessão da mina. Do mesmo modo também não se compreende porque não há uma conjugação de dados relativos aos prejuízos de lobo entre 2018 e 2021 com o período que se lhe segue (2022), uma vez que de fevereiro de 2021 à data atual decorreram já mais de 2 anos.

- PÁGINA 267 FIGURA 9.33

  Existem efetivamente dados de dejetos identificados geneticamente como pertencendo a lobo-ibérico dentro da área de concessão da mina em período de reprodução pelo que o esforço em efetuar transetos dentro dessa mesma área deveria ter sido aumentado e não aparentar ser concomitantemente desprezado.

  Não nos é proporcionada a data de recolha do dejeto e o seu estado, o que ajudaria a estimar se o mesmo corresponderia sensivelmente ao período de tempo em que foi recolhido e, em caso afirmativo, se nos encontrávamos em época de reprodução, momento em que os indivíduos se circunscrevem ao redor do seu centro de reprodução, não efetuando movimentos muito largados no seu território. Noutro cenário, no caso de se tratar de um indivíduo dispersante, seria interessante procurar determinar se o mesmo estava a utilizar igualmente a porção mais a este do limite de concessão da mina (área para a qual deveriam ter sido dirigidos igualmente esforços de campo).

Enumero seguidamente as fragilidades do documento Avaliação do projeto reformulado no âmbito do artigo 16º do RJAIA VOLUME I – Relatório Síntese – **Sistemas Ecológicos – outras vertentes - fauna**

- PAGINA 271
  É referido que "Relativamente à componente da fauna, também não foram efetuados novos trabalhos de campo…".
  Deste modo, relativamente ao Estudo de Impacte Ambiental Inicial, o atual Projeto Reformulado continua a:

  a) demonstrar um reduzido esforço de campo na descrição das comunidades de macroinvertebrados bentónicos, de fitobentos, mexilhão-de-rio (*Margaritifera margaritifera*), de fauna piscícola e mamíferos aquáticos como a Toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), com os pontos de amostragem selecionados para a monitorização dos elementos aquáticos (PAQ01 a PAQ07) muito insuficientes. Para além do referido, o próprio estudo descreve que muitos dos pontos criados para a amostragem não são adequados para a presença de uma ou outra espécie;
  b) não colmatar a ausência de pontos de amostragem para a monitorização dos elementos aquáticos dentro da área de concessão da mina. Tal não se compreende uma vez que vão ocorrer alterações na estrutura das próprias linhas de água dessa zona pelo que é imperativo monitorizar as mesmas para saber se mantêm as mesmas condições ambientais ao longo da fase de construção, laboração e encerramento da mina, há diversas linhas de água e nascentes contidas no interior da área de concessão da mina que não são avaliadas neste estudo dos elementos aquáticos, sendo que muitas delas apresentam um regime hídrico permanente e não secam durante os meses de menor pluviosidade; a acessibilidade aos mesmos é perfeitamente possível.
  c) a ausência de condução de pontos de monitorização dentro da área de concessão pode levar a uma subavaliação dos recursos ecológicos aí presentes e, consequentemente, a uma estimação incorreta do verdadeiro potencial de afetação da ampliação da mina nas comunidades faunísticas e florísticas pré-existentes.

Exposição a consulta pública à Alteração ao Projeto de Ampliação da Mina do Barroso

Procedo seguidamente à reflexão sobre a avaliação dos impactes deste estudo na vertente do lobo ibérico e nas outras vertentes, nomeadamente na fauna:

No que concerne as populações de lobo-ibérico na área de estudo:

1. Na avaliação dos impactes sobre o lobo-ibérico nas diferentes fases (construção, exploração e encerramento da exploração) é sucessivamente referido que a mina do Barroso terá um impacte pouco significativo sobre a espécie porque " A presença de gado assim como a altitude, são os principais fatores que condicionam a presença de lobo em Portugal", condições que essa área não reúne. Esta afirmação tem pouca fundamentação científica, uma vez que depende da área geográfica em que nos encontramos sendo que a espécie é oportunista, e tirará partido da disponibilidade de presas (silvestres ou domésticas) que existirem no seu território, desde que estas sejam suficientemente abundantes. O estudo refere que as presas selvagens existem em densidades altas na área de estudo, pelo que este fator poderá ser determinante para a presença de lobo ibérico na área. O lobo é efetivamente predominante em áreas de altitude, mas pode fazer deslocações em áreas mais baixas, em busca de alimento e recursos hídricos e em fenómenos de dispersão, o que faz com que a área da concessão possa ser utilizada pela espécie.
   Contudo, se pretendermos aludir à altitude como fator determinante na presença de lobo-ibérico, a área onde será instalado o acesso externo encontra-se, efetivamente em altitude (a título de exemplo, a 987 m, em medição sobre o caminho de terra onde se pretende fazer passar o acesso, ao nível da povoação de Campos) e detém presença confirmada da espécie, pelo que o seu impacte em termos de mortalidade sobre a espécie e das suas presas (por colisão e atropelamento), exclusão e perda de habitat poderá ser significativo e não pouco significativo, como sugere o estudo.

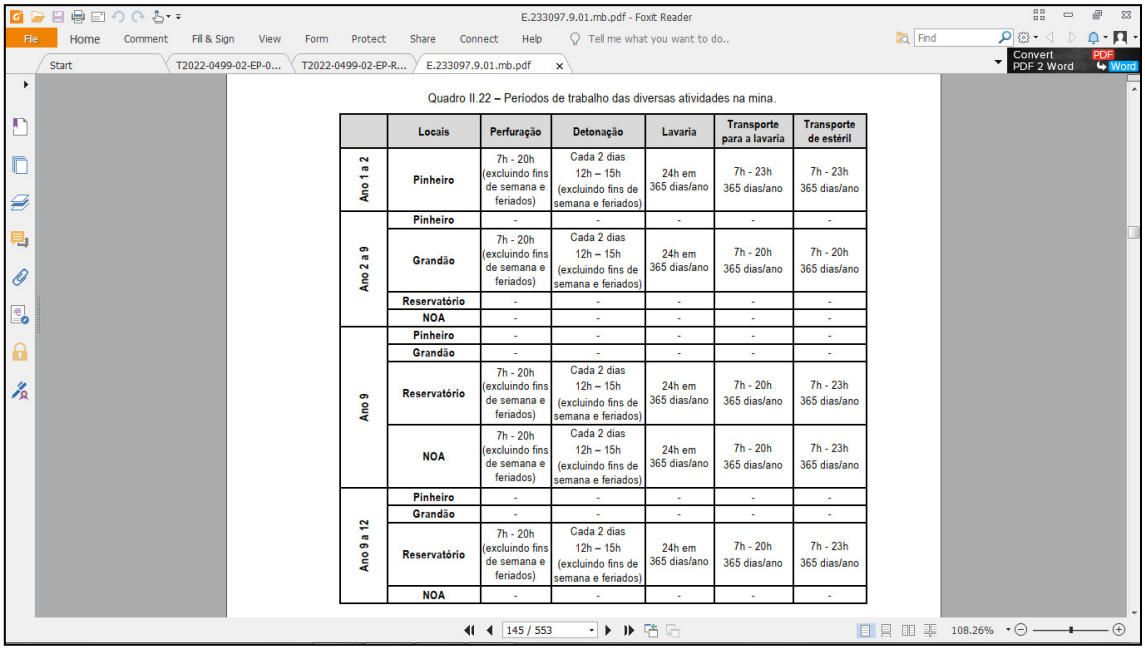
2. Na avaliação dos impactes sobre o lobo-ibérico nas diferentes fases (construção, exploração e encerramento da exploração) é sucessivamente referido que a área não é propícia para a presença de lobo dada a "ausência de registos de uivos e fotográficos". Acontece que estes registos foram medidos sem que houvesse um esforço de amostragem consistente e homogéneo no interior da concessão mineira, nos seus acessos e nas suas áreas limítrofes, pelo que a presença de lobo ibérico poderá estar subavaliada neste caso. Assim, o impacte em termos de mortalidade sobre a espécie (por colisão e atropelamento), exclusão e perda de habitat poderá ser significativo e não pouco significativo, como sugere o estudo.

3. Durante a Fase de Construção, o ruído geral das tarefas de construção, a iluminação artificial, a preparação do terreno e o aumento do tráfego vão promover a exclusão da espécie (e a redução do fluxo genético entre o PNPG e o PNA/Pardela), a sua mortalidade e a das suas presas (tendo em conta que a velocidade de circulação de 30 km/h dentro da exploração e nas vias de acesso nunca é cumprida) e a perda de habitat pelo que o impacte deve ser avaliado como significativo, ao invés de pouco significativa ou não significativo, como sugere o estudo.

4. Durante a Fase de Exploração, a transformação definitiva dos habitats por desmonte, o ruído e vibração produzidos em geral e os produzidos pela lavaria, a iluminação artificial, as explosões nas cortas e o aumento do tráfego vão promover a exclusão da espécie do seu corredor ecológico, a sua mortalidade e a das suas presas (especialmente no acesso externo da mina) e a perda de habitat pelo que o impacte deve ser avaliado como significativo, ao invés de pouco significativo ou não significativo.

5. Durante a Fase de Encerramento da exploração aborda-se o impacte positivo do Restauro ecológico referindo que os mecanismos de sucessão ecológica dar-se-ão a curto a médio prazo e o lobo poderá reocupar, lentamente a área. No caso de ocorrer a perda de conetividade entre áreas de conservação importantes para o lobo durante a fase de construção e exploração da mina (aproximadamente 17 anos), aquando do seu encerramento este impacte não será pouco significativo a significativo, como referido, mas antes pouco significativo a inexistente, uma vez que poderão já não existir populações de lobo-ibérico a utilizar esta área geográfica para dispersar.

6. Finalmente, refere-se que, em comparação com as alternativas do EIA, o Projeto reformulado conduz supostamente à alteração do horário de funcionamento da mina, que também seria um fator importante já que reduziriam alguns dos efeitos perturbadores, especialmente para o lobo, ao interditar o trabalho durante o período noturno. Assim sendo, como se explica os períodos horários constantes do Quadro II.22 do Plano de Lavra, nos quais a condição de suspensão da circulação de veículos pesados desde uma hora antes do pôr-do-sol até uma hora depois do mesmo nascer não ocorre quase nunca? Tal afirmação somente seria verdadeira se fossem tidas em conta as obras de perfuração, entre os meses de abril a julho (momento do ano em que o período noturno cumpre as regras de ocaso e o apogeu acima descritas). De resto, e tendo por base este quadro, existirá efetivamente circulação de veículos pesados de transporte para a lavaria e de transporte de estéril até às 23h (já no período noturno). Veja-se a seguinte figura:



Quadro II.22 – Períodos de trabalho das diversas atividades na mina.

	Locais	Perfuração	Detonação	Lavaria	Transporte para a lavaria	Transporte de estéril
Ano 1 a 2	Pinheiro	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano
Ano 2 a 9	Pinheiro	-	-	-	-	-
	Grandão	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano
	Reservatório	-	-	-	-	-
	NOA	-	-	-	-	-
Ano 9	Pinheiro	-	-	-	-	-
	Grandão	-	-	-	-	-
	Reservatório	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano
	NOA	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano
Ano 9 a 12	Pinheiro	-	-	-	-	-
	Grandão	-	-	-	-	-
	Reservatório	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano
	NOA	-	-	-	-	-

Fotografia 1 *Print screen* retirado do Quadro II.22 do Plano de Lavra

No que concerne as populações fauna, que não o lobo-ibérico, na área de estudo:

1. De modo geral, os impactes significativos negativos mais graves decorrentes da exploração mineira (referidos no Quadro 10.55 das páginas 509 e 510) mantêm-se no projeto reformulado para os grupos de fauna com um estatuto ameaçado: o mexilhão-de-rio, a toupeira-de-água e a gralha-de-bico-vermelho. Também será exercido, através da proliferação de espécies exóticas, um impacte sobre os habitats de pastagens semi-naturais como os lameiros e a floresta autóctone, que muito dificilmente recuperarão. Seria de esperar que, com a reformulação deste projeto, estas espécies vissem decrescer os seus graus de afetação. Contudo, estes mantêm-se. No caso do mexilhão-de-rio é afirmado que há um impacte global menor no projeto reformulado. Contudo, a ponte no Rio Covas vem anular os esforços das compensatórias derivadas do projeto SET no rio Beça. Apesar de se ter excluído a construção de uma ponte sobre o rio Beça, com afetação direta de uma população de mexilhão-de-rio aí existente, serão induzidas alterações no rio Covas a 2,5 km de uma população que se encontra a ser beneficiada, porque não se consegue assegurar a eliminação de impactos como a possível turbidez na água, a introdução de escombros no rio e a colmatação das suas margens por aterro.

2. Na Fase de Construção assume-se que pode ocorrer a deterioração da água e solos por derramamento acidental de substâncias potencialmente toxicas ou poluentes aquando das ações de terraplanagem, escavação, movimentação de máquinas e veículos, e libertação de gases por combustão, sendo este impacte pouco significativo. Antes de mais, o promotor da obra tem de ser ciente que os derramamentos referidos não podem ocorrer, já que se tem de assegurar o correto funcionamento de todos os equipamentos e antes de iniciar os trabalhos os riscos têm de ser previstos anteriormente e mitigados, quando se trabalha com equipamentos a gasóleo. No relatório Projeto de Descarbonização realizado para o Projeto da Mina de Lítio do Barroso pela empresa Ecoprogresso (T2012-785 Barroso Lithium_Sumário executivo Savannah Lithium, Lda Estratégia Descarbonização Sumário Executivo) é referida, em dois de quatro cenários propostos, a utilização de camiões a bateria como solução de transporte para a mina ou a utilização destes mesmos camiões a bateria a complementarem o uso de veículo ferroviário. A utilização destes recursos evitaria, a certa escala, o derramamento acidental e a libertação de gases por combustão. Uma vez que o promotor pretende que a mina seja regida por um conceito “verde” de *green-mining*, a mesma deveria aguardar até 2028 para iniciar a sua laboração, momento em que estes camiões a bateria já estarão disponíveis no mercado, evitando assim este impacte que, ao contrário do que sugere o estudo, se trata de um impacte significativo.

3. Na Fase de Construção assume-se que podem ocorrer atropelamento de anfíbios, répteis, micromamíferos, com impactes pouco significativo. A construção de acessos para veículos de tipologia pesada e o aumento de circulação rodoviária em meios não perturbados tem de ser tido como um impacte significativo, especialmente quando ocorre atravessamento de áreas húmidas, como é o caso do rio Covas, onde as populações de anfíbios ocorrem em densidades maiores.

4. Na Fase de Construção assume-se que podem ocorrer incêndios mas que o seu impacte será improvável. Este impacte nem sequer é avaliado no Quadro 10.55 das páginas 509 e 510. Uma vez que a área da concessão da mina se situa numa área de elevado risco de incêndio pelas suas características e pelo biótopo mais frequente na mesma serem matos e não, por exemplo, espécies de arvoredo de combustão lenta, é imperativo eliminar este possível impacte, através da não realização de trabalhos de risco durante o verão, ou durante os períodos de seca e de risco de incêndio elevado. No caso de ocorrer um incêndio na área, o seu impacte, nada improvável, será muito significativo para os diversos grupos de fauna terrestres, pela perda de habitat e inclusivamente para os aquáticos, uma vez que os rios receberão a cinza decorrente do incêndio, dando-se fenómenos de turbidez e anóxia, assim como as populações de lobo-ibérico para as quais este impacte não foi avaliado na seção que lhe corresponde.

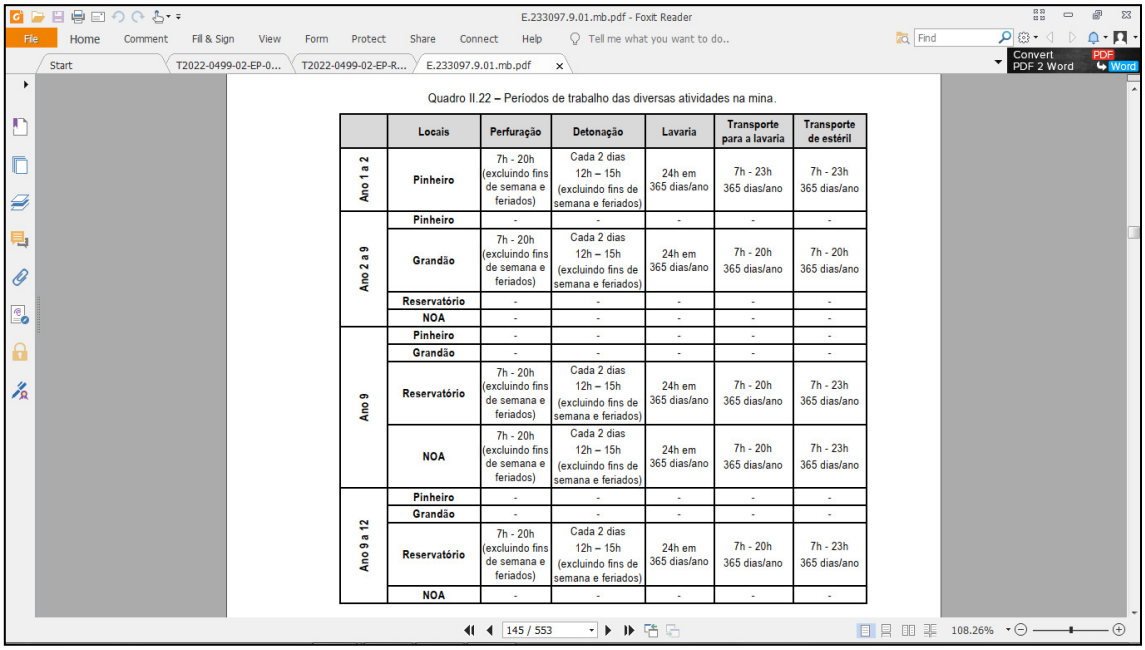
5. Na Fase de Construção assume-se que, aquando da construção da ponte metálica sobre o rio Covas (na etapa 2), pode ocorrer queda de materiais e detritos, que causarão turbidez no meio aquático e impedirão o desenvolvimento de juvenis de mexilhão-de-rio, mais a jusante, tornando provável a sua redução no rio Beça, com um impacte significativo de magnitude moderada. Este impacte não pode ser considerado como tendo uma magnitude moderada mas sim elevada uma vez que existe um local onde estão a ser implementadas medidas compensatória mexilhão do SET a apenas 2,5km deste ponto. Também aqui não são abordados derramamentos acidentais que afetarão severamente a ictiofauna e os macroinvertebrados. A título de exemplo, não são avaliados concretamente os impactes sobre a truta, espécie-chave essencial por si mesma para os ecossistemas aquáticos, mas também para a reprodução de mexilhão-de-rio e para a qual se prevê um plano de monitorização que aparentemente, não se iniciou ainda. Diz-se que os impactes sobre a ictiofauna e macroinvertebrados serão pouco significativos. Muito pelo contrário, estes poderão ser significativos.

6. Na Fase de Construção assume-se que, aquando da construção da ponte metálica sobre o rio Covas (na etapa 2), o impacte para a Toupeira-de-água pode vir a ser significativo, não havendo interceção direta na linha de água pela ponte mas podendo ocorrer aterro das margens dos cursos de água e escombros provenientes das obras. Este trata-se de um impacte direto e muito significativo sobre a espécie que apresenta populações saudáveis neste rio. O próprio enchimento dos encontros e instalação dos blocos de ancoragem, que serão construídos a partir de material de enchimento especificado selecionado, disponível no local, sendo os aterros cobertos por uma espessa camada de proteção de rochas e gabiões para reduzir a erosão durante eventos de cheia, constituem um impacto adicional para esta espécie. Tal decorre da utilização de material local na construção ir certamente perturbar a dinâmica do rio e danificar as suas margens, tão necessárias para a conservação de um habitat adequado para esta espécie.

7. Na Fase de Exploração assume-se que, nesta ponte metálica sobre o rio Covas circularão *dumpers*, a cada 14 minutos, para assegurar o fornecimento de material para a lavaria, pelo que o impacte neste rio deverá ser considerado significativo pelo seu poder de gerar

uma perturbação quase contínua, durante o dia e durante a noite, em termos de ruído e vibração, neste meio aquático (com a possibilidade, não avaliada, de queda de materiais transportados nesta linha de água).

8. Na Fase de Exploração assume-se que o tráfego no acesso exterior seja superior a 3,5 camiões/hora no período diurno e no, acesso interior, "as ações de mineração e atividades da mina irão decorrer entre as 7h e as 23h, o que implica a deslocação de camiões *dumpers* no circuito interno durante esse período, com o consequente acréscimo de ruído e luz artificial" e a partir do Ano 9 "…serão necessárias em média 55 viagens por dia (entre as cortas do Reservatório/NOA e a lavaria), o que corresponde a uma frequência de passagem de um *dumper* a cada 14 minutos, para assegurar o fornecimento de material para a lavaria". Esta afirmação vem contrariar tudo o que foi dito anteriormente, nomeadamente no Relatório Não Técnico do Projeto Reformulado (Avaliação do projeto reformulado no âmbito do artigo 16º do RJAIA VOLUME IV – Resumo não Técnico (RNT) – Sistemas Ecológicos), o que poderá induzir o leitor em erro, passo a citar: "O projeto também eliminou as atividades durante o período noturno e concentrou as atividades mais ruidosas nos dias úteis entre as 12h e as 15h." e no próprio corpo deste documento, com a seguinte citação a ser transposta da página 481 do mesmo, no momento em que há uma referência ao Impacte nº2 – Mortalidade para o Lobo-ibérico. "…suspensão de circulação de veículos pesados desde uma hora antes do pôr do Sol até uma hora após o nascer do Sol". A dar-se esta alteração de procedimento, a mesma acarreta um impacte muito significativo (para as comunidades diversas de fauna e também para o lobo-ibérico) e não um impacte pouco significativo, como referido.
   Efetivamente, consultando o Quadro II.22 do Plano de Lavra, a condição de suspensão da circulação de veículos pesados desde uma hora antes do pôr-do-sol até uma hora depois do mesmo nascer não ocorre quase nunca, a não ser nas obras de perfuração, entre os meses de abril a julho. Se não vejamos:



Quadro II.22 – Períodos de trabalho das diversas atividades na mina.

	Locais	Perfuração	Detonação	Lavaria	Transporte para a lavaria	Transporte de estéril
Ano 1 a 2	Pinheiro	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano
Ano 2 a 9	Pinheiro	-	-	-	-	-
	Grandão	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano
	Reservatório	-	-	-	-	-
	NOA	-	-	-	-	-
Ano 9	Pinheiro	-	-	-	-	-
	Grandão	-	-	-	-	-
	Reservatório	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano
	NOA	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano
Ano 9 a 12	Pinheiro	-	-	-	-	-
	Grandão	-	-	-	-	-
	Reservatório	7h - 20h (excluindo fins de semana e feriados)	Cada 2 dias 12h – 15h (excluindo fins de semana e feriados)	24h em 365 dias/ano	7h - 20h 365 dias/ano	7h - 23h 365 dias/ano
	NOA	-	-	-	-	-

Fotografia 2- *Print screen* retirado do Quadro II.22 do Plano de Lavra

9. Na Fase de Exploração assume-se que existirá um" acréscimo de luz artificial devido aos trabalhos e movimentos de transporte noturnos..." que terão um impacte pouco significativo, de acordo com os redatores do documento. A ocorrerem, este impacte será significativo sobre as populações de morcegos mas também de aves noturnas, algo que não foi endereçado neste estudo e pode levar a uma mortalidade acentuada nestes dois grupos de fauna.

10. Na Fase de Exploração há um impacto sobre a fauna que não foi endereçado neste estudo e que, na Etapa 1, pode contribuir para a diminuição da qualidade da água que se trata da exploração da Corta de Grandão, perigosamente situada na proximidade do Rio Covas, pelo que se prevê difícil uma correta contenção dos minérios daí extraídos, podendo os mesmos chegar ao rio. Também o acesso interno a esta Corta, através do qual circulam os veículos pesados, está numa posição sobranceira a este rio pelo que se avizinha, com esta inserção dos elementos no terreno, o deslizamento de terras e perda de material originário da Corta para o rio, com a geração de efeitos de turbidez na água com impactos significativos.

11. Na Fase de Exploração há um segundo impacto sobre a fauna que não foi endereçado neste estudo e que se prende com a otimização dos recursos hídricos, podendo vir a afetar a qualidade da água do Rio Covas, assim como a sua quantidade: a existência de 3 reservatórios de água limpa, supostamente para atenuar os caudais das linhas de água às quais as cortas se vão sobrepor. O fato de esta água ficar retida nos 3 reservatórios, que na sua totalidade detêm uma capacidade máxima de armazenamento de 181 575 m^3, faz com que esta água não abasteça os caudais do rio Covas, podendo contribuindo para a

ausência de um caudal mínimo ecológico neste rio de grande importância para alguns grupos-alvo de fauna. Também no caso de se dar um evento extremo de necessidade de descarregamento súbito destes reservatórios para o rio Covas, o seu efeito poderá ser devastador, por um aumento súbito e não gradual do caudal desta linha de água, arrasando algumas comunidades de espécies aquáticas como a toupeira-de-água. É igualmente referido no Plano de Lavra deste projeto, que a água existente no Reservatório de água Limpa 1 (RA1) será utilizada, nos períodos de estio, para abastecer a Lavaria, o que significa que será utilizada água limpa para abastecer esta unidade, em vez de água já processada e de algum modo contaminada, o que não abona a correta otimização dos recursos hídricos.

12. Na Fase de Exploração há um terceiro impacto sobre a fauna que não foi endereçado neste estudo e que se prende com a otimização dos recursos hídricos, podendo vir a afetar a qualidade da água do Rio Covas, assim como a sua quantidade: a existência de 2 reservatórios de Controlo de Sedimentos (com água proveniente da exploração das cortas, com sedimentos finos em suspensão). No caso de se dar um evento extremo de necessidade de descarregamento súbito destes reservatórios para o rio Covas, o seu efeito poderá ser devastador, por um aumento súbito e não gradual do caudal desta linha de água, com cerca de 525 265 m^3 de água contaminada com sedimentos finos em suspensão, arrasando as comunidades de espécies aquáticas, especialmente as de mexilhão-de-rio.

13. Na Fase de Exploração há um quarto impacto sobre a fauna que não foi endereçado neste estudo e que se prende com a otimização dos recursos hídricos, podendo vir a afetar a qualidade da água do Rio Covas, assim como a sua quantidade: a existência de 1 reservatório de Controlo Ambiental, unidade que se trata da unidade primordial a receber a água de reposição no abastecimento à lavaria. No caso de se dar um evento extremo de necessidade de descarregamento súbito deste reservatório para o rio Covas, o seu efeito poderá ser devastador, por um aumento súbito e não gradual do caudal desta linha de água, com cerca de 600 000 m^3 de água contaminada a arrasar as comunidades de espécies aquáticas.

14. Na Fase de Exploração há um quinto impacto sobre a fauna que não foi endereçado neste estudo e que se prende com a otimização dos recursos hídricos, podendo vir a afetar a qualidade da água do Rio Covas, o fato do abastecimento de água ao Projeto ser atingido de várias formas, nomeadamente pelo uso dos furos de drenagem das cortas que, uma vez contaminadas pela sua exploração, poderão chegar ao rio Covas perturbando a bacia hidrográfica na qual este rio se insere.

Enumero seguidamente as fragilidades do documento **Estudo de Viabilidade Ambiental do Acesso Norte**:

Relativamente ao impacto gerado pela circulação de viaturas, que contribuirá para um acréscimo de mortalidade, prevê-se um impacto na fase de exploração que será negativo, de magnitude reduzida, pouco significativo, de dimensão local, permanente e irreversível, especialmente sobre a comunidade de anfíbios e répteis, apesar de afetar todos os vertebrados aí existentes. Uma vez que este acesso norte cruzará o rio Terva, os seus afluentes e outras massas de água em múltiplos pontos, e grande parte do seu troço será construído de modo paralelo a vias asfaltadas já existentes, duplicará as taxas de mortalidade, especialmente nos anfíbios e outros grupos de espécies de fraca mobilidade na proximidade de zonas húmidas, como é o caso do réptil maioritariamente aquático, *Emys orbicularis.* De nome comum Cágado-de-carapaça estriada, possui uma ampla distribuição a nível global sendo, contudo, considerado em Portugal como uma espécie "Em Perigo" (EN) pelo Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal. No norte de Portugal existem apenas algumas populações isoladas, estando a mais importante localizada no extremo norte de Boticas, num grupo de lagoas pertence ao PAVT - Parque Arqueológico do Vale do Terva. Deste modo, e uma vez que esta espécie se desloca entre as diversas massas de água que irão ser cruzadas por esta via, urge, desde logo alterar a previsão de impactos para negativo, de magnitude (pelo menos) moderada, e significativo, de dimensão local, permanentes e irreversível para a fauna.

Anexo D

Avaliação da Instalação de Armazenamento de Rejeitados da Proposta de Mina de Lítio do Barroso da Savannah Lithium, Norte de Portugal elaborada por Steven H. Emerman, Ph.D., Malach Consulting, LLC; a 29 de junho de 2021

Avaliação da Instalação de Armazenamento de Rejeitados da Proposta de Mina de Lítio do Barroso da Savannah Lithium, Norte de Portugal

Steven H. Emerman, Ph.D., Malach Consulting, LLC, 785 N 200 W, Spanish Fork, Utah 84660, EUA, Tel: 1-801-921-1228, E-mail: SHEmerman@gmail.com

Relatório elaborado a pedido da Associação Povo e Natureza do Barroso
Apresentado em 6 de junho de 2021, revisto a 10, 14, 15 e 29 de junho de 2021

RESUMO BREVE

A proposta para a mina de lítio do Barroso no norte de Portugal pela Savannah Lithium não reconhece que o aterro de estéril que rodearia os rejeitados filtrados constitua uma barragem e deva obedecer às normas de segurança de barragens. Não há considerações feitas sobre as consequências da falha da barragem, embora o cenário mais provável seja a libertação de 8,5 milhões de metros cúbicos de resíduos de mina com uma distância de escoamento inicial de 86 quilômetros, afetando numerosas comunidades ao longo dos rios Tâmega e Douro.

RESUMO

A Savannah Lithium LDA apresentou uma proposta para a mina de lítio de rocha dura no Barroso, no norte de Portugal. Ao longo do período de 12 anos, a mina extrairia 2,16 milhões de toneladas de concentrado de lítio e deixaria para trás 83,792 milhões de toneladas de resíduos de mina, incluindo 14,0 milhões de toneladas de rejeitados de mina. Os rejeitados seriam filtrados, misturados com estéril, compactados numa pilha de resíduos (escombreira) com altura final de 193 metros e rodeados por um aterro de estéreis. A proposta é experimental porque não há nenhuma mina de lítio em operação que armazene rejeitados filtrados, a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados mais alta para uma mina de lítio proposta é de 107 metros, e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados operacional mais alta de qualquer tipo tem uma altura de 70 metros. O teor de água pretendido nos rejeitados filtrados para compactação adequada é <15%, o que excede a capacidade da tecnologia atual. Mesmo assim, os rejeitados podem ser re-humedecidos por altas precipitações ocasionais, e não há nenhum plano para gerir os rejeitados que estão demais húmidos para uma compactação adequada. Embora os rejeitados sejam suscetíveis à liquefação, não há análise de circunstâncias em que a liquefação poderia ocorrer. A proposta não reconhece que o aterro de estéreis que rodearia a mistura de rejeitados filtrados e estéreis constitua uma barragem e deva obedecer às normas de segurança de barragens. Mais especificamente, , não há cheia de projeto para a barragem, embora a barragem deva ser capaz de suportar uma inundação de 500 anos de acordo com a legislação de segurança de barragens em Portugal e pelo menos uma inundação de 1000 anos pela maioria das normas internacionais. O aterro de estéreis seria construído pelo método a montante, o que é ilegal no Brasil, Chile, Equador e Peru, devido à probabilidade de ruptura da barragem em caso de liquefação dos rejeitados confinados. Mesmo sem liquefação, um deslizamento poderia transportar os rejeitados 2.000 metros com numerosos pontos de entrada no rio Covas (um afluente do rio Beça) ou no próprio rio Beça, de modo que a mistura dos rejeitados com corpos d'água a jusante se transformasse num fenômeno de fluxo. Embora a análise de estabilidade tenha indicado um fator de segurança mínimo aceitável FS = 1,5, as propriedades geotécnicas

dos rejeitados foram determinadas a partir de apenas uma amostra. Além disso, a análise de estabilidade assumiu a condição de carregamento "drenado" sem levar em consideração as circunstâncias em que os poros estariam saturados. Finalmente, a análise de estabilidade não incluiu nenhuma justificativa para a altura do lençol freático assumida, e nenhuma consideração da dependência do fator de segurança na altura do lençol freático ou as circunstâncias em que o lençol freático subiria mais alto do que a altura assumida. Embora as imagens de satélite e a própria proposta mostrem uma rede de córregos que flui através do local da própria escombreira, não há nenhum plano aparente para qualquer infraestrutura de gestão de água que evite o re-humedecimento dos rejeitados pelo caudais de córregos, o seu escoamento superficial ou a água subterrânea. É de suma importância salientar e que a proposta não inclui nenhuma consideração sobre consequências da uma possível falha da escombreira. Com base num modelo estatístico de falhas de barragens de rejeitados anteriores, a falha da escombreira irá liberar 8,5 milhões de metros cúbicos de resíduos de mina com uma distância de escoamento inicial de 86 quilômetros com impacto em numerosas comunidades ao longo dos rios Tâmega e Douro. No pior cenário possível (perda de 100% dos resíduos de mina armazenados), 30,5 milhões de metros cúbicos de resíduos de mina serão libertados e chegarão ao oceano Atlântico (128 quilômetros) durante o escoamento inicial.

ÍNDICE

RESUMO BREVE 1
RESUMO 1
VISÃO GERAL 3
ANÁLISE: REJEITADOS E BARRAGENS DE REJEITADOS 9
Liquefação 9
Tecnologia de Rejeitados Filtrados 11
Cheias de Projeto 15
PROJETO DA INSTALAÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE REJEITADOS DA MINA DO BARROSO 20
METODOLOGIA 23
RESULTADOS 27
Adequação da Análise das Consequências da Falha da Barragem 27
Adequação da Cheia de Projeto 28
Adequação do Plano de Prevenção de Liquefação 30
Adequação da Análise de Estabilidade 32
Adequação da Infraestrutura de Gestão da Água 35
REFLEXÃO 36
CONCLUSÕES 39
RECOMENDAÇÕES 40
SOBRE O AUTOR 40
REFERÊNCIAS 40

VISÃO GERAL

Savannah Lithium LDA, filial da Savannah Resources Group, apresentou um Estudo de Impacto Ambiental para a proposta da mina de lítio de rocha dura no Barroso, no norte de Portugal (Savannah Lithium LDA, 2020a-g; ver Figs. 1, 2, 3 e 4a -c). A mina a céu aberto operaria por 12 anos e extrairia uma média de 1,446 milhão de toneladas de minério de lítio por ano (total de 17,352 milhões de toneladas de minério de lítio). A planta de processamento de minério no local reduziria o minério de lítio para 180.000 toneladas de concentrado de lítio (5,5-6,0% de dióxido de lítio) por ano, ou 2,16 milhões de toneladas de concentrado de lítio ao longo de 12 anos (Savannah Lithium LDA, 2021). O concentrado de lítio seria enviado para um local não especificado para ser posteriormente refinado.

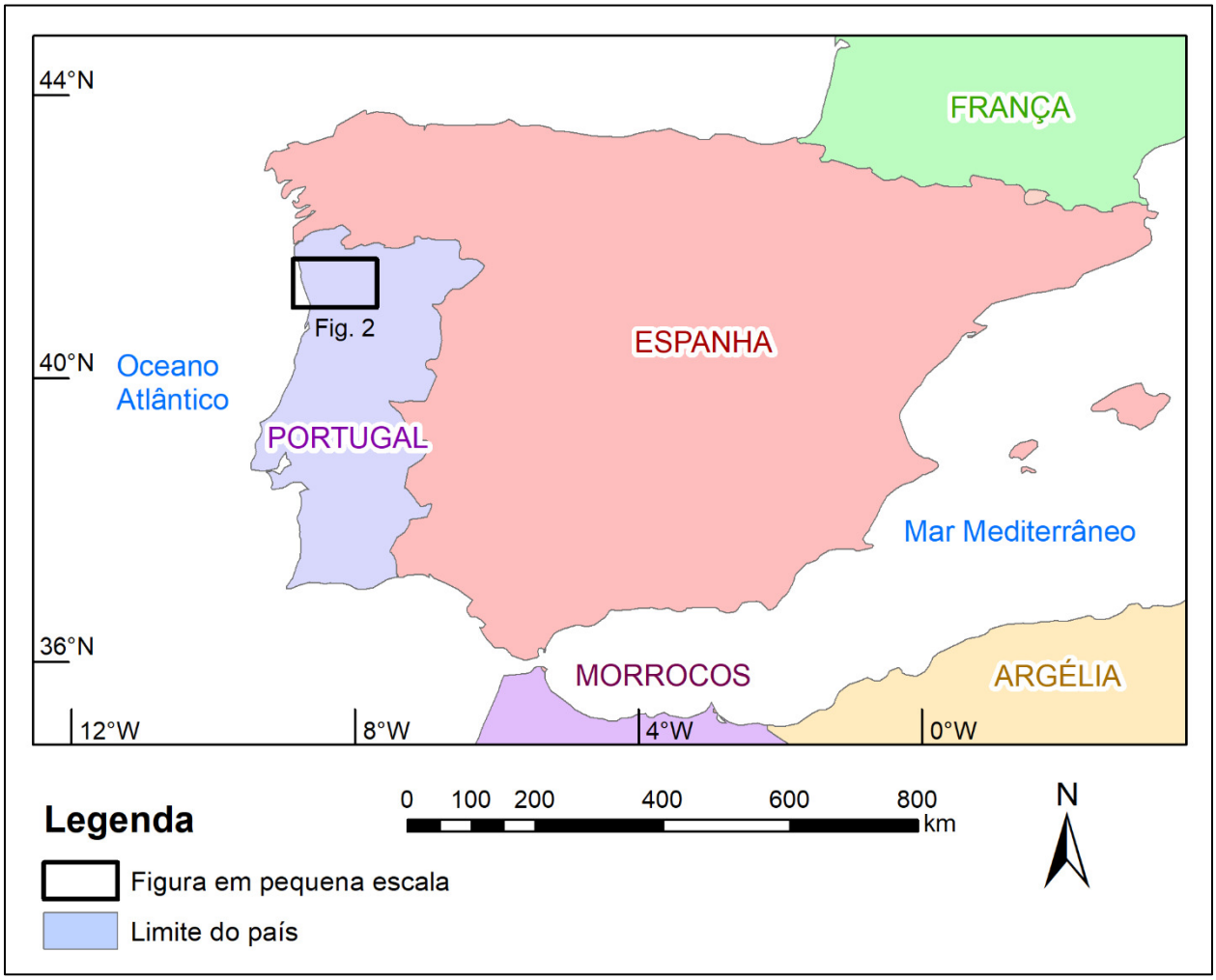


Figura 1. A Savannah Lithium LDA apresentou uma proposta para a mina de lítio de rocha dura no Barroso, no norte de Portugal. Ao longo de um período de 12 anos, a mina extrairia 2,16 milhões de toneladas de concentrado de lítio e deixaria para trás 83,792 milhões de toneladas de resíduos de mina, incluindo 14,0 milhões de toneladas de rejeitados de mina.

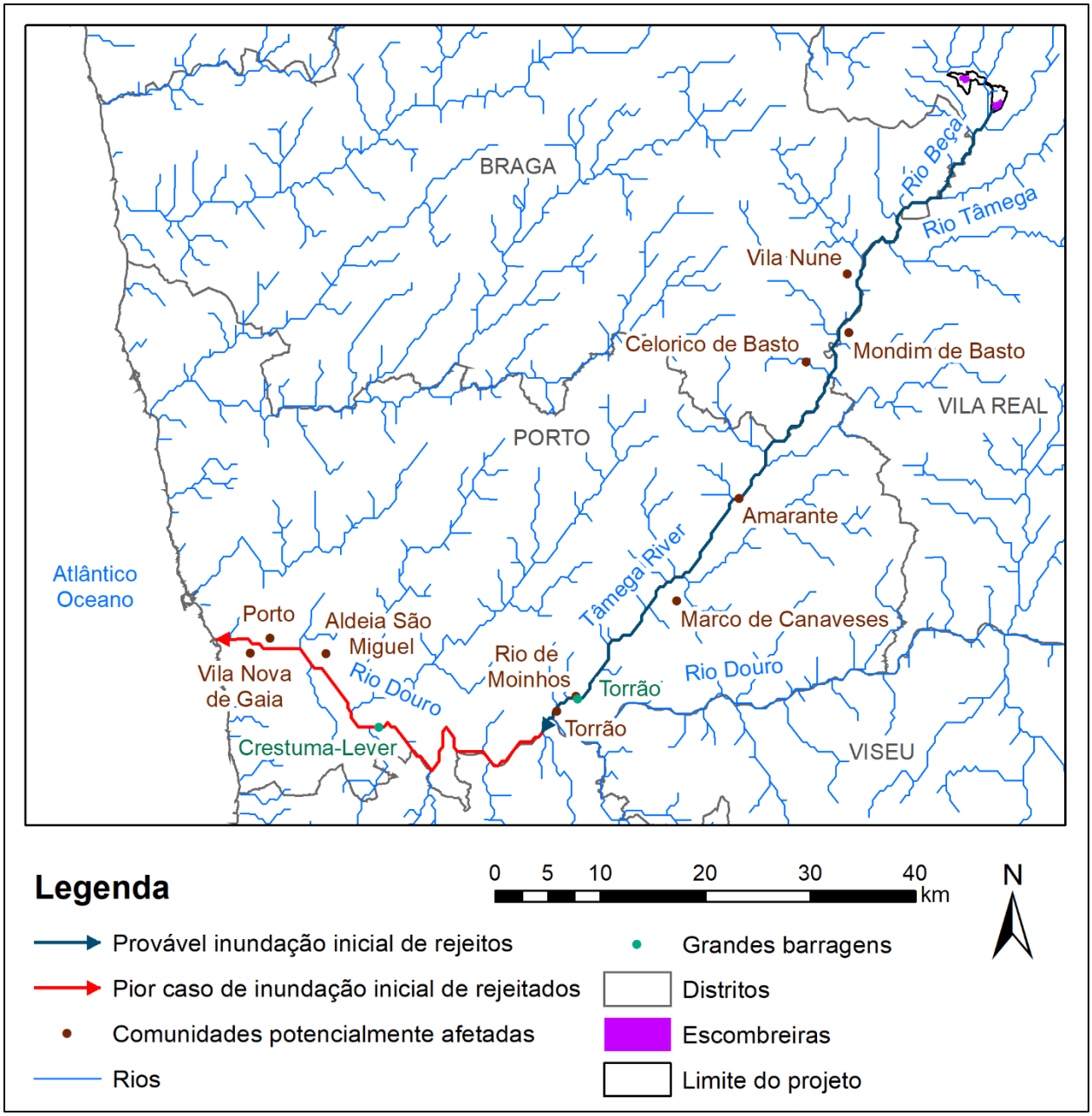


Figura 2. Com base no modelo estatístico de falhas de barragens de rejeitados anteriores por Larrauri e Lall (2018), a falha da Escombreira Sul na mina do Barroso irá liberar 8,5 milhões de metros cúbicos de resíduos de mina com uma distância de escoamento inicial de 86,1 quilômetros. Após o escoamento inicial, os processos fluviais normais irão transportar os resíduos de mina para o oceano Atlântico. No pior cenário possível o (perda de 100% dos resíduos da mina armazenados), 30,5 milhões de metros cúbicos de resíduos de mina serão libertados e chegarão ao oceano Atlântico (128 quilômetros) durante o escoamento inicial, a menos que os rejeitados sejam apreendidos atrás de uma das grandes barragens ao longo da rota para o oceano. A falha da Escombreira Sul poderia afetar numerosas comunidades ao longo dos rios Tâmega e Douro. Análise baseada na Opção 3 (ver Tabela 1 e Figs. 4a-c). Rios de HydroSHEDS (2021), grandes barragens da Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens (2021), e comunidades de MapCruzin (2021).



Figura 3. O problema do armazenamento permanente seguro de rejeitados é especialmente grave na região do Barroso devido à designação dos municípios de Boticas e Montalegre como um Sistema Importante do Património Agrícola Mundial (GIAHS) pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Savannah Lithium LDA, 2021). As escombreiras são baseados na Opção 3 (ver Fig. 4c). Infraestrutura de mina da Savannah Lithium LDA (2020g).

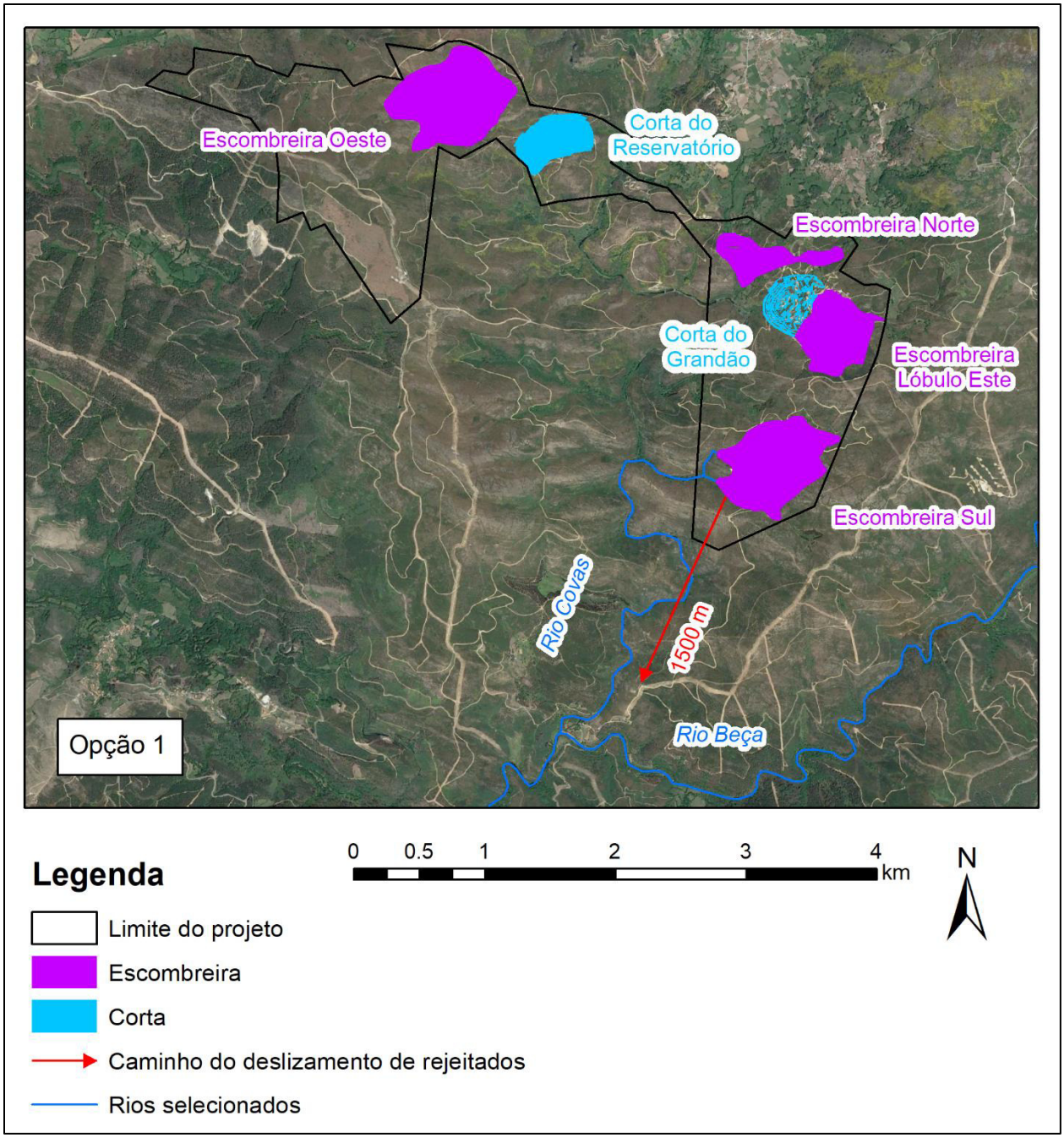


Figura 4a. De acordo com a Opção 1, a Escombreira Sul teria 149 metros de altura e armazenaria 26,8 milhões de toneladas de estéril e 14,0 milhões de toneladas de rejeitados. Mesmo que os rejeitados não sofressem liquefação, um deslizamento poderia transportar os resíduos de mina por 1500 metros (dez vezes a altura) com numerosos pontos de entrada no rio Covas (um afluente do rio Beça). Essa mistura com um corpo de água a jusante poderia fazer com que o deslizamento dos resíduos de mina se transforme numa falha de escoamento , mesmo sem a liquefação dos rejeitados. De salientar que um afluente do rio Covas emergiria por baixo da Escombreira Sul. O caminho do deslizamento de rejeitados (seta vermelha) tem uma direção geral a jusante, mas de outra forma é arbitrário. Infraestrutura de mina da Savannah Lithium LDA (2020g). O plano de fundo são as imagens do Google Earth de 5 e 24 de maio de 2019.

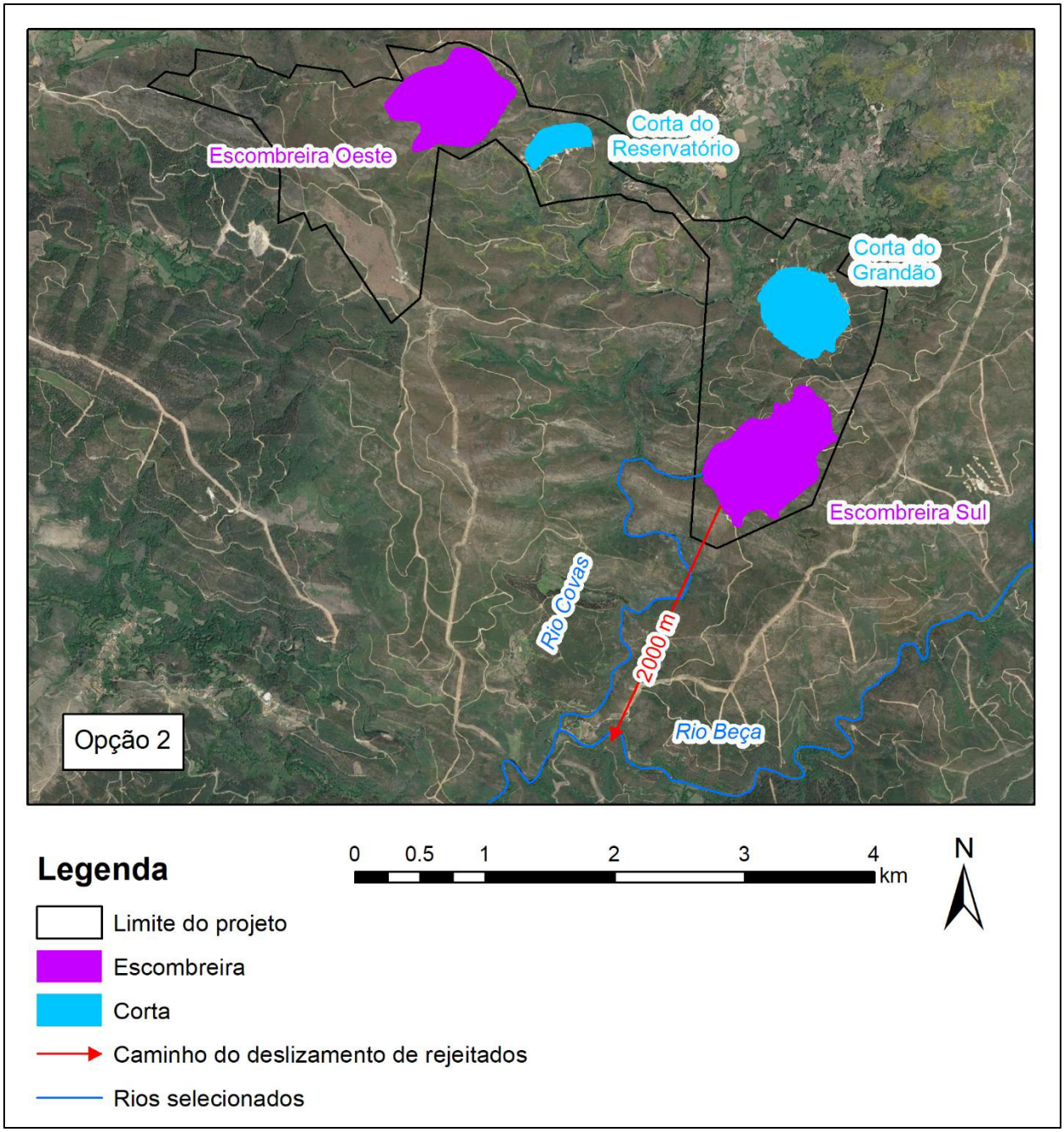


Figura 4b. De acordo com a Opção 2, a Escombreira Sul teria 193 metros de altura e armazenaria 46,6 milhões de toneladas de estéril e 14,0 milhões de toneladas de rejeitados. Mesmo que os rejeitados não sofressem liquefação, um deslizamento poderia transportar os resíduos de mina por 2000 metros (dez vezes a altura) com numerosos pontos de entrada no rio Beça o no rio Covas (um afluente do rio Beça). Essa mistura com um corpo de água a jusante poderia fazer com que o deslizamento dos resíduos de mina se transforme numa falha de escoamento, mesmo sem a liquefação dos rejeitados. De salientar que um afluente do rio Covas emergiria por baixo da Escombreira Sul. O caminho do deslizamento de rejeitados (seta vermelha) tem uma direção geral a jusante, mas de outra forma é arbitrário. Infraestrutura de mina da Savannah Lithium LDA (2020g). O plano de fundo são as imagens do Google Earth de 5 e 24 de maio de 2019.

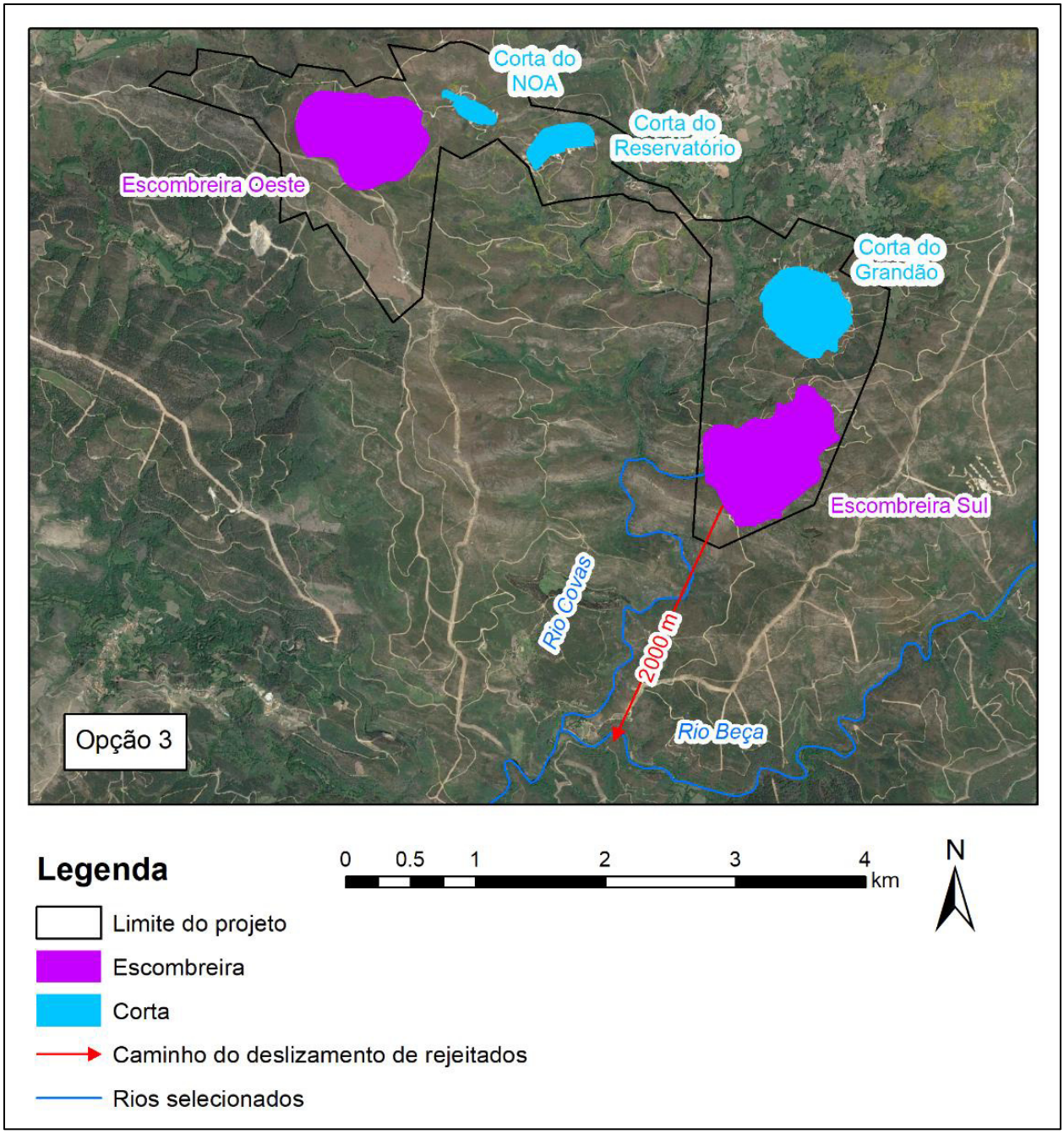


Figura 4c. De acordo com a Opção 3, a Escombreira Sul teria 193 metros de altura e armazenaria 50,1 milhões de toneladas de estéril e 14,0 milhões de toneladas de rejeitados. Mesmo que os rejeitados não sofressem liquefação, um deslizamento poderia transportar os resíduos de mina por 2000 metros (dez vezes a altura) com numerosos pontos de entrada no rio Beça o no rio Covas (um afluente do rio Beça). Essa mistura com um corpo de água a jusante poderia fazer com que o deslizamento dos resíduos de mina se transforme numa falha de escoamento, mesmo sem a liquefação dos rejeitados. De salientar que um afluente do rio Covas emergiria por baixo da Escombreira Sul. O caminho do deslizamento de rejeitados (seta vermelha) tem uma direção geral a jusante, mas de outra forma é arbitrário. Infraestrutura de mina da Savannah Lithium LDA (2020g). O plano de fundo são as imagens do Google Earth de 5 e 24 de maio de 2019.

Um aspecto fundamental de qualquer projeto de mineração é o plano de armazenamento permanente dos resíduos de mina. As principais categorias de resíduos de mina são a rocha

estéril (a rocha que deve ser removida para atingir o corpo de minério) e os rejeitados (as partículas de rocha britada que permanecem após o concentrado ter sido removido do minério). A mina de lítio do Barroso deixaria para trás 83,792 milhões de toneladas de resíduos de mina (Savannah Lithium LDA, 2021), incluindo 14,0 milhões de toneladas de rejeitados de mina (Savannah Lithium LDA, 2020a). No entanto, com base nos valores anteriores (1,446 milhões de toneladas de minério de lítio por ano menos 0,18 milhões de toneladas de concentrado de lítio por ano ao longo de 12 anos) disponíveis em Savannah Lithium LDA (2021), a massa de rejeitados remanescentes deve ser 15,192 milhões de toneladas. Nenhum documento esclareceu a contradição e o menor valor (14,0 milhões de toneladas) será assumido neste relatório.

O aspecto mais problemático da gestão de resíduos de mina é o armazenamento permanente acima do solo de materiais húmidas e de granulação fina, como rejeitados de mina, devido ao potencial de falha catastrófica da instalação de armazenamento de rejeitados. O problema é especialmente grave na região do Barroso devido à designação dos concelhos de Boticas e Montalegre (ver Fig. 3) como o local de um Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM) pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Savannah Lithium LDA, 2021). O objetivo deste relatório é responder à seguinte questão: O Estudo de Impacto Ambiental fornece proteção adequada para as pessoas e o meio ambiente contra a possibilidade de falha da proposta da instalação de armazenamento de rejeitados? Antes de discutir a metodologia para abordar a questão acima, primeiro analisarei alguns tópicos importantes relacionados com rejeitados e barragens de rejeitados e, em seguida, fornecerei mais informações sobre o plano de armazenamento de rejeitados na mina do Barroso. De salientar que o Estudo de Impacto Ambiental nunca usa a palavra “barragem”. A importância desta omissão será um aspecto fundamental deste relatório.

ANÀLISE: REJEITADOS E BARRAGENS DE REJEITADOS

Liquefação

Uma massa de rejeitados de mina consiste em partículas de rocha sólida em que os poros entre as partículas são preenchidos com uma mistura de ar e água. Do ponto de vista da engenharia, uma massa de rejeitados de mina é um tipo de solo. Obviamente que, de uma perspectiva agrícola, um solo deve incluir matéria orgânica e organismos, e ser capaz de suportar o crescimento de plantas mais altas. No entanto, essas propriedades biológicas não são relevantes para fins de engenharia. Uma excelente referência para informações mais completas sobre as propriedades de engenharia dos solos é Holtz et al. (2011). As frases “solo” e “massa de rejeitados” serão usadas indistintamente nesta subseção, que segue em grande parte a apresentação em Holtz et al. (2011).

Uma tensão normal significa qualquer tensão que atua perpendicularmente a uma superfície (ver Fig. 5). Uma tensão normal agindo em um solo pode ser parcialmente contrabalançada pela pressão da água dentro dos poros. A tensão efetiva é uma medida da extensão em que as partículas sólidas estão interagindo ou “tocando” umas nas outras (ver Fig. 5). A tensão normal sem subtrair a pressão da água dos poros também é chamada de tensão total.

O Princípio de Terzaghi afirma que a resposta de uma massa do solo a uma mudança na tensão se deve exclusivamente à mudança na tensão efetiva (Holtz et al., 2011). Por exemplo, suponhamos que sedimentos sejam depositados numa planície de inundação de um rio, ou que rejeitados sejam descarregados hidraulicamente num reservatório de rejeitados sem

compactação. O peso das partículas sólidas cria uma tensão normal, de modo que as partículas se consolidam sob seu próprio peso. A quantidade e a taxa de consolidação são determinadas pela tensão efetiva, ou seja, pela extensão em que as partículas sólidas estão interagindo umas nas outras. Uma pressão de água suficiente pode compensar a tensão normal, de modo que pode ocorrer pouca consolidação e em uma taxa lenta.

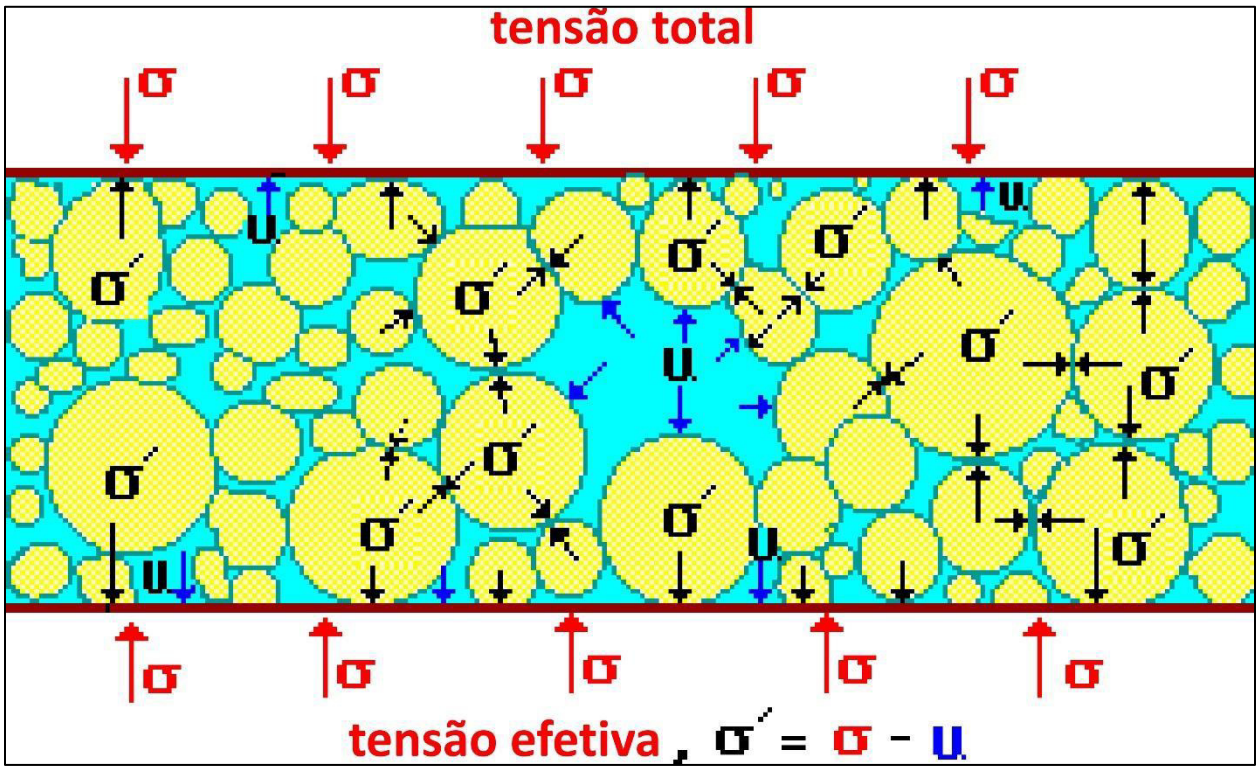


Figura 5. A tensão efetiva no solo é igual ao total menos a pressão da água dos poros. A tensão efetiva é uma medida da extensão em que as partículas sólidas estão interagindo ou "tocando" umas nas outras. O Princípio de Terzaghi afirma que a resposta de uma massa do solo a uma mudança na tensão se deve exclusivamente à mudança na tensão efetiva. Figura de GeotechniCAL (2021) com sobreposição de legendas portuguesas.

O fenômeno da liquefação, no qual um solo perde a sua resistência e se comporta como um líquido, pode ser explicado através da aplicação do Princípio de Terzaghi (ver Fig. 6). No diagrama do lado esquerdo da Fig. 6, embora as partículas sólidas estejam fracamente empacotadas e os poros estejam saturados de água, as partículas tocam-se.. Como há contato entre as partículas, a carga (o peso das partículas ou outros materiais acima das partículas mostradas no lado esquerdo da Fig. 6) é suportada pelas partículas sólidas. A carga também é parcialmente suportada pela água devido à pressão da água. O termo permeabilidade refere-se à capacidade da água de fluir através dos poros. Uma mistura de partículas grossas e finas terá baixa permeabilidade porque as partículas mais finas preencherão os poros entre as partículas mais grossas e, assim, restringirão o espaço dos poros para o fluxo de água.

A fraca compactação significa que o solo está no estado contrátil, de modo que as partículas sólidas tenderão a se compactar de forma mais densa após um aumento de carga ou uma perturbação (como por exemplo um terremoto). Se a água não puder escapar (devido à baixa permeabilidade ou à rapidez da incidência da perturbação), os sólidos não se podem compactar de forma que a tensão adicional é convertido num aumento na pressão da água dos poros (ver o

lado direito da Fig. 6). O aumento da pressão da água pode diminuir a tensão efetiva até quase zero ou ao ponto onde as partículas não mais se "tocam" (ver Fig. 5). Neste ponto, a massa do solo sofreu liquefação na qual a água suporta toda a carga e a massa de partículas e água se comporta como um líquido.

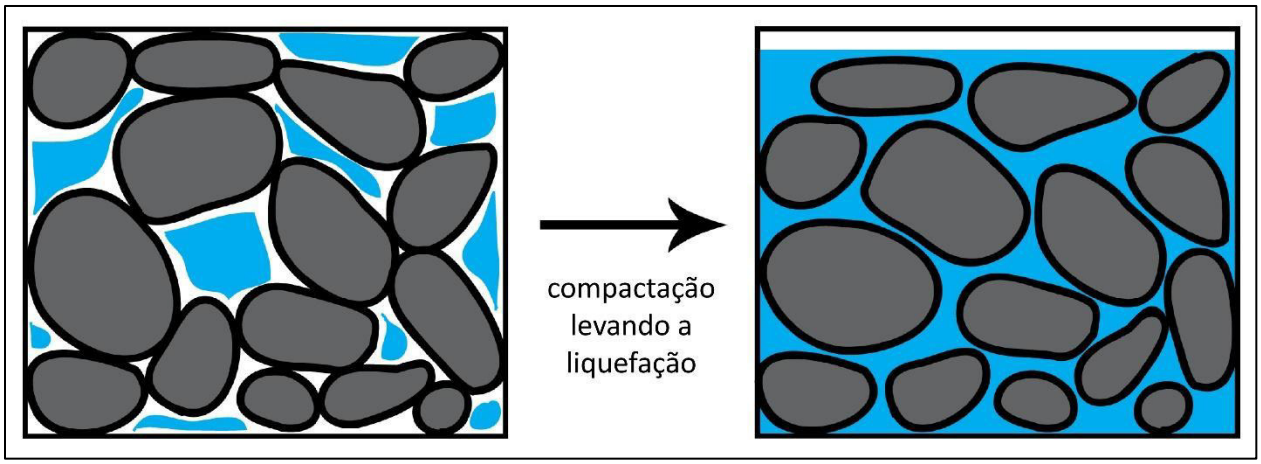


Figura 6. No diagrama à esquerda, embora as partículas sólidas estejam fracamente compactadas e os poros estejam saturados, as partículas se tocam, de modo que a carga é suportada pelas partículas (e parcialmente pela água). A fraca compactação significa que o solo está no estado contrátil, de modo que as partículas sólidas tenderão a se compactar para um estado mais densamente compactado após um aumento na carga ou uma perturbação (como por exemplo um terremoto). Se a água não puder escapar (devido à baixa permeabilidade ou à rapidez da incidência da perturbação), os sólidos não se podem compactar de forma que a tensão adicional é convertida num aumento da pressão da água dos poros (ver o diagrama à direita). O aumento da pressão da água pode diminuir a tensão efetiva chegará quase a zero ou ao ponto onde as partículas não mais se "tocam" (ver Fig. 5). Neste ponto, a massa do solo sofreu liquefação na qual a água suporta toda a carga e a massa de partículas e água se comporta como um líquido. Esse fenômeno de liquefação é promovido por poros saturados e partículas fracamente compactadas . Se os poros estiverem insaturados antes da perturbação, pode ocorrer alguma compactação (diminuindo o tamanho dos poros), de forma que os poros se tornem saturados. Qualquer comportamento contrátil adicional irá então converter a tensão adicional em aumento da pressão da água dos poros. Tendo isto em conta, , a liquefação é possível mesmo se os poros estiverem apenas 80% saturados. Figura de DoITPoMS (2021) com sobreposição de legendas portuguesas.

Esse fenômeno de liquefação é promovido por poros saturados e partículas fracamente compactadas . Mesmo que os poros entre as partículas fracamente compactadas sejam insaturados antes da perturbação, pode ocorrer alguma compactação (diminuindo o tamanho dos poros), de modo que os poros se tornam saturados. Qualquer comportamento contrátil adicional irá então converter a tensão adicional em aumento da pressão da água dos poros. Com base nisso, a liquefação é possível mesmo se os poros estiverem apenas 80% saturados. Existem numerosos estudos sobre métodos de avaliação da susceptibilidade do solo ou rejeitados à liquefação (Fell et al., 2015). Por exemplo, uma mistura de partículas finas e grossas poderia tornar os rejeitados mais suscetíveis à liquefação, reduzindo a sua permeabilidade (as partículas finas preencherão os poros entre as partículas grossas).

Tecnologia de Rejeitados Filtrados

A melhor prática atual para evitar a liquefação de uma pilha de rejeitados é filtrar os rejeitados antes do armazenamento, de modo a dessaturar os espaços de poros entre os rejeitados e reduzir a quantidade total de água na instalação de armazenamento de rejeitados (ver Fig. 7).

Os rejeitados filtrados se comportam mais como um solo húmido do que como uma lama molhada. Um teor de água de corte típico abaixo do qual os rejeitados assumem o comportamento de um solo húmido é de 25%, onde o teor de água é a razão entre a massa de água e a massa de rejeitados secos (Klohn Crippen Berger, 2017). No entanto, o limite entre rejeitados filtrados e não filtrados depende das propriedades físicas e químicas dos rejeitados e é definido pelo comportamento físico, não pelo teor de água. A redução do teor de água e a dessaturação dos rejeitados também possibilitam a compactação dos rejeitados dentro da instalação de armazenamento de rejeitados. Essa compactação reduz ainda mais a probabilidade de liquefação, colocando os rejeitados um estado dilatado (o oposto de contrátil) no qual eles se expandirão ao invés de se consolidarem quando forem cortados ou perturbados.

Figura 3.5 Esquemático de uma Instalação de Rejeitados Filtrados

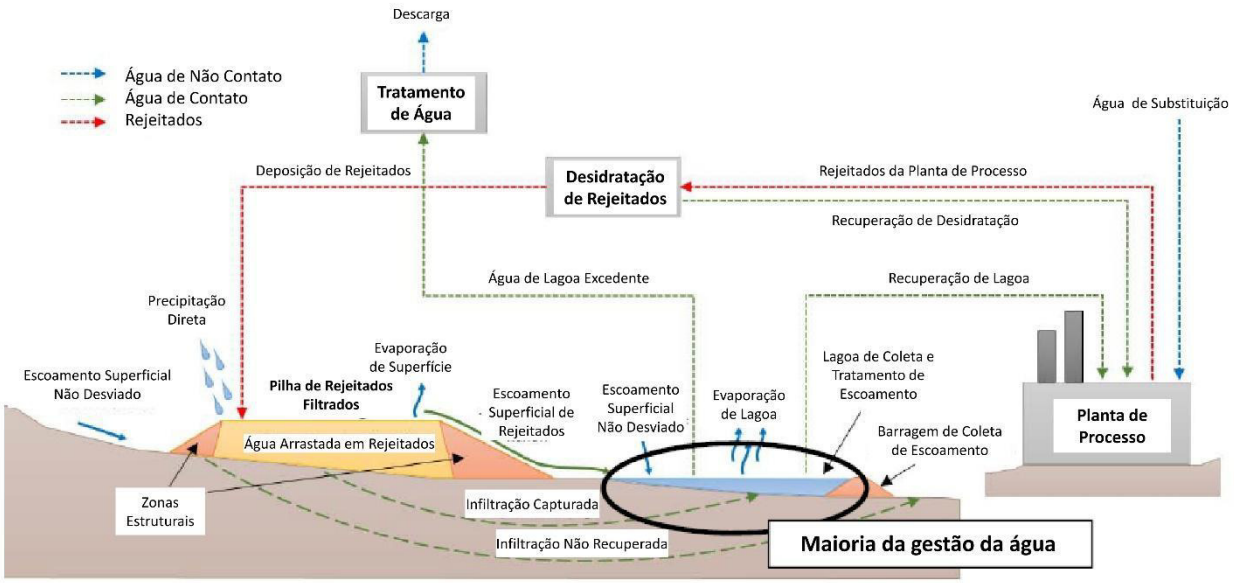


Figura 7. Com base na tecnologia atual de prensa de filtro, o teor de água de 15% (normalmente necessário para uma compactação adequada) não pode ser atingido de forma consistente. Mesmo que os rejeitados filtrados saiam das prensas de filtro com o teor de água desejado, eles podem ser re-humedecidos por precipitação. A resposta normal é colocar os rejeitados que estão demasiado húmidos para compactação adequada no centro da pilha de rejeitados filtrados e circundar os rejeitados húmidos com "zonas estruturais" construídas com rejeitados que têm o teor de água desejado para compactação adequada. A zona estrutural é um tipo de barragem e deve ser projetada para atender aos regulamentos de segurança de barragens. Savannah Lithium LDA (2020a-f; 2021) não apresenta nenhum plano para gerir os rejeitados que estarão demasiado húmidos para compactação adequada e nunca usa a palavra "barragem". Figura de Klohn Crippen Berger (2017) com sobreposição de legendas portuguesas.

O plano da mina do Barroso é armazenar uma mistura de rejeitados filtrados e estéreis. No entanto, o Estudo de Impacto Ambiental refere-se repetidamente aos rejeitados como "secos", o que não é a terminologia padrão. Os rejeitados não estão literalmente secos e, se estivessem, seria impossível compactá-los adequadamente para um armazenamento seguro. De acordo com Savannah Lithium LDA (2020a), "A Savannah optou por usar um conceito de deposição a seco dos rejeitados, para armazenamento dos rejeitados provenientes da lavaria, em oposição a um sistema de deposição de lamas, devido à topografia muito acidentada da área do projeto e à sensibilidade ambiental da área envolvente … A deposição de resíduos em qualquer

uma das escombreiras será realizada com materiais sólidos e secos, pelo que não existirão bacias de rejeitados na Mina do Barroso". O projetista da instalação de armazenamento de rejeitados da mina do Barroso é a empresa de consultoria Knight-Piésold e os anexos do Estudo de Impacto Ambiental incluem numerosos memorandos e relatórios de Knight-Piésold (por exemplo, Savannah Lithium, 2020b-f). No seu site, a própria Knight-Piésold inclui uma publicação de funcionários da Knight-Piésold que afirma, "*Regarding terminology, the rather misleading term dry stack is generally not a good engineering term since the target moisture content coming from the filter plant is typically desired to be somewhere around the optimum moisture content based on the Proctor compaction procedure … Geotechnical engineers associate the optimum moisture content with moisture levels just below full saturation after compaction, thus terming such a facility as a dry stack is a misnomer. The present authors would encourage practitioners to abandon the use of the term dry stacking in favor of the more straightforward term, 'filtered tailings.' It is not desirable to unintentionally mislead the public at large with an industry term that is noticeably misused*" [Em relação à terminologia, o termo muito enganador pilha seca de forma geral não é um bom termo de engenharia, uma vez que o teor de humidade alvo proveniente da planta de filtro é normalmente desejado para estar próximo ao teor de humidade ótimo com base no método de compactação Proctor … Os engenheiros geotécnicos associam o teor de humidade ótimo com os níveis de humidade logo abaixo da saturação total após a compactação, portanto, denominar essa instalação como uma pilha seca é um equívoco. Os presentes autores encorajam os profissionais a abandonar o uso do termo empilhamento seco em favor do termo mais direto, 'rejeitados filtrados' … Não é desejável enganar o público em geral sem querer com um termo do setor que é visivelmente mal utilizado] (Ulrich and Coffin, 2017). Neste relatório, os rejeitados serão referidos como "filtrados" em vez de "secos", exceto para citar o Estudo de Impacto Ambiental.

Mais tipicamente, as instalações de armazenamento de rejeitados filtrados são construídas com um camada exterior de rejeitados compactados (às vezes chamada de "zona estrutural") rodeada de um núcleo interno de rejeitados não compactados ou levemente compactados (ver Fig. 7). Embora alguns planos de projetos de mineração recentes tenham afirmado que rejeitados filtrados não requerem uma barragem, a zona estrutural cumpre exatamente a mesma função de uma barragem, ou seja, é uma estrutura de engenharia que impede o fluxo de água ou outros materiais. Por exemplo, no que diz respeito à sua proposta para uma mina de cobre em Minnesota, EUA, Twin Metals Minnesota (2019) escreve, "*Dry stacking filtered tailings means there is no need for a dam – dam failure is impossible*" [O empilhamento seco de rejeitados filtrados significa que não há necessidade de uma barragem – a falha da barragem é impossível]. A resposta do Minnesota Department of Natural Resources [Departamento de Recursos Naturais de Minnesota] (2021) foi que uma barragem é um "*structure that impounds water* ***and/or waste materials containing water***" [estrutura que retém água **e/ou resíduos contendo água** (ênfase no original). O Minnesota Department of Natural Resources (2021) ainda perguntou, "*Is characterizing the tailings filter cake as being 'dry' a common terminology for a product exhibiting a 13% to 16% moisture content* [A caracterização da torta de filtro de rejeitados como sendo 'seca' é uma terminologia comum para um produto que exibe um teor de humidade de 13% a 16%]? Klohn Crippen Berger (2017) também sublinhou que "*if filtered tailings are placed in a stand-alone facility (pile/stack), the outer slopes must maintain structural stability (similar to a dam or a waste dump), particularly under seismic loading conditions*" [se rejeitados filtrados são colocados numa instalação autônoma (pilha/monte), os taludes externos devem manter a estabilidade estrutural (semelhante a uma barragem ou depósito de resíduos), particularmente sob

condições de carga sísmica]. Finalmente, de acordo com A Segurança em Primeiro Lugar: Diretrizes para Gestão Responsável de Rejeitos de Mineração, "Zona estrutural de uma estrutura para armazenamento de rejeitados filtrados é um tipo de barragem de rejeitos" (Morrill et al., 2020).

O núcleo interno de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados é, na verdade, uma necessidade para o armazenamento de rejeitados que deixaram as prensas de filtro com demasiada água para compactação adequada. Crystal et al. (2018) sublinhando que os teores de água alvo para rejeitados filtrados são raramente alcançados. De acordo com Crystal et al. (2018), "*Commonly, projects are specifying (or promising) a target filter-cake moisture at the limit of the filter performance (including at the limit of the thickener's ability to deliver feed at the required solids ratio). This has caused numerous examples where the operating performance does not consistently meet the target … Essentially, irrespective of site, ore body type, or filter press manufacturer, a 15% moisture content remains a typical target, while tracking of day-in and day-out moisture contents of filter cakes demonstrates that achievable moisture contents are often in the range of 17 to 18% when things are running smoothly and can be up to 20 to 23% when off-spec…'Targets' may be cited or promised, but achievable filter cake moisture contents and the variability of the process are not generally within the tailings engineer's control* [Normalmente, os projetos especificam (ou prometem) um alvo de humidade da torta de filtro no limite do desempenho do filtro (incluindo no limite da capacidade do espessador para proporcionar alimentação na proporção de sólidos necessária). Isso resultou em numerosos exemplos em que o desempenho operacional não atinge os objetivos consistentemente … Essencialmente, independentemente do local, tipo de corpo de minério ou fabricante da prensa de filtro, um teor de humidade de 15% permanece um objetivo típico, enquanto o rastreamento dia-a-dia do teor de humidade das tortas de filtro demonstra que os teores de humidade alcançáveis estão frequentemente na faixa de 17 a 18% quando tudo corre bem e pode chegar até 20 a 23% quando fora das especificações … As 'metas' podem ser citadas ou prometidas, mas os teores de humidade alcançáveis da torta de filtro e a variabilidade do processo geralmente não estão sob o controle do engenheiro de rejeitados]. Mesmo que os rejeitados saiam das prensas de filtro com o teor de água desejado, eles ainda podem ser re-humedecidos por precipitação. Até o momento, essas instalações de armazenamento de rejeitados filtrados têm sido em sua maioria pequenas e construídas principalmente em áreas com climas áridos (Klohn Crippen Berger, 2017). A restrição parcial às regiões áridas foi em parte motivada pela maior necessidade de reciclar a água em regiões com grande escassez de água. No entanto, um fator adicional tem sido os desafios em alcançar o teor de água apropriado para compactação adequada em climas húmidos. Atualmente, a solução padrão em climas áridos e húmidos é reservar um núcleo interno (uma região afastada das encostas externas) para a colocação de rejeitados que não podem ser compactados adequadamente. Crystal et al. (2018) continuam, "*The tailings engineer can, however, specify acceptable moisture contents for different areas of the dry stack, depending on stacking strategies. For example, external structural zones may have more stringent criteria than non-structural zones, for which reduced constraints may be allowed* [O engenheiro de rejeitados pode, no entanto, especificar teores de humidade aceitáveis para diferentes áreas da pilha seca, dependendo das estratégias de empilhamento. Por exemplo, as zonas estruturais externas podem ter critérios mais rigorosos do que as zonas não estruturais, para as quais condicionamentos mais reduzidos podem ser permitidos].

Embora os rejeitados filtrados possam ser insaturados quando depositados na instalação de armazenamento de rejeitados, ainda é necessário evitar a re-saturação dos rejeitados para

evitar liquefação futura. Os espaços de poros entre as partículas de rejeitado podem se tornar re-saturados simplesmente por consolidação sob o peso de rejeitados sobrejacentes adicionais, o que reduz o volume dos poros para que eles se tornem preenchidos com água (Klohn Crippen Berger, 2017). Em climas húmidos, a água pode entrar na instalação de armazenamento de rejeitados filtrados através do escoamento superficial, infiltração ascendente da água subterrânea e precipitação direta sobre os rejeitados. As fontes de água anteriores requerem canais de desvio que isolam a instalação de armazenamento de rejeitados do resto da bacia hidrográfica e infraestrutura de drenagem apropriada para transportar qualquer excesso de água para fora dos rejeitados.

É importante ressaltar que as instalações de armazenamento de rejeitados filtrados possuem outros possíveis mecanismos de falha além da liquefação. Por exemplo, o escoamento superficial fluindo sobre a zona estrutural pode erodi-la, expondo assim os rejeitados não compactados que estavam atrás da zona estrutural (ver Fig. 7). Assentamento irregular ou falha da fundação abaixo da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados pode causar a falha de toda a estrutura. Finalmente, a zona estrutural (barragem) pode falhar simplesmente por deslizamento sem liquefação ou outro comportamento de fluxo. De acordo com Klohn Crippen Berger (2017), devido ao baixo teor de água típico dos rejeitados filtrados, "*Failure, if it occurs, would likely be local slumping and consequences would be restricted to the local area (or the distance equivalent to roughly 10 times the height [of the tailings dam]) ...* [A falha, se ocorrer, provavelmente seria um deslizamento local e as consequências seriam restritas à área local (ou a distância equivalente a cerca de 10 vezes a altura [da barragem de rejeitados])] … Por outro lado, o comportamento do fluxo dos rejeitados poderia se desenvolver se os rejeitados se misturassem com água suficiente após a falha da barragem. A citação anterior continua, " … *unless the material slumps into a water body ... When large water ponds are located downstream of high-density thickened/paste facilities, cascading failures are possible and should be accounted for when developing the risk profile of tailings failure management*" [a menos que o material caia num corpo d'água … Quando grandes reservatórios de água estão localizadas a jusante de instalações de alta densidade espessada/pasta, falhas em cascata são possíveis e devem ser levadas em consideração ao desenvolver o perfil de risco de gestão de falha de rejeitados (Klohn Crippen Berger, 2017). Com base nesta afirmação , os reservatórios de drenagem e coleta de escoamento devem estar localizadas suficientemente longe e a jusante da barragem de rejeitados e deve ser evitada a acumulação excessiva de águas nesses reservatórios. (Klohn Crippen Berger, 2017; ver Fig. 7).

Cheias de Projeto

Qualquer barragem de rejeitados, incluindo a zona estrutural de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados, deve ser projetada para resistir a uma inundação específica chamada a cheia de projeto. Sem o conhecimento da cheia de projeto, não há base para determinar as dimensões dos canais de desvio ou qualquer outro aspecto de uma instalação de armazenamento de rejeitados. Normalmente, a cheia de projeto depende do potencial de perigo ou das consequências da falha. Nesta subseção, serão consideradas três diretrizes amplamente reconhecidas para determinar cheias de projeto, que são as diretrizes da (U.S.) Federal Emergency Management Agency [(EUA) Agência Federal de Gerenciamento de Emergências] (FEMA, 2013), U.S. Army Corps of Engineers [Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA] (USACE, 1991, 2014) e Canadian Dam Association [Associação Canadense de Barragens]

(2013). Todas as diretrizes acima se referem a barragens em geral, ao invés de barragens de rejeitados em particular. As diretrizes complementares da Canadian Dam Association (2019) consideram a aplicação de diretrizes gerais de segurança de barragens para barragens de rejeitados. Duas diretrizes recentes que buscam o reconhecimento como padrões globais (Morrill et al., 2020; ICMM-UNEP-PRI, 2020) também serão consideradas. Por último, serão tidas em consideração as normas de segurança de barragens em Portugal e Espanha, que não são específicas para barragens de rejeitados.

A Federal Emergency Management Agency classifica as barragens em três categorias, de acordo com o potencial de perigo (FEMA, 2013). Potencial de alto perigo significa "*probable loss of life due to dam failure or misoperation*" [provável perda de vida devido à falha ou operação incorreta da barragem]. É esclarecido que "*probable loss of life*" [provável perda de vida] se refere a "*one or more expected fatalities*" [uma ou mais fatalidades esperadas] e que "*economic loss, environmental damage or disruption of lifeline facilities may also be probable but are not necessary for this classification*" [perda econômica, dano ambiental ou interrupção das instalações de salvação de vida também podem ser prováveis, mas não são necessárias para esta classificação]. Potencial de perigo significativo significa "*no probable loss of human life but can cause economic loss, environmental damage, or disruption of lifeline facilities due to dam failure or misoperation* [nenhuma provável perda de vida humana, mas pode causar perda econômica, dano ambiental ou ruptura de infraestruturas vitais devido à falha ou operação incorreta da barragem]. Potencial de baixo perigo significa "*no probable loss of human life and low economic and/or environmental losses due to dam failure or misoperation*" [nenhuma provável perda de vida humana e baixas perdas econômicas e/ou ambientais devido à falha ou operação incorreta da barragem].

Cada uma das classificações de potencial de perigo corresponde a uma cheia afluente de projeto (FEMA, 2013). Uma barragem com um potencial de baixo perigo deve ser projetada para uma inundação de 100 anos (inundação com uma probabilidade de excedência de 1% em qualquer ano) ou "*a smaller flood justified by rationale*" [uma inundação menor justificada pela lógica] (FEMA, 2013). Uma barragem com potencial de perigo significativo deve ser projetada para uma inundação de 1.000 anos (inundação com uma probabilidade de excedência de 0,1% em qualquer ano). No entanto, uma barragem cuja falha pode resultar na perda de pelo menos uma vida (Potencial de alto perigo) deve ser projetada para a Inundação Máxima Provável (IMP), que é definida como "*the flood that may be expected from the most severe combination of critical meteorologic and hydrologic conditions that are reasonably possible in the drainage basin under study*" [a inundação que pode ser esperada da combinação mais severa de condições meteorológicas e hidrológicas críticas que são razoavelmente possíveis na bacia de drenagem em estudo] (FEMA, 2013). A magnitude da IMP é geralmente derivada da Precipitação Máxima Provável (PMP), que é definida como "*the theoretical greatest depth of precipitation for a given duration that is physically possible over a particular drainage area at a certain time of year*" [teoricamente, a maior profundidade de precipitação para um determinado período que é fisicamente possível numa área de drenagem específica numa determinada época do ano (FEMA, 2013). É importante notar que, de acordo com o U.S. Army Corps of Engineers, "*the PMF does not incorporate a specific exceedance probability, but is generally thought to be well beyond the 10,000 year recurrence interval*" [a IMP não incorpora uma específica probabilidade de excedência , mas é geralmente considerado ser bem para além do intervalo de recorrência de 10.000 anos (USACE-HCE, 2003).

Em termos de cheias de projeto, as diretrizes de segurança para barragens projetadas pelo U.S. Army Corps of Engineers são, em alguns casos, ainda mais rigorosas do que as recomendadas pela FEMA (2013). Para todas as barragens projetadas ou mantidas pelo U.S. Army Corps of Engineers, "*APF [Annual Probability of Failure] ≥ 1 in 10,000 (0.0001) Per Year. Annual probability of failure in this range is unacceptable except in extraordinary circumstances*" [APF [probabilidade anual de falha] ≥ 1 em 10.000 (0,0001) por ano. A probabilidade anual de falha neste intervalo é inaceitável, exceto em circunstâncias extraordinárias (USACE, 2014). O U.S. Army Corps of Engineers tem quatro categorias de padrões de segurança de barragens, semelhantes aos três potenciais de perigo da Federal Emergency Management Agency. O mais rigoroso "*Standard 1 applies to the design of dams capable of placing human life at risk or causing a catastrophe, should they fail*" [O Padrão 1 se aplica ao projeto de barragens capazes de colocar vidas humanas em risco ou causar uma catástrofe, caso falhem (USACE, 1991). Para este padrão, "*structural designs will be such that the dam will safely pass an IDF [Inflow Design Flood] computed from probable maximum precipitation (PMP) occurring over the watershed above the dam site*" [projetos estruturais serão tais que a barragem passará com segurança uma CAP [Cheia Afluente de Projeto] calculada a partir da precipitação máxima provável (PMP) ocorrendo sobre a bacia hidrográfica acima do local da barragem] (USACE, 1991). Para as terceiras mais rigorosa barragens de Padrão 3, "*the base safety standard will be met when a dam failure related to hydraulic capacity will result in no measurable increase in population at risk and a negligible increase in property damages over that which would have occurred if the dam had not failed*" [o padrão de segurança básico será atingido quando uma falha de barragem relacionada à capacidade hidráulica não resulte em aumento medível de população em risco e um aumento insignificante em danos à propriedade em relação ao que teria ocorrido se a barragem não tivesse falhada (USACE, 1991). Para barragens de Padrão 3, "*one-half of the PMF is the minimum acceptable IDF*" [metade da IMP é a IDI aceitável mínimo (USACE, 1991).

As diretrizes da Canadian Dam Association (2013) incluem cinco classes de barragens, classificadas de acordo com as consequências da falha. O perigo para qualquer população permanente coloca uma barragem nas três categorias de maior consequência, nas quais as categorias de alta consequência, muito alta consequência e extrema consequência, correspondem a mortes esperadas de dez ou menos, 100 ou menos e mais de 100, respectivamente. Mesmo sem população permanente em risco, a categoria de alta consequência se aplicaria se as consequências da falha incluíssem "*significant loss or deterioration of important fish or wildlife habitat*" [perda ou deterioração significativa de importante habitat de peixes ou vida selvagem] ou "*high economic losses affecting infrastructure, public transportation and commercial facilities*" [grandes perdas econômicas afetando infraestrutura, transporte público e instalações comerciais] enquanto a categoria menos rigorosa de consequências significativas se aplicaria apenas se as consequências envolvidas *"no significant loss or deterioration of fish or wildlide habitat"* [nenhuma perda ou deterioração significativa de habitat de peixes ou vida selvagem] e "*losses to recreational facilities, seasonal workplaces, and infrequently used transportation routes*" [perdas em instalações recreativas, locais de trabalho sazonais e rotas de transporte usadas com pouca frequência] (Canadian Dam Association, 2013). As diretrizes consideram os critérios de cheia de projeto com base numa abordagem informada sobre riscos e uma abordagem tradicional baseada em padrões. De acordo com a abordagem informada pelo risco, a mínima probabilidade anual de excedência da cheia de projeto na categoria de altas consequências deve ser 1/2475 (correspondendo a um período de retorno de 2.475 anos),

enquanto a mínima probabilidade anual de excedência na categoria de muitos altas ou extremas consequências deve ser 1/10.000 (correspondendo a um período de retorno de 10.000 anos). De acordo com a abordagem tradicional baseada em padrões, para uma barragem na categoria de altas consequências, a cheia de projeto deve ser 1/3 entre a inundação de 1000 anos e a IMP. Para a categoria de muitos altas consequências, a cheia de projeto deve ser 2/3 entre a inundação de 1.000 anos e a IMP. Para uma barragem na categoria de extremas consequências, a cheia de projeto deve ser a IMP. A aplicação em barragens de rejeitados segue a abordagem baseada em padrões e faz as mesmas recomendações (Canadian Dam Association, 2019).

O recente A Segurança em Primeiro Lugar: Diretrizes para Gestão Responsável de Rejeitos de Mineração (Morrill et al., 2020) segue geralmente as diretrizes das agências governamentais dos EUA ao solicitar um projeto para a IMP se houver perda potencial de uma única vida e a inundação de 10.000 anos (probabilidade anual de excedência de 0,01%) caso contrário. O ainda mais recente Padrão Global da Indústria para a Gestão de Rejeitos (PGIGR) (ICMM-UNEP-PRI, 2020) é modelado nas diretrizes da Canadian Dam Association (2013, 2019) com cinco categorias de consequências de falha de barragens em que Altas, Muitas Altas e Extremas referem-se à perda potencial de 1-10, 10-100 e mais de 100 vidas, respectivamente. A categoria de altas consequências também inclui "Perda ou deterioração significativa de habitat crítico ou de espécies raras e ameaçadas de extinção. Possível contaminação de fontes de água para animais/fauna sem efeitos para a saúde" ou "500 a 1.000 pessoas afetadas pela interrupção de atividades comerciais, serviços ou deslocamento social. Transtornos para ativos do patrimônio regional, de lazer, comunitários ou culturais. Possíveis efeitos de curto prazo para a saúde humana" ou "Altas perdas econômicas que afetam a infraestrutura, os transportes públicos, instalações comerciais ou empregos. Transferência/compensação moderada para comunidades". De acordo com o ICMM-UNEP-PRI (2020), as barragens de rejeitados nas categorias de alta consequências, muito alta consequência e extrema consequência devem ser projetadas para resistir a inundação de 2.475 anos, 5.000 anos e 10.000 anos, respectivamente. Note-se a dificuldade em comparar diferentes padrões de cheia de projeto devido aos diversos usos de "potencial", "provável" e "esperado" com relação à perda de vidas.

Embora ambos os padrões recentes acima busquem reconhecimento como padrões globais, ainda não existe uma agência reguladora governamental que os tenha adotado, Por outro lado, Morrill et al. (2020) foi adoptado por 142 organizações civis, bem como um partido político espanhol, e o Conselho Internacional de Mineração e Metais (CIMM) espera que as suas 27 empresas membras implementem o PGIGR até agosto de 2023 (ICMM, 2020a; ICMM-UNEP-PRI, 2020). Nem a Savannah Lithium LDA nem o Savannah Resources Group são empresas membros do CIMM, mas é digno de nota que os Membros da Associação incluem o Eurometaux e o Euromines (ICMM, 2020b).

Como é óbvio, , a legislação de segurança de barragens Portuguesa é a mais relevante para uma barragem de rejeitados em Portugal. É preocupante que Portugal pareça ter os critérios de cheia de projeto mais fracos do mundo desenvolvido. De acordo com o Diário da República (2018), "Para cálculo da cheia de projeto deve ser adotado um período de retorno mínimo de 500 anos, exceto para as obras da classe III com albufeiras de capacidade de armazenamento inferior a 100 000 m^3, para as quais pode ser adotado um período de retorno mínimo de 100 anos". Barragens de Classe III são aquelas para as quais, em caso de falha da barragem, não haveria perigo para "edificações fixas com carácter residencial permanente" (Diário da República, 2018).

Os atuais critérios de cheia de projeto em Espanha são equivalentes aos encontrados em Portugal. Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado [Diário Oficial da Agência do Estado]

(1996) distingue entre a "*avenida de proyecto*" [cheia de projeto], que é a "*máxima avenida que debe tenerse en cuenta para el dimensionado del aliviadero, los órganos de desagüe y las estructuras de disipación de energía, de forma que funcionen correctamente* [inundação máxima que deve ser levada em consideração para o dimensionamento do vertedouro, dos órgãos de drenagem e das estruturas de dissipação de energia, para que funcionem corretamente] e a "*avenida extrema* [inundação extrema], que é "*la mayor avenida que la presa puede soportar*" [a maior inundação que a barragem pode suportar]. Ministerio de Medio Ambiente [Ministério do Meio Ambiente] (1996) então afirma, "*En la actualidad, la avenida de proyecto es, en la mayor parte de los casos, la correspondiente a un período de retorno de 500 años*" [Atualmente, a cheia de projeto é, na maioria dos casos, aquela correspondente a um período de retorno de 500 anos]. Tal como em Portugal, a cheia de projeto parece ter o mesmo período de retorno (probabilidade anual de excedência) quase independente das consequências da falha da barragem. Além disso, o Ministerio de Medio Ambiente (1996) não declara nenhum período de retorno ou forma de cálculo da magnitude da "inundação extrema". No entanto, no caso de barragens de rejeitados, a inundação de projeto e a inundação extrema não são conceitos realmente diferentes, uma vez que são poucas as circunstâncias em que uma barragem de rejeitado poderia sobreviver a falha do vertedouro.

A nova legislação proposta para a segurança de barragens Espanhola visa acompanhar a do resto do mundo desenvolvido (Ministerio para la Transición Ecológica [Ministério para a Transição Ecológica], 2018a-b). Esta legislação propõe períodos de retorno de 10.000 anos, 5.000 anos e 1000 anos para a "inundação extrema" para barragens de terra nas categorias A, B e C, respectivamente (Ministerio para la Transición Ecológica, 2018b). A legislação de segurança de barragens na Espanha já reconhece três categorias de potencial de perigo (Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 1996; Ministerio de Medio Ambiente, 1996). A Categoria A "*corresponde a las presas cuya rotura o funcionamiento incorrecto puede afectar gravemente a núcleos urbanos o servicios esenciales, o producir daños materiales o medioambientales muy importantes*" [corresponde a barragens cuja falha ou operação incorreta pode afetar gravemente centros urbanos ou serviços essenciais, ou causar danos materiais ou ambientais muito significativos] (Ministerio de Medio Ambiente, 1996). A Categoria B "*corresponde a las presas cuya rotura o funcionamiento incorrecto puede ocasionar daños materiales o medioambientales importantes o afectar a un reducido número de viviendas*" [corresponde a barragens cuja falha ou operação incorreta pode causar danos materiais ou ambientais significativos ou afetar um pequeno número de residências] (Ministerio de Medio Ambiente, 1996). A Categoria C "*corresponde a las presas cuya rotura o funcionamiento incorrecto puede producir daños materiales de moderada importancia y sólo incidentalmente pérdida de vidas humanas*" [corresponde a barragens cuja falha ou operação incorreta pode causar danos materiais de importância moderada e apenas acidentalmente a perda de vidas humanas] (Ministerio de Medio Ambiente, 1996). Ministerio de Medio Ambiente (1996) esclarece ainda que um "centro urbano" requer apenas 50 habitantes. Nessa base, a Categoria A corresponde aproximadamente ao Potencial de Alto Perigo (Federal Emergency Management Agency), Padrão 1 (US Army Corps of Engineers) e barragens de consequências Muito Altas ou Extremas (Canadian Dam Association, 2013, 2019; ICCM-UNEP-PRI, 2020). A legislação acima seria bastante semelhante às diretrizes da Canadian Dam Association (2013), especialmente usando sua abordagem informada sobre o risco. Não tenho conhecimento de qualquer intenção semelhante para atualizar os regulamentos de segurança de barragens em Portugal.

PROJETO DA INSTALAÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE REJEITADOS DA MINA DO BARROSO

O Estudo de Impacto Ambiental descreve três planos alternativos para a mina Barroso (ver Figs. 4a-c). Uma característica comum de todos os planos é o armazenamento permanente de 14,0 milhões de toneladas de rejeitados na Escombreira Sul junto com quantidades variáveis de estéreis (ver Figs. 4a-c). A Opção 1 maximizaria o armazenamento de rocha estéril nas cortas e armazenaria 26,8 milhões de toneladas na Escombreira Sul, que atingiria uma altura final de 149 metros (ver Tabela 1). As Opções 2 e 3 armazenariam 46,6 e 50,1 milhões de toneladas de estéril, respectivamente, na Escombreira Sul, que atingiria uma altura final de 193 metros em ambos os casos (ver Tabela 1). As alturas finais não foram explicitamente declaradas no Estudo de Impacto Ambiental, mas foram calculadas a partir da diferença entre as elevações máximas e mínimas das escombreiras propostas. Savannah Lithium LDA (2020f) afirma. "A opção 3 … é considerada a mais viável nesta fase". No entanto, a citação anterior vem de um anexo do Estudo de Impacto Ambiental que é um memorando para a Savannah Resources da empresa de consultoria Knight-Piésold datado de 20 de dezembro de 2019. Não parece haver nenhuma frase no Estudo de Impacto Ambiental que esclareça qual é a opção preferida pela empresa de mineração.

Tabela 1. Distâncias de escoamento inicial mais prováveis e de pior caso após a falha da barragem de rejeitados

	Opção 1	**Opção 2**	**Opção 3**
Altura da Barragem[2] (m)	149	193	193
Massa de Rejeitados (Mt)	14,0	14,0	14,0
Massa de Estéreis (Mt)	26,8	46,6	50,1
Volume de Rejeitados/Estéreis (Mm^3)	19,4	28,9	30,5
	Cenário mais provável[3]		
Volume de Derramamento (Mm^3)	5,6	8,1	8,5
Distância de Escoamento Inicial (km)	59,9	83,7	86,1
	Cenário de pior caso[4]		
Volume de Derramamento (Mm^3)	19,4	28,9	30,5
Distância de Escoamento inicial (km)	234,1	334,5	344,9

[1]Dados de entrada de Savannah Lithium (2020b), incluindo a suposição de que a densidade da mistura de rejeitados e estéril será de 2,1 t/m^3.
[2]Calculado a diferença entre a elevação máxima e mínima da pilha de rejeitados/estéril.
[3] Cenário mais provável com base em falhas anteriores em barragens de rejeitados (Larrauri e Lall, 2018).
[4] O cenário de pior caso é baseado em falhas anteriores em barragens de rejeitados (Larrauri e Lall, 2018) mais a suposição de perda de 100% dos rejeitados e estéreis armazenados. A distância máxima real do escoamento inicial é limitada pela distância ao oceano Atlântico de 128 quilômetros (ver Fig. 2).

Todas as alternativas envolveriam a compactação de uma mistura homogênea de estéril e rejeitados filtrados na Escombreira Sul em uma proporção de 3:1 de estéril para rejeitados (Savannah Lithium LDA, 2020a). Não foi esclarecido se a proporção é baseada na massa ou no volume. Antes da compactação, os rejeitados seriam filtrados para atingir um teor de água <15% (Savannah Lithium LDA, 2020a). Uma parede de estéril rodearia a mistura de estéril e rejeitados por todos os lados (ver Fig. 8). Conforme mencionado anteriormente, o Estudo de Impacto Ambiental não se refere à parede de estéril como uma "barragem", nem explica por que não é

uma barragem ou usa a palavra “barragem” em qualquer contexto. Deve-se notar que, com um teor de água de 15%, a parede de estéril confinaria 14,0 milhões de toneladas de rejeitados e 2,1 milhões de metros cúbicos de água.

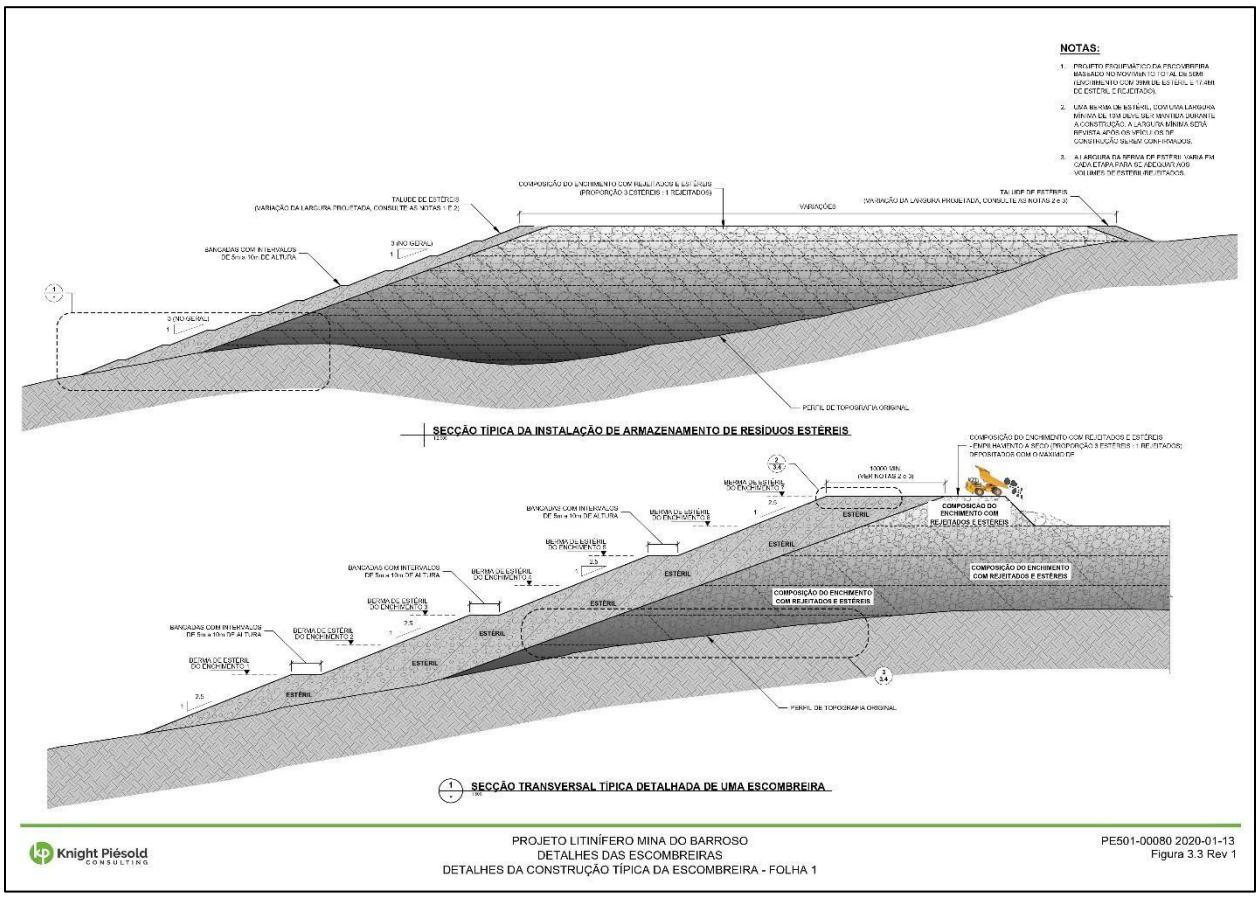


Figura 8. Embora Savannah Lithium LDA (2020a-e) nunca use a palavra “barragem”, o aterro de estéril que confinaria a mistura de estéril e rejeitados filtrados tem a função de barragem e deve ser projetado para ir de encontro aos regulamentos de segurança de barragens. O exposto acima é particularmente válido porque, com base na tecnologia atual de rejeitados filtrados e alta precipitação ocasional, uma proporção significativa dos rejeitados ficará húmida em demasia para uma compactação adequada. A barragem de estéril seria construída usando o método a montante, no qual a barragem é construída sobre os rejeitados que está confinando. No caso de liquefação dos rejeitados, a barragem desmoronará nos rejeitados subjacentes. Por esse motivo, o método de construção a montante é ilegal no Brasil, Chile, Equador e Peru. Figura da Savannah Lithium (2020b) com sobreposição de legendas inglesas.

Uma análise de estabilidade foi realizada para determinar o fator de segurança da Escombreira Sul (ver Figs. 9a-b). O fator de segurança FS é o valor mínimo da razão entre a resistência ao cisalhamento da escombreira e a tensão de cisalhamento que atua na escombreira, considerada sobre todas as superfícies de falha possíveis, de modo que FS = 1,0 indica uma escombreira na cúspide de falha. O fator de segurança é baseado nos parâmetros de resistência ao cisalhamento assumidos (coesão e ângulo de fricção) dos resíduos e na altura assumida do lençol freático dentro da escombreira (ver Fig. 9b). O fator de segurança FS foi encontrado como FS = 1,5, que é o valor aceitável mínimo de um fator de segurança, de acordo com a maioria das normas internacionais (por exemplo, ANCOLD, 2012; Canada Dam Association, 2013). O

Estudo de Impacto Ambiental refere-se à norma australiana (ANCOLD, 2012) e Portugal não parece ter uma norma própria para um fator de segurança mínimo.

Quadro III.28 - Resumo da Avaliação de Estabilidade da escombreira.

Estágio	Condição de carga	Jusante (DS) / Montante (US)	FS	Fig. Nº
Estágio Final	Longo Prazo (drenado)	DS	1,5	2.12.1
	Pós-sísmica	DS	1,2	2.12.2

Nota: DS: Jusante; US: Montante; FS: Fator de segurança.

Figura 9a. Ao final da construção, a pilha de estéril e rejeitados (chamada escombreira) teria um fator de segurança (FS) de FS = 1,5, onde o fator de segurança é a razão entre a resistência ao cisalhamento da escombreira e a tensão de cisalhamento atuante na escombreira, de modo que FS = 1,0 indica uma escombreira à beira da falha. De acordo com a maioria das normas internacionais, FS = 1,5 é o valor aceitável mínimo. O fator de segurança da escombreira foi calculado com base nas propriedades geotécnicas de apenas uma amostra de rejeitados de mina. A condição de carregamento "drenado" significa que foi assumido que a água poderia escapar dos poros durante a deformação. Porém, se a perturbação fosse suficientemente rápida ou se os poros estivessem saturados, a condição de carregamento "não drenado" se aplicaria, o que levaria a um menor fator de segurança. Savannah Lithium LDA (2020a-f) não inclui nenhuma consideração de carregamento não drenado ou as condições sob as quais os poros seriam saturados. Figura da Savannah Lithium (2020a).

Vale ressaltar que o plano de armazenamento de rejeitados da mina de lítio do Barroso, principalmente o armazenamento de rejeitados até 193 metros de altura, é altamente inovador (ver Tabela 2). De acordo com o Projeto Global do Portal das Barragens de Rejeitados (GRID-Arendahl, 2021), a barragem de rejeitados mais alta do mundo é a barragem Linga, no Peru, com uma altura de 265 metros, enquanto a barragem de rejeitados mais alta da Europa é a Instalação de Gestão de Resíduos Integrada Skouries na Grécia com uma altura de 220 metros. A segunda barragem de rejeitados mais alta da Europa é a barragem Saint Cyr na França com 75 metros de altura, enquanto a barragem de rejeitados mais alta de Portugal é a Instalação de Rejeitados Cerro do Lobo com uma altura de 42 metros. Em resposta à falha da barragem de rejeitados perto de Brumadinho, Brasil, a China proibiu a construção de quaisquer barragens de rejeitados com mais de 200 metros de altura (Zhang e Daly, 2019; Zhang e Singh, 2020). De acordo com Klohn Crippen Berger (2017), a maior instalação de armazenamento de rejeitados filtrados do mundo está na mina La Coipa, no Chile, com uma altura de 70 metros. Não tenho conhecimento de nenhuma mina de lítio em operação com uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados. No entanto, além da proposta da mina do Barroso, existem pelo menos sete outras propostas para instalações de armazenamento de rejeitados filtrados em minas de lítio (ver Tabela 2). A mina de lítio proposta com a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados mais alta seria a mina Thacker Pass de Lithium Americas em Nevada, EUA (U.S. Bureau of Land Management [Escritório de Gestão de Terras dos EUA], 2020). Em resumo, de acordo com os bancos de dados atuais e o conhecimento do autor, a barragem de rejeitados na mina do Barroso seria a primeira barragem de rejeitados filtrados em uma mina de lítio em operação, a barragem de rejeitados filtrados mais alta de todas as atuais minas de lítio propostas, a mais alta em operação barragem de rejeitados filtrados do mundo, a barragem de rejeitados mais alta de Portugal e a segunda barragem de rejeitados mais alta da Europa. Mais informações sobre a instalação de armazenamento de rejeitados serão fornecidas na seção Resultados.

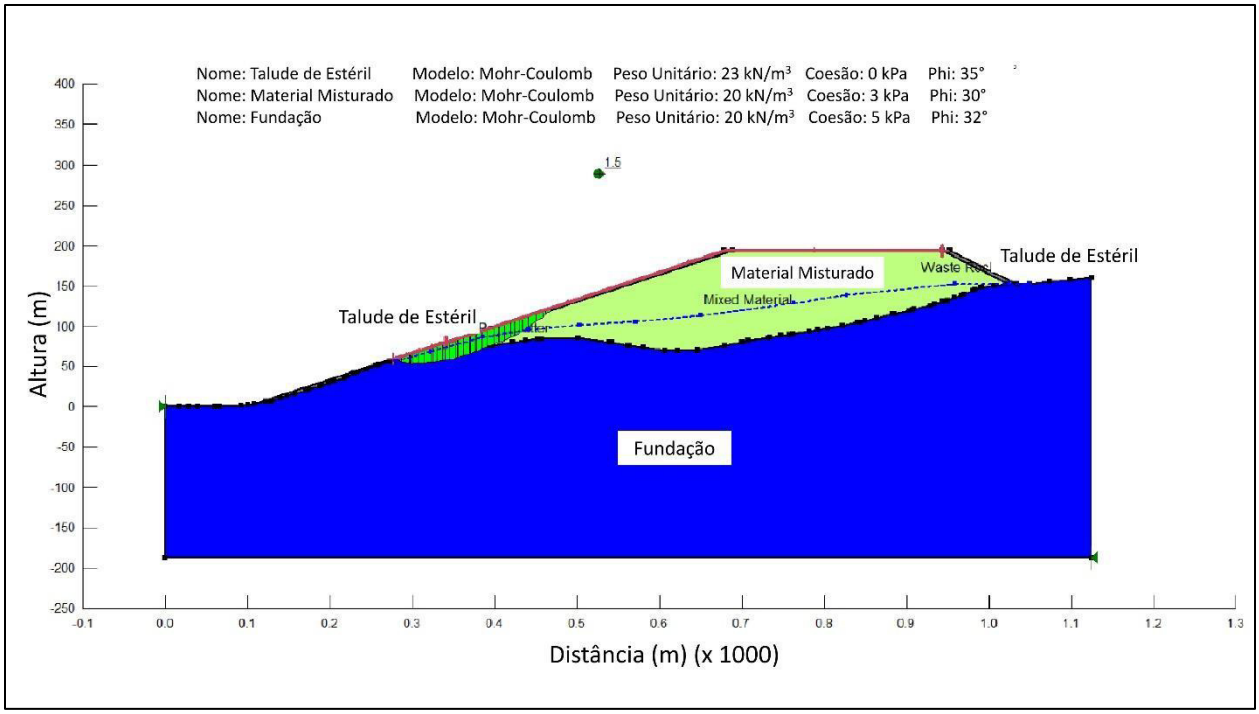


Figura 9b. Ao final da construção, a pilha de estéril e rejeitados (chamada a escombreira) teria um fator de segurança (FS) de FS = 1,5, onde o fator de segurança é a razão entre a resistência ao cisalhamento da escombreira e a tensão de cisalhamento atuante na escombreira, de modo que FS = 1,0 indica uma escombreira à beira da falha. De acordo com a maioria das normas internacionais, FS = 1,5 é o valor aceitável mínimo. O fator de segurança da escombreira foi calculado com base nos parâmetros assumidos de resistência ao cisalhamento dos rejeitados, do estéril e da fundação, e o lençol freático assumido (linha azul tracejada). Presumivelmente, parâmetros de resistência ao cisalhamento mais baixos ou um lençol freático mais alto resultariam em FS < 1,5. Não havia nenhuma justificativa para a altura do lençol freático presumida, e nenhuma consideração da dependência do fator de segurança da altura do lençol freático ou das circunstâncias nas quais o lençol freático subiria mais alto do que a altura assumida. Não há nenhum documento que descreva qualquer teste geotécnico da rocha estéril ou da fundação, nem há nenhum documento que explique como os parâmetros de resistência ao cisalhamento do estéril e da fundação foram estimados. De notar que a fatia verde-escura na figura indica a região que falharia, ou seja, a parte inferior da fatia é a superfície com o menor fator de segurança. É a resistência ao cisalhamento assumida da fundação que evita que a superfície de ruptura migre para a fundação ou mais a montante da crista do alto topográfico que está por baixo da escombreira (em direção à direita da figura). Em outras palavras, uma fundação mais fraca resultaria em uma falha que incorporaria uma fração maior da escombreira. De notar também que a análise de estabilidade assume que o estéril tem um ângulo de fricção maior (phi = 35°) do que a fundação (phi = 32°). Isso é surpreendente, uma vez que, sem mais informações, deve-se presumir que o estéril é simplesmente o material da fundação, mas numa forma triturada e menos densa. Figura da Savannah Lithium (2020c) com sobreposição de legendas inglesas. A figura em Savannah Lithium LDA (2020c) está disponível apenas em inglês.

METODOLOGIA

Com base nas seções anteriores, o objetivo deste relatório pode ser subdividido nas seguintes questões relativas ao Estudo de Impacto Ambiental:

1) Existe uma consideração adequada das consequências da falha da escombreira?
2) Existe uma escolha adequada para a cheia de projeto para a escombreira?
3) Existe um plano adequado de prevenção da liquefação dos rejeitados?
4) Existe uma análise de estabilidade adequada para a escombreira?
5) Existe um plano adequado para a infraestrutura de gestão da água para a escombreira?

Tabela 2. Alturas das instalações de armazenamento de rejeitados filtrados nas minas de lítio

Data da Proposta	Empresa	Mina	Local	Altura (m)
2016	Bacanora Minerals[1]	Sonora	México	20
2017	Critical Elements[2]	Rose	Quebec, Canadá	80
2018	Nemaska Lithium[3]	Whabouchi	Quebec, Canadá	30
2019	Galaxy Lithium[4]	James Bay	Quebec, Canadá	100
2019	Sigma Lithium[5]	Grota do Cirilo	Minas Gerais, Brasil	28, 70
2020	Cypress Development[6]	Clayton Valley	Nevada, EUA	30
2020	Lithium Americas[7]	Thacker Pass	Nevada, EUA	107
2020	Savannah Lithium[8]	Barroso	Portugal	193

[1]Bacanora Minerals Ltd (2016)
[2]Critical Elements Corporation (2017)
[3]Nemaska Lithium (2017)
[4]Galaxy Lithium (Canada) (2019)
[5]Sigma Lithium (2019)
[6]Cypress Development Corp. (2020)
[7]U.S. Bureau of Land Management (2020)
[8]Savannah Lithium LDA (2020a)

As questões acima foram respondidas em grande parte por comparação do Estudo de Impacto Ambiental com a literatura publicada sobre rejeitados filtrados e com as normas internacionais e portuguesas de segurança de barragens. É surpreendente que muitas das informações sobre armazenamento de rejeitados no Estudo de Impacto Ambiental estejam disponíveis apenas em inglês. Por exemplo, o Anexo III-1 (Savannah Lithium, 2020f) consiste num documento de 104 páginas em inglês (escrito por Knight-Piésold) e apenas um resumo de sete páginas em português. É preocupante que a Agência Portuguesa do Ambiente não exija que os documentos submetidos a consulta pública sejam escritos em língua nacional. Na verdade, alguns diagramas fundamentais do Estudo de Impacto Ambiental estavam disponíveis apenas em inglês, sem versão em português (ver Figs. 9b e 12). Na versão em português deste relatório, todos os diagramas em inglês são reproduzidos com sobreposição de legendas em português.

A subseção na seção Resultados sobre as consequências da falha da escombreira inclui uma análise original das consequências, devido à ausência de uma análise adequada no Estudo de Impacto Ambiental. A análise das consequências foi baseada no modelo estatístico mais recente de falhas de barragens de rejeitados anteriores (Larrauri e Lall, 2018). O modelo estatístico prevê o volume de rejeitados derramados e a distância de escoamento inicial de rejeitados após a falha da barragem. A distância de escoamento inicial é a distância percorrida pelos rejeitados devido à libertação de energia potencial gravitacional conforme os rejeitados caem do reservatório de rejeitados. Após a cessação do escoamento inicial, os processos fluviais normais poderiam transportar os rejeitados a jusante indefinidamente até que os rejeitados atinjam um grande lago ou o oceano. Quando o escoamento inicial atinge um rio importante, como ocorrerá na falha da barragem de rejeitados da mina do Barroso, pode ser difícil separar o escoamento inicial dos processos fluviais normais subsequentes. Por exemplo, a falha da barragem de rejeitados na mina Samarco em Minas Gerais, Brasil, derramou rejeitados no rio Doce, de modo que a distância de escoamento inicial se estendeu por 637 quilômetros até o oceano Atlântico (Larrauri e Lall, 2018).

De acordo com (Larrauri e Lall, 2018), o melhor indicador da distância de escoamento inicial de rejeitados liberados é o fator de barragem H_f, definido como

$$H_f = H\left(\frac{V_F}{V_T}\right)V_F \quad (1)$$

onde H é a altura da barragem (metros), V_T é o volume total de rejeitados confinados e água (milhões de metros cúbicos) e V_F é o volume do derramamento (milhões de metros cúbicos). As previsões mais prováveis para o volume do derramamento e da distância de escoamento inicial D_{max} (quilômetros) são então

$$V_F = 0.332 \times V_T^{0.95} \quad (2)$$

$$D_{max} = 3.04 \times H_f^{0.545} \quad (3)$$

Deve-se notar que as Eqs. (2- (3) expressam as consequências mais prováveis da falha da barragem. Em particular, a consequência mais provável é que a falha da barragem resultará na libertação de cerca de um terço dos rejeitados armazenados (ver Eq. (2)). No entanto, o pior cenário é que a falha da barragem resultará na libertação de 100% dos rejeitados armazenados, para os quais existem exemplos (Larrauri e Lall, 2018). Portanto, a distância de escoamento inicial do pior cenário ($V_F = V_T$) deve ser calculada usando a Eq. (3) com

$$H_f = HV_T \quad (4)$$

Para uso nas equações acima, uma vez que o plano é criar uma mistura homogênea de rejeitados e estéril na Escombreira Sul, V_T foi assumido como o volume combinado de rejeitados armazenados e estéril armazenado (ver Tabela 1).

O banco de dados de falhas em barragens de rejeitados de Larrauri e Lall (2018) não inclui nenhum exemplo de falhas de escombreiras que armazenem uma mistura de rejeitados e estéril. Por outro lado, Hawley e Cunning (2017) apresentam fórmulas empíricas para a distância de escoamento inicial após a falha de escombreiras que armazenavam apenas estéril sem rejeitados. Há uma dispersão considerável nos dados de distância de escoamento inicial de Hawley e Cunning (2017) e os autores concluem, "*In summary, the use of empirical correlations offers only very approximate means of predicting the runout of waste dump landslides. Perhaps the best approach is to seek precedents from data on failures observed in a given region and from physical and geomorphological settings comparable to those of the case being analysed. It is essential to make maximum use of local experience"* [Em resumo, o uso de correlações empíricas oferece apenas meios muito aproximados de prever a distância inicial de deslizamentos de escombreiras. Talvez a melhor abordagem seja procurar precedentes em dados sobre falhas observadas em uma determinada região e de configurações físicas e geomorfológicas comparáveis àquelas do caso que está sendo analisado. É essencial aproveitar ao máximo a experiência local]. Em contraste, com base em 35 falhas de barragem de rejeitados, Larrauri e Lall (2018) encontram $R^2 = 0{,}887$ e $R^2 = 0{,}53$ para prever o volume do derramamento e a distância de escoamento inicial, respectivamente, a partir da altura da barragem e do volume

de rejeitados armazenados. (O anterior significa que a variação na altura da barragem e no volume dos rejeitados armazenados prevê 88,7% e 53% da variação no volume do derramamento e na distância de escoamento inicial, respectivamente.) Com base no exposto, optou-se por contar com o banco de dados da falha de barragens de rejeitados de Larrauri e Lall (2018) para previsão das consequências da falha da escombreira da mina do Barroso.

Foi dada atenção especial às comunidades que estão dentro de 10 quilômetros a jusante da Escombreira Sul, conforme medido ao longo do caminho do fluxo. Não houve muitas medições das velocidades das inundações de rejeitados, mas elas variaram de 20 a 160 quilômetros por hora (Jeyapalan, 1981). De acordo com Petley (2019), a inundação de rejeitados após a falha recente da barragem perto de Brumadinho no Brasil em 2019 acelerou para 120 quilômetros por hora e depois diminuiu para 66 quilômetros por hora. Com base na velocidade mínima do fluxo de rejeitados de 20 quilômetros por hora, as comunidades dentro de 10 quilômetros poderiam ser alcançadas pela inundação de rejeitados num tempo máximo de 30 minutos.

Também em resposta ao desastre da barragem de rejeitados perto de Brumadinho, Brasil, a nova legislação de barragens de rejeitados no Brasil avançou o conceito de "zona de autossalvamento". De acordo com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (2019), "Fica vedada a concessão de licença ambiental para construção, instalação, ampliação ou alteamento de barragem em cujos estudos de cenários de rupturas seja identificada comunidade na zona de autossalvamento. § 1º – Para os fins do disposto nesta lei, considera-se zona de autossalvamento a porção do vale a jusante da barragem em que não haja tempo suficiente para uma intervenção da autoridade competente em situação de emergência. § 2º – Para a delimitação da extensão da zona de autossalvamento, será considerada a maior entre as duas seguintes distâncias a partir da barragem: I – 10km (dez quilômetros) ao longo do curso do vale; II – a porção do vale passível de ser atingida pela onda de inundação num prazo de trinta minutos. § 3º – A critério do órgão ou da entidade competente do Sisema, a distância a que se refere o inciso I do § 2º poderá ser majorada para até 25km (vinte e cinco quilômetros), observados a densidade e a localização das áreas habitadas e os dados sobre os patrimônios natural e cultural da região". Embora não declarado, a velocidade mínima geralmente aceite para o fluxo de rejeitados de 20 quilômetros por hora é a base aparente para a equivalência entre 10 quilômetros e 30 minutos.

O Equador adotou o mesmo conceito no ano seguinte. De acordo com o Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables (Ecuador) [Ministério de Energia e Recursos Naturais Não Renováveis (Equador)] (2020a), "*Se prohíbe el diseño y construcción de depósitos de relave en los casos que se identifique una zona poblada ubicada aguas abajo del mismo que pudiera ser afectada por la onda de inundación, la cual queda limitada por la mayor de las dos distancias: • A diez (10) kilómetros de distancia aguas abajo del pie de la presa a lo largo del curso del valle, o; • La porción de territorio que sea alcanzada por la onda de inundación en un plazo de 30 minutos* [É proibida a projeção e construção de depósitos de rejeitados nos casos em que seja identificada uma área povoada localizada a jusante dos mesmos que possa ser afetada pela onda de inundação, que é limitada pela maior das duas distâncias: • Dez (10) quilômetros a jusante do pé da barragem ao longo do curso do vale, ou; • A porção do território que é atingida pela onda de inundação em 30 minutos]. Morrill et al. (2020) criticaram as distâncias acima e os tempos de chegada ao escrever, "Apesar desses limites representarem progresso quando comparados com a falta total de qualquer regulamento, eles são arbitrários e não garantem necessariamente uma evacuação segura em todas as situações. Portanto, a distância mínima entre comunidades e novas barragens deve ser definida caso a caso".

RESULTADOS

Adequação da Análise das Consequências da Falha da Barragem

A resposta simples é que o Estudo de Impacto Ambiental não inclui nenhuma consideração sobre as consequências da falha da escombreira. Na verdade, o Estudo de Impacto Ambiental adota a abordagem oposta ao negar qualquer possibilidade de falha. De acordo com Savannah Lithium LDA (2020a), "Com base numa avaliação de rutura, é provável que o risco esteja confinado apenas aos operadores nas proximidades da estrutura nesse momento e o risco geral seja baixo ou insignificante". Savannah Lithium LDA (2020a) continua a rejeitar a possibilidade de falha de uma forma ainda mais firmemente quando escreve , "não se perspetiva a perda de vidas humanas, uma vez que a integridade estrutural e o bom funcionamento da instalação de resíduos se encontram assegurados". É óbvio que , é muito perigoso presumir que a integridade estrutural e o bom funcionamento de qualquer estrutura de engenharia estejam "assegurado".

É improvável que a falha da escombreira resulte na deposição de rejeitados derramados a uma extensa distância (como sejam dezenas de quilômetros), a menos que os rejeitados derramados desenvolvam um comportamento de fluxo. De acordo com Klohn Crippen Berger (2017), um deslizamento de rejeitados filtrados pode se estender por dez vezes a altura da instalação sem liquefação ou outro comportamento de fluxo. Com base nisso, um deslizamento de rejeitados pode-se estender por cerca de 1500 metros se a Opção 1 for escolhida e cerca de 2000 metros se as Opções 2 ou 3 forem escolhidas (ver Figs. 4a-c). No caso da Opção 1, o caminho de rejeitados proporcionará numerosos pontos de entrada no rio Covas (um afluente do rio Beça) (ver Fig. 4a). No caso das Opções 2 ou 3, o caminho de rejeitados proporcionará numerosos pontos de entrada no rio Covas ou no próprio rio Beça (ver Figs. 4b-c). Dessa forma, independentemente do teor de água dos rejeitados filtrados antes da falha, a mistura dos rejeitados com os corpos d'água a jusante poderia permitir o desenvolvimento do comportamento do fluxo. Nas Figs. 4a-c, o caminho de deslizamento de rejeitados é traçado em uma direção geral a jusante, mas de outra forma é arbitrário. Deve-se notar que um afluente do rio Covas, com efeito, emerge debaixo do lado oeste da Escombreira Sul (ver Figs. 4a-c), de modo que, se os rejeitados forem derramados do lado oeste da escombreira, a mistura dos rejeitados com água ocorrerá imediatamente após a falha da escombreira.

Com base no modelo estatístico de Larrauri e Lall (2018), a previsão mais provável é que o escoamento inicial de rejeitados se estenda por 59,9, 83,7 e 86,1 quilômetros para as Opções 1, 2 e 3, respectivamente (ver Tabela 1). Com base na Opção 3 preferida, no evento inicial, os rejeitados derramados irão fluir ao longo do rio Beça para o rio Tâmega e descer para a confluência com o rio Douro com o potencial de impactar numerosas comunidades ao longo dos rios, incluindo (em ordem a jusante) Vila Nune, Mondim de Basto, Celorico de Basto, Amarante, Marco de Canaveses, Rio de Moinhos e Torrão (ver Fig. 2). Após o evento inicial, os processos fluviais normais continuarão a transportar os rejeitados derramados ao longo do rio Douro, passando pelas comunidades de Aldeia São Miguel, Porto e Vila Nova de Gaia até ao oceano Atlântico (ver Fig. 2). As comunidades acima são apenas representativas e não pretendem ser vistas como uma lista completa.

Usando o mesmo modelo estatístico (Larrauri e Lall, 2018), as previsões mais prováveis para os volumes de resíduos de mina derramados são 5,6, 8,1 e 8,5 milhões de metros cúbicos para as Opções 1, 2 e 3, respectivamente (ver Tabela 1), correspondendo a 28-29% dos resíduos

de mina armazenados (19,4, 28,9 e 30,5 milhões de metros cúbicos para as Opções 1, 2 e 3, respectivamente). O pior cenário será a libertação de 100% dos resíduos armazenados da mina (. Nesse caso, de acordo com as Eqs. (3) - (4), no evento inicial, os rejeitados derramados percorrerão 234,1, 334,5 e 344,9 quilômetros para as Opções 1, 2 e 3, respectivamente (ver Tabela 1). No entanto, no pior cenário, o evento inicial real será limitado pela distância de 128 quilômetros até o oceano Atlântico (ver Fig. 2).

Uma exceção que poderia impedir a chegada dos rejeitados ao oceano Atlântico, quer seja no caso do mais provável, quer seja do pior cenário, poderia ser o represamento dos rejeitados nos reservatórios atrás de uma das grandes barragens ao longo da rota para o oceano. A International Commission on Large Dams [Comissão Internacional de Grandes Barragens] (2021) define uma grande barragem como "*a dam with a height of 15 metres or greater from lowest foundation to crest or a dam between 5 metres and 15 metres impounding more than 3 million cubic metres*" [uma barragem com uma altura de 15 metros ou mais acima da fundação mais baixa à crista, ou uma barragem entre 5 metros e 15 metros contendo mais de 3 milhões de metros cúbicos]. Nesta base, surgem duas grandes barragens ao longo da rota, que são a barragem do Torrão ao longo do rio Tâmega e a barragem de Crestuma-Lever ao longo do rio Douro (ver Fig. 2; Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens, 2021). A barragem do Torrão tem uma altura de 69 metros acima da fundação, capacidade bruta de 124 milhões de metros cúbicos, armazenamento efetivo de 77 milhões de metros cúbicos e uma cheia de projeto com um período de retorno de 500 anos. A barragem de Crestuma-Lever tem uma altura de 65 metros acima da fundação, capacidade bruta de 110 milhões de metros cúbicos, armazenamento efetivo de 22,5 milhões de metros cúbicos e uma cheia de projeto com um período de retorno de 1000 anos (Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens, 2021). Não se pode presumir que qualquer uma dessas grandes barragens impediria o transporte posterior de resíduos de mina derramados a partir da mina do Barroso. Em primeiro lugar, a mesma inundação extrema ou evento de precipitação que destrói a Escombreira Sul também pode resultar em fluxo sobre a crista ou o vertedouro da barragem do Torrão ou barragem de Crestuma-Lever. Em segundo lugar, é digno de notar que, com base na Opção 3 preferida, o volume de resíduos de mina que seria armazenado na Escombreira Sul já é 40% do armazenamento efetivo da barragem do Torrão e 136% do armazenamento efetivo da barragem de Crestuma-Lever (ver Tabela 1).

Adequação da Cheia de Projeto

Como na subseção anterior, a resposta simples é que o Estudo de Impacto Ambiental não inclui nenhuma consideração sobre uma cheia de projeto. Em outras palavras, a Escombreira Sul não foi projetada para resistir a qualquer inundação ou evento de precipitação em particular. Em termos da escolha adequada para a cheia de projeto, a questão importante é se há perda de vida potencial no caso de falha da escombreira. Não é possível responder a esta questão sem uma análise rigorosa das consequências da falha de escombreira, que não fez parte do Estudo de Impacto Ambiental.

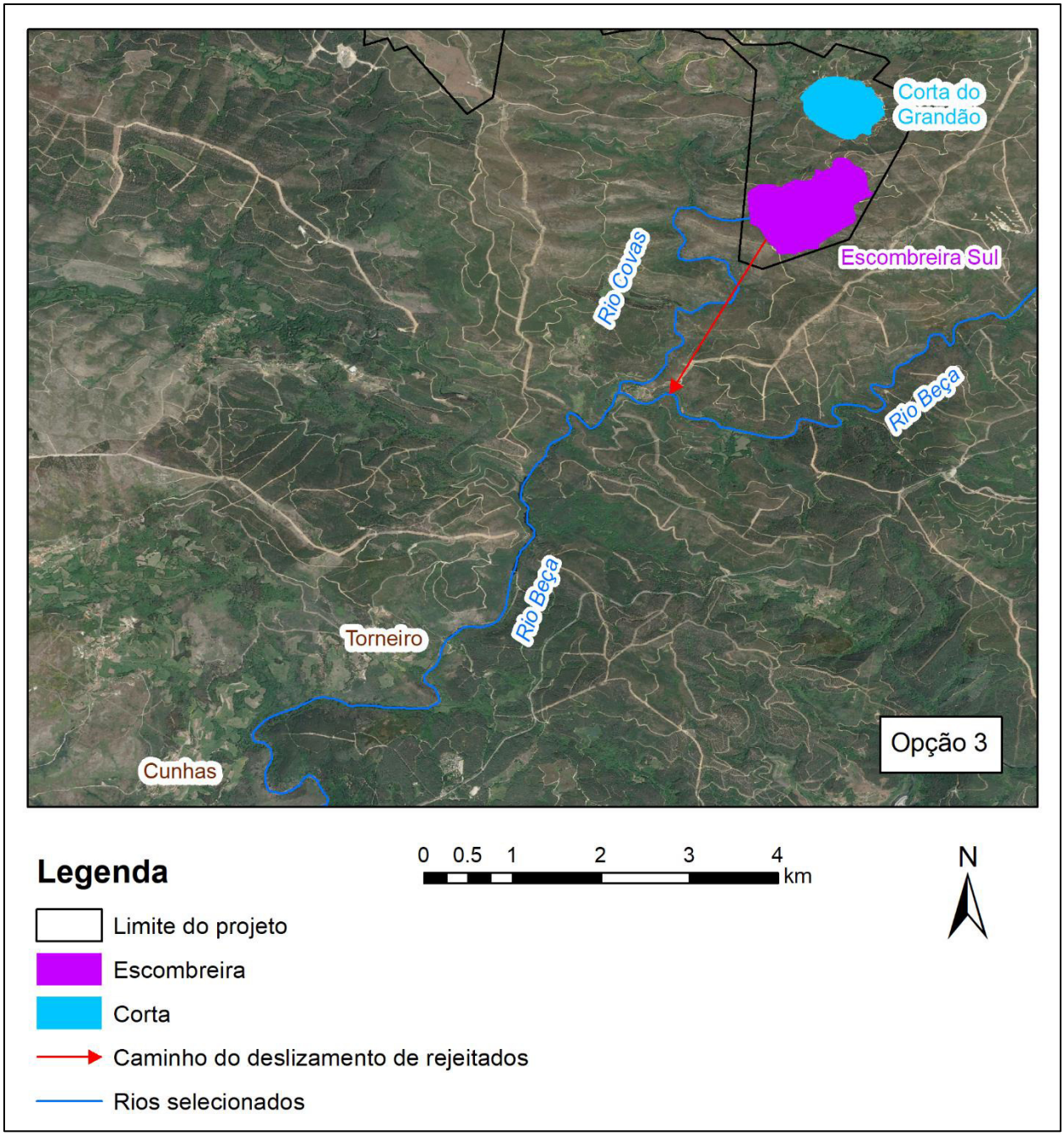


Figura 10. Existem duas comunidades (Torneiro e Cunhas) dentro de 10 quilômetros a jusante da barragem de rejeitados ao longo do caminho do fluxo (ver Tabela 3). Supõe-se que a inundação de rejeitados percorrerá em linha reta numa direção geral a jusante (chamada de caminho de deslizamento de rejeitados) até atingir o rio Beça, após o que irá fluir a jusante ao longo do rio Beça. Na legislação brasileira e equatoriana, a "zona de autossalvamento" é definida como 10 quilômetros a jusante da barragem de rejeitados ao longo do vale ou na região que pode ser alcançada pela inundação de rejeitados em 30 minutos, o que for mais distante. No Brasil e no Equador, é proibida a construção ou expansão de uma barragem de rejeitados onde houver população residente na zona de autossalvamento. Infraestrutura de mina baseada na Alternativa 3 da Savannah Lithium LDA (2020g). O plano de fundo e os locais das comunidades são das imagens do Google Earth de 5 e 24 de maio de 2019.

Existem duas comunidades (Torneiro e Cunhas) dentro de 10 quilômetros a jusante da barragem de rejeitados ao longo do caminho do fluxo (ver Tabela 3 e Fig. 10), não incluindo

propriedades isoladas. Supõe-se que a inundação de rejeitados percorrerá em linha reta numa direção geral a jusante (chamada de caminho de deslizamento de rejeitados em Fig. 10) até atingir o rio Beça, após o que irá fluir a jusante ao longo do rio Beça. Com base na velocidade mínima de fluxo de rejeitados de 20 quilômetros por hora, a inundação de rejeitados atingirá Torneiro e Cunhas em no máximo 19 e 28 minutos, respectivamente (ver Tabela 3). No entanto, com base nas informações disponíveis atualmente, não é óbvio se haveria perda potencial de vidas no caso de falha da escombreira. Devido à topografia acidentada, as elevações médias de Torneiro e Cunhas situam-se, respetivamente, a 99 e 170 metros acima do rio Beça (ver Tabela 3). Um estudo mais rigoroso seria necessário para determinar se as três comunidades dentro de 10 quilômetros da Escombreira Sul (ver Fig. 10) ou qualquer uma das comunidades ainda mais a jusante (ver Fig. 2) poderiam ser ou deveriam ser evacuadas antes da chegada da inundação de rejeitados. No entanto, deve-se notar que o Estudo de Impacto Ambiental não inclui nenhuma consideração de um sistema de alarme para as comunidades a jusante ou qualquer outro plano de emergência de qualquer tipo.

Tabela 3. Tempos de chegada máximos previstos para inundação de rejeitados

Comunidade	População[1]	Elevação acima do Rio Beça (m)	Distância ao longo do Caminho de Inundação[2] (m)	Tempo de Chegada Máximo[3] (min)
Torneiro	<50	99	6459	19
Cunhas	79	170	9251	28

[1]Populações de City Population [População de Cidade] (2021). Comunidades com menos de 50 habitantes não são listadas em City Population (2021), mas são rotuladas na imagem do Google Earth datada de 24 de maio de 2019.
[2]Ver Fig. 10 para o caminho de inundação de rejeitados assumido.
[3]Com base na velocidade mínima de inundação de rejeitados de 20 km/h.

Para simplificar este debate, será assumido que não há perda de vida potencial no caso de falha da escombreira. Com base nisso, no mínimo, as consequências serão Significativas para as diretrizes da Federal Emergency Management Agency (2013) e Altas para as diretrizes da Canadian Dam Association (2013, 2019) e do Padrão Global da Indústria para a Gestão de Rejeitos (ICMM-UNEP-PRI, 2020). Em comparação com os padrões de cheia de projeto discutidos anteriormente, no mínimo, a Escombreira Sul deve ser projetada para resistir a um evento de precipitação correspondente a uma tempestade de 1.000 anos (FEMA, 2013), metade da Inundação Máxima Provável (USACE, 1991), uma tempestade de 2.475 anos ou um terço entre uma tempestade de 1.000 anos e a Inundação Máxima Provável (Canadian Dam Association, 2013, 2019), uma tempestade de 10.000 anos (Morrill et al., 2020), ou uma tempestade de 2475 anos (ICMM-UNEP-PRI, 2020). Mesmo para os padrões muito fracos de Portugal e Espanha, a escombreira deve ser projetada para resistir a uma tempestade de 500 anos. Os padrões acima serão considerados mais adiante na subseção Adequação da Infraestrutura de Gestão da Água.

Adequação do Plano de Prevenção de Liquefação

Como nas subseções anteriores, não há nenhum plano para prevenir a liquefação além do conceito geral de que rejeitados filtrados terão uma menor probabilidade de liquefação do que rejeitados não filtrados. Foi mencionado anteriormente que um solo ou uma massa de rejeitados com uma mistura de partículas finas e grossas tendem a ser liquefiçáveis. As partículas mais

finas preencherão os espaços entre as partículas grossas e, assim, evitarão a fuga de água durante o cisalhamento ou outra deformação (ver Fig. 6). O Estudo de Impacto Ambiental reconhece que os rejeitados terão a mistura de tamanhos de partículas que tenderão a levar à liquefação (ver Fig. 11). De acordo com Savannah Lithium LDA (2020a), "A curva de classificação indica que a amostra da Savannah cai dentro dos limites de solos potencialmente liquefícáveis e, portanto, a liquefação da massa de rejeitados precisa ser considerada no projeto". No entanto, o restante do Estudo de Impacto Ambiental não inclui nenhuma consideração sobre as circunstâncias em que a liquefação ocorrerá e simplesmente rejeita a possibilidade de liquefação. . Savannah Lithium LDA (2020a) continua, "Foram tidos em conta os seguintes pressupostos para a modelação de estabilidade … Nenhuma desagregação decorrente da carga ou materiais com potencial de liquefação estarão presentes nas estruturas avaliadas ou nas suas fundações … Os materiais de construção são considerados não suscetíveis à liquefação".

Quadro III.21 - Distribuição do tamanho da partícula.

Fração	Tamanho da Partícula [µm]	Percentagem de Passagem (%)
		Amostra da Savannah
Areia	2360	100
	600	100
	200	99
Silte	75	83
	20	20
	6	10
Argila	2	3

Figura 11. Uma mistura de partículas finas e grossas pode ter uma baixa permeabilidade porque as partículas mais finas preencherão os espaços entre as partículas mais grossas. Esta baixa permeabilidade pode fazer com que uma massa de rejeitados seja suscetível à liquefação porque a água não será capaz de escapar dos poros durante a deformação (ver Fig. 6). De acordo com Savannah Lithium LDA (2020a), "A curva de classificação indica que a amostra da Savannah cai dentro dos limites de solos potencialmente liquefícáveis e, portanto, a liquefação da massa de rejeitados precisa ser considerada no projeto". No entanto, o restante do Estudo de Impacto Ambiental não inclui nenhuma consideração sobre as circunstâncias em que a liquefação ocorrerá e simplesmente rejeita a possibilidade de liquefação. Savannah Lithium LDA (2020a) continua, "Foram tidos em conta os seguintes pressupostos para a modelação de estabilidade … Nenhuma desagregação decorrente da carga ou materiais com potencial de liquefação estarão presentes nas estruturas avaliadas ou nas suas fundações … Os materiais de construção são considerados não suscetíveis à liquefação". Figura da Savannah Lithium (2020a).

O plano da mina do Barroso é filtrar os rejeitados até um teor de água inferior a 15%. Com base na citação anterior ("um teor de umidade de 15% permanece um alvo típico, enquanto o rastreamento do teor de humidade no dia-a-dia das tortas de filtro demonstra que os teores de humidade alcançáveis estão frequentemente na faixa de 17 a 18% quando tudo corre bem e pode ser de até 20 a 23% quando fora das especificações") na revisão de Crystal et al. (2018), o plano parece estar um pouco além dos limites da atual tecnologia das prensas de filtro. No entanto, o Estudo de Impacto Ambiental não inclui nenhuma consideração sobre um plano de como gerir os rejeitados que estão demasiado húmidos para uma compactação adequada, seja porque eles

saíram das prensas de filtro com teor de água excessivo ou porque foram re-humedecidos pela precipitação. Por exemplo, não há nenhum plano para armazenar rejeitados num abrigo durante períodos de chuvas fortes. O plano implícito parece ser simplesmente tentar compactar os rejeitados e a rocha estéril juntos na escombreira, independentemente do real teor de água dos rejeitados. Com base nisso, deve-se presumir que a mistura de rejeitados e estéril não será totalmente compactada.

A natureza liquefícável dos rejeitados e a provável falta de compactação adequada dos rejeitados reforça a ideia de que a parede de estéril que rodearia os rejeitados (ver Fig. 8) deve ser considerada como uma barragem e deve estar em conformidade com os padrões de segurança de barragens. É importante notar que a parede de estéril (a barragem) seria construída sobre a mistura de rejeitados e estéril, que é conhecido como o método de construção a montante (ver Fig. 8). O método de construção a montante é o método mais barato de construção de barragens porque usa a quantidade mínima de material de construção (estéril). Por outro lado, o método de construção a montante é perigoso porque, se os rejeitados subjacentes sofrerem liquefação, a barragem simplesmente cairá para trás e para baixo nos rejeitados liquefeitos, mesmo que a própria barragem não se liquefaça. Por esse motivo, o método de construção a montante de barragens de rejeitados é ilegal no Brasil (Agência Nacional de Mineração, 2019), no Chile (Ministerio de Minería (Chile) [Ministério de Minas (Chile)], 2007), no Equador (Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables (Ecuador), 2020b) e no Peru (Sistema Nacional de Información Ambiental (Perú) [Sistema Nacional de Informação Ambiental (Peru)], 2014).

Adequação da Análise de Estabilidade

A análise de estabilidade rendeu um fator de segurança FS para resistência contra deslizamento sem liquefação de FS = 1,5 (ver Figs. 9a-b), que é o fator de segurança mínimo aceitável de acordo com a maioria dos padrões internacionais (por exemplo, ANCOLD, 2012; Canadian Dam Association, 2013, 2019). O fator de segurança foi calculado com base nos parâmetros de resistência ao cisalhamento assumidos (coesão e ângulo de fricção) dos rejeitados (ver Figs. 9a-b), de modo que, presumivelmente, parâmetros de resistência ao cisalhamento mais baixos resultariam em um fator de segurança FS < 1,5, o que seria inaceitavelmente baixo. Os parâmetros de resistência ao cisalhamento dos rejeitados foram estimados com base na condição drenada (ver Fig. 9a), o que significa que a água está livre para escapar dos poros durante o cisalhamento ou outra deformação. O teste sob condição não drenada significa que a amostra é selada de forma que a água não possa escapar durante o cisalhamento da amostra. Os parâmetros de resistência ao cisalhamento não drenados são quase sempre mais baixos do que os parâmetros de resistência ao cisalhamento drenados e, portanto, quase sempre produzem um fator de segurança mais baixo. Os parâmetros de resistência ao cisalhamento não drenados são tipicamente relevantes para situações de campo em que os poros estão saturados e/ou os rejeitados têm baixa permeabilidade. A suposição de que os poros estariam insaturados durante o carregamento de campo não foi acompanhada de nenhuma explicação quanto às circunstâncias em que os poros estariam saturados. Além disso, a descrição anterior dos rejeitados como tendo baixa permeabilidade (e, portanto, alto potencial de liquefação) com base na distribuição do tamanho de partículas (ver Fig. 11) parece inconsistente com a suposição de carregamento drenado. Savannah Lithium LDA (2020e) confirma, por escrito, que as propriedades dos rejeitados foram medidas para apenas uma única amostra, “Uma amostra de rejeitados foi … enviada ao laboratório da KP [Knight-Piésold] em Perth em novembro de 2019”. Savannah

Lithium LDA (2020e) também confirma que os parâmetros de resistência ao cisalhamento não foram realmente medidos, mas apenas estimados a partir da distribuição do tamanho de partículas. De acordo com Savannah Lithium LDA (2020e), "O ângulo de atrito e coesão efetivos foram estimados com base nos testes limitados de classificação concluídos até o momento e nas relações empíricas". Com base no exposto, deve-se presumir que as propriedades geotécnicas dos rejeitados são mal conhecidas.

A análise de estabilidade também foi baseada em parâmetros assumidos de resistência ao cisalhamento da barragem de estéril e da fundação subjacente (ver Fig. 9b). No entanto, não há nenhum documento que descreva qualquer teste geotécnico da rocha estéril ou da fundação, nem há qualquer documento que explique como os parâmetros de resistência ao cisalhamento do estéril e da fundação foram estimados. Como acima, deve ser assumido que valores mais baixos dos parâmetros de resistência ao cisalhamento do estéril ou da fundação resultariam num FS < 1,5, o que seria inaceitavelmente baixo. De notar que a fatia verde-escura na Fig. 9b indica a região que falharia, ou seja, a parte inferior da fatia é a superfície com o menor fator de segurança. É a resistência ao cisalhamento assumida da fundação que evita que a superfície de ruptura migre para a fundação ou mais a montante da crista do alto topográfico que está por baixo da escombreira (em direção à direita da Fig. 9b). Em outras palavras, uma fundação mais fraca resultaria numa falha que incorporaria uma fração maior da escombreira. Notar que a análise de estabilidade assume que o estéril tem um ângulo de fricção maior (phi = 35°) do que a fundação (phi = 32°) (ver Fig. 9b). Isso é surpreendente, uma vez que, sem mais informações, deve-se presumir que o estéril é simplesmente o material da fundação, mas numa forma triturada e menos densa.

O cálculo do fator de segurança foi finalmente baseado em uma altura assumida do lençol freático, de modo que, presumivelmente, um lençol freático mais alto resultaria num fator de segurança FS < 1,5, que novamente seria inaceitavelmente baixo (ver Fig. 9b). No entanto, a análise de estabilidade não incluiu nenhuma justificativa para a altura assumida do lençol freático. Também não foi considerada a dependência do fator de segurança em relação à altura do lençol freático, nem uma consideração das circunstâncias em que o lençol freático subiria mais alto do que a altura assumida. Deve-se notar que os lençóis freáticos altos podem resultar de qualquer combinação de água excessiva nos rejeitados, precipitação na escombreira, escoamento superficial para a escombreira ou infiltração ascendente de água subterrânea na escombreira. Em resumo, à luz de suas numerosas suposições injustificadas, a análise de estabilidade não pode ser considerada fiável . Na verdade, o cálculo final de FS = 1,5 com base em dados de entrada não justificados sugere que os dados de entrada foram escolhidos apenas para garantir que o fator de segurança seria o valor aceitável mínimo.

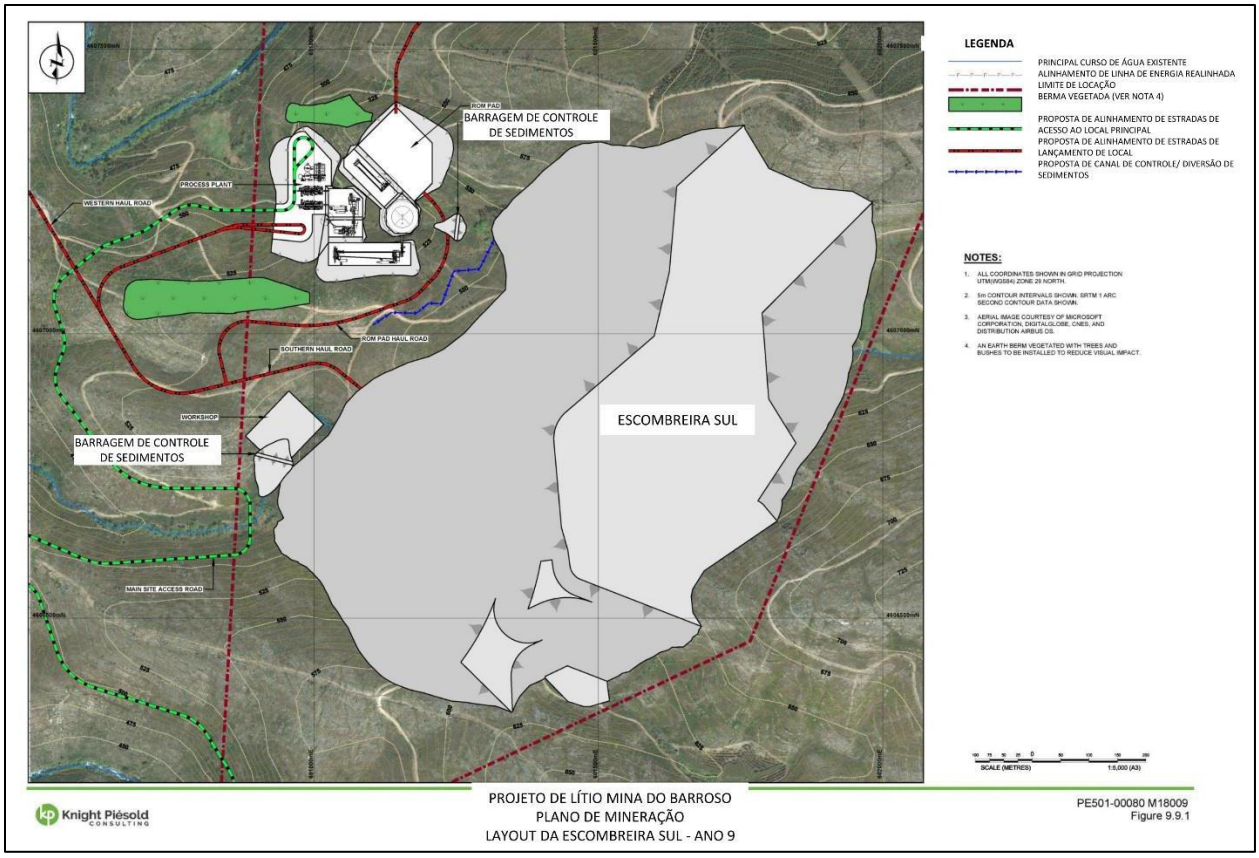


Figura 12. A figura esclarece que um córrego existente flui através do local planejado da Escombreira Sul, entrando pelo lado leste e saindo pelo lado oeste. Não há plano aparente para qualquer infraestrutura de gestão de água que transportaria o córrego e outro escoamento superficial ao redor da escombreira, de modo a evitar o re-humedecimento dos rejeitados. O contorno da Escombreira Sul corresponde à Opção 3 (ver Tabela 1 e Fig. 4c). Figura da Savannah Lithium (2020d) com sobreposição de legendas em inglês. A figura em Savannah Lithium LDA (2020d) está disponível apenas em inglês.

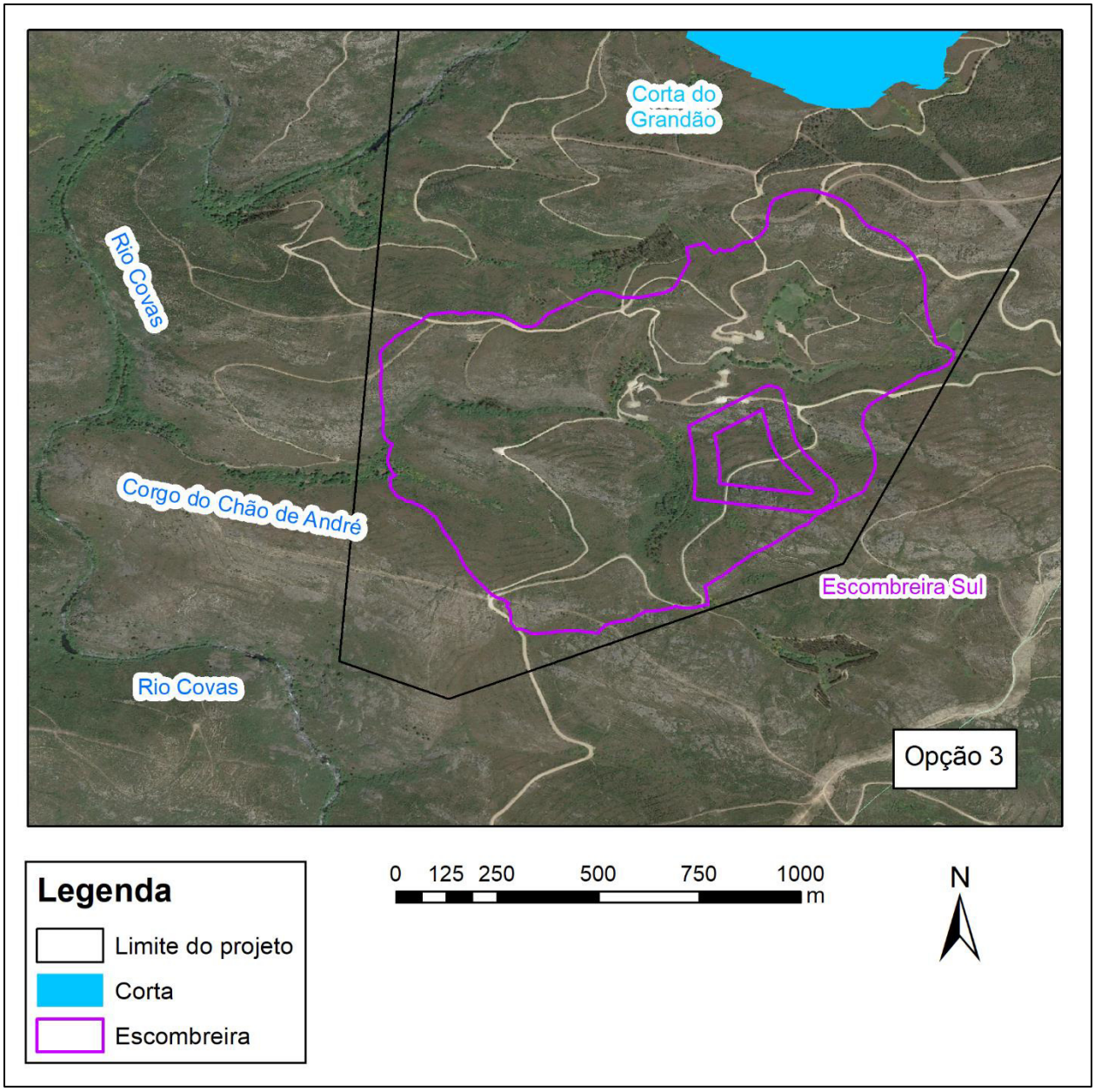


Figura 13. A imagem do Google Earth de 24 de maio de 2019 esclarece que uma rede de córregos existente flui através do local planejado da Escombreira Sul. Não há nenhum plano aparente para quaisquer canais que transportariam os córregos e outros escoamentos superficiais ao redor da escombreira, nem quaisquer planos para quaisquer drenos que transportariam água subterrânea de debaixo da escombreira. Normalmente, essa infraestrutura de gestão de água é necessária para evitar o re-humedecimento dos rejeitados. "Corgo do Chão de André" é o nome local para o córrego que corre para oeste no local da escombreira planejada. O contorno da Escombreira Sul corresponde à Opção 3 (ver Tabela 1 e Fig. 4c). Infraestrutura de mina da Savannah Lithium LDA (2020g).

Adequação da Infraestrutura de Gestão da Água

Conforme discutido na subseção anterior, uma infraestrutura de gestão de água adequada é crucial para evitar um aumento excessivo do lençol freático dentro da Escombreira Sul, o que poderia levar à instabilidade da escombreira. No entanto, não há consideração no Estudo de Impacto Ambiental da inundação ou evento de precipitação em particular (ou seu período de

retorno correspondente) que a infraestrutura de gestão de água deve ser capaz de acomodar. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental, a existência de uma infraestrutura de gestão da água foi um pressuposto para o cálculo do fator de segurança. Savannah Lithium LDA (2020a) escreve, "Foram tidos em conta os seguintes pressupostos para a modelação de estabilidade … A drenagem superficial será instalada para desviar a água superficial para longe das estruturas e a sub-drenagem será construída para manter os níveis freáticos baixos". No entanto, não há essencialmente nenhuma outra reflexão sobre a infraestrutura de gestão da água para a escombreira, de forma que nem sequer está claro se existe algum plano para construir uma infraestrutura de gestão da água, além da simples declaração de intenção. Por exemplo, Savannah Lithium LDA (2020d) confirma que um córrego entraria no lado leste da Escombreira Sul e sairia do lado oeste (ver Fig. 12 e comparar com Figs. 4a-c). A superposição do contorno da Escombreira Sul nas imagens de satélite mostra uma rede de córregos no local proposta da escombreira, com córregos entrando pelos lados leste e sul (ver Fig. 13). No entanto, não há diagramas para canais de desvio que transportariam tanto o fluxo do córrego quanto o escoamento superficial ao redor da Escombreira Sul, embora os diagramas disponíveis indiquem canais de desvio de controle de sedimentos e barragens de controle de sedimentos (ver Fig. 12). Além disso, o Estudo de Impacto Ambiental não fala nem mostra nenhuns diagramas para supra-drenos (canais que seriam colocados no topo de um revestimento para transportar a água drenada da pilha de rejeitados) ou sub-drenos (canais construídos sob um revestimento para o transporte de águas subterrâneas). Também não há menção de um revestimento que impediria a troca de água (em qualquer direção) entre a pilha de rejeitados e o solo subjacente.

REFLEXÃO

Não há como negar que o projeto da instalação de armazenamento de rejeitados para a mina do Barroso proposta é altamente criativo. A instalação de armazenamento de rejeitados seria a primeira instalação de armazenamento de rejeitados filtrados numa mina de lítio em operação, quase cinco vezes mais alta do que a barragem de rejeitados mais alta de Portugal, e a segunda barragem de rejeitados mais alta da Europa. A co-deposição de estéril e rejeitados pode não ser completamente nova, mas certamente está longe de ser comum. Hawley e Cumming (2017) relatam testes de campo de armazenamento de misturas homogêneas de estéril e rejeitados que foram engrossados em uma pasta na mina Porgera em Papua Nova Guiné e na mina Copper Cliff em Sudbury, Canadá. Eles não descreveram nenhum teste de campo para a criação de misturas de rejeitados filtrados e estéril, nem nenhumas minas em operação que usaram co-disposição de rejeitados e estéril em escala operacional. Klohn Crippen Berger (2017) escreve, "*Co-deposition of tailings and waste rock involves encapsulating tailings within waste rock dumps"* [A co-deposição de rejeitados e estéril envolve o encapsulamento de rejeitados em depósitos de estéril]. Após listar numerosas vantagens possíveis, Klohn Crippen Berger (2017) conclui, "*Despite its potential advantages, the authors were not able to identify examples of practical application of co-deposition technologies"* [Apesar de suas vantagens potenciais, os autores não foram capazes de encontrar exemplos de aplicação prática de tecnologias de co-deposição]. De momento, o autor deste relatório tem conhecimento de outras propostas para o armazenamento de misturas homogêneas de estéril e rejeitados, mas não de qualquer minas em operação que utilize essa tecnologia.

Ao mesmo tempo, embora a criatividade seja geralmente considerada um esforço humano positivo, a criatividade não é um bem absoluto. Na verdade, existe um outro conceito de "Criatividade Temerária", que é prejudicial ao bem-estar humano. Por exemplo, uma proposta de substituição imediata de todos os automóveis de Lisboa por veículos sem condutor seria uma espécie de Criatividade Temerária. A Criatividade Temerária tem uma ou mais das seguintes características:

1) Não há andaimes, o que significa que a nova inovação não se baseia em inovações anteriores por meio de uma série de etapas intermediárias com teste e verificação adequados de cada etapa.
2) Uma ou mais das tecnologias necessárias para realizar a inovação não existem atualmente.
3) As previsões são baseadas em valores de entrada únicos ou cenários de melhor caso, sem considerar a variedade de inputs possíveis.
4) Embora problemas potenciais sejam reconhecidos, eles são rapidamente descartados como irrelevantes sem justificativa.
5) Precauções básicas não são tomadas, o que seria rotina para inovações anteriores.
6) Não há consideração das consequências de estar errado, isto é, das consequências da falha.

A proposta da instalação de armazenamento de rejeitados da mina do Barroso atende a todas as características da Criatividade Temerária. Isso não significa que nenhuma versão da instalação de rejeitados proposta poderá ser possível, mas esta proposta não deve ser permitida neste local neste momento.

A primeira característica é satisfeita porque a proposta aparece como um salto quântico sem etapas intermediárias. Cada projetista de instalações de armazenamento de rejeitados e da indústria de mineração na totalidade precisa ganhar experiência com a construção e operação seguras de escombreiras que armazenam uma mistura de estéril e rejeitados filtrados em alturas cada vez maiores. Seria reconfortante se já houvesse uma mina de lítio de rocha dura em operação com uma escombreira que armazenasse uma mistura de rocha estéril e rejeitados filtrados com uma altura de, digamos, 154 metros (80% da altura planejada da escombreira na mina do Barroso). No entanto, nada perto disso existe atualmente. Não tenho conhecimento de nenhuma mina de lítio em operação que use tecnologia de rejeitados filtrados. Não tenho conhecimento de nenhuma mina em operação que armazene uma mistura homogênea de estéril e rejeitados (filtrados ou não) numa única escombreira. Em 2017, a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados mais alta de qualquer tipo tinha apenas 70 metros de altura (Klohn Crippen Berger, 2017). Mesmo que instalações de armazenamento de rejeitados filtrados mais altas tenham surgido nos últimos quatro anos, ainda leva tempo para que a indústria de mineração aprender como manter a estabilidade de instalações mais altas. Em particular, os projetistas de cada nova instalação de armazenamento de rejeitados filtrados precisam aprender com os erros das instalações anteriores. Em resumo, é preocupante que o Estudo de Impacto Ambiental não apresente nenhum historial de seu conceito para um novo tipo de instalação de armazenamento de rejeitados. Como é óbvio , qualquer historial deve destacar que aprendizagem foi feita desse historial.

A segunda característica é satisfeita porque o plano assume que os rejeitados podem ser filtrados até um teor de água inferior a 15%. A literatura mais recente sobre rejeitados filtrados confirma que, atualmente, embora um teor de água de 15% seja uma meta típica, teores de água de 17-23% são mais realistas. A proposta para a mina do Barroso não tem explicação de como ela alcançará teores de água inferiores a qualquer instalação de armazenamento de rejeitados

filtrados em operação. Além disso, a proposta não inclui nenhum plano auxiliar de como irá gerir os rejeitados que não atingem ao teor de água desejado.

A terceira característica é satisfeita porque os valores de entrada para a análise de estabilidade são uma combinação de um cenário da melhor das hipóteses, , pensamento ilusório ou valores que foram deliberadamente escolhidos de modo a atingir o valor aceitável mínimo do fator de segurança (FS = 1,5). A altura assumida do lençol freático não foi justificada de forma alguma. Os parâmetros geotécnicos dos rejeitados foram deduzidos de uma única amostra e assumiram que o carregamento ocorreria na condição drenada. Os parâmetros de resistência ao cisalhamento nem sequer foram medidos, mas foram estimados a partir da distribuição do tamanho de partículas. Não houve tentativa de determinar como a variação dos valores de entrada resultaria em resultados diferentes para o fator de segurança.

A quarta característica é satisfeita porque o Estudo de Impacto Ambiental reconhece que, a partir da distribuição do tamanho de partículas, os rejeitados devem ser suscetíveis à liquefação. No entanto, o Estudo de Impacto Ambiental simplesmente descarta a possibilidade de que a liquefação possa realmente ocorrer. Não há nenhuma análise das circunstâncias, por mais improváveis que sejam, em que a liquefação poderia ocorrer. A liquefação pode ocorrer como resultado do excesso de água nos rejeitados filtrados, compactação inadequada dos rejeitados ou água excessiva na escombreira por precipitação, escoamento superficial ou infiltração de água subterrânea.

A quinta característica é satisfeita por causa do uso do método de construção a montante (desde já ilegal em quatro países devido à sua suscetibilidade à falha), por causa da falta de projeto para qualquer inundação ou evento de precipitação em particular, e por causa da falta de descrição de uma infraestrutura de gestão de água para a escombreira. Com base nas informações do Estudo de Impacto Ambiental, nem sequer é claro que haja um plano de construção de infraestrutura de gestão da água, além da simples afirmação de que a existência dessa infraestrutura foi assumida na análise de estabilidade. Qualquer outro plano para uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados incluiria uma descrição detalhada dos canais de desvio, supra-drenos e sub-drenos (ver Fig. 7) para evitar o re-humedecimento dos rejeitados filtrados. Certamente não há especificação de um evento de precipitação em particular que a infraestrutura de gestão de água deva ser capaz de acomodar, assim como não há especificação de um evento de precipitação em particular que a escombreira na totalidade deva ser capaz de acomodar.

A sexta característica é satisfeita porque não há absolutamente nenhuma consideração de qualquer tipo de consequências de falha da escombreira. Não há consideração sobre a perda potencial de vidas humanas, os impactos potenciais sobre o habitat aquático ou da vida selvagem, os impactos potenciais sobre a pecuária, as perdas econômicas potenciais ou quaisquer outros tipos de impactos. A análise rigorosa das consequências da falha, por mais improvável que seja, é prática padrão em indústrias de alto risco, como aviação, oleodutos e energia nuclear. Em vez disso, o Estudo de Impacto Ambiental simplesmente descarta a possibilidade de falha por escrito, “não se perspetiva a perda de vidas humanas, uma vez que a integridade estrutural e o bom funcionamento da instalação de resíduos se encontram assegurados” (Savannah Lithium LDA, 2020a). Simplesmente escrever a frase acima deve ser motivo suficiente para rejeitar a proposta.

CONCLUSÕES

As principais conclusões deste relatório podem ser resumidas da seguinte forma:

1) A proposta de uma mina de lítio de rocha dura com uma escombreira que armazena uma mistura homogênea de estéril e rejeitados filtrados com altura final de 193 metros é altamente experimental. Tanto quanto é do conhecimento do autor, não há mina de lítio em operação que armazene rejeitados filtrados, a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados mais alta para uma mina de lítio proposta é de 107 metros, não há mina em operação que armazene uma mistura homogênea de rocha estéril e rejeitados filtrados, e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados em operação mais alta de qualquer tipo tem uma altura de 70 metros.
2) O teor de água alvo dos rejeitados filtrados para compactação adequada é <15%, o que excede a capacidade da tecnologia atual. Mesmo assim, os rejeitados podem ser re-humedecidos por altas precipitações ocasionais, e não há nenhum plano para gerenciar os rejeitados que estão demasiado húmidos para uma compactação adequada.
3) Embora, com base na distribuição do tamanho de partículas, os rejeitados sejam suscetíveis à liquefação, não há análise das circunstâncias em que a liquefação poderia ocorrer.
4) A proposta não reconhece que o aterro de estéril que rodearia a mistura de rejeitados filtrados e estéril constitua uma barragem e deva obedecer aos padrões de segurança de barragem. Em particular, não há cheia de projeto para a barragem, embora a barragem deva ser capaz de suportar uma inundação de 500 anos de acordo com a lei de segurança de barragens em Portugal e pelo menos uma inundação de 1.000 anos pela maioria dos padrões internacionais.
5) O aterro de estéril seria construído pelo método a montante, o que é ilegal no Brasil, Chile, Equador e Peru, devido à probabilidade da falha da barragem em caso de liquefação dos rejeitados confinados.
6) Mesmo sem liquefação, o deslizamento poderia transportar os rejeitados por 2.000 metros com numerosos pontos de entrada no rio Covas (um afluente do rio Beça) ou no próprio rio Beca, de modo que a mistura dos rejeitados com corpos d'água a jusante se pudesse transformar num fenômeno de fluxo.
7) Embora a análise de estabilidade indique um fator de segurança mínimo aceitável FS = 1,5, os parâmetros de resistência ao cisalhamento dos rejeitados foram determinados a partir de apenas uma amostra e não foram realmente medidos, mas estimados a partir da distribuição do tamanho de partículas. Além disso, a análise de estabilidade assumiu a condição de carregamento “drenado” sem levar em consideração as circunstâncias em que os poros estariam saturados. Não há nenhum documento que descreva qualquer teste geotécnico da rocha estéril ou da fundação, nem há nenhum documento que explique como os parâmetros de resistência ao cisalhamento do estéril e da fundação foram estimados. Finalmente, a análise de estabilidade não incluiu nenhuma justificativa para a altura assumida do lençol freático, e nenhuma consideração da dependência do fator de segurança da altura do lençol freático ou das circunstâncias nas quais o lençol freático subiria mais do que a altura assumida.
8) Embora as imagens de satélite e a própria proposta mostrem uma rede de córregos que fluem através do local da escombreira, não há plano aparente para qualquer infraestrutura de gestão de água que evite o re-humedecimento dos rejeitados por fluxo de córrego, escoamento superficial ou água subterrânea.

9) A proposta não inclui nenhuma consideração sobre as consequências da falha da escombreira. Com base num modelo estatístico de falhas de barragens de rejeitados anteriores, a falha da escombreira irá liberar 8,5 milhões de metros cúbicos de resíduos de mina com uma distância de escoamento inicial de 86 quilômetros com impacto em numerosas comunidades ao longo dos rios Tâmega e Douro.
10) No pior cenário (perda de 100% dos resíduos de mina armazenados), 30,5 milhões de metros cúbicos de resíduos de mina serão liberados e chegarão ao oceano Atlântico (128 quilômetros) durante o evento inicial. Não se pode presumir que as grandes barragens ao longo dos rios Tâmega e Douro irão reter os resíduos de mina derramados porque o volume de resíduos derramados da mina do Barroso já seria de 40% e 136% do armazenamento efetivo da barragem do Torrão e de Crestuma-Lever, respectivamente.

RECOMENDAÇÕES

A recomendação deste relatório é rejeitar a proposta para a mina Savannah Lithium Barroso sem maiores considerações.

SOBRE O AUTOR

O Dr. Steven H. Emerman tem um B.S. em Matemática pela Universidade Ohio State, M.A. em Geofísica pela Universidade Princeton, e Ph.D. em Geofísica da Universidade Cornell. O Dr. Emerman tem 31 anos de experiência no ensino de hidrologia e geofísica, incluindo o ensino como professor Fulbright no Equador e no Nepal, e tem 70 publicações avaliadas por pares nessas áreas. O Dr. Emerman é o proprietário da Malach Consulting, especializada em avaliar os impactos ambientais da mineração para empresas de mineração, bem como organizações governamentais e não-governamentais. O Dr. Emerman avaliou barragens de rejeitados propostas e existentes na América do Norte, América do Sul, Europa, África, Ásia e Oceania, e testemunhou sobre barragens de rejeitados perante o Subcomitê de Povos Indígenas dos Estados Unidos da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos e o Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas. O Dr. Emerman é o Presidente do Subcomitê do Corpo de Conhecimento da Sociedade de Barragens dos EUA e um dos autores de A Segurança em Primeiro Lugar: Diretrizes para Gestão Responsável de Rejeitos de Mineração.



REFERÊNCIAS

Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado (España) [Diário Oficial da Agência do Estado (Espanha)], 1996. Orden de 12 de marzo de 1996 por la que se aprueba el reglamento técnico sobre seguridad de presas y embalses [Despacho de 12 de março de 1996 que aprova o regulamento técnico de segurança de barragens e reservatórios]. Disponível online em: https://www.boe.es/buscar/doc.php?lang=es&id=BOE-A-1996-7319

Agência Nacional de Mineração [National Mining Agency], 2019. Resolução nº 13, de 8 de agosto de 2019. Disponível online em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-13-de-8-de-agosto-de-2019-210037027

ANCOLD (Australian National Committee on Large Dams [Comitê Nacional Australiano de Grandes Barragens]), 2012. Guidelines on tailings dams—Planning, design, construction, operation and closure [Diretrizes sobre barragens de rejeitados—Planejamento, projeto, construção, operação e fechamento], 84 p. Disponível online em: https://www.resolutionmineeis.us/sites/default/files/references/ancold-2012.pdf

Assembleia Legislativa de Minas Gerais 2019. Legislação Mineira (Lei 23291, de 25/02/2019) Disponível online em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23291&ano=2019

Bacanora Minerals Ltd, 2016. Technical Report on the Pre-Feasibility Study for the Sonora Lithium Project, Mexico [Relatório Técnico sobre o Estudo de Pré-viabilidade do Projeto Sonora de Lítio, México]: Ausenco Engineering Canada, Report 101304-FS-0005-Tech Report rev0.docx, 194 p. Disponível online em: https://www.bacanoralithium.com/pdfs/Technical-Report-On-The-Pre-Feasibility-Study-For-The-Sonora-Lithium-Project-Mexico.pdf

Canadian Dam Association [Associação Canadense de Barragens], 2013. Dam safety guidelines 2007 (2013 edition) [Diretrizes de segurança de barragens 2007 (edição 2013)], 88 p.

Canadian Dam Association [Associação Canadense de Barragens], 2019. Application of dam safety guidelines to mining dams (2019 edition) [Aplicação das diretrizes de segurança de barragens para barragens de mineração (edição 2019)], 61 p.

City Population [População de Cidade], 2021. Portugal—Distrito de Braga. Disponível online em: https://www.citypopulation.de/en/portugal/braga/

Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens 2021. Barragens de Portugal. Disponível online em: https://cnpgb.apambiente.pt/gr_barragens/gbportugal/index.htm

Critical Elements Corporation, 2017. Rose Lithium-Tantalum Project—Feasibility Study NI 43 101 Technical Report [Projeto Rose de Lítio-Tântalo—Estudo de Viabilidade Relatório Técnico NI 43 101]: WSP Project No. 161-14801-00_RPT-01_R1, Novembro de 2017, 492 p. Disponível online em: http://gq.mines.gouv.qc.ca/documents/examine/GM70599/GM70599RAP001.pdf

Crystal, C., C. Hore, e I. Ezama, 2018. Filter-pressed dry stacking—Design considerations based on practical experience [Empilhamento a seco prensado por filtro—Considerações sobre o projeto com base na experiência prática]: Tailings and Mine Waste 2018 [Rejeitados e Resíduos de Minas 2018], 11 p. Disponível online em: https://www.srk.com/en/publications/filter-pressed-dry-stacking-design-considerations-based-on-practical-experience

Cypress Development Corp., 2020. NI 43-101 Technical Report—Prefeasibility Study Clayton Valley Lithium Project—Esmeralda County, Nevada [Relatório Técnico—Estudo de Pré-viabilidade Projeto de Lítio Clayton Valley—Condado de Esmeralda, Nevada]: Data efetiva 19 de maio de 2020, 161 p. Disponível online em: https://www.cypressdevelopmentcorp.com/site/assets/files/3934/2020-05-19-clayton-pre-feasibility.pdf

Diário da República, 2018. Planeamento e das infraestruturas: Decreto-Lei n.º 21/2018 de 28 de março. Disponível online em: https://dre.pt/application/conteudo/114937037

DoITPoMS (Dissemination of IT for the Promotion of Materials Science [Divulgação de TI para a Promoção da Ciência dos Materiais]), 2021. Liquefaction [Liquefação]. Disponível online em: https://www.doitpoms.ac.uk/tlplib/granular_materials/liquefaction.php

Fell, R., P. MacGregor, D. Stapledon, G. Bell, e M. Foster, 2015. Geotechnical engineering of dams [Engenharia geotécnica de barragens], 2nd ed.: CRC Press, 1348 p.
FEMA ((U.S.) Federal Emergency Management Agency [(EUA) Agência Federal de Gerenciamento de Emergências]), 2013. Selecting and accommodating inflow design floods for dams [Seleção e acomodação de cheias afluentes de projeto para barragens]: FEMA-94, 47 p. Disponível online em: https://www.fema.gov/sites/default/files/2020-08/fema_dam-safety_inflow-designs_P-94.pdf
Galaxy Lithium (Canada), 2019. James Bay Lithium Mine—Summary of the Environmental Impact Assessment—February 2019—Revision 1 [Mina de Lítio James Bay—Resumo da Avaliação de Impacto Ambiental—Fevereiro de 2019—Revisão 1]: WSP Project No. 171-02562-00, apresentado à Canadian Environmental Assessment Agency [Agência Canadense de Avaliação Ambiental], 80 p. Disponível online em: https://iaac-aeic.gc.ca/050/documents/p80141/126926E.pdf
GeotechniCAL, 2021. Stress in the ground [Tensão no chão]. Disponível online em: http://environment.uwe.ac.uk/geocal/SoilMech/stresses/stresses.htm
GRID-Arendal, 2021. Global Tailings Dam Portal Project [Projeto Global do Portal das Barragens de Rejeitados]. Disponível online em: https://www.grida.no/activities/461
Hawley, M. e Cunning, J., 2017. Guidelines for mine waste dump and stockpile design [Diretrizes para projeto de escombreiras e estoques de mina]: CSIRO Publishing, 385 p. Disponível online em: https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3353
Holtz, R.D., W.D. Kovacs, e T.C. Sheahan, 2011. An introduction to geotechnical engineering [Uma introdução à engenharia geotécnica], 2nd ed.: Pearson, 863 p.
HydroSHEDS, 2021. HydroRivers Version 1.0. Disponível online em: https://hydrosheds.org/page/hydrorivers
ICMM (International Council on Mining & Metals [Conselho Internacional de Mineração e Metais]), 2020a. New Global Industry Standard on Tailings Management aims to improve the safety of tailings facilities in the mining industry [O Novo Padrão Global da Indústria para a Gestão de Rejeitos visa melhorar a segurança das instalações de rejeitos na indústria de mineração]. Disponível online em: https://www.icmm.com/en-gb/news/2020/new-global-industry-standard-on-tailings-management
ICMM (International Council on Mining & Metals [Conselho Internacional de Mineração e Metais]), 2020b. Association Members [Membros da Associação]. Disponível online em: https://www.icmm.com/en-gb/members/member-associations
ICMM-UNEP-PRI (International Council on Mining & Metals-United Nations Environment Programme-Principles for Responsible Investment [Conselho Internacional de Mineração e Metais-Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente-Princípios para o Investimento Responsável]), 2020. Padrão global da indústria para a gestão de rejeitos—Agosto de 2020, 42 p. Disponível online em: https://globaltailingsreview.org/wp-content/uploads/2020/12/global-tailings-standard_PT.pdf
International Commission on Large Dams [Comissão Internacional de Grandes Barragens], 2021. Definition of a Large Dam [Definição de uma Grande Barragem]. Disponível online em: https://www.icold-cigb.org/GB/dams/definition_of_a_large_dam.asp
Jeyapalan, J.K., 1981. Flow failures of some mine tailings dams [Falhas no fluxo de algumas barragens de rejeitados de minas]: Geotechnical Engineering, v. 12, pp. 153-166.
Klohn Crippen Berger, 2017. Study of tailings management technologies [Estudo das tecnologias de gerenciamento de rejeitados]: Relatório à Mining Association of Canada e Mine

Environment Neutral Drainage (MEND) Program [Associação Canadense de Mineração e Programa de Drenagem Neutra para o Ambiente de Mineração, Relatório MEND 2.50.1, 164 p. Disponível online em: http://mend-nedem.org/wp-content/uploads/2.50.1Tailings_Management_TechnologiesL.pdf

Larrauri, P.C. e Lall, U., 2018. Tailings dams failures—Updated statistical model for discharge volume and runout [Falhas nas barragens de rejeitados—Modelo estatístico atualizado para volume de descarga e distância do evento inicial]: Environments, v. 5. Disponível online em: https://www.mdpi.com/2076-3298/5/2/28

MapCruzin, 2021. Download Free Portugal ArcGIS Shapefile Map Layers [Baixar Camadas de Mapa Shapefile ArcGIS do Portugal Grátis]. Disponível online em: https://mapcruzin.com/free-portugal-arcgis-maps-shapefiles.htm

Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables (Ecuador) [Ministério de Energia e Recursos Naturais Não Renováveis (Equador)], 2020a. Anexo II—Guía técnica para la presentación de proyectos de diseño de los depósitos de relaves [Anexo II—Guia técnico para apresentação de projetos de desenho de depósitos de rejeitados], 31 p. Disponível online em: https://www.mingaservice.com/web/index.php/documento/categoria/legislacion-minera

Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables (Ecuador) [Ministério de Energia e Recursos Naturais Não Renováveis (Equador)], 2020b. Instructivo para la aprobación de proyectos de diseño, construcción, operación y mantenimiento de depósitos de relaves para la mediana y gran minería [Instruções para aprovação de projetos de desenho, construção, operação e manutenção de depósitos de rejeitados para mineração de médio e grande porte], 27 p. Disponível online em: https://www.mingaservice.com/web/index.php/documento/categoria/legislacion-minera

Ministerio de Medio Ambiente (España) [Ministério do Meio Ambiente (Espanha)], 1996. Clasificación de presas en función del riesgo potencial—Guía técnica [Classificação de barragens com base no risco potencial—Guia técnico], 64 p. Disponível online em: https://www.miteco.gob.es/es/agua/publicaciones/clasificacion_presas_tcm30-216049.pdf

Ministerio de Minería (Chile) [Ministério de Minas (Chile)], 2007. Decreto Supremo nº 248—Reglamento para la aprobación de proyectos de diseño, construcción, operación y cierre de los depósitos de relaves—publicado en el Diario Oficial el 11 de abril de 2007 [Decreto Supremo nº 248 - Regulamento para aprovação de projetos de desenho, construção, operação e fechamento de depósitos de rejeitados—publicado no Diário Oficial em 11 de abril de 2007], 24 p. Disponível online em: https://www.sernageomin.cl/wp-content/uploads/2018/01/DS248_Reglamento_DepositosRelave.pdf

Ministerio para la Transición Ecológica (España), [Ministério para a Transição Ecológica (Espanha)], 2018a. Norma técnica de seguridad para la clasificación de las grandes presas y para la elaboración e implantación de los planes de emergencia de grandes presas y sus embalses [Norma técnica de segurança para a classificação de grandes barragens e para a preparação e implementação de planos de emergência para grandes barragens e seus reservatórios], 15 p. Disponível online em: https://www.miteco.gob.es/images/es/pp-proyecto-rd-normas-tecnicas-seguridad-grandes-presas-y-sus-embalses-1-clasificacion_tcm30-452742.pdf

Ministerio para la Transición Ecológica (España), [Ministério para a Transição Ecológica (Espanha)], 2018b. Norma técnica de seguridad para el proyecto, construcción y puesta en carga de grandes presas y llenado de sus embalses [Norma técnica de segurança para projeto, construção e carregamento de grandes barragens e enchimento de seus reservatórios], 19 p. Disponível online em: https://www.miteco.gob.es/images/es/pp-proyecto-rd-normas-tecnicas-seguridad-grandes-presas-y-sus-embalses-2-proyecto_tcm30-452743.pdf

Minnesota Department of Natural Resources [Departamento de Recursos Naturais de Minnesota], 2021. March 12, 2021 TMM [Twin Metals Minnesota] responses to DNR-RGU [Department of Natural Resources-Responsible Governmental Unit] comments [12 de marzo de 2021 Respostas do TMM [Twin Metals Minnesota] aos comentários do DNR-RGU [Departamento de Recursos Naturais-Unidade Governamental Responsável], 172 p. Disponível online em: https://files.dnr.state.mn.us/input/environmentalreview/twinmetals/pd/tmm-responses-to-dnr-rgu-comments-march-2021.pdf

Morrill, J., P. Sampat, U. Lapointe, J. Kneen, D. Chambers, S.H. Emerman, A. Maest, e B. Milanez, 2020. A segurança em primeiro lugar—Diretrizes para gestão responsável de rejeitos de mineração—Junho de 2020: Earthworks e MiningWatch Canada, 37 p. Disponível online em: https://www.earthworks.org/cms/assets/uploads/2020/07/Requirements-for-Safe-Tailings-Management-Portuguese-Final2-1-1.pdf

Nemaska Lithium, 2017. NI 43-101 Technical Report Feasibility Study on the Whabouchi Lithium Mine and Shawinigan Electrochemical Plant—Final Report [Relatório Técnico Estudo de Viabilidade da Mina de Lítio Whabouchi e Planta Eletroquímica Shawinigan—Relatório Final]: Data efetiva 7 de novembro de 2017, 511 p. Disponível online em: https://www.nemaskalithium.com/assets/documents/Feb%2021%202018%20Feasibility%20Study%20NMX.pdf

Petley, D., 2019. The speed of the Brumadinho tailings dam landslide [A velocidade do deslizamento da barragem de rejeitados Brumadinho]: AGU100 Blogosphere—The Landslide Blog, 4 de fevereiro de 2019. Disponível online em: https://blogs.agu.org/landslideblog/2019/02/04/brumadinho-tailings-dam-landslide/

Savannah Lithium LDA, 2020a. Estudo de Impacte Ambiental—Relatório síntese—Volume I—Descrição do projeto—Plano de lavra da mina do Barroso, 561 p. Disponível online em: https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3353

Savannah Lithium LDA, 2020b. Estudo de Impacte Ambiental—Relatório síntese—Volume I—Descrição do projeto—Plano de lavra da mina do Barroso—Anexo III-8, 36 p. Disponível online em: https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3353

Savannah Lithium LDA, 2020c. Estudo de Impacte Ambiental—Relatório síntese—Volume I—Descrição do projeto—Plano de lavra da mina do Barroso—Anexo III-11, 4 p. Disponível online em: https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3353

Savannah Lithium LDA, 2020d. Estudo de Impacte Ambiental—Relatório síntese—Volume I—Descrição do projeto—Plano de lavra da mina do Barroso—Anexo II-31, 95 p. Disponível online em: https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3353

Savannah Lithium LDA, 2020e. Estudo de Impacte Ambiental—Relatório síntese—Volume I—Descrição do projeto—Plano de lavra da mina do Barroso—Anexo III-6, 11 p. Disponível online em: https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3353

Savannah Lithium LDA, 2020f. Estudo de Impacte Ambiental—Relatório síntese—Volume I—Descrição do projeto—Plano de lavra da mina do Barroso—Anexo III-1 [Environmental impact study—Synthesis report—Volume I—Project description—Mining plan for the Barroso mine—Appendix III-1], 111 p. Disponível online em: https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3353

Savannah Lithium LDA, 2020g. Estudo de Impacte Ambiental—Relatório síntese—Volume I—Descrição do projeto—Plano de lavra da mina do Barroso—Anexo III-43, ArcGIS shapefiles. Disponível online em: https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3353

Savannah Lithium LDA, 2021. Estudo de Impacte Ambiental—Resumo não técnico—Ampliação da mina do Barroso—Freguesia de Dornelas e Freguesia de Covas do Barroso / Concelho de Boticas, 42 p. Disponível online em: https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3353

Sigma Lithium, 2019. Grota do Cirilo Lithium Project—Araçuaí and Itinga Regions, Minas Gerais, Brazil—NI 43-101 Technical Report on Feasibility Study—Final Report [Projeto Grota do Cirilo Lítio—Regiões Araçuaí e Itinga, Minas Gerais, Brasil—NI 43-101 Relatório Técnico de Estudo de Viabilidade—Relatório Final]: Data efetiva 16 de setembro de 2019, 288 p. Disponível online em: https://www.sigmalithiumresources.com/wp-content/uploads/2021/04/SGMA-1911-NI-43-101-Feasibility-Study.pdf

Sistema Nacional de Información Ambiental (Perú) [Sistema Nacional de Informação Ambiental (Peru)], 2014. Decreto Supremo N° 040-2014-EM .- Reglamento de protección y gestión ambiental para las actividades de explotación, beneficio, labor general, transporte y almacenamiento minero [Decreto Supremo No. 040-2014-EM .- Regulamento de proteção e gerenciamento ambiental para atividades de exploração, benefício, trabalho geral, transporte e armazenamento de minas], 30 p. Disponível online em: https://sinia.minam.gob.pe/normas/reglamento-proteccion-gestion-ambiental-las-actividades-explotacion

Twin Metals Minnesota, 2021. Dry Stack Tailings Storage [Armazenamento de Rejeitados de Pilha Seca]. Disponível online em: https://www.twin-metals.com/learning-center/dry-stack-tailings-storage/

Ulrich, B.F. e J.G. Coffin, 2017. Characterization of unsaturated tailings & its effects on liquefaction [Caracterização de rejeitados não saturados e seus efeitos na liquefação]: Tailings and Mine Waste 2017 [Rejeitados e Estériles de Minas de 2017], 10 p. Disponível online em: http://knightpiesold.com/es/noticias/publicaciones/characterization-of-unsaturated-tailings-its-effects-on-liquefaction/

USACE (U.S. Army Corps of Engineers [Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA]), 1991. Inflow design floods for dams and reservoirs [Cheias afluentes de projeto para barragens e reservatórios]: Engineer Regulation ER 1110-8-2(FR), 10 p. Disponível online em: http://www.publications.usace.army.mil/Portals/76/Publications/EngineerRegulations/ER_1110-8-2_FR.pdf

USACE (U.S. Army Corps of Engineers [Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA]), 2014. Safety of dams – Policy and procedures [Segurança de barragens – Política e

procedimentos]: Engineer Regulation ER 1110-2-1156, 528 p. Disponível online em: http://www.publications.usace.army.mil/Portals/76/Publications/EngineerRegulations/ER_1110-2-1156.pdf

USACE-HEC (U.S. Army Corps of Engineers – Hydrologic Engineering Center [Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA - Centro de Engenharia Hidrológica]), 2003. Application of paleohydrology to Corps flood frequency analysis [Aplicação da paleohidrologia à análise de frequência de inundação do Corpo: RD-47, 34 p. Disponível online em: http://www.hec.usace.army.mil/publications/ResearchDocuments/RD-47.pdf

U.S. Bureau of Land Management [Escritório de Gestão de Terras dos EUA], 2020. Thacker Pass Lithium Project [Projeto de Lítio Thacker Pass]: Final Environmental Impact Statement [Declaração Final de Impacto Ambiental], DOI-BLM-NV-W010-2020-0012-EIS, 4 de dezembro de 2020, 196 p. Disponível online em: https://eplanning.blm.gov/public_projects/1503166/200352542/20030633/250036832/Thacker%20Pass_FEIS_Chapters1-6_508.pdf

Zhang, M. e T. Daly, 2019. China tightens rules on tailings dam safety [China reforça regras sobre segurança de barragens de rejeitados]: Reuters, 19 de dezembro de 2019. Disponível online em: https://www.reuters.com/article/us-china-tailings/china-tightens-rules-on-tailings-dam-safety-idUSKBN1YN12S

Zhang, M. e S. Singh, 2020. China to limit new tailings dams to reduce safety, environmental risks [China limitará novas barragens de rejeitados para reduzir riscos ambientais e de segurança]: Reuters, 23 de marzo de 2020. Disponível online em: https://www.reuters.com/article/us-china-tailings/china-to-limit-new-tailings-dams-to-reduce-safety-environmental-risks-idUSKBN21A175

Anexo E

Avaliação da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados da Proposta Atualizada de Mina de Lítio do Barroso da Savannah Lithium, Norte de Portugal, elaborada por Steven H. Emerman, Ph.D., Malach Consulting, LLC; em 13 de abril 2023

Avaliação da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados da Proposta Atualizada de Mina de Lítio do Barroso da Savannah Lithium, Norte de Portugal

Steven H. Emerman, Ph.D., Malach Consulting, LLC, 785 N 200 W, Spanish Fork, Utah 84660, EUA, Tel: 1-801-921-1228, E-mail: SHEmerman@gmail.com

Relatório elaborado a pedido das Associações Unidos em Defesa de Covas do Barroso e Povo e Natureza do Barroso
Apresentado em 12 de abril de 2023, revisado em 13 de abril de 2023

RESUMO BREVE

A instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de lítio proposta no Barroso, no norte de Portugal, teria uma altura de 140 metros, que é 97 metros mais alta que o limite tecnológico atual para o nível de precipitação local. O pé da instalação estaria a 1.000 metros do rio Covas, embora que, por analogia com a falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil em janeiro de 2022, um deslizamento dos rejeitados filtrados percorrerá 2.415 metros. A instalação de armazenamento de rejeitados filtrados seria excessivamente íngreme de acordo com os padrões da indústria e não há consideração os padrões de segurança de barragens não são tidos em consideração, incluindo métodos seguros de construção.

RESUMO EXECUTIVO

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) divulgou em 22/03/2023 um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) atualizado para a proposta mina de lítio do Barroso, no norte de Portugal, realizado pela empresa britânica Savannah Lithium. A principal diferença é que o EIA atualizado substitui a anterior instalação de armazenamento de resíduos de mina que teria armazenado uma mistura homogênea de rocha estéril e rejeitados por uma instalação que armazenaria apenas rejeitados filtrados com represamento por um aterro de rocha estéril. A instalação de armazenamento de rejeitados filtrados teria 140 metros de altura e o pé da instalação estaria a 1.000 metros do rio Covas. O objetivo deste relatório é avaliar se as preocupações listadas na avaliação do EIA anterior foram adequadamente abordadas.

Uma vez que os rejeitados filtrados podem ser re-saturados pela precipitação, a precipitação média anual é a principal restrição no limite tecnológico atual na altura de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados. A instalação na mina do Barroso seria a segunda mais alta já construída e, com uma precipitação média anual de 1.649 mm, seria o terceiro local mais húmido para qualquer instalação de armazenamento de rejeitados filtrados já construída no planeta. O limite tecnológico atual é aproximadamente restringido por uma linha que conecta a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de La Coipa no Chile com uma altura de 200 metros e precipitação média anual de 42,9 mm e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de COMILOG no Gabão com uma altura de 30 metros e média precipitação anual de 1.779,1 mm. Com base nisso, a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina do Barroso ultrapassaria o limite tecnológico atual em 97 metros.

A colocação de uma instalação de armazenamento de rejeitados tão perto de um rio não é considerada uma boa prática e é ilegal em algumas jurisdições, como a China. O EIA atualizado afirma que um deslizamento dos rejeitados viajaria menos de 1.000 metros, mas essa afirmação não é suportada por nenhum modelo, cálculo ou dados empíricos. A falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil em janeiro de 2022 foi considerada para comparação neste relatório. A referida instalação de armazenamento de rejeitados filtrados tinha 48 metros de altura e o deslizamento de materiais percorreu 828 metros além do pé da instalação, resultando no soterramento de uma importante rodovia. Com base numa distância de deslocação de 17,25 vezes a altura, um deslizamento de materiais desde a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina do Barroso se estenderá por 2.415 metros além do pé da instalação, ou no caudal do rio Covas, sendo depois transportados para o rio Douro e o Oceano Atlântico.

Os taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina do Barroso seriam excepcionalmente íngremes com inclinações de 1V: 2,5H (1 metro vertical por 2,5 metros horizontal) em taludes confinados por rocha estéril e 1V: 3H em taludes não confinados, em oposição ao padrão da indústria de 1V: 3,5H. Como esperado, numa base global, o volume de armazenamento de rejeitados de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados é um forte indicador da altura. Devido à topografia íngreme e à inclinação dos taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta mina do Barroso, com um volume de armazenamento de rejeitados de 7,1 milhões de metros cúbicos, a instalação seria 99 metros mais alta do que seria previsto para o volume de armazenamento de rejeitados, o que é notavelmente semelhante à superação do limite tecnológico atual com base na precipitação média anual.

Embora os rejeitados filtrados sejam confinados por um aterro de rocha estéril, que deve ser considerado uma barragem pelos padrões da indústria, o EIA atualizado nunca usa a palavra "barragem" para descrever o aterro de rocha estéril e não há consideração dos padrões de segurança de barragens. A barragem seria construída usando o método a montante, no qual o aterro de estéril seria colocado em cima dos rejeitados filtrados confinados, de modo que, se os rejeitados se liquefazerem, o aterro deslizará ou cairá nos rejeitados liquefeitos. Por isso, o método de construção a montante é ilegal no Brasil, Chile, Equador e Peru, e foi recentemente denunciado no Manual de Mineração de Superfície da SME (Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração). O perigo é particularmente agudo para a proposta Mina do Barroso, uma vez que o EIA atualizado reconhece que os rejeitados serão suscetíveis à liquefação. Além disso, não há um planeamento do que fazer com os rejeitados que ficarão muito húmidos para uma compactação adequada, seja porque saíram dos filtros-prensa com teor excessivo de água ou porque foram re-humedecidos pela precipitação antes da compactação.

O EIA anterior incluía algumas ideias interessantes e originais que não haviam sido adequadamente testadas, especialmente na escala para a qual foram propostas. Com base nisso, o autor identificou o EIA original como um exemplo de "Reckless Creativity" (Creatividade Temerária). No entanto, neste momento, não há nada de criativo na proposta de uma instalação excessivamente alta num clima húmido com taludes excessivamente íngremes que seria construída usando um método de construção inseguro próximo a um rio, com base na afirmação injustificada de que um deslizamento de rejeitados não chegará ao rio. Portanto, o EIA atualizado deve ser identificado simplesmente como "temerário". A recomendação deste relatório é que o EIA atualizado para a proposta mina de lítio do Barroso seja rejeitado sem maiores considerações.

ÍNDICE

RESUMO BREVE 1
RESUMO 1
VISÃO GERAL 3
METODOLOGIA 7
RESULTADOS 8
Limite Tecnológico Atual para Altura das Instalações de Armazenamento de Rejeitados Filtrados 8
Consequências da Falha da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados 11
Inclinação Excessiva da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados 13
Falta de Aderência aos Padrões de Segurança de Barragens 15
REFLEXÃO 16
CONCLUSÕES 17
RECOMENDAÇÕES 18
SOBRE O AUTOR 19
REFERÊNCIAS 19

VISÃO GERAL

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) divulgou em 22/03/2023 um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) atualizado para a proposta mina de lítio do Barroso, no norte de Portugal, realizado pela empresa britânica Savannah Lithium (Savannah Lithium LDA, 2023a-b). O EIA atualizado foi disponibilizado para consulta pública em 22 de março de 2023, com prazo até 4 de abril para comentários públicos. Em 3 de abril o prazo foi prorrogado até 19 de abril, quando as Associações Unidos em Defesa de Covas do Barroso e Povo e Natureza do Barroso contratam o autor para avaliar o EIA atualizado. O objetivo deste relatório é avaliar se as preocupações listadas na avaliação do EIA anterior (Emerman, 2021) foram adequadamente abordadas. Devido ao curto prazo, apenas os aspectos mais importantes do EIA atualizado são abordados neste relatório. O relatório anterior (Emerman, 2021) inclui informações detalhadas sobre liquefação, tecnologia de rejeitados filtrados e cheias de projeto que não são repetidas neste relatório.

A principal diferença é que o EIA atualizado substitui a anterior instalação de armazenamento de resíduos de mina que teria armazenado uma mistura homogênea de rocha estéril e rejeitados por uma instalação que armazenaria apenas rejeitados filtrados com represamento por um aterro de rocha estéril. Embora a Savannah Lithium LDA (2023b) declare a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados como 70, 85 ou 103 metros, uma tabela da Savannah Lithium (2023a) esclarece que a altura correta seria de 140 metros (ver Fig. 1). O pé da instalação estaria a cerca de 1000 metros do rio Covas, embora a distância exata nunca seja indicada. A taxa de produção de rejeitados seria de 1,5 milhão de toneladas por ano para um volume total de rejeitados de 7,1 milhões de metros cúbicos.

Quadro 3.1 - Comparação das características das instalações de resíduos (EIA e Projeto Reformulado)

Designação da Instalação	Capacidade de Armazenamento	Origem e quantidade de resíduos		Dimensão da infraestrutura				Afetação
				Área (ha)	Cota mínima (m)	Cota Máxima (m)	Diferença entre cotas (m)	Temporária ou Permanente
	Mt	Origem	Mt					
Projeto EIA								
Escombreira Sul	40,8	Pinheiro	11,2	44,6	499	648	148	Permanente
		Grandão	15,6					
		Lavaria (Rejeitados)	14,0					
Escombreira Oeste	25	Reservatório	22,2	54,4	650	735	60	Permanente
		Noa	2,8					
Escombreira Norte	6,3	Grandão	6,3	16,7	427	653	226	Permanente
Escombreira Lóbulo Este	25,7	Grandão	25,7	29,8	427	653	226	Permanente
Área total de escombreiras permanentes (ha)	Projeto EIA	145,5 ha						
Projeto reformulado								
Instalação de Resíduos (TSF)	20,1	Lavaria	13,8	28,5	560	700	140	Permanente
Escombreira 1	9,4	Pinheiro	7,6	19,1	570	700	130	Permanente
		Grandão	5,1					
Escombreira 2	4,9	Grandão	5,8	18,7	530	630	100	Permanente
Escombreira 3	28,6	Noa	19,3	15,7	665	710	45	Permanente
		Reservatório	2,7	19,0	665	745	80	Temporária
Escombreira T	21,0	Grandão	21,3	37,0	560	665	105	Temporária
Área total de escombreiras permanentes (ha)	Projeto reformulado	53,5 (Escombreiras) + 28,5 (TSF) = 82 ha						

Figura 1. A altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados (TSF) na proposta Mina do Barroso seria de 140 metros, o que seria a segunda instalação de armazenamento de rejeitados filtrados mais alta do mundo. Embora a Savannah Lithium LDA (2023b) indique a altura como 70, 85 ou 103 metros, a tabela acima da Savannah Lithium LDA (2023a) esclarece a altura correta. Tabela da Savannah Lithium LDA (2023

Embora o EIA se refira a "empilhamento a seco de rejeitados" (Savannah Lithium LDA, 2023a), os rejeitados não estão literalmente secos, mas têm um teor de água declarado inferior a 15% (Savannah Lithium LDA, 2023a-b) ou inferior a 20% (Savannah Lithium LDA, 2023b). A terminologia padrão é "rejeitados filtrados". O Manual de Gerenciamento de Rejeitados da SME (Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração] confirma que "*The term dry stacking ... is somewhat of a misnomer. Stacked tailings must be sufficiently dry to allow placement in stable and trafficable piles, but not so dry as to result in dust generation from prevailing wind*" [O termo empilhamento a seco... é um tanto impróprio. Os rejeitados empilhados devem estar secos o suficiente para permitir a colocação em pilhas estáveis e transitáveis, mas não tão secos que gerem poeira devido aos ventos predominantes] (Reemeyer, 2022). No seu site, a consultora Knight-Piésold, que prestou consultoria à Savannah Lithium para à Mina do Barroso, inclui uma publicação de funcionários da Knight-Piésold que afirma "*Regarding terminology, the rather misleading term dry stack is generally not a good engineering term since the target moisture content coming from the filter plant is typically desired to be somewhere around the optimum moisture content based on the Proctor compaction procedure ... Geotechnical engineers associate the optimum moisture content with moisture levels just below full saturation after compaction, thus terming such a facility as a dry stack is a misnomer. The present authors would encourage practitioners to abandon the use of the term dry stacking in favor of the more straightforward term, 'filtered tailings.' It is not desirable to unintentionally mislead the public at large with an industry term that is noticeably misused*" [Em relação à terminologia, o termo muito enganador pilha seca de forma geral não é um bom termo de engenharia, uma vez que o teor de humidade alvo proveniente da planta de filtro é normalmente desejado para estar próximo ao teor de humidade ideal com base no método de compactação Proctor … Os engenheiros geotécnicos associam o teor de humidade ideal com os níveis de humidade ligeiramente inferior aos da saturação total após a compactação, portanto, denominar essa instalação como uma pilha seca é um equívoco. Os presentes autores encorajam os profissionais a abandonar o uso do termo empilhamento seco em favor do termo mais direto, 'rejeitados filtrados' … Não é desejável enganar o público em geral sem querer com um termo do setor que é visivelmente mal utilizado] (Ulrich e Coffin, 2017).

O objetivo da tecnologia de rejeitados filtrados é dessaturar os rejeitados, para que possam ser compactados na instalação de armazenamento de rejeitados, reduzindo assim a probabilidade de liquefação e falha catastrófica da instalação. Neste ponto, a maioria das instalações de armazenamento de rejeitados filtrados estão em climas áridos. O desafio com a construção de instalações de armazenamento de rejeitados filtrados em climas húmidos é que os rejeitados podem ser re-humedecidos pela precipitação antes da compactação, o que pode tornar os rejeitados muito húmidos para uma compactação adequada. Além disso, a precipitação na instalação de armazenamento de rejeitados filtrados pode resultar na re-saturação dos rejeitados, aumentando assim a probabilidade de liquefação. Em qualquer clima, com base na tecnologia atual, uma parte significativa dos rejeitados deixará as prensas de filtro com muita água para uma compactação ideal e esses rejeitados húmidos não podem ser usados como suporte estrutural e devem ser manejados de alguma forma para não comprometer a estabilidade da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados.

Com 140 metros de altura, a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados da Mina do Barroso será a segunda mais alto já construída. A única instalação de armazenamento de rejeitados filtrados mais alta seria a instalação na mina La Coipa, no Chile, num local com precipitação média anual de 42,9 mm (Franks et al., 2021; GRID-Arendal, 2023). O problema é

que, com uma precipitação média anual de 1.649 mm (Savannah Lithium LDA, 2023b), o local da Mina do Barroso seria o terceiro lugar mais húmido para qualquer instalação de armazenamento de rejeitados filtrados já construída em todo o planeta. Os únicos locais mais húmidos com instalações de armazenamento de rejeitados filtrados seriam a mina de Greens Creek no Alasca (EUA) com precipitação média anual de 1.760,2 mm e a mina COMILOG no Gabão com precipitação média anual de 1.779,1 mm (Franks et al., 2021; GRID- Arendal, 2023).

A colocação de uma instalação de armazenamento de rejeitados perto de um rio geralmente não é considerada uma boa prática. De acordo com A Segurança em Primeiro Lugar: Diretrizes para Gestão Responsável de Rejeitos de Mineração, "Estruturas de rejeitos não devem ser construídas em locais onde uma falha possa ter um impacto significativo em reservatórios de águas, habitats críticos e na proximidade de recursos ecológicos" (Morrill et al., 2022). Algumas jurisdições, como a China, proíbem a construção de instalações de armazenamento de rejeitados perto de rios. De acordo com o Departamento de Noções Básicas de Segurança da Produção (China), "严禁在距离长江和黄河干流岸线3公里、重要支流岸线1公里范围内新（改、扩）建尾矿库" [É estritamente proibido construir novas (ou modificadas ou ampliadas) lagoas de rejeitados a menos de 3 quilômetros das margens dos principais córregos do rio Yangtze e do rio Amarelo e a 1 quilômetro das margens dos seus importantes afluentes].

De acordo com o EIA atualizado, "Considerando que a instalação de resíduos se localiza a mais de 1 km do rio Covas, considera-se que a eventual rotura desta infraestrutura, dificilmente atingirá o rio Covas, e consequentemente a sua qualidade" (Savannah Lithium LDA, 2023a-b). O EIA atualizado não indica uma distância exata da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados até o rio Covas. O EIA atualizado também não mostra o caminho que os rejeitados derramados seguirão para chegar ao rio Covas, nem indica a distância prevista que os rejeitados derramados percorrerão. A afirmação de que um deslizamento de rejeitados percorrerá menos de 1.000 metros não é suportada por nenhum modelo, cálculo ou banco de dados empíricos.

O plano do EIA atualizado é confinar os rejeitados filtrados usando um aterro de rocha estéril. Além disso, o plano permite inclinações mais acentuadas de 1V: 2,5H (1 metro vertical por 2,5 metros horizontal) nas porções da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados que são confinadas por rocha estéril e inclinações de 1V:3H nas porções não confinadas. De acordo com o EIA atualizado, "O talude da TSF [Instalação de Armazenamento de Rejeitados] será coberto por Estéril … Os taludes de rejeitados suportados por estéril não excederão 1V: 2,5H, enquanto os taludes de rejeitados não suportados não excederão 1V: 3H" (Savannah Lithium LDA, 2023b).

O EIA atualizado nunca se refere ao aterro de rocha estéril como uma "barragem" e não há consideração de padrões de segurança de barragens, exceto para as barragens que confinariam as várias lagoas de mineração e sedimentação. No entanto, o aterro de rocha estéril é repetidamente descrito como tendo exatamente a mesma função de uma barragem. De acordo com Savannah Lithium LDA (2023a), "O suporte da TSF será efetuado por resíduos estéreis, provenientes das cortas, que integrarão a escombreira ESC1, com o objetivo de melhorar a sua estabilidade à medida que o volume da instalação de rejeitados for aumentando". De forma semelhante, Savannah Lithium LDA (2023b) afirma, "Os rejeitados da lavaria serão depositados criando um declive de 3H:1V, estando circundado exteriormente por uma escombreira (Esc. 1) para estabilidade e controle de erosão … A Figura III.20 mostra a Esc.1 colocada no talude da TSF para melhorar a estabilidade, atuando como um contraforte".

METODOLOGIA

Com base na seção anterior, o objetivo deste relatório pode ser subdividido nas seguintes questões:

1) A altura proposta para a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados é consistente com o limite tecnológico atual para a precipitação de um local determinado?
2) Os rejeitados derramados atingirão o rio Covas em caso de falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados?
3) A inclinação dos taludes da instalação proposta de armazenamento de rejeitados filtrados é consistente com os padrões da indústria?
4) O método proposto de construção da barragem é consistente com os padrões de segurança de barragens, mesmo que o EIA não se refira ao aterro de rocha estéril como uma "barragem"?

A primeira questão foi abordada traçando as alturas das instalações existentes de armazenamento de rejeitados filtrados em função da precipitação média anual. O limite tecnológico atual foi restringido por uma linha reta conectando os parâmetros nas extremidades inferior e superior da precipitação média anual. Alturas e precipitação média anual foram obtidas para 74 instalações de armazenamento de rejeitados filtrados no Projeto Global do Portal das Barragens de Rejeitados (Franks et al., 2021; GRID-Arendal, 2023).

A segunda questão foi abordada comparando a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso com a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil, que falhou em 8 de janeiro de 2022 (Angelo, 2022; Morrill, 2022; Petley, 2022 ; ver Fig. 2). O deslizamento de materiais não provocou fatalidades, mas soterrou a rodovia BR-40. A extensão do deslizamento de materiais foi medida com base em vídeos de drones (Observatório da Mineração, 2022) e uma largura de rodovia de 27 metros medida pelo Google Earth. A altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de 48 metros (ANM, 2022) foi então usada para prever a extensão correspondente de um deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso. A precipitação média anual de 1.597 mm no local da mina de Pau Branco foi determinada a partir de Fick e Hijmans (2017). A falha da instalação da mina de Pau Branco é particularmente relevante, uma vez que a falha foi causada por fortes chuvas (Petley, 2022). De acordo com Petley (2022), a falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco *"was probably a rotational landslide that fluidised into a flow*" [foi provavelmente um deslizamento de materiais rotacional que se fluidificou num fluxo].

A terceira questão foi abordada por comparação com os padrões da indústria para a inclinação dos taludes das instalações de armazenamento de rejeitados filtrados (Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes, 2022). A questão foi ainda abordada ao traçar o volume de armazenamento de rejeitados em relação à altura para as 74 instalações de armazenamento de rejeitados filtrados no Projeto Global do Portal das Barragens de Rejeitados (Franks et al., 2021; GRID-Arendal, 2023). Assim, questionou-se se a altura projetada da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria típica para o volume projetado de armazenamento de rejeitados. A quarta questão foi abordada em comparação com os padrões da indústria e com a legislação de mineração dos países latino-americanos.



Figura 2. Uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de 48 metros de altura colapsou na mina de minério de ferro de Pau Branco, no Brasil, em 8 de janeiro de 2022. Foto de Angelo (2022).

RESULTADOS

Limite Tecnológico Atual para Altura das Instalações de Armazenamento de Rejeitados Filtrados

O limite tecnológico atual foi restringido por uma linha que conecta a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de La Coipa no Chile com uma altura de 200 metros e precipitação média anual de 42,9 mm e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de Greens Creek no Alasca (EUA) com uma altura de 109 metros e precipitação média anual de 1.760,2 mm (ver Fig. 3a). Com base nisso, com uma precipitação média anual de 1.649 mm e uma altura prevista de 140 metros (ver Fig. 1), a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 25 metros mais alta do que o limite tecnológico atual. A construção dentro do limite tecnológico não é garantia de sucesso, uma vez que a falha na instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco, com altura de 48 metros e precipitação média anual de 1.597 mm, estava bem dentro do limite tecnológico atual (ver Fig. 3a).

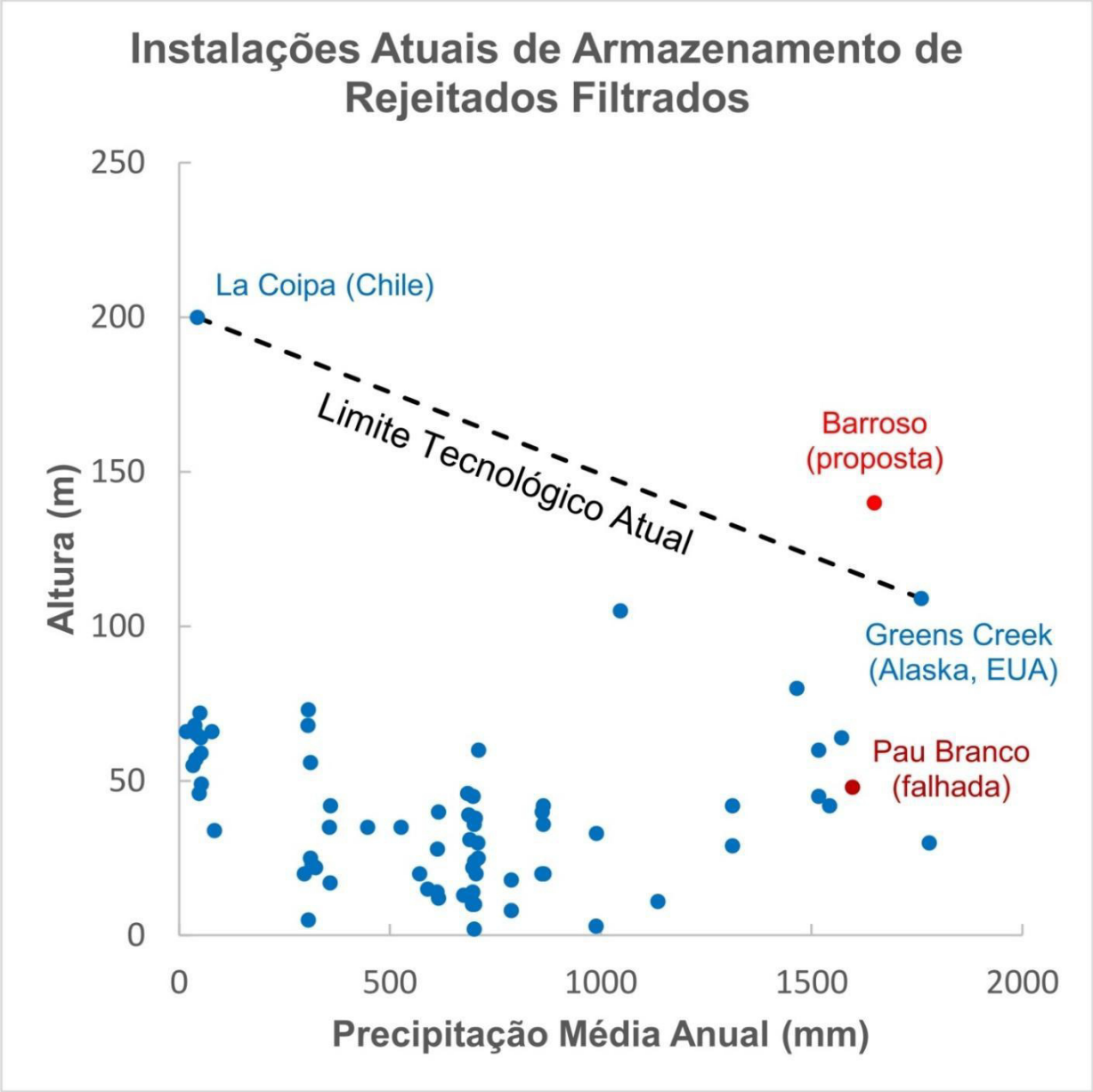


Figura 3a. Atualmente, a principal limitação no tamanho das instalações de armazenamento de rejeitados filtrados é o impacto da precipitação. Assim, o limite tecnológico atual é aproximadamente restringido por uma linha que conecta a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de La Coipa no Chile com uma altura de 200 metros e precipitação média anual de 42,9 mm e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de Greens Creek no Alasca (EUA) com uma altura de 109 metros e precipitação média anual de 1.760,2 mm. Com base nisso, com uma precipitação média anual de 1.649 mm e uma altura prevista de 140 metros (ver Fig. 1), a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 25 metros mais alta do que o limite tecnológico atual. A construção dentro do limite tecnológico não é garantia de sucesso, uma vez que a falha na instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco (ver Fig. 2), com altura de 48 metros e precipitação média anual de 1.597 mm, estava bem dentro do limite tecnológico atual. De outra perspetiva, a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Greens Creek não é relevante, pois a sua taxa de produção de rejeitados era de apenas 750 toneladas por dia, que aumentou para 1.500 toneladas por dia até 2022, ao contrário da planejada taxa de produção de rejeitados de 4.110 toneladas por dia na Mina do Barroso (ver Fig. 3b). Dados sobre instalações existentes de armazenamento de rejeitados filtrados de Klohn Crippen Berger (2017), Franks et al.

(2021), ANM (2022) e Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes (2022). Precipitação média anual de Fick e Hijmans (2017).

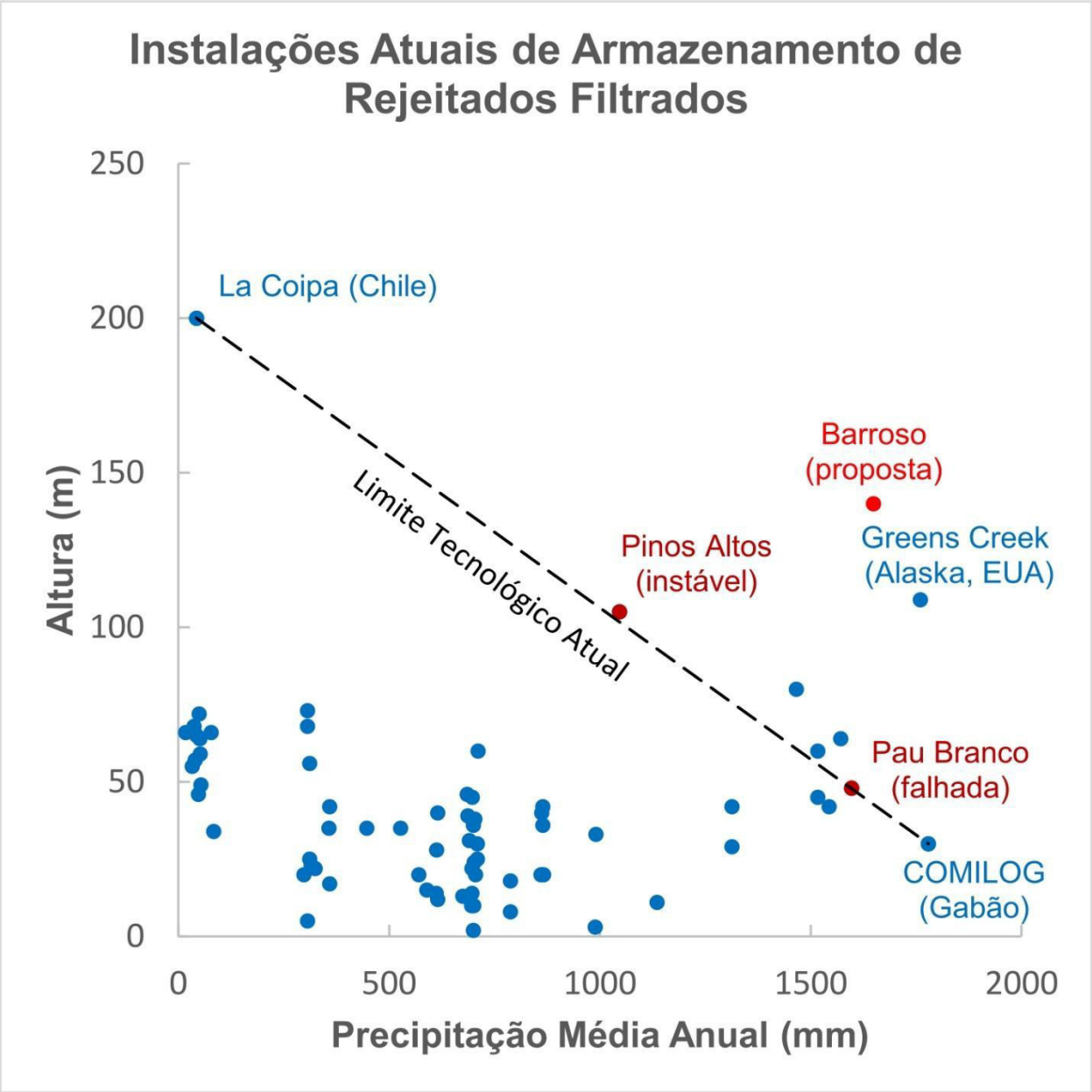


Figura 3b. Atualmente, a principal limitação no tamanho das instalações de armazenamento de rejeitados filtrados é o impacto da precipitação. Assim, o limite tecnológico atual é aproximadamente restringido por uma linha que conecta a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de La Coipa no Chile com uma altura de 200 metros e precipitação média anual de 42,9 mm e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados COMILOG no Gabão com uma altura de 30 metros e precipitação média anual de 1.779,1 mm. A altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Greens Creek não é relevante, pois a sua taxa de produção de rejeitados era de apenas 750 toneladas por dia, que aumentou para 1.500 toneladas por dia até 2022, ao contrário da planejada taxa de produção de rejeitados de 4.110 toneladas por dia na Mina do Barroso. Com base nisso, com uma precipitação média anual de 1.649 mm e uma altura prevista de 140 metros (ver Fig. 1), a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 97 metros mais alta do que o limite tecnológico atual. Observar que a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados com falha na mina de Pau Branco (ver Fig. 2) e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pinos Altos com histórico de problemas de estabilidade estão exatamente no limite tecnológico atual. Dados sobre instalações existentes de armazenamento de rejeitados filtrados

de Klohn Crippen Berger (2017), Franks et al. (2021), ANM (2023) e Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes (2022). Precipitação média anual de Fick e Hijmans (2017).

De outra perspectiva, a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Greens Creek não é relevante, pois a sua taxa de produção de rejeitados era de apenas 750 toneladas por dia (Klohn Crippen Berger, 2017), que aumentou para 1500 toneladas por dia até 2022 (Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes, 2022), em oposição à taxa planejada de produção de rejeitados de 4.110 toneladas por dia na Mina do Barroso. Com base nisso, o limite tecnológico atual foi reconstruído como uma linha conectando a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de La Coipa no Chile com uma altura de 200 metros e precipitação média anual de 42,9 mm com a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados COMILOG no Gabão com uma altura de 30 metros e precipitação média anual de 1.779,1 mm (ver Fig. 3b). Com base no limite tecnológico reconstruído, a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 97 metros mais alta que o limite tecnológico atual (ver Fig. 3b). Vale ressaltar que, com a extinção da mina de Greens Creek com base na sua baixa taxa de produção de rejeitados, a falha na instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco e a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pinos Altos (México), com histórico das preocupações com a estabilidade (Franks et al., 2021; GRID-Arendal, 2023), estão exatamente no limite tecnológico atual (ver Fig. 3b).



Figura 4a. Com base na largura da rodovia de 27 metros, o deslizamento de materiais na instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil em 8 de janeiro de 2022 (ver Fig. 3), estendeu-se por 104 metros após a rodovia BR-40. A largura da rodovia foi medida a partir da imagem do Google Earth de 29 de junho de 2022 (ver Fig. 4b). Imagem fixa em 0:38 do vídeo de drone (Observatório da Mineração, 2022).

Consequências da Falha da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados

Com base na largura da rodovia de 27 metros, o deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco estendeu-se por 104 metros além da rodovia BR-40 (ver Fig. 4a). Assim, usando a imagem do Google Earth de 29 de junho de 2022, o deslizamento de materiais se estendeu por 828 metros além do pé da instalação ou 17,25 vezes a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de 48 metros (ver Fig. 4b). Considerando a altura de 140 metros da instalação de armazenamento de rejeitados

filtrados na mina de Barroso proposta, a experiência na mina de Pau Branco prevê que o deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Barroso se estenderá por 2.415 metros além do pé da instalação. Assim, não é necessário saber o caminho exato dos rejeitados derramados ou a distância exata até o rio Covas para chegar à conclusão de que o deslizamento de materiais da falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados se estenderá bem para além do rio Covas.

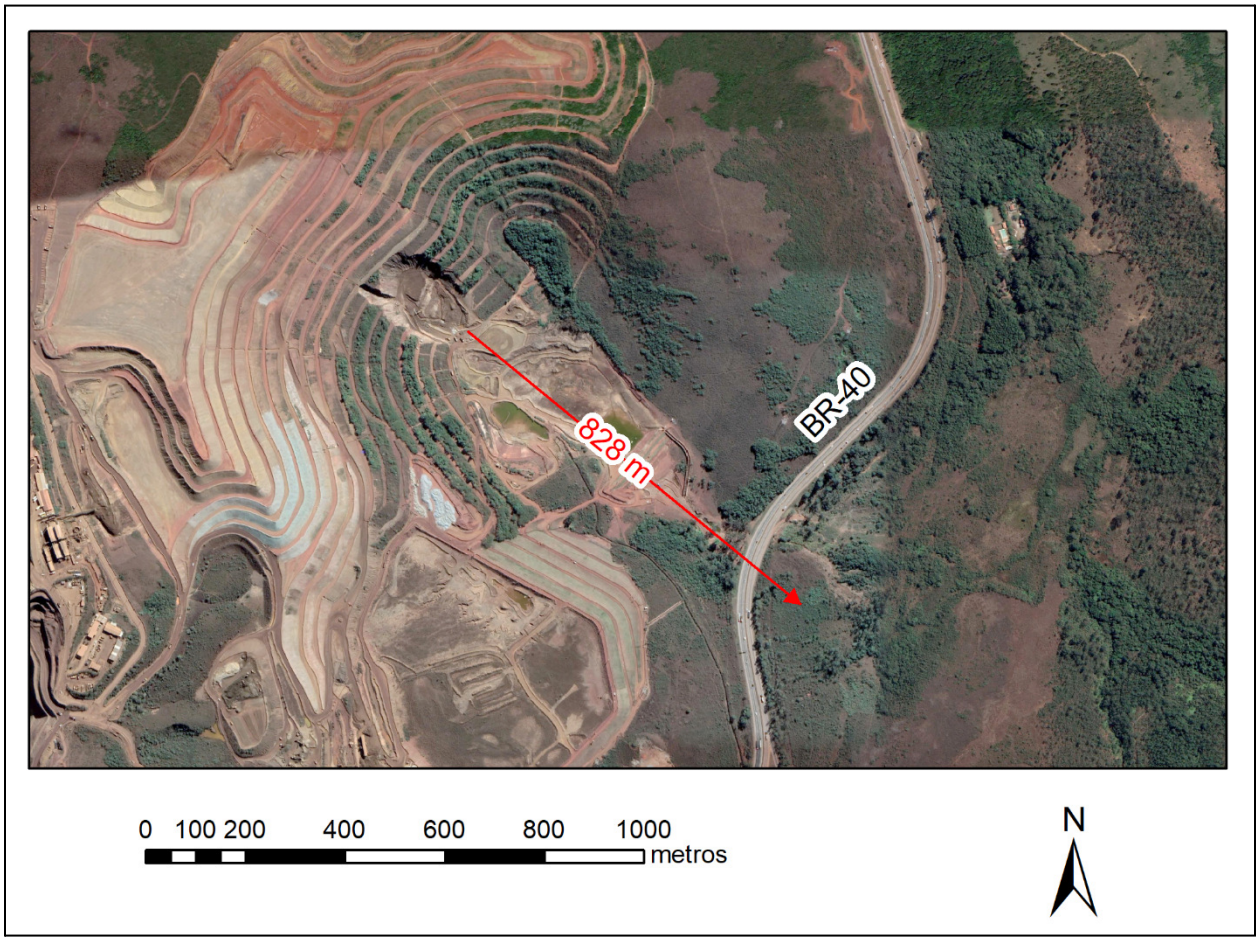


Figura 4b. O deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil em 8 de janeiro de 2022 (ver Fig. 3) estendeu-se por 828 metros além do pé da instalação ou 17,25 vezes a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados de 48 metros (ANM, 2022). A observação anterior é consistente com a afirmação em Klohn Crippen Berger (2017) de que, para instalações de armazenamento de rejeitados filtrados, "a falha, se ocorrer, provavelmente seria um deslizamento local e as consequências seriam restritas à área local (ou a distância equivalente a cerca de 10 vezes a altura [da barragem de rejeitados]". Com base na altura de 140 metros da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso (ver Fig. 1), a experiência na mina de Pau Branco prevê que o deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso se estenderá por 2415 metros além do pé da instalação, ou bem no rio Covas. O plano de fundo é uma imagem do Google Earth de 29 de junho de 2022.

Para comparação, de acordo com um documento de orientação da indústria, para instalações de armazenamento de rejeitados filtrados, "*Failure, if it occurs, would likely be local slumping and consequences would be restricted to the local area (or the distance equivalent to roughly 10 times the height) unless the material slumps into a water body* [A falha, se ocorrer, provavelmente seria um deslizamento local e as consequências seriam restritas à área local (ou a

distância equivalente a cerca de 10 vezes a altura) a menos que o material caia num corpo de água] (Klohn Crippen Berger, 2017). Assim, Klohn Crippen Berger (2017) prevê uma distância de deslizamento de materiais de 1.400 metros, que ainda deve carregar os rejeitados derramados para o rio Covas. A citação acima de Klohn Crippen Berger (2017) inclui uma nota de rodapé que afirma "*Estimate of runout distance included for comparison purposes only*" [Estimativa da distância de viagem incluída apenas para fins de comparação]. Assim, a estimativa da falha na mina de Pau Branco deve ser considerada como um preditor mais confiável das consequências da falha na Mina do Barroso proposta.

É importante considerar a última parte da citação de Klohn Crippen Berger (2017), que termina com "*unless the material slumps into a water body*" [a menos que o material caia num corpo de água]. Uma vez que os rejeitados se misturem com a água do rio Covas ou qualquer outro curso de água, eles irão constituir uma massa fluidizada que continuará fluindo a jusante, mesmo que a falha inicial da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados não envolvesse liquefação. A extensão do fluxo a jusante dependerá do volume de rejeitados derramados. Emerman (2021) mostra os caminhos a jusante para rejeitados derramados para um cenário mais provável com base num banco de dados de falhas anteriores de instalações de armazenamento de rejeitados e para um cenário de pior caso que envolveria a liberação de todos os rejeitados armazenados. No cenário de pior caso, que presumivelmente ocorreria em resposta a um evento extremo de precipitação, os rejeitados fluiriam até o rio Douro e o Oceano Atlântico (Emerman, 2021).

Inclinação Excessiva da Instalação de Armazenamento de Rejeitados Filtrados

Como esperado, com base no conjunto de dados global, o volume de armazenamento de rejeitados de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrada é um forte preditor da sua altura ($R^2 = 0,44$, $P = 5 \times 10^{-10}$; ver Fig. 5). Devido à topografia íngreme e à alta inclinação dos taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso, com uma altura de 140 metros e volume de armazenamento de 7,1 milhões de metros cúbicos, a instalação seria excecionalmente alta para o volume de rejeitados que seria armazenado (ver Fig. 5). A razão entre a altura e o volume de armazenamento da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria de 19,7 metros por milhão de metros cúbicos, o que seria a segunda maior para qualquer instalação de armazenamento de rejeitados filtrados com um volume de rejeitados superior a 5,0 milhões de metros cúbicos (ver Fig. 5). A maior proporção de 20,4 corresponde à instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pinos Altos com altura de 105 metros e volume de armazenamento de 5,152 milhões de metros cúbicos (ver Fig. 5), que, como já mencionado, tem um histórico de problemas de estabilidade (Franks et al., 2021; GRID-Arendal, 2023). Com base na linha de melhor ajuste para as atuais instalações de armazenamento de rejeitados filtrados (ver Fig. 5), a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 99 metros mais alta do que seria previsto para seu volume de armazenamento de rejeitados, que é notavelmente semelhante ao excedência do limite tecnológico atual em 97 metros com base na precipitação média anual (ver Fig. 3b).

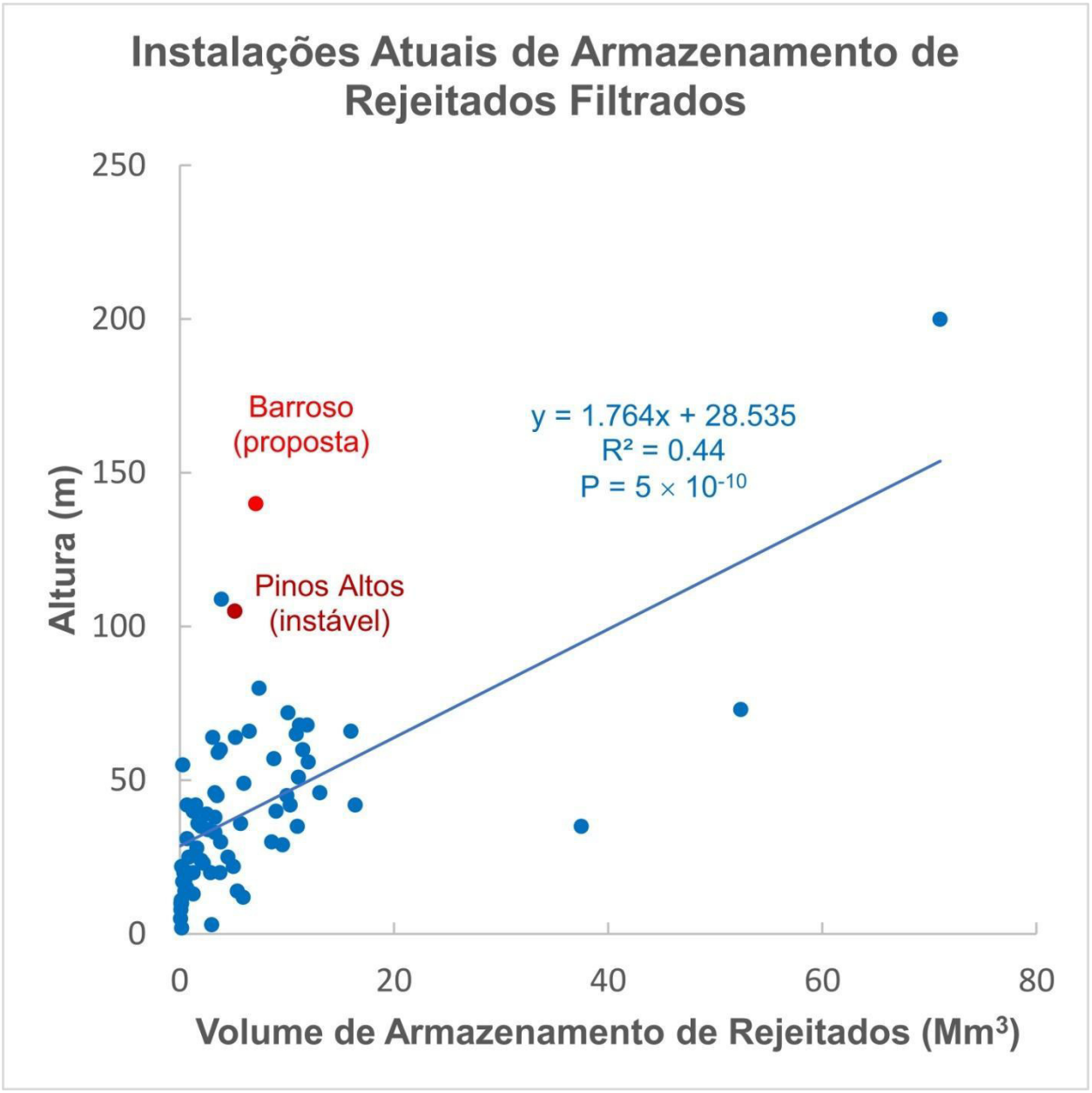


Figura 5. Como esperado, o volume de armazenamento de rejeitados de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados é um forte preditor da altura ($R^2 = 0,44$, $P = 5 \times 10^{-10}$). Devido à topografia íngreme e à inclinação dos taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso, com uma altura de 140 metros e volume de armazenamento de 7,1 milhões de metros cúbicos, a instalação seria anormalmente alta para o volume de rejeitados que seriam armazenados. Com base na linha de melhor ajuste para as atuais instalações de armazenamento de rejeitados filtrados, a instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria 99 metros mais alta do que seria previsto para seu volume de armazenamento de rejeitados. A relação entre a altura e o volume de armazenamento da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seria de 19,7 metros por milhão de metros cúbicos, o que seria a segunda maior relação para qualquer instalação de armazenamento de rejeitados filtrados com um volume de rejeitados superior a 5,0 milhões de metros cúbicos. A maior relação de 20,4 corresponde à instalação de armazenamento de rejeitados filtrados da mina de Pinos Altos com altura de 105 metros e volume de armazenamento de 5,152 milhões de metros cúbicos, que possui um histórico de problemas de estabilidade.Dados sobre instalações globais de armazenamento de rejeitados filtrados de Franks et al. (2021).

O alto coeficiente de altura para volume de armazenamento de rejeitados está relacionada tanto com a topografia íngreme quanto com a alta inclinação proposta dos taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados. Embora a proposta para a Mina do Barroso exija taludes de 1V: 2,5H onde os rejeitados são confinados por rocha estéril e 1V: 3H em taludes não confinados, o padrão da indústria é para inclinações não superiores a 1V: 3,5H (Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes, 2022). De acordo com Cacciuttolo Vargas and Pérez Campomanes (2022), "*Steeper side slopes need a review of the filtered tailings geotechnical parameters to assure the stack stability*" [Taludes laterais mais íngremes precisam de uma revisão dos parâmetros geotécnicos dos rejeitados filtrados para garantir a estabilidade da pilha].

Falta de Aderência aos Padrões de Segurança de Barragens

Embora o aterro de rocha estéril constitua uma barragem (ver Fig. 6), o EIA não inclui nenhuma consideração dos padrões de segurança de barragens, seja em termos de regulamentos portugueses de barragens ou documentos de orientação da indústria. Em particular, não há consideração do evento de precipitação que a barragem de rocha estéril deveria ser capaz de suportar. Embora a barragem de rocha estéril seja algumas vezes chamada "escombreira" (ver Fig. 6), essa terminologia não garante estabilidade. De fato, existem muitas falhas de escombreiras descritas em Hawley e Cunning (2017), um documento de orientação da indústria que está incluído no EIA.

Uma falta significativa de *aderência* aos padrões de segurança de barragens é o uso do método de construção a montante, o que significa que a rocha estéril seria colocado no topo dos rejeitados filtrados que estão sendo confinados (ver Fig. 6). A consequência é que, se os rejeitados se liquefazem, a barragem de rocha estéril pode falhar deslizando ou caindo nos rejeitados liquefeitos. Por esse motivo, e devido ao histórico de rompimentos de barragens de mineração construídas pelo método a montante, o método a montante é proibido no Brasil (ANM, 2019), Chile (Ministerio de Minería (Chile) [Ministério de Mineração (Chile)], 2007), Equador (Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables [Ministério de Energia e Recursos Naturais Não Renováveis] (Equador), 2020) e Peru (Sistema Nacional de Información Ambiental (Perú) [Sistema Nacional de Informação Ambiental (Peru)], 2014). A denúncia mais forte da indústria sobre o método de construção a montante vem no Manual de Mineração de Superfície da SME. De acordo com Turek (2023), "*Not mentioned in Table 4 [Tailings storage facility failures by decade from 1950 to December 16, 2020] is the fact that the upstream method of raising the level of the dams has been utilized in many of the most serious failures. This is in spite of the fact that the dangers of failure inherent with the upstream method have been recognized for many decades - see for example, Klohn (1972), who states that the 'history of this method of dam construction is plagued with failures, some of them catastrophic"* [Não mencionado na Tabela 4 [Falhas nas instalações de armazenamento de rejeitados por década de 1950 a 16 de dezembro de 2020] é o fato de que o método a montante para elevar o nível das barragens tem sido utilizado em muitas das instalações que sofreram as falhas mais graves. Isso ocorre apesar do fato de que os perigos de falha inerentes ao método a montante foram reconhecidos por muitas décadas - ver, por exemplo, Klohn (1972), que afirma que a 'história deste método de construção de barragens está assolado de falhas, algumas delas catastróficas'].

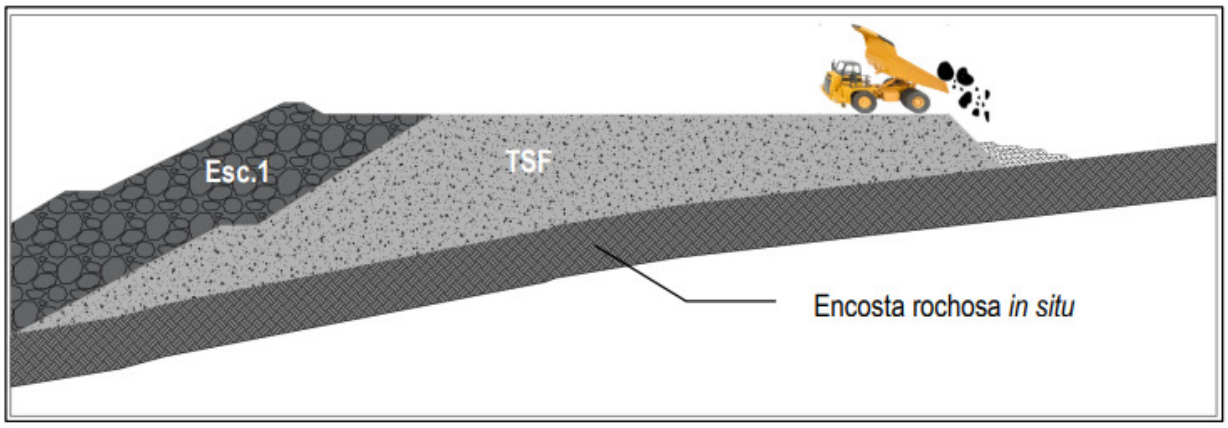


Figura III.21 – Método construtivo da Esc. 1 e TSF.

Figura 6. Os rejeitados filtrados (chamado TSF na figura) da Mina do Barroso seriam confinados por uma barragem de rocha estéril que ficaria sobre os rejeitados, o que é conhecido como método de construção a montante. Se os rejeitados se liquefazem, a barragem pode falhar deslizando ou caindo nos rejeitados liquefeitos. Como consequência, o método de construção a montante é proibido no Brasil, Chile, Equador e Peru, e é fortemente denunciado no Manual de Mineração de Superfície da SME (Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração). O problema é particularmente grave para a Mina do Barroso, uma vez que o EIA identifica os rejeitados como suscetíveis à liquefação. O aterro de rocha estéril (chamado Esc. 1 na figura) nunca é referido como uma "barragem" e não há nenhuma consideração dos padrões de segurança de barragens. Figure da Savannah Lithium LDS (2023b).

O problema da falta de confinamento após a liquefação é particularmente agudo no caso da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Barroso porque o EIA identifica os rejeitados como suscetíveis à liquefação. De acordo com Savannah Lithium (2023b), "A curva de classificação indica que a amostra ensaiada cai dentro do limite de solos potencialmente liquefeitos e, portanto, a liquefação da massa de rejeitados precisa ser considerada no projeto". No entanto, o projeto não oferece maior consideração ao potencial de liquefação. Em particular, não há um plano sobre o que fazer com os rejeitados que ficarão muito húmidos para uma compactação adequada, seja porque saíram das prensas de filtro com teor excessivo de água ou porque foram re-humedecidos pela precipitação antes da compactação.

Deve-se notar que apenas uma única amostra de rejeitados foi testada, que é a mesma única amostra que foi discutida no EIA anterior. Savannah Lithium LDA (2023c) confirma, por escrito, que as propriedades dos rejeitados foram medidas para apenas uma única amostra, "Uma amostra de rejeitados foi … enviada ao laboratório da KP [Knight-Piésold] em Perth em novembro de 2019". Savannah Lithium LDA (2023c) também confirma que os parâmetros de resistência ao cisalhamento não foram realmente medidos, mas apenas estimados a partir da distribuição do tamanho de partículas. De acordo com Savannah Lithium LDA (2023c), "O ângulo de atrito e coesão efetivos foram estimados com base nos testes limitados de classificação concluídos até o momento e nas relações empíricas". Com base no exposto, deve-se presumir que as propriedades geotécnicas dos rejeitados são mal conhecidas. A esse respeito, cabe lembrar o alerta de Cacciuttolo Vargas e Pérez Campomanes (2022) de que taludes excessivamente íngremes requerem uma revisão cuidadosa das propriedades geotécnicas dos rejeitados filtrados.

REFLEXÃO

O EIA anterior incluía algumas ideias interessantes e originais que não haviam sido adequadamente testadas, especialmente na escala para a qual foram propostas. Com base nisso, o

autor identificou o EIA original como um exemplo de *"Reckless Creativity", ou "*Criatividade Temerária" (Emerman, 2021). Um conceito relacionado a este é chamado "Euforia de Projeto", que foi aplicado inclusive ao colapso da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco (Riskope, 2022). Com relação ao plano de armazenamento de residuos de mina na mina de Pau Branco, Riskope (2022) escreveu, "*Technological innovation provoked generalized blindness. The mine even won the Brazilian Environmental Award in 2017. However, any slope, anywhere and in any material has potential stability and drainage issues that one should carefully consider*" [A inovação tecnológica provocou cegueira generalizada. A mina ganhou, inclusive, o Prêmio Brasileiro do Meio Ambiente em 2017. No entanto, qualquer talude, em qualquer lugar e em qualquer material, tem problemas potenciais de estabilidade e drenagem que devem ser considerados cuidadosamente].

O conceito de *"Reckless Creativity", ou* Criatividade Temerária não será analisado mais aqui porque não há nada de criativo no EIA atualizado. O EIA atualizado é apenas *"reckless"* ou temerário. A seguir, exemplos de comportamento temerário que não envolvem criatividade:

1) construção da segunda instalação de armazenamento de rejeitos filtrados mais alta já construída no planeta no terceiro local mais húmido para qualquer instalação de armazenamento de rejeitados filtrados já construída no planeta
2) construção de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados 97 metros acima do limite tecnológico atual para a precipitação do local
3) construção de qualquer instalação de armazenamento de rejeitados a 1000 metros de um rio
4) falta de qualquer cálculo ou modelo ou referência a dados empíricos para a afirmação de que os rejeitados derramados não poderiam atingir o rio adjacente
5) falta de qualquer consideração do possível caminho de fluxo para rejeitados derramados da instalação falhada de armazenamento de rejeitados para o rio adjacente
6) construção de uma instalação de armazenamento de rejeitados filtrados com inclinações mais acentuadas do que os padrões da indústria, especialmente com pouco conhecimento das propriedades geotécnicas dos rejeitados
7) construção de uma barragem sem nenhuma consideração pelos padrões de segurança de barragens
8) construção de uma barragem de rejeitados usando o método de construção a montante
9) reconhecimento de que os rejeitados são suscetíveis à liquefação, mas sem nenhum plano de gerenciamento de rejeitados que estarão muito húmidos para compactação
10) análises de estabilidade com base numa única amostra de rejeitados, mas sem medições reais dos parâmetros de resistência ao cisalhamento dessa amostra

CONCLUSÕES

As principais conclusões deste relatório podem ser resumidas da seguinte forma:

1) Com base na precipitação média anual no local da mina de 1.649 mm, a altura da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso (140 metros) ultrapassaria o limite tecnológico atual em 97 metros.
2) Em comparação com a falha da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na mina de Pau Branco no Brasil em janeiro de 2022, um deslizamento de materiais da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso se estenderá por

2.415 metros além do pé da instalação, ou bem para além do rio Covas, seguido de transporte para o rio Douro e o Oceano Atlântico.

3) Os taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na Mina do Barroso seriam excecionalmente íngremes com inclinações de 1V: 2,5H (1 metro vertical por 2,5 metros horizontal) em taludes confinados por rocha estéril e 1V: 3H em taludes não confinados, ao contrário para o padrão da indústria de 1V: 3,5H.
4) Devido à topografia íngreme e à alta inclinação dos taludes da instalação de armazenamento de rejeitados filtrados na proposta Mina do Barroso, com um volume de armazenamento de rejeitados de 7,1 milhões de metros cúbicos, a instalação seria 99 metros mais alta do que seria previsto para seu volume de armazenamento de rejeitados, que é notavelmente semelhante à superação do limite tecnológico atual com base na precipitação média anual.
5) Embora os rejeitos filtrados sejam confinados por um aterro de rocha estéril, que deve ser considerado uma barragem pelos padrões da indústria, o EIA atualizado nunca usa a palavra "barragem" para descrever o aterro de rocha estéril e não há consideração de padrões de segurança de barragens.
6) A barragem seria construída usando o método a montante, no qual o aterro de rocha estéril seria colocado em cima dos rejeitados filtrados confinados, de modo que, se os rejeitados se liquefazem, o aterro deslizará ou cairá nos rejeitados liquefeitos. Por isso, o método de construção a montante é ilegal no Brasil, Chile, Equador e Peru, e foi recentemente denunciado no Manual de Mineração de Superfície da SME (Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração).
7) O perigo é particularmente sério para a proposta Mina do Barroso, uma vez que o EIA atualizado reconhece que os rejeitados serão suscetíveis à liquefação. Além disso, não há um planeamento do que fazer com os rejeitados que ficarão muito húmidos para uma compactação adequada, seja porque saíram das prensas de filtro com teor excessivo de água ou porque foram re-humedecidos pela precipitação antes da compactação.

RECOMENDAÇÕES

A recomendação deste relatório é rejeitar a proposta de Savannah Lithium para a Mina do Barroso sem maiores considerações.

SOBRE O AUTOR

O Dr. Steven H. Emerman tem um B.S. em Matemática pela Universidade Ohio State, M.A. em Geofísica pela Universidade Princeton, e Ph.D. em Geofísica da Universidade Cornell. O Dr. Emerman tem 31 anos de experiência no ensino de hidrologia e geofísica, incluindo o ensino como professor Fulbright no Equador e no Nepal, e tem 70 publicações avaliadas por pares nessas áreas. O Dr. Emerman é o proprietário da Malach Consulting, especializada em avaliar os impactos ambientais da mineração para empresas de mineração, bem como organizações governamentais e não-governamentais. O Dr. Emerman avaliou instalações de armazenamento de rejeitados propostas e existentes na América do Norte, América do Sul, Europa, África, Ásia e Oceania, e testemunhou sobre instalações de armazenamento de rejeitados perante o Subcomitê de Povos Indígenas dos Estados Unidos da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, o Parlamento Europeu, o Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas, e a Assembléia das Nações Unidas para o Meio Ambiente. O Dr. Emerman é o Presidente do Subcomitê do Corpo de Conhecimento da Sociedade de Barragens dos EUA e um dos autores de A Segurança em Primeiro Lugar: Diretrizes para Gestão Responsável de Rejeitos de Mineração.



REFERÊNCIAS

Angelo, M., 2022. Exclusivo: Estrutura da Vallourec que cedeu em MG teve reunião extraordinária, licenciamento expresso e alertas de ambientalistas em sua ampliação: Observatório da Mineração, 10 de janeiro de 2022. Disponível online em: https://observatoriodamineracao.com.br/exclusivo-estrutura-da-vallourec-que-cedeu-em-mg-teve-reuniao-extraordinaria-licenciamento-expresso-e-alertas-de-ambientalistas-em-sua-ampliacao/

ANM (Agência Nacional de Mineração, 2019. Resolução nº 13, de 8 de agosto de 2019. Disponível online em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-13-de-8-de-agosto-de-2019-210037027

ANM (Agência Nacional de Mineração), 2022. SIGBM (Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração [Integrated Management System for Mining Dams]). Disponível online em: https://app.anm.gov.br/sigbm/publico

Cacciuttolo Vargas, C. e G. Pérez Campomanes, 2022. Practical experience of filtered tailings technology in Chile and Peru—An environmentally friendly solution [Experiência prática da tecnologia de rejeitados filtrados no Chile e no Peru—Uma solução ambientalmente correta: Minerals [Minerais], vol. 12, 64 p. Disponível online em: https://doi.org/10.3390/min12070889

Department of Basics for Production Safety (安全生产基础司) (China) [Departamento de Noções Básicas de Segurança da Produção (China)], 2020. 防范化解尾矿库安全风险工作方案[Plano de trabalho para prevenir e neutralizar os riscos de segurança da bacia de rejeitados]: 工作方案的通知**应急**〔2020〕15 **号**[Notificação do Programa de Trabalho Emergência (2020) Nº 15], 2 de março de 2020, 12 p. Disponível online em: http://www.gov.cn/zhengce/zhengceku/2020-03/24/content_5494834.htm

Emerman, S.H., 2021. Avaliação da instalação de armazenamento de rejeitados da proposta de mina de lítio do Barroso da Savannah Lithium, norte de Portugal: Report prepared for Povo e Natureza do Barroso, 46 p. Disponível online em: https://unece.org/sites/default/files/2021-10/frCommC186_15.10.2021_annex2.pdf

Fick, S.E. e R.J. Hijmans, 2017. WorldClim 2—New 1km spatial resolution climate surfaces for global land areas [WorldClim 2—Novas superfícies climáticas com resolução espacial de 1 km para áreas terrestres globais]: International Journal of Climatology [Revista Internacional de Climatologia], vol. 37, pp. 4302-4315. Disponível online em: https://rmets.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/joc.5086

Franks, D.M., M. Stringer, L.A. Torres-Cruz, E. Baker, R. Valenta, K. Thygesen, A. Matthews, J. Howchin e S. Barrie, 2021. Tailings facility disclosures reveal stability risks [Divulgações de instalações de rejeitados revelam riscos de estabilidade]: Nature Scientific Reports [Relatórios Científicos da Natureza], vol. 11, 7 p. Disponível online em: https://www.nature.com/articles/s41598-021-91384-z

GRID-Arendal, 2020. Global Tailings Dam Portal Project [Projeto Global do Portal das Barragens de Rejeitados]. Disponível online em: https://www.grida.no/activities/461

Hawley, M. e Cunning, J., 2017. Guidelines for mine waste dump and stockpile design [Diretrizes para projeto de escombreiras e estoques de mina]: CSIRO Publishing, 385 p. Disponível online em: : https://participa.pt/pt/consulta/alteracao-ao-projeto-de-ampliacao-da-mina-do-barroso

Klohn, E.J., 1972. Design and construction of tailings dams [Projeto e construção de barragens de rejeitados]: CIM (Canadian Institute of Mining, Metallurgy and Petroleum) Transactions [Transações do CIM (Instituto Canadense de Mineração, Metalurgia e Petróleo)], vol. 75, pp. 50-66.

Klohn Crippen Berger, 2017. Study of tailings management technologies [Estudo das tecnologias de gerenciamento de rejeitados]: Relatório à Mining Association of Canada e Mine 43 Environment Neutral Drainage (MEND) Program [Associação Canadense de Mineração e Programa de Drenagem Neutra para o Ambiente de Mineração, Relatório MEND 2.50.1, 164 p. Disponível online em: http://mend-nedem.org/wpcontent/uploads/2.50.1Tailings_Management_TechnologiesL.pdf

Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables (Ecuador) [Ministério de Energia e Recursos Naturais Não Renováveis (Equador)], 2020b. Instructivo para la aprobación de proyectos de diseño, construcción, operación y mantenimiento de depósitos de relaves para la mediana y gran minería [Instruções para aprovação de projetos de desenho, construção, operação e manutenção de depósitos de rejeitados para mineração de médio e grande porte], 27 p. Disponível online em: https://www.mingaservice.com/web/index.php/documento/categoria/legislacion-minera

Ministerio de Minería (Chile) [Ministério de Mineração (Chile)], 2007. Decreto Supremo nº 248— Reglamento para la aprobación de proyectos de diseño, construcción, operación y cierre de los depósitos de relaves—publicado en el Diario Oficial el 11 de abril de 2007 [Decreto Supremo nº 248 - Regulamento para aprovação de projetos de desenho, construção, operação e fechamento de depósitos de rejeitados—publicado no Diário Oficial em 11 de abril de 2007], 24 p. Disponível online em: https://www.sernageomin.cl/wpcontent/uploads/2018/01/DS248_Reglamento_DepositosRelave.pdf

Morrill, J., 2022. The unfolding disaster in Brazil—A warning of what's to come [O desastre que se desenrola no Brasil - um aviso do que está por vir]: EARTHBlog, 25 de janeiro de 2022. Disponível online em: https://earthworks.org/blog/the-unfolding-disaster-in-brazil-a-warning-of-whats-to-come/

Morrill, J., D. Chambers, S. Emerman, R. Harkinson, J. Kneen. U. Lapointe, A. Maest, B. Milanez, P. Personius, P. Sampat, e R. Turgeon, 2022. Safety first—Guidelines for responsible mine tailings management [A segurança em primeiro lugar—Diretrizes para gestão responsável de rejeitos de mineração]: Earthworks, MiningWatch Canada, e London Mining Network: Versão 2.0, maio de 2022, 55 p. Disponível online em: https://41p14t2a856b1gs8ii2wv4k4-wpengine.netdna-ssl.com/assets/uploads/2020/06/Safety-First-Safe-Tailings-Management-V2.0-final.pdf

Observatório da Mineração, 2022. Exclusivo: Imagens aéreas do deslizamento na Mina Pau Branco da Vallourec em MG. Disponível online em: https://www.youtube.com/watch?v=BT6FqaT18vo

Petley, D., 2022. Pau Branco—Another significant mining-related landslide in Brazil [Pau Branco—Outro deslizamento de materiais significativo relacionado à mineração no Brasil]: The Landslide Blog [O Blog do Deslizamento de Materiais], 11 de janeiro de 2022. Disponível online em: https://blogs.agu.org/landslideblog/2022/01/11/pau-branco-1/

Reemeyer, H.C.L., 2022. Chapter 3—Mineral and tailings processing [Capítulo 3 - Processamento de minerais e rejeitados]: Em K.F. Morrison (Ed.), SME Tailings management handbook—A life-cycle approach [Manual de gerenciamento de rejeitados da SME - Uma abordagem de ciclo de vida] (pp. 21-39), Society for Mining, Metallurgy and Exploration [Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração], Englewood, Colorado, 1004 p.

Riskope, 2022. Recent Failure at Pau Branco Mine, MG, Brazil [Falha Recente na mina de Pau Branco, MG, Brasil]. Disponível online em: https://www.riskope.com/2022/01/13/recent-failure-at-pau-branco-mine-mg-brazil/

Savannah Lithium LDA, 2023a. Projeto de expansão da Mina do Barroso—Estudo de Impacte Ambiental— Avaliação do projeto reformulado no âmbito do Artigo 16º do RJAIA —Volume I—Relatório síntese: Revision 0, Lisbon, March 15, 2023, 716 p. Disponível online em: https://participa.pt/pt/consulta/alteracao-ao-projeto-de-ampliacao-da-mina-do-barroso

Savannah Lithium LDA, 2023b. Plano de Lavra da Mina do Barroso: March 2023, 553 p. Disponível online em: https://participa.pt/pt/consulta/alteracao-ao-projeto-de-ampliacao-da-mina-do-barroso

Savannah Lithium LDA, 2023c. Plano de Lavra da Mina do Barroso—Anexo III-3—Projeto de Lítio Mina do Barroso – Testes Físicos dos Rejeitados: março de 2023, 11 p. Disponível

online em: https://participa.pt/pt/consulta/alteracao-ao-projeto-de-ampliacao-da-mina-do-barroso

Sistema Nacional de Información Ambiental (Perú) [Sistema Nacional de Informação Ambiental (Peru)], 2014. Decreto Supremo N° 040-2014-EM .- Reglamento de protección y gestión ambiental para las actividades de explotación, beneficio, labor general, transporte y almacenamiento minero [Decreto Supremo No. 040-2014-EM .- Regulamento de proteção e gerenciamento ambiental para atividades de exploração, benefício, trabalho geral, transporte e armazenamento de minas], 30 p. Disponível online em: https://sinia.minam.gob.pe/normas/reglamento-proteccion-gestion-ambiental-lasactividades-explotacion

Turek, C., 2023. Chapter 2—Open pit mining in a changing world [Capítulo 2—Mineração a céu aberto num mundo em mudança]: Em P. Darling (Ed.), SME Surface Mining Handbook [Manual de Mineração de Superfície da SME] (pp. 13-28), Society for Mining, Metallurgy and Exploration [Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração], Englewood, Colorado, 652 p.

Ulrich, B.F. e J.G. Coffin, 2017. Characterization of unsaturated tailings & its effects on liquefaction [Caracterização de rejeitados não saturados e seus efeitos na liquefação]: Tailings and Mine Waste 2017 [Rejeitados e Estériles de Minas de 2017], 10 p. Disponível online em: https://www.knightpiesold.com/sites/en/assets/File/TMW%202017%20-%20Characterization%20of%20Unsaturated%20Tailings%20%26%20its%20Effects%20on%20Liquefaction.pdf

Anexo F

Nota Técnica sobre Paisagem e Componente Social, elaborada por Dr. Júlio Sá Rêgo, Investigador, CRIA-ISCTE; Dr. Diego Amoedo Martínez, Investigador, CRIA-Centre em rede de investigação em antropologia, Professor, Universidade Federal do Oeste Pará, Brasil; e Cristiano Pereira, Investigador, CRIA-ISCTE

ALTERAÇÃO AO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA MINA DO BARROSO

Nota Técnica sobre Paisagem e Componente Social

Dr. Júlio Sá Rêgo
Investigador, CRIA-ISCTE

Dr. Diego Amoedo Martínez
Investigador, CRIA-Centre em rede de investigação em antropologia
Professor, Universidade Federal do Oeste Pará, Brasil

Cristiano Pereira
Investigador, CRIA-ISCTE

Abril de 2023

A Savannah Lithium Lda apresentou o estudo de impacte ambiental da alteração ao projeto de ampliação da Mina do Barroso. O projeto corresponde à expansão da área de concessão da Mina do Barroso e engloba quatro cortas, uma unidade de processamento, estruturas de gestão de água, acessos e uma linha elétrica a deslocar.

A avaliação produzida pela QUADRANTE Engenharia e Consultoria S.A, por conta da Savannah Lithium Lda, afirma que o projeto reformulado considerou as recomendações levantadas pela comissão de avaliação em seu parecer desfavorável relativo a fatores ambientais determinantes. A comissão de avaliação relevou em especial insuficiências relacionadas com a conservação da paisagem e os impactos sociais. O projeto não era compatível com a classificação da área como Património Agrícola Mundial, podendo ocasionar a perda desta classificação, e suscitava resistência por parte da comunidade local.

Contudo, os resultados demonstram que a avaliação do impacto em termos de paisagem e da componente social continua negativa ou mesmo piorada após a reformulação do projeto. Os impactos na paisagem aparecem como significativamente ou muito significativamente negativos, e na componente social como significativamente negativo. Adicionar o impacto positivo do posicionamento estratégico de Portugal face às políticas europeias do lítio como uma componente social é no mínimo errôneo, para não dizer desonesto. Esse elemento por definição é uma componente económica e não social, e não diz minimamente respeito ao impacto causado na comunidade local.

As conclusões da avaliação corroboram a falta de progresso com relação à conservação da paisagem e à componente social. São evidenciados os "efeitos desfavoráveis significativos" nesses dois fatores ambientais determinantes. É reconhecido em especial a necessidade de apossar-se dos terrenos comunitários e deslocar economicamente os compartes. Tal política remete a tempos sombrios do confisco dos baldios para a florestação do Estado Novo que a democracia parece querer reeditar.

A avaliação da QUADRANTE Engenharia e Consultoria S.A é por consequência negativa. O projeto revisado de ampliação da Mina do Barroso não respondeu às preocupações levantadas pela comissão

de avaliação relativas à conservação da paisagem e à componente social. Além do mais, é provável que esse impacto desfavorável esteja minimizado e seja mais danoso do que o esperado. A QUADRANTE Engenharia e Consultoria S.A não parece dominar as metodologias de avaliação da paisagem e da componente social apresentadas nos diferentes estudos.

A avaliação paisagística foi conduzida apenas sob o ângulo da qualidade visual da paisagem e assumindo sua sujeição a um elevado grau de subjetividade, enquanto a componente social foi avaliada sob um obscuro *Social Framework* de Smyth e Vanclay (2017). Contudo, existem diversas metodologias reconhecidas internacionalmente e utilizadas pelas agências das Nações Unidas, por exemplo, para avaliar a paisagem, seus diferentes valores e a componente social. A maioria delas desenvolve uma abordagem integrada da componente social e da paisagem, visto que é cientificamente reconhecido a relação intrincada entre essas duas dimensões no mundo rural.

Podemos citar, por exemplo, a metodologia de inventários comunitários reconhecida pela Convenção de 2003 da UNESCO para capturar o valor de conhecimentos e práticas dentro de suas respetivas paisagens. Podemos citar a metodologia de avaliação participativa rural, institucionalizada pelo *Institute of Development Studies* da Universidade de Sussex (Reino Unido) e muito utilizada em projetos internacionais de desenvolvimento para o diagnóstico socioambiental dos territórios rurais. Podemos citar a metodologia PRAGA da FAO eficaz na objetivação de valores aparentemente subjetivos de pastagens como os baldios submetidos ao projeto da Mina Barroso.

A metodologia de cartografias sociais vale em especial ser destacada. Ela é reconhecida internacionalmente e aplicada para visibilizar as múltiplas relações entre os habitantes e a paisagem. Ela trabalha a partir das perceções locais para criar um entendimento sistêmico do valor e função da paisagem.

A lista de metodologias é longa, mas não contém nem a quimera inventada pela QUADRANTE Engenharia e Consultoria S.A para avaliar a subjetividade do valor da paisagem, nem o obscuro *Social Framework* para avaliar a componente social. Por que as metodologias reconhecidas e utilizadas internacionalmente não foram utilizadas? Questiona-se a competência interna das equipas da QUADRANTE Engenharia e Consultoria S.A para conduzir tais avaliações. Fato é que a empresa aparenta pelas suas atividades ser uma empresa de engenharia e não de avaliação, menos ainda a caráter socioambiental e cultural.

Há então uma patente necessidade de elaborar estudos sobre os impactos paisagísticos e sociais do projeto de ampliação da Mina do Barroso com base em metodologias sólidas antes de proceder com um parecer informado. Recomenda-se a contratação de equipas especializadas em implementação e avaliação de projetos internacionais de desenvolvimento, a caráter comunitário, com expertise nas questões socioambientais e culturais a fim de garantir um entendimento melhorado sobre os impactos ambientais do projeto de ampliação da Mina do Barroso.

Anexo G

Artigo sobre as estratégias de contra-insurgência da companhia proponente, elaborado por Alexander Dunlap e Mariana Riquito

Energy Research & Social Science 95 (2023) 102912

Contents lists available at ScienceDirect

Energy Research & Social Science

journal homepage: www.elsevier.com/locate/erss

Original research article

Social warfare for lithium extraction? Open-pit lithium mining, counterinsurgency tactics and enforcing green extractivism in northern Portugal

Alexander Dunlap [a,*], Mariana Riquito [b,c]

[a] Centre for Development and the Environment, University of Oslo, Norway
[b] Amsterdam Institute for Social Science Research, University of Amsterdam, the Netherlands
[c] Centre for Social Studies of the University of Coimbra, Portugal

ARTICLE INFO

Keywords:
Extractivism
Social war
Energy transition
Lithium
Climate change
Electric mobility

ABSTRACT

The European Union (EU) is highly dependent on importing raw materials for low-carbon infrastructures from around the globe. This material dependence has, since 2019, initiated legislation and efforts to intensify mining within the EU. The Iberian Peninsula remains a principle target area for the EU's critical raw material (CRM) mining initiatives. This article explores the making of the "Mina do Barroso" (Barroso Mine) in northern Portugal, which threatens a "Globally Important Agricultural Heritage System" and will potentially become the largest open-pit lithium mine of Western Europe. This prospective mining project represents an investment and public funding opportunity for mining companies. The European Commission and the Portuguese government are applying increasing political pressures to establish this mine to make international decarbonization benchmarks through rapidly expanding electric vehicles (EVs) and energy storage system (ESS). The Barroso agrarian communities are threatened with extensive socio-ecological impacts, leading locals, (some) climate activists and environmental organizations to reject this mining project. Company personnel and the Portuguese government are confronting growing opposition, blockades and a resolute "Minas Não!" (No to Mines!). We explore the subtle efforts attempting to engineer the social acceptance of the Mina do Barroso, revealing the 'slow' social warfare tactics employed by the company to infiltrate rural social bonds, exploit psycho-social vulnerabilities and attempt to disable anti-mining organizing and unity within the region. This article demonstrates the insidious social technologies of pacification employed to engineer extraction and assemble an open-pit lithium mine with severe socio-ecological impacts in northern Portugal.

1. Introduction

"We are facing the biggest environmental challenge in history as a civilization, at the same time we are reaching unprecedented energy consumption levels," exclaims the March 2018 promotional video[1] by the Portuguese Mining Development Company [1].[2] "It is therefore urgent," the video continues, "to find a way to achieve a clean economy! Drastically reducing the impact of transportation and achieving better renewable energy storage." Behind these words, a digital model of an electric sports car rolls onto the screen—revealing its internal workings—before announcing:

> This priority, which is becoming clearer and clearer, is changing a specific market: lithium exploration. The lithium market is growing and its prices have been increasing on a daily basis. This is the time when it is imperative to find the best locations to explore for lithium, and Portugal is the best place for it. First of all, it is because Portugal has a favorable geological setting for mining this commodity. Lithium is also a critical metal for the European Union, and Portugal is lined up with the European strategy of batteries [1].

The video continues for three more minutes discussing how "the European Union (EU) will sponsor specific investors to help the EU become the world leader in the production of the next generation of batteries,"

* Corresponding author.
E-mail addresses: alexander.dunlap@sum.uio.no (A. Dunlap), m.riquitopereira@uva.nl (M. Riquito).

[1] The video can be found here [1]: https://www.youtube.com/watch?v=zqcfmSpKH18.

[2] Empresa de Desenvolvimento Mineiro, in Portuguese.

https://doi.org/10.1016/j.erss.2022.102912
Received 19 August 2022; Received in revised form 23 November 2022; Accepted 30 November 2022
2214-6296/© 2022 The Authors. Published by Elsevier Ltd. This is an open access article under the CC BY license (http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

stressing how batteries "play a strategic role in the ongoing transition to clean mobility and clean energy systems." Turning to the director, at the time, of the National Laboratory of Energy and Geology (LNEG[3]), he assures viewers of the lithium mining opportunity that exists in Portugal.

Meanwhile, at nearly the exact same time, in March 2018, promotional efforts continue across the Atlantic, in one of the largest mining conventions in the world: the annual Prospectors & Developers Association of Canada (PDAC) Convention, in Toronto, Canada.[4] At PADC 2018, three Portuguese representatives sit in front of giant banners titled: "Lithium Opportunities in Portugal" and with large brochures with covers that say: "Why Portugal?"[5] These banners and brochures—elaborated by the Ministry of Economics, the Secretariat of State for Energy (SEE[6]), the Directorate-General of Energy and Geology (DGEG[7]) and the LNEG—promote eight potential lithium-mining areas all over the country. These documents, moreover, demonstrate technical feasibility of production and announce a lithium mining tender deadline on September 1, 2018 (see Fig. 1)—which has yet to be realized. The former Secretary of State for Energy attends the event and gives an interview promoting foreign investment into Portugal's emerging lithium battery sector.[8] In other words, the Portuguese government is actively trying to sell their mineral deposits and land to the highest bidder.

These promotional efforts, or "governmental strategy to bring in foreign investment," made people in Portugal "go crazy because it was plainly advertising mining in central and northern Portugal in English!"[9] explains Nik, from Mining Watch Portugal (MWP).[10] This, Nik observes, exaggerated existing "credibility issues" with "the government not acting in the interest of people." Numerous civic initiatives began to appear, which included the emergence of 15 national groups coordinating with the existing civil society groups and environmental NGOs to bring mining issues to the forefront of public debate in Portugal.[11] Since 2018, several anti-mining protests were held in major cities (Lisbon, Porto and Coimbra), as well as numerous information events. This, moreover, included, truck demonstrations[12] in towns targeted for mining projects; the blocking and boycotting of state authorities attempting to visit these towns; and, in some villages, successive—and successful—electoral boycotts happened as a means of protesting the mining projects [2]. In 2020, the different anti-mining movements and associations signed a common national manifesto demanding the end of any mining concession.[13] Thus far, mining exploitation for lithium has not yet begun. The forming lithium-mining frontier in Portugal is a new, pressing and contested topic.

Delving into the issues of critical raw material mining, and specifically lithium, in northern Portugal, this article explores the making of the potentially largest open-pit spodumene lithium mine in Western Europe. Research until now has disproportionately focused on lithium brines [3,4], especially in the 'Lithium Triangle' (Argentina, Bolivia & Chile) in South America [5,6,14,109,116,124]. Lithium brines are different extractive operations, which entail differential water and energy uses; mineral processing features; lower operating costs; produce different by-products (e.g. wastes); and extract lower-concentrations of lithium [4]. Research on open-pit lithium mines in Portugal has slowly emerged, focusing on environmental [7] and, to a lesser degree, the socio-ecological impacts [8]. There remains, however, uncertainty on the intensity of the site-specific ecological degradation, social disruption and psychological harm open-pit lithium mining will cause. Lithium mining is driven not only by traditional market and innovative forces, but also by climate change mitigation and energy transition policies seeking to decarbonize the transportation sector, increase low-carbon infrastructure (e.g. wind, solar) energy generation storage and their corresponding supply-webs [3,9]. Taking a political ecology approach, this article contributes to existing research by examining the socio-ecological realities emerging on the ground with the making of open-pit lithium mine in the Barroso region.

Drawing on the political ecology of the global north [10–12,117], this article intersects with research in geography, anthropology, (critical) agrarian and development studies. Political ecology has championed critical research into investigating mining [10,13–15], but also the "green economy" and "sustainable development" initiatives [16,17,115]. This includes work critically examining conservation schemes [18,19,106], hydropower [20,21], solar power projects [22,23], wind energy development [24,25,44,120] and the collaborative intersections between mining and conservation [11,26–28]. These works, overlapping with critical agrarian studies, developed research into land and/or "green grabbing," which describes "the appropriation of land and resources for environmental ends" ([17]: 238).

Contributing to extractive and energy research in political ecology, this article further develops the concept of "green extractivism" by examining how mining, green economy and climate change mitigation initiatives in Europe collide to justify open-pit lithium mining in Portugal. This frontier making [133], meanwhile, relates to the creation of "sacrifice areas" [29,30], or, specifically within the context of the green economy: "green sacrifice zones" [31]. Under the label of "green," "renewable" or "climate-friendly," corporate and state actors are legitimizing the further commodification of nature and consequent rural dispossession and agrarian land grabbing, suggesting these territories and populations – deemed as "inferior" – can be managed and sacrificed in the name of climate change mitigation or green economic 'progress'. This has been documented in the Global South [5,32,33,115] and the Global North (see [34–36,117]). The sacrifice of some people and lands, however, depends on their infrastructural colonization [117], relying on (violent) dynamics of counterinsurgency and the social engineering of extraction [37,118]. The latter describes how green grabbing and extractivism are accomplished by socially engineering environments through various forms of public relations, social development schemes, experts, infrastructures, threat and coercive use of force to allow ecologically destructive extractive activities to persist, if not multiply.

[3] Laboratório Nacional de Energia e Geologia.

[4] Photos of authorities promoting lithium exploration at PDAC 2018 can be found here: https://edm.pt/en/lithium/promotion-in-pdac-2018/.

[5] The brochures can be found here: https://edm.pt/wp-content/uploads/2018/03/pdac2018_rollup.pdf and here: https://edm.pt/wp-content/uploads/2018/03/pdac2018_flyer.pdf.

[6] Secretaria de Estado da Energia.

[7] Direção-Geral de Energia e Geologia.

[8] This interview (in Portuguese) can be found here: https://www.omnitv.ca/on/en/videos/portugals-strategy-for-lithium/.

[9] This comment from our interviewee – which finds echo in other conversations we have had with other people – points to the fact that citizens were shocked by the government bluntly advertising mining behind their back, since governmental officials were doing it in English, in foreign mediascapes and conferences. Some locals have even reported that they first heard about the projected Mina do Barroso from an immigrant living in London, who read it on British news. This has intensified people's perception that the government was acting with no transparency or accountability vis-à-vis the affected populations. One could think the populations would be more receptive if the government was collaborating with national companies, but, from our interviews, informal conversations and time spent in the field, we can say that people are resisting mining, independently of the origin of capital.

[10] Interview 25, 17-05-2022.

[11] Ibid.

[12] By "truck demonstrations," we refer to a form of protest during which locals slowly drive their trucks from town to town, waving protest flags, banners, or other symbols. This way of protesting is both disruptive, as it interrupts traffic for a long time; and informative, as it spreads the political message throughout different areas. Truck demonstrations, moreover, are inherently tied to these villagers' agricultural and rural identities.

[13] The manifesto (in Portuguese) can be found here: https://guardioesse.wixsite.com/guardioesestrela/single-post/2020/01/21/manifesto-nacional-contra-o-plano-de-minera%C3%A7%C3%A3o-em-portugal.

Lithium opportunities Portugal

Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA
www.edm.pt

Nacional Lithium Stategy

Potentialities

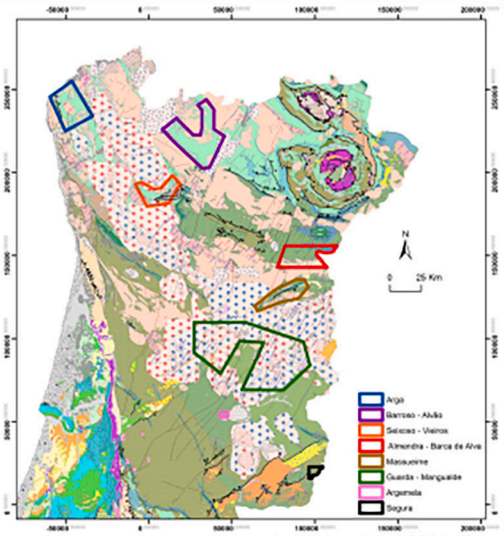
- Portugal has strong mineral potential to host extensive lithiniferous thick aplito-pegmatite dikes and veins swarms or greisen systems;
- The resources have been exploited together with the feldspars for the ceramic and paints industries;
- The acceleration of electrical mobility and communications technologies and the search for more efficient energy storage mechanisms can enhance their use for other applications.

Integrated strategy involving the entire range

- The existence of user industries in Portugal enhances the opportunity to create a new industrial sector from extractive activity to the production of batteries, due to the proximity economies it may provide;
- There is a consolidated research on the technological processing in the beneficiation of lithium minerals in their main types of occurrences: lepidolite, spodumene and ambligonite;
- It is essential to stimulate the "cooperation" of companies in order to evaluate and install technological units to increase the added value of these products;
- Promote the integration of environmental concerns and efficient use of mineral resources, aiming at "zero waste" in the lithium recovery process;
- Promote the principles of circular economy by encouraging the recycling of lithium from used batteries .

More competitive and more transparent acess to the activity

- Portugal has a stable legal framework, adequate institutional support, excellent infrastructures and high scientific and technological know-how that confers advantages on investment in the lithium sector;
- Granting of exploration areas through open public tenders that promote the interest of multinational players with demonstrated technical and financial capacities.

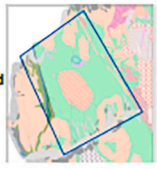


Geological mapping 1/500 000 (LNEG)

Li Potential Areas

Serra de Arga Aplitic-Pegmatitic Field

- Area: 409 km²
- Exo-granitic aplite-pegmatites
- LCT type
- Pegmatites with petalite and/or spodumene and aplites with disseminated ambligonite-montebrasite
- Petalite (ceramics) > 22 000 ton @ max. 1.3% Li_2O (Formigoso)
- Spodumene (Probable resources) > 2 500 ton @ max. 1.9% Li_2O (Afife)



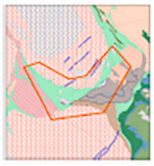
Barroso-Alvão Aplitic-Pegmatitic Field

- Area: 647 km²
- Rare elements pegmatites; LCT complex- type, spodumene, petalite and lepidolite sub-types
- Spodumene aplite-pegmatites: 0.78% Li_2O
- Petalite aplite-pegmatites: 1.30% Li_2O
- Lepidolite aplite-pegmatites: 0.77% Li_2O
- Inferred Resources: 14 millions tons @ 1% Li_2O (average grade)



Seixoso—Vieiros region

- Area: 256 km²
- Rare elements pegmatites, LCT complex-type, petalite sub-type
- Seixoso aplite-pegmatites: ambligonite-montebrasite, petalite
- Vieiros aplite-pegmatites: spodumene, petalite (ambligonite-montebrasite)
- Resources estimation: not available



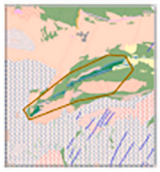
Almendra—Barca de Alva region

- Area: 343 km²
- Rare elements pegmatites; LCT complex- type, lepidolite sub-type
- Lithiniferous pegmatites: 0.42—0.52% Li and 0.05%Sn (Barca de Alva mine); 0.5% Li and 0.07% Sn (Feli mine)
- Aplitic-pegmatitic veins: 0.16% Li and 0.05% Sn (Pombal)



Massueime region

- Area: 258 km²
- Pegmatitic dykes: ambligonite and lepidolite
- Granulitic or pegmatitic veins: ambligonite rare
- Massueime deposit: <150 tons Li_2O; <1500 tons Sn and ambligonite > 500kg



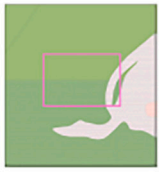
Guarda—Mangualde Aplitic-Pegmatitic Fields

- Area: 1725 km²
- LCT complex-type pegmatite, lepidolite and petalite sub-type
- Measured Mineral Resources : 1 400 000 tons @ 0.42% Li_2O (Seixo Amarelo—Gonçalo)



Argemela region

- Area: 15 km²
- Ambligonite-montebrasite: hydrothermal deposits related with granites (Mina da Argemela)
- Lepidolite and Ambligonite-montebrasite: microgranite modified by pegmatoids fluids (Cabeço da Argemela)
- Inferred Mineral Resource: 20.1 million tons @ 0.4% Li_2O



Segura region

- Area: 34 km²
- LCT complex-type with rare metals, lepidolite sub-type
- Exo-granitic aplite-pegmatite veins



Fig. 1. Half of the two-page banner and brochure promoted at PDAC (2018) Mining Convention. Source: EDM https://edm.pt/wp-content/uploads/2018/03/pdac2018_rollup.pdf.

Revealing the socio-ecological violence enacted by lithium mining, this article argues that the present vision of environmentalism enforced by the European Commission (EC) and celebrated by the public and private sectors are exacerbating socio-ecological catastrophe. The current extractive trajectory—green or otherwise—is not remediating ecological and climate crises. European environmental policy, we contend, suffers from "climate reductionism" that reduces the ecological crisis "to a simple (and technocratic) question of atmospheric carbon" ([38]: 38), allowing the subordination of "everyday practices of ecological degradation—specific factories, mines, production processes, or products—to the 'big,' 'planetary,' and 'earth system' problem" ([122]: 154). Resonating with feminist energy research criticism of "white technomasculine perspectives" dominating research and policy agendas ([39]: 10), climate reductionism becomes an enabling factor of green capitalism, which relies on highly abstract, bounded and incomplete quantitative data that employ models that tend towards subordinating socio-ecological concerns to market and statist imperatives [40]. The celebration of green capitalism (or 'green growth') by the EC policies disables not only profound socio-ecological remediation strategies, but also marginalizes post-developmental and degrowth trajectories suitable to rural populations and their ecosystems already stabilizing ecosystems and climates.

This article is the result of our ongoing engagement with the Portuguese anti-mining struggle. In December 2020, the first author was invited to conduct research on lithium mining in northern Portugal. This initiated long-term contact, which fostered dialogue and trust with research participants, leading to some anti-mining movements interviewing the author and repeatedly inviting them to give talks in Portugal. The second author has sustained engagement with this struggle since May 2021. After this first contact, a continued relationship was established with villagers from the Barroso region as well as other anti-mining groups across the country. This has included attending and co-organizing several events and publishing popular articles on the matter. This long-lasting relationship has created confidence and mutual respect with our research participants.

Semi-structured and informal interviews were conducted between December 2021 and June 2022, with the majority of interviews collected within the Barroso region between January and February 2022. Research participants were contacted through our existing network, which also included employing a snowball interview approach, as well as approaching people for interviews in public spaces and by going door-to-door. We have also organized strategic interviews with mayors, company representatives and non-profits. The research is based on 26 recorded semi-structured interviews and over 20 informal interviews. There are 28 different people interviewed within the recorded interviews (as couples and/or friends preferred to do interviews together). Research participants were farmers, mayors, civil servants, company representatives, non-profits and various people opposing the proposed mines in the Barroso region. Secondary and primary resources were collected, such as newspaper articles, company brochures, City and Village Council documents as well as other documents research participants shared with us, to triangulate information in the interviews. While conducting interviews, we have also attended public events and anti-mining demonstrations in the region. The names are anonymized to protect the identity of people within this ongoing environmental conflict by referring to them by profession, fabricated names or gender.

The following section discusses green grabbing in relation to green extractivism and infrastructural colonization. This relates to appropriating—or penetrating—existing political institutions, authorities and engaging in social warfare to construct a favorable social terrain to organize a "Social License to Operate" (SLO) lithium and other minerals in the region. The next section provides a background to lithium mining in Portugal, in relation to the EC's imperative to domestically source critical raw materials, namely lithium, and the mining history in Portugal that continues with the lithium 'rush' today. The third section delves into the making of lithium mining in the villages of Covas do Barroso, Romainho, Muro and Dornelas, where Savannah Resources – owner of the Mina do Barroso exploitation contract – aims to establish what would be the biggest open-pit spodumene lithium mine in Western Europe. This entails discussing how the company approached the region; the concerns and reactions the project generated; and how the company has reacted to lithium mining opposition. The article concludes by discussing green extractivism and infrastructural colonization, highlighting the need for radical transformations in Portuguese and the EU's environmental policy to better support actors protecting the environment and stabilizing the climate. This entails devising adequate ecological and, by extension, climate change mitigation strategies that allow space for post-development and degrowth development pathways, including the preservation of agrarian lifestyles.

2. The political ecology of green extractivism & social warfare

Recent European environmental legislations, such as the European Green Deal [41,42], are promoting the rapid expansion of lower-carbon technologies (e.g. wind, solar, and hydrogen product diversification), grid reinforcement, digitalization (e.g. 'smart' censors & applications), new battery storage technologies and electric mobility [120]. The availability of critical raw materials, such as lithium, cobalt, graphite, copper and nickel among others, is now portrayed as an urgent (supra) national issue to supply the military, technological, electric vehicle (EV), and low-carbon energy industries [43]. This policy approach, however, transforms mining ecosystems—and the acquisition, processing and smelting of raw materials—into environmentalism and, consequently, constructs mining, industrial production and economic growth as the pathway towards climate change mitigation. This policy approach has Orwellian connotations. Where Orwell's ([112]: 7) fictional totalitarian regime in *1984* proclaimed: "WAR IS PEACE." Governments, companies and international political bodies now proclaim "MINING IS LIFE" or "MINING IS ENVIRONMENTALISM."[14]

The term "green grabbing," developed by James Fairhead and colleagues [17], reveals its relevance in current environmental politics, referring to processes of land acquisition—'grabbing'—or control by coercive and/or deceptive means "to serve 'green' ends," using "environmental agendas" as "the core drivers" to justify capital accumulation (see also [23,44]). Indeed, mining conflicts within Europe, or elsewhere, connects profoundly with ideas of green grabbing. Typically discussed in matters of conservation, agricultural/forestry fuels and low-carbon infrastructures (e.g. wind, solar) [16,44–46], green grabbing intersects with the mining sector through green economic instruments, such as "offsets," and conservation groups collaborating with mining companies [26,47]. Conservation areas in Namibia, Sian Sullivan [28] shows, have proposed to offset uranium mining for nuclear power plants in England and elsewhere, but these same conservation areas are potential mining sites themselves if deemed an "extraordinary mineral deposit of national importance." Andrea Brock [11] demonstrates the comprehensive efforts of RWE to 'green' coal mining through environmental offsets, biodiversity mitigation schemes and low-carbon infrastructures. Seagle [47], Huff and Orengo ([48]: 2) also demonstrate how ilmenite mining in southeast Madagascar is justified with conservation offsets, which are then integrated into natural capital markets "executing a 'double land grab.'" Providing a comprehensive review, Philippe Le Billon [27] lays out a conservation-mining typology: (1) extraction happens within conservation areas; (2) conservation sites surround mining areas (visually hiding impacts); (3) conservation zones are transposed on former extractive zones; and (4) conservation offsets are employed to enable mining operations (see [11,48]). About "86% of industrial mines for key

[14] This relates to Stuart Kirsh's [55,104] sustainable mining as corporate oxymoron, but now this is a matter of EU policy, extending past corporate marketing and green washing.

metals around the world are located in areas of high or intermediate plant diversity," Le Billon [27] reminds us, "and about a third are either inside or within 10 km of a protected area." The proposed Barroso mine, as will be shown, remains a candidate to become a mine near the Peneda-Gerês National Park and in a region classified by the UN Food and Agriculture Organization [49] as World Agricultural Heritage and a Globally Important Agricultural Heritage System.

The proposed lithium mine, however, is doing more than grabbing land in the name of climate change mitigation and energy transition. The extractivism implied with large-scale and open-pit mines is notoriously extensive [10,50–53,119], extending beyond 'grabbing' controlling, and making land investable [54]. Green extractivism, then, represents an apparatus or structure of systematic extraction with clear objectives, ideologies, schedules, habits and, overall, repetitive patterns towards extracting and *taking* mineral, water, energetic and biological goods [11,33,44,107,124]. Green extractivism infers traditional, but also expanded features of the extractivism literature. This entails, following Eduardo Gudynas [14], acquiring large volumes of raw material for export, profiting national or international business classes (or governments, in the case of neoextractivism), while breaking down existing sectors and social and ecological relationships (see also [52]). Indeed, in addition to a high intensity of environmental degradation, extractivism results in numerous socioeconomic consequences. Extractivism entails uprooting of local communities; creating rifts within interpersonal relationships; destruction of indigenous, rural or agrarian worldviews; a rise in crime, increases in violence, prostitution; corruption networks, smuggling; the disruption of local commerce and production; and a rise in wage income asymmetries [55,50,52,56], which, in turn, deteriorates labor opportunities and conditions ([14]; see also [57,58]). The volume of extracted material, the intensity of that extraction, the destination and concentration of ownership by foreign or national industries remains important features to characterize extractivism, yet extends beyond these indicators.

Extractivism(s) definitions, which apply to green extractivism, take place at different intensities. Adding precision to this discussion, Markus Kröger [59] outlines a seven-point scale from hyper-extractivist to anti-extractivist processes. Traditional extractivism definitions ignore the conditions and/or extractive webs that make extractivism possible in the first place, whether the supply-webs of pesticides, fertilizers and digital applications [60,123] or the mining, refining and factories related to police cars and equipment that, then in turn, facilitate (traditional) forms of exploitation and extractivisms around mines and megaprojects [113,122]. This, moreover, extends to low-carbon infrastructures [40,120]. The multi-scalar and faceted webs of extractivisms are compounded, as Anja Nygren, Markus Kröger and Barry Gills [58] show, by global governance arrangements, national politics, transnational corporate struggles, finance and digital mining/markets (see also [51]). The interconnection and intensity of extractive operations remains profound and a global concern.

Green extractivism acknowledges a structure of socio-ecological conquest and exploitation, which is not to say there are no benefits (as human actors do retain variegated and selective interests), but these benefits—real, imagined or always arriving—are instrumental to accumulating the psychosocial power of popular imaginations through marketing desire, modernity, hope and maintaining complacency [61,118].[15] Verweijen and Dunlap [37] make a distinction between direct and indirect green extractivism. *Direct green extractivism* indicates the extraction of kinetic or vital energetic flows of winds, waters, sun and geothermal energies (e.g. solar, wind, hydrological, tidal wave, bioenergy systems). *Indirect green extractivism*, more relevant for the Barroso case, are the extractivist processes driven by environmental policy to secure minerals for capital accumulation and climate change mitigation schemes, such as lithium mines to increase battery storage and decarbonize (industrial) transportation. Green extractivism creates an apparatus, or a structure, of systematic extraction using environmental and climate claims, economic development and the national, if not global, "common good" to further justify global statist-capitalist extractivisms. Similar to "climate change *politics,*" as Jennifer Franco and Saturnino Borras ([62]: 193) point out, green extractivism "may or can displace or dispossess more people from their land than actual climate change."

Mining, in reality, is not ecologically sustainable or "green." Open-pit spodumene mines are ecologically destructive, necessitating "drilling and blasting of hard-rock, excavation and transport, a process of removing ore, in order for it to be processed" ([8]: 5), which implies severe socio-ecological consequences. Mining is dependent on the fabrication of people (and territories) as marginal, peripheral, rural or the "Other," creating second-class or an inferior status acceptable for disposability and sacrifice. "[T]he destruction of one brings about the gain of another," explains Hugo Reinert [30],[16] imputing "an element of calculated, agentive will to the situation: a sacrifice does not happen by accident." The organization of sacrifice, as Reinert indicates, is more than negligence with tailing dams [63], careless extraction and ecosystem killing. It requires an apparatus, an ideology, an infrastructure to colonize and reinforce inequality and devaluation—or center-periphery dynamics in general [31]—that exist in Portugal between rural and geographically interior populations and its urban and costal counterparts [61].[17] Green extractivism, we content, is more than socio-ecological sacrifice, because it requires an apparatus and an infrastructure to facilitate the literal colonization of, and extraction from, a region and consequently its human and non-human populations.

Sacrifice, thereby, requires an altar—an infrastructure—to enable daily ritual, (religious) grace, and affirmation of political and economic objectives. The construction of political, economic, infrastructural and mining operations requires the colonization of "hearts," "minds" and landscapes [118]. Colonization explains the literal process of manipulative and coercive control, which employs a politico-economic occupation to organize extractive processes that degrade and poison ecosystems, or habitats, which sustain and, in fact, are the *peoples* who live within them. This colonization, as opposed to *colonialism*, looks at the microcosm of territorial control, landscape and socio-cultural change, exploring the literal colonization of habitats, people, social fabrics and more-than-human networks. Infrastructural colonization, we might say, represents a microcosm of classical, but—more so—(neo) colonial control that vary depending on its specific historical, geographical and politico-cultural contexts. There is, indeed, a significant difference between landscape colonization and the colonial history and occupations of entire nations and countries. The situation in Barroso, for example, in no way compares to the violent subjugation of Palestine. This speaks to the different intensities of struggle, racial oppression, marginalization and political violence employed in different countries and contexts, from conventional war and 'scorched earth' ('hard') counterinsurgency measures, to more subtle technologies of pacification and control, typically more reliant on psychological operations, legal systems and 'positive' developmental investments into rural areas. Colonization, and especially colonialism in the classical sense, employs military conquest and governance, or 'hold' techniques, to establish the political pacification of people and control a territory or

[15] The post-development school (e.g. Ilich, Esteve, Rahnema, Escobar, Sachs, Prakash, Shiva) deserves special mention for revealing how the discursive and material apparatus of "Development" enacted a psychological warfare on people, creating inferiority complexes, epistemicide, modernist desires and separation from the land.

[16] This echoes Eduardo [65]: 2)," our wealth has always generated our poverty by nourishing the prosperity of others….".

[17] We must acknowledge, at the same time, that geo-social, economic and political dynamics within Portugal should not be limited to this rural/coastal dichotomy.

region [37,64]. There are different govermentalities, methods of Othering, intensities of violence, historical continuities and geographies, yet infrastructural domination remains a common and enduring feature across political regimes.

Habitat colonization, especially in terms of modernist infrastructure, tends towards expanding and permitting extractivist projects, green or otherwise. This implies psychosocial and physical changes to habitats that, in line with European state formation and colonialism [65,66,125], alter relationships with nonhuman natures, social fabrics, mental structures and, eventually, landscapes. This relates to how people perceive state and company invasion [121]: do people view them as a colonizing and occupying forces or do people self-identify with these projects, development trajectories and view them as a product of their own desires and political participation? Objectives to remain in harmony with bioregions, more-than-human natures (e.g. spirits, trees, rivers) and social fabrics dissipate in favor of extractive relationships, material status, political and material profiteering deeply tied to mineral extraction, technological innovation and accumulating technologies (e.g. pharmaceuticals, digital applications, foods designed with addictive qualities). While infrastructural colonization remains instrumental to state formation and (neo)colonialism, simply conflating them would be erroneous.

Mining, as Russell Means [29] reminds us, has remained instrumental to colonizing people and landscapes propelling statist economic and geopolitical aspirations. People need to become integrated into colonial systems—or, now after over a century of conflict and refinement, state systems—that continue human and nonhuman conquest and control [67,68]. In other words, people need to become colonized—socially, politically, emotionally—before their territories can be grabbed, relinquished or sold. States and companies colonize people and territories by employing techniques of social war to alter social fabrics to make ecologically irrepressible activities not only possible but also *accepted* and *acceptable* [118]. Social warfare, in essence, "dissects the 'hard' coercion and 'soft' social technologies of pacification, emblematic of counterinsurgency, while highlighting the social and/or psychogeographical aspects as essential to colonial-statist intervention" ([69]: 462; [38,68]). Countering practices of social war means fighting "against the [generational] structures of power that colonize us," explains Joseph Gardenyes [70], and "train us to view the world from the perspective of the needs of power itself"' (see also [71]). Social war illuminates the struggle of socio-political pacification and general population control, which is incrementally progressive, continuous and accumulates for larger politico-economic systems of conquest and colonization [69]. This, moreover, extends to misleading science reinforcing global extractivist networks [51,55]. The struggle after military conquest to maintain and normalize occupation means enforcing the objective of the state, corporations or ruling elite over land and people. Infrastructural colonization, then, indicates the wider process of socio-ecological acquisition, control and extraction, which necessitates 'hard' and 'soft' civil-military, developmental and police interventions to 'hold' space and create a structures of extractivism(s), in all of their varieties. Portugal, while still a European periphery [61], can reveal, even in the lowest conflict intensities, the process of social warfare in the service of lithium mining.

3. Background: the rise of lithium in Portugal

Since the Paris Agreement (2015), the European Commission (EC) has intensified its efforts to mitigate climate change and ecological catastrophe. Central to this strategy, as mentioned above, has been the rapid expansion of low-carbon infrastructures and decarbonizing the transportation section by developing electric vehicles (EVs). Lithium, cobalt, graphite, copper and nickel remain instrumental to the lithium-ion batteries used in EVs and utility-scale energy storage systems (ESS), the latter of which enables grids stability by storing (intermittent) solar and wind energy. This socio-technical energy transition has placed lithium in high demand globally and within the EU. The EC wants to place 30 million EVs on the roads by 2030, ensuring that nearly all cars will be zero-emission by 2050. The EC (2020: 20) currently maintains 100 % import reliance for lithium on Chile (78 %), United States (8 %), Russia (4 %) and presumably China and Argentina (10 %). Seeking to break import dependency, the EC wants to produce 89 % of the batteries for EVs in Europe by 2030 [72], and has thus initiated legislative and administrative efforts to intensify lithium extraction within its borders. Specifying local material content requirements, for example, are increasingly common within trade agreements, which entails measuring the final percentage of locally sourced materials with the final product.

The EU currently allows 70 % outsourcing of the total car value outside of Europe. In January 2024, this will be reduced to 50 % of the car value, while batteries will need to retain 40 % of local materials, according to [3]: 13), which "will effectively require automakers to source batteries from within the EU." As such, the EU now estimates the need for 18 times more lithium by 2030 and 60 times more by 2050 compared to 2020 supply levels [43,72]. Batteries for EVs and renewables, the European Environmental Bureau (EEB) shows, "are predicted to drive up demand for lithium by almost 6000% by 2050" by 2018 standards ([73]: 3). Moreover, EV market shares are rising faster than expected in Norway [74]. This demand is transforming lithium into the new "white gold". In addition to the European Battery Alliance, established in 2017, the EC presented the Action Plan on Critical Raw Materials, implemented the European Raw Materials Alliance, and added lithium to the list of Critical Raw Materials in September 2020 [43,72]. Recently, in September 2022, the EU announced the launch of a Critical Raw Material Act that permits the creation of common strategic projects of European interest, allowing these common projects to receive European funding and expedited permitting approval processes. This policy and consumer trajectory places the Barroso region, or Portugal in general, in the mining crosshairs of the European Commission.

The Portuguese government views the current "green" energy transition as an opportunity to place the country in a position of leadership within the EU [75]. Lithium deposits in Portugal were first located in 1992 by two geologists from the French National Geological Services and Fernando Noronha, a Portuguese geology professor and researcher [76]. Since the early 1990s, the Portuguese National Geological Services institutions[18] have given priority to lithium inventory and research, with an increased intensity since the early 2000s [127]. Now Portugal is known for having Europe's largest estimated lithium (metal) reserves [130][19]), and is one of the world's top ten producers of lithium ([77]: 40), ranking 7th according to the United States Geological Survey [78]. In 2019, it had a 1.6 % share of the global production [79]. Lithium production in Portugal, however, is exclusively for ceramics and glassware, and not for electric vehicles batteries. There are currently no lithium mines in Portugal – rather, there are quartz and feldspar mining operations that collect some lithium.

In 2016, the Secretariat of State for Energy created the "Working Group on Lithium." This group's aim is to make lithium *financially viable* by (1) identifying and characterizing the economic activities of exploitation associated with lithium; (2) establishing a hierarchy of priorities of industrial use to maximize economic benefit; (3) defining a programme for the production of lithium compounds; and (4) proposing measures to substantiate the creation of a specific processing unit for these minerals (República Portuguesa, 2017). Between 2016 and 2019, the government has authorized requests for prospecting and research of

[18] These institutions have changed their names over the course of the years: Instituto Geológico e Mineiro (1993–2003); Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia e Industrial (2003–2006); Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) (2006-present).

[19] This recurring statistic comes from a study commissioned by Savannah Resources, done by esearchers from the Minho University on the economic impacts and development of the "Mina do Barroso" project.

minerals across 19.3 % of its territory [128]. In 2016 alone, 30 applications for exploration and prospection rights for lithium, totaling an area of 2500 km2, were filed with the Directorate-General for Energy and Geology (DGEG), the main institution responsible for authorizing mining contracts [127]. Fig. 2 shows the areas of Northern and Central Portugal targeted for lithium exploration between 2016 and 2021. In February 2022, the Strategic Environmental Assessment of the *Lithium Research and Prospection Plan*[20] was released, authorizing the research and prospection of lithium in six additional regions, comprising a total area of almost 1500km^2 [129]. The lithium 'rush' has and continues to stir political and economic ambitions in Portugal. As we write this article, data shows that almost 25 % of the country's continental landmass might be reserved for mining projects [111]. European environmental policy ambitions, along with the objective of extractive enterprises, are spreading mining across Portugal and, likely, elsewhere.

3.1. The epicenter of the lithium rush in Portugal: the Barroso region

The northern region of Barroso is composed of two municipalities, represented by two City Halls (*Câmaras Municipais*): Montalegre and Boticas. This region is particularly rich in geological deposits and minerals, such as wolframite (e.g. a tungsten ore mineral), niobium, tantalum and lithium [77,80]. In Montalegre, a significant wolframite mining exploitation existed in the small town of Borralha, from 1902 until 1986, which left environmental concerns and people jobless without remediation or compensation [81]. Today, it is possible to visit the Interpretive Center of the Borralha Mines, part of the Barroso Ecomuseum, which holds an important collection of documents about the mines. The studies conducted on the environmental impacts of the Borralha mines have concluded that all the areas (soil and water) are severely contaminated [82–84]. Despite – or partly because of – the visible socioecological degradation left behind, DGEG has signed a contract with Minerália in 2021 to reopen this mining site and exploit tungsten (wolframite), tin, molybdenum and related metals in a total concession area of 382 ha. Governmental officials, and pro-mining actors, are mobilizing this mining heritage, by recalling the "economic boom" the mining operations brought to this historically vulnerable and poor region. This case demonstrates how territories depleted by extractivisms can easily become (re)colonized for new extractivist purposes [85]. The cumulative consequences of mining result in ecological, social and economic *drain*, rendering these territories and its populations – human and non-human alike – more vulnerable to extractivist-infrastructural reappropriation.

This mining heritage in the region is now being revived, as the mountains of Barroso become the epicenter of the Portuguese lithium mining rush. The comparably high concentration of lithium reserves present in this region makes it particularly "promising" for production and exploitation [8]. In this region alone, there are 8 mining exploration contracts signed, and 7 mining applications being analysed by DGEG. In the last 5 years, 39 % of Barroso's land has been slated for mining prospecting or licensing. In addition to the 15 existing licences, the government has recently identified an area of 550 km^2 in Barroso, intended for a state auction. The two most significant and most developed lithium mining projects in this region are the proposed "Mina do Romano," located in Montalegre, whose concession contract is owned by LusoRecursos Portugal Lithium; and the proposed "Mina do Barroso," located in Boticas and owned by Savannah Resources Plc. through its wholly owned subsidiary Savannah Lithium Lda. This article will focus mainly on Savannah Resources' project, which would potentially be, alongside Serbia and Finland, the largest open-pit lithium mine in Western Europe.

The "Mina do Barroso" project is only recently in the hands of Savannah Resources Plc. In 2006, a license for the exploration of feldspar and quartz mineral deposits in a total concession area of 120 ha was issued. The contract — under the name "Mina do Barroso" — was signed between the Portuguese State and Saibrais—Areias e Caulinos, S. A. In 2010, the concession rights were transferred to Imerys Ceramics Portugal, S.A. [130]. In 2011, without any public consultation or notice to local authorities,[21] Imerys updated the Mining Plan to include the enlargement of the concession area to 542 ha and the inclusion of lithium [86]. In 2016, the revised Mining Plan was approved by DGEG, with an addendum to the concession agreement, expanding the concession area to 542 ha and including lithium as a concession substance. In the following year, the concession was transferred to Savannah Lithium, Lda [130]. Savannah now anticipates the expansion of the mine to 594 ha.

The "Grandão Deposit" would be 500 meters long, 450 m wide, and 50 m deep; the "Reservatório Deposit" would be 400 m long and 100 m deep; and the "NOA Deposit" would be 200 m long and 50 m deep; and the "Pinheiro Deposit" with unknown dimensions. The Environmental Impact Assessment (EIA) anticipates the expansion of the total concession area to 594 ha [87]. Yet, the document produced by Minho University commissioned by Savannah predicts a total area of 680 ha ([130]: 16). The average lithium extraction from the mine is expected to approach 1,450,000 tons of lethiferous pegmatite per annum, during the anticipated 11 to 12-year life of the mine, corresponding to a production of 175 kt/y of spodumene concentrate (6 % Li2O) [130]. The project anticipates that 86 % of the production will be exported, corresponding to an average annual value of 110.2 million euros [130]. Savannah [88] claims the potential mine would follow the "world's best environmental practices for the minerals production industry," and argues this project has "the potential to contribute over €1.2 billion to Portuguese gross national product over the life of the operation." Savannah [89] was subject to public consultation between April and July 2021, after having filed two EIA, which were declared "non-compliant" by the Portuguese Environment Agency (APA) in 2020. As we write this article, the APA is reviewing the outcomes of the public consultation phase and, it recently declared [90], it will announce its decision in March 2023.

The potential mining site would cross the Village Councils (*Juntas de Freguesia*) of Covas do Barroso and Couto de Dornelas, impacting the small villages of Dornelas, Covas do Barroso, Romainho and Muro. If the concession area extension is permitted, some houses in Romainho would be located only 50 m away from the mining site.[22] The proximity to these small villages would greatly impact the landscape, and, consequently its inhabitants' (see Fig. 3). These are agricultural villages, dominated by livestock production and crops typical of mountainous regions. Animal production is the basis of these towns' agrarian economies, dominated predominantly by extensive breeding of cattle for beef, namely for the indigenous breed of "vaca barrosã." These towns maintain a rural subsistence economy with very few surpluses and relatively low consumption levels compared to other regions in the country [49]. The Barroso region is recognized for being an important biodiversity hotspot in Portugal, and has a high potential of becoming an important biodiversity conservation unit, as it hosts important populations of Iberian endemic plant and animal species [91], including endangered species [131]. Moreover, the high rainfall levels of this mountainous region make Barroso one of the areas in Portugal with the best water resources [91]. The locals preserve ancestral ways of working the land and treating animals. For these reasons, in 2017, the Barroso region was the first in Portugal classified as a "World Agricultural Heritage" site and added to the "Globally Important Agricultural Heritage Systems" by the Food and Agriculture Organization of the United Nations [49]. The FAO has recognized the "authenticity of the territory, the traditional way of working the land, treating livestock, and the communitarianism of its inhabitants" [49]. Indeed, the vast majority of

[20] Plano de Pesquisa e Prospeção (PPP) de Lítio

[21] Field notes.

[22] Field notes.

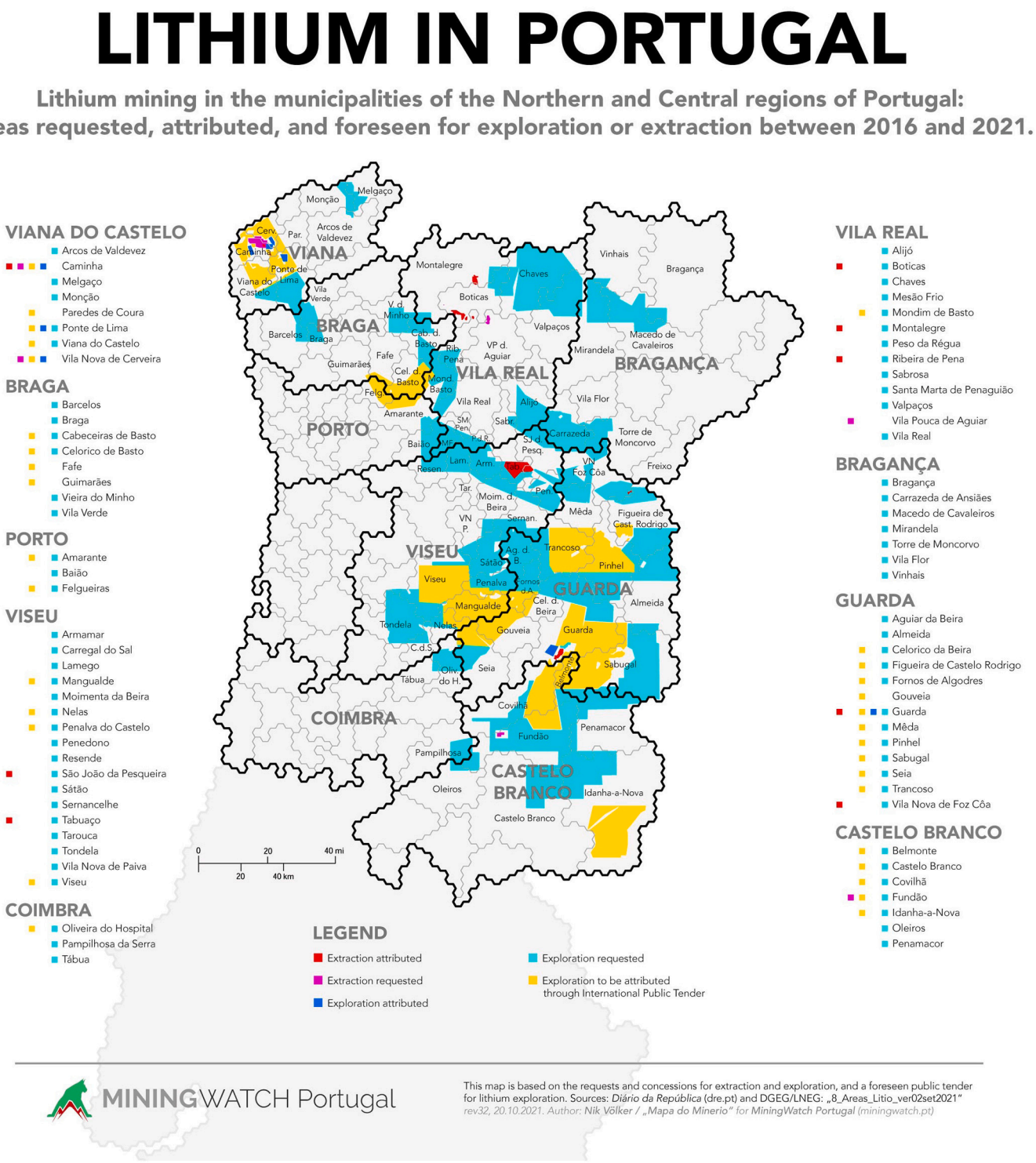


Fig. 2. Lithium mining applications requested, attributed and foreseen between 2016 and 2021. Source: Mining Watch Portugal.

the land in Barroso is common, known as "baldios" or "terras baldias" [131]. In Covas alone, according to the estimates of the Directive Board of the Baldios of Covas do Barroso, there are approximately 2000 ha of "baldios."[23]

Despite also covering private land, Savannah's mining project would mostly be located on common property or the baldios [87]. The baldios are a type of property of a specifically communal nature, whose administration and ownership is the sole responsibility of the "compartes," the owners of the common land[24] (Law n° 75/2017 of 17 August). To make use of the baldios, the company would have to sign a lease agreement with the Assembly of Compartes for a period of 20

[23] Field notes & Interview 16, 21-01-2022.

[24] All the citizens who reside in the area where the "baldios" are located are automatically "compartes," in correspondence with the habits and customs recognized by the Local Communities. Non-resident citizens can also be granted the status of "compartes" by the Assembly of the Compartes.

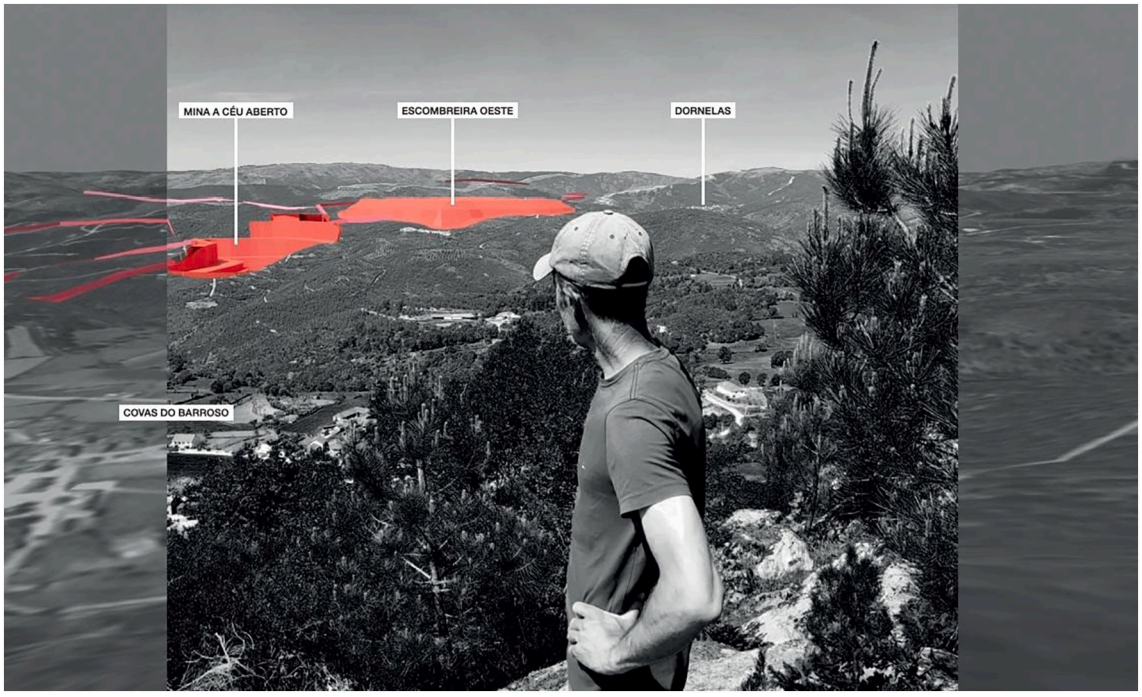


Fig. 3. Photo from Covas do Barroso looking west and demonstrating the proximity of the mining projects by Savannah Resources. Credits: Images: Godofredo Pereira, Jacob Bolton, Antonio del Giudice, Mingxin Li; Design: Dayana Lucas. Used with permission from the authors.

years, renewable for a maximum of 80 years (Law No. 75/2017 of 17 August; Article 36). If no agreement is reached between the company and the compartes, it is possible for the State to expropriate the baldios (Law No. 75/2017, 17 August; Article 41). The company, however, would need to apply for expropriation for "public utility" (Law No. 75/2017, 17 August; Article 41). If the State grants the "declaration of public utility," the "compartes" would thus lose their rights to manage and administer the baldios for a given time period (Law No. 75/2017 of 17 August). In recent years, changes have been made to the legal framework shaping mining projects, specifically the amendment of Law No. 54/2015 of 22 June (commonly known as the "mining law") through the Decree-Law No. 30/2021 of 7 May. Albeit existing since 2015, this Law was never active. The new mining law amendment adds the concept of "green mining" and further reinforces the fact that the land needed for mining projects can be expropriated for reasons of "public utility." European "public utility declarations," as pointed out previously ([117]: 116; [120]: 13), emerge as a prominent method of "bureaucratic land grabbing."

4. "They came camouflaged:" the extractive approach

Preparation leading to mining projects in Barroso began with geological exploration in the 1990s.[25] As Nancy recalls, a local teacher from Covas who has migrated to London[26]:

> I was 18 or 19, and a geologist came knocking at our door on a summer holiday. Mom and dad were home. (…) He wanted to look at a particular rock, someone had directed him to us, so my mother and I went with him. (…) He took a bit of rock that stood out. And I said: "So, what is it exactly?" He said: "it's white granite, and it's very rare and it's very good for ceramics".... I'm not a scientist, but, you know, I wasn't completely satisfied with that [answer]. But I left it there because I had no way of figuring out what exactly he was interested in or what he was looking for. This was in the late 90s. It was July or August 1996.

Nancy goes on explaining how she has started following reports about "her little small town" form London, understanding, as years went by, that a vested interest was growing in her region's geological resources. People in Barroso had been familiar with rock quarries, and, to a lesser extent, with wolframite mining (from the Borralha Mines), but not with open-pit lithium mines. "We never had much information, transparency," explains a local villager, "We had never heard about this [lithium]" and company representatives would tell people: "it was far from dishes for ceramics."[27] Company representatives, research participants contend, told them the mining project was for ceramics and glassware, something they were relatively familiar with. Others did not hear about the mine until the "controversy over the boreholes," as Robert claims, explaining how the mining company arrived "really without anyone knowing."[28] Savannah [89] drilled "more than 45 drill holes" because of "the need for [an] increase in the concession area." The depth and size of the holes left by Savannah's lithium prospecting alerted residents; the impacts left by the prospecting are still visible on the ground and on Google Maps (see Fig. 4). "There was [an] exploration [contract] since 2006 and practically no exploitation," explains a Simpson, a local farmer, "[so] people were like: they just want to do more prospecting, 'okay.'" Simpson, who is a member of the Village Council, narrates the arrival of the British company in 2017:

> The company first talked to the President of the Directive Board [of the Baldios], and the President let them [do prospecting]; then, they talked to the President of the Village Council, and they let them. Meanwhile, they talked to some private landowners... not so many... seven or eight people... [because] not everyone has land in the places where they did the prospecting. The company said they were just doing some prospecting. When asked what it was for, they didn't even know what it was for. They said it was prospecting for lithium...

[25] Interview 7, 20-01-2022.
[26] Interview 26, 30-05-2022.
[27] Interview 6, 19-01-2022.
[28] Interview 1, 16-01-2022.

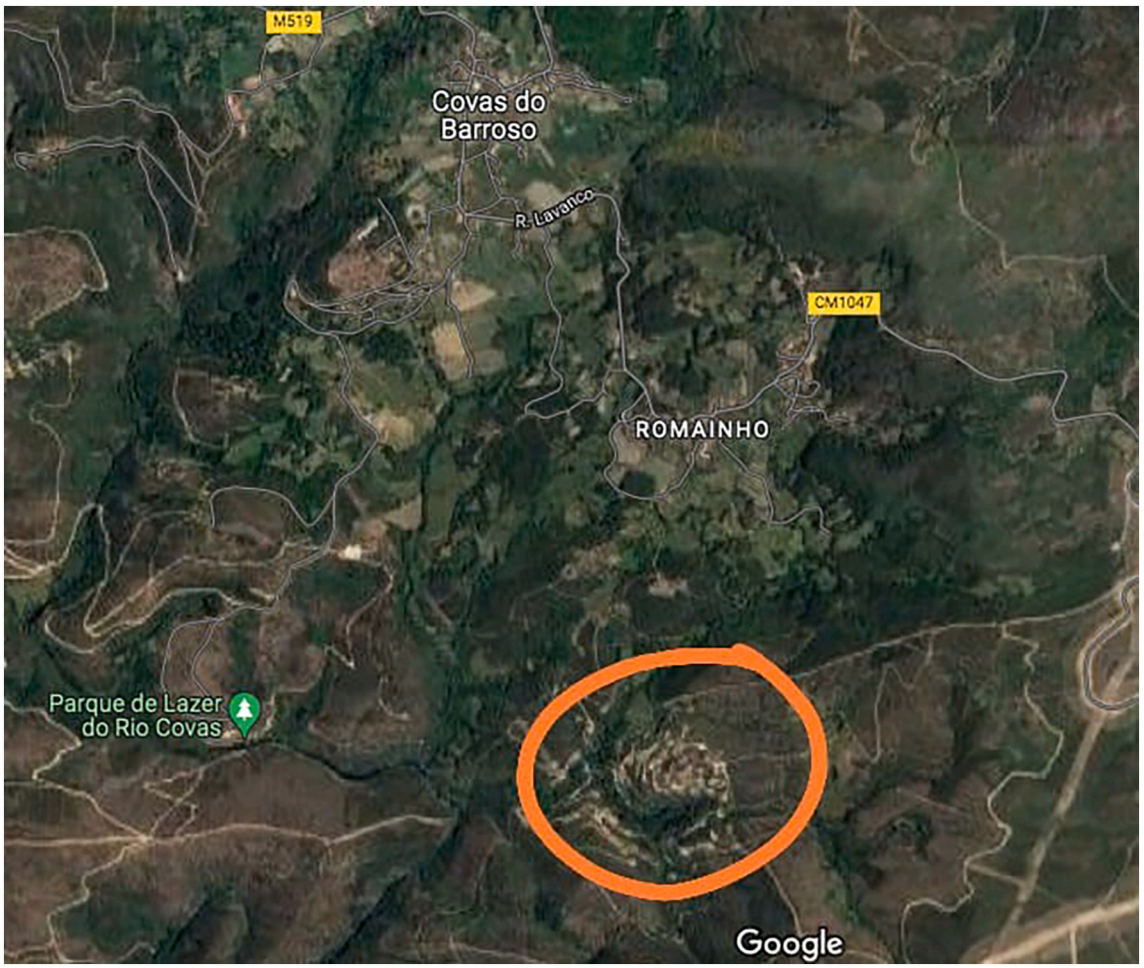


Fig. 4. Satellite view of the results of prospecting for the "Grandão" Deposit. Source: Google Maps. Accessed 22–11–2022.

> Lithium, we had never even heard of lithium [laughs]. And, of course, they were saying they already had a license, a permit from the government. Of course, hearing about the government permit, people are like: 'the government is above it all,' right?! And then the company also implied that if people didn't accept it good willing, they would be forced to accept it... So people let them [do the prospecting surveys]....[29]

Prospecting was initially permitted free of charge, but this policy eventually changed. After internal discussion within the Village Council, it was agreed to charge the company 500€ fee for each prospection. The company attempted to extend the terms to allow prospecting for another year, but, in the end, people managed to get their payment without signing this contract.[30] The company's attempt at free prospecting raised concerns: "[T]he company arrived here, knowing perfectly well that people have difficult living conditions," explains Simpson. "So, if the company had such good intentions, why did they ask to prospect the lands for free?!" The company for the last three years, has been forbidden from entering the fields.[31]

There were, already at the time, people working for the company within Covas. These local intermediaries were instrumental to the mines arrival and to securing the long-term presence of the company. There were at least two individuals who embraced the project. Jennifer was the first person in Covas to work for the mining companies. Having studied environmental engineering and accounting, when the companies took an interest in her hometown, she viewed it as an opportunity. This allowed her to remain close to home—where "I wanted to work"—because, being "in a small place and receiving the same salary [as I would in a city], I could have better [living] conditions,"[32] explains Jennifer. Applying with Sabrais in 2006, Jennifer was eventually hired in 2007 as a "community relations officer" and stayed working with the project—through various companies—until 2020. Describing her community relations' work, she explains:

> I would say: 'I'm coming here on behalf of the company, the company wants to come to your land to do this [prospecting] work. Do you authorize it? Under which terms do you authorize it?' And that was it. I never tried to influence people to stop doing this or that, I would only say what we were proposing and they would accept it or not. I would say it in a very clear way.

Jennifer, along with John, tried to run for election for the Directive Board of the Baldios while working for the company.[33] When this happened, anti-mining organizing was already growing stronger. A group of locals found a competing electoral candidate, eventually winning the elections and preventing 'mining candidates' from entering public office.[34] Jennifer, eventually leaving the company "over a year ago," does not regret working for them, and remembers—later self-

[29] Interview 15, 21-01-2022.
[30] Ibid.
[31] Field notes.
[32] Interview 14, 21-01-2022.
[33] Interview 15, 21-01-2022.
[34] Field notes & Interview 15, 21-01-2022.

censoring any critical words—that "when I joined [the company], the dimensions of the project were not like these," referring to the expanded scale of the mine. Part of the community relations' duties passed to John, another person from an influential family in Covas, who began organizing land contracting for Savannah.

While some yielded uncritically to prospecting by the company, most residents in the region had little-to-no idea regarding the company's prospecting and intentions, or the size, type and depth of the mine. Nancy delivered the news of the large-scale open-pit mine in 2017, who—aware of the geologists' interests in her village—noticed the project resurface publically online in English.[35] This initiated efforts to organize for more information about the mining project. Eventually, four consultations were carried out[36]—organized either by the City Hall of Boticas (*Câmara Municipal*) or by the locals.

Very early on, people recall, Savannah organized a meeting in the Romainho Chapel with "this guy who only spoke English."[37] In this meeting, Susan recounts, people were asking the Savannah representative: "If people are against the project, if the population doesn't accept it, will you [Savannah] stop?" The representative said: "No." Another woman recounts: "[H]e said (…) it [would be] okay to send us out of here!"[38] This shocked the majority of the residents as the company was not only completely disregarding local's concerns but also bluntly acknowledging they would make sure the project would continue forward even if that meant expropriating the local population. "I didn't understand very well how you could do a project against the will of the population," explains Simpson. "And one thing I realized very early on was that our opinion would never count, our opinion would only count if we accepted [the project] with compensation… If we opposed or were against it, they were going to completely ignore us because we were of no interest to them. And that's what happened!"[39] It was at this point people realized what was encroaching into the region. This started the formal organizing against the project and the formation of the United in Defense of Covas do Barroso (*Unidos em Defesa de Covas do Barroso* (UCDB)) Association in December 2018.

5. Concerns, reactions & land contracting

The villagers' reactions to the proposed lithium mine are negative. Savannah [89] promises to "[i]nvest the best technologies available to the industry, aiming to achieve the best quality standards and the best environmental performance, as well as making mining activity more attractive to young people of active age." These company pronouncements, however, do not change that Covas' residents are against the mine. "Here we are all against [the project]," explains a woman, "People live honestly, from agriculture, and have a healthy environment… why would they want a lot of money? I find it sad."[40] John, working on "land acquisition" for Savannah "since the beginning of 2021," admits that "even if [Savannah] wants to explain [the project], it can't. Unless it's door-to-door, person to person."[41] People are "afraid" of the project, but "most people are not aware of what the project is going to be," contends John. "This is the thing," he continues, "you can be the best speaker… but if you've got two or three [people] to destabilize the situation, they'll only hear what they want to hear."[42] While a logical concern for John, the counter-accusations against the mine were systematic and worthy of comprehensive answers.

Despite the company's persistent efforts, the great majority of villagers in Covas and its neighboring towns remain vocal about the negative impacts of the project. "They are going to destroy everything, everything's going to be destroyed, we're going to be left with nothing. Everything… will end," explains a farmer.[43] The mine will "destroy everything" theme saturates the interviews: "it's going to be a burial here, our region and the whole of Barroso,"[44] it's "coming here to ruin our little corner [of the world]"[45] and "we don't want it [Barroso] to be transformed for the worse."[46] Elaborating these concerns, Susan states:

> "[I]t's going to destroy everything that we have… the environment, the water quality… it's going to destroy everything. Then, as it starts to destroy, we're also going to have to end up leaving here, we are going to have to separate ourselves from our family… from our friends… and I don't want that."[47]

The mine, another resident asserts, is "going to be a lot of noise, pollution and the transformation of the water into… spoilage." As this resident reminds us, the mine will "work day and night, twenty-four hours a day, for eleven years or more."[48] Savannah ([88,89]: 33–34) attempts to counter these concerns by promoting a Landscape Recovery Plan (LRP) that will implement "visual barriers" with "earthen bund walls and tree-shrubs," preserve "vegetation in the surroundings areas not affected by mining," and implementing recovery work when "phasing-out" the mine. Overall, Savannah ([88,89]: 33), seeks to employ "a strategy of sustainable development, making the mining of geological resources compatible with the territory, with the promotion of a quality of the environment and the quality of life of local populations." Savannah's numerous attempts to offer reassurances within documents and advertising campaigns, discussed below, have failed to convince residents.

The opposition to Savannah's mining project comes from four principle sources. First, witnessing mining in the region growing up, specifically the Borralha wolframite mine (1902–1986), which locals describe as "a ghost town" and a "widow village."[49] The village of Minas da Borralha was created purposely for the mining activity in 1902, and was left abandoned after 1986, when the mining operations ended. As one drives through Borralha today, all is left are empty houses, shattered buildings, ruins of mining equipment, and visible environmental degradation. That is why locals from this region refer to it as a "ghost town." During its peak, the Borralha mines employed almost 2.000 (mostly male) workers, many of whom have died, directly or indirectly from impacts related to the mining [132], hence the collective image of a "widow village." This experience shapes locals' expectations and concerns regarding mining. Albeit recognizing that the mining activity of Borralha generated employment opportunities at the time, residents largely tend to stress their past, present and future socio-ecological costs, as well as the fact that contemporary mining operations are highly automated and demand highly qualified skilled labor, which would likely mean the locals would not be employed in the proposed mine.[50]

Secondly, people did their own research on the impacts of mining, comparing the claims and outcomes of companies operating open-pit mines. "Nobody believes it [the company's claims] because people go on the internet, they see mining in other countries," explains a farmer.[51] Environmental social impacts research, moreover, suggest the validity of these concerns [8,10,50,53,118]. Thirdly, villagers express how they

[35] Interview 26, 30-05-2022.
[36] Interview 4, 19-01-2022. Interview 7, 20-01-2022. Interview 15, 21-01-2022.
[37] Interview 4, 19-01-2022.
[38] Ibid.
[39] Interview 15, 21-01-2022.
[40] Interview 9, 20-01-2022.
[41] Interview 19, 23-01-2022.
[42] Ibid.
[43] Interview 11, 20-01-2022.
[44] Interview 5, 19-01-2022.
[45] Interview 6, 19-01-2022.
[46] Interview 10, 20-01-2022.
[47] Interview 4, 10-01-2022.
[48] Interview 10, 20-02-2022.
[49] Interview 17, 22-01-2022.
[50] Field Notes.
[51] Ibid.

believe the "green mining" labelling or the "energy transition" rhetoric is a fallacy, repeatedly proclaiming that "Barroso is green!" ("*verde é o Barroso!*"). Locals contend that climate mitigation policies should not rely on advancing the devastation of entire ecosystems, with some claiming that "lithium is just being used as a Trojan horse" to advance capitalist resource extractivism.[52] Finally, the company's failure to provide clear and transparent information and communicating with the local inhabitants further undermines their credibility. "They had never talked to the population!" explains the Boticas Mayor, Fernando Queiroga. When the company finally made a public consultation, on Queiroga's request, the experience was unsatisfactory. "That meeting made people even more confused", explains the Mayor, "I myself, who had some information, left [the meeting] more confused because they put a technician to explain… with very complicated, very technical terms!"[53]

Water remains a notable concern. "It all gets contaminated, because there is a river and the water—for now—is clear and pure, [but] tomorrow it's going to get contaminated," explain two neighbors in agreement.[54] Savannah ([88,89]: 15) presents three options for "[s]urface water division and control structures," but contemplates the possibility that "in case of water shortage, [the] water [will be] captured directly from the Covas river." Given the reality of open-pit mines, its intensive water use [3,8], and tailing dam failures [63], among others consequences [50,54,55,134], residents are worried and concerned. Renowned Portuguese naturalist, Ernestino Maravalhas, reminds us of the birds, but more so of the Shining Macromia Dragonfly (*Macromia splendens*) which remains a high-priority species for the EU and its sensitivity to river and water table conditions. "The European Union is investing thousands of euros into protecting the Shining Macromia, in several places," explains Ernestino, "and, at the same time, they are allowing the destruction of the habitat of such a rare species" in Barroso.[55] The mine, Maravalhas explains, will destroy, but also fragment environments, eliminating environmental conditions that would allow insects to travel and reproduce. This directly threatens the dragonflies', and other species', genetic pool. The "pollinators or other insects that live close to the mine will be destroyed, they will not have a genetic influx"—reducing the breeding grounds of insects—explains Ernestino, stressing: "If you place the mine in this [Shining Macromia & Alcon Blue] habitat, it will be worse than a bomb."

Lithium mines notoriously absorb and pollute water tables. Savannah ([88,89]: 15) "foresees a water need of 0.570hm3 of water for its first year of operation and 0.510 hm3 for the remaining years of the mining operation." Presenting these figures in cubic hectometers (hm^3), Savannah attempts to conceal the mines intensive water demand to the public, which converts into 570,000,000 liters the first year and 510,000,000 liters the remaining eleven years. This translates into 47, 500,000 liters a month and 1583, 333 liters a day, which is likely a conservative water-use estimate by the company. Renowned hydrologist Steven H. Emerman [135] has issued a report—commissioned by the UCDB—explaining that Savannah's project is "highly experimental" and does not comply with safety standards, especially when it comes to water management infrastructure for the waste mound and filtered tailings. Fig. 5 visually analyses how the proposed mine will likely impact waterways and rivers, potentially spreading negative consequences all the way to the Beça, Tâmega and Douro rivers that stretch across the Northern half of the country. Recognizing the high-levels of biodiversity and rich ecosystems in Barroso, Ernestino ends by pleading: "Please, do not kill people and nature in Barroso. They are healthy as they can be and they do not deserve to be killed by the mining process."

The mine, Savannah [88,89] contents, is offering social development, employment, the latest mining technologies and reclamation schemes to minimize ecological impacts. Benefits and mitigation actions, according to Savannah and their local representatives, will lead to rural prosperity and the repopulation of the region, which has witnessed a demographic decline since the 1980s. Offering to buy land above fair market value, Savannah seeks to convince residents to sell their land. As is similar in other sites [54], land regularization, measurement and, overall, territorial legibility to make the mining possible remain an issue for Savannah. Land titles need updating within families, topography is difficult to identify and it does not always correspond to state tax records. This is because, according to John, the "land used to be divided by landmarks, or walls." Savannah employs landscape crews to create visibility over the vegetation, reveal landmarks and "then be able to survey" the land. Savannah, accordingly, presents this work as a public service, which a farmer claims is a "strategy they use" to make people believe that "the company is here to help." Moreover, Savannah has reportedly marked fields wrongly.[56] According to a farmer, Savannah claims to have "cleared the land, we measured it, just to know and then they try to make promise of purchase of sale contracts."[57] Spatial legibility for resource control resonates with state territorialization strategies [92,136], which is complemented by long-term land rental strategies typical of land control strategies to acquire a large portion of the communal land [44]. Savannah is offering 2€ per square meter of uncultivated land, 2.5€ for cultivated lands and an additional 2500€ bonus for water springs and buildings on the land, yet the latter depends on the "surveyor, and he gives a price." Land contracting currently includes a survey team: two people working in land acquisition and a landscape company—Landfound—comprised of three men. The company's tactics, so far, have resulted in few gains: after significant efforts, only less than half a dozen of people have sold their land.[58]

Rural prosperity is linked to land rents, jobs, social development funds and, since the new mining Law No. 30/2021 (May 2021), increased rents for municipalities. "Decree-Law No. 30/2021 now establishes that a part of the royalties (between one-third and one-half) is to be paid to the municipalities in which the exploitation takes place," explain Aroso and Magalhães [93], the rest goes to the Portuguese state.[59] Savannah [88], meanwhile, claims the mine will "create approximately 215 direct jobs and between 500 and 600 indirect jobs to support the Project." Queiroga reported that in "June last year [2021], they started distributing some pamphlets asking for 200 employees for the mine without having the Environmental Impact Assessment approved yet!"[60] Savannah representatives, however, do not try to support these employment numbers, instead remaining ambiguous on the matter.[61] The greatest motivation for Jennifer and John to work for Savannah, beside the high-paying salary, was rural development. They wanted to prevent Covas from "becoming deserted," which relates to dependence on EU agricultural subsidies and stagnating meat and

[52] Interview 20, 24-01-2022.
[53] Interview 7, 20-01-2022.
[54] Interview 17, 22-01-2022.
[55] Interview 21, 24-01-2022.
[56] Fieldnotes & Interview 24, 25-01-2022.
[57] Interview 16, 21-01-2022.
[58] Interview 24, 25-01-2022 & Field Notes.
[59] "IRC is levied at a 21 % rate, to which may be added a municipal surtax of up to 1.5 % levied on taxable profits (depending on the municipality), as well as a state surtax of 3 % on taxable profits exceeding €1.5 million and up to €7.5 million, 5 % on taxable profits exceeding €7.5 million and up to €35 million, and 9 % on taxable profits exceeding €35 million. This means that the effective tax rate can reach 22.5 %, to which will be added the state surtax, to which the above rates are applied in a staggered way. A special reduced IRC rate (of 17 % on taxable profits up to €25,000) is available for small and medium companies (with a turnover below €50 million among other criteria established by law)" ([93]: 4).
[60] Interview 7, 20-01-2022.
[61] Interview 19, 23-01-2022. The interviewee avoids giving specifics on the number of jobs by talking about the "lack of licensed staff" (e.g. skilled workers) and "lack of unlicensed staff" (unskilled workers). The answer to this question is interpreted as trying to say something "intelligent" without giving specifics.

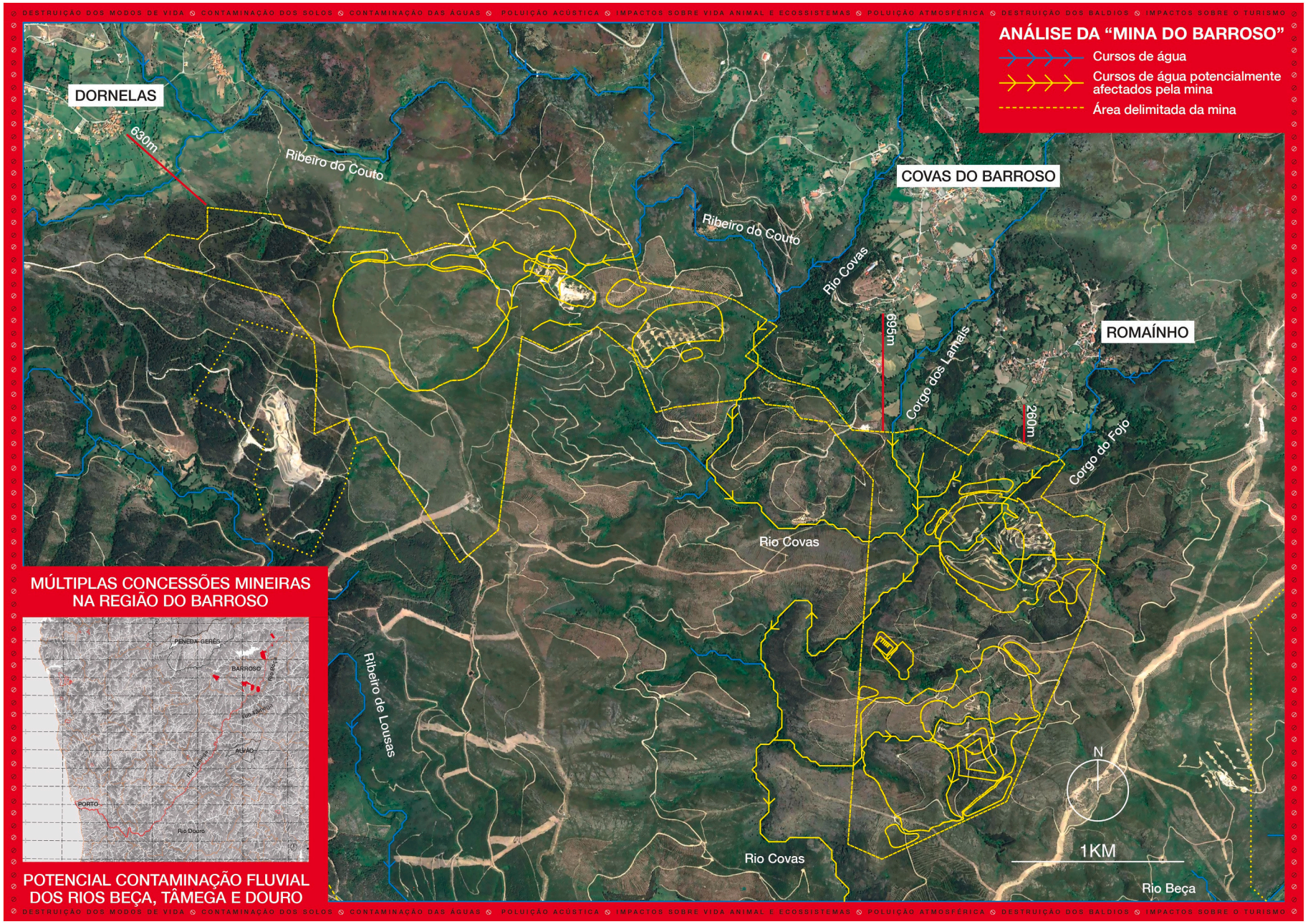


Fig. 5. Legend: The blue lines are the waterways. The yellow lines are the waterways potentially impacted by the mine. The yellow dotted line is the mining concession area. In red, the distance between the mining area and the neighboring towns is marked. In the bottom left corner, a zoom-out map shows the potential contaminations of the rivers Beça, Tâmega and Douro. Credits: Images: Godofredo Pereira, Jacob Bolton, Antonio del Giudice, Mingxin Li; Design: Dayana Lucas. (For interpretation of the references to colour in this figure legend, the reader is referred to the web version of this article.)

agricultural prices.[62] Covas residents, however, remain unconvinced by the company's social and environmental claims, which are rather extensive (see also: [89]). People are refusing the project, viewing the mine as destroying their environment, social fabrics and way of life or, at the least, being a bad exchange. "Everyone likes to earn money and have a good salary, but to have that good salary, you're paying a high price. You have a good salary, but you are going to be living next door to an open-pit mine," Simpson reminds us.[63]

6. Social war for green extractivism: company entrenchment, green propaganda, and the coercive influence of state power

When awareness spread about the company's intentions, in 2017, local populations from Barroso organized and established opposition to mining. From 2019 onwards, mobilizations have extended to the urban centers, with urban populations mobilizing themselves in solidarity. For the past five years, there have been several anti-mining mobilizations in major cities (Coimbra, Lisbon and Porto,) and in affected towns, including anti-mining protest camps, demonstrations, creating blockades against 'pro-mining' governmental authorities, and numerous acts of direct action, claimed and unclaimed, such a barricades, graffiti and vandalism against governmental ministries, company and supporting contractors (e.g. University of Porto; see Fig. 6). This includes one of the APA's offices being vandalized with "Minas Não" (*No to Mines*) in Porto (see Fig. 7), and a recent blockade to Savannah's information point in Boticas (see Fig. 8). Farmers, concerned citizens, climate movements, autonomists and anarchists are organizing to defend ecosystems from mining. Some leftwing political parties have slowly started integrating this issue into their discourse during the most recent electoral campaign. This has generated a response and adaptation from Savannah, and other mining companies in the region. Within this response, we can identify numerous "social technologies of pacification" ([118]: 672), related to the professionalization of company activities. This section will discuss social warfare techniques designed to promote, legitimize and enforce green extractivism in this region.

6.1. Governmental & municipal power's coercive influence

Governmental authorities on the national, regional and local level—with the exception of the village Council (*Junta de Freguesia*) of Covas and the City Council (*Câmara Municipal*) of Boticas—are understood by our research participants as colluding with mining companies. On the national level, as discussed in the introduction, this relates to the locals' perception of the government selling off this region to mining companies without prior consultation of regional authorities and populations. The premature approval of several mining projects by the national government gives little hope to people, who repeatedly voice they cannot count on or trust the government to act in their interest.[64] Remembering how the initial mining project was permitted as a 120 ha mine for quartz and phosphate in the early 2000s, the Boticas Mayor explains:

> This was authorized. From then on, the area was extended to 590 hectares without authorization from the Boticas City Hall (*Câmara Municipal*), or the APA, or the Ministry of Agriculture, or the CCDR [Commission for the Coordination of Regional Development], or the ICNF [Institute for Conservation of Nature and Forestry]. There was no authorization from anyone! There is an entity here called DGEG that authorized it without giving anyone a heads up! So, what is going on?!

This represents the coercive and deceptive reality of bureaucratic land grabbing [118], which regional authorities experience. This dismay at the approval process echoes through the Barroso region. "[T]he government comes along and says it has nothing to do with [approving mines]," explains a local activist, "when the Directorate General of Energy and Geology [DGEG] is directly dependent on them!"[65] The international promotion of mining tenders in Portugal through promotional videos and booths at the 2018 PDAC Convention, mentioned in the introduction, is rather damaging in this regard. This manifests as resentment towards the Portuguese government: "[t]he biggest culprit in all this is our government, who doesn't stand up for us," explains a local beekeeper.[66] The recent delay of the Savannah project related to the Environmental Impact Assessment might represent stalling, or regrouping, efforts by the Portuguese government, which nevertheless remains an obstacle for Savannah.[67] This extends to the denial of access to documents and information about the mining projects to residents and authorities. For example, the Portuguese Environmental Agency (APA) is currently under investigation by the Aarhus Convention Compliance Committee. At issue is the Agency's refusal to disclose information and denying access to documents related to the



Fig. 6. Left: Banner Drop over the freeway in Coimbra: "Mining Is Not Green! No to Mines, Yes to Life!". Right: "Capital Lithium" painted at the entrance of the Science and Engineering Department, University of Porto. The Building was covered in "Capitalítio" (Capitalithium) and "Minas Não"(No to Mines) across the building. Below: Banner in Coimbra Portugal: "Against the progress of destruction/ Solidarity between mountains/ In defense of Barroso and Beiras/ Autonomy and Direct Action!" Source: Twitter MinasNao2. (For interpretation of the references to colour in this figure legend, the reader is referred to the web version of this article.)

[62] Interview 19, 23-01-2022 & Field Notes.
[63] Interview 15, 21-01-2022.
[64] Field notes-
[65] Interview 20, 24-01-2022.
[66] Interview 5,
[67] Interview 2, 19-01-2022.



Fig. 7. APA's delegation in Porto graffitied with "Minas Não!" (No to Mines) Source: Twitter MinasNao2.



Fig. 8. Savannah's info point in Boticas after the blockade, August 16th 2022. Source: Authors.

Environmental Impact Assessment of the Savannah Mine. Although still under investigation, this process is symptomatic of the way in which citizen's participation has been highly conditioned.

This national compliance and approval of mining exists at the municipal level in the Barroso region. Indeed, our research participants think some municipal authorities in the Barroso region are colluding with mining companies. This is especially the case in Village Councils within the jurisdiction of the Montalegre City Hall—whose Mayor, Orlando Alves, is understood to be in favor of the mines. The organization of municipal power in Montalegre "makes people afraid to fight, even though they don't want the mines. They want to protect their lives and they have fears," explains a local activist.[68] This concern was repeatedly voiced throughout our interviews and informal conversations. "There are many people who depend directly or indirectly on the City Hall," explains a local ecologist.[69] "Therefore, many people, even if they are against the mines, will not say [it] for fear of consequences and retaliations [from elected officials]."

According to our research participants, some people living and working in Village Councils or City Halls with pro-mine candidates "don't say anything because they are afraid of losing their jobs,"[70] explains Simpson. He goes on saying: "a lot of the jobs that people have are dependent on the City Hall… For example, people who work on construction sites need permits from City Hall." Research participants relate this to the political heritage of having lived under a "dictatorship until 40 years ago,"[71] which, an activist explains, has cultivated a "spirit of subservience, dependence, silence, of not talking about things, being vassals. It is the result of fascism and it is still inside people's heads today."[72] In matters of megaprojects, this translates into defeatism: "people always end up losing, they [feel like they] can never win."[73]

Pro-mining authorities have the challenge of staying in power with high-levels of open and silent opposition. This has resulted in suspicion of irregular political decision-making processes. According to a local anti-mining organizer from Montalegre, "[i]t is mandatory that the [mining] subject goes to the assemblies of the City Hall" but the Mayor "never took the issue to the City Hall meetings, and he always signed alone. So, we never knew—even though we read the [transcript] minutes of these meetings—what was happening because he always signed everything in his office, hidden, nobody knew anything."[74] Village Councils (*Juntas de Freguesia*) in favor of mining are withholding information, marginalizing critics and creating administrative difficulties for mining opponents, such as not handing out certified proof family care or other work and state related notaries, according to our research participants.[75] Furthermore, a Village Council under the jurisdiction of the Montalegre City Hall is reported to lend municipal office space to a mining company, according to our interviewees.[76] Currently, the Montalegre City Hall is under numerous corruption investigations by the Portuguese state.[77] Twenty-five defendants are being investigated for suspicions of corruption, prevarication and abuse of power. At stake are direct adjustments and payment orders made to companies owned by Orlando Alves' relatives [94]. Recently, in October 2022, Orlando Alves was arrested and indicted for suspicions of criminal association, prevarication, undue receipt of payments, document forgery, and abuse of power [95].

Moreover, suspicions have been raised on the ties between the executive power (at the Montalegre Municipality) and mining companies' representatives.[78] Indeed, in addition to clientelism, procedural violation and allegations of collusion with mining companies also include the use of votes from working migrant residents, that is, people from Barroso who have migrated abroad, especially to France. The migrants "are outside, don't have much connection to the land and don't understand the fight we are making here [in Portugal],"[79] explains the beekeeper. Some of these migrants, research participants' claim, are used to affirm political power in different Village Councils in the Barroso region.

[68] Interview 18, 22-01-2022.
[69] Interview 12, 21-01-2022.
[70] Interview 15, 21-01-2022.
[71] Interview 8, 20-01-2022.
[72] Interview 20, 24-01-2022.
[73] Interview 16, 21-01-2022.
[74] Interview 20, 24-01-2022.
[75] Interview 8, 20-01-2022. Interview 17, 22-01-2022.
[76] Interview 17, 22-01-2022.
[77] Interview 20, 24-01-2022.
[78] Field Notes. Interview 20, 24-01-2022. More about this on the Portuguese investigative media program "Sexta às 9":
[79] Interview 5, 19-01-2022.

"When it's voting time, they come here [Portugal] to vote, but they don't know what is going on here. They come in buses [from France] to vote", explains Julie. Some research participants claim migrants are not only used to maintain municipal power, but that they are strategically brought back with buses paid by their Village Council and potentially, as we are told, co-financed by mining companies. This allegation was discussed with a lawyer who, supposedly told them they have a case, but it would cost them a lot of money, which prevented research participants from perusing the case. Suspicions of electoral fraud, moreover, are already being investigated by the Public Ministry (*Ministério Público*), which has opened an enquiry into the case of suspected electoral fraud in Montalegre. Just as research participants explained, during elections in Montalegre, hundreds of migrants were received by a Mayor at the Porto Airport and transported to their municipality to vote [96]. The maintenance of municipal power in the Barroso region (especially in the Municipality of Montalegre) demonstrates the social engineering and relationship of force employed to stabilize political terrain to permit open-pit lithium mining extractivism.

6.2. Soft technologies of social pacification for green extractivism

The ecological or "green" claims promoting and justifying the mines in the region remains another inflammatory issue. Savannah employs series of "'soft' technologies of social pacification" ([118]: 672–726), namely making social development promises, organizing local support, employing public relations campaigns, utilizing scientific research to legitimize their claims, employing environmentally friendly rhetoric, and developing infrastructures to support its operation. While stressing deleterious local conditions (e.g. policy driven rural depopulation, agricultural stagnation), land rents/sale, employment, social development funds and mining revenue fees remain key selling points for lithium mining in Barroso. Building on the rhetorical device of green mining, state authorities relate—if not equate—lithium mining with quarries in the region.[80] This seeks to minimize the damage and water-use of lithium mines and make lithium mining relatable to the public.

Political technologies of pacification have progressively escalated since Savannah's arrival. The company developed public infrastructures to promote the mine—namely information centers, or kiosks: one located in the center of Covas since 2017, and, in 2022, a new one has opened in Boticas (see Fig. 8). The information point at Covas is a small room (see Fig. 9), with a large-scale model of the proposed mine, tailing dam and processing facilities, a shelf displaying samples of products lithium can produce, and posters with the history of the mining project and the company's Landscape Recovery Plan. The center promotes the mine, serving as a point of contact for information, work and land contracting. This infrastructure, likewise, includes Savannah billboards in the region and sponsoring a "rally runner" racecar in Boticas. The new info-point in Boticas, on the other hand, is located on the main city square, in front of the City Hall, in a modern and renovated building. Its contents are similar to the ones in Covas, presenting a representative model of the mining project; several images; geological material; and several documents, including the EIA and the monthly newsletters sent to the community.

This infrastructural influence links with symbols of wealth. People working for the company own notoriously expensive trucks (and display them, by driving them around) and overly modern houses when compared to the typical rural architecture of most houses in Barroso. Referring to a Savannah land contractor, Julie explains how "he comes around with people with high-cylinder cars, so you can see they are people with possibilities." This, she contends, "is part of the company's tactics to make locals associate the fact of working for the company with the possibility (at last!) of being able to buy luxurious material goods: 'Oh, with the money I'll buy that car!'"[81] This speaks to cultivating the modernist dreams of development, which the post-development school (see [97,98,99]) has deconstructed at length.



Fig. 9. Savannah's Covas Information Point. "Savannah: Enabling Europe's Energy Transition." Source: Authors, 2022.

Twenty-five kilometers away from Covas do Barroso, in the municipality of Montalegre, LusoRecursos (the mining company aiming to open the "Romano Mine") "has five electric Jaguars: the owner [of the company], some friends, including some of the local authorities in Montalegre have all five white jaguars," explains a local activist.[82] The purpose, he continues, is to "create the idea that people are going to get rich, that there will be no shortage of jobs and that everyone is going to drive around in an electric Jaguar," meanwhile ignoring the consequences and realities of critical raw material extractivism. Complementing the modernist or developmental messages of consumer society, the mining companies (and their collaborators) seek to penetrate the 'hearts,' 'minds' and desires by various direct and indirect means to accept critical raw material mining regardless of the socio-ecological consequences.

Public relations' efforts extent even to offering the traditional Christmas Cake (*Bolo Rei*) to residents of Covas, Romainho and Muro. Savannah hired a baker from the region to distribute the cakes, but—as a local beekeeper recounts—"nobody accepted it" and people who "accepted it at the time, later went to give them back."[83] Savannah also would sponsor sports teams[84] and performed token infrastructural works. For example, a villager—who is reported to be unemployed and dependent on social subsidies[85]—needed help to repair the roof, and John, on behalf of Savannah, offered to complete the works, which the person agreed to. A family member of the roof recipient explains this type of strategy intends "to win people over. This is manipulation. It's to buy time and buy people."[86] Likewise, Savannah was reported harassing a local villager, dependent on welfare subsidies and alcohol, promising him a new house, including a housekeeping service who would also cook his meals. The villager has received the support of local anti-mining villagers and refused this offer, but this example shows how Savannah

[80] "There is no difference between an open-pit quarry and an open-pit lithium mine", said João Galamba, the Secretary of State for Energy, in November 14th 2019, on national television, while being interviewed for the program "Negócios da Semana" (SIC Notícias). Teresa Ponce de Leão, the President of LNEG, repeated the same sentence on February 16th 2022, on national television, during the program "Fronteiras XXI" (RTP 1).

[81] Interview 17, 22-01-2022.
[82] Interview 20, 21-01-2022
[83] Interview 5, 19-01-2022.
[84] Interview 20 & 25.
[85] Interview 9, 20-01-2022.
[86] Interview 1, 19-01-2022.

targets the most vulnerable people to progressively win the 'hearts' and 'minds' of a disagreeable population.[87]

In addition to going door-to-door in Covas and neighboring villages, Savannah also produces a monthly newsletter that promotes the mine and the company's civil performance. The newsletter, however, complements a wider media strategy, which sponsors numerous regional magazines or newspapers, as well as regional radio advertisements. Savannah "has been on the radio for a long time with advertisements," explains Susan:

> [Savannah would say that the mine] was going to be 'clean mining,' it wasn't going to affect the waters, it wasn't going to circulate through the villages. That is what they said in the radio ads. And then, to counter it, I called the radio to dedicate a song to all the people who were fighting against the mines: *Pelos caminhos de Portugal*.[88]

Radio advertisements, however, were not targeting Covas directly, but nearby towns. The radio and newspapers "were always outside," explains Aida Fernandes, the President of the Directive Board of the Baldios, "always outside, never local, and they always talked about us as a 'community'."[89] Nik, from Mining Watch Portugal, recognizes this approach as "implementing a divide and conquer strategy on a regional level." Recognizing mining pacification efforts, Nik explains:

> A few weeks ago, they opened up an information center, like the one they have in Covas, in Boticas, in the regional municipality itself. The majority of the population does not live in Covas, the voting population is in Boticas and only people of Covas are the most noticeably against the mine. So, for the company, it is easier to get support from people living in the same municipality but living further away from the mining impacts. So, they engage in this strategy of financing sports teams, racing events, festivals and what not. And, now, they have their second information center in the city of Boticas itself just to steer public opinion about the mine.

In the media, people "don't hear that the mines will destroy, will destroy jobs, and will pollute waters…. I am talking about the national level, but I am almost sure that more than 50% [of people at the national level] are in favor [of the mines] because the media has performed a lobotomy on people," a local ecologist claims.[90]

Overall, Savannah has attempted to enact a professionalization strategy to meet EU standards, engage stakeholders, employing university researchers and is laying the foundation for the social engineering of extraction in the politically feasible avenues available. Academic institutions are a visible form of how this lithium extractive frontier is legitimized by a vast political and scientific complex. The Portuguese Mineral Resources Cluster Association, whose objective is "the promotion of knowledge and the sustainable economic enhancement of mineral resources," has as partners several Universities and Polytechnic Institutes alongside a number of mining companies, including Savannah and LusoRecursos. For example, the University of Aveiro, part of this Cluster, has signed a cooperation agreement with Savannah on lithium batteries. At the same time, researchers affiliated with this University (part of the Cluster) are often vocal on the media about the positive impacts—and the necessity—of lithium mining in Portugal, thus aiming to construct a favorable rhetoric—under the veil of science and assumed objectivity — to extractivism.

The "lobotomy" mentioned above is the social construction of mining as "green," "clean," and an expression of climate change mitigation. The government and companies "sell us that mines are to protect the environment and fight climate change," the local ecologist explains, "when in reality this is just another pretext to create profits and benefit big companies"—a "Trojan Horse" of extractivism. For him, lithium and electric vehicles are strongly understood as counterproductive to mitigating ecological crisis. Governments "are completely blind, obsessed with climate change, and forget other things, like biodiversity, which is the basis of everything," says this land defender. To think, he continues, you can "solve this problem of climate change with lithium, by destroying nature and biodiversity, makes no sense at all." This directly speaks to how carbon, as the dominant measure of ecological catastrophe, enables a climate reductionism [38], which allows the rebranding of mining as "green" and "clean." These environmental claims, Aida asserts, "don't make sense to us, because it's not true." "This is green washing," she contends, that allows people in cities to "convince themselves that they are being good people by buying an electric car." People living and working near or around proposed mining sites experience this as absurd because their energy use and impacts are minimal, they maintain a Globally Important Agricultural Heritage system and, in the words of Aida, "have already been sacrificed, like the whole rural Portugal, to dams and wind farms."[91] The Boticas Mayor reminds us that Barroso is

> the region in the whole country where the most clean energy is produced: hydroelectric and wind energy. In fact, 3 dams are located in this region…. [and] [e]very year, the municipality of Boticas emits 9 tons of CO2. If the mine is opened, it will produce 92,000 tons of Co2 per year, for 12 years.[92]

The green credentials of the mine generate resentment and dismay by the majority of residents, or unquestioning hope for those seeking economic opportunities. Given the dams, wind turbines, forests and rural living, Aida asks: "who contributes more to decarbonization than we do?" Green economic, or remediation, claims emerge as another governmental tool to silence, divide and render socio-ecologically destructive activities acceptable. Companies and governments have transformed environmental concerns into a tool of social warfare to expand the operations of resource control and capital accumulation.

The final mechanism employed by Savannah is the threat of land expropriation. Multi-pronged pacification efforts combine offering money with the threat of land expropriation. To secure land, the company pays 10 % up front and says it will pay the other 90 % once the government approves the Environmental Impact Assessment. This strategy is further combined with cleaning (and measuring) the land to gain positive perceptions and the social conditions to persuade inhabitants. John encourages people to gamble: sell their land now, because, if the government does not approve, they have already made some money; if the government approves, people will get much better land payouts than under the terms of expulsion. Put this way, John presents the deal as a "win-win" situation.

Opponents of the mine, however, interpret this as "deceit" and "ruining" the village.[93] "It's threatening people," explains Fernando Queiroga. "It's threatening that either they will sell or else they will go for expropriation and then they won't get anything."[94] The threat of government expulsion greatly benefits Savannah's land contracting efforts. The door-to-door approach John discussed earlier means speaking to everyone about this dilemma, seeking to push people to sign or, at the least, sow fear, hesitation and doubt in the people opposing mining. People contend that Savannah is targeting "those people that are more malleable,"[95] notably the poorer demographics or the aging ones, who often express indifference about their future or the region's: "If they

[87] Field notes.
[88] Interview 4, 19-01-2022.
[89] Interview 16, 21-01-2022.
[90] Interview 20, 21-01-2022.
[91] Interview 16, 21-01-2022.
[92] Interview 7, 20-01-2022.
[93] Interview 1, 20-01-2022.
[94] Interview 7, 20-01-2022.
[95] Interview 10, 20-01-2022.

come [the company]… at my age….”[96] or “at my age, it doesn’t make any difference.”[97] As the beekeeper explains, “He’s [John] trying to get into people’s heads, (…) scaring them, saying: ‘You have to sell the land, If you don’t sell it, then they’re going to expropriate it.” This is consistent with the first public meeting, when the company was explicit that it will take the land with or without the consent of people. The prospects of an open-pit lithium mine, and the land contracting process, is producing fear, uncertainty and social division. This is why, during an interview with her husband, Lisa blurts out in the background when discussing this situation: “This is just war, just war!”[98]

7. Conclusion

With green extractivism, social war and infrastructural colonization in mind, this article examines the making of an open-pit lithium mine in the Barroso region. Portuguese and Barroso mining history is reviewed, connecting it to the new “lithium rush” incited by recent European climate change and energy transition policies. This lithium rush is being engineered at an international level with European policy proclamations, targets and funds, which leads to intervention efforts by companies to organize infrastructure and the social conditions to extract lithium and other critical raw materials, as is the example of current efforts taking place in Northern Portugal.

Barroso residents have, at first, underestimated the reality of prospecting and surveying work that makes subsoil and surfaces resources legible for exploitation [54]. This geo-political oversight, along with municipal authorities and individuals collaborating with companies, encourages mining projects in the area in the wake of dams and wind turbines [61]. Mines, like other megaproject interventions in the region, are branding themselves as “green,” “clean,” and exemplars of “sustainable development” and climate change mitigation, which residents reject as “fake green mine propaganda” and an “argument that is already not true.”[99] The mine seeks to significantly degrade, if not destroy, an area with rich biodiversity, cultural heritage and world-renowned agricultural practices, which includes important forest and water resources. These consequences, we argue, are far from being unintended—rather, mining companies, in (more or less direct) cooperation with state authorities, are promoting a hyper modernist worldview based on climate reductionism and techno-fixes, thus seeking to dismantle what is left of low-impact agrarian and traditional lifeways. In this era of socio-ecological catastrophe, it seems more important than ever to preserve and expand the renowned socio-agro-ecological traditions of Barroso that its populations have been conserving and protecting for centuries.

The company foothold, symbolized by supportive municipal agents and local collaborators, permitted precise interventions into the social fabrics of these rural communities. The company employs ‘divide and conquer’ strategies, engaging in social warfare to stretch and tear the remaining communal social fabrics with the objective to weaken them, prevent opposition and, consequently, allow the mining of raw materials. The seemingly mundane and normalized efforts of the media, public relation campaigns, event sponsorships, information centers and modernized symbols of wealth, notably vehicles, are having severe psycho-social and, with prospecting, ecological consequences even before the mine has had the official stamp of approval. Company efforts at organizing a Social License to Operate and employing social engineering techniques are profoundly subtle, but retain harmful consequences. Recognizing the efforts to organize land defense activities and the corresponding hardships, Nik reminds us:

> There have been hundreds of hours spent in knowing what happened with the mine... There are phone calls. ‘Oh, the company is now entering there, this other village; they are walking on the mountain, they are now driving out with their jeep.’ Sometimes it is the company or someone else, but this constantly being on alert has a psychological, but also a physical toll in the end. There is a lot of suffering, even when there is no physical violence involved, when normally people think of police violence or state violence in classical cases.

Severe psychosocial harms emerging before mines or dams construction echoes findings from Reinert [30], Velicu [100], Batel and Küpers [61]. The company, moreover, employs counterinsurgency strategies designed to exhaust, demoralize and defeat mining opponents in order to pacify the resistance and, consequently, access lithium (as well as other critical raw material resources). These counterinsurgency strategies are already causing emotional exhaustion and drain, especially among the most concerned residents. Company strategies, government complicity and policy incentives driving this socio-ecological mining trajectory must be urgently reconsidered, given not only their environmental consequences but also their psychosocial impacts.

European environmental policy organizes climate reductionism, narrowly focusing on CO_2 emissions, to promote neoliberal environmentalism or green capitalist approaches to socio-ecological catastrophe. The Barroso case, among others [10,26,28,48,120], demonstrates that this approach is ultimately false. Green rhetoric, reductive modeling and social warfare approaches to achieve a Social License to Operate is expanding mining into ecologically important areas that sustain ecosystems and, by default, contribute to climate stabilization. This trajectory of green extractivism promoted by the European Commission avoids identifying the source of socio-ecological catastrophe and taking responsibility for contributing to this trajectory. Industrialism, capitalism, consumerism and irresponsible extraction, infrastructural expansion, material and energy use are the undeniable sources driving socio-ecological and climate catastrophe. European Comission policies celebrating green capitalism, moreover, disable not only existing socio-ecological remediation strategies, such as is the Barroso region, but also marginalizes degrowth or post-developmental trajectories (see [98,101–103]). The development and appropriation of post-development and degrowth approaches by rural populations remains an urgent priority.

While Barroso also suffers from mechanization of food and economic liberalization as a result of European agricultural policies, it remains a region to learn and build from—an area ripe for scaling-up and improving agro-ecological activities and initiatives. Barroso, like other rural and Indigenous territories confronting mining and infrastructure companies, is not the problem, even if regional collaborators seem quick to “sellout” their ecosystems, culture and climate stabilizing natures. While this is understandable considering the dominant socio-ecological pressures and European standards, this (hyper)modernist trajectory of material and energy intensive infrastructure necessitating extractivism are a local, national and global socio-ecological and climatic threat. The shift towards post-developmental strategies and degrowth—revaluing and appreciating convivial lifeways—need to spread by every means necessary, instead of being marginalized by mainstream environmentalism and eco-modernism. European environmental policy encouraging mass extractivism of critical raw material remains a fundamental obstruction to genuine socio-ecological sustainability. Green extractivism, such as the prospective lithium mining in Barroso, is not a viable solution, let alone a climate change mitigation strategy.

Declaration of competing interest

There is no conflict of interest.

[96] Interview 10, 20-01-2022.
[97] Interview 10, 20-01-2022.
[98] Interview 10, 20-01-2022.
[99] Interview 16, 21-01-2022.

Data availability

The data that has been used is confidential.

Acknowledgments

We would like to express our gratitude to all the people in Barroso who have trusted us with their stories and have taken the time to share and discuss them with us. This includes a special thanks to Unidos em Defesa de Covas do Barroso, Mining Watch Portugal and other civil society groups in the region. We thank everyone who participated in this research. Furthermore, we thank the three anonymous reviewers who provided thoughtful, constructive and supportive feedback on this article. Finally, we extend gratitude to the editorial team at ER&SS for their time and care dedicated to managing this article.

References

[1] EDM, EDM Lítio. Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM), Available at, https://www.youtube.com/watch?v=zqcfmSpKH18, 2018.
[2] DN/Lusa, Mesa de voto em Montalegre bloqueada com cadeados e contentores, Available at, Diário de Notícias, 2021, https://www.dn.pt/sociedade/mesa-de-voto-em-montalegre-bloqueada-com-cadeados-e-contentores-13269810.html.
[3] G. Bridge, E. Faigen, Towards the lithium-ion battery production network: thinking beyond mineral supply chains, Energy Res. Soc. Sci. (2022) 1–19.
[4] C.B. Tabelin, J. Dallas, S. Casanova, et al., Towards a low-carbon society: a review of lithium resource availability, challenges and innovations in mining, extraction and recycling, and future perspectives, Miner. Eng. (2021) 1–23.
[5] B. Jerez, I. Garcés, R. Torres, Lithium extractivism and water injustices in the Salar de Atacama, Chile: the colonial shadow of green electromobility, Polit. Geogr. (2021) 1–11.
[6] D.M. Voskoboynik, D. Andreucci, Greening extractivism: environmental discourses and resource governance in the 'Lithium Triangle', Environ.Plann. ENat.Space (2021), 25148486211006345.
[7] P.M. Rodrigues, A.M. Antão, R. Rodrigues, Evaluation of the impact of lithium exploitation at the C57 mine (Gonçalo, Portugal) on water, soil and air quality, Environ. Earth Sci. 78 (17) (2019) 1–14.
[8] C. Chaves, E. Pereira, P. Ferreira, et al., Concerns about lithium extraction: a review and application for Portugal☆, Extr.Ind.Soc. 8 (3) (2021), 100928.
[9] R. Deberdt, P. Le Billon, Conflict minerals and battery materials supply chains: a mapping review of responsible sourcing initiatives, Extr.Ind.Soc. 8 (4) (2021), 100935.
[10] A. Brock, Frack off': towards an anarchist political ecology critique of corporate and state responses to anti-fracking resistance in the UK, Polit. Geogr. (2020) 1–15.
[11] A. Brock, Securing accumulation by restoration–exploring spectacular corporate conservation, coal mining and biodiversity compensation in the German Rhineland, Environ. Plann. E Nat. Space (2020) 1–32.
[12] J. McCarthy, First world political ecology: lessons from the Wise Use movement, Environ. Plan. A 34 (7) (2002) 1281–1302.
[13] A. Bebbington, J. Bury, Subterranean Struggles: New Dynamics of Mining, Oil, And Gas in Latin America, University of Texas press, Austin, 2013.
[14] E. Gudynas, Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: Schuldt J, Acosta A, Barandiarán A, et al. (eds) Extractivismo, política y sociedad, Centro Andino de Acción Popular (CAAP) and Centro Latinoamericano de Ecología Social (CLAES), Quito, 2009.
[15] T. Toumbourou, M. Muhdar, T. Werner, et al., Political ecologies of the post-mining landscape: activism, resistance, and legal struggles over Kalimantan's coal mines, Energy Res. Soc. Sci. 65 (2020) 1–12.
[16] C.J. Cavanagh, T.A. Benjaminsen, Political ecology, variegated green economies, and the foreclosure of alternative sustainabilities, J. Polit. Ecol. (2017) 24200–24341.
[17] J. Fairhead, M. Leach, I. Scoones, Green grabbing: a new appropriation of Nature? J. Peasant Stud. 39 (2) (2012) 237–261.
[18] S. Sullivan, What's ontology got to do with it? On nature and knowledge in a political ecology of the'green economy', J. Polit. Ecol. (2017) 24217–24242.
[19] M. Youdelis, J. Townsend, J. Bhattacharyya, et al., Decolonial conservation: establishing Indigenous Protected Areas for future generations in the face of extractive capitalism, J. Polit.Ecol. 28 (1) (2021).
[20] V. Martínez, O.L. Castillo, The political ecology of hydropower: social justice and conflict in Colombian hydroelectricity development, Energy Res. Soc. Sci. 22 (2016) 69–78.
[21] A. Räsänen, A. Nygren, A.M. Monge, et al., From divide to nexus: interconnected land use and water governance changes shaping risks related to water, Appl. Geogr. 90 (2018) 106–114.
[22] S. Buechler, V. Vázquez-García, K.G. Martínez-Molina, et al., Patriarchy and (electric) power? A feminist political ecology of solar energy use in Mexico and the United States, Energy Res. Soc. Sci. 70 (2020) 1–10.
[23] Z.C. Siamanta, Building a green economy of low carbon: the Greek post-crisis experience of photovoltaics and financial'green grabbing', J. Polit. Ecol. (2017) 24258–24276.
[24] S. Avila-Calero, Contesting energy transitions: wind power and conflicts in the Isthmus of Tehuantepec, J. Polit. Ecol. 24 (2017) 993–1012.
[25] B.K. Sovacool, Who are the victims of low-carbon transitions? Towards a political ecology of climate change mitigation, Energy Res. Soc. Sci. 73 (2021) 1–16.
[26] B. Büscher, V. Davidov, The Ecotourism-Extraction Nexus: Political Economies And Rural Realities of (Un) Comfortable Bedfellows, Routledge, London, 2013.
[27] P. Le Billon, Crisis conservation and green extraction: biodiversity offsets as spaces of double exception, J. Polit. Ecol. 28 (1) (2021).
[28] S. Sullivan, After the green rush? Biodiversity offsets, uranium power and the 'Calculus of Casualties' in greening growth, Hum. Geogr. 6 (1) (2013) 80–101.
[29] R. Means, The same old song, in: W. Churchill (Ed.), Marxism And Native Americans, South End Press, Boston, 1985.
[30] H. Reinert, Notes from a projected sacrifice zone, ACME 17 (2) (2018) 597–617.
[31] C. Zografos, P. Robbins, Green sacrifice zones, or why a green new deal cannot ignore the cost shifts of just transitions, One Earth 3 (5) (2020) 543–546.
[32] J. Allan, M. Lemaadel, H. Lakhal, Oppressive energopolitics in Africa's last colony: energy, subjectivities, and resistance, Antipode (2021) 1–19, https://doi.org/10.1111/anti.12765.
[33] N. Bruna, Green extractivism and financialisation in Mozambique: the case of Gilé National Reserve, Rev. Afr. Polit. Econ. 49 (171) (2022) 138–160.
[34] J. Franquesa, Power Struggles: Dignity, Value, And the Renewable Energy Frontier in Spain, Indiana University Press, Bloomington, 2018.
[35] C. Del Mármol, I. Vaccaro, New extractivism in European rural areas: how twentieth first century mining returned to disturb the rural transition, Geoforum (2020) 11642–11649.
[36] C. Del Mármol, I. Vaccaro, New extractivism in European rural areas: how twentieth first century mining returned to disturb the rural transition, Geoforum 116 (1) (2020) 42–49.
[37] J. Verweijen, A. Dunlap, The evolving techniques of social engineering, land control and managing protest against extractivism: introducing political (re) actions 'from above', Polit. Geogr. (2021) 831–839.
[38] P. Gelderloos, The Solutions Are Already Here: Tactics for Ecological Revolution From Below, Pluto, London, 2022.
[39] S.E. Bell, C. Daggett, C. Labuski, Toward feminist energy systems: why adding women and solar panels is not enough, Energy Res. Soc. Sci. 68 (2020) 1–13.
[40] A. Dunlap, D. Marin, Comparing coal and 'transition materials'? Overlooking complexity, flattening reality and ignoring capitalism, Energy Res. Soc. Sci. 8 (2022) 91–99.
[41] EC, The European Green Deal. European Union. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1576150542719&uri=COM%3A2019%3A640%3AFIN, 2019.
[42] EC, Clean Energy for All Europeans, Available at, European Union, 2019, https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/b4e46873-7528-11e9-9f05-01aa75ed71a1/language-en?WT.mc_id=Searchresult&WT.ria_c=null&WT.ria_f=3608&WT.ria_ev=search.
[43] EC, Critical raw materials resilience: charting a path towards greater security and sustainability European Commission. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0474&from=EN, 2020.
[44] A. Dunlap, Renewing Destruction: Wind Energy Development, Conflict And Resistance in a Latin American Context, Available at, Rowman & Littlefield, London, 2019.
[45] A. Dunlap, J. Fairhead, The militarisation and marketisation of nature: an alternative lens to 'Climate-Conflict', Geopolitics 19 (4) (2014) 937–961.
[46] M. Kröger, A. Nygren, Shifting frontier dynamics in Latin America, J. Agrar. Chang. 20 (3) (2020) 364–386.
[47] C. Seagle, Inverting the impacts: mining, conservation and sustainability claims near the Rio Tinto/Qmm ilmenite mine in Southeast Madagascar, J. Peasant Stud. 39 (2) (2012) 447–477.
[48] A. Huff, Y. Orengo, Resource warfare, pacification and the spectacle of 'green'development: logics of violence in engineering extraction in southern Madagascar, Polit. Geogr. 81 (2020) 1–15.
[49] FAO, GIAHS, Globally Important Agricultural Heritage Systems - Barroso Agro-Sylvo-Pastoral System, Available at, Food and Agricultural Organization of the United Nations, 2020, https://www.fao.org/giahs/giahsaroundtheworld/designated-sites/europe-and-central-asia/barroso-agro-slyvo-pastoral-system/detailed-information/en/.
[50] M. Conde, P. Le Billon, Why do some communities resist mining projects while others do not? Extr.Ind.Soc. 4 (3) (2017) 681–697.
[51] C.W. Chagnon, F. Durante, B.K. Gills, et al., From extractivism to global extractivism: the evolution of an organizing concept, J. Peasant Stud. (2022) 1–34.
[52] E. Gudynas, Extractivism: Politics Economy And Ecology, Fernwood Publishing, Black Point, 2021.
[53] L.J. Jakobsen, Corporate security technologies: managing life and death along a Colombian coal railway, Polit. Geogr. 83 (2020) 1–10.
[54] P. Le Billon, M. Sommerville, Landing capital and assembling 'investable land'in the extractive and agricultural sectors, Geoforum 82 (2017) 212–224.
[55] S. Kirsch, Mining Capitalism: The Relationship Between Corporations And Their Critics, University of California Press, Berkeley, 2014.
[56] E. Gudynas, Extractivisms: tendencies and consequences, in: Ronaldo Munck, Raul Delgado Wise (Eds.), Reframing Latin American Development, Routledge, London and New York, 2018, pp. 61–76.
[57] M. Lang, D. Mokrani, Beyond Development: Alternative Visions From Latin America, Transnational Institute, Amsterdam, 2013.
[58] A. Nygren, M. Kröger, B. Gills, Global extractivisms and transformative alternatives, J. Peasant Stud. (2022) 1–26.

[59] M. Kröger, Extractivisms, Existences And Extinctions: Monoculture Plantations And Amazon Deforestation, Routledge, 2022.
[60] G.D. Stone, Surveillance agriculture and peasant autonomy, J. Agrar. Chang. 22 (3) (2022) 608–631.
[61] S. Batel, S. Küpers, Politicizing hydroelectric power plants in Portugal: spatio-temporal injustices and psychosocial impacts of renewable energy colonialism in the Global North, Globalizations (2022) 1–20.
[62] J.C. Franco, S.M. Borras Jr., Grey areas in green grabbing: subtle and indirect interconnections between climate change politics and land grabs and their implications for research, Land Use Policy (2019) 84192–84199.
[63] WISE, Chronology of major tailings dam failure: from 1960 to 2022. Wise Uranium Project, Available at, https://www.wise-uranium.org/mdaf.html, 2022.
[64] L.W. Moe, M.-M. Müller, Reconfiguring Intervention: Complexity, Resilience And the 'Local Turn' in Counterinsurgent Warfare, Palgrave MacMillan, London, 2017.
[65] E. Galeano, Open Veins of Latin America: Five Centuries of the Pillage of a Continent [1973], Monthly Review Press, London, 1997.
[66] A. Murrey, Colonialism, in: A. Kobayashi (Ed.), International Encyclopedia of Human Geography, 2nd edition, 2020, pp. 315–326.
[67] A. Dunlap, A. Brock, Enforcing Ecocide: Power, Police And Planetary Militarization, Palgrave, Cham, 2022.
[68] H. Kass, Food anarchy and the state monopoly on hunger, J. Peasant Stud. (2022), https://doi.org/10.1080/03066150.2022.2101099.
[69] A. Dunlap, M. Correa-Arce, 'Murderous Energy' in Oaxaca, Mexico: wind factories, territorial struggle and social warfare, J. Peasant Stud. 49 (2) (2022) 455–480.
[70] J. Gardenyes, Social war, anti-social tension, Available at, The Anarchist Library, 2012, https://theanarchistlibrary.org/library/distro-josep-gardenyes-social-war-antisocial-tension.
[71] A.M. Bonanno, The Anarchist Tension: Elephant Editions [1996], 1998.
[72] EC, Critical raw materials for strategic technologies and sectors in the EU—a foresight study, Available at, European Commission, 2020, https://ec.europa.eu/docsroom/documents/42881.
[73] M. Bolger, D. Marin, A. Tofighi-Niaki, et al., 'Green mining' Is a Myth: The Case for Cutting EU Resource Consumption, European Environmental Bureau, 2021.
[74] V. Klesty, Electric cars hit 65% of Norway sales as Tesla grabs overall pole, Available at, Reuters, 2021, https://www.reuters.com/business/autos-transportation/electric-cars-take-two-thirds-norway-car-market-led-by-tesla-2022-01-03/.
[75] A. Carvalho, M. Riquito, V. Ferreira, Sociotechnical imaginaries of energy transition: the case of the Portuguese Roadmap for Carbon Neutrality 2050, Energy Rep. (2022) 82413–82423.
[76] B. Charoy, F. Lhote, Y. Dusausoy, et al., The crystal chemistry of spodumene in some granitic aplite-pegmatite bodies of northern Portugal; a comparative review, Can. Mineral. 30 (3) (1992) 639–651.
[77] M.E.P. Gomes, J.M.F. Ramos, Recursos minerais de Trás-os-Montes e Alto Douro, in: C. Balsa, J.S. Teixeira (Eds.), Recursos geológicos de Trás-os-Montes – Passado, Presente e perspetivas futuras, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2018.
[78] USGS, Mineral commodities summaries 2022, Available at, United States Geological Survey (USGS), 2022, https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2022/mcs2022-lithium.pdf.
[79] BGEN, Portugal to call off lithium project amid EU's scramble for battery materials, Available at, Balkan Green Energy News, 2021, https://balkangreenenergynews.com/portugal-to-call-off-lithium-project-amid-eus-scramble-for-battery-materials/.
[80] C.L.A. Gomes, Panorâmica sobre condições naturais de ocorrência de minérios de lítio no Norte de Portugal – Perspectivas de valorização de recursos de Lítio metálico, in: C. Balsa, J.S. Teixeira (Eds.), Recursos geológicos de Trás-os-Montes – Passado, Presente e perspetivas futuras, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2018.
[81] T. Fagundes, O regress do fantasma das minas da Borralha. Jornal MAPA, Available at, https://www.jornalmapa.pt/2021/03/30/o-regresso-do-fantasma-das-minas-da-borralha/, 2021.
[82] P.F. Ávila, S. Vieira, C. Candeias, E. Ferreira da Silva, Assessing heavy metal/metalloids pollution in soils after eight decades of intense mining exploration – the case study of Borralha mine, Portugal, Comun.Geol. 102 (2015) 57–61.
[83] J.I.V. Ribeiro, Levantamento do estado de contaminação de solos e águas superficiais da antiga Mina da Borralha, Master Thesis, Mines and Geo-Environment Engineering; Faculty of Engineering; Porto University, 2010. available at: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/59270.
[84] S. Vieira, Risco associado à exposição a teores elevados de metais na área mineira da Borralha, Available at, Geosciences Department, University of Aveiro, 2014.
[85] A. Dhar, M.A. Naeth, P.D. Jennings, et al., Perspectives on environmental impacts and a land reclamation strategy for solar and wind energy systems, Sci. Total Environ. 718 (2020) 1–9.
[86] DGEG, Aviso 8931/2011, de 13 de Abril, Available at, Direção-Geral de Energia e Geologia, 2011, https://dre.tretas.org/dre/1241101/aviso-8931-2011-de-13-de-abril.
[87] VISA Consultores, Environmental Impact Study. Non-technical Resume. Expansion of the Barroso Mine, Available at, 2021.
[88] Savannah, Mina do Barroso EIA Update: Portuguese Environment Agency Declares Conformity of EIA, Available at, Savannah Resources, 2021, https://www.savannahresources.com/investors/rns-feed/rns-announcements/?rid=4019404.
[89] Savannah, Environmental impact study: non-technical resume, Available at, Savannah Resources, 2021, https://www.savannahresources.com/media/crvda0eo/ntr-of-mdb-april-2021.pdf.
[90] Jornal de Negócios, APA adia decisão sobre mina de lítio do Barroso para março de 2023. Jornal de negócios, Available at, https://www.jornaldenegocios.pt/economia/ambiente/detalhe/apa-adia-decisao-sobre-mina-de-litio-do-barroso-para-marco-de-2023, 2022.
[91] E. Maravalhas, J.M. Arantes, Maravalhas, A Biodiversidade do Barroso, Boticas Parque, Natureza e Biodiversidade, Boticas, 2022.
[92] M. Simpson, Resource desiring machines: the production of settler colonial space, violence, and the making of a resource in the Athabasca tar sands, Polit. Geogr. 74 (2019) 1–12.
[93] J.S. Aroso, O. Magalhães, The Mining Law Review: Portugal, Available at, https://thelawreviews.co.uk/title/the-mining-law-review/portugal-mining-law, 2021.
[94] RTP, Câmara de Montalegre. Autarca arrisca-se a perder mandato, RTP Notícias, 2020. https://www.rtp.pt/noticias/pais/camara-de-montalegre-autarca-arrisca-se-a-perder-mandato_v1269677.
[95] L. Rosa, T. Pereirinha, Socialista Orlando Alves, autarca de Montalegre, detido por suspeitas de associação criminosa, abuso de poder e recebimento indevido, Available at, Observador, 2022, https://observador.pt/2022/10/27/presidente-da-camara-de-montalegre-detido/.
[96] DN/Lusa, MP abre inquérito ao caso de suspeita de fraude eleitoral em Montalegre, Available at, Diário de Notícias, 2017, https://www.dn.pt/portugal/autarquicas-mp-abre-inquerito-ao-caso-de-suspeita-de-fraude-eleitoral-em-montalegre-8849959.html.
[97] A. Escobar, Encountering Development: The Making And Unmaking of the Third World [1995], Princeton University Press, Princeton, 2012.
[98] E. Klein, C.E. Morreo, Postdevelopment in Practice: Alternatives, Economies, Ontologies, Routledge, London, 2019.
[99] M. Rahnema, V. Bawtree, The Post-development Reader, Zed Books, London, 1997.
[100] I. Velicu, Prospective environmental injustice: insights from anti-mining struggles in Romania and Bulgaria, Environ.Polit. 29 (3) (2020) 414–434.
[101] N. Fitzpatrick, T. Parrique, I. Cosme, Exploring degrowth policy proposals: a systematic mapping with thematic synthesis, J. Clean. Prod. 365 (2022) 1–19.
[102] A. Kothari, A. Salleh, A. Escobar, et al., Pluriverse: A Post-development Dictionary, University of Colombia Press, Delhi, 2019.
[103] J. Schöneberg, D. Haudenschild, H. Darvishi, et al., The many faces of Post-Development: alternatives to development in Tanzania,Iran and Haiti, Sustain. Sci. (2022) 1–12.
[104] S. Kirsch, Sustainable mining, Dialect. Anthropol. 34 (1) (2010) 87–93.
[106] R.V. Duffy, D. Brockington, Political ecology of security: tackling the illegal wildlife trade, J. Polit. Ecol. 29 (1) (2022) 21–35.
[107] A. Dunlap, J. Jakobsen, The Violent Technologies of Extraction: Political Ecology, Critical Agrarian Studies And The Capitalist Worldeater, Palgrave, London, 2020.
[109] M. Forget, V. Bos, Harvesting lithium and sun in the Andes: exploring energy justice and the new materialities of energy transitions, Energy Res. Soc. Sci. 87 (2022) 1–13.
[111] MWP, Mapa do Minério. Mining Watch Portugal, Available at, https://miningwatch.pt/mapadominerio/index.html, 2022.
[112] G. Orwell, New York Plume Books, 1961.
[113] D. Selwyn, Martial mining: resisting extractivism and war together, Available at, London Mining Network, 2020, https://londonminingnetwork.org/wp-content/uploads/2020/04/Martial-Mining.pdf.
[115] B.K. Sovacool, A. Hook, M. Martiskainen, et al., The decarbonisation divide: contextualizing landscapes of low-carbon exploitation and toxicity in Africa, Glob. Environ. Chang. (2020) 601–619.
[116] D.S. Hernandez, P. Newell, Oro blanco: assembling extractivism in the lithium triangle, J. Peasant Stud. 49 (5) (2022) 945–968.
[117] A. Dunlap, Bureaucratic land grabbing for infrastructural colonization: Renewable energy, L'Amassada and resistance in Southern France, Human Geograp. 13 (2) (2020) 109–126.
[118] A. Dunlap, Wind, Coal, and copper: the politics of land grabbing, counterinsurgency, and the social engineering of extraction, Globalizations 17 (4) (2020) 661–682.
[119] A. Dunlap, Agro sí, mina NO!' The Tía Maria Copper Mine, State Terrorism and Social War by Every Means in the Tambo Valley, Peru, Pol. Geograp. 71 (1) (2019) 10–25.
[120] A. Dunlap, Spreading 'green' infrastructural harm: mapping conflicts and socioecological disruptions within the European Union's transnational energy grid, Globalizations 20211-25. https://doi.org/10.1080/14747731.2021.1996518.
[121] A. Dunlap, The politics of ecocide, genocide and megaprojects: Interrogating natural resource extraction, identity and the normalization of erasure, J. Genocide Res. 23 (2) (2021) 212–235.
A. Dunlap, The Self-Reinforcing Cycle of Ecological Degradation and Repression: Revealing the Ecological Cost of Policing and Militarization, in: A. Dunlap, A. Brock (Eds.), Enforcing Ecocide: Power, Policing & Planetary Militarization, Palgrave, Cham, 2022, pp. 153–176.
[123] A. Dunlap, The political economy of agrarian extractivism: Lessons from Bolivia, by Ben McKay, J. Agrarian Change 22 (1) (2022) 214–219.
[124] Riofrancos, T. What Green Costs. 2019 [20-02-2020]; Available from: https://logicmag.io/nature/what-green-costs/.
[125] Rodney, W., How Europe Underdeveloped Africa. 1972 [2009], Washington DC: Howard University Press.
[127] República Portuguesa. 2017. *Relatório do grupo de trabalho "lítio". despacho n° 15040/2016 de SEE*. Lisboa: março 2017.

[128] QUERCUS. 2019. *Levantamento dos pedidos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais (2016-2019)*. QUERCUS-ACN.
[129] DGEG. Depósitos Mineirais (Minas). Available at https://www.dgeg.gov.pt/pt/areas-setoriais/geologia/depositos-minerais-minas/ Accessed 11th December 2022.
[130] Carballo-Cruz, F., & Cerejeira, J. 2020. The Mina do Barroso Project - Economic and Development Impacts. University of Minho. Available at https://www.savannahresources.com/media/uuri54jx/the-mina-do-barroso-project-economic-development-impacts_universityofminho_english_final.pdf.
[131] FAO. 2018. Globally Important Agricultural Heritage Systems. Sistema Agro-silvo-pastoril do Barroso, Portugal. Available at https://www.fao.org/giahs/giahsaroundtheworld/designated-sites/europe-and-central-asia/barroso-agro-silvo-pastoral-system/pt/ Accessed 11th December 2022.
[132] Fagundes, T. 2022. "O regresso do fantasma das Minas da Borralha". *Jornal MAPA*. Available at https://www.jornalmapa.pt/2021/03/30/o-regresso-do-fantasma-das-minas-da-borralha/ Accessed 11th December 2022.
[133] M.B. Rasmussen, C. Lund, Reconfiguring frontier spaces: The territorialization of resource control, World Develop. 101 (2018) 388–399.
[134] J.E. Gilbert, T. Gilbertson, L. Jakobsen, Incommensurability and corporate social technologies: a critique of corporate compensations in Colombia's coal mining region of La Guajira, J. Pol. Ecol. 28 (1) (2021) 434–452.
[135] S.H. Emerman, Testimony of Dr. Steven H. Emerman to the European Parliament Public Hearing on Environmental and Social Impacts of Mining in the EU. Yes to Life, No to Mining/ European Comission, Available at: https://yestolifenotomining.org/wp-content/uploads/2021/12/Prof-Emerman-Testimony.pdf, 2021.
[136] J.C. Scott, Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed, Yale University Press, New Haven, 1998.

Further Reading

[105] R.V. Duffy, D. Brockington, Political ecology of security: tackling the illegal wildlife trade, J. Polit. Ecol. 29 (1) (2022) 21–35.
[108] FNB (Federação_Nacional_dos_Baldios), Baldios - Perguntas Frequentes, Available at, https://www.baladi.pt/faqs/.
[110] Friends of the Earth Europe. https://friendsoftheearth.eu/wp-content/uploads/2021/09/Methodology-considerations-Annex-to-green-mining-is-a-myth.pdf.
[114] M. Sivek, P. Kavina, J. Jirásek, European Union and the formation of its initiative in energy minerals, Energy Policy 39 (9) (2011) 5535–5540.

Alexander Dunlap is a postdoctoral research fellow at the Centre for Development and the Environment, University of Oslo, Norway. His work has critically examined police-military transformations, market-based conservation, wind energy development and extractive projects more generally in Latin America and Europe. He has published three books: *Renewing Destruction: Wind Energy Development, Conflict and Resistance in an American Context* (Rowman & Littlefield, 2019) and, the co-authored, *The Violent Technologies of Extraction* (Palgrave, 2020) and the co-edited volume: *Enforcing Ecocide: Power, Policing & Planetary Militarization* (Palgrave, 2022).

Mariana Riquito is a PhD candidate in Social Sciences at the Amsterdam Institute for Social Science Research, University of Amsterdam, the Netherlands, and a Junior Researcher at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra, Portugal. Her doctoral research is focused on the ongoing socioecological conflicts over extractive projects in Portugal. She is interested in critical discussions around the politics of the climate crisis and the energy transition, as well as on resistances and alternatives to the extractivist machine.

Participação em discordância com o projeto Alteração ao projeto de ampliação da Mina do Barroso.

Derivado as políticas europeias de descarbonização, querem implementar no Barroso e de outras regiões, minas a céu aberto, pela a impresa Savannah Resources.

O Governo Portugues deixou-se convencer pelo o facto que Portugal dispõe de reservas de lítio e que aceitando a sua exploração, Portugal estaria a dar o seu contributo para que a Europa consiga alcançar os objetivos de descarbonização da energia em 2050.

E para além dos supostos ganhos ambientais, Portugal teria benificios financeiros e desenvolvimento économico local.

E sem surpresa, o governo português não perdeu tempo em promover de forma irresponsável a mineração de lítio.

Numa sociedade orientada para o futuro mais resiliente e sustentavél é essencial que o bem estar da população seja à preocupação principal.

E importante é um direito fundamental: O artigo 66 da Constituição da República prevê que "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender."

O governo de Portugal Governa em primeiro para lutar pelos os interesses dos Portugueses.

A população manisfestou a sua discordância para com os projetos de extração de lítio em suas terras. Onde cresceram, vivem em harmonia com o ambiente envolvente e as características naturais das suas terras e conseguiram desenvolver as suas actividades económicas e se adaptaram ao potencial da sua terra.

O que justifica que a zona do Barroso onde a mina é projetada encontra-se numa zona que foi designada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura como um Sistema Importante do Património Agrícola Mundial, uma designação reservada aos principais exemplos mundiais de sistemas liderados por comunidades locais que apoiam o património cultural, a biodiversidade agrícola e a resiliência dos ecossistemas.

Importa sublinhar que é a única região em Portugal a beneficiar desta designação e uma das únicas sete existentes na Europa. Barroso integra de forma sustentável a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A região é famosa pelas suas raças autóctones de gado bovino, ovino e caprino, pelo famoso queijo e pelo mel delicioso.

Tendo em conta que ja existe uma actividade économica sustentavel e que esta permite a população um équilibrio e qualidade de vida social e économica, não havera nenhuma

justificação aceitavel para que o Governo imponha a extração de mineira aos habitantes de Covas do Barroso.

A população portuguesa e europeia que se interessa pela a situção energética no mundo mas mais especificamente na Europa tem consciência que à extração mineira de lítio não terá um impacto positivo na descarbonização da énergia. Isto deve-se ao processo de extração de lítio em si, pois trata-se de uma indústria muito poluente derivado as quantidades de águas que são utilizadas nas lanvadarias e pela quantidade de resíduos sólidos, escombro e rejeitados.

Mesmo se soluções técnicas foram expostas do EIA todos nos sabemos que o risco de contaminação dos solos e das linhas de águas é muito elevado.

Sabemos que a extração de lítio é necessária para alimentar uma economia à nivel Europeu e a favor do sector dos transportes e dos aparelhos electrónicos. Mas utilizam a preocupação da descarbonização da energia para cupabilizar ainda mais o cidadão comum. Quando o mais importante séria de diminuir à consumação e a utilização dos mesmos.

Repensar, educar a nossa maneira de consumir em vez de utilizar à desculpa da descarbonização da énergia.

Sabemos também que os metais da transição energética são críticos e estratégicos de um ponto de vista físico e geopolítica, mas não do ponto de vista da taxonomia europeia.

O sucesso da transição energética depende intimamente do fornecimento de metais críticos ou estratégicos: lítio, cobalto, cobre, para citar apenas alguns. Para alcançar os objectivos climáticos europeus, será necessário electrificar um número máximo de utilizações e, por conseguinte, utilizar grandes quantidades destes metais.

Ao mesmo tempo, a fim de encorajar a transição energética, a taxonomia europeia identifica as actividades como sustentáveis, de modo a orientar os investimentos para estas actividades. Estas incluem o fabrico de baterias, painéis fotovoltaicos, instalações de turbinas eólicas, redes eléctricas, etc.

No entanto, a produção primária de metais de transição energética não é em si mesma uma actividade sustentável para a taxonomia europeia. Reciclá-los é, mas a produção primária não é.

O preço a pagar pela a população é muito elevado pois trata-se de uma extração mineira a céu aberto, onde vai resultar muita poluição do ar (présença de poeiras derivado as étapes

da actividade da minas), poluição sonora derivado a rebentamentos necessários para extrair a rocha (dinamite), poluição das linhas de água e do solo.

Trata-se de uma actividade prevista durante de 17 anos, ou seja, chegam, estragam tudo o que tem que estragar (fauna e flora) levam tudo o que tem para levar e a população fica com todas as consequências derivado a indústria mineira. A instalação de uma actididade desta natureza é imcompativel com a agricultura, a criação de gado, a silvicultura e a conservação da natureza. A instalação deste tipo de minas podera ter consequências no equilíbrio social e económico negativos muitos elevado como é o caso da saúde, na qualidade de vida e do equilíbrio económico da população.

Gracinda Da Conceição de Sousa Ribeiro

Dados: Rui Manuel Miranda de Cruz, CC 9080614, residente em Montalegre,

União de Freguesias de Montalegre e Padroso.

Data: Montalegre, 19 de abril de 2023

_____//_____

O EIA da mina do Barroso apresenta lacunas importantes das quais se destacam:

a) A incomodidade e impactes sobre a vida das pessoas continua a ser uma preocupação. Uma exploração mineira desta natureza, a menos de 1000 metros do aglomerado populacional, levanta muitas dúvidas relativamente ao nível de incomodidade. A lavaria continuará a laborar 24 horas por dia. O estudo refere que "importa assinalar que a extensão no tempo destes efeitos de perturbação e a sua continuidade diária podem contribuir para um agravamento da qualidade de vida e saúde da população".

b) O impacto na paisagem é muito significativo, nomeadamente na área classificada de Património Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).
   A ligeireza como este assunto foi abordado no EIA revela a ignorância em relação ao privilégio que a região do Barroso detém em ter conseguido esta classificação.
   A classificação GIAHS baseia-se num conjunto de parâmetros, onde se destaca a biodiversidade, a paisagem, a produção agrícola e a gestão sustentável do uso da água, todos eles vão sofrer um forte impacto com a existência deste projeto.
   É importante saber se para a FAO a classificação GIAHS é compatível com a existência de minas a céu aberto. O EIA não esclarece sobre este ponto.
   É indispensável que a FAO emita um parecer sobre este assunto e que o mesmo faça parte integrante do EIA.

Esta classificação, além do privilégio do reconhecimento da especificidade de todo a riqueza patrimonial de Barroso, é também uma mais-valia em termos do que as comunidades ganham com esta classificação. Por isso, para se avaliar os impactes que a mina vai provocar neste descritor é importante que o EIA identifique todos os projetos que estão a ser apoiados por causa de existir esta classificação, assim como os projetos que estão a ser desenhados, graças ao facto do Barroso ser património agrícola mundial.

c) O passivo ambiental, resultante da localização dos rejeitados da lavaria, põe em causa os objetivos da Diretiva Quadro da Água. A deposição de rejeitados da lavandaria em local impermeabilizado e com canais de drenagem, em caso de acidente devido a anomalia ou qualquer outro fenómeno estocástico, devido à orografia do local e à proximidade de linhas de água, poderão existir consequências imprevisíveis sobre o comportamento destes sedimentos de granulometria fina.

d) A problemática com a disponibilidade hídrica mantém-se. O consumo anual de água na ordem dos 330 000 m3 poderá exigir que, no período de estio, obrigue à diminuição da laboração da lavaria para garantir o caudal ecológico na linha de água principal, o rio Covas. É importante salientar que as enormes necessidades hídricas desta atividade não são passiveis de serem supridas com o recurso apenas às águas pluviais captadas na exploração, pelo que o recurso à captação subterrânea e superficial é inevitável para a manutenção dos ciclos de exploração nas épocas estivais, o que potenciará o stresse hídrico nesta área.

   A falta de água vai afetar a produção hídrica da EHTB como também vai provocar impactes muito significativos, quer a nível da vegetação ripícola quer nas populações ripícolas do próprio rio Covas. O EIA não avalia estes impactes.

   Na gestão das águas subterrâneas é afirmado que vão ser efetuados furos verticais na área evolvente da exploração para rebaixar o nível freático e assim impedir que as águas subterrâneas

entrem para as cortas. O EIA não analisa as consequências desta medida.

e) Impactes sobre o solo, o ser humano e as comunidades locais, uma vez que a área solicitada é tão vasta (593 ha), haverá um risco elevado de muitos agricultores perderem terrenos para a exploração e também os subsídios agrícolas correspondentes aos baldios e até aos terrenos particulares. Caso isso aconteça, o funcionamento das explorações agrícolas ficará em risco, podendo perder-se várias dezenas de empregos no sector. Caso a atividade agrícola deixe de ser desenvolvida nos moldes atuais, poderá daí resultar uma perda de atratividade da região em termos turísticos e uma redução acentuada da produção agrícola como meio de subsistência da maior parte da comunidade local.
Além do mais falta avaliar os efeitos nocivos que a atividade mineira vai causar nos animais que integram as explorações agrícolas, designadamente na proteção, saúde e bem-estar animal com todas as implicações que possam dai advir, uma vez que nesta área existem várias explorações agrícolas que são a principal atividade económica destas localidades.
A "Mina do Barroso" causará a delapidação do património histórico, familiar e ambiental pela perda das terras e da sua aptidão natural, bem como pelos danos causados por vibrações. Com instalação do complexo mineiro, irá iniciar-se a destruição dos solos com o fluxo de transportes, de viaturas pesadas, resultando com esse movimento a compactação e a destruição dos solos com uso para a agricultura e pastorícia. A área agrícola e florestal será diminuída devido à construção de edifícios fabris, nomeadamente a lavaria, oficinas, balneários, etc, e dos edifícios administrativos e dos armazéns, assim como o início e ampliação das escombreiras e barragens de rejeitos. Devido às águas superficiais vindas, quer da escorrência pluvial, como fugas de águas contaminadas, quer ainda das descargas da ETAR, haverá o risco de contaminação dos solos o que tornará a poluição difusa pois não se restringe à área onde é explorada e cujos efeitos perduram por muitas décadas.